

Maio de 2024



PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL DO DISTRITO FEDERAL

DIAGNÓSTICO

Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT



Secretaria de Estado
de Desenvolvimento
Urbano e Habitação





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Ibaneis Rocha

Governador

Celina Leão

Vice-Governadora

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEDUH

Marcelo Vaz Meira da Silva

Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação

Janaína Domingos Vieira

Secretária Adjunta de Desenvolvimento Urbano e Habitação

PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL DO DISTRITO FEDERAL – PDOT

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Juliana Machado Coelho

Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano

José Mário Pacheco Júnior

Coordenador de Planejamento e Sustentabilidade Urbana

Antonio Maycon Martins

Diretor de Planejamento e Sustentabilidade Urbana



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

COLABORAÇÃO TÉCNICA SEDUH

Subsecretaria de Administração Geral – SUAG
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados – ASCOL
Assessoria de Comunicação – ASCOM
Unidade de Tecnologia – UNTEC

Agradecimentos Especiais: Coordenação Técnica Antecedente

Mateus Leandro de Oliveira

Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (até 2023)

Giselle Moll Mascarenhas

Secretária Executiva de Patrimônio e Planejamento (até 2022)

Sílvia Borges De Lázari

Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano (até 2023)

Eneida Aviani Ferreira

Coordenadora de Política Urbana (até 2023)

Denise Mara Guarieiro e Carvalho

Coordenadora de Planejamento e Sustentabilidade Urbana (até 2023)

Vicente Correia Lima Neto

Subsecretário de Políticas e Planejamento Urbano (até 2021)

Heloisa Pereira Lima Azevedo

Assessora da Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana (até 2021)

Cristiane Siggea Benedetto

Coordenadora de Política Urbana (até 2021)

Carlos Roberto Machado Vieira

Assessor da Secretaria Executiva de Patrimônio e Planejamento (até 2020)



**DOCUMENTAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DE
DADOS DA LEITURA COMUNITÁRIA**

Anne Elise Rabelo Rodrigues
Antonio Maycon Martins
Celina Maria Pinto do Amaral
Daniela Antônia Soares de Carvalho
Denise Mara Guarieiro e Carvalho
Dominique Cortês de Lima
Elliel Kassio dos Santos Ferreira
Erica Amorim Costa
Ester Plácido da Conceição
Gabriel Ribeiro Couto
Giovana de Almeida Martins Azevedo
Giovanna de Oliveira Cardoso Leite
Iara Monteiro Regis
Jefferson Pedroza dos Santos
Julia Santos Magalhães
Julia Fonseca Rodrigues de Souza
Julia Paulino
Lucas de Oliveira Xavier
Lucas Jorge Gomes da Silva
Luiz Felipe Rodrigues Lacerda
Luiza Coimbra de Oliveira
Márcia Rejane Oliveira Gomes
Mirelle Ribeiro Marques de Sousa
Pedro Borges Camilo de Oliveira Lopes
Tamara Alves Barbosa Neres
Thiago Rodrigues Trindade
Vinícius Alves Euzebio

**REVISÃO, DIAGRAMAÇÃO E FORMATAÇÃO
DO DOCUMENTO**

Anne Elise Rabelo Rodrigues
Antonio Maycon Martins
Erica Amorim Costa
Giovana de Almeida Martins Azevedo
Giovanna de Oliveira Cardoso Leite
Jefferson Pedroza dos Santos
José Mário Pacheco Júnior
Juliana Machado Coelho
Pedro Marcelo De Sousa Ferreira
Talita Alves Morais e Rabelo
Vinícius Alves Euzebio

COLABORAÇÃO LOGÍSTICA

Érika Bárbara Carvalho de Almeida
José Raimundo Pereira Félix

ARTE DA CAPA

Ana Paula Camps Moncaio



Equipe técnica

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH

Adriana Salles Galvão Leite (até 2021)	Edna Aires
Alecsandro Alves de Andrade Júnior	Eliacy Siqueira (até 2022)
Aline da Nóbrega Oliveira (até 2022)	Elliel Kassio dos Santos Ferreira
Amanda Alves Sicca Lopes	Eneida Aviani Ferreira
Ana Paula A. C. C. Seraphim (até 2020)	Erica Amorim Costa
André Bello (até 2022)	Érika Barbara Carvalho de Almeida
André Normando Bubenick	Fabricio de Aguiar Sena (até 2022)
Angélica de Oliveira Souza (até 2022)	Fellipe W. de Souza Cavalcante (até 2022)
Anne Elise Rabelo Rodrigues	Fernanda de Oliveira Costa
Antônio de Oliveira Mello Júnior	Gabriel Bueno (até 2022)
Antonio Maycon Martins	Gabriel Ribeiro Couto
Brenda Oliveira Sousa (até 2023)	George Eduardo Maeda
Breno Gomes Rodrigues (até 2022)	Giovana de Almeida Martins Azevedo
Bruna Taborda Gaspar	Giovana Rodrigues de Sousa Coelho
Bruno Rodrigues de Oliveira (até 2021)	Giovanna de Oliveira Cardoso Leite
Camila Cardoso Gava	Giuliana de Freitas (até 2022)
Camila de Carvalho Pires Lammers	Gisele Arrobas Mancini
Camila Maia Dias Silva (até 2022)	Gleycinara da Silva Aguiar (até 2021)
Carlos Roberto Machado Vieira (até 2023)	Guiga Nery Lacerda (até 2023)
Caroline Fernandes do Nascimento	Heloisa Pereira Lima Azevedo (até 2021)
Celina Maria Pinto do Amaral	Isabela Dutra Campos
Cláudia Varizo Cavalcante (até 2019)	Isabel Cristina Joventino de Deus
Cristiane F. Gomes Gusmão (até 2022)	Jefferson Pedroza dos Santos
Cristiane Siggea Benedetto (até 2021)	Jessica Costa Spehar (até 2024)
Cristina Maria Correa de Melo Florêncio	Jéssica da Rocha B. de Oliveira (até 2023)
Cristina Rodrigues Campos (até 2021)	José Mário Pacheco Júnior
Daniela A. Soares de Carvalho (até 2024)	Josiana Aguiar Wanderley (até 2022)
Debora Heloísa Andreoli Luminati	Julia Santos Magalhães
Deleon Marcelo Gonçalves (até 2022)	Julia Paulino
Denise de Campos Gouvêa (até 2022)	Julia Regina Braga Pereira Luna (até 2022)
Denise M. Guarieiro e Carvalho (até 2024)	Juliana Machado Coelho
Diovanna Pereira Quintino (até 2022)	Juliano Coacci Silva (até 2020)
Dominique Cortês de Lima	Karine Barbosa Risso



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Karolyne Cristina Godoy Cordeiro
Kenia Mirtes de Andrade Joffily Bezerra
Larissa Carvalho de Carvalho (até 2022)
Letícia Luzardo de Souza
Leticia Pacheco dos Passos Claro (até 2022)
Litz Mary Lima Bainy
Lucas de Oliveira Xavier
Lucas Santana Sigwalt
Luciana Santa Fé Dantas (até 2021)
Luciane Espíndola de Amorim Souza
Luis Flávio Bazacas Correa Snel de Oliveira
Luiz Fernando Alves Machado
Luiza Coimbra de Oliveira (até 2024)
Maiara Lamas Breves
Maíra Carvalho de Sant'ana
Marcelo Lembi Martins (até 2019)
Marcos Antônio Coelho Soares (até 2023)
Maria Cristina Ribeiro Ferreira (até 2023)
Maria Helena Froz Gomes
Mariana Freitas Priester
Marina Tedesco e Silva (até 2019)
Manuella de Carvalho Coelho
Márcio Brito Silva Ferreira
Maria Izabel Braga Weber
Mariana Freitas Priester
Marília Silva Melo
Mateus Jesus Nunes (até 2022)
Mateus Rocha da Silveira (até 2024)
Mônica Fernandes Burkhardt (até 2023)
Neide Bajo Gonçalves
Paula Anderson de Matos Eustáquio
Paula Regina Gomes (até 2019)
Paulo Henrique de Souza Cardoso
Pedro Marcelo de Sousa Ferreira
Raquel de Araújo Freire (até 2023)
Raquel Carneiro Rolim Vianna (até 2022)
Renata Marchini Loureiro
Rejane Jung Vianna (até 2022)

Ricardo Câmara
Rosemary Martins Leão Pimentel
Sílvia Borges de Lázari
Simone Spindola Martins (até 2023)
Talita Alves Moraes e Rabelo
Tamara Alves Barbosa Neres
Tatianne da Silva Paz (até 2023)
Valéria Barroso da Silveira (até 2022)
Vicente Correia Lima Neto (até 2021)
Yamila K. Oliveira do N. Cunha (até 2021)
Vinícius Alves Euzebio



GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL DO EIXO TEMÁTICO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E CENTRALIDADES

Coordenação do Eixo Temático

Gisele Arrobas Mancini

Denise Mara Guarieiro e Carvalho (até 2023)

Cláudia Varizo Cavalcante (até 2019)

Representantes

CASA CIVIL

Cristiano Lopes Da Cunha (a partir de 2024)

Simone Araújo De Souza De Carvalho (a partir de 2024)

Companhia Energética de Brasília

Wires Santos Amorim (a partir de 2024)

Bruna Gonçalves Rodrigues (a partir de 2024)

Companhia de Planejamento do Distrito Federal

Cecília de Faria Sampaio (até 2022)

Companhia Imobiliária de Brasília

Bruno Ávila Eça de Matos (até 2022)

Elizeu Eliel da Silva Oliveira

Flávio Santiago Moreira Silva (até 2022)

Ludmila Dias Fernandes

Natália Oliveira de Freitas

Patrícia Arantes Coelho

Themis Marinho Da Silva (a partir de 2024)

Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

Alessandra Do Nascimento Bittencourt (a partir de 2024)

Juliana Borin Grapeggia Facó (a partir de 2024)

Vanessa Robassini Dos Santos (a partir de 2024)

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal

Carlos César Vieira Da Luz (a partir de 2024)

Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal

Umberto Rafael De Menezes Filho (a partir de 2024)

Secretaria de Estado de Economia

Ana Cláudia Teixeira Pires (até 2022)

Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura

Fabiana Santos Miziara Mendonça (até 2022)

Gisele Gonçalves Munhões (até 2022)

Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana

Augusto César Elias (até 2022)

Gláucia Bernardo Leite (até 2022)

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Alvimar Marques Camacam (a partir de 2024)

Luciana Lacerda B. Da Nobrega (a partir de 2024)

José Eduardo Pereira Filho (até 2022)

Bruno de Oliveira Watanabe (até 2022)

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda

0



Allan Brandão Fonseca (a partir de 2024)

Secretaria de Estado de Educação

Bruno Medeiros Santana (a partir de 2024)

Secretaria de Estado de Meio Ambiente

Maria Silvia Rossi (até 2022)

Ludmyla Macedo de Castro e Moura

Secretaria de Estado de Obras e

Infraestrutura

Clebiana Aparecida Da Silva (a partir de 2024)

Myrna Cunha Pereira Raw (a partir de 2024)

Secretaria de Estado de Transporte e

Mobilidade

Arisa Kaori Honda (a partir de 2024)

Mirian Mitusuko Izawa Moraes (a partir de 2024)

Secretaria de Estado de Segurança

Pública

Gleydson De Carvalho Andrade (a partir de 2024)

José Rogério Pereira Flor (a partir de 2024)

Secretaria Executiva de Cidades

Amanda Cintra (a partir de 2024)

Elaine De Oliveira La Torre (a partir de 2024)

Secretaria de Estado da Saúde

João Suender Moreira (a partir de 2024)

Reginaldo Feliciano Da Silva Braga (a partir de 2024)

Secretaria de Estado de Turismo

Daniele Faria Lopes (até 2022)

Gódiva Maria Félix Albuquerque (a partir de 2024)

Comitê de Gestão Participativa

André Júnio Tavares Barbosa (a partir de 2024)



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL DO EIXO TEMÁTICO HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Coordenação do Eixo Temático

Cristina Maria Correia de Mello e Manuela de Carvalho Coelho

Marília Silva Melo (até 2023)

Valéria Barroso da Silveira (até 2022)

Denise de Campos Gouvêa (até 2022)

Eneida Aviani Ferreira (até 2020)

Representantes

Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do DF

Alba Evangelista Ramos (até 2022)

Israel Pinheiro Torres (a partir de 2024)

Simone Rodrigues da Rocha (até 2022)

Companhia de Saneamento Ambiental do DF

Henrique Cruvinel Borges Filho (até 2022)

CASA CIVIL

Cristiano Lopes da Cunha

Graziele Lima da Cunha Nogueira (até 2022)

Simone Araújo De Souza De Carvalho (a partir de 2024)

Companhia Energética de Brasília

Fabiano Cardoso Pinto (até 2022)

João Felipe Torres Fernandes (até 2022)

Marcelo Tadeu Meloni (até 2022)

Companhia de Planejamento do DF

Cecília Sampaio (até 2022)

Érika Winge (até 2022)

Juliana Machado Coelho (até 2022)

Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF

Carla de Rezende Castanheira (até 2022)

Caterina Ferrero (até 2022)

Danilo César Silveira Costa (até 2022)

Eder passos (até 2022)

Gabriela Elias Camolesi (a partir de 2024)

Gabriela Regina Coelho Dos Santos (a partir de 2024)

Júnia Salomão Federman

Leandro Pereira Fernandes (até 2022)

Leda Virginia Aguiar de C. Granja (até 2022)

Leonardo Firme (até 2022)

Marcela Zago Vilela

Marcelo Ulisses Pimenta (até 2022)

Pamilla Brasil (até 2022)

Sandra Maria França Marinho (até 2022)

Wesley Waldemar Paranaíba

Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística Do Distrito Federal

Francisco das Chagas Leitão

José Ricardo Cunha Ferreira (até 2022)

Departamento de Trânsito do Distrito Federal

Daniele Sales Valentini (a partir de 2024)



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal

Reinaldo Teixeira Vieira (a partir de 2024)

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF

Jane Batista de Oliveira Santos (até 2022)

Instituto Brasília Ambiental

Ana Beatriz Ulhoa Cobalchini (até 2022)

Andréa Pereira Lima

Karine Karen M. S. Campos (até 2022)

Leonardo Clementino (até 2022)

Patyvall (até 2022)

Simone Jung Matos (até 2022)

Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal

Gabriela Bemvenuto De Abreu E Silva (a partir de 2024)

Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

André Luiz Gomes Dias de Medeiros (até 2022)

Antônio Queiroz Barreto (a partir de 2024)

Gustavo Isac Monteiro de Oliveira

Jullyana Carneiro De Souza (a partir de 2024)

Gustavo Isac Monteiro de Oliveira (até 2022)

Secretaria de Estado de Educação

Michelly Vaz Martins Moreira (até 2022)

Vaiteir Pessoa dos Santos (até 2022)

Secretaria de Estado de Economia

Diogo Santos De Paula (a partir de 2024)

Secretaria de Estado da Saúde

João Suender Moreira (a partir de 2024)

Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil da Secretaria de Estado de Segurança Pública

Gleydson De Carvalho Andrade (a partir de 2024)

Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura

Clebiana Aparecida Da Silva (a partir de 2024)

Diego Lopes Bergamaschi (até 2022)

Myrna Cunha Pereira Raw (a partir de 2024)

Ricardo Rodrigues (até 2022)

Companhia Imobiliária de Brasília

Alessandro Carvalho dos Santos (até 2022)

Bianca Pereira Ilha (até 2022)

Felipe Araujo (até 2022)

Giulliano M. Penatti (até 2022)

Igor Vasconcelos (até 2022)

João Pedro Câmara (até 2020)

José Ferreira (até 2022)

Marco Aurélio Soares Salgado

Marcos Salgado Francisco das Chagas Leitão (até 2022)

Mateus Barbosa Rodrigues (a partir de 2024)

Renato Correia Leal (até 2022)

Sérgio Martin (até 2022)

Comitê de Gestão Participativa

Adalberto Ferreira De Paula Carvalho

Carlos José Da Silva

Mário Blanco Nunes Neto

Francisco Dorion De Moraes

Verônica Ferreira De Figueiredo

Ludmila De Araújo Correia

Samia Waleeska Pereira B. De Carvalho



**GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL DO EIXO TEMÁTICO
MOBILIDADE**

Coordenação do Eixo Temático

Camila de Carvalho Pires Lammers

Jéssica da Rocha Brito Oliveira (até 2023)

Representantes

CASA CIVIL

Cristiano Lopes da Cunha

**Companhia de Planejamento do
Distrito Federal**

Carlos Chagastelis Martins Leal (até
2022)

Umberto Rafael De Menezes Filho (até
2022)

**Departamento de Estradas de
Rodagem do Distrito Federal**

Reinaldo Teixeira Vieira (a partir 2024)

Alessandro Nogueira Aleixo (a partir
2024)

Alexandre Henrique Silva (até 2022)

Bruno Corrêa Terra Amaral (até 2022)

Carla Andrea Mujica Conti Pedrosa

Fernanda Silva Gomes

**Companhia Urbanizadora da Nova
Capital do Brasil**

Alessandra do Nascimento Bittencourt
(a partir 2024)

Maria da Gloria Rincon Ferreira (até
2022)

Secretaria Executiva de Cidades

Amanda Cintra (a partir 2024)

Stenio Fonseca da Costa Vale (até 2022)

**Departamento de Trânsito do Distrito
Federal**

Daniele Sales Valentini (a partir 2024)

**Instituto de Pesquisa e Estatística do
Distrito Federal**

Jessica R. B. Oliveira (a partir 2024)

**Companhia do Metropolitano do
Distrito Federal**

**Secretaria de Estado de Transporte e
Mobilidade**

Adriana Cristina da Silva Souza (até 2022)

Alessandro Silva Barbosa (até 2022)

Eduardo Crosara (até 2022)

Mirian Mitusuko Izawa Moraes (a partir
2024)

Olga Chiode P. Batista dos Santos (até
2022)

Secretaria de Estado de Saúde

João Suender Moreira (a partir 2024)

**Secretaria de Estado de Obras e
Infraestrutura**



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Clebiana Aparecida da Silva (a partir 2024)

Myrna Cunha Pereira Raw (até 2022)

Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil da Secretaria de Estado de Segurança Pública

Gleydson de Carvalho Andrade (a partir 2024)

Companhia Imobiliária de Brasília

Edlla Souza dos Santos (a partir 2024)

Comitê de Gestão Participativa

Benny Schvarserg

Carolina Baima Cavalcante

Geizianne Gomes Rodrigues

Paulo Henrique Da Silva Santarém-Paique

Rafael Damasceno Serrati



GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL DO EIXO TEMÁTICO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA

Coordenação do Eixo Temático

Pedro Marcelo de Sousa Ferreira e Talita Alves Morais e Rabelo

Anne Elise Rabelo Rodrigues (até 2024)

José Mário Pacheco Júnior (até 2022)

Ana Paula Albuquerque Campos Costalonga Seraphim (até 2020)

Representantes

Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal

Alba Evangelista Ramos

Caroline Isabella Dias Gomes

Jeferson da Costa

Kaoara Batista de Sá

Leandro Antonio Diniz Oliveira

Simone Rodrigues da Rocha

Silvo Gois de Alcântara

Victor Alexandre Bittencourt Sucupira

Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal

Aline Batista de Oliveira Soares (até 2022)

Aruza Teresa Tanios Nemer Xavier

Francisca Dariana Gonçalves Lima (até 2022)

Glênio da Luz Lima Júnior (até 2022)

Henrique Cruvinel Borges Filho (até 2022)

Luiza Carneiro Brasil

Suzi Amanda De Souza (a partir de 2023)

Aline Batista De Oliveira Brites (a partir de 2023)

Georgenis Trigueiro Fernandes (a partir de 2023)

Carolina Silva De Oliveira Sá (a partir de 2023)

Companhia Energética de Brasília

João Felipe Torres Fernandes

Companhia de Planejamento do Distrito Federal

Cecília de Faria Sampaio

Kássia Batista de Castro

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

Marcos de Lara Maia

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos Brasília Ambiental

Diego Martins Rezende (até 2022)

Guilhermino Silveira Rocha (até 2022)

Nathalia Lima de Araújo Almeida

Pedro Braga Netto

Raphael Lima Macêdo

Renato Prado dos Santos



Companhia Urbanizadora da Nova

Capital do Brasil

Gabriela Sekeff Marques

Helder Naves Torres

Jimena Stringuetti Gaspar de Mello

Vanessa Figueiredo Mendonça de Freitas

Secretaria Executiva das Cidades

Mário Blanco Nunes Neto

Secretaria de Estado do Meio Ambiente

Glauco Amorim da Cruz

Hamilton Favilla Neto (até 2022)

Isadora Lobão Mori (até 2022)

Igor Moura Lima (até 2022)

Jéssica de Melo Rodrigues (até 2022)

Mariana Santos da Silva (até 2022)

Tereza Cristina Esmeraldo de Oliveira

Dálio Ribeiro De Mendonça Filho (a partir de 2024)

Hermínio Medeiros De Oliveira (a partir de 2024)

Secretaria de Estado da Agricultura,

Abastecimento e Desenvolvimento

Rural

Celbe Berger Schultz

Lucio de Queiroz Passos

Secretaria de Estado de Cultura e

Economia Criativa

Beatriz Coroa do Couto

Daniela Zambam Rodolfo

Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal

Ana Carolina Pereira de Souza (até 2022)

Andrea Portugal Fellows K Dourado (até 2022)

Camila Lopes dos Santos (até 2022)

Douglas Gasparini de Lima (até 2022)

Francisco Antonio Mendes Jorge (até 2022)

André Luiz Junqueira Guimarães (a partir de 2024)

Duilio Moraes Lemos Júnior (a partir de 2024)

Glória Lustosa Pires (a partir de 2024)

Leonardo Yamada Arantes (a partir de 2024)

Lorena Gonçalves Brasil (a partir de 2024)

Murilo De Oliveira Caixeta (a partir de 2024)

Secretaria de Estado de Saúde

João Suender Moreira

Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade

Ricardo Sergio De Oliveira E Silva (a partir de 2022)

Arissa Kaori Honda (a partir de 2022)

Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura

Diego Lopes Bergamaschi

Gabriel Martins Sales Fonte

Ricardo Novaes Rodrigues Silva



Companhia Imobiliária de Brasília

Pedro Rafael Mandai (até 2022)
Albatênio Resende Granja Jr (a partir de
2022)

Danilo Cruz De Lima (a partir de 2022)
Leandro Ruas Tavares E Sousa (a partir de
2022)
Nelson Alves Louzeiro Júnior (a partir de
2022)

Comitê de Gestão Participativa

Betúlia De Moraes Souto

Guilherme Jaganu

Jhennyfer Loyane Gama Pires

Rossana Maria Delpino Sapena

GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL DO EIXO TEMÁTICO GESTÃO DE VALORIZAÇÃO SOCIAL DA TERRA

Coordenação Do Eixo Temático

Jefferson Pedroza dos Santos

Cristiane Gomes Ferreira Gusmão (até 2021)

Representantes

Companhia de Saneamento Ambiental do DF

Fábio Bakker Isaías (a partir 2024)

CASA CIVIL

Cristiano Lopes da Cunha (a partir de 2024)

Departamento de Trânsito do Distrito Federal

Daniele Sales Valentini (a partir de 2024)

Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal

Anamaria De Arago Costa Martins (a partir de 2024)

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda

Allan Brandão Fonseca (a partir de 2024)

Secretaria Executiva de Cidades

Amanda Cintra (a partir de 2024)

Secretaria de Estado da Saúde

João Suender Moreira (a partir de 2024)

Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil da Secretaria de Estado de Segurança Pública

Gleydson De Carvalho Andrade (a partir de 2024)

Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura

Clebiana Aparecida Da Silva (a partir de 2024)

Companhia Imobiliária de Brasília

Ana Virgínia Elias Porto (até 2022)

Lícia Mascarenhas Braga (a partir de 2024)

Maria Helena Chaves Pinheiro G.

Gasparinetti (até 2022)

Comitê de Gestão Participativa

Carolina Pescatori Cândido Da Silva

João Gilberto De Carvalho Accioly

Letícia Luzardo De Sousa

Maria Helena Fróz Gomes

GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL DO EIXO TEMÁTICO RURALIDADES

Coordenação do Eixo Temático

Pedro Marcelo de Sousa Ferreira e Talita Alves Morais e Rabelo

Jessica Costa Spehar (até 2024)
Camila Maia Dias Silva (até 2022)

Representantes

Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do DF

Alba Evangelista Ramos (até 2022)
Israel Pinheiro Torres (a partir de 2024)

CASA CIVIL

Cristiano Lopes da Cunha (a partir de 2024)

Companhia De Saneamento Ambiental Do Distrito Federal

Agnaldo Siebra
Carolina Silva de Oliveira Sá
Francisca Dariana G Lima
Georgenis Trigueiro Fernandes
Glênio da Luz Lima Junior
Messival José Mendes

Companhia de Planejamento do DF

Cecília Sampaio (até 2022)
Debora de Castro Nesralla (até 2022)
Larissa Ane de Sousa Lima (até 2022)

Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF

Carla de Rezende Castanheira (até 2022)
Caterina Ferrero (até 2022)
Danilo César Silveira Costa (até 2022)
Eder passos (até 2022)

Gabriela Elias Camolesi (a partir de 2024)
Gabriela Regina Coelho Dos Santos (a partir de 2024)
Júnia Salomão Federman
Leandro Pereira Fernandes (até 2022)
Leda Virginia Aguiar de C. Granja (até 2022)
Leonardo Firme (até 2022)
Marcela Zago Vilela
Marcelo Ulisses Pimenta (até 2022)
Pamilla Brasil (até 2022)
Sandra Maria França Marinho (até 2022)
Wesley Waldemar Paranaíba

Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística Do Distrito Federal

Francisco das Chagas Leitão
Andrea Mendonça de Moura (até 2022)

Departamento de Trânsito do Distrito Federal

Daniele Sales Valentini (a partir de 2024)

Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal

Reinaldo Teixeira Vieira (a partir de 2024)

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF

Sérgio Dias Orsi

Instituto Brasília Ambiental



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Ana Beatriz Ulhoa Cobalchini (até 2022)

Andréa Pereira Lima

Karine Karen M. S. Campos (até 2022)

Leonardo Clementino (até 2022)

Patyvall (até 2022)

Simone Jung Matos (até 2022)

Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal

Aline da Nóbrega Oliveira (a partir de 2024)

Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Antônio Queiroz Barreto (a partir de 2024)

Diogo Santos de Paula (até 2022)

Gustavo Isac Monteiro de Oliveira (até 2022)

Secretaria de Estado de Educação

Julio Cesar Alves Sampai (até 2022)

Moema Alves do Amaral (até 2022)

Pollyana Cardoso Neves Lopes (até 2022)

Michelly Vaz Martins Moreira (até 2022)

Vaiteir Pessoa dos Santos (até 2022)

Secretaria de Estado de Economia

Diogo Santos De Paula (a partir de 2024)

Comitê de Gestão Participativa

Claudio Antônio Teixeira Pires

Cristiane Siggea Benedetto

Marcos Luiz Santarosa

Maria Estela Cavalcante Paraguassu De Oliveira

Massae Watanabe

Secretaria Executiva de Cidades

Amanda Cintra (a partir de 2024)

Secretaria de Estado da Saúde

João Suender Moreira (a partir de 2024)

Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil da Secretaria de Estado de Segurança Pública

Gleydson De Carvalho Andrade (a partir de 2024)

Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura

Clebiana Aparecida Da Silva (a partir de 2024)

Companhia Imobiliária de Brasília

Alessandro Carvalho dos Santos (até 2022)

Aramis Cardoso Beltrami (até 2022)

Celbe Berger Schultz (a partir de 2024)

César Valdenir Teixeira (até 2022)

Fabiana di Lúcia da Silva Peixoto (a partir de 2024)

Larissa Ane de Souza Lima (até 2022)



GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL DO EIXO TEMÁTICO TERRITÓRIO RESILIENTE

Coordenação do Eixo Temático

Giovana de Almeida Martins Azevêdo

Daniela Antônia Soares de Carvalho (até 2024)

Edna Aires e José Mário Pacheco Júnior (até 2021)

Representantes

Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura

Clebiana Aparecida Da Silva

Myrna Cunha Pereira Raw

Secretaria de Estado do Meio Ambiente

Dálio Ribeiro De Mendonça Filho

Teresa Cristina C. Esmeraldo De Oliveira

Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal

Israel Pinheiro Torres

Instituto Brasília Ambiental

Nathália Lima De Araújo Almeida

Departamento De Trânsito Do Distrito Federal

Daniele Sales Valentini

Renata Caetano Costa

Yara Da Silva Geraldini

Empresa De Assistência Técnica E Extensão Rural Do Distrito Federal

Marcos De Lara Maia

Companhia Imobiliária De Brasília

Aynnã Ataide Ribeiro Fagundes

Albatênio Resende Granja Jr.

Danilo Cruz De Lima

Leandro Ruas Tavares E Sousa

Nelson Alves Louzeiro Júnior

Marcella Mesquita Furtado

Companhia De Saneamento Ambiental

Fábio Bakker Isaías

Instituto De Pesquisa E Estatística Do Distrito Federal

Leandro De Almeida Salles

Companhia Urbanizadora Da Nova Capital Do Brasil

Alessandra Do Nascimento Bittencourt

Juliana Borin Grapeggia Facó

Vanessa Robassini Dos Santos

Comitê De Gestão Participativa

Betúlia De Moraes Souto

Ludmila De Araújo Correia



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL DO EIXO TEMÁTICO PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GOVERNANÇA

Coordenação do Eixo Temático

Silvia Borges de Lázari

Antonio Maycon Martins (até 2024)

Eneida Aviani Ferreira (até 2022)

Cristiane Siggea Benedetto (até 2021)

Representantes

Companhia de Saneamento Ambiental do DF

Fábio Bakker Isaías (a partir de 2024)

CASA CIVIL

Cristiano Lopes da Cunha (a partir de 2024)

Departamento de Trânsito do Distrito Federal

Daniele Sales Valentini (a partir de 2024)

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF

Loiselene Carvalho Da Trindade (a partir de 2024)

Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal

Marlene Maria Dos Santos Rodrigues (a partir de 2024)

Secretaria Executiva de Cidades

Amanda Cintra (a partir de 2024)

Secretaria de Estado da Saúde

João Suender Moreira (a partir de 2024)

Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil da Secretaria de Estado de Segurança Pública

Gleydson De Carvalho Andrade (a partir de 2024)

Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura

Clebiana Aparecida Da Silva (a partir de 2024)

Secretaria de Estado do Meio Ambiente

Ludmyla Macedo De Castro E Moura (a partir de 2024)

Comitê de Gestão Participativa

André Júnio Tavares Barbosa

Guilherme Jaganu

João Gilberto De Carvalho Accioly

Ludmila De Araújo Correia



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	60
DESENHO METODOLÓGICO DA REVISÃO DO PDOT	60
LEITURA TÉCNICA.....	61
LEITURA COMUNITÁRIA	65
INTRODUÇÃO	68
1 DIAGNÓSTICO TÉCNICO NA ESCALA DO DISTRITO FEDERAL	70
1.1 Leituras Técnicas por Eixo Temático.....	70
1.1.1 Leitura Técnica de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades	70
1.1.2 Leitura Técnica de Gestão de Valorização Social da Terra	74
1.1.3 Leitura Técnica de Habitação e Regularização Fundiária	76
1.1.4 Leitura Técnica de Meio Ambiente e Infraestrutura	82
1.1.5 Leitura Técnica de Mobilidade	84
1.1.6 Leitura Técnica de Ruralidades	88
1.2 Leituras Técnicas por Eixo Transversal	90
1.2.1 Leitura Técnica de Participação Social e Governança	90
1.2.2 Leitura Técnica de Território Resiliente.....	92
2 DIAGNÓSTICO TÉCNICO NA ESCALA DAS UNIDADES DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL – UPT 96	
2.1 UPT Central	97
2.1.1 Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades	103
2.1.2 Habitação e Regularização Fundiária.....	107
2.1.3 Meio Ambiente e Infraestrutura	110
2.1.4 Mobilidade.....	111
2.2 UPT Central Adjacente I	115
2.2.1 Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades	121
2.2.2 Habitação e Regularização Fundiária.....	125



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

2.2.3	Meio Ambiente e Infraestrutura	128
2.2.4	Mobilidade.....	129
2.2.5	Ruralidades	131
2.3	UPT Central Adjacente II.....	134
2.3.1	Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades	140
2.3.2	Habitação e Regularização Fundiária.....	145
2.3.3	Meio Ambiente e Infraestrutura	148
2.3.4	Mobilidade.....	149
2.3.5	Ruralidades	152
2.4	UPT Leste	155
2.4.1	Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades	161
2.4.2	Habitação e Regularização Fundiária.....	166
2.4.3	Meio Ambiente e Infraestrutura	169
2.4.4	Mobilidade.....	171
2.4.5	Ruralidades	173
2.5	UPT Norte	175
2.5.1	Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades	182
2.5.2	Habitação e Regularização Fundiária.....	185
2.5.3	Meio Ambiente e Infraestrutura	186
2.5.4	Mobilidade.....	188
2.5.5	Ruralidades	190
2.6	UPT Oeste	193
2.6.1	Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades	199
2.6.2	Habitação e Regularização Fundiária.....	200
2.6.3	Meio Ambiente e Infraestrutura	202
2.6.4	Mobilidade.....	204



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

2.6.5	Ruralidades	206
2.7	UPT Sul	208
2.7.1	Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades	215
2.7.2	Habitação e Regularização Fundiária.....	219
2.7.3	Meio Ambiente e Infraestrutura	221
2.7.4	Mobilidade.....	223
2.7.5	Ruralidades	226
3	DIAGNÓSTICO TÉCNICO NA ESCALA DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS – RA.....	230
3.1	1ª Reunião: Regiões Administrativas da UPT Oeste	230
3.1.1	Brazlândia	231
3.1.2	Ceilândia	232
3.1.3	Samambaia	233
3.1.4	Sol Nascente/Pôr do Sol	235
3.1.5	Taguatinga	236
3.2	2ª Reunião: Regiões Administrativas da UPT Sul.....	238
3.2.1	Gama.....	239
3.2.2	Recanto das Emas.....	241
3.2.3	Riacho Fundo II	243
3.2.4	Santa Maria.....	245
3.3	3ª Reunião: Regiões Administrativas da UPT Leste	247
3.3.1	Itapoã.....	248
3.3.2	Jardim Botânico	250
3.3.3	Paranoá.....	251
3.3.4	São Sebastião.....	253
3.4	4ª Reunião: Regiões Administrativas da UPT Norte	254
3.4.1	Fercal	255
3.4.2	Planaltina	257



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

3.4.3	Sobradinho.....	258
3.4.4	Sobradinho II.....	260
3.5	5ª Reunião: Regiões Administrativas da UPT Central Adjacente I.....	261
3.5.1	Lago Norte	262
3.5.2	Lago Sul.....	264
3.5.3	Park Way.....	265
3.5.4	Varjão.....	267
3.6	6ª Reunião: Regiões Administrativas da UPT Central Adjacente II.....	269
3.6.1	Águas Claras.....	270
3.6.2	Arniqueira	271
3.6.3	Guará	272
3.6.4	Núcleo Bandeirante	273
3.6.5	Riacho Fundo	275
3.6.6	SCIA/Estrutural	276
3.6.7	SIA	277
3.6.8	Vicente Pires	279
3.7	7ª Reunião: Regiões Administrativas da UPT Central.....	281
3.7.1	Candangolândia	281
3.7.2	Cruzeiro.....	283
3.7.3	Plano Piloto.....	284
3.7.4	Sudoeste/Octogonal	286
4	ESTUDOS DIRECIONADOS	288
4.1	Avaliação das diretrizes e dispositivos do Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE aplicada à revisão do PDOT.....	288
4.2	Análise da ocupação das Macrozonas do Distrito Federal nos últimos 10 anos como subsídio ao processo de revisão do PDOT.....	289



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

4.3	Proposta para o Sistema de Áreas Verdes e Espaços Livres Vegetados do Distrito Federal – SAVEDF	290
5	DIAGNÓSTICO COMUNITÁRIO NA ESCALA DO DISTRITO FEDERAL.....	292
5.1	1º Encontro Para Pensar o Território: Habitação e Regularização	297
5.2	2º Encontro Para Pensar o Território: Ruralidades.....	298
5.3	3º Encontro Para Pensar o Território: Mobilidade	299
5.4	4º Encontro Para Pensar o Território: Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades	301
5.5	5º Encontro Para Pensar o Território: Meio Ambiente e Infraestrutura	302
5.6	6º Encontro Para Pensar o Território: Gestão de Valorização Social da Terra	304
5.7	7º Encontro Para Pensar o Território: Participação Social e Governança	305
5.8	8º Encontro Para Pensar o Território: Território Resiliente	307
6	DIAGNÓSTICO COMUNITÁRIO NA ESCALA DAS UNIDADES DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL – UPT 309	
6.1	1ª Oficina Temática: UPT Sul	311
6.2	2ª Oficina Temática: UPT Oeste.....	313
6.3	3ª Oficina Temática: UPT Central Adjacente II	314
6.4	4ª Oficina Temática: UPT Leste.....	315
6.5	5ª Oficina Temática: UPT Norte.....	317
6.6	6ª Oficina Temática: UPT Central Adjacente I	318
6.7	7ª Oficina Temática: UPT Central	319
6.8	PONTOS RELEVANTES DAS OFICINAS TEMÁTICAS NA ESCALA DO DISTRITO FEDERAL.....	321
6.8.1	Gestão Social da Terra e Habitação e Regularização.....	321
6.8.2	Ruralidades e Meio Ambiente e Infraestrutura.....	322
6.8.3	Mobilidade e Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades	322
7	DIAGNÓSTICO COMUNITÁRIO NA ESCALA DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS – RA e SEGMENTOS/TEMAS ESPECÍFICOS DA SOCIEDADE	324
7.1	Metodologia.....	325
7.1.1	Oficinas Participativas: Coleta De Contribuições Da População.....	325



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

7.1.2 Sistematização De Dados: Tratamento Dos Dados Coletados Nas Oficinas Participativas.....	329
7.1.3 Conceitos adotados para os Agrupamentos.....	332
7.2 Resultados das Oficinas Participativas por Região Administrativa (RA).....	344
7.2.1 1ª Oficina Participativa: Vicente Pires	345
7.2.2 3ª Oficina Participativa: Paranoá.....	354
7.2.3 4ª Oficina Participativa: Cruzeiro.....	362
7.2.4 5ª Oficina Participativa: Lago Norte	371
7.2.5 6ª Oficina Participativa: Brazlândia	381
7.2.6 8ª Oficina Participativa: Gama.....	389
7.2.7 10ª Oficina Participativa: Núcleo Bandeirante	398
7.2.8 11ª e 45ª Oficina Participativa: Ceilândia.....	407
7.2.9 14ª Oficina Participativa: Santa Maria.....	416
7.2.10 15ª Oficina Participativa: Sobradinho.....	424
7.2.11 17ª Oficina Participativa: Arniqueira	433
7.2.12 18ª Oficina Participativa: Recanto das Emas.....	442
7.2.13 19ª Oficina Participativa: Águas Claras.....	450
7.2.14 20ª Oficina Participativa: Fercal.....	459
7.2.15 23ª Oficina Participativa: SCIA/Estrutural	467
7.2.16 24ª Oficina Participativa: Lago Sul.....	477
7.2.17 25ª Oficina Participativa: Samambaia	485
7.2.18 27ª Oficina Participativa: Taguatinga	494
7.2.19 28ª Oficina Participativa: Sudoeste/Octogonal	503
7.2.20 30ª Oficina Participativa: Itapoã.....	511
7.2.21 32ª Oficina Participativa: Riacho Fundo	520
7.2.22 34ª Oficina Participativa: Sol Nascente/Pôr do Sol	529
7.2.23 36ª Oficina Participativa: Sobradinho II.....	538



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

7.2.2437ª Oficina Participativa: Riacho Fundo II	547
7.2.2538ª Oficina Participativa: SIA	556
7.2.2639ª Oficina Participativa: Planaltina	564
7.2.2742ª Oficina Participativa: Candangolândia	573
7.2.2844ª Oficina Participativa: Varjão.....	582
7.2.2946ª Oficina Participativa: Guará	591
7.2.3047ª Oficina Participativa: São Sebastião	599
7.2.3149ª Oficina Participativa: RA Arapoanga	608
7.2.3250ª Oficina Participativa: RA Jardim Botânico.....	617
7.2.3352ª Oficina Participativa: Park Way	625
7.2.3453ª Oficina Participativa: Água Quente	634
7.2.3555ª Oficina Participativa: Plano Piloto	643
7.3 Resultado das Oficinas Participativas por Segmentos Temáticos	652
7.3.1 2ª Oficina Participativa: Direito à Cidade, Moradia e Habitação.....	652
7.3.2 7ª Oficina Participativa: Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio	661
7.3.3 9ª Oficina Participativa: População LGBTQIAP+	670
7.3.4 12ª Oficina Participativa: Comunidades Tradicionais, Quilombolas, Ciganas e Indígenas.....	678
7.3.5 13ª Oficina Participativa: Mulheres e Igualdade de Gênero	686
7.3.6 16ª Oficina Participativa: Região Metropolitana	694
7.3.7 21ª Oficina Participativa: Transporte e Mobilidade Urbana	704
7.3.8 22ª Oficina Participativa: Pessoas com Deficiência	711
7.3.9 26ª Oficina Participativa: Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Democratização do Acesso à Terra.....	720
7.3.1029ª Oficina Participativa: Migrantes, Imigrantes, Apátridas e Refugiados.....	728
7.3.1131ª Oficina Participativa: Cultura	735



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

7.3.1233ª Oficina Participativa: Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Água	741
7.3.1335ª Oficina Participativa: População em Situação de Rua.....	750
7.3.1440ª Oficina Participativa: Regularização Fundiária Urbana.....	759
7.3.1541ª Oficina Participativa: Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS.....	768
7.3.1643ª Oficina Participativa: Infância, Juventude e Idosos.....	776
7.3.1748ª Oficina Participativa: Igualdade Racial.....	784
7.3.1851ª Oficina Participativa: Regularização Fundiária Rural.....	793
7.3.1954ª Oficina Participativa: Produtores Rurais.....	802
7.4 Sínteses dos resultados das oficinas participativas.....	810
7.4.1 Síntese dos resultados das Oficinas Participativas por RA aplicados às Unidades de Planejamento Territorial (UPT).....	810
7.4.2 Síntese dos resultados das Oficinas Participativas por RA aplicados ao Distrito Federal.....	866
7.4.3 Síntese dos resultados das Oficinas Participativas por Segmentos Temáticos aplicados ao Distrito Federal.....	875
7.5 Considerações Finais – Oficinas participativas.....	882
8 CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS DO DIAGNÓSTICO.....	889
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	912



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

FIGURAS

Figura 1 – Fotografias da Oficina com Técnicos de RA da UPT Oeste.	231
Figura 2 – Fotografias da Oficina com Técnicos de RA da UPT Sul.	239
Figura 3 – Fotografias da Oficina com Técnicos de RA da UPT Leste.	248
Figura 4 – Fotografias da Oficina com Técnicos de RA da UPT Norte.	255
Figura 5 – Fotografias da Oficina com Técnicos de RA da UPT Central Adjacente I.	262
Figura 6 – Fotografias da Oficina com Técnicos de RA da UPT Central Adjacente II.	269
Figura 7 – Fotografias da Oficina com Técnicos de RA da UPT Central.	281
Figura 8 – Exemplo de apresentação da estrutura do Encontro Para Pensar o Território realizado pelo Eixo Temático Ruralidades.	294
Figura 9 – Exemplo de orientação para a dinâmica do Encontro Para Pensar o Território realizado pelo Eixo Temático Centralidades.	294
Figura 10 – Exemplo de dinâmica de enquete no Encontro Para Pensar o Território realizado pelo Eixo Temático Mobilidade	295
Figura 11 – Exemplo de apresentação temática no Encontro Para Pensar o Território realizado pelo Eixo Temático Meio Ambiente e Infraestrutura.	295
Figura 12 – Fotografias da Oficina Participativa RA Vicente Pires.	345
Figura 13 – Fotografias da Oficina Participativa RA Paranoá.	354
Figura 14 – Fotografias da Oficina Participativa RA Cruzeiro.	363
Figura 15 – Fotografias da Oficina Participativa RA Lago Norte.	372
Figura 16 – Fotografias da Oficina Participativa RA Brazlândia.	381
Figura 17 – Fotografias da Oficina Participativa RA Gama.	390
Figura 18 – Fotografias da Oficina Participativa RA Núcleo Bandeirante.	399
Figura 19 – Fotografias da Oficina Participativa RA Ceilândia.	408
Figura 20 – Fotografias da Oficina Participativa RA Santa Maria.	417
Figura 21 – Fotografias da Oficina Participativa RA Sobradinho.	425
Figura 22 – Fotografias da Oficina Participativa RA Arniqueira.	434
Figura 23 – Fotografias da Oficina Participativa RA Recanto das Emas.	442
Figura 24 – Fotografias da Oficina Participativa RA Águas Claras.	451
Figura 25 – Fotografias da Oficina Participativa RA Fercal.	459
Figura 26 – Fotografias da Oficina Participativa RA SCIA/Estrutural.	468
Figura 27 – Fotografias da Oficina Participativa RA Lago Sul.	477



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Figura 28 – Fotografias da Oficina Participativa RA Samambaia..	486
Figura 29 – Fotografias da Oficina Participativa RA Taguatinga.	495
Figura 30 – Fotografias da Oficina Participativa RA Sudoeste/Octogonal.	504
Figura 31 – Fotografias da Oficina Participativa RA Itapoã.	512
Figura 32 – Fotografias da Oficina Participativa RA Riacho Fundo.	521
Figura 33 – Fotografias da Oficina Participativa RA Sol Nascente/Pôr do Sol.	530
Figura 34 – Fotografias da Oficina Participativa RA Sobradinho II.	539
Figura 35 – Fotografias da Oficina Participativa RA Riacho Fundo II.	548
Figura 36 – Fotografias da Oficina Participativa RA SIA.	557
Figura 37 – Fotografias da Oficina Participativa RA Planaltina.	565
Figura 38 – Fotografias da Oficina Participativa RA Candangolândia.	574
Figura 39 – Fotografias da Oficina Participativa RA Varjão.	582
Figura 40 – Fotografias da Oficina Participativa RA Guará.	591
Figura 41 – Fotografias da Oficina Participativa RA São Sebastião.	600
Figura 42 – Fotografias da Oficina Participativa RA Arapoanga.	609
Figura 43 – Fotografias da Oficina Participativa RA Jardim Botânico.	617
Figura 44 – Fotografias da Oficina Participativa RA Park Way.	626
Figura 45 – Fotografias da Oficina Participativa RA Água Quente.	635
Figura 46 – Fotografias da Oficina Participativa RA Plano Piloto.	644
Figura 47 – Fotografias da Oficina Participativa – Direito à Cidade, Moradia e Habitação.	653
Figura 48 – Fotografias da Oficina Participativa – Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio.	662
Figura 49 – Fotografias da Oficina Participativa – População LGBTQIAP+.	671
Figura 50 – Fotografias da Oficina Participativa – Comunidades Tradicionais, Quilombolas, Ciganas e Indígenas.	678
Figura 51 – Fotografias da Oficina Participativa – Mulheres e Igualdade de Gênero.	687
Figura 52 – Fotografias da Oficina Participativa – Região Metropolitana.	695
Figura 53 – Fotografias da Oficina Participativa – Transporte e Mobilidade Urbana.	704
Figura 54 – Fotografias da Oficina Participativa – Pessoas com Deficiência.	712
Figura 55 – Fotografias da Oficina Participativa – Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Democratização do Acesso à Terra.	720
Figura 56 – Fotografias da Oficina Participativa – Migrantes, Imigrantes, Apátridas e Refugiados.	729
Figura 57 – Fotografias da Oficina Participativa – Cultura.	736



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Figura 58 – Fotografias da Oficina Participativa – Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Água.	742
Figura 59 – Fotografias da Oficina Participativa – População em Situação de Rua.	751
Figura 60 – Fotografias da Oficina Participativa RA Regularização Fundiária Urbana.	759
Figura 61 – Fotografias da Oficina Participativa – Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS.	768
Figura 62 – Fotografias da Oficina Participativa – Infância, Juventude e Idosos.	777
Figura 63 – Fotografias da Oficina Participativa RA Igualdade Racial.	785
Figura 64 – Fotografias da Oficina Participativa – Regularização Fundiária Rural.	793
Figura 65 – Fotografias da Oficina Participativa – Produtores Rurais.	802

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Problemáticas por Eixo Temático na UPT Central.	102
Gráfico 2 – Problemáticas por Eixo Temático na UPT Central Adjacente I	120
Gráfico 3 – Problemáticas por Eixo Temático na UPT Central Adjacente II.	138
Gráfico 4 – Problemáticas por Eixo Temático na UPT Leste.	160
Gráfico 5 – Problemáticas por Eixo Temático na UPT Norte.	180
Gráfico 6 – Problemáticas por Eixo Temático na UPT Oeste.	197
Gráfico 7 – Problemáticas por Eixo Temático na UPT Sul.	213
Gráfico 8 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Vicente Pires).	346
Gráfico 9 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Vicente Pires.	347
Gráfico 10 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Vicente Pires.	348
Gráfico 11 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Vicente Pires).	349
Gráfico 12 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Vicente Pires).	349
Gráfico 13 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Vicente Pires).	350
Gráfico 14 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Vicente Pires).	350



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 15 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Vicente Pires).	351
Gráfico 16 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Vicente Pires).	351
Gráfico 17 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Vicente Pires).	352
Gráfico 18 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Vicente Pires).	352
Gráfico 19 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Paranoá).	355
Gráfico 20 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Paranoá.	356
Gráfico 21 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Paranoá.	357
Gráfico 22 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Paranoá).	358
Gráfico 23 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Paranoá).	358
Gráfico 24 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Paranoá).	359
Gráfico 25 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Paranoá).	359
Gráfico 26 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Paranoá).	360
Gráfico 27 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Paranoá).	360
Gráfico 28 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Paranoá).	361
Gráfico 29 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Paranoá).	361
Gráfico 30 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Cruzeiro).	364
Gráfico 31 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Cruzeiro.	365



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 32 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Cruzeiro.	366
Gráfico 33 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Cruzeiro).	367
Gráfico 34 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Cruzeiro).	367
Gráfico 35 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Cruzeiro).	368
Gráfico 36 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Cruzeiro).	368
Gráfico 37 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Cruzeiro).	369
Gráfico 38 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Cruzeiro).	369
Gráfico 39 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Cruzeiro).	370
Gráfico 40 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Cruzeiro).	370
Gráfico 41 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Lago Norte).	373
Gráfico 42 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Lago Norte.	374
Gráfico 43 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Lago Norte.	375
Gráfico 44 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Lago Norte).	376
Gráfico 45 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Lago Norte).	376
Gráfico 46 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Lago Norte).	377
Gráfico 47 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Lago Norte).	378
Gráfico 48 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Lago Norte).	378



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 49 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Lago Norte).	379
Gráfico 50 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Lago Norte).	379
Gráfico 51 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Lago Norte).	380
Gráfico 52 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Brazlândia).	382
Gráfico 53 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Brazlândia.	383
Gráfico 54 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Brazlândia.	384
Gráfico 55 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Brazlândia).	385
Gráfico 56 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Brazlândia).	385
Gráfico 57 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Brazlândia).	386
Gráfico 58 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Brazlândia).	386
Gráfico 59 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Brazlândia).	387
Gráfico 60 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Brazlândia).	387
Gráfico 61 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Brazlândia).	388
Gráfico 62 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Brazlândia).	388
Gráfico 63 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Gama).	391
Gráfico 64 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Gama.	392
Gráfico 65 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Gama.	393



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 66 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Gama).	394
Gráfico 67 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Gama).	394
Gráfico 68 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Gama).	395
Gráfico 69 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Gama).	395
Gráfico 70 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Gama).	396
Gráfico 71 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Gama).	396
Gráfico 72 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Gama).	397
Gráfico 73 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Gama).	397
Gráfico 74 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Núcleo Bandeirante).	400
Gráfico 75 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Núcleo Bandeirante.	401
Gráfico 76 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Núcleo Bandeirante.	402
Gráfico 77 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Núcleo Bandeirante).	403
Gráfico 78 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Núcleo Bandeirante).	403
Gráfico 79 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Núcleo Bandeirante).	404
Gráfico 80 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Núcleo Bandeirante).	404
Gráfico 81 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Núcleo Bandeirante).	405



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 82 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Núcleo Bandeirante).	405
Gráfico 83 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Núcleo Bandeirante).	406
Gráfico 84 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Núcleo Bandeirante).	406
Gráfico 85 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Ceilândia).	409
Gráfico 86 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Ceilândia.	410
Gráfico 87 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Ceilândia.	411
Gráfico 88 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Ceilândia).	412
Gráfico 89 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Ceilândia).	412
Gráfico 90 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Ceilândia).	413
Gráfico 91 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Ceilândia).	413
Gráfico 92 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Ceilândia).	414
Gráfico 93 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Ceilândia).	414
Gráfico 94 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Ceilândia).	415
Gráfico 95 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Ceilândia).	415
Gráfico 96 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Santa Maria).	418
Gráfico 97 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Santa Maria.	419
Gráfico 98 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Santa Maria.	420



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 99 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Santa Maria).	421
Gráfico 100 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Santa Maria).	421
Gráfico 101 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Santa Maria).	422
Gráfico 102 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Santa Maria).	422
Gráfico 103 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Santa Maria).	423
Gráfico 104 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Santa Maria).	423
Gráfico 105 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Sobradinho).	426
Gráfico 106 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Sobradinho.	427
Gráfico 107 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Sobradinho.	428
Gráfico 108 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Sobradinho).	429
Gráfico 109 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Sobradinho).	429
Gráfico 110 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Sobradinho).	430
Gráfico 111 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Sobradinho).	430
Gráfico 112 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Sobradinho).	431
Gráfico 113 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Sobradinho).	431
Gráfico 114 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Sobradinho).	432
Gráfico 115 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Sobradinho).	432



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 116 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Arniqueira).	435
Gráfico 117 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Arniqueira.	436
Gráfico 118 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Arniqueira.	437
Gráfico 119 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Arniqueira).	438
Gráfico 120 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Arniqueira).	438
Gráfico 121 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Arniqueira).	439
Gráfico 122 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Arniqueira).	439
Gráfico 123 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Arniqueira).	440
Gráfico 124 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Arniqueira).	440
Gráfico 125 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Arniqueira).	441
Gráfico 126 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Recanto das Emas).	443
Gráfico 127 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Recanto das Emas.	444
Gráfico 128 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Recanto das Emas.	445
Gráfico 129 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Recanto das Emas).	446
Gráfico 130 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Recanto das Emas).	446
Gráfico 131 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Recanto das Emas).	447
Gráfico 132 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Recanto das Emas).	447



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 133 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Recanto das Emas).	448
Gráfico 134 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Recanto das Emas).	448
Gráfico 135 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Recanto das Emas).	449
Gráfico 136 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Recanto das Emas).	449
Gráfico 137 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Águas Claras).	452
Gráfico 138 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Águas Claras.	453
Gráfico 139 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Águas Claras.	454
Gráfico 140 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Águas Claras).	455
Gráfico 141 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Águas Claras).	455
Gráfico 142 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Águas Claras).	456
Gráfico 143 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Águas Claras).	456
Gráfico 144 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Águas Claras).	457
Gráfico 145 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Águas Claras).	457
Gráfico 146 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Águas Claras).	458
Gráfico 147 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Fercal).	460
Gráfico 148 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Fercal.	461
Gráfico 149 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Fercal.	462



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 150 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Fercal).	463
Gráfico 151 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Fercal).	463
Gráfico 152 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Fercal).	464
Gráfico 153 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Fercal).	464
Gráfico 154 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Fercal).	465
Gráfico 155 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Fercal).	465
Gráfico 156 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Fercal).	466
Gráfico 157 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Fercal).	466
Gráfico 158 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA SCIA/Estrutural).	469
Gráfico 159 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA SCIA/Estrutural.	470
Gráfico 160 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA SCIA/Estrutural.	471
Gráfico 161 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA SCIA/Estrutural).	472
Gráfico 162 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA SCIA/Estrutural).	472
Gráfico 163 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA SCIA/Estrutural).	473
Gráfico 164 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA SCIA/Estrutural).	474
Gráfico 165 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA SCIA/Estrutural).	474
Gráfico 166 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA SCIA/Estrutural).	475



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 167 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA SCIA/Estrutural).	475
Gráfico 168 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA SCIA/Estrutural).	476
Gráfico 169 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Lago Sul).	478
Gráfico 170 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Lago Sul.	479
Gráfico 171 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Lago Sul.	480
Gráfico 172 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Lago Sul).	481
Gráfico 173 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Lago Sul).	481
Gráfico 174 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Lago Sul).	482
Gráfico 175 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Lago Sul).	482
Gráfico 176 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Lago Sul).	483
Gráfico 177 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Lago Sul).	483
Gráfico 178 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Lago Sul).	484
Gráfico 179 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Samambaia).	487
Gráfico 180 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Samambaia.	488
Gráfico 181 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Samambaia.	489
Gráfico 182 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Samambaia).	490
Gráfico 183 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Samambaia).	490



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 184 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Samambaia).	491
Gráfico 185 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Samambaia).	491
Gráfico 186 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Samambaia).	492
Gráfico 187 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Samambaia).	492
Gráfico 188 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Samambaia).	493
Gráfico 189 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Samambaia).	493
Gráfico 190 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Taguatinga).	496
Gráfico 191 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Taguatinga.	497
Gráfico 192 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Taguatinga.	498
Gráfico 193 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Taguatinga).	499
Gráfico 194 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Taguatinga).	499
Gráfico 195 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Taguatinga).	500
Gráfico 196 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Taguatinga).	500
Gráfico 197 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Taguatinga).	501
Gráfico 198 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Taguatinga).	501
Gráfico 199 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Taguatinga).	502
Gráfico 200 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Taguatinga).	502



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 201 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Sudoeste/Octogonal).	505
Gráfico 202 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Sudoeste/Octogonal.	506
Gráfico 203 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Sudoeste/Octogonal.	507
Gráfico 204 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Sudoeste/Octogonal).	508
Gráfico 205 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Sudoeste/Octogonal).	508
Gráfico 206 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Sudoeste/Octogonal).	509
Gráfico 207 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Sudoeste/Octogonal).	509
Gráfico 208 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Sudoeste/Octogonal).	510
Gráfico 209 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Sudoeste/Octogonal).	510
Gráfico 210 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Itapoã).	513
Gráfico 211 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Itapoã.	514
Gráfico 212 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Itapoã.	515
Gráfico 213 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Itapoã).	516
Gráfico 214 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Itapoã).	516
Gráfico 215 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Itapoã).	517
Gráfico 216 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Itapoã).	517
Gráfico 217 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Itapoã).	518



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 218 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Itapoã).	518
Gráfico 219 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Itapoã).	519
Gráfico 220 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Itapoã).	519
Gráfico 221 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Fiacho Fundo).	522
Gráfico 222 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Riacho Fundo.	523
Gráfico 223 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Riacho Fundo.	524
Gráfico 224 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Riacho Fundo).	525
Gráfico 225 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Riacho Fundo).	525
Gráfico 226 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Riacho Fundo).	526
Gráfico 227 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Riacho Fundo).	526
Gráfico 228 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Riacho Fundo).	527
Gráfico 229 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Riacho Fundo).	527
Gráfico 230 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Riacho Fundo).	528
Gráfico 231 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Riacho Fundo).	528
Gráfico 232 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Sol Nascente/Pôr do Sol).	531
Gráfico 233 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Sol Nascente/Pôr do Sol.	532
Gráfico 234 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Sol Nascente/Pôr do Sol.	533



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 235 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Sol Nascente/Pôr do Sol).	534
Gráfico 236 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Sol Nascente/Pôr do Sol).	534
Gráfico 237 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Sol Nascente/Pôr do Sol).	535
Gráfico 238 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Sol Nascente/Pôr do Sol).	535
Gráfico 239 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Sol Nascente/Pôr do Sol).	536
Gráfico 240 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Sol Nascente/Pôr do Sol).	536
Gráfico 241 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Sol Nascente/Pôr do Sol).	537
Gráfico 242 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Sol Nascente/Pôr do Sol).	537
Gráfico 243 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Sobradinho II).	540
Gráfico 244 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Sobradinho II.	541
Gráfico 245 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Sobradinho II.	542
Gráfico 246 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Sobradinho II).	543
Gráfico 247 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Sobradinho II).	543
Gráfico 248 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Sobradinho II).	544
Gráfico 249 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Sobradinho II).	544
Gráfico 250 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Sobradinho II).	545
Gráfico 251 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Sobradinho II).	545



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 252 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Sobradinho II).	546
Gráfico 253 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Sobradinho II).	546
Gráfico 254 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Riacho Fundo II).	549
Gráfico 255 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Riacho Fundo II.	550
Gráfico 256 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Riacho Fundo II.	551
Gráfico 257 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Riacho Fundo II).	552
Gráfico 258 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Riacho Fundo II).	552
Gráfico 259 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Riacho Fundo II).	553
Gráfico 260 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Riacho Fundo II).	553
Gráfico 261 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Riacho Fundo II).	554
Gráfico 262 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Riacho Fundo II).	554
Gráfico 263 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Riacho Fundo II).	555
Gráfico 264 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Riacho Fundo II).	555
Gráfico 265 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA SIA).	558
Gráfico 266 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA SIA.	559
Gráfico 267 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA SIA.	560
Gráfico 268 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA SIA).	561



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 269 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA SIA).	561
Gráfico 270 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA SIA).	562
Gráfico 271 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA SIA).	562
Gráfico 272 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA SIA).	563
Gráfico 273 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA SIA).	563
Gráfico 274 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Planaltina).	566
Gráfico 275 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Planaltina.	567
Gráfico 276 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Planaltina.	568
Gráfico 277 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Planaltina).	569
Gráfico 278 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Planaltina).	569
Gráfico 279 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Planaltina).	570
Gráfico 280 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Planaltina).	570
Gráfico 281 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Planaltina).	571
Gráfico 282 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Planaltina).	571
Gráfico 283 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Planaltina).	572
Gráfico 284 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Planaltina).	572
Gráfico 285 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Candangolândia).	575



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 286 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Candangolândia.	576
Gráfico 287 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Candangolândia.	577
Gráfico 288 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Candangolândia).	578
Gráfico 289 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Candangolândia).	578
Gráfico 290 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Candangolândia).	579
Gráfico 291 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Candangolândia).	579
Gráfico 292 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Candangolândia).	580
Gráfico 293 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Candangolândia).	580
Gráfico 294 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Candangolândia).	581
Gráfico 295 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Varjão).	583
Gráfico 296 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Varjão.	584
Gráfico 297 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Varjão.	585
Gráfico 298 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Varjão).	586
Gráfico 299 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Varjão).	586
Gráfico 300 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Varjão).	587
Gráfico 301 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Varjão).	587
Gráfico 302 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Varjão).	588



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 303 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Varjão).	588
Gráfico 304 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Varjão).	589
Gráfico 305 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Varjão).	589
Gráfico 306 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Guará).	592
Gráfico 307 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Guará.	593
Gráfico 308 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Guará.	594
Gráfico 309 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Guará).	595
Gráfico 310 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Guará).	595
Gráfico 311 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Guará).	596
Gráfico 312 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Guará).	596
Gráfico 313 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Guará).	597
Gráfico 314 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Guará).	597
Gráfico 315 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Guará).	598
Gráfico 316 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA São Sebastião).	601
Gráfico 317 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA São Sebastião.	602
Gráfico 318 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA São Sebastião.	603
Gráfico 319 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA São Sebastião).	604



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 320 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA São Sebastião).	604
Gráfico 321 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA São Sebastião).	605
Gráfico 322 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA São Sebastião).	605
Gráfico 323 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA São Sebastião).	606
Gráfico 324 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA São Sebastião).	606
Gráfico 325 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA São Sebastião).	607
Gráfico 326 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA São Sebastião).	607
Gráfico 327 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Arapoanga).	610
Gráfico 328 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Arapoanga.	611
Gráfico 329 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Arapoanga.	612
Gráfico 330 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Arapoanga).	613
Gráfico 331 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Arapoanga).	613
Gráfico 332 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Arapoanga).	614
Gráfico 333 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Arapoanga).	614
Gráfico 334 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Arapoanga).	615
Gráfico 335 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Arapoanga).	615
Gráfico 336 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Arapoanga).	616



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 337 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Jardim Botânico).	618
Gráfico 338 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Jardim Botânico.	619
Gráfico 339 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Jardim Botânico.	620
Gráfico 340 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Jardim Botânico).	621
Gráfico 341 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Jardim Botânico).	621
Gráfico 342 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Jardim Botânico).	622
Gráfico 343 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Jardim Botânico).	622
Gráfico 344 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Jardim Botânico).	623
Gráfico 345 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Jardim Botânico).	623
Gráfico 346 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Jardim Botânico).	624
Gráfico 347 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Jardim Botânico).	624
Gráfico 348 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Park Way).	627
Gráfico 349 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Park Way.	628
Gráfico 350 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Park Way.	629
Gráfico 351 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Park Way).	630
Gráfico 352 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Park Way).	630
Gráfico 353 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Park Way).	631



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 354 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Park Way).	631
Gráfico 355 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Park Way).	632
Gráfico 356 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Park Way).	632
Gráfico 357 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Park Way).	633
Gráfico 358 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Park Way).	633
Gráfico 359 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Água Quente).	636
Gráfico 360 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Água Quente.	637
Gráfico 361 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Água Quente.	638
Gráfico 362 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Água Quente).	639
Gráfico 363 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Água Quente).	639
Gráfico 364 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Água Quente).	640
Gráfico 365 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Água Quente).	640
Gráfico 366 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Água Quente).	641
Gráfico 367 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Água Quente).	641
Gráfico 368 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Água Quente).	642
Gráfico 369 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Água Quente).	642
Gráfico 370 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Plano Piloto).	645



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 371 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Plano Piloto.	646
Gráfico 372 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Plano Piloto.	647
Gráfico 373 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Plano Piloto).	648
Gráfico 374 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Plano Piloto).	648
Gráfico 375 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Plano Piloto).	649
Gráfico 376 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Plano Piloto).	649
Gráfico 377 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Plano Piloto).	650
Gráfico 378 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Plano Piloto).	650
Gráfico 379 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Plano Piloto).	651
Gráfico 380 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Plano Piloto).	651
Gráfico 381 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Direito à Cidade, Moradia e Habitação).	654
Gráfico 382 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Direito à Cidade, Moradia e Habitação).	655
Gráfico 383 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Direito à Cidade, Moradia e Habitação).	656
Gráfico 384 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Direito à Cidade, Moradia e Habitação).	657
Gráfico 385 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (Direito à Cidade, Moradia e Habitação).	657
Gráfico 386 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (Direito à Cidade, Moradia e Habitação).	658



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 387 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (Direito à Cidade, Moradia e Habitação).	658
Gráfico 388 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (Direito à Cidade, Moradia e Habitação).	659
Gráfico 389 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Direito à Cidade, Moradia e Habitação).	659
Gráfico 390 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (Direito à Cidade, Moradia e Habitação).	660
Gráfico 391 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (Direito à Cidade, Moradia e Habitação).	660
Gráfico 392 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio).	663
Gráfico 393 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio).	664
Gráfico 394 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio).	665
Gráfico 395 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio).	666
Gráfico 396 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio).	666
Gráfico 397 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio).	667
Gráfico 398 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio).	668
Gráfico 399 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio).	668
Gráfico 400 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio).	669
Gráfico 401 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio).	669
Gráfico 402 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (População LGBTQIAP+).	672



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 403 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (População LGBTQIAP+).	673
Gráfico 404 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (População LGBTQIAP+).	674
Gráfico 405 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (População LGBTQIAP+).	675
Gráfico 406 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (População LGBTQIAP+).	675
Gráfico 407 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (População LGBTQIAP+).	676
Gráfico 408 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (População LGBTQIAP+).	676
Gráfico 409 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (População LGBTQIAP+).	677
Gráfico 410 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Comunidades Tradicionais, Quilombolas, Ciganas e Indígenas).	679
Gráfico 411 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Comunidades Tradicionais, Quilombolas, Ciganas e Indígenas).	680
Gráfico 412 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Comunidades Tradicionais, Quilombolas, Ciganas e Indígenas).	681
Gráfico 413 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Comunidades Tradicionais, Ciganas e Indígenas).	682
Gráfico 414 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (Comunidades Tradicionais, Ciganas e Indígenas).	682
Gráfico 415 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (Comunidades Tradicionais, Ciganas e Indígenas).	683
Gráfico 416 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (Comunidades Tradicionais, Ciganas e Indígenas).	683
Gráfico 417 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (Comunidades Tradicionais, Ciganas e Indígenas).	684
Gráfico 418 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Comunidades Tradicionais, Ciganas e Indígenas).	684



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 419 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (Comunidades Tradicionais, Ciganas e Indígenas).	685
Gráfico 420 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (Comunidades Tradicionais, Ciganas e Indígenas).	685
Gráfico 421 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Mulheres e Igualdade de Gênero).	688
Gráfico 422 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Mulheres e Igualdade de Gênero).	689
Gráfico 423 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Mulheres e Igualdade de Gênero).	690
Gráfico 424 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Mulheres e Igualdade de Gênero).	691
Gráfico 425 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (Mulheres e Igualdade de Gênero).	691
Gráfico 426 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (Mulheres e Igualdade de Gênero).	692
Gráfico 427 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (Mulheres e Igualdade de Gênero).	692
Gráfico 428 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Mulheres e Igualdade de Gênero).	693
Gráfico 429 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (Mulheres e Igualdade de Gênero).	693
Gráfico 430 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (Mulheres e Igualdade de Gênero).	694
Gráfico 431 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Região Metropolitana).	696
Gráfico 432 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Região Metropolitana).	697
Gráfico 433 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Região Metropolitana).	698
Gráfico 434 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Região Metropolitana).	699



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 435 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (Região Metropolitana)	699
Gráfico 436 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (Região Metropolitana)	700
Gráfico 437 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (Região Metropolitana)	700
Gráfico 438 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (Região Metropolitana)	701
Gráfico 439 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Região Metropolitana)	701
Gráfico 440 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (Região Metropolitana)	702
Gráfico 441 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (Região Metropolitana).	702
Gráfico 442 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Transporte e Mobilidade Urbana).	705
Gráfico 443 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Transporte e Mobilidade Urbana).	706
Gráfico 444 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Transporte e Mobilidade Urbana).	707
Gráfico 445 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Transporte e Mobilidade Urbana).	708
Gráfico 446 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (Transporte e Mobilidade Urbana).	708
Gráfico 447 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (Transporte e Mobilidade Urbana).	709
Gráfico 448 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (Transporte e Mobilidade Urbana).	709
Gráfico 449 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (Transporte e Mobilidade Urbana).	710
Gráfico 450 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Transporte e Mobilidade Urbana).	710



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 451 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Pessoas com Deficiência).	713
Gráfico 452 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Pessoas com Deficiência).	714
Gráfico 453 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Pessoas com Deficiência).	715
Gráfico 454 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Pessoas com Deficiência).	716
Gráfico 455 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (Pessoas com Deficiência).	716
Gráfico 456 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (Pessoas com Deficiência).	717
Gráfico 457 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (Pessoas com Deficiência).	717
Gráfico 458 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Pessoas com Deficiência).	718
Gráfico 459 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (Pessoas com Deficiência).	718
Gráfico 460 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (Pessoas com Deficiência).	719
Gráfico 461 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Democratização do Acesso à Terra).	721
Gráfico 462 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Democratização do Acesso à Terra).	722
Gráfico 463 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Democratização do Acesso à Terra).	723
Gráfico 464 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Democratização do Acesso à Terra).	724
Gráfico 465 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Democratização do Acesso à Terra).	724



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

- Gráfico 466** – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Democratização do Acesso à Terra). 725
- Gráfico 467** – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Democratização do Acesso à Terra). 725
- Gráfico 468** – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Democratização do Acesso à Terra). 726
- Gráfico 469** – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Democratização do Acesso à Terra). 726
- Gráfico 470** – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Democratização do Acesso à Terra). 727
- Gráfico 471** – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Democratização do Acesso à Terra). 727
- Gráfico 472** – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Migrantes, Imigrantes, Apátridas e Refugiados). 730
- Gráfico 473** – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Migrantes, Imigrantes, Apátridas e Refugiados). 731
- Gráfico 474** – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Migrantes, Imigrantes, Apátridas e Refugiados). 732
- Gráfico 475** – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Migrantes, Imigrantes, Apátridas e Refugiados). 733
- Gráfico 476** – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (Migrantes, Imigrantes, Apátridas e Refugiados). 733
- Gráfico 477** – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (Migrantes, Imigrantes, Apátridas e Refugiados). 734
- Gráfico 478** – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Migrantes, Imigrantes, Apátridas e Refugiados). 734
- Gráfico 479** – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (Migrantes, Imigrantes, Apátridas e Refugiados). 735
- Gráfico 480** – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Cultura). 737



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 481 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Cultura).	738
Gráfico 482 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Cultura).	739
Gráfico 483 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Cultura).	740
Gráfico 484 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (Cultura).	740
Gráfico 485 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Cultura).	741
Gráfico 486 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Água).	743
Gráfico 487 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Água).	744
Gráfico 488 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Água).	745
Gráfico 489 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Água).	746
Gráfico 490 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Água).	746
Gráfico 491 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Água).	747
Gráfico 492 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Água).	747
Gráfico 493 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Água).	748
Gráfico 494 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Água).	748
Gráfico 495 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Água).	749
Gráfico 496 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Água).	749



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 497 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (População em Situação de Rua).	752
Gráfico 498 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (População em Situação de Rua).	753
Gráfico 499 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (População em Situação de Rua).	754
Gráfico 500 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (População em Situação de Rua).	755
Gráfico 501 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (População em Situação de Rua).	755
Gráfico 502 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (População em Situação de Rua).	756
Gráfico 503 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (População em Situação de Rua).	756
Gráfico 504 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (População em Situação de Rua).	757
Gráfico 505 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (População em Situação de Rua).	757
Gráfico 506 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (População em Situação de Rua).	758
Gráfico 507 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (População em Situação de Rua).	758
Gráfico 508 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Regularização Fundiária Urbana).	760
Gráfico 509 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Regularização Fundiária Urbana).	761
Gráfico 510 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Regularização Fundiária Urbana).	762
Gráfico 511 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Regularização Fundiária Urbana).	763
Gráfico 512 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (Regularização Fundiária Urbana).	763



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 513 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (Regularização Fundiária Urbana).	764
Gráfico 514 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (Regularização Fundiária Urbana).	765
Gráfico 515 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (Regularização Fundiária Urbana).	765
Gráfico 516 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Regularização Fundiária Urbana).	766
Gráfico 517 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (Regularização Fundiária Urbana).	766
Gráfico 518 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (Regularização Fundiária Urbana).	767
Gráfico 519 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS).	769
Gráfico 520 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS).	770
Gráfico 521 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS).	771
Gráfico 522 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS).	772
Gráfico 523 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS).	772
Gráfico 524 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS).	773
Gráfico 525 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS).	773
Gráfico 526 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS).	774
Gráfico 527 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS).	774
Gráfico 528 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS).	775



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 529 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS).	775
Gráfico 530 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Infância, Juventude e Idosos).	778
Gráfico 531 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Infância, Juventude e Idosos).	779
Gráfico 532 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Infância, Juventude e Idosos).	780
Gráfico 533 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Infância, Juventude e Idosos).	781
Gráfico 534 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (Infância, Juventude e Idosos).	781
Gráfico 535 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (Infância, Juventude e Idosos).	782
Gráfico 536 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (Infância, Juventude e Idosos).	782
Gráfico 537 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Infância, Juventude e Idosos).	783
Gráfico 538 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (Infância, Juventude e Idosos).	783
Gráfico 539 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Igualdade Racial).	786
Gráfico 540 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Igualdade Racial).	787
Gráfico 541 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Igualdade Racial).	788
Gráfico 542 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Igualdade Racial).	789
Gráfico 543 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (Igualdade Racial).	789
Gráfico 544 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (Igualdade Racial).	790
Gráfico 545 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (Igualdade Racial).	790



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 546 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Igualdade Racial).	791
Gráfico 547 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (Igualdade Racial).	791
Gráfico 548 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (Igualdade Racial).	792
Gráfico 549 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Regularização Fundiária Rural).	794
Gráfico 550 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Regularização Fundiária Rural).	795
Gráfico 551 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Regularização Fundiária Rural).	796
Gráfico 552 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Regularização Fundiária Rural).	797
Gráfico 553 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (Regularização Fundiária Rural).	797
Gráfico 554 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (Regularização Fundiária Rural).	798
Gráfico 555 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (Regularização Fundiária Rural).	798
Gráfico 556 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (Regularização Fundiária Rural).	799
Gráfico 557 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Regularização Fundiária Rural).	799
Gráfico 558 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (Regularização Fundiária Rural).	800
Gráfico 559 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (Regularização Fundiária Rural).	800
Gráfico 560 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Produtores Rurais).	803
Gráfico 561 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Produtores Rurais).	804
Gráfico 562 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Produtores Rurais).	805



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 563 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Produtores Rurais).	806
Gráfico 564 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (Produtores Rurais).	806
Gráfico 565 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (Produtores Rurais).	807
Gráfico 566 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (Produtores Rurais).	807
Gráfico 567 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (Produtores Rurais).	808
Gráfico 568 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Produtores Rurais).	808
Gráfico 569 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (Produtores Rurais).	809
Gráfico 570 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (Produtores Rurais).	809
Gráfico 571 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (UPT Central).	811
Gráfico 572 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da UPT Central.	812
Gráfico 573 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da UPT Central.	813
Gráfico 574 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (UPT Central).	814
Gráfico 575 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (UPT Central).	814
Gráfico 576 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (UPT Central).	815
Gráfico 577 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (UPT Central).	815
Gráfico 578 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (UPT Central).	816
Gráfico 579 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (UPT Central).	816



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 580 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (UPT Central).	817
Gráfico 581 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (UPT Central).	817
Gráfico 582 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (UPT Central Adjacente I).	819
Gráfico 583 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da UPT Central Adjacente I.	820
Gráfico 584 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da UPT Central Adjacente I.	821
Gráfico 585 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (UPT Central Adjacente I).	822
Gráfico 586 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (UPT Central Adjacente I).	822
Gráfico 587 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (UPT Central Adjacente I).	823
Gráfico 588 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (UPT Central Adjacente I).	823
Gráfico 589 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (UPT Central Adjacente I).	824
Gráfico 590 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (UPT Central Adjacente I).	825
Gráfico 591 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente(UPT Central Adjacente I).	825
Gráfico 592 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (UPT Central Adjacente I).	826
Gráfico 593 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (UPT Central Adjacente II).	827
Gráfico 594 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da UPT Central Adjacente II.	828
Gráfico 595 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da UPT Central Adjacente II.	829



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 596 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (UPT Central Adjacente II).	830
Gráfico 597 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (UPT Central Adjacente II).	830
Gráfico 598 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (UPT Central Adjacente II).	831
Gráfico 599 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (UPT Central Adjacente II).	831
Gráfico 600 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (UPT Central Adjacente II).	832
Gráfico 601 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (UPT Central Adjacente II).	832
Gráfico 602 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (UPT Central Adjacente II).	833
Gráfico 603 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (UPT Central Adjacente II).	833
Gráfico 604 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (UPT Leste).	835
Gráfico 605 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da UPT Leste.	836
Gráfico 606 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da UPT Leste.	837
Gráfico 607 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (UPT Leste).	838
Gráfico 608 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (UPT Leste).	838
Gráfico 609 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (UPT Leste).	839
Gráfico 610 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (UPT Leste).	839
Gráfico 611 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (UPT Leste).	840
Gráfico 612 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (UPT Leste).	840



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 613 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (UPT Leste).	841
Gráfico 614 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (UPT Leste).	841
Gráfico 615 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (UPT Norte).	843
Gráfico 616 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da UPT Norte.	844
Gráfico 617 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da UPT Norte.	845
Gráfico 618 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (UPT Norte).	846
Gráfico 619 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (UPT Norte).	846
Gráfico 620 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (UPT Norte).	847
Gráfico 621 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (UPT Norte).	847
Gráfico 622 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (UPT Norte).	848
Gráfico 623 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (UPT Norte).	848
Gráfico 624 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (UPT Norte).	849
Gráfico 625 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (UPT Norte).	849
Gráfico 626 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (UPT Oeste).	851
Gráfico 627 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da UPT Oeste.	852
Gráfico 628 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da UPT Oeste.	853
Gráfico 629 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (UPT Oeste).	854



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 630 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (UPT Oeste).	854
Gráfico 631 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (UPT Oeste).	855
Gráfico 632 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (UPT Oeste).	855
Gráfico 633 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (UPT Oeste).	856
Gráfico 634 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (UPT Oeste).	856
Gráfico 635 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (UPT Oeste).	857
Gráfico 636 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (UPT Oeste).	858
Gráfico 637 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (UPT Sul).	859
Gráfico 638 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da UPT Sul.	860
Gráfico 639 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da UPT Sul.	861
Gráfico 640 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (UPT Sul).	862
Gráfico 641 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (UPT Sul).	862
Gráfico 642 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (UPT Sul).	863
Gráfico 643 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (UPT Sul).	863
Gráfico 644 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (UPT Sul).	864
Gráfico 645 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (UPT Sul).	864
Gráfico 646 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (UPT Sul).	865



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 647 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (UPT Sul).	865
Gráfico 648 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (DF).	867
Gráfico 649 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT.	868
Gráfico 650 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população.	869
Gráfico 651 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (DF).	870
Gráfico 652 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (DF).	870
Gráfico 653 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (DF).	871
Gráfico 654 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (DF).	871
Gráfico 655 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (DF).	872
Gráfico 656 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (DF).	872
Gráfico 657 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (DF).	873
Gráfico 658 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (DF).	873
Gráfico 659 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Eixos Temáticos).	875
Gráfico 660 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Segmentos).	876
Gráfico 661 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Segmentos).	877
Gráfico 662 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Segmentos).	878
Gráfico 663 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (Segmentos).	878
Gráfico 664 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (Segmentos).	879



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Gráfico 665 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (Segmentos).	879
Gráfico 666 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (Segmentos).	880
Gráfico 667 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Segmentos).	880
Gráfico 668 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (Segmentos).	881
Gráfico 669 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (Segmentos).	881

MAPAS

Mapa 1 – Problemáticas UPT Central.	98
Mapa 2 – Problemáticas UPT Central Adjacente I.	116
Mapa 3 – Problemáticas UPT Central Adjacente II.	135
Mapa 4 – Problemáticas UPT Leste.	156
Mapa 5 – Problemáticas UPT Norte.	176
Mapa 6 – Problemáticas UPT Oeste.	193
Mapa 7 – Problemáticas UPT Sul.	209
Mapa 8 – Problemáticas - Técnicos RA Brazlândia.	232
Mapa 9 – Problemáticas - Técnicos RA Ceilândia.	233
Mapa 10 – Problemáticas - Técnicos RA Samambaia.	235
Mapa 11 – Problemáticas - Técnicos RA Sol Nacente/Pôr do Sol.	236
Mapa 12 – Problemáticas - Técnicos RA Taguatinga.	237
Mapa 13 – Problemáticas - Técnicos RA Gama.	240
Mapa 14 – Problemáticas - Técnicos RA Recanto das Emas.	242
Mapa 15 – Problemáticas - Técnicos RA Riacho Fundo II.	244
Mapa 16 – Problemáticas - Técnicos RA Santa Maria.	246
Mapa 17 – Problemáticas - Técnicos RA Itapoã.	249
Mapa 18 – Problemáticas - Técnicos RA Jardim Botânico.	251
Mapa 19 – Problemáticas - Técnicos RA Paranoá.	252



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Mapa 20 – Problemáticas - Técnicos RA São Sebastião.	254
Mapa 21 – Problemáticas - Técnicos RA Fercal.	256
Mapa 22 – Problemáticas - Técnicos RA Planaltina.	258
Mapa 23 – Problemáticas - Técnicos RA Sobradinho.	259
Mapa 24 – Problemáticas - Técnicos RA Sobradinho II.	261
Mapa 25 – Problemáticas - Técnicos RA Lago Norte.	263
Mapa 26 – Problemáticas - Técnicos RA Lago Sul.	265
Mapa 27 – Problemáticas - Técnicos RA Park Way.	266
Mapa 28 – Problemáticas - Técnicos RA Varjão.	268
Mapa 29 – Problemáticas - Técnicos RA Águas Claras.	270
Mapa 30 – Problemáticas - Técnicos RA Arniqueira.	272
Mapa 31 – Problemáticas - Técnicos RA Guará.	273
Mapa 32 – Problemáticas - Técnicos RA Núcleo Bandeirante.	274
Mapa 33 – Problemáticas - Técnicos RA Riacho Fundo.	276
Mapa 34 – Problemáticas - Técnicos RA SCIA/Estrutural.	277
Mapa 35 – Problemáticas - Técnicos RA SIA.	278
Mapa 36 – Problemáticas - Técnicos RA Vicente Pires.	280
Mapa 37 – Problemáticas - Técnicos RA Candangolândia.	282
Mapa 38 – Problemáticas - Técnicos RA Cruzeiro.	283
Mapa 39 – Problemáticas - Técnicos RA Plano Piloto.	285
Mapa 40 – Problemáticas - Técnicos RA Sudoeste/Octogonal.	287

QUADROS

Quadro 1 – Problemáticas por Eixo Temático na UPT Central.	98
Quadro 2 – Problemáticas por Eixo Temático na UPT Central Adjacente I.	116
Quadro 3 – Problemáticas por Eixo Temático na UPT Central Adjacente II.	135
Quadro 4 – Problemáticas por Eixo Temático na UPT Leste.	156
Quadro 5 – Problemáticas por Eixo Temático na UPT Norte.	176
Quadro 6 – Problemáticas por Eixo Temático na UPT Oeste.	193
Quadro 7 – Problemáticas por Eixo Temático da UPT Sul.	209
Quadro 8 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Brazlândia.	232
Quadro 9 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Ceilândia.	233
Quadro 10 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Samambaia.	234



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Quadro 11 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Sol Nascente/Pôr do Sol.	236
Quadro 12 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Taguatinga.	237
Quadro 13 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Gama.	240
Quadro 14 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Recanto das Emas.	242
Quadro 15 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Riacho Fundo II	244
Quadro 16 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Santa Maria.	246
Quadro 17 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Itapoã.	249
Quadro 18 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Jardim Botânico.	250
Quadro 19 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Paranoá.	252
Quadro 20 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA São Sebastião.	253
Quadro 21 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Fercal.	256
Quadro 22 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Planaltina.	257
Quadro 23 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Sobradinho.	259
Quadro 24 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Sobradinho II.	260
Quadro 25 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Lago Norte.	263
Quadro 26 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Lago Sul.	264
Quadro 27 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Park Way.	266
Quadro 28 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Varjão.	268
Quadro 29 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Águas Claras.	271
Quadro 30 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Arniqueira.	271
Quadro 31 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Guará.	272
Quadro 32 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Núcleo Bandeirante.	274
Quadro 33 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Riacho Fundo.	275
Quadro 34 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA SCIA/Estrutural.	277
Quadro 35 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA SIA.	278
Quadro 36 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Vicente Pires.	279
Quadro 37 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Candangolândia.	282
Quadro 38 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Cruzeiro.	284
Quadro 39 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Plano Piloto.	285
Quadro 40 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Sudoeste/Octogonal.	286
Quadro 41 – Ficha Resumo do 1º Encontro Para Pensar o Território.	297
Quadro 42 – Ficha Resumo do 2º Encontro Para Pensar o Território.	298
Quadro 43 – Ficha Resumo do 3º Encontro Para Pensar o Território.	299



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Quadro 44 – Ficha Resumo do 4º Encontro Para Pensar o Território.	301
Quadro 45 – Ficha Resumo do 5º Encontro Para Pensar o Território.	302
Quadro 46 – Ficha Resumo do 6º Encontro Para Pensar o Território.	304
Quadro 47 – Ficha Resumo do 7º Encontro Para Pensar o Território.	305
Quadro 48 – Ficha Resumo do 8º Encontro Para Pensar o Território.	307
Quadro 49 – Data e local das Oficinas Temáticas (OT).	309
Quadro 50 – Ficha Resumo da Oficina Temática - UPT Sul.	311
Quadro 51 – Ficha Resumo da Oficina Temática - UPT Oeste.	313
Quadro 52 – Ficha Resumo da Oficina Temática - UPT Central Adjacente II.	314
Quadro 53 – Ficha Resumo da Oficina Temática - UPT Leste.	315
Quadro 54 – Ficha Resumo da Oficina Temática - UPT Norte.	317
Quadro 55 – Ficha Resumo da Oficina Temática - UPT Central Adjacente I.	318
Quadro 56 – Ficha Resumo da Oficina Temática - UPT Central.	319
Quadro 57 – Calendário das Oficinas Participativas por RA e por SEG do PDOT.	327
Quadro 58 – Eixos Temáticos do PDOT e seus respectivos Grupos Temáticos.	333
Quadro 59 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Vicente Pires.	345
Quadro 60 – Ocorrências de Problemáticas – RA Vicente Pires.	353
Quadro 61 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Paranoá.	354
Quadro 62 – Ocorrências de Problemáticas – RA Paranoá.	362
Quadro 63 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Cruzeiro.	362
Quadro 64 – Ocorrências de Problemáticas – RA Cruzeiro.	371
Quadro 65 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Lago Norte.	371
Quadro 66 – Ocorrências de Problemáticas – RA Lago Norte.	380
Quadro 67 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Brazlândia.	381
Quadro 68 – Ocorrências de Problemáticas – RA Brazlândia.	389
Quadro 69 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Gama.	389
Quadro 70 – Ocorrências de Problemáticas – RA Gama.	398
Quadro 71 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Núcleo Bandeirante.	398
Quadro 72 – Ocorrências de Problemáticas – RA Núcleo Bandeirante.	407
Quadro 73 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Ceilândia.	407
Quadro 74 – Ocorrências de Problemáticas – RA Ceilândia.	416
Quadro 75 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Santa Maria.	416
Quadro 76 – Ocorrências de Problemáticas – RA Santa Maria.	424



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Quadro 77 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Sobradinho.	424
Quadro 78 – Ocorrências de Problemáticas – RA Sobradinho.	433
Quadro 79 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Arniqueira.	433
Quadro 80 – Ocorrências de Problemáticas – RA Arniqueira.	441
Quadro 81 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Recanto das Emas.	442
Quadro 82 – Ocorrências de Problemáticas – RA Recanto das Emas.	450
Quadro 83 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Águas Claras.	450
Quadro 84 – Ocorrências de Problemáticas – RA Águas Claras.	458
Quadro 85 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Fercal.	459
Quadro 86 – Ocorrências de Problemáticas – RA Fercal.	467
Quadro 87 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – SCIA/Estrutural.	467
Quadro 88 – Ocorrências de Problemáticas – RA SCIA/Estrutural.	476
Quadro 89 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Lago Sul.	477
Quadro 90 – Ocorrências de Problemáticas – RA Lago Sul.	484
Quadro 91 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Samambaia.	485
Quadro 92 – Ocorrências de Problemáticas – RA Samambaia.	494
Quadro 93 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Taguatinga.	494
Quadro 94 – Ocorrências de Problemáticas – RA Taguatinga.	503
Quadro 95 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Sudoeste/Octogonal.	503
Quadro 96 – Ocorrências de Problemáticas – RA Sudoeste/Octogonal.	511
Quadro 97 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Itapoã.	511
Quadro 98 – Ocorrências de Problemáticas – RA Itapoã.	520
Quadro 99 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Riacho Fundo.	520
Quadro 100 – Ocorrências de Problemáticas – RA Riacho Fundo.	529
Quadro 101 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Sol Nascente/Pôr do Sol.	529
Quadro 102 – Ocorrências de Problemáticas – RA Sol Nascente/Pôr do Sol.	538
Quadro 103 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Sobradinho II.	538
Quadro 104 – Ocorrências de Problemáticas – RA Sobradinho II.	547
Quadro 105 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Riacho Fundo II.	547
Quadro 106 – Ocorrências de Problemáticas – RA Riacho Fundo II.	556
Quadro 107 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – SIA.	556
Quadro 108 – Ocorrências de Problemáticas – RA SIA.	564
Quadro 109 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Planaltina.	564



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Quadro 110 – Ocorrências de Problemáticas – RA Planaltina.	573
Quadro 111 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Candangolândia.	573
Quadro 112 – Ocorrências de Problemáticas – RA Candangolândia.	581
Quadro 113 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Varjão.	582
Quadro 114 – Ocorrências de Problemáticas – RA Varjão.	590
Quadro 115 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Guará.	591
Quadro 116 – Ocorrências de Problemáticas – RA Guará.	598
Quadro 117 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – São Sebastião.	599
Quadro 118 – Ocorrências de Problemáticas – RA São Sebastião.	608
Quadro 119 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Arapoanga.	608
Quadro 120 – Ocorrências de Problemáticas – RA Arapoanga.	616
Quadro 121 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Jardim Botânico.	617
Quadro 122 – Ocorrências de Problemáticas – RA Jardim Botânico.	625
Quadro 123 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Park Way.	625
Quadro 124 – Ocorrências de Problemáticas – RA Park Way.	634
Quadro 125 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Água Quente.	634
Quadro 126 – Ocorrências de Problemáticas – RA Água Quente.	643
Quadro 127 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Plano Piloto.	643
Quadro 128 – Ocorrências de Problemáticas – RA Plano Piloto.	652
Quadro 129 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Direito à Cidade, Moradia e Habitação.	652
Quadro 130 – Ocorrências de Problemáticas – Direito à Cidade, Moradia e Habitação.	661
Quadro 131 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio.	661
Quadro 132 – Ocorrências de Problemáticas –Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio.	669
Quadro 133 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – População LGBTQIAP+.	670
Quadro 134 – Ocorrências de Problemáticas –População LGBTQIAP+.	677
Quadro 135 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Comunidades Tradicionais, Quilombolas, Ciganas e Indígenas.	678
Quadro 136 – Ocorrências de Problemáticas – Comunidades Tradicionais, Ciganas e Indígenas.	686
Quadro 137 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Mulheres e Igualdade de Gênero.	686
Quadro 138 – Ocorrências de Problemáticas – Mulheres e Igualdade de Gênero.	694
Quadro 139 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Região Metropolitana.	694



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Quadro 140 – Ocorrências de Problemáticas – Região Metropolitana.	703
Quadro 141 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Transporte e Mobilidade Urbana.	704
Quadro 142 – Ocorrências de Problemáticas – (Transporte e Mobilidade Urbana).	711
Quadro 143 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Pessoas com Deficiência.	711
Quadro 144 – Ocorrências de Problemáticas – Pessoas com Deficiência.	719
Quadro 145 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Democratização do Acesso à Terra.	720
Quadro 146 – Ocorrências de Problemáticas – Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Democratização do Acesso à Terra.	728
Quadro 147 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Migrantes, Imigrantes, Apátridas e Refugiados.	728
Quadro 148 – Ocorrências de Problemáticas – Migrantes, Imigrantes, Apátridas e Refugiados.	735
Quadro 149 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Cultura.	735
Quadro 150 – Ocorrências de Problemáticas – Cultura.	741
Quadro 151 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Água.	741
Quadro 152 – Ocorrências de Problemáticas – Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Água.	750
Quadro 153 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – População em Situação de Rua.	750
Quadro 154 – Ocorrências de Problemáticas – População em Situação de Rua.	759
Quadro 155 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Regularização Fundiária Urbana.	759
Quadro 156 – Ocorrências de Problemáticas – Regularização Fundiária Urbana.	767
Quadro 157 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS.	768
Quadro 158 – Ocorrências de Problemáticas – Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS.	776
Quadro 159 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Infância, Juventude e Idosos.	776
Quadro 160 – Ocorrências de Problemáticas – Infância, Juventude e Idosos.	784
Quadro 161 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Igualdade Racial.	784
Quadro 162 – Ocorrências de Problemáticas – Igualdade Racial.	792
Quadro 163 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Regularização Fundiária Rural.	793
Quadro 164 – Ocorrências de Problemáticas – Regularização Fundiária Rural.	801
Quadro 165 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Produtores Rurais.	802
Quadro 166 – Ocorrências de Problemáticas – Produtores Rurais.	810



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Quadro 167 – Ocorrências de Problemáticas – UPT Central.	818
Quadro 168 – Ocorrências de Problemáticas – UPT Central Adjacente I.	826
Quadro 169 – Ocorrências de Problemáticas – UPT Central Adjacente II.	834
Quadro 170 – Ocorrências de Problemáticas – UPT Leste.	842
Quadro 171 – Ocorrências de Problemáticas – UPT Norte.	850
Quadro 172 – Ocorrências de Problemáticas – UPT Oeste.	858
Quadro 173 – Ocorrências de Problemáticas – UPT Sul.	866
Quadro 174 – Ocorrências de Problemáticas – DF.	874
Quadro 175 – Ocorrências de Problemáticas – Segmentos.	882

TABELAS

Tabela 1 – Relação do número de participantes nas Oficinas Temáticas.	310
--	-----



APRESENTAÇÃO

O presente documento apresenta o Diagnóstico para o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT, conforme previsto na Metodologia, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/MetodologiaDeRevisao?Referencia=31>.

DESENHO METODOLÓGICO DA REVISÃO DO PDOT

O processo de revisão do PDOT foi estruturado em quatro etapas: Diagnóstico, Prognóstico, Proposta e Consolidação. O Diagnóstico, apresentado neste documento, constitui a **primeira etapa** e foi desenvolvido sob duas frentes de trabalho: um diagnóstico sob a perspectiva técnica e outro, sob a perspectiva da população, comunitário. O diagnóstico técnico está apresentado em uma “Leitura Técnica”, promovida pelo levantamento de problemáticas, desafios e potencialidades do território do DF por técnicos dos diversos órgãos do GDF e iniciada no ano de 2019; enquanto o diagnóstico comunitário está apresentado em uma “Leitura Comunitária”, promovida pelo levantamento também de problemáticas, desafios e potencialidades do território, neste caso, junto à população do Distrito Federal (DF). A Leitura Comunitária contemplou a realização de eventos públicos, como reuniões e oficinas, presenciais, virtuais e híbridas, entre os anos de 2020 e 2023, especialmente com a realização de 7 Oficinas Temáticas por Unidade de Planejamento Territorial (UPT), no ano de 2021, e de 55 Oficinas Participativas, por Região Administrativa (RA) e por temas afetos ao PDOT, realizadas no ano de 2023.

De acordo com a Metodologia, **o Diagnóstico é estruturado em seis Eixos Temáticos**: “Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades”, “Gestão de Valorização Social da Terra”, “Habitação e Regularização Fundiária”, “Meio Ambiente e Infraestrutura”, “Mobilidade” e “Ruralidades”; **e dois Eixos Transversais**: “Participação Social e Governança” e “Território Resiliente”. Além disso,, o Diagnóstico também conta com a participação de diversos atores para a construção das análises elaboradas, de caráter técnico e comunitário.

Cabe destacar a previsão do Decreto n.º 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a **Estrutura de Governança e Gestão Participativa** do processo de revisão do PDOT. Esta estrutura prevê a constituição de instâncias de participação, que são categorias de atores, técnicos e da população, que atuam no processo de revisão do PDOT e se articulam na execução das atividades do processo,



inclusive, no que se refere ao desenvolvimento das etapas da revisão. A Estrutura de Governança e Gestão Participativa é composta por quatro instâncias de participação: (i) Coordenação Técnica; (ii) Comissão de Governança (CGO); (iii) Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI); e (iv) Comitê de Gestão Participativa (CGP), conforme o artigo 2º da norma.

A Coordenação Técnica (CT) é a instância de coordenação do processo de revisão do PDOT, responsável pela elaboração e implementação da Metodologia geral, articulação das demais instâncias de participação e pela proposição, coordenação e supervisão do desenvolvimento dos trabalhos afetos ao processo de revisão.

A Comissão de Governança (CGO) é composta pelos titulares das Pastas que atuam no território e formulam as políticas com rebatimento territorial. Trata-se de instância política de promoção do diálogo, articulação de ações, gestão, avaliação periódica do trabalho desenvolvido e mediação de conflitos.

O Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) é formado pelos técnicos representantes dos 29 órgãos do Governo do Distrito Federal (GDF), afetos ao ordenamento do território, encarregado de realizar levantamentos e estudos no âmbito da Leitura Técnica. O GTI é também estruturado em oito subgrupos, um para cada Eixo Temático previsto na Metodologia.

Por fim, o Comitê de Gestão Participativa (CGP) é um órgão colegiado temporário, formado por representantes de segmentos da sociedade civil organizada, para consulta e proposição dos procedimentos de participação social a serem executados no processo de revisão do PDOT. Destaca-se que o Decreto n.º 41.004/2020 prevê a participação de representantes do Comitê de Gestão Participativa (CGP) na composição da Comissão de Governança e do Grupo de Trabalho Interinstitucional.

Cabe ressaltar que a participação da população em geral é um princípio norteador do processo de revisão do PDOT e foi prevista para ocorrer ao longo de todo o processo, mediante a realização de reuniões livres e específicas; oficinas de trabalho; oficinas temáticas; reuniões da estrutura de governança e gestão participativa e audiências públicas.

LEITURA TÉCNICA

A Leitura Técnica compreende o diagnóstico territorial realizado pela equipe técnica da SEDUH, estruturada sob a perspectiva dos Eixos Temáticos previstos na Metodologia, junto a técnicos dos demais órgãos do GDF que compõem o Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI), conforme



previsto pelo Decreto n.º 41.004/2020. No que se refere aos atores participantes dessa frente do processo, cabe destacar que, para uma das escalas territoriais analisadas, participaram também técnicos das Administrações Regionais das Regiões Administrativas do DF. Participaram ainda membros do Comitê de Gestão Participativa (CGP), uma vez que o Decreto n.º 41.004/2020 prevê a participação de até cinco membros do CGP nos Eixos Temáticos estabelecidos.

A Leitura Técnica foi estruturada em **três escalas de análise: Distrital, por Unidade de Planejamento Territorial (UPT) e por Região Administrativa (RA)**. Para a escala distrital foram elaboradas Leituras Técnicas por Eixo Temático, documentos de análise do território do DF construídos junto ao GTI de cada Eixo durante os anos de 2019 a 2021. Para a escala das UPT, foram elaboradas análises para cada uma das UPT, por Eixo Temático, construídas pelos técnicos da SEDUH durante o ano de 2022. Já para a escala das Regiões Administrativas, foram elaborados levantamentos das principais problemáticas identificadas, relacionadas aos temas abordados pelo PDOT, junto aos técnicos das Administrações Regionais de cada RA, durante o ano de 2022.

A Leitura Técnica do tema Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades busca (i) identificar as áreas de concentração de atividades e empregos, bem como pontos de atração da população pela oferta de serviços, que precisam ser reforçados como centralidades; (ii) verificar como essas áreas se articulam no território conformando um sistema de centralidades; (iii) reconhecer áreas com potencial para constituição de novas centralidades; (iv) compreender as tendências do desenvolvimento econômico no DF e formação de cadeias produtivas em sua relação com a região metropolitana e verificar seus impactos no sistema de centralidades.

A Leitura Técnica do tema Gestão de Valorização Social da Terra apresenta um panorama referente à aplicação dos instrumentos urbanísticos previstos no PDOT vigente, em especial das Outorgas Onerosas do Direito de Construir e de Alteração de Uso (ODIR e ONALT) e do Parcelamento, Edificação e Urbanização Compulsórios (PEUC), partindo dos conceitos relativos à função social dos interesses coletivos, à propriedade privada imobiliária e à recuperação da mais-valia e dos parâmetros de uso e ocupação definidos no PDOT.

A Leitura Técnica do tema Habitação e Regularização Fundiária analisa a distribuição territorial do provimento habitacional e da regularização fundiária no território do DF ao longo dos últimos 10 anos, bem como avalia se as estratégias adotadas foram eficientes para enfrentamento do déficit habitacional e da irregularidade urbano-fundiária. Acrescenta-se à esta Leitura Técnica, uma avaliação do histórico da ocupação territorial desde a criação de Brasília e a identificação de vetores de



crescimento e ocupação. Além disso,, foram realizadas análises a fim de observar se as áreas de oferta habitacional e de regularização fundiária tiveram êxito no sentido de melhorar a qualidade de vida da população alvo, qual foi a sua efetividade no tempo e no espaço e se o direito social à moradia está sendo de fato garantido à população.

A Leitura Técnica do tema Meio Ambiente e Infraestrutura busca fornecer subsídios à compreensão das características do território nas questões afetas aos temas de: (i) recursos hídricos; (ii) drenagem e manejo de águas pluviais; (iii) Unidades de Conservação e espaços de importância ambiental; (iv) resíduos sólidos; (v) esgotamento sanitário e (vi) energia. Assim, neste Eixo, o desenvolvimento urbano e territorial tem ênfase na sustentabilidade e capacidade de suporte territorial das infraestruturas naturais e construídas.

A Leitura Técnica do tema Mobilidade apresenta a análise da acessibilidade e da mobilidade por meio da integração entre ordenamento territorial e transporte. A partir da definição das funções desejadas para o tema, foram analisados (i) os planos, as estratégias e a legislação afeta ao tema; (ii) a forma como ocorrem os deslocamentos de pessoas e cargas; (iii) a relação entre as características de uso e ocupação do solo e a acessibilidade; (iv) os eixos estruturantes de deslocamento; e (v) os fatores que influenciam a mobilidade ativa. A abordagem da configuração urbana e dos deslocamentos no território sintetizam as problemáticas e os desafios que afetam a promoção da mobilidade sustentável no DF.

A Leitura Técnica do tema Ruralidades analisa de forma mais específica as estratégias e ações propostas para os espaços rurais, bem como os aspectos que necessitam de novos estudos e revisão frente às dinâmicas territoriais em processo contínuo de transformação, considerando o desenvolvimento dos espaços rurais em sua multifuncionalidade e de maneira articulada e integrada na atuação intersetorial, como forma de buscar a sustentabilidade das atividades desenvolvidas no meio rural e a qualidade de vida da população que nele reside.

A Leitura Técnica do tema Participação Social e Governança analisa o histórico da participação social e governança ao longo dos planos diretores do DF, com destaque para o Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – SISPLAN, previsto no PDOT vigente, além de outras formas da participação social e governança previstas para o território do DF. O documento analisa, também, as formas de participação social construídas para o processo de revisão do PDOT, em especial a estruturação do processo participativo, por meio da Estrutura de Governança e Gestão



Participativa e da articulação entre equipes técnicas, sociedade civil organizada e comunidade, previstas pelo Decreto n.º 41.004/2020 e pela Metodologia.

A **Leitura Técnica** do tema Território Resiliente busca incorporar o conceito de resiliência, a fim de estabelecer novos paradigmas para o planejamento, gestão e governança do DF. Considera as potencialidades e vulnerabilidades do território, assim como sua capacidade de suporte, para analisar aspectos a serem enfrentados ou potencializados pelo planejamento territorial, para que se alcance um desenvolvimento sustentável. Para tanto, o documento aborda os seguintes temas: a escala metropolitana do DF, Fatores Normativos, Fatores Territoriais e Mudanças Climáticas.

A **Leitura Técnica na escala das UPT** analisa cada uma das UPT, por Eixo Temático, e foram construídas pelos técnicos da SEDUH durante o ano de 2022. As análises buscaram espacializar as problemáticas do território do DF, coletadas especialmente a partir das Leituras Técnicas dos Eixos Temáticos, elaboradas anteriormente. As análises por UPT representa um dos primeiros esforços da equipe técnica da SEDUH em obter uma leitura técnica em escala territorial intermediária, entre a escala do DF e a escala das RA, utilizando uma referência já prevista do PDOT vigente, a escala das UPT. Buscou-se estabelecer rebatimentos entre as problemáticas apontadas pelos Eixos Temáticos e a sua ocorrência no território, iniciando, também, um esforço de apontar rebatimentos das problemáticas entre os Eixos Temáticos.

Já a **Leitura Técnica na escala das Regiões Administrativas (RA)** analisa cada uma das RA do Distrito Federal, por Eixo Temático, e foram construídas pelos técnicos da SEDUH junto de técnicos das cada uma das Administrações Regionais do DF, também durante o ano de 2022. Por meio da técnica da Cartografia Participativa, posteriormente utilizada na Leitura Comunitária, foram apontadas, pelos técnicos das Administrações Regionais, problemáticas presentes nas RA, registradas em mapas pelos técnicos da SEDUH associadas a cada um dos Eixos Temáticos.

Cabe destacar que as análises elaboradas na Leitura Técnica na escala das UPT e na escala de RA forneceram bases aos métodos e dinâmicas que vieram a ser aplicadas na Leitura Comunitária, no ano seguinte, durante a realização das Oficinas Participativas, nas quais se buscou levantar problemáticas a partir de uma percepção espacial do território por parte da comunidade, também construída por Eixos Temáticos.



LEITURA COMUNITÁRIA

A Leitura Comunitária compreende o diagnóstico territorial conduzido pela equipe técnica da SEDUH, também estruturado sob a perspectiva dos Eixos Temáticos previstos na Metodologia, e construído a partir de problemáticas, conflitos e potenciais apresentados pela população do DF, por meio de eventos participativos realizados pela SEDUH. No que se refere aos atores participantes dessa frente do processo, cabe destacar a condução pela equipe técnica da SEDUH, mas destaca-se que, em cada escala de trabalho, atuaram também outros atores.

Tal qual a Leitura Técnica, a Leitura Comunitária foi estruturada em **três escalas de análise: Distrital, por Unidade de Planejamento Territorial (UPT) e por Região Administrativa (RA)**. Dessa forma, a população levou seu conhecimento sobre o território e as relações estabelecidas no interior dele – traduzidas na forma de problemáticas, desafios e potencialidades. A Leitura Comunitária ocorreu entre os anos de 2021 e 2023, por meio de reuniões públicas, oficinas temáticas e oficinas participativas, nas modalidades presencial, virtual e híbrida.

A **Leitura Comunitária na escala do DF** foi realizada por meio dos “Encontros para Pensar o Território” (EPPT), ocorridos entre os meses de março e maio de 2021. Trata-se de oito seminários educativos conduzidos pela equipe técnica da SEDUH para apresentar temas afetos aos Eixos Temáticos, com dinâmicas que buscavam debater temas vinculados a cada Eixo Temático junto à população participante. Foi realizado um Encontro para cada Eixo Temático e, em alguns dos eventos, contou-se com a participação de técnicos integrantes do GTI na formulação e realização do Encontro.

A realização dos Encontros também foi uma estratégia da equipe técnica da SEDUH para promover a participação social durante a emergência sanitária enfrentada no DF entre os anos de 2020 e 2021, em razão da pandemia causada pelo coronavírus. Os seminários também atuaram como ferramentas de educação urbanística para os debates que se realizariam em etapas futuras de revisão do PDOT, uma vez que os Encontros configuraram os primeiros eventos da Leitura Comunitária.

Cabe destacar que, no ano de 2023, também foram realizadas 19 Oficinas Participativas por Segmentos da Sociedade Civil Organizada e por temas afetos à revisão do PDOT, com o levantamento de problemáticas, desafios e potencialidades junto à população, que foram sistematizados pela equipe técnica da SEDUH para todo o DF. Entretanto, uma vez que essas Oficinas foram realizadas num cronograma único junto às demais 36 Oficinas Participativas realizadas por Região Administrativa,



esses eventos serão apresentados no âmbito da Leitura Comunitária na escala das Regiões Administrativas.

A **Leitura Comunitária na escala das UPT** foi realizada por meio das Oficinas Temáticas do PDOT, ocorridas no período de 02/10/2021 a 23/10/2021. Foram realizadas 7 Oficinas Temáticas para a Leitura Comunitária, abrangendo o conjunto de regiões administrativas que compõem cada uma das UPT do DF: UPT Central, UPT Central-Adjacente I, UPT Central-Adjacente II, UPT Leste, UPT Oeste, UPT Norte e UPT Sul. Estes eventos foram realizados em conjunto com a equipe técnica da empresa URBTEC TM Engenharia, Planejamento e Consultoria LTDA, contratada para atuar nos eventos de participação social, por meio do Contrato de Prestação de Serviço n.º 08/2021. Uma vez que os eventos ocorreram logo após ao período de isolamento social provocado pela pandemia, as Oficinas Temáticas foram realizadas em modalidade híbrida, ou seja, com a possibilidade de participação da população de modo presencial ou virtual concomitantemente, embora com aplicação de metodologias diferentes de acordo com a modalidade de participação.

A **Leitura Comunitária na escala das Regiões Administrativas (RA)** foi realizada por meio de Oficinas Participativas por RA e a por Segmentos Temáticos. Foram realizadas 36 Oficinas por RA, uma em cada Região Administrativa – com a realização de duas Oficinas na RA da Ceilândia -, e 19 Oficinas temáticas, totalizando 55 eventos realizados entre os meses de maio e dezembro do ano de 2023. As Oficinas participativas foram eventos em que a população apresentou problemáticas, desafios e potencialidades relacionadas ao território do DF, porém vinculados à Região Administrativa ou à temática do evento do qual participaram.

Importante destacar que, para todas as Oficinas Participativas por RA, foi adotada a técnica da “Cartografia Participativa” para o levantamento e registro das informações apresentadas pela população, em que os participantes marcavam pontos em mapas do território, para o registro de suas contribuições. Os pontos eram indicados por cores, relativas aos Eixos Temáticos. Essa padronização permitiu que todas as 36 Oficinas Participativas fossem realizadas com igual estrutura, tempo e técnica de contribuição, em cada uma das Regiões Administrativas, garantindo o tratamento igualitário para todo o território. Além disso,, o modelo de Oficina permitiu o registro das demandas da população de modo geograficamente localizado. Outro aspecto do modelo de evento adotado é que o uso de uma técnica ativa de registro de informações permitiu que a equipe técnica da SEDUH atuasse enquanto mediadora do levantamento de informações sobre o território, ao passo que a população, ao pontuar



as suas contribuições diretamente sobre os mapas, atuou efetivamente como agente construtor do diagnóstico do território, contribuindo para maior validade da participação social no processo.

Já no caso das Oficinas Participativas temáticas, foram realizadas 19 Oficinas Participativas por Segmentos da Sociedade Civil Organizada e por temas afetos à revisão do PDOT. Os segmentos escolhidos para a proposição dos eventos foram baseados nos segmentos sociais com representação no Comitê de Gestão Participativa (CGP), previsto no Decreto n.º 41.004/2020, além de temas sugeridos pela sociedade em reuniões do CGP e junto à equipe técnica da SEDUH.

Quanto à metodologia utilizada para a realização das Oficinas Participativas temáticas, para cada Oficina, a equipe técnica da SEDUH se reuniu com membros do CGP representantes do segmento tema de discussão e, juntos, definiram a metodologia para a realização do evento. Cabe destacar que parte das Oficinas Participativas temáticas também utilizou a técnica da Cartografia Participativa, adotada nas Oficinas Participativas por RA.

Considerando que o Decreto n.º 41.004/2020 prevê a atuação do CGP na consulta e proposição dos procedimentos de participação social, cabe destacar, sobre as Oficinas Participativas por RA e temáticas, que todas as atividades realizadas com a participação da população foram apresentadas e debatidas previamente com o Comitê de Gestão Participativa (CGP), de forma a adaptar as dinâmicas dos eventos e, assim, obter o melhor aproveitamento das atividades de participação social.

Ainda quanto às atividades com participação social promovidas pela SEDUH no âmbito do processo de revisão do PDOT, destaca-se o “Relatório da Participação Social”, documento publicado em dezembro de 2021, disponível neste link (https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/Visualizador?PDF_LinksIdentifier=140), e que sistematiza as ações promovidas junto à sociedade civil, até a sua data de publicação, com vistas à publicidade e transparência das atividades que puseram em prática do modelo de gestão e participação social proposto no desenho metodológico, e instituído pelo Decreto n.º 41.004/2020.

Assim, ressalta-se que, ao longo de todo o processo, os princípios que norteiam a realização dos trabalhos são a **transparência de dados, a publicização das informações e a participação social da população**. Dessa forma, todo o material produzido no tem sido disponibilizado nos meios de comunicação oficiais da SEDUH, em especial na página eletrônica do processo de revisão do PDOT (<https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/>).



INTRODUÇÃO

Este documento apresenta o resultado da etapa de Diagnóstico do Processo de Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT. A estrutura do documento foi organizada a partir do desenho metodológico da etapa de Diagnóstico, dividido, portanto, em duas grandes partes: o diagnóstico a partir da Leitura Técnica e o diagnóstico a partir da Leitura Comunitária. A partir desta divisão, são apresentadas as partes de cada diagnóstico, subdividido em **três escalas de análise: Distrital, por Unidade de Planejamento Territorial (UPT) e por Região Administrativa (RA)**.

A primeira parte do documento apresenta o Diagnóstico da Leitura Técnica, composto por quatro capítulos. O capítulo do **Diagnóstico Técnico na Escala do Distrito Federal** é composto por resumos das Leituras Técnicas dos Eixos Temáticos e Transversais, que foram desenvolvidas pelos respectivos Grupos de Trabalho Interinstitucionais (GTI). Vale ressaltar que os Eixos Temáticos são: Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades; Gestão de Valorização Social da Terra; Habitação e Regularização Fundiária; Meio Ambiente e Infraestrutura; Mobilidade; e Ruralidades. Já os Eixos Transversais são: Participação Social e Governança; e Território Resiliente.

O capítulo do **Diagnóstico Técnico na Escala das Unidades de Planejamento Territorial (UPT)** é composto pelas análises desenvolvidas pela equipe técnica da SEDUH, no âmbito dos Eixos Temáticos, para cada uma das UPT do Distrito Federal: UPT Central, UPT Central-Adjacente I, UPT Central-Adjacente II, UPT Leste, UPT Oeste, UPT Norte e UPT Sul.

O capítulo do **Diagnóstico Técnico na Escala das Regiões Administrativas (RA)** é composto pelos resultados das reuniões realizadas pela equipe técnica da SEDUH junto de técnicos de cada uma das Administrações Regionais do DF, para a identificação de problemáticas presentes nas RA, registradas em mapas pelos técnicos da SEDUH e associadas a cada um dos Eixos Temáticos.

O capítulo de **Estudos Direcionados** apresenta resumos de dois estudos direcionados elaborados pela equipe técnica da SEDUH, que também subsidiam o Diagnóstico. São eles: a “Avaliação das diretrizes e dispositivos do Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE aplicada à revisão do PDOT” e a “Análise da ocupação das Macrozonas do Distrito Federal nos últimos 10 anos como subsídio ao processo de revisão do PDOT”.



A segunda parte do documento apresenta o Diagnóstico da Leitura Comunitária, composto por três capítulos que apresentam resultados dos eventos públicos que contaram com a participação da população.

O capítulo do **Diagnóstico Comunitário na Escala do Distrito Federal** é composto por relatorias dos Encontros para Pensar o Território, seminários virtuais sobre temáticas afetas ao PDOT, realizados pela equipe técnica da SEDUH, relativos a cada um dos oito Eixos Temáticos. As relatorias foram apresentadas no capítulo na ordem cronológica em que as Oficinas foram executadas.

O capítulo do **Diagnóstico Comunitário na Escala das Unidades de Planejamento Territorial (UPT)** é composto por relatorias das Oficinas Temáticas realizadas para cada uma das 7 Unidades de Planejamento Territorial do DF, abrangendo o conjunto de regiões administrativas que compõem cada UPT, e foram apresentados no capítulo na ordem cronológica em que as Oficinas foram executadas. Os eventos foram realizados pela equipe técnica da SEDUH em conjunto com a equipe técnica da empresa URBTEC TM Engenharia, consultoria contratada para conduzir os eventos de participação social.

O capítulo do **Diagnóstico Comunitário na Escala das Regiões Administrativas (RA)** é composto pela relatoria das Oficinas Participativas por Regiões Administrativas (RA) e por Segmentos Temáticos. Este capítulo apresenta os resultados da sistematização dos dados coletados nas Oficinas Participativas, que foram organizados por tipo (Regiões Administrativas ou Segmentos Temáticos) e em tópicos, na ordem cronológica em que as Oficinas foram executadas. Para além disso,, os resultados das Oficinas Participativas por RA também foram compilados para apresentar reflexões quanto ao conteúdo levantado nos eventos, nas escalas de UPT e na escala do Distrito Federal. Já os resultados das Oficinas Participativas por Segmentos Temáticos foram apresentados individualmente e também compilados para apresentar, na escala do Distrito Federal, reflexões quanto às contribuições feitas.

Por fim, o documento apresenta um capítulo de **Conclusão** em que os resultados do Diagnóstico Técnico e do Diagnóstico Comunitário foram apresentados de maneira integrada, alinhados aos principais conceitos de cada Eixo Temático do PDOT. Isto buscou uma perspectiva global das problemáticas, desafios e potencialidades do território do Distrito Federal, que devem ser abordadas nas próximas etapas do processo de revisão do PDOT.



1 DIAGNÓSTICO TÉCNICO NA ESCALA DO DISTRITO FEDERAL

A Leitura Técnica do Processo de Revisão do PDOT consiste em uma análise do território do Distrito Federal elaborada pela equipe técnica da SEDUH em conjunto com outros 28 órgãos da administração direta e indireta do Governo do Distrito Federal, afetos ao ordenamento do território, integrados pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI), conforme prevê o Decreto n.º 41.004/2020. Os técnicos integrantes do GTI foram divididos em oito (8) Subgrupos de Trabalho, um para cada Eixo previsto na Metodologia, sendo seis (6) Eixos Temáticos: Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, Gestão de Valorização Social da Terra, Habitação e Regularização Fundiária, Meio Ambiente e Infraestrutura, Mobilidade, Ruralidades; e dois (2) Eixos Transversais: Participação Social e Governança e Território Resiliente.

1.1 LEITURAS TÉCNICAS POR EIXO TEMÁTICO

A seguir, são apresentados resumos das Leituras Técnicas dos Eixos Temáticos, que reúnem as análises técnicas dos aspectos setoriais abordados no processo de revisão e que fundamentam as diretrizes para as temáticas pautadas pelo PDOT.

1.1.1 Leitura Técnica de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades¹

Em linhas gerais, a análise desse eixo temático buscou atender aos seguintes objetivos: identificar as áreas de concentração de atividades e empregos; verificar como essas áreas se articulam no território; compreender as tendências do desenvolvimento econômico e sua relação com a área metropolitana; reconhecer áreas de centralidade ou com potencial para constituição de novas a fim de conformar um sistema de centralidades que contribuísse para a criação de oportunidades de emprego próximo às moradias, com consequente diminuição da necessidade de deslocamentos diários e a melhoria da renda da população.

O documento foi estruturado a partir da análise de três conjuntos fatores – econômicos, normativos e territoriais, contextualizados sob a perspectiva das seguintes escalas territoriais: metropolitana, regional (ou distrital) e local.

¹ O documento da Leitura Técnica do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades foi produzido por um Grupo de Trabalho Intersetorial – GTI. É possível acessar o documento na íntegra disponível no botão “Leitura Técnica por Eixo Temático”, no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/Documentos>.



Os **Fatores Econômicos** envolvem a compreensão da estrutura econômica e da dinâmica do emprego no DF e nos municípios que compõem a sua Área Metropolitana; os **Fatores Normativos** a avaliação do conjunto de instrumentos e legislações afetos ao planejamento e ordenamento territorial e ao desenvolvimento econômico sustentável²; e os **Fatores Territoriais** a identificação dos atributos espaciais que propiciam o desenvolvimento de atividades econômicas e a formação e consolidação de centralidades no território.

A **escala metropolitana** visa alcançar Brasília enquanto núcleo polarizador dos municípios limítrofes e parte integrante de uma área metropolitana; a **escala regional/distrital**, identificar as localidades polarizadoras de atividades econômicas e empregos no DF que acarretam frequentes e significativos deslocamentos intraurbanos; e a **escala local**, identificar os pequenos centros de atividades econômicas situados nas áreas internas dos núcleos urbanos, com abrangência muito localizada.

A análise dos Fatores Econômicos, baseada em dados representativos da estrutura econômica e da dinâmica do emprego e renda, revela o pouco dinamismo da economia do DF, marcada por uma estrutura produtiva de base terciária, com predominância do Setor de Serviços³ e expressiva participação do segmento Administração Pública. Já os Setores Agropecuário e Industrial apresentam pequena representatividade, em termos relativos.

O Produto Interno Bruto do Distrito Federal – PIB-DF tem relevância nacional⁴, mantendo na oitava posição em relação às demais economias das estaduais e permanecendo na liderança entre os maiores PIB per capita do País⁵ (IPEDF, 2023).

A concentração de atividades, empregos e renda ocorre na área central, Plano Piloto e adjacências. Taguatinga e SIA destacam-se na sequência. As demais localidades, via de regra, abrigam

2 Foram analisados o PDOT vigente, o Zoneamento Ecológico e Econômico do Distrito Federal – ZEE/DF, os Planos Diretores Locais (Sobradinho, Taguatinga/Águas Claras, Candangolândia, Ceilândia, Samambaia, Gama e Guará), a Lei de Usos e Ocupação do Solo – Luos, proposta do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB, o Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana do Distrito Federal – PDTU/DF, o Plano de Desenvolvimento de Transportes Públicos do Distrito Federal – PDDT/DF, Programas de Desenvolvimento Econômico, o Plano Estratégico do Distrito Federal 2019-2060 (PEDF), Agendas Globais e Planos Diretores Municipais da AMB.

3 Dados do PIB-DF 2021, divulgados pelo IPEDF em novembro de 2023 indicam que a seguinte composição dos setores da economia: Serviços 95,1%, (com predomínio da atividade ‘Administração, educação e saúde públicas’ 45,4%), Agropecuário 0,9% e Industrial 4%.

4 O PIB-DF contabilizou R\$ 286,9 bilhões em valores correntes no ano de 2021, representando 3,2% do PIB nacional.

5 O PIB per capita do DF é de R\$ 92.732,27, equivalendo a 2,2 vezes o PIB per capita nacional de R\$ 42.247,52.



comércios e serviços que envolvem empregos com menor remuneração e menor exigência de qualificação de mão de obra, configurando centralidades de abrangência local.

O DF apresenta elevadas taxas de desemprego e de informalidade⁶. As maiores taxas de desemprego acontecem nas Regiões Administrativas de menor renda (Grupo 4) – SCIA/Estrutural, Fercal, Varjão, Recanto das Emas e Paranoá. (PDAD)

Brasília, enquanto capital federal, mantém-se como polo dinamizador de toda a sua área metropolitana. O perfil sócio econômico da região revela disparidades socioeconômicas. Os municípios da periferia metropolitana apresentam elevada dependência do DF e exercem pressão nos serviços públicos oferecidos.

O território do DF apresenta potencialidades pouco exploradas que necessitam ser incentivadas, a exemplo das atividades relacionadas a economia da conservação, à vocação do cerrado, ao turismo, economia criativa e indústrias limpas. Tais potencialidades econômicas associadas às limitações da estrutura produtiva e ao desequilíbrio na distribuição espacial de atividades e empregos, apontam para a premente necessidade da criação de novas centralidades e fortalecimento das já existentes bem como para identificação e proposição de novas áreas e polos de atividades distribuídos em áreas estratégicas, voltadas para estimular outras atividades produtivas de forma sustentável, propiciando a diversificação da matriz produtiva.

O DF não contou, ao longo do tempo, com uma política pública que norteasse a implementação dos diversos projetos e programas que foram sendo promovidos pelo Poder Público. As iniciativas governamentais ficaram restritas a uma série de programas voltados para a concessão de incentivos, fiscais, tributários, creditícios e econômicos desalinhados de um planejamento estruturador.

Nos Fatores Normativos, procedeu-se a avaliação do conjunto de instrumentos e legislações afetos ao planejamento e ordenamento territorial e ao desenvolvimento econômico sustentável⁷,

6 A taxa de desemprego do DF reduziu de 19,1% para 18%, entre 2020 e 2021, mantendo-se ainda assim acima da média nacional de 11,1% em 2021.

7 Foram analisados o PDOT vigente, o Zoneamento Ecológico e Econômico do Distrito Federal – ZEE/DF, os Planos Diretores Locais (Sobradinho, Taguatinga/Águas Claras, Candangolândia, Ceilândia, Samambaia, Gama e Guará), a Lei de Usos e Ocupação do Solo – Luos, proposta do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB, o Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana do Distrito Federal – PDTU/DF, o Plano de Desenvolvimento de Transportes Públicos do Distrito Federal – PDDT/DF, Programas de Desenvolvimento Econômico, o Plano Estratégico do Distrito Federal 2019-2060 (PEDF), Agendas Globais e Planos Diretores Municipais da AMB.



partindo do Zoneamento Ecológico e Econômico – ZEE-DF, com ênfase nas Áreas de Desenvolvimento Produtivo (ADP) e do PDOT vigente, com enfoque sobretudo nas Áreas Econômicas propostas para gerar novas oportunidades de emprego e renda, equilibrando a distribuição no território e diminuição de deslocamentos e nas Estratégias de Ordenamento Territorial, sobretudo Implantação de Polos Multifuncionais e Dinamização de Espaços Urbanos.

Por fim, os Fatores Territoriais abarcaram a identificação dos atributos espaciais que propiciam o desenvolvimento de atividades econômicas e a formação e consolidação de centralidades no território. A fim de auxiliar na identificação de potencialidades e desequilíbrios existentes no território foi definida a metodologia para construção do Índice de Centralidade, voltado para identificar e hierarquizar os centros e polos de atividades existentes e potenciais.

Para isto, os dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, relacionados ao número de vínculos ativos e número de estabelecimentos, acrescidos dos dados do Plano de Desenvolvimento de Transportes Públicos do Distrito Federal – PDTT/DF, referentes ao deslocamento motorizado por motivo de trabalho e estudo, foram espacializados. Estes dados foram associados aos polígonos do PDTT e transformados em densidade, para uma melhor avaliação territorial. Na sequência, realizado o tratamento dos dados para minimizar inconsistências e, por fim, elaborados mapas para visualização dos dados no território apenas nas escalas metropolitana e regional⁸.

O índice de Centralidades foi construído a partir do agrupamento dos dados sob três dimensões: 1) **funcional**, abarcando os dados do PDTT relativos aos deslocamentos motorizados por motivo de estudo e trabalho, 2) **econômica**, com os dados da RAIS atinentes a emprego e estabelecimentos e 3) **configuracional**, a integração angular normalizada (NAIN) das vias pela Sintaxe Espacial.

Como resultado da análise destas três dimensões, o Mapa do Índice de Centralidades, apontou diversas áreas com elevado potencial econômico no DF. Contudo, isto não significa que elas sejam iguais, posto que devem ser analisadas e contextualizadas junto com os demais dados levantados. A título de exemplo, a Área Central do Plano Piloto e a EPIA apresentaram alto potencial econômico e característica de centralidade metropolitana, porém a primeira impulsionada por atividades administrativas e a segunda por atividades de maior porte. De outra parte, o Eixo Taguatinga-Ceilândia também apresenta alto potencial econômico, mas com característica de centralidade regional,

⁸ Para a escala local deverão ser analisadas outras variáveis que não foram consideradas no Índice.



impulsionada pela alta densidade populacional e pela variedade de usos e atividades da região, favorecidos pela configuração urbana.

Na última versão da Leitura Técnica, para assegurar uma melhor visualização, foram atualizados e dispostos no Anexo os mapas relativos a cada uma das variáveis componentes das dimensões funcional, econômica e configuracional, bem como o mapa final resultante da aplicação do Índice de Centralidade. Aliado a isto foram apresentados dados econômicos mais recentes divulgados pelo IPEDF acerca da estrutura econômica do DF e da dinâmica de emprego, os quais não alteram a análise anteriormente efetuada.

A Leitura Técnica do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades buscou identificar as áreas de concentração de atividades e empregos, bem como pontos de atração da população pela oferta de serviços, que precisam ser reforçados como centralidades; verificar como essas áreas se articulam no território conformando um sistema de centralidades; reconhecer áreas com potencial para constituição de novas centralidades; compreender as tendências do desenvolvimento econômico no DF e formação de cadeias produtivas em sua relação com a região metropolitana e verificar seus impactos no sistema de centralidades.

1.1.2 Leitura Técnica de Gestão de Valorização Social da Terra⁹

A Leitura Técnica apresentou um panorama referente à aplicação dos instrumentos urbanísticos previstos no PDOT/2009, em especial a Outorga Onerosa do Direito de Construir (ODIR), a Outorga Onerosa de Alteração de Uso (ONALT) e o Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios (PEUC), partindo dos conceitos relativos à função social dos interesses coletivos, à propriedade privada imobiliária e à recuperação da mais-valia e dos parâmetros de uso e ocupação definidos para o território.

O documento inicia a discussão com o tema da função social da propriedade, destaca a necessidade de equalização entre os agentes atuantes no território bem como os interesses coletivos em contraposição ao direito de propriedade individual. Quanto aos parâmetros de uso e ocupação do território, são destacadas as temáticas relativas à centralização de atividades no Plano Piloto, aos

⁹ O documento da Leitura Técnica do Eixo Temático Gestão de Valorização Social da Terra foi produzido por um Grupo de Trabalho Intersetorial – GTI. É possível acessar o documento na íntegra disponível no botão “Leitura Técnica por Eixo Temático”, no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/Documentos>.



custos altos de habitação para as faixas de média e baixa renda e à baixa oferta de terrenos urbanos destinados à população de baixa renda.

O documento discorre a respeito dos instrumentos de recuperação de mais-valia previstos no Estatuto da Cidade, aponta aqueles presentes no PDOT vigente e faz uma reflexão sobre as lacunas da aplicação destes na política urbana. A intenção inicial era de que recursos arrecadados com instrumentos de política urbana constituíssem recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal - FUNDURB, no entanto, a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 99126, de 22 de setembro de 2011, declarou inconstitucional o inciso que direcionava tais recursos para o Fundo.

Entre as principais problemáticas apresentadas pela Leitura Técnica, merecem destaque: (i) há desvinculação dos instrumentos urbanísticos em relação ao planejamento urbano; (ii) há necessidade de recuperação mais efetiva das mais-valias; (iii) não há destinação adequada dos recursos públicos arrecadados; (iv) a regularização de assentamentos informais criam expectativas que permitem aos loteadores antecipar a mais-valia de modo a transferir recursos públicos a loteadores ilegais; (v) ao proprietário deve aproveitar de forma gratuita apenas a porção do terreno vinculado ao direito básico da propriedade urbana que corresponde ao Coeficiente de Aproveitamento básico (CA básico); (vi) a aplicação dos recursos da valorização da terra não atendem ao objetivo da justa distribuição dos benefícios.

Assim, salienta-se a importância de os instrumentos de captura de mais-valia estarem vinculados às estratégias de ordenamento territorial e a necessidade de que os valores oriundos da arrecadação destes sejam aplicadas em porções do território com maior carência de infraestrutura e serviços. Bem como há necessidade de atenção em relação ao modo de regularização dos assentamentos informais que podem ser geradores de expectativas que permitem aos loteadores antecipar a valorização dos terrenos, o que resulta na transferência de recursos públicos para loteadores ilegais.

O documento da Leitura Técnica de Gestão de Valorização Social da Terra não intenciona esgotar as discussões a respeito da temática, mas servir como ponto de partida para o debate presente nas futuras etapas do processo de revisão do PDOT.

Os desafios para a aplicação e efetividade dos instrumentos de recuperação de mais-valia na realidade do DF permanecem relevantes. Por exemplo, há dificuldade no mapeamento e na conceituação da vacância imobiliária, conforme estudo produzido pelo IPE-DF/DEPAT com base na Malha de Setores Censitários Preliminares do Censo Demográfico 2022. A análise realizada destaca a



vacância imobiliária em áreas consolidadas, cujos valores foram, consideravelmente, acima dos valores praticados em outras áreas urbanas. O estudo também apontou que a vacância ocorre também em áreas recentemente regularizadas e em áreas destinadas a programas habitacionais.

Outro aspecto a se destacar que tem intrínseca relação com o tema, são os novos instrumentos urbanísticos que foram propostos pelo Plano Distrital de Habitação de Interesse Social – PLANDHIS com o intuito de que auxiliem o desenvolvimento e efetivação das políticas habitacionais de interesse social. Estes instrumentos podem ser considerados na revisão do PDOT e comparecer no produto a ser desenvolvido na etapa de Proposta como, por exemplo, a Zona Especial de Interesse Social de Substituição – ZEIS de substituição, o Zoneamento Inclusivo e o de Bônus Construtivo.

1.1.3 Leitura Técnica de Habitação e Regularização Fundiária¹⁰

A Leitura Técnica do Eixo Habitação e Regularização traz a análise das ações, políticas públicas e programas de habitação e regularização fundiária urbana, implementadas no DF nos últimos 10 anos. Reflete, também, sobre as estratégias adotadas ao longo desse período, tanto para a construção de Habitação de Interesse Social (HIS) quanto para a urbanização e regularização, observando se foram eficientes para o enfrentamento do déficit habitacional, da irregularidade fundiária urbana e da busca pela moradia digna.

Iniciou pelos fatores socioeconômicos e territoriais, trazendo os relatos da informalidade urbana e da provisão habitacional no DF, apontando um histórico de ocupação espalhada com origem na ocupação informal. As ações estatais historicamente contribuíram para isso, como se pode ver a partir da política de erradicação de favelas adotada e do desmonte de acampamentos com a consequente periferação da população de baixa renda. Mostrou, a partir do histórico estudado, uma perpetuação da desigualdade socioespacial e a aferição de seis vetores de crescimento urbano dentro da poligonal do DF, cada um com características distintas, os quais precisam ser considerados na análise do território.

Ainda na abordagem sobre os fatores socioeconômicos e territoriais foi retratado sobre as necessidades habitacionais, trazendo para as discussões, dentre outros indicadores, o índice denominado déficit habitacional. O déficit habitacional trata da escassez de unidades habitacionais,

¹⁰ O documento da Leitura Técnica do Eixo Temático Habitação e Regularização Fundiária foi produzido por um Grupo de Trabalho Intersetorial – GTI. É possível acessar o documento na íntegra disponível no botão “Leitura Técnica por Eixo Temático”, no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/Documentos>.



sendo utilizado para balizar as políticas públicas de provisão habitacional de interesse social. O déficit total no DF é de 102.984 domicílios (11,66% do total de domicílios), compreendido segundo metodologia da Fundação João Pinheiro (FJP, 2018), pela utilização de 4 componentes: coabitação; adensamento; precariedade; e ônus excessivo com aluguel.

No DF, o componente de maior representatividade é o ônus excessivo com aluguel, com 56.432 domicílios (54,80%) do déficit, aparecendo em 22 das 33 Regiões Administrativas (RA) como o maior componente. No entanto, destaca-se também, a incidência do componente precariedade, em 11 RA. Os dados do déficit mostram, ainda que a UPT Oeste aparece como a que mais contribui para o déficit habitacional no DF, com 34,35% do valor total, tendo a RA da Ceilândia como a de maior déficit absoluto, com 14.937 domicílios.

A partir dos estudos realizados, observa-se que as RA com maior déficit habitacional são aquelas que correspondem a uma população com menor renda familiar média, evidenciando a segregação socioespacial e socioeconômica presentes no território. Além disso,, indicam que combater o déficit habitacional nem sempre requer a construção de novas unidades habitacionais, mas sim, a necessidade de buscar novas alternativas para melhorias ou provisão de moradia de interesse social.

Considerando as áreas de regularização fundiária urbana, presencia-se que grande parte do déficit habitacional se encontra nesses territórios em processo de regularização fundiária, onde identifica-se um rápido desenvolvimento da gentrificação, devido, dentre outros fatores, a problemas de gestão urbana no monitoramento e fiscalização do banco de terras públicas.

O fenômeno da gentrificação nessas áreas é facilmente perceptível quando do levantamento de anúncios em sites de aluguel e venda de imóveis. O processo de formalização e segurança jurídica da posse das áreas em processo de regularização fundiária, vêm acompanhadas de valorização do imóvel, a qual leva a uma expulsão da população original e consequente necessidade de novas ocupações, na maioria das vezes na periferia urbana e nas cidades vizinhas. Esse movimento é o que se chama de ciclo da informalidade.

À exemplo de áreas como Estrutural e Varjão, que apresentam altos índices de déficit habitacional, essas áreas em processo de regularização podem refletir uma necessidade de alterações da política habitacional e de regularização para atendimento pleno das necessidades habitacionais.

A segunda parte da leitura técnica versa sobre os fatores normativos, onde traz os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), o marco legal aplicável à regularização fundiária e à habitação,



e as normatizações sobre o ordenamento territorial e sobre a política habitacional e de regularização fundiária do DF.

Os ODS diretamente vinculados ao eixo habitação e regularização, os de número 1 e 11, trazem o benefício do direito à cidade e à moradia, abarcando a importância da cidade inclusiva e da moradia digna, salubre e a preços compatíveis, providas de infraestrutura. Considerando as legislações, a leitura técnica traz a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Cidade e a Medida Provisória n.º 2.220 /2001 como base da ordem jurídico-urbanística do Brasil, a partir das quais foram sendo criadas outras legislações de forma a conduzir a um fortalecimento das normativas sobre o tema.

Destacou a Lei Federal n° 11.977/2009, que criou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e dispôs sobre a regularização fundiária, definindo seu conceito como um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam a efetiva integração do assentamento informal à cidade legal e a Lei federal n° 13.465/2017, que trata da regularização fundiária.

A Lei federal n° 13.465/2017 dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana e estabelece que o instrumento de REURB, regularização fundiária urbana, aplica-se aos núcleos urbanos informais, definidos como aquele clandestino, irregular ou no qual não foi possível realizar, por qualquer modo, a titulação de seus ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente à época de sua implantação ou regularização. No DF, a REURB foi recepcionada pela Lei Complementar n° 986/2021.

Outras legislações, normativos ou instrumentos foram evidenciados também na Leitura Técnica, mostrando sua relevância para a temática da regularização fundiária e/ou para a habitação. Ressaltamos a Lei n.º 6.269/2019 - Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE-DF), a Lei Complementar n.º 948/2019 - a Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos), instrumentos que compõem o planejamento governamental (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Orçamento anual, Plano de Desenvolvimento Econômico e Social e o PDOT) e o instrumento Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), onde no DF foram definidas 32 ZEIS desocupadas pelo plano diretor vigente. O PDOT e as regulamentações das leis federais no DF sobre a temática da habitação e regularização listam uma série de instrumentos de política urbana.

Salientamos, aqui, as indicações disponíveis no art. 52 do ZEE-DF, em especial o que segue:

Art. 52. São diretrizes para a revisão da legislação de ordenamento territorial e de planos setoriais correlatos:

()

IV - propiciar a formação e consolidação de núcleos urbanos compactos, por meio da multiplicidade de usos, com vistas a ganhos de escala de infraestrutura e



ambientais, reduzindo a expansão espalhada de áreas urbanas e a ocupação de espaços naturais;

()

VI - atualizar os zoneamentos e as estratégias de ordenamento territorial à luz das diretrizes das zonas e subzonas do ZEE-DF;

Além disso,, o ZEE-DF institui, em seu art. 47, o Mapa de Combate à Grilagem e Ocupações Irregulares, como instrumento orientador da fiscalização de todo o território e dos atos autorizativos no DF.

Da Luos, tem-se interface relevante, para a temática da regularização fundiária, o seu art. 43, que determina que “A elaboração e a aprovação de novos projetos de parcelamento urbano do solo e de projetos de regularização fundiária devem obedecer aos critérios estabelecidos nesta Lei Complementar”. Contudo, é importante considerar a situação fática, especialmente na urbanização de assentamentos precários, conforme consta no PDOT.

Os estudos apresentados na Leitura trouxeram a listagem das áreas de provisão habitacional e áreas ocupadas irregularmente previstas no PDOT vigente e mostraram uma recorrente falta de qualidade da urbanização das Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS), assim como processos crescentes de expansão urbana nessas áreas e nas Áreas de Regularização de Interesse Específico (ARINE). As ações fiscalizatórias não têm conseguido frear as irregularidades de ocupação no território, apesar da elaboração de planos, programas e estratégias desenvolvidas.

Da Estratégia de Regularização, foi observado que, dos 357 parcelamentos constantes em levantamento feito em 2019 no Portal da Regularização, 320 deles já continham Diretrizes Urbanísticas publicadas, 187 parcelamentos continham o estudo preliminar do projeto urbanístico aprovado pela equipe responsável pela análise, 85 já haviam sido aprovados pelo CONPLAN, enquanto 78 possuíam decreto de aprovação.

Em todas as etapas, o maior quantitativo de parcelamentos em andamento e com etapas já cumpridas está em poligonais de ARINE, demonstrando maior facilidade de andamento por essa modalidade de área de regularização. Isso se dá por fatores urbanísticos, ambientais, sociais e fundiários mais complexos e que podem inviabilizar a regularização. O crescimento contínuo da ocupação após a delimitação da ARIS, estarem situadas em locais de sensibilidade ambiental, as características morfológicas da ocupação, o uso de dados cartográficos desatualizados e a maior quantidade de recursos financeiros por parte da TERRACAP, são fatores que contribuem para maior celeridade nos processos de regularização fundiária das ARINE, de acordo com informações da unidade responsável pela aprovação dos projetos urbanísticos desta SEDUH.



Da categoria de Parcelamentos Urbanos Isolados, a Leitura aponta como importante rever a configuração espraçada e fragmentada que os PUI favorecem, que não otimiza a infraestrutura já instalada em áreas com maior densidade. Em estudo realizado posteriormente à publicação do PDOT, foram verificados que alguns desses Parcelamentos já não apresentavam características compatíveis com interesse social e outros que não demonstravam densidade suficiente para serem considerados como urbanos, sendo, então, destituídos.

A Agrovila, ainda, foi categoria que não teve andamento de estudos e regularização conforme estabelecido pelo art. 132 do PDOT, sendo, portanto, necessária atenção específica nas fases de Prognóstico e Proposta da revisão do Plano.

Ainda acerca das dificuldades no processo de regularização fundiária urbana, foi apontada pela Leitura Técnica a dificuldade em realizar o licenciamento urbanístico e ambiental integrados, já previstos pela legislação, além da dificuldade em cumprir os parâmetros urbanísticos.

Para a fixação dos índices urbanísticos das áreas de regularização, o art. 131 do Plano determina que devem ser observadas as especificidades urbanísticas, ambientais e sociais, a situação fática da ocupação, além do estabelecido no Anexo VI. O parágrafo primeiro deste artigo apresenta a possibilidade de ajuste dos parâmetros urbanísticos, desde que sejam feitos estudos ambientais e urbanísticos e sejam esses aprovados pelos órgãos competentes. Tal mecanismo poderia dirimir dificuldades presentes em diversos processos de regularização de áreas que, atualmente, não apresentam condições de cumprir com o estabelecido pela lei publicada em 2009.

Ambas as modalidades de regularização, interesse social e específico, apresentam parcelamentos em que a situação fática possui lotes maiores que o máximo, densidades incompatíveis com o estabelecido em lei e ausência de áreas livres disponíveis para cumprimento das porcentagens de espaços livres de uso público. Não há, no entanto, definição de aplicação do referido instrumento, tendo em vista que não foi editado normativo que regulamente os procedimentos, a produção e a análise dos citados estudos urbanísticos e ambientais por parte dos órgãos responsáveis. Desta maneira, faz-se importante avaliar os impactos dessa falta de regulamentação.

Neste contexto, a Leitura Técnica aponta que é importante utilizar de índices urbanísticos que possam respeitar a identidade morfológica e sociocultural dos assentamentos de interesse social, enquanto que, para ocupações de interesse específicos, faz-se coerente estabelecer parâmetros que possam garantir a qualidade urbana da área e região, considerando a disponibilidade econômica dessa comunidade.



A Leitura abordou, também, sobre o avanço ocorrido, na área de regularização e habitação, sobre a gestão e participação social, a partir do novo ordenamento jurídico da temática. No entanto, deve-se observar que a participação social não pode ser só uma ferramenta para o cumprimento de exigências legais. A apreensão do debate público, participativo e propositivo é imprescindível para a formação de um território mais inclusivo, com direito à cidade e à moradia para todos.

Verificou-se, portanto, que para alcançar os objetivos e as estratégias de combate ao déficit habitacional e o espraiamento da cidade, é fundamental a ação fiscal associada a outros mecanismos de controle e a regulamentação e atualização de legislações e instrumentos que versam sobre a provisão habitacional e regularização. A regulamentação ou flexibilização de instrumentos urbanísticos pode proporcionar moradias, garantindo a função social da propriedade e coibindo a subutilização de lotes e edifícios em prol da habitação de interesse social.

Deve-se levar em conta, a possibilidade de dispositivos que tragam outras modalidades de oferta de moradia, adequadas a todas as faixas de renda, proporcionando atendimento habitacional mais adequado para as necessidades específicas dos diferentes públicos existentes, visando assim, o alcance do desejado ordenamento territorial, da racionalização da utilização dos recursos e da sustentabilidade ambiental e urbana.

Após a conclusão da leitura técnica, realizada no ano de 2021 e atualizada em 2022, alguns dados e legislações foram criados ou sofreram alterações, sendo complementadas a partir do apêndice consubstanciado no final da leitura técnica. O apêndice trouxe os novos dados do déficit habitacional, da demanda, do novo censo e das Regiões Administrativas.

Com relação às legislações alteradas e criadas, versou sobre o Decreto n° 44.659/2023, que aprovou o Plano Distrital de Habitação de Interesse Social (PLANDHIS); a Lei n.º 3.877/2006, que dispõe sobre a política habitacional do DF; a Lei n° 4.020/2007, que autoriza a criação da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB), cria o Sistema de Habitação do Distrito Federal (SIHAB), e dá outras providências; a Lei Complementar n.º 986/2021, dispõe sobre a regularização fundiária urbana REURB no DF e altera a Lei Complementar n.º 803, de 25 de abril de 2009 (PDOT); a Lei Complementar n.º 1.016/2022, que inclui a Vila dos Carroceiros como ARIS no PDOT; a Lei Complementar n.º 1.027/2023, que versa sobre a Lei de Parcelamento do Solo Urbano do DF; o Decreto n.º 45.102/2024, que aprova a poligonal para regularização fundiária urbana da ARIS do Núcleo Urbano de São Sebastião.



Observou-se que, apesar das alterações de alguns dados e das legislações, o cenário habitacional e da regularização fundiária no DF não foi transformado, permanecendo as mesmas problemáticas e situações nas diferentes regiões do DF.

1.1.4 Leitura Técnica de Meio Ambiente e Infraestrutura¹¹

O documento analisa estratégias e apresenta um panorama da implementação e decorrências de políticas públicas direcionadas à gestão e proteção do meio ambiente e à espacialização das infraestruturas urbanas sob uma perspectiva integrada e sustentável do território do DF. Reflete também quanto a expansão urbana e o crescimento populacional, e como o aumento do consumo de recursos naturais tem um impacto direto no equilíbrio ecológico. Portanto, este documento inclui um diagnóstico do território do DF com vistas à preservação do bioma cerrado, da biodiversidade, da capacidade de produção hídrica e da proteção do meio ambiente.

O documento é dividido em seis capítulos: Recursos Hídricos, Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais, Unidades de Conservação e Espaços de Importância Ambiental, Esgotamento Sanitário, Resíduos Sólidos e Energia.

No capítulo dedicado aos Recursos Hídricos, o direcionamento é o uso racional como prioridade para a proteção e a recuperação dos corpos d'água disponíveis tanto de forma superficial quanto subterrânea. Assim, a disponibilidade adequada deste recurso, em termos de quantidade e qualidade, garante acesso para as presentes e futuras gerações. Contudo, diversos desafios surgem nesse cenário, que vão desde práticas inadequadas de uso desse recurso até a saturação da infraestrutura operada pela Companhia de Sanemamento. Tem-se ainda uma visão quanto as Áreas de Proteção de Mananciais (APM) que sofrem intensa pressão de ocupação devido ao histórico de expansão urbana espraiada e de ocupação irregular do território do DF. As APM demandam atenção e vigilância constantes, uma vez que estão associadas às estratégias para a proteção e gestão dos recursos hídricos, garantindo assim a qualidade e disponibilidade das águas.

Quanto ao capítulo que trata da Drenagem Urbana e do Manejo de Águas Pluviais, o princípio orientador é a promoção de práticas e estratégias a fim de gerenciar o ciclo da água da chuva de forma sustentável e ecológica no território. Captação, armazenamento, tratamento e uso eficiente das águas

¹¹ O documento da Leitura Técnica do Eixo Temático Meio Ambiente e Infraestrutura foi produzido por um Grupo de Trabalho Intersetorial – GTI. É possível acessar o documento na íntegra disponível no botão “Leitura Técnica por Eixo Temático”, no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/Documentos>.



pluviais, visando mitigar enchentes e alagamentos, recarregar os aquíferos subterrâneos, reduzir a erosão do solo e preservar a qualidade da água. O documento apresenta especialmente dados que evidenciam a insuficiência da rede de drenagem implantada para o adequado escoamento das águas de chuva, devido à saturação e à obsolescência da infraestrutura.

No contexto do capítulo dedicado às Unidades de Conservação e Espaços de Importância Ambiental, é evidenciada a necessidade de compatibilização do ordenamento territorial com a criação, a implantação e a consolidação destes espaços, a fim de proteger o meio ambiente e garantir uma cidade mais equitativa e sustentável. O território apresenta uma vasta diversidade de áreas protegidas, porém enfrenta desafios decorrentes de sobreposições de categorias de espaços e pressões de ocupação urbana. Além disso, há uma ausência de alinhamento entre as estratégias de desenvolvimento econômico e as oportunidades de proveito econômico sustentável do meio ambiente, a exemplo do turismo ambiental. A presença de áreas em fase de instituição ou recategorização pelo órgão ambiental também impacta o planejamento e o monitoramento do território. As estratégias ambientais previstas pelo PDOT vigente e já implementadas se mostram pouco eficazes.

Dentro do escopo do capítulo que trata do Esgotamento Sanitário, é importante ressaltar que a garantia de acesso da população a um sistema adequado de coleta, tratamento e disposição de esgoto promove saúde e qualidade ambiental. Áreas carentes de infraestrutura de esgotamento, especialmente aquelas onde o esgoto é despejado em redes pluviais, devem ser consideradas prioritárias para a implantação do serviço, devido ao impacto que a disposição incorreta de esgoto provoca às águas subterrâneas.

A leitura técnica apresenta dados dos órgãos responsáveis pelo tema, onde observa-se que o atendimento às demandas dos serviços de esgotamento estão prejudicadas, necessitando assim de uma expansão e melhoria destes serviços. Várias estações de tratamento de esgoto estão funcionando acima da capacidade de projeto, o que afeta a qualidade do serviço prestado, aumentando o risco de contaminação dos corpos hídricos e aquíferos.

No capítulo sobre Resíduos Sólidos, destaca-se a importância da proteção da saúde pública e do meio ambiente, visando minimizar os impactos ambientais e sociais decorrentes da má disposição de resíduos sólidos no território. Torna-se imperativo assegurar a disposição adequada através de técnicas ambientalmente sustentáveis. Atualmente no DF, há estratégias e programas bem estabelecidos para o manejo de alguns tipos de resíduos, mas outros tipos carecem maior atenção. A



carência de pontos de coleta, especialmente para a logística reversa, é uma questão apontada em várias RA. A taxa de descarte irregular é alta e não há uma cultura prática para a separação adequada entre resíduos de coleta seletiva e orgânicos. Isso resulta no comprometimento da capacidade dos aterros sanitários e estimula o surgimento de locais clandestinos de descarte, assim como estimular políticas públicas de educação ambiental para os resíduos. Os impactos ambientais em áreas protegidas e corpos hídricos também são consequências do descarte irregular de resíduos.

No âmbito do capítulo sobre energia, destaca-se a importância de garantir o acesso contínuo e a qualidade do fornecimento de energia elétrica. Destaca-se a carência de estratégias e políticas públicas que visem fomentar o uso racional e eficiente da energia, além de incentivar o desenvolvimento e a adoção de tecnologias sustentáveis e novas fontes energéticas. Devido aos altos índices de irradiação solar, o DF tem potencial para a geração distribuída de energia fotovoltaica, especialmente com a redução dos custos para a implementação de sistemas de micro e mini geração. A título de exemplo foi identificado que a qualidade do abastecimento de energia diminui em áreas mais remotas, como as rurais, onde a infraestrutura da rede pública é limitada para a implementação de sistemas alternativos de produção de energia.

As problemáticas discutidas neste documento devem ser integradas ao planejamento do território do DF e receber uma atenção cuidadosa durante a elaboração do novo PDOT. É fundamental realizar uma análise abrangente desses desafios e implementar estratégias eficazes para assegurar um desenvolvimento urbano equilibrado e sustentável do território.

1.1.5 Leitura Técnica de Mobilidade¹²

Entende-se que a mobilidade, o deslocamento de pessoas e de cargas e a forma como ocorre, é influenciada pela localização das atividades no território e pelas infraestruturas de transporte existentes. A escolha do modo de transporte a ser utilizado para cada fim é influenciada por diversos fatores e a existência de opções variadas e viáveis de transporte, assim como facilidades, afetam a acessibilidade da população que utiliza as funções e serviços ofertados no território. Assim, a configuração urbana, infraestrutura e serviços de transporte têm relação direta com a mobilidade.

¹² O documento da Leitura Técnica do Eixo Temático Mobilidade foi produzido por um Grupo de Trabalho Intersetorial – GTI. É possível acessar o documento na íntegra disponível no botão “Leitura Técnica por Eixo Temático”, no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/Documentos>.



Brasília, capital administrativa e 3ª maior cidade do país em população, foi concebida e construída de acordo com os princípios urbanísticos modernistas, possuindo características de cidade dispersa, setorizada e estruturada por um sistema viário que prioriza o automóvel. Esses aspectos influenciam na mobilidade e na acessibilidade, e se perpetuam, em medidas diferentes, até os dias atuais. Assim, a reflexão do que se deseja para o futuro da mobilidade do DF com a pergunta “Onde queremos chegar?” guiou a identificação dos seguintes valores desejáveis: cidade mais humana; democratização do espaço urbano; equidade; inclusão social; resiliência; e cidade sustentável.

A Leitura Técnica foi organizada a partir de funções desejadas e de perguntas orientadoras que conduziram a apresentação de dados e análises. Foram fontes de informação os instrumentos de planejamento consolidados em planos territoriais, trabalhos técnicos desenvolvidos no âmbito do governo e publicações acadêmicas. Para a análise dos deslocamentos e da mobilidade no DF, a principal fonte de dados utilizada foi a Pesquisa Domiciliar de Mobilidade Urbana do Distrito Federal – PMU/DF (2016)¹³, que inclui Pesquisa de Origem Destino, além de dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD e da Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios, realizadas pelo IPEDF-Codeplan. Ao final, a conclusão identificou problemas e potencialidades.

Primeiramente, foram abordados os planos e normativos territoriais vigentes do DF¹⁴ a fim de constituir um retrato de como se desenvolveram as estratégias de planejamento relativas à mobilidade. A análise mostrou que o DF não implementou a maior parte das diretrizes de ordenamento territorial ligadas à mobilidade previstas no PDOT nem os projetos de transporte previstos no Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal - PDTU. A articulação entre os dois planos, PDOT e PDTU, é fundamental para a sustentabilidade e o desejado desenvolvimento orientado pelo transporte. Além disso,, a falta articulação entre órgãos de planejamento e de execução e tempos diferentes entre planejamento-projeto-obras acarretaram em revisões contínuas de projetos ou inviabilização de estratégias. Por outro lado, houve avanço na Luos ao reconhecer uso e parâmetros diferenciados para os lotes localizados junto aos principais eixos e

13 Pesquisa Domiciliar de Mobilidade Urbana do Distrito Federal – PMU/DF (2016) foi realizada no âmbito do Plano de Desenvolvimento do Transporte Público sobre Trilhos do DF – PDTT/DF, disponível em http://www.metro.df.gov.br/?page_id=40044.

14 PDOT, Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU, Plano de Desenvolvimento do Transporte Público sobre Trilhos do Distrito Federal - PDTT/DF, Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal – ZEE, Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal – Luos, Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB, Plano Estratégico do Distrito Federal 2019-2060, Plano Plurianual, projetos de infraestrutura de transporte.



estações de transporte público coletivo. No que concerne aos projetos de infraestrutura de transporte, observa-se um crescente enfoque em mobilidade ativa e requalificação urbana, entretanto ainda insuficientes. Por se tratar de um tema que perpassa diversos planos, a integração necessária depende de boa governança e colaboração dos órgãos de planejamento e executores, desde a fase de elaboração, até a fase de implantação.

Na sequência a análise dos deslocamentos, baseada na pesquisa de Origem Destino realizada pela Pesquisa de Mobilidade Urbana – PMU (2016), identificou que a mobilidade no DF é majoritariamente feita por meios motorizados, direcionados para as centralidades do Plano Piloto seguido por Taguatinga e Ceilândia. Os principais motivos são trabalho e estudo, sendo os destinos de trabalho concentrados no Plano Piloto e na porção Sudoeste do DF, e os destinos de estudo distribuídos de maneira mais uniforme. No território há assimetria entre áreas de concentração residencial (UPT Oeste) de empregos (UPT Central). O transporte público coletivo e o não motorizado (a pé e bicicleta) são mais utilizados pelas populações de menor renda. E, também, o índice de mobilidade é diretamente proporcional à renda. Ainda, foi verificada uma tendência de migração do usuário do transporte público coletivo para o privado individual, com aumento deste.

Ao abordar a relação entre a configuração urbana e os deslocamentos das pessoas, constatou-se que o DF possui características que desfavorecem a mobilidade ativa e o transporte público coletivo, descritas a seguir: Ocupação dispersa e espraiada do território; Longas distâncias entre bairros e para a área central; Baixa diversidade de uso em várias regiões administrativas; Baixa densidade média; Fragmentação urbana causada por bairros isolados, com malha pouco integrada e desconectada, resultando em acessibilidade prejudicada. Esses aspectos elucidam a dependência do automóvel e devem ser considerados para se alcançar uma cidade adaptada e coerente com os modos mais sustentáveis.

Ao analisar os eixos estruturantes de deslocamento, em conjunto com as características das viagens, verificou-se que o transporte público coletivo – TPC do DF é pouco atrativo em comparação com o transporte individual motorizado. Nos eixos estruturantes, há desequilíbrio no espaço alocado ao TPC e ao automóvel, considerando o número de pessoas transportadas, nas vias onde não há faixa exclusiva para circulação de ônibus. O intenso fluxo de carros particulares, com baixo índice de ocupantes, satura a infraestrutura viária prejudicando o transporte de ônibus. Ainda, a baixa abrangência do TPC frequente, apesar da ampla cobertura do sistema, o torna pouco competitivo. Na



Área Metropolitana de Brasília existe elevado movimento pendular da população residente nos municípios do entorno do DF, e não há integração do TPC.

Em relação à mobilidade ativa constatou-se que as grandes distâncias do DF desfavorecem o deslocamento a pé ou por bicicleta, principalmente entre Regiões Administrativas - RA e dentro de alguns bairros por conta do desenho urbano, como Lago Sul e Park Way. Para o pedestre, há boa cobertura de calçadas, porém faltam dados quanto à qualidade, tais como ocorrência de desníveis, obstáculos e pouca largura. Para a bicicleta, há infraestrutura cicloviária distribuída em quase todas as RA, entretanto falta conectividade e infraestrutura de apoio, como estacionamentos. Destaca-se a quantidade de rodovias dentro de áreas urbanizadas que constituem barreiras e prejudicam a segurança e a acessibilidade dos modos ativos, especialmente nas travessias em desnível. Por outro lado, de forma geral, os núcleos urbanos possuem distâncias caminháveis e cicláveis. Nesse sentido, ao avaliar o sistema viário identificou-se o potencial de vias locais que possuem características que possibilitam a implementação de Zona 30, e de vias coletoras e arteriais que possuem largura que permitem redimensionamento para prover infraestrutura cicloviária.

Quanto ao transporte de carga e logística, este ocorre principalmente por meio rodoviário, sendo que os impactos na infraestrutura de circulação e no uso do solo são pouco monitorados. Em áreas urbanas a circulação de veículos de carga e logística acontece de forma compartilhada com o tráfego urbano, acarretando em atrasos pelo aumento de congestionamento. Dentre os principais problemas identificados estão: Falta de planos para situações de emergência em caso de bloqueio de vias urbanas; circulação de carga e logística em vias inadequadas para o trânsito de veículos pesados ou em áreas de restrição ambiental; e falta de detalhamento de circuitos logísticos e de portos secos para o planejamento do transporte de carga.

No que concerne ao gerenciamento de demanda e de mobilidade, o DF possui poucas medidas (políticas, planos, projetos e instrumentos) vigentes voltadas para otimizar a distribuição modal nos deslocamentos e diminuir os custos (diretos e indiretos) do uso predominante do automóvel, a fim de promover saúde, qualidade de vida e sustentabilidade. A maior parte das emissões de gases de efeito estufa é proveniente do transporte e não há controle do ruído proveniente da proximidade de residências com infraestruturas de transportes (rodovias, metrovias, ferrovias). Faltam medidas econômico-financeiras aliadas às de uso do solo para incentivar mudanças no padrão de deslocamento atualmente voltado para o automóvel.



Por fim, para as próximas etapas de revisão do PDOT recomenda-se avançar nas estratégias para as potencialidades e problemáticas identificadas, especialmente com o intuito de definir o ordenamento territorial orientado pela consolidação e qualificação da ocupação ao longo de eixos estruturantes de transporte público coletivo e de deslocamento, integrando bairros e centralidades; e promover a mobilidade ativa nos deslocamentos internos dos bairros e das Regiões Administrativas.

1.1.6 Leitura Técnica de Ruralidades¹⁵

A Leitura Técnica do Eixo Temático Ruralidades analisou de forma mais específica as estratégias e ações propostas para os espaços rurais, bem como os aspectos que necessitam de novos estudos e revisão frente às dinâmicas territoriais, em processo contínuo de transformação. Foi considerado o potencial de desenvolvimento dos espaços rurais em sua multifuncionalidade e de maneira articulada e integrada, como forma de buscar a sustentabilidade das atividades desenvolvidas no meio rural e a qualidade de vida da população que nele reside.

A Leitura Técnica foi desenvolvida visando identificar as potencialidades e fragilidades do território a partir de duas premissas básicas: I) reconhecimento das novas práticas e relações rurais; e II) alinhamento da política de ordenamento territorial com as necessidades do território rural. Desse modo, a metodologia estabelecida para elaboração desta Leitura Técnica foi estruturada em uma matriz de cruzamento de dados, na qual foram cruzadas quatro (4) escalas territoriais – Região Metropolitana, Distrito Federal, Região Administrativa e Comunidades – com três (3) fatores estruturantes – normativos, socioeconômicos e territoriais. A partir desta matriz, foram levantadas problemáticas que sintetizaram a leitura técnica do território rural.

No âmbito dos fatores normativos foram levantadas as legislações Federais e Distritais afetas à temática rural, sendo as Federais: Constituição Federal de 1988, Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001), Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504/1964), a Lei que regulamenta o artigo que trata de reforma agrária na Constituição (Lei n.º 8.629/1993) e o Decreto que regulamenta o artigo 65 do Estatuto da Terra (Decreto n.º 62.504/1968); e as Distritais: Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) de 1993, PDOT (Lei Complementar n.º 803/2009), Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal

¹⁵ O documento da Leitura Técnica do Eixo Temático Ruralidades foi produzido por um Grupo de Trabalho Intersetorial – GTI. É possível acessar o documento na íntegra disponível no botão “Leitura Técnica por Eixo Temático”, no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/Documentos>.



(Lei n.º 6.269/2019), Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável do Distrito Federal, Política de Regularização Fundiária de Terras Públicas Rurais (Lei n.º 5.803/2017) e Decretos Distritais afetos.

Em relação aos fatores socioeconômicos foram analisados os aspectos sociais, com enfoque nos fatores demográficos da população e das comunidades rurais do DF, e os aspectos econômicos, abordando a participação das atividades do setor primário na economia do DF. Além disso, também há dados relacionados a s dinâmicas econômicas não agrícolas incidentes na Macrozona Rural, como os usos urbanos e atividades dos setores secundário e terciário.

A análise dos fatores territoriais foi organizada com base em alguns elementos estruturadores do desenvolvimento do território rural: (i) os Polos de Desenvolvimento Rural que constituem uma importante estratégia de incentivo ao desenvolvimento rural, como o Polo Agroindustrial do PAD-DF (enfoque na agricultura) e o Parque de Exposições da Granja do Torto (PGT) (enfoque na pecuária); (ii) o turismo rural que constitui uma atividade econômica de grande potencial para o desenvolvimento econômico da área rural, principalmente considerando o potencial em torno de áreas de beleza cênica e importância ecológica na Macrozona Rural do DF; (iii) a situação fundiária do DF considerada um elemento estruturador da dinâmica de ocupação rural, principalmente considerando a distribuição das terras em áreas particulares, públicas do DF, públicas da União e em processo de desapropriação; (iv) a estrutura agrária do DF que está intimamente ligada à situação fundiária, abordando questões afetas à dimensão das propriedades rurais, aos projetos de reforma agrária e colonização rural no DF e aos usos rurais em Macrozona Urbana; (v) do uso e cobertura do solo rural, que aborda os tipos de atividades predominantes na Macrozona Rural, como os usos para agricultura, pecuária, proteção ambiental, produção de energia, indústrias, atividades urbanas, comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas e ocupações com características urbanas em Macrozona Rural; (vi) os usos rurais e ambientais na macrozona urbana, que mostra a incidência de iniciativas de agricultura urbana no DF; (vii) as questões em torno dos equipamentos públicos na área rural, como escolas, unidades de saúde, espaços de lazer e afins.

A partir da sobreposição dos dados levantados em torno dos fatores normativos, socioeconômicos e territoriais foram apontadas dezessete problemáticas como síntese do diagnóstico da Leitura Técnica de Ruralidades.

As problemáticas normativas são: o conflito de competências para o planejamento e gestão do território rural; a ausência de normativos específicos para o uso do solo rural; a ausência de normativos específicos para o parcelamento rural; a desarticulação dos procedimentos de concessão



de terras rurais com as dinâmicas do território; a desarticulação do zoneamento rural e das normas ambientais com o cenário da atualidade; necessidade de revisão das disposições ambientais; necessidade de revisão das estratégias de planejamento das áreas rurais em macrozona urbana.

As problemáticas socioeconômicas são: carência de definição e de estímulo ao turismo rural; carência de conceitos, modelos e regulamentação das novas tipologias de moradia no campo; falta de incentivo à prestação de serviços ambientais na zona rural; falta de incentivo ao uso consciente e à redução do desperdício de água; falta de incentivo à produção agroecológica, orgânica e de boas práticas de cultivo;

As problemáticas territoriais são: o sistema viário é desarticulado com o escoamento da produção; falta indicação de áreas prioritárias para instalação de atividades de armazenamento e logística na zona rural; carência de diretrizes para identificação de demanda, aprovação e licenciamento de equipamentos públicos na área rural; necessidade de revisão dos conceitos de agrovilas; carência de planejamento e articulação do sistema de transporte na zona rural; carência de diretrizes para gestão do saneamento rural; carência de diretrizes para a viabilidade do fornecimento de internet e energia.

1.2 LEITURAS TÉCNICAS POR EIXO TRANSVERSAL

A seguir são apresentados os resumos dos Leituras Técnicas dos Eixos Transversais, que reúnem as discussões que são abordadas no processo de revisão sob uma perspectiva de inter-relação para com os demais Eixos Temáticos com rebatimento em diferentes aspectos abordados pelo PDOT que constituem a sua transversalidade.

1.2.1 Leitura Técnica de Participação Social e Governança¹⁶

A formulação da revisão do PDOT pressupõe, em sua estrutura metodológica, a participação social e a governança como um eixo transversal que deve integrar o processo em todas as suas etapas. Sua transversalidade é entendida também na relação com os outros eixos do PDOT e na efetiva execução dos aprendizados e tomadas de decisão que deverão acontecer na sua implementação.

¹⁶ O documento da Leitura Técnica do Eixo Transversal Participação Social e Governança foi produzido por um Grupo de Trabalho Intersetorial – GTI. É possível acessar o documento na íntegra disponível no botão “Leitura Técnica por Eixo Temático”, no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/Documentos>.



No documento da Leitura Técnica deste Eixo foi levantado: (i) o histórico da participação social e governança ao longo dos planos diretores do DF e; (ii) a análise do Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – SISPLAN e outras formas da participação social e governança.

O DF, desde sua inauguração, teve registrada em normativos e leis a participação social e a governança no planejamento e ordenamento territorial da cidade. O principal objetivo desta Leitura Técnica foi a avaliação da estrutura de participação do PDOT vigente, Lei Complementar n.º 803, de 25 de abril de 2009, com destaque ao que foi planejado e como tem funcionado. Na busca de compreender se a estrutura vigente possibilita uma participação efetiva da sociedade, foi olhado para a estrutura do Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – SISPLAN, a partir da perspectiva de criar uma leitura crítica sobre seus conselhos e comitês. Para tanto foram levantados o que foi ou não implantado e qual a frequência de participação nos conselhos que propõem o SISPLAN.

Também foram levantadas audiências públicas e quantitativo de reuniões que aconteceram em conselhos e comitês. Assim como uma relação de dados, portais, fundos de recursos e informações importantes para o planejamento e ordenamento territorial do DF foi feita buscando ter informações compiladas para facilitar o entendimento do todo.

Foram levantadas também na Leitura Técnica deste eixo as formas construídas no início do processo de revisão do PDOT em especial a estruturação do processo participativo, no âmbito da Metodologia, que prevê o envolvimento de atores tanto da equipe técnica desta Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, quanto das equipes técnicas dos demais órgãos do GDF que tenham interface com a política de ordenamento territorial do DF e, juntamente com a sociedade civil organizada para promover o diálogo e articulação com a comunidade e a construção do novo PDOT.

Este Eixo reforça a ideia da gestão democrática por meio da representatividade dos vários segmentos da sociedade, busca como objetivo estruturar a gestão e o sistema de planejamento do PDOT, de forma participativa e transparente com a sociedade, além de apresentar novas e outras propostas de participação social e governança pública criativa, efetiva e apresentando a transversalidade com recursos públicos e as demais políticas públicas para a cidade, com foco na cidadania, relacionadas aos direitos sociais previstos na Constituição Federal do país.

Os principais pontos observados como problemáticas deste Eixo temático são:



- A estrutura do Sistema de Planejamento (SISPLAN) prevista no PDOT vigente não foi completamente implementada e a falta articulação efetiva entre os órgãos;
- Há carência de indicadores e de metodologia de aferição para o monitoramento dos instrumentos de participação social e governança previstos nas normas de planejamento vigentes;
- A descontinuidade das ferramentas e procedimentos de participação social utilizados para as decisões e processos de planejamento urbano, ocorrendo especialmente quando dos processos de revisão ou de aprovação de normas e projetos específicos.

Por fim, para as próximas etapas de revisão do PDOT haverá também a preocupação de iniciar um levantamento de repertórios de boas práticas que devem ser estudadas e entendidas para saber o que pode ser aplicado na realidade ou servir de inspiração para a criação de outros instrumentos que possibilitem a participação.

1.2.2 Leitura Técnica de Território Resiliente¹⁷

A Leitura Técnica do Eixo Território Resiliente aplica o conceito de resiliência ao contexto do PDOT a fim de estabelecer novos paradigmas para o planejamento, gestão e governança do território do DF, considerando suas potencialidades e vulnerabilidades, assim como sua capacidade de suporte, em compromisso com seu desenvolvimento sustentável. Para tanto, o documento foi estruturado em cinco partes que abordam os seguintes temas: A escala metropolitana e o DF; Fatores Normativos; Fatores Territoriais, o que inclui as Dimensões Ambiental, Social e Institucional; Mudanças Climáticas; e Leitura dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O Eixo Território Resiliente, na Metodologia, foi tratado de maneira transversal aos demais eixos temáticos, permitindo que os aspectos abordados por cada eixo sejam aproveitados de forma complementar reconhecendo a interconexão e a interdependência entre os diversos aspectos do planejamento do território, a fim de garantir uma visão integrada, abrangente e sustentável do desenvolvimento urbano.

Nesse sentido, o documento tem início com uma análise sobre a região metropolitana do DF, que devido à influência e alcance espacial sobre os municípios próximos foi classificada como metrópole nacional pelo estudo Regiões de Influência das Cidades, realizado pelo Instituto Brasileiro

¹⁷ O documento da Leitura Técnica do Eixo Transversal Participação Social e Governança foi produzido por um Grupo de Trabalho Intersetorial – GTI. É possível acessar o documento na íntegra disponível no botão “Leitura Técnica por Eixo Temático”, no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/Documentos>.



de Geografia e Estatística (IBGE), em 2008. Assim, considerando que não há uma Região Metropolitana institucionalizada com a participação do DF, algumas iniciativas complementam esse cenário, como o caso da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (RIDE), que busca articular a ação administrativa entre a União e os estados de Goiás, Minas Gerais e o Distrito Federal.

Nesse contexto a CODEPLAN (2014) também delimitou a Área Metropolitana de Brasília (AMB) considerando os municípios que possuem uma relação mais estreita com o DF em termos socioeconômicos e urbanos que são: Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás. De maneira complementar o Estado de Goiás criou em 2023 a Região Metropolitana do Entorno do Distrito Federal (RME), que abrange os municípios considerados na AMB, com exceção de Alexânia, e representa uma estratégia para gerir de forma integrada o desenvolvimento urbano e regional dos municípios limítrofes ao DF.

O fato de o DF, enquanto metrópole, não estar incluído na RME devido a questões político-administrativas, acrescenta uma camada adicional de complexidade ao tratamento da dinâmica metropolitana da região. Isto evidencia a necessidade de uma abordagem mais integrada para lidar com os desafios compartilhados pelos municípios do entorno do DF em termos de inclusão social, desenvolvimento sustentável, resiliência e gestão territorial.

Quanto à análise dos fatores normativos que vertem sobre esse cenário convém destacar a Lei n.º 6.269/2019, que cria o Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal (ZEE-DF); e a Lei n.º 12.608/2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC). Associadas a outras legislações que a Leitura Técnica aborda essas leis contribuem para a incorporação do conceito de resiliência na análise do território do DF durante o processo de revisão do PDOT e, em paralelo, na sua gestão.

Posteriormente o documento se dedica à contextualização do DF no que se refere aos fatores territoriais incidentes a partir da análise das dimensões ambiental, social e institucional, como base para a aplicação da resiliência. No que tange à dimensão ambiental observa-se que o desenvolvimento de Brasília, cujo caráter patrimonial é inegável, é caracterizado por uma rápida expansão urbana e crescimento demográfico acima da média nacional, o que associado à falta de planejamento adequado resulta em transformações radicais na paisagem do Planalto Central, pressão sobre os recursos naturais e outros problemas ambientais.



Como levantado pelo PDAD/2015 (CODEPLAN, 2016), pode-se observar problemas de ordem ambiental – erosão, área em declive, esgoto a céu aberto e áreas alagadas - perpassam o território do Distrito Federal em maior ou menor medida de modo relativo a cada RA.

A abordagem das mudanças climáticas, que são alterações significativas e de longo prazo nos padrões climáticos globais da Terra, impulsionadas principalmente pela atividade humana, também é de grande relevância para o contexto da resiliência. No DF, e em geral no Brasil, esse processo resulta em desafios urgentes e complexos devido ao desmatamento, à expansão agrícola, à dependência de combustíveis fósseis, à gestão inadequada dos recursos hídricos e à expansão urbana desordenada. Assim, iniciativas como o Acordo de Paris, promulgado pelo Brasil em 2017, a fim estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa, ou o Fórum de Mudança do Clima e o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima, que abordam estratégias para enfrentar os efeitos adversos das mudanças climáticas, são exemplos de como as questões sobre mudanças climáticas estão sendo pensadas a nível nacional e global para a promover a resiliência climática e a sustentabilidade urbana.

A perspectiva da Agenda 2030, nesse sentido, com seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e metas globais propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), também é de grande interesse para o estudo da resiliência no DF, uma vez que pode contribuir com parâmetros para a proposição de mudanças sustentáveis em diversos níveis do contexto do território, auxiliando a promover a dignidade e a qualidade de vida para a população sem comprometer o meio ambiente e as gerações futuras.

No tocante à dimensão social observa-se que o desenvolvimento do DF foi marcado por desafios relacionados a falta de infraestrutura e moradia adequadas em descompasso com o rápido crescimento populacional, o que culminou em uma dinâmica de ocupações irregulares. Essa realidade é propícia para o aumento da segregação e da desigualdade social, que são visíveis desde a época da construção de Brasília, criando disparidades significativas entre as RA. A baixa renda média domiciliar e a alta incidência de famílias em situação de vulnerabilidade social, com condições precárias de moradia e saneamento básico, são reflexos dessa conjuntura. Realidade que sugere urgência nas políticas públicas de enfrentamento às desigualdades sociais.

A dimensão institucional é apresentada, nesse sentido, como elemento crucial no planejamento urbano de cidades resilientes. No contexto de Brasília, enquanto Capital Federal, as instituições têm um alcance que ultrapassa as escalas locais, influenciando o território nacional. Questões como abastecimento de água, gestão de resíduos sólidos, promoção de infraestrutura e



moradia digna, que são emergentes no DF, devem ser consideradas à nível institucional, ou seja, a partir de ações coordenadas, políticas e decisões tomadas no âmbito das instituições públicas ou privadas. Portanto, é válido manter um constante aprimoramento das instituições, promover a integração institucional, fomentar a participação da comunidade no planejamento urbano e garantir investimentos adequados às suas necessidades para assegurar uma gestão eficiente do território.

Para concluir, convém observar a importância de abordar a resiliência no PDOT pela primeira vez, considerando a necessidade de compreender as ameaças enfrentadas pela sociedade e realizar o mapeamento dessas ameaças para avaliar os riscos que são nocivos ao desenvolvimento do território. Vale ressaltar, nesse sentido, que a carência de um histórico de ameaças no território do DF e de cadastros georreferenciados atualizados é prejudicial para a prevenção de eventos naturais ou antrópicos danosos, assim como para avaliar vulnerabilidades econômicas, sociais e ambientais. Entende-se portanto, que o acesso a informações atualizadas é essencial para cumprir o propósito da abordagem da resiliência, que é, a partir do levantamento das ameaças e vulnerabilidades do território, propor ações que contribuam para mitigar e eliminar esses aspectos contribuindo para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar dos cidadãos.



2 DIAGNÓSTICO TÉCNICO NA ESCALA DAS UNIDADES DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL – UPT

Os documentos *Leituras Técnicas - Eixos Temáticos*¹⁸ possuem uma análise extensa sobre o território do DF no que tange o respectivo eixo. Porém, para a construção de um entendimento mais rico da interação entre todos os eixos temáticos é necessário mudar a escala de análise para identificar as relações das questões que cada eixo apresenta e como estas reverberam umas nas outras.

O PDOT/2009 prevê sete UPT¹⁹ que apresenta um recorte territorial a partir da junção de Regiões Administrativas próximas. Torna-se uma escala intermediária adequada para analisar aspectos que são grandes demais para serem tratados na escala da RA e muito específicos para ser considerada na escala do DF. Com a indicação de conflitos, desafios e potencialidades presentes nas Leituras Técnicas na escala das UPT é possível agrupar assuntos relacionados que preservam interface com mais de um eixo temático.

A seguir serão apresentados dados do esforço de organizar as informações das Leituras Técnicas a partir de uma construção coletiva do corpo técnico da SEDUH. Tendo como ponto de partida os dados presentes nas leituras técnicas a equipe de cada eixo indicou em mapas da UPT as questões associadas àquela porção territorial. Adotou-se como base um arquivo georreferenciado para posterior junção das informações de todos os eixos temáticos. Os eixos transversais não foram incluídos na análise devido o seu caráter transversal que perpassa as problemáticas vinculadas aos demais eixos.

Cada eixo foi orientado a identificar três elementos presentes na Leitura Técnica que ocorressem na UPT em análise: Conflitos, Desafios e Potencialidades. O primeiro grupo refere-se a situações em que dois pontos se contrapõem e precisam ser ajustados; o segundo grupo aborda as questões que precisam ser corrigidas e o último grupo são elementos identificados que deseja-se amplificar os efeitos positivos. Estes elementos foram chamados de problemáticas²⁰ e poderão ser analisados em conjunto com as problemáticas que surgirem da Leitura Comunitária. A representação adotada nesta etapa do trabalho foi o ponto, escolha que focou na discussão das problemáticas sem,

18 Os documentos estão disponíveis no botão “Leitura Técnica por Eixo Temático” no site do processo de revisão do PDOT através do endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/Documentos>.

19 O Mapa 1C da Lei n.º 948/2009 aponta as sete UPT do Distrito Federal (UPT norte, UPT sul, UPT leste, UPT oeste, UPT central adjacente I, UPT central adjacente II e UPT central).

20 A nomenclatura é referência ao material Guia para elaboração e revisão de planos diretores desenvolvido em 2019 e revisada em 2022 pelo então Ministério de Desenvolvimento Regional - MDR e a GIZ, no contexto de apoio à agenda nacional de desenvolvimento sustentável no Brasil - ANDUS.



considerar análise de poligonais ou linhas específicas (que será realizado posteriormente durante o Prognóstico e construção de mapas de padrões territoriais). Cada ponto tem de um código de identificação, a indicação se é conflito ou desafio e a descrição da problemática.

Após o preenchimento das informações, membros de cada eixo disponibilizaram em arquivo georreferenciado as informações que foram unificadas num mapa. Este arquivo com a união subsidiou a discussão junto com as tabelas identificando os pontos e as problemáticas. Abaixo segue o detalhamento de cada UPT a partir do processo descrito acima.

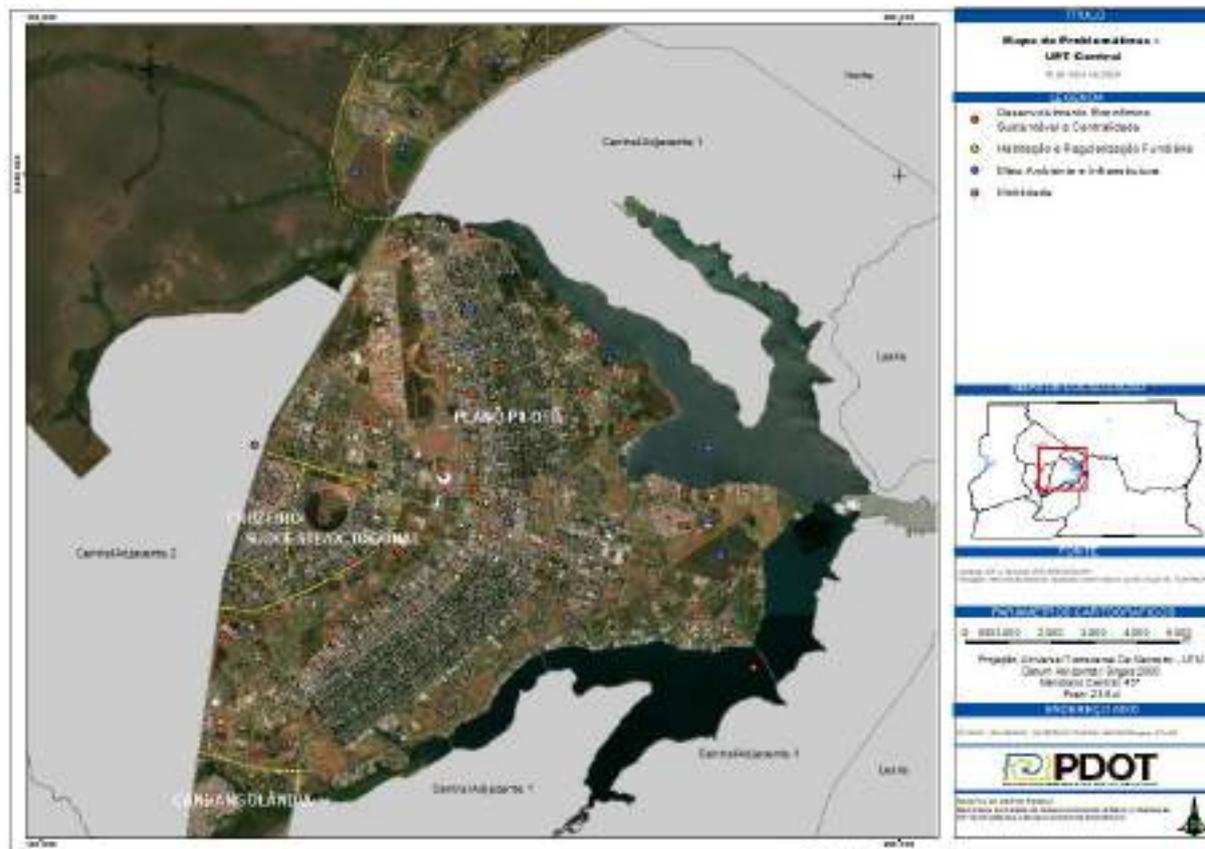
2.1 UPT CENTRAL

A **UPT Central** é composta pelas Regiões Administrativas: RA I – Plano Piloto, RA XI – Cruzeiro, RA XIX – Candangolândia e RA XXII – Sudoeste/Octogonal. No final, 68 pontos foram levantados na UPT Oeste e estão representados no **Mapa 1**. O **Quadro 1** apresenta a lista de problemáticas, seu código ID, o eixo vinculado²¹, se é uma potencialidade (Pot), Desafio (Des) e Conflito (Con), bem como a descrição.

21 Adotou-se neste quadro as siglas dos Eixos Temáticos para melhor legibilidade. As siglas de cada eixo são: Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (CTD), Habitação e Regularização (HAB), Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), Mobilidade (MOB) e Ruralidades (RUR).



Mapa 1 – Problemáticas UPT Central.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Quadro 1 – Problemáticas por Eixo Temático na UPT Central.

ID	EIXO	Pot.	Des.	Com.	Descrição
477	HAB	Não	Não	Sim	Ocupação irregular expansão Vila Planalto.
478	HAB	Sim	Não	Sim	Ocupação irregular consolidada e com presença de uso de religião e cultura tradicional, além do habitacional. Conflito de domínio fundiário com proprietários (potencialidade de ZEIC).
479	HAB	Sim	Não	Sim	Conflito entre comunidade indígena tradicional e plano de ocupação urbana da área. Importante encontrar solução para manutenção e respeito à diversidade de ocupação por comunidades tradicionais.
480	HAB	Sim	Não	Não	Pressão para mudança de uso, com inclusão do uso habitacional. Local de muito potencial para inserção de HIS por conta da facilidade de acesso a rede de transporte público.
481	HAB	Sim	Não	Sim	Alto índice de vacância e lotes vazios ou subutilizados nos setores centrais do CUB com potencialidade para flexibilização de uso e inserção de HIS.
482	HAB	Não	Não	Sim	Uso residencial permanente em setores centrais que permitem apenas uso hoteleiro.
483	HAB	Não	Não	Sim	Uso residencial permanente em tipologias de condomínios fechados, onde é permitido moradia temporária no Setor de Clubes Esportivos Norte.
484	HAB	Sim	Não	Sim	Ocupação com condomínios residenciais fechados (700/900).
485	HAB	Não	Sim	Não	Melhorar a qualidade do espaço urbano e áreas livres (Candangolândia e Cruzeiro).
486	HAB	Não	Não	Sim	Irregularidade edilícia (setor de oficinas norte).



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

ID	EIXO	Pot.	Des.	Com.	Descrição
487	HAB	Sim	Sim	Não	Alto índice de vacância em local bem servido de transporte e infraestrutura consolidada, com permissão de uso residencial, alto potencial de incentivo à HIS.
488	HAB	Não	Sim	Sim	ARIS e ARINE muito próximas da área do Parque Nacional. Controle para a não expansão da ocupação.
489	MOB	Não	Sim	Sim	Ponte do Bragueto (Trevo de Triagem Norte) - afunilamento de fluxo. Grande vazio urbano. Não há infraestrutura paracirculação e travessia de pedestres e ciclistas. Não há faixa exclusiva para o TPC.
490	MOB	Sim	Sim	Não	Setor Terminal Norte - Área com grande circulação de veículos, ônibus e pedestres. Há conflito pela falta de prioridade aos modais ativo e TPC e pela falta de acesso de pedestres às edificações.
491	MOB	Sim	Sim	Não	Via W3 - Eixo com alta frequência de TPC. No entanto, há grande sobreposição de linhas, especialmente na W3 Sul. Há previsão de BRT ou VLT (PDTU e PDTT).
492	MOB	Sim	Sim	Não	Terminal de Integração Sul - Potencial para integrar as linhas troncais do DF com as circulares do Plano Piloto e reduzir a quantidade de ônibus na W3 e sobreposição de linhas. Problema: Há pouca integração com o entorno. Potencial de desenvolvimento DOT.
493	MOB	Sim	Sim	Não	Terminal de Integração Norte - Potencial para integrar as linhas troncais do DF com as circulares do Plano Piloto e reduzir a quantidade de ônibus na W3 e sobreposição de linhas. Problema: Há pouca integração com o entorno. Potencial de desenvolvimento DOT.
494	MOB	Sim	Sim	Não	Rodoviária - Principal ponto de circulação de pedestres do DF e do Entorno (GO). Infraestrutura para circulação e permanência de pedestres subdimensionada para o fluxo de pedestres e em relação ao espaço destinado ao carro nos acessos e plataforma superior e inferior.
495	MOB	Sim	Sim	Não	Setores Centrais do Plano Piloto - Alto fluxo de pedestres percursos subdimensionados e muitos obstáculos. Conexão entre os setores projetados para o automóvel. Pouca integração. Desconforto térmico.
496	MOB	Sim	Sim	Não	Esplanada e Eixo Monumental: Configura barreira para MOB ativa entre Asa Sul e Asa Norte. Precariza a conexão entre os setores centrais. Desestimula MOB ativa pela falta de conforto bioclimático e pelas distâncias.
497	MOB	Não	Sim	Sim	Noroeste: bairro com baixa conectividade. Dependente de automóvel para deslocamento. Parque Burle Marx pode criar conectividade do Noroeste com Asa Norte.
498	MOB	Sim	Sim	Não	Setor de Garagens: Setor bem localizado, porém subaproveitado em termos de uso e ocupação. E sem infraestrutura para MOB ativa.
499	MOB	Sim	Sim	Sim	A orla do Lago Paranoá tem potencial para lazer e turismo, porém falta acesso por MOB ativa e TPC.
500	MOB	Não	Sim	Não	Candangolândia - centralidade por proximidade à EPIA. Falta infraestrutura cicloviária.
501	MOB	Sim	Não	Não	Terminal Interestadual - Potencial para integração DF e Entorno. Potencial para DOT.
502	MOB	Sim	Sim	Não	Antiga Rodoferroviária - Potencial para integração intermodal e linha férrea. Potencial integração DF e Entorno.
503	MOB	Não	Sim	Não	Ponte JK - Único eixo de ligação com a UPT Leste eixo de ocupação Sul. Mesmos problemas do Trevo de Triagem Norte.
504	MOB	Sim	Sim	Não	Potencial para Zona 30 - Cruzeiro, Vila Planalto, Candangolândia, e PP (quadras residenciais, vias locais e setores centrais e específicos).
505	MOB	Não	Sim	Não	EPIG - Constitui barreira para pedestres e ciclistas. Necessidade de mais pontos de travessia segura e integração com o Parque da Cidade.
506	MOB	Sim	Sim	Não	Parque da Cidade - Baixa permeabilidade e má integração urbana. Poucos e subdimensionados acessos para pedestres e ciclistas.
507	MOB	Sim	Sim	Não	Plano Piloto possui potencial para mais deslocamentos por MOB ativa em função das curtas distâncias, diversidade de uso, e concentração de serviços e emprego. Entretanto, o potencial é tolido pelo do desenvolvimento urbano focado no



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
 Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

ID	EIXO	Pot.	Des.	Com.	Descrição
					automóvel.
508	MOB	Sim	Sim	Não	Necessidade de humanizar o conjunto urbano tombado, por meio da redução do espaço destinado ao automóvel e ampliação do espaço para MOB Ativa e TPC. Em alinhamento aos objetivos da ODS e OMS.
509	MOB	Sim	Não	Não	PPCUB propõe implementação de conector ambiental aliado a ciclovias e passeio para pedestres entre o Parque da Cidade e o Parque Ecológico Burle Marx.
510	MAI	Sim	Sim	Sim	Proposta da CAESB para criação da APM do Lago Norte. Presença de ocupações informais. Zona Tampão RBC. Zona de Contenção Urbana e Zona Urbana de Uso Controlado II. Setor habitacional previsto.
511	MAI	Sim	Sim	Sim	Proposta da CAESB de inclusão de área na APM do Bananal. Área importante para manter não urbanizada. Importante para SAVEL e conector ambiental, zona tampão RBC, mas encontra-se em Zona Urbana de Uso Controlado II.
512	MAI	Sim	Sim	Sim	Ocupação informal em Zona Tampão RBC, Próxima a PAREC Burle Marx.
513	MAI	Sim	Sim	Sim	Ocupação Informal em Parque Urbano da Vila Planalto. Risco alto de perda de área de recarga de aquífero.
514	MAI	Sim	Sim	Sim	Ocupação Informal em Unidade de Conservação na Zona Tampão da Gama e Cabeça de Veado e próxima a PAREC dos Pioneiros. Conector ambiental. Risco alto de perda de área de recarga de aquífero.
515	MAI	Sim	Sim	Sim	Ocorrência de alagamentos. Necessidade de promoção de infraestrutura verde. Revisão das soluções de drenagem.
516	MAI	Sim	Sim	Sim	Áreas verdes ociosas em lote institucional e privados com potencial de prestação de serviço ecossistêmico. Importante para SAVEL e cumprir diretrizes ZEE-DF. Ex: Potencial conexão vegetação PAREC Olhos d'água/barreira ETE; Centro Olímpico UnB.
517	MAI	Sim	Sim	Sim	Orla do Lago Paranoá. Assoreamento em diversos locais. Alta carga poluidora difusa carregada pelo escoamento superficial. Áreas potenciais para implantação do SAVEL. Ocupação informal em área pública.
518	MAI	Não	Sim	Sim	Uso do Lago Paranoá como manancial de abastecimento e de recepção do esgoto tratado restringe potencial de novos usos e adensamento.
519	MAI	Sim	Sim	Sim	Potencial de conexão entre Unidades de Conservação e outras áreas verdes do Plano Piloto. Potencial/desafio de implantação de infraestrutura verde em área já urbanizada. Ex: Melhorar conexão entre PAREC Olhos D'água e Burle Marx.
520	MAI	Sim	Sim	Sim	Área verde sem lote registrado, área potencial para implantação do SAVEL. Riscos Ecológicos Co-localizados (alto ou muito alto) - ZEE-DF. APA Lago Paranoá.
521	MAI	Sim	Não	Não	Estratégia de dinamização do PDOT Polo da cidade digital. Apoio à implantação de parque tecnológico voltado para pesquisa, desenvolvimento e inovação em tecnologia da informação e comunicação e em biotecnologia na subzona SZSE-1 do ZEE-DF. Pressão de ocupação.
522	MAI	Sim	Sim	Sim	Necessidade manutenção de baixo adensamento em função da solução de esgotamento sanitário adotado pela CAESB para a área. Revisão do Setor Habitacional do Torto.
523	MAI	Sim	Sim	Não	A subzona SZDPE 4 do ZEE-DF aponta a promoção de atividades N3 relacionadas a cultura e turismo, compatíveis com preservação Patrimonial, Histórica e Nacional e proteção do Lago Paranoá resguardadas quantidade e qualidade de águas e seus usos múltiplos, por meio do controle da impermeabilização do solo e proteção de nascentes e corpos hídricos.
524	MAI	Sim	Sim	Sim	Ocupação informal em Unidade de Conservação - PAREC Asa Sul. Conflito poligonal parque e lote PPCUB.
525	MAI	Sim	Sim	Não	Áreas ainda não implementadas como parques urbanos e outras áreas livres sem destinação. Importância para SAVEL. Ex: Parque Urbano Bosque dos Tribunais e área livre próxima, Parque Urbano Bosque dos Constituintes, Parque Urbano da Vila Planalto.
526	MAI	Sim	Não	Não	O PPCUB propõe implementação de conector ambiental aliado a ciclovias e passeio para pedestres entre o Parque da Cidade e o Parque Ecológico Burle



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

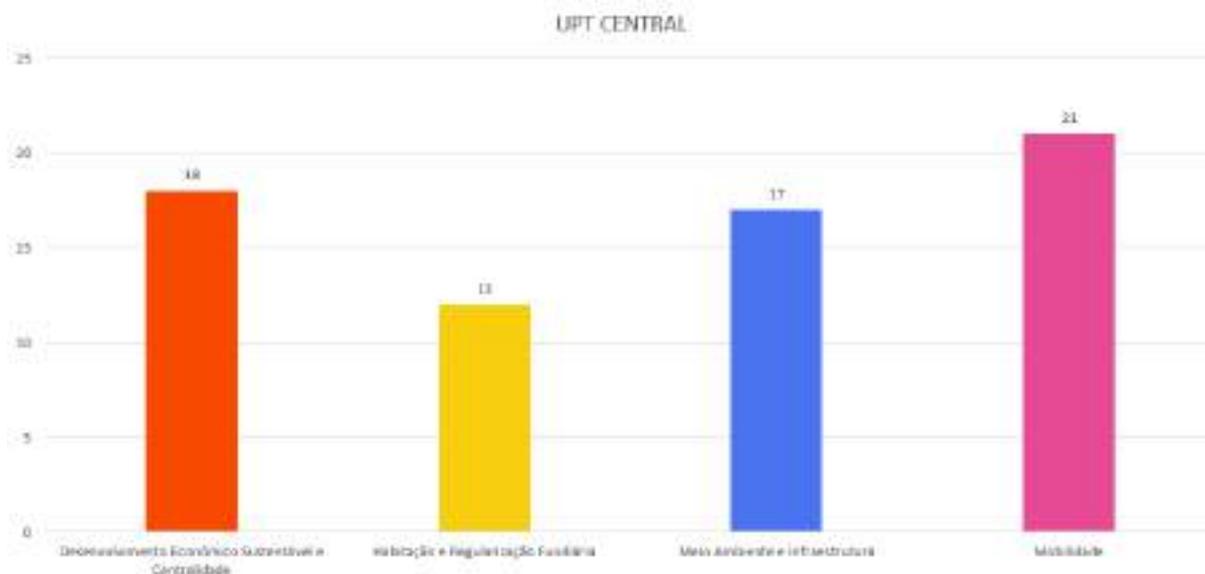
ID	EIXO	Pot.	Des.	Com.	Descrição
					Marx.
527	CTD	Sim	Sim	Não	Potencial para Turismo e Lazer no Lago Paranoá e em sua Orla. Incentivar usos da Orla abertos a toda a população.
528	CTD	Sim	Sim	Sim	Potencial de Turismo e Lazer na Vila Planalto, ex Polo Gastronômico. Ocupação informal nas 'Chácaras' da Vila Planalto; revitalização e requalificação dos espaços públicos na Vila Planalto.
529	CTD	Sim	Não	Não	Potencial para consolidação de um eixo de atividades de turismo, lazer e cultura na descida da Ponte JK.
531	CTD	Sim	Não	Não	Consolidação de um Polo de Medicina e saúde no final da Asa Sul, alavancado pelo SMHS.
532	CTD	Não	Não	Sim	Pressão para uso habitacional de alta renda no SMAS (epelhando o SGCV do outro lado da EPIA).
533	CTD	Sim	Não	Não	O Parque da Cidade é um importante espaço de lazer.
534	CTD	Sim	Não	Não	Potencial de Turismo e Lazer na Praça do Cruzeiro e ao longo do EMO.
535	CTD	Sim	Não	Não	Potencial de Turismo e Lazer na ARENA.
536	CTD	Sim	Não	Não	Potencial para turismo cívico no Eixo Monumental (monumentos tombados, Esplanada).
538	CTD	Sim	Não	Não	Potencial cultural local em diversos locais (Eixão do Lazer, Renato Russo, Espaços livres entre as superquadras).
539	CTD	Sim	Não	Não	Dinamismo acarretado pela Universidade de Brasília (UnB).
540	CTD	Não	Não	Sim	Previsão de residência no Capital Digital.
541	CTD	Não	Sim	Não	Manutenção do SMU, livre do mercado imobiliário (SMU está espremido entre o Sudoeste, Noroeste e Pátio Ferroviário).
542	CTD	Não	Sim	Não	Impactos decorrentes da implantação da Ponte do Lago Norte no SCEN (Minas, APCEF, Clube do Servidor).
544	CTD	Não	Não	Sim	Pressão para uso residencial nas áreas onde hoje é permitido apenas apart-hotel e hotel (SHTN, SCEN/S, SHS/N).
546	CTD	Não	Sim	Sim	Pressão para flexibilização de Usos Mistos em diversas áreas (comércio local Norte, quadras 700/900, 600, SIG).
549	CTD	Não	Não	Sim	Quadra 901 Norte (SGAN), ao lado do Colégio Militar. As quadras 900 são destinadas ao uso institucional, com altura máxima de 9,5m e apenas 3 pavimentos.
550	CTD	Não	Não	Sim	Pressão Imobiliária para Habitação Multifamiliar de alta renda e usos comerciais no Setor de Mansões Isoladas - SMI.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A UPT Central teve ao total 68 problemáticas levantadas, divididas por eixo temático conforme o **Gráfico 1**. O maior número de contribuições aparece nos eixos Mobilidade e Desenvolvimento Econômico e Centralidades (21 e 18, respectivamente).



Gráfico 1 – Problemáticas por Eixo Temático na UPT Central.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades dos 18 pontos, 39% são conflitos, 28% desafios e 56 potencialidades²². Dentre os conflitos, percebe-se uma pressão para aumento do uso residencial em setores incompatíveis com este uso. Já na análise dos desafios o destaque é para o impacto da implantação da Ponte do Lago Norte no Setor de Clubes Esportivos Norte - SCEN, enquanto as potencialidades se destaca o turismo que a área central possui, sobretudo turismo cívico e cultural.

No eixo Habitação e Regularização 12 problemáticas foram levantadas com 75% classificadas como conflitos, 25% desafios e 50% potencialidades. Nos conflitos a questão da ocupação informal se manifesta na Vila Planalto, porém destaca-se o mesmo que foi apontado no eixo de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades: uso residencial em áreas incompatíveis. Sobre desafios e também potencialidade, o alto índice de vacância em local bem servido de transporte e infraestrutura consolidada é um destaque.

No eixo Meio Ambiente e Infraestrutura foram apontadas 17 problemáticas com 76% classificadas como desafios, 88% desafios e 94 potencialidades. O conflito entre ocupações informais e áreas ambientalmente sensíveis, assim como no resto do DF foi o maior destaque, entendido

²² Frisa-se que uma mesma problemática pode ser classificada em mais de um componente ao mesmo tempo.



também como os principais desafios. Já em potencialidades apenas o uso do Lago Paranoá como manancial de abastecimento e recepção de esgoto tratado.

No eixo Mobilidade, com 21 problemáticas, apenas 14% são conflitos, enquanto 90% são desafios e 76% potencialidades. O afunilamento do fluxo no Trevo de Triagem Norte, sem infraestrutura adequada para circulação e travessia de pedestres e ciclistas e infraestrutura exclusiva para TPC é o principal conflito enquanto o Terminal Interestadual tem potencial para integração do DF e Entorno. Dentre as problemáticas, apenas o potencial citado anteriormente e a previsão do PPCUB de ciclovias e passeio para pedestres entre o Parque da Cidade e o Parque Ecológico Burle Marx junto ao conector ambiental proposto não foram considerados como desafios.

Na UPT Central, assim como em todas as outras UPT, a partir do conteúdo de todas as Leituras Técnicas, observa-se que a ocupação informal, sobretudo em áreas incompatíveis ou ambientalmente frágeis, está no centro das problemáticas. É necessário destacar também o papel que a UPT desempenha no DF como concentradora de postos de emprego e destino das viagens.

2.1.1 Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades

Constituída pelas Regiões Administrativas do Plano Piloto, Sudoeste/Octogonal, Cruzeiro e Candangolândia, a UPT Central abriga apenas cerca de 11,2% da população do DF (323 mil habitantes), sendo a quinta mais populosa (PDAD, 2018).

Esta UPT tem praticamente toda a sua extensão territorial inserida na Macrozona Urbana, à exceção da região do Parque Nacional de Brasília – PNB, localizado em Macrozona de Proteção Integral.

A ocupação da UPT Central iniciou-se concomitantemente à construção da nova Capital Federal com o surgimento de acampamentos operários, como a Candangolândia (1956) e a Vila Planalto (1958).

O Plano Piloto é a principal e mais populosa região administrativa. As demais regiões administrativas, à exceção da Candangolândia, caracterizam-se como áreas residenciais do Plano Piloto, que adquiriram o status de Região Administrativa por questões político-administrativas, mas que guardam total dependência deste.

De modo geral, a UPT Central pode ser dividida em duas porções territoriais: a primeira constituída pelo conjunto urbano formado pelo Plano Piloto, Cruzeiro, Sudoeste e Octogonal, área de concentração de atividades e de convergência de grande parte dos deslocamentos no território em



busca de serviços e empregos, o centro da metrópole; e a segunda, pela Região Administrativa da Candangolândia, uma subcentralidade de caráter mais local.

A análise dos desafios, potencialidades e conflitos na UPT Central, sob a perspectiva do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, teve como foco os seguintes aspectos das características locais, que tratam dos aspectos: decorrentes da localização estratégica ao longo das principais rodovias que fazem conexão com o Plano Piloto e municípios do entorno/regiões do País; do desenvolvimento econômico que são as áreas destinadas ao fomento econômico no PDOT vigente e no Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal - ZEE-DF; do sistema de centralidades que são as áreas estratégicas para consolidação e articulação de centros de diferentes hierarquias; dos conflitos de uso do solo que são as áreas com tendência de parcelamento para fins urbanos em zona rural ou em áreas suscetíveis ambientalmente e áreas com necessidade de ajustes no macrozoneamento ou com parâmetros de uso e ocupação do solo inadequados e as obras e intervenções que são o conjunto de intervenções públicas ou privadas, previstas ou em andamento, na UPT Central.

Como principais vias que acessam a UPT Central podem ser destacadas a Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA) – Rodovia DF 003, a Estrada Parque Indústrias Gráficas (EPIG) – Rodovia DF 011, a Estrada Parque das Nações (EPNA) – Rodovia DF 004, a Estrada Parque Guará – EPGU (Rodovia DF 051), a Estrada Parque Dom Bosco (Rodovia DF 025), a Estrada Parque Aeroporto – EPAR (Rodovia DF 047), a Estrada Parque Ceilândia – EPCL (Rodovia DF 095).

O PDOT vigente, no âmbito das diretrizes setoriais voltadas para o desenvolvimento econômico, delimitou três Áreas Econômicas (AE)²³ na UPT Central, quais sejam: (i) Quadras de Oficinas – QOF da Candangolândia; (ii) Quadras Mistas do Sudoeste – QMSW e (iii) Polo de Ciência, Tecnologia e Saúde do Distrito Federal.

As duas primeiras já se encontravam consolidadas quando da edição da Lei Complementar n.º 803/2009, que aprovou o PDOT, restando ainda não implantado o Polo de Ciência, Tecnologia e Saúde do Distrito Federal, que coincidia com a área destinada ao Polo 7 do Projeto Orla²⁴.

23 Vide no Anexo IV, Mapa 6, Tabelas 6A e 6C, da Lei Complementar n.º 803/2009.

24 Criado na década de 90, o Projeto Orla - Plano de Ordenamento e Estruturação Turística de Brasília previa 11 polos, com variedade de atividades que incluíam lazer, cultura, hospedagem e comércio, interligados por um calçadão. Apenas 3 deles foram efetivamente implantados (Polo 3 – Complexo Brasília Palace, Polo 6 – Centro de Lazer Beira Lago e Polo 11 – Pontão do Lago Sul)



O Lago Paranoá e sua orla constituem-se em um elemento estruturador da UPT Central, que apresenta elevado potencial para atividades de turismo e lazer. Contudo a democratização do acesso à orla tem sido um desafio ao longo dos anos, que culminou com as ações para desobstrução de ocupações privativas historicamente existentes e na realização de um concurso público para escolha do Plano Urbanístico de Uso e Ocupação da Orla do Lago Paranoá - Master Plan, parte integrante do Projeto ORLA LIVRE, que não chegou a ser implantado.

Ressalta-se que o turismo é uma atividade em franca expansão no DF. Os principais atrativos para o fluxo do turismo cívico e de negócios, que movimentam os segmentos de hospedagem, restaurantes e estruturas de lazer, concentram-se na UPT Central.

A Vila Planalto vem se consolidando ao longo do tempo como um Polo Gastronômico, dada a concentração de restaurantes e bares na área. Contudo, a sua efetiva consolidação efetiva depende de ações de incentivo governamental e de revitalização e requalificação dos espaços públicos.

Ao longo do Eixo Monumental estão localizados os principais monumentos e edificações de atração do turismo cívico, com destaque para a Esplanada – ícone da Capital. Além disso,, apresenta diversos espaços de lazer como Praça do Cruzeiro e todo o gramado ao longo deste.

O potencial cultural e de lazer também se faz presente em diversos locais ao longo de toda a área central, a exemplo do Eixão do Lazer, Espaço Renato Russo, Espaços livres entre as superquadras. O Parque da Cidade também é outro importante espaço de lazer que atrai diariamente elevados contingentes populacionais.

Observa-se a consolidação de um eixo de atividades relacionadas ao turismo, lazer e cultura na descida da Ponte JK, marcado por espaços culturais, a exemplo do CCBB e do conjunto de restaurantes, bares e espaços de lazer que compõem o Beira Lago.

A Universidade de Brasília (UnB) agrega dinamismo transbordando para o seu entorno as diversas atividades abrigadas em seu campus.

Por fim, destaca-se a formação de um Polo de Medicina e Saúde no final da Asa Sul, alavancado pelo Setor Médico Hospitalar Sul – SMHS, outro setor relevante na economia do DF.

O Plano Piloto é a região de maior concentração de atividades e empregos do DF e de seu entorno, para onde convergem grande parte dos deslocamentos diários, seguido da região de



Taguatinga, Ceilândia e Samambaia que também apresenta um dinamismo significativo²⁵. As demais localidades, de modo geral, configuram centralidades de caráter bem mais localizado.

A constituição de um sistema de centralidades no qual o Plano Piloto, mesmo mantendo seu papel de centro principal da metrópole, reparta esse protagonismo com as demais localidades, mediante a constituição de novas centralidades e incremento daquelas já existentes, tem sido um desafio para o DF que já comparece nas estratégias de ordenamento territorial do PDOT vigente.

Neste sentido a Estratégia de Dinamização de Espaços Urbanos foi proposta visando a configuração de novas centralidades com a promoção do desenvolvimento urbano, econômico e social e a indução de crescimento local e regional, mediante a diversificação de uso do solo, a implantação de centros de trabalho e renda e melhoria dos padrões de mobilidade e acessibilidade, observada a capacidade de suporte socioeconômica e ambiental do território. No caso da UPT Central, propôs o Polo Capital Digital, que compreende o Parque Tecnológico Capital Digital, na Região Administrativa do Plano Piloto.

Com objetivo de fomentar o desenvolvimento de subcentralidades no território, vinculadas à acessibilidade decorrente da Rede Estrutural de Transporte Coletivo, o PDOT propôs a Estratégia de Implantação de Polos Multifuncionais, com a previsão do PM 9 - Polo Multifuncional Torto na UPT Central, que não se efetivou.

A lógica da segregação sócio espacial associada ao modelo disperso de ocupação com elevados deslocamentos diários pode ser associada à pressão para o uso habitacional ou misto em diversos setores do Plano Piloto, onde originalmente não era permitido.

Como exemplos da pressão por alteração de usos para habitação multifamiliar de alta renda destaca-se o Setor de Múltiplas Atividades Sul – SMAS, espelhando o que já acontece no Setor de Garagens e Concessionárias de Veículos - SGCV do outro lado da EPIA a Quadra 901 Norte (SGAN), ao lado do Colégio Militar²⁶, onde só é permitido uso institucional e o Setor de Mansões Isoladas – SMI, à luz do que acontece no Setor de Mansões Park Way.

25 O Plano Piloto é a Região Administrativa que mais se destaca em relação ao percentual de ocupados com 41,4% (518 mil pessoas) do total do DF, seguida de Taguatinga com 8,4% (105 mil pessoas) e de Ceilândia com 6,3% (79 mil). CODEPLAN, 2018, <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/NT-An%C3%A1lise-espacial-do-mercado-de-trabalho-do-DF-a-partir-da-PDAD-2018.pdf>

26 As quadras 900 são destinadas ao uso institucional, com altura máxima de 9,5m e apenas 3 pavimentos.



Destaca-se ainda, a pressão para uso residencial nas áreas onde hoje é permitido apenas apart-hotel e hotel, a exemplo do Setor de Hotéis e Turismo Norte - SHTN, do Setor de Clubes Esportivos Norte e Sul - SCEN/S e do Setor Hoteleiro Sul e Norte - SHS/N. Existe também pressão para flexibilização para Usos Mistos em diversas outras áreas, como o Comércio Local Norte - CLN, as Quadras 700/900 Norte, as Quadras 600, o Setor de Indústrias Gráficas – SIG.

O desafio a longo prazo é a manutenção do Setor Militar Urbano - SMU, livre do mercado imobiliário posto que está espremido entre o Sudoeste, Noroeste e Pátio Ferroviário.

A previsão de residências no Capital Digital é outra medida a ser vista com muita cautela, sob pena de descaracterizar o objetivo em que foi concebida a área.

O Complexo Esportivo de Brasília - Arena Plex, composto pelo Estádio Nacional Mané Garrincha, pelo Ginásio de Esportes Nilson Nelson e pelo Complexo Aquático Cláudio Coutinho, associados a construção de um boulevard comercial, constituído por um grande espaço integrado de convivência, entretenimento e lazer, com cinemas, bares, casas de espetáculos, restaurantes, academias e lojas, constitui-se em uma importante intervenção na área central. A iniciativa objetiva inserir Brasília no circuito nacional e internacional de grandes eventos e competições esportivas proporcionando geração de empregos e agregando qualidade de vida aos brasilienses.

Merecem destaque também as obras em andamento da Avenida das Cidades (anteriormente denominada Via Transbrásilia ou Avenida Interbairros), que promoverá a ligação do Plano Piloto com as Regiões Administrativas do Guará, Arniqueira, Águas Claras, ParkWay, Samambaia e Taguatinga. Na UPT Central, a intervenção se dará no Setor Policial Sul, junto a Rodovia DF 001 (EPCT).

A nova Ponte do Lago Norte promoverá a ligação da área central de Brasília, pela Asa Norte, com o eixo norte do DF. A intervenção consiste na implantação de uma nova via conectando a Via L4 Norte, saindo da Universidade de Brasília, com a Rodovia BR 020, próximo a Sobradinho. Os Impactos decorrentes da implantação da Ponte do Lago Norte na área do CUB precisam ser bem dimensionados, em especial, no Setor de Clubes Esportivos Norte – SCEN, na região do Minas Brasília Tênis Clubes, da Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal - APCEF, do Clube do Servidor, dentre outros.

2.1.2 Habitação e Regularização Fundiária

A análise dos desafios, potencialidades e conflitos na UPT Central sob a perspectiva do Eixo Temático Estratégias de Habitação e Regularização Fundiária teve como foco os Aspectos



e vulnerabilidades ambientais que são as ocupações para fins de moradia em áreas próximas à Unidade de Proteção Integral – Parque Nacional; as Características das áreas da Estratégia de oferta habitacional do PDOT e dinâmica urbana que são a vacância em áreas já consolidadas, falta de qualidade do espaço urbano em áreas adensadas e os Conflitos de Uso do Solo/Zoneamento que são as ocupações informais para fins de moradia e outros usos religiosos, culturais e de comunidades tradicionais, desvirtuamento dos usos permitidos hoteleiro, apart-hotel e de bens e serviços em áreas consolidadas para o uso residencial.

Além dos pontos mapeados como desafios, potencialidades e conflitos, a análise deste eixo também levou em consideração aspectos gerais que são intrínsecos ao provimento habitacional e à regularização fundiária. A este respeito é importante citar que a UPT Central tem o segundo menor déficit habitacional do DF com relação às demais UPT, com 6,28% do total.

A vacância imobiliária de uso residencial na UPT, de acordo com dados do Observatório Territorial (CAESB, 2016), indica 1.995 unidades de uso residencial vagas.

Em relação à Estratégia de Regularização Fundiária Urbana (Seção IV) e à Estratégia de Oferta Habitacional (Seção V) PDOT, cabe elencar as áreas citadas na Lei, para fins de quantificação e mensuração das poligonais já previstas e destinadas ao uso habitacional nesta UPT.

A respeito das áreas que integram a Estratégia de Regularização Fundiária do PDOT, vale dizer que nesta UPT se localizam 3 ARINE (ARINE Torto I, ARINE Torto II e ARINE Torto III) e 2 ARIS (ARIS Torto e ARIS Vila Operário do Torto). Há 1 Área de Oferta Habitacional para o mercado imobiliário convencional que é o Noroeste.

Feita esta contextualização inicial, a seguir apresenta-se os pontos identificados nesta UPT e categorizados como “potencialidades”, “desafios” e “conflitos”

As ARINE Torto I e ARIS Vila Operária do Torto se encontram muito próximas ao Parque Nacional, estando a primeira contígua ao limite do parque. Tal situação chama atenção à necessidade de fiscalização a fim de conter qualquer crescimento destas áreas. Apesar de aparentemente estáveis, vale a atenção ao local.

Destacamos ainda que na região do Núcleo Rural Bela Esperança tem surgido ocupações informais de maneira discrepante aos parâmetros urbanísticos atribuídos à Zona de Contenção Urbana. Se faz necessário rever este Zoneamento e trabalhar a fim de conter estas ocupações.

O alto índice de vacância nos setores centrais e a falta de regulamentação de instrumentos urbanísticos dificultam a otimização dessas áreas consolidadas e sua infraestrutura, assim como



sugerem a necessidade de realização de estudos que visem novas alternativas para fortalecer essa ocupação, dentre elas a possibilidade de flexibilização de uso.

As áreas consolidadas e adensadas no CUB, como a Candangolândia e o Cruzeiro, apresentam falta de qualidade no espaço urbano, com indicativo de estudos para melhoria da acessibilidade, arborização e espaços livres de uso público que tragam avanços tanto na questão da mobilidade de uma forma geral, como na relação moradores/uso do espaço público.

As áreas consolidadas localizadas ao longo dos eixos das vias W3 Norte e Sul apresentam alto índice de vacância imobiliária, no entanto apresentam grande potencial, uma vez que são bem servidas de transporte público e acesso a equipamentos públicos, bem como já tem a permissão do uso residencial. Há que se incentivar a inserção de HIS nessas áreas, com a regulamentação de instrumentos urbanísticos e outros incentivos fiscais, com a realização de estudos específicos, assim como sugere o PLANDHIS. Outras áreas similares são os Comércios Locais da Asa Norte, onde já é permitido o uso residencial e também são bem servidos de transporte público.

Entre a Vila Planalto e o Palácio da Alvorada a ocupação relativamente grande, majoritariamente formada por pequenas chácaras, parece não estar em expansão acelerada, porém demandam medida de contenção. É uma possível área de regularização.

Localizada na Quadra 813 do Setor de Embaixadas Sul, ocupando dois lotes deste setor e tendo parte na área do Parque Ecológico Asa Sul e conhecida como Vila Cultural, esta ocupação tem origem na década de 1980 com o Terreiro – Cetro Espírita Pai Joaquim de Aruanda. A ocupação concentra grande número de grupos culturais, sendo alguns deles o Seu estremo e o Fuá de Terreiro, o Espaço Sociocultural Casa da Árvore, Mestre Zé do Pife e as Juvelinas, Mala de Garupa Cia, Circênicos, Circo Inventado e a Rocinha. Apesar da complexa situação fundiária a ocupação aponta forte potencialidade de se tornar uma ZEIC se for do interesse desta revisão do PDOT.

O Santuário dos Pajés é a única área do DF demarcada como terra Indígena. As três etnias, Kariri-Xokó, Fulni-Ô Tapuia e Tuxá, ocupavam por volta de 70 hectares da região antes da construção do Noroeste, apesar de se manterem em 32 deles, áreas importantes como a de um cemitério foi perdida. Em 2018 as terras foram demarcadas, portanto a permanência do Santuário é situação definida, porém esta situação não o exime de conflitos em especial com a especulação imobiliária. Cabe refletir como fortalecer a permanência desta comunidade tão importante, que se encontra no território antes mesmo da inauguração de Brasília.



No SMAS há grande pressão para alteração de uso. Onde há grandes lotes para comércio e serviço há demanda para permissão do uso residencial para construir empreendimentos com configuração similar ao Park Sul, localizado do outro lado da pista. Como é uma região dotada de infraestrutura e transporte público é recomendado estudo para verificar essa possibilidade, no entanto, é local do CUB para grandes equipamentos de comércio e serviço e o CUB tem carência de inserção de HIS, então há que se priorizar no caso de flexibilização que o uso residencial seja voltado para interesse social.

Nos setores centrais, onde é permitido apenas o uso hoteleiro, há um desvirtuamento de uso com a utilização como moradia permanente. Essa pressão por moradia no CUB, que esteja mais próxima dos postos de trabalho, é recorrente e acontece em alguns locais.

No Setor de Clubes Esportivo Norte, onde é permitido o uso como apart-hotel, há um desvirtuamento do uso permitido, com moradia permanente e uma tipologia de condomínio fechado que não se integra ao espaço urbano, criando guetos de alta renda.

Nas Quadras 700/900, onde o uso permitido é de comércio de bens e serviços, há desvirtuamento de uso com a utilização de unidades imobiliárias como moradia permanente, na configuração de quitinetes, em condomínios fechados. Pela proximidade com corredores de transporte público e equipamentos públicos, há essa pressão por flexibilização de uso que deve ser objeto de estudos mais aprofundados.

A alta demanda por habitações de menor custo levou a ocupação dos andares superiores dos blocos das quadras do Comércio Local Norte da Asa Norte. Este ponto parece estar já apaziguado, sendo permitida o uso residencial nestes lugares.

2.1.3 Meio Ambiente e Infraestrutura

A análise dos desafios, potencialidades e conflitos na UPT Central pelo Eixo MAI teve o foco nas ocupações informais nas Unidades de Conservação (UC) e Zona Tampão da Reserva da Biosfera do Cerrado (RBC) e em Áreas de Proteção de Manancial (APM). Destacando também o zoneamento das Áreas de Proteção Ambiental (APA); recursos hídricos e saneamento; zoneamento e estratégias do PDOT vigente, diretrizes das Subzonas do ZEE-DF, bem como os riscos, em especial o de perda de área de recarga de aquífero.

No que diz respeito às Áreas de Proteção de Manancial (APM), a proposta da CAESB de inclusão de área na APM do Bananal deve-se ao fato da importância em mantê-la não urbanizada. É uma área



importante para SAVEL e um conector ambiental, além de zona tampão RBC, mas encontra-se em Zona Urbana de Uso Controlado II. Existe também, a proposta da CAESB p/ Criação da APM do Lago Norte. Nessa APM já existem ocupações informais e tem um setor habitacional previsto.

A UPT Central é a porção do DF em que as UC possuem mais reconhecimento e proteção. Nesse sentido, destaca-se a importância de implantação do SAVEL como uma estratégia que garanta a efetividade das diretrizes do ZEE-DF, além da troca de fluxo genético entre as UC, manutenção do meio ambiente, da prestação de serviços ecossistêmicos, da fauna e da flora. Com relação às ocupações informais, destaca-se na UPT central as ocupações em torno de parques urbanos, lotes institucionais ou espaços livres públicos ainda não implantados.

Considerando o ZEE-DF, a UPT Central incide na SZDPE 4, que possui diretrizes de manutenção da qualidade dos recursos hídricos na bacia do Lago Paranoá e incentivo a atividades econômicas que aproveitem o potencial turístico e patrimonial do Plano Piloto.

2.1.4 Mobilidade

Os núcleos urbanos da UPT Central são estruturados, principalmente, ao longo das vias e rodovias BR-450/DF-003 – EPIA, DF-002 – Eixo Rodoviário (ou Eixão), N1/S1 – Eixo Monumental e DF-004 – L4; as vias mencionadas também compõem o traçado estruturante da Área Metropolitana de Brasília e conferem alta acessibilidade a diversas regiões da metrópole.

Conforme levantamento realizado pelo Observatório Territorial/SEDUH²⁷, as áreas residenciais da UPT Central são amplamente abrangidas por Transporte Público Coletivo frequente, com exceção do Setor Noroeste e algumas superquadras do Plano Piloto e do Setor Sudoeste. As áreas residenciais são também amplamente abrangidas por infraestrutura cicloviária existente ou projetada, com exceção da Candangolândia e de poucos setores do Plano Piloto. A Rodoviária do Plano Piloto configura centro da RA e da metrópole, concentrando grande parte das linhas de ônibus e todas as linhas de transporte de massa atualmente disponíveis (metrô e BRT).

Em relação ao perfil de deslocamento (METRÔ, 2017), o Plano Piloto possui deslocamentos predominantemente realizados por transporte individual (TI), 70%, seguido por transporte ativo (TA), 17%, e o transporte coletivo (TC), 12%. No Sudoeste/Octogonal, a predominância também é do TI, 82%, seguido por TA, 12%, com TC correspondendo a 6% das viagens. No Cruzeiro, o TI também

27 SEDUH, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Observatório Territorial. Disponível em: <<http://www.observatorioterritorial.seduh.df.gov.br/>>



corresponde à maior parte dos deslocamentos, 62%, com TA representando 24% e TC, 14%. Na Candangolândia, também predomina TI, com 45% das viagens, seguido por TA, 35%, e TC, 20%.

Devido à concentração de postos de trabalho e estudo, além de atividades de lazer e cultura, há grande demanda de deslocamento para a Região Administrativa do Plano Piloto. A Pesquisa de Mobilidade Urbana do Distrito Federal – PMU-DF (Metrô, 2017)²⁸ constatou que a vasta maioria das RA possuem viagens expressivas destinadas à UPT Central, especialmente à RA do Plano Piloto, que configura centralidade significativa na metrópole. É também possível observar que o par Cruzeiro/Sudoeste/Octogonal - Plano Piloto possui deslocamentos expressivos entre si.

A seguir são apresentadas análises de especificidades e sua descrição, classificadas quanto ao tipo de problemática – desafio ou potencialidade, e se há conflito identificado.

A análise dos desafios, potencialidades e conflitos na UPT sob a perspectiva do Eixo Temático Mobilidade teve como foco a inserção territorial e mobilidade; e o deslocamento e infraestrutura.

O Terminal de Integração Sul tem potencial para integrar as linhas troncais do DF com as circulares do Plano Piloto e reduzir a quantidade de ônibus na W3 e sobreposição de linhas. O Terminal está localizado no Setor Policial – SPO, distante de áreas residenciais ou comerciais. O entorno é composto por lotes de grandes dimensões destinados ao uso institucional, além de vastos vazios urbanos e infraestruturas rodoviárias que dificultam a atividade pedonal.

O Terminal de Integração Norte tem potencial para integrar as linhas troncais do DF com as circulares do Plano Piloto e reduzir a quantidade de ônibus na W3. Problema: Há pouca integração com o entorno. O Terminal está localizado próximo ao Setor de Áreas Isoladas Norte – SAI/NO, distante de áreas residenciais ou comércio de pequeno porte. O entorno é composto por lotes de grandes dimensões destinados ao uso comercial (atacado, por exemplo) ou institucional, além de vastos vazios urbanos. Também está instalado em frente ao Parque Ecológico Burle Marx, que não foi implantado. O Terminal também não está aberto ao público.

O Noroeste é um bairro com baixa conectividade, por esse motivo, dependente de automóvel para deslocamento. A área interna e entorno do bairro do Noroeste são compostos por amplos vazios urbanos, desestimulando a mobilidade ativa como meio de deslocamento. Não há proximidade de linhas de TPC nem passeios adequados conectando o bairro a pontos de parada de ônibus, apesar da

28 METRÔ-DF & Consórcio PDOT/DF. Pesquisa de Mobilidade Urbana do Distrito Federal – PMU-DF. Brasília, 2017.



proximidade com a EPIA e com o Terminal da Asa Norte (hoje ativo somente para fins logísticos). O Parque Burle Marx pode criar conectividade do Noroeste com Asa Norte.

O Setor de Garagens é um setor bem localizado, porém subutilizado em termos de uso e ocupação do solo com amplos vazios urbanos. Não há infraestrutura adequada destinada à mobilidade ativa (pedestres e ciclistas) e tem potencial para conexão entre setores.

A Candangolândia tem uma tendência a centralidade por proximidade à EPIA, porém, falta infraestrutura cicloviária e não há previsão de implantação. Ciclovias favoreceriam deslocamentos por mobilidade ativa tanto internos quanto para outros núcleos urbanos.

O Terminal Interestadual está implantado próximo à DF-003 – EPIA, rodovia estruturante do traçado da metrópole de Brasília e com alta conectividade. Concentra modos de TPC urbano (ônibus e metrô) e ônibus interestaduais. Potencial para Desenvolvimento Orientado pelo Transporte.

A Antiga Rodoferroviária é implantada no ponto de cruzamento entre a DF-003 – EPIA e o Eixo Monumental, duas vias estruturantes do traçado urbano e com alta conectividade, concentrando fluxos diversos. A infraestrutura ferroviária já instalada, conectando a parte central de Brasília a municípios do Goiás possui potencial para melhor integração de transporte e mobilidade entre DF e população do entorno. O transporte ferroviário não está aberto ao público, mas somente para transporte de carga. Há pouca integração urbana da Rodoferroviária com o entorno; infraestrutura rodoviária e grandes vazios urbanos próximos dificultam a atividade pedonal.

O Plano Piloto possui potencial para mais deslocamentos por mobilidade ativa em função das curtas distâncias, diversidade de uso, e concentração de serviços e emprego. Entretanto, o potencial é tolhido pelo desenho urbano focado no automóvel.

O Plano Piloto é dividido em porções leste e oeste pelo Eixão, que é uma importante via estruturante (via de trânsito rápido – 80km/h) sem infraestrutura adequada para travessia de pedestres e ciclistas. A infraestrutura existente consiste em passarelas subterrâneas, subutilizadas devido à insegurança; pedestres geralmente priorizam atravessar a via por cima, mesmo sem infraestrutura adequada.

Na Ponte do Bragueto (Trevo de Triagem Norte) existe um afunilamento de fluxo. Apresenta grande vazio urbano. Não há infraestrutura para circulação e travessia de pedestres e ciclistas. Não há faixa exclusiva para o TPC.

O Setor Terminal Norte é uma área com grande circulação de veículos, ônibus e pedestres. Há conflito pela falta de prioridade aos modais ativo e TPC e pela falta de acesso de pedestres às



edificações. Devido a proximidade da Saída Norte e alta demanda de usuários provê ao local potencial para melhor integração com o TPC, além de conectividade para pedestres e ciclistas. A área não tem prioridade para modais ativos e TPC. Não há passeios de pedestres adequados ao acesso às edificações e aos pontos de parada. Existem poucos pontos de travessia para pedestres. Os lotes possuem grandes dimensões e desfavorecem a mobilidade ativa. A presença do alto fluxo de automóveis, devido à proximidade da Saída Norte, agrava as dificuldades.

A Via W3 é uma via de alta conectividade e alta frequência de TPC, porém existe uma grande sobreposição de linhas, indicando potencial para implementação de sistema de baldeação integrado aos Terminais da Asa Norte e da Asa Sul. BRT ou VLT potencializariam conectividade da região por transporte de massa. O Terminal da Asa Norte está desativado para uso aberto ao público, impedindo integração das linhas.

A Rodoviária é o principal ponto de circulação de pedestres do DF e do Entorno (GO). A infraestrutura para circulação e permanência de pedestres é subdimensionada para o fluxo de pedestre e em relação ao espaço destinado ao carro nos acessos e plataforma superior e inferior.

Setores Centrais possuem alto fluxo de pedestres e são, em geral, próximos a modos diversos de TPC. Estes setores estão próximos a vias arteriais, concentrando fluxos diversos, e concentram postos de trabalho, porém, o sistema viário de conexão entre os Setores Centrais prioriza o automóvel; passeios para pedestres são subdimensionados ou inexistentes e pouco arborizados.

A mobilidade ativa para travessia entre Asa Norte e Asa Sul é desestimulada por vias de amplas dimensões e alta velocidade, vazios urbanos, amplas distâncias, insuficiência de pontos de travessias para pedestres e desconforto térmico decorrente de arborização escassa.

A paisagem da Orla do Lago Paranoá possui vocação para exercício de atividades econômicas ligadas ao lazer e ao turismo, porém, os acessos existentes priorizam o automóvel. Não há infraestrutura adequada para o acesso por mobilidade ativa e linhas de ônibus não são satisfatórias em trajeto e frequência.

A Ponte JK é o único eixo de ligação com a UPT Leste eixo de ocupação Sul. O desenho viário prioriza o automóvel. Não há infraestrutura adequada para a mobilidade ativa. Existe concentração de fluxos sem priorização ao TPC ou previsão de implantação de linhas de média e alta capacidade.

São áreas urbanas compostas, majoritariamente, por vias locais e de menor fluxo de veículos. A Arborização adequada e a proximidade entre usos comercial e residencial favorecem mobilidade



ativa e tem potencial para implantação de Zona 30 (Cruzeiro, Vila Planalto, Candangolândia e PP (quadras residenciais, vias locais e setores centrais e específicos).

A Rodovia DF-011 EPIG divide, morfologicamente, Sudoeste/Octogonal e Cruzeiro do Parque da Cidade constituindo barreira para pedestres e ciclistas, possui poucas travessias adequadas para pedestres e ciclistas, além de infraestrutura de passeios e calçadas inadequada.

O Parque da Cidade possui baixa permeabilidade e má integração urbana. Devido à localização, possui potencial para integrar Asa Sul, Sudoeste/Cruzeiro e áreas centrais (lindeiras ao Eixo Monumental) com caminhos para pedestres e ciclistas.

Há uma necessidade de humanizar o conjunto urbano tombado, por meio da redução do espaço destinado ao automóvel e ampliação do espaço para Mobilidade Ativa e TPC, em alinhamento aos objetivos da ODS e OMS.

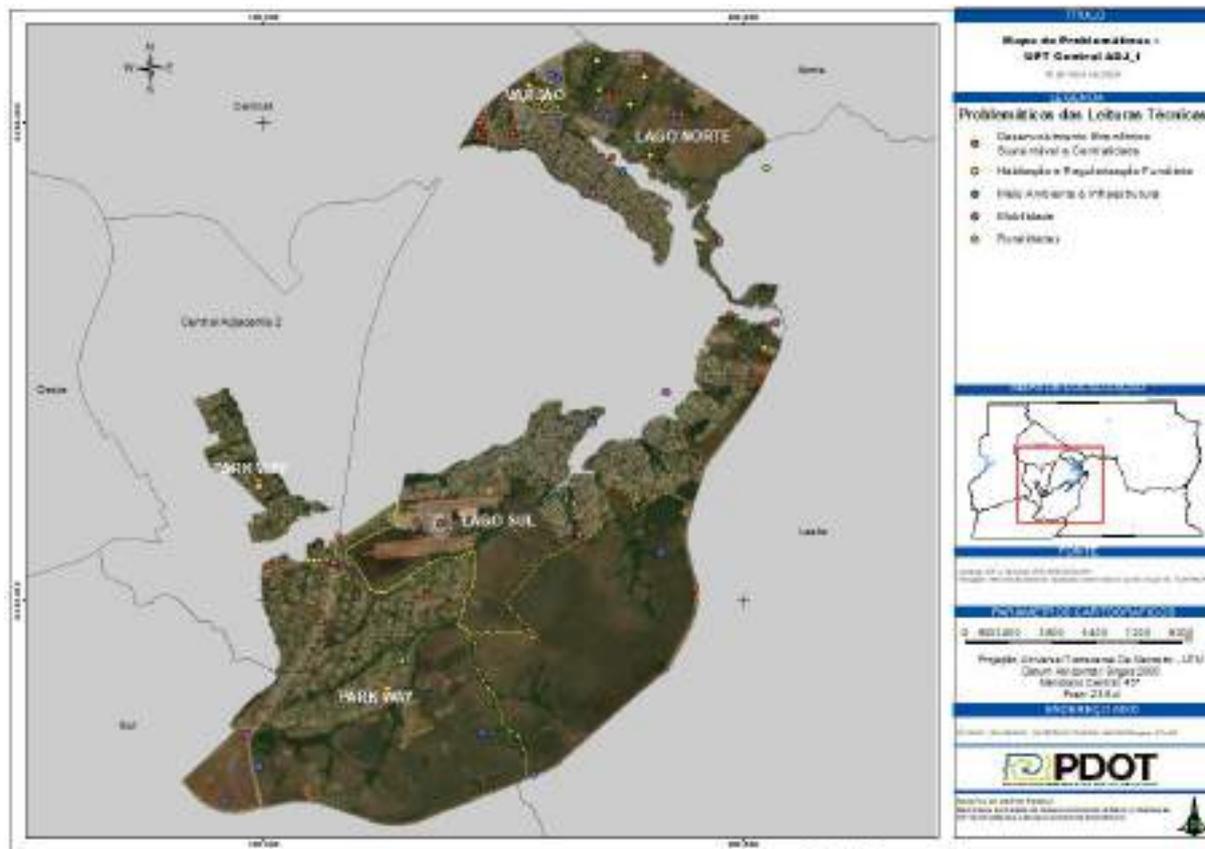
2.2 UPT CENTRAL ADJACENTE I

A UPT Central Adjacente I é composta pelas Regiões Administrativas: RA XVI – Lago Sul, RA XVIII – Lago Norte, RA XXIII – Varjão e RA XXIV – Park Way. No final, 65 pontos foram levantados na UPT Central Adjacente I e estão representados no **Mapa 2**. O **Quadro 2** apresenta a lista de problemáticas, seu código ID, o eixo vinculado²⁹, se é uma potencialidade (Pot), Desafio (Des) e Conflito (Con), bem como a descrição.

29 Adotou-se neste quadro as siglas dos Eixos Temáticos para melhor legibilidade. As siglas de cada eixo são: Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (CTD), Habitação e Regularização (HAB), Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), Mobilidade (MOB) e Ruralidades (RUR).



Mapa 2 – Problemáticas UPT Central Adjacente I.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Quadro 2 – Problemáticas por Eixo Temático na UPT Central Adjacente I.

ID	EIXO	Pot.	Des.	Com.	Descrição
851	MOB	NÃO	SIM	SIM	Principal acesso da UPT Leste ao Plano Piloto. Afunilamento e sobrecarga no trecho. Ausência de prioridade do transporte coletivo.
852	MOB	NÃO	SIM	SIM	Aeroporto Internacional de Brasília. Pólo de viagens diárias. Elevado nível de acessibilidade urbana. Restrições da zona de proteção aérea.
853	MOB	NÃO	SIM	SIM	EPIA principal eixo de escoamento sul. Concentração dos fluxos de deslocamento para municípios goianos.
854	MOB	NÃO	SIM	SIM	BRT Sul com estações ao longo do Park Way. Falta de transporte público interno ao Park Way, associado ao BRT.
855	MOB	SIM	SIM	SIM	Desenho urbano, exceto no Varjão, focado na MOB por carro. Sistema de transporte público de baixa frequência e pouca capilaridade. Repensar as rotas de forma que cubra o perímetro.
856	MOB	NÃO	SIM	NÃO	Trecho com grande fluxo diário devido ao deslocamento das RA da UPT Leste em direção ao Plano Piloto. Infraestrutura precisa de qualificação para atender a demanda.
857	MOB	NÃO	SIM	SIM	Previsão de Ponte Lago Norte/Taquari. Ampliar a conectividade da UPT Norte ao Plano Piloto. Moradores do Lago Norte não tem interesse. Conflito ambiental. Priorizar o transporte de massa e MOB ativa.
858	MOB	SIM	SIM	SIM	Linha Férrea. Confluência com o BRT. Potencial para MOB da população goiana, ampliando os modos de deslocamentos de massa e reduzindo o fluxo de automóveis pela EPIA. Conectividade com o Plano Piloto e Aeroporto. PM4 não foi



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
 Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

ID	EIXO	Pot.	Des.	Com.	Descrição
					implantado.
859	MOB	NÃO	NÃO	SIM	Área com alta acessibilidade por conta da localização da confluência de rodovias. Conflito com o Meio Ambiente. PM 1 não implantado.
860	MOB	NÃO	SIM	SIM	PM7 não instalado. Confluência da Epia com Eixão e elevado fluxo de deslocamentos. Terminal Norte.
861	MOB	NÃO	SIM	NÃO	Insegurança dos pedestres causada pela necessidade de atravessar a rodovia para acesso ao transporte público vindo de outras RA.
862	MOB	SIM	NÃO	NÃO	Varjão possui potencial para MOB ativa e implantação de Zona 30.
863	MOB	SIM	SIM	SIM	Setor de Mansões configura um espraiamento ao longo da rodovia. Potencial de centralidade turística pelo espelho do Lago Paranoá. Ampliar a integração com a área central e melhorar a conectividade das RA da UPT Leste.
864	MAI	NÃO	SIM	SIM	Ocupação informal em Unidade de Conservação APA Planalto Central Zona Preservação da Vida Silvestre e Zona de Conservação da Vida Silvestre; APA Lago Paranoá - Zona Vida Silvestre PAREC Vila Varjão. ARIE Torto. Risco muito alto perda solo por erosão. conector ambiental.
865	MAI	NÃO	SIM	SIM	Ocupação informal em Unidade de Conservação APA bacia Gama e Cabeça-de-Veado. Zona Tampão - objetiva disciplinamento da ocupação, visando garantir que atividades não venham a comprometer a preservação de ecossistemas, biota e recursos naturais da Zona de Vida Silvestre da Zona Tampão RBC.
866	MAI	NÃO	SIM	SIM	Demanda hídrica total alta e grau muito alto de comprometimento da vazão outorgável para retirada de água nos rios (nos 3º e 4º trimestres) na Unidade Hidrográfica Ribeirão do Torto.
867	MAI	SIM	SIM	SIM	Demanda hídrica total média e Carga potencialmente poluidora muito alta originária de esgotos domésticos (DBO e fósforo) e do escoamento superficial na Unidade Hidrográfica do Lago Paranoá.
868	MAI	NÃO	SIM	SIM	APM Taquari. Médio grau de comprometimento. Risco muito alto de perda de recarga de aquíferos.
869	MAI	NÃO	SIM	SIM	Demanda da Caesb para criação da APM do Lago Norte. Risco muito alto de perda de recarga de aquíferos.
870	MAI	NÃO	SIM	SIM	APM Ribeirão do Gama. Alto grau de comprometimento. Risco muito alto de perda de recarga de aquíferos.
871	MAI	NÃO	SIM	SIM	APM Alagado. Alto grau de comprometimento. Risco muito alto de perda de recarga de aquíferos.
872	MAI	NÃO	SIM	SIM	APM Cabeça de Veado. Médio grau de comprometimento.
873	MAI	NÃO	SIM	SIM	Definição das estratégias de MOB e transporte de carga e da implantação da infraestrutura viária, no sentido leste-oeste, compatíveis com as conexões e riscos ecológicos na subzona SZSE 7 do ZEE-DF. Anel viário margeando a zona núcleo da RBC.
874	MAI	NÃO	SIM	SIM	Manutenção da integridade e continuidade do maciço ecológico de Cerrado nativo composto pela EEJBB, RESEC IBGE e FAL, áreas-núcleo da RBC, evitando a implantação de infraestruturas viárias que impliquem sua fragmentação na subzona SZSE 7 do ZEE-DF.
875	MAI	NÃO	SIM	NÃO	Promoção de atividades N3 relacionadas a cultura e turismo compatíveis com a preservação patrimonial, histórica e nacional além do Lago Paranoá, resguardadas quantidade e qualidade das águas e usos múltiplos, por meio controle impermeabilidade do solo e proteção de nascentes e corpos hídricos na subzona SZDPE 4, do ZEE-DF.
876	MAI	NÃO	SIM	SIM	Processos erosivos, declividade risco alto perda solo erosão. Conflitos: vias e setor habitacional SZDPE 5, do ZEE-DF mitigação dos impactos do processo erosivo das áreas com alta declividade e APP, com vistas à preservação da quantidade e qualidade águas dos córrego tributados e Lago Paranoá.
877	MAI	NÃO	SIM	SIM	Implantação do Sistema de Áreas Verdes Permeáveis Intraurbanas, com uso preferencial de espécies nativas do Cerrado na subzona SZDPE 5 do ZEE-DF.
878	MAI	NÃO	SIM	SIM	Projeto de Setor Habitacional em área de sensibilidade ambiental. Desafio para



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

ID	EIXO	Pot.	Des.	Com.	Descrição
					atender diretrizes do SZDPE 5, do ZEE-DF. Risco alto de perda de recarga de aquíferos.
879	MAI	NÃO	SIM	SIM	Observação no estabelecimento de empreendimentos e da compatibilização da permeabilidade do solo com a produção hídrica em quantidade e qualidade, os riscos ecológicos, a harmonização com elementos paisagísticos e serviços ecossistêmicos assegurando soluções condizentes com capacidade de suporte ambiental do território na subzona SZDPE 5 do ZEE-DF.
880	MAI	NÃO	SIM	SIM	Áreas de importância ambiental a serem preservadas, entre as quais APP e Unidade de Conservação em processo de criação. Conflitos com pressão de ocupação urbana.
881	MAI	NÃO	SIM	NÃO	A destinação de áreas públicas para parques e para formação de corredores ecológicos na subzona SZDPE 5 do ZEE-DF. Conector ambiental - PDOT.
882	CTD	NÃO	NÃO	SIM	O PM 1 deve ser revisto em virtude da inviabilidade de implantação do Setor Habitacional Catetinho, que incide nas APM Ribeirão do Gama e Alagado.
883	CTD	NÃO	NÃO	SIM	Presença de ocupações informais no Trecho 3 do Park Way. Regularização das áreas intersticiais do ParkWay (ARINE).
884	CTD	NÃO	NÃO	SIM	Exploração do Lago e a Orla. Atrativo turístico e de lazer. A privatização da Orla, com difícil acesso por TPC, restringindo a poucos pontos dificulta a utilização pela população. Assegurar o acesso livre a Orla do Lago Paranoá.
885	CTD	NÃO	NÃO	SIM	Atividade de ecoturismo nos Núcleos Rurais do Lago Norte. Tendência de fracionamento das chácaras dos Núcleos Rurais do Lago Norte, com parcelamento do solo para fins urbanos, o que afeta as nascentes dos córregos.
886	CTD	NÃO	SIM	SIM	Ocupações informais em Unidade de Conservação APA Planalto Central. Zona de Uso Sustentável. intensificação da fiscalização contra o parcelamento de chácaras na Subzona SZDPE 3 do ZEE-DF.
887	CTD	NÃO	SIM	SIM	Grande parte do território destinado a setor habitacional em contraposição com diretrizes da subzona SZDPE 5 do ZEE-DF com incentivo às atividades N2, prioritárias natureza agroecológica, agroflorestal e orgânica/fortalecimento de políticas públicas para produção serviços ecossistêmicos.
888	CTD	NÃO	NÃO	SIM	A Área Econômica Polo Verde/Artesanato sobrepõe-se com trechos da poligonal do Jardim Botânico e da APM Cabeça de Veado e com a faixa de domínio da Rodovia DF-001.
889	CTD	NÃO	NÃO	SIM	As áreas de Oferta Habitacional no Taquari foram previstas em região de grande sensibilidade ambiental e de recarga de aquíferos. A área tem o uso residencial previsto desde o "Brasília Revisitada" do Lúcio Costa.
890	CTD	NÃO	NÃO	SIM	Ocupações irregulares com tendência de fracionamento para fins urbanos nas chácaras próximas ao Varjão (Córrego Urubu, Torto, dentre outros).
891	CTD	NÃO	NÃO	SIM	Permanência de invasões na APP do Lago Paranoá no Setor Habitacional Dom Bosco.
892	CTD	NÃO	NÃO	SIM	A conexão decorrente de Implantação do Eixo Multimodal (PTU) e da Ponte do Lago Norte se dá em trechos com fragilidade ambiental (Taquari).
893	CTD	NÃO	NÃO	SIM	O Aeroporto JK é um importante HUB nacional, 3º maior do País e o 1º da América do Sul a operar com pistas simultâneas. Enorme pressão para verticalização e implantação de usos e atividades polarizadoras e geradoras de impacto de trânsito.
894	CTD	NÃO	NÃO	SIM	As características locais da área onde foi previsto o PM 9 são adequadas para atividades de comércio e prestação de serviços decorrentes do uso de centros empresariais. Não há terminal de integração próximo ao PM9.
895	CTD	NÃO	SIM	SIM	O PM4 não implantado e o terminal de integração foi construído em outro ponto. O PM4 tinha o intuito de ofertar serviços essenciais e consumo ao Setor de Mansões Park Way (SMPW), mas população é contrária. Prover o SMPW com comércios e serviços, para reduzir deslocamentos.
896	CTD	NÃO	SIM	NÃO	Implementar as Áreas Econômicas (AE) previstas no PDOT não implantadas (SAT - Setor de Alta Tecnologia) e fortalecer as áreas lindeiras, bem como a ADP IV do



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

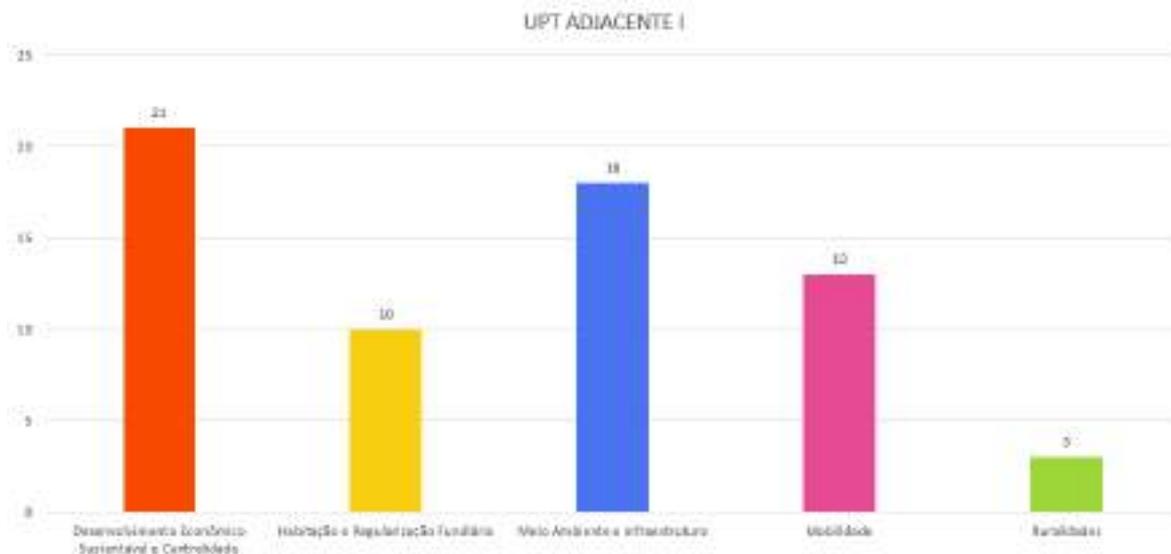
ID	EIXO	Pot.	Des.	Com.	Descrição
					ZEE-DF.
897	CTD	NÃO	SIM	NÃO	Dotar o Centro de Atividades do Lago Norte com usos e atividades voltados para a consolidação de uma centralidade de caráter local.
898	CTD	NÃO	NÃO	SIM	Presença de ocupações informais nos Trechos 1 e 2 do Park Way.
899	CTD	NÃO	SIM	SIM	A Agrovila da Vargem Bonita se tornou urbana e sem vínculo com chácaras de produção. Regularização da área urbana.
900	RUR	NÃO	SIM	NÃO	Trecho rural que protege recarga de aquífero. Conflito com interesse de expansão da malha urbana sobre a região. Núcleo Rural Córrego do Urubu e Córrego do Jerivá.
901	RUR	SIM	SIM	SIM	Potencial parcelamento e ocupação em Macrozona Rural, Zona de Uso Controlado V.
902	RUR	SIM	NÃO	NÃO	Zona Rural de Uso Controlado - Vargem Bonita, com notória preservação temporal, mantendo-se rural, apesar a densa ocupação urbana no Park way.
937	CTD	SIM	NÃO	SIM	A área onde foi prevista o PM9 adequada para atividades relacionadas a centralidade empresariais com atividades comerciais e de prestação de serviços. Não há terminal de integração próximo ao PM 9
939	CTD	NÃO	NÃO	SIM	Ocupações irregulares de chácaras próximas ao Varjão (Córrego Urubu).
940	CTD	NÃO	NÃO	SIM	Implantação do eixo multimodal (PDTU) e da ponte do Lago Norte com áreas ambientais frágeis no Tapuari (áreas com Nascentes).
957	HAB	SIM	NÃO	NÃO	Chamamento de cooperativa para realização de empreendimento habitacional pela Codhab.
958	HAB	NÃO	SIM	NÃO	Processo de gentrificação após a regularização do Varjão.
959	HAB	NÃO	SIM	SIM	ARINE Taquari I, II e III - áreas de regularização em território com sensibilidades ambientais (nascentes, cachoeiras e etc). Necessidade de rever os critérios de densidade, pois são grandes poligonais e baixa densidade.
960	HAB	NÃO	SIM	NÃO	Ocupação informal lindeira à ARIS Vargem Bonita (caracterizando-se como expansão).
961	HAB	NÃO	SIM	NÃO	Projeto de parcelamentos em área vazia no entorno da ARINE Dom Bosco II, dentro do setor habitacional Dom Bosco.
962	HAB	NÃO	SIM	SIM	Áreas de oferta habitacional Setor Taquari em região com fragilidades ambientais e ao lado de APM. Há indícios de especulação imobiliária e recente valorização acelerada de lotes. Definir parâmetros e uso do solo ideais.
963	HAB	NÃO	SIM	SIM	Ocupação informal em APA do Lago Paranoá, ARIE do Torto, PARECE Vila Varjão.
964	HAB	NÃO	SIM	SIM	Projeto habitacional avançando em Zona Rural de Uso Controlado e com Proteção Integral.
965	HAB	NÃO	SIM	NÃO	Zonas Rurais de Uso Controlado cercado de áreas de oferta habitacional e áreas de regularização fundiária.
966	HAB	NÃO	SIM	NÃO	Propagação de ocupação territorial na tipologia de condomínios.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A UPT Central Adjacente I teve ao total 65 problemáticas levantadas e o **Gráfico 2** apresenta os valores de problemáticas por eixos. O maior número de contribuições aparecem nos eixos Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades e Meio Ambiente e Infraestrutura (21 e 18, respectivamente).



Gráfico 2 – Problemáticas por Eixo Temático na UPT Central Adjacente I



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades das 21 problemáticas, 90% são conflitos, 29% desafios e 5% potencialidades³⁰. Os conflitos que se destacam abordam os Polos Multifuncionais previstos na UPT e não implantados. Destaca-se também dentre as problemáticas classificadas como desafios as áreas econômicas previstas no PDOT e sem implantação. A potencialidade destacada pelo eixo aborda especificamente o Polo Multifuncional 9 que é adequado para atividades relacionadas a centralidades empresariais.

No eixo Habitação e Regularização foram levantadas 10 problemáticas sendo 40% conflitos, 90% desafios e apenas 10% potencialidades. Destaca-se nos conflitos do eixo a área de oferta habitacional Setor Taquari e a sensibilidade ambiental. Apenas o chamamento de cooperativas para empreendimento habitacional não foi classificado como desafio, sendo o único ponto marcado como potencialidade do eixo.

No eixo Meio Ambiente e Infraestrutura foram levantadas 18 problemáticas com 89% classificadas como conflito e apenas 6% como potencialidade. Todas as problemáticas foram classificadas como desafios (100%). Os conflitos abordam ocupações informais em áreas ambientalmente sensíveis, mas também falam sobre a implantação de infraestrutura viária necessária para a conectividade de Regiões Administrativas Periféricas e o Plano Piloto e o impacto no meio

³⁰ Frisa-se que uma mesma problemática pode ser classificada em mais de um componente ao mesmo tempo.



ambiente. A potencialidade indicada aborda a demanda hídrica total média do Lago Paranoá. Dentre os desafios, destaca-se a promoção de atividades classificadas no ZEE-DF como N3³¹ relacionadas a cultura e turismo compatíveis com a preservação patrimonial, histórica e nacional.

No eixo Mobilidade foram registradas 13 problemáticas. Destas 77% são conflitos, 85% desafios e 31% potencialidades. Nos conflitos se destaca a alta acessibilidade por conta da confluência de rodovias e o impacto no meio ambiente e apenas esta problemática e o potencial de implantação de mobilidade ativa no Varjão não foi classificada como desafio pelo eixo. Das potencialidades destaca-se a linha férrea, aeroporto e a conectividade com o Plano Piloto.

No eixo Ruralidades apenas três problemáticas foram apontadas. Há áreas que se mantêm com características rurais, como é o caso da Vargem Bonita, no Park Way, e Núcleos Rurais Córrego do Urubu e Córrego do Jerivá, ambos no Lago Norte. Os desafios atrelados surgem a partir do conflito com a expansão da malha urbana na região.

A UPT Central Adjacente I, a partir do conteúdo de todas as Leituras Técnicas, possui questões que se repetem em outras UPT como o fluxo de automóveis em deslocamento entre as Regiões Administrativas Periféricas e o Plano Piloto além da expansão urbana crescente a partir de áreas de ocupação informal. Para além destas problemáticas, a UPT possui ainda questões associadas às estratégias previstas no PDOT/2009 que não foram implantadas e fragilidade ambiental, principalmente atreladas a áreas de preservação e recursos hídricos.

2.2.1 Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades

A UPT Central Adjacente I é constituída, majoritariamente, por localidades urbanas com características de bairros residenciais do Plano Piloto, ocupados dispersamente, sob baixa densidade urbana, por população de média e alta renda, que foram desmembrados na década de 1990, como Lago Norte e Lago Sul, ou previstos dentro do conceito de Mansões Suburbanas, nos primórdios da Nova Capital, no caso do Park Way.

Estas três RA já estavam previstas por Lucio Costa no Relatório do Plano Piloto de Brasília. De forma diversa, o Varjão surgiu, posteriormente, como um enclave irregular no Lago Norte que veio a

31 Art. 9º Fica criada, no âmbito do ZEE-DF, a classificação de naturezas de atividades produtivas para fins de diversificação da matriz produtiva e localização de atividades econômicas no território, da seguinte forma: [...] III - Atividades Produtivas de Natureza 3 - N3: atividades em ambientes que não dependam diretamente da manutenção do Cerrado relacionadas a comércio e serviços como educação, saúde, telecomunicações, transporte e turismo;



ser regularizado no âmbito do Programa Habitar Brasil/BID. Contudo, além da origem, o Varjão se diferencia das demais RA pelo perfil sócio econômico de baixa renda e sua pela morfologia compacta.

Apresentando características predominantemente urbanas,³² posto que quase 2/3 de sua área total está categorizada como urbana no zoneamento do PDOT vigente, a UPT Central Adjacente I possui a menor população dentre as demais UPT do DF, com cerca de 93.631 habitantes (PDAD 2018).

A análise dos desafios, potencialidades e conflitos na UPT Central Adjacente I, sob a perspectiva do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, teve como foco os seguintes aspectos: das características locais, que tratam dos aspectos decorrentes da localização estratégica ao longo das principais rodovias que fazem conexão com o Plano Piloto e municípios do entorno/regiões do País; do desenvolvimento econômico que são as áreas destinadas ao fomento econômico no PDOT vigente e no Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal - ZEE-DF; do sistema de centralidades que são as áreas estratégicas para consolidação e articulação de centros de diferentes hierarquias; os conflitos de uso do solo que são as áreas com tendência de parcelamento para fins urbanos em zona rural ou em áreas suscetíveis ambientalmente e áreas com necessidade de ajustes no macrozoneamento ou com parâmetros de uso e ocupação do solo inadequados e as obras e intervenções que são o conjunto de intervenções públicas ou privadas, previstas ou em andamento, na UPT Central Adjacente I.

De modo geral, as rodovias sob jurisdição do DER/DF na UPT Central Adjacente I, do ponto de vista do uso do solo, estão se transformando em vias urbanas, com tráfego cotidiano de automóveis e ocupação contínua e densa, com usos múltiplos, de suas faixas de domínio.

A Estrada Parque Contorno - EPCT merece destaque como importante eixo de conexão da UPT Central Adjacente I com as demais UPT do DF. Outras importantes conexões ocorrem, no caso do Lago Sul, pela Estrada Parque Dom Bosco – EPDB, que atravessa toda a RA do Lago Sul, adentrando pelas três pontes as áreas centrais do Plano Piloto e pela Estrada Parque Aeroporto - EPAR, que faz a ligação com o Aeroporto Internacional de Brasília Juscelino Kubitschek. No caso do Lago Norte, a Estrada Parque Península Norte – EPPN atravessa toda a península no sentido longitudinal e a Estrada Parque Centro de Atividades – EPCA, que se conecta a Estrada Parque Torto – EPTT. No Parkway, a principal

32 Da superfície territorial de 32.658,25ha, 20.203,24ha estão inseridos na macrozona urbana (61,86%), 8.173,01ha na macrozona de proteção integral (25,03%) e 4,282,00ha na macrozona rural (13,011%).



via de acesso é a Estrada Parque Indústria e Abastecimento - EPIA e no Varjão, a Estrada Parque Paranoá – EPPR.

No âmbito das estratégias setoriais de desenvolvimento econômico do PDOT, foram propostas 3 Áreas Econômicas (AE) na UPT Central Adjacente I, sendo uma delas no Lago Sul - o Polo Verde e duas outras no Lago Norte – o Setor de Alta Tecnologia – SAT e a Área de Desenvolvimento Econômico do Lago Norte. Destas, apenas o Polo Verde encontra-se de fato implantado.

Implementar as demais Áreas Econômicas (AE) previstas no PDOT, fortalecer outras lindeiras e implementar a ADP IV – Região Norte e Nordeste, proposta pelo ZEE-DF na UPT Norte, são medidas relevantes para promover a geração de emprego e renda nesta UPT.

Vale destacar dois importantes elementos estruturadores da ocupação territorial na UPT Central Adjacente I, pré-existentes à inauguração de Brasília, o Lago Paranoá e o Aeroporto JK, que apresentam potencial para alavancar atividades econômicas relacionadas ao turismo e negócios relacionados ao papel de Brasília enquanto Capital Federal.

A Exploração do Lago Paranoá e de sua Orla constitui-se em um relevante atrativo turístico e de lazer. Trata-se do maior Lago artificial da América Latina (perímetro de 80 Km), com a 4ª maior frota náutica do País (55.090 embarcações inscritas) e boa Infraestrutura instalada (38 clubes, 18 marinas, hotéis, 28 bares e restaurantes). A implementação do Projeto Orla Livre, resultado de um concurso público internacional, voltado para assegurar o acesso da Orla do Lago Paranoá à toda a população do DF, tem potencial para alavancar atividades relacionadas a esporte, lazer e turismo.

O Aeroporto Jk é um importante HUB nacional, 3º maior do País e o 1º da América do Sul a operar com pistas simultâneas.

A Estratégia de Implantação de Polos Multifuncionais do PDOT, concebida com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de subcentralidades no território vinculadas à acessibilidade da Rede Estrutural de Transporte Coletivo, previu na UPT Central Adjacente I e imediações o Polo Multifuncional Catetinho - PM1; o Polo Multifuncional Metropolitana PM4 e o Polo Multifuncional Torto – PM9, todos não implantados.

O PM 1 (Catetinho) deve ser revisto em virtude da inviabilidade de implantação do Setor Habitacional Catetinho, que incide nas APM Ribeirão do Gama e Alagado.

O PM 4 (Metropolitana) não foi implantado e o terminal de integração foi deslocado, construído em outro ponto. O PM 4 tinha o intuito de ofertar serviços essenciais e de consumo aos



moradores do SMPW. A população tem se mobilizado contrária a existência de lotes comerciais na região. Prover o Park Way com comércios e serviços, minimizando os deslocamentos da população.

As características locacionais da área onde foi previsto o PM 9 (próxima ao Capital Digital e entroncamentos viários) são adequadas para atividades relacionadas a comércio e prestação de serviços decorrentes do uso de centros empresariais. Não há terminal de integração próximo ao PM 9 – Torto.

Do ponto de vista da conformação de um sistema de centralidades, observa-se que as RA que compõem a UPT Central Adjacente I apresentam centros com características de bairros ou locais, não existindo no ParkWay, que utiliza o comércio e serviços do Núcleo Bandeirante.

Existe e necessidade de dotar o Centro de Atividades do Lago Norte com usos e atividades voltados para a consolidação de uma centralidade de caráter local.

A pressão por moradias próximas a área central vem acarretando o fracionamento das chácaras pertencentes aos antigos Núcleos Rurais do Lago Norte (concebidos no PDOT/1997 como Áreas Rurais Remanescentes - ARR), com parcelamento do solo para fins urbanos, o que vem afetando as nascentes dos córregos.

Diversas ocupações irregulares oriundas do fracionamento de chácaras para fins urbanos também podem ser percebidas em áreas próximas ao Varjão, em especial nas proximidades dos Córregos Urubu, e Torto.

A Presença de ocupações informais é fortemente percebida no Trecho 3 do Park Way, atrás dos lotes registrados. É necessária a Regularização das áreas intersticiais do ParkWay.

A Agrovila da Vargem Bonita se tornou urbana e sem vínculo com chácaras de produção. A Regularização da área urbana, sem desvirtuamento das parcelas rurais se constitui em um verdadeiro desafio para o GDF.

A histórica privatização da Orla por residências e empreendimentos privados, com difícil acesso por transporte público e restrita a poucos pontos como a Prainha, o Parque Asa Delta, o PAN Lago Norte, dificulta a utilização pela população. A Implementação do Projeto Orla Livre, resultado de um concurso público, constitui-se na principal medida para assegurar o acesso à Orla do Lago Paranoá para toda a população do DF.

A Permanência de invasões na APP do Lago Paranoá no Setor Habitacional Dom Bosco ainda é um forte obstáculo.



O Aeroporto JK tem sido alvo de enorme pressão por verticalização e implantação de usos e atividades polarizadoras e geradoras de impacto de trânsito.

A Área Econômica (AE) Polo Verde/Artesanato sobreposição com trechos da poligonal do Jardim Botânico, da APM Cabeça de Veado e com a faixa de domínio da Rodovia DF 001.

A conexão decorrente de Implantação do Eixo Multimodal (PTU) e da Ponte do Lago Norte se dá sob trechos com grande fragilidade ambiental (Taquari).

2.2.2 Habitação e Regularização Fundiária

A análise dos desafios, potencialidades e conflitos na UPT Central Adjacente I sob a perspectiva do Eixo Temático Estratégias de Habitação e Regularização Fundiária teve como foco os aspectos de Ocupação territorial com habitação e vulnerabilidades ambientais, analisando as ocupações para fins de moradia (formais ou informais) em áreas de sobrecarga nas bacias hidrográficas com presença de nascentes, em APA ou com demais sensibilidades ambientais e em zona rural e as causas e consequências da ocupação territorial com habitação e a dinâmica urbana, identificando possíveis novos parcelamentos/projetos de ocupação territorial para fins de moradia, ou de ocupações irregulares próximas a áreas de regularização já determinadas; e identificação de processos de valorização de terras e suas causas.

Além dos pontos mapeados como desafios, potencialidades e conflitos, a análise deste eixo também levou em consideração aspectos gerais que são intrínsecos ao provimento habitacional e à regularização fundiária. A este respeito é importante citar que a UPT Central Adjacente I tem o menor índice de déficit habitacional do DF, uma vez que detém apenas 2,19% do déficit em relação ao total do DF. No entanto, com relação aos domicílios da própria UPT, são 8,11% em déficit habitacional. Ainda assim, é a UPT com o segundo menor déficit habitacional relativo, estando atrás apenas da UPT Central. Contudo, é importante chamar atenção para a RA Varjão, que destoa das outras, com seu déficit relativo em 28,12% dos domicílios, enquanto Lago Sul, Park Way e Lago Norte têm, respectivamente, 1,84%, 2,22% e 10,40%. Em números totais, temos 2.251 unidades habitacionais - uh em déficit habitacional na UPT.

Em relação à Estratégia de Regularização Fundiária Urbana (Seção IV) e à Estratégia de Oferta Habitacional (Seção V) PDOT, cabe elencar as áreas citadas na Lei, para fins de quantificação e mensuração das poligonais já previstas e destinadas ao uso habitacional nesta UPT.



Em relação às áreas constantes da Estratégia de Oferta Habitacional do PDOT é importante citar que existem apenas duas áreas previstas nesta UPT (ainda que uma delas seja subdividida em 3 etapas) e nenhuma delas é de interesse social. As áreas são: Taquari (etapas 1, 2 e 3) e o Setor Habitacional Dom Bosco. Atualmente todas estão vazias.

A respeito das áreas que integram a Estratégia de Regularização Fundiária do PDOT, vale dizer que nesta UPT se localizam 5 ARINES (Taquari I, Taquari II, Privê Lago Norte, Porto Seguro, Dom Bosco I) e apenas 1 ARIS (Vargem Bonita).

As poligonais delimitadas para as ARINE Taquari I, II e III se encontram em região com sensibilidade hídrica e presença de nascentes e cachoeiras. Além disso,, a área possui baixa densidade de ocupação, o que é positivo nesse caso, mas faz questionar a própria demarcação da área como passível de regularização, uma vez que à época de criação das ARINE a densidade era ainda menor. É necessário debater o critério de demarcação utilizado e como tratar a área agora, tendo em vista suas características, inclusive pensar se é possível ou vantajoso categorizá-la como uma nova tipologia de ruralidade ou até reverter o zoneamento urbano.

Há da mesma maneira que o ponto anterior, as áreas determinadas para oferta habitacional também se localizam na mesma região com sensibilidades ambientais e muito próxima à APM, indicando provável sobrecarga causada pela futura ocupação. Portanto, vale discutir a própria delimitação dessas áreas e, sobretudo, tamanho delas. Destaca-se que são áreas destinadas para média e alta renda e que, recentemente, com a promessa e divulgação da construção da nova ponte, tem ocorrido uma acelerada valorização dos lotes. Fato que corrobora com a hipótese de especulação imobiliária pela TERRACAP. Por outro lado, é comum a crença que no DF não há muita variedade de tipologias na oferta habitacional para a classe média, o que impulsiona a ocupação irregular por essa parcela da população. Sendo assim, essa área poderia absorver essa demanda.

Diante do exposto, é importante debater quais seriam os índices e parâmetros compatíveis com as características da área para serem definidos nos instrumentos adequados (diretrizes urbanísticas ou PDOT). Também vale discutir se a área tem vocação para ser definida como uma nova ruralidade e qual o perfil de renda ideal para a área.

Ocupações informais em região com sobreposição de demarcação de estratégias ambientais: APA Lago Paranoá (Zona de Vida Silvestre); Parque Ecológico (PAREC) da Vila Varjão e Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) do Torto. Existe um risco muito alto de perda do solo por erosão.



Segundo material repassado por funcionário da TERRACAP ao GTI de Centralidades, a poligonal do projeto da companhia para a 1ª etapa do Taquari ultrapassa os limites da poligonal definida no PDOT e avança em área rural de Uso Controlado e com Proteção Ambiental.

As frações do território que ficam entre as áreas de oferta habitacional e as ARINE do Setor Taquari são caracterizadas como Zona Rural de Uso Controlado e com Proteção Ambiental. Assim, configuram “ilhas” de zoneamento rural cercadas de zona urbana. É necessário então ter cuidado redobrado no controle do avanço da ocupação urbana, como tendência que se verifica pelo caso do ponto anterior, por exemplo, e na manutenção do zoneamento rural.

Existência de edital de convocação de entidades habitacionais para compra de imóveis no Varjão, entre outras localidades, indica tendência de expansão do Varjão e chama atenção por se sobrepor, em parte, ao PAREC do Varjão, ainda que esteja em área já com baixa cobertura vegetal. Por outro lado, é importante destacar que se configuraria como a única oferta de HIS da UPT, ainda que fora da estratégia do PDOT.

É possível observar um processo de gentrificação e valorização dos imóveis impulsionado pela regularização fundiária do Varjão e sua boa localização, ainda mais reconhecida nos últimos anos. É importante que este caso sirva de exemplo para os processos futuros e o desenvolvimento de soluções que possibilitem a manutenção da população de baixa renda nos seus territórios de origem.

Existe ocupação para fins de moradia ultrapassando os limites da poligonal da ARIS Vargem Bonita, caracterizando-se como uma franja ou expansão da ARIS. Essa ARIS foi definida em 2019, pela Lei Complementar 951, mas não engloba toda a ocupação com características urbanas. Entretanto, o Estudo Territorial Urbanístico 20/2018 (Diretriz Urbanística) considera a poligonal de toda a ocupação, ou seja, para além da ARIS. É importante discutir como será procedido o processo de regularização e qual área será considerada. Ainda, Ressalta-se que essa ocupação que excede a ARIS respeita os limites do macrozoneamento urbano, uma vez que ela faz limite, mas não se estende para o macrozoneamento rural.

Existe o início de parcelamento informal nas margens da ARINE Dom Bosco II, avançando em área de Oferta Habitacional da TERRACAP ou com desapropriação em comum.

Este ponto é apenas para chamar a atenção, no intuito de promover o debate e gerar questionamentos sobre a reprodução da ocupação para fins de moradia com condomínios, o que acarreta obstáculos para a diversificação de usos e mobilidade urbana de qualidade e causa a fragmentação do território.



2.2.3 Meio Ambiente e Infraestrutura

A análise dos desafios, potencialidades e conflitos na UPT Central Adjacente I pelo Eixo MAI teve o foco das ocupações informais nas Unidades de Conservação (UC) e Zona Tampão da Reserva da Biosfera do Cerrado (RBC) e em Áreas de Proteção de Manancial (APM). Destaca-se também a qualidade superficial da água dos corpos hídricos; o zoneamento das Áreas de Proteção Ambiental (APA), a demanda hídrica e o grau de comprometimento da vazão outorgável para retirada; o zoneamento e as estratégias do PDOT vigente, em especial a de conectores ambientais e de ofertas habitacionais e as diretrizes das Subzonas do ZEE-DF; os riscos de perda de área de recarga de aquífero.

Com relação às Áreas de Proteção de Manancial, destaca-se na UPT Central Adjacente I as APM Ribeirão do Fama, com alto grau de comprometimento, e as APM Cabeça de Veado e Taquari com médio grau de comprometimento.

Com relação às ocupações informais, destaca-se na UPT Central Adjacente I as ocupações nas imediações de UC, como a APA do Lago Paranoá, APA do Gama e Cabeça de Veado, a ARIE do Torto e a Reserva da Biosfera do Cerrado (RBC) da Fazenda Água Limpa. Nesse sentido, é importante pontuar que esta área está sob alta pressão da urbanização, principalmente considerando a proximidade com o Plano Piloto.

Ainda neste contexto, destaca-se a importância da manutenção dos remanescentes de vegetação nativa, áreas rurais e dos conectores ambientais previstos no PDOT vigente para esta UPT. Este conjunto de elementos possibilita a conservação dos recursos naturais, dos ecossistemas e do fluxo gênico da fauna, principalmente considerando a interconexão com diversas UC que incidem na UPT Central Adjacente II e no entorno.

Considerando o ZEE-DF, a UPT Central Adjacente I incide em três subzonas: SZSE 7, SZDPE 4 e SZDPE 5. A primeira subzona possui diretrizes de implantação de atividades de baixo impacto, manutenção das UC e preservação dos remanescentes de vegetação nativa do cerrado, principalmente considerando que ela incide na RBC da Fazenda Água Limpa e imediações.

A SZDPE 4 possui diretrizes de manutenção da qualidade dos recursos hídricos na bacia do Lago Paranoá e incentivo a atividades econômicas que aproveitem o potencial turístico e patrimonial do Plano Piloto. A SZDPE 5 incide, majoritariamente, na RA Lago Norte, possuindo diretrizes de manutenção dos remanescentes de vegetação nativa e áreas rurais, proteção dos recursos hídricos da Bacia do Paranoá, mitigação dos impactos da urbanização, implantação de atividades de baixo impacto ao meio ambiente e fiscalização de ocupações informais, principalmente em chácaras.



2.2.4 Mobilidade

Os núcleos urbanos da UPT Central Adjacente I são estruturados ao longo das rodovias DF-025, DF-009, DF-479 e DF-079 – EPVP. Com exceção do Varjão, os núcleos urbanos da UPT Central Adjacente I são configurados em grandes lotes unifamiliares, com poucos e isolados lotes destinados ao uso comercial ou misto, desestimulando a mobilidade ativa. Por outro lado, o núcleo urbano do Varjão é configurado em distâncias mais caminháveis entre os lotes, além de presença mais expressiva de uso misto ou comercial próximos aos lotes residenciais.

O Park Way é abrangido por transporte de massa – BRT Sul, porém nenhuma área da RA é considerada abrangida por Transporte Público Coletivo frequente, segundo levantamento realizado pelo Observatório Territorial/SEDUH³³. A região é, entretanto, considerada bem abrangida por infraestrutura cicloviária existente ou projetada.

Em relação ao perfil de deslocamento (METRÔ, 2017), o Lago Norte possui deslocamentos predominantemente realizados por transporte individual (TI), 88%, com transporte coletivo (TC) representando 6% e transporte ativo (TA), 5%. Os deslocamentos do Lago Sul são, também, realizados expressivamente por TI, 94%, com TC representando 3% e TA, 2%. No Park Way, há, também, predominância de deslocamentos por TI, 85%, com TC representando 8% e TA, 5%. Já no Varjão, a predominância é de deslocamentos por TC, 44%, seguido por TA, 36%, com TI representando 15%.

Quanto ao destino das viagens, a Pesquisa de Mobilidade Urbana do Distrito Federal – PMU-DF (Metrô, 2017)³⁴ constatou que além das viagens realizadas para fora da UPT especialmente em direção ao centro de Brasília, há destaque para a Região Administrativa do Lago Sul, que possui deslocamentos expressivos também em relação às RA de São Sebastião, Itapoã, Paranoá e Ceilândia.

A seguir são apresentadas análises de especificidades e suas descrições, classificadas quanto ao tipo de problemática – desafio ou potencialidade, e se há conflito identificado.

A análise dos desafios, potencialidades e conflitos na UPT sob a perspectiva do Eixo Temático Mobilidade teve como foco a inserção territorial e mobilidade; e o deslocamento e infraestrutura.

Localização do Aeroporto Internacional de BSB provê ao local elevado nível de acessibilidade urbana, devido à proximidade e possibilidade de acesso pelas rodovias BR-450/DF-003 – EPIA, DF-004

33 SEDUH, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Observatório Territorial. Disponível em: <<http://www.observatorioterritorial.seduh.df.gov.br/>>

34 METRÔ-DF & Consórcio PDOT/DF. Pesquisa de Mobilidade Urbana do Distrito Federal – PMU-DF. Brasília, 2017.



– L4 e DF-002 – Eixo Rodoviário (Eixão), como desafio, temos as vias de acesso ao Aeroporto, devido à alta relevância, recebendo alto fluxo de automóveis. Aeroporto possui difícil acesso por TPC.

O Eixo de ligação entre Distrito Federal e Goiás favorece escoamento de produção e transporte de pessoas para fins de trabalho e estudo, potencializando relações econômicas entre as cidades. Como desafio, temos a rodovia que recebe alto fluxo de automóveis, por ser principal eixo de escoamento para o sul do DF e entorno.

Os núcleos urbanos (exceto Varjão) tem rodovias como traçado estruturante. Desenho urbano e ocupação espraiada que levam a baixo índice de conectividade e baixa eficiência do TPC.

Terminal Norte tem potencial para agregar funções e modos de transporte diversos, se aberto ao público. O PM9, segundo Caderno Técnico do PDOT/2009-2012, foi planejado como polo de suporte à Capital Digital, que não foi implementada. Local de previsão de instalação do PM, na confluência da EPIA com a EPTT, não favorece implantação de atividades, devido à difícil acessibilidade por outros modos além do transporte individual. O local de implantação previsto para o PM9 entra em conflito com potencial centralidade existente próxima a ele, onde está implantado o Terminal Asa Norte. Deve-se considerar deslocamento do PM, caso mantido.

No Setor de Mansões configura um espraiamento ao longo da rodovia. Existe potencial de centralidade turística pelo espelho do lago. Desafio: Ampliar a integração com a área central e melhorar a conectividade das RA da UPT Leste, pois a área está com baixa ou inexistente abrangência de transporte público coletivo. A Ocupação espraiada dificulta acessibilidade para TPC e mobilidade ativa. Esta ocupação pouco integrada à área central e aos núcleos urbanos da UPT Leste, apesar de potencial devido à localização.

A Ponte JK configura acesso principal do Plano Piloto às RA de São Sebastião, Jardim Botânico, Paranoá e Itapoã. Devido ao afunilamento de fluxos e ausência de faixas exclusivas ao TPC, modos de transporte de média e alta capacidade ou outras medidas de priorização do transporte coletivo, há grandes sobrecarga de automóveis particulares no trecho. O trecho também não favorece mobilidade ativa.

O BRT é uma opção viável de acesso ao centro da metrópole e às RA de Gama e Santa Maria. As linhas de TPC associadas ao BRT potencializam utilização deste e desestimulariam a utilização do transporte individual. O desafio é o BRT subutilizado na região devido à difícil acessibilidade por outros modos além do transporte individual, a ocupação espraiada dificulta eficiência do TPC e estímulo à mobilidade ativa.



Existe a previsão de Ponte Lago Norte/Taquari para ampliar a conectividade da UPT Norte ao Plano Piloto, porém, existe a resistência de moradores do Lago Norte e conflito ambiental. O desafio é priorizar o transporte de massa e mobilidade ativa.

A linha férrea possui potencial para mobilidade da população goiana, ampliando os modos de deslocamentos de massa e reduzindo o fluxo de automóveis pela EPIA, fazendo conectividade com o Plano Piloto e Aeroporto. O desafio são os amplos vazios urbanos entre Estação do BRT, linha férrea e Aeroporto, dificultando integração. Localização do PM4 é desfavorável à implantação de atividades: infraestrutura rodoviária de grande porte, vazios urbanos no entorno e longa distância da estação de BRT e da linha férrea desestimulam mobilidade ativa e utilização do espaço previsto.

Proximidade entre usos residencial e comercial, lotes de baixas dimensões e curtas distâncias favorecem atividade de pedestres e ciclistas no Varjão. Vias locais de baixo fluxo favorecem implantação de Zona 30.

2.2.5 Ruralidades

O eixo ruralidades foi analisado considerando três classificações principais que estão ocorrendo com mais frequência na Macrozona UPT Central Adjacente I.

Foram levadas em consideração, as Ocupações humanas com características urbanas ou características mistas, que são ocupações voltadas para moradia, em parcelas do solo menores que 2ha, sem vinculação com as atividades tradicionais que caracterizam a ruralidade; ou seja, são fracionamentos do solo cujo objetivo é exclusivamente se criar unidades imobiliárias de dimensões urbanas, visando à moradia. Observa-se que estas ocupações se configuram como um desafio a ser solucionado com relação às ocupações mais adensadas. As ocupações urbanas apresentam conflito com relação à questão das águas e deve ser avaliado em conjunto com os eixos de regularização e de meio ambiente e infraestrutura.

Portanto, para proposições de revisão de estratégias de ordenamento territorial é aconselhável serem avaliadas em conjunto com o eixo mobilidade, bem como com o eixo centralidades, de modo a fortalecer o potencial econômico da região, tanto em relação ao DF, quanto demais estados envolvidos. Importante a participação também de eixos de meio ambiente e de regularização fundiária. Por fim, a questão de capacidade de abastecimento hídrico, tanto para as atividades de produção agropecuária, quanto para as atividades supracitadas, deve ser motivo de



preocupação e elemento norteador das possibilidades de análise e proposições eu surgirem diante destas novas realidades dentro do Eixo ruralidade do DF.

As Atividades econômicas que demandam características morfológicas e/ou de localização para a sua implantação e que nem sempre são atendidas na Macrozona Urbana, levando-as a avançar na Macrozona Rural para a sua implantação. Destacam-se algumas tipologias mais recorrentes, que demandam características encontradas em zonas rurais. As atividades em destaque são: galpões logísticos, painéis fotovoltaicos, centros de distribuição, e atacadista. Todas as atividades destacadas demandam glebas de grandes proporções, que são encontradas nas zonas rurais, especialmente a baixo custo tornam-se fortes atrativos para a pressão destas atividades sobre a Macrozona Rural. Possui proximidade com rodovia de escoamento de produtos e/ou de conexão como a BR 030. De forma a corroborar com atividades de armazenamento e distribuição de mercadorias, nem sempre relacionadas a s atividades agropecuárias.

A análise do eixo de ruralidades, que resultaram em demarcações de pontos no mapa, foi resultado da observação da dinâmica territorial desta UPT. Aspectos analisados: ocupações informais, presença de galpões logísticos, áreas de proteção de mananciais, Plano de Ordenamento Territorial e Zoneamento ecológico e produtivo definidos para essas áreas. Foi considerado também o mapeamento de processos de viabilidade que são encaminhados para anuência da SEDUH e quais as características das atividades solicitadas.

Trecho rural que protege recarga de aquífero está em Zona Rural de Uso Controlado III, que compreende as áreas rurais inseridas na bacia do Alto Rio Descoberto. De acordo com PDOT no art. 91: “ Na Zona Rural de Uso Controlado III, deve ser observada a condição especial do lago do Descoberto, como maior manancial destinado ao abastecimento no DF, e as correspondentes restrições de uso e ocupação compatíveis com a manutenção de suas águas em quantidade e qualidade adequadas, de acordo com as seguintes diretrizes: I – proibir o parcelamento das glebas rurais em lotes de dimensão inferior ao permitido em zoneamento ambiental da Área de Proteção Ambiental do rio Descoberto, inclusive para chácaras de recreio; II – proibir o desenvolvimento de culturas extensivas de ciclo curto em áreas de declividade superior a 30% (trinta por cento); III – exigir das edificações, quando permitidas pela legislação vigente, a implantação de sistema adequado de coleta, tratamento e disposição de esgotos sanitários; IV – proibir a disposição final de resíduos sólidos urbanos.”



Além disso, a Lei nº 1.834/ 1998, que cria os núcleos rurais que especifica, na Região Administrativa do Lago Norte, trata em seu artigo. 2º: “ A criação dos núcleos rurais especificados no art. 1º tem como objetivos: I- Promover a regularização fundiária das terras ocupadas na forma de produção agropecuária, ou projetos de preservação ambiental, bem como a ocupação ordenada do solo; II- Facilitar a captação de recursos para desenvolvimento das atividades propostas; III - consolidar modalidade de ocupação que estimule a preservação ambiental; IV - Desenvolver laços comunitários entre os ocupantes e estimular o interesse comum de preservação do relevo, da fauna, da flora e dos recursos hídricos, compatibilizando preservação com produção, onde for o caso; V - Viabilizar projetos de recuperação de áreas degradadas; VI - Impedir a especulação imobiliária da região; VII - Preservar a dimensão bucólica e o patrimônio paisagístico da região; VIII - Facilitar a instalação de empreendimentos compatíveis com a dinâmica anual, para geração de renda e emprego.

Os Núcleos rurais existentes nessa região ou proximidades: Bananal, Torto, Olhos d’água, Urubu, Jerivá que tem a maior suscetibilidade a erosão; Palha que é uma região de alta infiltrabilidade do solo; e Balsamo.

Na área prevista para execução da Etapa II do Setor Habitacional Taquari, os núcleos rurais estão sofrendo pressão urbana, e, por conseguinte o adensamento habitacional, o que demandam ações de proteção para evitar processos erosivos e assoreamento. Caminho possível pelo design rural atrelado ao urbanismo agrário e ao território sensível à água.

Áreas localizadas na APA Taquari, em Zona Rural de Uso Controlado V, que compreende as áreas rurais inseridas na bacia do Lago Paranoá. De acordo com PDOT no Art. 93 consta que essa zona é constituída por “parcelas de solo rural na bacia do lago Paranoá, que desempenham importante papel na manutenção de suas condições ecológicas, onde deve ser estimulada a preservação e a conservação da vegetação nativa das áreas institucionais e particulares. ”

Há o favorecimento de ocorrência de parcelamentos informais em áreas rurais, dentre elas o Núcleo rural Tamanduá. Por estar próxima a Região Administrativa Itapoã, e por estar em frente ao Itapoã Parque, oferta habitacional de densidade elevada, e ainda ter como agente fomentador a rodovia DF-001.

Núcleo rural Vargem Bonita, integrante da Região Administrativa do Park Way, também está em Zona Rural de Uso Controlado V, destinada a manutenção e preservação de suas condições ecológicas. Entende-se área como potencialidade ao ofertar alimentos em áreas urbanas na região, portando, importante sua preservação como uso rural.



“A comunidade faz parte do cinturão verde criado por agricultores nipo-brasileiros, denominado de Cinturão Verde de Brasília, esse cinturão foi criado com o objetivo de suprir as necessidades da população do DF, pois em 1957, quando a futura capital do Brasil estava sendo construída, o solo da região era muito ácido, o que apresentava uma dificuldade extra para a produção de alimentos, que até então eram trazidos de outras regiões.” (Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/N%C3%BAcleo_Rural_Vargem_Bonita)

O Núcleo Rural Córrego da Onça, também é contemplado por esse ponto demarcado. Há presença de glebas menores, e atividades produtivas não são tão evidentes quanto a outras áreas. Traz como desafio a preservação de uso rural, até por estar em região limítrofe com Macrozona de Proteção Integral e com a Área de Proteção de Mananciais do Ribeirão do Gama.

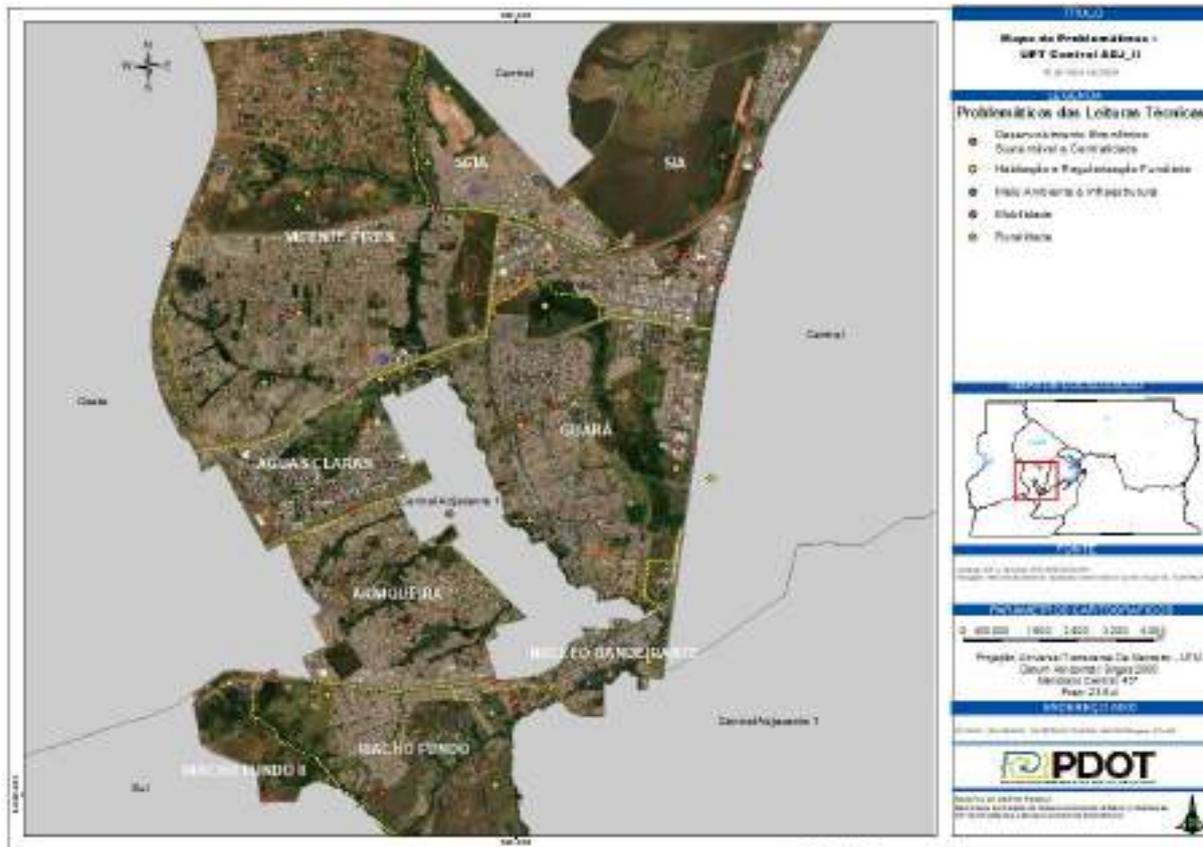
2.3 UPT CENTRAL ADJACENTE II

A UPT Central Adjacente II é composta pelas Regiões Administrativas: RA VIII – Núcleo Bandeirante, RA X – Guará, RA XVII – Riacho Fundo, RA XX – Águas Claras, RA XXIX – SIA, RA XXV – SCIA/Estrutural, RA XXX – Vicente Pires e RA XXXIII – Arniqueira. No final, 67 pontos foram levantados na UPT Central Adjacente II e estão representados no **Mapa 3**. O **Quadro 3** apresenta a lista de problemáticas, seu código ID, o eixo vinculado³⁵, se é uma potencialidade (Pot), Desafio (Des) e Conflito (Con), bem como a descrição.

35 Adotou-se neste quadro as siglas dos Eixos Temáticos para melhor legibilidade. As siglas de cada eixo são: Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (CTD), Habitação e Regularização (HAB), Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), Mobilidade (MOB) e Ruralidades (RUR).



Mapa 3 – Problemáticas UPT Central Adjacente II.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Quadro 3 – Problemáticas por Eixo Temático na UPT Central Adjacente II.

ID	EIXO	Pot.	Des.	Com.	Descrição
552	HAB	NÃO	SIM	SIM	Ocupação informal 26 setembro na FLONA, APM Bananal e Zona Rural de Uso Controlado. Ocupação em crescimento acelerado. Projeto de Lei de desfetação em tramitação.
553	HAB	NÃO	SIM	SIM	Ocupação informal Santa Luzia dentro de área regularizada. Dificuldade de regularização por estar em zona tampão do parque e ARIE Vila Estrutural. Perigo de movimentação do solo e expulsão de gases. Alta vulnerabilidade social.
554	HAB	NÃO	SIM	NÃO	Gentrificação da Estrutural pós regularização.
555	HAB	NÃO	SIM	NÃO	Ocupação irregular no Setor de inflamáveis - área de risco de explosão. Ocupação de baixa e média renda.
556	HAB	NÃO	SIM	SIM	Vicente Pires - área de regularização em área de sensibilidade ambiental e hídrica (olhos d'água e nascente).
557	HAB	SIM	SIM	NÃO	Cana do Reino - área de oferta habitacional de domínio da SPU e conflito de repasse da posse da área. Existe estudo para assentar população advinda de remoção.
558	HAB	NÃO	SIM	SIM	Ocupação irregular na franja da ARINE Sucupira em Zona Rural caracterizando-se como expansão.
559	HAB	NÃO	SIM	SIM	Ocupação irregular dentro do conector ambiental próximo ao PUI Granja Modelo.
560	HAB	NÃO	SIM	SIM	Placa das Mercedes - presença de ocupação irregular em Zona Rural.
561	HAB	NÃO	SIM	SIM	Pressão recente de parcelamento irregular na ARIE Granja do Ipê.
562	HAB	SIM	SIM	NÃO	Via Interbairros é projeto de grande impacto em toda cidade, principalmente com



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

ID	EIXO	Pot.	Des.	Com.	Descrição
					o potencial de adensamento de moradia e na MOB urbana.
563	HAB	NÃO	SIM	NÃO	O projeto da área A28 na RA Guará pode causar impacto na rede de transporte, adensamento com ocupação residencial.
564	HAB	NÃO	SIM	SIM	Pressão pela mudança de uso no SMAS, incluindo uso residencial, para projeto para média e alta renda. Área tombada.
565	HAB	NÃO	SIM	NÃO	Arniqueiras - Ocupação irregular em lote destinado a equipamentos públicos do projeto de regularização. Processo de regularização em andamento (parte dos lotes já registrados).
566	HAB	NÃO	SIM	NÃO	Ocupação irregular na franja da ARINE Bernardo Sayão.
567	HAB	NÃO	SIM	NÃO	Falta de equipamentos públicos em Águas Claras (UBS, escola pública).
568	HAB	NÃO	SIM	SIM	ARIS Vila Cauhy em APP com problemas de alagamento.
569	HAB	NÃO	SIM	SIM	Macrozona de Proteção Integral cercada de zona urbana - controlar para manutenção do zoneamento.
570	HAB	NÃO	SIM	SIM	Pequena Zona Rural de Uso controlado cercada de zona urbana - controlar para manutenção do zoneamento.
571	HAB	NÃO	SIM	SIM	Área de Oferta Habitacional de interesse social (ZEIS) com conflitos fundiários com a PMDF - área dentro da poligonal da área da PMDF (AE1 - Luos) - parte do imóvel é de domínio da TERRACAP e parte do DF.
572	MAI	SIM	NÃO	SIM	APM Bananal alto grau comprometimento ocupação informal. Unidade de Conservação Floresta Nacional. Zona Tampão RBC. Subzona SZSE 1, do ZEE-DF destinada a à garantia produção hídrica em qualidade e quantidade compatível com abastecimento público e desenvolvimento de atividade N1 e N2, prioritárias e preservação do Parque Nacional de Brasília, zona núcleo RBC.
573	MAI	NÃO	SIM	NÃO	Proposta da CAESB de inclusão de área na APM do Bananal.
574	MAI	SIM	NÃO	SIM	Ocupação Informal em Unidade de Conservação de Uso Sustentável - Floresta Nacional. Zona Tampão RBC. Subzona SZSE 1, do ZEE-DF (destinada à garantia produção hídrica em qualidade e quantidade compatíveis com abastecimento público e desenvolvimento de atividades N1 e N2, prioritariamente e preservação do Parque Nacional de Brasília, área núcleo RBC.
575	MAI	NÃO	SIM	SIM	Ocupações Informais na Zona Tampão RBC. Subzona SZDPE 3 do ZEE-DF, promoção da integridade ecológica do Lago Paran e córrego tributado, com garantia de quantidade e qualidade das águas para usos múltiplos, controle impermeabilidade do solo e da proteção de nascentes, aporte infraestrutura de saneamento ambiental, atividades N1, N2 e N3 prioritárias.
576	MAI	NÃO	SIM	SIM	Ocupações Informais Zona Tampão RBC. Subzona SZSE 1 do ZEE-DF destinada à garantia de produção hídrica em qualidade e quantidade compatível com abastecimento público e desenvolvimento de atividades N1 e N2, prioritariamente e preservação Parque Nacional Brasília, zona núcleo RBC.
577	MAI	NÃO	SIM	SIM	Ocupações Informais Unidade de Conservação APA do Planalto Central, zona uso sustentável. No PDOT é Zona Rural Uso Controlado. Qualidade superficial da água muito ruim (classe 4) do Riacho Fundo. Zona SZDPE 3 do ZEE-DF, promoção de integridade ecológica do Lago Paranoá e córrego tributado, controle impermeabilidade do solo e da proteção de nascentes.
578	MAI	NÃO	SIM	SIM	Ocupações Informais na Unidade de Conservação APA Planalto Central, zona uso sustentável. No PDOT é Zona Rural Uso Controlado. No ZEE-DF é subzona SZDPE 3, promoção da integridade ecológica do Lago Paranoá e córrego tributado, com garantia quantidade e qualidade das águas para usos múltiplos, controle da impermeabilidade do solo e da proteção de nascentes.
579	MAI	SIM	SIM	SIM	Ocupação Informal Unidade de Conservação de Uso Sustentável PAREC Riacho Fundo. APA Planalto Central, Zona Preservação da Vida Silvestre. No PDOT é Zona Rural Uso Controlado. Conector Ambiental. Subzona SZDPE 3 do ZEE-DF, promoção da integridade ecológica do Lago Paran e córrego tributado, controle impermeabilização do solo e da proteção de nascentes.
580	MAI	SIM	SIM	SIM	Ocorrência alagamentos e drenagem urbana deficitária. Zona Urbana Expansão e



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

ID	EIXO	Pot.	Des.	Com.	Descrição
					Qualificação no PDOT com necessidade de promoção de infraestrutura verde, Soluções Baseadas na Natureza. Subzona SZDPE 3 no ZEE-DF com necessidade de controle da impermeabilidade do solo.
581	MAI	NÃO	SIM	SIM	Ocupação informal em Zona Tampão RBC. Elevado risco de perda de cobertura vegetação nativa, segundo o ZEE-DF.
582	MOB	SIM	SIM	SIM	EPIA - Principal eixo de circulação de pessoas e de carga. Principal conexão DF-GO. Eixo bem conectado e alta acessibilidade no DF. Possui característica de rodovia, no entanto, uso lindeiro sendo convertido para urbano.
583	MOB	NÃO	SIM	SIM	EPIA com uso urbano próximo - residências e comércio. Não há tratamento e infraestrutura adequada para circulação e travessia de pedestres e ciclistas.
584	MOB	SIM	SIM	NÃO	Confluência da EPIA com eixo do Metrô e Terminal Rodoviário Interestadual - Potencial de integração intermodal.
585	MOB	NÃO	SIM	NÃO	EPCL - Rodovia Estrutural - Um dos principais eixos de conexão com a UPT Oeste e Águas Lindas.
586	MOB	SIM	SIM	NÃO	Águas Claras estruturada ao longo do eixo do metrô, apesar de ser dividida pela linha.
587	MOB	NÃO	SIM	NÃO	Vicente Pires - Baixa qualidade urbana e de acessibilidade.
588	MOB	NÃO	SIM	SIM	Expansão da Ocupação informal colônia agrícola 26 de Setembro - Conflito pela falta de infraestrutura e de planejamento de mobilidade para a ocupação informal.
589	MOB	SIM	SIM	SIM	Arniqueira - É desafio integrar a malha urbana com as ocupações próximas e estruturar a malha interna. Potencial de reforçar a característica de atividades da via interna, com infraestrutura para os modais alternativos e ônibus.
590	MOB	SIM	SIM	NÃO	Vila Estrutural - Garantir percursos para acessibilidade ao transporte. Priorizar a Zona 30 e Vias compartilhadas.
591	MOB	SIM	SIM	SIM	EPTG - Um dos principais eixos de conexão com a UPT Oeste e locais mais populosos do DF. Rodovia está adquirindo características urbanas.
592	MOB	SIM	SIM	SIM	EPNB - Um dos principais eixos de conexão com a UPT Oeste.
593	MOB	SIM	SIM	NÃO	EPVP - Conexão entre EPNB e EPTG.
594	MOB	SIM	SIM	NÃO	Via Interbairros - Potencial de dinamizar a região. Desafio não dividir os bairros lindeiros (como a linha do metrô e o eixo), e priorizar o transporte coletivo e a MOB ativa.
595	MOB	SIM	SIM	NÃO	Antiga rododiferroviária, ponto final da linha férrea. Potencial de integração multimodal e com municípios do Entorno e RIDE.
596	RUR	NÃO	SIM	SIM	Intensa ocupação informal que descaracteriza uso e paisagem rural. A ocupação informal Colônia Agrícola 26 de Setembro está inserida, em parte, na APM Bananal. Apresenta ameaça a Flona.
597	RUR	SIM	SIM	NÃO	Área ainda com característica rural que sofre pressão urbana por parte da ocupação informal colônia agrícola 26 de Setembro e pela ARIE Estrutural.
598	RUR	SIM	SIM	NÃO	Presença de atividade urbana em Macrozona Rural. Possibilidade de rever poligonal para zoneamento rural, uma vez que a ocupação informal acima já descaracterizou a ruralidade. Visando fortalecimento produtivo e contenção urbana.
599	RUR	NÃO	SIM	NÃO	Área de intensa pressão da expansão urbana na Colônia agrícola Gov. Águas Claras.
600	RUR	NÃO	SIM	SIM	Ocupações informais e intenso parcelamento do solo descaracteriza a paisagem rural. Envolve as colônias agrícolas KAnegae e Riacho Fundo.
601	RUR	NÃO	NÃO	SIM	Colônia Agrícola Vicente Pires em Macrozona Urbana.
602	CTD	NÃO	NÃO	SIM	Rever a estratégia dos Polos Multifuncionais (PM2).
603	CTD	NÃO	NÃO	SIM	Ocupações irregulares em área de fragilidade ambiental Colônia Agrícola 26 de Setembro.
604	CTD	NÃO	NÃO	SIM	Implantação de empreendimentos habitacionais de alta renda, promovidos pelo GDF, em áreas com potencial para atividade econômica (Parque Ferroviário).
605	CTD	SIM	SIM	NÃO	Linha ferroviária com potencial para distribuição de cargas e transporte.
606	CTD	SIM	NÃO	SIM	Desenvolvimento econômico gerado pela Feira dos Importados e CEASA.

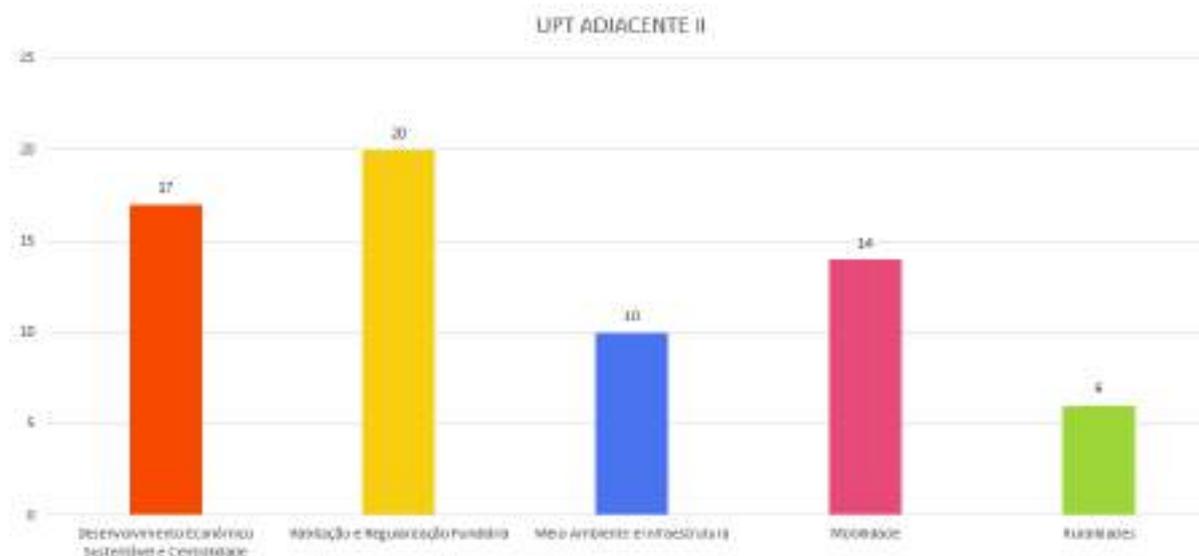


ID	EIXO	Pot.	Des.	Com.	Descrição
607	CTD	SIM	NÃO	SIM	Existência de redes atacadistas e galpões na região.
608	CTD	SIM	NÃO	SIM	Elevado potencial ao longo da EPIA para instalação de atividades econômicas (20 áreas econômicas PDOT); elevada pressão para a instalação de empreendimentos habitacionais de alta renda.
609	CTD	SIM	NÃO	NÃO	Potencial de atração do Park Shopping.
610	CTD	NÃO	NÃO	SIM	Ocupações informais próximo a ARINE Sucupira no Parque Vivencial do Riacho Fundo, APP e em áreas com declividade superior a 30%.
611	CTD	SIM	NÃO	NÃO	Proximidade da ADP II, prevista no ZEE-DF.
612	CTD	SIM	SIM	NÃO	Implantação da Eixo Interbairros; adequar o plano de ocupação da Transbrásilia com o seu potencial.
613	CTD	SIM	SIM	NÃO	Potencial para Centralidade regional (Feira do Guará, CAVE); necessidade de integração e conexão dos núcleos urbanos do Guará I, Guará II e CAVE.
614	CTD	NÃO	NÃO	SIM	Implantação de empreendimentos habitacionais de alta renda, promovidos pelo GDF, em áreas com potencial para atividade econômica (Jóquei).
615	CTD	NÃO	NÃO	SIM	Ocupações irregulares no Setor de Inflamáveis.
616	CTD	SIM	NÃO	NÃO	Concentração de empreendimentos de logística e distribuição no STRC.
617	CTD	NÃO	NÃO	SIM	Ocupações irregulares atrás da Placa da Mercedes.
618	CTD	NÃO	NÃO	SIM	Intenção da continuação da Avenida do Contorno em Zona de Preservação de Vida Silvestre.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A UPT Central Adjacente II teve ao total 67 problemáticas levantadas e o **Gráfico 3** apresenta os valores de problemáticas por eixos. O maior número de contribuições aparecem nos eixos Habitação e Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (20 e 17, respectivamente).

Gráfico 3 – Problemáticas por Eixo Temático na UPT Central Adjacente II.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades dos 17 pontos, 65% são conflitos, apenas 18% desafios e 53% potencialidades³⁶. Dentre os conflitos se destacam as ocupações em áreas com potencial para atividade econômica em várias áreas da UPT. Os desafios destacam o potencial atrelado a Linha ferroviária, Via Interbairros³⁷ e Feira do Guará. Para as potencialidades há destaque para o potencial do Park Shopping e da ADP II, prevista no ZEE-DF.

No eixo Habitação e Regularização somaram 10 problemáticas e destas 60% são conflitos, 10% potencialidades e todas foram consideradas desafios (100%). Os conflitos do eixo evidenciam as questões entre ocupação informal presente em diversos locais da UPT, repetindo o padrão de ocupações em áreas ambientalmente sensíveis. Os desafios abordam aspectos associados a ocupações em áreas incompatíveis com habitação. As potencialidades apontadas pelo eixo contemplam a via interbairros e capacidade de adensamento.

No eixo Meio Ambiente e Infraestrutura as problemáticas levantadas geralmente são desafios e potencialidades ao mesmo tempo, além de representarem quase sempre um conflito. Das 10 problemáticas 9 foram consideradas conflitos (90%), 8 são desafios (80%) e 4 potencialidades (40%). As problemáticas caracterizadas como conflito e desafio ressaltam as ocupações informais em áreas de preservação e conservação ambiental. As potencialidades são associadas aos elementos de relevância ambiental presentes na UPT que podem auxiliar na promoção da integridade ecológica do Lago Paranoá, conforme previsto no ZEE-DF.

No eixo Mobilidade foram levantadas 14 problemáticas, com 43% classificados como conflitos e 71% potencialidades. Todos os pontos foram classificados como desafios (100%). Nos conflitos se destacam as rodovias que passam pela UPT e são a conexão de Regiões Administrativas mais periféricas e municípios goianos com o Plano Piloto. Estas rodovias inseridas nas malhas urbanas das RA da UPT acabam adquirindo características urbanas. Já as potencialidades apontam as conexões de várias rodovias que ocorrem na UPT viabilizando maior integração. Nos desafios destaca-se a segregação e isolamento causado pela infraestrutura (metrovia e rodovia) nas Regiões Administrativas da UPT reduzindo a mobilidade ativa entre elas e suas partes.

36 Frisa-se que uma mesma problemática pode ser classificada em mais de um componente ao mesmo tempo.

37 Faz parte da estratégia de dinamização prevista no PDOT/2009. Para mais informações, veja a Lei n.º 803/2009, art. 109. e Mapa 3 - Estratégias de Estruturação Viária, Implantação de Polos Multifuncionais, Dinamização de Espaços Urbanos e Revitalização de Conjuntos Urbanos.



No eixo Ruralidades contabiliza-se 6 problemáticas e 33% delas são conflitos, 83% desafios e 33% potencialidades. Os conflitos mais marcantes envolvem as colônias agrícolas e as ocupações informais com intenso parcelamento do solo. Considerando de forma mais ampla as ocupações informais, os desafios abordam a pressão pela expansão urbana sobre áreas rurais. Nas potencialidades, destaca-se a possibilidade de fortalecimento produtivo e contenção urbana.

Sobre a UPT Central Adjacente II, a partir do conteúdo de todas as Leituras Técnicas, observa-se o destaque da expansão urbana desordenada com ocupações informais, principalmente em áreas ambientalmente frágeis. A UPT possui muitas Regiões Administrativas que precisam lidar com os desafios e potencialidades associados a infraestrutura de transporte que conecta o Centro do Plano Piloto a outras Regiões Administrativas e municípios goianos. A seguir são apresentadas sínteses de cada eixo temático para a UPT em comento.

2.3.1 Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades

A UPT Central Adjacente II destaca-se tanto pelo elevado quantitativo de Regiões Administrativas que a compõem (Núcleo Bandeirante, Guará, Riacho Fundo, Águas Claras, SCIA, SIA e Vicente Pires) como também pela característica predominantemente urbana da sua ocupação, com cerca de 84,23% da sua área territorial inserida na Macrozona Urbana do PDOT.

Estas Regiões Administrativas foram constituídas em momentos diferenciados e sob diferentes contextos, parte com foco no desenvolvimento de atividades econômicas, urbanas e rurais. O Núcleo Bandeirante (Cidade Livre) surgiu antes mesmo da inauguração da nova capital, ainda em 1956, como um núcleo transitório voltado para instalação de atividades de apoio à construção de Brasília e dos seus trabalhadores (candangos). Sua remoção era prevista para acontecer após a inauguração da nova capital.

Da mesma forma, em 1958, o Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), previsto no Plano Piloto de Lúcio Costa, começou a ser ocupado por depósitos de armazenamento de materiais de grande porte



das empresas envolvidas na construção de Brasília, passando a ser ocupado sobretudo por empresas de abastecimento e atacadista, após a inauguração da capital³⁸.

O Guará, então denominado Setor Residencial de Indústria e Abastecimento (SRIA), começou a ser implantado em 1967 com a finalidade de abrigar os trabalhadores do Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), moradores provenientes de ocupações irregulares e o Guará II, em 1972, para atender funcionários públicos de menor renda, além de industriários e comerciantes inscritos na antiga SHIS.

O Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SCIA) surge a partir de 1989 como uma tentativa de extensão do Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) e foi sendo ocupado, em grande parte, por estabelecimentos de revenda de automóveis, transferidos principalmente das Quadras 700 da Asa Norte, fato que motivou sua denominação popular como “Cidade do Automóvel”.

A Estrutural decorreu da fixação da “Vila Estrutural”, invasão de catadores do “Lixão da Estrutural”, localizado ao norte da Rodovia DF 095 – Estrada Parque Ceilândia (EPCL). Esta ocupação informal foi se consolidando ao longo do tempo, a despeito das diversas fragilidades ambientais presentes na região. Em 2006 foi declarada Zona Especial de Interesse Social – ZEIS e inserida em 2009 na Estratégia de Regularização Fundiária Urbana do PDOT vigente como área de Regularização de Interesse Social - ARIS Estrutural, o que propiciou a elaboração de integrado de regularização fundiária por parte da Companhia do Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB/DF.

Os núcleos urbanos do Riacho Fundo e de Águas Claras surgiram na década de 1990, em meio a programas governamentais de erradicação de ocupações informais³⁹ e de provimento habitacional.

A implantação de Águas Claras estava prevista desde o Plano Estrutural de Organização Territorial – PEOT, em 1977, que já apontava o vetor sudoeste do DF como de priorização para a

38 No final da década de 60 surge o Setor de Oficinas Sul (SOF Sul) e, na década de 70, a Central de Abastecimento do Distrito Federal (CEASA), com o objetivo de incrementar a produtividade no setor de distribuição de hortigranjeiros, o Setor de Inflamáveis, o Setor de Armazenagem e Abastecimento (SAA) e o Setor de Transporte Rodoviário de Carga (STRC). Por fim, na década de 80 é acrescido o Setor de Oficinas Norte (SOF/N), o Pátio Ferroviário de Brasília e o Setor Militar Complementar. Por fim, na segunda metade da década de 90, a Feira dos Importados é instalada, reunindo os ambulantes transferidos da área central de Brasília.

39 O Setor Habitacional Riacho Fundo teve seu projeto urbanístico elaborado pela equipe do então Departamento de Urbanismo – DeU/SOSP. Sua primeira quadra foi ocupada por famílias transferidas do Acampamento da Telebrasil, situado na margem sul do Lago Paranoá e da Quarta Avenida do Núcleo Bandeirante.



expansão urbana. Seu projeto urbanístico priorizava atender à demanda habitacional de média renda, com predominância de habitação coletiva, empreendidas inicialmente por cooperativas habitacionais.

O surgimento de Vicente Pires se deu no final da década de 1990 em decorrência do processo de subdivisão interna, na forma de condomínios horizontais para fins de moradia, das glebas rurais integrantes do parcelamento denominado Colônia Agrícola Vicente Pires⁴⁰, destinadas à produção de frutas e hortigranjeiros para abastecimento do DF.

O grau de irreversibilidade das ocupações para fins urbanos culminou na inserção das chácaras da antiga Colônia Agrícola Vicente Pires na Estratégia de Regularização Fundiária Urbana proposta pelo PDOT vigente, que propôs duas Áreas de Regularização de Interesse Específico - ARINE Vicente Pires I e II; uma Área de Regularização de Interesse Social – ARIS Vicente Pires; além de uma Área de Desenvolvimento Econômico – ADE, no âmbito da Estratégia de Desenvolvimento Econômico, em parte de terras desocupadas pertencentes à União.

A análise dos desafios, potencialidades e conflitos na UPT Central Adjacente II, sob a perspectiva do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, teve como foco os seguintes aspectos: Características Locacionais; Desenvolvimento Econômico; Sistema de Centralidades; Conflitos de Uso do Solo; Obras e Intervenções.

1. Características Locacionais – aspectos decorrentes da localização estratégica ao longo das principais rodovias que fazem conexão com o Plano Piloto e municípios do entorno/regiões do País;
2. Desenvolvimento Econômico - áreas destinadas ao fomento econômico no PDOT vigente e no Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal - ZEE-DF;
3. Sistema de Centralidades – áreas estratégicas para consolidação e articulação de centros de diferentes hierarquias;
4. Conflitos de Uso do Solo - áreas com tendência de parcelamento para fins urbanos em zona rural ou em áreas suscetíveis ambientalmente e áreas com necessidade de ajustes no macrozoneamento ou com parâmetros de uso e ocupação do solo inadequados;
5. Obras e Intervenções - conjunto de intervenções públicas ou privadas, previstas ou em andamento, na UPT Central Adjacente II.

A UPT Central Adjacente II ocupa uma posição geográfica estratégica no território do DF, localizada entre a UPT Central, que abriga o Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB) e a UPT Oeste, a mais populosa, em decorrência do conjunto das localidades Taguatinga, Ceilândia e Samambaia.

40 O contrato de arrendamento de uso da terra nas glebas rurais da Colônia Agrícola Vicente Pires era concedido por meio da Fundação Zoobotânica, por 30 anos, com direito à prorrogação do prazo e de transferência desse direito apenas para seus herdeiros. De acordo com o contrato de arrendamento, as terras não poderiam ser parceladas, cedidas ou vendidas a terceiros.



Do ponto de vista da caracterização físico-ambiental, esta UPT tem a maior parte do seu território inserido em padrão de relevo que varia de plano a suavemente ondulado com declividades inferiores a 12%, denominado 'Plano Intermediário' (67,20%) enquanto que as demais porções do seu território estão situadas em regiões com relevo mais ondulado e maiores declividades, a exemplo de 'Áreas de Rebordo' (24,4%) ou de 'Planos Elevados' (8,76%).

Além da topografia predominantemente plana, a UPT Central Adjacente II está localizada no entroncamento das três principais rodovias que propiciam acesso direto e facilitam a circulação e a distribuição de produtos para qualquer região do DF: a Estrada Parque Indústria e Abastecimento – EPIA, a Estrada Parque Taguatinga – EPTG e a Estrada Parque Ceilândia – EPCL. Merece destaque, ainda, as rodovias Estrada Parque Vicente Pires - EPVP e Estrada Parque Núcleo Bandeirante – EPNB.

A presença dos ramais ferroviários no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) configura outro relevante elemento para promover a distribuição de cargas e mercadorias. A linha de trem parte da Rodoferroviária, segue acompanhando, em paralelo, a Estrada-Parque Indústria e Abastecimento (EPIA), aproxima-se da Cidade do Automóvel, passa por baixo da Via Estrutural, corta o Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) e continua pelas proximidades do Setor de Cargas e Armazenamento, trecho que margeia uma área de ferro-velho com a presença de invasões por população de baixa renda. Fortalecer os ramais da linha férrea propondo sua integração com outros meios de deslocamento pode aportar resultados bastante significativos.

O histórico dinamismo econômico da UPT Central Adjacente II pode ser percebido no quantitativo de Áreas Econômicas (AEs) nela existentes. Do total de 55 delas propostas no PDOT vigente, 20 estão nesta UPT, a saber: Setor de Indústria Bernardo Sayão, Setor Placa da Mercedes – 1ª e 2ª etapa e Setor de Oficinas e Pequenas Indústrias, no Núcleo Bandeirante; Setor de Indústria e Abastecimento - SIA, Setor de Inflamáveis - SIN, Setor de Oficinas Sul – SOF/S, Setor de Transportes Rodoviários e de Carga – STRC, Setor de Armazenagem e Abastecimento – SAA, Setor de Oficinas Norte – SOF/N e Setor de Garagens e Concessionárias de Veículos - SGCV, na RA do SIA; Setor de Áreas Isoladas – SAI, Setor de Oficinas do Guará – SOF e Polo de Modas, no Guará; ADE de Águas Claras e ADE do Núcleo Bandeirante, em Águas Claras; SCIA 1ª, 2ª e 3ª etapa, na RA do SCIA e Setor de Oficinas; no Riacho Fundo.

Além disto, a UPT Central Adjacente II está na área de influência direta da Área de Desenvolvimento Produtivo - ADP II - Centro Regional, proposta pelo Zoneamento Ecológico e Econômico do Distrito Federal – ZEE-DF nos núcleos urbanos de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia.



A região da Central de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA/DF, associada a Feira dos Importados e aos diversos empreendimentos atacadistas instalados ao longo da EPIA constitui-se em um importante polo econômico para o DF. A CEASA é responsável por intenso comércio de hortifrutigranjeiros, tanto no mercado atacadista como no varejo, além de sediar a maior Cooperativa de Orgânicos do Distrito Federal e entorno e o Mercado da Agricultura Familiar (MAF), atraindo diariamente elevados contingentes populacionais provenientes de todas as regiões do DF e entorno.

O potencial para instalação de atividades econômicas ao longo da EPIA pode ser comprovado pela existência de diversos empreendimentos atacadistas e galpões na região, a exemplo do Maxxi Atacadão, Atacadão Dia a Dia, Assaí Atacadista e Objetiva Atacadista, dentre outros e de lojas especializadas de grande porte como a Petz e a Decathlon.

Aliado a isto, existe concentração de empreendimentos de logística e distribuição no Setor de Transportes Rodoviários e de Carga – STRC, previsto para este fim.

O Shopping Center ‘ParkShopping’, localizado ao longo da EPIA, junto a uma estação do metrô, nas proximidades da Rodoviária Interestadual, também exerce elevado potencial de atração da população do DF e entorno.

Merece destaque também a Feira Permanente do Guará, um dos centros de compras mais antigos e tradicionais de Brasília, com elevada capacidade de atração e facilidade de acesso por transporte de massa, que comercializa produtos diversos que variam de roupas e calçados a frutas, verduras, peixes e artigos regionais.

Do ponto de vista da constituição de um sistema de centralidades no DF, constata-se potencial para estabelecimento de um centro de abrangência regional no Guará integrando e promovendo a conexão entre Guará I, Guará II e CAVE.

Outro relevante potencial para a constituição de uma centralidade decorre da implantação da Avenida das Cidades. Contudo, faz-se necessário a adequação do seu plano de ocupação sobretudo quanto aos aspectos de densidade, altura e mobilidade por transporte coletivo.

A ocupação irregular do solo em áreas de risco ou de fragilidade ambiental bem como o desvirtuamento dos usos propostos nos normativos urbanísticos são problemas que também se fazem presentes na UPT Central Adjacente II. Um exemplo emblemático é presença de ocupações irregulares para fins habitacionais no Setor de Inflamáveis – SIN, que persiste ao longo dos anos, causando bastante preocupação.



Destaca-se também a presença de ocupações informais em áreas de fragilidade ambiental, como ocorre no Assentamento 26 de Setembro e nas franjas da ARINE Sucupira e no Parque Vivencial do Riacho Fundo, Área de Preservação Permanente - APP com declividade superior a 30%

A presença de ocupações irregulares para fins habitacionais também pode ser percebida na região atrás da AE Placa da Mercedes.

Outra preocupação é a Intenção da continuidade da Avenida do Contorno em Zona de Preservação de Vida Silvestre.

A área proposta para o Polo Multifuncional PM2 não possui integração com sistema de transporte de massa, necessitando ser revista juntamente com toda a Estratégia de Polos Multifuncionais proposta no PDOT vigente.

A Avenida das Cidades é uma importante intervenção urbana com impactos em diversas regiões do DF.

Empreendimentos imobiliários para fins habitacionais de alta renda, a exemplo do Jôquei e Quaresmeira, Pátio Ferroviário e antiga TASA, estão sendo propostos pelo GDF em áreas com potencial para atividade econômica

2.3.2 Habitação e Regularização Fundiária

A análise dos desafios, potencialidades e conflitos na UPT Central Adjacente II sob a perspectiva do Eixo Temático Estratégias de Habitação e Regularização Fundiária teve como foco os aspectos da Ocupação informal e vulnerabilidades ambientais e/ou zona rural que analisa as ocupações para fins de moradia (formais ou informais) em áreas de sobrecarga nas bacias hidrográficas; com presença de nascentes; em APA ou com demais sensibilidades ambientais e em zona rural; as causas e consequências da ocupação territorial (formal ou informal) com habitação e da regularização fundiária e sua influência na dinâmica urbana posterior à ocupação que é a identificação de possíveis novos parcelamentos/projetos de ocupação territorial para fins de moradia, ou de ocupações irregulares próximas a áreas de regularização já determinadas; e identificação de processos de valorização de terras e suas causas e os Conflitos fundiários, de uso ou de gestão pública, que é a situação de execução das áreas de oferta, conflitos fundiários ou por ocupações irregulares. Alto índice de crescimento de condomínios irregulares em áreas de proteção ambiental. Assim como a expansão do Setor Habitacional Vicente Pires.



Além dos pontos mapeados como desafios, potencialidades e conflitos, a análise deste eixo também levou em consideração aspectos gerais que são intrínsecos ao provimento habitacional e à regularização fundiária. A este respeito é importante citar que a UPT Central Adjacente II representa 14,86% do déficit habitacional de todo o DF. No entanto, com relação aos domicílios da própria UPT, são 10,53% em déficit habitacional. Ainda, é importante ressaltar que esta é a UPT com maior número de RA e, portanto, apresenta alta variação entre os índices de déficit de cada uma. Como exemplo é possível mencionar Águas Claras, que o terceiro menor déficit percentual entre as RA, com 3,21%, enquanto SCIA/Estrutural tem o maior, com 33,61%. Em números totais, a UPT possui 15.302 unidades habitacionais - uh em déficit habitacional na UPT.

Em relação à Estratégia de Regularização Fundiária Urbana (Seção IV) e à Estratégia de Oferta Habitacional (Seção V) PDOT, cabe elencar as áreas citadas na Lei, para fins de quantificação e mensuração das poligonais já previstas e destinadas ao uso habitacional nesta UPT.

Em relação às áreas constantes da Estratégia de Oferta Habitacional do PDOT, vale dizer que existem 4 áreas de interesse específico e 3 ZEIS previstas nesta UPT. As áreas de interesse específico são: Jóquei Clube, Área Adjacente ao Bairro Águas Claras, QE 48/58 e QE 60 (TASA). As ZEIS são: Quadras 9, 11, 13, 15 do Riacho Fundo I, Cana do Reino – Área 1 e Cana do reino – Área 2. Atualmente, a única área em execução é a QE 48/58.

A respeito das áreas que integram a Estratégia de Regularização Fundiária do PDOT, vale dizer que nesta UPT se localizam 5 ARINE (ARINE Vicente Pires I, ARINE Vicente Pires II, ARINE Arniqueira, ARINE Bernardo Sayão e ARINE Sucupira) e 3 ARIS (ARIS Vicente Pires, ARIS Estrutural e ARIS Vila Cahuy)

Ocupação irregular de grande porte e em crescimento acelerado tomando parte considerável da FLONA e toda a APM do Bananal. Além disso,, se localiza em área rural de uso controlado e de proteção ambiental. Recentemente foi aprovado o projeto de lei que altera os limites da FLONA, reduzindo a área da floresta, para viabilizar a regularização da área.

Nota-se a presença de ocupação informal de baixa renda e alta vulnerabilidade social dentro da poligonal da ARIS Estrutural, área que já teve seu processo de regularização finalizado. A ocupação não poderia ocorrer no local e sua regularização fundiária possui impedimentos, uma vez que toma toda a área da ARIE Vila Estrutural e parte da zona tampão do Parque Nacional de Brasília. Além disso,, possui solo com algumas restrições provenientes da infiltração de chorume e gás metano decorrente do depósito de lixo (lixão da Estrutural) localizado em um terreno próximo por muito anos. Por isso existe risco de movimentação do solo e expulsão de gases.



Há a ocupação urbana de grande extensão, já consolidada e definida como área de regularização em região com presença de córregos e nascentes. Grande parte da área é ocupado por população de média e alta renda (ARINE Vicente Pires I e ARINE Vicente Pires II), mas uma pequena parte é de interesse social (ARIS).

Há uma crescente ocupação informal, que aparenta ser de alta vulnerabilidade, que cresce paralela ao PUI Granja do Torto Adjacente a área da ocupação há um Requerimento de Revisão do PDOT para indicação da área para oferta habitacional.

Inúmeras ocupações informais vêm se configurando cada vez mais como urbana a região mais próxima ao Setor Placa das Mercedes da Colônia Agrícola Riacho Fundo. Vale dedicar certa atenção a região uma vez que esta tem passado por forte processo de descaracterização. Constam alguns Requerimentos de Revisão do PDOT na região, sendo eles pedidos de inclusão em estratégia de regularização fundiária.

A ARIE Granja do Ipê sofre pressão especialmente da Colônia Agrícola Coqueiros, da Região Administrativa do Park Way, onde tem se consolidado intensa ocupação informal. Nesta região há um Requerimento de Revisão do PDOT pedindo inclusão em estratégia de regularização. Outro ponto que se observa nessa ARIE é próximo a ARIS - CAUB I.

A Vila Cauhy possui DIUPE emitida em 2021, requerida pela CODHAB. No entanto, é uma área com problemas recorrentes de alagamento. Há que se fazer estudo ou pensar em soluções específicas para a área.

É necessário controlar as zonas de proteção integral e a zona rural de uso controlado, por meio de monitoramento para manter esses usos e não permitir que sejam incorporados à malha urbana.

Na Estrutural há indícios de gentrificação após a regularização fundiária, há que investigar quais foram as alterações promovidas pela Luos, em relação às regras anteriores tentar descobrir as razões para a a gentrificação.

Ocupação em situação de alta periculosidade, os usos do setor não são de forma alguma compatíveis com o uso habitacional. Deve se frisar que nessa ocupação denominada Setor de Chácaras Lucio Costa há presença de baixa e média renda. Situação delicada que deve ser vista com atenção.

Adjacentes a ARINE Bernardo Sayão foram levantadas 6 ocupações informais, observando-se a expansão desta área. Bem como tem-se observado a tendência da expansão da ARINE Sucupira sobre Zona Rural.



A avenida ligará o Plano Piloto a Samambaia, passando pelo Guará, Arniqueira, Águas Claras, Park Way e Taguatinga. Prevê-se que a obra, resultado de uma Parceria Público-Privada, gerará nova centralidade econômica e adensamento habitacional.

A área é vizinha ao Park Shopping, já foi objeto de licitação da TERRACAP e vendida. Provavelmente será utilizada para grande empreendimento residencial de alta renda, que pode impactar a rede de infraestrutura e o sistema de transporte.

Águas Claras possui áreas adensadas com uso residencial que precisam estar mais bem servidas de equipamentos públicos, comércio e serviços para suprir as demandas da população residente. Há que se verificar se a destinação de percentual para esses usos é suficiente.

Há estudo da CODHAB para a área, com a intenção de assentar população advinda de remoção, mas há esse conflito no repasse da área para a CODHAB.

Na ARINE Arniqueira uma série dois setores habitacionais já tiveram o processo de regularização finalizados, enquanto os depois já se encontram em estágio relativamente avançados do processo.

A área de oferta habitacional está dentro da poligonal da área da PMDF (AE1 - LUOS) parte do imóvel é de domínio da TERRACAP e parte do DF. A PMDF já solicitou parte da área para ampliar a Cavalaria, no entanto, há esse conflito, pois, a área consta no PDOT como de oferta habitacional de interesse social.

2.3.3 Meio Ambiente e Infraestrutura

A análise dos desafios, potencialidades e conflitos na UPT Central Adjacente II pelo Eixo MAI teve como foco as ocupações informais nas Unidades de Conservação (UC) e Zona Tampão da Reserva da Biosfera do Cerrado (RBC) e em Áreas de Proteção de Manancial (APM), destacando também a qualidade superficial da água dos corpos hídricos, o zoneamento das Áreas de Proteção Ambiental (APA), a demanda hídrica e grau de comprometimento da vazão outorgável para retirada; zoneamento e estratégias do PDOT vigente, em especial a de conectores ambientais e de ofertas habitacionais e diretrizes das Subzonas do ZEE-DF, bem como os riscos, em especial o de perda de área de recarga de aquífero.

Com relação às Área de Proteção de Manancial, a única que incide na UPT Central Adjacente II é a APM Bananal, onde foi constatado alto grau de comprometimento em decorrência da ocupação com características urbanas do assentamento 26 de Setembro. Cabe destacar, ainda, que o referido



assentamento também provocou degradação na UC da Floresta nacional de Brasília (FLONA) e ocupação informal na Zona Tampão da RBC.

Ainda com relação às Unidades de Conservação, cabe destacar que os remanescentes de vegetação nativa da UPT supracitada são considerados, conforme o zoneamento da APA do Planalto Central, Zona de Preservação da Vida Silvestre, que visa a proteção de recursos ecológicos e a integridade de ecossistemas.

Com relação ao ZEE-DF, a área do assentamento 26 de Setembro e uma parcela da RA SIA incide na SZSE 1. Esta subzona possui diretrizes de proteção de cursos hídricos, promoção de atividades relacionadas com a exploração de recursos da natureza e preservação das UC que incidem, tais como a FLONA e a Zona Tampão Reserva de Biosfera do Cerrado do Parque Nacional de Brasília. As demais partes da UPT Central Adjacente II estão inseridas na SZDPE 3, majoritariamente urbana, e que possui diretrizes de qualificação de infraestruturas, recuperação da qualidade de corpos hídricos, manutenção de remanescentes de vegetação nativa, fiscalização do parcelamento de chácaras e remediação e reabilitação do antigo lixão da Estrutural.

2.3.4 Mobilidade

A UPT Central Adjacente II concentra trechos de diversas rodovias federais e distritais estruturantes do traçado da Área Metropolitana de Brasília que, na região, tem tomado caráter urbano devido ao crescimento de ocupações lindeiras; são essas: BR-450/DF-003 – EPIA, BR-070/DF-095 – EPCL ou Via Estrutural, DF-085 – EPTG, DF-075 – EPNB, DF-079 – EPVP e BR-251.

Conforme levantamento realizado pelo Observatório Territorial/SEDUH⁴¹, a UPT Central Adjacente II é bem abrangida por Transporte Público Coletivo frequente, principalmente nos núcleos urbanos próximos à EPTG (Guará, Águas Claras e SIA) e à EPNB (Núcleo Bandeirante e Riacho Fundo); estes núcleos também são abrangidos por infraestrutura cicloviária existente ou projetada. Guará e Águas Claras são, além disso,, servidos por transporte de massa (metrô). Por outro lado, os núcleos urbanos de Arniqueira, Vicente Pires e SCIA/Estrutural apresentam baixa abrangência de TPC e infraestrutura insuficiente destinada à mobilidade ativa. PDTU prevê implementação de BRT ao longo das rodovias BR-070/DF-095 – EPCL e DF-085 – EPTG; linhas ainda não foram implantadas.

41 SEDUH, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Observatório Territorial. Disponível em: <<http://www.observatorioterritorial.seduh.df.gov.br/>>



Em relação ao perfil de deslocamento (METRÔ, 2017), a atual Região Administrativa Águas Claras (descrita na Pesquisa de Mobilidade Urbana do Distrito Federal – PMU-DF como “Águas Claras Vertical”) possui deslocamentos predominantemente realizados por transporte individual (TI), 66%, seguidos pelo transporte coletivo (TC), 20%, e o transporte ativo (TA), 13%. A região descrita como “Águas Claras” na PMU, hoje correspondente à Região Administrativa Arniqueira, possui deslocamentos também predominantemente realizados por TI, 57%, seguidos por TC, 23%, e TA, 20%. No Guará, há predominância, também, do TI, 60%, seguido por TA, 21%, e TC, 18%. Em Vicente Pires também predomina o TI, 73%, seguido por TC, 16%, e TA, 10%. Já na RA do SCIA/Estrutural, predominam os deslocamentos por TA, 44%, seguido por TC, 40%, com TI representando 16% dos deslocamentos. No SIA, há predominância do TI, 92%, com TC representando 5% dos deslocamentos e TA, 3%. No Riacho Fundo, TI representa 42% dos deslocamentos, com TC representando 31% e TA, 27%. No Núcleo Bandeirante, os deslocamentos por TI equivalem a 50%, por TA, 30%, e por TC, 19%.

Quanto ao destino das viagens, a PMU-DF (Metrô, 2017)⁴² constatou que, além das viagens realizadas em direção ao centro de Brasília, as Regiões Administrativas da UPT Central Adjacente II possuem deslocamentos expressivos entre si, especialmente nos pares SCIA/Estrutural-Guará, Águas Claras-Guará e Riacho Fundo-Águas Claras, conforme destacado na figura a seguir.

A análise dos desafios, potencialidades e conflitos na UPT sob a perspectiva do Eixo Temático Mobilidade teve como foco a inserção territorial e mobilidade; e o deslocamento e infraestrutura.

A EPIA configura importante eixo de escoamento de carga; em escala nacional, realiza conexão entre as rodovias radiais BR-010 (Belém-Brasília), BR-020 (Fortaleza-Brasília), BR-040 (Rio de Janeiro-Brasília), BR-060 (conectando a fronteira do Paraguai, no Mato Grosso do Sul, ao Distrito Federal) e BR-070 (conectando a fronteira da Bolívia, no Mato Grosso, ao Distrito Federal). Na escala regional, a EPIA realiza conexão entre o DF e diversos municípios goianos que compõem a Área Metropolitana de Brasília, potencializando relações econômicas na metrópole.

O desafio é que a rodovia configura barreira para pedestres e ciclistas nas ocupações urbanas lindeiras, havendo necessidade de humanização da via nas áreas urbanas, porém, em conflito com tráfego de veículos de carga, pois usos lindeiros à rodovia, a princípio, seriam de logística ou comerciais de grande porte (compatíveis à escala da rodovia) e de abrangência regional. A alteração em uso

42 METRÔ-DF & Consórcio PDOT/DF. Pesquisa de Mobilidade Urbana do Distrito Federal – PMU-DF. Brasília, 2017.



urbano (residencial e comercial) nas áreas lindeiras atrai atividades que conflitam ao pretendido em porte e abrangência.

A BR-070/DF-095 – Estrada-Parque Ceilândia ou Rodovia Estrutural configura um dos principais eixos de conexão entre a UPT Central Adjacente II e as Regiões Administrativas da UPT Oeste (Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Sol Nascente/Pôr do Sol e Taguatinga), os município de Águas Lindas (GO) e RA do Plano Piloto, porém, mesmo com alto volume de automóveis; não há medida de priorização ao TPC ou infraestrutura destinada à mobilidade ativa.

A EPTG é um dos principais eixos de conexão da UPT Central Adjacente II com Plano Piloto, SIA, Guará, Vicente Pires, Águas Claras, Taguatinga, Ceilândia e Pôr-do-Sol. A rodovia recebe alto volume de automóveis; apesar de possuir corredor exclusivo para ônibus, a conexão prioriza o transporte individual e o corredor exclusivo para TPC lindeiro ao canteiro central da rodovia, dificulta acesso aos ônibus. A rodovia configura barreira para pedestres e ciclistas em relação ao acesso ao TPC e à mobilidade ativa entre núcleos urbanos adjacentes.

A EPNB realiza conexão entre EPIA, Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Park Way, Arniqueira, Riacho Fundo I e II, Samambaia e Recanto das Emas; potencializando a integração entre as Regiões e com potencial para implementação de transporte de massa.

A EPVP realiza conexão transversal na UPT Central Adjacente II (sentido Norte-Sul), conectando os núcleos urbanos de Vicente Pires, Águas Claras, Arniqueira, Park Way e Riacho Fundo I; conecta, também, as rodovias EPNB e EPTG; possui potencial de melhor integração entre as Regiões Administrativas mencionadas.

A EPIA é uma rodovia que configura barreira para pedestres e ciclistas nas ocupações urbanas lindeiras. As travessias por passarelas são inadequadas e inseguras e as faixas de pedestres existentes não são integrada à malha urbana. Existe um conflito com os usos lindeiros à rodovia, pois a princípio, seriam de grande porte (compatíveis à escala da rodovia) e de abrangência regional.

O terminal implantado próximo à DF-003 – EPIA, rodovia estruturante do traçado da metrópole de Brasília e com alta conectividade. Concentra modos de TPC urbano (ônibus e metrô) e ônibus interestaduais. Potencial para integração entre modos e para Desenvolvimento Orientado pelo Transporte.

Águas Claras possui alta acessibilidade ao metrô. Estações são implantadas de maneira integrada à malha urbana, o desenho urbano permitiu implantação do eixo do metrô de maneira a evitar amplos vazios urbanos próximos aos trilhos e estações, porém, neste trecho, funciona em



tipologia de trincheira, por esse motivo, a travessia do eixo do metrô é impossibilitado devido aos trilhos e grades; passagens transversais para pedestres são poucas e subdimensionadas. Além disso,, passagens existentes acompanham travessias projetadas para automóveis, sem alternativas de passagem somente para pedestres.

Em Vicente Pires, a ocupação informal está consolidada e sem instalação de infraestrutura adequada para mobilidade e saneamento. A falta de infraestrutura destinada à drenagem urbana contribui para deterioração do sistema viário e consequente diminuição da acessibilidade, incluindo para transporte público.

A Via Transbrásília possui potencial para melhor integração entre áreas urbanas hoje separadas por linha de transmissão de energia de alta tensão. Foi planejada como via urbana humanizada, incentivando transporte ativo; e para potencializar o aproveitamento da infraestrutura metroviária existente, instalando atividades próximas às estações e ao eixo do metrô. Caso seja priorizado o automóvel e não seja implantada infraestrutura adequada para mobilidade ativa, como calçadas, ciclovias e travessias, Via Transbrásília pode configurar barreira entre bairros lindeiros.

A Rodoferroviária é implantada no ponto de cruzamento entre a DF-003 – EPIA e o Eixo Monumental, duas vias estruturantes do traçado urbano e com alta conectividade, concentrando fluxos diversos. A infraestrutura ferroviária já instalada, conectando a parte central de Brasília a municípios do Goiás possui potencial para melhor integração de transporte e mobilidade entre DF e população do entorno.

2.3.5 Ruralidades

A maior parte da UPT Central Adjacente II encontra-se em Zona Ecológica-Econômica de Dinamização Produtiva com Equidade – ZEEDPE, em Subzona de Dinamização Produtiva com Equidade 3 – SZDPE 3, que é *destinada à promoção da integridade ecológica do Lago Paranoá e de seus córregos tributários, com a garantia de quantidade e qualidade das águas do Lago Paranoá para usos múltiplos, por meio da manutenção da permeabilidade do solo, da proteção de nascentes, mediante o aporte de infraestrutura de saneamento ambiental e desenvolvimento de Atividades Produtivas de Naturezas, prioritariamente, N1, N2 e N3.* As demais áreas da UPT, em análise, se encontram em ZEEDPSE, Zona Ecológica-Econômica de Diversificação Produtiva e Serviços Ecosistêmicos, em Subzona de Diversificação Produtiva e de Serviços Ecosistêmicos 1 – SZSE 1, *que é destinada à garantia da*



produção hídrica em qualidade e quantidade, compatíveis com o abastecimento público e com o desenvolvimento de Atividades Produtivas de Naturezas, prioritariamente, N1 e N2;

Quanto à classificação das atividades, tem-se que a N1 são atividades que promovem a Economia da Conservação; N2 são atividades do setor primário da economia, respeitada a legislação de ordenamento territorial e de expansão, o desenvolvimento urbano e a capacidade de suporte ambiental do território e N3 atividades do setor terciário e secundário de pequeno porte da economia, não-segregadas dos demais usos, respeitada a legislação de ordenamento territorial e de expansão, o desenvolvimento urbano e a capacidade de suporte ambiental do território..

O eixo foi analisado considerando três classificações principais que estão ocorrendo mais frequência na Macrozona Rural da UPT Central Adjacente II: ocupação humanas com características urbanas ou características mistas; atividades urbanas; e atividades rurais próximas a intensa expansão urbana.

Em relação às ocupações humanas com características urbanas podemos encontrar parcelamentos do solo rural em módulos menores que 2ha, cujas atividades ali desempenhadas não se relacionam com as atividades típicas da ruralidade. Ou seja, são fracionamentos do solo cujo objetivo é exclusivamente se criar unidades imobiliárias de dimensões urbanas, visando à moradia. Observa-se que estas ocupações se configuram como um desafio a ser solucionado com relação às ocupações mais adensadas. As ocupações urbanas apresentam conflito com relação à questão das águas e deve ser avaliado em conjunto com os eixos de regularização e de meio ambiente e infraestrutura.

Quanto às atividades urbanas, envolvem atividades econômicas que demandam características morfológicas e/ou de localização para a sua implantação e que nem sempre são atendidas na Macrozona Urbana, levando-as a avançar para a Macrozona Rural. Destacam-se algumas tipologias mais recorrentes, que demandam características encontradas em zonas rurais. As atividades em destaque são: galpões logísticos, centros de distribuição, e atacadista. Todas as atividades destacadas demandam glebas de grandes proporções, que são encontradas nas zonas rurais, especialmente a baixo custo e tornam-se fortes atrativos para a pressão destas atividades sobre a Macrozona Rural. Possui proximidade com rodovia de escoamento de produtos e/ou de conexão com diversas regiões administrativas, tais como a DF 075 (EPNB). Esta Intenção é fortalecida por essa via apresentar potencial de conexão entre o Polo Multifuncional Samambaia e Polo Multifuncional



Metropolitana. De forma a corroborar com atividades de armazenamento e distribuição de mercadorias, nem sempre relacionadas a s atividades agropecuárias.

No que diz respeito às atividades rurais próximas a intensa expansão urbana, tratam-se daquelas desenvolvidas no campo e que são produtivas, mas sofrem com a pressão urbana. Sejam em Macrozona Rural como em Macrozona Urbana.

A análise do eixo, que resultou em demarcações de pontos no mapa, foi proveniente da observação da dinâmica territorial desta UPT. Os aspectos analisados foram as ocupações informais, a presença de galpões logísticos, as áreas de proteção de mananciais, o Plano de Ordenamento Territorial e o Zoneamento ecológico e produtivo definidos para essas áreas.

Foi considerado também o mapeamento de processos de viabilidade, que são encaminhados para anuência da SEDUH, e quais as características das atividades solicitadas. São um fator de alerta para a descaracterização da paisagem rural, uma vez que, em sua maior demanda, não são atividades com intuito de atender as comunidades rurais locais.

Um dos pontos das discussões, foi a Colônia Agrícola 26 de setembro, com intensa ocupação informal que descaracteriza uso e paisagem rural. Está inserida na APM Bananal. Está próxima a Unidades de Conservação Federais (Floresta Nacional de Brasília - FLONA e Parque Nacional de Brasília - PARNA). Na classificação do Zoneamento ambiental está na APA do Planalto Central: Zona de Proteção do Parna de Brasília e da Rebio da Contagem. Quanto Zona Ecológica-Econômica está inserida em ZEEDPSE, em subzona SZSE1. De acordo com o PDOT a área está situada em Zona Rural de Uso Controlado-ZRUC I.

Nesta área, anúncios de lotes à venda são vistos com frequência. Há ações recentes de derrubadas por parte do DF Legal de qualquer construção feita após março de 2020, conforme prevê o marco temporal e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 828 do STF, atualmente suspenso.

Outra questão, é a ARIE do Córrego Cabeceira do Valo que não está inserida em APM, e encontra-se em Unidade de conservação classificada como Área de Relevante Interesse Ecológico do Córrego Cabeceira do Valo. Quanto Zona Ecológica-Econômica está inserida em ZEEDPSE, em subzona SZSE-1 e, de acordo com o PDOT está situada em Zona Rural de Uso Controlado – ZRUC 1.

Outra questão, é a área que se encontra em Unidade de Conservação Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE do Córrego Cabeceira do Valo, possui característica rural mas sofre pressão urbana. Quanto à Zona Ecológica-Econômica está inserida em ZEEDPSE, em subzona SZSE-1 e, de



acordo com o PDOT está situada em Zona Rural de Uso Controlado – ZRUC 1. É uma área voltada principalmente para a horticultura e destinada para manutenção de atividades rurais existentes, bem como para preservação ambiental. A ocupação desenfreada no entorno, e consequências do lixão, desativado, caracterizam potencial comprometimento da qualidade da água.

Nas Colônias agrícolas Kanegae e Riacho Fundo há ocupações informais e intenso parcelamento do solo, descaracterizando a paisagem rural. A área não está em APM. Quanto à Zona Ecológica Econômica está inserida em ZEEDPE, subzona SZDPE-3. Encontra-se em Unidade de conservação classificada como Área de Relevante Interesse Ecológico da Granja do Ipê e Parque Ecológico do Riacho Fundo (APA do Planalto Central, Zona de Preservação de vida Silvestre). Na classificação do Zoneamento ambiental está em APA do Planalto Central, Zona de Uso Sustentável, Zona de Preservação de vida Silvestre e Zona de Conservação de Vida Silvestre. Apresentam várias ocupações informais: Condomínio Portal do Sol, Condomínio Fortaleza, Setor Placa da Mercedes, Condomínio Califórnia. Também apresenta pedidos de viabilidade para Galpão logístico: Atacadista e Centro de distribuição. Há solicitação de pavimentação asfáltica a NOVACAP na Placa das Mercedes, Av. Sucupira – próximo a ocupação Kanegae, e entre CAUB I e EC Ipê. De acordo com o PDOT a área está situada em PDOT: Zona Rural de Uso Controlado – ZRUC-8.

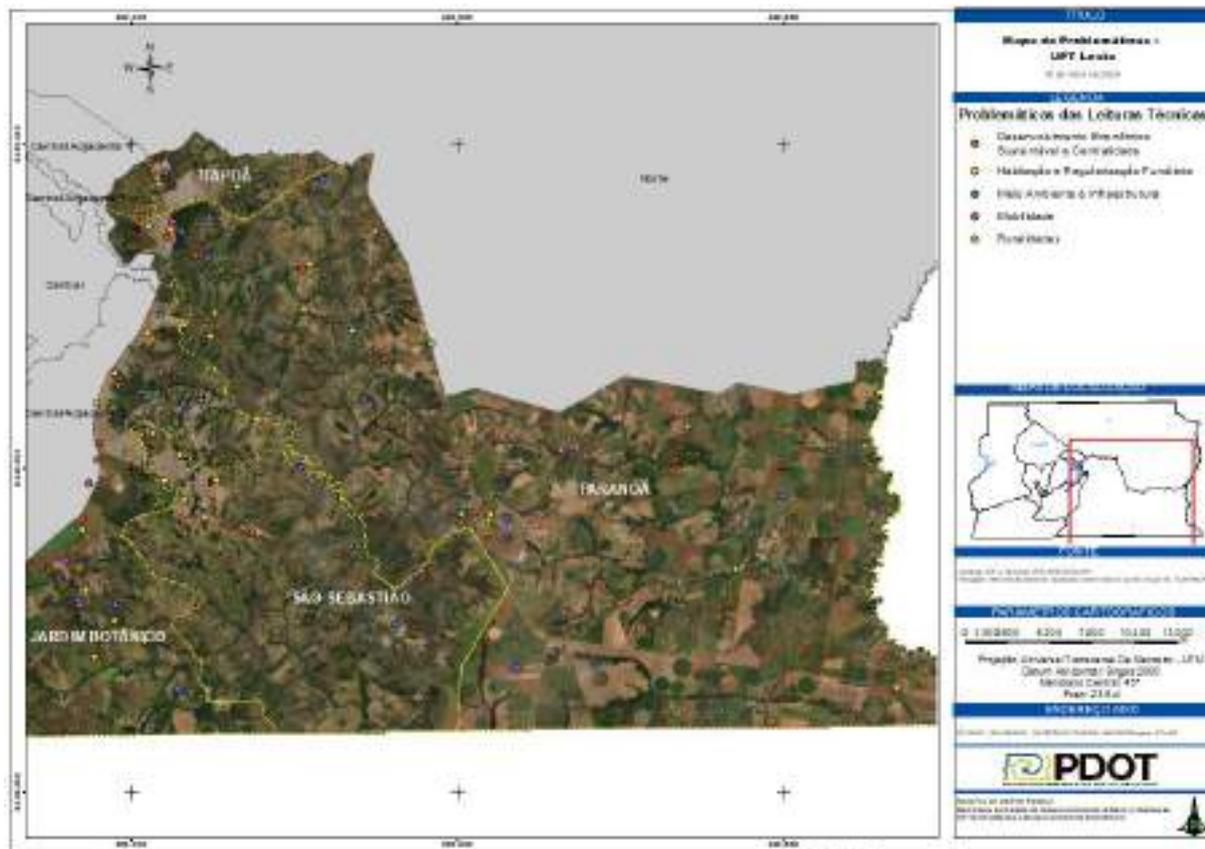
2.4 UPT LESTE

A **UPT Leste** é composta pelas Regiões Administrativas: RA VII – Paranoá; RA XIV – São Sebastião; RA XXVII – Jardim Botânico e RA XXVIII – Itapoã. No final, 73 pontos foram levantados na UPT Leste e estão representados no **Mapa 4**. O **Quadro 4** apresenta a lista de problemáticas, seu código ID, o eixo vinculado⁴³, se é uma potencialidade (Pot), Desafio (Des) e Conflito (Con), bem como a descrição.

43 Adotou-se neste quadro as siglas dos Eixos Temáticos para melhor legibilidade. As siglas de cada eixo são: Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (CTD), Habitação e Regularização (HAB), Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), Mobilidade (MOB) e Ruralidades (RUR).



Mapa 4 – Problemáticas UPT Leste.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Quadro 4 – Problemáticas por Eixo Temático na UPT Leste.

ID	EIXO	Pot.	Des.	Com.	Descrição
328	HAB	Não	Não	Sim	Crescimento de ocupações informais em área rural - de interesse social e interesse específico.
329	HAB	Não	Sim	Não	A RA Paranoá está consolidada sem registro cartorial.
330	HAB	Não	Não	Sim	Ocupações na franja de São Sebastião dentro da ARIE Mato Grande.
331	HAB	Não	Sim	Não	Crescimento desordenado de cupação informal (Capão Comprido, Morro da Cruz e Sobradinho dos Melos).
332	HAB	Não	Sim	Não	Ocupação informal em área de oferta habitacional de interesse social em execução (Crixá) - indica mudança de poligonal da área de oferta.
333	HAB	Não	Sim	Não	Empreendimentos de HIS de grande porte na tipologia de complexos habitacionais, com deficiência de equipamentos públicos (Mangueiral, Paranoá Parque, dentre outros).
334	HAB	Não	Não	Sim	Alta incidência de agrovilas na Macrozona rural da UPT (indícios de tendências e necessidade de monitoramento).
335	HAB	Não	Sim	Não	Ocupação informal de alta renda em área de oferta habitacional de interesse específico (condomínios Altiplano leste).
336	HAB	Não	Sim	Não	Estimulo a incidência de ocupação informal em áreas com DIUPE emitidas na DF-140, apesar da necessidade de diminuição de poligonal. O ZEE-DF indica a diminuição da poligonal do zoneamento do PDOT - zona de expansão e qualificação.
337	HAB	Não	Sim	Não	Incidência de ocupação urbana com tipologia de condomínios fechados (pressão



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

ID	EIXO	Pot.	Des.	Com.	Descrição
					para esse tipo de ocupação - necessário incentivar outras tipologias).
338	HAB	Não	Sim	Não	Obras recentes de duplicação da DF-140 mostra incentivo à ocupação da área.
339	HAB	Não	Sim	Não	Projeto da Terracap indica ocupação urbana na região da DF-140.
340	HAB	Não	Sim	Não	Ocupação informal em área de oferta habitacional de interesse social não executada (Residencial Bonsucesso).
341	HAB	Não	Sim	Não	Área de oferta habitacional de Interesse Social que teve a poligonal alterada por conta de ocupação irregular e consequente criação de ARIS (Setor Nacional / Vila do Boa).
342	HAB	Não	Sim	Não	Formação recente de centralidade, com intenso aumento da oferta de serviços (comércio) e implantação de equipamentos institucionais privados (colégio) - DF-001 e Avenida do Sol.
343	HAB	Não	Sim	Não	A UPT Leste tem 11.707 domicílios em déficit habitacional, 14,95% do total de domicílios da UPT.
344	HAB	Não	Não	Sim	Ocupação urbana (Altiplano leste/ Setor Habitacional São Bartolomeu; Jardim Botânico, Mangueiral, Paranoá e Itapoã) em zona com alto risco de perda de recarga de aquífero e de contaminação do subsolo, segundo ZEE-DF.
345	HAB	Não	Sim	Não	Alta concentração de emissão de DIUPE na região do Tororó, indicando uma forte tendência de ocupação urbana na área.
346	HAB	Não	Não	Sim	Ocupações informais na APM do São Bartolomeu.
347	MAI	Sim	Sim	Sim	APM da Bacia Rio São Bartolomeu (Parte Norte). Possibilidade futura de criar reservatório. Ocupação informal Ribeirão e Sobradinho dos Melos Qualidade superficial da água péssima (classe 4) e Rio São Bartolomeu qualidade superficial da água ruim (classe 3). Pedido alteração rural para urbano.
348	MAI	Sim	Sim	Sim	APM da Bacia Rio São Bartolomeu (Parte Sul) Possibilidade futura de criar reservatório. Ocupação informal Ribeirão Santo Antônio da Papuda qualidade superficial da água péssima (classe 4) e Rio São Bartolomeu qualidade superficial da água ruim (classe 3) pedido alteração rural para urbano.
349	MAI	Sim	Sim	Sim	APM Cachoeirinha alto comprometimento. Ocupação Informal. Qualidade superficial da água ótima (classe 0). Corrego Cachoeirinha. Recarga de aquíferos.
350	MAI	Sim	Sim	Sim	Refúgio de vida silvestre Cachoeirinha (em processo de criação Unidade de Conservação Proteção Integral) ocupações com características rurais no interior. Presença de ocupação informal. Vegetação nativa remanescente. Zona de ocupação de Especial de interesse ambiental. APA São Bartolomeu. Recarga Aquíferos.
351	MAI	Sim	Sim	Sim	Ocupação Informal em Unidade de Conservação APA bacia do Rio São Bartolomeu. Zona de ocupação de Especial de Interesse Ambiental.
352	MAI	Sim	Sim	Sim	Ocupação Informal em Unidade de Conservação APA bacia do Rio São Bartolomeu. Zona de Conservação da Vida Silvestre. Potencial de conector ambiental entre áreas núcleo RBC.
353	MAI	Sim	Sim	Sim	Ocupação Informal na Zona Tampão da Unidade de Conservação APA das Bacias do Gama e Cabeça-de-Veado e da RBC.
354	MAI	Sim	Sim	Sim	Ocupação Informal em Unidade de Conservação APA do Planalto Central. Zona de Uso Sustentável. Macrozona Rural PDOT. Recarga de Aquíferos.
355	MAI	Sim	Sim	Sim	Ocupação Informal em área de alto risco de perda de recarga de aquíferos.
356	MAI	Sim	Sim	Sim	Para cumprimento do ZEE-DF é necessário estudo para a redução da macrozona urbana do PDOT nas Subzonas 5 e 6 da ZEEDPSE, em face dos riscos ecológicos e das limitações no aporte de infraestrutura de saneamento ambiental e MOB.
357	MAI	Sim	Sim	Sim	Parâmetros da zona de contenção urbana desarticulados da realidade territorial. Necessário reavaliar os critérios ou a existência dessa zona.
358	MAI	Sim	Sim	Não	Poligonal ZEE-SZSE 6 do ZEE-DF destinada à proteção da integridade área-núcleo RBC, corredores ecológicos e conectores ambientais, por meio do controle da impermeabilidade do solo, assegurando, prioritariamente, as atividades N1 e N2 e usos compatíveis com os riscos ecológicos altos e colocalizados.
359	MAI	Sim	Sim	Sim	Poligonal SZSE 3 do ZEE-DF destinada à manutenção de recarga aquíferos; ao



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
 Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

ID	EIXO	Pot.	Des.	Com.	Descrição
					controle da contaminação de águas superficiais; à preservação e recuperação de áreas críticas para os corredores ecológicos; ao fortalecimento de atividades N1, N2 e N5, prioritariamente; e à implantação da ADP VII.
360	MAI	Sim	Sim	Não	Poligonal SZSE 5 do ZEE-DF destinada à proteção de vegetação nativa e dos corpos hídricos, por meio da compatibilização da produção de serviços ecossistêmicos com um padrão de ocupação do solo que promova a resiliência, asseguradas, prioritariamente, as atividades N1, N2 e N3.
361	MAI	Sim	Sim	Não	Poligonal SZSE 4 do ZEE-DF destinada ao adensamento produtivo prioritariamente por meio de atividades agropecuárias e agroindustriais de naturezas N2 e N5; asseguradas a eficiência e a eficácia na gestão hídrica e os baixos níveis de contaminação das águas subterrâneas.
362	MAI	Sim	Sim	Não	Poligonal do ZEE-SZDPE 7 do ZEE-DF destinada à qualificação urbana e ao aporte de infraestrutura, asseguradas, prioritariamente, as atividades N1, N2 e N3 e a garantia da gestão do alto risco de erosão e de assoreamento do Rio São Bartolomeu.
363	MAI	Sim	Sim	Não	Poligonal ZEE-SZDPE 6 do ZEE-DF destinada à intensificação e diversificação da atividade produtiva para garantia da geração de empregos e renda por meio desenvolvimento de atividades N3 e N4, prioritariamente; e à implantação da ADP IV, assegurados a qualificação urbana, o aporte de infraestrutura e a mitigação de riscos ecológicos.
364	MAI	Sim	Sim	Sim	Altas cargas potencialmente poluidoras de origem animal (rebanhos) nas unidades hidrográficas do baixo Rio São Bartolomeu, do Ribeirão Cachoeirinha e do Ribeirão Santana.
365	MAI	Sim	Sim	Sim	Demanda hídrica elevada para irrigação na Unidade Hidrográfica do alto Rio Samambaia.
366	MAI	Sim	Sim	Sim	Demanda hídrica elevada para Agricultura na Unidade Hidrográfica do Rio São Bartolomeu e na Unidade Hidrográfica do Ribeirão Papuda.
367	MOB	Sim	Não	Sim	Anel rodoviário. É desafio não ser um vetor de pressão urbana.
368	MOB	Sim	Não	Não	MOB ativa representa 39% dos deslocamentos da RA Paranoá.
369	MOB	Não	Sim	Sim	Baixo índice de acessibilidade, elevado tempo de viagem por TPC em relação ao automóvel; área isolada em relação ao transporte.
371	MOB	Não	Sim	Sim	Região não contemplada pelos planos de transporte e MOB - PDTU e PDTT (Jardim Botânico, São Sebastião). Região de difícil acesso pelo transporte de massa.
372	MOB	Não	Sim	Sim	Com exceção do Itapoã, não há Transporte Público Coletivo - TPC frequente.
373	MOB	Sim	Não	Sim	No Paranoá e Itapoã, há linha de VLT Urbano prevista pelo PDTT - Plano de Desenvolvimento do Transporte Público sobre Trilhos.
374	MOB	Não	Sim	Não	Anel de Atividades do PDOT/2009 necessita de qualificação. Não há desenvolvimento de atividades.
375	MOB	Não	Sim	Sim	A DF-140 está em processo de duplicação pelo DER. Vias de acesso descontínuas executadas pelo parcelador particular. Ocupação fragmentada. Transporte majoritário por automóvel. Área com muito conflito ambiental.
376	CDT	Sim	Não	Não	Tendência de Consolidação de uma centralidade de caráter regional no Paranoá.
377	CDT	Sim	Não	Não	Rodovia DF-015 possui potencial para instalação de atividades econômicas de maior porte.
378	CDT	Sim	Não	Não	Área de Proteção de Manancial - APM do Cachoeirinha e áreas adjacentes possuem potencial para se tornar uma unidade de conservação.
379	CDT	Não	Não	Sim	Polo Multifuncional - PM 7, próximo à área do Presídio Nacional. Rever a estratégia dos Polos Multifuncionais.
380	CDT	Não	Não	Sim	Poligonais da Estação Ecológica do Jardim Botânico, dos Polos Verde/de Artesanato e da faixa de domínio da Rodovia DF-001.
381	CDT	Não	Sim	Não	As Diretrizes Urbanísticas e os Projetos de Parcelamento devem reforçar as lógicas territoriais. DIUPE 09/21 - Expansão do Setor Habitacional Tororó estabelece que a UOS CSII3 nas rodovias porém não determina o RO1.
382	CDT	Não	Não	Sim	Ocupações informais em APM.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
 Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

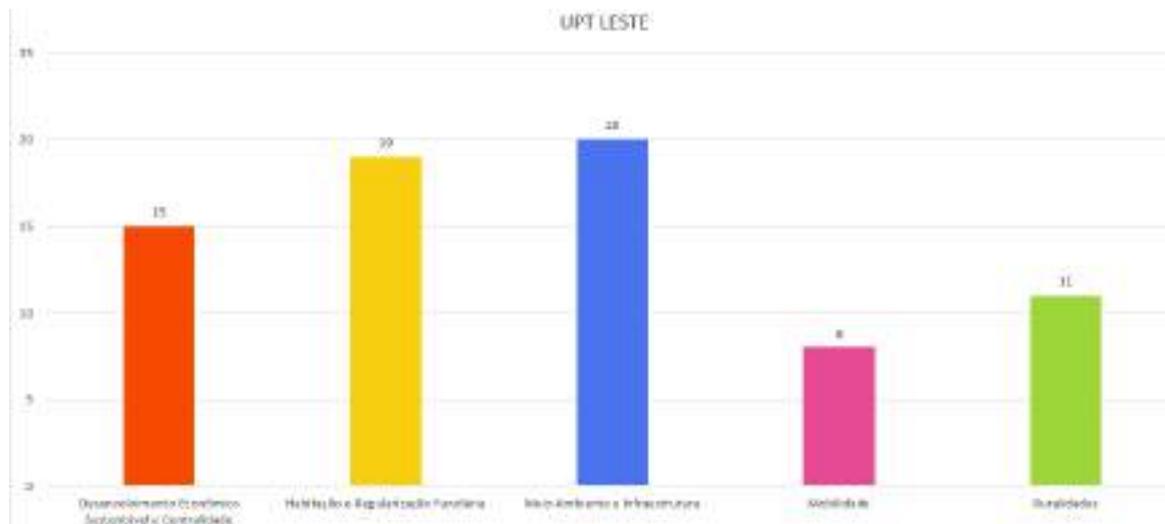
ID	EIXO	Pot.	Des.	Com.	Descrição
383	CDT	Não	Não	Sim	Ocupações informais na Macrozona Rural.
384	CDT	Sim	Não	Não	Área com potencial para instalação de atividades de turismo ecológico e rural.
385	CDT	Não	Não	Sim	Necessidade de revisão da Macrozona Urbana nas proximidades da DF-140 apontada no ZEE-DF, levando em consideração vetor de crescimento com empreendimentos habitacionais de grande porte, incluindo o Alphaville e Residencial Damha, em municípios goianos próximos.
386	CDT	Sim	Não	Não	Estímulo à produção rural na bacia do Rio Preto.
387	CDT	Sim	Não	Não	Fomento de atividades econômicas na região da ADP VII do ZEE-DF.
388	CDT	Não	Não	Sim	Demandas de alteração/manutenção de uso rural na região do Altiplano Leste, Sobradinho dos Mellos e Euler Paranhos.
389	CDT	Não	Não	Sim	Aeródromo localizado na Macrozona Rural que pode induzir a instalação de atividades com características urbanas.
390	CDT	Não	Não	Sim	Localização muito próxima às residências, dentro de Setores Habitacionais do PDOT/2009.
391	RUR	Não	Sim	Não	Urbanização intensa em Macrozona Rural. Morro da Cruz.
392	RUR	Não	Sim	Sim	Café sem troco. Risco de recarga média. Pedidos de Hotel Fazenda, tem escola em área rural, parcelamento, uso misto, painel solar. Necessário instrumentos para manter a zona como rural.
393	RUR	Não	Sim	Sim	Ocupações dentro de área de manancial e crescente parcelamento do solo, descaracterizando o uso rural.
394	RUR	Não	Sim	Sim	Núcleo rural Rajadinha/Condomínio Las Vegas. Campo de Murundu na proximidade, está em área de risco de recarga de aquífero médio e já há parcelamento.
395	RUR	Não	Não	Sim	Estudo de implementação ADP IV do ZEE-DF. Condomínio Euler Paranhos. Alguns terrenos do Incra com Galpões Logísticos para distribuição e montagem, não tem muito pedido de equipamento público. Alto risco de recarga de aquífero.
396	RUR	Não	Sim	Sim	Necessidade de planejamento hídrico frente a sua importância estratégica (São Bartolomeu).
397	RUR	Não	Sim	Sim	A DF-130 e entrocamento com DF-250 e DF-270. Vetor de intensificação do parcelamento IRREGULAR do solo.
399	RUR	Não	Sim	Sim	Adoção de práticas agropecuárias sustentáveis, eficiência no uso de água políticas públicas para a produção de serviços ecossistêmicos pelos produtores rurais. Observar os riscos altos de contaminação do subsolo diretriz do ZEE-DF.
400	RUR	Não	Sim	Sim	Grande concentração de pivô central próxima a divisa leste do DF (Paranorá e Planaltina) em torno do Rio Preto e plantio de soja. Agricultura de grande porte. Gleba no Paranoá produtora de energia solar.
401	RUR	Não	Sim	Sim	Adoção de soluções alternativas de esgotamento sanitário e manejo de águas pluviais que impliquem em menor impacto ambiental tanto em zona urbana e rural.
402	RUR	Não	Sim	Sim	ADP VII do ZEE-DF em fase de implantação. Relação entre o a ADP VII e as ocupações irregulares.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A UPT Leste teve ao total 73 problemáticas levantadas e o **Gráfico 4** apresenta os valores de problemáticas por eixos. O maior número de contribuições aparecem nos eixos Meio Ambiente e Infraestruturas e Habitação e Regularização Fundiária (20 e 19, respectivamente).



Gráfico 4 – Problemáticas por Eixo Temático na UPT Leste.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades dos 15 pontos, 40% são conflitos, apenas 7% desafios e 53% potencialidades⁴⁴. Dentre os conflitos se destaca a estratégia do Polo Multifuncional não implantada e próxima à área do presídio nacional, ao passo que é elencado apenas um desafio associado à expansão do Setor Habitacional Tororó e o uso previsto para a área. No recorte das potencialidades a área da UPT Leste destaca atividades econômicas atreladas a turismo ecológico e rural.

No eixo Habitação e Regularização da UPT Leste foram marcados 19 pontos, porém nenhuma problemática foi categorizada em potencialidade (0%), dividindo o grupo com 74% classificados como desafios e 26% como conflitos. Os conflitos do eixo evidenciam as questões entre ocupação informal e áreas ambientalmente sensíveis, destacando-se a expansão da mancha urbana sobre área rural. Os desafios também abarcam a ocupação informal que se repete na maior parte do DF, além da preocupação com a forma como a DF-140 será ocupada.

Assim como em outras UPT, para o eixo Meio Ambiente e Infraestrutura as problemáticas levantadas geralmente são categorizadas como conflitos, desafios e potencialidades ao mesmo tempo. Dos 20 pontos levantados, 100% das problemáticas foram consideradas potencialidades e desafios e 75% são conflitos. A única problemática não caracterizada como conflito são as subzonas apontadas

44 Frisa-se que uma mesma problemática pode ser classificada em mais de um componente ao mesmo tempo.



pelo ZEE-DF e a indicação das atividades⁴⁵. Os assuntos mais destacados para o eixo na UPT Leste são água (tanto a qualidade da água da região quanto a recarga de aquíferos) e o impacto de ocupações informais em áreas ambientalmente sensíveis.

No eixo Mobilidade foram apontados 8 pontos de problemáticas e 75% destes são conflitos, 62% desafios e 37% potencialidades. Nos conflitos se destaca os aspectos associados a Transporte Público Coletivo, como o elevado tempo em comparação ao automóvel e a ausência em algumas RA da UPT Leste. As potencialidades abordam a DF-140, anel viário e a mobilidade ativa. Já os desafios mostram a UPT com pouca inserção nos planos de transporte e mobilidade, além do anel de atividades previsto no PDOT vigente que precisa de qualificação.

No eixo Ruralidades foram levantadas 11 problemáticas com 91% classificadas como conflitos, 91% desafios e nenhuma potencialidade. Apenas a urbanização intensa no Morro da Cruz não foi classificada como conflito (apenas como desafio) e a implantação da ADP IV previsto no ZEE-DF e condomínios na região.

Sobre a UPT Leste, a partir do conteúdo de todas as Leituras Técnicas, observa-se uma preocupação com as ocupações informais e o crescimento desordenado. A região é importante do ponto de vista ambiental pelas questões vinculadas aos recursos hídricos (qualidade da água, demanda hídrica e cuidado com áreas de recarga de aquíferos) e produção rural. A seguir são apresentadas sínteses de cada eixo temático para a UPT em comento.

2.4.1 Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades

A análise dos desafios, potencialidades e conflitos na UPT Leste, sob a perspectiva do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, teve como foco os seguintes aspectos:

45 Segundo o ZEE-DF (Lei n.º 6269/2019), art. 9º Fica criada, no âmbito do ZEE-DF, a classificação de naturezas de atividades produtivas para fins de diversificação da matriz produtiva e localização de atividades econômicas no território, da seguinte forma: I - Atividades Produtivas de Natureza 1 - N1: atividades que dependam da manutenção do Cerrado e dos serviços ecossistêmicos associados para seu pleno exercício, tais como extrativismo vegetal, turismo rural e de aventura e atividades agroindustriais relacionadas; II - Atividades Produtivas de Natureza 2 - N2: atividades relacionadas a exploração de recursos da natureza, tais como agricultura, agroindústria, mineração, pesca e pecuária; III - Atividades Produtivas de Natureza 3 - N3: atividades em ambientes que não dependam diretamente da manutenção do Cerrado relacionadas a comércio e serviços como educação, saúde, telecomunicações, transporte e turismo; IV - Atividades Produtivas de Natureza 4 - N4: atividades relacionadas a exploração do potencial logístico do Distrito Federal, tais como armazenagem e transporte, localizadas preferencialmente nas extremidades da malha urbana ou contíguas às rodovias; V - Atividades Produtivas de Natureza 5 - N5: atividades relacionadas a transformação de matérias-primas e preferencialmente associadas a serviços tecnológicos de alto valor agregado, na forma de polos ou distritos, podendo demandar a implantação de infraestrutura.



Características Locacionais – decorrentes da localização estratégica ao longo das principais rodovias que fazem conexão com o Plano Piloto e municípios do entorno/regiões do País;

Desenvolvimento Econômico - áreas destinadas ao fomento econômico no PDOT vigente e no ZEE-DF;

Sistema de Centralidades – áreas estratégicas para consolidação e articulação de centros de diferentes hierarquias;

Conflitos de Uso do Solo - áreas com tendência de parcelamento para fins urbanos em zona rural ou em áreas suscetíveis ambientalmente e áreas com necessidade de ajustes no macrozoneamento ou com parâmetros de uso e ocupação do solo inadequados;

Obras e Intervenções - conjunto de intervenções públicas ou privadas, previstas ou em andamento, na UPT Leste.

A UPT Leste faz limite ao norte com Planaltina, Sobradinho, Sobradinho II e Lago Norte; ao sul com os municípios de Cristalina e Cidade Ocidental; ao leste com o município de Formosa; e a oeste com Lago Norte, Plano Piloto, Lago Sul e Santa Maria.

Os principais eixos de acesso da UPT Leste à área central do Plano Piloto são a (i) Estrada Parque Contorno –EPCT (Rodovia DF-001), através do Lago Norte e Asa Norte; e a (ii) Estrada Parque Dom Bosco –EPDB (Rodovia DF 025) que, por meio de uma das três pontes do Lago Sul dá de acesso ao Plano Piloto, adentrando pela Asa Sul. Com relação ao entorno, a Rodovia BR 251 é a principal ligação com o município de Unai (MG).

Merece destaque ainda a Rodovia DF 140, que tem sido objeto de diversos empreendimentos residenciais e a Rodovia DF 015 que apresenta potencial para instalação de atividades econômicas de maior porte.

O PDOT vigente, no âmbito das diretrizes setoriais para o desenvolvimento econômico previu a delimitação de duas Áreas Econômicas (AE) na UPT Leste: a Área de Desenvolvimento Econômico – ADE de São Sebastião e o Polo Verde parte inserido na UPT Leste e parte na UPT Central Adjacente I.

A ADE de São Sebastião foi objeto do Projeto de Parcelamento URB – MDE 114/2009, que promoveu a adequação de diversas ocupações existentes no núcleo urbano de São Sebastião, encontrando-se atualmente consolidada, com diversos empreendimentos de pequeno porte em funcionamento.

O Polo Verde foi previsto em ambas as margens da Rodovia DF 001, tanto nas proximidades da Escola de Administração Fazendária – ESAF e da Estação Ecológica do Jardim Botânico quanto do



Setor Habitacional Jardim Botânico. O Polo Verde juntamente com o Polo de Artesanato abarca um comércio bastante dinâmico que atrai a população dos diversos condomínios localizados nas suas imediações. A poligonal desta Área Econômica necessita ser revista e adequada na porção lindeira à Estação Ecológica do Jardim Botânico e em relação à faixa de domínio da Rodovia DF 001.

Em meio a estratégia de implantação de Polos Multifuncionais, que objetivava fomentar no território subcentralidades vinculadas à acessibilidade decorrente da rede Estrutural de Transporte Coletivo, o PDOT previu a instalação do Polo Multifuncional de São Sebastião - PM 7 no encontro da Rodovia DF 001 com a via de acesso a São Sebastião. A opção pela localidade veio da necessidade de prover a região dos condomínios residenciais com atividades de comércios e serviços e do núcleo urbano de São Sebastião com postos de trabalho. O PM 7 não foi implantado e deve ser reavaliado juntamente com todos os demais pontos que compõem a Estratégia dos Polos Multifuncionais.

De acordo com o ZEE-DF, a maior parte da UPT Leste está inserida na Zona Ecológico-Econômica de Diversificação Produtiva voltada aos Serviços Ecosistêmicos⁴⁶ - ZEEDPSE, que é aquela destinada a assegurar atividades produtivas que favoreçam a proteção do meio ambiente, a conservação do Cerrado remanescente e a manutenção do ciclo hidrológico.

De modo geral, nos domínios da UPT Leste, a ZEEDPSE se subdivide predominantemente em 2 subzonas: a SZSE 3 (bacia do São Bartolomeu) e a SZE4 (bacia do Rio Preto).

A Região da bacia hidrográfica do Rio Preto é onde ocorre a maior produção agropecuária comercial do DF, sendo imprescindível promover a adoção de práticas agropecuárias mais sustentáveis. Já a região da bacia do São Bartolomeu, mais suscetível ao parcelamento informal, apresenta potencial para instalação de atividades relacionadas ao turismo ecológico, rural gastronômico e de aventura.

O ZEE-DF estabeleceu, ainda, nos limites da UPT Leste a Área de Desenvolvimento Produtivo – ADP VII Região Centro – Leste, voltada para a agregação de valor à produção agropecuária existente

⁴⁶ Serviços ecossistêmicos são bens e serviços fornecidos a partir dos sistemas naturais que beneficiam e mantêm o bem-estar das pessoas.



por meio da promoção de atividades N547, vinculadas a atividades N248, com o intuito de impulsionar a desconcentração de emprego e renda, priorizando os investimentos do Setor Público.

As demais porções da UPT Leste, situadas em macrozona urbana, estão inseridas na Zona de Dinamização Produtiva com Equidade – ZEEZDPE que pode ser subdividida, a grosso modo, nas três subzonas: SZDPE 7 (no entorno do núcleo urbano de São Sebastião e RA do Jardim Botânico), SZDPE 6 (no Itapoã) e SZDPE 5 (no Paranoá).

Observa-se a tendência de consolidação de uma centralidade de caráter regional no Paranoá, com a presença de diversas atividades comerciais e de prestação de serviços que atendem contingentes populacionais do Lago Norte, Varjão, Itapoã, São Sebastião, Jardim Botânico e Lago Sul.

As atividades comerciais instaladas ao longo da Rodovia DF 001, próxima aos setores habitacionais do Jardim Botânico também exercem o papel de uma centralidade com caráter bem mais local voltada para o atendimento da população que mora nos condomínios residenciais e imediações.

A UPT Leste possui grande parte de seu território inserido em Macrozona Rural (82,40%), sendo na RA do Paranoá o maior percentual. Em diversos pontos da macrozona rural, sobretudo nos limites da Zona Rural de Uso Controlado na região da bacia hidrográfica do Rio São Bartolomeu, o parcelamento informal do solo para fins urbanos se faz presente, a exemplo da região do Café Sem Troco em Zona Rural de Uso Diversificado e de Sobradinho dos Melos em Zona Rural de Uso Controlado.

A pressão para o uso urbano também ocorre em áreas sensíveis ambientalmente, a exemplo das Áreas de Proteção de Manancial – APM do São Bartolomeu, delimitadas sob o perímetro dos futuros reservatórios para abastecimento de água e do Cachoeirinha, onde incide grande parte do núcleo urbano do Itapoã. A região da APM do Cachoeirinha, na confluência das rodovias DF 250, DF 001 e DF 456, apresenta potencial para criação de uma unidade de conservação.

A região próxima do Altiplano Leste, fora dos limites do Setor Habitacional delimitado no PDOT e de Sobradinho dos Melos tem apresentado demanda tanto pela alteração do uso rural como para sua manutenção.

47 Atividades Produtivas de Natureza 5 – N5: atividades relacionadas a transformação de matérias-primas e preferencialmente associadas a serviços tecnológicos de alto valor agregado, na forma de polos ou distritos, podendo demandar a implantação de infraestrutura.

48 Atividades Produtivas de Natureza 2 – N2: atividades relacionadas a exploração de recursos da natureza, tais como agricultura, agroindústria, mineração, pesca e pecuária;



Dentre os diversos aeródromos presentes nesta UPT (Lamarão, Coperbrás, Coopadf, Brasília e Piquet), dois merecem destaque: (1) o Aeródromo Brasília/Botelho, localizado em São Sebastião, na Área Isolada Cava de Cima n.º 03, às margens da BR251, em porção da Zona Rural de Uso Controlado; e (2) o Aeródromo Piquet, localizado em Zona Urbana de Uso Controlado II, parcialmente nos limites do Setor Habitacional Jardim Botânico.

O empreendimento anunciado pela Terracap para o Aeródromo Brasília/Botelho, hoje utilizado apenas para voos não comerciais de pequeno porte, consiste na instalação de um novo Aeroporto Executivo associado a atividades com características urbanas, a exemplo de um polo logístico com áreas residenciais, o que vem causando preocupação por poder vir a induzir a expansão urbana em direção ao Café sem Troco.

O Aeródromo Piquet também causa inquietação dada a sua localização muito próxima às residências do Condomínio Solar de Brasília.

Também nos limites da Zona Rural de Uso Controlado encontra-se o Complexo Penitenciário Nacional, localizado nas proximidades da área de oferta habitacional denominada Expansão do Mangueiral.

Existe a necessidade de se revisar a Macrozona Urbana nas proximidades da Rodovia DF 140, conforme apontado no ZEE-DF, levando-se em consideração o vetor de crescimento alavancado por empreendimentos habitacionais de grande porte, incluindo o Alphaville e Residencial Damha, em Goiás e as obras de duplicação desta rodovia.

As Diretrizes Urbanísticas e os Projetos de Parcelamento devem buscar reforçar as lógicas territoriais almejadas evitando-se assim diversos conflitos futuros de uso e ocupação do solo. Um exemplo disto, vemos nas Diretrizes Urbanísticas Específicas - DIUPE 09/21, aplicáveis à Expansão do Setor Habitacional Tororó, que definem a localização da UOS CSII3 ao longo das rodovias, porém não estabelecem vedação para a UOS RO1 neste local.

Existe previsão de implantação do BRT Corredor Leste (Expresso Leste), cujas principais vias são a Estrada Parque Contorno –EPCT e a Estrada Parque Dom Bosco –EPDB, além das pontes de acesso ao Plano Piloto, o que deve facilitar o tempo de deslocamentos dos usuários e qualidades dos veículos de transporte.

As obras de duplicação da rodovia DF 140, em andamento, reforçam ainda mais o vetor de crescimento com empreendimentos residenciais em direção ao entorno.



2.4.2 Habitação e Regularização Fundiária

A análise dos desafios, potencialidades e conflitos na UPT Leste - onde estão inseridas as RA Paranoá, Itapoã, São Sebastião e Jardim Botânico - sob a perspectiva do Eixo Temático Estratégias de Habitação e Regularização Fundiária teve como foco os aspectos ocupações informais em áreas rurais e/ou ambientalmente sensíveis, proliferação de ocupações informais para fins de moradia em zona rural e pressão para expansão da macrozona urbana; ocupações para fins de moradia localizadas em APM, ARIE e áreas com outras com outras vulnerabilidades ambientais; características do modelo urbano estabelecido que são a ocorrência de empreendimentos de HIS de grande porte e com deficiência de oferta de equipamentos públicos; reprodução de ocupação urbana na tipologia de condomínios fechados; tendência de expansão da ocupação urbana que parcelamentos e obras de urbanização recentes e indícios de ocupação futura.

Além dos pontos mapeados como desafios, potencialidades e conflitos, a análise deste eixo também levou em consideração aspectos gerais que são intrínsecos ao provimento habitacional e à regularização fundiária. A este respeito é importante citar que a UPT Leste representa 11,37% déficit habitacional de todo DF. No entanto, em relação ao total de domicílios da própria UPT, 14,95% deles estão em déficit habitacional, o que significa 11.707 unidades habitacionais, em números absolutos.

Em relação à Estratégia de Regularização Fundiária Urbana (Seção IV) e à Estratégia de Oferta Habitacional (Seção V) PDOT, cabe elencar as áreas citadas na Lei, para fins de quantificação e mensuração das poligonais já previstas e destinadas ao uso habitacional nesta UPT.

Antes de elencar as áreas pertencentes a Estratégia de Regularização Fundiária, vale destacar que todas as áreas consolidadas das RA localizadas nessa UPT surgiram de ocupações irregulares e desordenadas que se estabeleceram posteriormente. Existem 6 Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS Itapoã I, ARIS Vila do Boa, ARIS Estrada do Sol, ARIS Morro da Cruz, ARIS Morro da Cruz II e ARIS Capão Comprido II) e 17 Áreas de Regularização de Interesse Específico (ARINE Itapoã, ARINE La Font, ARINE Taquari III (a maior parte), ARINE Altiplano Leste I, ARINE Altiplano Leste II, ARINE São Bartolomeu (condomínios Jd. Bot. – já consolidado – somente o Etapa I- VILLE DE MONTAGNE), ARINE Jardim Botânico (condomínios Jd. Bot. – já consolidado – somente Etapas I,II e IV), ARINE Estrada do Sol I, ARINE Estrada do Sol II, ARINE Estrada do Sol III, ARINE Mônaco, ARINE Tororó I, ARINE Tororó II, ARINE Tororó III, ARINE Tororó IV, ARINE Tororó V e ARINE Tororó VI)



É essencial destacar o grande número de ARINE nesta UPT, o que demonstra a pressão por ocupação urbana que as classes média e alta têm feito na região, com quantidade notável de condomínios cercados.

Além das estratégias do PDOT, elencadas acima, também cabe citar que existe um grande número de DIUPE emitidas na UPT, o que indica um interesse em parcelar o local da diretriz e, conseqüentemente, a tendência de ocupação urbana da área como um todo.

Feita esta contextualização inicial, a seguir apresenta-se os pontos identificados nesta UPT e categorizados como “potencialidades”, “desafios” e “conflitos”. Estes aspectos foram demarcados nos mapas a seguir, na forma de 19 pontos, conforme explicitado na sequência:

Há incidência de ocupações informais em área rural (Café Sem Troco, Capão Seco, Sobradinho dos Melos, Condomínio Las Vegas) principalmente na RA Paranoá. Contudo é possível observar que a maioria das ocupações mapeadas não perderam suas características rurais por completo, indicando que ainda é possível conter a ocupação urbana. Porém é necessária atenção à essas ocupações, já que seu crescimento tem ocorrido muito rapidamente, o que pode mudar essas características rurais.

Ocupação com características de baixa renda adentrando a poligonal da ARIE Mato Grande. A denominada Comunidade Vila Green está crescendo no interior do Parque. Além disso,, existe pressão pela proximidade e ampliação das ocupações das ARIS Estrada do Sol e ARIS Morro da Cruz.

Mapeamento de agrovilas indica necessidade de monitoramento dessas ocupações, com o intuito de controlar o adensamento ou expansão. (Olhando no mapa encontrei apenas um caso – DIREG analisar se o ponto é válido)

Ocupações urbanas como os condomínios do Altiplano Leste/Setor Habitacional São Bartolomeu (informais), os condomínios do Jardim Botânico, o Mangueiral, Paranoá e Itapoã, estão localizadas em áreas categorizadas como: (i) de alto risco ecológico de perda de área de recarga de aquífero (Mapa 5, Anexo Único do ZEE-DF) e (ii) de alto risco ecológico de contaminação do subsolo (Mapa 7, Anexo Único do ZEE-DF).

Ocupações com adensamento incipiente, porém em progressão, como Sobradinho dos Melos e o conjunto de chácaras do Núcleo Rural Capão Comprido, localizadas na APM do São Bartolomeu.

Alastramento da monocultura na região mais a leste da UPT, o que contribui com a perda da cobertura vegetal natural, juntamente com a ocupação urbana.

Os condomínios do chamado Altiplano Leste ocupam grande parte da área de oferta habitacional São Bartolomeu, destinada a qualquer faixa de renda (sem destinação obrigatória ou



zoneamento para interesse social), impossibilitando o Estado de licitar e vender suas terras conforme seu planejamento.

A propagação da ocupação informal no Crixá, ZEIS de oferta habitacional definida no PDOT, fez com o que se “perdesse” 1.226 unidades habitacionais previstas no projeto urbanístico original da área. Na imagem de satélite é possível observar que as ocupações informais tomam aproximadamente metade da poligonal delimitada originalmente, forçando a alteração da área de oferta habitacional e a transformação desta parte em área de regularização.

No caso descrito acima, do Crixá, a área ocupada ainda não foi delimitada como Área de regularização fundiária no PDOT. No entanto, este ponto trata das áreas que já tiveram suas definições alteradas. É o caso da área de oferta habitacional denominada Setor Nacional, ainda não executada, onde a ocupação informal também ocupou uma parte da sua poligonal. Com isso, em 2021 a área de oferta habitacional foi alterada e a parte ocupada se transformou na ARIS Vila do Boa, que engloba esse pedaço do Setor Nacional e mais uma parte externa à área de oferta.

Início de ocupação informal com características de baixa renda dentro da poligonal da área de oferta habitacional Residencial Bonsucesso, prevista no PDOT, que ainda não teve seu processo de execução iniciado. É necessário conter, pois, caso contrário, possivelmente o projeto urbanístico da área terá de se adaptar as ocupações.

O projeto urbanístico do Paranoá já foi aprovado, porém seu processo de regularização ainda está em andamento, estando em fase de aguardo de cumprimento de algumas exigências.

Ocorrência de empreendimentos habitacionais promovidos e executados pela Política de Habitação de Interesse Social do DF que seguem o padrão de grandes complexos quase exclusivamente de moradia ou com atrasos relevantes na implantação dos equipamentos públicos previstos no projeto da área. Este modelo não proporciona o acesso ideal a serviços urbanos e tampouco a qualidade de vida dos residentes.

Disseminação de ocupação urbana por condomínios de acesso controlado em quase toda a UPT, principalmente no Jardim Botânico – “centro”, Altiplano Leste/SH São Bartolomeu e região do Tororó – e, em menor quantidade, no Itapoã. Modelo que também reproduz uma cidade segregada, pouco sustentável pela baixa densidade e uma malha urbana fragmentada.

Há ocorrência de parcelamentos informais já bastantes consolidados, principalmente nas RA São Sebastião e Jardim Botânico (Capão Comprido e Bela Vista, Condomínios do Altiplano Leste, Condomínio Mini Chácaras). Essas ocupações têm crescido rapidamente devido à especulação



imobiliária. É possível observar que as ocupações de baixa renda apresentam alta densidade e os de alta renda a tipologia de condomínios fechados.

A DIUR 07/2018 criou um sistema estruturante na área do Jardim ABC, Setor Habitacional Tororó e redondezas, o que traz um aumento no número de ocupações irregulares e de especulação imobiliária, já que muitas pessoas vão em busca de imóveis que possam valorizar e pelo grande número de áreas vazias no decorrer das DF-001 e BR-251.

Recentemente foram realizadas obras de duplicação e melhorias na DF-140, o que indica uma tendência de ocupação para fins de moradia ao longo da via, além de estimular essa ação por facilitar o acesso a região. Possivelmente, também irá promover maior integração com o município goiano Cidade Ocidental e com os empreendimentos de alta classe, Alphaville e Residencial Dhama, ali localizados. É bastante provável que, com essas melhorias na DF-140, residentes do DF migrem para estes empreendimentos mesmo realizando todas as demais atividades cotidianas e utilização de serviços urbanos no DF.

O desenvolvimento do projeto básico do Centro Urbano do Tororó pela TERRACAP também indica tendência de ocupação urbana da área e, se executado, provavelmente estimulará a urbanização de toda a região.

Assim como os pontos anteriores, este também trata de mais um indício de ocupação urbana da área do Tororó. Existem 93 DIUPE emitidas para a região desde 2015, em glebas ou áreas de diferentes tamanhos. Como dito, a emissão da DIUPE não garante que o parcelamento vá acontecer e ainda que algumas dessas já não tenham mais validade, é um indicador do interesse na ocupação da área.

A ocupação do Jardim Botânico se iniciou com condomínios exclusivamente habitacionais e em sua maioria Irregulares e, após a efetiva consolidação e expectativa de regularização, foi continuada com a implantação de comércios locais, que depois foi se ampliando e mais recentemente já há ocorrência de equipamentos institucionais de médio porte. Esse trajeto da ocupação do Jardim Botânico é importante de ser observada, dado que pode ser um caminho comum para as outras ocupações iminentes no DF.

2.4.3 Meio Ambiente e Infraestrutura

A análise dos desafios, potencialidades e conflitos na UPT Leste pelo Eixo MAI teve como foco as ocupações informais nas Unidades de Conservação (UC) e Zona Tampão da Reserva da Biosfera do



Cerrado (RBC); em Áreas de Proteção de Manancial (APM) e na Macrozona Rural (com pressão para alteração de zoneamento). Destacando também a qualidade superficial da água dos corpos hídricos, o zoneamento das Áreas de Proteção Ambiental (APA), a demanda hídrica e grau de comprometimento da vazão outorgável para retirada, a avaliação das cargas potencialmente poluidoras (pontuais e difusas) nas Unidades Hidrográficas; zoneamento e estratégias do PDOT vigente, em especial a de conectores ambientais e de ofertas habitacionais e diretrizes das Subzonas do ZEE-DF, bem como os riscos, em especial o de perda de área de recarga de aquífero.

Quanto as APM, destaca-se a APM Taquari, que foi identificada com médio comprometimento, e a APM Cachoeirinha, com alto comprometimento, ambas em decorrência de ocupações informais. A APM São Bartolomeu (parte norte e sul) possui baixo comprometimento, o que reforça sua potencialidade como possibilidade futura de criação de um reservatório de abastecimento hídrico.

Nesse sentido, destaca-se na UPT Leste a alta demanda hídrica em função dos usos do solo para agricultura, principalmente na bacia do rio Preto, onde foi constatado alta incidência de pivôs centrais de irrigação. Associado aos usos do setor primário, também incorre na área alta carga poluidora, com risco de contaminação do solo e de aquíferos, em função do uso de defensivos agrícolas e dejetos de origem animal.

Em relação às ocupações informais, foram identificados diversos focos sobre as UC Refúgio de Vida Silvestre (RVS) Cachoeirinha, APA do Gama e Cabeça-de-Veados, RBC e no entorno das áreas de regularização. Por consequência, há o comprometimento de diversas áreas de alto risco de perda de recarga de aquífero.

Considerando o ZEE-DF, a UPT Leste está inserida entre duas subzonas, a SZSE 3 e SZSE 4. Ambas estão inseridas em um contexto majoritariamente rural e com focos de ocupações informais espalhadas pelo território, contudo a primeira está inserida na APA do Rio São Bartolomeu, área prevista no PDOT como futura área de abastecimento hídrico, e a segunda na APA do rio Preto, onde o uso rural é consolidado e intensivo.

A SZSE 3 possui diretrizes de proteção dos recursos hídricos, fortalecimento de atividades de baixo impacto e manutenção de áreas de recarga de aquífero. Em função do uso para o setor primário, a SZSE 4 é voltada à verticalização da produção agrícola, mas garantindo adequada gestão hídrica e a proteção contra a contaminação de do solo e de águas superficiais e subterrâneas.



2.4.4 Mobilidade

Os núcleos urbanos da UPT Leste são estruturados, primariamente, ao longo da DF-001 – EPCT (Estrada Parque Contorno), sendo que o Lago Paranoá, e a própria barragem, divide os núcleos que têm mais relação com a porção central-norte do território (Paranoá e Itapoã) e os núcleos que têm mais relação com a porção central-sul (São Sebastião e Jardim Botânico).

Todos possuem em comum o fato de se ligarem ao centro do DF pelas pontes sobre o Lago. Essa característica confere um caráter isolado aos núcleos, que não são atendidos por linhas estruturantes de transporte de massa (BRT, VLT ou metrô), sejam elas existentes ou previstas. Também são áreas com pobre atendimento de transporte público coletivo frequente.

Em relação ao perfil de deslocamento (METRÔ, 2017), o Jardim Botânico, de maior renda per capita, possui deslocamentos predominantemente realizados por transporte individual (TI), 88%, sendo transporte coletivo (TC) 06%, e transporte ativo (TA) 04%. Em São Sebastião, o TI corresponde a 37%, seguido pelo TC com 33%, e o TA com 28%. No Itapoã, a maior parte é realizada por TC, 41%, seguida por TI com 31%, e TA com 26%. No outro extremo, o Paranoá se destaca pela representatividade dos deslocamentos por TA que correspondem a 40% do total, seguindo por TC com 34%, e TI com 25%.

Em relação ao destino das viagens, a Pesquisa de Mobilidade Urbana do Distrito Federal – PMU-DF (Metrô, 2017)⁴⁹ constatou que além das viagens realizadas para fora da UPT, há um significativo deslocamento entre Paranoá – Itapoã, realizado por TC (53%) e TI (32%), caracterizando uma relação entre os dois núcleos.

A seguir são apresentadas análises de especificidades e sua descrição, classificadas quanto ao tipo de problemática – desafio ou potencialidade, e se há conflito identificado.

A análise dos desafios, potencialidades e conflitos na UPT sob a perspectiva do Eixo Temático Mobilidade teve como foco a inserção territorial e mobilidade; e o deslocamento e infraestrutura.

O Anel Rodoviário do DF é formado pelas rodovias BR-251, DF-270 e DF-100 na UPT Leste, inseridas em zona rural, constitui uma infraestrutura de deslocamento de mercadorias que, apesar de não serem as principais do DF (BR-251 é a principal ligação com Unai-GO) possuem o desafio de não se tornarem vetores de pressão urbana e conseqüente conflito de ocupação em zona rural e impacto no meio ambiente.

49 METRÔ-DF & Consórcio PDOT/DF. Pesquisa de Mobilidade Urbana do Distrito Federal – PMU-DF. Brasília, 2017.



As ocupações urbanas situadas nas RA Jardim Botânico e São Sebastião possuem baixo índice de acessibilidade, resultado da inserção territorial isolada em relação ao transporte e conexões, resultando num elevado tempo de viagem por transporte público coletivo - TPC em relação ao automóvel e sendo agravado pela baixa frequência deste. Um fator conflitante, é a extensão da zona urbana e novos parcelamentos de baixa densidade na RA Jardim Botânico acentuam a dispersão da mancha ocupada apesar das restrições quanto à infraestrutura de transporte e de eixos de deslocamento.

As RA Jardim Botânico e São Sebastião não são contempladas pelos Planos de Transporte e Mobilidade - PDTU e PDTT. É uma região de difícil acesso pelo transporte de massa.

Existem estudos que prevêem zona Aeroportuária, de Eventos, Comercial e Hoteleira. Terracap solicita alteração de zoneamento rural para urbano. Porém, seria necessária a conversão de área rural em urbana, haveria impacto no preço das terras da região, local pouco acessível ao DF e espraiamento da mancha urbana.

A predominância de deslocamentos a pé e por bicicleta (39% dos deslocamentos) – mobilidade ativa – na RA Paranoá é um indicador de sustentabilidade, boa acessibilidade, diversidade de uso e inserção urbana das facilidades, conferindo potencial de fortalecer um perfil de cidade sustentável.

Com exceção do Itapoã, as demais RA não possuem transporte público coletivo - TPC frequente, ou seja, com intervalo inferior a 7,5 minutos. Essa característica causa maior tendência ao uso e dependência do automóvel e, conseqüentemente, maior impacto negativo na infraestrutura viária e no meio ambiente.

No Paranoá e Itapoã, há linha de VLT Urbano prevista pelo PDTT - Plano de Desenvolvimento do Transporte Público sobre Trilhos, para o cenário de longo prazo, 20 anos. (*Corredor de VLT de conexão do bairros Lago Norte, Taquari, Paranoá e Itapoã à Área Central, assim como ligação da região até Sobradinho e Eixo Norte por meio de ramal*). Porém, a implantação do VLT Paranoá-Itapoã necessita da implantação da 2ª ponte do Lago Norte e desenvolvimento do Taquari.

O Anel de Atividades V – Jardim Botânico-São Sebastião do PDOT não se consolidou como de atividades, mas como via conectora. Na “Estrada do Sol”, há restrição à implementação de melhorias em função da reduzida caixa da via. A via não parece ter vocação para atividades em função da característica dos parcelamentos implantados, fechados em condomínio.

A rodovia DF-140 está em processo de duplicação pelo DER, o que pode melhorar a acessibilidade da região. No entanto, as vias de acesso aos parcelamentos são descontínuas e



executadas pelo particular, resultado da ocupação fragmentada. O perfil de deslocamento da população residente é majoritariamente por automóvel, reforçado pelo desenho urbano e causando pressão no sistema viário.

2.4.5 Ruralidades

O eixo ruralidades foi analisado considerando três classificações principais que estão ocorrendo mais frequência na Macrozona UPT Central Leste I, que são as ocupações humanas com características urbanas ou características mistas. Essas, são ocupações voltadas para moradia, em parcelas do solo menores que 2ha, sem vinculação com as atividades tradicionais que caracterizam a ruralidade; ou seja, são fracionamentos do solo cujo objetivo é exclusivamente se criar unidades imobiliárias de dimensões urbanas, visando à moradia. Observa-se que estas ocupações se configuram como um desafio a ser solucionado com relação às ocupações mais adensadas. As ocupações urbanas apresentam conflito com relação à questão das águas e deve ser avaliado em conjunto com os eixos de regularização e de meio ambiente e infraestrutura.

Portanto, para proposições de revisão de estratégias de ordenamento territorial é aconselhável serem avaliadas em conjunto com o eixo mobilidade, bem como com o eixo centralidades, de modo a fortalecer o potencial econômico da região, tanto em relação ao DF, quanto demais estados envolvidos.

Importante a participação também de eixos de meio ambiente e de regularização fundiária. Por fim, a questão de capacidade de abastecimento hídrico, tanto para as atividades de produção agropecuária, quanto para as atividades supracitadas, deve ser motivo de preocupação e elemento norteador das possibilidades de análise e proposições eu surgirem diante destas novas realidades dentro do Eixo ruralidade do DF.

Outra recorrência na área são as Atividades urbanas, que seriam atividades econômicas que demandam características morfológicas e/ou de localização para a sua implantação e que nem sempre são atendidas na Macrozona Urbana, levando-as a avançar na Macrozona Rural para a sua implantação. Nessa UPT, há pedidos de viabilidade de localização para atividades que descaracterizem a ambiência rural produtiva, como galpões logísticos, painéis fotovoltaicos, atacadista, dentre outras. São atividades que demandam glebas de grandes proporções, que são encontradas nas zonas rurais, especialmente a baixo custo tornam-se fortes atrativos para a pressão destas atividades sobre a Macrozona Rural. Possui proximidade com rodovia de escoamento de produtos e/ou de conexão como



a DF-251. De forma a corroborar com atividades de armazenamento e distribuição de mercadorias, nem sempre relacionadas a s atividades agropecuárias.

A análise do eixo de ruralidades, que resultaram em demarcações de pontos no mapa, foi resultado da observação da dinâmica territorial desta UPT. Aspectos analisados: ocupações informais, presença de galpões logísticos, áreas de proteção de mananciais, Plano de Ordenamento Territorial e Zoneamento ecológico e produtivo definidos para essas áreas. Foi considerado também o mapeamento de processos de viabilidade que são encaminhados para anuência da SEDUH e quais as características das atividades solicitadas.

Estes três aspectos foram norteadores para embasar as análises da referida UPT e chegarem as seguintes análises:

A urbanização intensa em Macrozona Rural - Morro da Cruz e outras em São Sebastião e em suas proximidades. Consta na DIMOT processos de unidade prisional; ocupação irregular Núcleo Rural Zumbi dos Palmares/ São Sebastião; Hotel Fazenda. Nessa região encontram-se ocupações como assentamento Tiradentes, João Candido, Núcleo rural Capão Comprido (em APM São Bartolomeu). Também se encontram assentamentos rurais como Recanto da Conquista (I e II), Mangueiral (Grito da Terra), Zumbi dos Palmares, 15 de agosto, Tiradentes, Nova Vitória, 13 de Maio, Pinheiral, e Nova Camapuã. A proximidade de vias de conexões e saídas do DF, como DF-001 e DF-251, deve ser considerado como fator de estímulo para formação de ocupações existentes e de novos parcelamentos.

As Ocupações informais no Café Sem Troco e no Capão Seco estão próximas, em uma das principais vias de conexões e saídas do DF, a DF-251. Constam como agrovilas nessa localidade: Café sem Troco e Capão Seco, PAD-DF, Lamarão. Vale destacar que a região está com alto risco de recarga de aquífero. Portanto, a ocupação e uso do solo devem ser observados e respeitados as restrições de zoneamento ambiental.

Existem ocupações dentro de área de manancial e crescente parcelamento do solo, descaracterizando o uso rural. Consta na DIMOT processos de Linha de Distribuição de Alta Tensão. Nessa região encontram-se ocupações como Sobradinho dos Melos I (em APM São Bartolomeu – parte Norte).

O Núcleo rural Rajadinha/ Condomínio Las Vegas está em área de risco de recarga de aquífero e existe campo de Murundu na proximidade. Nessa região encontram-se ocupações informais em APM São Bartolomeu – parte Norte



A região próxima ao Condomínio Euler Paranhos possui alto risco de recarga de aquíferos e alguns terrenos do Incra, Galpão Logístico (Amazon Cacau) para distribuição e montagem, não tem muito pedido de equipamento público.

Uma vez que a ocupação e uso do solo pode sobrecarregar a principal fonte de reserva de abastecimento público de água é necessário um planejamento hídrico para o São Bartolomeu, frente a sua importância estratégica.

Próximo ao Condomínio Judas Tadeu encontram-se ocupações informais, Bela Vista, Expansão ARIE São Bartolomeu, Condomínio Mansões Itaipu, por esse motivo, é necessário adoção de soluções alternativas de esgotamento sanitário e manejo de águas pluviais que impliquem em menor impacto ambiental.

Na região localizada a Agrovila Cairu e Agrovila Buriti Vermelho, deverão ser adotadas práticas agropecuárias sustentáveis com eficiência no uso de água públicas para a produção de serviços ecossistêmicos pelos produtores rurais. Observar os riscos altos de contaminação do subsolo diretriz do ZEE-DF.

Na região próxima as ocupações informais próximas a Condomínio Serra Dourada, Barreiros e Núcleo Rural abaixo de São Sebastião deverão ser adotadas soluções alternativas de esgotamento sanitário e manejo de águas pluviais que impliquem em menor impacto ambiental tanto em zona urbana e rural.

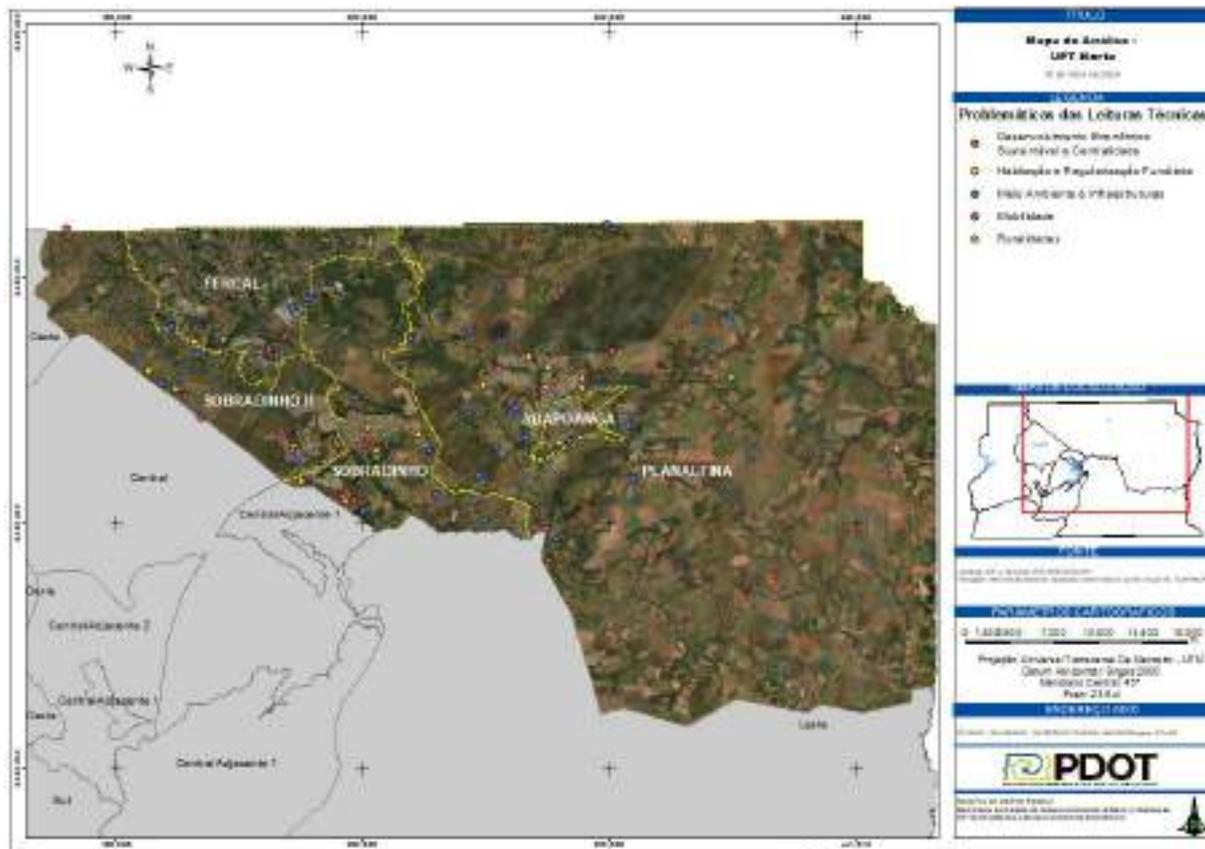
2.5 UPT NORTE

A **UPT Norte** é composta pelas Regiões Administrativas: RA V – Sobradinho; RA VI – Planaltina; RA XXVI – Sobradinho II; RA XXXI – Fercal e mais recentemente RA XXXIV – Arapoanga. No final, 82 pontos foram levantados na UPT Norte e estão representados no **Mapa 5**. O **Quadro 5** apresenta a lista de problemáticas, seu código ID, o eixo vinculado⁵⁰, se é uma potencialidade (Pot), Desafio (Des) e Conflito (Con), bem como a descrição.

50 Adotou-se neste quadro as siglas dos Eixos Temáticos para melhor legibilidade. As siglas de cada eixo são: Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (CTD), Habitação e Regularização (HAB), Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), Mobilidade (MOB) e Ruralidades (RUR).



Mapa 5 – Problemáticas UPT Norte.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Quadro 5 – Problemáticas por Eixo Temático na UPT Norte.

ID	EIXO	Pot.	Des.	Com.	Descrição
245	CTD	NÃO	NÃO	SIM	Previsão de projeto de área habitacional dentro da área econômica prevista no PDOT vigente.
246	CTD	NÃO	NÃO	SIM	Qualidade do ar na Fercal (poluição decorrente das fábricas de cimento) em conflito com o uso habitacional.
247	CTD	SIM	NÃO	SIM	Potencialidade para o turismo gastronômico e para o turismo rural integrado à UPT Oeste. Pressão de parcelamento do solo no Lago Oeste com sobreposição de APM.
248	CTD	NÃO	NÃO	SIM	Tendência de parcelamento do solo para fins urbanos próximo ao Lago Oeste.
249	CTD	SIM	NÃO	NÃO	Potencialidade para implantação de projetos voltados para o desenvolvimento econômico da ADP IV, prevista no ZEE-DF (instalação de atividades de logística e indústria de transformação de alto valor agregado).
250	CTD	SIM	NÃO	NÃO	Região com potencialidade para o turismo rural (hotel fazenda, parques aquáticos).
251	CTD	SIM	NÃO	NÃO	Potencial para a produção agrícola na Bacia do Rio Preto (área econômica 46 - Polo de Agronegócios).
252	CTD	SIM	NÃO	NÃO	Potencialidade para o turismo histórico e cultural.
253	CTD	SIM	NÃO	NÃO	Potencialidade para atividades culturais.
254	CTD	SIM	NÃO	NÃO	Estímulo a produção rural na Bacia do Rio Preto.
255	CTD	NÃO	SIM	SIM	Conter a formação de vetores urbanos avançados por Parcelamento Urbano Isolado em APM e área rural.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

ID	EIXO	Pot.	Des.	Com.	Descrição
256	CTD	SIM	NÃO	NÃO	Potencial de centralidade regional.
257	HAB	NÃO	NÃO	SIM	Área de oferta habitacional que passou a ser área de regularização.
258	HAB	SIM	NÃO	NÃO	Área de oferta habitacional não implantada. Revisar área.
259	HAB	NÃO	NÃO	SIM	Área de oferta habitacional residencial grotão não implantada se sobrepõem a área do Setor Habitacional Mestre D'armas.
260	HAB	NÃO	SIM	NÃO	Área não implantada em conflito com a questão ambiental, rio São Bartolomeu e Águas Emendadas. Rever essa poligonal para conexão dessa área com outras áreas de preservação.
261	HAB	NÃO	NÃO	SIM	Área de oferta habitacional ocupada por órgão público.
262	HAB	SIM	NÃO	NÃO	Área de oferta habitacional não implantada.
263	HAB	NÃO	SIM	NÃO	Pensar na qualificação do espaço urbano, dado que as áreas de adensamento propostas entram em conflito com as áreas verdes. Criar critérios para o adensamento, de forma a respeitar os espaços verdes.
264	HAB	SIM	SIM	SIM	Setor residencial Oeste Qd I, J e K em Planaltina com ocupação informal.
265	HAB	NÃO	NÃO	SIM	Projeto não registrado do Loteamento Residencial Pípiripau.
266	HAB	NÃO	NÃO	SIM	Ocupação Informal pulverizadas em área rural.
267	HAB	NÃO	SIM	NÃO	Expansões na borda de setores habitacionais e núcleos urbanos.
268	HAB	NÃO	SIM	NÃO	UPT com maior número de ARIS. 9 ARIS em Planaltina com 72 parcelamentos e em Sobradinho 2, 9 ARIS com 32 parcelamentos. Desafio em implementar infraestrutura para essas áreas.
269	HAB	SIM	NÃO	NÃO	Patrimônio cultural na região. Centro histórico irregular.
270	HAB	NÃO	SIM	NÃO	Desafio garantir a permanência de características rurais. Reserva da biosfera, APA da Caforinga.
271	HAB	NÃO	NÃO	SIM	Grande quantidade de condomínios fechados (ARINE).
272	HAB	NÃO	SIM	NÃO	Projetos com muito atensamento para ocupação da áreas incompatíveis.
273	MAI	SIM	SIM	SIM	Ocupação rural em APM Torto e sobreposição com a Zona de Proteção de Manancial APA Cafuringa e Zona Proteção Parque Nacional Brasília e REBIO Contagem (APA Planalto Central). Alto grau de comprometimento da APM. Potencial para análises das RUR na área.
274	MAI	NÃO	SIM	SIM	Ocupação Informal na APM Mestre D'armas com características urbanas em zona rural em proximidade com Estação Ecológica Águas Emendadas (ESECAE) e zona tampão da RBC. APA Planalto Central (Zona Proteção de Manancial). Região do córrego Sarandi com adensamento contínuo. Médio comprometimento da APM.
275	MAI	SIM	SIM	SIM	APM Pípiripau com alto comprometimento. Implantação do projeto produtor de águas com incentivos de PSA. Proposta interessante para ser implantadas em outras áreas rurais. APA Planalto Central (Zona Proteção de Mananciais).
276	MAI	NÃO	SIM	SIM	APM Quinze com alto grau de comprometimento. Significativa redução do nível da água na captação, possíveis captações irregulares na bacia e dependência exclusiva do Vale do Amanhecer sobre esse manancial.
277	MAI	NÃO	SIM	SIM	Ocupação Informal em Unidade de Conservação Proteção Integral (Parque Distrital Retirinho); Zona Tampão RBC - Estação Ecológica Águas Emendadas (ESECAE); Zona de Preservação da Vida Silvestre APA Planalto Central. Conector ambiental. Qualidade superficial da água do córrego Mestre D'arma (classe 3).
278	MAI	SIM	SIM	SIM	Ocupação informal na Unidade de Conservação APA Cafuringa. Zona Uso Rural Controlado. Equilibrar proteção de recursos hídricos (zona recarga de aquíferos) e uso agropecuário. Proibido parcelamento do solo e uso urbano. Impermeabilização máxima 5% área lote. APA Planalto Central (Zona Proteção Parque Nacional Brasília e REBIO Contagem).
279	MAI	SIM	SIM	SIM	Ocupação informal da Unidade de Conservação APA Cafuringa. Zona de Desenvolvimento Agropecuário. Proibido parcelamento urbano e uso de Agrotóxico APA Planalto Central (Zona de proteção do Parque Nacional Brasília e da REBIO da Contagem).



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

ID	EIXO	Pot.	Des.	Com.	Descrição
280	MAI	SIM	SIM	SIM	Ocupação informal na Unidade de Conservação APA Cafuringa. Zona Desenvolvimento Agrícola. Proibido parcelamento urbano e uso de Agrotóxico. APA Planalto Central (Zona de Proteção do Parque Nacional Brasília e da REBIO Contagem).
281	MAI	SIM	SIM	SIM	Unidade de Conservação APA Cafuringa. Zona Uso Urbano Controlado I. Propiciar equilíbrio entre proteção de recursos hídricos (zona recarga de aquífero) e assentamentos urbanos incentivar pomares e jardins nas residências. Proibido expansão de parcelamento na APA Planalto Central (Zona proteção Parque Nacional Brasília e REBIO Contagem).
282	MAI	SIM	SIM	SIM	Ocupação Informal Unidade de Conservação - APA da Bacia do Rio São Bartolomeu (Zona de preservação Vida Silvestre, proibida edificação de qualquer tipo, salvo se prevista no plano de manejo) e Parque Colégio Agrícola. Corredor ecológico e conector ambiental.
283	MAI	SIM	SIM	SIM	Ocupação Informal em Unidade de Conservação APA Bacia do Rio São Bartolomeu (parte em Zona de ocupação Especial de Interesse Ambiental e Zona de ocupação Especial de Qualificação).
284	MAI	SIM	SIM	SIM	Ocupação Informal em Unidade de Conservação APA Planalto Central, Zona de Uso Sustentável.
286	MAI	NÃO	SIM	SIM	Grau de comprometimento da vazão outorgável muito alto para retirada de água na Unidade Hidrográfica Rio Pipiripau. Uso da Água disciplinado por Termo de Alocação (ADASA/ANA). Demanda hídrica alta para irrigação.
287	MAI	NÃO	SIM	SIM	Ocupação Informal Unidade de Conservação APA Planalto Central; Zona de Uso Sustentável, proximidade com Ribeirão Sobradinho com qualidade superficial da água péssima (classe 4).
288	MAI	NÃO	SIM	SIM	Ocupação informal em Unidade de Conservação APA Planalto central (Zona de Uso Sustentável); Zona Tampão RBC - Estação Ecológica Águas Emendadas (ESECAE).
289	MAI	SIM	SIM	SIM	Ocupação Informal em Unidade de Conservação APA da Bacia do Rio São Bartolomeu (Zona de Conservação da Vida Silvestre) Corredor ecológico e conector ambiental.
290	MAI	SIM	SIM	SIM	Ocupação Informal em APM São Bartolomeu (Parte Norte). Possibilidade futura de criação de reservatório. Unidade de Conservação APA da bacia do Rio São Bartolomeu (Zona de Conservação da Vida Silvestre).
291	MAI	SIM	SIM	SIM	Ocupação Informal ao longo do conector ambiental e Unidade de Conservação APA Bacia do Rio São Bartolomeu (Zona de Conservação de Vida Silvestre). Corredor ecológico.
292	MAI	SIM	SIM	SIM	Ocupação informal em Unidade de Conservação APA da bacia do Rio São Bartolomeu (Zona de Conservação de Vida Silvestre).
293	MAI	SIM	SIM	SIM	Ocupação Informal em Unidade de Conservação APA bacia do Rio São Bartolomeu (Zona de Conservação da Vida Silvestre e Zona Ocupação Especial de Interesse Ambiental).
294	MAI	SIM	SIM	SIM	Ocupação Informal em Unidade de Conservação APA Bacia do Rio São Bartolomeu (Zona de Conservação de Vida Silvestre; Zona de Ocupação Especial de Interesse Ambiental; Zona de Ocupação Especial de Qualificação).
295	MAI	SIM	SIM	SIM	Ocupação Informal em Unidade de Conservação APA da Bacia do Rio São Bartolomeu (Zona de ocupação Especial de Interesse Ambiental).
296	MAI	SIM	NÃO	SIM	Baixo índice de centralidade na porção urbana da ADP VI, do ZEE-DF.
297	MAI	SIM	SIM	SIM	Estabelecimento de um portal turístico na região norte do DF, com a geração de emprego e renda a partir de atividades produtivas de natureza N1 na ADP VI, do ZEE-DF. Economia de conservação. Região com Ocupação Informal no interior.
298	MAI	NÃO	SIM	SIM	Risco alto de perda de cerrado nativo pelo ZEE-DF no entorno do polígono menor da Estação Ecológica Águas Emendadas (ESECAE).
299	MAI	SIM	SIM	SIM	Região de alto Risco de Perda de recarga de aquíferos com agricultura e



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

ID	EIXO	Pot.	Des.	Com.	Descrição
					ocupações rurais, localizadas na APM do Pípiripau
300	MAI	SIM	SIM	NÃO	Região de alto e muito alto risco a perda de recarga de aquíferos e alto risco de contaminação do solo com terra agrícolas e ocupações rurais. Proximidades das APM do Pípiripau (ao sul) e APM Quinze.
301	MAI	SIM	SIM	NÃO	Propostas de áreas para provisão habitacional na ADP IV, do ZEE-DF. Região dos Lagos.
302	MAI	SIM	SIM	NÃO	Poligonal da ADP V, do ZEE-DF com 3 porções - intuito geração emprego com expansão ordenada atividade produtiva, mediante zoneamento ambiental minerário. Fortalecer a centralidade região norte, com redução deslocamento para o Plano Piloto. REBIO Contagem qualidade superficial da água ruim (classe 4) poluição ar.
303	MAI	NÃO	SIM	SIM	Ocupação Informal na poligonal SZSE 3 do ZEE-DF destinada à manutenção de recarga de aquíferos; ao controle da contaminação das águas superficiais; à preservação e recuperação de áreas críticas para os corredores ecológicos; ao fortalecimento de atividades N1, N2 e N5, prioritárias e à implantação da ADP VII, prevista no ZEE-DF.
304	MAI	NÃO	SIM	SIM	Ocupação Informal na poligonal SZSE 2 do ZEE-DF destinada à manutenção do Cerrado com o desenvolvimento atividades N1 e N2, prioritariamente; à preservação da Estação Ecológica Águas Emendadas (ESECAE), área-núcleo da RBC; e à implantação da ADP V, prevista no ZEE-DF.
305	MAI	NÃO	SIM	SIM	Ocupação Informal na poligonal SZSE 1 do ZEE-DF destinada à garantia da produção hídrica em qualidade e quantidade, compatíveis com o abastecimento público e com o desenvolvimento de atividades N1 e N2, prioritariamente; e à preservação do Parque Nacional Brasília, área núcleo da RBC.
306	MAI	SIM	SIM	SIM	Definição de estratégias e infraestrutura viária, de MOB humana e de transporte de carga compatíveis com os riscos ecológicos da Subzona SZSE2 do ZEE-DF para alteração do traçado Arco Norte - Anel Rodoviário do DF para área externa ao território do DF nesta Subzona; escoamento de produção da RA Fercal.
307	MAI	NÃO	SIM	SIM	Demanda hídrica total alta e muito alta de comprometimento da vazão outorgável para retirada de água nos rios (nos 3º e 4º trimestres) na Unidade Hidrográfica Ribeirão do Torto.
308	MOB	SIM	NÃO	NÃO	Anel de Atividades PDOT - Falta concluir ligação entre Grande Colorado e Sobradinho para configurar o Anel.
309	MOB	NÃO	SIM	SIM	Há conflito entre configuração de condomínio fechado e acesso ao transporte público coletivo. Dimensões dos condomínios fechados dificultam a acessibilidade do transporte público coletivo e MOB ativa.
310	MOB	SIM	SIM	NÃO	Via de Estruturação do PDOT (acesso aos condomínios do grande Colorado). Imporante para ligação, no entanto necessita de redesenho e qualificação considerando todos os modais, especialmente a MOB ativa.
311	MOB	SIM	SIM	SIM	Ligação prevista com a 2ª ponte do Lago Norte/Taquari, acesso paralelo à EPIA. Está prevista no PDTU (via exclusiva pro TC) e no PDTT (VLT urbano).
312	MOB	NÃO	SIM	SIM	A DF-001 é uma via indutora de ocupação urbana informal.
313	MOB	SIM	SIM	NÃO	O BRT Norte do PDTU não foi implantado.
314	MOB	SIM	NÃO	NÃO	A BR-030 é principal ligação com Norte/Nordeste do Brasil. Eixo de escoamento e logística porção norte.
315	MOB	SIM	NÃO	NÃO	A DF-148 é principal ligação com Planaltina de Goiás.
316	MOB	NÃO	SIM	SIM	Arco Norte do Anel Rodoviário - ZEE-DF define a necessidade de alteração do traçado do Arco Norte do Anel Rodoviário do Distrito Federal.
317	MOB	NÃO	SIM	SIM	Melhorar a acessibilidade dos moradores e escoamento da produção da RA Fercal, conforme ZEE-DF.
318	MOB	NÃO	SIM	SIM	Vetor indução e de conexão das ocupações irregulares e Planaltina e Paranoá.
319	MOB	NÃO	SIM	SIM	A EPIA é principal eixo de transporte rodoviário e urbano, única ligação da



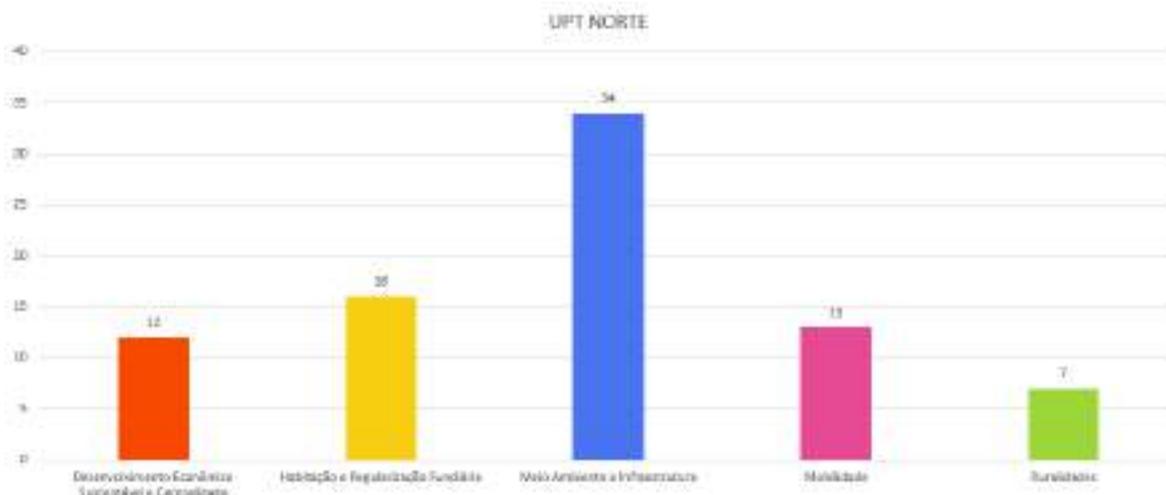
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

ID	EIXO	Pot.	Des.	Com.	Descrição
					UPT Norte. Infraestrutura reforça o transporte individual. Não foi implantado o BRT.
320	MOB	NÃO	SIM	NÃO	Planaltina possui elevado tempo de deslocamento. É necessário melhorar a acessibilidade da RA.
321	RUR	NÃO	SIM	SIM	Grande presença de atividade agrícola convencional em todo o território de Planaltina apresenta conflito com questão de capacidade de abastecimento hídrico, com uso de sistemas de irrigação pivô.
322	RUR	NÃO	SIM	SIM	Parcelamento irregular em Zona Rural de Uso Controlado I próximo ao Parque Nacional (Área de Proteção Integral).
323	RUR	NÃO	SIM	SIM	Inserido em Área de Proteção de Manancial.
324	RUR	NÃO	SIM	SIM	Possibilidade de avanço de Ocupação Informal gerando uma área de tensão para a Bacia do São Bartolomeu.
325	RUR	SIM	SIM	SIM	Conflito urbano (habitação) com as atividades mineradores, e ocupação em áreas de proteção ambiental; Em torno do PUI Boa Vista existe parcelamentos intensos do território.
326	RUR	SIM	SIM	NÃO	Presença de novas RUR por meio de Placas solares.
327	RUR	NÃO	SIM	SIM	Conflito de uso de água na APM Piriripau, devido ao uso rural e urbano, que fica mais evidente quando se trata de crise hídrica.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A UPT Norte teve ao total 82 problemáticas levantadas e o **Gráfico 5** apresenta os valores de problemáticas por eixos. O maior número de contribuições aparece nos eixos Meio Ambiente e Infraestruturas e Mobilidade (20 e 19, respectivamente).

Gráfico 5 – Problemáticas por Eixo Temático na UPT Norte.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Dos 20 pontos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, 42% são conflitos, apenas 08% desafios e 67% potencialidades⁵¹. Dentre os conflitos se destaca uso

51 Frisa-se que uma mesma problemática pode ser classificada em mais de um componente ao mesmo tempo.



residencial em áreas econômicas, ao passo que é elencado apenas um desafio associado à formação de vetores urbanos em APM e área rural. No recorte das potencialidades a área da UPT Norte destaca atividades econômicas atreladas a turismo rural, histórico e cultural.

No eixo Habitação e Regularização da UPT Norte foram marcados 16 pontos e 44% das problemáticas do eixo temático foram categorizadas em conflitos, 44% como desafios e 25% como potencialidades. Os conflitos do eixo evidenciam as questões entre ocupação informal, principalmente na área rural. Para o desafio, destaca-se que a UPT Norte possui o maior número de áreas de regularização de interesse social (ARIS). Nas potencialidades o elemento que mais se destaca está atrelado às áreas de oferta habitacional não implantadas.

O eixo Meio Ambiente e Infraestrutura apresentou 34 pontos de problemáticas. Destes, 91% são conflitos, 97% desafios e 68% potencialidade. Os desafios abordam temas sobre áreas de proteção ambiental (APM) e as ocupações informais, bem como seu impacto. As potencialidades indicadas pelo eixo trazem as ADP previstas no ZEE-DF para a UPT e o impacto positivo da implantação.

No eixo Mobilidade foram apontados 13 pontos de problemáticas e 54% destes são conflitos, 77% desafios e 46% potencialidades. Em conflito se destaca a ligação Lago Norte/Taquari. Os desafios abordam a dependência da UPT Norte da EPIA como única ligação da UPT além da previsão de implantação de estratégias do PDTU e PDTT. As potencialidades do eixo vinculadas à UPT Norte estão atreladas a vias importantes para conectividade e escoamento da produção.

No eixo Ruralidades foram levantadas 07 problemáticas com 86% classificadas como conflitos, 29% potencialidade. Todas as problemáticas foram classificadas como desafios (100%). Apenas o ponto vinculado à implantação de produção de energia solar não foi considerado como conflito, entendida também como uma das potencialidades da UPT. Os principais desafios relacionam-se à presença elevada de atividade agrícola convencional em todo o território de planaltina e a capacidade de abastecimento hídrico, principalmente por conta do uso de irrigação pivô.

A UPT Norte é uma área importante, principalmente sob a ótica de produção. Ainda assim, é uma área que demanda maior integração com o resto do DF. Há elementos que se repetem do mesmo modo que as demais UPT como a ocupação informal e expansão urbana. A região também é importante do ponto de vista ambiental pelas questões vinculadas aos recursos hídricos.



2.5.1 Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades

A UPT Norte teve sua ocupação iniciada anteriormente à construção da Nova Capital com o surgimento do núcleo urbano de Planaltina, o mais antigo do DF, que tem sua origem nas incursões realizadas pelos bandeirantes paulistas. Na sequência, surgiu Sobradinho, concomitante à capital, com o objetivo de abrigar a população que participava da implantação da cidade e para a ampliação da produção agrícola do DF. Sobradinho II e Fercal (2012) surgem mais recentemente na forma de desmembramentos de Sobradinho.

A UPT Norte é a maior de todas do DF com a maior parte da sua superfície territorial localizada em macrozona rural, quase 90%⁵², enquanto que o percentual remanescente, cerca de 13%, subdivide-se entre as macrozonas com destinação urbana ou de proteção integral.

A análise dos desafios, potencialidades e conflitos na UPT Norte, sob a perspectiva do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, teve como foco os seguintes aspectos:

As Características Locacionais, decorrentes da localização estratégica ao longo das principais rodovias que fazem conexão da UPT Norte com o Plano Piloto e municípios do entorno/regiões do País. O Desenvolvimento Econômico, analisando áreas destinadas ao fomento econômico no PDOT vigente e no ZEE-DF. O Sistema de Centralidades com áreas estratégicas para consolidação e articulação de centros de diferentes hierarquias. Os Conflitos de Uso do Solo que são áreas com tendência de parcelamento para fins urbanos em zona rural ou em áreas suscetíveis ambientalmente e áreas com necessidade de ajustes no macrozoneamento ou com parâmetros de uso e ocupação do solo inadequados e as Obras e Intervenções que são conjunto de intervenções públicas ou privadas, previstas ou em andamento, na UPT Norte.

O principal corredor de acesso ao Plano Piloto é a Rodovia BR 020, que faz a ligação do DF com a região nordeste do País. Outras importantes vias são a DF-150, que interliga Fercal e Sobradinho II à BR-020, e a DF-001 (EPCT –Contorno), que escoar todo tráfego oriundo do Lago Oeste.

Merece destaque também a Rodovia DF 130 que faz a ligação do DF com Planaltina de Goiás e a Rodovia BR 010 a conexão com a região da Chapada dos Veadeiros, importante destino turístico de relevância nacional.

52 Da área total da UPT Norte de 207.855,00ha, 87,07% insere-se na macrozona urbana (180.975,63ha), 6,22% na macrozona urbana (12.927,50ha) e 6,71% na macrozona de proteção integral (13.951,87ha).



O PDOT, no âmbito das diretrizes setoriais para o desenvolvimento econômico, previu 10 áreas econômicas na UPT Norte, sendo 7 delas em Sobradinho - Subzona Industrial 1A (SZI-1a), Subzona Industrial 1B (SZI-1b), Subzona Industrial 4 (SZI 4), Setor de Desenvolvimento Econômico de Sobradinho, Subzona Industrial 3 (SZI 3), Subzona Industrial 5 (SZI 5) e Subzona Industrial 6 (SZI 6) e outras 3 em Planaltina - Setor de Desenvolvimento Econômico de Planaltina, Área de Desenvolvimento Econômico de Planaltina e Polo Agroindustrial Rio Preto.

Deste total, as áreas econômicas SZI 3, SZI 5 e SZI 6 e ADE Planaltina continuam sem implantação enquanto que as demais ainda não estão totalmente consolidadas. De outro modo, a área econômica Polo Agroindustrial do Rio Preto vem recebendo diversas ações concretas visando a sua efetiva consolidação, o que irá alavancar o desenvolvimento rural por toda a região da Bacia do Rio Preto, que apresenta vocação para produção rural e atividades ligadas ao agronegócio.

O ZEE-DF propôs 4 Áreas de Desenvolvimento Produtivo (ADP) na UPT Norte: a ADP IV – Região Norte/Nordeste (Sobradinho), a ADP V – Região Norte (Fercal), a ADP VI – Região Nordeste (Planaltina) e a ADP VIII – Região Leste (Rio Preto).

A ADP VIII abarca o Polo Agroindustrial Rio Preto, objetivando modernizar as atividades agropecuárias, assegurados a sustentabilidade, o uso racional de recursos hídricos e a inovação tecnológica e fortalecer as cadeias produtivas.

A ADP V foi prevista na região da Fercal⁵³, que é uma das maiores geradoras de impostos para o DF em decorrência da grande concentração de usinas de asfalto e mineradoras bem como de duas grandes fábricas de cimento, a Ciplan Cimento Planalto, uma das maiores produtoras de cimento do Centro-oeste e a Votorantim Cimentos, um dos dez principais produtores de cimento do mundo. A oferta de emprego nestes empreendimentos acarretou atração progressiva para a ocupação urbana na área formada por 14 comunidades habitacionais: Rua do Mato, Queima Lençol, Bananal, Engenho Velho, Alto Bela Vista, Fercal Leste, Fercal Oeste, Boa Vista, Catingueiro, Ribeirão, Lobeiral, P. A, Contagem, Córrego do Ouro e Sonhém de Cima.

A ADP IV em Planaltina apresenta potencialidade para implantação de projetos voltados para o desenvolvimento econômico mediante a instalação de atividades de logística e indústria de transformação de alto valor agregado.

53 A ocupação da Fercal iniciou-se em 1961, com a instalação da mineradora Sociedade Fertilizantes Calcários LTDA (Fercal), que originou o nome da região. Anteriormente, em 1957, já havia sido instalada uma britadeira para a extração do calcário usado na construção da nova capital.



Por fim, a ADP VI visa dotar o DF com infraestrutura necessária para a instituição de um portal turístico na região norte, potencializando as atividades relacionadas a manutenção do Cerrado e dos serviços ecossistêmicos associados, a exemplo do extrativismo vegetal, turismo rural e de aventura e atividades agroindustriais relacionadas.

De modo geral, a macrozona rural na UPT Norte apresenta potencial para o turismo ecológico, rural e de lazer. A zona rural próxima ao Lago Oeste apresenta potencialidade para o turismo gastronômico e para o turismo rural, integrado à UPT Oeste (Chapada Imperial, Fazenda Roncador, Terra Viva, Poço Azul, Fazenda da Independência, Rancho Vegas, Paraíso na Terra).

A potencialidade para o turismo rural, pode ser percebida pela quantidade de empreendimentos como a hotéis fazenda, parques aquáticos e pesque-pague dentre outros, também se faz presente na zona rural de Planaltina, sobretudo nas proximidades de Águas Emendadas.

O PDOT, no âmbito da estratégia de implantação de Polos Multifuncionais, voltada para a conformação de subcentralidades em torno dos terminais de integração da rede de transporte público coletivo, previu na UPT Norte a implantação do PM5 – Polo Multifuncional Planaltina, na intersecção da BR 20 com a Avenida Contorno Estância, numa área vizinha ao Condomínio Estância Mestre D’armas V, o que nunca se efetivou. O objetivo principal do PM5 era reduzir a necessidade de deslocamento da população urbana do quadrante norte para as áreas centrais consolidadas e saturadas do DF.

Planaltina apresenta grande potencialidade para atividades culturais. O Centro Histórico de Planaltina, que reúne um significativo acervo cultural, composto por exemplares da arquitetura vernacular goiana, apresenta elevado potencial para o turismo histórico e cultural, necessitando para isso de intervenções voltadas para a conservação, restauro e reforma das edificações históricas bem como para a requalificação dos espaços públicos livres.

Em Sobradinho, ao longo da Rodovia BR 010, vem se delineando uma centralidade que poderá até atingir uma abrangência regional.

A pressão para o uso urbano na macrozona rural, sobretudo para fins habitacionais, também se faz presente na UPT Norte. Observa-se o parcelamento em algumas chácaras na região do Lago Oeste e imediações, área de grande suscetibilidade ambiental, com sobreposição em APM, bem como a presença de alguns outros vetores urbanos alavancados pelos PUIs.

Destaca-se também a Previsão de projeto para fins habitacionais dentro da Área Econômica “Setor de Garagens e Concessionárias de Sobradinho”, prevista na Estratégia de Desenvolvimento Econômico do PDOT vigente.



Por fim, ressaltam-se os impactos da poluição do ar acarretados pelas fábricas de cimento na Fercal, existentes desde a década de 1960, que tem afetado a saúde da população residente nas localidades urbanas próximas.

O Complexo Viário Governador Roriz⁵⁴, que compreende o Trevo Triagem Norte (TTN) e a Ligação Torto-Colorado (LTC), constitui uma intervenção de grande impacto na saída norte, que acarretou melhorias tanto na circulação de veículos como na redução do tempo de viagens.

A previsão do Corredor Norte do BRT (Expresso Norte), que interligará a UPT Norte, desde Planaltina, passando por Sobradinho, até o Terminal da Asa Norte – TAN (Terminal de Integração Multimodal) no Plano Piloto, seguindo modelo operacional semelhante ao adotado no BRT Sul, é outra intervenção que merece ser ressaltada.

2.5.2 Habitação e Regularização Fundiária

A análise dos desafios, potencialidades e conflitos na UPT Norte, sob a perspectiva do Eixo Temático Estratégias de Habitação e Regularização Fundiária, teve como foco os seguintes aspectos:

A Ocupação territorial e vulnerabilidades ambientais e/ou zona rural, que são parcelamentos para fins de moradia em áreas de sobrecarga nas bacias hidrográficas ou outras sensibilidades ambientais ou em zona rural, com pressão para expansão da macrozona urbana; características e situação das áreas da Estratégia de oferta habitacional do PDOT, seus conflitos e problemáticas e a dinâmica urbana, que são as situação de execução das áreas de oferta, conflitos fundiários ou por ocupações irregulares; e aspectos e características das ocupações da UPT – áreas irregulares e novos parcelamentos com características, dinâmicas e peculiaridades das áreas de regularização previstas no PDOT e dos outros parcelamentos informais, bem como dos novos parcelamentos aprovados.

Além dos pontos mapeados como desafios, potencialidades e conflitos, a análise deste eixo também levou em consideração aspectos gerais que são intrínsecos ao provimento habitacional e à regularização fundiária. A este respeito é importante citar que a UPT Norte fica na quarta posição de representatividade do déficit habitacional do DF, com 14,21% do total, com cerca de 3 pontos percentuais acima da média do DF. No entanto, com relação aos domicílios da própria UPT, 15,10% deles estão em déficit habitacional, o maior percentual dentre todas as UPT. Destaque para o Planaltina com um déficit absoluto de 7.725 domicílios e para Sobradinho II com déficit relativo de

54 O Complexo Viário Governador Roriz começou a ser construído em 2016. A obra inclui ao todo 23 viadutos, 14 quilômetros de ciclovia e 28 quilômetros de asfalto.



18,83%. Em números totais, temos 14.631 unidades habitacionais, UH, em déficit habitacional na UPT. Destas, 4.099 UH estão em ônus excessivo com aluguel e, portanto, não precisariam, necessariamente, serem substituídas por novos domicílios; as outras 10.999 UH estão em déficit por outros componentes (precariedade, adensamento excessivo ou coabitação), para estas seria necessária a reposição de moradia.

A vacância imobiliária de uso residencial na UPT, de acordo com dados do Observatório Territorial (CAESB, 2016), indica 6.433 unidades de uso residencial vagas.

Em relação à Estratégia de Regularização Fundiária Urbana (Seção IV) e à Estratégia de Oferta Habitacional (Seção V) PDOT, cabe elencar as áreas citadas na Lei, para fins de quantificação e mensuração das poligonais já previstas e destinadas ao uso habitacional nesta UPT.

A respeito das ZEIS de vazios urbanos é importante citar que foram identificadas algumas áreas em que ocorre conflito de competência entre as empresas públicas do GDF relacionadas a habitação, CODHAB e TERRACAP. Isto ocorre nos casos em que a área é definida como ZEIS e, no entanto, tem seu trâmite de execução conduzido pela TERRACAP e não pela CODHAB, que é o órgão responsável pela execução da Política Habitacional de Interesse Social do DF. Ao que tudo indica, este é o caso do Residencial Sobradinho e do Residencial Pípiripau, em Planaltina. Também há um conflito entre o DER e a CODHAB, na poligonal definida como “área do DER”, que atualmente pertence a este órgão, mas é definida como ZEIS pelo PDOT e, portanto, deveria ser ocupada com moradia e ter este processo conduzido pela companhia.

Existem 25 Áreas de Regularização de Interesse Social (Mestre D’armas I, Mestre D’armas II, Mestre D’armas III, Expansão da ARIS Mestre D’armas II, Miguel Lobato, Condomínio bica do DER, Arapoanga I, Arapoanga II, Aprodarmas I, Aprodarmas II, Aprodarmas III, Favelinha da Horta Comunitária, Vale do Amanhecer, Nova Colina I, Nova Colina II, Dorothy Stang, Dnoacs, Mansões Sobradinho I, Mansões Sobradinho II, Buritis, Buritizinho, Fercal I, Fercal II, Fercal III e Fercal IV (Queima Leçol)) e 10 Áreas de Regularização de Interesse Específico (Alto da Boa Vista, Mansões Sobradinho, Contagem I, Contagem II, Boa Vista I, Boa Vista II, Boa Vista III, Boa Vista IV, Grande Colorado e Região dos Lagos).

2.5.3 Meio Ambiente e Infraestrutura

A análise dos desafios, potencialidades e conflitos na UPT Norte, pelo Eixo MAI, teve o seguinte foco: as ocupações informais nas Unidades de Conservação (UC) e Zona Tampão da Reserva da Biosfera



do Cerrado (RBC) e em Áreas de Proteção de Manancial (APM). Destacando também a qualidade superficial da água dos corpos hídricos, o zoneamento das Áreas de Proteção Ambiental (APA), a demanda hídrica e grau de comprometimento da vazão outorgável para retirada; zoneamento e estratégias do PDOT vigente, em especial a de conectores ambientais e de ofertas habitacionais e diretrizes das Subzonas do ZEE-DF, bem como os riscos, em especial o de perda de área de recarga de aquífero.

No que diz respeito às APM's, a ocupação rural em Área de Proteção de Manancial (APM) do Torto e sobreposição com a Zona de Proteção de Manancial da Área de Proteção Ambiental (APA) do Cafuringa e Zona Proteção do Parque Nacional (PARNA) de Brasília e da Reserva Biológica (REBIO) da Contagem (APA do Planalto Central), está com alto grau de comprometimento da APM. As ocupações informais na APM Mestre D'armas, com características urbanas em zona rural, em proximidade com ESECAE e zona tampão da RBC, oferecem médio comprometimento da APM. A APM do Pípiripau está com alto comprometimento. A APM Quinze está com alto grau de comprometimento e significativa redução do nível da água na captação, possíveis captações irregulares na bacia e dependência exclusiva do Vale do Amanhecer sobre esse manancial.

Com relação às UC, destaca-se na UPT Norte a Estação Ecológica de Águas Emendadas, onde foi observada alta incidência de ocupações informais em seu entorno, e as regiões do PARNA de Brasília e da REBIO da Contagem e da APA de Cafuringa, onde foram observados alguns focos de ocupações informais na área rural da RA Fercal e do Núcleo Rural Lago Oeste.

A UPT Norte apresenta panorama bastante semelhante à UPT Leste, principalmente na Região Administrativa Planaltina. Esta RA possui forte vocação agrícola associada ao uso de pivôs centrais de irrigação, o que agrega os riscos poluidores associados à contaminação do solo e de lençóis freáticos em função do uso de defensivos agrícolas e dejetos de origem animal. Além disso,, a área da RA Fercal apresenta pré-disposição natural para atividades de exploração mineral, agregando grande potencial econômico se efetuado o manejo adequado do solo e, principalmente, dos rejeitos.

Com relação ao ZEE-DF, a UPT Norte incide em três subzonas, a SZSE 2, SZSE 3 e SZSE 4. A SZSE 2 incide em área rural, de topografia acidentada e com paisagem de beleza cênica natural e, portanto, possui diretrizes de incentivo ao turismo rural e ecológico associado à manutenção da paisagem. Cabe destacar que, considerando a vocação natural para extração mineral, o ZEE-DF prevê que esta subzona possua diretriz de expansão da atividade mineral associada aos serviços ecossistêmicos e as UC incidentes na área.



A SZSE 3 e a SZSE 4, como mencionado anteriormente, possuem diretrizes de proteção dos recursos hídricos, fortalecimento de atividades de baixo impacto e manutenção de áreas de recarga de aquífero e verticalização da produção agrícola, garantindo a adequada gestão hídrica, tendo em vista que ambas as subzonas incidem em área de vocação agrícola.

2.5.4 Mobilidade

Os núcleos urbanos da UPT Norte são estruturados principalmente ao longo das rodovias BR-020, DF-001 – EPCT, DF-150 e DF-128 – sendo o principal acesso à UPT realizado pela BR-020, que provê acesso às outras rodovias. Há forte relação de Sobradinho e Planaltina com o município de Planaltina de Goiás, cujo principal acesso é pela DF-128.

Há presença de ocupações urbanas informais expressivas na UPT e, em sua maioria, consolidadas; algumas configuram-se em condomínios fechados, principalmente nos Setores Habitacionais Grande Colorado, Contagem, Boa Vista e Alto da Boa Vista. As demais ocupações informais se dão em tipologia de lotes unifamiliares, em sua maioria. É possível observar processo de conurbação entre ocupações, principalmente nas regiões próximas aos núcleos urbanos de Sobradinho e Sobradinho II (ao longo da DF-150) e nas ocupações informais próximas a Planaltina (ao longo da DF-128).

Atualmente, a UPT não é abrangida por transporte de massa. O PDTU prevê implementação da BRT – Eixo Norte ao longo da BR-020, e o PDTT planeja um corredor de VLT na mesma via, que conectará os bairros do Eixo Norte com o TAN. Os núcleos urbanos de Sobradinho e Sobradinho II possuem cobertura de transporte público coletivo - TPC frequente e tem boa parte de sua área urbana acessível à pé ao ônibus; os núcleos urbanos de Planaltina, Fercal e ocupações informais da UPT não possuem cobertura de TPC frequente.

Em relação ao perfil de deslocamento (METRÔ, 2017), a Fercal possui deslocamentos predominantemente realizados por transporte individual (TI), 35%, seguido pelo transporte coletivo (TC), 34%, e o transporte ativo (TA), 32%. Em Planaltina, o TA corresponde à maioria dos deslocamentos, 36%, seguido por TC, 34%, e com o TI representando 30%. Em Sobradinho, há predominância do TI, 59%, com TA correspondendo a 21,5% e TC a 19%. Em Sobradinho II, há também predominância do TI, 53%, seguido por TC, 28%, com TA representando 19% dos deslocamentos.



Quanto ao destino das viagens, a Pesquisa de Mobilidade Urbana do Distrito Federal – PMU-DF (Metrô, 2017)⁵⁵ constatou que além das viagens realizadas para fora da UPT especialmente em direção ao centro de Brasília, o par Planaltina-Sobradinho possui deslocamentos expressivos, conforme destacado na figura a seguir.

A seguir são apresentadas análises de especificidades e sua descrição, classificadas quanto ao tipo de problemática – desafio ou potencialidade, e se há conflito identificado.

A análise dos desafios, potencialidades e conflitos na UPT sob a perspectiva do Eixo Temático Mobilidade teve como foco a inserção territorial e mobilidade; e o deslocamento e infraestrutura.

Ocupações urbanas em condomínios fechados com grandes dimensões dificultam a acessibilidade do transporte público coletivo, pois estes não entram no interior dos condomínios. Essa configuração também desestimula a mobilidade ativa pelas amplas distâncias entre uso residencial e demais usos. A ausência de fachadas ativas nas áreas lindeiras aos condomínios também desestimula a atividade de pedestres e ciclistas, ao contribuir para a sensação de insegurança. Espriamento nas áreas desfavorece eficiência do TPC e aumenta dependência pelo automóvel. Demanda do mercado por habitação em condomínio fechado horizontal em conflito com a promoção de acessibilidade e mobilidade sustentável voltada ao transporte coletivo e ativo.

A rodovia DF-001, lindeira ao Parque Nacional – PARNA de Brasília, configura vetor de expansão de ocupações com características urbanas informais em zona rural. Ocupação urbana na região não é desejável, devido à Zona de Amortecimento do PARNA. Conflito entre pressão por ocupação urbana (habitação e regularização) com usos rurais. Caráter informal das ocupações gera conflito com Meio Ambiente e Infraestrutura, devido à proximidade do Parque Nacional de Brasília e sobreposição à sua Zona de Amortecimento.

O principal eixo de acesso aos estados das Regiões Norte e Nordeste favorece conexões em escala regional e nacional. Importante eixo econômico de logística e escoamento de carga.

O Eixo de ligação entre Distrito Federal e Planaltina de Goiás. Favorece escoamento de produção e transporte de pessoas para fins de trabalho e estudo. Potencializa relações econômicas entre as cidades.

Alteração do traçado do Arco Norte do Anel Rodoviário exigirá negociação e gestão conjunta ao governo do Estado do Goiás. Não há rodovias implantadas. Área de sensibilidade ambiental e

55 METRÔ-DF & Consórcio PDTT/DF. Pesquisa de Mobilidade Urbana do Distrito Federal – PMU-DF. Brasília, 2017.



propriedades rurais. Há área de sensibilidade ambiental. Projeto do DER não contempla o previsto no ZEE-DF.

Rodovias DF-130 e BR-479, eixo de conexão entre os núcleos urbanos de Planaltina e Paranoá, configuram vetor indutor de ocupações irregulares. Ocupações na área são, em geral, indesejáveis, devido à sobreposição à Zona de Conservação da Vida Silvestre da APA do São Bartolomeu e à APM São Bartolomeu – Parte Norte, além de se sobreporem à Macrozona Rural. Conflito com Habitação e Regularização, devido ao caráter informal das ocupações. Conflito com Meio Ambiente e Infraestrutura, devido à ZCVS da APA do São Bartolomeu e à APM São Bartolomeu – Parte Norte. Conflito com Ruralidades, devido à indução de ocupações informais de caráter urbano em área rural. Longa distância entre o núcleo urbano de Planaltina e Plano Piloto. Amplos vazios territoriais entre eles desfavorecem a eficiência do TPC. Principal acesso se dá pela BR-020, que não é atendida por transporte de média e alta capacidade.

EPIA/BR-020 principal eixo de transporte rodoviário e urbano, única ligação da UPT Norte. Infraestrutura reforça o transporte individual. Não foi implantado o BRT. O desafio é alto fluxo de veículos na BR-020, por ser o único acesso direto do Plano Piloto às RA da UPT Norte. Rodovia não é atendida por faixa exclusiva de TPC ou por infraestrutura de transporte de média e alta capacidade. Reformas recentes em trechos da BR-020 favorecem o automóvel e desfavorecem a atividade de pedestres e ciclistas.

2.5.5 Ruralidades

O eixo ruralidades foi analisado considerando três classificações principais que estão ocorrendo mais frequência na Macrozona UPT Norte.

Foram levadas em consideração, as Ocupações humanas com características urbanas ou características mistas, que são ocupações voltadas para moradia, em parcelas do solo menores que 2ha, sem vinculação com as atividades tradicionais que caracterizam a ruralidade; ou seja, são fracionamentos do solo cujo objetivo é exclusivamente se criar unidades imobiliárias de dimensões urbanas, visando à moradia. Observa-se que estas ocupações se configuram como um desafio a ser solucionado com relação às ocupações mais adensadas. As ocupações urbanas apresentam conflito com relação à questão das águas e deve ser avaliado em conjunto com os eixos de regularização e de meio ambiente e infraestrutura.



Portanto, para proposições de revisão de estratégias de ordenamento territorial é aconselhável serem avaliadas em conjunto com o eixo mobilidade, bem como com o eixo centralidades, de modo a fortalecer o potencial econômico da região, tanto em relação ao DF, quanto demais estados envolvidos. Importante a participação também de eixos de meio ambiente e de regularização fundiária. Por fim, a questão de capacidade de abastecimento hídrico, tanto para as atividades de produção agropecuária, quanto para as atividades supracitadas, deve ser motivo de preocupação e elemento norteador das possibilidades de análise e proposições que surgirem diante destas novas realidades dentro do Eixo ruralidade do DF.

As Atividades econômicas que demandam características morfológicas e/ou de localização para a sua implantação e que nem sempre são atendidas na Macrozona Urbana, levando-as a avançar na Macrozona Rural para a sua implantação. Destacam-se algumas tipologias mais recorrentes, que demandam características encontradas em zonas rurais. As atividades em destaque são: galpões logísticos, painéis fotovoltaicos, centros de distribuição, e atacadista. Todas as atividades destacadas demandam glebas de grandes proporções, que são encontradas nas zonas rurais, especialmente a baixo custo tornam-se fortes atrativos para a pressão destas atividades sobre a Macrozona Rural. Possui proximidade com rodovia de escoamento de produtos e/ou de conexão como a BR 030. De forma a corroborar com atividades de armazenamento e distribuição de mercadorias, nem sempre relacionadas a s atividades agropecuárias.

A análise do eixo de ruralidades, que resultaram em demarcações de pontos no mapa, foi resultado da observação da dinâmica territorial desta UPT. Aspectos analisados: ocupações informais, presença de galpões logísticos, áreas de proteção de mananciais, Plano de Ordenamento Territorial e Zoneamento ecológico e produtivo definidos para essas áreas. Foi considerado também o mapeamento de processos de viabilidade que são encaminhados para anuência da SEDUH e quais as características das atividades solicitadas.

Grande presença de atividade agrícola convencional em todo o território de Planaltina apresenta conflito com questão de capacidade de abastecimento hídrico, com uso de sistemas de irrigação pivô. Nessa região constam processos para ampliar o abastecimento de água, por meio de perfuração de poços e instalação de reservatórios/ CAESB. Também estão situadas Agrovila São José, agrovila Retiro do Meio e agrovila Cerâmica Dom Bosco. Está próxima de uma das principais vias de conexões e saídas do DF, a BR-020.



Parcelamento irregular em Zona Rural de Uso Controla I próximo ao Parque Nacional (Área de Proteção Integral). Nessa região consta processo na DIMOT sobre implantação de aeródromo. Está situada em área de divisa com Brasilinha de Goiás, e ocupações informais, indicativo de expansão urbana próxima a Estação Ecológica Águas Emendadas. Próximo a esse ponto se encontra a agrovila Piriripau, inserida em APM.

Área localizada próxima a uma das principais vias de conexões e saídas do DF: BR-010, há presença de assentamentos do MST em área rural, havendo avanço de ocupações informais gerando uma área de tensão para a Bacia do São Bartolomeu.

Em torno do PUI Boa Vista existe parcelamentos intensos do território, gerando conflito urbano (habitação) com as atividades mineradoras e ocupação em áreas de proteção ambiental.

Os processos existentes na DIMOT tratam de serviços de concreto e loteamento rural. Inserida em Unidade de Conservação da APA de Cafuringa, mesmo que ainda não estejam regulamentadas, existem várias atividades de turismo. A região administrativa que se desenvolveu em sua maior parte em função da oferta de empregos ofertados pelas fábricas de cimento desde a construção de Brasília. Com isso, embora esteja situada em Macrozona rural, não há significativa produção agrícola. **O crescimento populacional da Fercal tem aumentado, demandando expansão em áreas rurais e urbanas.** Região que é caracterizada como imprópria para habitação devido ao alto índice de poluição, principalmente de partículas suspensas pelo intenso trânsito de transportes de carga de cimento. Entende-se que a criação do PUI Boa Vista apresenta potencial fomentador para novas ocupações informais em seu entorno. Portanto, nota-se conflito deste ponto envolvem uso rural, habitação, empresas mineradoras e meio ambiente.

Em mapa satélite é possível identificar lotes rurais com a presença de placas fotovoltaicas para produção de energia solar. A área, que está inserida na Área de Proteção de Mananciais do Torto, apresenta parcelamentos menores do solo, e em seu entorno apresenta ocupações informais. Nota-se que a topografia entre Fercal e Colorado, é um fator para dificultar a expansão dessas comunidades. Processos DIMOT: equipamento público/escola.

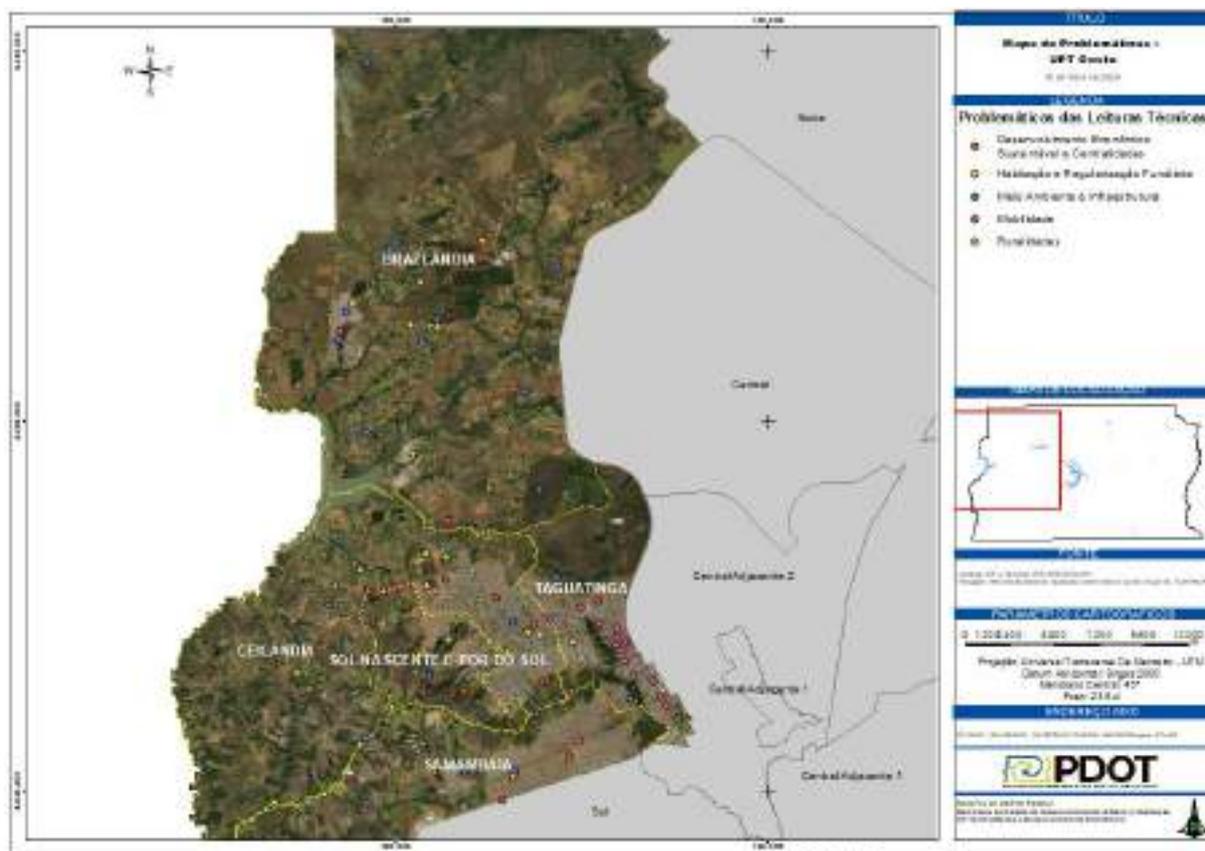
Inserida em Área de Proteção de Manancial do Piriripau a região apresenta conflito hídrico para atender a demanda da crescente expansão urbana de Planaltina e as áreas rurais produtivas. Essa problemática é notória quando ocorre crise hídrica. Processos DIMOT: agricultura irrigada.



2.6 UPT OESTE

A **UPT Oeste** é composta pelas Regiões Administrativas: RA III – Taguatinga; RA IV – Brazlândia; RA IX – Ceilândia; RA XII – Samambaia e; RA XXXII – Sol Nascente e Pôr do Sol. No final, 70 pontos foram levantados na UPT Oeste e estão representados no **Mapa 6**. O **Quadro 6** apresenta a lista de problemáticas, seu código ID, o eixo vinculado⁵⁶, se é uma potencialidade (Pot), Desafio (Des) e Conflito (Con), bem como a descrição.

Mapa 6 – Problemáticas UPT Oeste.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Quadro 6 – Problemáticas por Eixo Temático na UPT Oeste.

ID	EIXO	Pot.	Des.	Com.	Descrição
967	CTD	Sim	Sim	Sim	Localização estratégica da BR-060 para atividades de grande porte e integração regional/nacional (eixo Brasília-Anápolis-Goiânia). Previsão de ramal da ferrovia

56 Adotou-se neste quadro as siglas dos Eixos Temáticos para melhor legibilidade. As siglas de cada eixo são: Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (CTD), Habitação e Regularização (HAB), Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), Mobilidade (MOB) e Ruralidades (RUR).



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

ID	EIXO	Pot.	Des.	Com.	Descrição
					norte-sul. Conflito entre atividade pré-definida e potencial da rodovia.
968	CTD	Sim	Sim	Sim	Localização estratégica da BR-070.
969	CTD	Sim	Sim	Sim	Obras viárias de grande porte com potencial para fortalecer a região de Taguatinga-Ceilândia como centralidade regional/metropolitana (Avenida das Cidades, Avenida Por do Sol/Sol Nascente e Túnel de Taguatinga).
970	CTD	Sim	Sim	Sim	Potencial econômico da Feira dos Goianos e do comércio próxima à feira.
971	CTD	Sim	Sim	Sim	Elevado contingente populacional e de estabelecimentos comerciais e culturais com potencial para dinamizar economicamente a localidade.
972	CTD	Sim	Sim	Sim	Tendência de ocupação informal em áreas de fragilidade ambiental (bordas do Por do Sol, Sol Nascente e Arie JK). Conter a expansão se configura como desafio.
973	CTD	Sim	Sim	Sim	Áreas de dinamização propostas pelo PDOT não coincidem com as áreas apontadas pelo índice de centralidade.
974	CTD	Não	Sim	Sim	Necessidade de conter as ocupações urbanas nas áreas rurais acima da BR-070, por causa do abastecimento do DF e entorno do Parque Nacional.
975	CTD	Sim	Sim	Sim	Necessidade de fazer com que o potencial econômico da região aconteça. Possui lotes com usos compatíveis com o potencial da localidade.
976	CTD	Sim	Sim	Não	Necessidade de conectar a área central de Samambaia com o Recanto das Emas, para dinamizar economicamente a localidade e criar uma centralidade regional/local.
977	HAB	Sim	Sim	Não	Ocupações informais muito próximas ou dentro de APM.
990	HAB	Sim	Sim	Não	Ocupações informais em unidade de conservação de uso sustentável.
991	HAB	Sim	Sim	Não	Áreas de oferta habitacional não implantadas e áreas de regularização bem servidas de rede de transporte público (estações de metrô e/ou trechos de maior frequência de viagem de ônibus).
998	HAB	Sim	Sim	Sim	Áreas de oferta habitacional não implantadas e áreas de regularização bem servidas de rede de transporte público (estações de metrô e/ou trechos de maior frequência de viagem de ônibus).
999	HAB	Sim	Sim	Sim	Ceilândia e Taguatinga apresentam alto índice de centralidade e nessas duas RA estão 3 áreas de oferta habitacional ainda não implantadas, sendo que 2 são ZEIS.
1004	HAB	Não	Sim	Sim	Áreas de regularização na borda de unidade de conservação de uso sustentável ou de APM.
1007	HAB	Sim	Não	Não	Presença de ocupação informal com características urbanas em zona rural (pressão urbana).
1027	HAB	Sim	Não	Não	Presença de ocupação informal com características urbanas em zona rural (pressão urbana).
1038	HAB	Sim	Não	Não	Crescimento desenfreado de ocupações irregulares nas franjas urbanas do Sol Nascente.
1039	HAB	Sim	Não	Não	Áreas de regularização na borda de unidade de conservação de uso sustentável ou de APM.
1041	HAB	Sim	Não	Sim	As ocupações irregulares em Brazlândia são pontos isolados. Precisa pensar em uma solução para essa configuração de ocupação irregular.
1042	HAB	Não	Sim	Não	As ocupações irregulares em Brazlândia são pontos isolados. Precisa pensar em uma solução para essa configuração de ocupação irregular.
1047	HAB	Não	Sim	Sim	A UPT Oeste tem 32,1% da população do DF e apenas 17,9% dos postos de trabalho.
1048	MAI	Sim	Não	Não	Ocupação informal na ARIE JK. Qualidade superficial do Ribeirão Taguatinga e Melchior comprometida. Potencialidade como conector ambiental. Zona Conservação Vida Silvestre - conservar recursos naturais e restaurar integridade ecossistemas naturais.
1049	MAI	Sim	Não	Não	Ocupação Informal em Reserva da Vida Silvestre Gatumé e em sua Zona de Amortecimento. Potencialidade: Unidade de Conservação Proteção Integral e sobreposição ARIE JK. Recarga de aquíferos.
1050	MAI	Não	Sim	Não	Ocupação Informal na APM Pedras com degradação das nascentes pelo uso público. Médio comprometimento da APM. Alto Risco de Perda de Recarga de



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

ID	EIXO	Pot.	Des.	Com.	Descrição
					Aquíferos. Potencial: qualidade da água superficial alta. Sobreposição FLONA e zona tampão RBC.
1051	MAI	Não	Sim	Sim	Ocupação Informal na APM Capão da Onça, com comprometimento da disponibilidade das águas subterrâneas. Potencialidade: Qualidade superficial da água alta. Sobreposição com a FLONA de Brasília.
1052	MAI	Sim	Não	Não	APM Barrocão - alto comprometimento, captações irregulares de água; redução cobertura vegetal nativa, aumento solo exposto. Córrego. Barrocão-qualidade superficial média. Potencial: Córrego Capão da Onça - qualidade superficial alta.
1053	MAI	Sim	Sim	Não	APM Currais com alto grau de comprometimento, proximidade com ocupações informais. Redução da vegetação nativa. Qualidade Superficial média do Córrego Currais. Potencial: Sobreposição com a FLONA de Brasília.
1054	MAI	Sim	Não	Não	Parcelamento informal em Zona Rural. Pressão por alteração do Zoneamento na RA Brazlândia. Alto Risco de Perda de Recarga de aquíferos. Bacia com alta demanda hídrica. Zona Uso Rural, proibida implantação de loteamentos urbanos (APA Descoberto).
1055	MAI	Não	Sim	Não	Ocupação Informal com características urbanas na área rural da RA Ceilândia. Parcelamentos sobre áreas de recarga de aquíferos. Zoneamento da APA indica como área para o desenvolvimento sustentável. Potencial: recarga de aquíferos.
1056	MAI	Sim	Sim	Não	Compatibilização permeabilidade solo com recarga de aquíferos, revisão parâmetros urbanísticos. Espaços livres com potencial para captação, infiltração e/ou reuso água pluvial. Ocorrência alagamentos. Potencial: recarga aquíferos.
1057	MAI	Não	Sim	Não	Pressão de alteração de zoneamento rural para urbano sobre Zona tampão da RBC. Presença de Riscos ecológicos colocalizados (ZEE-DF). Zona Uso Rural, proibida a implantação de loteamentos urbanos (APA Descoberto). Potencial: recarga de aquíferos.
1058	MAI	Não	Sim	Não	Alto grau de comprometimento da vazão outorgável (ZEE-DF). Alta demanda hídrica. Elevado déficit habitacional. Potencial médio de recarga de aquíferos.
1059	MAI	Sim	Não	Não	Ocupação informal próxima a Unidade de Conservação Parque ecológico Veredinha.
1060	MAI	Sim	Sim	Não	Compatibilização permeabilidade solo com recarga de aquíferos, revisão parâmetros urbanísticos. Espaços livres com potencial para captação, infiltração e reuso água pluvial. Potencial: recarga aquíferos.
1061	MAI	Não	Sim	Sim	Garantir produção hídrica em qualidade e quantidade, compatíveis com o abastecimento público e com o desenvolvimento de atividades N1 e N2, prioritariamente; e à preservação da área-núcleo da RBC.
1062	MAI	Não	Sim	Sim	Adoção de boas práticas agropecuárias pelos produtores rurais, bem como a transição para a agricultura orgânica e agroecológica. Zona de controle do uso do solo para a proteção do entorno do Parque Nacional de Brasília e Reserva Biológica da Contagem.
1063	MAI	Sim	Sim	Sim	Implantação do Sistema de Áreas Verdes Permeáveis Intraurbanas, com destaque para a proteção e implementação das unidades de conservação e a consolidação dos conectores ambientais.
1064	MAI	Sim	Sim	Não	Incentivar a instalação de empreendimentos-âncora, de categoria N5, com implantação e adensamento de cadeias produtivas, compatibilizando com os riscos ecológicos e com os serviços ecossistêmicos.
1065	MAI	Sim	Sim	Sim	Adequação urbana de Brazlândia para receber atividades N1 e torná-la portal para o turismo rural e ecológico no DF.
1066	MAI	Não	Sim	Sim	Ocupações informais perímetro da DF-311, DF-180 inserida na SZDPE-1 e SZDPE-2 do ZEE-DF: estratégias de interligação urbana com implantação de infraestrutura de transporte de alta e média capacidade; incentivo à instalação de empreendimentos categorizados como N5 no ZEE-DF.
1067	MAI	Sim	Não	Sim	O Rio Melchior tem elevadas cargas potencialmente poluidoras dos esgotos domésticos tratados, da atividade industrial, de origem animal, e média carga do escoamento superficial de áreas urbanas e rurais. Qualidade superficial da água



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
 Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

ID	EIXO	Pot.	Des.	Com.	Descrição
					ruim.
1068	MOB	Sim	Não	Não	UPT do DF mais bem servida por transporte público coletivo frequente e por transporte de massa (metrô). Com exceção de Brazlândia, as demais RA possuem alta acessibilidade ao transporte público coletivo, acessíveis em 15 minutos de caminhada.
1069	MOB	Sim	Não	Não	Eixos do BRT Oeste e Sudoeste planejados para servir a região pelo Plano Diretor de Transporte Urbano - PDTU.
1070	MOB	Sim	Não	Não	Região com maior concentração de habitantes e maior densidade urbana do DF, conferindo maior disponibilidade de opções de transporte e menos dependência do automóvel.
1071	MOB	Sim	Não	Não	O metrô proporciona menor tempo médio de viagem, em comparação com o ônibus, se assemelhando ao tempo do automóvel.
1072	MOB	Sim	Não	Sim	A UPT Oeste abriga importantes eixos de logística: BR-070, BR-060 e BR-080.
1073	MOB	Não	Sim	Não	Nos eixos estruturantes, há desequilíbrio no espaço alocado ao TPC e automóvel, considerando o número de passageiros transportados. O transporte público não tem preferência no trânsito. Intenso fluxo de carros particulares.
1074	MOB	Não	Sim	Sim	Linhas estruturantes de transporte - rodovias e metrovias - compõem barreiras para a MOB ativa, especialmente nos deslocamentos intraurbanos.
1075	MOB	Sim	Não	Não	Há potencial de viagens curtas que podem ser feitas por meios de transporte ativo ou ônibus circulares. Potencial de Zona 30.
1076	MOB	Sim	Não	Não	Tratam-se de núcleos urbanos com distâncias caminháveis e cicláveis. Os deslocamentos por transporte ativo correspondem a cerca de 1/3 do total dos deslocamentos das RA, especialmente em Brazlândia (39%), Samambaia (35%) e Ceilândia (36%).
1077	MOB	Não	Sim	Não	Rede cicloviária precisa de conectividade. Na UPT Oeste, Brazlândia e Taguatinga são as RA com menor abrangência cicloviária (menos de 13%), e Ceilândia possui a maior (55%).
1078	MOB	Não	Sim	Sim	Trechos de rodovias em áreas urbanas não possuem travessias em nível, apenas em passarelas elevadas ou subterrâneas, acarretando em alta taxa de acidentes com pedestres e ciclistas, acentuada pelas altas velocidades das vias.
1079	MOB	Sim	Não	Não	Grandes obras de infraestrutura de transportes previstas para a região devem melhorar a acessibilidade para o TPC e podem qualificar o espaço público - Túnel de Taguatinga, BRT Oeste, BRT Sudoeste.
1080	MOB	Sim	Sim	Não	A região é responsável por grande fluxo de deslocamentos do DF, com destino ao Plano Piloto, sendo significativo também o número de deslocamentos internos, especialmente entre Taguatinga e Ceilândia.
1081	MOB	Sim	Não	Não	Após a região central do DF, a RA de Taguatinga é importante atratora de viagens com motivo trabalho.
1082	MOB	Não	Sim	Não	Em Taguatinga, a proporção de viagens por automóvel (46%) é maior que as realizadas por transporte público coletivo (25%) e MOB ativa (28%).
1083	MOB	Sim	Sim	Não	Confluência de importantes eixos de deslocamentos metropolitanos e do DF: BR-070, DF-095 (EPCL), DF-085 (EPTG), BR-060 DF-001, BR-251 (EPCT).
1084	MOB	Não	Sim	Não	A UPT Oeste possui o pior desempenho no sombreamento de calçadas no DF.
1085	MOB	Não	Sim	Não	Ceilândia, Taguatinga e Samambaia estão nas primeiras colocações do DF em número de acidentes envolvendo pedestres e ciclistas.
1086	MOB	Sim	Não	Não	A BR-070 confere importante eixo de ligação com a cidade de Águas Lindas em GO.
1087	RUR	Sim	Sim	Não	Ocupações urbanas informais precárias nas franjas das grandes malhas urbanas demonstram demanda habitacional na região.
1088	RUR	Não	Sim	Sim	Território rural de Brazlândia com diversos focos de ocupações urbanas informais espalhados pelo território sobretudo fracionamento de chácaras em regiões espalhadas demonstram possibilidade de implantação de pequenos condomínios e/ou loteamento.
1089	RUR	Não	Sim	Sim	Concentração de ocupações urbanas informais na região do INCRA 8 e 9



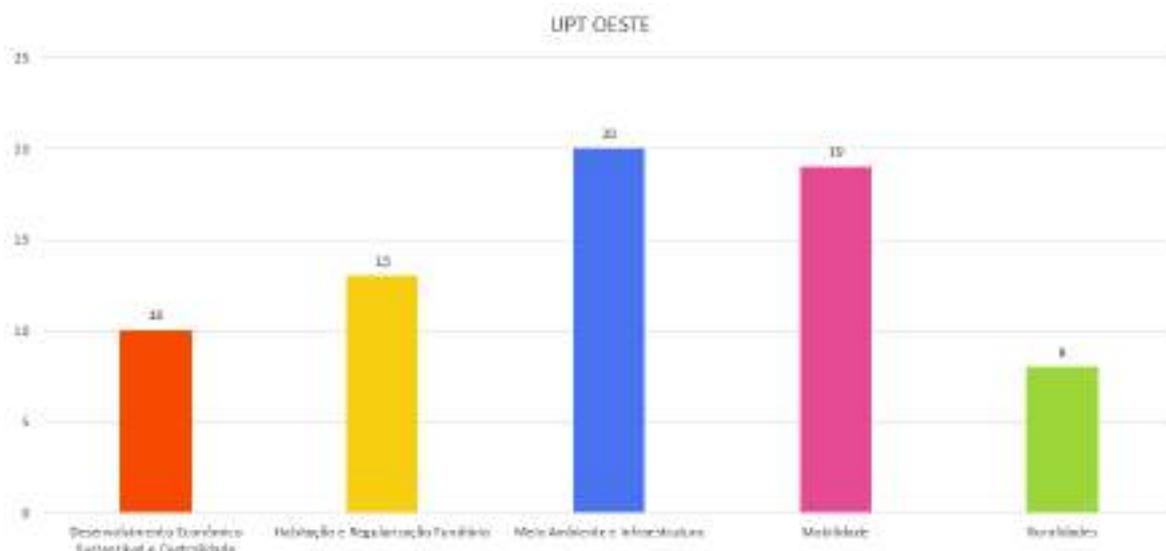
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

ID	EIXO	Pot.	Des.	Com.	Descrição
					proximidades do Lago do Descoberto em formato de condomínio fechado demonstram espraiamento da mancha urbana pelo território rural de baixa densidade.
1090	RUR	Sim	Sim	Sim	Grande presença de atividade agrícola convencional em todo o território de Brazlândia apresenta conflito com questão de capacidade de abastecimento hídrico.
1091	RUR	Sim	Sim	Não	Solicitações de implantação de centros de distribuição e galpões logísticos ao longo da rodovia DF-070 uma das principais saídas do DF direção a Águas Lindas.
1092	RUR	Sim	Sim	Sim	Concentração de populações e atividades ao longo da DF-070 saída para Águas Lindas corredor de ligação entre atividades grande malha urbana e mão de obra de baixa qualificação no entorno imediato do DF.
1093	RUR	Não	Sim	Sim	Presença de ocupações informais ao longo da DF-070 no trecho paralelo a Ceilândia onde há alto risco de recarga de aquífero.
1094	RUR	Sim	Não	Sim	Demanda por instalação de usinas fotovoltaicas espalhadas uniformemente pelo território rural indica que a localização não necessariamente tem importância em relação ao entorno.
967	CTD	Sim	Sim	Sim	Localização estratégica da BR-060 para atividades de grande porte e integração regional/nacional (eixo Brasília-Anápolis-Goiânia). Previsão de ramal da ferrovia norte-sul. Conflito entre atividade pré-definida e potencial da rodovia.
968	CTD	Sim	Sim	Sim	Localização estratégica da BR-070.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A UPT Oeste teve ao total 70 problemáticas levantadas e o **Gráfico 6** apresenta os valores de problemáticas por eixos. O maior número de contribuições aparece nos eixos Meio Ambiente e Infraestruturas e Mobilidade (20 e 19, respectivamente).

Gráfico 6 – Problemáticas por Eixo Temático na UPT Oeste.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades dos 10 pontos, 9 são conflitos e potencialidade e todos foram classificados como desafios⁵⁷. Todos os pontos são complexos e se configuram como Conflitos, Desafios e Potencialidade, exceto a necessidade de integração entre as áreas centrais de Samambaia e Recanto das Emas.

No eixo Habitação e Regularização 38% das problemáticas são conflitos, 62% desafios e 77% potencialidades. Nos conflitos e desafios do eixo destaca-se a ocupação informal e áreas de oferta habitacional não implantadas, apesar da infraestrutura. Este último se destaca como potencialidade, pela capacidade de combater o déficit habitacional, se implantado.

No eixo Meio Ambiente e Infraestrutura as problemáticas vinculadas a desafios são 70% e falam principalmente sobre a ocupação informal, degradação ambiental, além da perda de recarga de aquíferos. Com números parecidos, 65%, os desafios abordam questões associadas a recursos hídricos e áreas protegidas, tendo em vista a reserva biológica da Contagem e o Parque Nacional de Brasília. As problemáticas entendidas como potencialidades representam 60% e se relacionam a conexão ambiental, unidades de conservação, áreas verdes permeáveis da UPT. As atividades previstas no ZEE-DF são outro ponto relevante no destaque de potencialidades vinculadas ao eixo.

No eixo Mobilidade apenas 16% das problemáticas são conflitos, 47% desafios e 63% potencialidades. Nos conflitos se destaca, assim como na UPT Sul, as dificuldades que surgem em decorrência das rodovias em áreas urbanas. Os desafios relacionam as problemáticas vinculadas à priorização de mobilidade que não se associa ao veículo motorizado individual. As principais potencialidades atrelam-se à alta acessibilidade de transporte público, alinhado ao fluxo de deslocamentos presente na UPT Oeste.

No eixo Ruralidades 75% das problemáticas são conflitos, 47% desafios e 63% potencialidades. Os conflitos do eixo Ruralidades na UPT Oeste abordam ocupações informais em áreas rurais. Os desafios também abordam o tema devido ao espraiamento urbano e redução das áreas rurais, além de abordar as novas ruralidades e a implantação destas atividades de forma sustentável. Estas, as novas ruralidades, são inclusive o ponto alto das potencialidades listadas.

Na UPT Oeste, a partir do conteúdo de todas as Leituras Técnicas, observa-se o destaque da expansão urbana desordenada, principalmente em áreas rurais e ambientalmente frágeis. A UPT também se destaca por ser a mais populosa do DF, alta cobertura de transporte público e possuir

⁵⁷ Frisa-se que uma mesma problemática pode ser classificada em mais de um componente ao mesmo tempo.



potencial para atividades logísticas, associada à rede de rodovias. A seguir são apresentadas sínteses de cada eixo temático para a UPT em comento.

2.6.1 Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades

A análise dos desafios, potencialidades e conflitos na UPT Oeste, sob a perspectiva do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, teve como foco as características locacionais (decorrente da sua localização estratégica da área ao longo das Rodovias BR 060 e 070 e do principal manancial de abastecimento de água do DF - o Lago Descoberto); o perfil socioeconômico (aspectos econômicos, sociais e culturais da área, a exemplo do elevado contingente populacional, da elevada densidade, da vulnerabilidade social); os conflitos de Uso do Solo (tendência de parcelamento urbano em zona rural e em áreas suscetíveis ambientalmente) e as intervenções previstas e em andamento.

A Rodovia BR 060, responsável pela integração do DF com os municípios goianos de Santo Antônio do Descoberto e Alexânia, apresenta potencial para atividades de grande porte e empreendimentos de logística, bem como para promoção da integração regional/nacional (Eixo Brasília-Goiânia-Anápolis, gasoduto São Carlos- Brasília e ramal da Ferrovia Norte-Sul).

A Rodovia BR 070, responsável pela integração do DF com os municípios goianos de Águas Lindas, Corumbá de Goiás e Cocalzinho apresenta potencial para atividades de grande porte e empreendimentos de logística, bem como para promoção do ecoturismo e do turismo de aventura.

A UPT Oeste apresenta o maior contingente populacional dentre as demais UPT do DF, somando quase 1 milhão de habitantes, ou seja, um terço da população do DF. Acrescido das cidades da UPT Sul, contígua a ela, perfaz mais 50% da população urbana do DF, constituindo-se em um importante eixo de crescimento.

As Regiões Administrativas da UPT Oeste constituem o aglomerado urbano mais dinâmico do DF. O seu elevado contingente populacional aliado ao número de estabelecimentos comerciais e culturais elevam ainda mais o potencial de dinamização econômica da localidade.

As atividades comerciais localizadas na Avenida Hélio Prates, a exemplo da região da Feira dos Goianos e demais estabelecimentos nas suas proximidades, apresentam elevado potencial econômico. Além disso,, a Avenida Hélio Prates é um importante eixo de ligação entre as Regiões Administrativas de Taguatinga e Ceilândia, podendo fortalecer e impulsionar o desenvolvimento econômico da região.



Tendência de expansão urbana informal nas bordas do Pôr do Sol, Sol Nascente e na Arie JK, que necessita ser contida por ser uma área de grande fragilidade ambiental (relevo., erosão..). A área de Dinamização definida no PDOT para a localidade não tem o potencial proposto no instrumento haja vista a desconexão acarretada pela linha do metro, desenho urbano, tipologia e usos dos lotes.

O Setor de Material de Construção e o Setor Industrial da Ceilândia não se consolidaram, apresentam diversos lotes vazios, atividades de pequeno porte e carência de urbanização, necessitando de adoção de medidas para que o potencial da localidade aconteça.

É necessário conectar o Centro Urbano de Samambaia com o Centro Urbano do Recanto das Emas para dinamizar economicamente a localidade e criar uma centralidade regional e local, além da necessidade de fortalecimento do Centro Administrativo - CENTRAD e do Centro Metropolitano de Taguatinga como centralidade de caráter regional e metropolitano.

Os Polos Multifuncionais do PDOT (PM 2 e PM6) não se consolidaram. Embora a região onde foi o previsto o PM6 tenha grande potencial de integração regional entre Samambaia, Recanto das Emas e Riacho Fundo. Na localidade já existem as estações do metrô de Samambaia e Samambaia Sul e estão implantados diversos lotes UOS Inst EP, CSIIR 2 e RE 3.

No caso do PM2, apesar da área ter sido indicada para ser um Polo Multifuncional, não se observa potencial de centralidade no local. Também não foi instalado Terminal de Integração previsto na área, uma vez que não ocorreu articulação com o PTU.

De modo geral, existe a necessidade de rever a estratégia de Polos Multifuncionais do PDOT.

A UPT Oeste possui cerca de $\frac{3}{4}$ de sua área na Macrozona Rural e vem enfrentando tendência de parcelamento urbano por ocupações informais acima da BR 070, em Brazlândia, na área de influência direta do Lago Descoberto, principal reservatório de abastecimento do DF e do Parque Nacional de Brasília, onde se localiza o outro importante reservatório.

A presença de obras viárias de grande porte em andamento na UPT Oeste, a exemplo da Avenida das Cidades e do Túnel de Taguatinga, elevam o potencial de fortalecer a região de Taguatinga-Ceilândia como centralidade regional e metropolitana, considerando também as obras do Corredor Oeste de transporte.

2.6.2 Habitação e Regularização Fundiária

A análise dos desafios, potencialidades e conflitos na UPT Oeste - onde estão inseridas as RA de Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Sol Nascente/Pôr do Sol e Taguatinga - sob a perspectiva do Eixo



Temático Estratégias de Habitação e Regularização Fundiária teve como foco os aspectos das características e situação das áreas da Estratégia de oferta habitacional do PDOT; aspectos e vulnerabilidades ambientais; conflitos de Uso do Solo/Zoneamento e a relação com municípios limítrofes.

A UPT Oeste concentra 32,1% da população total do DF e também a maior quantidade de domicílios. Em relação ao déficit habitacional, temos 35.370 unidades habitacionais (uh) em déficit habitacional (34,35% do total de domicílios da UPT), representando o maior índice do DF. Destes, 24.134 uh em ônus excessivo com aluguel e 11.236 uh por outros componentes que precisariam de reposição ou novas uh. Em contrapartida, os dados de vacância imobiliária na UPT Oeste indicam 11.990 unidades de uso residencial vagas.

Quanto à oferta de áreas habitacionais, temos 3 implantadas: Quadras 100 (ZEIS) em Samambaia, ADE Oeste (ZEIS) em Samambaia e Áreas livres Quadras QNJ (ZEIS) em Taguatinga; 5 não implantadas: Quadras QNL 1, 3, 9, 11, 13 e 15 (ZEIS) em Taguatinga, QNR 06 (ZEIS) em Ceilândia, Laterais Avenida MN3 em Ceilândia, Subcentro Leste em Samambaia e Subcentro Oeste em Samambaia. A estimativa é de 118.500 de população máxima para todas essas áreas, sendo 5.654 a população máxima estimada para as ZEIS.

Há 5 Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) de vazios urbanos e 3 Áreas de Oferta para o mercado.

A UPT Oeste possui 8 áreas de regularização de interesse social: ARIS Expansão Vila São José, ARIS Nova Gênese, ARIS Sol Nascente, ARIS Pôr do Sol, ARIS Privê Ceilândia, ARIS Primavera, ARIS QR 611, ARIS Vida Nova; e 1 área de regularização de interesse específico: ARINE Primavera. Além dessas áreas, a UPT Oeste apresenta ocupações informais espalhadas em Brazlândia, Ceilândia, Sol Nascente/Pôr do Sol e Samambaia, e apenas uma ocupação em Taguatinga. Logo, organizam-se da seguinte forma:

Fazendo um cálculo aproximado das possíveis unidades para HIS, temos, atualmente, em torno de 11.990 uh (vacância), 1.713 uh (população estimada das ZEIS não implantadas – $5.654 / 3,3$), totalizando 13.703 uh.

Com base nesses dados de contextualização da UPT Oeste, em relação ao Eixo de Habitação e Regularização, o grupo identificou as possíveis potencialidades, conflitos e desafios em relação ao cruzamento com outros Eixos:



As potencialidades identificadas estão relacionadas aos Eixos de Mobilidade Urbana e Centralidade. A primeira em relação às áreas de oferta habitacional não implantadas e às áreas de regularização que estão em região bem servida de rede de transporte público (estações de metrô e/ou trechos de maior frequência de viagem de ônibus). A segunda se refere à Ceilândia e Taguatinga que apresentam alto índice de centralidade e nessas duas RA estão 3 áreas de oferta habitacional ainda não implantadas, sendo 2 ZEIS.

Os conflitos identificados têm interface com 3 Eixos: Meio Ambiente, Ruralidades e Centralidade. As áreas de regularização em unidade de conservação de uso sustentável e as ocupações informais muito próximas à APM são conflitos ambientais que precisam ser aprofundados nesse processo de revisão. A presença de ocupação informal com características urbanas em zona rural de Brazlândia, ocasiona uma pressão urbana que precisa ser avaliada juntamente com o Eixo de Ruralidades. Em termos de absorção da população nos postos de trabalho, temos apenas 17,9% da população local trabalhando na UPT Oeste, o que é um conflito a ser estudado com o Eixo de Centralidade.

Os desafios que se apresentam para esta UPT Oeste, do ponto de vista do Eixo de Habitação e Regularização, seriam, portanto: fomentar mais postos de trabalho na região, qualificar tanto as unidades habitacionais, quanto o espaço urbano no entorno das moradias, criar formas de utilizar a vacância imobiliária para combater o déficit habitacional na UPT, enfrentar o crescimento desenfreado de ocupações irregulares nas franjas urbanas do Sol Nascente e solucionar o problema das ocupações irregulares isoladas em Brazlândia.

2.6.3 Meio Ambiente e Infraestrutura

A análise dos desafios, potencialidades e conflitos na UPT Oeste pelo Eixo MAI teve o foco nas ocupações informais nas Unidades de Conservação (UC) e Zona Tampão da Reserva da Biosfera do Cerrado (RBC); em Áreas de Proteção de Manancial (APM) e na Macrozona Rural (com pressão para alteração de zoneamento). Destaca-se também a qualidade superficial da água dos corpos hídricos, o zoneamento das Áreas de Proteção Ambiental (APA), a demanda hídrica e grau de comprometimento da vazão outorgável para retirada, a avaliação das cargas potencialmente poluidoras (pontuais e difusas) nas Unidades Hidrográficas; e diretrizes das Subzonas do ZEE-DF, bem como os riscos, em especial o de perda de área de recarga de aquífero.



A APM Barrocão apresenta alto grau de comprometimento: (captações irregulares de água; redução cobertura vegetal nativa, aumento solo exposto. Qualidade superficial média do Cór. Barrocão e alta do Cór. Capão da Onça); a APM Capão da Onça (ocupação informal, comprometimento da disponibilidade das águas subterrâneas. Potencialidade: Qualidade superficial da água alta. Sobreposição com a FLONA de Brasília); a APM Currais (proximidade com ocupações informais. Redução da vegetação nativa. Qualidade Superficial média do Cór. Currais. Potencial: Sobreposição com a FLONA de Brasília).

A APM Pedras apresenta médio grau de comprometimento: ocupação informal, degradação das nascentes pelo uso público. Alto Risco de Perda de Recarga de Aquíferos. Potencial: qualidade da água superficial alta. Sobreposição FLONA e zona tampão RBC.

ORio Melchior tem elevadas cargas potencialmente poluidoras dos esgotos domésticos tratados, da atividade industrial, de origem animal, e média carga do escoamento superficial de áreas urbanas e rurais, porém a qualidade superficial da água é ruim.

É necessário fazer a compatibilização da permeabilidade de solo com recarga de aquíferos e a revisão de parâmetros urbanísticos. Espaços livres com potencial para captação, infiltração e/ou reuso água pluvial. Ocorrência de alagamentos.

Existência de ocupação informal próxima a UC (PAREC Veredinha); na ARIE JK (Qualidade superficial do Ribeirão Taguatinga e Melchior comprometida. Potencialidade como conector ambiental. Zona Conservação Vida Silvestre - conservar recursos naturais e restaurar integridade ecossistemas naturais - APA Plan Central); na RVS Gatumé e em sua Zona de Amortecimento (Potencialidade: UC Proteção Integral e sobreposição ARIE JK. Recarga de aquíferos).

Na RA Brazlândia, existe uma pressão por alteração do Zoneamento com alto risco de perda de recarga de aquíferos. Na Zona de Uso Rural, é proibida a implantação de loteamentos urbanos (APA Descoberto) na RA Ceilândia (ocupações informais sobre áreas de recarga de aquíferos. Zoneamento da APA indica como área para o desenvolvimento sustentável); Zona tampão da RBC (pressão de alteração de zoneamento. Riscos colocalizados – ZEE-DF. Zona Uso Rural, proibida a implantação de loteamentos urbanos - APA Descoberto. Potencial: recarga de aquíferos); Perímetro da DF 311, DF 180 (ocupações informais. SZDPE-1 e SZDPE-2: estratégias de interligação urbana com implantação de infraestrutura de transporte de alta e média capacidade; incentivo à instalação de empreendimentos categoria N5, implantação de UC e conectores ambientais).



2.6.4 Mobilidade

No DF, a UPT Oeste é a região com maior concentração de habitantes e maior densidade urbana do DF, característica que potencializa maior disponibilidade de opções de transporte e menos dependência do automóvel. A região é responsável por grande fluxo de deslocamentos do DF, com destino ao Plano Piloto, sendo significativo também o número de deslocamentos internos, especialmente entre Taguatinga e Ceilândia. Após a região central do DF, a RA de Taguatinga é a que mais atrai viagens com motivo trabalho.

Na região, há confluência de importantes eixos de deslocamento do DF e metropolitanos: BR-070, DF-095 (EPCL), DF-085 (EPTG), BR-060, DF-001 BR-251 (EPCT). Ao considerar os municípios de Goiás, onde residem muitos trabalhadores que se deslocam diariamente para o DF, a BR-070 é o eixo de ligação com a cidade de Águas Lindas, e a BR-060 e DF-280 com Santo Antônio do Descoberto. Destacam-se, também, importantes eixos de logística, por onde ocorre transporte de cargas, e locais de armazenamento: BR-070, BR-060 e BR-080.

A UPT Oeste é a melhor servida por transporte público coletivo - TPC frequente e por transporte de massa (metrô). Com exceção de Brazlândia, as demais Regiões Administrativas – RA (Taguatinga, Ceilândia e Samambaia) possuem alta acessibilidade ao transporte público coletivo, acessíveis em 15 minutos de caminhada⁵⁸. Destacam-se as avenidas Comercial, Samdu e “Pistão” em Taguatinga; Avenida Hélio Prates e DF-085 em Ceilândia; e Primeira e Segunda Avenidas em Samambaia. Ainda, o metrô proporciona menor tempo médio de viagem, em comparação com o ônibus, se assemelhando ao tempo do automóvel ao considerar as médias do DF.

Incidem na UPT os eixos “Oeste” e “Sudoeste” do BRT, planejados pelo Plano Diretor de Transporte Urbano do DF – PDTU, no entanto ainda não implantados. As grandes obras de infraestrutura de transportes previstas para a região devem melhorar a acessibilidade para o TPC e podem qualificar os espaços público. Atualmente, nos eixos previstos para o BRT, assim como demais eixos estruturantes, há desequilíbrio no espaço viário referente ao alocado ao transporte coletivo e automóvel, considerando o número de passageiros transportados, pois o transporte coletivo não tem

58 Indicador “População abrangida por transporte coletivo frequente” do Observatório Territorial-SEDUH, disponível em: <http://www.observatorioterritorial.seduh.df.gov.br/populacao-abrangida-por-transporte-coletivo-frequente/>.



preferência no trânsito. O intenso fluxo de carros particulares, com baixo índice de ocupantes, satura a infraestrutura viária prejudicando o tempo do ônibus.

A Pesquisa de Mobilidade Urbana do Distrito Federal – PMU-DF (Metrô, 2017)⁵⁹ mostrou que em Taguatinga, a proporção de viagens por transporte individual - TI (46%) é maior que as realizadas por transporte coletivo - TC (25%) e transporte ativo - TA (28%), cenário considerado preocupante considerando o impacto gerado pelo trânsito na infraestrutura de transporte e na poluição. Nas demais RA da UPT Oeste, a proporção de viagens por transporte coletivo é equivalente às realizadas por transporte individual em Ceilândia (TI 29%, TC 33%, TA 37%) e em Samambaia (TI 31%, TC 32%, TA 35%); enquanto em Brazlândia, as realizadas por transporte coletivo superam as por transporte individual (TI 24%, TC 35%, TA 40%).

Nas RA da UPT Oeste, há potencial de viagens curtas que podem ser feitas por transporte ativo ou ônibus circulares. Os núcleos urbanos possuem distâncias caminháveis e clicáveis, destacando-se Taguatinga, com alta densidade e diversidade, e Brazlândia por sua dimensão. De acordo com a pesquisa PMU/DF 2017, os deslocamentos por transporte ativo correspondem a cerca de 1/3 do total dos deslocamentos das RA, especialmente em Brazlândia (39%), Samambaia (35%) e Ceilândia (36%). Ressalta-se que a mobilidade ativa possui grande importância nas áreas de habitação e de regularização de interesse social, como na ARIS Sol Nascente. Para todas as RA, há potencial de áreas de Zona 30 nas áreas residenciais e vias locais.

Ainda em relação ao transporte ativo, são problemas da UPT Oeste: calçadas com obstáculos, desníveis e pouca largura; pouco sombreamento (pior dentro das UPT); e falta de conectividade da rede cicloviária. O indicador “População abrangida pela infraestrutura cicloviária” do Observatório Territorial⁶⁰ mostra que Brazlândia e Taguatinga são as RA com menor desempenho da UPT (menos de 13%), enquanto Ceilândia possui a maior abrangência (55%), reflexo da rede cicloviária implantada. A disponibilidade de infraestrutura adequada ao transporte ativo é fundamental para estimular formas de deslocamento mais sustentáveis e contribuem para uma cidade mais humanizada.

59 METRÔ-DF & Consórcio PDOT/DF. Pesquisa de Mobilidade Urbana do Distrito Federal – PMU-DF. Brasília, 2017.

60 Indicador “População abrangida pela infraestrutura cicloviária” do Observatório Territorial-SEDUH, disponível em: <http://www.observatorioterritorial.seduh.df.gov.br/populacao-abrangida-pela-infraestrutura-cicloviaria/>.



Nesse contexto, as infraestruturas estruturantes de transporte existentes - rodovias e metrovias - compõem barreiras para a mobilidade do transporte ativo, especialmente nos deslocamentos intraurbanos, como por exemplo a rodovia BR-251 "Pistão" de Taguatinga.

Ceilândia, Taguatinga e Samambaia estão nas primeiras colocações do DF em número de acidentes de trânsito envolvendo pedestres e ciclistas. Um problema agravante é a existência de trechos de rodovias, de alta velocidade, atravessando ocupações urbanas que não possuem travessias em nível, apenas por passarelas elevadas ou subterrâneas, acarretando em situações de risco de acidentes com pedestres e ciclistas.

2.6.5 Ruralidades

O eixo ruralidades deve ser analisado em relação a duas frentes principais que estão ocorrendo com cada vez mais frequência na Macrozona Rural (PDOT/2009-2012) e que não encontram respaldo na legislação vigente, que são as Ocupações humanas com características urbanas ou características mistas – Ocupações voltadas para moradia, em parcelas do solo menores que 2ha, sem vinculação com as atividades tradicionais que caracterizam a ruralidade; e as Atividades urbanas – Atividades econômicas que demandam características morfológicas e/ou de localização para a sua implantação e que nem sempre são atendidas na Macrozona Urbana, levando-as a avançar na Macrozona Rural para a sua implantação.

Os aspectos levantados para a UPT Oeste, que mais caracterizam esta porção do território foram demarcadas no mapa abaixo, por meio de 08 pontos, os quais foram detalhados a seguir:

1 - Ocupações urbanas informais precárias nas franjas das grandes malhas urbanas demonstram demanda habitacional na região;

2 - Território rural de Brazlândia com diversos focos de ocupações urbanas informais espalhados pelo território, sobretudo fracionamento de chácaras em regiões espalhadas, demonstram possibilidade de implantação de pequenos condomínios e/ou loteamentos desconectados do entorno rural. Região com alto risco de recarga de aquífero;

3 - Concentração de ocupações urbanas informais na região do INCRA 8 e 9 (proximidades do Lago do Descoberto), em formato de condomínio fechado demonstram espraiamento da mancha urbana pelo território rural, de baixa densidade;



4 - Grande presença de atividade agrícola convencional em todo o território de Brazlândia, apresenta conflito com questão de capacidade de abastecimento hídrico - verificar se utiliza sistemas de irrigação (pivô);

5 - Solicitações de implantação de centros de distribuição e galpões logísticos ao longo da rodovia DF 070, uma das principais saídas do DF, direção a Águas Lindas;

6 - Concentração de populações e atividades ao longo da DF 070, saída para Águas Lindas, corredor de ligação entre atividades, grande malha urbana e mão de obra de baixa qualificação no entorno imediato do DF;

7 - Presença de ocupações informais ao longo da DF 070, no trecho paralelo a Ceilândia, onde há alto risco de recarga de aquífero;

8 - Presença de demanda por instalação de usinas fotovoltaicas espalhadas uniformemente pelo território rural, indica que a localização não necessariamente tem importância em relação ao entorno. Provavelmente as usinas são instaladas onde se encontra gleba disponível para aluguel ou compra. Provavelmente ocorra apenas em terras particulares, pois para implantação em terras públicas, necessitaria de processo de regularização rural, e o decreto n.º 41.654/2020 permite apenas atividades que contribuam para a dinâmica dos espaços rurais ou de apoio às populações rurais.

Em relação à análise de potencialidades, desafios e conflitos, em relação aos pontos levantados, podemos apontar que:

1) Em relação às ocupações humanas com características urbanas podemos encontrar parcelamentos do solo rural em módulos menores que 2ha, cujas atividades ali desempenhadas não se relacionam com as atividades típicas da ruralidade. Ou seja, são fracionamentos do solo cujo objetivo é exclusivamente se criar unidades imobiliárias de dimensões urbanas, visando à moradia.

Estas se encontram, na UPT Oeste, em três situações: (i) espalhadas pelo território rural da RA de Brazlândia; (ii) nas franjas da malha urbana do Sol nascente, Por do Sol e Ceilândia; e (iii) nas áreas próximas ao lago do Descoberto, especificamente denominadas INCRA 7, INCRA 8 e INCRA 9, dentre outros pequenos fracionamentos do solo em seu entorno imediato.

Percebemos que estas ocupações se configuram como um desafio a ser solucionado com relação às ocupações mais adensadas, especialmente as ocupações mais recentes espalhadas pelo território de Brazlândia e que podem intensificar o comprometimento da capacidade de recarga de aquíferos e consequentemente de abastecimento hídrico. As ocupações urbanas apresentam conflito



com relação à questão das águas e deve ser avaliado em conjunto com os eixos de regularização e de meio ambiente e infraestrutura.

2) Atividades urbanas - Quanto às atividades urbanas que estão surgindo em Macrozona Rural, destacam-se algumas tipologias mais recorrentes, que demandam características encontradas em zonas rurais. As atividades que merecem destaque são: (i) usinas fotovoltaicas; (ii) galpões logísticos, centros de distribuição, atacadistas; (iii) casas de eventos, clubes de lazer e hospedagem. Todas as atividades destacadas demandam glebas de grandes proporções, que são encontradas nas zonas rurais, especialmente a baixo custo tornam-se fortes atrativos para a pressão destas atividades sobre a Macrozona Rural.

Além disso,, a proximidade com rodovias de grande escoamento de produtos e/ou de conexão com diversas regiões administrativas, além de serem as principais conexões do DF com demais Estados, atrai as atividades de armazenamento e distribuição de mercadorias, nem sempre relacionadas a s atividades agropecuárias.

A presença cada vez mais intensa de galpões logísticos e grandes centros de distribuição devem ser avaliados em conjunto com o eixo mobilidade, bem como com o eixo centralidades, de modo a fortalecer o potencial econômico da região, tanto em relação ao DF, quanto como um forte conector com o Estado de Goiás, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil.

As frentes tratadas acima apresentam fortes relações com os demais eixos estudados na revisão do PDOT, em especial quanto às questões ambientais, de regularização fundiária e logísticas. Por fim, a questão de capacidade de abastecimento hídrico, tanto para as atividades de produção agropecuária, quanto para as atividades supracitadas, deve ser motivo de preocupação e elemento norteador das possibilidades de análise e proposições e surgirem diante destas novas realidades dentro do ruralidade do DF.

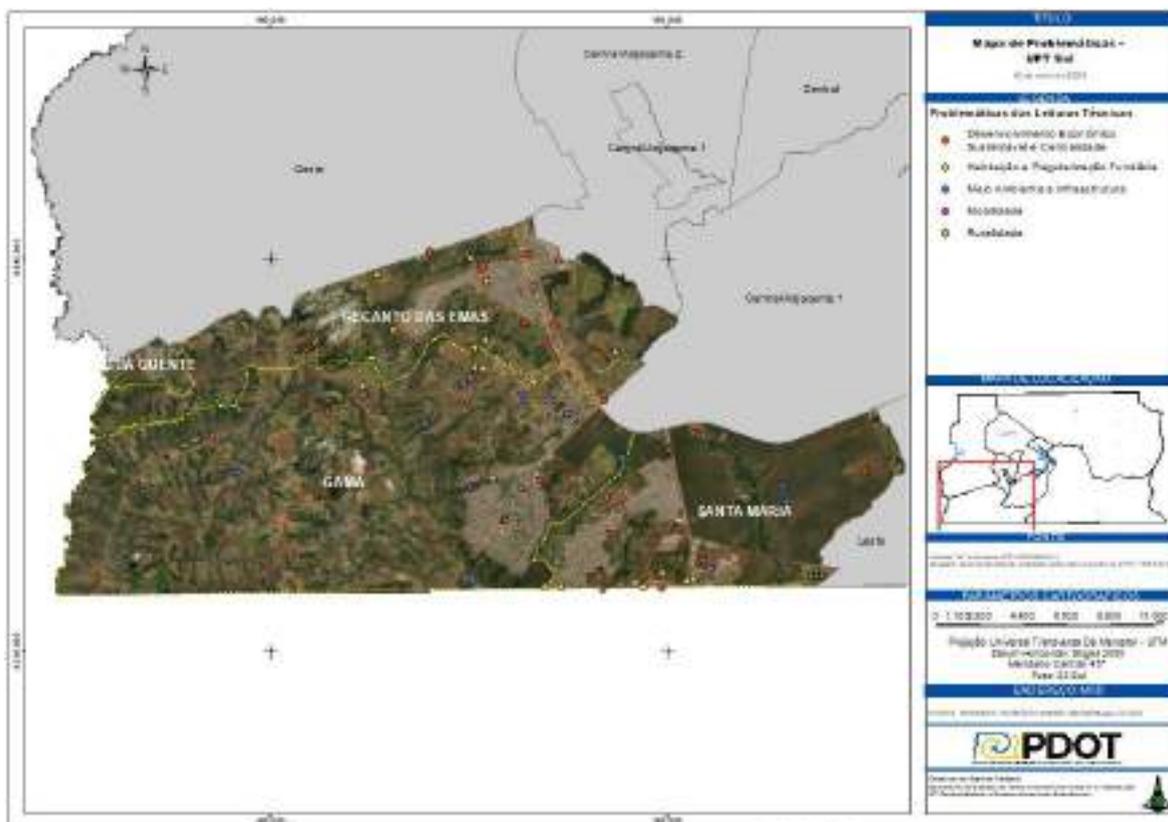
2.7 UPT SUL

A UPT Sul é composta pelas Regiões Administrativas: RA II – Gama; RA XIII – Santa Maria; RA XV – Recanto das Emas; RA XXI – Riacho Fundo II e mais recentemente a RA XXXV – Água Quente. No final, 68 pontos foram levantados na UPT Sul e estão representados no **Mapa 7. O Quadro 7** apresenta



a lista de problemáticas, seu código ID, o eixo vinculado⁶¹, se é uma potencialidade (Pot), Desafio (Des) e Conflito (Con), bem como a descrição.

Mapa 7 – Problemáticas UPT Sul.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Quadro 7 – Problemáticas por Eixo Temático da UPT Sul.

ID	EIXO	Pot.	Des.	Com.	Descrição
72	HAB	Sim	Não	Não	Principal vetor de expansão do DF, estruturado pela BR-040.
73	HAB	Sim	Não	Não	ZEIS de oferta habitacional no Recanto da Emas em boa localização, em áreas centrais, com infraestrutura urbana consolidada, próximas a equipamentos urbanos já estabelecidos (Centro e Subcentro Urbano 400/600).
78	HAB	Não	Não	Sim	Sobrecarga nas bacias hidrográficas pelas ocupações informais.
79	HAB	Não	Não	Sim	Sobrecarga nas bacias hidrográficas pelas ocupações informais.
80	HAB	Não	Não	Sim	Área de Regularização Fundiária (ARINE) localizada em APM com alto grau de comprometimento.
81	HAB	Não	Não	Sim	Área de Oferta Habitacional localizada em área com alto risco de perda de recarga de aquífero, segundo o ZEE-DF.
82	HAB	Não	Não	Sim	Área de oferta habitacional para média renda - adensamento da área urbana do Gama – definida em lotes que hoje são destinados, em sua maioria, para a

61 Adotou-se neste quadro as siglas dos Eixos Temáticos para melhor legibilidade. As siglas de cada eixo são: Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (CTD), Habitação e Regularização (HAB), Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), Mobilidade (MOB) e Ruralidades (RUR).



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

ID	EIXO	Pot.	Des.	Com.	Descrição
					arborização urbana da RA.
91	HAB	Não	Não	Sim	Ocupações informais para fins de moradia nas áreas rurais do Gama.
92	HAB	Não	Sim	Não	Cenário de conurbação em escala metropolitana com vários novos parcelamentos sendo implantados nos limites entre DF e Goiás.
95	HAB	Não	Sim	Não	Há grande pressão de ocupações informais em uma região extremamente sensível ambientalmente.
97	HAB	Não	Sim	Não	Há grande pressão de ocupações informais em uma região extremamente sensível ambientalmente.
103	HAB	Não	Sim	Não	Existe uma interação importante entre as Regiões Administrativas do limite sul do DF com municípios limítrofes do Goiás.
105	HAB	Não	Sim	Não	A ARIS Céu Azul é uma pequena faixa contígua ao Valparaíso. Precisa atenção em como tratar/conduzir esse processo de regularização fundiária.
113	RUR	Não	Não	Sim	Presença de ocupações urbanas informais dentro do Setor Meireles inclusive às margens da DF-090 onde é previsto originalmente área para galpões logísticos.
111	RUR	Não	Sim	Sim	Ocupações urbanas informais nas franjas da malha urbana do Gama e Recanto das Emas.
112	RUR	Não	Sim	Sim	Presença de muitas ocupações urbanas informais na macrozona rural entre Gama e Recanto das Emas indicando a expansão do tecido urbano irregular em área de risco de recarga de aquífero inclusive dentro da poligonal da Reserva Biológica.
114	RUR	Não	Sim	Sim	Surgimento de parcelamento irregular do solo na região posterior ao Riacho Fundo II nas proximidades do CAUB I.
108	RUR	Sim	Não	Não	Galpões logísticos existentes às margens das rodovias BR-040 BR-060 DF-290 e DF-251.
109	RUR	Sim	Sim	Não	Pedidos de viabilidades voltados à complementação e manufatura de produção agropecuária como indústria de produção de alimentos de origem vegetal e animal.
106	RUR	Sim	Sim	Sim	Pedidos de viabilidades variados de atividades complementares à habitação nas ocupações informais do solo indicam arraigamento das ocupações e dinâmica urbana ativa.
107	RUR	Sim	Sim	Sim	Pedidos de viabilidade de galpões logísticos na região de grandes ocupações informais na Ponte de Terra e Ponte Alta.
122	MOB	Não	Sim	Sim	DF-251 segrega Riacho Fundo II e Recanto das Emas. É um desafio de aumentar a integração e acessibilidade entre as cidades.
124	MOB	Não	Sim	Sim	Avenida Sucupira, desafio de ligação entre Riacho Fundo I - Riacho Fundo II e seu impacto no meio ambiente.
118	MOB	Sim	Não	Não	Eixo PDTU - BRT Sudoeste - Potencial para melhorar a conectividade e acessibilidade da região.
128	MOB	Sim	Não	Não	A UPT Sul possui importantes eixos de logística e locais com demanda por galpões logísticos: BR-060, BR-040 (Epiá Sul), DF-290, DF-251.
116	MOB	Sim	Sim	Não	Eixo estruturante do PDTU - Há potencial de viagens curtas que podem ser feitas por meios de transporte ativo ou ônibus circulares.
117	MOB	Sim	Sim	Não	Núcleos urbanos com distâncias caminháveis e cicláveis. Os deslocamentos por transporte ativo é de mais de 1/3 do total dos deslocamentos das RA: Santa Maria (38%), Recanto das Emas (37%) e Gama (35%).
123	MOB	Sim	Sim	Não	Reforçar o potencial logístico.
125	MOB	Sim	Sim	Não	BRT Sul - PDTU implementado confere boa acessibilidade e tempo de viagem em relação ao Plano Piloto. No entanto, a cobertura territorial é baixa e percorre grandes áreas vazias.
126	MOB	Sim	Sim	Não	Há boa abrangência da rede cicloviária para a população residente na região: Riacho Fundo II (90%), Recanto das Emas (65%), Santa Maria (62%), Gama (51%). É um desafio melhorar a conectividade e a capilaridade da rede.
127	MOB	Sim	Sim	Não	As RA da UPT Sul possuem distintas abrangências em relação ao TPC frequente. O Gama, apesar de possuir BRT, possui apenas 46% dos residentes próximos ao TPC frequente (500m). Santa Maria e Recanto das Emas possuem 58%. Já o Riacho



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

ID	EIXO	Pot.	Des.	Com.	Descrição
					Fundo II possui 94%.
129	MOB	Sim	Sim	Não	Confluência de importantes eixos de deslocamentos metropolitanos e do DF: BR-060 (ligação com Anápolis e Goiânia), BR-040 (Valparaíso, Novo Gama, Luziania). Há conurbação com os municípios Goianos.
115	MOB	Sim	Sim	Sim	Potencial pela impotência estratégica regional e nacional para a mobilidade e circulação de cargas e mercadorias no eixo Brasília-Anápolis-Goiânia. Conflito pela descaracterização de zona rural e impacto no meio ambiente.
119	MOB	Sim	Sim	Sim	Ocupação Ponte Alta - É desafio consolidar uma malha viária integrada (dentro e fora). Conflito com meio ambiente e ruralidades. Potencial de, caso urbanizado, desenvolver projeto de urbanismo voltado ao transporte coletivo e mobilidade ativa (TOD).
120	MOB	Sim	Sim	Sim	Potencial de conexão entre área urbana do Recanto das Emas e a ADP 1 do ZEE-DF.
121	MOB	Sim	Sim	Sim	Desafio de consolidação do anel viário do PDOT, conectando o Recanto das Emas, Samambaia e Riacho Fundo II.
135	MAI	Não	Sim	Sim	Ocupações informais na região rural da RA Gama. Descaracterização do zoneamento.
136	MAI	Não	Sim	Sim	Proposta da CAESB APM Corumbá devido a captação no Goiás enquanto não delimitam UC. A proposta coincide com a Zona de Uso Sustentável da APA Planalto Central. Controle do tipo de ocupação do solo que deve manter altas taxas de permeabilidade e controle de ocupação.
137	MAI	Sim	Não	Sim	Revisão de poligonal de provisão habitacional em virtude de APP, área de recarga de aquíferos em potencial, área pode ser vinculada a estratégia de conector ambiental. Projetos parcelamento do solo em andamento. Habitações e polo logístico.
142	MAI	Sim	Sim	Não	Preservação e conservação ambiental, garantia produção hídrica em qualidade e quantidade para abastecimento público, manutenção dos maciços íntegros Cerrado nativo e áreas-núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado, assegurados baixos níveis de impermeabilidade do solo e priorização de atividades classificadas no ZEE-DF como N1 e N2.
130	MAI	Sim	Sim	Sim	Área com potencial de recarga de aquíferos e tendência ao crescimento urbano, estruturado pela BR-040. Conurbação metropolitana DF e GO. Unidade Hidrográfica Ribeirão Saia Velha alto comprometimento da vazão outorgada para retirada água, alta carga potencialmente poluidora pontual esgoto doméstico.
131	MAI	Sim	Sim	Sim	APM Alagado com alto grau de comprometimento. Invasões provenientes das RA Santa Maria que também contribuem para os processos erosivos em direção à captação. O corpo hídrico inserido na APM está com classe 3.
132	MAI	Sim	Sim	Sim	APM Ponte de Terra com alto comprometimento. Ocupação irregular sobre campos de murundus, parcelamento da terra na bacia, processos erosivos e uso não autorizado dos cursos hídricos.
133	MAI	Sim	Sim	Sim	APM Olho d'água com ocupações, redução da cobertura vegetal nativa, deposição de resíduos e o uso de poços para retirada de água subterrânea.
134	MAI	Sim	Sim	Sim	APM Engenho das lages, ocorrências do lançamento de águas pluviais da via, o assoreamento do ribeirão, os processos erosivos, o parcelamento da área com adensamento progressivo e atividades poluentes como granjas nas proximidades das nascentes.
138	MAI	Sim	Sim	Sim	Ocupação Informal em UC (APA Bacia do Gama e Cabeça-de-veado), Zona tampão da Reserva da Biosfera do Cerrado. Zona Rural de uso controlado no PDOT vigente. Combate ao parcelamento irregular do solo nesta Zona.
139	MAI	Sim	Sim	Sim	Ocupação Informal em UC de Proteção Integral (REBIO Gama).
140	MAI	Sim	Sim	Sim	Ocupação Informal no Parque da Ponte Alta do Gama. Zona Rural de uso controlado no PDOT vigente. Potencial: Corpo hídrico com alta qualidade superficial da água.
141	MAI	Sim	Sim	Sim	Sobreposição de ARINE no PDOT vigente em APM. Potencial: Recarga de



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

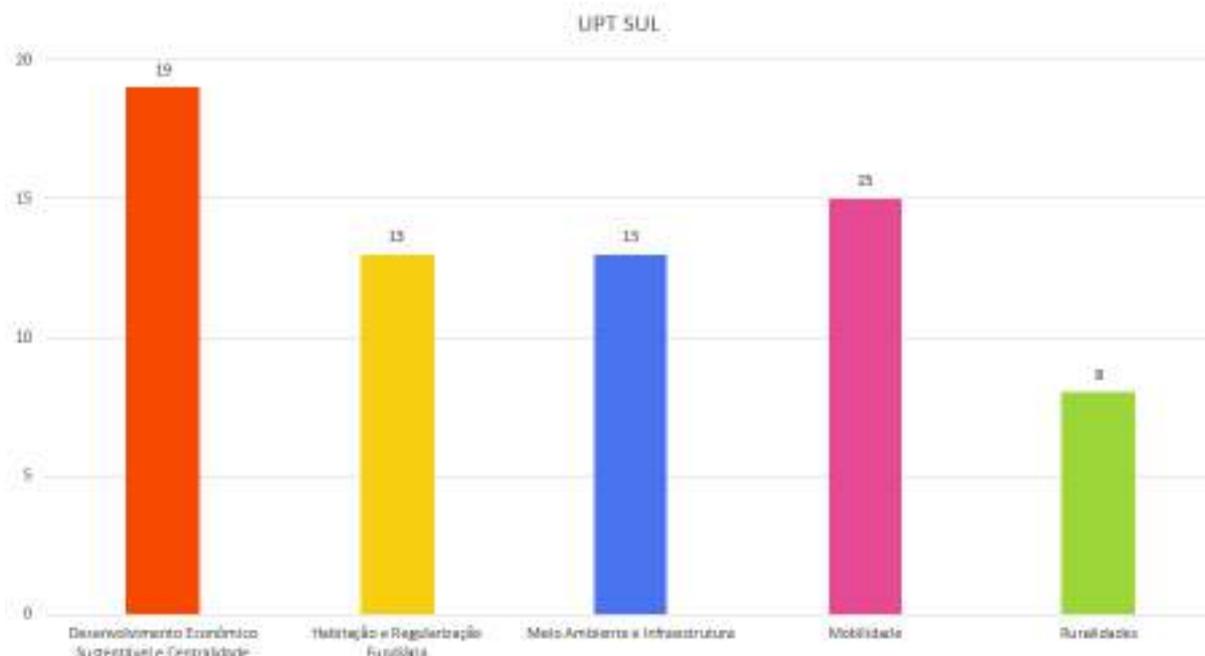
ID	EIXO	Pot.	Des.	Com.	Descrição
					Aquíferos.
153	CTD	Não	Não	Não	Presença de galpões de e logística ao longo das rodovias DF-290.
157	CTD	Não	Não	Não	Tendência de expansão da ocupação informal em Zona Rural, nas proximidades do Núcleo Rural Monjolo.
147	CTD	Não	Não	Sim	Sobrecarga dos Equipamentos Públicos Comunitários de Saúde e Educação da RA do Gama pela população dos municípios goianos limdeiros.
148	CTD	Não	Não	Sim	Excessiva oferta de áreas habitacionais na poligonal do Setor Habitacional Água Quente, afastada e com diversas fragilidades ambientais (susceptibilidade a inundações, alagamentos, erosão).
149	CTD	Não	Não	Sim	Previsão de uma extensa área na poligonal da ADP 1 do ZEE-DF, sem considerar diversos fatores como declividade, situação fundiária.
150	CTD	Não	Não	Sim	Implantação de Uso Residencial, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, nas Etapas 2 e 3 do Riacho Fundo II, ao longo da DF-001, onde o PDOT propôs a AE - Área Econômica Riacho Fundo II.
152	CTD	Não	Não	Sim	Necessidade de ajuste na poligonal da Zona Rural de Uso Controlado próximo ao SMA do Gama.
154	CTD	Não	Não	Sim	Tendência de expansão da ocupação informal em Zona Rural, nas proximidades do Núcleo Rural Casagrande.
155	CTD	Não	Não	Sim	Conflito fundiário no Quinhão 23 impedindo a consolidação do centro urbano de Santa Maria que, na prática acarretou o deslocamento das atividades comerciais para o início da Avenida Alagados.
156	CTD	Não	Não	Sim	Previsão de nova área habitacional de grande porte entre Gama e Santa Maria em Zonba Rural.
158	CTD	Não	Não	Sim	Necessidade de diminuição da poligonal da Zona Urbana nas proximidades da DF-140 (Diretriz do ZEE-DF).
159	CTD	Não	Não	Sim	Expansão da Ocupação Informal no PUI Engenho das Lages sob APM existente em desacordo com o previsto no Plano de Manejo da APA do Planalto Central.
160	CTD	Não	Não	Sim	Ocupação Urbana em Zona Rural de Uso Controlado (Vila Naval).
151	CTD	Não	Sim	Sim	O Terminal do BRT Gama está localizado a 4 km do PM1 (ao invés dos 600m previstos no PDOT). Rever a estratégia dos Polos Multifuncionais, em especial o PM1 - Catetinho levando em consideração o viaduto do BRT e a APM.
145	CTD	Sim	Não	Não	Rodovia BR-040 com grande potencial de distribuição e ligação com a região Sudeste do país.
161	CTD	Sim	Não	Não	Transportes de Massa - BRT Sul implantado e BRT Sudoeste em estudo.
143	CTD	Sim	Não	Sim	Localização estratégica da BR-060 para atividade de grande porte e integração regional/nacional (eixo Brasília-Anápolis-Goiânia). Previsão de ramal da ferrovia norte-sul. Conflito entre atividade pré-definida e potencial da rodovia (previsão de habitação voltada para a BR-060).
144	CTD	Sim	Sim	Sim	Desenho urbano e uso do solo previstos no Centro Urbano do Recanto dificultam consolidação. Em decorrência, atividades comerciais deslocadas para Avenida Recanto das Emas. Estabelecer conexão com o Recanto das Emas, BR-060 como barreira.
146	CTD	Sim	Sim	Sim	A Área Econômica Polo JK foi proposta no PDOT envolvendo área com tamanho inadequado de lotes e sem a implantação de infraestrutura que permitisse o funcionamento de atividades de maior porte.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A UPT Sul teve ao total 68 problemáticas levantadas e o **Gráfico 7** apresenta os valores de problemáticas por eixos. O maior número de contribuições aparecem nos eixos Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades e Mobilidade (19 e 15, respectivamente).



Gráfico 7 – Problemáticas por Eixo Temático na UPT Sul.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades dos 19 pontos, 78% são conflitos, apenas 16% desafios e 26% potencialidades. Dentre os conflitos se destacam as questões vinculadas à incompatibilidade entre zoneamento e uso do solo, ao passo que os desafios e potencialidades são vinculados principalmente às áreas centrais das Regiões Administrativas da UPT Sul e estratégias de desenvolvimento do PDOT vigente.

No eixo Habitação e Regularização 46% das problemáticas são conflitos, 38% desafios e apenas 15% foram entendidas como potencialidades. Os conflitos do eixo evidenciam as questões entre ocupação informal e áreas ambientalmente sensíveis, também entendidos como desafios junto à conurbação com municípios goianos. As potencialidades apontadas pelo eixo contemplam áreas de oferta habitacional e o eixo de expansão do DF.

No eixo Meio Ambiente e Infraestrutura as problemáticas levantadas geralmente são desafios e potencialidades ao mesmo tempo, além de representarem quase sempre um conflito. Aponta-se que 92% das problemáticas foram consideradas conflitos, 92% são desafios e 85% potencialidades⁶². A

62 Frisa-se que uma mesma problemática pode ser classificada em mais de um componente ao mesmo tempo.



única problemática não caracterizada como conflito é a preservação e conservação ambiental, alinhada aos elementos do ZEE-DF que indicam a priorização de atividades classificadas como N1 e N2⁶³. De maneira similar, apenas uma problemática não foi classificada como desafio, ao apontar a necessidade de polígono de provisão habitacional e área de APP. Das potencialidades destacam-se as áreas de preservação permanente (APP).

No eixo Mobilidade 46% das problemáticas são conflitos, 15% desafios e 87% potencialidades. Nos conflitos se destaca as dificuldades que surgem em decorrência das rodovias em áreas urbanas, enquanto nos desafios destaca-se as problemáticas vinculadas a priorização de mobilidade que não se associa ao veículo motorizado individual. As principais potencialidades misturam-se com o citado anteriormente, além da indicação da importância dos eixos presentes na UPT Sul para galpões logísticos e integração da conectividade e acessibilidade nas Regiões Administrativas.

No eixo Ruralidades 75% das problemáticas são conflitos, 75% desafios e 50% potencialidades. Apenas dois itens não foram classificados como conflitos ou desafios e abordam a implantação de galpões logísticos ao longo das principais rodovias da UPT Sul e atividades vinculadas à atividade rural. Estas duas temáticas são o principal destaque das potencialidades.

Sobre a UPT Sul, a partir do conteúdo de todas as Leituras Técnicas, observa-se o destaque da expansão urbana desordenada, principalmente em áreas ambientalmente frágeis, os conflitos entre diferentes usos do solo e o zoneamento vigente e a necessidade de um planejamento territorial integrado e sustentável. A discussão sobre as problemáticas das Leituras Técnicas presentes na UPT Sul aborda desde a conurbação das RA limítrofes e os municípios goianos até as problemáticas vinculadas à ocupação informal, principalmente em áreas ambientalmente sensíveis no Gama, Recanto das Emas e Riacho Fundo II. As Áreas de Preservação Permanente também foram destaque na análise da UPT Sul, bem como a BR-040 e BR-060. A seguir são apresentadas sínteses de cada eixo temático para a UPT em comento.

63 Segundo o ZEE-DF (Lei n.º 6269/2019), art. 9º Fica criada, no âmbito do ZEE-DF, a classificação de naturezas de atividades produtivas para fins de diversificação da matriz produtiva e localização de atividades econômicas no território, da seguinte forma: I - Atividades Produtivas de Natureza 1 - N1: atividades que dependam da manutenção do Cerrado e dos serviços ecossistêmicos associados para seu pleno exercício, tais como extrativismo vegetal, turismo rural e de aventura e atividades agroindustriais relacionadas; II - Atividades Produtivas de Natureza 2 - N2: atividades relacionadas a exploração de recursos da natureza, tais como agricultura, agroindústria, mineração, pesca e pecuária [...].



2.7.1 Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades

A análise dos desafios, potencialidades e conflitos na UPT Sul, sob a perspectiva do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, teve como foco os aspectos que tratam das Características Locacionais, Desenvolvimento Econômico, Sistema de Centralidades, Conflitos de Uso do Solo e Obras e Intervenções.

Quanto às características locacionais, a rodovia BR-060 (responsável pela integração do DF com os municípios goianos de Santo Antônio do Descoberto e Alexânia) apresenta potencial para abrigar atividades de grande porte e empreendimentos de logística, bem como para promoção da integração regional e nacional (Eixo Brasília-Goiânia-Anápolis, gasoduto São Carlos- Brasília e ramal da Ferrovia Norte-Sul). Apesar do potencial citado, estão sendo previstas áreas habitacionais no interior do Polo Atacadista do Recanto das Emas, proposto ao longo da BR-060.

A Rodovia BR 040, responsável pela integração do Distrito Federal com a Região Sudeste do País e com os municípios goianos do Novo Gama, Valparaíso e Cidade Ocidental, constitui-se em um importante eixo de integração nacional e regional, facilitador do escoamento e distribuição de produtos e principal corredor de acesso da UPT Sul ao Plano Piloto.

A confluência das rodovias BR 040 e DF 290 nas bordas do Setor Meireles e adjacências apresenta galpões de logística implantados com potencial para atividades de maior porte e escoamento de produtos e mercadorias.

No que diz respeito ao Desenvolvimento Econômico, as 55 Áreas Econômicas (AE) previstas no PDOT 6 delas estão localizadas na UPT Sul: (1) Área de Desenvolvimento Econômico de Santa Maria, (2) Área de Desenvolvimento Econômico do Recanto das Emas, (3) Setor de Múltiplas Atividades do Gama, (4) Área de Desenvolvimento Econômico Riacho Fundo II - 2ª etapa e 3ª Etapa (5) Polo Atacadista do Recanto das Emas e (6) Área Econômica Meirelles.

De modo geral, estas áreas econômicas foram propostas em pontos estratégicos da UPT Sul, ao longo de importantes eixos viários, visando descentralizar as oportunidades de emprego no território. Algumas AE vêm sofrendo pressão para abrigar o uso residencial.

A Área de Desenvolvimento Econômico Riacho Fundo II - 2ª etapa e 3ª Etapa, prevista ao longo da DF 001, foi implantada no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) para fins habitacionais.

No interior do Polo Atacadista do Recanto das Emas, proposto ao longo da BR 060, estão sendo previstas áreas habitacionais.



As demais Áreas Econômicas - ADE do Recanto das Emas, ADE de Santa Maria e SMA do Gama - abrigam atividades econômicas de diferentes magnitudes.

O Polo JK foi proposto em meio a Estratégia de Dinamização de Áreas Urbanas do PDOT, ao longo da BR 040, com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico da região, incluindo os municípios limítrofes do entorno. A área tem enfrentado dificuldades para sua consolidação. O tamanho inadequado de lotes e os problemas decorrentes da falta de implantação de infraestrutura dificultam o funcionamento de atividades de maior porte.

A região onde se encontra o Polo JK, associada ao Setor Meirelles, possui atributos para tornar-se uma centralidade com comércios e serviços, reduzindo o deslocamento da população de Valparaíso, Novo Gama e Cidade Ocidental para áreas centrais do DF e promovendo o desenvolvimento almejado ao longo da BR 40, com a ADPIII do ZEE-DF, Polo JK e Setor Meirelles.

A falta de uma política econômica no DF é o principal fator associado à não implementação da Estratégia de Desenvolvimento do PDOT.

O ZEE-DF propôs duas Áreas de Desenvolvimento Produtivo (ADP) na UPT Sul – ADP I e ADP III. A ADP I voltada para implantação de infraestrutura de importância regional-nacional para circulação de pessoas, cargas e mercadorias, por meio da integração de modais de transportes rodoviário, ferroviário e aeroviário, na região sudoeste do DF, e implantação de atividades produtivas sustentáveis, especialmente as de natureza N5i.

A mancha da ADP I abarcou uma área extensa, sem considerar diversos fatores como declividade e situação fundiária, remetendo a necessidade de elaboração de estudos de viabilidade específicos para a sua efetivação.

A ADP III, proposta na região do Polo JK, é também voltada para a diversificação e dinamização com atividades de natureza N5 para a geração de emprego e renda na região sul do DF.

No Sistema de Centralidades (no que tange a relação com a AMB) a UPT Sul apresenta o segundo maior contingente populacional dentre as UPT do DF, contando com quase meio milhão de habitantes, ou seja, aproximadamente 15% da população total do DF, que somados à população das cidades da UPT Oeste, contígua, perfazem juntas mais de 50% da população urbana do DF.



Aliado a isto, esta UPT conta com 3 Regiões administrativas que possuem população superior a 100.000 habitantes⁶⁴: Recanto das Emas, Gama e Santa Maria, que acrescidas do contingente populacional dos municípios goianos do seu entorno direto⁶⁵, em especial Valparaíso de Goiás, Novo Gama e Cidade Ocidental constitui-se em um importante eixo de crescimento.

O Gama exerce a função de polo econômico e de influência de municípios e localidades da periferia metropolitana de Brasília, como Novo Gama, Valparaíso, Cidade Ocidental, Luziânia, Santo Antônio do Descoberto, Céu Azul, Engenho das Lages e Pedregal.

Esta relação tem acarretado diversos impactos no DF, a exemplo da sobrecarga dos Equipamentos Públicos Comunitários de Saúde e Educação da RA do Gama pela população dos municípios goianos limieiros - Valparaíso e Novo Gama.

Sobre o centro urbano de Santa Maria o conflito fundiário no Quinhão 23 vem impedindo a consolidação do centro urbano de Santa Maria. A falta desse centro acarretou o deslocamento das atividades comerciais para o início da Avenida Alagados.

No centro urbano do Recanto das Emas verifica-se a falta de integração com Samambaia e Ceilândia. É necessário estabelecer a conexão de Samambaia e Ceilândia com o Recanto das Emas, considerando a BR 60 como barreira.

Além disso,, o Desenho Urbano e Uso do Solo previstos no Centro Urbano do Recanto das Emas (CSIR 2 e CSIR2 NO) dificultam a sua consolidação. As atividades comerciais foram deslocadas para a Avenida Recanto das Emas, em decorrência da falta do Centro Urbano.

Já na RA do Setor Habitacional Água Quente, a poligonal é distante, dispersa e desconectada das demais localidades urbanas, em área com diversas fragilidades ambientais (susceptibilidade a inundações, alagamentos, erosão). Nesta área existem grandes vazios decorrentes da não ocupação das áreas de ofertas habitacionais do PDOT em vigor na localidade.

Os Conflitos de Uso do Solo (no que tange a ajustes no macrozoneamento) o ZEE-DF apontou a necessidade da redução da macrozona urbana do PDOT nas Subzonas 5 e 6 da Zona Ecológico-Econômica de Diversificação Produtiva e Serviços Ecológicos - ZEEDPSE, ao longo da rodovia DF

64 De acordo com a Pesquisa de Amostra de Domicílios – PDAD (2018) a população das Regiões Administrativas da IPT Sul é de quase meio milhão de habitantes, distribuídos da seguinte forma: Recanto das Emas com 131.058 hab., Gama com 132.404 hab. e Santa Maria com 126.262hab. e Riacho Fundo com 85.047 hab.

65 De acordo com a Pesquisa Metropolitana de Amostra de Domicílios – PMAD (2017) os municípios do entorno da UPT Sul somam cerca de 402.107 mil habitantes, distribuídos da seguinte forma: Valparaíso de Goiás (164.663), Novo Gama (108.883), Cidade Ocidental (63.994) e Santo Antônio do Descoberto (64.567).



140, em face dos riscos ecológicos e das limitações no aporte de infraestrutura de saneamento ambiental e mobilidade. Na UPT Sul, esta diretriz do ZEE-DF recai na necessidade de diminuição da poligonal da Zona Urbana de Expansão e Qualificação nas proximidades da DF 140.

Existem ainda outros pontos do macrozoneamento na UPT Sul que necessitam ser ajustados para fins de promover a sua adequação com projetos urbanísticos registrados em cartório, a exemplo da poligonal da Zona Rural de Uso Controlado próxima ao SMA do Gama.

Faz necessário também proceder ajuste de poligonal no macrozoneamento da RA XIII, na região próxima ao Centro Urbano de Santa Maria, objeto do Projeto Urbanístico URB 104/99, não registrado, onde tanto a 'Área Especial 01' como a 'Praça Central' incidem uma parte em Zona Urbana Consolidada e outra parte Zona Rural de Uso Controlado.

Sobre ocupações urbanas em áreas rurais a UPT Sul possui cerca de 2/3 de sua área inserida em macrozona rural. O Gama não só é a RA detentora do maior percentual como também aquela com maior incidência de parcelamento informal para fins urbanos.

Os maiores percentuais de áreas de regularização contempladas na Estratégia de Regularização Fundiária do PDOT 2009 na UPT Sul ocorreram nas RA do Gama e Santa Maria. Contudo, a tendência de expansão da ocupação informal em Zona Rural continua crescente, sobretudo nas proximidades do Núcleo Rural Casagrande e Monjolo.

A Expansão da Ocupação Informal também ocorre na região do PUI Engenho das Lages, que incide sob APM, em desacordo com o previsto no Plano de Manejo da APA do Planalto Central - ZPM e ZUS.

Existem, ainda, outras ocupações urbanas informais consolidadas na Macrozona Rural da UPT Sul, a exemplo da Vila Naval em porção da Zona Rural de Uso Controlado do Gama.

Além disso,, nesta UPT encontra-se o Polo Multifuncional do Catetinho – PM1 que foi previsto pelo PDOT na interseção da EPCT com a EPIP, entre o Recanto das Emas e o Gama, com o objetivo de disponibilizar para a região um incremento da oferta de serviços associados a habitação coletiva.

O Terminal do BRT Gama foi implementado a 4 km do PM1 (ao invés dos 600m previstos no PDOT).

De modo geral, existe a necessidade de se rever a estratégia de Polos Multifuncionais do PDOT. No caso do PM1, levando em consideração as implicações decorrentes do viaduto do BRT implantado e da APM do Catetinho.



Quanto às Obras e Intervenções, o BRT Sul, em funcionamento desde 2014, é um importante corredor de transporte, responsável por promover a conexão do Plano Piloto com o Gama e Santa Maria, transportando cerca de 1 milhão de passageiros mensalmente, com redução do tempo de viagem (cerca de 40 minutos), melhoria do conforto e da segurança.

Seguindo o mesmo modelo adotado para o BRT Sul, existe a previsão do novo corredor de transporte BRT Sudoeste que interligará o Recanto das Emas e o Riacho Fundo II ao Plano Piloto facilitando sobremaneira a mobilidade urbana.

No que diz respeito a novos bairros o GDF tem veiculado na mídia a previsão de nova área habitacional de grande porte, para atender cerca de 80 mil habitantes, em porção da Zona Rural localizada entre Gama e Santa Maria.

2.7.2 Habitação e Regularização Fundiária

A análise dos desafios, potencialidades e conflitos na UPT Sul sob a perspectiva do Eixo Temático Estratégias de Habitação e Regularização Fundiária teve como foco os seguintes aspectos de vulnerabilidades ambientais com ocupações para fins de moradia em áreas de sobrecarga nas bacias hidrográficas.

Existem áreas de ocupação informal com características urbanas muito próximas à poligonal da APM Olhos D'água; e ao curso do Rio Corumbá, área com alto risco de perda de recarga de aquífero, e em Área Rural com proteção ambiental. Essas ocupações sobrecarregam as bacias hidrográficas.

ARINE sobreposta à APM Olhos D'água e à APM Ponte de Terra. As duas APM têm suas poligonais quase totalmente ocupadas.

Área de Oferta Habitacional não executada localizada em área com alto risco de perda de recarga de aquífero, segundo o ZEE-DF (Vargem da Bênção). A poligonal prevista no PDOT é definida como ZEIS, mas faz parte de terreno da TERRACAP, onde a Companhia mostra interesse e previsão de ocupar.

Ocupações informais com características urbanas na SZDEPE 2 do ZEE-DF – em região com alto grau de comprometimento da vazão outorgável para diluição de carga orgânica. Trata-se de área prioritária de combate à grilagem e ocupações irregulares e, além disso,, refere-se a área onde há indicação de implantação do Sistema de Áreas Verdes Permeáveis Intraurbanas.



Características das áreas da Estratégia de oferta habitacional do PDOT e dinâmica urbana: adensamento de áreas já consolidadas, relação das áreas de oferta com a infraestrutura urbana implantada e proximidade com equipamentos urbanos já estabelecidos.

No que se refere a área de oferta habitacional prevista no PDOT para média renda em pequenos lotes livre na área urbana do Gama. No entanto, atualmente esses lotes são destinados, na sua maioria, para a arborização urbana da RA, o que melhora sua qualidade urbana. É importante buscar uma cidade mais compacta e adensada, mas é preciso definir critérios lógicos para alcançar este objetivo. É válido avaliar se é melhor ocupar esses lotes com moradia ou com área verde.

Existem ZEIS ainda não executadas (Centro Urbano e Subcentro Urbano 400/600) que são bem localizadas, em áreas centrais, com infraestrutura urbana consolidada e próximas a equipamentos urbanos existentes. No entanto, existe um conflito em relação a essas áreas, uma vez que, apesar de serem definidas como ZEIS, estão sob domínio da TERRACAP, que solicitou a emissão das DIUPE e já tem lançado edital de licitação dos lotes.

Edificações localizadas na CL 105, lote I, da Santa Maria, executadas em 2021 por meio de edital da CODHAB. O lote não faz parte da Estratégia de Oferta Habitacional do PDOT e foi doado pela TERRACAP à CODHAB em 2010, juntamente com outros lotes na Santa Maria (nas CL 101, 104, 106, 107, 108, 110), que ainda permanecem vazios.

Conflitos de Uso do Solo/Zoneamento: proliferação de ocupações informais para fins de moradia em zona rural e pressão para expansão da macrozona urbana.

Alta incidência de parcelamentos informais para fins de moradia na zona rural entre Gama e Recanto das Emas. Este tipo de ocupação descaracteriza a finalidade zoneamento. Contudo, a maioria dos parcelamentos mapeados nesta região ainda não apresentam densidades muito altas, ou seja, é importante atuar no momento na tentativa de conter o aumento da densidade e, além da necessidade de tomar essa decisão em relação a contenção ou remoção das ocupações que desrespeitam os parâmetros rurais, este é o momento oportuno para pensar nas “novas ruralidades” e em figuras de transição urbano-rural.

A BR 040 estrutura o principal vetor de pressão de expansão da zona urbana do DF, segundo metodologia e mapeamento realizados pela DIREG. O alto índice de ocupações informais com características urbanas é um indicador deste fenômeno.

Relação com municípios limítrofes: presença de vias estruturantes e de alcance regional, emprego e utilização dos serviços e equipamentos urbanos do DF pela população dos municípios



limitrofes, áreas de conurbação em escala metropolitana, ocupações irregulares comuns aos dois estados, DF e GO (pontos 019HAB, 021HAB e 022HAB).

Existe um cenário de conurbação em escala metropolitana se consolidando com o surgimento de vários parcelamentos informais próximos ao limite entre DF e Goiás.

Há uma integração importante entre as RA mais próximas do limite sul do DF (Gama e Santa Maria) e os municípios limieiros (Valparaíso, Novo Gama e Cidade Ocidental). Uma parcela considerável da população desses municípios trabalha no DF e utiliza os serviços e equipamentos das RA citadas. É importante pensar na capacidade de absorção desses equipamentos e em uma estratégia de mobilidade urbana mais integrada com o Goiás.

A ARIS Céu Azul definida no PDOT na verdade é uma pequena faixa da área urbana de Valparaíso, mas como se encontra dentro dos limites do DF, foi considerada como uma área urbana consolidada não formalizada. Importante pensar em como tratar o processo de regularização fundiária neste caso bastante específico.

2.7.3 Meio Ambiente e Infraestrutura

A análise dos desafios, potencialidades e conflitos na UPT Sul sob a perspectiva do Eixo Temático Meio Ambiente e Infraestrutura teve como foco aspectos relacionados a s ocupações informais nas Unidades de Conservação (UC) e Zona Tampão da Reserva da Biosfera do Cerrado (RBC), bem como nas Áreas de Proteção de Manancial (APM) e na Macrozona Rural (com pressão para alteração de zoneamento).

Destaca-se também a análise referente a qualidade superficial da água dos corpos hídricos, o zoneamento das Áreas de Proteção Ambiental (APA), a demanda hídrica e grau de comprometimento da vazão outorgável para retirada, a avaliação das cargas potencialmente poluidoras (pontuais e difusas) nas Unidades Hidrográficas; estratégias do PDOT vigente, em especial a de conectores ambientais e de ofertas habitacionais e diretrizes das Subzonas do ZEE-DF, bem como os riscos, em especial o de perda de área de recarga de aquífero.

Com relação às APM, foram observadas questões significativas na APM Engenho das Lages, APM Corumbá, APM Olho d'água, APM Ponte de Terra e APM Alagado.

Foi identificado alto comprometimento na APM Engenho das Lages; ocorrências do lançamento de águas pluviais da via, o assoreamento do ribeirão, os processos erosivos, o



parcelamento da área com adensamento progressivo e atividades poluentes como granjas nas proximidades das nascentes.

A APM Corumbá, enquanto não delimitam UC, coincide com a ZUS da APA do Planalto e deverá ser mantido controle do tipo de ocupação do solo, que deve manter altas taxas de permeabilidade e controle de ocupação.

A APM Olho d'água também possui alto comprometimento; ocupações, redução da cobertura vegetal nativa, deposição de resíduos e o uso de poços para retirada de água subterrânea.

Deverá ser observado, que no PDOT vigente existe sobreposição de ARINE em APM (Olho d'água e Ponte de Terra) que possuem potencial para recarga de aquíferos.

Na APM Ponte de Terra foi identificado alto comprometimento, ocupação irregular sobre campos de murundus, parcelamento da terra na bacia, processos erosivos e uso não autorizado dos cursos hídricos.

A APM Alagado possui alto grau de comprometimento. Invasões provenientes das RA Santa Maria que também contribuem para os processos erosivos em direção à captação. O corpo hídrico inserido na APM está com classe 3.

Quanto as ocupações informais, foram identificadas ocupações na região rural da RA Gama, em Unidade de Conservação (UC) e próxima a UC (PAREC Veredinha); na ARIE JK (Qualidade superficial do Ribeirão Taguatinga e Melchior comprometida. Potencialidade como conector ambiental. Zona Conservação Vida Silvestre - conservar recursos naturais e restaurar integridade ecossistemas naturais - APA Plan Central); na RVS Gatumé e em sua Zona de Amortecimento (Potencialidade: UC Proteção Integral e sobreposição ARIE JK. Recarga de aquíferos)

Área com potencial de recarga de aquíferos e tendência ao crescimento urbano, estruturado pela BR 040. Conurbação em escala metropolitana entre DF e Goiás. UH Ribeirão Saia Velha com alto comprometimento da vazão outorgável para retirada de água. E alta carga potencialmente poluidora pontual de esgoto doméstico.

Com relação às Diretrizes do ZEE-DF, observa-se que a UPT Sul incide em três subzonas. A porção leste de Santa Maria incide na SZSE 7, área rural remanescente que está lindeira à Unidade Proteção Integral da Fazenda Água Limpa. Desse modo, a SZSE 7 possui diretrizes de preservação e conservação ambiental, manutenção da vegetação nativa e proteção das áreas destinadas à produção hídrica.



A porção nordeste do Gama está inserida na SZDPE 2, que incide na porção urbana e possui diretrizes de qualificação urbana, conexão com os núcleos urbanos das regiões administrativas adjacentes e coibição do parcelamento irregular do solo. A porção oeste do Gama está inserida na SZDPE 1, área rural da porção sul da bacia do Descoberto, que possui diretrizes de monitoramento e fiscalização de parcelamentos irregulares, estruturação viária e preservação das áreas de vegetação nativa.

2.7.4 Mobilidade

Os núcleos urbanos da UPT Sul são estruturados ao longo das rodovias BR-450/DF-003 – EPIA, DF-480, e BR-251/DF-001 – EPCT (Estrada Parque Contorno). Gama e Santa Maria estão próximas ao limite sul do DF e possuem estreita relação com os municípios Novo Gama e Valparaíso de Goiás, cujo principal acesso é pela BR-040. Gama e Santa Maria são atendidas por transporte de massa - BRT Sul. Por outro lado, as RA Recanto das Emas e Riacho Fundo II possuem proximidade à Samambaia e Taguatinga, e se ligam ao centro do DF pela DF-075 – EPNB.

Em relação ao perfil de deslocamento (METRÔ, 2017), o Gama possui deslocamentos predominantemente realizados por transporte individual (TI), 42%, seguido pelo transporte ativo (TA), 35%, e o transporte coletivo (TC) 23%. Em Santa Maria, o TA corresponde à maioria dos deslocamentos, 38%, enquanto TI e TC são iguais com 30,5% cada. No Recanto das Emas, há predominância dos deslocamentos realizados por TA, 37%, e por TC, 36%, sendo que o TI representa 26%. Não há dados específicos para o Riacho Fundo II.

Quanto ao destino das viagens, a Pesquisa de Mobilidade Urbana do Distrito Federal – PMU-DF (Metrô, 2017)⁶⁶ constatou que além das viagens realizadas para fora da UPT especialmente em direção ao centro de Brasília, ou para Gama-Santa Maria possui deslocamentos internos expressivos, conforme destacado na figura a seguir.

A análise dos desafios, potencialidades e conflitos na UPT Sul sob a perspectiva do Eixo Temático Mobilidade teve como foco a inserção territorial e deslocamentos.

No que diz respeito a inserção territorial e mobilidade, segundo o a zona ZEE-ADP I-N5 tem potencial pela importância estratégica regional e nacional para a mobilidade e circulação de cargas e

66 METRÔ-DF & Consórcio PDOT/DF. Pesquisa de Mobilidade Urbana do Distrito Federal – PMU-DF. Brasília, 2017.



mercadorias no eixo BSB-Anápolis-GYN. Conflito pela descaracterização de zona rural e impacto no meio ambiente

Seu potencial é ser uma área estratégica em escalas regional e nacional, com proximidade à BR-060, rodovia que conecta Brasília a Anápolis (GO), Goiânia (GO) e Campo Grande (MS). Planejada de maneira a integrar, além disso,, com o transporte ferroviário que viria a ser implantado na rota BSB-Anápolis-GYN, e com transporte aeroviário. O desafio é que não há previsão para implantação do trecho ferroviário e a área demarcada para a ADP não é precisa, necessita estudos diversos de viabilidade.

A atual ocupação da Ponte Alta é um desafio, pois consolidar uma malha viária integrada (dentro e fora) gera um conflito com meio ambiente e ruralidades. Potencial de, caso urbanizado, desenvolver projeto de urbanismo voltado ao transporte coletivo e mobilidade ativa.

Existe um Potencial de conexão da ADP 1 do ZEE-DF com o núcleo urbano do Recanto das Emas, devido à proximidade pela BR-060. O desafio são as atividades de caráter rural e presença expressiva de APPs próximas ao núcleo urbano do Recanto das Emas, dificultando a implantação de atividades.

Outro ponto, é o conflito com Ruralidades, devido à descaracterização de atividades rurais no entorno do núcleo urbano do Recanto das Emas, caso implantada a ADP. Conflito com Meio Ambiente e Infraestrutura, devido à sensibilidade ambiental da área, principalmente em relação aos riscos de perda de recarga e de contaminação de aquífero; presença expressiva de Áreas de Preservação Permanente.

A consolidação do anel viário do PDOT, conectando o Recanto das Emas, Samambaia e Riacho Fundo II é um desafio do eixo de Mobilidade, pois é um trecho de difícil implementação, devido ao córrego Vargem da Bênção e à ocupação do Núcleo Rural Vargem da Bênção.

O Polo de Desenvolvimento JK foi criado para atrair empresas para produção industrial, possuindo potencial para fortalecimento econômico na UPT Sul. A localização às margens da DF-290 e, principalmente, da BR-040 reforça potencial logístico de escoamento de produção. O desafio é que a área não é suficientemente abrangida por TPC; único acesso por TPC se dá pela BR-040, dificultando o acesso à região por moradores de Santa Maria e Gama, desestimulando o crescimento industrial e econômico da região por dificuldade de acesso da mão-de-obra. Amplos vazios urbanos na área reforçam sensação de insegurança e desestimulam mobilidade ativa.



Outro ponto é a Avenida Sucupira, (que tem o potencial de maior integração entre Riacho Fundo I e Riacho Fundo II) mas, não está inteiramente consolidada. Um trecho da rota está somente em estrada de terra, sem asfaltamento; porém o asfaltamento e estímulo à utilização mais ampla da rota podem ocasionar impactos ambientais nos corpos hídricos.

O BRT Sul atende parte da demanda de deslocamento entre as Regiões Administrativas de Santa Maria e Gama e a Região Administrativa do Plano Piloto, diminuindo consideravelmente tempo de viagem com maior capacidade de passageiros, porém, o BRT percorre grandes áreas vazias entre Park Way e Gama/Santa Maria e possui baixa eficiência da infraestrutura. Além disso,, estações de BRT são instaladas às margens da malha urbana, sem integração com áreas centrais ou residenciais.

A localização das Regiões Administrativas que compõem a UPT Sul é estratégica em termos de logística e escoamento de produção, sendo alta a demanda por Galpões logísticos na BR-060, BR-040 (Epiá Sul), DF-290, BR-251.

As rodovias mencionadas potencializam atividades econômicas com diversas localidades: BR-060, rodovia radial, conecta o Distrito Federal a Goiânia (GO), Campo Grande (MS) e Paraguai; BR-040, rodovia radial, conecta o Distrito Federal a Belo Horizonte (MG) e Rio de Janeiro (RJ); BR-251 (rodovia transversal) ou DF-001 – Estrada-Parque Contorno realiza o contorno da área central da metrópole e possui alta conectividade com diversos núcleos urbanos e rurais que a compõem, além de conectar o Distrito Federal a Unai (MG) e municípios diversos de GO e MT; DF-290 conecta a BR-060 à BR-040, passando por Gama (DF), Santa Maria (DF), Novo Gama (GO) e Valparaíso de Goiás (GO).

Alguns núcleos urbanos da UPT Sul possuem distâncias caminháveis e cicláveis. Os deslocamentos por transporte ativo é de mais de 1/3 do total dos deslocamentos das RA: Santa Maria (38%), Recanto das Emas (37%) e Gama (35%). É um desafio humanizar e melhorar as vias.

O BRT Sudoeste atenderia parte da demanda de deslocamento entre as Regiões Administrativas do Plano Piloto, Riacho Fundo I, Riacho Fundo II, Recanto das Emas, Arniqueira, Núcleo Bandeirante, Candangolândia e o município de Santo Antônio do Descoberto (GO), diminuindo consideravelmente tempo de viagem com maior capacidade de passageiros.

A BR-251/DF-001 segrega Riacho Fundo II e Recanto das Emas. É um desafio de aumentar a integração e acessibilidade entre as cidades. Há demanda de travessia de pedestres no referido trecho da DF-001, principalmente devido ao predomínio do uso residencial no Riacho Fundo II e consequente dependência das atividades comerciais e institucionais do Recanto das Emas. Travessias existentes são inadequadas.



Há boa abrangência da rede cicloviária para a população residente na região: Riacho Fundo II (90%), Rec. Emas (65%), Santa Maria (62%), Gama (51%). É um desafio melhorar a conectividade e a capilaridade da rede.

As RA da UPT Sul possuem distintas abrangências em relação ao TPC frequente. O Gama, apesar de possuir BRT, possui apenas 46% dos residentes próximos ao TPC frequente (500m). Santa Maria e Rec. Emas possuem 58%. Já o Riacho Fundo II possui 94%. É desafio rever rotas de TPC de maneira a abranger maior porcentagem das áreas residenciais. Estações de BRT são instaladas às margens das malhas urbanas do Gama e de Santa Maria, diminuindo abrangência do modal.

2.7.5 Ruralidades

Na UPT Sul todos os pontos analisados se encontram em Macrozona Rural, em Zona Rural de Uso Controlado IV e V, que trata de áreas sensíveis ambientalmente, inclusive em áreas de mananciais destinados a atendimento público. Destaca-se que parte considerável desta está em região de médio a alto de risco recarga de aquífero. De acordo com o ZEE-DF, se encontra em Zona Ecológico-Econômica de Dinamização Produtiva voltada à Redução de Desigualdades Socioeconômicas – ZEEDPE, *destinada a diversificar as bases produtivas do DF com inclusão socioeconômica compatível com os riscos ecológicos e com os serviços ecossistêmicos*. E em consonância com PDOT vigente, essas áreas devem respeitar *legislação ambiental e de recursos hídricos, bem como as fragilidades e potencialidades do território estabelecidas em planos de manejo e zoneamento das unidades de conservação que as integram*.

O eixo ruralidades foi analisado considerando duas frentes principais que estão ocorrendo mais frequência na Macrozona Rural, e que não encontram respaldo na legislação vigente, que são as Ocupações humanas com características urbanas ou características mistas – Ocupações voltadas para moradia, em parcelas do solo menores que 2ha, sem vinculação com as atividades tradicionais que caracterizam a ruralidade; e as Atividades urbanas – Atividades econômicas que demandam características morfológicas e/ou de localização para a sua implantação e que nem sempre são atendidas na Macrozona Urbana, levando-as a avançar na Macrozona Rural para a sua implantação.

Em relação às ocupações humanas com características urbanas podemos encontrar parcelamentos do solo rural em módulos menores que 2ha, cujas atividades ali desempenhadas não se relacionam com as atividades típicas da ruralidade. Ou seja, são fracionamentos do solo cujo



objetivo é exclusivamente se criar unidades imobiliárias de dimensões urbanas, visando à moradia. Observa-se que estas ocupações se configuram como um desafio a ser solucionado com relação às ocupações mais adensadas. As ocupações urbanas apresentam conflito com relação à questão das águas e deve ser avaliado em conjunto com os eixos de regularização e de meio ambiente e infraestrutura.

As ocupações urbanas informais estão localizadas nas franjas da malha urbana do Gama (próximas a APM Ponte de Terra, entre Unidades de Conservação do Parque Vivencial da Ponte Alta do Gama e do Parque Ecológico do Gama) e nas franjas da malha urbana do Recanto das Emas, que apresentam desafios ao enfrentar consequente pressão urbana da oferta habitacional prevista para localidade e pressão de parcelamento informal próximo a Reserva Ecológica Siriguela e as De acordo com o PDOT *é proibido o parcelamento do solo que resulte em lotes inferiores a 2 (dois) hectares e inferiores às dimensões dos lotes determinadas por zoneamento ambiental ou plano de manejo das unidades de conservação em que estiver inserido, devendo ser averbadas as respectivas reservas legais.*

A presença de muitas ocupações urbanas informais na macrozona rural entre Gama e Recanto das Emas indicam claramente a expansão de tecido urbano irregular em áreas de risco de recarga de aquífero inclusive dentro da poligonal da Reserva Biológica. Entende-se como conflito da Macrozona Rural e Urbano, bem como desafio a ser enfrentado do ponto de vista ambiental e social. Oportunidade para fomentar parcerias entre as entidades representativas dos produtores, as comunidades rurais, a iniciativa privada e os órgãos do Governo.

A presença de ocupações urbanas informais dentro do Setor Meireles inclusive às margens da DF 290 onde é previsto originalmente área para galpões logísticos. Está entre o Setor Habitacional de Regularização ARIS Ribeirão – Santa Maria e a BR040, forte tendência a densidade urbana. De acordo com o PDOT *é proibido o parcelamento do solo que resulte em lotes inferiores a 2 (dois) hectares e inferiores às dimensões dos lotes determinadas por zoneamento ambiental ou plano de manejo das unidades de conservação em que estiver inserido, devendo ser averbadas as respectivas reservas legais.*

Além dos parcelamentos existentes, existe o surgimento de um parcelamento irregular do solo na região posterior ao Riacho Fundo II nas proximidades com o CAUB I. Região do Polo Multifuncional Catetinho, no cruzamento da Estrada Parque Ipê (DF065), e EPCT (DF001). Potencial transformador da relação socioespacial oriundo do empreendimento Parque do Riacho, em Macrozona Urbana. Ainda apresenta significativo uso rural, necessitando fortalecer sua manutenção e preservação. Está situado em Macrozona Rural de Uso Controlado V, QUE compreende as áreas rurais inseridas na bacia do lago



Paranoá. Oportunidade para fomentar parcerias entre as entidades representativas dos produtores, as comunidades rurais, a iniciativa privada e os órgãos do Governo.

Quanto às atividades urbanas que estão surgindo em Macrozona Rural, destacam-se algumas tipologias mais recorrentes, que demandam características encontradas em zonas rurais. As atividades que merecem destaque são: galpões logísticos, centros de distribuição, atacadistas; casas de eventos, clube de tiro, clubes de lazer e hospedagem. Todas as atividades destacadas demandam glebas de grandes proporções, que são encontradas nas zonas rurais, especialmente a baixo custo tornam-se fortes atrativos para a pressão destas atividades sobre a Macrozona Rural. Além disso,, a proximidade com rodovias de grande escoamento de produtos e/ou de conexão com diversas regiões administrativas (DF065 e BR060) e são importantes conexões do DF com demais Estados, atraí as atividades de armazenamento e distribuição de mercadorias, nem sempre relacionadas a s atividades agropecuárias. Exemplo que pode ser citado é o polo logístico multifuncional do Catetinho.

Portanto, para proposições de revisão de estratégias de ordenamento territorial é aconselhável serem avaliadas em conjunto com o eixo mobilidade, bem como com o eixo centralidades, de modo a fortalecer o potencial econômico da região, tanto em relação ao DF, quanto demais estados envolvidos. Importante a participação também de eixos de meio ambiente e de regularização fundiária. Por fim, a questão de capacidade de abastecimento hídrico, tanto para as atividades de produção agropecuária, quanto para as atividades supracitadas, deve ser motivo de preocupação e elemento norteador das possibilidades de análise e proposições eu surgirem diante destas novas realidades dentro do Eixo ruralidade do DF.

Foi identificado uma pressão urbana no Núcleo rural Vargem das bênçãos por estar próximo a Zona urbana com atividades de atacadista e presença de galpões logístico próximos a uma das principais conexões e saídas do DF.

Constam alguns pedidos de viabilidade de galpões logísticos na região de grandes ocupações informais do solo Ponte de Terra Alta e Núcleo rural Casa Grande. Ao lado de ARINE, em setor habitacional de Regularização, presença de PUI Residencial Vitória – Gama indicativo de potencial expansão urbana e descaracterização do uso rural. Há requerimento de Revisão do PDOT com pedidos de alteração de zoneamento rural para urbano. Está em APM-Ponte de Terra, e APM olho d'água.

Os pedidos de Galpões logísticos foram solicitados também às margens das rodovias BR 040 BR060 DF290 e DF251. Possui pedidos de viabilidade em APM olho d'água. Oportunidade para ser promovida a regularização da ocupação das terras públicas rurais do DF.



Pedidos de viabilidade voltados a complementação e manufatura de produção agropecuária como indústria e produção de alimentos de origem vegetal e animal. Oportunidade para fomentar parcerias entre as entidades representativas dos produtores, as comunidades rurais, a iniciativa privada e os órgãos do Governo.



3 DIAGNÓSTICO TÉCNICO NA ESCALA DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS – RA

De julho a setembro de 2022 foram realizadas oficinas de cartografia participativa com os Técnicos das Regiões Administrativas em eventos por UPT. A contribuição dos Técnicos das RA para o Diagnóstico surge como uma aproximação do processo de revisão da realidade da escala local de cada Região Administrativa. O evento foi organizado em três momentos: primeiro uma parte expositiva, onde os técnicos da SEDUH apresentaram informações sobre a UPT em que as RA se inserem e dados vinculadas ao processo de revisão; em seguida ocorreu o segundo momento em que os técnicos de cada RA conversavam sobre questões relevantes ao PDOT do seu território e por fim um momento expositivo para os demais técnicos, com objetivo identificar problemas que extrapolam a RA e afetam a região.

O processo SEI 00390-00006682/2022-13⁶⁷ possui o registro de todo o material produzido a partir destas oficinas. É possível encontrar os materiais desenvolvidos para apresentação em cada reunião com os técnicos das RA, os registros fotográficos do material da dinâmica utilizada, bem como a Ata da reunião e a lista de presença. A seguir serão apresentados resumos vinculados a esta análise na escala da Região Administrativa.

3.1 1ª REUNIÃO: REGIÕES ADMINISTRATIVAS DA UPT OESTE

A **Reunião Técnica com as Regiões Administrativas da UPT Oeste**⁶⁸ ocorreu no dia 06/07/2022, na modalidade presencial, como mostra a **Figura 1**. O evento iniciou às 14h30, no Auditório da SEDUH, e contou com 36 pessoas no total. Para a discussão, os participantes foram divididos em 5 grupos, sendo cada um correspondente a uma Região Administrativa. É possível acessar o documento de relatório específico desta Reunião Técnica no site do PDOT disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/Documentos>. A seguir serão apresentadas informações vinculadas à contribuição de cada Região Administrativa. Cada RA possui um mapa com a indicação de pontos simbólicos das problemáticas indicadas pelos técnicos. Junto ao mapa é

67 As informações do processo supracitado também estão disponíveis no botão “Reuniões com Técnicos das Administrações Regionais” da aba “Documentos já produzidos”, no site do processo de revisão do PDOT, no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/Documentos>.

68 A UPT Oeste é composta pelas: RA IV – Brazlândia, RA IX – Ceilândia RA XII – Samambaia RA XXXII – Sol Nascente/Pôr do Sol RA III – Taguatinga.



apresentado também um quadro com a lista de problemáticas, seu código ID, o eixo vinculado⁶⁹, bem como a descrição.

Figura 1 – Fotografias da Oficina com Técnicos de RA da UPT Oeste.



Fonte: SUPLAN/SEDUH.

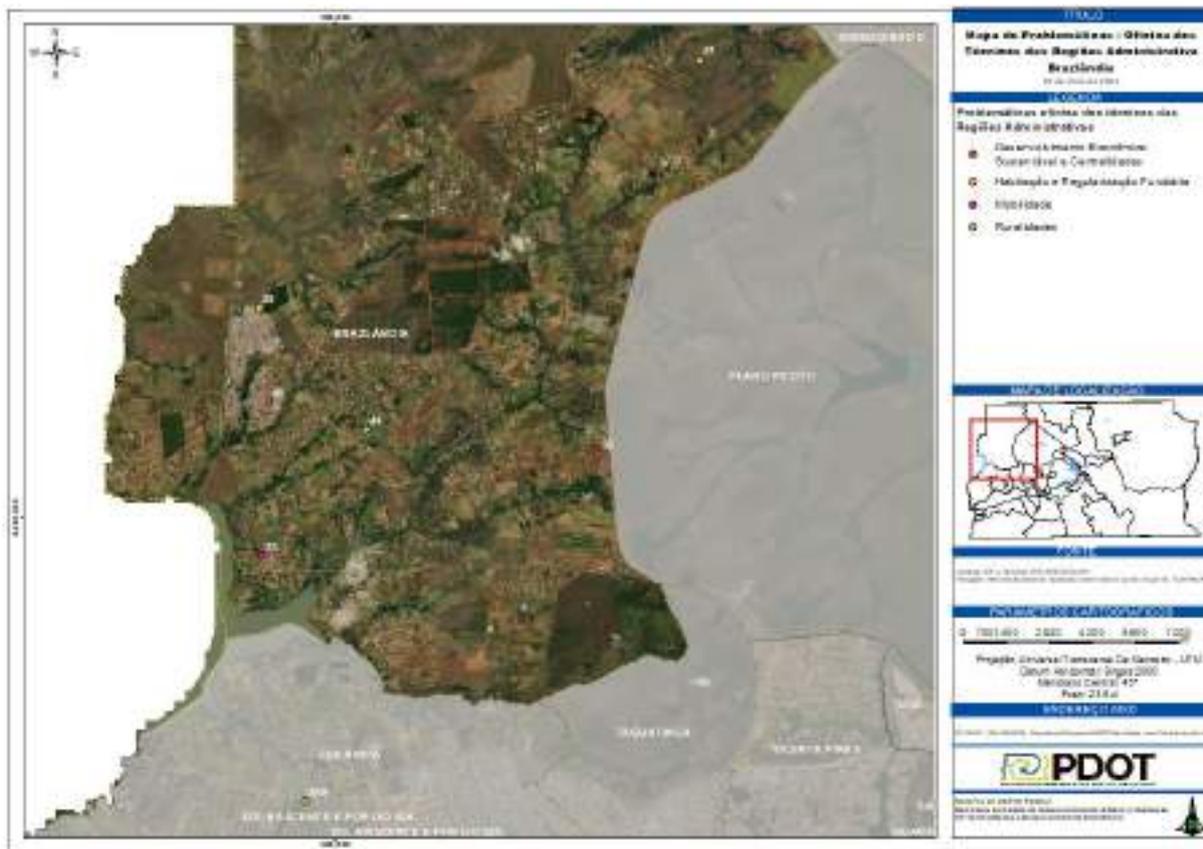
3.1.1 Brazlândia

Para a RA de Brazlândia, conforme o **Mapa 8** e o **Quadro 8**, os técnicos apresentaram sete demandas vinculadas a quatro eixos temáticos. Em Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, foi abordada a vocação para turismo rural e religioso, além da demanda por áreas de desenvolvimento industrial. Já em Habitação e Regularização Fundiária, há demandas quanto a regularização de setores que margeiam a área urbana, além da necessidade de provisão habitacional. Sobre Mobilidade, a demanda manifestada pelos técnicos foca em transporte público, ao passo que, em Ruralidades, volta-se a reforçar a vocação ao turismo rural e foi apontado o limite da macrozona urbana como fator impeditivo ao desenvolvimento da região.

69 Adotou-se neste quadro as siglas dos Eixos Temáticos para melhor legibilidade. As siglas de cada eixo são: Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (CTD), Habitação e Regularização (HAB), Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), Mobilidade (MOB), Gestão Social da Terra (GST) e Ruralidades (RUR).



Mapa 8 – Problemáticas - Técnicos RA Brazlândia.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Quadro 8 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Brazlândia.

ID	Eixo	Descrição
38	CTD	Vocação para turismo tanto rural como religioso.
39	HAB	Provisão Habitacional (há déficit), em relação à Q58 Vila São José.
40	CTD	Déficit Industrial (Área de Desenvolvimento Industrial).
41	HAB	Regularização de Capozinho 2 e 3 (margeiam a área urbana).
43	MOB	Dificuldade extrema de mobilidade urbana em relação ao transporte público.
44	RUR	Incentivo à Vocaçao rural (meio ambiente) turismo e indústria.
249	RUR	Limite da Macrozona Urbana é limitado e impede o desenvolvimento da região.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

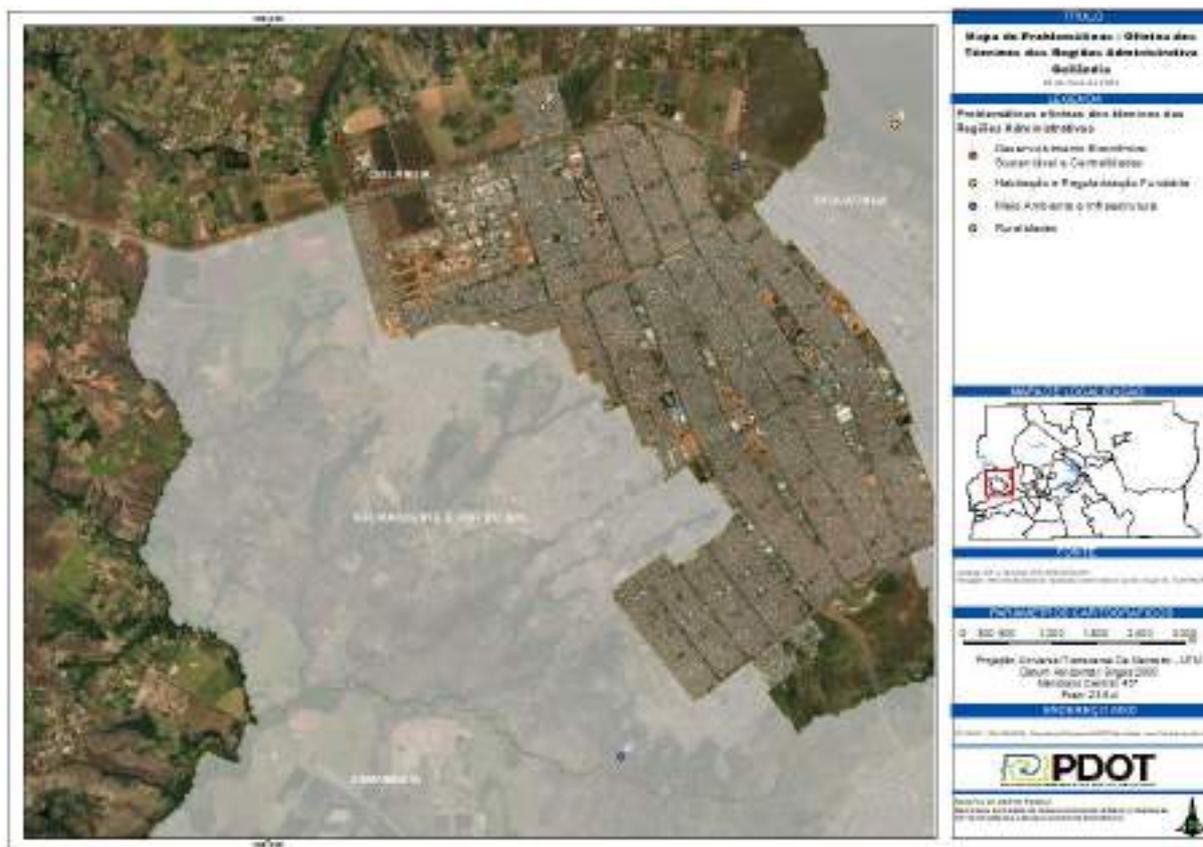
3.1.2 Ceilândia

Como se verifica no **Mapa 9** e 9, as demandas associadas à RA de Ceilândia abrangem quatro Eixos Temáticos, em quantidades equivalentes. Em Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, os técnicos reivindicam uma melhora no potencial turístico da Região, assim como por mais equipamentos de esporte e lazer. Essas demandas se associam com aquelas apresentadas em Meio Ambiente e Infraestrutura, por parques tanto ecológicos, em contexto metropolitano, como



urbanos, no interior da cidade. Em Habitação e Regularização Fundiária, se demanda a regularização de áreas urbanas e de áreas públicas. Por fim, em Ruralidades, há demandas por manutenção das zonas rurais, frente ao avanço das áreas urbanas.

Mapa 9 – Problemáticas - Técnicos RA Ceilândia.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Quadro 9 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Ceilândia.

ID	Eixo	Descrição
2	HAB	Regularização do Condomínio Privê.
3	RUR	Áreas rurais virando urbanas. Dificuldade de Aprovação.
4	MAI	Parque Metropolitano ARIE JK.
5	MAI	Parque do Setor O Urbano.
6	CTD	Melhorar o Potencial Turístico
7	CTD	Carência de Lazer e Esporte.
8	HAB	Invasão da Área dos Becos.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

3.1.3 Samambaia

Para a RA Samambaia, como verificado no **Mapa 10** e **Quadro 10**, para o Eixo Temático de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, as demandas colocadas pelos técnicos



dizem respeito ao fomento econômico e habitacional ao longo das vias de trânsito rápido, enquanto locais de alta acessibilidade. No que tange o Eixo de Mobilidade, tanto se demandam soluções ao congestionamento viário de Samambaia, como se realça a importância do Metrô enquanto um dos principais modais de deslocamento, sem deixar de evidenciar sua limitação na mancha urbana. Foi lembrado como são importantes as vias que passam pela RA, as quais realizam a conexão entre diferentes UPT.

Em Ruralidades, se demanda atenção às ocupações irregulares, especialmente onde se torna possível o turismo rural. Essa demanda se associa àquelas apresentadas no Eixo de Meio Ambiente e Infraestrutura, sobre invasões em áreas de interesse ecológico. Por fim, em Habitação e Regularização Fundiária, além das demandas também se voltarem às ocupações habitacionais informais, se solicita a regularização e controle do fracionamento de áreas urbanas.

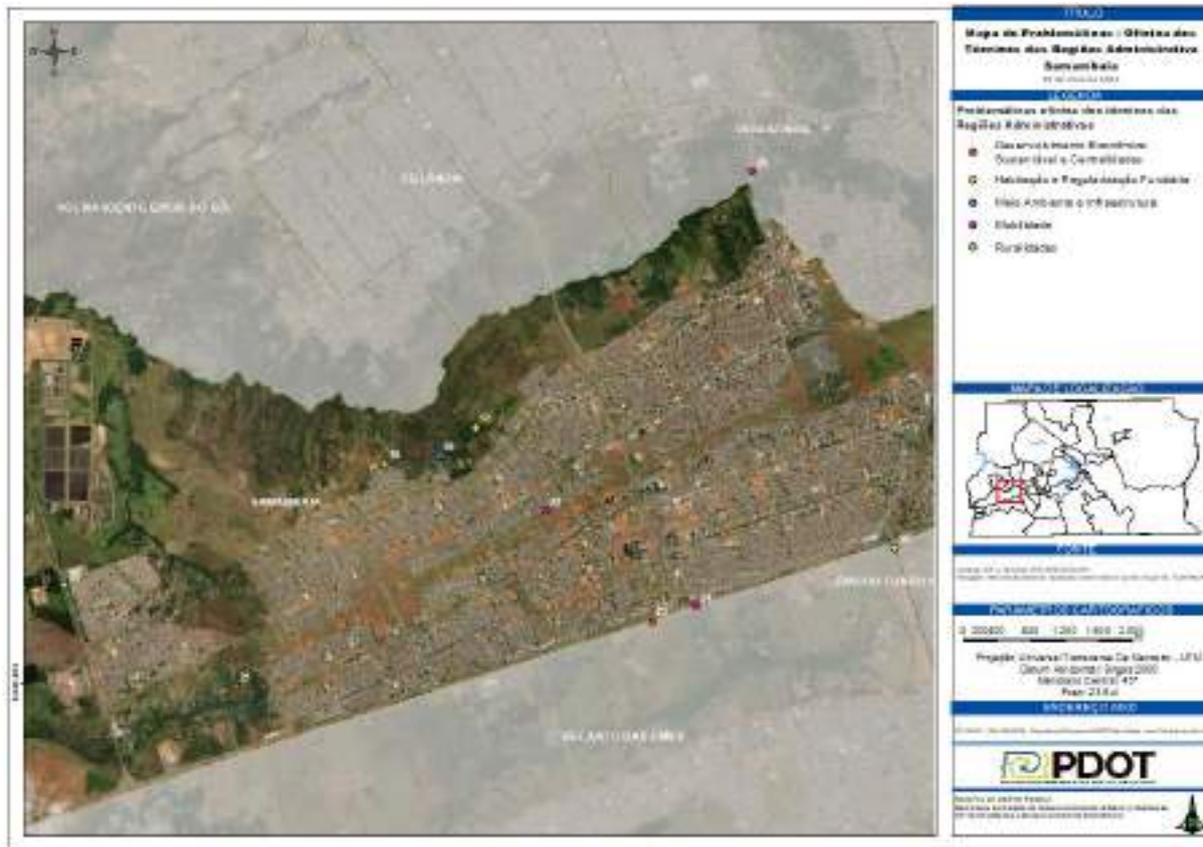
Quadro 10 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Samambaia.

ID	Eixo	Descrição
16	HAB	Setor de Mansões/Regularização - Fracionamento é permitido pelo PDL, mas não é realizado conforme a norma.
17	HAB	Arie JK - Regularização - Invasão em área rural e pública.
18	MAI	Arie JK - Meio ambiente – invasão em área de preservação.
19	RUR	Arie JK - Rural – ocupações irregulares com características urbanas.
20	RUR	DF-180 – Invasão e ocupação irregular com característica urbana (há área com interesse de turismo rural).
21	CTD	Área potencial para processo de vender lotes para atender o desenvolvimento econômico, especialmente ao longo da BR 060.
22	MOB	Centro de Samambaia – Estação final do Metrô-DF – Grande fluxo de pessoas no horário de pico, fazem a ligação via ônibus circular com a parte final da Samambaia não atendida pelo metro. Metrô é o principal modal da RA.
23	CTD	BR 060 - ADE é insuficiente para atendimento da demanda.
24	MOB	BR 060 - ADE. HS - demanda para ônibus de turismo, mat. construção, mecânico caminhões, galpão de logística.
25	MOB	Descida da QNE – Avenida do hospital de Samambaia. Acesso setor de mansões. Importante eixo de deslocamento. Entrocamento. Ligação com a UPT Sul – Recanto das Emas – congestionamento fora de Samambaia.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



Mapa 10 – Problemáticas - Técnicos RA Samambaia.



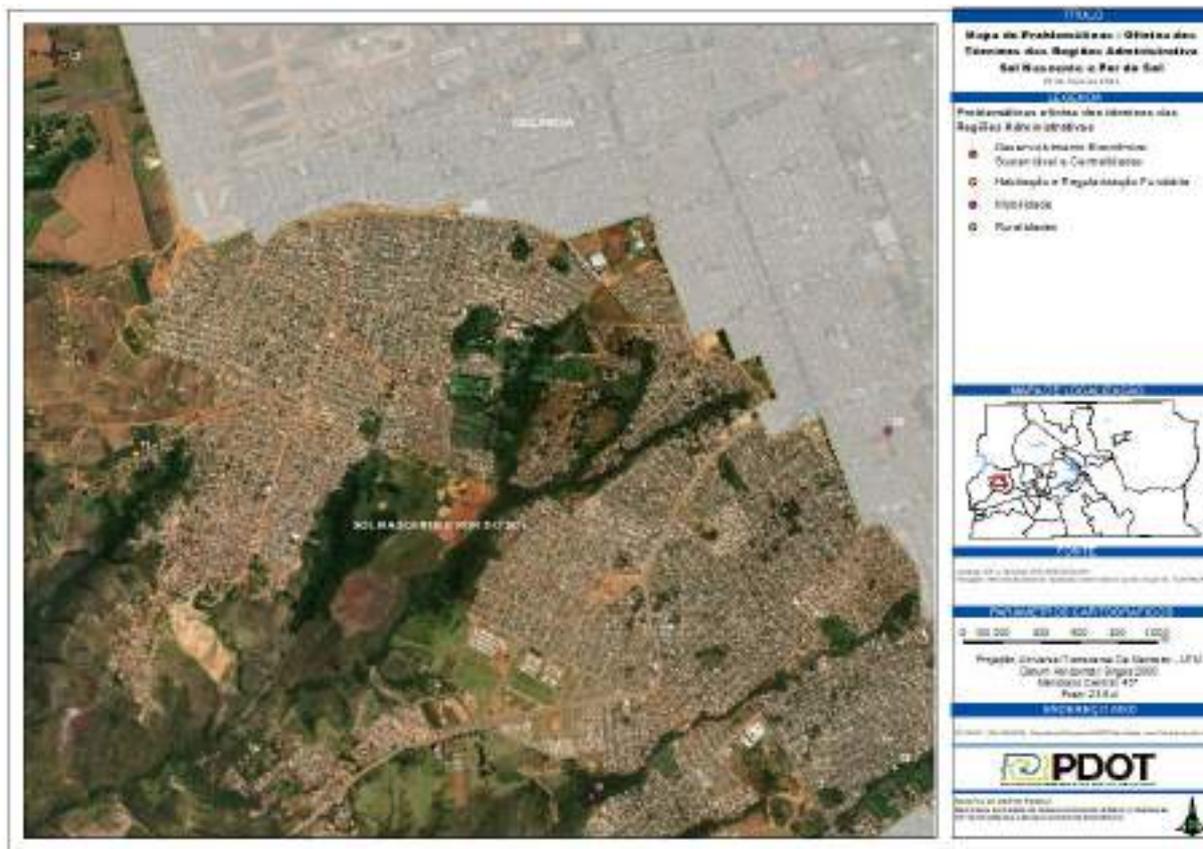
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

3.1.4 Sol Nascente/Pôr do Sol

Para a RA de Sol Nascente/Pôr do Sol (**Mapa 11** e **Quadro 11**), no Eixo Temático de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, os técnicos apontaram locais para desenvolvimento econômico na RA. Para Habitação e Regularização Fundiária, se torna evidente que a constante expansão habitacional da RA deve vir acompanhada de parques e espaços de lazer para a população. As demandas no Eixo de Mobilidade realçam a necessidade de aprimoramento dos modais rodoviários - por meio da criação de novas vias de acesso - e metroviário - por meio da expansão de trilhos para a RA. Por fim, em Ruralidades, se demanda a alteração do macrozoneamento de rural para urbano em determinadas localidades.



Mapa 11 – Problemáticas - Técnicos RA Sol Nascente/Pôr do Sol.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Quadro 11 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Sol Nascente/Pôr do Sol.

ID	Eixo	Descrição
9	MOB	Avenida Cidade do Sol - Criação de ligação da região por meio de estrada conectando Sol Nascente e Por do Sol.
10	CTD	Região para criação de áreas de desenvolvimento econômico.
11	HAB	Região em constante crescimento habitacional sem planejamento. Falta de parques e áreas de lazer.
13	RUR	Possibilidade de alteração do Macrozoneamento rural para urbano (chacara 37).
15	MOB	Expansão do Transporte Público (Metrô).

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

3.1.5 Taguatinga

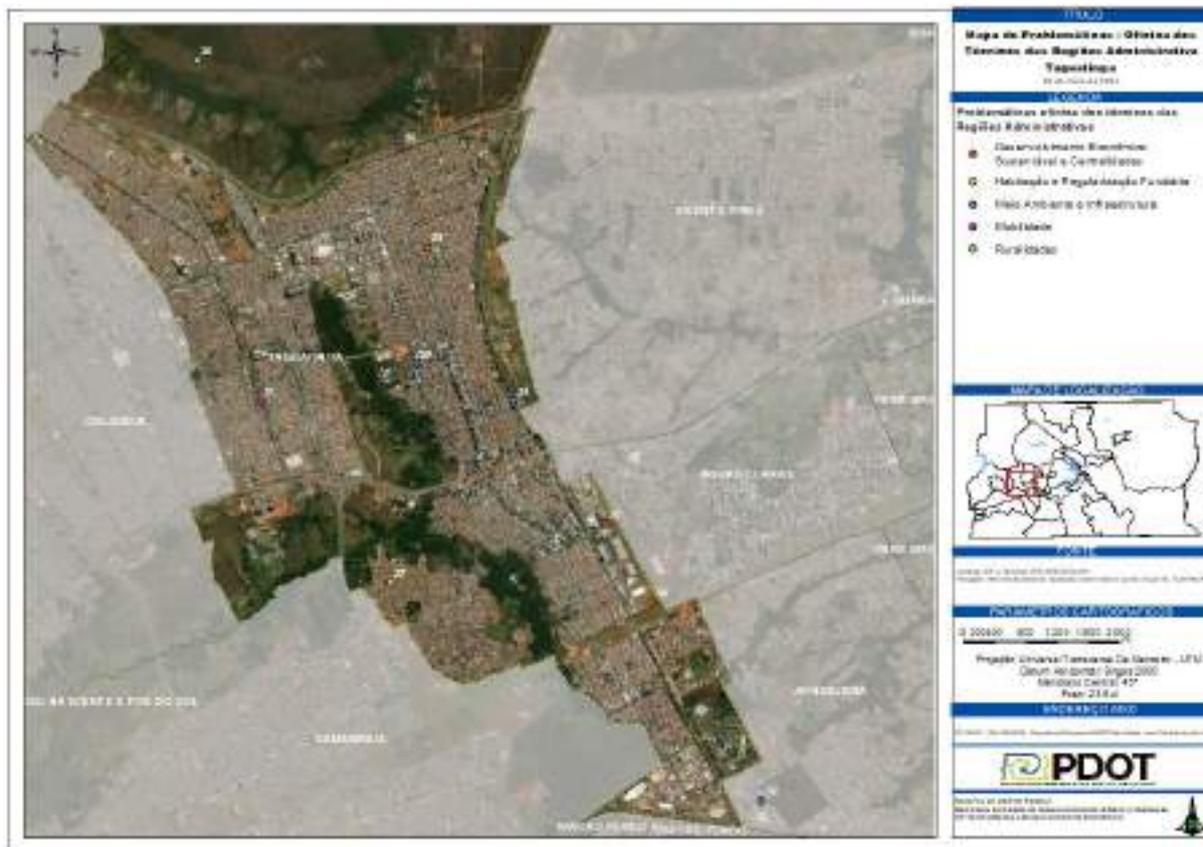
Para a RA de Taguatinga, conforme mostra o **Mapa 12** e o **Quadro 12**, a maior parte das demandas se insere em Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades. Neste Eixo, há demandas relacionadas ao conflito entre usos, devido à ocupação residencial em espaços industriais, assim como conflitos que decorrem na ausência de espaço para estacionamento. Ainda neste Eixo, tanto se demanda por soluções a prédios abandonados, como se busca o incentivo ao comércio local.



O conflito de usos se deriva, também, do Eixo Temático de Meio Ambiente e Infraestruturas, pois, segundo os técnicos, os espaços ecológicos também sofrem com o conflito de usos. Ainda neste Eixo, existe a demanda por compensação ecológica e da ampliação da infraestrutura viária, em diálogo com a manutenção dos parques correlatos.

O sistema viário também é retornado no Eixo de Mobilidade, com a demanda por modernização e requalificação. Na perspectiva da mobilidade ativa, se demanda por ampliação da rede de ciclovias que liga Taguatinga às RA limítrofes. Por fim, em Ruralidade, há a demanda por regularização e manutenção do zoneamento e uso rural, frente ao avanço urbano.

Mapa 12 – Problemáticas - Técnicos RA Taguatinga.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Quadro 12 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Taguatinga.

ID	Eixo	Descrição
26	RUR	Área rural (Córrego dos currais, margeando a flora) em processo de regularização rural (40 anos poceiros). A ideia é manter rural. Área rural sofre pressão da malha urbana para deixar de ser rural.
27	HAB	Setor Primavera 4 chácaras (2 chácaras em processo com a Terracap e 2 em tramite com a Codhab).
28	CTD	Ao longo da EPNB, encontro com o Pistão Sul. Referência a fábrica de café. Área potencial que os lotes grandes para indústria foram ocupados por habitação e hoje tem o conflito dos moradores com a



ID	Eixo	Descrição
		indústria.
29	CTD	Feira dos Goianos.
30	MAI	Parque urbano de Taguatinga QNL conflito de uso.
31	MOB	Projeto de Ciclovias 44Km (ligar Samambaia, Taguatinga, EPTG) pronto em trechos.
32	MAI	Parque Sul Marqueia o Pistão Sul - Existe um TAC para a Católica desenvolver a área pública e construir um parque em compensação.
33	MAI	Plano Diretor do TaguaPark em execução. Obra de Infraestrutura – Duplicação da boca da mata ligando Samambaia a Taguatinga.
34	CTD	Setor Hospitalar/Setor de Oficinas (mecânicas grandes e pequeno porte) – Conflito. Estacionamento não é suficiente e os setores são próximos.
35	CTD	Prédios (do governo e comerciais) abandonados no centro de Taguatinga próximo à obra do viaduto.
36	MOB	Modernização da Via Hélio Prates e requalificação. Viaduto.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

3.2 2ª REUNIÃO: REGIÕES ADMINISTRATIVAS DA UPT SUL

A **Reunião Técnica com as Regiões Administrativas da UPT Sul**⁷⁰ ocorreu no dia 13/08/2022, na modalidade presencial (**Figura 2**). O evento iniciou às 14h30, no Auditório da SEDUH DF, e contou com 32 pessoas no total. Para a discussão, os participantes foram divididos em 4 grupos, sendo cada um correspondente a uma Região Administrativa. É possível acessar o documento de relatório desta Reunião Técnica no site do PDOT disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/Documentos>. A seguir serão apresentadas informações vinculadas à contribuição de cada Região Administrativa.

70 A UPT Sul é composta pelas Regiões Administrativas Gama, Santa Maria, Recanto da Emas, Riacho Fundo II e Água Quente.



Figura 2 – Fotografias da Oficina com Técnicos de RA da UPT Sul.



Fonte: SUPLAN/SEDUH.

3.2.1 Gama

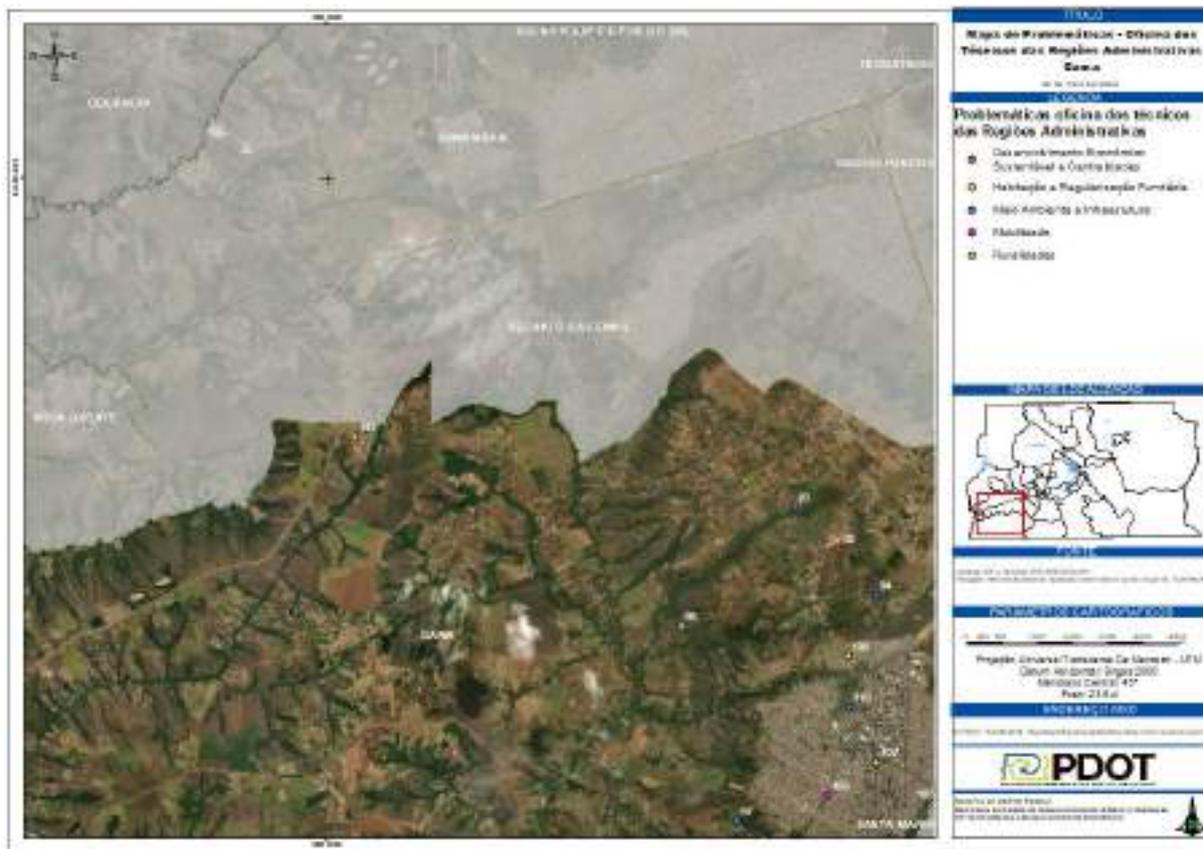
Para a RA Gama, conforme mostra o **Mapa 13** e o **Quadro 13**, em Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades é demandada a fiscalização em equipamentos que, se oferecem emprego, também são parcelados irregularmente. Em Habitação e Regularização Fundiária, as demandas se voltam às ocupações irregulares, em contexto de ocupação habitacional em áreas ambientais e de equipamentos comerciais sem regularização.

A demanda de ocupações irregulares também se deriva no Eixo Temático de Meio Ambiente e Infraestrutura, clamando cuidado com áreas ambientalmente sensíveis e atenção às Zonas de Proteção Integral e de Proteção Permanente, assim como a supressão de possíveis novas ocupações nessas áreas.

Em Mobilidades, as demandas se voltam à necessidade de melhoria do transporte público e da ampliação do sistema de integração entre modais. Por fim, em Ruralidades, se realça a potencialidade para atividades rurais, devido à presença, nessa RA, de cultura neste âmbito. Nesse sentido, também os técnicos também demandam à extensão da área rural e por novas ruralidades, como forma de diversificar as possibilidades de usos das chácaras.



Mapa 13 – Problemáticas - Técnicos RA Gama.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Quadro 13 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Gama.

ID	Eixo	Descrição
92	CTD	Galpões Logísticos estabelecidos sem condições de licenciamento (DF-475). Atrai empregos (positivo). Parcelamentos irregulares (negativo).
93	MAI	Áreas de grande pressão por ocupações irregulares com áreas ambientalmente sensíveis (da DF-475 até a VC-351). Entre Casa Grande e Ponte de Terra e a VC-351.
94	MAI	Área de grande pressão por ocupações irregulares em áreas da CAESB (entre a DF-475 e a DF-480).
95	RUR	Área com grande potencialidade para atividades rurais. Colégio + Embrapa + Feira.
96	HAB	Ocupações irregulares na Macrozona de Proteção Integral (entre a VC-379 e a VC-385). Presença de Nascente.
97	MAI	Área de Proteção (extensão da Macrozona de Proteção Integral).
98	MAI	Manutenção da área de Proteção Permanente (prainha) entre o Gama e a Santa Maria.
99	RUR	Extensão da área rural - Produção rural agrícola. Ainda existe ruralidade.
100	MOB	Dificuldade de mobilidade e integração com o Gama. Ocupação lenta (territorial lenta). Localidade Dormitório.
101	MOB	Serra Dourada (RIDE) - Falta de mobilidade (veículo próprio ou carona) - VC-383 - Transporte público precário.
102	MOB	Não tem transporte público (VC-385).
103	MOB	Melhorar a integração junto ao BRT.
104	HAB	Expansão fora da poligonal da ARINE.
105	RUR	Novas Ruralidades. Chácaras para salão de festas, oficinas.
106	HAB	Contenção das ocupações irregulares (Mansões Paraíso).



ID	Eixo	Descrição
107	HAB	Invasões de áreas públicas urbanas com equipamentos públicos (quiosques, trailers, containers) sem regularizações - usadas para atividades comerciais.
108	HAB	Alagado de Suzana - Ocupação informal, atrás do presídio. Frear crescimento.
109	HAB	Parcelamento Urbano Isolado - Asa Branca.
110	MAI	Preservação do Parque Urbano do Gama da forma que se encontra. No geoportal já há previsão das quadras 3, 4 e 5 do setor norte.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

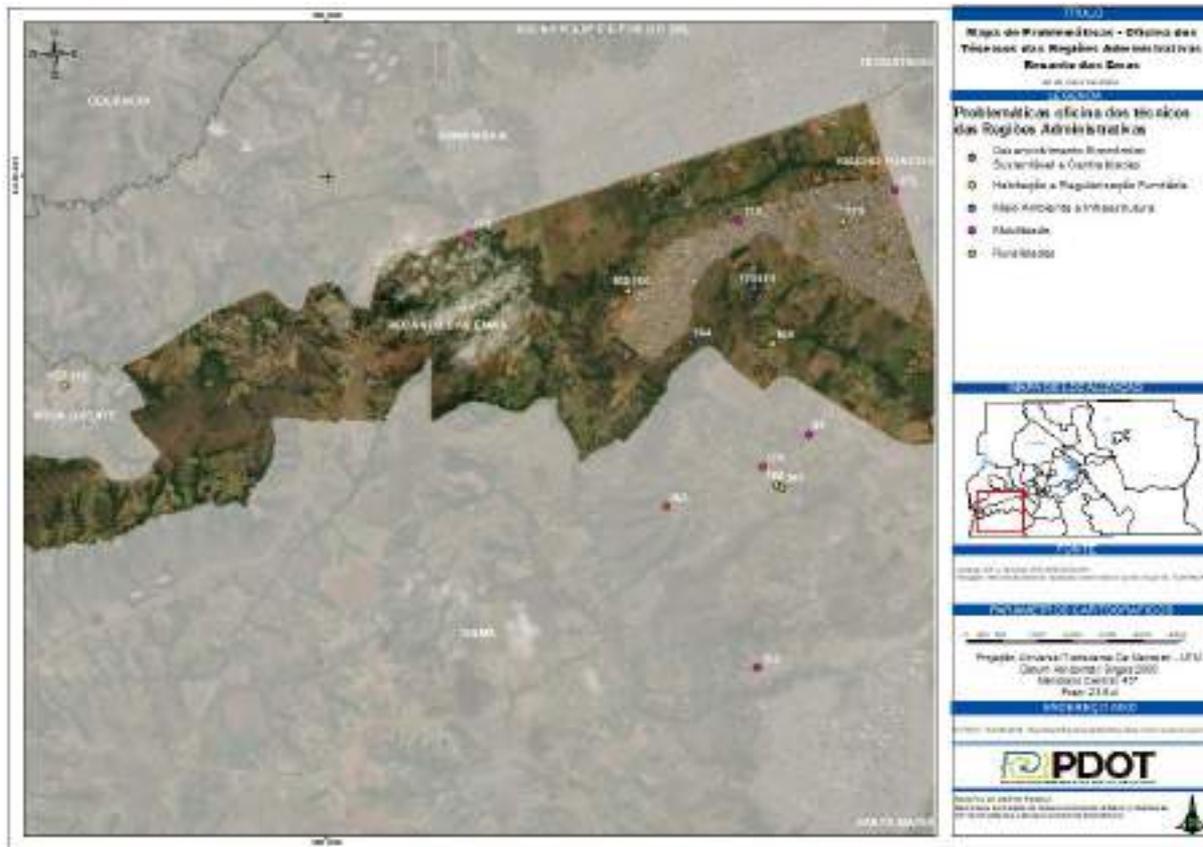
3.2.2 Recanto das Emas

Para a RA Recanto das Emas (**Mapa 14 e Quadro 14**), as demandas dos técnicos em relação ao Eixo de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades realçam o potencial turístico e ecológico da região, assim como o potencial comercial em determinadas vias. Se associa, então, ao Eixo de Meio Ambiente e Infraestrutura, para o qual se realça o potencial de lazer das paisagens da RA. No Eixo de Mobilidade as demandas se voltam à necessidade de transporte público e equipamentos associados, como galpões e paradas. Também se voltam ao próprio sistema viário, com a necessidade de manutenção das vias.

Em Habitação e Regularização Fundiária, é demandada atenção à forma como a ocupação de determinadas áreas tem ocorrido, com destaque à ocupação informal. Não obstante, também se solicita à ocupação habitacional em área desocupada que possui essa finalidade. Por fim, em Ruralidades, além de também solicitarem o foco no turismo rural da região, a regularização de assentamento é demandada, assim como a atenção à formação de condomínios fechados, que avançam a urbanização sobre a zona rural.



Mapa 14 – Problemáticas - Técnicos RA Recanto das Emas.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Quadro 14 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Recanto das Emas.

ID	Eixo	Descrição
91	MOB	Região Ponte de Terra e entorno. Reconhecer vias vicinais. Necessidade de provimento de ônibus. Necessidade de transporte coletivo e abrigo de ônibus.
160	HAB	Ocupação com características urbanas em forma de condomínios fechados.
161	RUR	Ocupação com características urbanas em forma de condomínios fechados.
162	MOB	Ponte caiu na vicinal entre Recanto das Emas e Gama. Necessidade de arrumar.
163	CTD	Igreja Capela São Francisco de Assis. Região de trilhas ecológicas - à pé e bicicleta/cachoeira. Potencial turístico, religioso, paisagístico e ecológico.
164	MAI	Parque Vivencial Recanto das Emas. Cachoeira. Potencial de Lazer.
165	RUR	Chácara 4 e 5. Há pressão para urbanização e uso habitacional. Ocupação Informal em forma de condomínios fechados.
166	HAB	Residencial Tamanduá e Vargem da Benção. Ocupação informal em área da CODHAB.
169	RUR	Assentamento rural 26 de julho. Aguardam Regularização Rural.
170	RUR	Área a ser preservada. Turismo rural.
171	MAI	Área a ser preservada. Turismo rural.
172	MOB	Área com galpões logísticos.
174	CTD	Tendência e atividade comercial na VC-341.
175	MOB	Vargem da Benção. Necessidade de transporte público coletivo e abrigos.
176	MOB	DF-001. Melhorar as condições de mobilidade e acessibilidade para pedestre e bicicleta. Necessidade de transporte de massa (BRT ou VLT).
177	CTD	Água Quente. Necessidade de transporte público coletivo ao longo da DF-280 pra atender a região de



ID	Eixo	Descrição
		Água Quente. Pedido para virar RA.
178	HAB	Água Quente. Ocupação irregular no entorno de Água Quente.
179	HAB	Núcleo do Recanto das Emas. Há área de reserva técnica para habitação - área está desocupada. (NGB XX/97). Cada quadra possui um conjunto de reserva técnica (para 24 habitações).

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

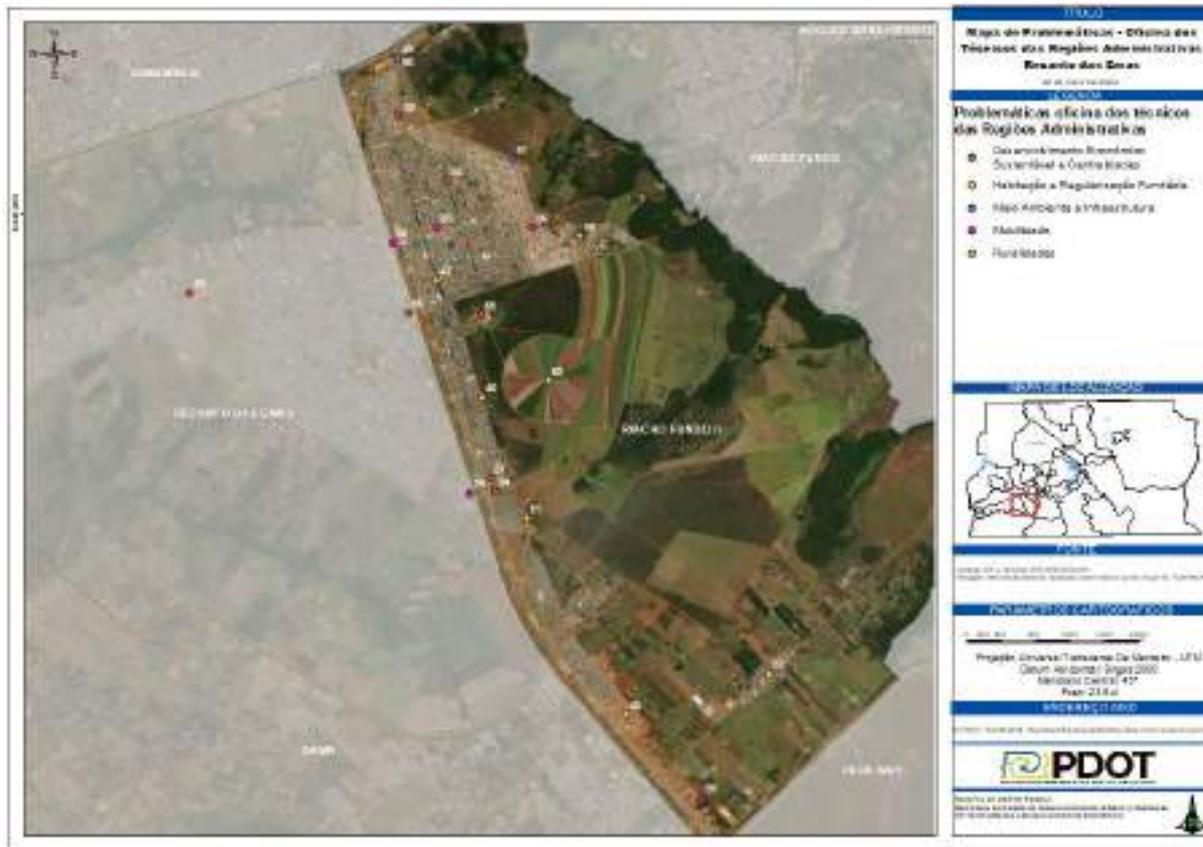
3.2.3 Riacho Fundo II

Para a RA Riacho Fundo II o **Mapa 15** e **Quadro 15** mostram que no Eixo de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades é demandada atenção a determinadas quadras residenciais, no que tange a equipamentos educacionais, culturais e comerciais, assim como na manutenção de uso de alguns setores. Para o Eixo de Habitação e Regularização Fundiária, as demandas se voltam a diversas invasões que ocorrem na RA, gerando impactos ambientais, assim como na necessidade de regularização de algumas quadras.

Em Meio Ambiente e Infraestrutura é realçado o potencial do meio natural da Região, enquanto em Ruralidades é demarcada a presença da empresa pública de agropecuária em Riacho Fundo II. Por fim, em Mobilidade, é realçada a necessidade de manutenção do sistema viário a fim de aportar o tráfego, de novas vias que conectam às RA contíguas e da carência de veículos de transporte público.



Mapa 15 – Problemáticas - Técnicos RA Riacho Fundo II.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Quadro 15 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Riacho Fundo II

ID	Eixo	Descrição
45	HAB	Ocupação com moradia, quinta etapa.
46	HAB	Área central, QC está sendo regularizada (QC toda e QN 7).
47	HAB	QN 07 regularização.
48	HAB	Invasão Sucupira/QN 34.
49	MAI	Invasão da Granja Modelo. Impacto ambiental, Nascentes.
50	HAB	Invasão da Granja Modelo. Impacto ambiental, Nascentes.
51	HAB	Invasão no CAUB I.
52	HAB	Invasão no CAUB II.
53	CTD	Qn7/Qn8.
55	MOB	Qn5/Qn7. Qn12/Qn14.
56	MOB	Quarta Etapa.
57	CTD	Escolas.
58	MOB	Travessia para o Recanto das Emas.
59	MOB	Condomínio 41, final do Riacho Fundo II, falta de ônibus.
60	RUR	Embrapa.
61	MAI	Produtores rurais + Caub I e Caub II. Mesa JK e ICM (piscina natural).
64	CTD	Falta de Pontos Culturais.
65	CTD	Falta de lotes (áreas) para o comércio de grande porte.
66	CTD	Setor de Oficinas do Recanto das Emas.
67	CTD	Locais que absorvem a população em busca de serviços bancários.



ID	Eixo	Descrição
68	MOB	Viaduto do Recanto das Emas/Riacho Fundo II.
69	MOB	Duplicação da via N3 (sem dimensão).

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

3.2.4 Santa Maria

Durante a oficina de Santa Maria (**Mapa 16 e Quadro 16**), para o Eixo de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, os técnicos trouxeram a necessidade de melhor estruturação dos centros urbanos, em quesitos de infraestrutura e segurança. Para Habitação e Regularização Fundiária, foram pontuados locais no mapa com demandas diversas: a ausência de disponibilidade de terra, a disputa judicial de território já ocupado, a atenção a localidades importantes, mas negligenciadas, o contraste entre o uso urbano em área com características rurais, a ocupação informal na RA, a necessidade de regularização e a necessidade de mais infraestrutura e equipamentos em área com expansão acentuada. Em Meio Ambiente e Infraestrutura foram pontuadas diversas localidades com potencial para a preservação ambiental. Em Ruralidades é comentada a ausência de espaço para produção agrícola comunitária, enquanto há o debate sobre o parcelamento de chácaras. Por fim, em Mobilidade, há demandas pela solução em relação à sobrecarga dos modais de transporte público, da dependência que perpassa as RA contíguas, e pela Linha Férrea.



Mapa 16 – Problemáticas - Técnicos RA Santa Maria.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Quadro 16 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Santa Maria.

ID	Eixo	Descrição
70	MOB	Terminal BRT. Problemática: Sobrecarregado pela demanda do entorno sul.
71	CTD	Terminal BRT. Fica subutilizado depois do BRT.
72	MOB	Terminal BRT Gama. Santa Maria detende mais do gama. Movimento pendular. Hospital de Santa Maria é melhor que o do Gama.
73	CTD	Polo JK. Poderia ser melhor estruturado, absorve mão de obra do entorno e de Santa Maria. Obras BID - Infraestrutura, mas não resolveu oferta de desenvolvimento econômico, falta iluminação pública. Santa Maria tem demanda habitacional.
74	MOB	Linha férrea.
75	HAB	Setor Meireles - questão fundiária. Não tem disponibilidade de terra.
76	HAB	Quinhão 23 (Quilombola) - marcada de laranja no mapa. tem uma disputa judicial (herdeiros, terracap e codhab) o quilombo foi reconhecido e cederam a parte ocupada.
77	RUR	Não tem produção rural (é mínima). Não tem demanda rural na RA, existe pedidos para hortas comunitárias mas não tem espaço.
78	RUR	Tem as chacaras maiores, que especulam sobre parcelamento. Produção rural mínima.
80	HAB	Vila dos carroceiros - demanda mais atuação.
81	HAB	Possível localização do núcleo habitacional da Marina.
82	HAB	Condomínio Vila Suíça (no Goiás) é próximo é rural, não traduz e existe uma pressão para virar urbano. Localiza-se o clube Saia Velha (que apesar de ser urbana mas explora as cachoeiras etc).
83	HAB	Intensa ocupação informal (parcelamento) - o impacto no trânsito será imenso, só o condominio total vile já pesa (querem inclusive um viaduto).



ID	Eixo	Descrição
84	HAB	Residencial Santa Maria – ARIS.
85	HAB	Porto Rico – ARIS.
86	HAB	Área prevista para expansão e não tem infraestrutura e EPC. Ocupação formal regularizada - Total Vile será preciso mais lotes institucionais para EPC.
87	MOB	Condomínio total Vile pressão/impacto no trânsito.
88	MAI	Potencial para preservação ambiental. Tem potencial turístico.
89	MAI	Potencial para preservação ambiental. Córrego Santa Maria.
90	MAI	Potencial para preservação ambiental. Córrego Alagado.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

3.3 3ª REUNIÃO: REGIÕES ADMINISTRATIVAS DA UPT LESTE

A Reunião Técnica com as Regiões Administrativas da UPT Leste⁷¹ ocorreu no dia 10/08/2022, na modalidade presencial (**Figura 3**). O evento iniciou às 14h30, no Auditório da SEDUH DF, e contou com 38 pessoas no total. Para a discussão, os participantes foram divididos em 4 grupos, sendo cada um correspondente a uma Região Administrativa. É possível acessar o documento de relatório desta Reunião Técnica no site do PDOT disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/Documentos>. A seguir serão apresentadas informações vinculadas à contribuição de cada Região Administrativa.

⁷¹ A UPT Leste é composta pelas Regiões Administrativas Paranoá, São Sebastião, Jardim Botânico e Itapoã.



Figura 3 – Fotografias da Oficina com Técnicos de RA da UPT Leste.



Fonte: SUPLAN/SEDUH.

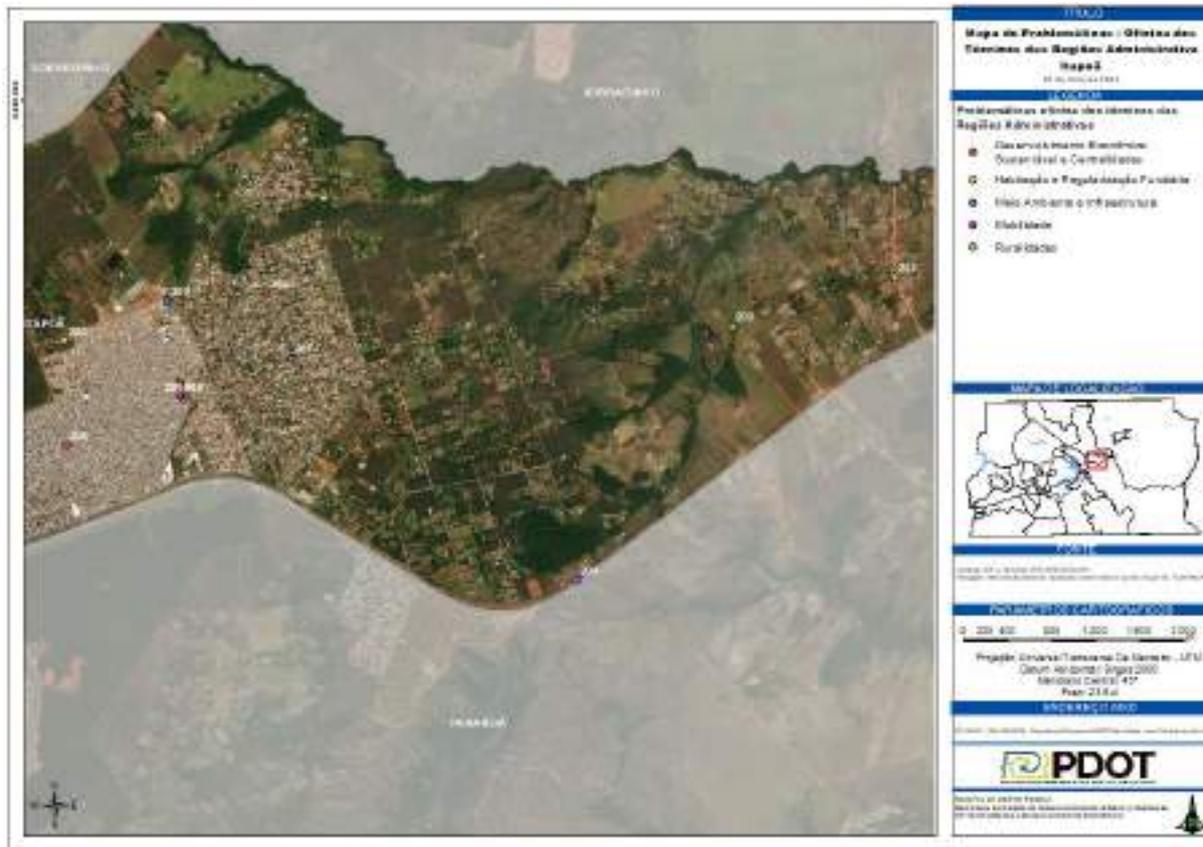
3.3.1 Itapoã

Durante a oficina da RA Itapoã, para o Eixo de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, os técnicos apresentaram demandas em relação à equipamentos essenciais à RA - de saúde, segurança, assistência social, comunitários - e por espaços de desenvolvimento econômico. Para o Eixo de Habitação e Regularização Fundiária, foram marcados locais no **Mapa 17** e descritos no **Quadro 17** que carecem de regularização.

Para o Eixo de Meio Ambiente e Infraestrutura, foi pontuada a fragilidade ambiental próxima às vias de trânsito rápido, assim como a necessidade de ampliação do parque de Itapoã, e o cuidado com o meio ambiente. O aspecto do trânsito é retomado em Mobilidade, pontuando-se a carências de linhas que percorrem a RA, a carências de equipamentos e problemas associados à forma das ruas. Para o Eixo de Ruralidades, é realçado o potencial turístico da Região, pontuando-se os pontos turísticos e apresentou-se a preocupação com o parcelamento do solo em área rural.



Mapa 17 – Problemáticas - Técnicos RA Itapoã.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Quadro 17 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Itapoã.

ID	Eixo	Descrição
200	HAB	Falta de Regularização Fundiária.
201	CTD	Falta: equipamentos públicos e serviços básico, corpo de bombeiros, polícia militar, polícia civil, correios, posto de gasolina, creche, Na hora, TRE, casa de acolhimento à mãe solteira.
202	RUR	Potencial ao turismo ecológico: trilha, cachoeira da forquilha, restaurante rural- fazenda velha (tombada pelo patrimônio) restaurante rural mansões Entre Lagos.
203	RUR	Parcelamento do solo em área rural.
204	MAI	Fragilidade ambiental ao longo da DF-250 com erosões após o Condomínio Euler Paranhos.
205	MOB	Poucas linhas de transportes urbano/rural, falta acessibilidade (ruas estreitas) terminal rodoviário (em processo de licitação).
206	CTD	Implantação de área de desenvolvimento econômico.
207	MAI	Preocupação com o lixo e entulho, animais soltos - cavalos.
208	CTD	Assalto nas escolas e ruas.
209	MAI	Ampliação e preservação do Park Sementes Itapoã (em andamento no IBRAM) terá melhoria na área de esporte e lazer.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



3.3.2 Jardim Botânico

Para a RA Jardim Botânico (**Mapa 18** e **Quadro 18**), os técnicos apresentaram, em Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, a demanda por alterações no sistema viário, a necessidade de regularização e de centralidades em locais de importância ambiental. Para o Eixo de Habitação e Regularização Fundiária foi apresentada a necessidade de regularização comercial e residencial em determinadas localidades. Em Meio Ambiente e Infraestrutura é proposta a criação de novas Unidades de Conservação (UC), além da implantação de parque urbano e há a demanda por saneamento e infraestrutura.

Em Mobilidade, é demandada a implantação de novas estruturas viárias de grande porte, como viadutos, assim como de novas ciclovias que conectem a parte urbana da cidade com a rural, e mais transporte público para as zonas rurais e melhor acesso às escolas nestas zonas. Por fim, em Ruralidades, há a demanda por atenção ao zoneamento de determinada região que, apesar de rural, é utilizada como urbana.

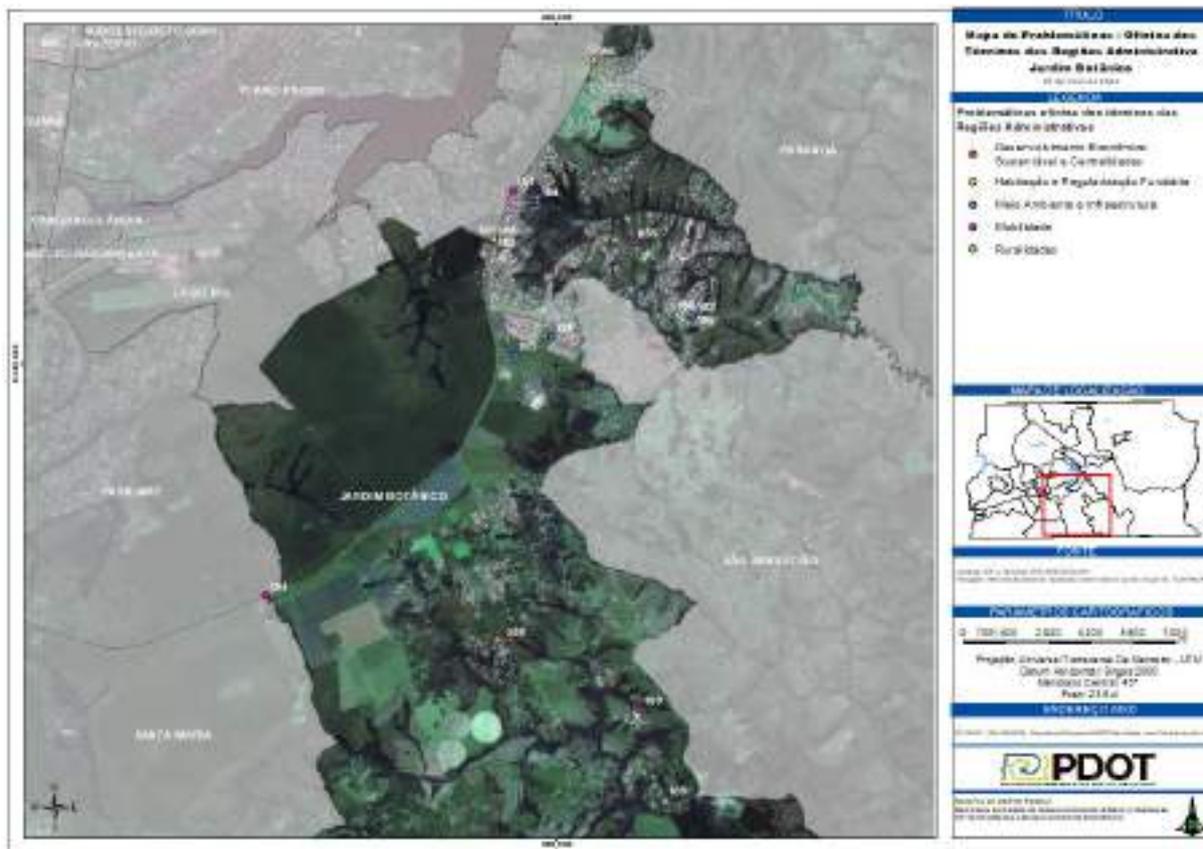
Quadro 18 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Jardim Botânico.

ID	Eixo	Descrição
151	MOB	Desafios mais implantação de viadutos: ESAF, Mangueiral, terceira ponte.
154	MOB	Desenvolvimento ciclovias/DF-001. Implantação com conexão na : DF-463, DF-035 e DF-027 Conexão ciclovias urbana com rural.
156	MOB	Transporte Público área rural DF-140, DF-465 ente outros e condomínios. Vale consultar Adm sobre solicitações de demandas.
180	CTD	Polo Verde. Polo Artesanato. Existe processo de regularização junto ao IBRAM.
181	MAI	Polo Verde. Polo Artesanato. Existe processo de regularização junto ao IBRAM.
182	HAB	Polo Verde. Polo Artesanato. Existe processo de regularização junto ao IBRAM.
183	MAI	Proposta de criação de Unidade de Conservação Mangueiral.
184	MAI	Criação de Unidade de Conservação próximo ao Taboquina/São Bartolomeu.
185	RUR	Nova Betânia. Consideração de macrozona urbana (área inicialmente rural e atualmente urbana).
186	HAB	ARIE São Cândido. ARIE Itaipu. ARIE São Gabriel. Necessita regularização fundiária.
187	CTD	ARIE São Cândido. ARIE Itaipu. ARIE São Gabriel. Necessita Centralidade.
188	MOB	ARIE São Cândido. ARIE Itaipu. ARIE São Gabriel. Necessita Mobilidade
189	MAI	ARIE São Cândido. ARIE Itaipu. ARIE São Gabriel. Necessita Saneamento e Infraestrutura.
190	HAB	Regularização comercial e residencial. Altiplano leste. Tororó (aphacenter). Ao longo de toda a RA.
198	MAI	Implantação de Parque Urbano Mangueiral.
199	MOB	Acesso a escolas rurais.
248	CTD	Altiplano Leste. Tororó (Alpha Center). Entroncamento Avenida do Sol.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



Mapa 18 – Problemáticas - Técnicos RA Jardim Botânico.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

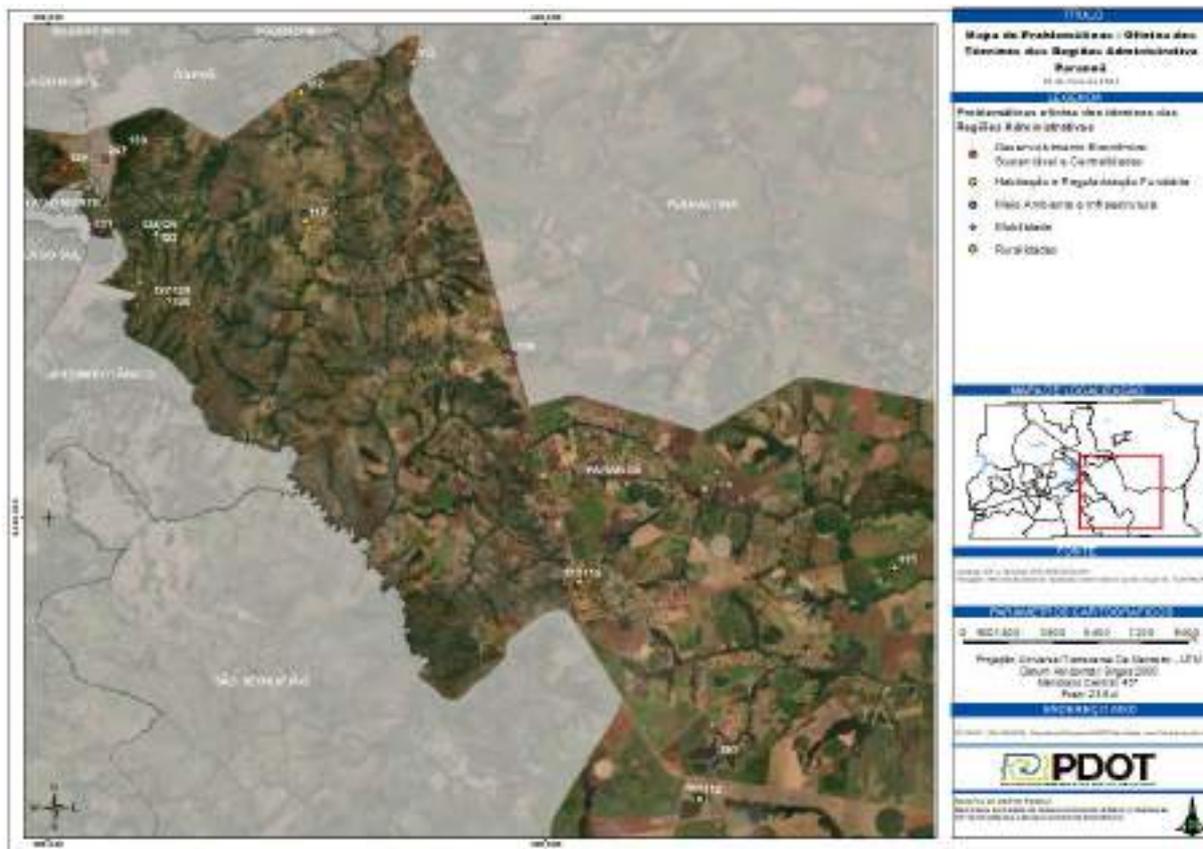
3.3.3 Paranoá

Para o Paranoá (**Mapa 19 e Quadro 19**), no Eixo de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, os técnicos apresentaram a demanda por melhor distribuição da infraestrutura, levando em consideração a parte rural da RA, assim como por novos polos econômicos e culturais. Em Mobilidade, são realçados os problemas associados à falta de infraestrutura viária para escoamento de maquinário de grande porte. O sistema viário rural é pontuado também em problemas de grandes distâncias para acesso a equipamentos públicos e comerciais.

Para o Eixo de Habitação e Regularização Fundiária, se realça a tendência à ocupação irregular e as localidades que possuem características urbanas apesar de inseridas em contexto rural. Para Meio Ambiente e Infraestrutura, também se demanda a distribuição correta ao longo da RA por equipamentos públicos, abrangendo a parte urbana e a rural. Por fim, em Ruralidades, é demandada atenção à vida silvestre, à necessidade de incentivo ao turismo rural e, novamente, ao sistema de escoamento da produção.



Mapa 19 – Problemáticas - Técnicos RA Paranoá.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Quadro 19 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Paranoá.

ID	Eixo	Descrição
111	CTD	Concentra grande quantidade de produção rural, se tornando um polo de produção e escoamento de produção agrícola.
112	RUR	Concentra grande quantidade de produção rural, se tornando um polo de produção e escoamento de produção agrícola.
113	HAB	Questão fundiária acaba segurando e dificultando o crescimento e o licenciamento das obras tanto na malha urbana como na parte rural.
115	CTD	Se trata de uma Centralidade, Café Sem Troco, já possui características urbanas, grande área de parcelamento de solo, e possui dificuldades quanto a licenciamento econômico.
116	HAB	Se trata de uma Centralidade, Café Sem Troco, já possui características urbanas, grande área de parcelamento de solo, e possui dificuldades quanto a licenciamento econômico.
117	HAB	Sobradinho dos Melo se trata de uma grande comunidade rural com características urbanas.
118	MOB	Se trata de uma dificuldade de mobilidade quanto a transporte público em todas as comunidades rurais, quanto a distância para atendimento quanto a saúde, educação e comércio.
119	RUR	Centro de Produção rural e escoamento pela DF-285.
120	MAI	Principais áreas que necessitam de equipamentos públicos, pela distância e acaba sobrecarregando os equipamentos os públicos da malha urbana.
123	CTD	Turismo Rural, área de proteção a vida silvestre.
124	MAI	Turismo Rural, área de proteção a vida silvestre.
125	RUR	Turismo Rural, área de proteção a vida silvestre.
126	CTD	Altiplano Leste, dificuldades quanto a manutenção das estradas rurais e equipamento público pela



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

ID	Eixo	Descrição
		dificuldade de mobilidade de maquinário pela barragem do Paranoá.
127	MOB	Altiplano Leste, dificuldades quanto a manutenção das estradas rurais e equipamento público pela dificuldade de mobilidade de maquinário pela barragem do Paranoá.
128	RUR	Altiplano Leste, dificuldades quanto a manutenção das estradas rurais e equipamento público pela dificuldade de mobilidade de maquinário pela barragem do Paranoá.
129	CTD	Área com possibilidade de centro de comercialização rural para galpões e indústrias trabalharem com a logística e administrativo comercial.
130	CTD	Necessidade de área para criação de novos polos culturais e esportivos.
131	MOB	Dificuldade de escoamento do Trânsito sobrecarga da barragem e impossibilidade de maquinário pesado.
132	HAB	Tendência a ocupação irregular.
247	CTD	Toda a parte de infraestrutura da Região administração do Paranoá se encontra na área urbana do Paranoá, o que causa transtorno e sobrecarga, em hospitais, delegacias, postos de combustíveis.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

3.3.4 São Sebastião

Para a RA de São Sebastião, os técnicos apresentaram 18 pontos (**Mapa 20** e **Quadro 20**). Para Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, é realçado o potencial de equipamentos para realçar a centralidade da região, assim como da necessidade de distribuição equivalente dos equipamentos essenciais à cidade no interior da RA. Para o Eixo de Habitação e Regularização Fundiária, é demandada fiscalização ao desvio do uso exclusivo rural de determinadas zonas, as quais estão sendo parceladas de forma irregular.

No Eixo de Meio Ambiente e Infraestrutura, a ocupação irregular é retomada, assim como a necessidade de preservação das Unidades de Conservação (UC). Em Mobilidade demanda-se a adaptação do sistema viário ao aumento do tráfego de veículos, assim como a ampliação dos modais que abarcam a RA. Em Ruralidades, por fim, se demanda o estímulo ao potencial agrícola e a políticas públicas com esse fim.

Quadro 20 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA São Sebastião.

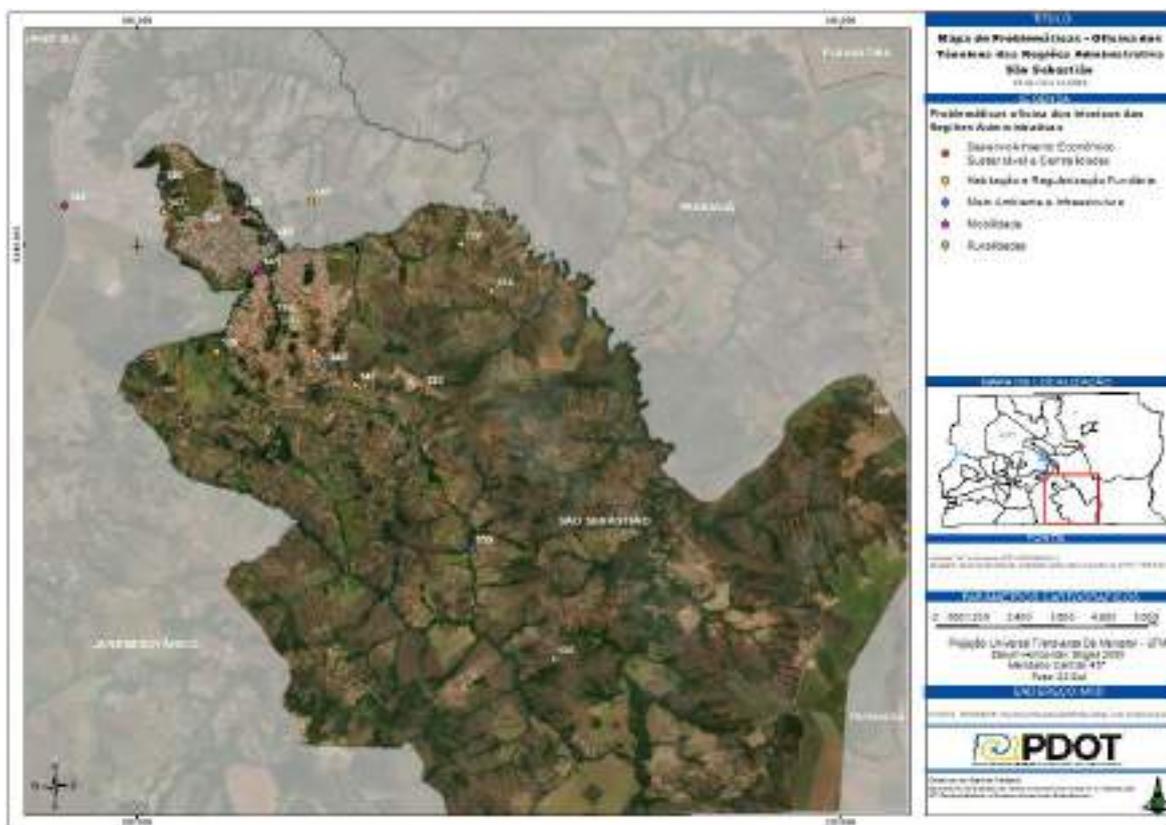
ID	Eixo	Descrição
133	CTD	Aeroporto potencial de Centralidade.
134	CTD	Distribuição de comércio e serviços especializados distintos dos ofertados pelos condomínios da RA Jardim Botânico.
135	RUR	Estimular potencial agrícola da região.
136	RUR	Políticas Públicas voltadas para o uso de terra específico para produção agropecuária e agrícola.
137	HAB	Conflito: desvio de função dos assentamentos rurais, estímulo ao parcelamento da propriedade, o uso inadequado do solo e a falta de produtividade pelo assentado.
138	CTD	Ocorrência de centralidade de forma desordenada necessitando a atuação do Estado.
139	HAB	Ocupação irregular crescente, com um grande desafio para ordenar a estrutura já estabelecida.
140	CTD	Café Sem Troco - Posto Pedrão. Demanda de serviços e comércios de S. S. pela proximidade - Desafio.
141	MOB	Rua de Gameleira/ Rua Santo Antônio. Gargalo do sistema viário. Com o crescimento da cidade as vias e algumas direções da pista, não suportam mais a quantidade de veículos.
142	MOB	Implantação de via que liga os bairros Crixá, Morro da Cruz a DF 001. Transporte de massa.
143	MOB	Melhoria do transporte público. Queremos Metrô, BRT e mais ônibus.



ID	Eixo	Descrição
144	MAI	Manutenção da Arie Mato Grande e Expansão.
145	HAB	Habitação irregular dentro da ARIE Mato Grande.
146	MAI	Nascentes de São Sebastião com ocupações irregulares.
147	HAB	Ocupações irregulares com pressão para criação de novo parcelamento do solo em área do parque caminho das águas.
148	MAI	Conflito pela ocupação irregular em relação a destruição de vegetação e relevo.
149	HAB	Ocupação irregular de Grandes Comércio na área rural.
150	MAI	Possibilidade de conservação das unidades de conservação com as devidas ações.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Mapa 20 – Problemáticas - Técnicos RA São Sebastião.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

3.4 4ª REUNIÃO: REGIÕES ADMINISTRATIVAS DA UPT NORTE

A Reunião Técnica com as Regiões Administrativas da UPT Norte⁷² ocorreu no dia 16/08/2022, na modalidade presencial (Figura 4). O evento iniciou às 14h30, no Auditório da SEDUH DF, e contou com 38 pessoas no total. Para a discussão, os participantes foram divididos em 4 grupos,

72 A UPT Norte é composta pelas Regiões Administrativas Planaltina, Sobradinho, Sobradinho II e Fercal.



sendo cada um correspondente a uma Região Administrativa. É possível acessar o documento de relatório desta Reunião Técnica no site do PDOT disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/Documentos>. A seguir serão apresentadas informações vinculadas à contribuição de cada Região Administrativa.

Figura 4 – Fotografias da Oficina com Técnicos de RA da UPT Norte.



Fonte: SUPLAN/SEDUH.

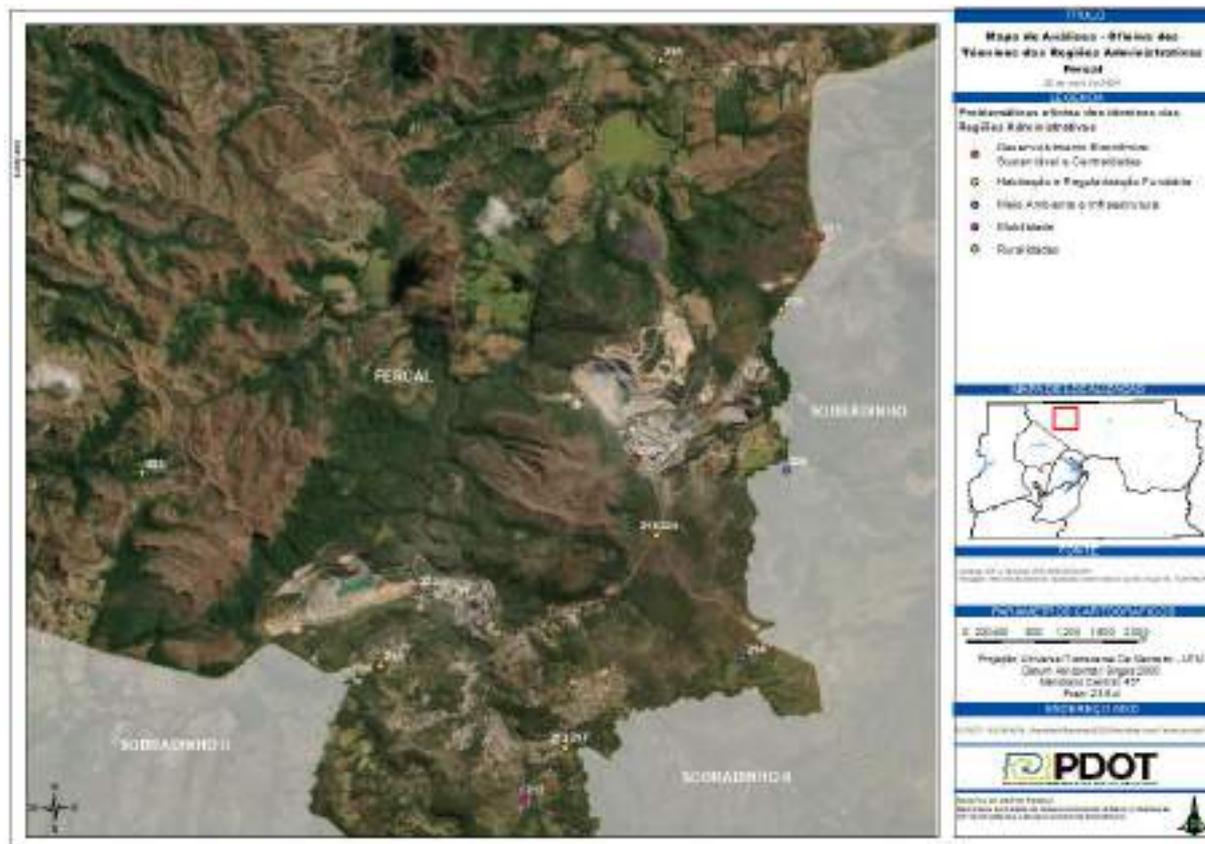
3.4.1 Fercal

Durante a oficina, a RA Fercal (**Mapa 21** e **Quadro 21**) apontou para o Eixo Temático de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, os técnicos apresentaram demandas relacionadas ao desenvolvimento econômico da região, com serviços já oferecidos na RA, assim como o incentivo a manifestações da cultura local. Para o Eixo de Habitação e Regularização Fundiária, há demandas relacionadas ao endereçamento deficiente da RA, à expansão das ocupações informais, assim como em relação à ausência de consideração às diretrizes urbanísticas já existentes para as atividades comerciais. Ainda neste eixo, é demandado o cuidado com a ocupação próxima aos rios, relacionando-se às demandas do Eixo de Meio Ambiente, onde se destaca a ausência de drenagem, o potencial do ecoturismo e do comércio local.



Em Mobilidade foram pontuadas as carências do transporte público, como limitações de horário e de alcance da frota dentro do território. Por fim, no Eixo de Ruralidades, é destacado o potencial da produção local, vinculadas a práticas culturais rurais e, então, os problemas de endereçamento rural retornam, dificultando o conhecimento da região em questões de drenagem e esgotamento sanitário.

Mapa 21 – Problemáticas - Técnicos RA Fercal.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Quadro 21 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Fercal.

ID	Eixo	Descrição
210	CTD	Indústria. Criação de Empregos. Mineradoras.
211	CTD	Usinas de asfalto.
212	MOB	Deficiência na disponibilização de transporte público. Deslocamento limitado a períodos específicos (manhã e noite). Locais não atendidos (área rural). Não tem ciclovias.
213	HAB	Endereçamento deficiente dificulta o recebimento de correspondência.
214	MAI	Áreas muito preservadas com potencial de ecoturismo (turismo de aventura). Feiras com produtores locais orgânicos.
215	RUR	Área rural com empreendedorismo de mulheres (psicultura).
216	HAB	Ocupação e expansão de ocupação informal. Alto da Boa Vista (próximo a BR). Expansão do Alto da Boa Vista.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

ID	Eixo	Descrição
217	HAB	Atividades culturais de moda de viola.
218	CTD	Atividades culturais de moda de viola
219	HAB	Diretrizes urbanísticas não considerou a realidade das atividades econômicas já existentes.
220	MAI	Falta de escolas de ensino médio (só tem 1 noturno). UPA. Delegacia. Falta drenagem.
221	RUR	Endereço não definido dificulta a instalação da infraestrutura (esgotamento sanitário). Drenagem. Esgotamento Sanitário.
222	CTD	Vocação para desenvolvimento Tecnológico de usinas e mineradoras.
224	HAB	Alagamento (ocupações próximas a rios). Áreas de risco.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

3.4.2 Planaltina

Para a RA Planaltina (**Mapa 22 e Quadro 22**), no Eixo Temático de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, foram apresentadas demandas por equipamentos de apoio às áreas rurais da RA, assim como pela qualificação urbana e foco no potencial turístico histórico e rural de Planaltina. Esse tópico é retomado em Ruralidades, no qual é levantada a possibilidade de regularização de determinados núcleos rurais, e então os pontos turísticos naturais da Região. Para Habitação e Regularização Fundiária, foi demandada atenção e regularização das ocupações informais, as quais, em relação ao Eixo de Meio Ambiente e Infraestrutura, também são áreas ambientalmente sensíveis. Por fim, para o Eixo de Mobilidade, é demandada a requalificação viária, a fim de abarcar o tráfego viário crescente.

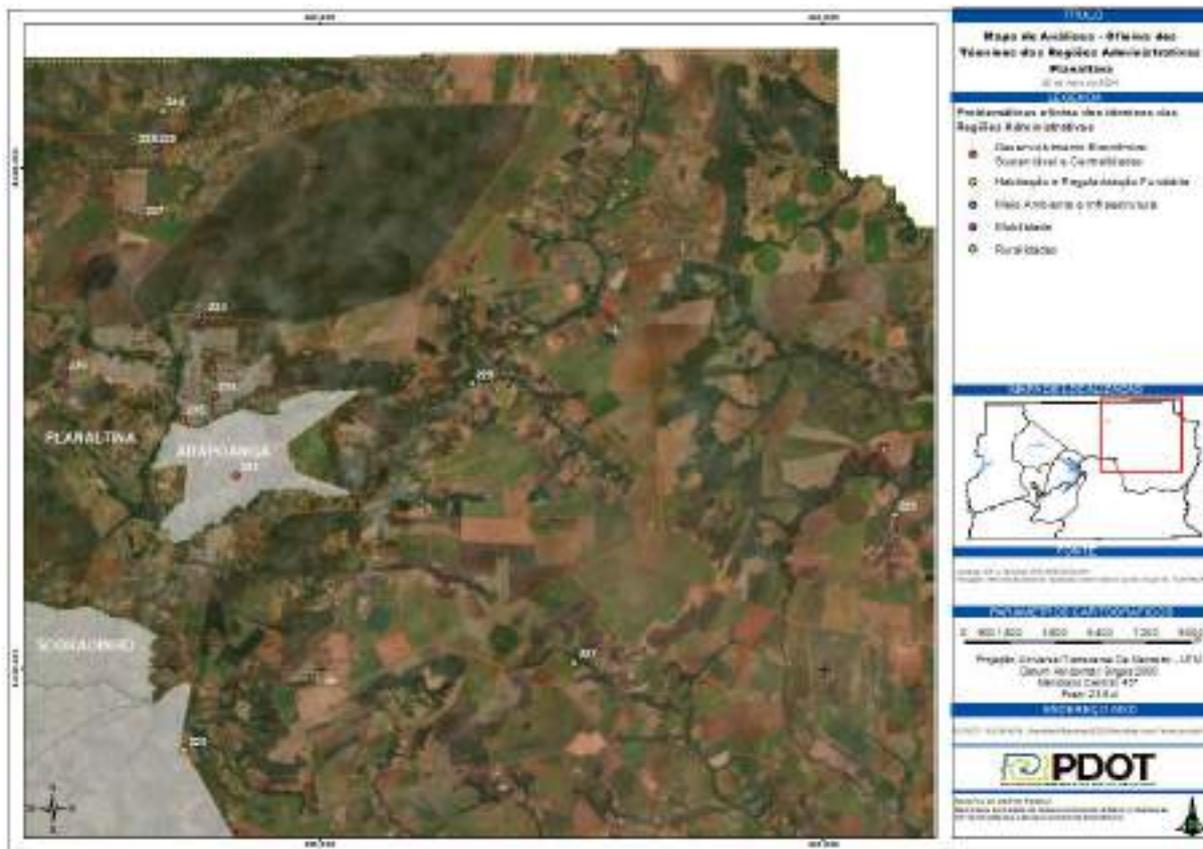
Quadro 22 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Planaltina.

ID	Eixo	Descrição
225	RUR	Vilas rurais como Núcleo Rural São José e Rio Preto poderiam ser áreas de regularização. Não há uma boa infraestrutura nessas vilas.
227	RUR	Potencial de Turismo Rural.
228	RUR	Chácaras de recreio, cachoeiras, plantações de orquídeas, girassóis. Pontos Turísticos. Potencial de turismo rural.
229	HAB	Ocupações informais como a Rajadinha I, II, III poderiam ser áreas de regularização. Ocupação informais ao longo de toda a DF-130.
231	CTD	Demanda por indústrias, galpões logísticos na área de expansão rural e na área de expansão norte.
233	CTD	Previsão da construção do galpão do produtor ao lado da UNB e do parque Sucupira, para desafogar os fluxos no centro da cidade.
234	CTD	Qualificação Urbana, visando melhoria dos fluxos, da mobilidade. Potencial turístico no centro histórico de Planaltina.
235	CTD	Potencial turístico no centro histórico de Planaltina.
236	MOB	É necessário construir faixas adicionais à DF 020, uma vez que há muito congestionamento de veículos no trajeto Planaltina- Plano Piloto.
237	CTD	Turismo Rural devido a Festa de folia do Divino.
238	HAB	Está havendo ocupações informais com menos de 2 Hectares na macrozona rural, onde há áreas ambientalmente sensíveis.
239	MAI	Está havendo ocupações informais com menos de 2 Hectares na macrozona rural, onde há áreas ambientalmente sensíveis.
240	RUR	Potencial de Turismo Rural.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



Mapa 22 – Problemáticas - Técnicos RA Planaltina.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

3.4.3 Sobradinho

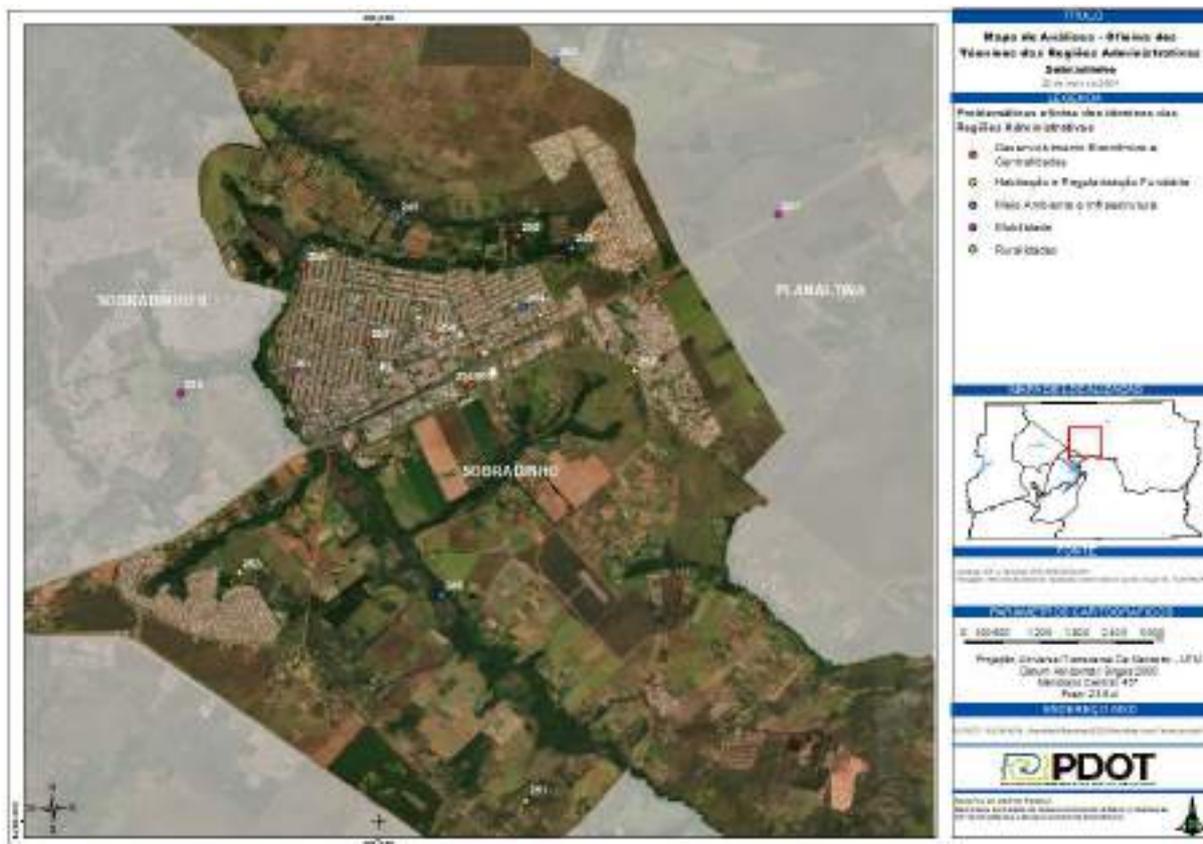
Durante a oficina da RA Sobradinho (**Mapa 23** e **Quadro 23**), no Eixo de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, há demanda relacionada ao dimensionamento dos lotes, assim como a regularização das atividades econômicas que estão acontecendo na zona rural. Há, neste eixo, a demanda por incentivo às atividades econômicas e culturais vinculadas à região, assim como pela expansão da zona urbana. Esse processo, não obstante, também fomentaria o constante fluxo de moradores de outras UPT. Em relação ao Eixo de Habitação e Regularização Fundiária, há atenção voltada para localidades de ocupação irregular, assim como a demanda por regularização em algumas delas. Em relação a Meio Ambiente e Infraestrutura, há demanda pelo tratamento de problemas ocasionados pela ocupação habitacional em zonas hídricas, havendo a necessidade por preservação, além da presença de materiais descartados em áreas ambientais.

Sobre Mobilidade, as demandas se voltaram à necessidade de melhorias no sistema viário, como soluções para o tráfego. Nesse sentido, é sugerida a criação de novas vias de ligação entre as



Regiões Administrativas. Por fim, em Ruralidades, há solicitações pela viabilidade de atividades econômicas urbanas em áreas rurais.

Mapa 23 – Problemáticas - Técnicos RA Sobradinho.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Quadro 23 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Sobradinho.

ID	Eixo	Descrição
241	MOB	Congestionamento no horário de pico na BR-020. Há circulares entre as RA (não funcionam). Precisa melhorar o TPC. Via Interna de Sobradinho sendo usada como passagem para trânsito de planaltina.
242	MAI	Condomínio Alto da Vista. Impacto ambiental da expansão do Condomínio especialmente sobre o córrego.
243	MAI	Erosão: Proximidade do Condomínio Alto da Boa Vista. Avenida Contorno - Quadra 15.
244	MAI	Alagamento. Problema ocorre no final de todas as quadras em função da eliminação de faixa verde para abertura de vias atrás do comércio.
245	MAI	Região Polo de Cinema vem sendo utilizado para invasão e local de despejo de lixo, especialmente entulho.
246	MAI	Necessidade de preservar o córrego Sobradinho especialmente na rota do cavalo.
251	RUR	Fazenda Salvia. Antiga terra da União, repassada ao GDF. Muitos pedidos de viabilidade de atividades econômicas com atividades urbana (clube de tiro, placa fotovoltaica etc).
252	HAB	Nova Colina. Ocupação Irregular. Está em processo de regularização pela CODHAB.
253	HAB	Há proposta de condomínio em andamento para construção "Santa Bernadete". Há pressão de ocupação irregular e invasões nas proximidades do RV e Império dos Nobres
254	CTD	Setor de expansão econômica. Lotes Pequenos. Há necessidade de lotes maiores. Há lotes vazios, não



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

ID	Eixo	Descrição
		ocupados. Pouca demanda. Necessidade de regularizar atividades econômicas que estão acontecendo na zona rural.
255	CTD	Atrás do Setor de Expansão Econômica proposta de aumentar a zona urbana na região.
256	CTD	Centro de Sobradinho. Cidade Horizontal. Cidade estagnada sem oportunidade para os moradores. Aumentou o potencial construtivo dos prédios comerciais. Fortalecer o comércio.
257	CTD	Cultura. Potencial Cultural. Boi do Seu Teodoro. Potencial para mais eventos e feiras. Polo de Cinema. Praças e coretos. Apresentação periódicas. Teatros Artesanato. Feiras.
258	CTD	Sobradinho atrai outros moradores da UPT NORTE.
259	CTD	Parque Jequitiba. restaurante trem da serra. DF-326 utilizada para passeios.
260	MOB	É interessante fazer a via de ligação com o Grande Colorado (prevista no PDOT) e criar caminhos e alternativas.
261	MOB	Sobradinho atrai outros moradores da UPT NORTE.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

3.4.4 Sobradinho II

Em relação à RA Sobradinho II, para o Eixo de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, como visualizamos no **Quadro 24** e **Mapa 24**, as demandas estão relacionadas tanto ao comércio informal quanto à necessidade de implementação de áreas de desenvolvimento econômico. Estes tópicos se relacionam ao apresentado em Ruralidades, onde se demandou atividades econômicas na área rural. Em Habitação e Regularização Fundiária, a maior parte das demandas se volta à necessidade de regularização de diversos setores, seguido pela demanda por equipamentos em áreas residenciais.

Para o Eixo de Meio Ambiente e Infraestrutura, a principal demanda é por saneamento básico, seguido pela necessidade de implementação de parques e da manutenção da infraestrutura das vias. Já em Mobilidade, é apontada a carência de transporte público em diversos setores, bem como a necessidade de melhoria e aumento do sistema de mobilidade ativa - calçadas e acessibilidade.

Quadro 24 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Sobradinho II.

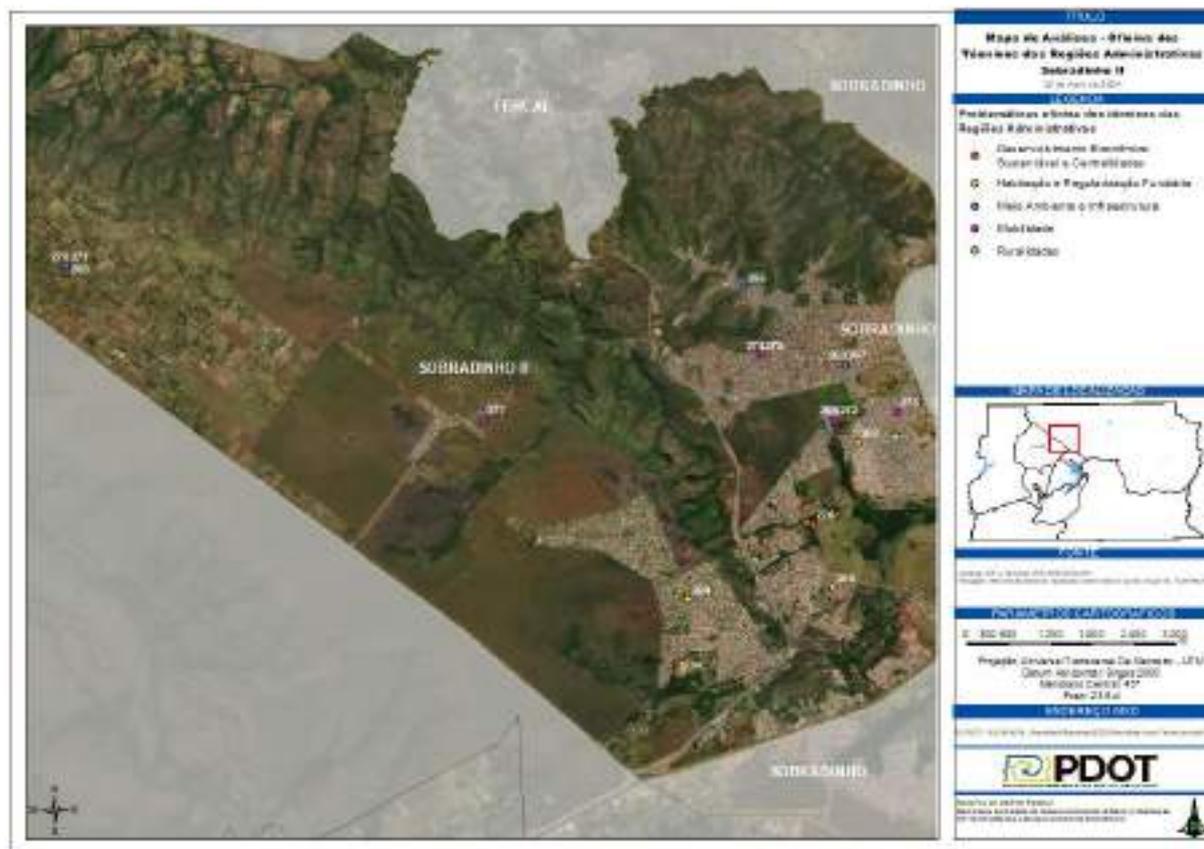
ID	Eixo	Descrição
262	HAB	Buritinho Regularização.
263	HAB	Setor de Mansões Regularização.
264	HAB	Grande Colorado Regularização.
265	HAB	Falta de Equipamento Público em Buritinho, Setor de Mansões, Rabelo I e II, Grande Colorado.
266	MAI	Rabelo I e II. Necessidade de saneamento básico.
267	MAI	Setor de Mansões. Necessidade de saneamento básico.
268	MAI	Parque Canela de Ema. Implementação da reserva ambiental (parque).
269	RUR	Lago Oeste. Desenvolvimento de atividades econômicas na área rural (Decreto 41.654/2020).
270	MOB	Lago Oeste. escoamento da produção agrícola.
271	MAI	Lago Oeste. Implementação de manutenção das vias.
272	MOB	Parque Canela de Ema. Ponto com entaves ambientais.
273	MOB	Buritinho, Grande Colorado, Setor de Mansões, Lago Oeste. Carência de Transporte Público.
274	CTD	Setor de Mansões, Sobradinho II, Av. Canela de Ema. Dificuldade com comércio informal.
275	MOB	Setor de Mansões, Av. Canela de Ema, Grande Colorado. Melhoria das calçadas, vias e acessibilidade



ID	Eixo	Descrição
276	CTD	Imprimantação de área de desenvolvimento econômico próximo ao terminal de ônibus de Sobradinho II e na Av. Contorno.
277	MOB	Continuidade de ciclovia ligando Sobradinho ao Lago Oeste, passando pela DF-420 e DF-150.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Mapa 24 – Problemáticas - Técnicos RA Sobradinho II.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

3.5 5ª REUNIÃO: REGIÕES ADMINISTRATIVAS DA UPT CENTRAL ADJACENTE I

A Reunião Técnica com as Regiões Administrativas da UPT Central Adjacente I⁷³ ocorreu no dia 13/07/2022, na modalidade presencial (Figura 5). O evento iniciou às 09h, no Auditório da SEDUH DF, e contou com 26 pessoas no total. Para a discussão, os participantes foram divididos em 4 grupos, sendo cada um correspondente a uma Região Administrativa. É possível acessar o documento de relatório desta Reunião Técnica no site do PDOT disponível no endereço eletrônico:

73 A UPT Central Adjacente I é composta pelas Regiões Administrativas Lago Sul, Lago Norte, Varjão e Park Way.



<https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/Documentos>. A seguir serão apresentadas informações vinculadas à contribuição de cada Região Administrativa.

Figura 5 – Fotografias da Oficina com Técnicos de RA da UPT Central Adjacente I.



Fonte: SUPLAN/SEDUH.

3.5.1 Lago Norte

Para a RA Lago Norte, foram apresentadas 82 demandas (**Mapa 25 e Quadro 25**), a maior parte delas estão inseridas no Eixo Temático de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades. Neste Eixo, as demandas se voltam, principalmente, ao potencial turístico e ao de lazer da região. Esse potencial se destaca por meio de equipamentos marcantes da RA.

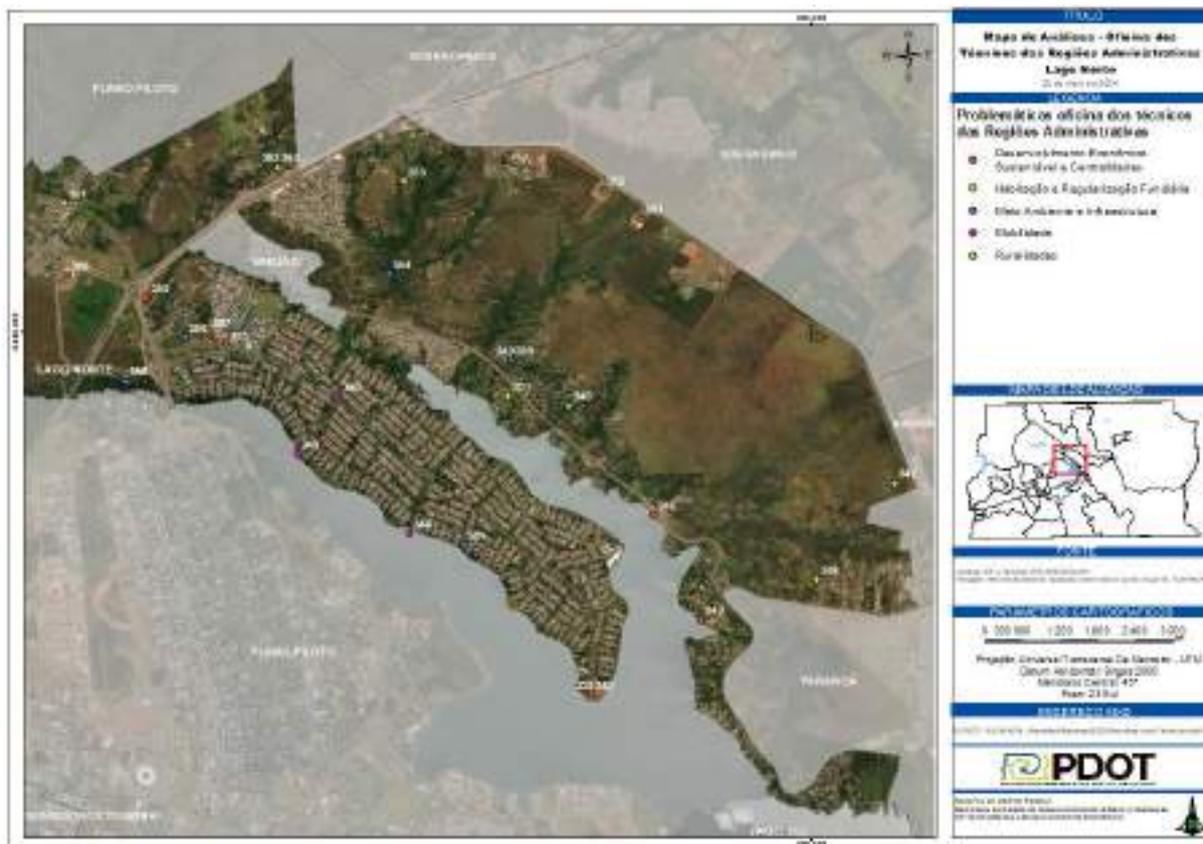
Em relação ao Eixo de Habitação e Regularização Fundiária, as principais demandas se voltam à regularização residencial, seguidas por casos de ocupação informal em locais de preservação ambiental. No Eixo de Meio Ambiente e Infraestrutura, as demandas visualizam o potencial de preservação dos parques do Lago Norte, associados ao uso para lazer.

Em Mobilidade, as demandas se voltam à ineficiência do transporte público na Região, assim como à necessidade de criação de novas ciclovias e ciclofaixas. Por fim, em Ruralidades, verifica-se a



necessidade de manutenção do uso rural e o do potencial agrícola da região. Não houve contribuições sobre o eixo temático Ruralidades.

Mapa 25 – Problemáticas - Técnicos RA Lago Norte.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Quadro 25 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Lago Norte.

ID	Eixo	Descrição
339	MAI	Parque Vivencial e Parque das Garças tem grande potencial de lazer.
340	CTD	Valorização do Parque das Garças como Ponto turístico.
341	MAI	Áreas de lazer ainda não é centralidade. "Quebra da 13" e "QL 12" tem grande potencial de lazer.
343	CTD	Potencial de ponto Turístico devido ao " Espaço Panorâmico".
344	MOB	Dificuldade da implementação/construção da 4ª ponte. Não há consenso da população do lago Norte quanto à construção da ponte.
345	CTD	Prainha do Paranoá tem grande potencial para atividades de lazer.
346	HAB	É preciso conter/regularizar a ocupação informal denominada " Bálamo".
347	RUR	Manutenção do uso rural.
348	RUR	Potencial de produção agrícola. Pequenos produtores rurais que produzem alimentos orgânicos.
349	HAB	Regularização da Serrinha do Paranoá. Conflito ambiental.
349	MOB	Há necessidade de desobstrução da orla da Península Norte, com a criação de uma ciclovia.
350	MAI	Conflito Ambiental devido à ocupação irregular dentro das áreas de APA.
350	MOB	O transporte público não é eficaz. É necessário o desenvolvimento de uma ciclofaixa com a devida segurança. A atual ciclofaixa não é segura para os ciclistas.



ID	Eixo	Descrição
351	CTD	Ponto Turístico religioso devido ao Santuário da "mãe rainha 3 vezes".
351	HAB	Dificuldade de regularização das casas construídas na beira do Lago.
352	CTD	Torre de TV Digital tem grande potencial para atividades de lazer.
353	HAB	Ocupação irregular em zona rural - olhos d'água.
354	MAI	Parque do Taquari.
355	CTD	Centro de atividades econômicas, com o Iguatemi, Deck Norte.
356	MAI	Reconfiguração de uma Parque Ecológico para um Parque de uso misto/Parque Urbano.
357	CTD	Criação dos novos centros de atividades 12,13,14. Uso Misto, especialmente comercial.
358	MAI	Parque Vivencial e Parque das Garças tem grande potencial de lazer.
359	CTD	Pólo Verde. Venda de Plantas/ Viveiros.
360	CTD	Polo da Cidade Digital onde será criado condomínios, comercios e facultades.
361	HAB	Casas que existem desde a época de construção de Brasília. Vila dos Operários, Vila dos Tecnicos e Wesliam Roriz não são regularizados.
362	HAB	Núcleo Rural Boa Esperança. As áreas de preservação ambiental estão sendo invadidas por ocupações informais.
363	RUR	Núcleo Rural Boa Esperança. As áreas de preservação ambiental estão sendo invadidas por ocupações informais.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

3.5.2 Lago Sul

Para a RA do Lago Sul, as demandas trabalhadas pelos técnicos, como visualizamos no **Quadro 26** e **Mapa 26**, giram em torno do impacto de equipamentos de grande porte no trânsito da região e nos equipamentos comerciais, destacando-se, então, a importância destes na formação de polos centrais e multifuncionais. Ao mesmo tempo, falou-se da atenção aos estacionamentos próximos aos equipamentos, os quais podem interferir nos espaços públicos.

Para Habitação e Regularização Fundiária, as demandas se voltam às ocupações informais e à necessidade de regularização de determinadas áreas. Em Meio Ambiente e Infraestrutura, as demandas giram em torno da necessidade de manutenção dos espaços verdes da região e de infraestrutura pluvial. Em Mobilidade, foi pontuado o impacto de equipamentos de grande porte no trânsito, assim como a necessidade de novas vias a fim de desafogar o trânsito; por último, foi pontuada a necessidade de nova infraestrutura cicloviária.

Quadro 26 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Lago Sul.

ID	Eixo	Descrição
318	MOB	Aumento para construir aeroporto vai impactar [transito].
319	CTD	Construção do aeroporto vai impactar o trânsito.
320	CTD	Gilberto Salomão: Centro comercial e de serviços - problemas de regularização, estacionamento, ocupação pública.
321	MOB	Área para ciclistas nas pontes. Criar ciclovia paralela.
324	HAB	Ocupação irregular de área pública.
325	MOB	O aumento da ocupação das áreas Habitacionais por escritórios de advocacia causam sobrecarga no sistema viário Local.
326	CTD	Pontão do Lago Sul- Centro Turístico, gastronômico. Problema : Estacionamento.

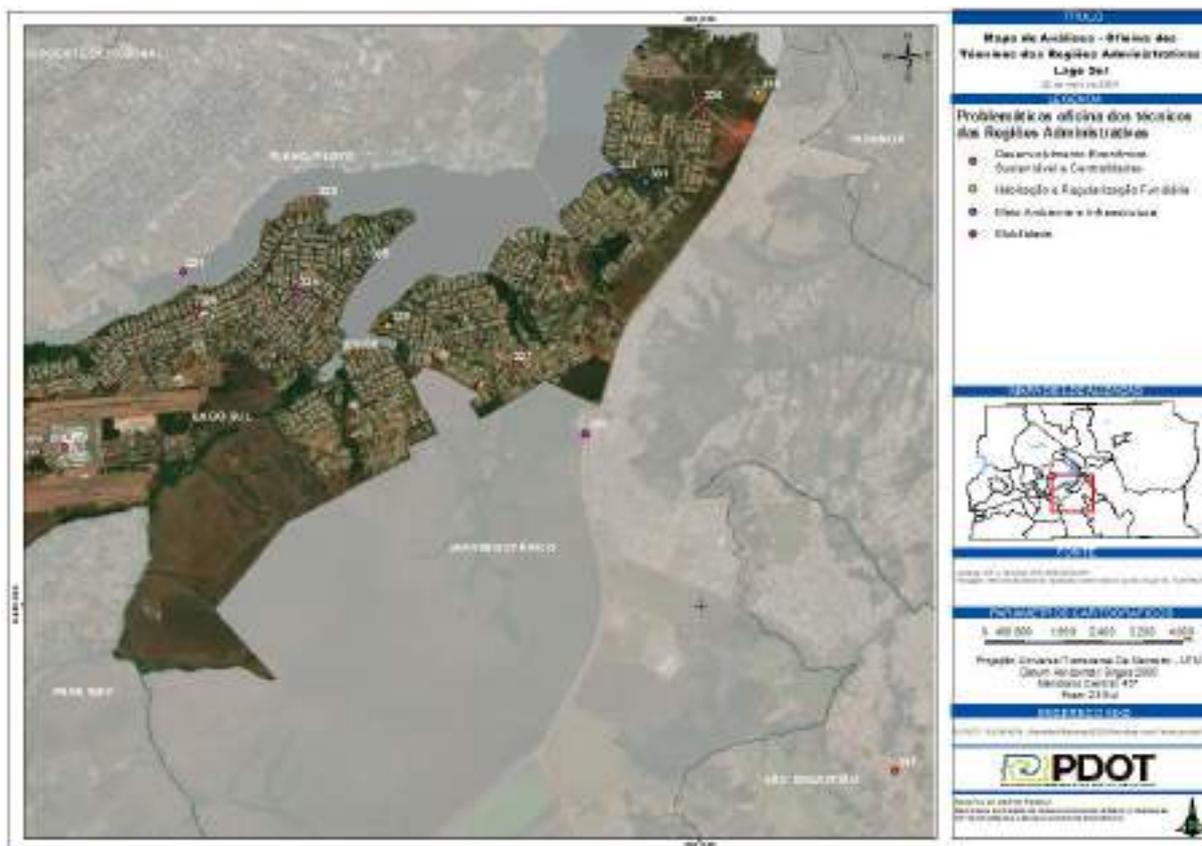


GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

ID	Eixo	Descrição
327	CTD	Comércio local do SMDB 12 - Tornou-se área comercial que atende outras RA.
328	MAI	A desocupação da orla é uma ótima idéia, contudo, tem que haver comprovação Financeiro e operacional do Estado na sua manutenção.
329	MAI	Falta manutenção do parque, revitalização.
330	MOB	Todo o escoamento viário das RA próximas é por dentro do Lago Sul. Precisa de nova ligação da DF 140/001 direto para o Plano Piloto sem passar por dentro do Lago Sul.
331	MAI	Falta manutenção do parque, revitalização.
333	MAI	Falta rede de drenagem pluvial.
334	HAB	Regularização dos Condomínios Village Alvorada, Pousada das andorinhas.
336	MOB	Com a duplicação da DF 001 sentido balão da JK - Barragem Paranoá.
337	CTD	Criar polos multifuncionais - áreas de desenvolvimento econômico.
338	CTD	Faltam lotes instituconais privados, tem lotes dentro de APP e APA. Excesso de lotes de posto de gasolina.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Mapa 26 – Problemáticas - Técnicos RA Lago Sul.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

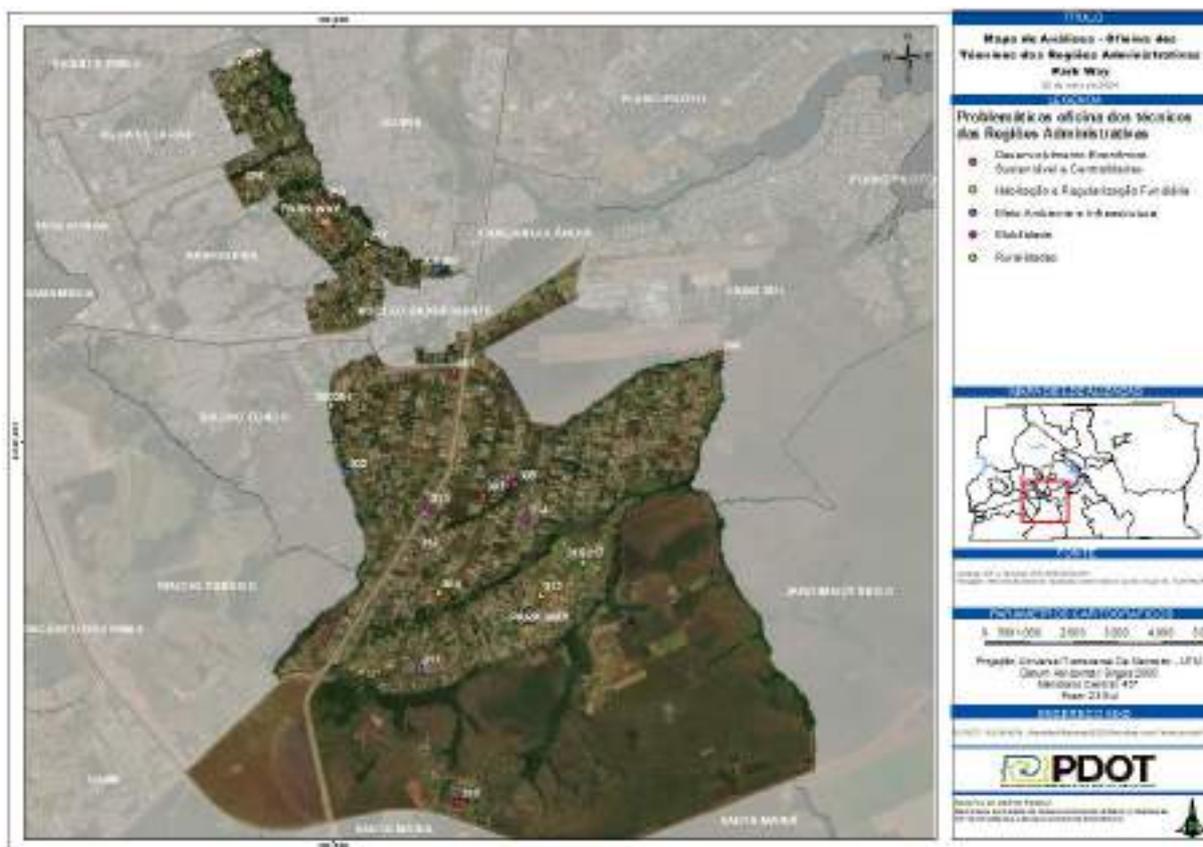
3.5.3 Park Way

Durante a oficina da RA Park Way, os técnicos apresentaram as demandas resumidas no **Mapa 27** e **Quadro 27**. Começando por Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, a principal demanda se volta à necessidade de desenvolvimento de áreas comerciais, assim como no



desenvolvimento econômico associado às RA próximas. Em Habitação e Regularização Fundiária, os técnicos realçaram a ocorrência de conflitos urbanos entre RA, e destacaram que há potencial comercial e a necessidade de atenção às áreas verdes com avanço de ocupações informais. Associado a esses pontos, em Meio Ambiente e Infraestrutura, foi realçada a necessidade de proteção ambiental e da necessidade de infraestruturas de segurança, tanto no sentido da ocorrência de furtos, como da necessidade de manutenção de infraestruturas de saneamento para evitar a ocorrência de alagamentos. Em Mobilidade, os aspectos de meio ambiente são retomados, com destaque à necessidade de manter o controle de acesso aos parques que permitem a entrada de pedestres e de veículos motorizados, foi informado também, sobre a ausência de transporte público. Por fim, em Ruralidades, se realçou a falta de transporte público em determinadas zonas da RA.

Mapa 27 – Problemáticas - Técnicos RA Park Way.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Quadro 27 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Park Way.

ID	Eixo	Descrição
295	HAB	Quadra 04/05. Bernardo Sayão. Conflito na região limítrofe. Águas Claras.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

ID	Eixo	Descrição
297	HAB	Quadra 04/05. Bernardo Sayão. Conflito na região limítrofe. Setor de chácaras.
298	CTD	Park Way - Córrego da onça. integração. Necessidade de comércio. Águas Claras.
299	CTD	Potencial na área da saúde para o comércio próximo do Guará.
300	HAB	Coqueiro. Núcleo Bandeirante.
301	RUR	Coqueiro. Núcleo Bandeirante.
302	MAI	Drenagem/ esgotamento sanitário. Coleta verde. Necessidade de EP devido a densidade. Problema com alagamento. Falta Infraestrutura.
303	CTD	Falta de comércio. Sugestão de ilha para comércio.
304	HAB	Potencial Comercial. Áreas verdes com ocupação Informal.
305	MOB	Muita incidência de incêndio. Precisa de proteção para Lagoa do "Serdro". Pedestre x Carro.
306	CTD	Concessão a agroindústria.
307	CTD	Administração Regional. Lote para Equipamento Público.
308	HAB	Vila Vicentina. Quadra 01.
309	MAI	Vila Vicentina. Quadra 01.
310	MOB	Área verde. Ocupação Informal. Córrego da onça. Área produtiva. Falta ônibus.
311	MAI	Agroindústria. Incidência de incêndio no Park Way inteiro. Queima de resíduos verdes. Segurança Pública. Roubo de casas.
312	MAI	Proteção de corredores verdes.
313	HAB	Fazendas UnB.
314	MOB	Área verde. Ocupação Informal. Falta atendimento de transporte.
315	MOB	Área verde. Ocupação Informal.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

3.5.4 Varjão

Para a RA do Varjão, foram apresentadas 16 demandas (**Quadro 28** e **Mapa 28**) sendo que grande parte refere-se ao eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades. Para este Eixo Temático, percebe-se a demanda por equipamentos culturais e comerciais, que se tornam potencialidades para possíveis aprimoramentos para a RA como um todo e para novas dinâmicas urbanas. Por outro lado, os técnicos também debateram a necessidade de equipamentos de saúde e educacionais. Em Habitação e Regularização Fundiária, demanda-se uma melhor delimitação das áreas de parque, e o monitoramento das ocupações irregulares que ocorrem na região. Em Meio Ambiente e Infraestrutura, os aspectos de preservação dos parques são retomados, realçando-se a necessidade de preservar as áreas verdes frente à expansão das áreas pavimentadas.

Em Mobilidade, é demandada a necessidade de aprimoramento da infraestrutura de trânsito, bem como de novos equipamentos rodoviários, abrangendo diversas RA. Na perspectiva da mobilidade ativa, também há demanda por mais ciclovias. Por fim, em Ruralidades, verifica-se o potencial rural, em pequena escala.



Mapa 28 – Problemáticas - Técnicos RA Varjão.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Quadro 28 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Varjão.

ID	Eixo	Descrição
278	CTD	Avenida central - potencial de equipamento público.
279	CTD	Oficinas - Quadra 2 e Quadra 3. Demanda alta. Conflito - grande quantidade de carros.
281	CTD	ADE (Proposta de criação). Relaciona-se à necessidade das oficinas. Proposta de ADE próxima à DF-005 e DF-442.
282	CTD	Casa da Cultura (quadra 2)/ Galpão social(quadra 4). Demanda de eventos e projetos convenios muito utilizada. Potencialidade.
283	CTD	Centro de reciclagem (próximo da casa de cultura qd 2), serviço bastante demandado, também pela RA do Lago Norte.
284	MAI	Conflito. Quadra 6 a 8 invasão. Parque do Varjão. Poligonal esquemática - Precisa delimitar melhor. Parte da população denuncia a invasão (interesse na preservação).
285	HAB	Conflito. Quadra 6 a 8 invasão. Parque do Varjão. Poligonal esquemática - Precisa delimitar melhor. Parte da população denuncia a invasão (interesse na preservação).
286	HAB	Ocupação parte na RA do Lago Norte e parte no Varjão parque do Taquari.
287	MAI	Ocupação parte na RA do Lago Norte e parte no Varjão parque do Taquari.
288	MAI	Potencial conectar ambiental/ parque urbano liga 2 parques. Entre quadras 3 e 5 cidade muito pavimentada e falta espaço para vegetação. Pressão de criação de estacionamento.
289	MAI	Necessidade de rever lote em área íngreme (morro do índio).
290	CTD	Necessidade de UPA, melhoria de posto. Necessidade de ensino fundamental II e médio. Posto Policial. Restaurante comunitário.
291	MOB	Avenida Central/ de saída apertada. Melhorar sinalização (infraestrutura de trânsito). Ajuste nas linhas



ID	Eixo	Descrição
		de ônibus para atender o público distante da Av Central. Não há espaço para ciclovias.
292	MOB	Necessidade de controle de velocidade (pardal) Av. Central. Necessidade de terminal rodoviário. (RA Paranoá, Itapoão, Lago Norte, Plano Piloto) melhoria de transporte público (mais opção). Dificuldade de acesso para Lago Sul.
293	HAB	Invasão de área pública. Puxadinhos tanto em residência quanto em comércio.
294	RUR	Potencial de desenvolvimento rural. Hortaliças. Viveiro de Plantas.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

3.6 6ª REUNIÃO: REGIÕES ADMINISTRATIVAS DA UPT CENTRAL ADJACENTE II

Figura 6 – Fotografias da Oficina com Técnicos de RA da UPT Central Adjacente II.



Fonte: SUPLAN/SEDUH.

A Reunião Técnica com as Regiões Administrativas da UPT Central Adjacente II⁷⁴ ocorreu no dia 31/08/2022, na modalidade presencial, como mostra a **Figura 6**. O evento iniciou às 14h30, no Auditório da SEDUH DF, e contou com 58 pessoas no total. Para a discussão, os participantes foram divididos em 8 grupos, sendo cada um correspondente a uma Região Administrativa. É possível acessar o documento de relatório desta Reunião Técnica no site do PDOT disponível no endereço eletrônico:

74 A UPT Central Adjacente II é composta pelas Regiões Administrativas Núcleo Bandeirante, Guará, Riacho Fundo, Águas Claras, SCIA Estrutural, Sia, Vicente Pires e Arniqueira.

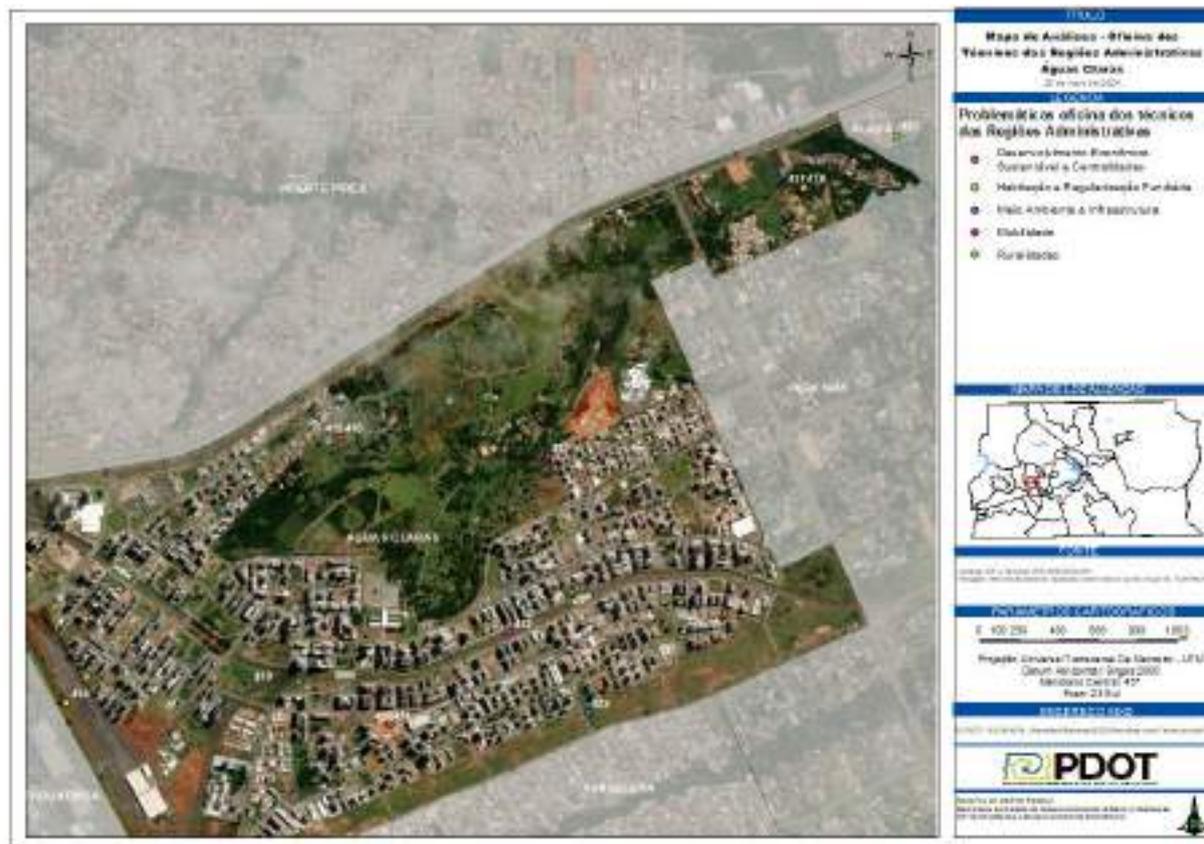


<https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/Documentos>. A seguir serão apresentadas informações vinculadas à contribuição de cada Região Administrativa.

3.6.1 Águas Claras

A RA Águas Claras indicou 13 pontos de contribuição, elencados no **Mapa 29** e no **Quadro 29**. Os pontos de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades tratam da solicitação de equipamentos comunitários, enquanto em Mobilidade os pontos abordam a necessidade de mais saídas para a RA e a segregação e isolamento causados pela infraestrutura metroviária que divide Águas Claras. Em Ruralidades o destaque foi dado ao potencial de produção de flores e hortaliças na macrozona rural da RA. A principal preocupação associada ao Meio Ambiente e Infraestruturas são os parques e seu potencial para Águas Claras. Por fim, em Habitação e Regularização foi abordada a situação dos condomínios de alta e média renda irregulares, assim como o parcelamento de chácaras.

Mapa 29 – Problemáticas - Técnicos RA Águas Claras.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



Quadro 29 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Águas Claras.

ID	Eixo	Descrição
410	CTD	Conflitos: ambulantes dispersos na cidade, hoje criação de uma feira para reunir estes trabalhadores.
411	CTD	Ausência de equipamentos públicos. Necessidade de ao menos uma UPA.
412	MOB	Dificuldade de travessia norte/sul devido a linha do trem. Conflito entre pedestres e carros.
413	MOB	Criação de outras saídas para a cidade desafogar o trânsito. Incentivo a mobilidade ativa.
414	HAB	Presença forte de moradores de rua. Falta de capacidade de zelar por essa população.
415	MAI	Forte potencial, especialmente pela pouca quantidade de outras áreas verdes na cidade/ Parque central e Parque Sul.
416	CTD	Potencial de lazer, local de estar na cidade - parque.
417	MAI	APP. Condomínios irregulares. Conflito ambiental, Necessidade de preservação.
418	HAB	Condomínios irregulares, de média e alta renda. Parcelamentos de chácaras que tem colocado em risco a APP.
419	MAI	Aprovação dos projetos parque Central e parque Sul, potencial.
420	RUR	Manutenção da zona rural, produção de flores e hortaliças.
421	CTD	Rota de gastronomia do DF. Grande presença de restaurante, forte potencial gastronômico.
422	MAI	Águas Claras fica sobre grande aquífero. Prédios bombeiam água e jogam nas águas pluviais- grande desperdício.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

3.6.2 Arniqueira

Conforme mostra o **Quadro 30** e o **Mapa 30**, Arniqueira produziu 11 pontos abordando, em Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, demandas por equipamentos comunitários e em Mobilidade infraestrutura para mobilidade ativa e transporte público. Em Meio Ambiente e Infraestrutura os pontos abordam principalmente as áreas de preservação permanente - APP. Para Habitação e Regularização Fundiária a demanda aponta a necessidade de regularização de toda a área da RA enquanto em Ruralidades abordou-se demanda por equipamentos públicos.

Quadro 30 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Arniqueira.

ID	Eixo	Descrição
467	MOB	Projeto para terminal de ônibus. Ônibus vem de Taguatinga e passa pela cidade. Não tem pontos de atendimentos e demora no fluxo.
468	MOB	Duplicação da via Vereda da Cruz. Ampliação das ciclovias ligando a DF 079 à 001; Implantação de rede de asfalto.
469	MOB	Implementação de calçadas nos setores de chácaras que estão em processo de regularização.
470	CTD	Parque do Areal. Implantação de Vila Olímpica e creche.
471	CTD	Melhora nos estacionamentos nas áreas centrais comerciais (melhora e ampliação) e no centro administrativos da cidades que atenda feira permanente, escolas de ensino fundamental.
472	CTD	Quadra Poliesportiva (melhoria e ampliação) Ponto de encontro e lazer (existe PEC novo).
473	HAB	Regularização de toda a área do setor habitacional Arniqueiras.
474	MAI	Preservação de APPs.
478	MAI	Ocupação irregular em área de APP com grande declividade e em áreas de nascente.
480	MAI	Infraestrutura de saneamento: Ampliação; abastecimento de água, coleta de esgoto; Ampliação do atendimento da rede de energia; Implantação de drenagem urbana.
481	RUR	Áreas rurais remanescentes subdivididas para receber equipamentos públicos.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



Mapa 30 – Problemáticas - Técnicos RA Arniqueira.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

3.6.3 Guará

O grupo de Técnicos do Guará destacou três eixos temáticos em 11 pontos (**Mapa 31 e Quadro 31**). Em Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade os técnicos destacam o potencial de áreas para centralidade local e a descaracterização de áreas centrais com uso residencial, sendo este último um dos pontos principais em Habitação e Regularização Fundiária. Já em Mobilidade foi abordado a deficiência de ciclovias na Região Administrativa.

Quadro 31 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Guará.

ID	Eixo	Descrição
423	MOB	Conflito: População não concordou (parte) com a obra, principalmente quem não utiliza. As ciclovias não são integradas.
424	CTD	Areeiros: Precisam de licença de funcionamento. Infraestrutura do local.
425	HAB	Areeiros: Precisam de licença de funcionamento. Infraestrutura do local.
426	CTD	Moveleiros: atividade econômico com o lugar. Necessidade de remanejar empresários.
427	HAB	Habitação e Regularização - Linha férrea Qe 40. Moradias irregulares próximas. Ferro velho que também são irregulares.
428	MOB	Mobilidade - Guará I (Desafio). Falta ciclovia. - Portões nos becos.



ID	Eixo	Descrição
429	CTD	Centralidade - Novas quadras (Desafio). Desenvolvimento econômico da região. Infraestrutura do local.
430	HAB	Habitação - Pólo de moda (Desafio). Regularização das moradias. Desenvolvimento da Infraestrutura local.
431	HAB	Park Sul (Desafio e conflito). Alto poder de atividade econômica porém com conflito com o mercado mobiliário. Lotes comerciais que estão se transformando em moradias de alto padrão.
432	CTD	Park Sul (Desafio e conflito). Alto poder de atividade econômica porém com conflito com o mercado mobiliário. Lotes comerciais que estão se transformando em moradias de alto padrão.
433	CTD	Área CAVE (Potencial). Fortalecer o desenvolvimento econômico, a centralidade do local em todos os níveis.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Mapa 31 – Problemáticas - Técnicos RA Guará.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

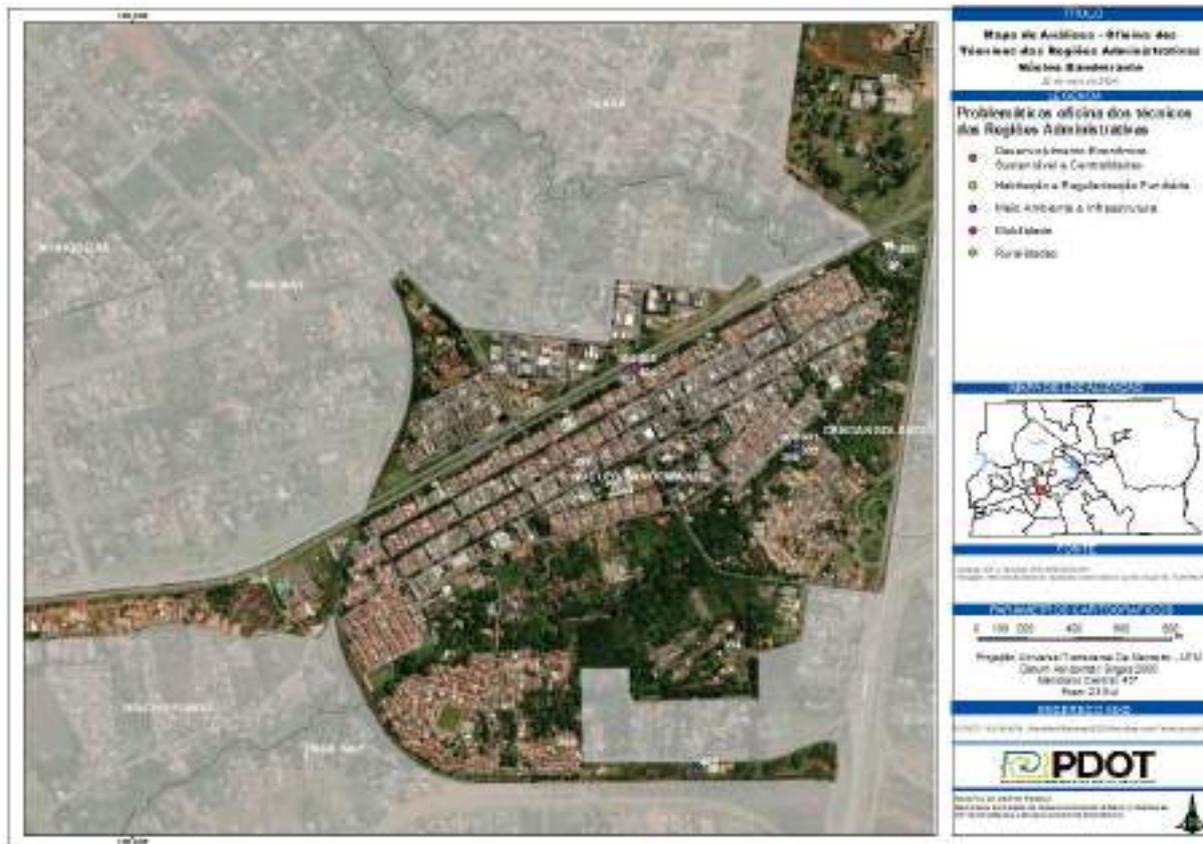
3.6.4 Núcleo Bandeirante

A RA Núcleo Bandeirante levantou 18 pontos de contribuição, sistematizados no **Quadro 32** e representados no **Mapa 32**. Os pontos de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades tratam de setores com centralidade local, enquanto em Habitação e Regularização Fundiária abordou-se questões relacionadas a ocupações informais específicas. Em Meio Ambiente e Infraestrutura, há demandas para esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos, além da necessidade de proteção



dos corpos hídricos. Em Mobilidade os pontos destacados incluem a falta de infraestrutura para mobilidade ativa e transporte público adequado à demanda da população. Por fim, em Ruralidades destacou o uso misto na colônia agrícola e sua baixa produtividade.

Mapa 32 – Problemáticas - Técnicos RA Núcleo Bandeirante.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Quadro 32 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Núcleo Bandeirante.

ID	Eixo	Descrição
392	HAB	Placa das Mercedes /Vila Cauhy - ocupação informal.
393	RUR	Colônia Agrícola - Uso Misto. Parcelamento em área rural com características urbanas. Pouco produtivas.
394	HAB	Vila Cauhy - ocupação informal.
395	CTD	Comércio Atacadista. Depósito. Areeiros. Materiais de Construção. Em fase de regularização. Setor dos Areeiros. demanda por galpão de materiais de construção.
396	CTD	Setor de indústria Bernardo Saião, SIBS. Transportadora.
397	CTD	SOPI - Setor de Oficinas e Pequenas indústrias.
398	MAI	Córrego Vicente Pires/Riacho Fundo. Assoreamento devido ocupação irregular.
399	MAI	Córrego Vicente Pires/Riacho Fundo. Falta Infraestrutura: Rede de esgoto.
400	MAI	Córrego Vicente Pires/Riacho Fundo. Falta Infraestrutura: Coleta é feita na entrada da Vila Cauhy.
401	MAI	Córrego Vicente Pires/Riacho Fundo. Falta Infraestrutura: Processo de endereçamento em andamento (ADM + CAESB).
402	MOB	Falta de transporte e variedade de destinos.
403	MOB	Falta transporte para atender a demanda.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

ID	Eixo	Descrição
404	MOB	Ciclovias na faixa de domínio.
405	MOB	Falta de calçada.
406	MOB	Processo de revitalização dos passeios.
407	MAI	Setor de Clubes sem uso.
408	MAI	Parque Núcleo Bandeirante (da secretaria de Educação).
409	MAI	Paqueta da Metropolitana. Falta infraestrutura de banheiros, bebedouros, estacionamento. Tem Quadra de esporte.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

3.6.5 Riacho Fundo

O grupo de técnicos do Riacho Fundo listou 14 pontos conforme mostra o **Mapa 33** e o **Quadro 33**, abordando cinco eixos temáticos. Em Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades apontou o conflito que o comércio local enfrenta com demandas de mobilidade. Em Habitação e Regularização Fundiária e Meio Ambiente e Infraestrutura os pontos levantados pelos técnicos abordam a expansão da mancha urbana sobre áreas com características rurais e ambientalmente sensíveis, ao passo que em Mobilidade os pontos falam sobre a necessidade de infraestrutura para as ciclovias e demandas por transporte público.

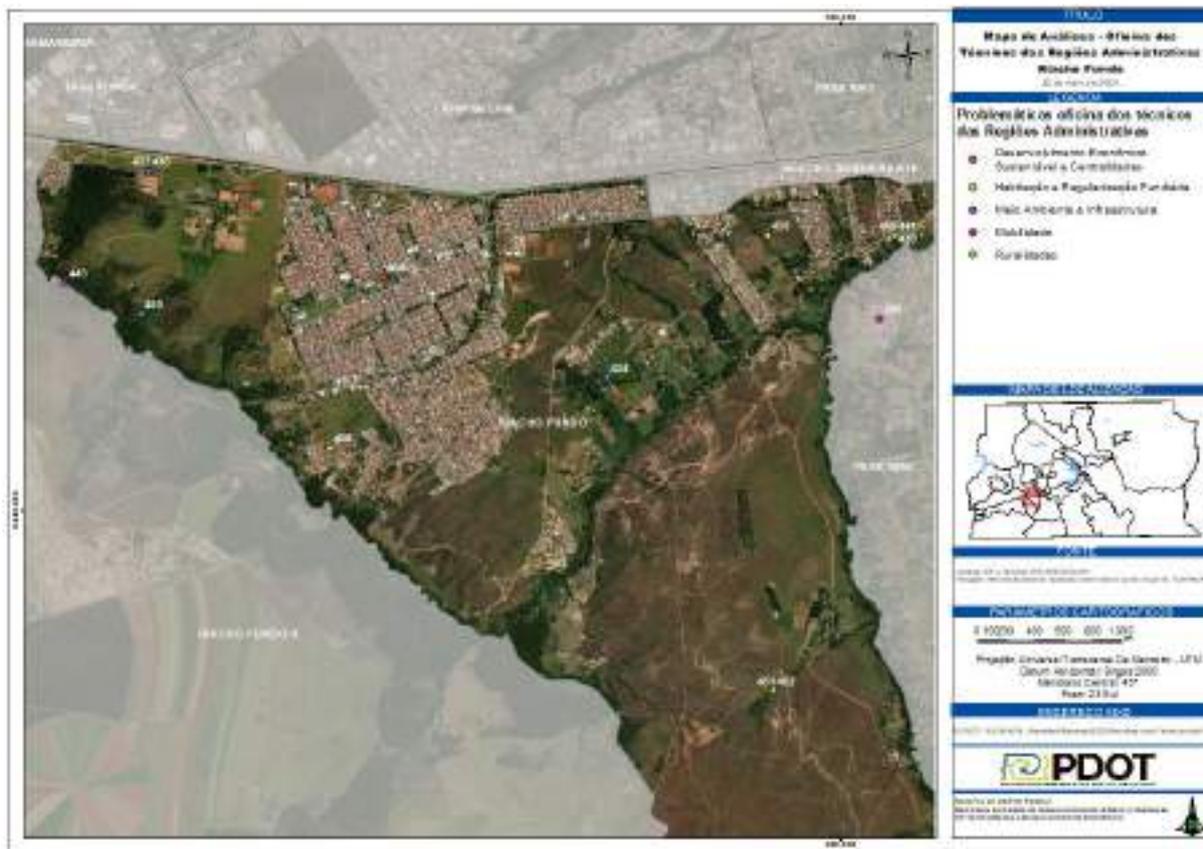
Quadro 33 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Riacho Fundo.

ID	Eixo	Descrição
434	MAI	Conflito - Meio Ambiente Rural. Colônia Agrícola Kanegae - Rural ocupação irregular na área rural
435	HAB	Conflito - Meio Ambiente Rural. Colônia Agrícola Kanegae - Rural ocupação irregular na área rural
436	HAB	Sucupira ARINE - característica de ARIS, em expansão além do limite
437	HAB	Conflito. Granja modelo expansão em área de parque
438	MAI	Conflito. Granja modelo expansão em área de parque
439	MAI	Crescente ocupação urbana em área ambientalmente sensível.
440	HAB	Crescente ocupação urbana em área ambientalmente sensível.
441	RUR	Crescente ocupação urbana em área ambientalmente sensível.
446	MOB	Conflito com mobilidade, necessidade de estacionamento, transporte urbano, conflito com centralidade.
448	CTD	Conflito com mobilidade, necessidade de estacionamento, transporte urbano, conflito com centralidade.
449	MOB	Ciclovias contornando o parque.
450	MAI	Meio Ambiente potencial de uso do parque para lazer regional.
451	MAI	Potencial para plantação de hortaliças.
452	RUR	Potencial para plantação de hortaliças.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



Mapa 33 – Problemáticas - Técnicos RA Riacho Fundo.



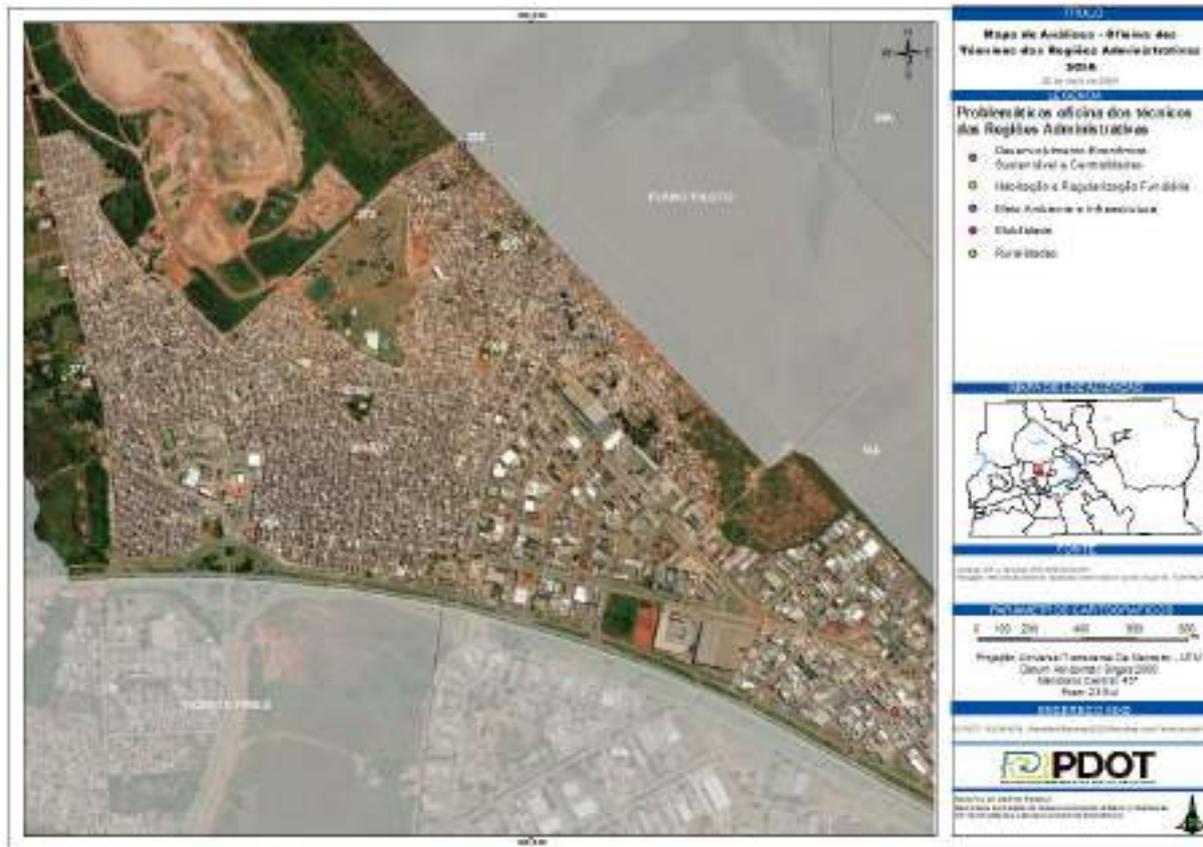
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

3.6.6 SCIA/Estrutural

Para abordar sobre o SCIA/Estrutural, os técnicos da RA elencaram 10 pontos conforme mostra o **Quadro 34** e o **Mapa 34**, abordando cinco eixos temáticos, principalmente Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades com questões sobre economia circular, descentralização de equipamentos comunitários e as centralidades com relevância regional localizadas na RA. Em Habitação e Regularização Fundiária as ocupações informais em lotes de equipamentos públicos e Santa Luzia. As ocupações informais na Santa Luzia também foram apontadas em Meio Ambiente e Infraestrutura, principalmente pelos seus impactos no Parque Nacional. O eixo Ruralidade foi abordado pelos técnicos quanto ao potencial não explorado, ao passo que a demanda sobre Mobilidade abordou a alta demanda de ciclistas para a RA e ruas muito estreitas.



Mapa 34 – Problemáticas - Técnicos RA SCIA/Estrutural.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Quadro 34 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA SCIA/Estrutural.

ID	Eixo	Descrição
364	CTD	Atividades comerciais na Av. Luiz Estevão e 9 de Julho.
365	HAB	Santa Luzia - grande área de Habitações irregulares.
366	CTD	Cidade do automóvel, grande pólo comercial não somente para a RA, mas para todo o DF.
367	CTD	Setor de oficinas - Polo comercial com muitas empresas de reciclagem. Consequência ainda do Lixão.
368	HAB	Os lotes destinados para equipamentos públicos/institucionais estão todos invadidos com residências irregulares. Um pouco de dependência da RA Guará.
369	MOB	Fluxo de bicicletas muito intenso, ruas estreitas que dificultam o acesso de caminhões, ônibus e maquinário para manutenção. Calçadas estreitas.
370	CTD	Descentralização dos equipamentos públicos e dos serviços institucionais.
371	RUR	Grande potencial, pouco explorado.
372	MAI	Invasão/expansão do Santa Luzia para dentro do Parque Nacional. Escoamento de esgoto do Santa Luzia para dentro do Parque Nacional.
373	CTD	Potencial das bazarzeiras e economia circular.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

3.6.7 SIA

O grupo de técnicos do SIA, em 17 pontos, abordaram quatro eixos temáticos conforme **Mapa 35** e o **Quadro 35**. Em Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades destaca-se que os



técnicos salientaram a centralidade da Feira dos Importados e do Shopping Popular, ao passo que o eixo Habitação e Regularização Fundiária aponta as ocupações informais no setor de inflamáveis. No eixo Meio Ambiente e Infraestrutura foi apontado a invasão do parque por lotes comerciais. O eixo Mobilidade recebeu contribuições, a maioria delas destacando a necessidade de melhoria na infraestrutura para pedestres.

Mapa 35 – Problemáticas - Técnicos RA SIA.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Quadro 35 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA SIA.

ID	Eixo	Descrição
374	HAB	Conflito -Ocupações informais no setor de inflamáveis. Há uma demanda para que essas ocupações sejam regularizadas.
376	MOB	Ocupações informais em áreas destinadas a estacionamentos. Existem linhas de ônibus, mas é necessário a implementação de novas linhas.
377	MOB	Desafio -Problemas de mobilidade no Setor de inflamáveis. O transporte coletivo é inexistente, apenas uma linha faz esse trajeto.
378	MOB	É preciso fazer melhorias nos pontos de paradas de ônibus, além de implementação uma passarela que atende o trecho 17.
379	MOB	Os canteiros centrais forma reduzidos ao longo afazerem manobras arriscadas a fazerem manobras arriscadas nas vias que passam do trecho 1 ao 4.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

ID	Eixo	Descrição
380	CTD	Shopping popular tem uma demanda de centralidade, mas pertencem à União. No entanto, das demandas são atendidas pela RA.
381	MOB	SAAN, as calçadas são muito estreitas e não comportam para o abrigo de ônibus. Não há espaço para implementar paradas de ônibus e recuo para ônibus em função das calçadas serem estreitas.
382	CTD	Novas casas de show que funcionam à noite.
383	MAI	A capacidade de infraestrutura para o novo uso das casas de show deve ser revisada.
384	CTD	Feira dos importados: conflito entre atividades comerciais e área para estacionamento. A feira é uma centralidade econômica.
385	MAI	Feira dos importados: Alagamentos eventuais nas áreas de estacionamentos e na própria área de feira, devido a quantidade de resíduos sólidos provenientes da feira.
386	MOB	Feira dos importados: conflito entre atividades comerciais e área para estacionamento. A feira é uma centralidade econômica.
387	MAI	Expansão dos lotes comerciais que estão invadindo áreas do parque.
388	MOB	Há projeto de estacionamento de caminhões.
389	CTD	Cooperativas de catadores pode ocupar a área, mas não conseguem tirar o licenciamento porque esse uso não é previsto pela Luos.
390	HAB	Falta de segurança das áreas públicas próximas à linha do trem e ao trecho 04. Há uso de drogas e pontos de prostituição.
391	CTD	Retirar o CPP - Centro prisional.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

3.6.8 Vicente Pires

A RA Vicente Pires abordou cinco eixos temáticos com 14 pontos listados no **Quadro 36** e ilustrados no **Mapa 36**. Em Habitação e Regularização Fundiária as ocupações informais foram abordadas, principalmente o aumento em áreas específicas nos últimos anos. Em Meio Ambiente e Infraestruturas a preocupação quanto às ocupações informais ressurge, principalmente quanto ao impacto destas em áreas ambientalmente sensíveis. O eixo Mobilidade recebeu mais contribuições, a maioria abordando a necessidade de melhoria e acesso do transporte público na RA. Em Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, foi apontada a necessidade de melhoria das áreas de centralidade local. O eixo Ruralidades foi abordado questões quanto à pressão para expansão urbana nas áreas rurais.

Quadro 36 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Vicente Pires.

ID	Eixo	Descrição
453	CTD	Aumento de verticalização, ausência de bolsões de estacionamento para comércio. Muitos prédios residenciais, com isso aumento de lixo, ausência de espaço para lixeiras. Região sem abastecimento de transporte público.
454	MAI	Ausência de lixeiras. Ausência de infraestrutura para acessibilidade, ocupação por ocupação de estacionamentos irregulares e lixos.
455	MOB	Ausência e dificuldade de acesso ao transporte público.
456	MAI	Parques urbanos sem infraestrutura. Possui área de APP.
457	MOB	Ausência de transporte Público/ previsão de construção de ponte. Condomínios fechados, dificuldade de acesso, principalmente pedestres.
458	HAB	Indefinição quanto ocupações de espaços.
459	MOB	Ausência e dificuldade de acesso ao transporte público - Trecho 3 - Colônia Agrícola. Trecho Isolado.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

ID	Eixo	Descrição
460	MOB	ausência e dificuldade de acesso ao transporte público. Vila São José, vias coletoras, estreitas, grande declividade. Ônibus não acessa a região por impossibilidade da via. Não tem calçada ou espaços eficientes fazendo com que o pedestre ande n
461	HAB	Região com novas ocupações que não são passíveis de regularização "pós registro".
462	MAI	Lixão aterrado em estudo pela Terracap.
463	HAB	Coorpeville dentro da poligonal, mas sem definição
464	RUR	Canas do reino. Chácaras com exploração rural. Pressão para criação de áreas econômicas. Não existe definição de vias, porém existe problema fundiário que viabilize projeto para via.
465	MAI	26 de setembro. Área tampão, de riscos ambientais.
466	HAB	26 de setembro. Área com aceleração de invasão nos últimos 4 anos. Problema de mobilidade e infraestrutura. Perfil socioeconômico diverso, quanto mais próximo da Estrutural mais precário. Via principal de 30 metros de largura, mas pouca fiscaliza

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Mapa 36 – Problemáticas - Técnicos RA Vicente Pires.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



3.7 7ª REUNIÃO: REGIÕES ADMINISTRATIVAS DA UPT CENTRAL

A **Reunião Técnica com as Regiões Administrativas da UPT Central**⁷⁵ ocorreu no dia 08/09/2022, na modalidade presencial (**Figura 7**). O evento iniciou às 14h30, no Auditório da SEDUH DF, e contou com 33 pessoas no total. Para a discussão, os participantes foram divididos em 4 grupos, sendo cada um correspondente a uma Região Administrativa. É possível acessar o documento de relatório desta Reunião Técnica no site do PDOT disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/Documentos>. A seguir serão apresentadas informações vinculadas à contribuição de cada Região Administrativa.

Figura 7 – Fotografias da Oficina com Técnicos de RA da UPT Central.



Fonte: SUPLAN/SEDUH.

3.7.1 Candangolândia

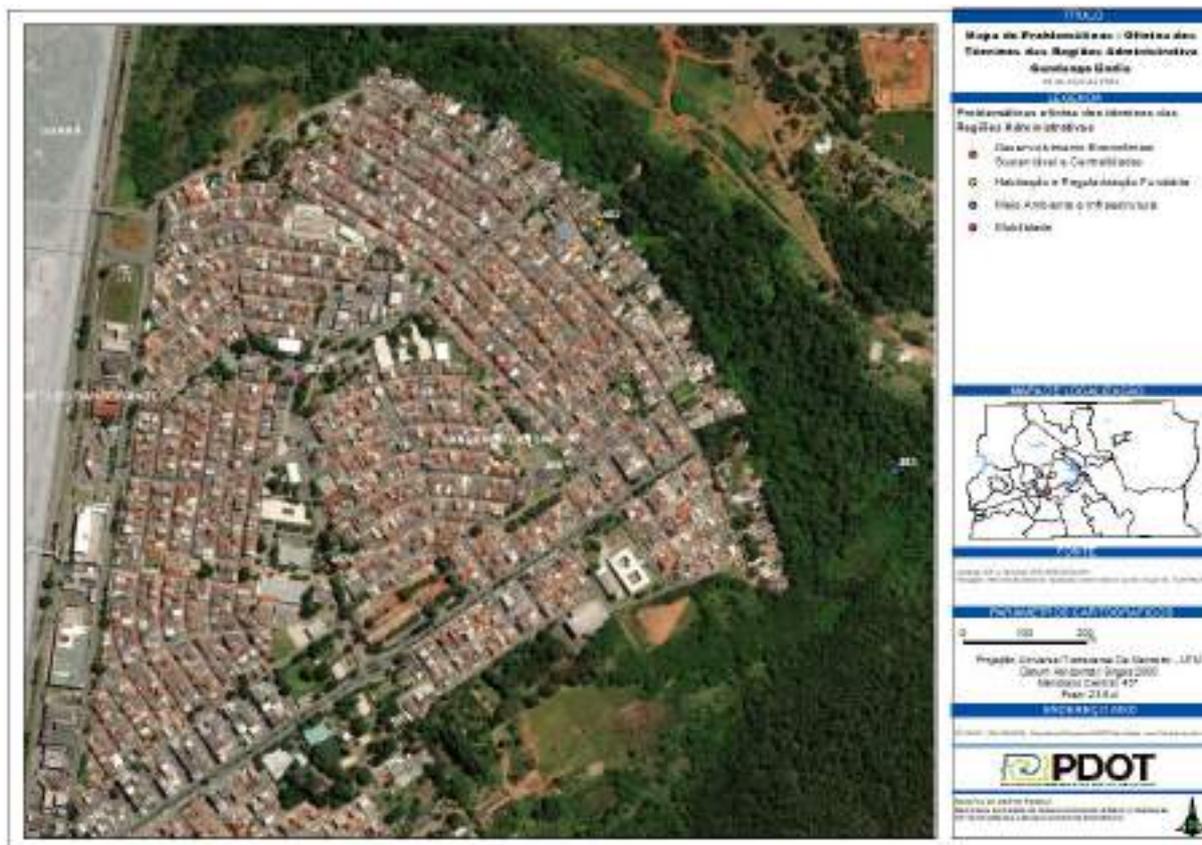
Conforme mostra o **Mapa 37** e o **Quadro 37**, Candangolândia produziu 06 pontos abordando em Mobilidade a demanda por acessibilidade e transporte público, em Meio Ambiente e Infraestrutura

75 A UPT Central Adjacente II é composta pelas Regiões Administrativas Plano Piloto, Cruzeiro, Candangolândia e Sudoeste/Octogonal.



a preservação das áreas de preservação ambiental e qualificação de espaços públicos, em Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades demandas associadas a equipamentos comunitários e em Habitação e Regularização Fundiária foi abordado a situação das ocupações informais na Região Administrativa.

Mapa 37 – Problemáticas - Técnicos RA Candangolândia.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Quadro 37 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Candangolândia.

ID	Eixo	Descrição
482	HAB	Invasões – Regularizações.
483	MAI	Preservação da APAS - Execução de calçadão.
484	CTD	Perímetro da EPIA - Escola profissionalizante.
485	MOB	Falta de acessibilidade e Transporte Público.
486	MAI	Utilização de áreas de praças voltadas para o público idoso.
487	CTD	Agências bancárias, Posto de saúde, escola, centro de convivência.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



3.7.2 Cruzeiro

O grupo do Cruzeiro listou 10 pontos, conforme mostra o **Quadro 38** e o **Mapa 38**, abordando 4 eixos temáticos. Em Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades destacou-se o Hospital das Forças Armadas, considerado pelos técnicos da RA como uma centralidade de saúde com abrangência regional. Neste eixo foram apontadas ainda centralidades locais como a Feira Permanente e a prestação de serviços em áreas residenciais. No eixo Mobilidade os técnicos destacaram atenção à infraestrutura cicloviária interrompida e a demanda por estacionamentos públicos. O eixo de Meio Ambiente e Infraestrutura foi abordado sobre a necessidade de melhoria da drenagem e áreas de pântanos na RA, além do potencial de alamedas e conectores com arborização para promoção de passeios públicos. O último eixo temático abordado foi Habitação e Regularização Fundiária com a indicação de ocupação em lotes destinados à equipamento público e avanço das ocupações em áreas residenciais.

Mapa 38 – Problemáticas - Técnicos RA Cruzeiro.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



Quadro 38 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Cruzeiro.

ID	Eixo	Descrição
510	MOB	Ciclovias interrompidas (tem no Sudoeste e tem no SAI); no Cruzeiro não há nenhuma infraestrutura cicloviária conectando à infraestrutura existente; EPTG - EPIA - SUDOESTE.
511	MOB	Demanda não atendida por estacionamento público. Acessibilidade (incentivar melhoria).
512	CTD	HFA (também próximo ao Centro Clínico do Sudoeste); Centralidade regional de serviços de saúde.
513	HAB	Fechamento do pilotis do Cruzeiro Novo com grades (projeções fazem limite com a rua).
514	MAI	Potenciais de alamedas/conectores com arborização, ciclovias para caminhada (contornando os limites da RA - Avenida Jaqueiras, Eixo Monumental, EPIA - Paredão Verde).
516	MAI	Cruzeiro todo sofre com drenagem (alagamentos) principalmente Cruzeiro Velho e "Áreas do Pântano" (Cruzeiro Novo próximo à EPIA); pavimentação também antiga e precária.
517	HAB	Ocupação irregular em lotes destinados às escolas (não há demanda local tamanha para escolas, as existentes recebem estudantes da Estrutural).
518	CTD	Feira Permanente: Divisa entre o Cruzeiro Novo e Velho; Avenida das Mangueiras próxima ao Ginásio. Cruzeiro Center: próximo à EPIA (fácil acessibilidade); possibilidade de atrair mais pessoas mediante revitalização da área construída.
520	HAB	Invasão de área pública por parte das casas (laterais, frente e trás) e no Cruzeiro Velho; muitas casas também ultrapassam o gabarito (casas virando habitação multifamiliar).
521	CTD	Desenvolvimento Econômico, muitas casas cumprindo função de comércio e serviços (ex: salão de beleza, brechó).
524	MAI	Potenciais de alamedas/conectores com arborização, ciclovias para caminhada (contornando os limites da RA - Avenida Jaqueiras, Eixo Monumental, EPIA - Paredão Verde).
525	MOB	Ciclovias interrompidas (tem no Sudoeste e tem no SAI); no Cruzeiro não há nenhuma infraestrutura cicloviária conectando à infraestrutura existente; EPTG - EPIA - SUDOESTE.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

3.7.3 Plano Piloto

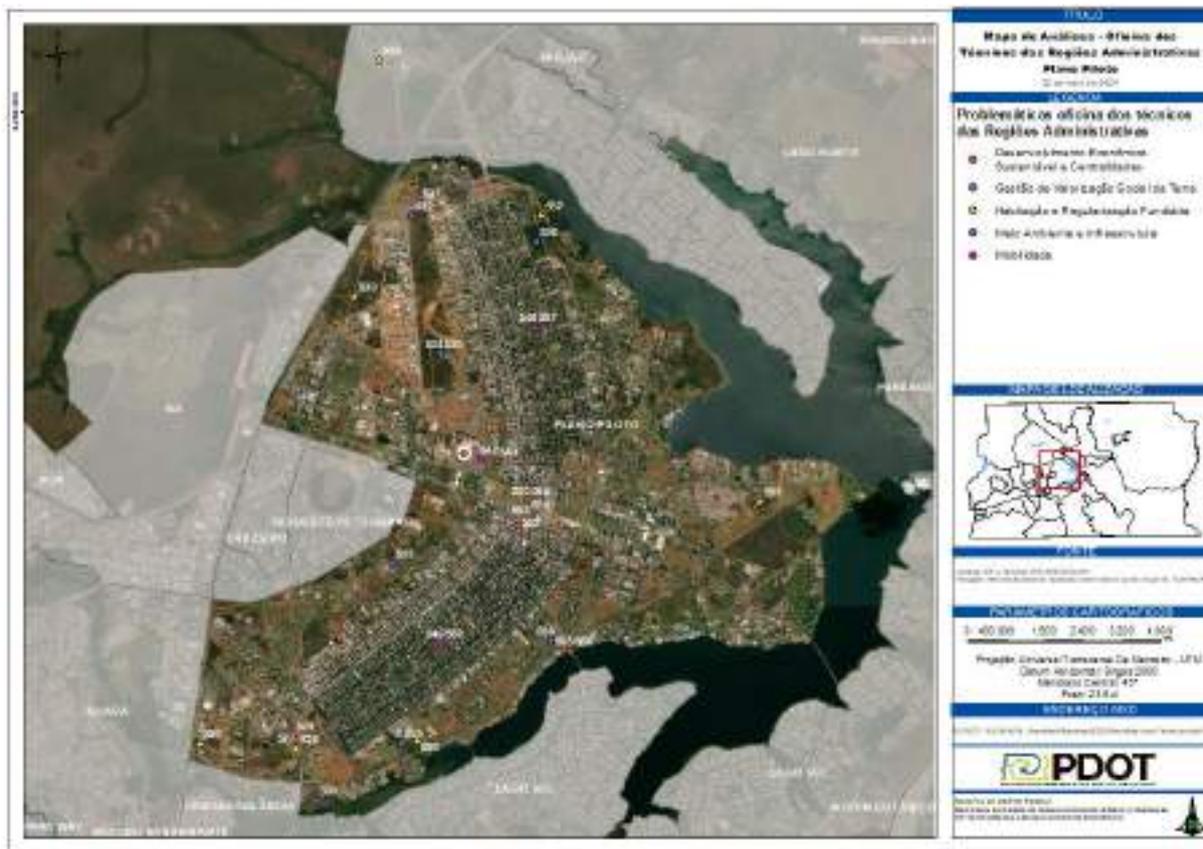
Os técnicos da Região Administrativa Plano Piloto não puderam participar no mesmo dia que os demais técnicos de outras RA e por isso realizaram a contribuição noutro dia, onde apontaram 26 pontos de contribuição em cinco eixos temáticos (**Mapa 39** e **Quadro 39**). Em Habitação e Regularização Fundiária, eixo com mais contribuições, listaram vários locais com ocupações informais, sobretudo em áreas de importância ambiental.

Em Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, dos itens listados, destaca-se os que abordam a preocupação com a orla do Lago Paranoá e o tombamento do Plano Piloto. Em mobilidade os assuntos tratam da expansão do metrô para a Asa Norte, deslocamentos no sentido leste-oeste a partir do transporte público e as áreas destinadas ao estacionamento de ônibus ao longo do dia associado ao movimento pendular.

O grupo de técnicos do Plano Piloto abordou também aspectos associados à Gestão de Valorização Social da Terra com a indicação da necessidade de justa distribuição do ônus pelo uso de áreas públicas pelo comércio e a preocupação com normas e gabarito. Em Meio Ambiente e Infraestrutura os pontos abordaram os parques da RA e os impactos de assoreamento de corpos hídricos e áreas de concentração de águas pluviais.



Mapa 39 – Problemáticas - Técnicos RA Plano Piloto.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Quadro 39 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Plano Piloto.

ID	Eixo	Descrição
526	HAB	Áreas de moradia em frente à EPIA. Criação de áreas institucionais.
527	MAI	Parque das aves: Não há dados, não foi implantado. Possui habitações irregulares.
528	HAB	Parque das aves: Não há dados, não foi implantado. Possui habitações irregulares.
529	MOB	Pontos de Espera do Transporte públicos que não foram previstas (Concentração de ônibus aguardando os horários de pico).
530	MAI	Área de assoreamento próximo ao córrego Riacho Fundo.
532	MAI	Concessão ambiental entre Parque Nacional de Brasília e Parque Burle Marx (Eixo Ecológico).
533	HAB	Moradias Informais na Etapa II do Noroeste.
534	HAB	Parque Burle Marx. Não há dados, não foi implantado. Possui habitação irregular.
535	MAI	Parque Burle Marx. Não há dados, não foi implantado. Possui habitação irregular.
536	MAI	Parque Olhos d'água.
537	HAB	Habitação irregular próxima à estação de tratamento de esgoto na Asa Norte (já foram removidas várias vezes).
538	HAB	Habitações Irregulares em expansão dentro do Parque Nacional.
541	CTD	Concessões dos espaços do estádio e Autódromo por 35 anos.
543	MAI	Concentração de Água da chuva.
545	MAI	Parque da Cidade: falta controle na ocupação; Continuar a implantação de infraestrutura.
546	CTD	Necessidade de Mobiliário Urbano em todo o Plano Piloto (ParCão, PECs).
548	GST	Preocupação com as Normas e Gabarito. Proteção das normas.
550	MOB	Necessidade do Deslocamento Leste/Oeste. Melhorando o transporte público, se resolve os problemas



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

ID	Eixo	Descrição
		de estacionamento.
552	CTD	Utilização de áreas centrais por hospitais veterinários em locais impróprios.
553	GST	Fazer boa gestão dos instrumentos para justa distribuição do ônus pelo uso da área pública pelos puxadinhos. Vetar a ocupação ilegal e fiscalizar a área regular.
554	MAI	Incompreensão das áreas verdes (a população não entende a necessidade/função das áreas públicas) - Preservação das verdes.
556	MAI	Parque sem dados. Uso de espaço radical irregular.
557	MOB	Metrô na Asa Norte.
558	HAB	Habitações irregulares próximo a Embaixada da China: Saturnino de Brito.
559	MAI	Parque sem dados, não foi implantado. Possui habitação irregular.
561	HAB	Parque sem dados. Possui habitação irregular.
564	CTD	Diretrizes para proteger o tombamento do Plano Piloto.
565	CTD	Projetos Orla Livre, Marinas Públicas. Há muitos projetos(concursos) mas não se concretiza. Criação de diretrizes no PDOT.
566	CTD	Ocupação informal da orla do Lago Paranoá.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

3.7.4 Sudoeste/Octogonal

O grupo do Sudoeste/Octogonal listou 20 pontos conforme mostra o **Quadro 40** e o **Mapa 40**, abordando cinco eixos temáticos. Em Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades destacou-se pontos de centralidade local e o potencial noturno que o SIG pode ter. Em Habitação e Regularização Fundiária os pontos levantados pelos técnicos abordam ocupações informais e áreas de regularização ao passo que em Mobilidade os pontos falam sobre a necessidade de infraestrutura para a mobilidade ativa devido a segregação e isolamento causado pelas rodovias. Em Meio Ambiente e Infraestrutura os técnicos destacam os parques e a demanda por equipamentos comunitários.

Quadro 40 – Descrição das Problemáticas - Técnicos RA Sudoeste/Octogonal.

ID	Eixo	Descrição
488	MAI	Parque do Bosque: tem infraestrutura para o público.
489	MAI	Parque Sucupira: área de preservação.
490	RUR	Horta urbana comunitária dos moradores locais. A Adm. Auxilia com o adubo, com composteira auxiliando a redução de resíduos da 1ª Avenida + Selo Verde do SLU.
491	HAB	Ocupação informal no parque sucupira.
492	HAB	Setor de Oficina Bloco D, precisa ser regularizado.
494	MOB	Falta de ciclovia na Octogonal e Sudoeste Econômico. Acessibilidade: calçadas e rampas.
495	MOB	Octogonal próximo à passarela, queixas sobre segurança pública.
496	MAI	Clube Unidade de Vizinhança. Não tem uso. Processo consta na SEDUH.
497	CTD	Terraço Shopping.
498	CTD	Setor Hospitalar- Centro Clínico Sudoeste. Conflito NGB restrita e desatualizada, complexidade de estacionamento.
499	HAB	Conflitos em relação aos moradores de rua. Falta de acolhimento.
500	MOB	Dificuldade de travessia de pedestre. Divisão de opinião quanto aos benefícios na nova obra de infraestrutura/viaduto.
501	CTD	1ª Avenida - Sudoeste. Presença de comércio.
502	MAI	Falta equipamento: Escola Classe, Posto de Saúde e creche no Sudoeste.
503	MAI	Lixo Verde. Administração que faz. Muita demanda localizada em área pública para ser recolhida por ela.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

ID	Eixo	Descrição
504	MOB	Falta linhas para atender demanda na 1ª Avenida no Sudoeste com recuo para parada de ônibus.
506	MOB	Muita solicitação de via pelo SIG para o Parque da Cidade.
507	HAB	Moradia presente no SIG.
508	CTD	SIG potencial noturno.
509	RUR	Horta dos condomínios.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Mapa 40 – Problemáticas - Técnicos RA Sudoeste/Octogonal.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



4 ESTUDOS DIRECIONADOS

O presente capítulo apresenta os resumos de três estudos elaborados pela equipe técnica da SEDUH, a fim de orientar as discussões do Diagnóstico, assim como subsidiar as próximas etapas do processo de revisão do PDOT. Os Estudos se encontram disponíveis na Aba “Estudos Direcionados” na página eletrônica do processo de revisão do PDOT, no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/Documentos>.

4.1 AVALIAÇÃO DAS DIRETRIZES E DISPOSITIVOS DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO – ZEE APLICADA À REVISÃO DO PDOT

O documento de Avaliação de Diretrizes e Dispositivos do ZEE-DF Aplicadas à Revisão do PDOT foi produzido com o intuito de subsidiar a Leitura Técnica da Revisão do PDOT, e publicado no mês de dezembro de 2021.

O Estudo Técnico apresentou um panorama referente aos instrumentos e diretrizes presentes no Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal (ZEE-DF), instituído pela Lei nº 6.269, de 29 de janeiro de 2019, observando também o previsto pela Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e pelo Decreto Federal nº 4.297, de 10 de julho de 2002, que estabelece critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE.

Dentre os temas tratados neste documento, estão a análise da sobreposição do ZEE/DF ao zoneamento e estratégia de regularização fundiária urbana do PDOT vigente e os instrumentos presentes no ZEE-DF como os Corredores Ecológicos, Licenciamento Ambiental e Outorga de Uso da Água.

O Estudo também considera que o ZEE-DF apresenta diretrizes importantes para o planejamento territorial, a exemplo do estímulo à economia da conservação, com o objetivo de manutenção e recuperação da vegetação nativa. Outro exemplo é a incorporação da avaliação dos riscos ecológicos nos instrumentos formais de planejamento e gestão territorial, possuindo a finalidade de garantir a integridade dos ecossistemas, bem como, a promoção da integração do DF com a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE).



Entende-se que as diretrizes apontadas estão materializadas no próprio zoneamento do ZEE-DF, presentes nos mapas referentes aos riscos ecológicos, riscos econômicos e nos mapas de disponibilidade hídrica das Unidades Hidrográficas do DF. Por outro lado, é destacada a relevância da produção de estudos interdisciplinares como a sobreposição da permeabilidade do solo compatível com o risco de perda de recarga de aquíferos em cada subzona e a viabilidade econômica, fundiária, urbanística e ambiental para a definição de áreas destinadas à intensificação de atividades produtivas sustentáveis.

Assim, mostra-se que o ZEE-DF é uma ferramenta para orientar o desenvolvimento sustentável no Distrito Federal, equalizando as necessidades econômicas com a conservação ambiental, importantes aspectos a serem considerados no processo de revisão do PDOT.

4.2 ANÁLISE DA OCUPAÇÃO DAS MACROZONAS DO DISTRITO FEDERAL NOS ÚLTIMOS 10 ANOS COMO SUBSÍDIO AO PROCESSO DE REVISÃO DO PDOT

O Estudo Técnico n.º 01/2024 – COPLAN/SUPLAN/SEDUH, elaborado em subsídio ao processo de Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT (Lei Complementar n.º 803/2009), propõe uma análise das ocupações efetuadas em cada Macrozona definida pelo PDOT vigente, sendo elas: Macrozona Urbana, Macrozona Rural e Macrozona de Proteção Integral. O referido estudo visa avaliar o percentual das ocupações, sejam elas formais e informais, com o objetivo de identificar a taxa de área remanescente - não urbanizada - em cada uma das Macrozonas.

Este estudo foi elaborado por meio do processamento de dados no software Arcgis, a partir das informações oficiais relacionadas a s áreas das Macrozonas, imagens de satélite e as informações do Banco de Dados da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH. Para as ocupações formais, a análise foi elaborada comparando a área total de cada Macrozona com a área destinada para fins de parcelamento urbano (projetos urbanísticos e novos parcelamentos), registrados até janeiro de 2024. Para as áreas informais, a análise foi efetuada por meio de imagem de satélite, subtraindo polígonos esquemáticos das ocupações informais identificadas em cada Macrozona, até janeiro de 2024.

A partir das análises efetuadas, foi identificado que 0,3% da Macrozona de Proteção Integral, 15,32% da Macrozona Rural e 76,26% da Macrozona Urbana possuem ocupações formais; ao passo



que 0,2% da Macrozona de Proteção Integral, 2,08% da Macrozona Rural e 9,52% da Macrozona Urbana possuem ocupações informais.

Assim, entende-se que 99,5% da área da Macrozona de Proteção Integral foi preservada sem ocupações; 82,6% da Macrozona Rural está conservada com características rurais e 2,08%, com características urbanas; enquanto 14,2% da Macrozona Urbana não apresenta ocupações.

4.3 PROPOSTA PARA O SISTEMA DE ÁREAS VERDES E ESPAÇOS LIVRES VEGETADOS DO DISTRITO FEDERAL – SAVEL-DF

A Nota Técnica 01/2023 – DIPLAN, que trata de proposta para o Sistema de Áreas Verdes e Espaços Livres Vegetados do Distrito Federal – SAVEL-DF, foi elaborada com o objetivo de unir as estratégias previstas pelo PDOT vigente (Lei Complementar nº 803/2009) com as diretrizes do Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal (ZEE-DF), Lei 6.269/2019, a partir de perspectivas de análise em escalas global e local e, assim, apresentar recomendações para o planejamento da ocupação do território do DF e para o processo de revisão do PDOT.

O documento buscou orientar a formulação de políticas públicas que incorporem aspectos essenciais ao desenvolvimento territorial sustentável, tais quais: (i) a capacidade de suporte ambiental do território, as condições ambientais capazes de dar suporte aos usos e ações antrópicas; (ii) a justa distribuição dos bens e serviços e do acesso aos recursos naturais e sua gestão racional; (iii) a ampliação da resiliência, entendendo-a como a capacidade do território de retornar a patamares de equilíbrio após vulnerabilidades e enfrentamento de riscos, principalmente antrópicos; (iv) a redução e a mitigação dos impactos gerados por mudanças climáticas; (v) o estímulo ao uso de novos padrões urbanos e infraestruturas verdes que ampliem a infiltração e a recarga dos aquíferos, reduzindo a velocidade de escoamento das águas pluviais e os alagamentos; (vi) a ampliação das áreas arborizadas, visando a conservação do patrimônio natural e o alcance dos demais benefícios promovidos pela arborização; (vii) a manutenção e ampliação dos serviços ecossistêmicos visando o bem estar da população e da biodiversidade.

Destaca-se que a proposição de um Sistema de Áreas Verdes e Espaços Livres Vegetados é abordada enquanto uma iniciativa multidisciplinar, a qual a formulação e escopo são objetos de competência de órgãos diversos, afetos às temáticas como meio ambiente, desenvolvimento



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

territorial e urbano, gestão de áreas verdes, gestão de áreas de risco, obras, infraestrutura, saneamento e agricultura.



5 DIAGNÓSTICO COMUNITÁRIO NA ESCALA DO DISTRITO FEDERAL

Os Encontros Para Pensar o Território foram eventos públicos realizados pela SEDUH, entre os meses de março e maio de 2021, para debater temas relevantes para o planejamento do território do Distrito Federal junto à sociedade. Tratou-se de uma estratégia para promover a participação popular durante o período de emergência em saúde pública enfrentado no DF nos anos de 2020 e 2021, em razão da pandemia causada pelo coronavírus.

Uma vez que não era possível a realização de eventos presenciais, a equipe técnica planejou a organização de seminários virtuais sobre temáticas afetas ao PDOT, na intenção de, para além da apresentação dos temas, também discutir as pautas junto à população, buscando debater aspectos tratados pelo PDOT de forma mais simples e com exemplos aplicados ao cotidiano dos moradores. Assim, os eventos atuavam também como uma ferramenta de promoção da educação urbanística, na intenção de capacitar os participantes para os debates a serem realizados nas etapas futuras, uma vez que, à época, ainda não havia sido iniciada a etapa de Leitura Comunitária, frente de Diagnóstico do território desenvolvida com a participação popular. Os Encontros foram, portanto, a primeira iniciativa da equipe técnica da SEDUH de implementação da participação popular no processo de revisão do PDOT.

Considerando as limitações de parte da população quanto ao acesso às ferramentas digitais, os eventos não se caracterizavam momentos deliberativos, mas estratégias para o debate da importância dos assuntos tratados pelo PDOT e de incentivo para a reflexão crítica por parte da população, junto à equipe técnica da SEDUH.

Assim apresentado, ressalta-se que foram estabelecidos objetivos principais e secundários para os Encontros Para Pensar o Território, sendo eles:

- **Objetivos Principais**
 - Mobilizar e engajar a população no processo de revisão do PDOT;
 - Estimular a população interessada a acompanhar e contribuir continuamente ao processo de revisão do PDOT;
 - Difundir o conhecimento acerca do escopo e das temáticas tratadas pelo PDOT; e
 - Promover a educação urbanística e a conscientização acerca da importância do planejamento urbano e territorial, bem como suas consequências na vida da população.



- Objetivos Secundários:
 - Captar percepções e informações da sociedade acerca dos temas abordados;
 - Orientar os técnicos da SEDUH sobre a importância e grau de conhecimento da população acerca dos temas abordados no processo de revisão do PDOT;
 - Obter informações para enriquecer o Diagnóstico em elaboração pela equipe técnica; e
 - Promover a prática em técnicas de participação social para a equipe técnica da SEDUH.

Como metodologia, foram realizados 8 Encontros Para Pensar o Território, um para cada Eixo Temático previsto na Metodologia. Cada Encontro apresentou uma temática de discussão, que foi definida de modo participativo. A princípio, os técnicos vinculados ao Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI de cada Eixo Temático definiam de três a quatro temas, para discussão pela população. Os temas eram então divulgados por meio das redes sociais da SEDUH e colocados para votação pela população, por meio de formulários virtuais. O tema mais votado era então definido para pautar o Encontro e utilizado para a construção da dinâmica.

Cada Encontro Para Pensar o Território era estruturado em três momentos: introdução, dinâmica e encerramento. O momento de introdução era idêntico para todos os Encontros. Nele era apresentado um vídeo introdutório a respeito do processo de revisão do PDOT (<https://www.youtube.com/watch?v=vvTPajflgL8>), que buscava conscientizar a população acerca do escopo e da função do PDOT. Também na introdução era apresentado o roteiro do evento e a equipe técnica organizadora, composta por servidores vinculados ao GTI do Eixo Temático do evento e demais servidores de diferentes setores da SEDUH.

O momento de dinâmica era particular para cada Encontro de cada Eixo Temático, uma vez que a metodologia utilizada no evento era construída para abordar o tema escolhido pela população em votação, e construída pela equipe técnica de cada GTI. Já o momento de encerramento era utilizado para concluir o debate realizado no momento de dinâmica, além de apontar os aspectos mais relevantes apontados pela população ao longo do evento.

Todos os eventos ocorriam de maneira virtual, por meio de plataforma de reuniões online, com a população reunida em uma sala virtual ou dividida em grupos, conforme era definida a dinâmica, que era específica para cada tema, em cada Encontro. Os links de acesso aos eventos eram divulgados na página eletrônica e nas redes sociais da SEDUH. Todos os Encontros Para Pensar o Território



também foram gravados e ficaram disponíveis, na íntegra, para visualização no canal da SEDUH no YouTube (<https://www.youtube.com/c/ConexaoSeduh>).

Figura 8 – Exemplo de apresentação da estrutura do Encontro Para Pensar o Território realizado pelo Eixo Temático Ruralidades.



Fonte: SUPLAN/SEDUH, 2021.

Figura 9 – Exemplo de orientação para a dinâmica do Encontro Para Pensar o Território realizado pelo Eixo Temático Centralidades.



Fonte: SUPLAN/SEDUH, 2021.



Figura 10 – Exemplo de dinâmica de enquete no Encontro Para Pensar o Território realizado pelo Eixo Temático Mobilidade



Fonte: SUPLAN/SEDUH, 2021.

Figura 11 – Exemplo de apresentação temática no Encontro Para Pensar o Território realizado pelo Eixo Temático Meio Ambiente e Infraestrutura.



Fonte: SUPLAN/SEDUH, 2021.

Considerações quanto aos eventos

Destaca-se que os Encontros Para Pensar o Território realizados foram a primeira experiência de participação popular no processo de revisão do PDOT. Os eventos demonstraram a importância da troca de saberes entre população e equipe técnica, acerca das características do território, fundamentando um processo participativo de construção do PDOT.



Os objetivos dos encontros que visavam a mobilização e engajamento da população, assim como estimular a população interessada a acompanhar e contribuir continuamente para o processo de revisão, foram alcançados de maneira eficaz. Além disso,, a difusão do conhecimento das temáticas tratadas pelo PDOT fomentou a promoção da educação urbanística e a conscientização da comunidade sobre a importância do planejamento urbano e territorial, e seus reflexos na vida cotidiana.

A difusão do conhecimento sobre as temáticas abordadas foi importante para capacitar os cidadãos a compreenderem os processos de planejamento e as possíveis consequências das decisões urbanísticas. Isso contribui para uma maior conscientização sobre a importância do planejamento urbano e territorial e suas implicações na qualidade de vida da população.

As dinâmicas utilizadas revelaram-se úteis para auxiliar na reflexão e apropriação do tema pela sociedade, que apresentou diversas contribuições de grande relevância para a construção do Diagnóstico de cada temática. A identificação dos pontos-chave de cada Eixo foi aprendida tanto pela população quanto pela equipe técnica, evidenciando a importância da troca de conhecimentos no processo de construção de um PDOT participativo.

Além disso,, ao estimular a participação contínua da comunidade, é construído um diálogo constante entre os cidadãos e os órgãos responsáveis pelo planejamento urbano. Isso cria uma cultura de responsabilidade compartilhada e co-criação das soluções para os desafios urbanos.

Quanto aos resultados do evento, notou-se uma grande preocupação com as questões afetas ao meio ambiente, questões fundiárias e infraestrutura da cidade, como uso do solo, criação de zonas especiais, habitação, saneamento básico e mobilidade urbana, bem como as estratégias cabíveis para se gerir os recursos de maneira sustentável. Além disso,, foi debatida a necessidade de inclusão de canais participativos diversificados, a educação urbanística para comunidades vulneráveis e a transparência nos conselhos. Esses aspectos fortalecem o planejamento territorial e urbano do DF, promovendo uma gestão mais inclusiva e eficaz.

A avaliação do evento com os participantes ocorreu por meio de um formulário estruturado, enviado ao final de cada encontro. O formulário foi elaborado de forma sucinta, com perguntas claras e objetivas. Os participantes foram convidados a avaliar a qualidade do evento e expressar sua disposição para participar novamente. A aprovação do evento atingiu sua pontuação máxima, demonstrando a eficácia e o valor percebido pelos participantes.

A seguir, apresenta-se a síntese de cada um dos Encontros Para Pensar o Território realizados para cada Eixo Temático, constando:



- Os temas apresentados pela SEDUH para votação pela população e qual foi o tema escolhido para a realização do Encontro;
- O objetivo, a data de realização e o número de participantes no Encontro;
- Um relato geral do Encontro e a explicação da dinâmica realizada; e
- Os resultados do Encontro e os principais aspectos apontados pela população.

5.1 1º ENCONTRO PARA PENSAR O TERRITÓRIO: HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO

Quadro 41 – Ficha Resumo do 1º Encontro Para Pensar o Território.

Tema escolhido (% votos):	Quais as causas e consequências da ocupação urbana informal? (45,5%)
Data do Encontro:	17/03/2021
Link da transmissão:	https://www.youtube.com/watch?v=mV5feqmtkXE
Quantidade de participantes:	135
Quantidade de grupos (dinâmica):	4

Fonte: SUPLAN/SEDUH, 2021.

O Encontro Para Pensar o Território do Eixo Temático Habitação e Regularização Fundiária foi realizado na quarta-feira, 17 de março de 2021, por meio de plataforma virtual, com um alcance de 135 acessos. O evento completo está disponível no endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=mV5feqmtkXE>. Foram apresentados para votação os temas “O que é moradia digna”, que obteve 13,9% dos votos, “Oferta de moradia bem localizada e urbanizada para todos”, que obteve 28,2% dos votos, e “Quais as causas e consequências da ocupação urbana informal”, que obteve 45,5% dos votos.

O tema mais votado foi “Quais as causas e consequências da ocupação urbana informal?”, com 45,5% dos votos. Foram analisadas as causas e consequências da ocupação informal no DF, impactos negativos no ordenamento territorial, no meio ambiente e no preço da terra urbana, entre outras consequências danosas à qualidade de vida da população. Os técnicos responsáveis pela mediação junto aos participantes levantaram várias questões importantes relativas ao tema.

Foram discutidos os fatores que estimulam a ocupação informal e as possíveis estratégias para desacelerar seu crescimento. Além disso,, foi abordado o papel da habitação formal nesse processo e os motivos que tornam a oferta de interesse social prioritária nesse processo, assim como a necessidade de priorizar a oferta de interesse social, além da importância da atuação do Estado após a regularização fundiária no provimento habitacional.

Após o debate, foi realizada uma dinâmica onde os participantes escolhiam o imóvel mais adequado e possível para um perfil imaginário de família. Ficando assim: grupo 1 - formado por três pessoas, com renda familiar de R\$ 937,00, grupo 2 - formado por uma pessoa, com renda familiar de



R\$ 1500,00, grupo 3 - formado por duas pessoas, com renda familiar de R\$ 5.500,00, grupo 4 formado por cinco pessoas, com renda familiar de R\$ 15.400,00. Então, com os grupos formados, foram ofertados diversos imóveis, com características e preços diferentes, os grupos escolheram o mais viável para as necessidades e renda das famílias. Dentre as opções, havia moradias regulares e irregulares.

As principais contribuições feitas pelos participantes durante a dinâmica destacaram várias questões importantes: a necessidade de oferecer imóveis com preços acessíveis em locais desejados e necessários, além de impedir apenas os grileiros; a falta de programas habitacionais que atendam às diversas faixas de renda; a importância de habitações mais acessíveis no centro da cidade e o adensamento dessas áreas para melhor aproveitamento da infraestrutura existente; e, por fim, a questão da escolha por morar em áreas irregulares, que não se relaciona apenas ao transporte e acesso a serviços públicos, mas também à informalidade da renda, que impacta a aquisição ou locação de imóveis, sendo frequentemente a única opção disponível para muitas pessoas.

5.2 2º ENCONTRO PARA PENSAR O TERRITÓRIO: RURALIDADES

Quadro 42 – Ficha Resumo do 2º Encontro Para Pensar o Território.

Tema escolhido (% votos):	Função social do território rural (27,7%)
Data do Encontro:	24/03/2021
Link da transmissão:	https://www.youtube.com/watch?v=u5Go8FA2GSA
Quantidade de participantes:	N/A
Quantidade de grupos (dinâmica):	3

Fonte: SUPLAN/SEDUH, 2021.

O Encontro Para Pensar o Território do Eixo Temático Ruralidades foi realizado na quarta-feira, 24 de março de 2021, por meio de plataforma virtual. O evento completo está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u5Go8FA2GSA>. Os temas apresentados para votação foram “Atividades não agrícolas em zona rural”, que obteve 13,4% dos votos, “Função social do território rural”, que obteve 27,7% dos votos, “Novos modos de habitar o rural”, que obteve 25,2% dos votos, e “Segurança alimentar e terras agricultáveis”, que obteve 20,3% dos votos.

O tema mais votado foi a “Função social do território rural”, com 27,7% dos votos. Foram debatidas as funções sociais das áreas rurais e como organizá-las de maneira equilibrada. O evento teve as atividades desenvolvidas em três momentos. No primeiro momento, a Introdução, foi apresentado um vídeo explicativo sobre o PDOT, no qual foram percorridas suas funções, conceitos,



etapas, a importância da participação social e a apresentação dos Eixos Temáticos que o compõem atualmente.

O segundo momento do evento foi de uma Dinâmica, dividida em duas partes. Na primeira parte da Dinâmica foi realizado um exercício de construção coletiva e reflexão sobre o conceito de função social da terra e da propriedade rural. Os participantes utilizaram um formulário externo à plataforma virtual, onde marcaram funções que, em sua opinião, deveriam ocorrer nas áreas rurais para beneficiar todo o território.

Em seguida, na segunda parte da Dinâmica, em sala única, foram apresentados cinco cenários de situações de conflito visando a organização equilibrada das funções da terra no território. Os cenários apresentados incluíram o aumento da procura por chácaras para lazer e moradia; modos de produção convencional e orgânica; conflitos no uso da água; ocupações informais de características urbanas em áreas destinadas à agricultura; e a realização de eventos em áreas rurais.

Os participantes identificavam cada cenário e propuseram soluções para resolução dos conflitos apresentados. No terceiro momento do evento foi destacada a relevância das informações coletadas junto à população e como estas poderiam subsidiar as análises e estudos conexos ao mapeamento de ameaças socioambientais.

Quanto aos resultados do evento, notou-se uma significativa preocupação com as questões relacionadas ao espaço rural e as estratégias necessárias para gerir os conflitos envolvendo a função social da terra e a necessidade de permanência e proteção da zona rural. Houve frequentes observações sobre a função social da terra, compreendida sob uma perspectiva coletiva, e de como a legislação vigente aborda a função social da propriedade principalmente pelo aspecto produtivo, focando na propriedade individual. Além disso, foram discutidos temas como o zoneamento de áreas para produção orgânica, a adoção de medidas para mitigar a contaminação do solo. Também foi enfatizado o planejamento do uso dos recursos hídricos, incentivando a redução do consumo de água e ações contra o desperdício, além de estabelecer o uso preferencial de cada fonte de água de acordo com a vocação da área.

5.3 3º ENCONTRO PARA PENSAR O TERRITÓRIO: MOBILIDADE

Quadro 43 – Ficha Resumo do 3º Encontro Para Pensar o Território.

Tema escolhido (% votos):	A necessidade de mudança no uso dos diferentes tipos de transportes (33,8%)
Data do Encontro:	31/03/2021



Link da transmissão:	https://youtu.be/-FPjQ2KfQk8?si=bO9N1YMeV1yiA-jv
Quantidade de participantes:	75
Quantidade de grupos (dinâmica):	3

Fonte: SUPLAN/SEDUH, 2021.

O Encontro Para Pensar o Território do Eixo Temático Mobilidade foi realizado na quarta-feira, 31 de março de 2021, por meio de plataforma virtual e o alcance da reunião foi de 75 acessos. O evento completo está disponível em: <https://youtu.be/-FPjQ2KfQk8?si=bO9N1YMeV1yiA-jv>. Os temas apresentados para votação foram “A relação entre a ocupação do território e mobilidade”, que obteve 28,4% dos votos, “A necessidade de mudança no uso dos diferentes tipos de transportes”, que obteve 33,8% dos votos, e “A importância da acessibilidade urbana”, que obteve 22,5% dos votos.

O tema mais votado foi “A necessidade de mudança no uso dos diferentes tipos de transportes”, com 33,8% dos votos. Foi analisada a necessidade de cidades mais humanas e acessíveis, destacada a importância de refletir sobre o uso de diferentes modos de transporte, as infraestruturas correspondentes e a ocupação dos espaços públicos. Foi debatido o fato de que é necessário o fomento de políticas que conferem prioridade e segurança aos deslocamentos a pé, de bicicleta ou por transporte público coletivo para a construção de uma cidade mais justa e saudável.

Ainda na discussão, os participantes pontuaram que essas políticas não só promovem a inclusão social, mas também melhoram a qualidade de vida urbana, reduzindo o tráfego e a poluição. Com a mediação dos técnicos, os participantes discutiram a implementação de estratégias que favoreçam a mobilidade sustentável, de forma que garantisse a segurança dos pedestres e ciclistas, que oferecesse transporte público de qualidade e que integrasse todo o território.

Após o debate, foi realizada uma dinâmica onde os participantes foram convidados a responderem uma enquete sobre os meios de deslocamento utilizados para, após, escolherem um cenário, dentre três opções apresentadas. Cada cenário apresentava características de ocupação territorial, opções de transporte e serviços específicos, detalhados após a divisão dos grupos em suas salas. Então foram discutidas todas as condicionantes de cada cenário, em que os grupos identificaram e discutiram um impacto positivo e um negativo, relacionando-os com o planejamento do território.

Através dessa troca de experiências e conhecimentos, os participantes puderam ampliar sua visão sobre os meios de deslocamento, reconhecendo seus impactos e buscando soluções para um futuro mais verde e conectado. Os principais aspectos apontados pela população no evento foram: ser essencial pensar na mobilidade a níveis local e metropolitano; a relação entre a mobilidade e a acessibilidade aos espaços; como a distribuição de atividades econômicas determina os



deslocamentos na cidade; a importância de discutir a relação entre o planejamento urbano, o uso do solo e a densidade, para o desenvolvimento da cidade; importância da definição de novas centralidades, novos locais de moradia de interesse social e a integração do zoneamento com a rede de transporte público; considerar que o planejamento da mobilidade não deve se limitar a discutir os deslocamentos, mas também o acesso à renda, bens e serviços; buscar o planejamento integrado do transporte com a ocupação do território, aumentando a integração espacial e operacional do sistema.

5.4 4º ENCONTRO PARA PENSAR O TERRITÓRIO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E CENTRALIDADES

Quadro 44 – Ficha Resumo do 4º Encontro Para Pensar o Território.

Tema escolhido (% votos):	A importância do Planejamento, Desenvolvimento e Integração dos Centros Urbanos (52,9%)
Data do Encontro:	07/04/2021
Link da transmissão:	https://www.youtube.com/watch?v=ciptvPHSNs4&t=6s
Quantidade de participantes:	103
Quantidade de grupos (dinâmica):	2

Fonte: SUPLAN/SEDUH, 2021.

O Encontro Para Pensar o Território do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades foi realizado na quarta-feira, 07 de abril de 2021, por meio de plataforma virtual e o alcance da reunião foi de 103 acessos. O evento completo está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ciptvPHSNs4&t=6s>. Os temas apresentados para votação foram “A Relação dos Municípios Vizinhos com Serviços e Oferta de Emprego do DF”, que obteve 10,3% dos votos, “A importância do Planejamento, Desenvolvimento e Integração dos Centros Urbanos”, que obteve 52,9% dos votos, e “A Distribuição dos Empregos e Atividades no Território do DF”, que obteve 14,7% dos votos.

O tema mais votado foi “A importância do Planejamento, Desenvolvimento e Integração dos Centros Urbanos”, com 52,9% dos votos. As atividades do evento foram desenvolvidas em duas dinâmicas, seguidas de um debate. A iniciativa teve como objetivo principal envolver a sociedade no processo de reflexão sobre a hierarquia e o uso dos centros urbanos, proporcionando uma participação ativa e colaborativa. Com isso, buscou-se reunir dados e opiniões que auxiliaram na construção de um breve diagnóstico sobre a temática abordada.

O evento foi realizado em quatro momentos, cada um com objetivos específicos e complementares. No primeiro momento, os participantes foram imersos nos conceitos que seriam



utilizados nas dinâmicas da reunião, a exemplo de “centro”, “centralidade” e “hierarquia de centros”, conforme a abrangência - local, regional e metropolitana. Essa introdução teórica foi fundamental para alinhar o entendimento dos participantes e garantir uma base comum de conhecimento para as atividades subsequentes.

No segundo momento, os participantes foram subdivididos em duas salas para a realização de um exercício de construção coletiva e reflexão sobre a hierarquia de centros, de acordo com os conceitos delimitados anteriormente, com a utilização da ferramenta virtual My Maps do Google. Esse exercício prático permitiu uma interação dinâmica entre os participantes e facilitou a visualização e compreensão das diferentes hierarquias de centros existentes. A colaboração foi incentivada, promovendo um ambiente de troca de ideias e experiências.

No terceiro momento, os participantes retornaram à sala central para identificar e qualificar as principais características dos centros hierarquizados na dinâmica anterior, por meio de enquetes.

Por fim, no último momento do evento foi aberta a palavra para os participantes, e foi disponibilizado um Mapa Colaborativo para identificação dos centros utilizados pela população nos próximos 30 dias seguintes. As dinâmicas utilizadas se mostraram muito úteis para auxiliar na reflexão e apropriação do tema pela sociedade, que apresentou diversas contribuições de grande relevância para a construção do diagnóstico da temática.

Os principais aspectos apontados pela população no evento foram: demanda para a criação de novas centralidades e dinamização das já existentes; necessidade de dinamização dos centros urbanos de todas as Regiões Administrativas, com o uso residencial; pulverizar os usos de forma que seja possível se locomover pela cidade caminhando ou usando bicicleta; desenvolver os estudos de centralidades alinhados aos de mobilidade urbana, como pesquisas de Origem e Destino (OD) para precisar o grau de centralidade das áreas do DF.

5.5 5º ENCONTRO PARA PENSAR O TERRITÓRIO: MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA

Quadro 45 – Ficha Resumo do 5º Encontro Para Pensar o Território.

Tema escolhido (% votos):	A pressão da ocupação urbana em áreas ambientalmente protegidas e áreas de proteção de manancial (36,9%)
Data do Encontro:	14/04/2021
Link da transmissão:	https://www.youtube.com/watch?v=pHcfcPbRcXo
Quantidade de participantes:	89
Quantidade de grupos (dinâmica):	3

Fonte: SUPLAN/SEDUH, 2021.



O Encontro Para Pensar o Território do Eixo Temático Meio Ambiente e Infraestrutura foi realizado na quarta-feira, 14 de abril de 2021, por meio de plataforma virtual e o alcance da reunião foi de 89 acessos. O evento completo está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pHcfcPbRcXo>. Os temas apresentados para votação foram “Qual a importância de se pensar o destino das águas da chuva na cidade?”, que obteve 12,8% dos votos, “A pressão da ocupação urbana em áreas ambientalmente protegidas e áreas de proteção de manancial”, que obteve 36,9% dos votos, “Qual a capacidade do território de suportar o consumo de água e a produção de esgoto das ocupações urbanas?”, que obteve 17,7% dos votos, e “O papel dos espaços livres e das áreas verdes urbanas para a qualidade do território”, que obteve 26,1% dos votos.

O tema mais votado foi “A pressão da ocupação urbana em áreas ambientalmente protegidas e áreas de proteção de manancial”, com 36,9% dos votos. O evento foi organizado em 4 momentos: primeiro, foram realizadas enquetes sobre o tema e uma apresentação do que são as Unidades de Conservação e as Áreas de Proteção de Manancial, estas feitas por servidores do IBRAM e da CAESB, respectivamente. No segundo momento, foi realizada uma dinâmica em que se discutiu a ocupação das áreas protegidas do DF, dividindo os participantes em 3 salas, cada uma com um tipo de área como tema, para melhor aproveitamento das discussões. No terceiro momento, foi realizada uma discussão das contribuições feitas pelos participantes de cada sala durante a dinâmica; e no quarto momento, o encerramento do Encontro foi feito com o relato do resumo das principais contribuições feitas e da importância de se discutir o tema.

A dinâmica contemplou uma discussão dos impactos decorrentes da ocupação urbana em áreas ambientalmente protegidas, utilizando como cenários três diferentes áreas com níveis distintos de proteção: uma Área de Proteção de Manancial - APM, uma Unidade de Conservação de Proteção Integral e uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável. Os participantes foram divididos em três salas, uma para cada cenário.

Nas três salas, a dinâmica iniciou com a apresentação de exemplos de ocorrências hipotéticas decorrentes da ocupação identificada naquela área, em seguida, foram exemplificados impactos prováveis resultantes dessas ocorrências para a manutenção dos serviços ecossistêmicos gerados naquele espaço e, por fim, os participantes foram questionados quanto a como a política de ordenamento territorial pode auxiliar no enfrentamento de tais problemáticas.

Os participantes contribuíram com comentários e sugestões. Nas salas estavam presentes também servidores dos órgãos do GDF que atuam diretamente na gestão das áreas protegidas



utilizadas como cenários, para ajudar na explicação de termos técnicos utilizados na dinâmica. Ao final, foram selecionadas sugestões feitas pelos participantes para serem apresentadas por um representante da sala para todos os participantes do Encontro. Os principais aspectos abordados pelos participantes no evento foram: os impactos da irregularidade fundiária, decorrente da ocupação informal, para a preservação dos recursos naturais; a demanda por critérios de sustentabilidade para a expansão urbana e a ocupação do território; que o ordenamento territorial deve considerar um planejamento com atenção ao zoneamento dos planos de manejo das áreas protegidas, e reforçar as considerações e o zoneamento trazidos pelo ZEE- DF; que se deve propor diretrizes para a escala que o PDOT abrange, expondo os normativas e zoneamentos pré-existentes para que sejam considerados frente aos zoneamentos que virão com o futuro PDOT.

5.6 6º ENCONTRO PARA PENSAR O TERRITÓRIO: GESTÃO DE VALORIZAÇÃO SOCIAL DA TERRA

Quadro 46 – Ficha Resumo do 6º Encontro Para Pensar o Território.

Tema escolhido (% votos):	Qual o impacto dos imóveis vazios e subutilizados na cidade e como combatê-lo? (39,7%)
Data do Encontro:	22/04/2021
Link da transmissão:	https://www.youtube.com/watch?v=QGHOM4jGC7Y
Quantidade de participantes:	179
Quantidade de grupos (dinâmica):	3

Fonte: SUPLAN/SEDUH, 2021.

O Encontro Para Pensar o Território do Eixo Temático Gestão de Valorização Social da Terra foi realizado na quinta-feira, 22 de abril de 2021, por meio de plataforma virtual e o alcance da reunião foi de 179 acessos. O evento completo está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QGHOM4jGC7Y>. Os temas apresentados para votação foram “O que é gestão social da terra?”, que obteve 25,0% dos votos, “Qual o impacto dos imóveis vazios e subutilizados na cidade e como combatê-lo?”, que obteve 39,7% dos votos, e “A importância do IPTU e outros instrumentos no orçamento e gestão da cidade”, que obteve 16,2% dos votos.

O tema mais votado foi “Qual o impacto dos imóveis vazios e subutilizados na cidade e como combatê-lo?”, com 39,7% dos votos. A apresentação foi iniciada com uma explicação acerca da temática a ser tratada, em forma das camadas que compõem uma cidade e como o impacto de imóveis vazios, subutilizados e não utilizados são prejudiciais para o desenvolvimento urbano.

O encontro foi dividido em quatro momentos. Primeiro, foi feita a introdução do tema, com a apresentação de conceitos básicos relacionados ao conteúdo, o que diz a legislação a respeito da



Função Social da Propriedade, a diferença entre propriedade individual e função social, as camadas de desenvolvimento de uma cidade e os impactos causados por imóveis vazios, subutilizados e não utilizados.

Em seguida, no segundo momento, enquetes foram realizadas no objetivo de "provocar" a discussão entre os participantes. As perguntas foram pensadas para trazer um pouco dos conceitos tratados na aplicação de instrumentos de planejamento urbano responsáveis por reverter/conter o quadro de imóveis vazios, subutilizados e não utilizados. No terceiro momento foram apresentados vários cenários com uma "situação problema" para as principais circunstâncias que apresentam um imóvel vazio, subutilizado e não utilizado.

No quarto momento foi feita a apresentação dos relatores para cada uma das "situações problema" apresentadas em cada cenário. Em seguida, foi aberta a fala para que os demais pudessem contribuir com suas opiniões. Os principais aspectos abordados pelos participantes no evento foram: a compreensão de que o desenvolvimento de ações em busca de uma cidade mais justa e sustentável está relacionado a forma pela qual a provisão da infraestrutura urbana é financiada e como os direitos à propriedade são definidos; a importância de se buscar incentivos à disponibilidade de moradias em áreas mais centrais, reprodução de um padrão de deslocamento sustentável e o aumento da oferta de imóveis para o mercado em razão da redução do estoque de imóveis ociosos; a necessidade de se analisar o ordenamento territorial pela perspectiva da função social da propriedade, que é um princípio propõe a priorização dos interesses coletivos em relação aos interesses individuais, tomando a cidade como um bem comum, fruto do esforço da sociedade como um todo.

5.7 7º ENCONTRO PARA PENSAR O TERRITÓRIO: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GOVERNANÇA

Quadro 47 – Ficha Resumo do 7º Encontro Para Pensar o Território.

Tema escolhido (% votos):	Como ocorre a participação social e a governança no DF hoje (29,6%)
Data do Encontro:	28/04/2021
Link da transmissão:	https://www.youtube.com/watch?v=aq6NHE6j1c&t=2s
Quantidade de participantes:	127
Quantidade de grupos (dinâmica):	3

Fonte: SUPLAN/SEDUH, 2021.

O Encontro Para Pensar o Território do Eixo Temático Participação Social e Governança foi realizado na quarta-feira, 28 de abril de 2021, por meio de plataforma virtual e o alcance da reunião foi de 127 acessos. O evento completo está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aq6NHE6j1c&t=2s>. Os temas apresentados para votação foram



“Como e porque participar do planejamento da cidade”, que obteve 27,1% dos votos, “Como ocorre a participação social e a governança no DF hoje”, que obteve 29,6% dos votos, e “A atuação dos espaços formais de participação social na priorização de projetos”, que obteve 25,6% dos votos.

O tema mais votado foi “Como ocorre a participação social e a governança no DF hoje”, com 29,6% dos votos. Foi analisado o que está previsto em lei para participação social no DF e o que foi posto em prática nos últimos anos em relação às diferenças e desafios a serem vencidos para a efetiva implementação de um sistema de participação social no planejamento e gestão do território. Os participantes levantaram questões quanto aos desafios e quais espaços institucionais de participação já foram implementados.

Foi realizada uma simulação do Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do DF (SISPLAN) com objetivo principal de priorização e encaminhamento de demandas. Durante o evento, os participantes foram divididos nos diferentes níveis de abrangência do sistema, permitindo uma análise detalhada e focada em diversas escalas de planejamento. Essa divisão facilitou a identificação das especificidades e necessidades em cada nível, desde o local até o regional e metropolitano.

Durante as dinâmicas, os participantes contribuíram significativamente com diversas reflexões e sugestões. Os principais aspectos abordados pelos participantes no evento foram: a importância de se considerar a participação social em suas várias escalas e intensidades; pensar a participação social nas diversas escalas, para se pode ter distintas formas de participação com diferentes intensidades; a importância de se buscar parcerias, formas de diálogo, consultas e/ou de informação por canais participativos, articulados com as políticas públicas em diferentes momentos e com diversos formatos; a necessidade de uma abordagem multifacetada para a participação social, promovendo a inclusão em diferentes fases do processo de planejamento. Foi debatido também a necessidade de inclusão das comunidades vulneráveis no processo de participação formal e a necessidade da formulação de políticas educacionais voltadas para a conscientização e capacitação dessas comunidades, garantindo que todos os segmentos da sociedade tenham voz ativa nas decisões de planejamento urbano.

Além disso,, foi discutida a composição paritária nos conselhos locais, regionais e superiores. Evidenciou-se a necessidade de transparência e equilíbrio na representação dos diversos interesses nos conselhos, assegurando que as decisões reflitam de forma justa e equitativa as vozes da sociedade civil. As contribuições dos participantes durante a simulação do SISPLAN foram fundamentais para destacar áreas que necessitam de maior atenção e melhorias. A inclusão de canais participativos diversificados, a educação urbanística para comunidades vulneráveis e a transparência nos conselhos



são aspectos cruciais que podem fortalecer o planejamento territorial e urbano do DF, promovendo uma gestão mais inclusiva e eficaz.

5.8 8º ENCONTRO PARA PENSAR O TERRITÓRIO: TERRITÓRIO RESILIENTE

Quadro 48 – Ficha Resumo do 8º Encontro Para Pensar o Território.

Tema escolhido (% votos):	A importância da participação social no levantamento de ameaças socioambientais (44,8%)
Data do Encontro:	05/05/2021
Link da transmissão:	https://www.youtube.com/watch?v=PqiBwP1BITs&t=1s
Quantidade de participantes:	120
Quantidade de grupos (dinâmica):	1

Fonte: SUPLAN/SEDUH, 2021.

O Encontro Para Pensar o Território do Eixo Território Resiliente foi realizado na quarta-feira, 05 de maio de 2021, contando com 120 participantes. O evento completo está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PqiBwP1BITs&t=1s>. O evento teve como objetivo difundir o conhecimento da importância da participação social no mapeamento de ameaças socioambientais no território e apresentar uma plataforma virtual proposta pela equipe técnica para a coleta de dados.

Para o evento, a equipe técnica propôs três temas para votação pela população, sendo eles: “O que é a resiliência de um território e qual a sua importância para a cidade?”, que obteve 18,2% dos votos; “Quais as características territoriais e ações que auxiliam uma cidade a ter melhor recuperação após enfrentar impactos?”, que obteve 20,2% dos votos; e “A importância da participação social no levantamento de ameaças socioambientais”, que obteve 44,8% dos votos, sendo este o tema escolhido para o evento.

O evento teve as atividades desenvolvidas distribuídas em 3 momentos. No primeiro momento, a Introdução, foi apresentado um vídeo explicativo sobre o PDOT, no qual foram percorridas suas funções, conceitos, etapas, a importância da participação social e a apresentação dos Eixos Temáticos que o compõem atualmente. Em seguida, na primeira parte da Dinâmica, em sala única, foi aplicada uma enquete de múltipla escolha com o objetivo de identificar, dentre as ameaças apresentadas, qual mais afetava a comunidade dos participantes.

Na segunda parte da Dinâmica, foi apresentado à população a plataforma virtual Portal Território Resiliente. Essa parte da dinâmica consistiu no cadastramento de ameaças do território do DF no referido portal, apontadas pelos participantes do evento. No terceiro momento do evento foi



destacada a relevância das informações coletadas junto à população e como estas poderiam subsidiar as análises e estudos conexos ao mapeamento de ameaças socioambientais.

Quanto aos resultados do evento, notou-se uma grande preocupação com as questões afetas ao meio ambiente, bem como as estratégias cabíveis para se gerir os recursos de maneira sustentável. Foram recorrentes os apontamentos sobre a questão fundiária e os padrões de ocupação irregulares no território do DF. Ainda, quanto aos principais aspectos apontados pela população no evento, aponta-se: a existência de ocupações irregulares decorrentes da situação de vulnerabilidade socioeconômica; o adensamento desordenado do território; a recorrência de pontos de descarte inadequado de resíduos sólidos e a deficiência no tratamento do resíduo coletado; o manejo inadequado dos recursos hídricos; a recorrência de alagamentos, processos erosivos e assoreamento; a demanda de preservação e qualificação das áreas verdes e espaços livres; a demanda pela proteção efetiva das áreas de preservação ambiental e áreas de relevante interesse ambiental; as ocorrências de poluição sonora e escassez de mecanismos para a identificação da poluição atmosférica; a demanda por infraestrutura, em especial, de saneamento; e a demanda por ações de educação urbanística, em especial, para a população em situação de vulnerabilidade.



6 DIAGNÓSTICO COMUNITÁRIO NA ESCALA DAS UNIDADES DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL – UPT

As Oficinas Temáticas (OT) nas UPT⁷⁶ foram decorrentes do Contrato de Prestação de Serviços n.º 08/2021, celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH e a URBTECTM, empresa contratada para conduzir o processo de participação social na revisão do PDOT, sob a coordenação da SEDUH. Foram realizadas Sete OT, no período entre 02/10/2021 e 23/10/2021, em formato de participação híbrido: presencial e virtual.

Quanto à modalidade de OT presencial, cabe ressaltar que foram executadas em escolas e ginásios das Regiões Administrativas-RA contempladas para sediar os eventos. As informações de data e local destas oficinas constam no **Quadro 49**. Quanto às OT virtuais, ocorreram concomitantemente com cada OT presencial e foram realizadas na plataforma de reuniões online Zoom. Além disso,, o evento virtual também foi transmitido ao vivo pela plataforma YouTube, pelo canal “Conexão SEDUH” e em auditórios disponibilizados pelas Administrações Regionais do Distrito Federal.

Quadro 49 – Data e local das Oficinas Temáticas (OT).

Data	Oficina Temática – UPT	Local de Realização
02/10/2021	UPT VII – Sul ⁷⁷ – Gama, Santa Maria, Recanto das Emas e Riacho Fundo II.	Santa Maria
09/10/2021	UPT IV – Oeste – Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, Brazlândia e Sol Nascente/Pôr-do-Sol.	Ceilândia
09/10/2021	UPT III – Central Adjacente II – Guará, Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo I, Águas Claras, Vicente Pires, Arniqueira, SIA e SCIA/Estrutural.	Guará II
16/10/2021	UPT VI – Leste – Paranoá, São Sebastião, Jardim Botânico e Itapoã.	São Sebastião
16/10/2021	UPT V – Norte ⁷⁸ – Planaltina, Sobradinho I, Sobradinho II e Fercal.	Sobradinho I
23/10/2021	UPT II – Central Adjacente I – Lago Sul, Lago Norte, Varjão e Park Way.	Plano Piloto
23/10/2021	UPT I – Central – Plano Piloto, Cruzeiro, Candangolândia e Sudoeste/Octogonal.	Plano Piloto

Fonte: SUPLAN/SEDUH e URBTECTM, 2021.

A SEDUH, com o apoio das Administrações Regionais do DF, organizou os eventos. Houve participação dos servidores do GDF e também colaboradores dos locais que sediaram as OT

76 O PDOT organiza o território em 7 UPT (UPT norte, UPT sul, UPT leste, UPT oeste, UPT central adjacente I, UPT central adjacente II e UPT central), conforme consta no Mapa 1C da Lei n.º 948/2009.

77 Posterior à data de realização da OT, a UPT Sul passou a incluir a Região Administrativa de Água Quente – RA XXXV, criada pela Lei n.º 7.191, de 21 de dezembro de 2022. Ressalta-se que os limites físicos desta RA, no ano de 2021 faziam parte da RA de Recanto das Emas.

78 Posterior à data de realização da OT, a UPT Norte passou a incluir a Região Administrativa de Arapoanga – RA XXXIV, criada pela Lei n.º 7.190, de 21 de dezembro de 2022. Ressalta-se que os limites físicos desta RA, no ano de 2021, faziam parte da RA de Planaltina.



presenciais. A condução desses eventos, assim como o procedimento metodológico, ficou a encargo da empresa contratada URBTEC.

Os resultados das OT constam nas quatro partes do “Produto 02: Resultados Da Participação Social Nas Oficinas Temáticas”, desenvolvido pela URBTEC e disponibilizados no sítio eletrônico do processo de revisão do PDOT (<https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/Documentos>).

As OT tiveram como propósito conscientizar e escutar a comunidade quanto à sua perspectiva em relação ao estado atual do DF, quanto aos desafios e potencialidades do território. Para motivar o debate, a população foi incentivada a discutir em relação a seis, dos oito eixos temáticos que conduzem a revisão do PDOT. Apesar dos eixos transversais “Território Resiliente” e “Participação Social e Governança” não terem sido selecionados como norteadores das discussões, não houve limitação para que estas temáticas estivessem presentes nas contribuições da população.

Quanto às dinâmicas participativas das OT, foram diferentes para cada formato (presencial e online). As OT Presenciais passaram por três momentos: alocação dos participantes em grupos por RA; discussão dos pontos positivos e negativos da RA; eleição das prioridades dos pontos positivos e negativos. E nas OT Virtuais a dinâmica percorria quatro etapas: apresentação do eixo temático; questionário participativo; apresentação do resultado do questionário e reflexões sobre o eixo temático.

Metodologicamente, para orientar as discussões, tanto nas OT Presenciais quanto nas Virtuais, os eixos do PDOT foram divididos em três grupos: 1 – “Gestão Social da Terra” e “Habitação e Regularização”; 2 – “Ruralidades” e “Meio Ambiente e Infraestrutura”; 3 – “Mobilidade” e “Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades”.

Os resultados das Oficinas Temáticas, de forma sintética, estão disponíveis neste documento, conforme a ordem de realização dos eventos. Sendo assim, iniciando pela UPT Sul, seguida das demais. Dessa forma, inicialmente foram sintetizadas as principais demandas apresentadas por OT. Posteriormente, foram destacados e sintetizados os aspectos considerados com maior frequência e relevância no âmbito do DF.

Tabela 1 – Relação do número de participantes nas Oficinas Temáticas.

	PRESENCIAL		VIRTUAL		TOTAL
1ª OT 02/10 MANHÃ	Equipe técnica e de apoio	20	Equipe técnica	20	40
	População participante	127	População participante	52	179
	Total	147	Total	72	219
2ª OT 09/10 MANHÃ	Equipe técnica e de apoio	17	Equipe técnica	15	32
	População participante	40	População participante	10	50



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

	Total	57	Total	25	82
3ª OT 09/10 TARDE	Equipe técnica e de apoio	8	Equipe técnica	14	22
	População participante	86	População participante	102	188
	Total	94	Total	116	210
4ª OT 16/10 MANHÃ	Equipe técnica e de apoio	27	Equipe técnica	14	41
	População participante	84	População participante	40	124
	Total	111	Total	54	165
5ª OT 16/10 TARDE	Equipe técnica e de apoio	16	Equipe técnica	16	32
	População participante	86	População participante	33	119
	Total	102	Total	49	151
6ª OT 23/10 MANHÃ	Equipe técnica e de apoio	32	Equipe técnica	16	48
	População participante	27	População participante	70	97
	Total	59	Total	86	145
7ª OT 23/10 TARDE	Equipe técnica e de apoio	28	Equipe técnica	12	40
	População participante	38	População participante	34	72
	Total	66	Total	46	112
TOTAL PRESENCIAL		636	TOTAL VIRTUAL	448	1084

Fonte: SUPLAN/SEDUH e URBTEC™, 2021.

Em relação ao desenvolvimento do evento, pode-se ressaltar a que, apesar destes terem sido realizados durante o período da pandemia de COVID-19⁷⁹, houve significativa participação popular, totalizando 1084 pessoas (considerando equipe técnica/ de apoio e população participante). Tais dados estão detalhados na **Tabela 1**.

6.1 1ª OFICINA TEMÁTICA: UPT SUL

Quadro 50 – Ficha Resumo da Oficina Temática - UPT Sul.

Regiões Administrativas: ⁸⁰	RA II – Gama
	RA XV – Recanto das Emas
	RA XXI – Riacho Fundo II
	RA XIII – Santa Maria
Data da Oficina Temática:	02/10/2021
Local da Oficina Temática:	Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – CAIC Santa Maria
Quantidade de participantes (presencial e virtual):	179 (População) 40 (Equipe técnica)
Quantidade de grupos (dinâmica presencial):	3

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A **1ª Oficina Temática – UPT Sul** ocorreu no dia 02/10/2021, nas modalidades presencial e virtual. O evento presencial iniciou às 08h30, no Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente

79 Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento, existem surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo. Fonte: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>

80 Na ocasião do evento da 1ª Oficina Temática para revisão do PDOT DF, em 02/10/2021, ainda não havia sido criada a Região Administrativa de Água Quente, então circunscrita pela Região Administrativa do Recanto das Emas.



– CAIC Santa Maria, e contou com 147 pessoas no total, que foram divididas em 3 grupos de discussão; o evento virtual iniciou às 09h, via plataforma *Zoom*, e contou com 72 pessoas no total. É possível acessar os documentos de resultado desta Oficina Temática na íntegra na aba “Resultados das Oficinas Temáticas” no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/Documentos>.

Sobre as temáticas com maior frequência de ocorrência, cabe salientar que as questões relacionadas a “Mobilidade” e “Desenvolvimento Econômico e Centralidades” e “Ruralidades” e “Meio Ambiente e Infraestrutura”, aparecem como as mais citadas. Por conseguinte, ocorrem com relevante frequência as demandas relacionadas aos eixos de “Gestão Social da Valorização da Terra” e “Habitação e Regularização Fundiária” estando presentes em todas as RA que compõem a UPT.

Neste sentido, as demandas relacionadas ao eixo de “Gestão Social da Valorização da Terra” e “Habitação e Regularização Fundiária”, a demanda por regularização fundiária e a precariedade da infraestrutura impulsionam as ocorrências relacionadas a estes eixos. Tais falas, podem ser destacadas como presentes nas seguintes RA: Santa Maria, Gama, Recanto das Emas e Riacho Fundo II.

Sobre os eixos de “Ruralidades” e “Meio Ambiente e Infraestrutura”, cabe ressaltar que as demandas relacionadas a estes figuram como sendo o segundo tema mais citado nas RA de Santa Maria e Gama. Dentre os assuntos mais expressivos abordados nestes eixos, salienta-se os relacionados a infraestrutura precária e ao pouco incentivo à agricultura familiar e aos produtores rurais.

Quanto aos eixos de “Mobilidade” e “Desenvolvimento Econômico e Centralidades”, as falas referentes às demandas por transporte público, acessibilidade e integração entre modais impulsionam o volume de ocorrência destas na escala da UPT, ocorrendo significativamente nas RA de Santa Maria e Gama.

No contexto da UPT Sul, percebe-se a prevalência dos pontos negativos levantados pela dinâmica da oficina em relação aos pontos positivos. Dentre os pontos negativos, pode-se salientar a ocorrência da temática relacionada a falta de regularização fundiária, falta de incentivo à preservação ambiental e precariedade no sistema de transporte público. Quanto aos pontos positivos, realça-se a forte presença da agricultura familiar, o potencial para o turismo ecológico e preocupação com a preservação ambiental por parte da comunidade local.



6.2 2ª OFICINA TEMÁTICA: UPT OESTE

Quadro 51 – Ficha Resumo da Oficina Temática - UPT Oeste.

Regiões Administrativas:	RA IX – Ceilândia
	RA III – Taguatinga
	RA XII – Samambaia
	RA IV – Brazlândia
	RA XXXII – Sol Nascente / Pôr-do-Sol
Data da Oficina Temática:	09/10/2021
Local da Oficina Temática:	Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – CAIC Bernardo Sayão – Qnn 28 Ae H, I, J, K – Ceilândia, Brasília - DF
Quantidade de participantes (presencial e virtual):	50 (População) 32 (Equipe técnica)
Quantidade de grupos (dinâmica presencial):	2

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A 2ª Oficina Temática – UPT Oeste ocorreu no dia 09/10/2021, nas modalidades presencial e virtual. O evento presencial iniciou às 08h30, no Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – CAIC Bernardo Sayão – Qnn 28 Ae H, I, J, K – Ceilândia, Brasília – DF, e contou com 57 pessoas no total, que foram divididas em 2

grupos de discussão; o evento virtual iniciou às 09h, via plataforma Zoom, e contou com 25 pessoas no total. É possível acessar os documentos de resultado desta Oficina Temática na aba “Resultados das Oficinas Temáticas” no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/Documentos>.

Sobre as temáticas com maior frequência de ocorrência, cabe salientar que as questões relacionadas a “Gestão Social da Valorização da Terra” aparecem como as mais citadas. Por conseguinte, ocorrem com relevante frequência as demandas relacionadas aos eixos de “Mobilidade, Desenvolvimento Econômico e Centralidades” e “Habitação e Regularização Fundiária” estando presentes em todas as RA que compõem a UPT.

Neste sentido, as demandas relacionadas ao eixo de “Gestão Social da Valorização da Terra e Habitação e Regularização Fundiária”, a ocupação irregular de áreas públicas e a falta de regularização fundiária impulsionam as ocorrências relacionadas a estes eixos. Tais falas, podem ser destacadas como presentes nas seguintes RA: Ceilândia, Sol Nascente/Pôr do Sol, Taguatinga, Samambaia e Brazlândia

Sobre os eixos de “Ruralidades” e “Meio Ambiente e Infraestrutura”, cabe ressaltar que as demandas relacionadas a estes figuram como sendo o segundo tema mais citado nas RA de Ceilândia, Sol Nascente/Pôr do Sol, Taguatinga, Samambaia e Brazlândia. Dentre os assuntos mais expressivos



abordados nestes eixos, salienta-se os relacionados a ocupação irregular de áreas ambientalmente sensíveis e falta de regularização e titulação de propriedades rurais.

Quanto aos eixos de “Mobilidade e Desenvolvimento Econômico e Centralidades”, as falas referentes às demandas por transporte público, acessibilidade e integração entre modais impulsionam o volume de ocorrência destas na escala da UPT, ocorrendo significativamente nas RA de Ceilândia e Sol Nascente/Pôr do Sol.

No contexto da UPT Oeste, percebe-se a prevalência dos pontos negativos levantados pela dinâmica da oficina em relação aos pontos positivos. Dentre os pontos negativos, pode-se salientar a ocorrência da temática relacionada a falta de regularização fundiária, falta de incentivo à preservação ambiental e precariedade no sistema de transporte público. Quanto aos pontos positivos, realça-se a localização privilegiada, a presença de amplo comércio e o incentivo à qualificação profissional.

6.3 3ª OFICINA TEMÁTICA: UPT CENTRAL ADJACENTE II

Quadro 52 – Ficha Resumo da Oficina Temática - UPT Central Adjacente II.

Regiões Administrativas:	RA VIII – Núcleo Bandeirante
	RA X – Guará
	RA XVII – Riacho Fundo I
	RA XX – Águas Claras
	RA XXXIII – Arniqueiras
	RA XXX – Vicente Pires
	RA XXIX – SIA
	RA XXV – SCIA/Estrutural
Data da Oficina Temática:	09/10/2021
Local da Oficina Temática:	Escola Técnica do Guará Professora Teresa Ondina Maltese – Sria II Qi 29 Eq 17/19 – Guará II, Guará, Brasília - DF
Quantidade de participantes (presencial e virtual):	188 (População) 22 (Equipe técnica)
Quantidade de grupos (dinâmica presencial):	3

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A 3ª Oficina Temática – UPT Central Adjacente II ocorreu no dia 09/10/2021, nas modalidades presencial e virtual. O evento presencial iniciou às 14:30, na Escola Técnica do Guará Professora Teresa Ondina Maltese – Sria II Qi 29 Eq 17/19 – Guará II, Guará, Brasília - DF e contou com 94 pessoas no total, que foram divididas em 3 grupos de discussão; o evento virtual iniciou às 14:30, via plataforma Zoom, e contou com 116 pessoas no total. É possível acessar os documentos de resultado desta Oficina Temática na íntegra na aba “Resultados das Oficinas Temáticas” no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/Documentos>.



Sobre as temáticas com maior frequência de ocorrência, cabe salientar que as questões relacionadas a “Mobilidade” e “Desenvolvimento Econômico e Centralidades” e “Ruralidades” e “Meio Ambiente e Infraestrutura”, aparecem como as mais citadas. Por conseguinte, ocorrem com relevante frequência as demandas relacionadas aos eixos de “Gestão Social da Valorização da Terra” e “Habitação e Regularização Fundiária” estando presentes em todas as RA que compõem a UPT.

Neste sentido, as demandas relacionadas ao eixo de “Gestão Social da Valorização da Terra” e “Habitação e Regularização Fundiária” a demanda por regularização fundiária e a precariedade da infraestrutura impulsionam as ocorrências relacionadas a estes eixos. Tais falas, podem ser destacadas como presentes nas seguintes RA: Guará, Águas Claras, Arniqueira, SIA e SCIA/Estrutural.

Sobre os eixos de “Ruralidades” e “Meio Ambiente e Infraestrutura”, cabe ressaltar que as demandas relacionadas a estes figuram como sendo o segundo tema mais citado nas RA de Guará, Águas Claras, SIA e SCIA/Estrutural. Dentre os assuntos mais expressivos abordados nestes eixos, salienta-se os relacionados a “Degradação das áreas verdes” e à “falta de educação ambiental”.

Quanto aos eixos de “Mobilidade” e “Desenvolvimento Econômico e Centralidades”, as falas referentes às transporte público deficitário, e falta de infraestrutura para mobilidade impulsionam o volume de ocorrência destas na escala da UPT, ocorrendo significativamente nas RA de Guará, Águas Claras, Núcleo Bandeirante e Arniqueira.

No contexto da UPT Adjacente II, percebe-se a prevalência dos pontos negativos levantados pela dinâmica da oficina em relação aos pontos positivos. Dentre os pontos negativos, pode-se salientar a ocorrência da temática relacionada a falta de regularização fundiária, falta de incentivo à preservação ambiental e precariedade no sistema de transporte público. Quanto aos pontos positivos, realça-se a presença de áreas verdes, a presença de amplo comércio e o potencial econômico nas regiões de Vicente Pires e Arniqueira.

6.4 4ª OFICINA TEMÁTICA: UPT LESTE

Quadro 53 – Ficha Resumo da Oficina Temática - UPT Leste.

Regiões Administrativas:	RA VII– Paranoá
	RA XIV– São Sebastião
	RA XXVII– Jardim Botânico
	RA XXVIII– Itapoã
Data da Oficina Temática:	16/10/2021
Local da Oficina Temática:	Centro Educacional São Francisco, Quadra 17, Lote 100 – São Sebastião, Brasília – DF
Quantidade de participantes (presencial e virtual):	124 (População) 41 (Equipe técnica)



Quantidade de grupos (dinâmica presencial):	5
---	---

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A **4ª Oficina Temática – UPT Leste** ocorreu no dia 16/10/2021, nas modalidades presencial e virtual. O evento presencial iniciou às 08h30, no Centro Educacional São Francisco, Quadra 17, Lote 100 – São Sebastião, Brasília – DF, e contou com 111 pessoas no total, que foram divididas em 5 grupos de discussão; o evento virtual iniciou às 09h, via plataforma *Zoom*, e contou com 54 pessoas no total. É possível acessar os documentos de resultado desta Oficina Temática na aba “Resultados das Oficinas Temáticas” no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/Documentos>.

Sobre as temáticas com maior frequência de ocorrência, cabe salientar que as questões relacionadas a “Gestão Social da Valorização da Terra” e “Habitação e Regularização Fundiária” aparecem como as mais citadas. Por conseguinte, ocorrem com relevante frequência as demandas relacionadas aos eixos de “Ruralidades” e “Meio Ambiente e Infraestrutura” estando presentes em todas as RA que compõem a UPT.

Neste sentido, no que se trata do eixo “Gestão Social da Valorização da Terra” e “Habitação e Regularização Fundiária” a demanda por áreas para regularização e críticas à especulação imobiliária impulsionam as ocorrências relacionadas a estes eixos. A questão da regularização pode ser mencionada em todas as RA que compõem a UPT, enquanto o segundo tema destacou-se em Águas Claras.

Sobre os eixos de “Ruralidades” e “Meio Ambiente e Infraestrutura”, cabe ressaltar que as demandas relacionadas a estes figuram como sendo o segundo tema mais citado na RA do Itapoã e Paranoá. Dentre os assuntos mais expressivos abordados nestes eixos, salienta-se os relacionados a potencialidades a serem exploradas pela agricultura familiar e à sustentabilidade nas práticas agrícolas.

Quanto aos eixos de “Mobilidade” e “Desenvolvimento Econômico e Centralidades”, as falas referentes às demandas por melhorias no transporte público e destinação de áreas voltadas ao Desenvolvimento econômico impulsionam o volume de ocorrência destas na escala da UPT, ocorrendo significativamente em todas as RA, especialmente no Itapoã.

No contexto da UPT Leste, percebe-se a prevalência dos pontos negativos levantados pela dinâmica da oficina em relação aos pontos positivos. Dentre os pontos negativos, pode-se salientar a ocorrência da temática relacionada a necessidade de implementação na infraestrutura das áreas



habitadas, incluindo áreas verdes, transporte público e acessibilidade. Quanto aos pontos positivos, realça-se a Coesão e engajamento da população e a abundância de recursos hídricos.

6.5 5ª OFICINA TEMÁTICA: UPT NORTE

Quadro 54 – Ficha Resumo da Oficina Temática - UPT Norte.

Regiões Administrativas:	RA XXXI – Fercal
	RA VI – Planaltina
	RA V – Sobradinho
	RA XXVI – Sobradinho II
	RA XXXIV – Arapoanga ²
Data da Oficina Temática:	16/10/2021
Local da Oficina Temática:	Ginásio de Esportes Sobradinho, Quadra 2, Área Especial 3, Sobradinho I, Brasília - DF
Quantidade de participantes (presencial e virtual):	119 (População) 32 (Equipe técnica)
Quantidade de grupos (dinâmica presencial):	4

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A **5ª Oficina Temática – UPT Norte** ocorreu no dia 16/10/2021, nas modalidades presencial e virtual. O evento presencial iniciou às 14h30, no Ginásio de Esportes Sobradinho, Quadra 2, Área Especial 3, Sobradinho I, Brasília - DF, e contou com 102 pessoas no total, que foram divididas em 4 grupos de discussão; o evento virtual iniciou às 14h30, via plataforma *Zoom*, e contou com 49 pessoas no total. É possível acessar os documentos de resultado desta Oficina Temática na aba “Resultados das Oficinas Temáticas” no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/Documentos>.

Sobre as temáticas com maior frequência de ocorrência, cabe salientar que as questões relacionadas a “Ruralidades” e “Meio Ambiente e Infraestrutura”, aparecem como as mais citadas. Por conseguinte, ocorrem com relevante frequência as demandas relacionadas aos eixos de “Gestão Social da Valorização da Terra” e “Habitação e Regularização Fundiária” e “Mobilidade” e “Desenvolvimento Econômico e Centralidades”, estando presentes em todas as RA que compõem a UPT.

Neste sentido, as demandas relacionadas ao eixo de “Gestão Social da Valorização da Terra” e “Habitação e Regularização Fundiária”, a demanda por regularização fundiária e a precariedade da infraestrutura impulsionam as ocorrências relacionadas a estes eixos. Tais falas, podem ser destacadas como presentes nas seguintes RA: Planaltina, Sobradinho II e Fercal.

Sobre os eixos de “Ruralidades” e “Meio Ambiente e Infraestrutura”, cabe ressaltar que as demandas relacionadas a estes figuram como sendo o primeiro tema mais citado nas RA de Sobradinho, Planaltina, Sobradinho II e Fercal. Dentre os assuntos mais expressivos abordados nestes



eixos, salienta-se os relacionados a degradação das áreas verdes e à presença de parcelamentos informais.

Quanto aos eixos de “Mobilidade” e “Desenvolvimento Econômico e Centralidades”, as falas referentes às transporte público deficitário, e demanda por investimento para empreendedorismo impulsionam o volume de ocorrência destas na escala da UPT, ocorrendo significativamente nas RA de Sobradinho, Planaltina, Sobradinho II e Fercal.

No contexto da UPT Norte, percebe-se a prevalência dos pontos negativos levantados pela dinâmica da oficina em relação aos pontos positivos. Dentre os pontos negativos, pode-se salientar a ocorrência da temática relacionada a falta de regularização fundiária, falta de incentivo turismo ecológico e precariedade no sistema de transporte público. Quanto aos pontos positivos, realça-se a presença de áreas verdes, a Organização da comunidade em movimentos sociais, entidades, associações e conselhos e Processos de regularização fundiária em andamento em algumas localidades.

6.6 6ª OFICINA TEMÁTICA: UPT CENTRAL ADJACENTE I

Quadro 55 – Ficha Resumo da Oficina Temática - UPT Central Adjacente I.

Regiões Administrativas:	RA XVI – Lago Sul
	RA XVIII – Lago Norte
	RA XXIII – Varjão
	RA XXIV – Park Way
Data da Oficina Temática:	23/10/2021
Local da Oficina Temática:	Centro de Ensino Médio Setor Oeste (CEMSO) - SGAS 912 Sul - Módulo D - Asa Sul, Plano Piloto, Brasília - DF
Quantidade de participantes (presencial e virtual):	97 (População) 48 (Equipe técnica)
Quantidade de grupos (dinâmica presencial):	4

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A **6ª Oficina Temática – UPT Central Adjacente I** ocorreu no dia 23/10/2021, nas modalidades presencial e virtual. O evento presencial iniciou às 08h30, no Centro de Ensino Médio Setor Oeste (CEMSO) - SGAS 912 Sul - Módulo D - Asa Sul, Plano Piloto, Brasília - DF e contou com 59 pessoas no total, que foram divididas em 4 grupos de discussão; o evento virtual iniciou às 09h, via plataforma *Zoom*, e contou com 86 pessoas no total. É possível acessar os documentos de resultado desta Oficina Temática na aba “Resultados das Oficinas Temáticas” no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/Documentos>.



Sobre as temáticas com maior frequência de ocorrência, cabe salientar que as questões relacionadas a “Ruralidades” e “Meio Ambiente e Infraestrutura” aparecem como as mais citadas. Por conseguinte, ocorrem com relevante frequência as demandas relacionadas aos eixos de “Mobilidade” e “Desenvolvimento Econômico e Centralidades” estando presentes em igual frequência em 3 das RA que compõem a UPT, excetuando-se Lago Norte com menor frequência frente às demais.

Neste sentido, as demandas relacionadas ao eixo de “Gestão Social da Valorização da Terra” e “Habitação e Regularização Fundiária” as Demandas por regularização fundiária em diversos condomínios, assentamentos e áreas rurais em todas as Regiões Administrativas impulsionam as ocorrências relacionadas a estes eixos. Tais falas, podem ser destacadas como presentes em todas as RA.

Sobre os eixos de “Ruralidades” e “Meio Ambiente e Infraestrutura”, cabe ressaltar que dentre os assuntos mais expressivos abordados nestes eixos, estão os relacionados a ocorrência de parcelamento informal ameaçando o ecossistema local em toda a UPT e à degradação ambiental, incluindo descarte inadequado de lixo, erosão, presente na RA de Varjão.

Quanto aos eixos de “Mobilidade” e “Desenvolvimento Econômico e Centralidades”, as falas referentes às demandas por modalidades intermodais de transporte público, demanda por modais alternativos de transporte e potencial para desenvolvimento econômico compatibilizado com cada localidade impulsionam o volume de ocorrência destas na escala da UPT, ocorrendo em toda a UPT.

No contexto da UPT Central Adjacente I, percebe-se a prevalência dos pontos negativos levantados pela dinâmica da oficina em relação aos pontos positivos. Dentre os pontos negativos, pode-se salientar a ocorrência da temática relacionada a ocupação em áreas de sensibilidade ambiental, frente a demanda por regularização fundiária em condomínios, assentamentos e áreas rurais. Há a ocorrência, também, de especulação imobiliária nas áreas citadas. Quanto aos pontos positivos, realça-se a potencialidade para o desenvolvimento turístico e cultural da UPT e o desenvolvimento de área agrícola produtora, com destaque para a região da Vargem Bonita na RA de Park Way. Pode-se considerar, também, a boa qualidade de vida e a organização comunitária em movimentos sociais e ambientais na UPT.

6.7 7ª OFICINA TEMÁTICA: UPT CENTRAL

Quadro 56 – Ficha Resumo da Oficina Temática - UPT Central.

Regiões Administrativas:	RA I – Plano Piloto
--------------------------	---------------------



	RA XI – Cruzeiro
	RA XIX – Candangolândia
	RA XXII – Sudoeste/Octogonal
Data da Oficina Temática:	23/10/2021
Local da Oficina Temática:	Centro de Ensino Médio Setor Oeste (CEMSO) - SGAS 912 Sul - Módulo D - Asa Sul, Plano Piloto, Brasília - DF
Quantidade de participantes (presencial e virtual):	72 (População) 40 (Equipe técnica)
Quantidade de grupos (dinâmica presencial):	4

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A **7ª Oficina Temática – UPT Central** ocorreu no dia 23/10/2021, nas modalidades presencial e virtual. O evento presencial iniciou às 14h30, no Centro de Ensino Médio Setor Oeste (CEMSO) - SGAS 912 Sul - Módulo D - Asa Sul, Plano Piloto, Brasília – DF, e contou com 66 pessoas no total, que foram divididas em 4 grupos de discussão; o evento virtual iniciou às 14h30, via plataforma Zoom, e contou com 46 pessoas no total. É possível acessar os documentos de resultado desta Oficina Temática na íntegra na aba “Resultados das Oficinas Temáticas” no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/Documentos>.

Sobre as temáticas com maior frequência de ocorrência, cabe salientar que as questões relacionadas a “Gestão Social da Valorização da Terra” e “Habitação e Regularização Fundiária” aparecem como as mais citadas. Por conseguinte, ocorrem com relevante frequência as demandas relacionadas aos eixos de “Mobilidade” e “Desenvolvimento Econômico e Centralidades” estando presentes em todas as RA que compõem a UPT.

Neste sentido, as demandas relacionadas ao eixo de “Gestão Social da Valorização da Terra” e “Habitação e Regularização Fundiária” a grilagem de terras e invasões de terras públicas e ao preço elevado da terra e especulação imobiliária impulsionam as ocorrências relacionadas a estes eixos. Tais falas, podem ser destacadas como presentes nas seguintes RA: Plano Piloto e Cruzeiro.

Sobre os eixos de “Ruralidades” e “Meio Ambiente e Infraestrutura”, cabe ressaltar que as demandas relacionadas a estes figuram como sendo o segundo tema mais citado nas RA de Plano Piloto e Cruzeiro. Dentre os assuntos mais expressivos abordados nestes eixos, salienta-se os relacionados a alagamentos e manutenção inadequada da arborização pública e à preservação dos recursos hídricos.

Quanto aos eixos de “Mobilidade” e “Desenvolvimento Econômico e Centralidades”, as falas referentes às demandas por transporte público, acessibilidade e integração entre modais impulsionam o volume de ocorrência destas na escala da UPT, ocorrendo significativamente nas RA de Plano Piloto e Cruzeiro.



No contexto da UPT Central, percebe-se a prevalência dos pontos negativos levantados pela dinâmica da oficina em relação aos pontos positivos. Dentre os pontos negativos, pode-se salientar a ocorrência da temática relacionada a preço elevado da terra, necessidade de requalificação em áreas centrais, desigualdade socioespacial e fiscalização no uso do solo. Quanto aos pontos positivos, realça-se a existência de equipamentos esportivos e de lazer, a abundância de recursos hídricos e a localização privilegiada das RA em relação ao território.

6.8 PONTOS RELEVANTES DAS OFICINAS TEMÁTICAS NA ESCALA DO DISTRITO FEDERAL

Através da análise dos dados coletados nas Oficinas Temáticas, destaca-se entre os pontos positivos mais citados: o envolvimento da comunidade com as questões da cidade, a boa qualidade de vida, o potencial agrícola e de turismo de algumas regiões e ainda, em algumas localidades, a presença de equipamentos públicos e áreas verdes. Pode-se destacar assim, nas Oficinas Temáticas ocorrentes nas seguintes unidades UPT Central, UPT Leste, UPT Norte e UPT Central Adjacente I. Outro ponto importante mencionado nestas UPT, foi a riqueza ambiental e seus recursos hídricos abundantes.

Quando se trata dos pontos negativos, pode-se elencar: a falta de infraestrutura e equipamentos públicos (principalmente voltados à educação, saúde, esporte e lazer); a falta de regularização fundiária em diversos pontos; o parcelamento informal, que contribui para o crescimento desordenado e a grilagem de terras e ainda problemas de transporte e mobilidade, com a falta de transporte intermodal e infraestruturas básicas acessíveis. Tais pontos possuem maior ocorrência nas seguintes unidades: UPT Norte, UPT Leste, UPT Oeste e UPT Central Adjacente II.

Considerando os eixos trabalhados, pode-se constatar que as demandas presentes nos eixos de “Gestão Social da Terra, Habitação e Regularização” e “Ruralidades, Meio Ambiente e Infraestrutura” apresentam destaque sendo impulsionados, respectivamente, pelas demandas por regularização fundiária e a ocorrência da preocupação em relação a necessidade de preservação ambiental, devido a ocorrência do avanço da demanda por urbanização e habitação em direção à áreas de importância ambiental e/ou áreas de uso rural.

6.8.1 Gestão Social da Terra e Habitação e Regularização

Quanto ao grupo de “Gestão Social da Terra” e “Habitação e Regularização”, notabiliza-se que os pontos negativos apresentados pela população aparecem com maior frequência que os pontos



positivos. Dentre estes, compreende-se temas como a especulação imobiliária e a demanda por regularização fundiária.

Analisando tais pontos, pode-se inferir que a ocorrência de especulação imobiliária pode acarretar no processo de gentrificação e à exclusão dos residentes de certas áreas, impactando na demanda por habitação. Quanto à regularização fundiária pode-se depreender que certos habitantes ainda se encontram em situação de incerteza quanto à legalidade de suas propriedades, corroborando para a instabilidade da comunidade.

6.8.2 Ruralidades e Meio Ambiente e Infraestrutura

Relacionado ao grupo de “Ruralidades” e “Meio Ambiente e Infraestrutura” pode-se evidenciar a menção à degradação ambiental como ponto negativo, bem como à infraestrutura deficitária e o parcelamento informal. Uma vez que neste grupo os pontos negativos se mantêm como citados mais frequentemente, cabe ressaltar que as potencialidades agrícolas, assim como a disponibilidade de recursos naturais podem indicar que os pontos negativos supracitados representam a preocupação da população frente ao avanço urbano em direção das áreas rurais.

Representa, também, que a ocorrência da demanda por habitação não atendida, colaborando para a ocorrência de parcelamento informal, impactam o avanço da ocupação sobre as áreas ambientalmente importantes e na demanda por infraestrutura nas áreas ocupadas informalmente.

6.8.3 Mobilidade e Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades

Pode-se frisar para o grupo de “Mobilidade” e “Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades” que dentre os pontos positivos há a ocorrência de assuntos relacionados ao potencial turístico e cultural, comércio ativo e a melhoria na mobilidade urbana. Contudo, ainda persistem pontos a serem aperfeiçoados como a infraestrutura para mobilidade, o transporte público deficitário e desenvolvimento econômico incompatível. Sendo assim, pode-se depreender que há um descompasso entre a velocidade em que os investimentos em mobilidade e as ações de desenvolvimento econômico ocorrem e a compatibilidade em relação às áreas em que tais investimentos são aplicados, frente a real necessidade da população.

Pontos positivos, como a presença de equipamentos públicos e áreas verdes em algumas áreas, a participação comunitária e a potencialidade turística e cultural foram apontados nas análises das Oficinas Temáticas. Porém, desafios como a falta de infraestrutura e equipamentos públicos, o parcelamento informal, irregularidades fundiárias e a deficiência no sistema de transporte e



mobilidade foram amplamente descritos. Mesmo expondo um cenário favorável quanto ao engajamento comunitário e valiosos recursos disponíveis, as deficiências demonstradas nos eixos de Gestão Social da Terra, Habitação e Regularização, Ruralidades, Meio Ambiente e Infraestrutura e Mobilidade e Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades expõem a necessidade de estratégias e investimentos para o desenvolvimento urbano sustentável.

Ao explorar os pontos proeminentes do evento, pode-se considerar que quanto às contribuições populares, evidencia-se que esta contribuiu com questões e propostas, apesar de nem sempre pertencerem ao escopo do PDOT. Percebe-se, no tocante ao envolvimento de entidades e/ou agentes públicos para o desempenho das OT que a presença do Comitê de Gestão Participativa (CGP), estando presente nas reuniões e no acompanhamento das oficinas, e a presença dos Administradores Regionais. As contribuições advindas destas oficinas compõem o documento de Diagnóstico.



7 DIAGNÓSTICO COMUNITÁRIO NA ESCALA DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS – RA E SEGMENTOS/TEMAS ESPECÍFICOS DA SOCIEDADE

Este capítulo apresenta a metodologia do processo de Sistematização de Dados coletados nas Oficinas Participativas (OP). Esta demanda, apresentada pelo Comitê de Gestão Participativa (CGP)⁸¹, foi conduzida pela Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano (SUPLAN/SEDUH) e contou com a colaboração de outros setores desta SEDUH e das administrações regionais para sua realização. As Oficinas Participativas representam, nesse sentido, um espaço fundamental para a participação da comunidade no diagnóstico da política de ordenamento territorial a fim de auxiliar na definição de diretrizes e políticas urbanas para o desenvolvimento sustentável do território.

Foram realizadas, neste contexto, 55 Oficinas Participativas no Distrito Federal, divididas da seguinte forma: uma para cada Região Administrativa do DF⁸², com uma oficina adicional para Ceilândia, totalizando 36 Oficinas Participativas por RA; e 19 Oficinas Participativas por Segmentos Temáticos. As Oficinas Participativas por RA visam discutir questões específicas e emergentes dessas regiões, reconhecendo suas necessidades e peculiaridades individuais de cada território. Por outro lado, as Oficinas Participativas por Segmentos Temáticos têm uma abordagem mais ampla, cobrindo uma variedade de temas relacionados ao PDOT que afetam todo o território do Distrito Federal.

Essa abordagem segmentada permite que as discussões sejam mais específicas e direcionadas às necessidades de cada região, ao mesmo tempo em que aborda questões de interesse geral para todo o Distrito Federal. Esse tipo de participação pública é fundamental para que o planejamento urbano seja cada vez mais inclusivo e que reflita as necessidades e aspirações da população local.

Os resultados aqui expostos refletem análises quantitativas sobre a Sistematização dos Dados coletados nas Oficinas Participativas, que foi dividida nas seguintes etapas: Transcrição, Descrição, Agrupamento e Problemáticas. O processo inicia-se com a etapa de Transcrição, na qual os dados são

81 O Decreto n.º 41.004/2020 institui a Estrutura de Governança e Gestão Participativa do processo de revisão do PDOT, composta por: Coordenação Técnica; Comissão de Governança – CGO; Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI; e Comitê de Gestão Participativa – CGP.

82 Durante a realização das Oficinas Participativas por RA, o DF é composto pelas seguintes RA: Água Quente (RA XXXV), Arapoanga (RA XXXIV), Águas Claras (RA XX), Arniqueira (RA XXXIII), Brazlândia (RA IV), Candangolândia (RA XIX), Ceilândia (RA IX), Cruzeiro (RA XI), Fercal (RA XXXI), Gama (RA II), Guará (RA X), Itapoã (RA XXVIII), Jardim Botânico (RA XXVII), Lago Norte (RA XVIII), Lago Sul (RA XVI), Núcleo Bandeirante (RA VIII), Paranoá (RA VII), Park Way (RA XXIV), Planaltina (RA VI), Plano Piloto (RA I), Recanto das Emas (RA XV), Riacho Fundo (RA XVII), Riacho Fundo II (RA XXI), Samambaia (RA XII), Santa Maria (RA XIII), São Sebastião (RA XIV), SCIA/Estrutural (RA XXV), SIA (RA XXIX), Sobradinho (RA V), Sobradinho II (RA XXVI), Sol Nascente e Pôr do Sol (RA XXXII), Sudoeste/Octogonal (RA XXII), Taguatinga (RA III), Varjão (RA XXIII) e Vicente Pires (RA XXX).



transcritos e inseridos em planilhas eletrônicas para facilitar seu gerenciamento e manipulação. Em seguida, ocorre a etapa de Descrição, na qual os dados são fragmentados conforme os temas abordados e padronizados com uma linguagem técnica adequada ao contexto do PDOT. Por fim, os dados passam pelo processo de Agrupamento, onde são categorizados de acordo com os Grupos Temáticos relacionados aos Eixos do PDOT. Isso permite a criação de Gráficos e análises quantitativas que podem auxiliar no processo de planejamento.

Complementando, no processo de Agrupamento dos dados, para cada demanda da população foi atribuído um Eixo Temático principal e um Grupo Temático correlato ao eixo escolhido, o que corresponde a uma categorização. Isso não exclui a possibilidade de que outros eixos e grupos se relacionem ao tema abordado em questão, visto que há transversalidade entre os temas. Assim, os Eixos Temáticos do PDOT e seus respectivos Grupos Temáticos, criados para fins de categorização e análise, como serão detalhados no **Quadro 58**.

Neste contexto, os diversos temas abordados pela população, ainda que não sejam do escopo do PDOT, foram considerados para essa análise devido à sua relevância para entender as necessidades e preocupações da comunidade. Portanto, vale ressaltar que os resultados expostos devem ser vistos como uma representação das percepções e prioridades da população que esteve envolvida nas oficinas. O que quer dizer que eles podem não capturar integralmente a realidade de uma determinada região.

Este procedimento sugere a reorganização das informações coletadas posteriormente, filtrando das demandas o que é competência do PDOT para as próximas etapas de revisão do plano (Prognóstico, Proposta e Consolidação), o que possibilita encaminhamentos externos ou estudos complementares. Ademais, essa abordagem permite análises mais aprofundadas para orientar decisões e ações de planejamento urbano no contexto da revisão do PDOT, viabilizando políticas e diretrizes alinhadas com as necessidades e aspirações da comunidade, e fomentando um desenvolvimento urbano inclusivo e sustentável.

7.1 METODOLOGIA

7.1.1 Oficinas Participativas: Coleta De Contribuições Da População

As Oficinas Participativas apresentam uma maneira específica de concretizar a participação social no processo de revisão do PDOT. Isso significa que as OP foram organizadas como um meio de envolver ativamente os membros da comunidade no processo de diagnóstico, permitindo-lhes



contribuir com suas experiências, conhecimentos e opiniões sobre questões relevantes para a comunidade.

As Oficinas Participativas foram concebidas para atender a duas abordagens no planejamento urbano: o recorte territorial em escala local, representado pelas Oficinas Participativas por Região Administrativa, e o recorte temático, representado pelas OP por Segmento Temático (SEG). Assim, as OP por Região Administrativa visam discutir questões emergentes e necessidades individuais de cada RA, o que é importante para reconhecer as particularidades de cada área do DF e encontrar soluções que atendam às demandas locais. Por outro lado, as OP por Segmentos Temáticos possuem uma abordagem mais abrangente de temas relacionados ao PDOT que podem afetar todo o território do DF. Os dois tipos de abordagens aplicados às Oficinas Participativas são complementares, pois garantem que as preocupações específicas de cada região sejam abordadas, ao mesmo tempo em que permitem uma visão mais ampla e integrada do desenvolvimento territorial.

Inicialmente, ficou definido que seriam realizadas 50 Oficinas Participativas: 35 Oficinas por Região Administrativa e 15 Oficinas por Segmentos Temáticos, escolhidos conforme os segmentos representados pelo CGP. No entanto, durante as reuniões com o CGP e a sociedade civil, novos temas foram debatidos e incluídos, aumentando o total para 19 Oficinas por Segmento Temático. Além disso,, durante as OP por Região Administrativa, foi percebida a necessidade de adicionar uma oficina extra para Ceilândia, devido ao baixo quórum da primeira oficina, causado pelo curto período de divulgação.

Portanto, por fim, foram realizadas 55 Oficinas Participativas no Distrito Federal, divididas da seguinte forma: uma para cada Região Administrativa do DF, com uma oficina adicional para Ceilândia, totalizando 36 Oficinas Participativas por Região Administrativa; e 19 Oficinas Participativas por Segmentos Temáticos.

As OP por Região Administrativa são: Água Quente, Arapoanga, Águas Claras, Arniqueira, Brazlândia, Candangolândia, Ceilândia, Cruzeiro, Fercal, Gama, Guará, Itapoã, Jardim Botânico, Lago Norte, Lago Sul, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Park Way, Planaltina, Plano Piloto, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, SCIA/Estrutural, SIA, Sobradinho, Sobradinho II, Sol Nascente/Pôr do Sol, Sudoeste/Octogonal, Taguatinga, Varjão e Vicente Pires.

As Oficinas Participativas por Segmentos Temáticos são: Direito à Cidade, Moradia e Habitação; Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio; População LGBTQIAPN+; Comunidades Tradicionais, Quilombolas, Ciganas e Indígenas; Mulheres e Igualdade de Gênero; Região



Metropolitana; Transporte e Mobilidade Urbana; Pessoas com Deficiência; Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Democratização do Acesso à Terra; Migrantes, Imigrantes, Apátridas e Refugiados; Cultura; Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Água; População em Situação de Rua; Regularização Fundiária Urbana; Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS); Infância, Juventude e Idosos; Igualdade Racial; Regularização Fundiária Rural; e Produtores Rurais.

Para a realização das Oficinas Participativas, foi pensado um calendário de eventos junto à população a fim de potencializar a participação social e ampliar o escopo da discussão das temáticas. O Calendário de Oficinas Participativas do PDOT para o ano de 2023 foi, portanto, definido em reuniões, ordinárias e extraordinárias, junto ao CGP. As diretrizes para definição da ordem das Oficinas Participativas foram: desenvolver Oficinas por RA preferencialmente aos sábados; as Oficinas por Região Administrativa e as Oficinas por Segmentos Temáticos deveriam acontecer ao longo de todo o calendário, evitando a concentração de um tipo ou outro em dado período do ano; duas Oficinas de Regiões Administrativas que fazem limite territorial não deveriam ser realizadas em sequência; as Oficinas por Segmentos Temáticos com temas parecidos deveriam ser feitas próximas para facilitar a mobilização de interessados naquela temática; as Oficinas Participativas por RA não poderiam acontecer no aniversário da RA para evitar conflito de eventos na região; e deveriam ser consideradas possíveis datas especiais em comemoração a temas afins às Oficinas Participativas por Segmentos para realizá-las, como é o caso da OP de Igualdade Racial, que aconteceu em novembro, próximo ao dia da Consciência Negra. O apresenta a definição final do calendário.

Quadro 57 – Calendário das Oficinas Participativas por RA e por SEG do PDOT.

N.º	Tipo ⁸³	Data	Oficina Participativa
1º	RA	27/05/2023	Vicente Pires
2º	SEG	30/05/2023	Direito à Cidade, Moradia e Habitação
3º	RA	03/06/2023	Paranoá
4º	RA	06/06/2023	Cruzeiro
5º	RA	14/06/2023	Lago Norte
6º	RA	17/06/2023	Brazlândia
7º	SEG	22/06/2023	Construção civil setor imobiliário, indústria e comércio
8º	RA	24/06/2023	Gama
9º	SEG	27/06/2023	População LGBTQIAP+
10º	RA	04/07/2023	Núcleo Bandeirante
11º	RA	08/07/2023	Ceilândia ⁸⁴

83 Os tipos de Oficinas Participativas são: RA (Oficina Participativa por Região Administrativa) e SEG (Oficina Participativa por Segmento Temático).

84 Os resultados das duas Oficinas Participativas realizadas em Ceilândia, que correspondem à 11ª e à 45ª Oficina Participativa, foram compilados em uma única análise.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

N.º	Tipo ⁸³	Data	Oficina Participativa
12º	SEG	13/07/2023	Comunidades Tradicionais, Quilombolas, Ciganas e Indígenas
13º	SEG	18/07/2023	Mulheres e Igualdade de Gênero
14º	RA	22/07/2023	Santa Maria
15º	RA	25/07/2023	Sobradinho
16º	SEG	27/07/2023	Região Metropolitana
17º	RA	02/08/2023	Arniqueira
18º	RA	05/08/2023	Recanto das Emas
19º	RA	10/08/2023	Águas Claras
20º	RA	12/08/2023	Fercal
21º	SEG	15/08/2023	Transporte e Mobilidade Urbana
22º	SEG	17/08/2023	Pessoas com Deficiência
23º	RA	19/08/2023	SCIA/Estrutural
24º	RA	24/08/2023	Lago Sul
25º	RA	26/08/2023	Samambaia
26º	SEG	29/08/2023	Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Democratização do Acesso à Terra
27º	RA	02/09/2023	Taguatinga
28º	RA	05/09/2023	Sudoeste/Octogonal
29º	SEG	12/09/2023	Migrantes, Imigrantes, Apátridas e Refugiados
30º	RA	16/09/2023	Itapoã
31º	SEG	21/09/2023	Cultura
32º	RA	23/09/2023	Riacho Fundo
33º	SEG	28/09/2023	Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas produtoras de Águas
34º	RA	30/09/2023	Sol Nascente/Pôr do Sol
35º	SEG	05/10/2023	População em Situação de Rua
36º	RA	07/10/2023	Sobradinho II
37º	RA	10/10/2023	Riacho Fundo II
38º	RA	18/10/2023	SIA
39º	RA	21/10/2023	Planaltina
40º	SEG	24/10/2023	Regularização Fundiária Urbana
41º	SEG	26/10/2023	Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS
42º	RA	31/10/2023	Candangolândia
43º	SEG	07/11/2023	Infância, Juventude e Idosos
44º	RA	14/11/2023	Varjão
45º	RA	18/11/2023	Ceilândia ⁸⁵
46º	RA	23/11/2023	Guará
47º	RA	25/11/2023	São Sebastião
48º	SEG	28/11/2023	Igualdade Racial
49º	RA	02/12/2023	Arapoanga
50º	RA	05/12/2023	Jardim Botânico
51º	SEG	07/12/2023	Regularização Fundiária Rural
52º	RA	09/12/2023	Park Way
53º	RA	12/12/2023	Água Quente
54º	SEG	14/12/2023	Produtores Rurais
55º	RA	16/12/2023	Plano Piloto

Fonte: Diretoria de Planejamento e Sustentabilidade Urbana (DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH).

85 Os resultados das duas Oficinas Participativas realizadas em Ceilândia, que correspondem à 11ª e à 45ª Oficina Participativa, foram compilados em uma única análise.



Dada a diversidade socioeconômica do Distrito Federal, as Oficinas Participativas têm como premissa identificar formas de efetivar a participação social no processo dos múltiplos públicos. Para tal, as dinâmicas desenvolvidas nas Oficinas Participativas por RA seguiram um modelo padronizado de Cartografia Participativa, a fim de assegurar a coleta de contribuições de forma imparcial. Neste processo, a população é dividida em grupos a fim de facilitar a dinâmica, onde interagem com um mapa para indicar pontos positivos (potencialidades) e negativos (desafios), usando cores para diferentes Eixos Temáticos e registrando cada ponto em um formulário. Já as Oficinas Participativas por Segmentos Temáticos foram ajustadas com os membros do Comitê de Gestão Participativa para adaptar a dinâmica conforme a temática. Algumas das dinâmicas escolhidas foram: Cartografia Participativa; Seminário; Entrevista Coletiva; e Roda de Conversa.

Ambas as discussões foram resumidas em um Painel Síntese, onde a população registra os principais tópicos de forma criativa, e posteriormente apresenta para todos os participantes da oficina. Vale ressaltar que a participação social é fundamental e incentivada durante todo o processo, no qual foi fornecido amplo lugar de fala para a população a fim de que abordem todas as questões afetas ao território, sem censura técnica sobre os temas abordados.

Neste contexto, a coleta de informações, perspectivas e percepções dos participantes, a partir do preenchimento de formulários e painéis sínteses, e a vinculação dessas informações com pontos específicos no mapa do DF, possibilita um posterior mapeamento geográfico que identifica questões específicas em áreas específicas. Ainda que a inserção dos pontos positivos e negativos não seja com georreferenciamento preciso, essa abordagem ajuda a visualizar as necessidades e prioridades de cada região, facilitando o planejamento e a tomada de decisões orientadas pela comunidade. Dessa forma, entende-se que as OP servem como uma ferramenta para que a voz da comunidade seja ouvida e considerada no desenvolvimento de estratégias e planos para abordar os desafios identificados durante a fase de Diagnóstico.

7.1.2 Sistematização De Dados: Tratamento Dos Dados Coletados Nas Oficinas Participativas

A Sistematização dos Dados coletados nas Oficinas Participativas envolve a organização das informações em uma estrutura que facilite sua análise e utilização no contexto do PDOT. Portanto, primeiro, os dados são transcritos e inseridos em planilhas eletrônicas, para facilitar seu gerenciamento e manipulação, o que caracteriza a etapa de Transcrição. Depois, os dados são fragmentados em função dos temas que aborda e são padronizados, atribuindo-lhes uma linguagem



técnica apropriada ao contexto do PDOT, o que caracteriza a etapa de Descrição. Por último, os dados passam por um processo de Agrupamento, que é sua categorização em função de Grupos Temáticos, criados para fins de sistematização, e Eixos Temáticos do PDOT, permitindo a criação de Gráficos que podem auxiliar o processo de planejamento.

Este processo de Sistematização é importante para garantir que as informações sejam devidamente aproveitadas na elaboração da revisão do PDOT, contribuindo para uma tomada de decisão mais integrada e orientada pela participação da comunidade. As etapas mencionadas, Transcrição, Descrição, Agrupamento e criação de Gráficos, serão descritas individualmente adiante, a fim de facilitar o entendimento.

Na etapa de **Transcrição** da Sistematização, as contribuições da população são reproduzidas por meio de uma representação escrita e organizadas em uma planilha eletrônica. Este processo visa capturar com precisão as ideias, sugestões e preocupações expressas durante as Oficinas Participativas, garantindo que todas as contribuições sejam documentadas de maneira sistemática e acessível para análise posterior e tomada de decisões.

Na etapa de **Descrição**, os dados são fragmentados em função dos diferentes temas abordados pelo PDOT e passam por uma padronização, recebendo uma linguagem técnica apropriada ao contexto do plano. É interessante notar que a quantidade de Descrições resultantes de uma Oficina Participativa geralmente é maior do que a quantidade de Transcrições, o que sugere a amplitude dos temas discutidos pela população em suas contribuições, ainda que nem todas as contribuições seja objeto do PDOT. Ainda assim, esse processo é crucial, pois fornece uma base sólida para a próxima etapa da Revisão do PDOT, ajudando a caracterizar as demandas e proporcionando um melhor entendimento dos dados coletados. Isso, por sua vez, facilita análises mais aprofundadas no futuro e contribui para tomadas de decisão.

A próxima etapa de **Agrupamento** do processo de sistematização envolve a categorização de todas as demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT e seus respectivos Grupos Temáticos. Ou seja, para cada demanda da população foi atribuído um Eixo Temático principal e um Grupo Temático correlato ao eixo escolhido. O que não exclui a possibilidade de que outros eixos e grupos se relacionem ao tema abordado em uma demanda da população específica.

Depois da categorização das demandas da população em grupos temáticos, é possível identificar as **Problemáticas** que irão definir as diretrizes para o processo de revisão do PDOT. Essas problemáticas podem abranger uma diversidade de questões relativas aos Eixos Temáticos do PDOT.



Elas ajudam a priorizar áreas específicas que necessitam de atenção e intervenção, e orientam a formulação de políticas e ações concretas que visam resolver os desafios urbanos enfrentados pela comunidade. Portanto, essa etapa do processo de Sistematização, que identifica problemáticas, é fundamental para garantir que o PDOT revisado seja eficiente e reflita as necessidades e aspirações da cidade e de seus habitantes.

Os **Gráficos** apresentados neste documento fornecem uma visualização dos resultados quantitativos do processo de Sistematização de Dados coletadas nas Oficinas Participativas. Esses Gráficos mostram a quantidade de Transcrições e Descrições geradas a partir das contribuições da população, assim como a sua distribuição nos Grupos Temáticos e nos diferentes Eixos Temáticos do PDOT.

Neste contexto, é importante destacar uma exceção: o Eixo Território Resiliente, por ter apenas um Grupo Temático, apresentará gráficos com 100% de incidência quando houver ocorrência, ou não terá gráfico quando não houver incidência desse Grupo Temático. Em contrapartida, os gráficos dos demais Eixos Temáticos apresentam percentuais variados de seus respectivos Grupos Temáticos.

Essa abordagem visual pode oferecer uma maneira clara e concisa de entender as demandas da população em relação aos temas e áreas específicas que se relacionam ao PDOT. O que ajuda a identificar áreas prioritárias ou temas emergentes que precisam ser considerados com mais cuidado durante o processo de revisão do PDOT. Além disso,, essa análise quantitativa fornece uma base objetiva para tomar decisões e desenvolver diretrizes que abordem as preocupações mais relevantes levantadas pela comunidade durante o processo participativo.

A **Análise dos Resultados** gerados no processo de Sistematização foi feita com base na categorização das demandas apresentadas pela população, para a qual foram utilizados Grupos Temáticos que se relacionam aos Eixos do PDOT. Como mencionado, cada demanda da população foi vinculada a um Eixo Temático principal e a um Grupo Temático correspondente ao eixo escolhido. O que não descarta a possibilidade de outros Eixos e Grupos estarem relacionados ao tema abordado em uma demanda específica da população, dada a transversalidade temática existente entre eles.

Assim, o nível de incidência de cada Grupo Temático nas coletas realizadas durante as Oficinas Participativas, que foram representados nos Gráficos, permite o desenvolvimento de análises quantitativas que refletem a perspectiva da população acerca da realidade de uma determinada região ou de um tema.



Para tanto, as análises foram conduzidas em duas escalas diferentes, considerando os dois tipos de Oficinas Participativas desenvolvidas: por Região Administrativa (RA), que derivaram em análises a nível de UPT e do Distrito federal, e apresentam demandas e particularidades de cada região; e por Segmento Temático, que apresentam uma abordagem mais abrangente de temas relacionados ao PDOT que podem afetar todo o Distrito Federal. Essas análises são complementares e permitem uma ampla compreensão das percepções da população em diferentes níveis geográficos e temáticos.

Neste contexto, no caso específico das Oficinas Participativas em Ceilândia (RA IX), os resultados de ambas as oficinas foram compilados em uma única análise. Isso garante uma visão mais abrangente e homogênea das demandas e percepções da comunidade em toda a Região Administrativa, em vez de analisar separadamente os dados de cada oficina. Essa consolidação facilita a identificação de padrões e tendências que podem ser específicos de Ceilândia como um todo.

Vale ressaltar que os resultados apresentados devem ser considerados como uma representação das percepções, prioridades e conhecimentos da população que participou das oficinas. Não houve, nesse sentido, confrontação dos dados com aspectos legais ou técnicos. O que quer dizer que eles podem não refletir completamente a realidade de uma região específica.

Por fim, todas as demandas coletadas, ainda que fora do escopo do PDOT, foram sistematizadas devido à sua relevância para entender as perspectivas da comunidade. O que significa, que este processo possibilita posteriores encaminhamentos externos ou estudos complementares, quando necessário. No entanto, o foco é a seleção das demandas que são competência do PDOT, para o desenvolvimento das próximas etapas: Prognóstico, Proposta e Consolidação.

7.1.3 Conceitos adotados para os Agrupamentos

Os Grupos Temáticos foram criados especificamente para este processo de Sistematização e, como mostra o **Quadro 58**, refletem diferentes aspectos abordados no contexto do planejamento urbano e estão associados aos Eixos Temáticos do PDOT. Trata-se, neste sentido, de uma abordagem organizada para analisar as contribuições e identificar padrões, tendências e prioridades emergentes dentro das propostas da comunidade. Ao associar as contribuições dos cidadãos aos Eixos Temáticos do PDOT a partir de Grupos Temáticos, é possível alinhar melhor as demandas e expectativas da comunidade com as metas e políticas delineadas pelo PDOT, garantindo uma abordagem mais integrada e coerente, comprometida com um desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo.



Quadro 58 – Eixos Temáticos do PDOT e seus respectivos Grupos Temáticos.

Eixos Temáticos do PDOT	N.º do Grupo	Grupos Temáticos
Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (CTD)	Grupo 1	Equipamentos públicos comunitários
	Grupo 2	Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo
	Grupo 3	Incomodidade entre Usos e Atividades
	Grupo 4	Desenvolvimento Econômico
Gestão de Valorização Social da Terra (GST)	Grupo 5	Revisão de Zoneamento
	Grupo 6	Áreas Ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra
	Grupo 7	Descaracterização do uso, do perfil populacional e da morfologia
Habitação e Regularização Fundiária (HAB)	Grupo 8	Habitação e Provisão habitacional
	Grupo 9	Promoção do adensamento
	Grupo 10	Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular
	Grupo 11	Regularização Fundiária
Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI)	Grupo 12	Danos Ambientais e Mitigação de Impactos
	Grupo 13	Áreas de Importância Ambiental
	Grupo 14	Saneamento Ambiental e Infraestruturas
	Grupo 15	Preservação do meio ambiente
Mobilidade (MOB)	Grupo 16	Transporte Público
	Grupo 17	Mobilidade Ativa
	Grupo 18	Sistema Viário e Conectividade
Participação Social e Governança (PSG)	Grupo 19	Gestão relacionada a Segurança Pública
	Grupo 20	Participação Social e Governança
Território Resiliente (RES)	Grupo 21	Resiliência Territorial e Vulnerabilidades
Ruralidades (RUR)	Grupo 22	Regularização Fundiária de áreas com características rurais
	Grupo 23	Desenvolvimento Rural

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A seguir, apresenta-se as definições de cada Grupo Temático, o que inclui conceitos específicos abordados no processo de categorização das demandas da população. Observa-se que, de maneira geral, os Eixos Temáticos contam com mais de um Grupo Temático, exceto o Eixo Território Resiliente, que possui apenas um. Neste sentido, compreende-se que as demandas atribuídas a ele estão estreitamente interligadas entre si e com o tema central do eixo, que é a vulnerabilidade social e ambiental. Portanto, não houve necessidade de criar múltiplos Grupos Temáticos. Isso resulta em um formato distinto de gráfico para o Eixo Território Resiliente, no qual não se comparam Grupos Temáticos, mas sim se expressa sua ocorrência, quando presente, sempre com 100%. Os demais Eixos Temáticos, por outro lado, apresentam gráficos com percentuais variados de seus respectivos Grupos Temáticos.

É importante destacar que, em termos metodológicos, houve flexibilidade no processo de atribuição de Grupos Temáticos às demandas da população. Isso se deve ao fato de que essas demandas estão, muitas vezes, relacionadas com diversos temas, mesmo quando fragmentadas. Além disso,, vale ressaltar que essas demandas podem ser interpretadas de maneiras distintas, dependendo



da análise do corpo técnico responsável, da forma como foram expressas pela população e da abrangência e complexidade dos temas abordados.

7.1.3.1 Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades

Grupo 1: Equipamentos Públicos Comunitários

O Grupo 1 aborda demandas, como criação, requalificação, realocação, estudos e políticas públicas, ou resolução de conflitos relacionados a Equipamentos Públicos Comunitários⁸⁶. Foram considerados, neste item, as atividades de uso institucional, públicas ou privadas, como: equipamentos de saúde (posto de saúde, hospital etc); educação (creche, escola, faculdade, curso profissionalizante etc); segurança (postos policiais, delegacias etc); esporte, cultura e lazer (museu, ginásio, estádio, clube etc); assistência social (espaços para idosos e pessoas em situação de rua, CRAS, restaurante comunitário, banheiros públicos, equipamento religioso etc); além daqueles relacionados a administração pública (administração regional, conselhos etc) Também foram consideradas, além das atividades de uso institucional, as Unidades Especiais Cemitério ou Crematório (UE-5), tendo como referência a tabela de Usos e Atividades, anexo I da Luos, LC 948/12019, ressalvada pela LC 1012/2022.

Grupo 2: Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo

O Grupo 2 aborda demandas ou conflitos relacionados a patrimônio⁸⁷; tombamento⁸⁸; área de relevância histórica, cultural ou natural; e turismo. Considera-se, para tal, tanto as áreas ou elementos que já são considerados como patrimônio, quanto aqueles identificados como de importância histórica, cultural ou natural. O que viabiliza a abordagem do processo de consolidação de áreas como

86 Equipamentos Públicos Comunitários: instalações e espaços de infraestrutura urbana destinados aos serviços públicos de educação, saúde, cultura, assistência social, esportes, lazer, segurança pública, abastecimento, serviços funerários e congêneres. São os lugares de acesso direto da população às políticas públicas, propiciando também encontros e reunião de pessoas. (BRASIL, 2022, p. 120; CIDADES et al., 2023)

87 Patrimônio: conjunto de bens e manifestações, tanto materiais quanto imateriais, que representam a herança cultural de um povo. Integram o patrimônio cultural do Distrito Federal os bens de natureza material e imaterial, considerados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos da sociedade. Entende-se por patrimônio material: todas as expressões e transformações de cunho histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico, paisagístico, urbanístico, científico e ecológico, incluídas as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, bem como os conjuntos urbanos que representam esse patrimônio. Já o patrimônio imaterial são as expressões e modos de criar, fazer e viver, tais como festas, danças, entretenimento, manifestações literário-musicais, plásticas, cênicas, lúdicas, religiosas e outras práticas da vida social. (DISTRITO FEDERAL, 2009)

88 Tombamento: instrumento de reconhecimento do patrimônio cultural que visa sua proteção e consequente preservação, podendo ser feito pelos poderes públicos federal, estadual e municipal. Também pode ocorrer em escala mundial, quando determinado bem é considerado Patrimônio da Humanidade pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (ICOMOS/UNESCO, na sigla em inglês). (BRASIL, 2022, p. 824)



patrimônio, os conflitos que envolvem o processo de tombamento, os desafios para implementar a conservação ou até a necessidade de pagamento ou incentivo para preservá-las. Esse cenário propicia o surgimento de divergências entre a necessidade de preservar e o desenvolvimento da cidade, que também são abordadas no Grupo 2. Por fim, quanto ao turismo, suas diferentes categorias e vertentes, como turismo cultural, histórico, cívico, rural, ambiental etc., são contempladas nesse grupo.

Grupo 3: Incomodidade entre Usos e Atividades

O Grupo 3 aborda demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades, seja comercial, industrial, de prestação de serviço ou residencial. Destaca-se, principalmente, a interferência gerada por usos não residenciais às áreas residenciais e sua população, o que inclui aspectos locacionais e de ocupação dos lotes, poluição (sonora, visual ou ambiental), salubridade, impacto na mobilidade urbana, geração de tráfego, aumento da necessidade de estacionamento e redução da acessibilidade dos pedestres. Há também casos de atividades não residenciais ocorrendo nas áreas residenciais, com a destinação ou compartilhamento das mesmas para atividades de prestação de serviço ou comércio, o que gera um incômodo na vizinhança.

Grupo 4: Desenvolvimento Econômico

O Grupo 4 aborda demandas ou conflitos relacionados ao desenvolvimento econômico⁸⁹ do território, o que inclui questões como diversidade econômica; áreas de desenvolvimento econômico – ADE; áreas centrais com características econômicas e polos comerciais; ou licenciamento de atividades econômicas, envolvendo principalmente o uso comercial, industrial ou prestação de serviços, tendo como referência a tabela de Usos e Atividades, anexo I da Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal, LC 948/12019, ressalvada pela LC 1012/2022. Ademais, também aborda demandas por oferta de emprego; desenvolvimento econômico de forma sustentável, considerando temas emergentes como indústrias limpas, economia popular ou solidária; e questões relacionadas a comércio informal ou quiosques, com a necessidade de padronização, regularização ou fiscalização.

89 Desenvolvimento econômico: corresponde ao processo de mudança estrutural de uma região em que a utilização dos recursos e das potencialidades se articula com a organização eficiente e dinâmica de sistemas produtivos no território, conduzindo ao aumento da produtividade, à elevação das condições de vida da população e à redução das desigualdades sociais. (DISTRITO FEDERAL, 2009, Art. 32)



7.1.3.2 Eixo Gestão de Valorização Social da Terra

Grupo 5: Revisão de Zoneamento:

O Grupo 5 aborda demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de **macrozoneamento e zoneamento**⁹⁰, bem como os relacionados a alteração dos limites da RA. Engloba, portanto, a alteração de zona ou área rural para urbana e vice-versa. Também pode abordar a necessidade de manutenção ou destinação de áreas para zona rural ou urbana. Além da necessidade de adequação do zoneamento para incorporação de novas ruralidades ou demandas relacionadas a atividades rurais em macrozona urbana.

Grupo 6: Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra

O Grupo 6 aborda demandas relacionadas a **áreas ociosas**⁹¹, **vazios urbanos**⁹², **ocupações informais**⁹³, **parcelamentos irregulares do solo**⁹⁴ e **Gestão Social da Valorização da Terra**⁹⁵. Portanto,

90 Macrozoneamento e Zoneamento: elementos normativos do Plano Diretor que expressam a destinação do solo e suas diretrizes gerais de uso e ocupação. O macrozoneamento divide o território em: macrozona urbana, rural e de proteção integral. Na macrozona urbana predominam as atividades dos setores secundário e terciário, não excluída a presença de atividades do setor primário; na macrozona rural predominam as atividades do setor primário, também não é excluída a presença dos demais setores. Já a macrozona de proteção integral destina-se à preservação da natureza, admitindo apenas o uso indireto dos recursos naturais. O macrozoneamento é ainda dividido em zonas que compõem o zoneamento. (DISTRITO FEDERAL, 2009, Art. 58)

91 Área ociosa: área pública ou privada, de uso comum ou não, em situação de ociosidade, ou seja, sem uso ou com uso abaixo da capacidade esperada (BRASIL, 2022, p. 833)

92 Vazio urbano: terreno que está localizado em área urbana servida de infraestrutura e equipamentos comunitários e não cumpre sua função social (não possui construção; a construção existente é subutilizada; não é usado para outras atividades como parques, praças, agricultura urbana etc). (BRASIL, 2022, p. 843)

93 Ocupação informal: a definição não é precisa, mas há diversas situações de ocupação de terras urbanas entendidas como informais. A ocupação de terras públicas comunais e privadas; parcelamento com características urbanas de terras rurais; conjuntos habitacionais irregulares; desdobro não autorizado de lotes regulares; ocupação em Áreas de Preservação Permanente - APP; ocupação não autorizada de espaços públicos. Ressalta-se que um conjunto de fatores combinados pode caracterizar uma ocupação como informal, sejam suas características físicas, socioeconômicas e aspectos jurídicos. A inexistência da segurança da posse da terra e conseqüentemente do acesso aos serviços públicos e a moradia adequada são os principais problemas. Quanto ao perfil socioeconômico dos moradores de áreas informais, não pode ser generalizado como de renda baixa, abrange todas as classes. Quanto aos aspectos jurídicos há a violação da ordem jurídica, relativa aos direitos de propriedade, às normas e regulamentos urbanos ou à falta de inscrição legal e disposições tributárias. (CODEPLAN, 2016, p. 8)

94 Parcelamentos irregulares do solo: se refere a um tipo específico de ocupação informal onde ocorre parcelamento realizado sem autorização ou em desacordo com a legislação. Segundo a Lei federal 6766/1979 e a Lei Complementar Distrital 1027/2023, o parcelamento do solo é feito mediante loteamento ou desmembramento, sendo que ambos são a subdivisão da gleba ou lote ou projeção, sendo que o primeiro envolve abertura de novas vias de circulação ou ampliação das existentes, enquanto o segundo aproveita o sistema viário existente. (BRASIL, 1979; DISTRITO FEDERAL, 2023)

95 Gestão social da valorização da terra: trata da necessidade de recuperar e redistribuir parte da valorização fundiária para o conjunto da sociedade, visa reduzir as desigualdades sócio-territoriais e fortalecer a gestão participativa (BRASIL, 2022, p. 838)



trata do processo de gestão das áreas públicas ou privadas, considerando a utilização de áreas ociosas e vazios urbanos para serviços, instituições, lazer e outros fins, como enfrentamento à especulação imobiliária. Também aborda demandas relacionadas a grilagem e ocupações informais, que impactam na valorização da terra.

Grupo 7: Descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia)

O Grupo 7 aborda o processo de **descaracterização**⁹⁶ do uso, do perfil populacional, da morfologia urbana ou da paisagem, que podem estar associados à especulação imobiliária ou à gentrificação e, de maneira geral, à dinâmica imobiliária no território. Envolve também questões de expansão urbana relacionadas a descaracterização ou diminuição de áreas rurais. A maior parte dos casos, nesse contexto, requer fiscalização, gestão ou monitoramento para contenção desses problemas.

7.1.3.3 Eixo Habitação e Regularização Fundiária

Grupo 8: Habitação e Provisão Habitacional

O Grupo 8 aborda demandas ou conflitos habitacionais relacionados principalmente à necessidade de **provisão habitacional**⁹⁷ e à ocorrência de **ocupações informais**. Envolve, portanto, o atendimento às necessidades habitacionais, o que não significa apenas demanda por novas moradias, mas também inadequação ou necessidade de requalificação das mesmas, a fim de promover a qualidade de vida dos moradores. Em relação às demandas por provisão habitacional, entendidas como a necessidade de fornecimento de moradia à população, estas podem se referir à oferta de bens, ou seja, imóveis ou lotes com infraestrutura urbana; como também de serviços, como a locação social, em que há auxílio no pagamento de aluguel. Há, portanto, tanto demandas por novas áreas de provisão habitacional, quanto por melhorias para uma área de provisão habitacional existente. Dessa forma, entende-se a importância das demandas relacionadas a políticas públicas de habitação.

96 Descaracterização: processo de transformação que resulta na perda das características originais e/ou atuais de determinado local, e pode ou não ser induzido por políticas públicas. Quando é referente ao perfil da população, pode ser o processo de aumento dos custos de vida e do aluguel, que resulta na expulsão de moradores de baixa renda e sua substituição por moradores de maior renda. A descaracterização de usos, por sua vez, pode ser exemplificada pela transformação de uma rua tipicamente residencial em uma que concentre atividades comerciais. Já a alteração da morfologia pode ser exemplificada como a substituição de um conjunto de edificações de pequeno porte por um grande empreendimento. Pode também se referir a um processo de adensamento, entre os quais, a verticalização. A descaracterização da paisagem é mais abrangente que a de morfologia, indo além do contexto urbano, podendo ser também ambiental ou rural (BRASIL, 2022, p. 836)

97 Provisão habitacional: estratégia de oferta de áreas habitacionais, que tem o objetivo de atender à demanda habitacional a partir de projetos e programas de iniciativa pública voltados a diferentes faixas de renda. (DISTRITO FEDERAL, 2009, Art. 134)



Algumas demandas podem, dessa forma, estar atreladas à necessidade de permanência da população ocupante com a mesma configuração atual ou estar em conflito com a necessidade de preservação do meio ambiente ou de áreas ambientais remanescentes. Por isso, abrange, em alguns casos, demandas por revisão de estratégias ou projetos habitacionais existentes ou previstos; além de requisições de isonomia social na retirada de ocupações informais; desocupação de forma não violenta ou necessidade de estudo para manutenção ou realocação de famílias de áreas informais ou de importância ambiental.

Grupo 9: Promoção do adensamento

O Grupo 9 aborda as demandas relacionadas a promoção do **adensamento**⁹⁸ ou, especificamente, da **verticalização**⁹⁹, que tende a acontecer sobretudo em áreas com fornecimento de transporte, infraestrutura, comércio, equipamentos públicos comunitários etc. Em alguns casos, essas demandas podem estar relacionadas ao combate ao déficit habitacional, à um menor espraiamento da mancha urbana ou ao aumento da oferta de moradias em áreas centrais. Nesse sentido, entende-se que elas podem se referir tanto ao adensamento, considerando um aumento da **densidade populacional**¹⁰⁰ e da ocupação de determinada área, como à verticalização, ou seja, à possibilidade da construção de edifícios mais altos para fomentar o adensamento, o que reflete em uma expectativa de aumento do potencial construtivo.

Grupo 10: Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular

O Grupo 10 aborda a **ocupação informal** e o **parcelamento irregular**, assim como o parcelamento regular do solo urbano ou rural. O que é de grande relevância para entender o crescimento da cidade e avaliar as possibilidades de regularização das ocupações em áreas urbanas e rurais. Nesse sentido, também surgem demandas relacionadas ao conflito dessas ocupações ou

98 Adensamento: O adensamento pode ser construtivo ou populacional. O adensamento construtivo é o processo de aumentar a área total construída das edificações em uma mesma unidade de área do território; e o populacional é o processo de aumentar o número de habitantes em uma mesma unidade de área do território. (BRASIL, 2022, p. 1005)

99 Verticalização: expressão material dos altos níveis de aproveitamento econômico e funcional das terras urbanas socialmente produzidas. São parâmetros urbanísticos que colocam limites no aproveitamento construtivo das terras urbanas e, com isso, incidem diretamente na valorização imobiliária. Quanto maior a possibilidade de aproveitamento dessas terras, permitindo mais metros quadrados construídos comercializáveis, ou seja, ampliar os índices de aproveitamento, gerando edifícios altos. (BRASIL, 2022, p. 592)

100 Densidade demográfica ou populacional: valor resultante da divisão entre o número de habitantes e a área total das porções territoriais. (DISTRITO FEDERAL, 2009, Art. 39)



parcelamentos quando realizadas em área de importância ambiental, histórica ou com características rurais.

Grupo 11: Regularização Fundiária

O Grupo 11 aborda as demandas e os conflitos relacionados a **Regularização Fundiária**¹⁰¹ em zona urbana ou rural. De maneira geral, essas demandas estão associadas ao aprimoramento da infraestrutura, melhoria da mobilidade, promoção do desenvolvimento econômico ou melhoria da oferta de serviços, considerando equipamentos públicos ou institucionais. Ademais, pode envolver também demandas por endereçamento, assim como por resolução de conflitos de regularização fundiária em áreas de sensibilidade ambiental ou de relevância histórica. Nesse contexto, a ocorrência de especulação imobiliária, que gera aumento no preço da terra, imóvel, lote ou até do aluguel, também provoca a oneração de ocupantes de áreas remanescentes não parceladas ou com características rurais. Como consequência, surge a necessidade de promover a regularização atrelada à necessidade de permanência da população com a mesma configuração ou uso. Portanto, também há a demanda por criação ou revisão de normas para a regularização, ou de estratégias de regularização.

7.1.3.4 Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura Urbana

Grupo 12: Danos Ambientais e Mitigação de Impactos

O Grupo 12 aborda problemas ou danos ambientais causados por manifestações antrópicas, assim como questões de conforto ambiental urbano, que envolvem poluição ambiental, sonora ou do ar, **ilhas de calor**¹⁰², entre outros. Entende-se, nesse sentido, que essas problemáticas provocam comprometimento ou conflito na oferta de **serviços ecossistêmicos**¹⁰³. Portanto, há também a

101 Regularização fundiária: política pública entendida como ação do poder público no sentido de promover a regularização, a organização e a prestação de serviços públicos de áreas ocupadas. Visa melhorar as condições urbanísticas e ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior, ampliando o acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda, promovendo a integração social e a geração de emprego e renda, garantindo ainda o direito social à moradia digna e às condições de vida adequadas, além da efetivação da função social da propriedade. (BRASIL, 2022, p. 804)

102 Ilhas de calor: São áreas urbanas nas quais a temperatura média costuma ser maior que a da vizinhança rural. (BRASIL, 2022, p. 838)

103 Serviços Ecossistêmicos: benefícios que as pessoas recebem da natureza. Podem ser divididos em três categorias: provisão (recursos como alimentos, plantas medicinais, etc), regulação do ambiente (controle do clima, por exemplo) e serviços culturais, obtidos pelo contato entre humanos e natureza, com contribuição às relações sociais e culturais. Os serviços ecossistêmicos são cruciais para o bem-estar humano e a saúde dos ecossistemas, demonstrando a interconexão entre a natureza e a sociedade. (BRASIL, 2022, p. 842)



abordagem de demandas e políticas de mitigação dos impactos ambientais e medidas de compensação ambiental.

Grupo 13: Áreas de Importância Ambiental

O Grupo 13 aborda as demandas ou conflitos relacionados a áreas de importância ambiental, como Unidades de Conservação (UC); Parques; Reservas; Áreas de Proteção; Áreas Verdes; **Espaços livres**¹⁰⁴ etc. De maneira geral, essas demandas estão relacionadas a criação, preservação, definição, recategorização, revisão de poligonal, entre outras, relacionadas a essas áreas. No que refere especificamente às áreas verdes, essas demandas envolvem o aumento da área, integração, requalificação, manutenção, arborização, paisagismo e preservação. Já no que se refere aos espaços livres, há demandas por criação, requalificação ou destinação de áreas para lazer, atividades físicas, convivência ou praças. Também há demandas por criação de áreas verdes ou espaços livres atrelados à soluções e infraestruturas verdes ou tradicionais, para a mitigação de problemáticas ambientais no contexto urbano, rural ou ecológico.

Grupo 14: Saneamento Ambiental e Infraestruturas

O Grupo 14 aborda demandas ou conflitos relacionados ao **saneamento ambiental**¹⁰⁵, infraestrutura urbana ou **capacidade de suporte ambiental**¹⁰⁶. Portanto, engloba **equipamentos públicos urbanos (EPU)**¹⁰⁷, que são aqueles destinados aos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de águas pluviais, disposição e tratamento dos resíduos sólidos. Há também demandas relacionadas a gestão de resíduos sólidos, que abrange questões específicas de disposição ou retirada de lixo ou entulho, melhoria do processo de coleta, coleta seletiva, implantação de papa entulhos e papa lixo etc. Também há demandas por melhoria do sistema de iluminação pública, assim como por implementação de novas fontes de energia. O que significa que há a

104 Espaços livres: espaços constituídos de pouca ou nenhuma construção, podendo possuir função de recreação, circulação, equilíbrio ambiental e composição paisagística. (Sá Carneiro e Mesquita, 2000)

105 Saneamento ambiental: conjunto de serviços, infraestruturas e instalações que visam promover o saneamento básico por meio do abastecimento de água potável, do esgotamento sanitário e do manejo de resíduos sólidos, da drenagem do solo e das águas pluviais somados a aspectos relacionados a poluição do ar e poluição sonora. (BRASIL, 2022, p. 114)

106 Capacidade de suporte ambiental: conjunto de condições ambientais capazes de dar suporte a usos, ações e influências antrópicas em áreas específicas do território. (DISTRITO FEDERAL, Art. 3, Item III)

107 Equipamentos Públicos Urbanos (EPU): instalações e espaços de infraestrutura urbana destinados aos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de águas pluviais, disposição e tratamento dos resíduos sólidos, transporte público, energia elétrica, rede telefônica, gás canalizado e congêneres. (CIDADES et al., 2023).



abordagem do acesso ao saneamento ambiental de forma universal, entre os quais se destacam o acesso à água potável e à energia elétrica.

Grupo 15: Preservação do meio ambiente

O Grupo 15 aborda demandas ou conflitos relacionados a preservação ou à recuperação do meio ambiente, ou seja, das áreas de importância ambiental, dos recursos hídricos, da vegetação nativa, das matas ciliares etc., que estão estreitamente associadas à capacidade de suporte ambiental. Também pode incluir demandas relacionadas a ocorrências de ocupação informal ou parcelamento em áreas de importância ambiental, que provocam impactos na preservação do meio ambiente. Nesse sentido, há também a abordagem de medidas de pagamento ou incentivo para preservação, recuperação do meio ambiente ou oferta de serviços ecossistêmicos. Portanto, há a necessidade de tratar os temas relacionados a compatibilização do ordenamento territorial com a preservação dos recursos hídricos e do meio ambiente; à promoção do consumo consciente da água; e ao desenvolvimento de estudos ou políticas voltadas para a mitigação de problemas ambientais.

7.1.3.5 Eixo Mobilidade

Grupo 16: Transporte Público

O Grupo 16 aborda demandas e conflitos relacionados ao **transporte público coletivo**¹⁰⁸ e à **mobilidade urbana**¹⁰⁹. O que envolve a melhoria da abrangência do transporte público, do tempo de deslocamento, da integração urbana e rural, e da conexão entre localidades, pontos de centralidade ou usos específicos. Há também a abordagem da conectividade entre os diferentes modos de transporte públicos, assim como do processo de **desenvolvimento orientado pelo transporte coletivo**

108 Transporte público coletivo: serviço público de transporte de passageiros acessível a toda a população mediante pagamento individualizado, com itinerários e preços fixados pelo poder público. (BRASIL, 2012, Art. 4, Item VI).

109 Mobilidade urbana sustentável: resultado de um conjunto de políticas de transporte e circulação que visem proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano e rural, priorizando os modos de transporte coletivo e não motorizados de forma efetiva, socialmente inclusiva e ecologicamente sustentável. (DISTRITO FEDERAL, 2011, parágrafo único, item I)



– **DOT**¹¹⁰. Nesse sentido, convém citar as demandas por transporte sobre trilho (metrô, trem, veículo leve sobre trilhos - VLT) e demandas relacionadas a vias exclusivas de ônibus ou **BRT**¹¹¹.

Grupo 17: Mobilidade Ativa

O Grupo 17 aborda as demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura destinada à **mobilidade ativa**¹¹². Envolve, portanto, a **acessibilidade**¹¹³ para pedestres, ou priorização destes, o que requer ampliação, requalificação ou criação de calçadas, ciclovias e ciclofaixas, assim como de infraestrutura para travessia de pedestres (passarelas, faixas, passagens subterrâneas etc), considerando ainda sua conectividade com o sistema de mobilidade ativa. Ademais, também apresenta demandas por acessibilidades às edificações ou nas edificações.

Grupo 18: Sistema Viário e Conectividade

O Grupo 18 aborda demandas ou conflitos relacionados ao sistema viário e à conectividade urbana ou rural. Nesse contexto, considera-se questões de criação, duplicação, alargamento e requalificação de vias, assim como implantação de pontes, rotatórias, viadutos, cruzamentos etc. Também há demandas por asfaltamento, pavimentação e sinalização viária; assim como por criação, ampliação ou resolução de conflitos relacionados a estacionamentos, que podem impactar a mobilidade ativa ou o trânsito. Outra questão que pode ser abordada nesse grupo é a criação ou revitalização de áreas verdes associados ao sistema viário, que em geral estão relacionadas ao paisagismo urbano. Em relação à conectividade viária, há demandas por promoção da conexão entre Regiões Administrativas, entre determinados usos, atividades ou serviços, ou entre zona urbana e zona rural.

7.1.3.6 Eixo Participação Social e Governança (PSG)

Grupo 19: Gestão relacionada a Segurança Pública

110 Desenvolvimento Orientado pelo Transporte Coletivo (DOT): estratégia territorial de planejamento urbano articulado com os sistemas de mobilidade, para construção de cidades mais compactas e ambientalmente corretas, com concentração de habitações e atividades socioeconômicas em proximidade com o transporte público de massa, promovendo um desenvolvimento urbano com maior adensamento construtivo e populacional nessa área. (BID, 2021, p. 23)

111 BRT (Bus Rapid Transit): termo utilizado para sistema de transporte urbano operado por ônibus que circulam por corredores exclusivos, reduzindo o tempo de deslocamento. (SEMOB, 2024)

112 Mobilidade ativa: corresponde aos meios de locomoção a propulsão humana, tais como o uso da bicicleta e o andar a pé. Portanto, não necessitam de combustíveis geradores de poluentes para operar e, por isso, são considerados meios de locomoção sustentáveis. (DISTRITO FEDERAL, 2023, p. 19)

113 Acessibilidade: humanização dos espaços públicos e dos serviços de transporte, estabelecendo-se condições para que sejam utilizados com segurança, equidade, economia e autonomia total ou assistida. (DISTRITO FEDERAL, 2011, parágrafo único, item II)



O Grupo 19 aborda demandas ou conflitos relacionados a gestão da segurança pública. Portanto, envolve questões de policiamento; infraestrutura (iluminação, câmeras etc), como ferramenta de segurança pública; fiscalização, gestão ou monitoramento para promoção da segurança; e segurança atrelada a segmentos vulnerabilizados da sociedade.

Grupo 20: Participação Social e Governança

O Grupo 20 aborda demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou à governança. Trata, nesse sentido, de demandas por participação efetiva da sociedade nas tomadas de decisão referentes às políticas públicas e ações governamentais; participação social em processos de requalificação urbana; e criação de conselhos. Pode abordar também a governança relacionada a políticas públicas ou à gestão do território, considerando a integração regional ou entre Regiões Administrativas.

7.1.3.7 Eixo Território Resiliente (RES)

Grupo 21: Resiliência Territorial e Vulnerabilidades

O Grupo 21 aborda demandas ou conflitos relacionados a **resiliência**¹¹⁴ territorial ou à **vulnerabilidade**¹¹⁵ social e ambiental. Portanto, trata das questões que estão associadas aos riscos ou ocorrências de alagamento, erosão, desabamento, deslizamento, ilhas de calor etc. Complementando, também há demanda por soluções tradicionais ou baseadas na natureza para questões de infraestrutura urbana, como drenagem, esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos etc. Também há, nesse contexto, políticas de prevenção, mitigação de desastres ou planos de resiliência, assim como fiscalização, gestão ou monitoramento de áreas de riscos ou vulnerabilidades. O que quer dizer que as questões relacionadas a vulnerabilidade ambiental ou social estão sendo tratadas, e isso inclui o remanejamento de população em vulnerabilidade.

7.1.3.8 Eixo Ruralidades (RUR)

Grupo 22: Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais

114 Resiliência: capacidade do meio ambiente de retornar a um patamar de equilíbrio após interferências, principalmente antrópicas. (DISTRITO FEDERAL, 2019, Art. 3, Item VII).

115 Vulnerabilidade: fragilidade física, social, econômica ou ambiental de população ou ecossistema ante evento adverso de origem natural ou induzido pela ação humana (BRASIL, 2023, parágrafo único, item XV).



O Grupo 22 aborda questões relacionadas a Regularização Fundiária de áreas rurais ou de áreas urbanas com características rurais remanescentes. Portanto, também trata da oneração de ocupantes de áreas rurais remanescentes ou com características rurais, o que leva à abordagem da especulação imobiliária, da gentrificação ou do preço elevado da terra. Nesse sentido, também aborda a necessidade de previsão ou revisão de normativos para viabilizar a regularização fundiária de áreas com características rurais ou atrelada à consolidação de **novas ruralidades**¹¹⁶.

Grupo 23: Desenvolvimento Rural

O Grupo 23 aborda demandas ou conflitos relacionados ao uso rural tradicional ou sustentável; ao desenvolvimento rural sustentável; à integração entre área rural e área urbana; ou à logística de produção rural. Nesse sentido, há a abordagem do uso rural compatibilizado com a preservação ambiental ou dos recursos hídricos, como a **produção agroecológica**¹¹⁷; a abordagem da valorização dos produtores rurais, o que pode incluir incentivos para preservação do uso do solo rural ou do meio ambiente. Da mesma forma, pode tratar da diversificação da matriz produtiva com base na prestação de serviços ecossistêmicos, questões de incentivo à **agricultura familiar**¹¹⁸, hortas comunitárias, novas tipologias rurais ou novas ruralidades; e necessidades de revisão do módulo mínimo rural. Portanto, também aborda a previsão ou revisão de normativos para viabilizar o desenvolvimento rural sustentável; bem como questões relacionadas a produção agrícola, atrelada ou não à segurança alimentar, além do escoamento dessa produção, o que envolve questões de transporte, armazenamento, distribuição e logística de cargas e insumos ou galpões.

7.2 RESULTADOS DAS OFICINAS PARTICIPATIVAS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA (RA)

Os resultados da sistematização dos dados coletados nas Oficinas Participativas foram organizados por tipo (Regiões Administrativas ou Segmentos Temáticos) e em tópicos, na ordem em que as oficinas foram executadas. Os resultados das OP de RA foram também compilados por UPT e

116 Novas ruralidades: multifuncionalidade do espaço rural e necessidade de não restringi-lo exclusivamente a atividades do setor primário (DISTRITO FEDERAL, 2022).

117 Produção agroecológica: prática que prioriza a utilização coerente de recursos naturais e a não utilização de agrotóxicos, busca a otimização e a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais. (BRASIL, 2022)

118 Agricultor familiar e empreendedor familiar rural: são aqueles que praticam atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família. (BRASIL, 2006, Art. 3)



DF, e apresentados nessa ordem crescente de escalonamento territorial. Como mencionado, no caso específico das Oficinas Participativas em Ceilândia (RA IX), ambos os resultados foram compilados em uma única análise. Em sequência, apresentam-se os resultados das OP Segmentos Temáticos individualmente e também compilados em um item final.

7.2.1 1ª Oficina Participativa: Vicente Pires

Quadro 59 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Vicente Pires.

Data da Oficina Participativa:	03/06/2023
Local da Oficina Participativa:	Colégio CAIC Santa Paulina, Quadra 05, Conjunto C, Lote 01, Paranoá, Brasília – DF
Quantidade de participantes:	61 (População) 25 (Técnicos GDF)
Quantidade de grupos (dinâmica):	05

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 12 – Fotografias da Oficina Participativa RA Vicente Pires.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

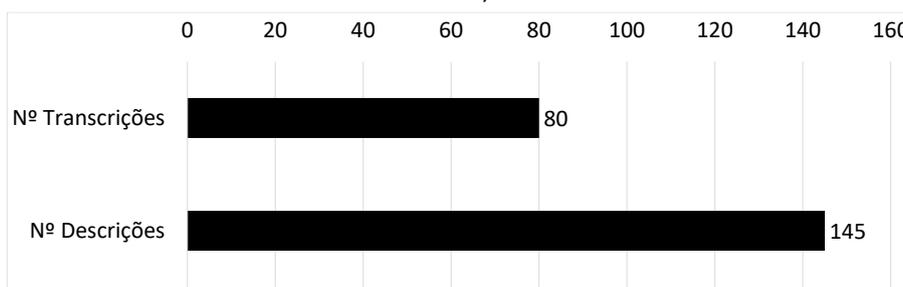
A **1ª Oficina Participativa – Região Administrativa Vicente Pires** ocorreu no dia 27/05/2023, na modalidade presencial. O evento durou de 09h às 12h, no Auditório do Colégio Liceu, Setor Habitacional Vicente Pires, Rua 6, Chácara 253, Brasília – DF, e contou com 108 pessoas no total, que foram divididas em 05 grupos de discussão. É possível acessar os todos os registros desta Oficina



Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa de Vicente Pires (RA XXX). Nesse contexto, como mostra o **Gráfico 8**, tais contribuições resultaram em 80 transcrições e 145 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.

Gráfico 8 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Vicente Pires).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados.

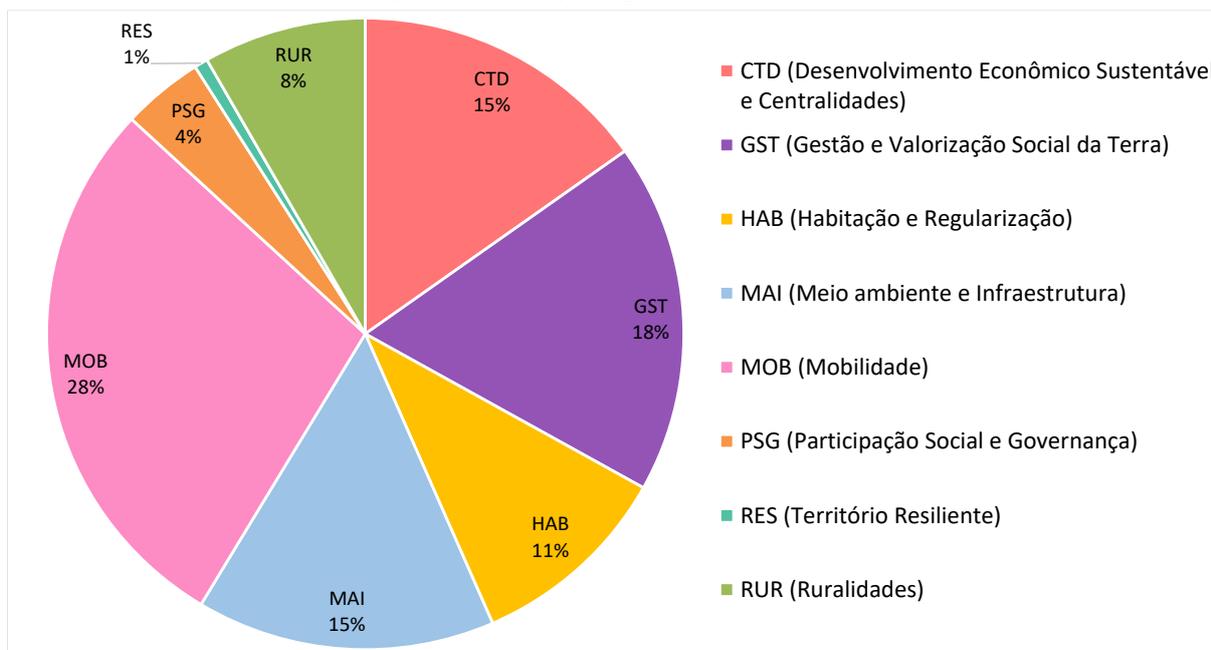
Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 9**, os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Mobilidade, representando 28% das ocorrências; Gestão e Valorização Social da Terra, representando 18% das ocorrências; e ambos os



Eixos Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades e Meio Ambiente cada um representando 15% das ocorrências.

Gráfico 9 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Vicente Pires.

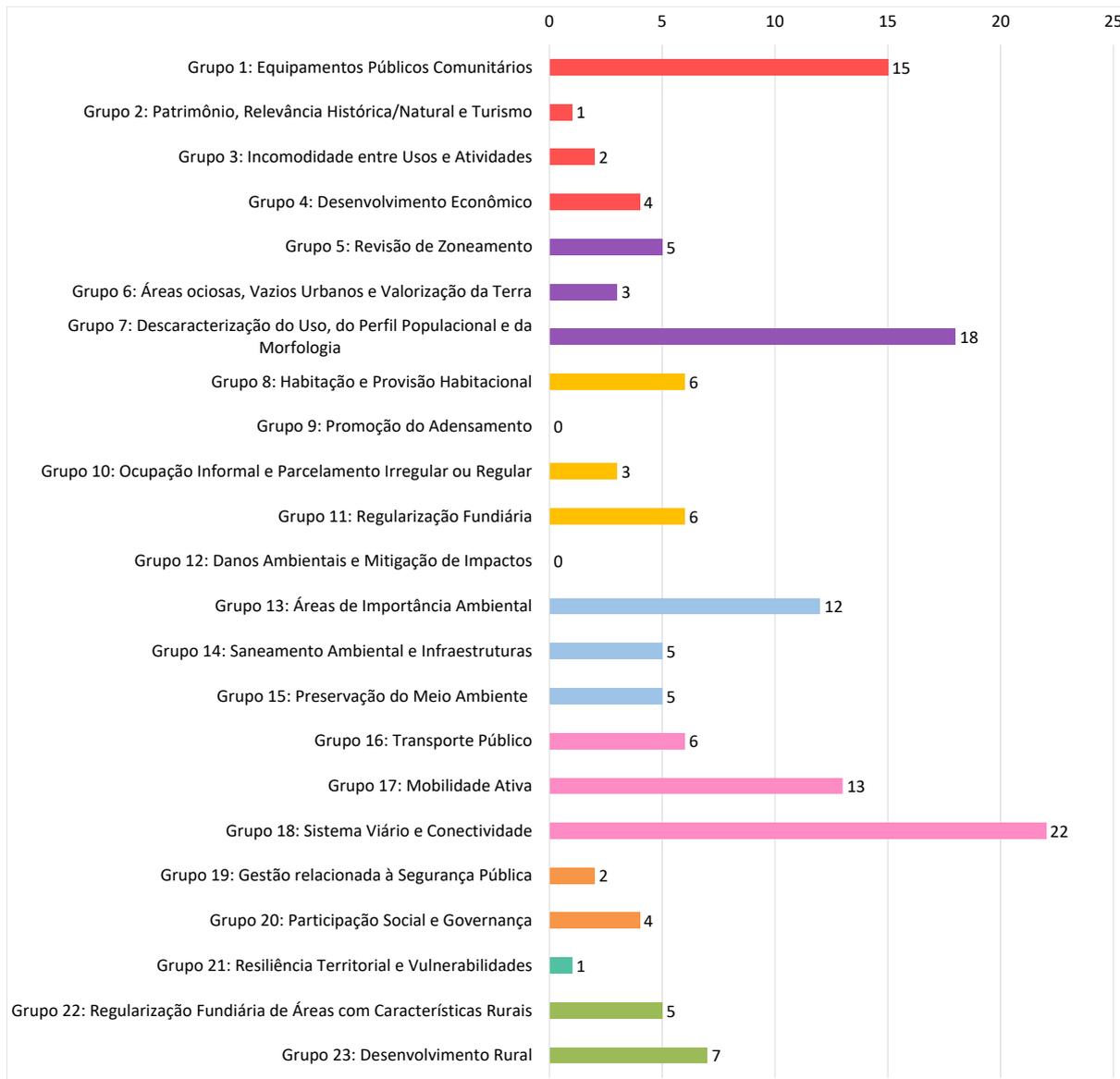


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 10**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 18 (Sistema Viário e Conectividade), que pertence ao Eixo Mobilidade, com 22 ocorrências; Grupo 7 (Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia), que pertence ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra, com 18 ocorrências; e Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 15 ocorrências.



Gráfico 10 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Vicente Pires.

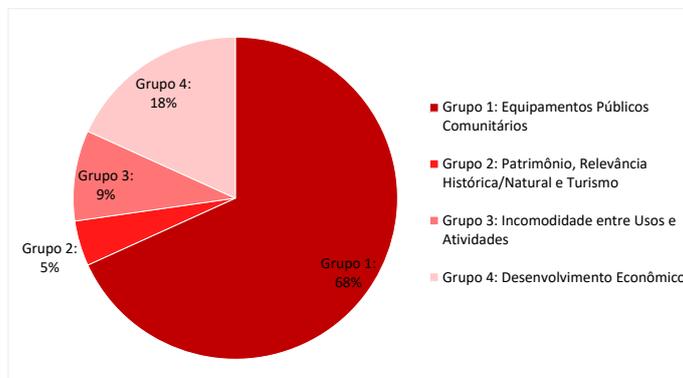


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 11**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 68% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 18% das ocorrências. O Grupo 3, relacionado a Conflitos de Usos e Incomodidade, representa 9% das ocorrências, enquanto o Grupo 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, representa 5% das ocorrências.



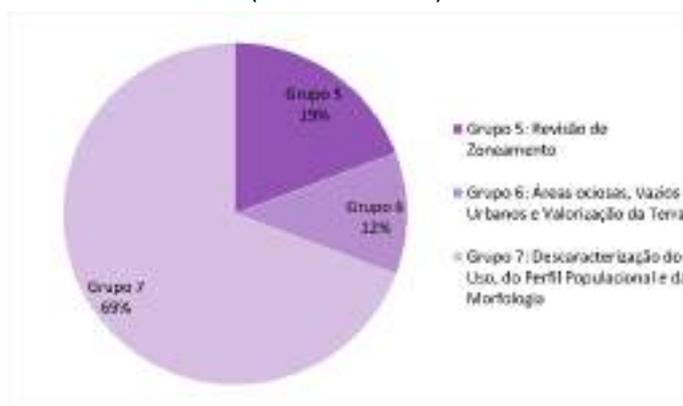
Gráfico 11 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Vicente Pires).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 12**, o Grupo 7, que trata da Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 69% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 5, que se refere à Revisão de Zoneamento, aparece representando 19% das ocorrências. Já o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, representa 12% das ocorrências.

Gráfico 12 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Vicente Pires).



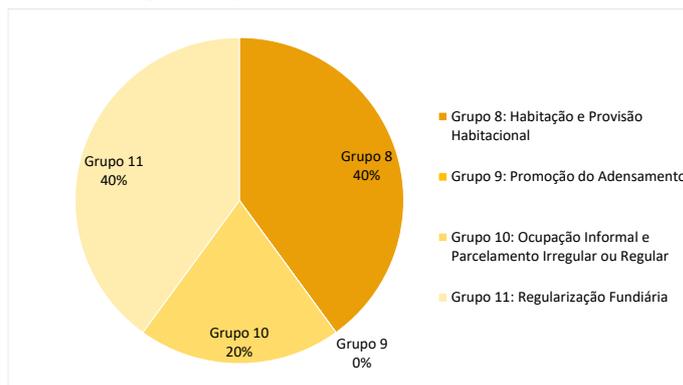
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao **Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB)**, conforme indicado pelo **Gráfico 13**, o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, e o Grupo 8, relacionado a Habitação e Provimento Habitacional, tiveram a maior incidência nas contribuições da população, cada um



representando 40% das ocorrências, enquanto o Grupo 10, que se refere à Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, aparece representado com 20% das ocorrências.

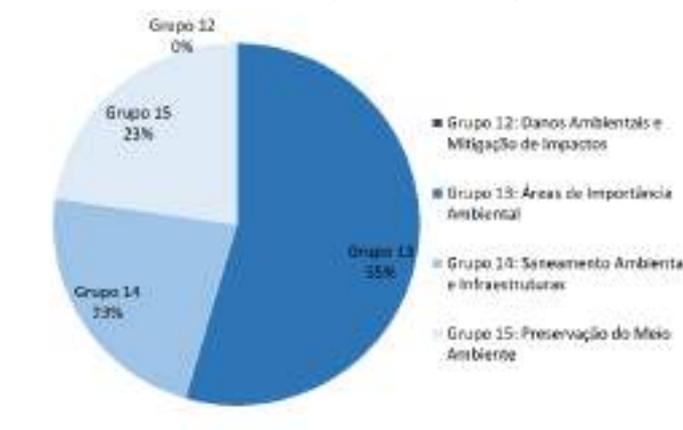
Gráfico 13 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Vicente Pires).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao **Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI)**, conforme indicado pelo **Gráfico 14**, o Grupo 13, que trata das Áreas de Importância Ambiental, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 55% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 14, que se refere ao Saneamento Ambiental e Infraestruturas, e o Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, aparecem ambos representados com 23% das ocorrências. O Grupo 12 (Danos Ambientais e Mitigação de Impactos) não apresentou ocorrências.

Gráfico 14 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Vicente Pires).

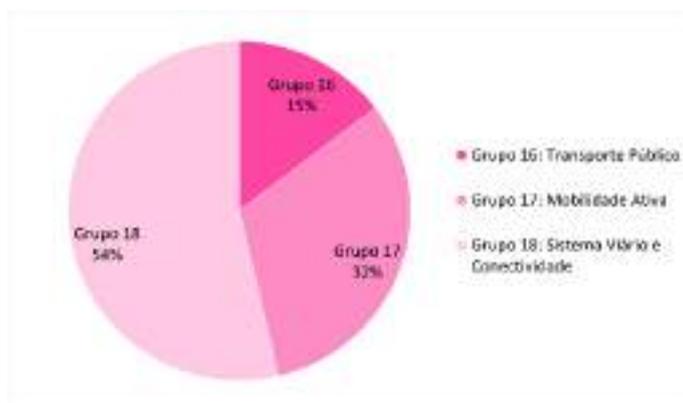


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao **Eixo Mobilidade (MOB)**, conforme indicado pelo **Gráfico 15**, o Grupo 18, que trata de Sistema Viário e Conectividade, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 54% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 17, que se refere à Mobilidade Ativa, aparece representando 32% das ocorrências. Já o Grupo 16, relacionado a Transporte Público, representa 15% das ocorrências.

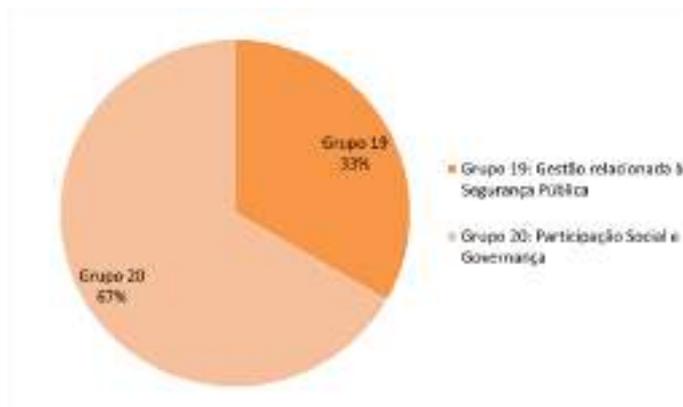
Gráfico 15 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Vicente Pires).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao **Eixo Participação Social e Governança (PSG)**, conforme indicado pelo **Gráfico 16**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 67% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada à Segurança Pública, representa 33% das ocorrências.

Gráfico 16 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Vicente Pires).

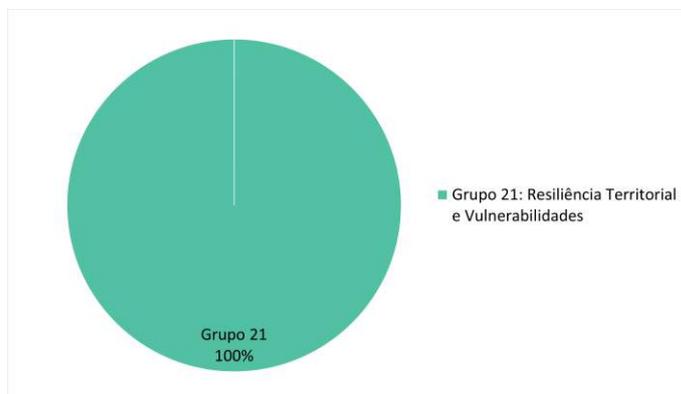


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao **Eixo Território Resiliente (RES)**, o **Gráfico 17** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

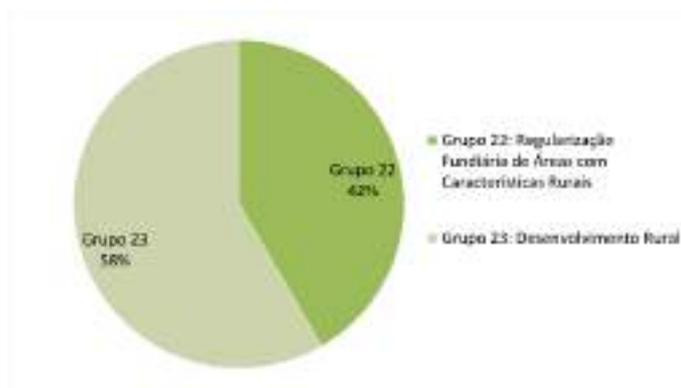
Gráfico 17 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Vicente Pires).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao **Eixo Ruralidades (RUR)**, conforme indicado pelo **Gráfico 18**, o Grupo 23, que trata de Desenvolvimento Rural, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 58% das ocorrências. Já o Grupo 22, que se refere à Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, representa 42% das ocorrências.

Gráfico 18 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Vicente Pires).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 60**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 60 – Ocorrências de Problemáticas – RA Vicente Pires.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



7.2.2 3ª Oficina Participativa: Paranoá

Quadro 61 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Paranoá.

Data da Oficina Participativa:	03/06/2023
Local da Oficina Participativa:	Colégio CAIC Santa Paulina, Quadra 05, Conjunto C, Lote 01, no Paranoá, Brasília – DF
Quantidade de participantes:	61 (População) 25 (Técnicos GDF)
Quantidade de grupos (dinâmica):	05

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 13 – Fotografias da Oficina Participativa RA Paranoá.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

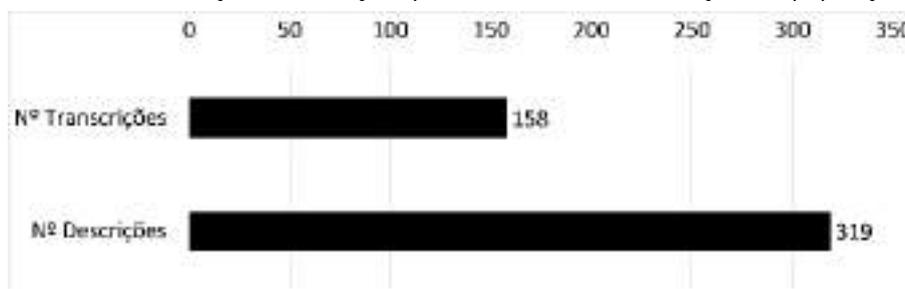
A **3ª Oficina Participativa – Região Administrativa Paranoá** ocorreu no dia 03/06/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 09h às 12h, no Colégio CAIC Santa Paulina, Quadra 05, Conjunto C, Lote 01, no Paranoá, Brasília – DF, e contou com 85 pessoas no total, que foram divididas em 05 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram



coletadas na Oficina Participativa de Paranoá (RA VII). Nesse contexto, como mostra o **Gráfico 19**, tais contribuições resultaram em 158 transcrições e 319 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.

Gráfico 19 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Paranoá).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

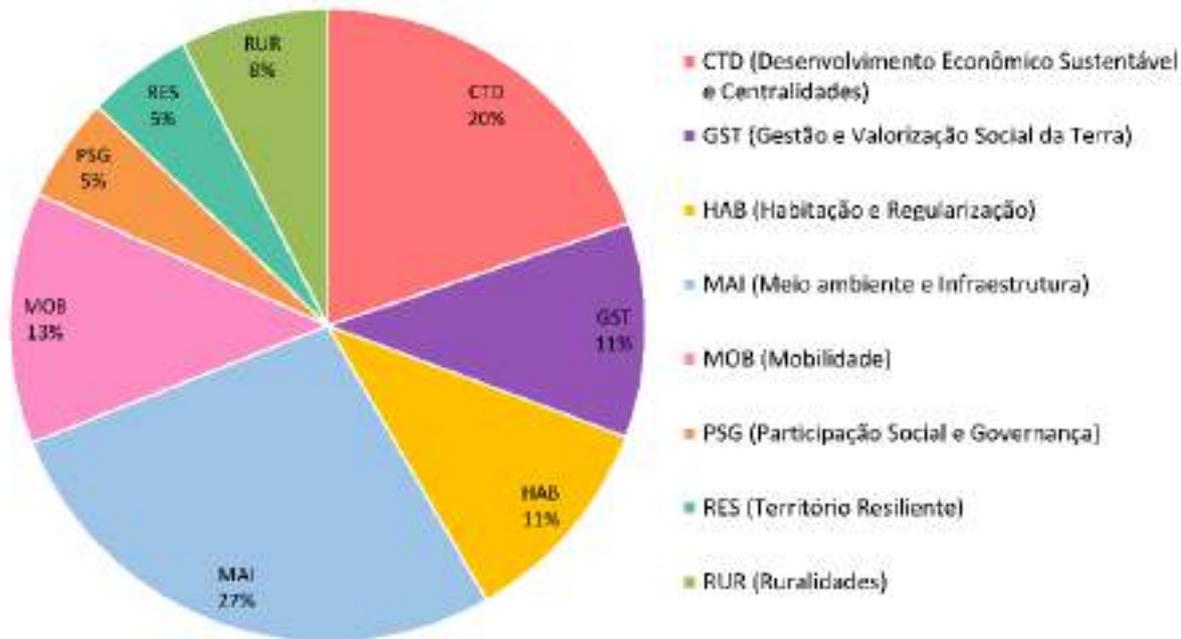
A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados.

Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 20** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 27% das ocorrências; Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 20% das ocorrências; e Eixo Mobilidade, representando 13% das ocorrências.



Gráfico 20 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Paranoá.

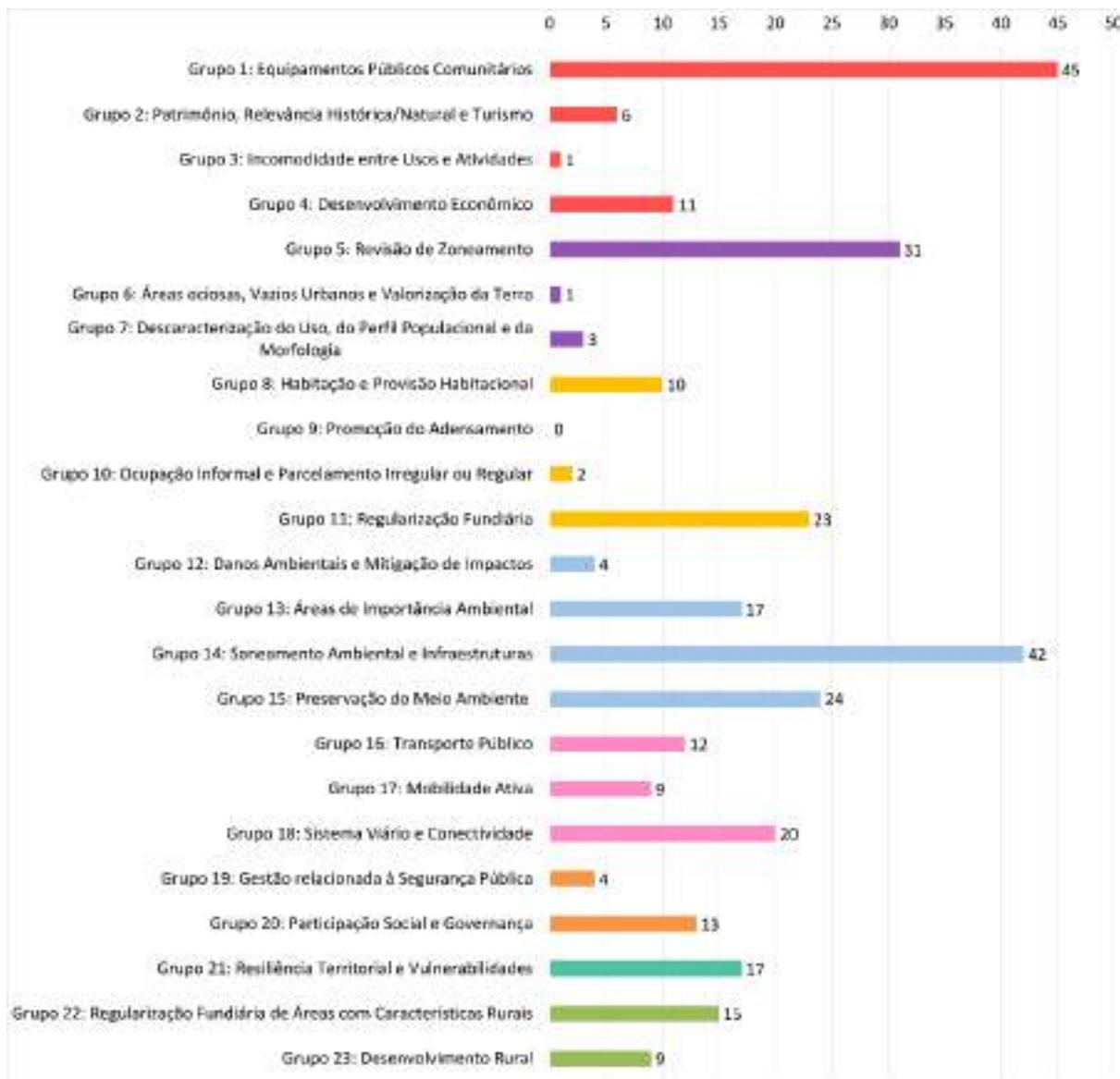


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 21**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 45 ocorrências; Grupo 14 (Saneamento Ambiental e Infraestruturas), que pertence ao Meio Ambiente e Infraestrutura, com 42 ocorrências; e Grupo 5 (Revisão de Zoneamento), que pertence ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra, com 31 ocorrências.



Gráfico 21 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Paranoá.

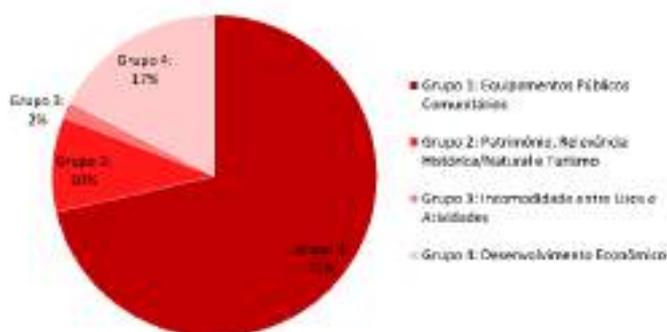


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 22**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 71% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 17% das ocorrências. O Grupo 2, relacionado a Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, representa 10% das ocorrências, enquanto o Grupo 3, que aborda Incomodidade entre Usos e Atividades, representa 2% das ocorrências.



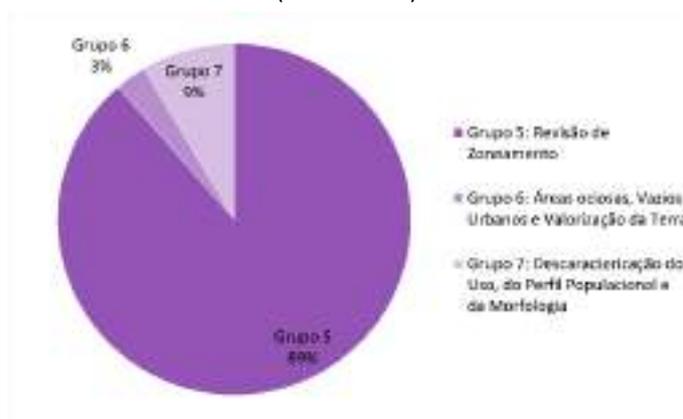
Gráfico 22 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Paranoá).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 23** o Grupo 5, que trata da Revisão de Zoneamento, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 89% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 7, que se refere à Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, aparece representando 9% das ocorrências. Já o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, representa 3% das ocorrências.

Gráfico 23 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Paranoá).



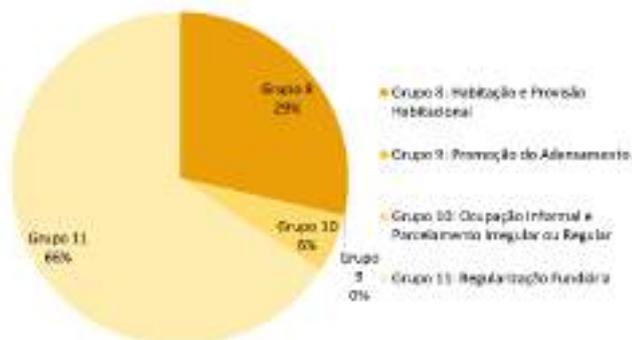
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 24**, o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 66% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 8, que se refere à Habitação e Provimento Habitacional, aparece representando 29% das ocorrências. O Grupo 10, relacionado a



Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, representa 6%. O Grupo 9 (Promoção do Adensamento), não apresentou ocorrências.

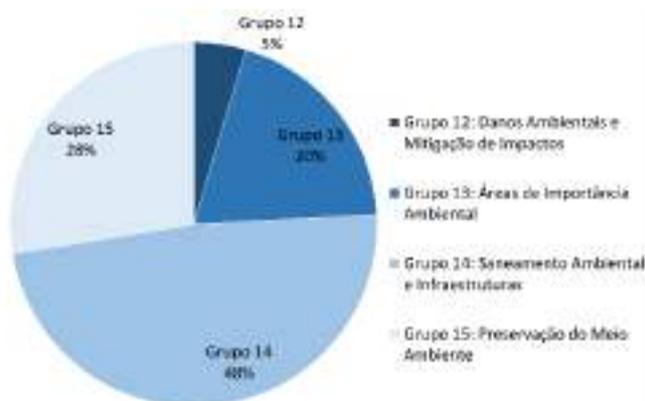
Gráfico 24 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Paranoá).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 25**, o Grupo 14, que trata de Saneamento Ambiental e Infraestruturas, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 48% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 15, que se refere ao Preservação do Meio Ambiente, aparece representando 28% das ocorrências. O Grupo 13, relacionado a Áreas de Importância Ambiental, representa 20% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 5% das ocorrências.

Gráfico 25 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Paranoá).

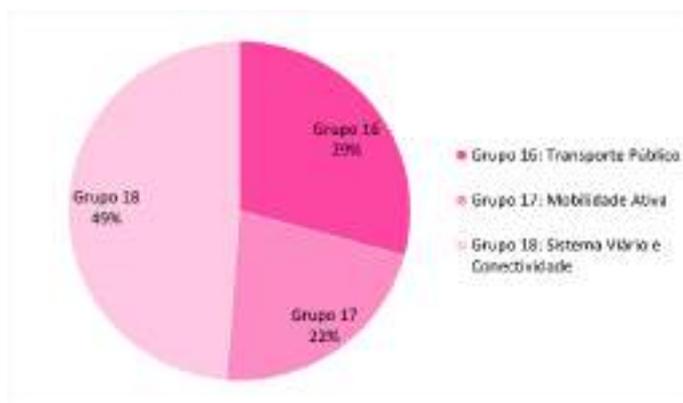


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 26**, o Grupo 18, que trata de Sistema Viário e Conectividade, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 49% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 16, que se refere à Transporte Público, aparece representando 29% das ocorrências. Já o Grupo 17, relacionado a Mobilidade Ativa, representa 22% das ocorrências.

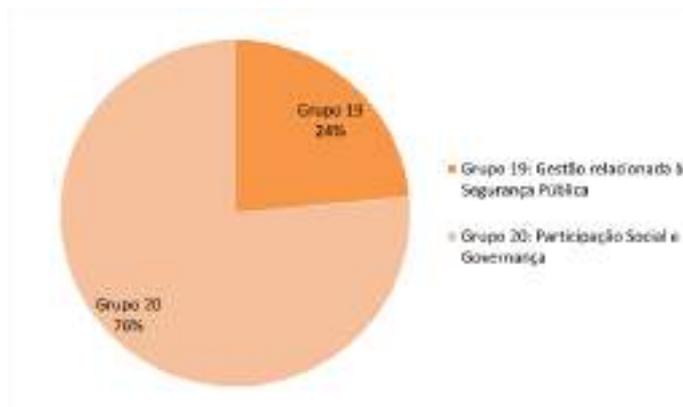
Gráfico 26 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Paranoá).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança (PSG), conforme indicado pelo **Gráfico 27**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 76% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada à Segurança Pública, representa 24% das ocorrências.

Gráfico 27 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Paranoá).

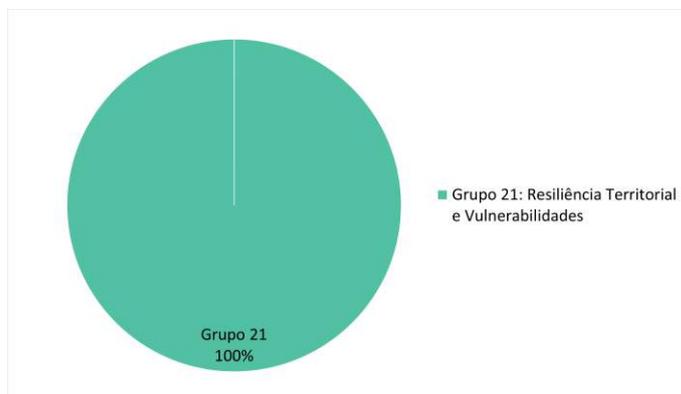


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 28** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

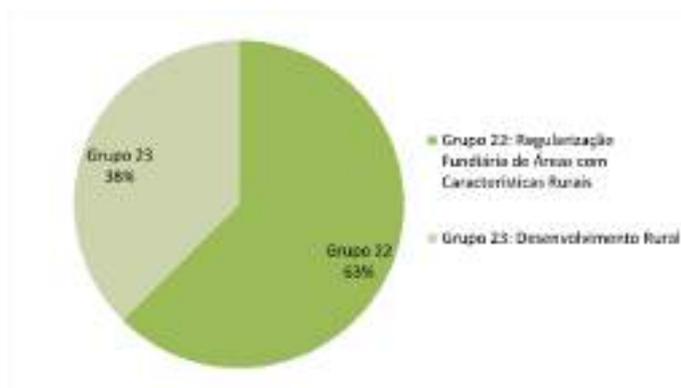
Gráfico 28 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Paranoá).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 29**, o Grupo 22, que trata de Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 63% das ocorrências. Já o Grupo 23, que se refere à Desenvolvimento Rural, representa 38% das ocorrências.

Gráfico 29 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Paranoá).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 62** apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 62 – Ocorrências de Problemáticas – RA Paranoá.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.2.3 4ª Oficina Participativa: Cruzeiro

Quadro 63 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Cruzeiro.

Data da Oficina Participativa:	06/06/2023
Local da Oficina Participativa:	Auditório do Centro Educacional 2, localizado na SHCES, Quadra 805, Cruzeiro



	Novo, Brasília – DF
Quantidade de participantes:	50 (População) 36 (Técnicos GDF)
Quantidade de grupos (dinâmica):	04

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 14 – Fotografias da Oficina Participativa RA Cruzeiro.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

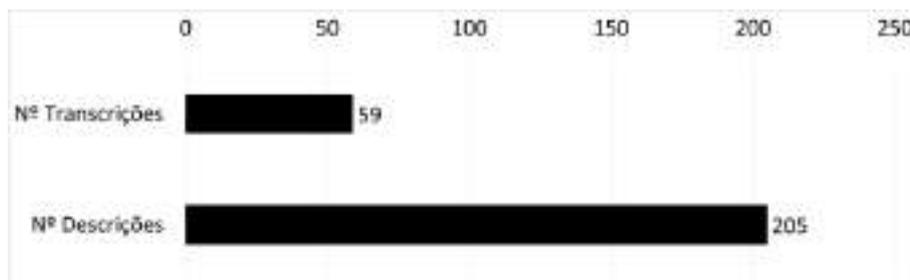
A **4ª Oficina Participativa – Região Administrativa Cruzeiro** ocorreu no dia 06/06/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 19h às 22h, Auditório do Centro Educacional 2, localizado na SHCES, Quadra 805, Cruzeiro Novo, Brasília – DF, e contou com 86 pessoas no total, que foram divididas em 04 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa de Cruzeiro (RA XI). Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 30**, tais contribuições resultaram em 59 transcrições e 205 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua



categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.

Gráfico 30 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Cruzeiro).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

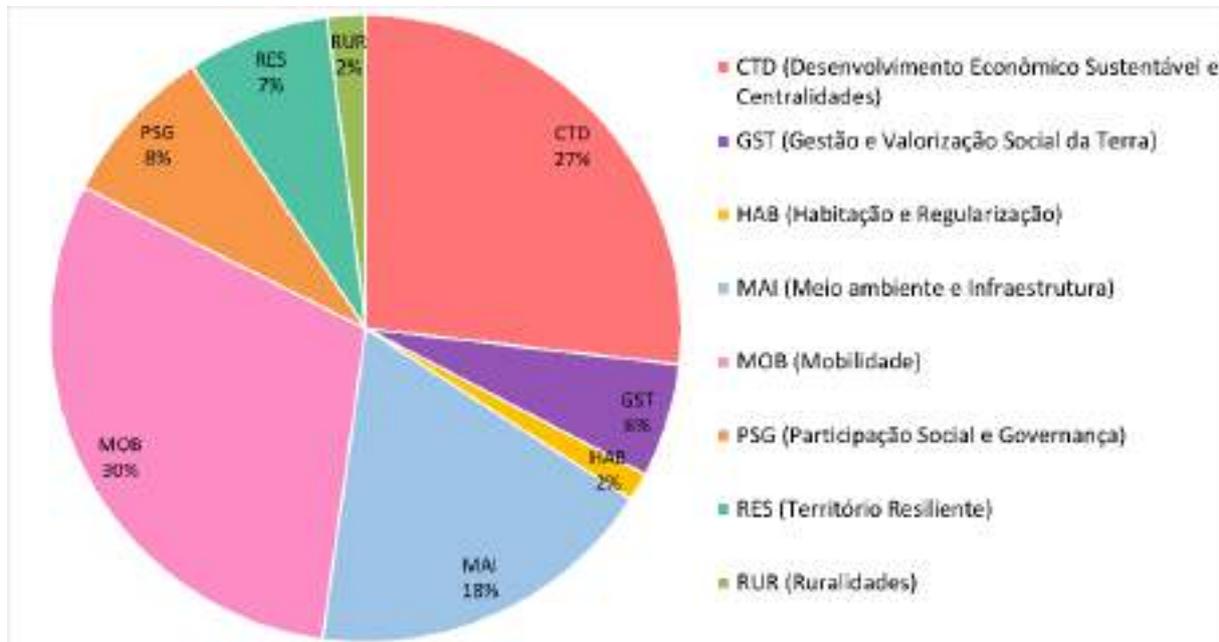
A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados.

Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 31** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Mobilidade, representando 30% das ocorrências; Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 27% das ocorrências; e Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 18% das ocorrências.



Gráfico 31 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Cruzeiro.

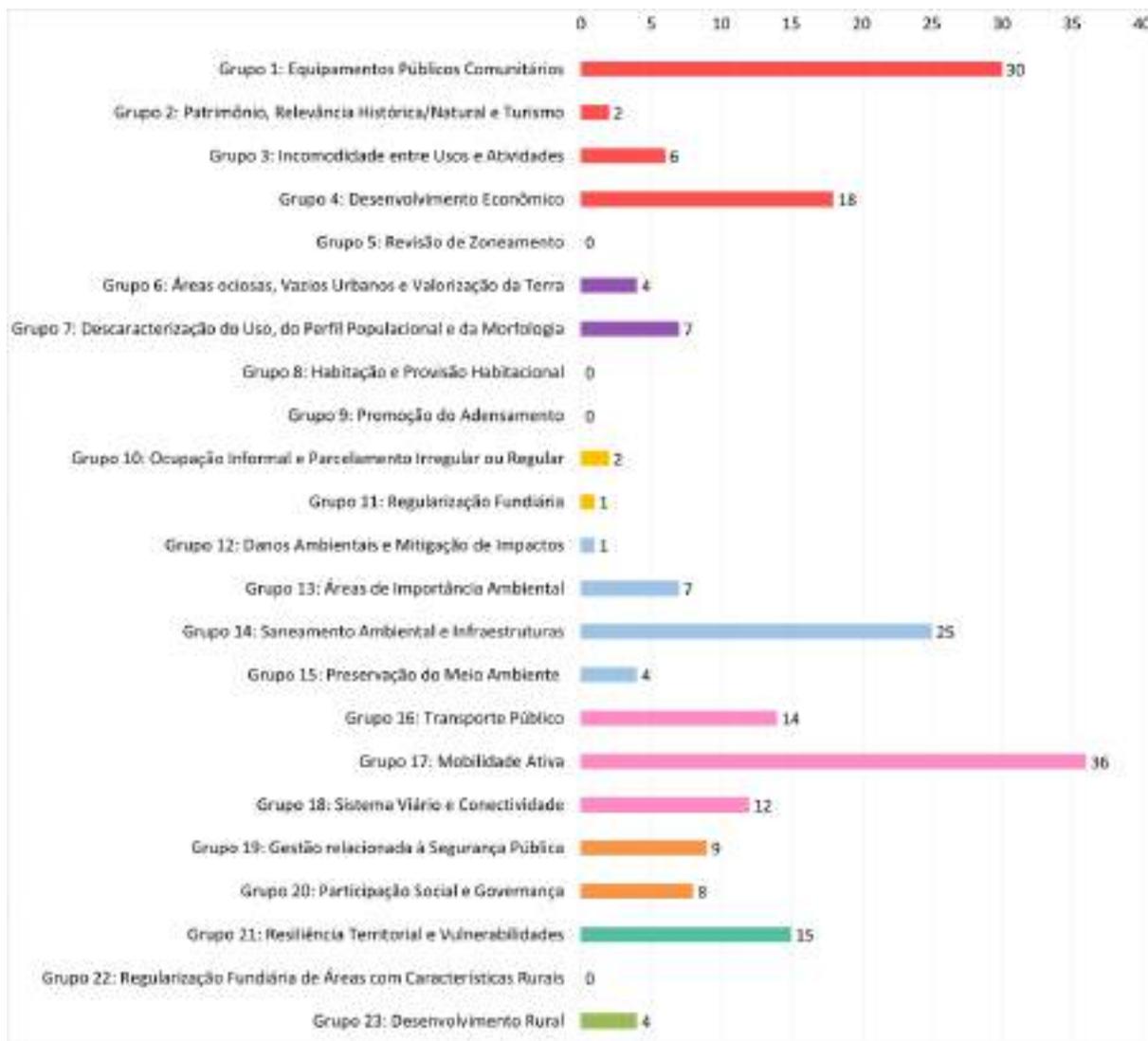


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 32**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 17 (Mobilidade Ativa), que pertence ao Eixo Mobilidade, com 36 ocorrências; Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 30 ocorrências; e Grupo 14 (Saneamento Ambiental e Infraestruturas), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 25 ocorrências.



Gráfico 32 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Cruzeiro.

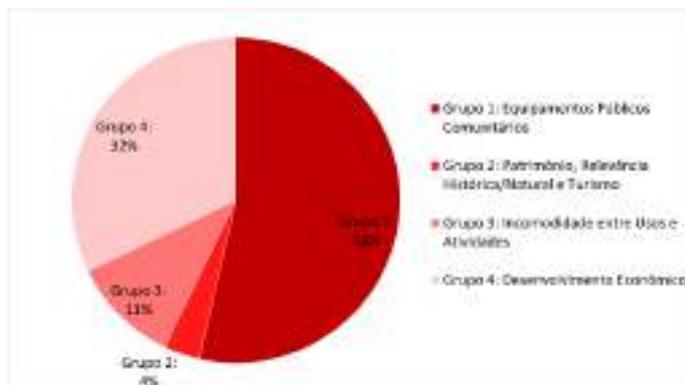


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 33**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 53% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 32% das ocorrências. O Grupo 3, relacionado a Incomodidade entre Usos e Atividades, representa 11% das ocorrências, enquanto o Grupo 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, representa 4% das ocorrências.



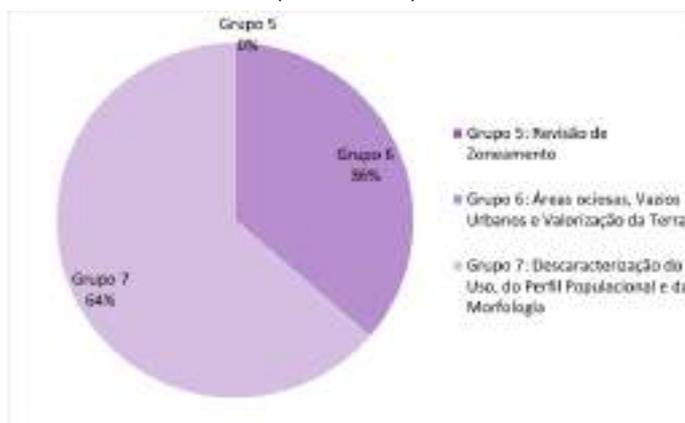
Gráfico 33 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Cruzeiro).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 34** o Grupo 7, que trata da Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 64% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 6, que se refere à Áreas Ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, aparece representando 36% das ocorrências. Já o Grupo 5, relacionado a Revisão de Zoneamento, não apresenta ocorrências.

Gráfico 34 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Cruzeiro).



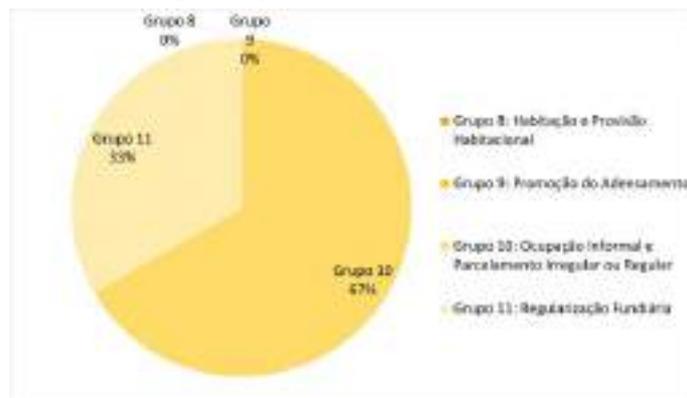
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 35** o Grupo 10, que trata de Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 67% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 11, que se refere à Regularização Fundiária, aparece representando 33% das ocorrências. O



Grupo 8, relacionado a Habitação e Provimento Habitacional, e o Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, não apresentam ocorrências.

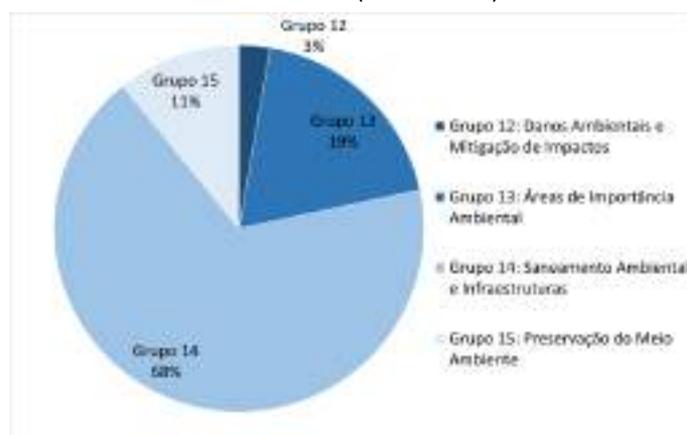
Gráfico 35 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Cruzeiro).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 36**, o Grupo 14, que trata de Saneamento Ambiental e Infraestruturas, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 68% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 13, que se refere a Áreas de Importância Ambiental, aparece representando 19% das ocorrências. O Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, representa 11% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 3% das ocorrências.

Gráfico 36 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Cruzeiro).

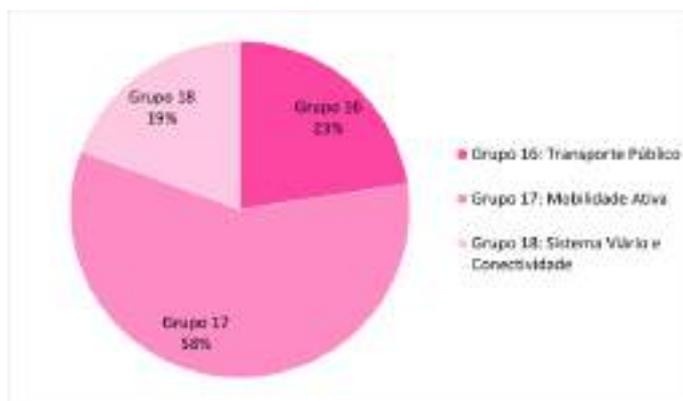


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 37**, o Grupo 17, que trata de Mobilidade Ativa, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 58% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 16, que se refere à Transporte Público, aparece representando 23% das ocorrências. Já o Grupo 18, relacionado a Sistema Viário e Transporte, representa 19% das ocorrências.

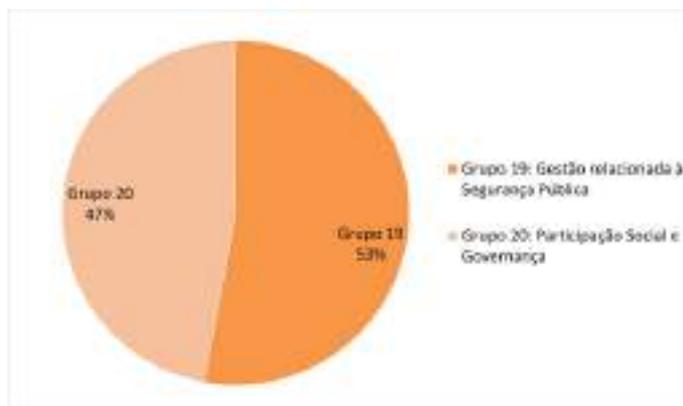
Gráfico 37 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Cruzeiro).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança (PSG), conforme indicado pelo **Gráfico 38**, o Grupo 19, que trata de Gestão Relacionada a Segurança Pública, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 53% das ocorrências. Já o Grupo 20, de Participação Social e Governança, representa 47% das ocorrências.

Gráfico 38 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Cruzeiro).

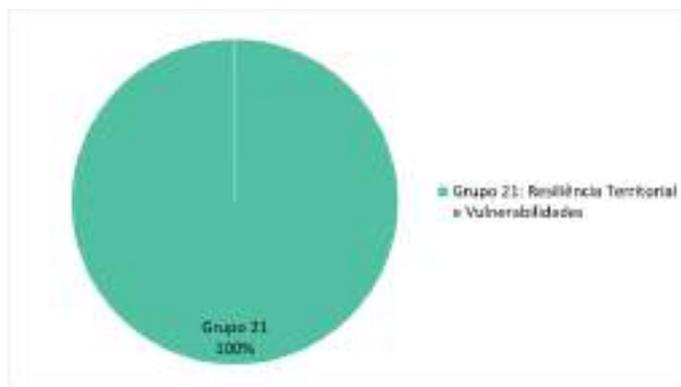


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 39** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

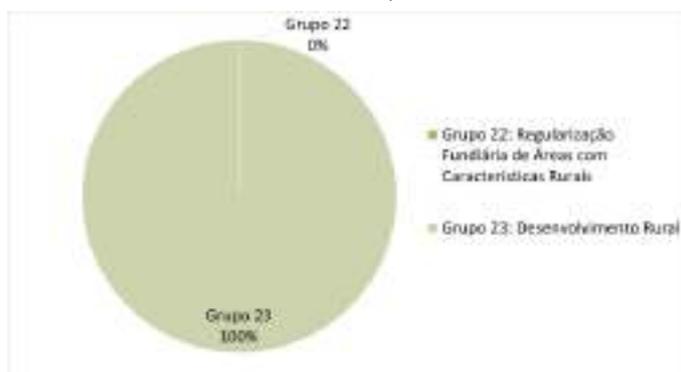
Gráfico 39 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Cruzeiro).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 40**, o Grupo 23, que trata de Desenvolvimento Rural, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 100% das ocorrências. Já o Grupo 22, que se refere à Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, não apresentou ocorrências.

Gráfico 40 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Cruzeiro).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 64**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 64 – Ocorrências de Problemáticas – RA Cruzeiro.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.2.4 5ª Oficina Participativa: Lago Norte

Quadro 65 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Lago Norte.

Data da Oficina Participativa:	14/06/2023
Local da Oficina Participativa:	Auditório do Colégio do Sol, localizado no Setor de Habitações Individuais Norte, CA6-A, Lago Norte, Brasília – DF
Quantidade de participantes:	179 (População) 26 (Técnicos GDF)
Quantidade de grupos (dinâmica):	06

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



Figura 15 – Fotografias da Oficina Participativa RA Lago Norte.



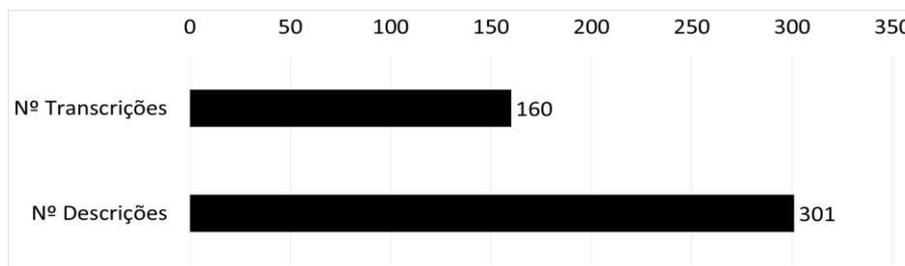
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A 5ª Oficina Participativa – Região Administrativa Lago Norte ocorreu no dia 14/06/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 19h às 22h, no Colégio do Sol, SHIN CA 6 Lote A (Auditório), e contou com 205 pessoas no total, que foram divididas em 06 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa de Lago Norte (RA XVIII). Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 41**, tais contribuições, resultaram em 160 transcrições e 301 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.



Gráfico 41 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Lago Norte).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

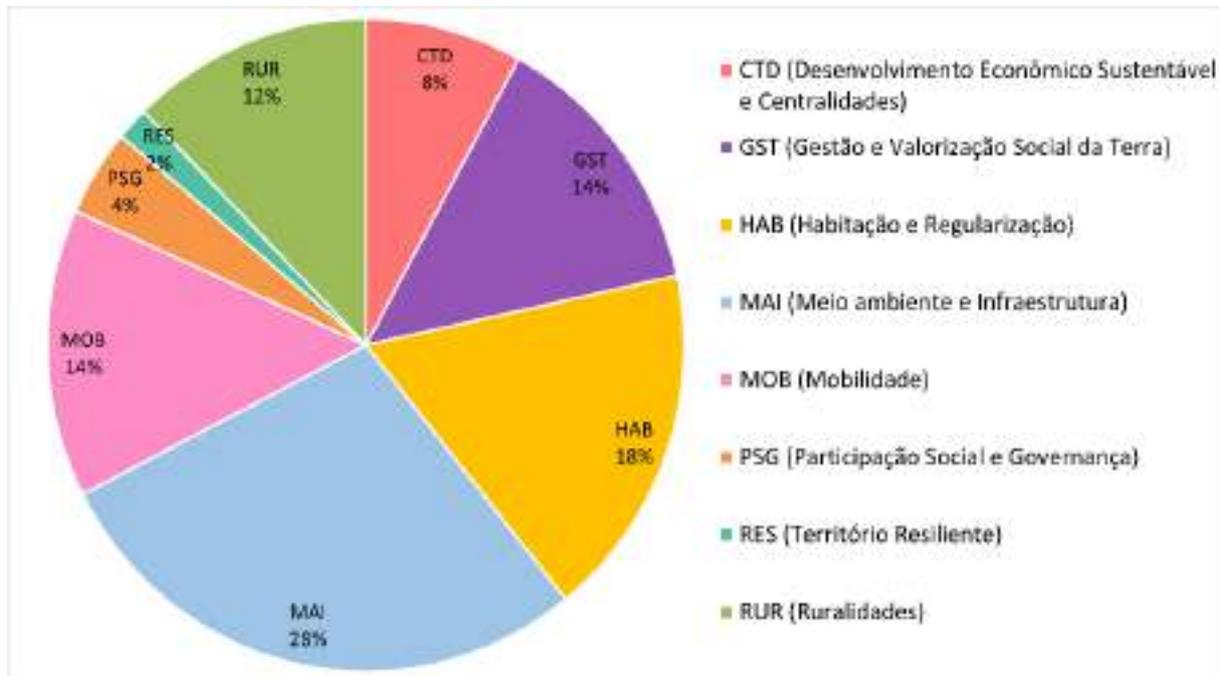
A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados.

Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 42**, os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Meio ambiente e Infraestrutura, representando 28% das ocorrências; Eixo Habitação e Regularização, representando 18% das ocorrências; e o Eixo Mobilidade e Eixo Gestão e Valorização Social da Terra, representando 14% das ocorrências cada.



Gráfico 42 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Lago Norte.

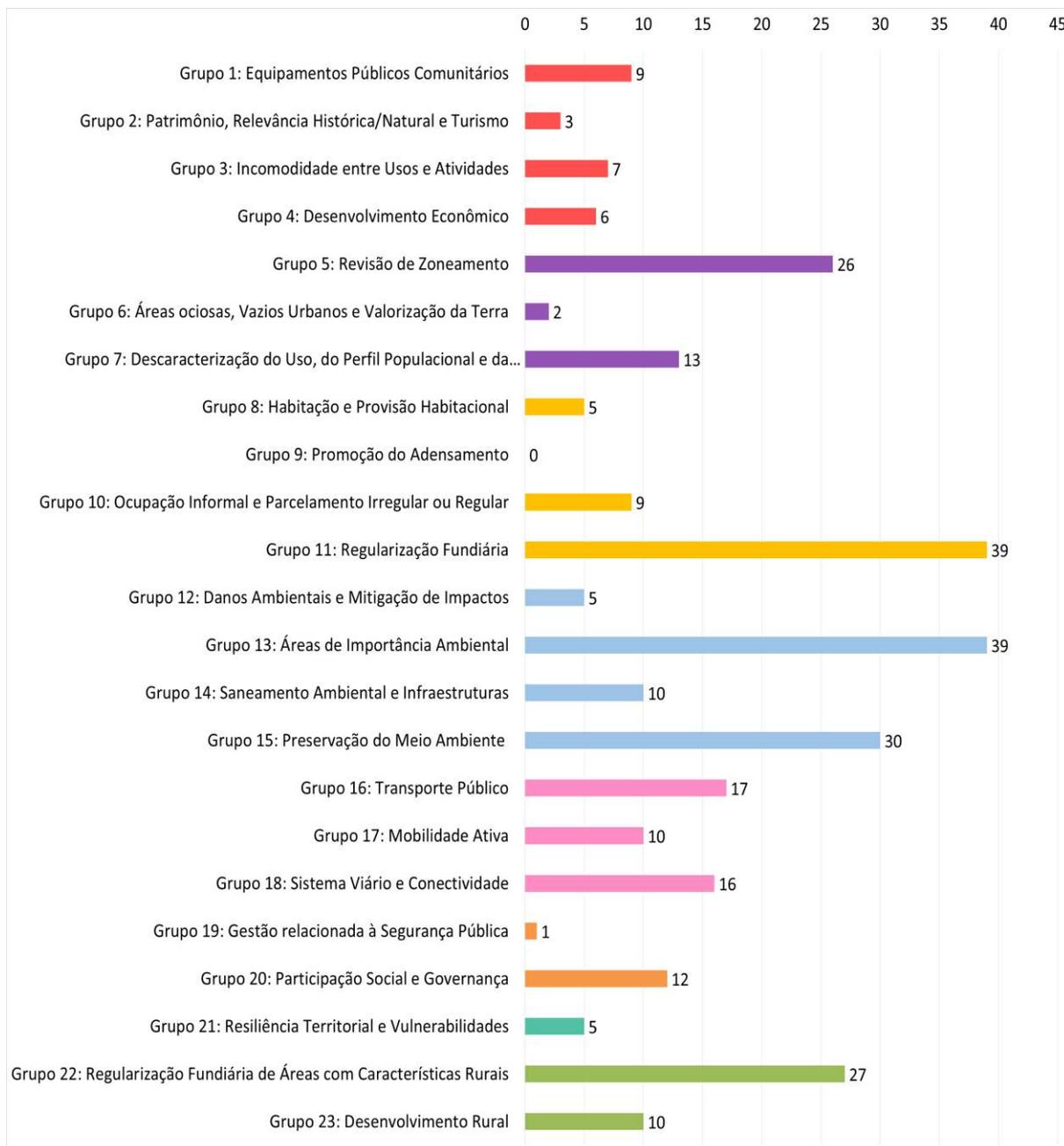


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 43**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: os Grupo 13 (Áreas de Importância Ambiental), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura e o Grupo 11 (Regularização Fundiária), que pertence ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária, ambos com 39 ocorrências; Grupo 15 (Preservação do Meio Ambiente), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 30 ocorrências; e Grupo 22 (Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais), que pertence ao Eixo Ruralidades, com 27 ocorrências.



Gráfico 43 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Lago Norte.



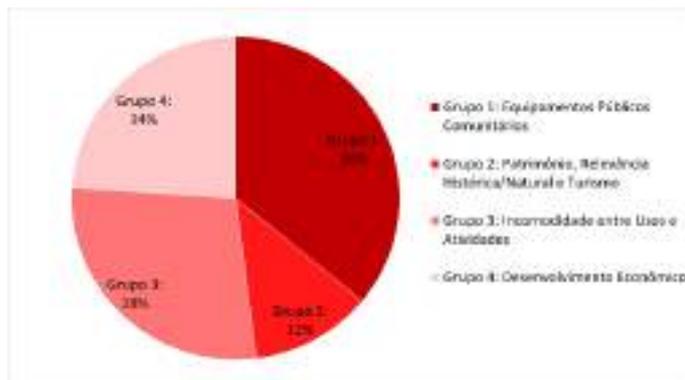
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 44**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 36% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 3, que se refere a Incomodidade entre Usos e Atividades, aparece representando 28% das



ocorrências. O Grupo 4, relacionado a Desenvolvimento Econômico, representa 24% das ocorrências, enquanto o Grupo 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, representa 12% das ocorrências.

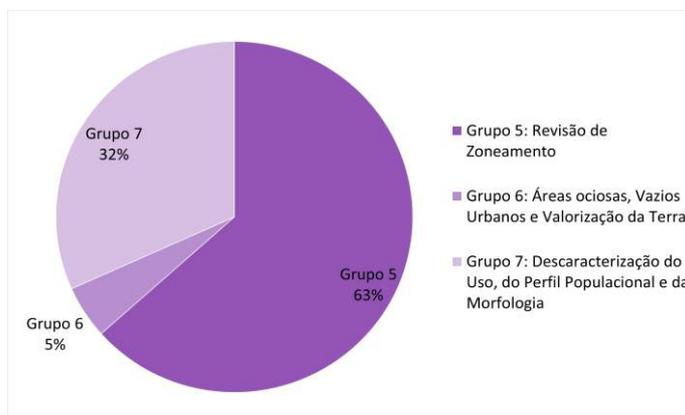
Gráfico 44 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Lago Norte).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 45**, o Grupo 5, que trata da Revisão de Zoneamento, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 63% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 7, que se refere à Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, aparece representando 32% das ocorrências. Já o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, representa 5% das ocorrências.

Gráfico 45 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Lago Norte).

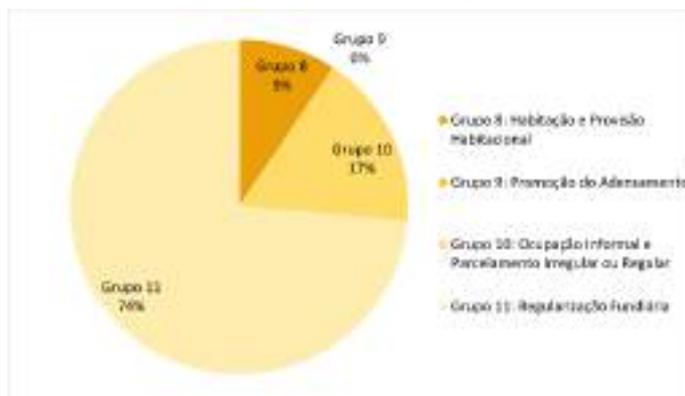


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 46**, o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 74% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 10, que se refere à Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, aparece representando 17% das ocorrências. O Grupo 8, relacionado a Habitação e Provimento Habitacional, representa 9% das ocorrências, enquanto o Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, representa 0% das ocorrências.

Gráfico 46 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Lago Norte).

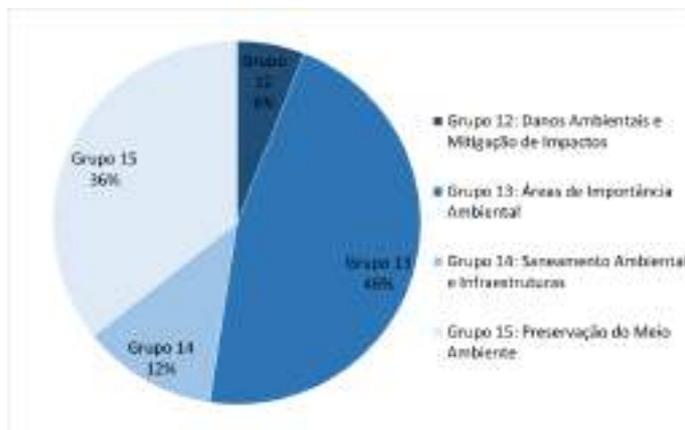


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 47**, o Grupo 13, que trata das Áreas de Importância Ambiental, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 46% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 15, que se refere ao Preservação do Meio Ambiente, aparece representando 36% das ocorrências. O Grupo 14, relacionado a Saneamento Ambiental e Infraestrutura, representa 12% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 6% das ocorrências.



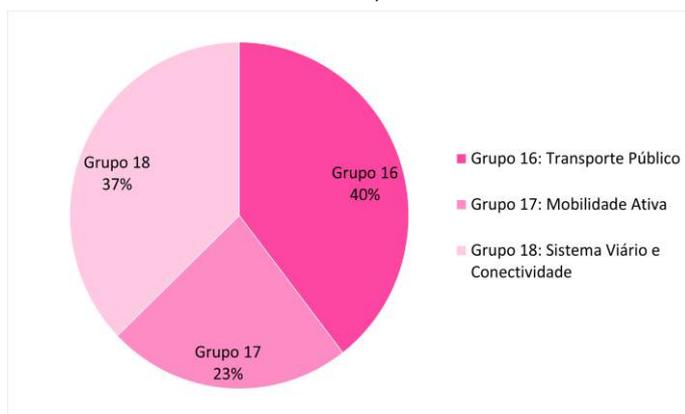
Gráfico 47 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Lago Norte).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 48**, o Grupo 16, que trata de Transporte Público, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 40% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 1, que se refere à Sistema Viário e Conectividade, aparece representando 37% das ocorrências. Já o Grupo 17, relacionado a Mobilidade Ativa, representa 23% das ocorrências.

Gráfico 48 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Lago Norte).

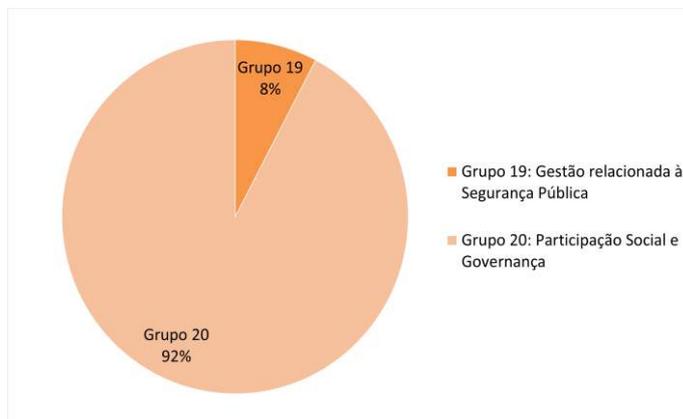


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 49**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 92% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada a Segurança Pública, representa 8% das ocorrências.



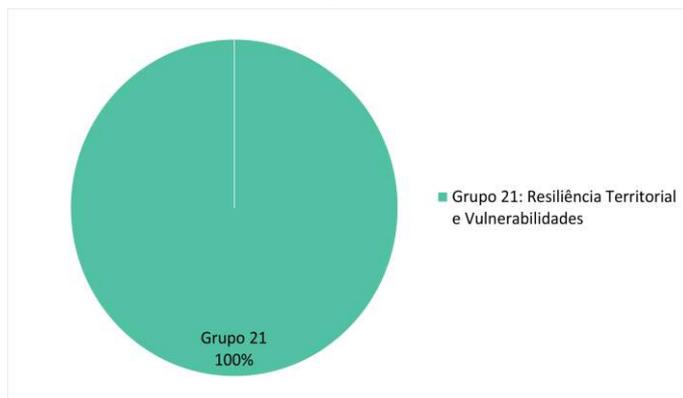
Gráfico 49 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Lago Norte).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 50**, evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

Gráfico 50 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Lago Norte).

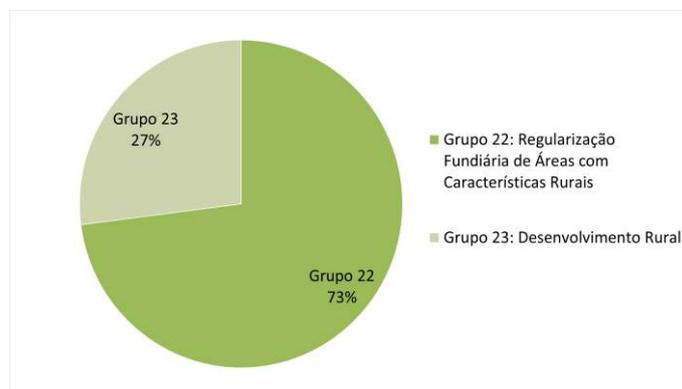


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 51**, o Grupo 22, que trata de Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 73% das ocorrências. Já o Grupo 23, que se refere à Desenvolvimento Rural, representa 27% das ocorrências.



Gráfico 51 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Lago Norte).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 66**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 66 – Ocorrências de Problemáticas – RA Lago Norte.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.



Código	Problemática
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.2.5 6ª Oficina Participativa: Brazlândia

Quadro 67 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Brazlândia.

Data da Oficina Participativa:	17/06/2023
Local da Oficina Participativa:	Auditório do Centro de Ensino Médio N°1, localizado na Área Especial 2 Setor Sul, Brazlândia – DF
Quantidade de participantes:	174 (População) 32 (Técnicos GDF)
Quantidade de grupos (dinâmica):	4

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 16 – Fotografias da Oficina Participativa RA Brazlândia.



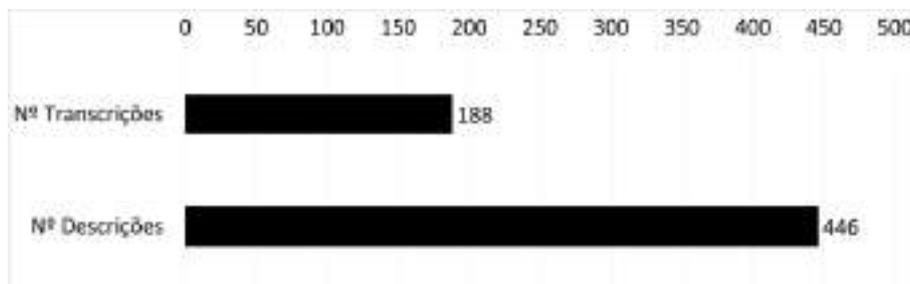
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A **6ª Oficina Participativa – Região Administrativa Brazlândia** ocorreu no dia 17/06/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 09h às 12h, no Centro de Ensino Médio 01 de Brazlândia, e contou com 206 pessoas no total, que foram divididas em 4 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa de Brazlândia (RA IV). Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 52** tais contribuições, resultaram em 188 transcrições e 446 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.

Gráfico 52 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Brazlândia).



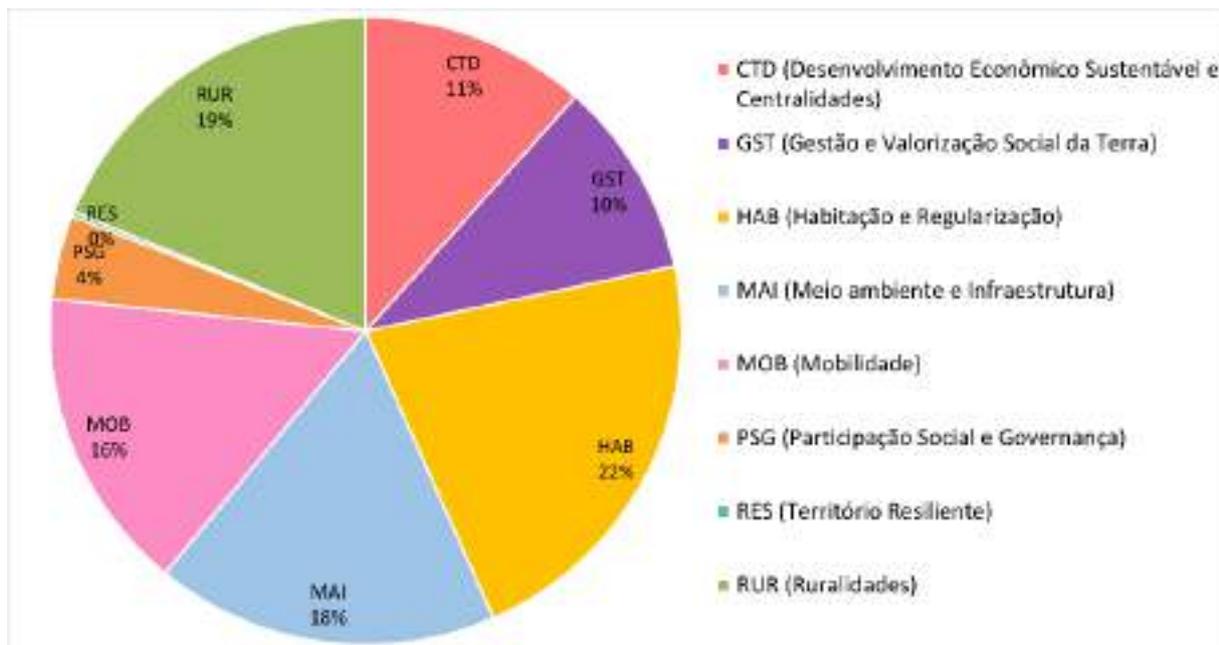
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.



Portanto, conforme mostra o **Gráfico 53** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Habitação e Regularização, representando 22% das ocorrências; Eixo Ruralidades, representando 19% das ocorrências; e Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 18% das ocorrências.

Gráfico 53 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Brazlândia.

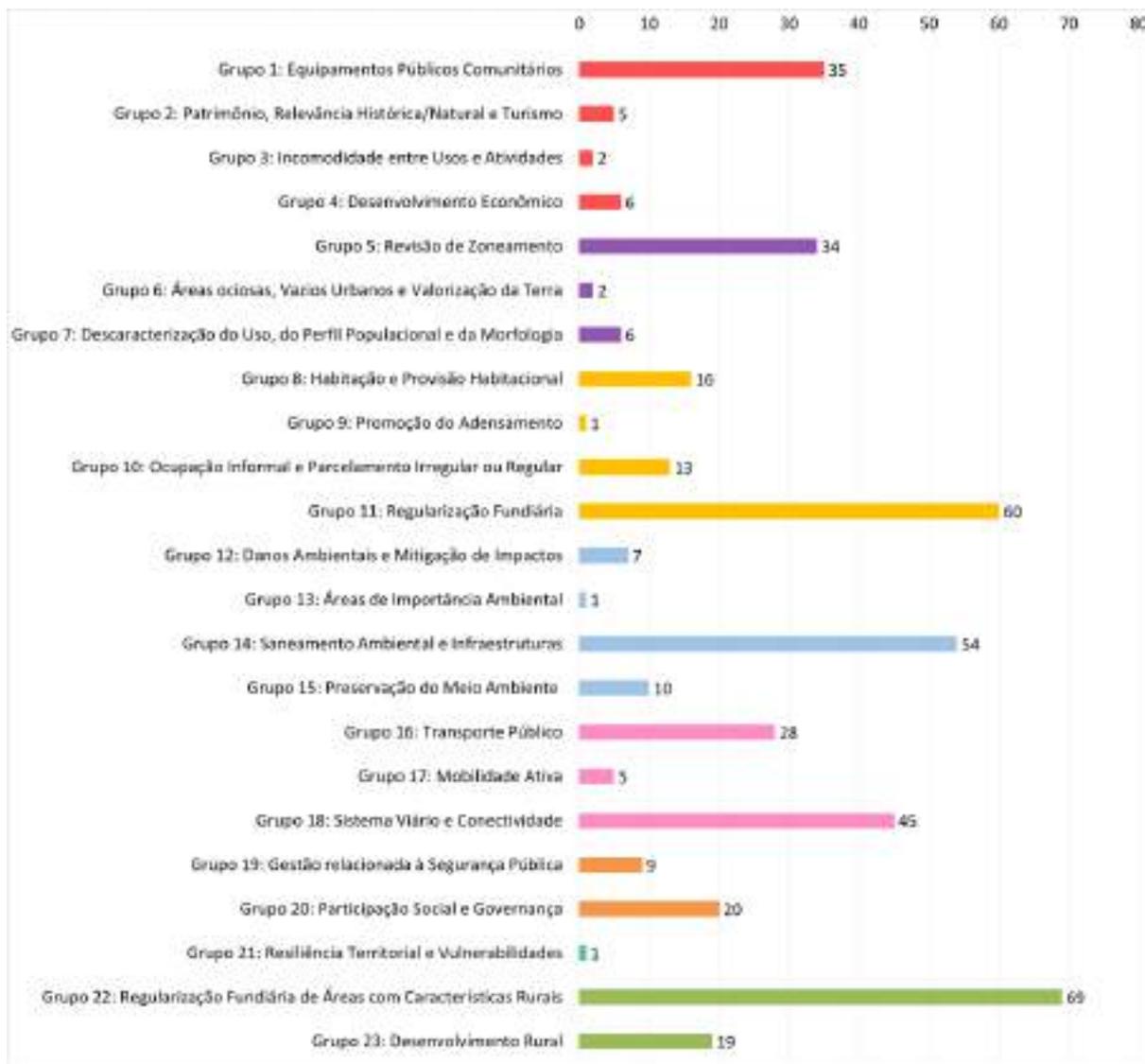


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 54**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 22 (Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais), que pertence ao Eixo Ruralidades, com 69 ocorrências; Grupo 11 (Regularização Fundiária), que pertence ao Eixo Habitação e Regularização, com 60 ocorrências; e Grupo 14 (Saneamento Ambiental e Infraestruturas), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 54 ocorrências.



Gráfico 54 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Brazlândia.

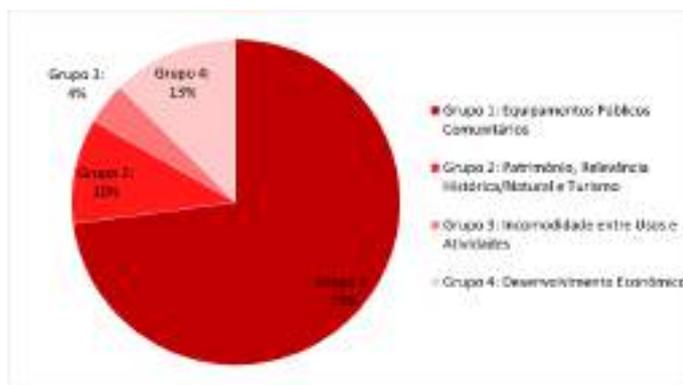


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 55**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 73% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 13% das ocorrências. O Grupo 2, relacionado a Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, representa 10% das ocorrências, enquanto o Grupo 3, que aborda Incomodidade entre Usos e Atividades, representa 4% das ocorrências.



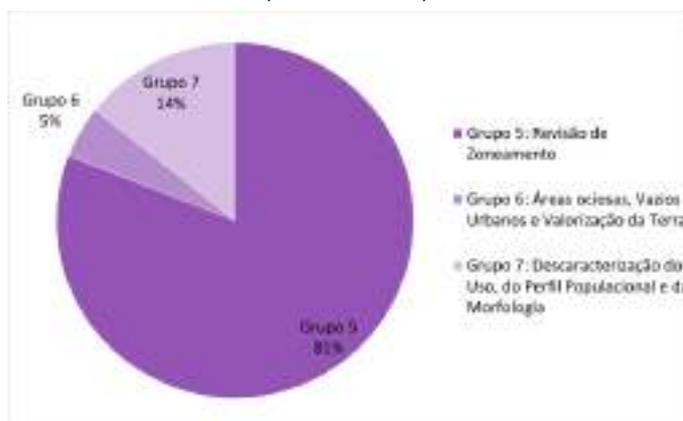
Gráfico 55 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Brazlândia).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 56** o Grupo 5, que trata da Revisão de Zoneamento, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 81% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 7, que se refere à Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, aparece representando 14% das ocorrências. Já o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, representa 5% das ocorrências.

Gráfico 56 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Brazlândia).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

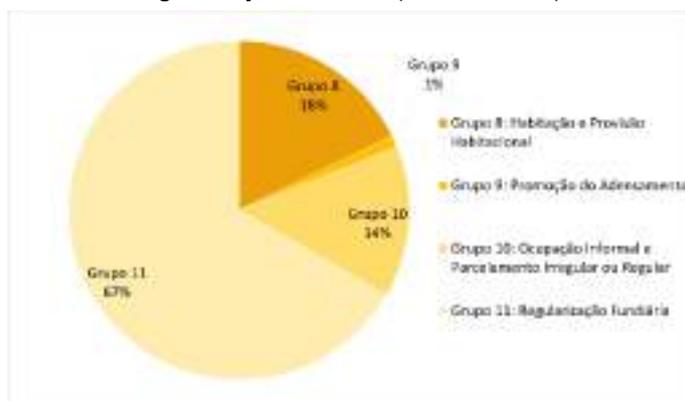
Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB)

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 57** o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 67% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 8, que se refere à Habitação



e Provisão Habitacional, aparece representando 18% das ocorrências. O Grupo 10, relacionado a Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, representa 14% das ocorrências, enquanto o Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, representa 1% das ocorrências.

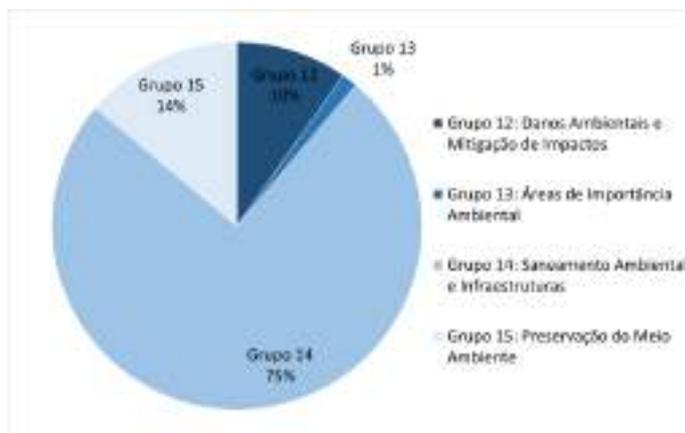
Gráfico 57 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Brazlândia).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 58**, o Grupo 14, que trata das Saneamento Ambiental e Infraestruturas, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 75% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 15, que se refere a Preservação do Meio Ambiente, aparece representando 14% das ocorrências. O Grupo 12, relacionado a Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 10% das ocorrências, enquanto o Grupo 13, que aborda Áreas de Importância Ambiental, representa 1% das ocorrências.

Gráfico 58 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Brazlândia).

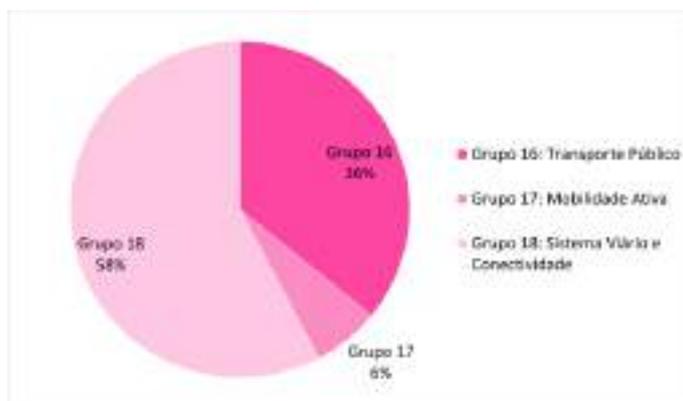


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 59**, o Grupo 18, que trata de Sistema Viário e Conectividade, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 58% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 16, que se refere à Transporte Público, aparece representando 36% das ocorrências. Já o Grupo 17, relacionado a Mobilidade Ativa, representa 6% das ocorrências.

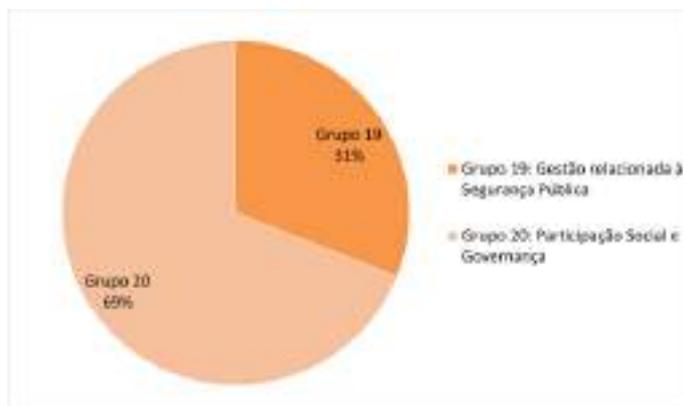
Gráfico 59 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Brazlândia).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 60**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 69% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada a Segurança Pública, representa 31% das ocorrências.

Gráfico 60 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Brazlândia).

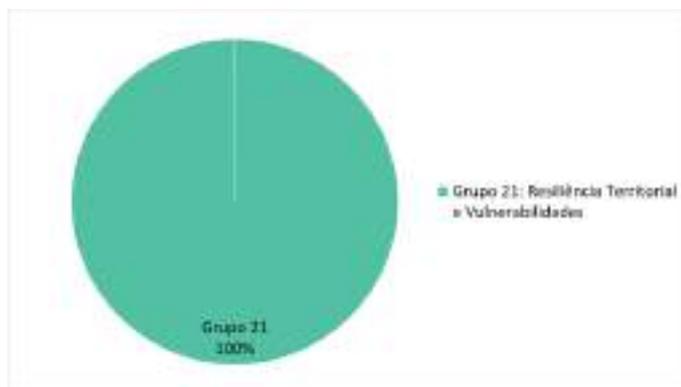


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 61** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

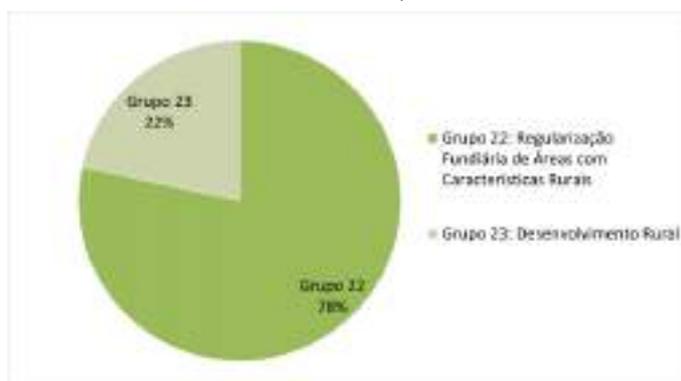
Gráfico 61 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Brazlândia).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 62**, o Grupo 22, que trata de Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 78% das ocorrências. Já o Grupo 23, que se refere à Desenvolvimento Rural, representa 22% das ocorrências.

Gráfico 62 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Brazlândia).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 68**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 68 – Ocorrências de Problemáticas – RA Brazlândia.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 9	Há demandas relacionadas a promoção do adensamento.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural..
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural..
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.2.6 8ª Oficina Participativa: Gama

Quadro 69 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Gama.

Data da Oficina Participativa:	24/06/2023
--------------------------------	------------



Local da Oficina Participativa:	Auditório do Centro Universitário Uniceplac, SIGA Área Especial para Indústria nº 2, no Setor Leste, Gama, Brasília – DF
Quantidade de participantes:	183 (População) 41 (Técnicos GDF)
Quantidade de grupos (dinâmica):	08

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 17 – Fotografias da Oficina Participativa RA Gama.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

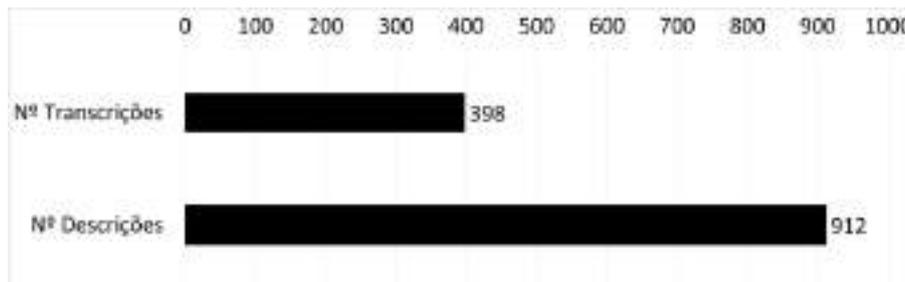
A 8ª Oficina Participativa – Região Administrativa Gama ocorreu no dia 24/06/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 09h às 12h, no Auditório do Centro Universitário Uniceplac, SIGA Área Especial para Indústria nº 2, no Setor Leste, Gama, Brasília – DF, e contou com 224 pessoas no total, que foram divididas em 08 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa do Gama (RA II). Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 63** tais contribuições, resultaram em 398 transcrições e 912 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário,



para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.

Gráfico 63 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Gama).



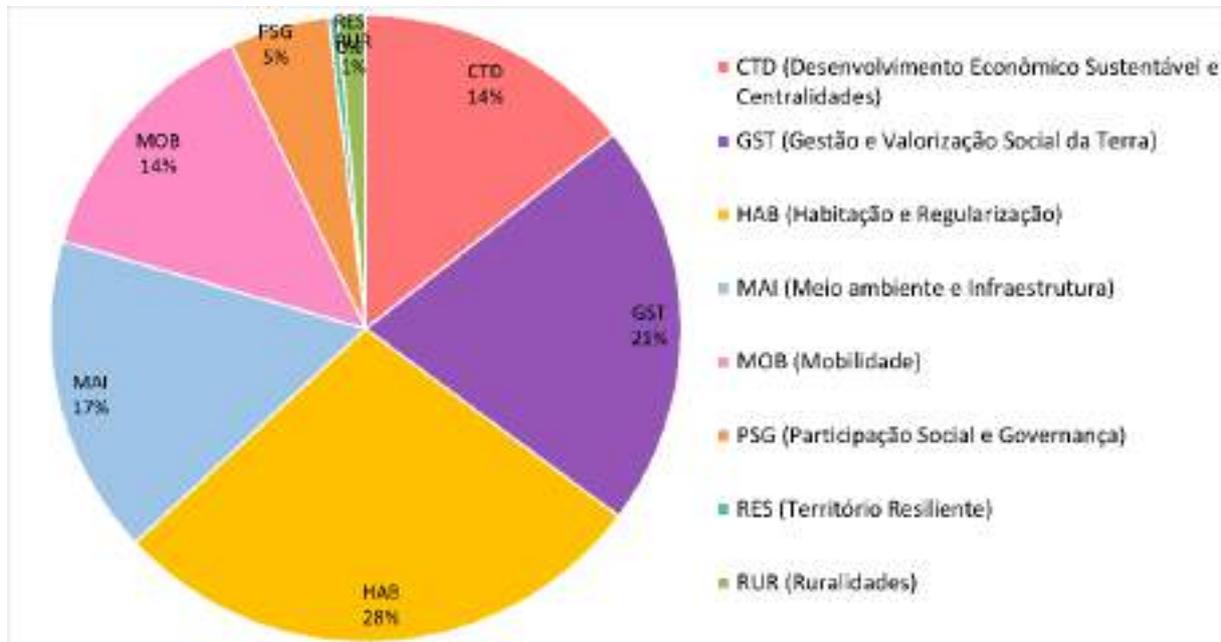
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 64** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Habitação e Regularização Fundiária, representando 28% das ocorrências; Eixo Gestão e Valorização Social da Terra, representando 21% das ocorrências; e Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 17% das ocorrências.



Gráfico 64 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Gama.

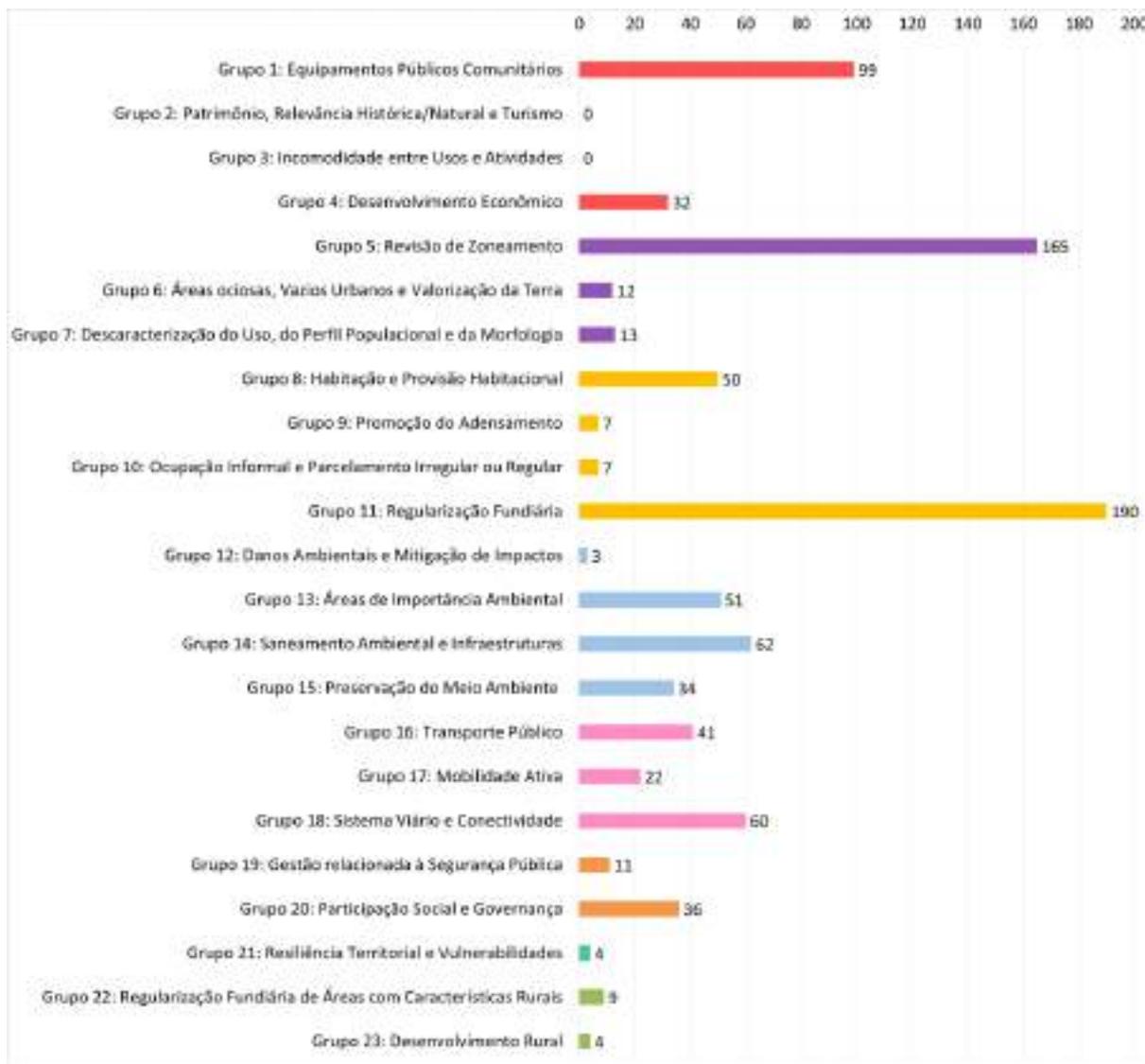


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 65**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 11 (Regularização Fundiária), que pertence ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária, com 190 ocorrências; Grupo 5 (Revisão de Zoneamento), que pertence ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra, com 165 ocorrências; e Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 99 ocorrências.



Gráfico 65 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Gama.

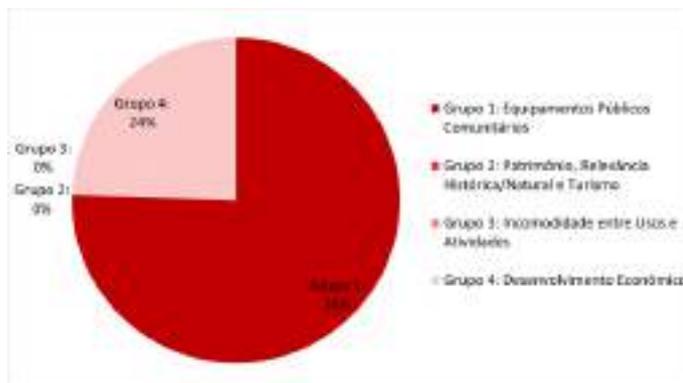


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 66** o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 76% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 24% das ocorrências. O Grupo 3, relacionado a Incomodidade entre Usos e Atividades, e o Grupo 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, não apresentaram ocorrências.



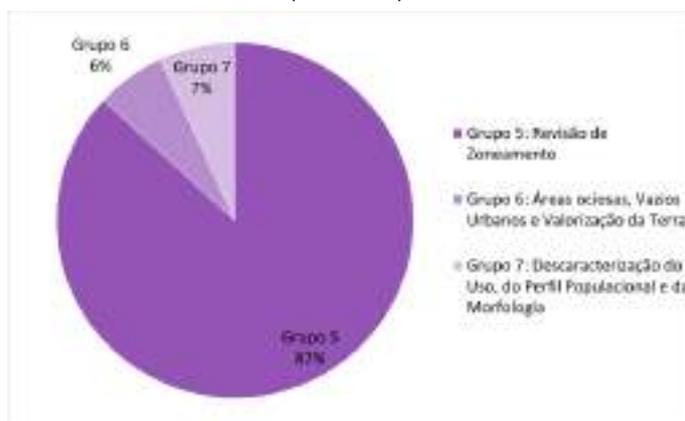
Gráfico 66 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Gama).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 67** o Grupo 5, que trata da Revisão de Zoneamento, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 87% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 7, relacionado a Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, representando 7% das ocorrências, e o Grupos 6, que se refere à Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, representando 6% das ocorrências.

Gráfico 67 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Gama).



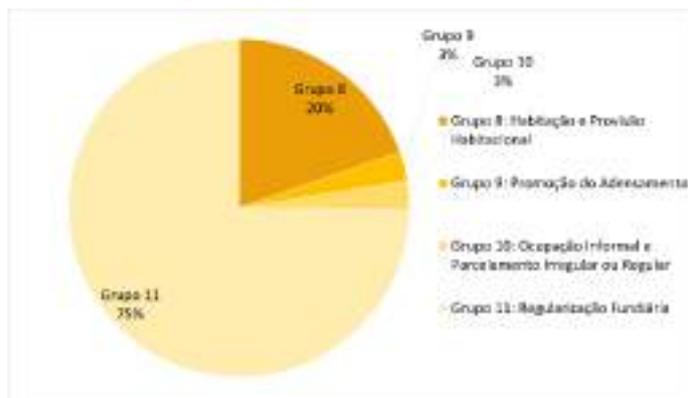
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 68** o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 75% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 8, que se refere à Habitação e Provimento Habitacional, aparece representando 20% das ocorrências. Os Grupos 9, relacionado a



Promoção do Adensamento e o Grupo 10, que aborda Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, representam 3% das ocorrências cada um.

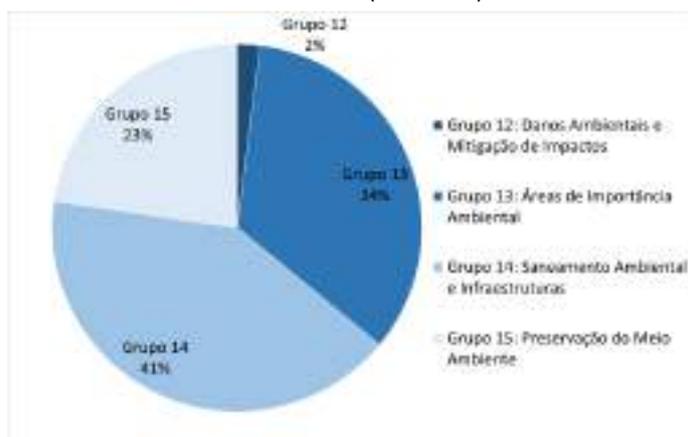
Gráfico 68 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Gama).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 69**, o Grupo 14, que trata de Saneamento Ambiental e Infraestruturas, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 41% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 13, que se refere às Áreas de Importância Ambiental Saneamento Ambiental e Infraestruturas, aparece representando 34% das ocorrências. O Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, representa 23% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 2% das ocorrências.

Gráfico 69 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Gama).

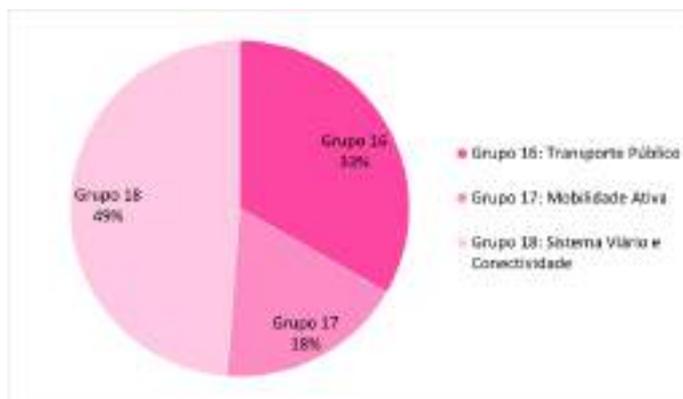


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 70**, o Grupo 18, que trata de Sistema Viário e Conectividade, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 49% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 16, que se refere ao Transporte Público, aparece representando 33% das ocorrências. Já o Grupo 17, relacionado a Mobilidade Ativa, representa 18% das ocorrências.

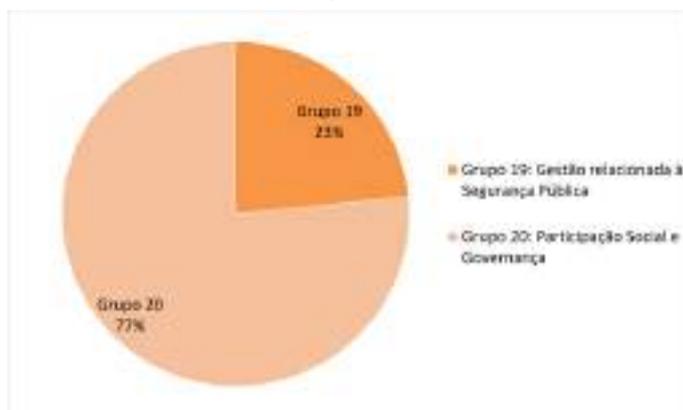
Gráfico 70 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Gama).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 71**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 77% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada a Segurança Pública, representa 23% das ocorrências.

Gráfico 71 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Gama).

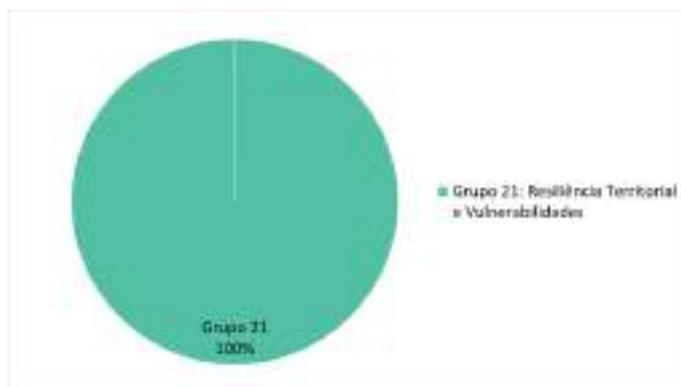


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 72** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

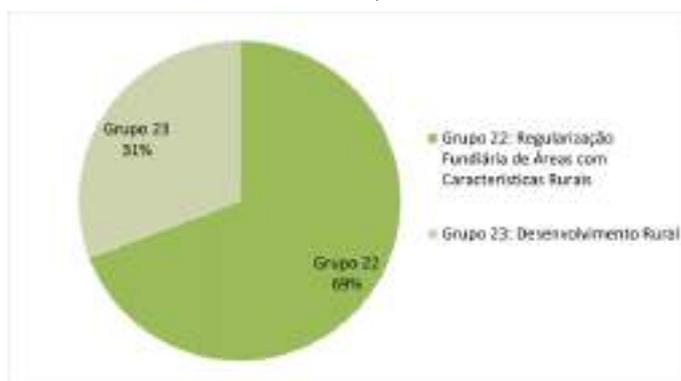
Gráfico 72 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Gama).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 73**, o Grupo 22, que trata de Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 69% das ocorrências. Já o Grupo 23, que se refere à Desenvolvimento Rural, representa 31% das ocorrências.

Gráfico 73 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Gama).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 70**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 70 – Ocorrências de Problemáticas – RA Gama.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 9	Há demandas relacionadas a promoção do adensamento.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural..
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural..
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.2.7 10ª Oficina Participativa: Núcleo Bandeirante

Quadro 71 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Núcleo Bandeirante.

Data da Oficina Participativa:	04/07/2023
Local da Oficina Participativa:	Auditório da Escola Salesiana São Domingos Sávio, 3ª Avenida, Área Especial 5, lotes A-F, Núcleo Bandeirante, Brasília – DF
Quantidade de participantes:	33 (População)



	43 (Técnicos GDF)
Quantidade de grupos (dinâmica):	03

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 18 – Fotografias da Oficina Participativa RA Núcleo Bandeirante.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A 10ª Oficina Participativa – Região Administrativa Núcleo Bandeirante ocorreu no dia 04/07/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 19h às 22h, Auditório da Escola Salesiana São Domingos Sávio, 3ª Avenida, Área Especial 5, lotes A-F, Núcleo Bandeirante, Brasília – DF, e contou com 76 pessoas no total, que foram divididas em 03 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa de Núcleo Bandeirante (RA VIII). Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 74**, tais contribuições, resultaram em 58 transcrições e 124 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade



entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.

Gráfico 74 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Núcleo Bandeirante).



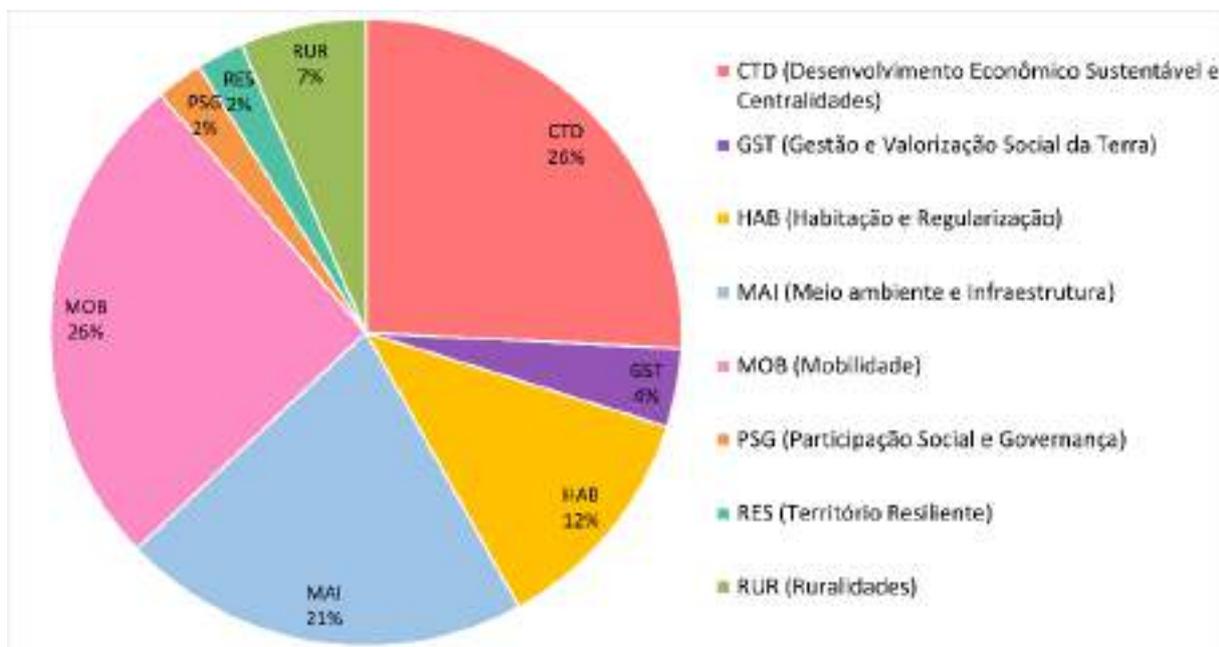
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 75**, os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 26% das ocorrências; Eixo Mobilidade, representando 26% das ocorrências; e Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 21% das ocorrências.



Gráfico 75 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Núcleo Bandeirante.

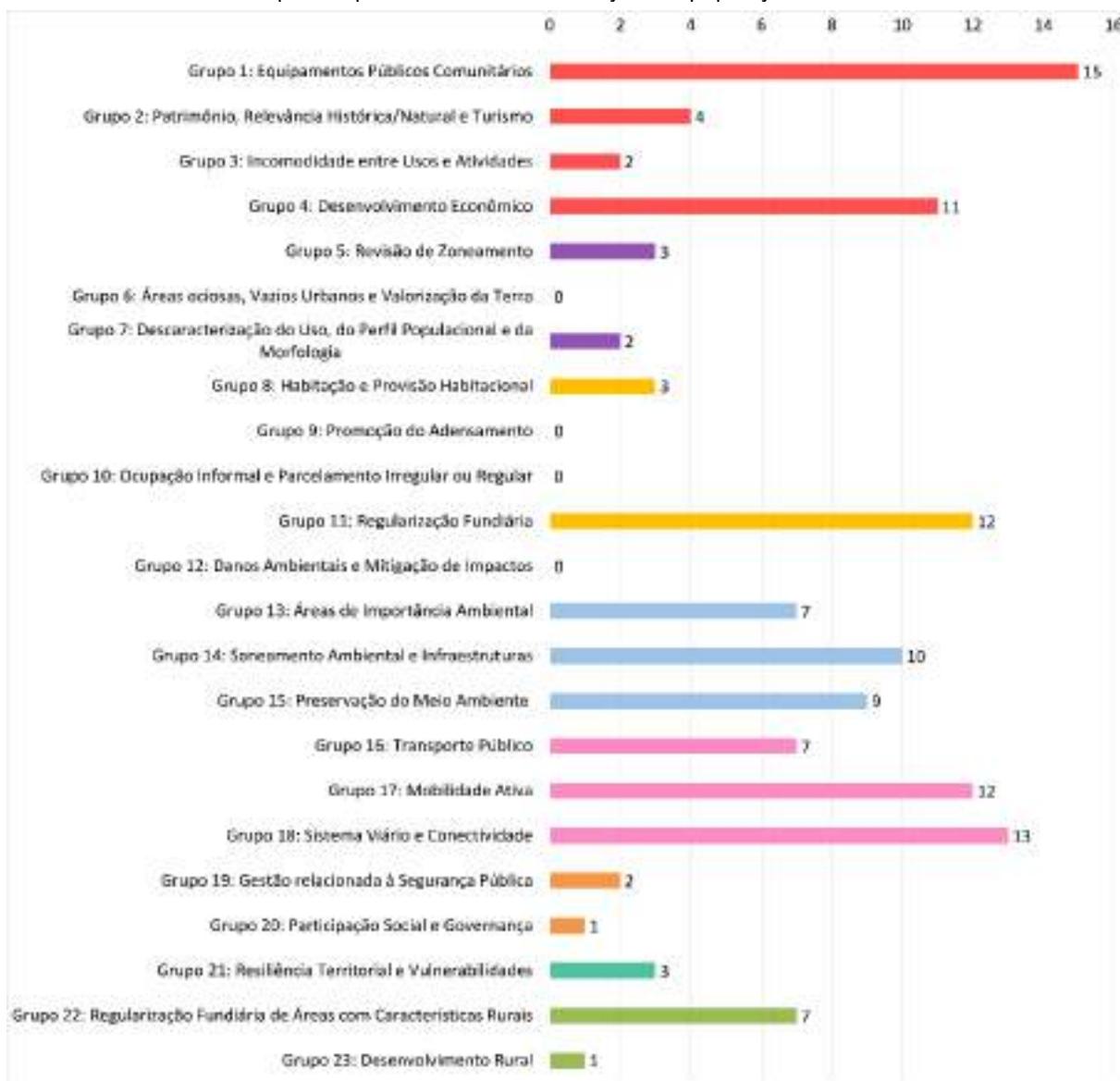


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 76**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 15 ocorrências; Grupo 18 (Sistema Viário e Conectividade), com 13 ocorrências; e Grupo 11 (Regularização Fundiária), que pertence ao Eixo Habitação e Regularização, com 12 ocorrências.



Gráfico 76 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Núcleo Bandeirante.

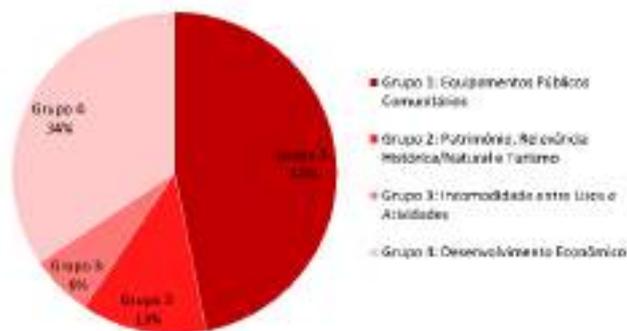


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 77**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 47% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 34% das ocorrências. O Grupo 2, relacionado a Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, representa 13% das ocorrências, enquanto o Grupo 3, que aborda Conflitos de Usos e Incomodidade, representa 6% das ocorrências.



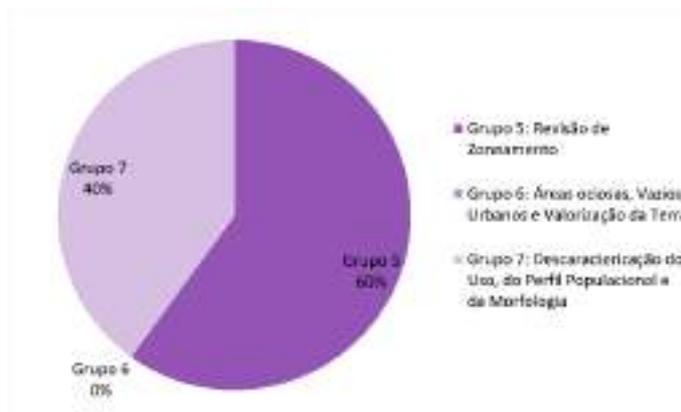
Gráfico 77 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Núcleo Bandeirante).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 78**, o Grupo 5, que trata da Revisão de Zoneamento, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 60% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 7, que se refere à Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, aparece representando 40% das ocorrências. O Grupo 6 (Vazios Urbanos e Valorização da Terra) não apresentou ocorrências.

Gráfico 78 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Núcleo Bandeirante).



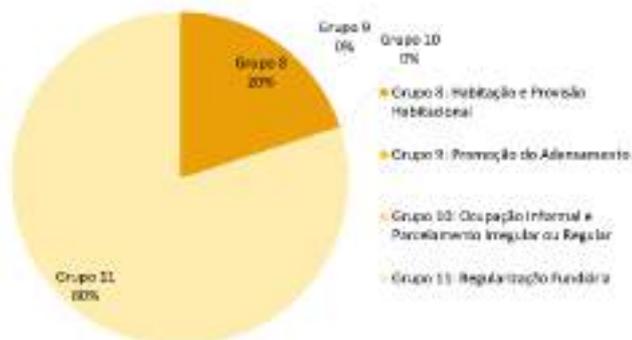
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 79**, o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 80% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 8, que se refere à Habitação e Provimento Habitacional, aparece representando 20% das ocorrências. O Grupo 10 (Ocupação



informal e Parcelamento Irregular ou Regular) e o Grupo 9 (Promoção do Adensamento) não apresentaram ocorrências.

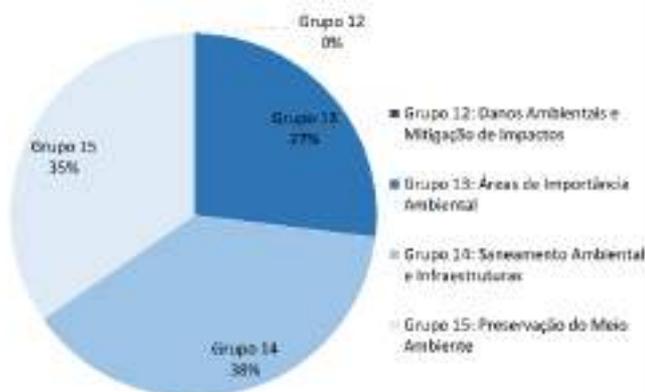
Gráfico 79 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Núcleo Bandeirante).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 80**, o Grupo 14, que trata das Saneamento Ambiental e Infraestruturas, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 38% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 15, que se refere ao à Preservação do Meio Ambiente, aparece representando 35% das ocorrências. O Grupo 13, relacionado a Áreas de Importância Ambiental, representa 27% das ocorrências, enquanto o Grupo 12 (Danos Ambientais e Mitigação de Impactos) não apresentou ocorrências.

Gráfico 80 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Núcleo Bandeirante).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 81**, o Grupo 18, que trata de Sistema Viário e Conectividade, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 41% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 17, que se refere à Mobilidade Ativa, aparece representando 38% das ocorrências. Já o Grupo 16, relacionado a Transporte Público, representa 22% das ocorrências.

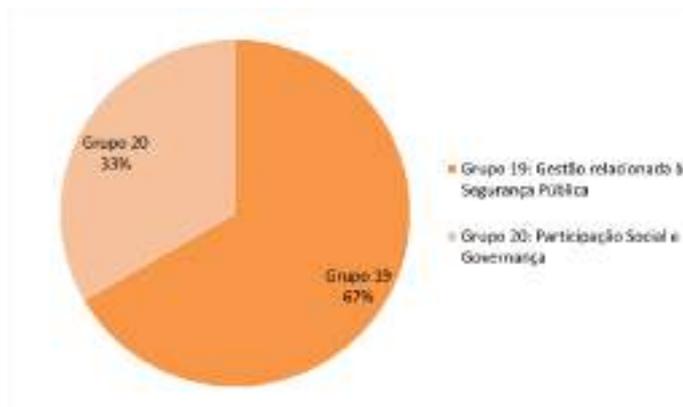
Gráfico 81 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Núcleo Bandeirante).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 82**, o Grupo 19, que trata de Gestão Relacionada a Segurança Pública, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 67% das ocorrências. Já o Grupo 20, de Participação Social e Governança, representa 33% das ocorrências.

Gráfico 82 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Núcleo Bandeirante).

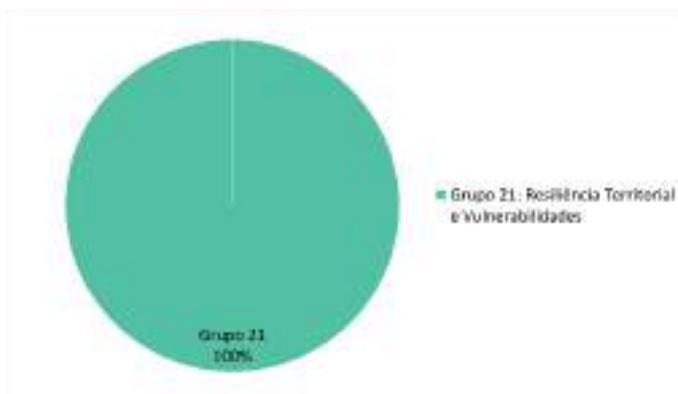


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 83** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

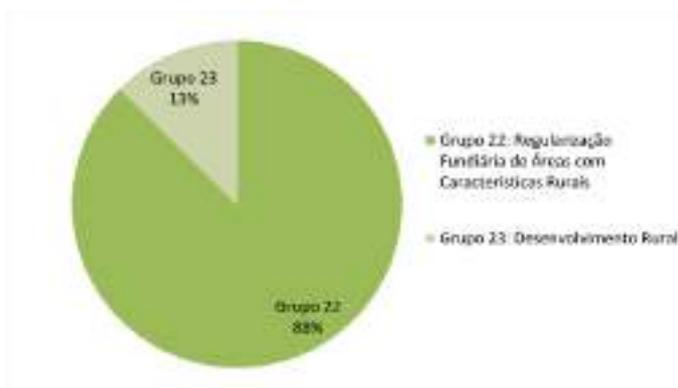
Gráfico 83 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Núcleo Bandeirante).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 84**, o Grupo 22, que trata de Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 88% das ocorrências. Já o Grupo 23, que se refere à Desenvolvimento Rural, representa 13% das ocorrências.

Gráfico 84 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Núcleo Bandeirante).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 72**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 72 – Ocorrências de Problemáticas – RA Núcleo Bandeirante.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural..
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.2.8 11ª e 45ª Oficina Participativa: Ceilândia

Quadro 73 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Ceilândia.

Oficina	11ª	46ª
Data da Oficina Participativa:	08/07/2023	18/11/2023
Local da Oficina Participativa:	Escola Técnica de Ceilândia, QNN 14 Área Especial – Ceilândia Sul, Ceilândia, Brasília – DF	Centro de Ensino Médio 03 de Ceilândia, QNM 13, Ceilândia Sul, Brasília – DF
Quantidade de participantes:	57 (População) 30 (Técnicos GDF)	62 (População) 19 (Técnicos GDF)

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



Figura 19 – Fotografias da Oficina Participativa RA Ceilândia.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A **11ª Oficina Participativa - Região Administrativa Ceilândia (1ª)** ocorreu no dia 08/07/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 09h às 12h, na Escola Técnica de Ceilândia, QNN 14 Área Especial – Ceilândia Sul, Ceilândia, Brasília – DF, e contou com 87 pessoas no total, que foram divididas em 04 grupos de discussão. Já a **46ª Oficina Participativa – Região Administrativa Ceilândia (2ª)** ocorreu no dia 18/11/2023, também na modalidade presencial. O evento ocorreu de 09h às 12h, no Centro de Ensino Médio 03 de Ceilândia, QNM 13, Ceilândia Sul, Brasília – DF, e contou com 81 pessoas no total, que foram divididas em 04 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa de Ceilândia (RA IX). Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 85** tais contribuições, resultaram em 165 transcrições e 360 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores



de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.

Gráfico 85 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Ceilândia).



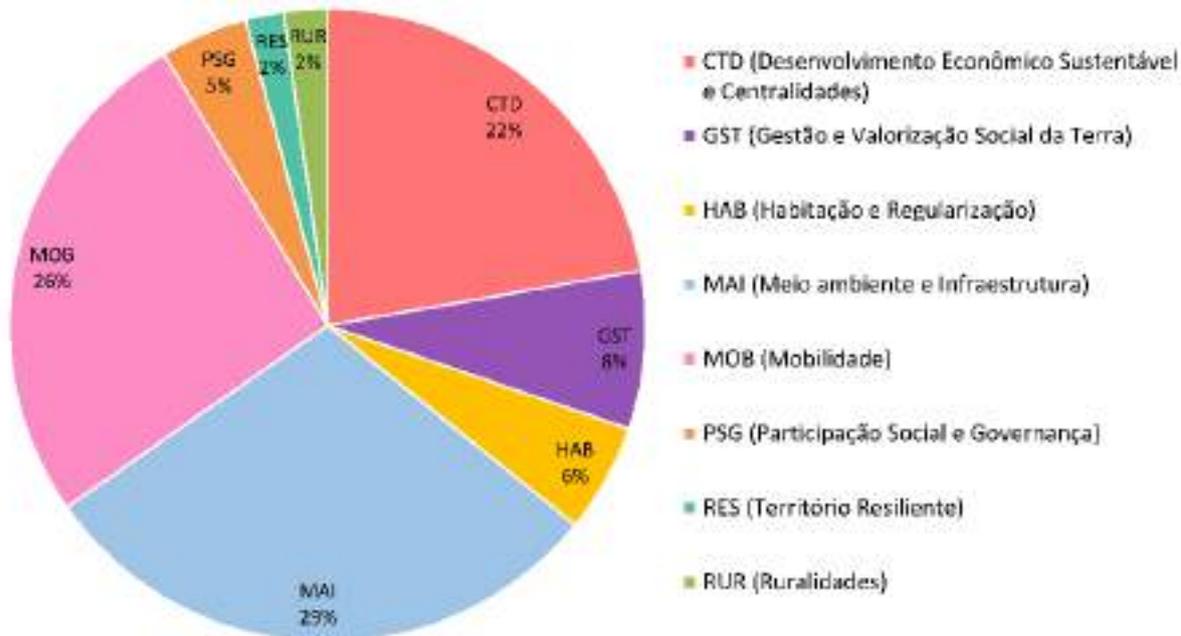
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 86** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 29% das ocorrências; Eixo Mobilidade, representando 26% das ocorrências; e Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 22% das ocorrências.



Gráfico 86 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Ceilândia.

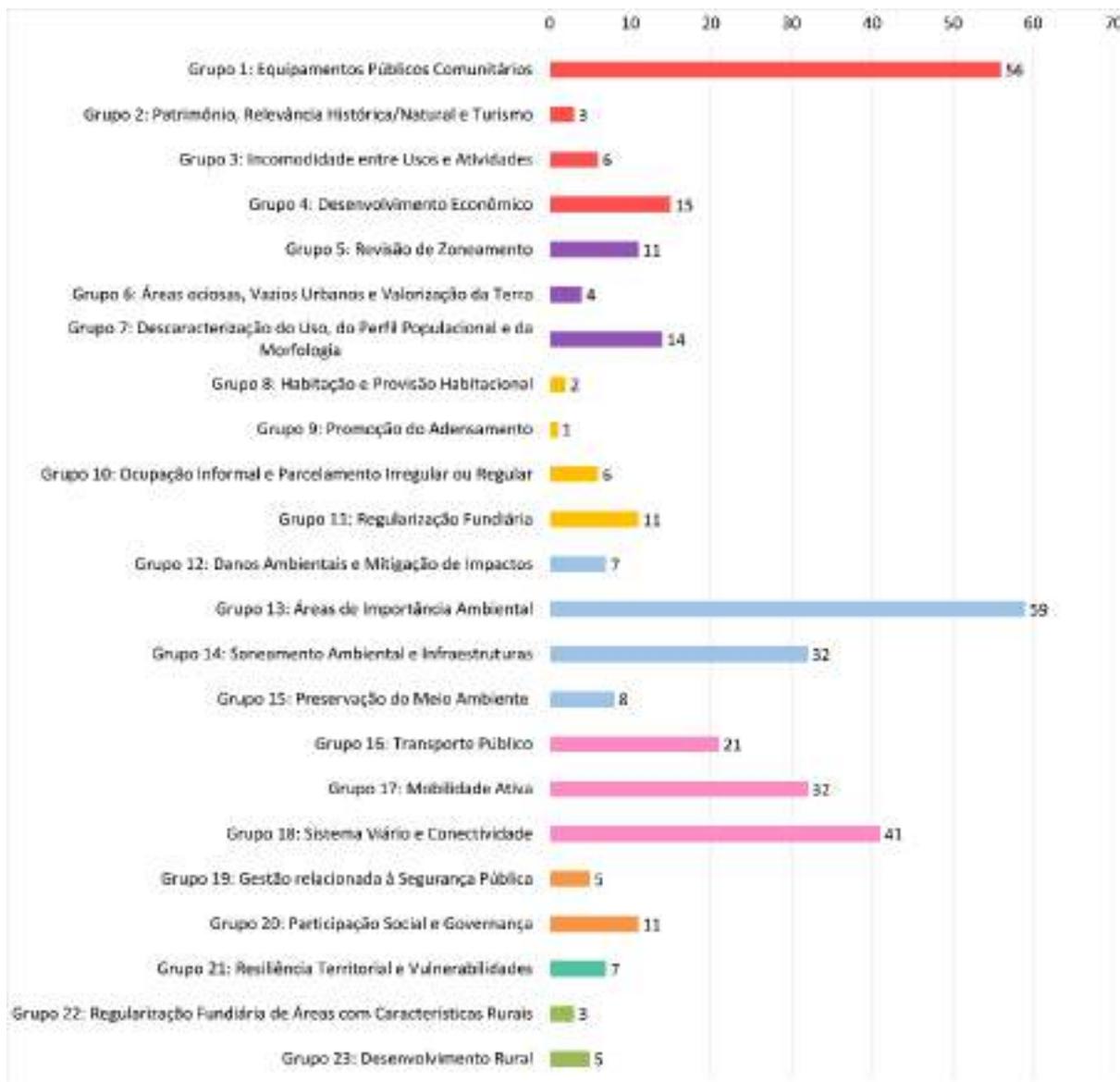


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 87**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 13 (Áreas de Importância Ambiental), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 59 ocorrências; Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 56 ocorrências; e Grupo 18 (Sistema Viário e Conectividade), que pertence ao Eixo Mobilidade, com 41 ocorrências.



Gráfico 87 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Ceilândia.

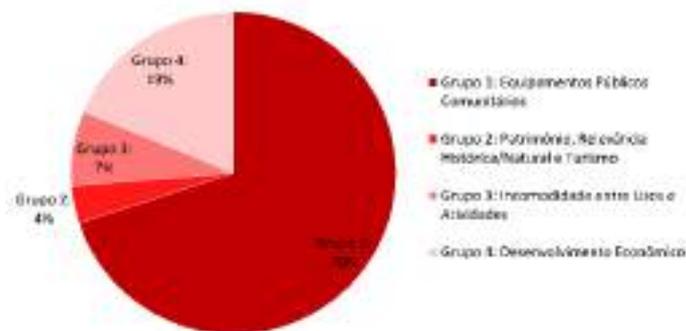


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 88**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 70% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 19% das ocorrências. O Grupo 3, relacionado a Incomodidade entre Usos e Atividades, representa 7% das ocorrências, enquanto o Grupo 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, representa 4% das ocorrências.



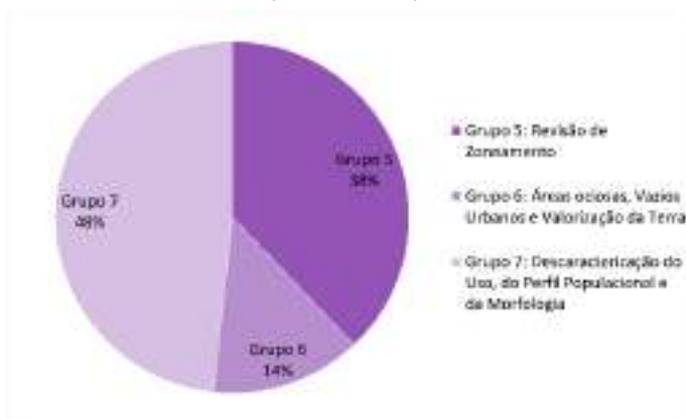
Gráfico 88 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Ceilândia).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 89** o Grupo 7, que trata da Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 48% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 5, que se refere à Revisão de Zoneamento, aparece representando 38% das ocorrências. Já o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, representa 14% das ocorrências.

Gráfico 89 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Ceilândia).



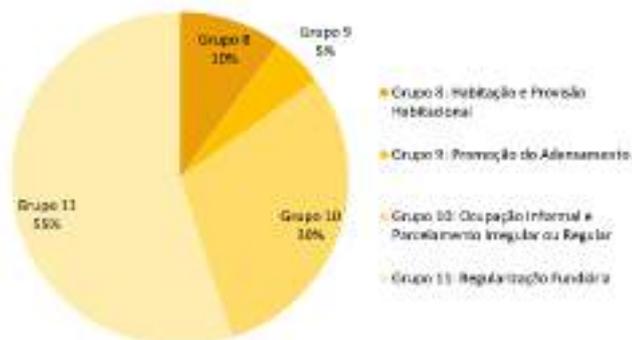
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 90** o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 55% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 10, que se refere à Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, aparece representando 30% das ocorrências. O Grupo



8, relacionado a Habitação e Provimento Habitacional, representa 10% das ocorrências, enquanto o Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, representa 5% das ocorrências.

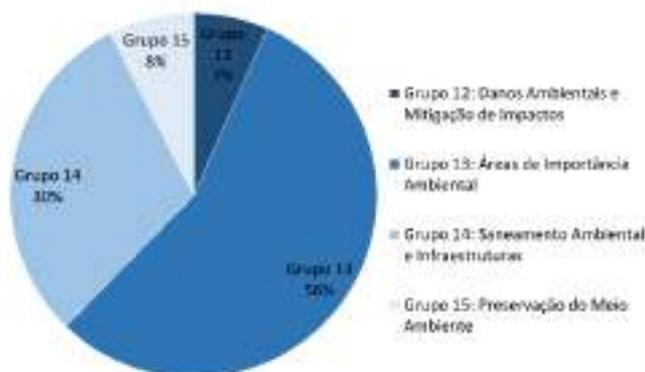
Gráfico 90 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Ceilândia).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 91** o Grupo 13, que trata das Áreas de Importância Ambiental, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 56% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 14, que se refere ao Saneamento Ambiental e Infraestruturas, aparece representando 30% das ocorrências. O Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, representa 8% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 7% das ocorrências.

Gráfico 91 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Ceilândia).

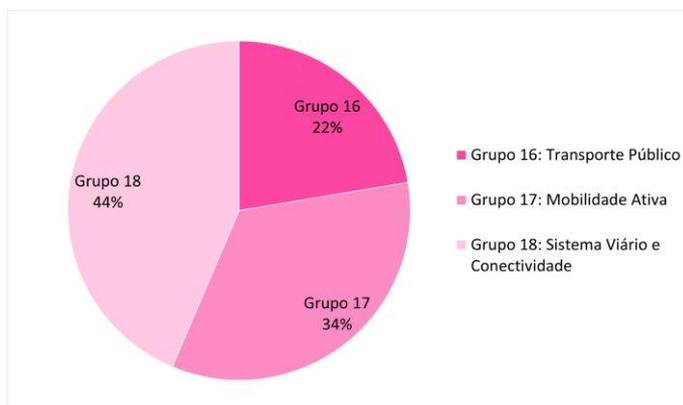


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 92**, o Grupo 18, que trata de Sistema Viário e Conectividade, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 44% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 17, que se refere à Mobilidade Ativa, aparece representando 34% das ocorrências. Já o Grupo 16, relacionado a Transporte Público, representa 22% das ocorrências.

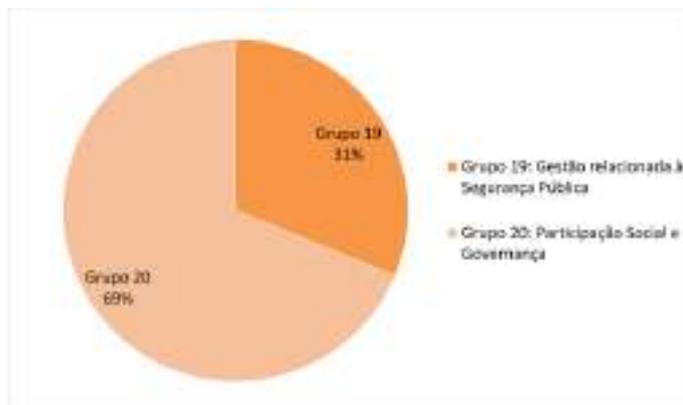
Gráfico 92 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Ceilândia).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 93**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 69% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada a Segurança Pública, representa 31% das ocorrências.

Gráfico 93 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Ceilândia).

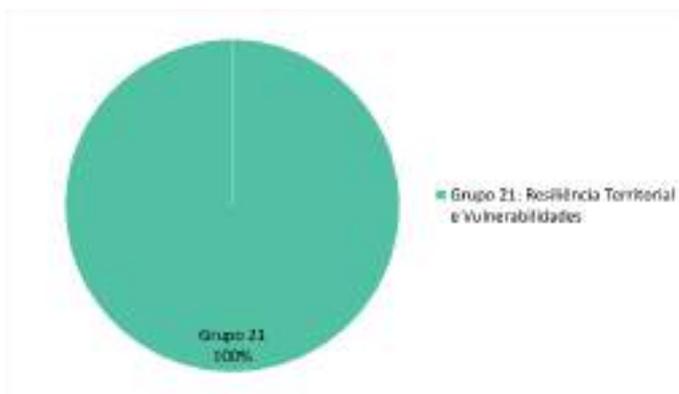


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 94** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

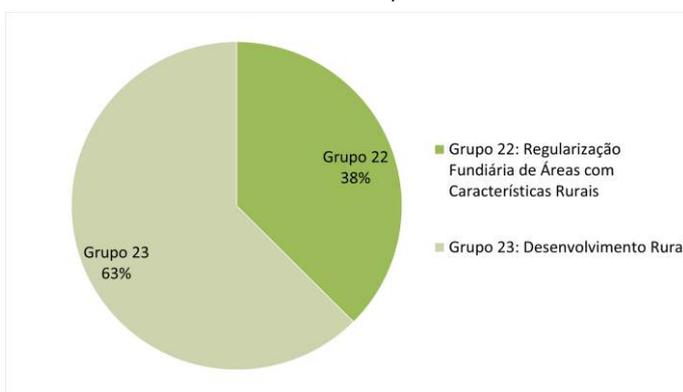
Gráfico 94 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Ceilândia).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 95**, o Grupo 23, que trata de Desenvolvimento Rural, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 63% das ocorrências. Já o Grupo 22, que se refere à Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, representa 38% das ocorrências.

Gráfico 95 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Ceilândia).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 74**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 74 – Ocorrências de Problemáticas – RA Ceilândia.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 9	Há demandas relacionadas a promoção do adensamento.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural..
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural..
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.2.9 14ª Oficina Participativa: Santa Maria

Quadro 75 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Santa Maria.

Data da Oficina Participativa:	22/07/2023
--------------------------------	------------



Local da Oficina Participativa:	Colégio CAIC de Santa Maira, localizado na Quadra EQ 215/315, Lote B, Santa Maria, Brasília – DF
Quantidade de participantes:	70 (População) 41 (Técnicos GDF)
Quantidade de grupos (dinâmica):	04

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 20 – Fotografias da Oficina Participativa RA Santa Maria.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

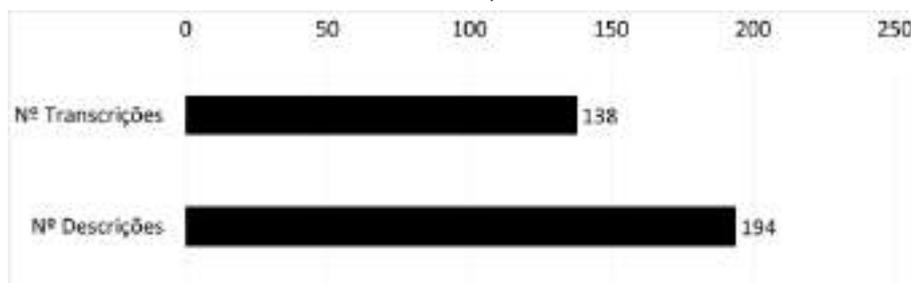
A 14ª Oficina Participativa – Região Administrativa Santa Maria ocorreu no dia 22/07/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 09h às 12h, no Colégio CAIC de Santa Maira, Quadra EQ 215/315, Lote B, Santa Maria, Brasília – DF, e contou com 111 pessoas no total, que foram divididas em 04 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa de Santa Maria (RA XIII). Nesse contexto, como mostra do Gráfico 96 tais contribuições, resultaram em 138 transcrições e 194 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário,



para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.

Gráfico 96 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Santa Maria).



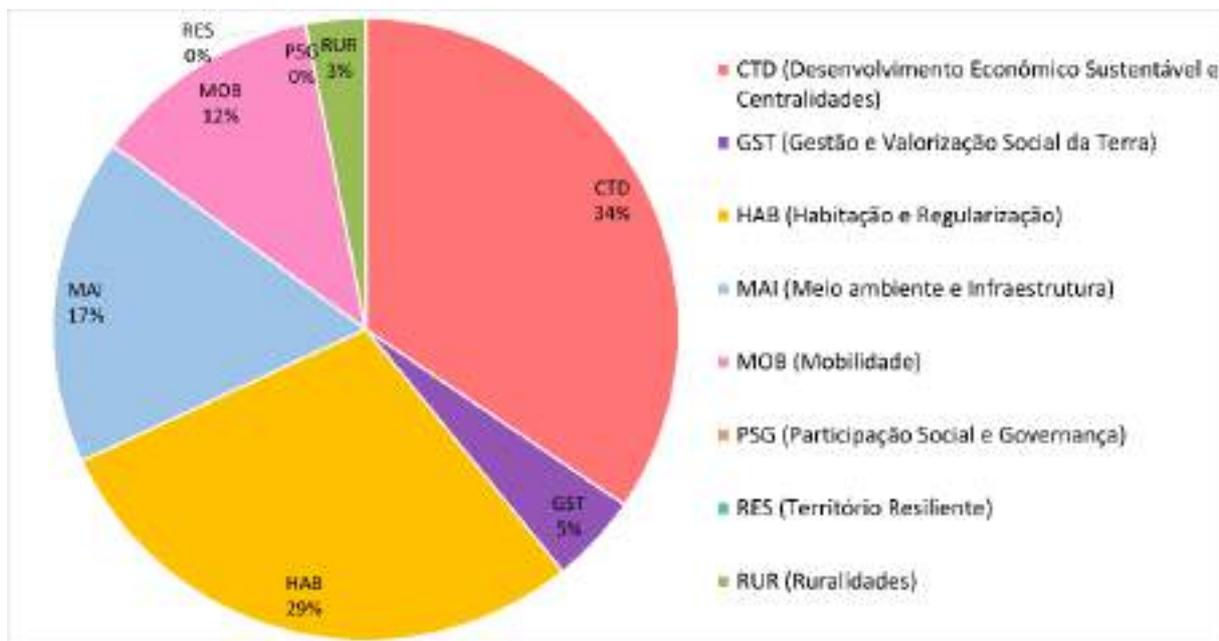
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 97** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 34% das ocorrências; Eixo Habitação e Regularização, representando 29% das ocorrências; e Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 17% das ocorrências.



Gráfico 97 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Santa Maria.

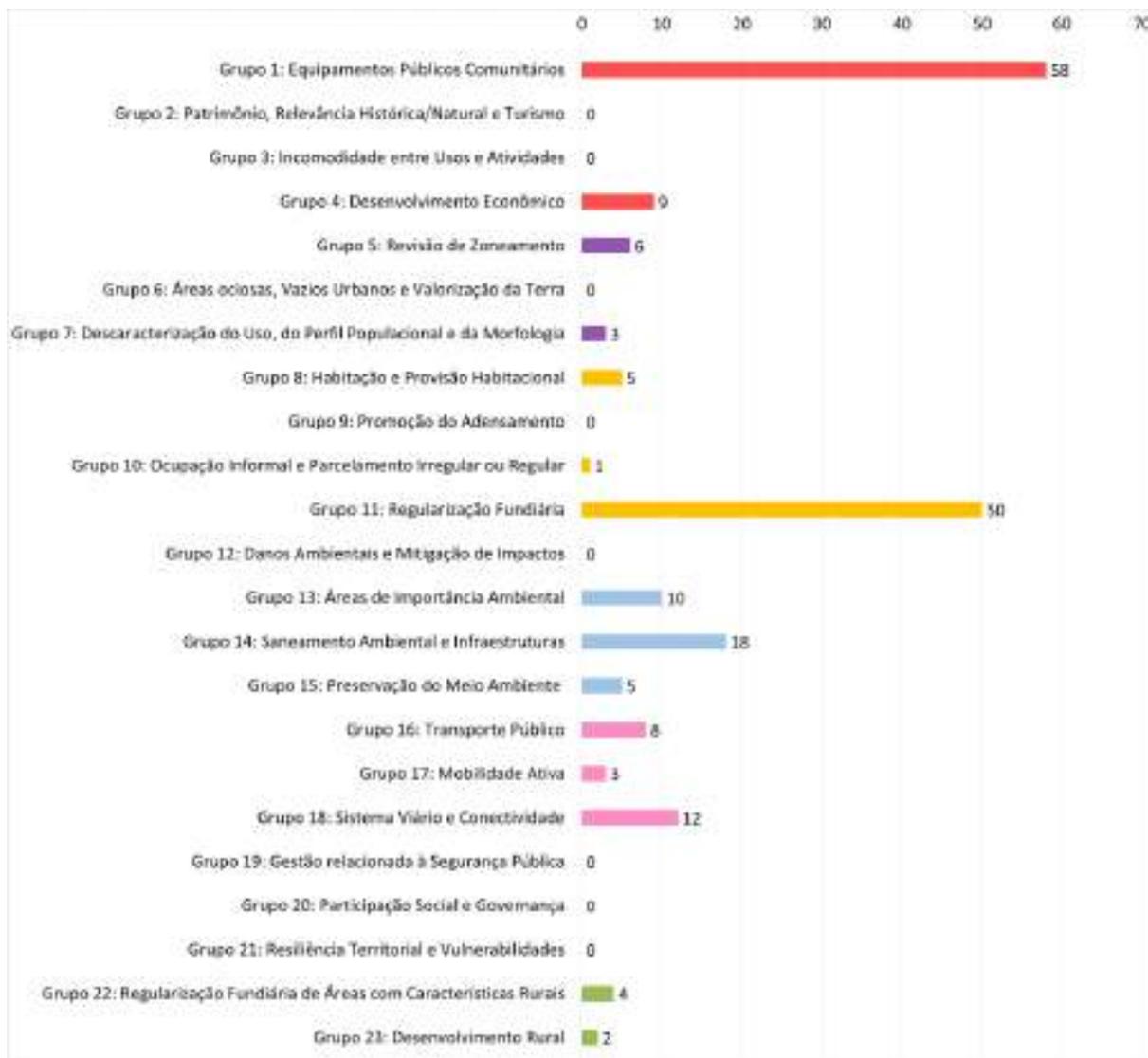


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 98**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 58 ocorrências; Grupo 11 (Regularização Fundiária), que pertence ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária, com 50 ocorrências; e Grupo 18 (Saneamento Ambiental e Infraestruturas), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 18 ocorrências. Os Eixos Participação Social e Governança e Território Resiliente não apresentaram ocorrências nas contribuições da população coletadas durante a Oficina Participativa de Santa Maria (RA XIII).



Gráfico 98 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Santa Maria.

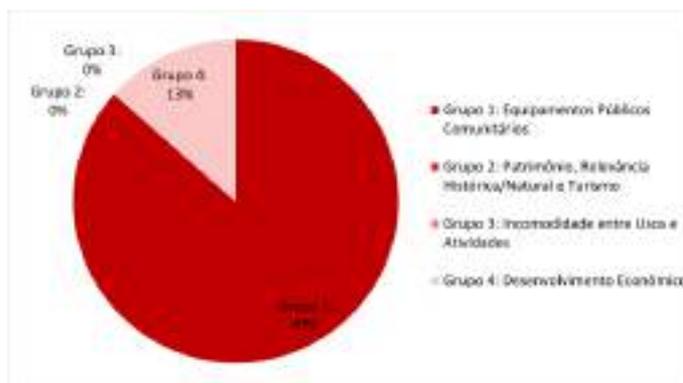


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 99**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 87% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 13% das ocorrências. Já o Grupo 3, relacionado a Conflitos de Usos e Incomodidade e o Grupo 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, ambos não apresentaram ocorrências.



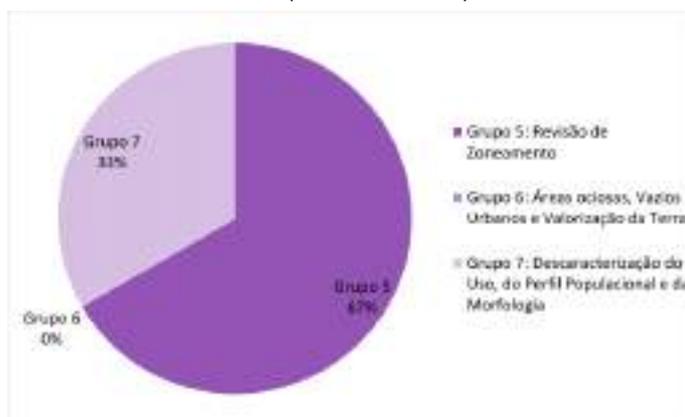
Gráfico 99 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Santa Maria).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 100** o Grupo 5, que trata da Revisão de Zoneamento, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 67% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 7, que se refere à Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, aparece representando 33% das ocorrências. Já o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, não apresentou ocorrências.

Gráfico 100 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Santa Maria).



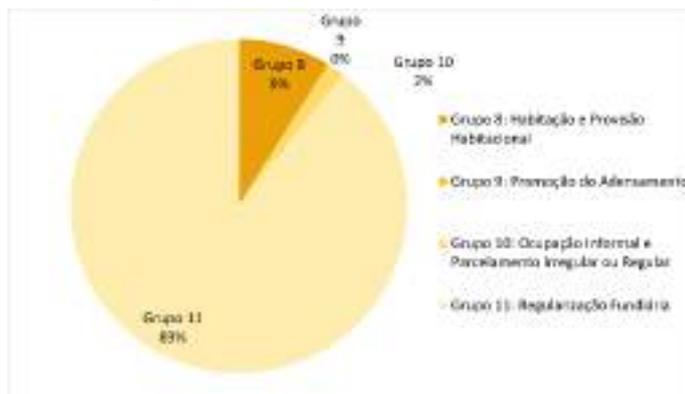
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 101** o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 89% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 8, que se refere à Habitação e Provisão Habitacional, aparece representando 9% das ocorrências. O Grupo 10,



relacionado a Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, representa 2% das ocorrências, enquanto o Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, não apresentou ocorrências.

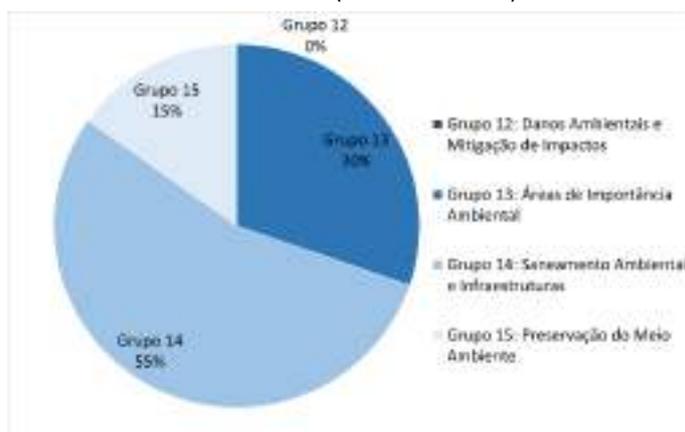
Gráfico 101 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Santa Maria).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 102**, o Grupo 14, que trata das Saneamento Ambiental e Infraestruturas, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 55% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 13, que se refere ao Áreas de Importância Ambiental, aparece representando 30% das ocorrências. O Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, representa 15% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, não apresentou ocorrências.

Gráfico 102 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Santa Maria).

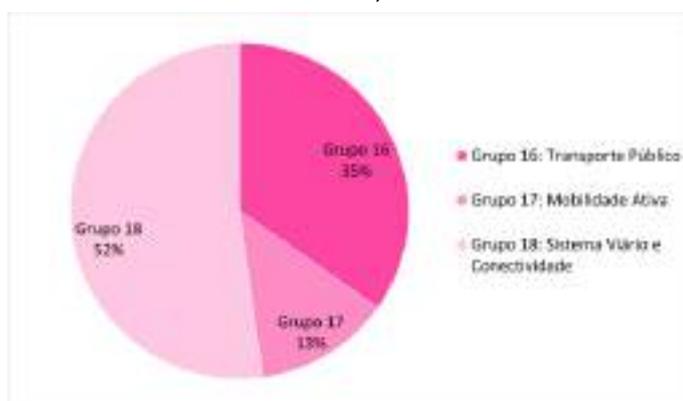


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 103** o Grupo 18, que trata de Sistema Viário e Conectividade, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 52% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 16, que se refere à Transporte Público, aparece representando 35% das ocorrências. Já o Grupo 17, relacionado a Mobilidade Ativa, representa 13% das ocorrências.

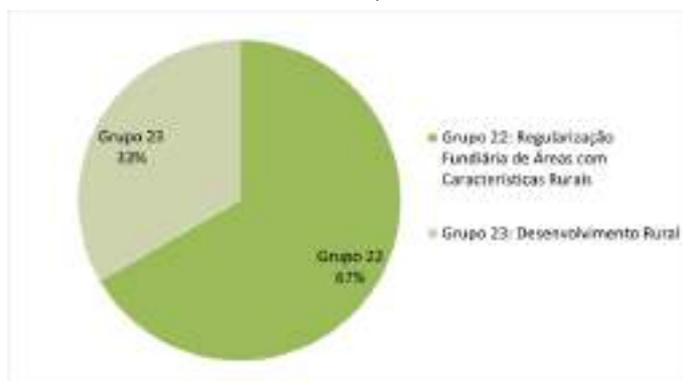
Gráfico 103 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Santa Maria).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 104**, o Grupo 22, que trata de Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 67% das ocorrências. Já o Grupo 23, que se refere à Desenvolvimento Rural, representa 33% das ocorrências.

Gráfico 104 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Santa Maria).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 76**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 76 – Ocorrências de Problemáticas – RA Santa Maria.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.2.10 15ª Oficina Participativa: Sobradinho

Quadro 77 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Sobradinho.

Data da Oficina Participativa:	25/07/2023
Local da Oficina Participativa:	Auditório do Centro de Ensino Médio n.º 01, Quadra 4, Área Especial 04, Sobradinho, Brasília – DF
Quantidade de participantes:	161 (População) 38 (Técnicos GDF)
Quantidade de grupos (dinâmica):	07

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



Figura 21 – Fotografias da Oficina Participativa RA Sobradinho.



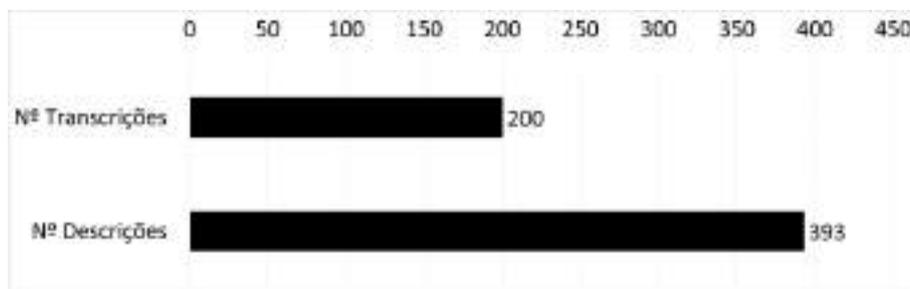
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A 15ª Oficina Participativa – Região Administrativa Sobradinho ocorreu no dia 25/07/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 19h às 22h, no Auditório do Centro de Ensino Médio n.º 01, Quadra 4, Área Especial 04, Sobradinho, Brasília – DF e contou com 199 pessoas no total, que foram divididas em 07 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa de Sobradinho (RA V). Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 105**, tais contribuições, resultaram em 200 transcrições e 393 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.



Gráfico 105 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Sobradinho).



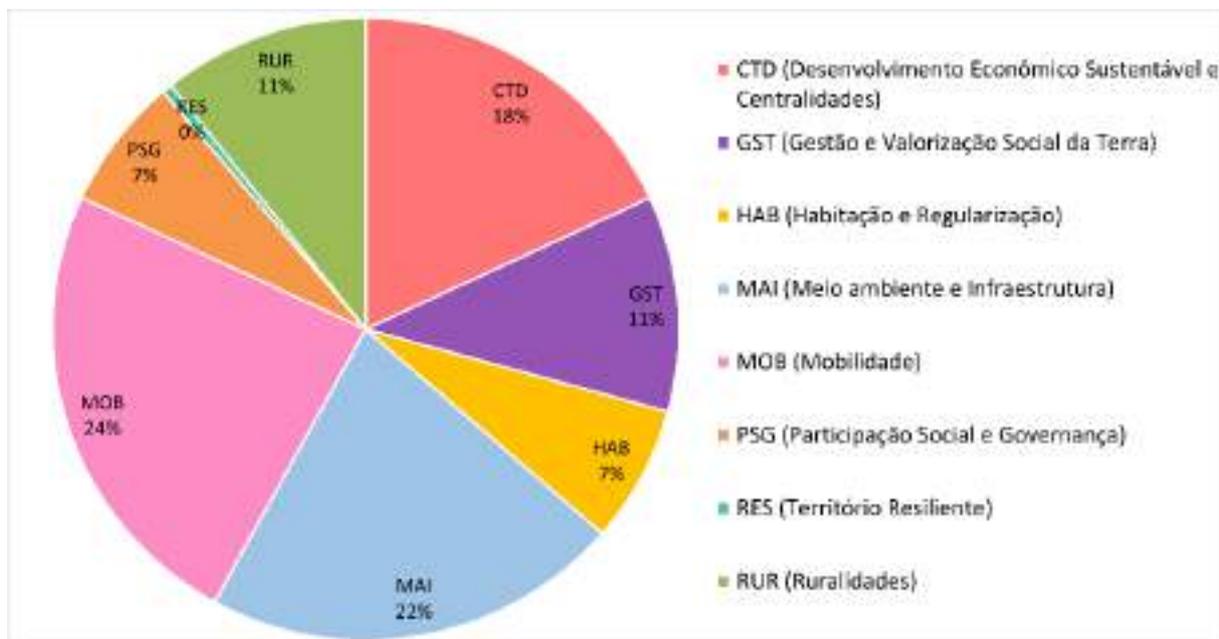
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 106**, os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Mobilidade, representando 24% das ocorrências; Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 22% das ocorrências; e Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 18% das ocorrências.



Gráfico 106 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Sobradinho.

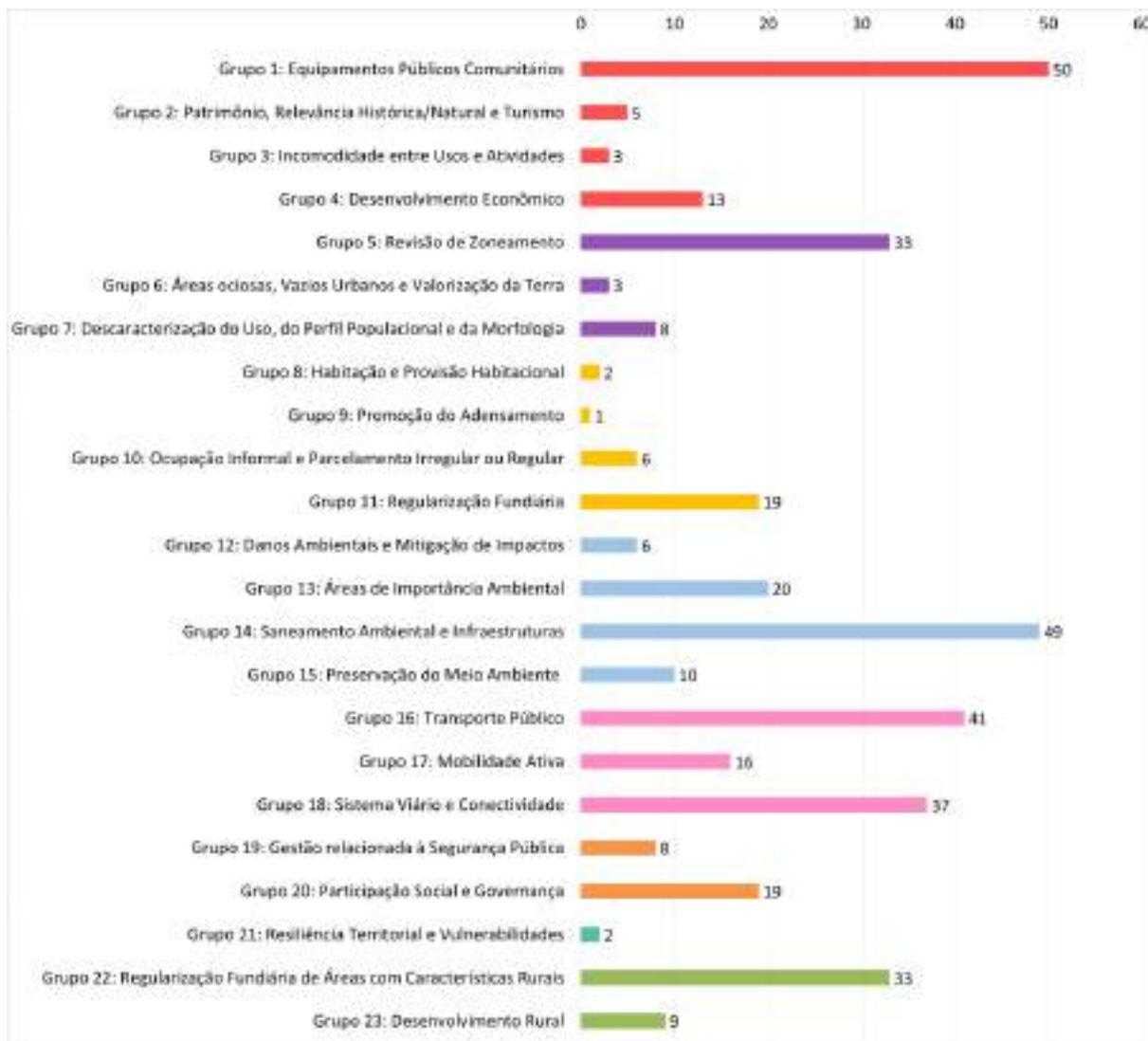


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 107**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável, com 50 ocorrências; Grupo 14 (Saneamento e Infraestruturas), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 49 ocorrências; e Grupo 16 (Transporte Público), que pertence ao Eixo Mobilidade, com 41 ocorrências.



Gráfico 107 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Sobradinho.

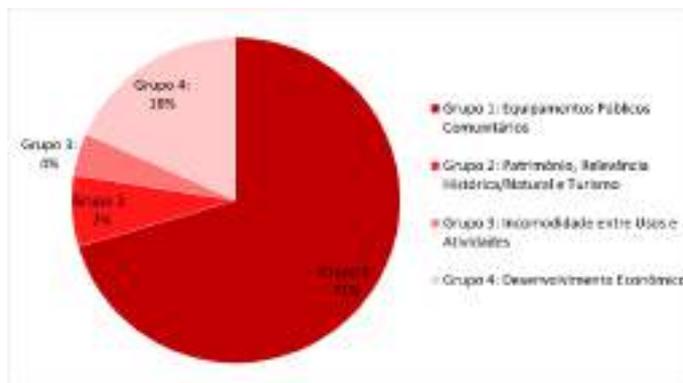


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 108** o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 71% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 18% das ocorrências. O Grupo 2, relacionado a Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, representa 7% das ocorrências, enquanto o Grupo 3, que aborda Incomodidade entre Usos e Atividades, representa 4% das ocorrências.



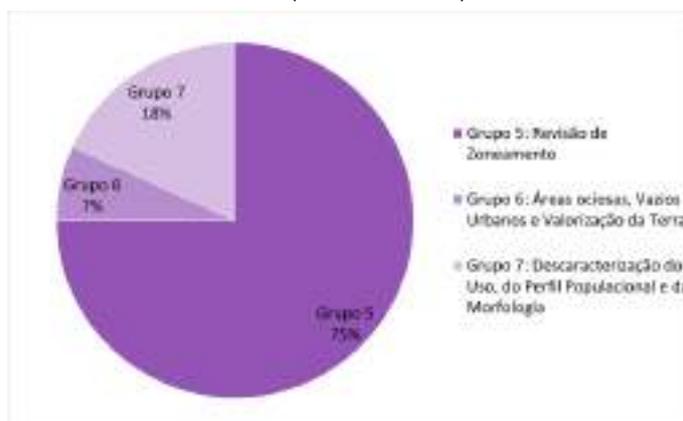
Gráfico 108 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Sobradinho).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 109**, o Grupo 5, que trata da Revisão de Zoneamento, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 75% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 7, que se refere à Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, aparece representando 18% das ocorrências. Já o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, representa 7% das ocorrências.

Gráfico 109 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Sobradinho).



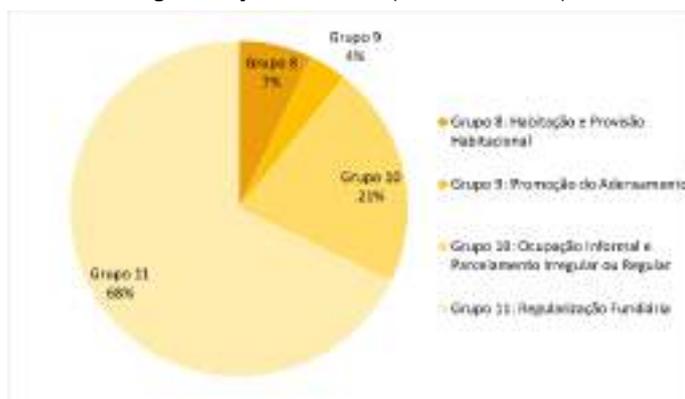
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 110**, o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 68% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 10, que se refere à Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, aparece representando 21% das



ocorrências. O Grupo 8, relacionado a Habitação e Provimento Habitacional, representa 7% das ocorrências, enquanto o Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, representa 4% das ocorrências.

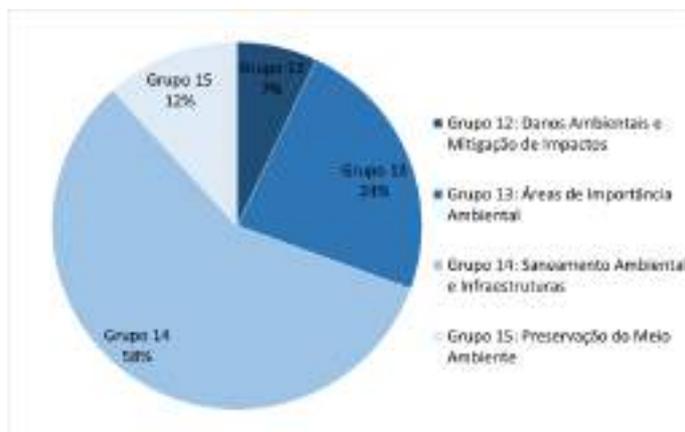
Gráfico 110 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Sobradinho).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 111** o Grupo 14, que trata das Saneamento Ambiental e Infraestruturas, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 58% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 13, que se refere ao Áreas de Importância Ambiental, aparece representando 24% das ocorrências. O Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, representa 12% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 7% das ocorrências.

Gráfico 111 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Sobradinho).

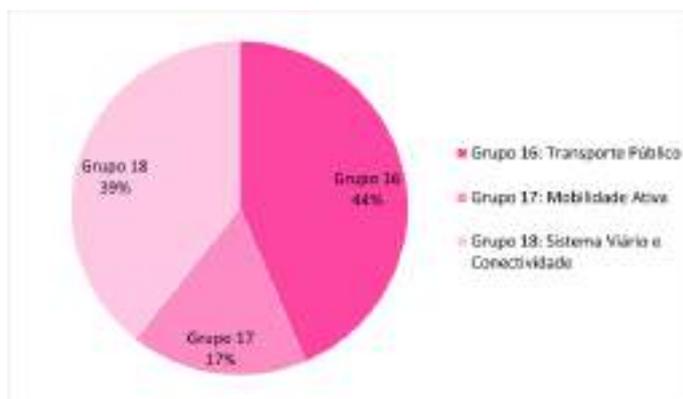


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 112**, o Grupo 16, que trata de Transporte Público, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 44% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 18, que se refere à Sistema Viário e Conectividade, aparece representando 39% das ocorrências. Já o Grupo 17, relacionado a Transporte Público, representa 17% das ocorrências.

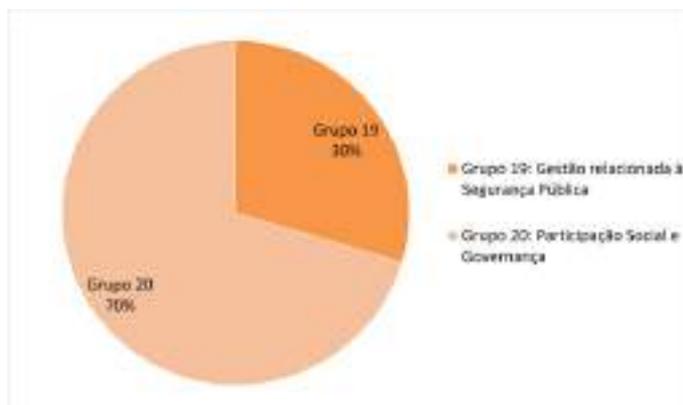
Gráfico 112 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Sobradinho).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 113**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 70% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada a Segurança Pública, representa 30% das ocorrências.

Gráfico 113 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Sobradinho).

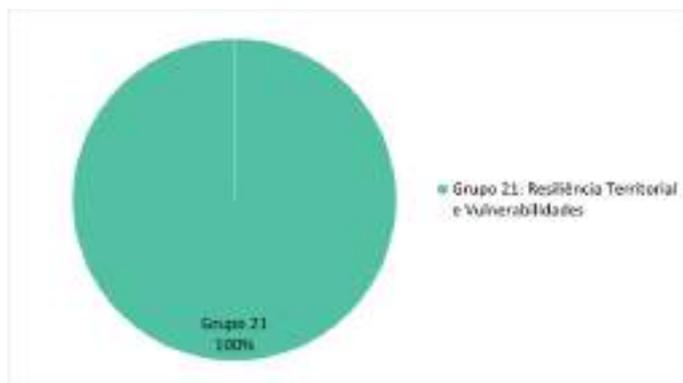


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 114** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

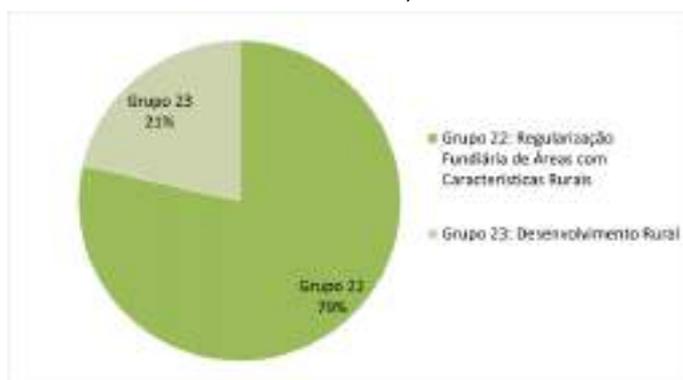
Gráfico 114 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Sobradinho).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 115**, o Grupo 22, que trata de Regularização Fundiária de Áreas com características Rurais, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 79% das ocorrências. Já o Grupo 23, que se refere à Desenvolvimento Rural, representa 21% das ocorrências.

Gráfico 115 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Sobradinho).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 78**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 78 – Ocorrências de Problemáticas – RA Sobradinho.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 9	Há demandas relacionadas a promoção do adensamento.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural..
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural..
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.2.11 17ª Oficina Participativa: Arniqueira

Quadro 79 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Arniqueira.

Data da Oficina Participativa:	02/08/2023
--------------------------------	------------



Local da Oficina Participativa:	Auditório da Escola Técnica de Brasília, QS 07, Avenida Águas Claras, Lote 06, Arniqueira, Brasília – DF
Quantidade de participantes:	129 (População) 35 (Técnicos GDF)
Quantidade de grupos (dinâmica):	06

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 22 – Fotografias da Oficina Participativa RA Arniqueira.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

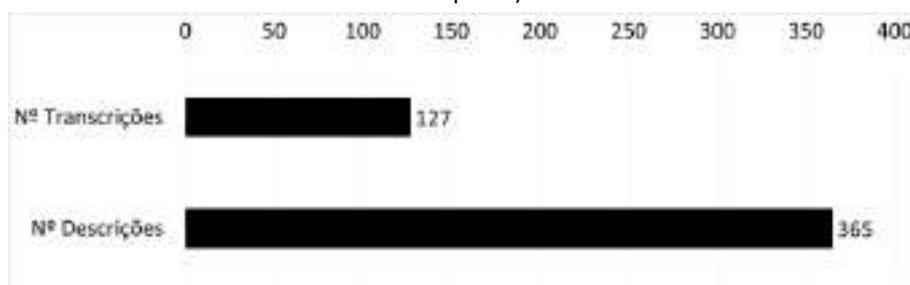
A 17ª Oficina Participativa – Região Administrativa Arniqueira ocorreu no dia 02/08/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 19h às 22h, no Auditório da Escola Técnica de Brasília, QS 07, Avenida Águas Claras, Lote 06, Arniqueira, Brasília – DF, e contou com 162 pessoas no total, que foram divididas em 06 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa de Arniqueira (RA XXXIII). Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 116**, tais contribuições, resultaram em 127 transcrições e 365 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando



necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.

Gráfico 116 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Arniqueira).



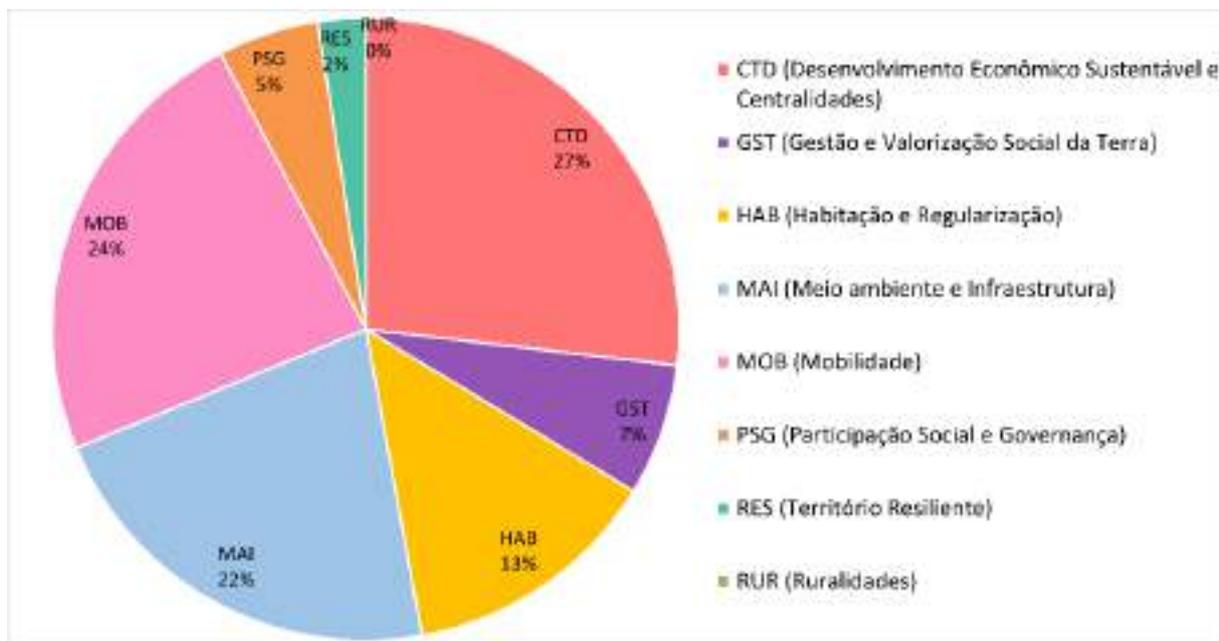
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 117**, os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 27% das ocorrências; Eixo Mobilidade, representando 24% das ocorrências; e Eixo Meio ambiente e Infraestrutura, representando 22% das ocorrências.



Gráfico 117 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Arniqueira.

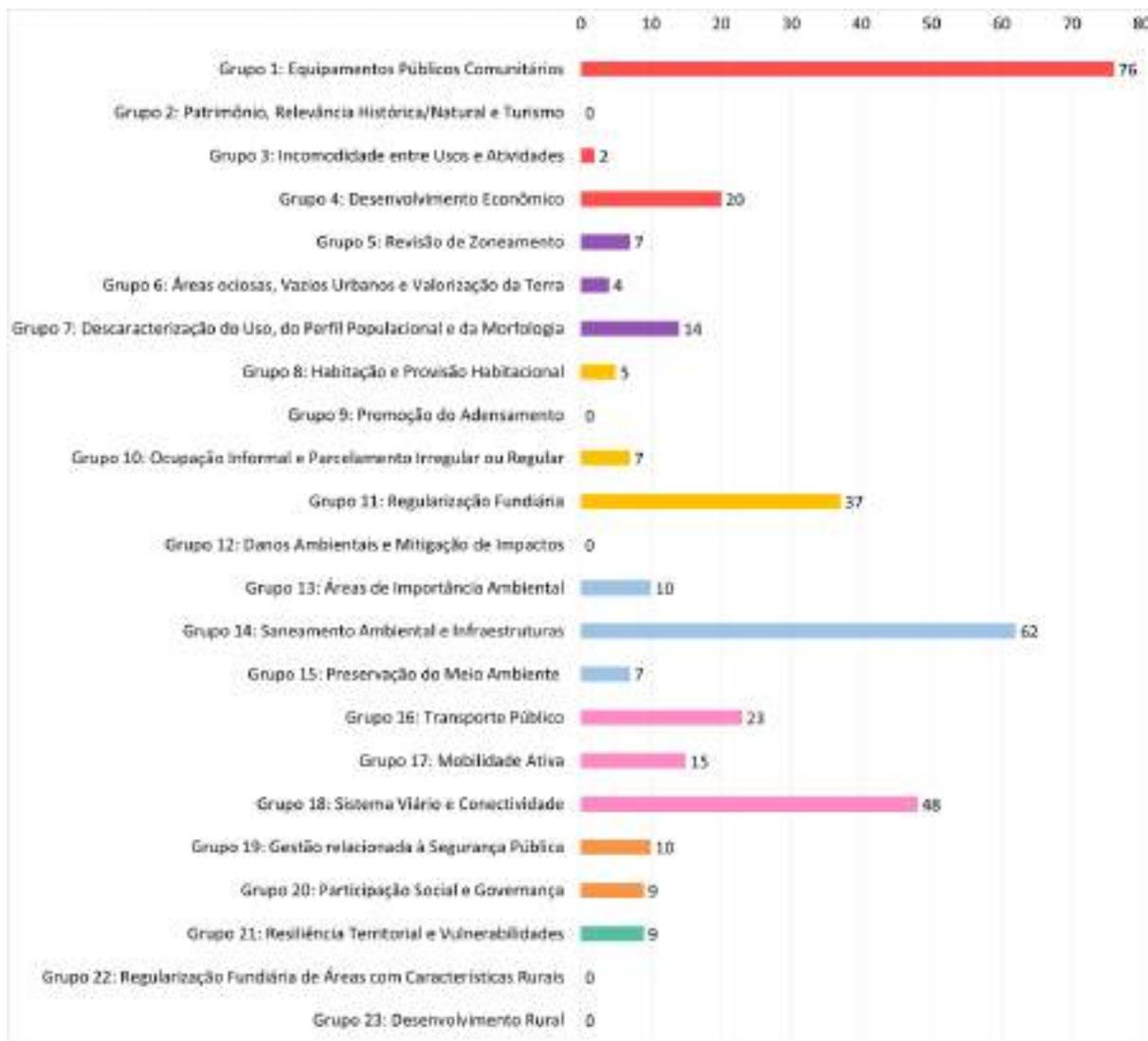


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 118**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 76 ocorrências; Grupo 14 (Saneamento Ambiental e Infraestruturas), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 62 ocorrências; e Grupo 18 (Sistema Viário e Conectividade), que pertence ao Eixo Mobilidade, com 48 ocorrências. O Eixo Ruralidades não apresentou ocorrências nas contribuições da população coletadas durante a Oficina Participativa de Arniqueira (XXXIII).



Gráfico 118 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Arniqueira.

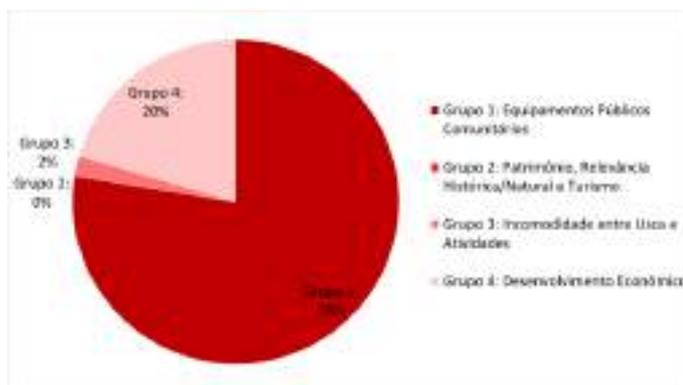


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 119**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 78% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 20% das ocorrências. O Grupo 3, relacionado a Incomodidade entre Usos e Incomodidade, representa 2% das ocorrências, enquanto o Grupo 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, não apresenta ocorrências.



Gráfico 119 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Arniqueira).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 120**, o Grupo 7, que trata da Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 56% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 5, que se refere à Revisão de Zoneamento, aparece representando 28% das ocorrências. Já o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, representa 16% das ocorrências.

Gráfico 120 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Arniqueira).



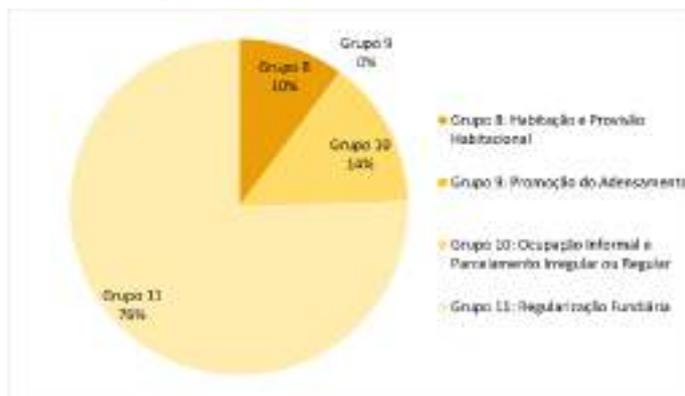
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 121**, o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 76% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 10, que se refere à Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, aparece representando 14% das



ocorrências. O Grupo 8, relacionado a Habitação e Provimento Habitacional, representa 10% das ocorrências, enquanto o Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, não apresenta ocorrências.

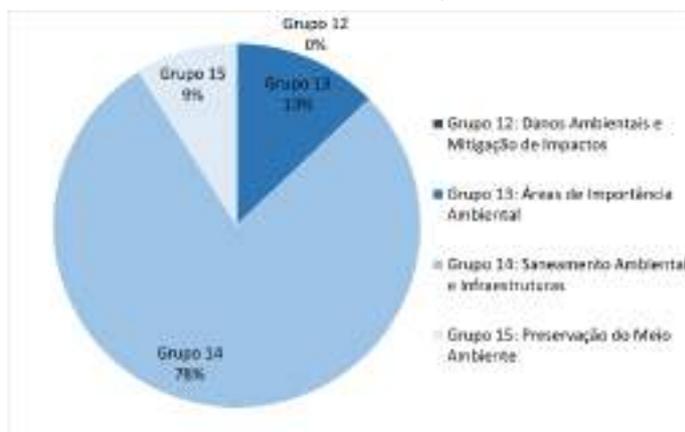
Gráfico 121 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Arniqueira).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 122**, o Grupo 14, que trata de Saneamento Ambiental e Infraestruturas, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 78% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 13, que se refere às Áreas de Importância Ambiental, aparece representando 13% das ocorrências. O Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, representa 9% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, não apresenta ocorrências.

Gráfico 122 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Arniqueira).

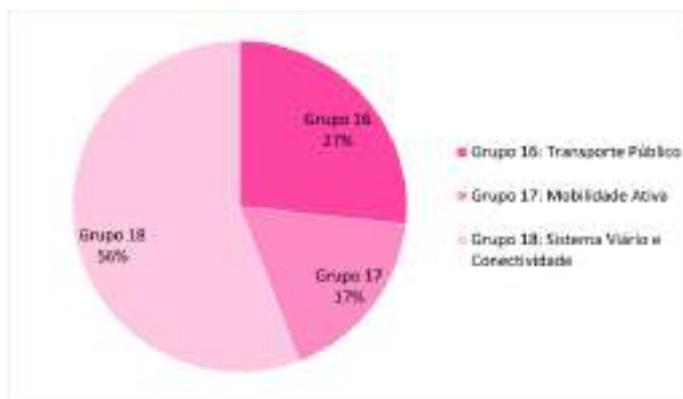


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 123**, o Grupo 18, que trata de Sistema Viário e Conectividade, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 56% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 16, que se refere ao Transporte Público, aparece representando 27% das ocorrências. Já o Grupo 17, relacionado a Mobilidade Ativa, representa 17% das ocorrências.

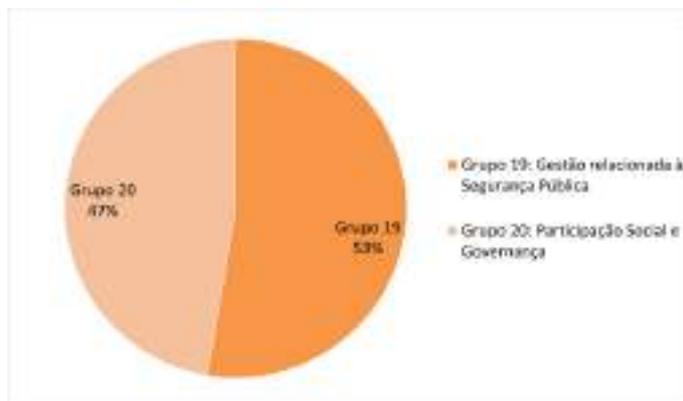
Gráfico 123 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Arniqueira).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 124**, o Grupo 19, que trata de Gestão Relacionada a Segurança Pública, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 53% das ocorrências. Já o Grupo 20, de Participação Social e Governança, representa 47% das ocorrências.

Gráfico 124 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Arniqueira).

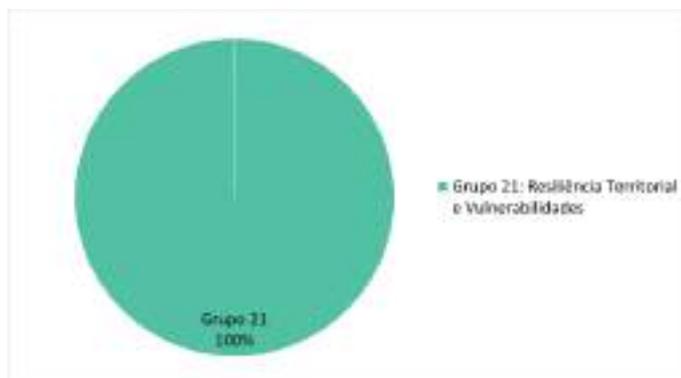


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 125** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

Gráfico 125 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Arniqueira).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 80**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 80 – Ocorrências de Problemáticas – RA Arniqueira.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural..
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural..
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos



Código	Problemática
	hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.2.12 18ª Oficina Participativa: Recanto das Emas

Quadro 81 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Recanto das Emas.

Data da Oficina Participativa:	05/08/2023
Local da Oficina Participativa:	Coordenação Regional de Ensino de Recanto das Emas, localizada na Quadra 203, Avenida Recanto das Emas, Lote 32, Recanto das Emas, Brasília – DF
Quantidade de participantes:	34 (População) 34 (Técnicos GDF)
Quantidade de grupos (dinâmica):	04

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 23 – Fotografias da Oficina Participativa RA Recanto das Emas.



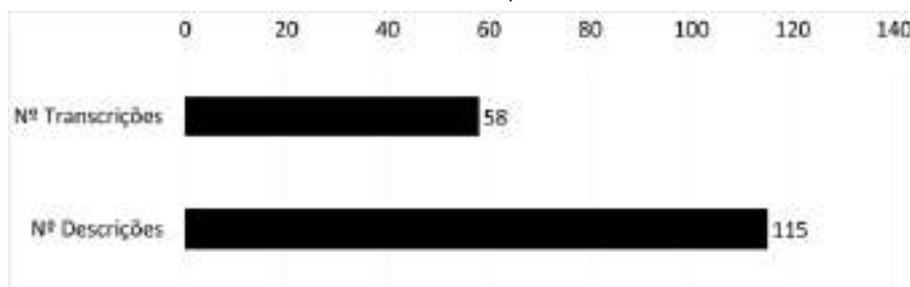
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A **18ª Oficina Participativa – Região Administrativa Recanto das Emas** ocorreu no dia 05/08/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 09h às 12h, na Coordenação Regional de Ensino de Recanto das Emas, Quadra 203, Avenida Recanto das Emas, Lote 32, Recanto das Emas, Brasília – DF, e contou com 68 pessoas no total, que foram divididas em 04 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa do Recanto das Emas (RA XV). Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 126** tais contribuições, resultaram em 58 transcrições e 115 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.

Gráfico 126 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Recanto das Emas).



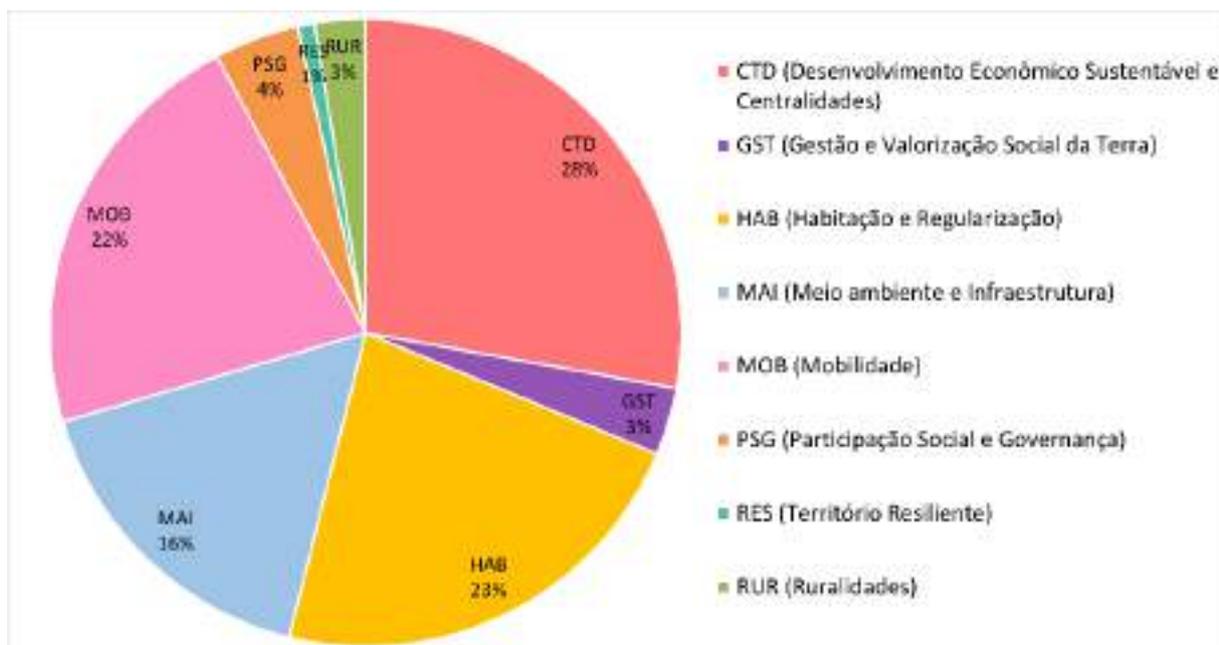
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.



Portanto, conforme mostra o **Gráfico 127** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 28% das ocorrências; Eixo Habitação e Regularização Fundiária, representando 23% das ocorrências; e Eixo Mobilidade, representando 22% das ocorrências.

Gráfico 127 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Recanto das Emas.

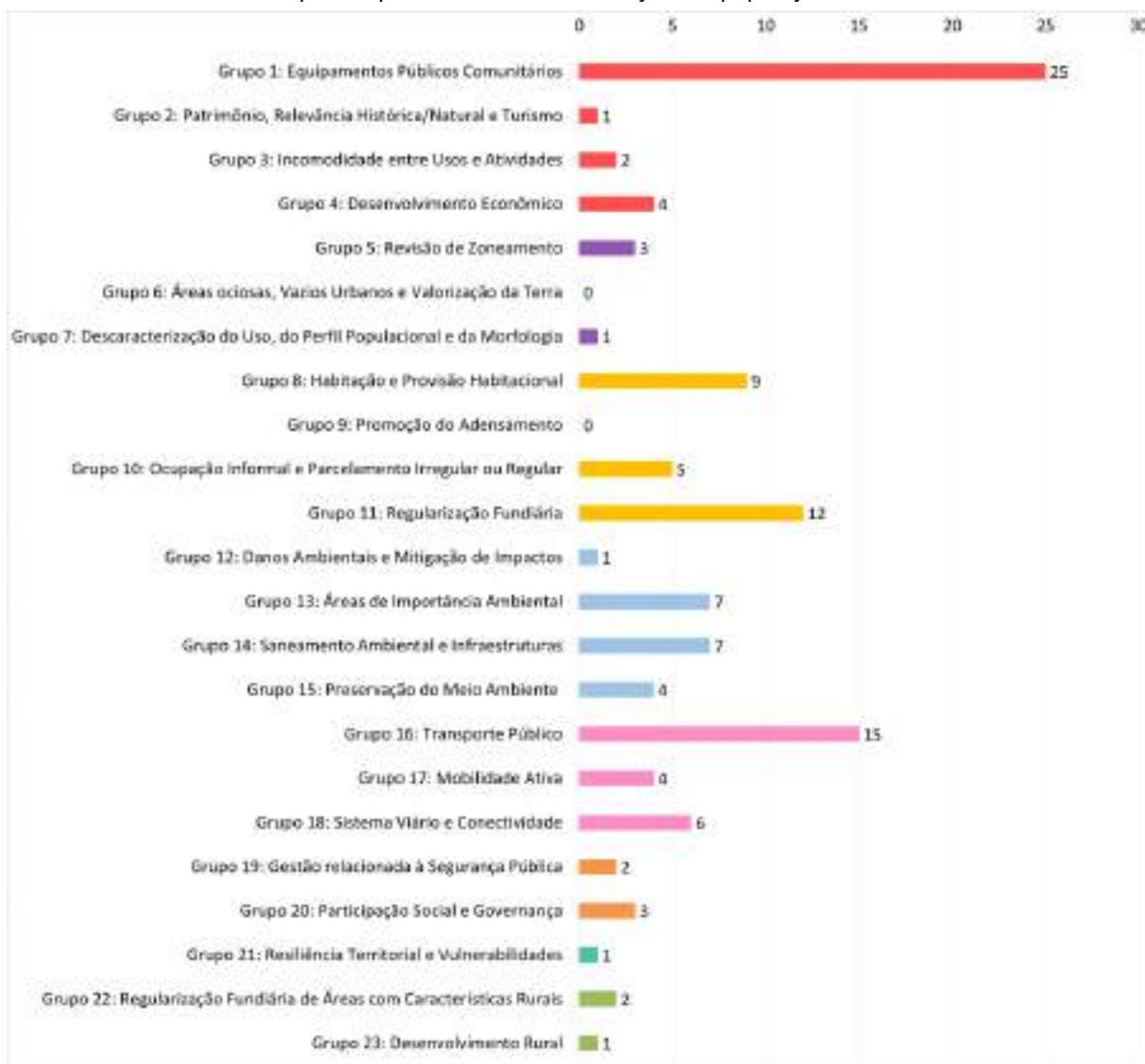


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 128**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 25 ocorrências; Grupo 16 (Transporte Público), que pertence ao Eixo Mobilidade, com 15 ocorrências; e Grupo 11 (Regularização Fundiária), que pertence ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária, com 12 ocorrências.



Gráfico 128 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Recanto das Emas.

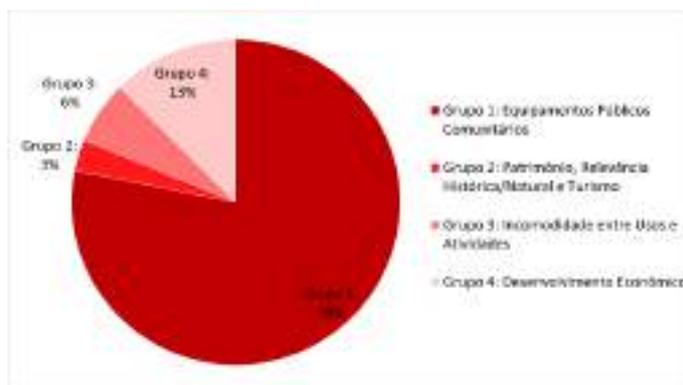


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 129**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 78% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 13% das ocorrências. O Grupo 3, relacionado a Incomodidade entre Usos e Atividades, representa 6% das ocorrências, enquanto o Grupo 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, representa 3% das ocorrências.



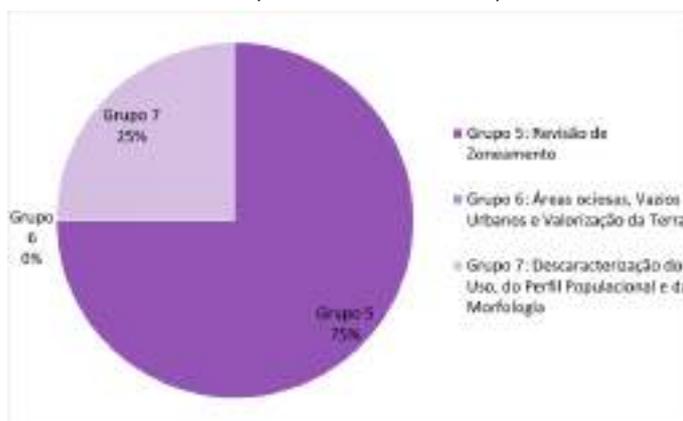
Gráfico 129 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Recanto das Emas).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 130** o Grupo 5, que trata da Revisão de Zoneamento, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 75% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 7, que se refere à Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, aparece representando 25% das ocorrências. Já o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, não apresentou ocorrências.

Gráfico 130 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Recanto das Emas).



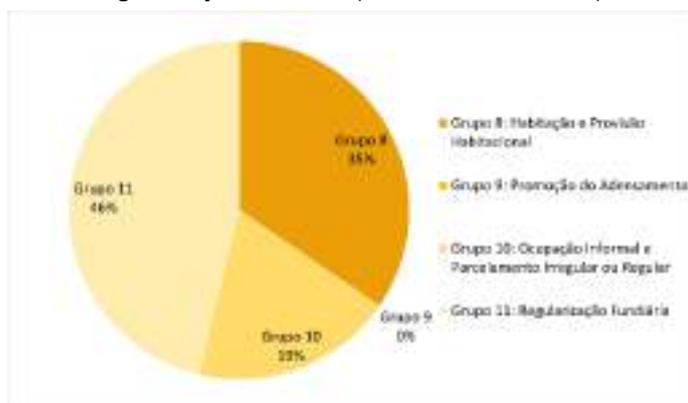
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 131** o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 46% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 8, que se refere à Habitação e Provimento Habitacional, aparece representando 35% das ocorrências. O Grupo 10,



relacionado a Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, representa 19% das ocorrências, enquanto o Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, não apresentou ocorrências.

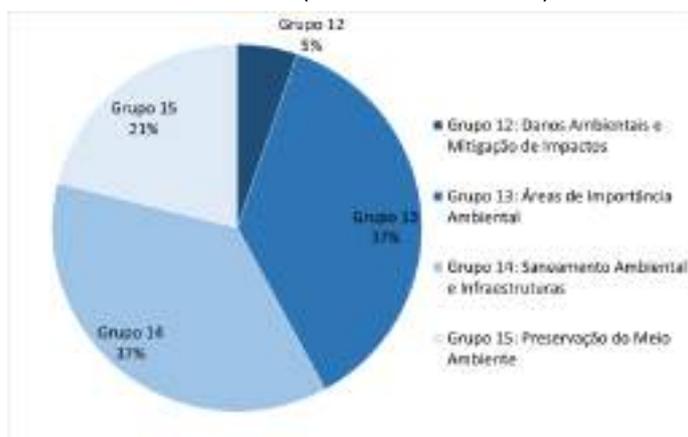
Gráfico 131 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Recanto das Emas).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 132**, o Grupo 13, que trata das Áreas de Importância Ambiental e o Grupo 14, que se refere ao Saneamento Ambiental e Infraestruturas, apresentam a mesma incidência, representando 37% das ocorrências. O Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, representa 21% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 5% das ocorrências.

Gráfico 132 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Recanto das Emas).

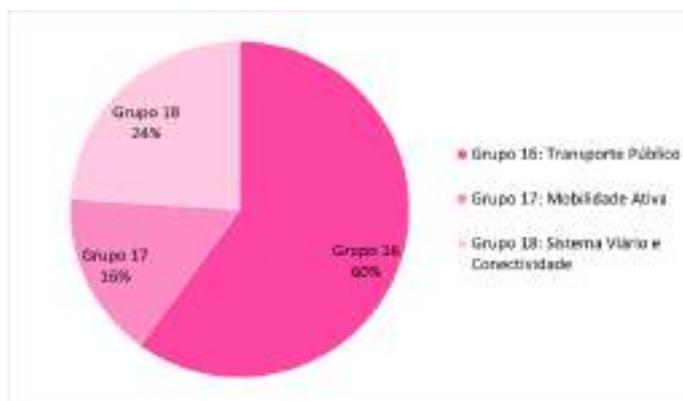


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 133**, o Grupo 16, que trata de Transporte Público, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 60% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 18, que se refere à Sistema Viário e Conectividade, aparece representando 24% das ocorrências. Já o Grupo 17, relacionado a Mobilidade Ativa, representa 16% das ocorrências.

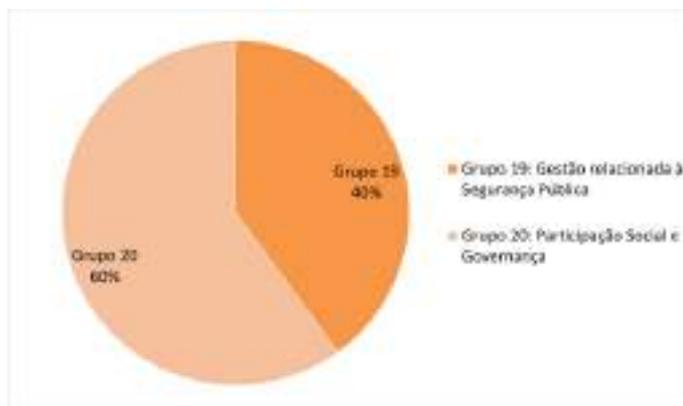
Gráfico 133 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Recanto das Emas).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 134**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 60% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada a Segurança Pública, representa 40% das ocorrências.

Gráfico 134 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Recanto das Emas).

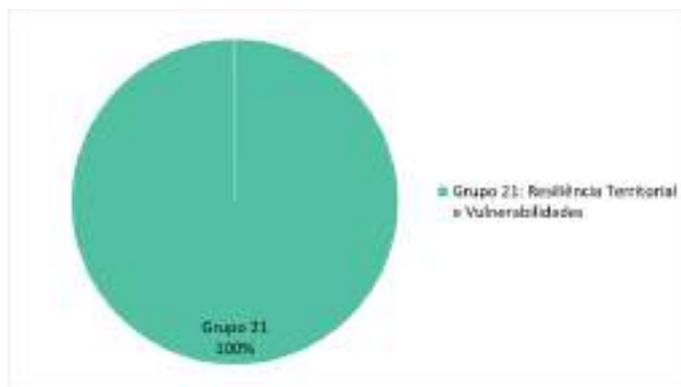


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 135** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

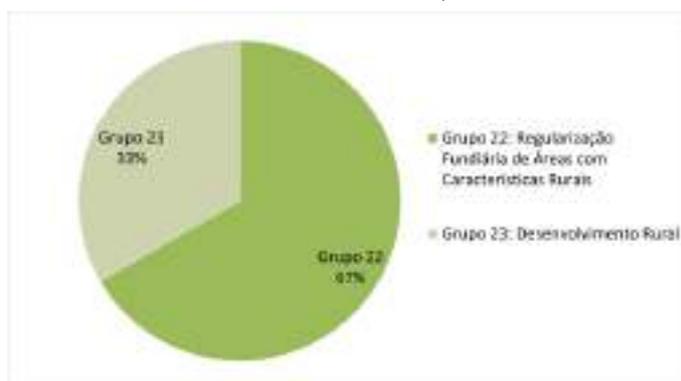
Gráfico 135 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Recanto das Emas).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 136**, o Grupo 22, que trata de Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 67% das ocorrências. Já o Grupo 23, que se refere ao Desenvolvimento Rural, representa 33% das ocorrências.

Gráfico 136 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Recanto das Emas).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 82**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 82 – Ocorrências de Problemáticas – RA Recanto das Emas.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.2.13 19ª Oficina Participativa: Águas Claras

Quadro 83 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Águas Claras.

Data da Oficina Participativa:	10/08/2023
Local da Oficina Participativa:	Auditório do Colégio La Salle, localizado na ST, Áreas Isoladas, s/n, Instituto Agrícola La Salle, Norte Águas Claras, Brasília – DF
Quantidade de participantes:	77 (População) 46 (Técnicos GDF)
Quantidade de grupos (dinâmica):	06



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 24 – Fotografias da Oficina Participativa RA Águas Claras.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

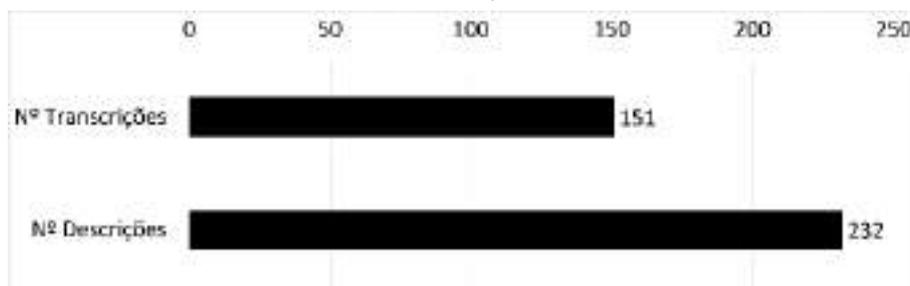
A 19ª Oficina Participativa – Região Administrativa Águas Claras ocorreu no dia 10/08/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 19h às 22h, no Auditório do Colégio La Salle, ST, Áreas Isoladas, s/n, Instituto Agrícola La Salle, Norte Águas Claras, Brasília – DF, e contou com 123 pessoas no total, que foram divididas em 06 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa de Águas Claras (RA XX). Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 137** tais contribuições, resultaram em 151 transcrições e 232 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade



entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.

Gráfico 137 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Águas Claras).



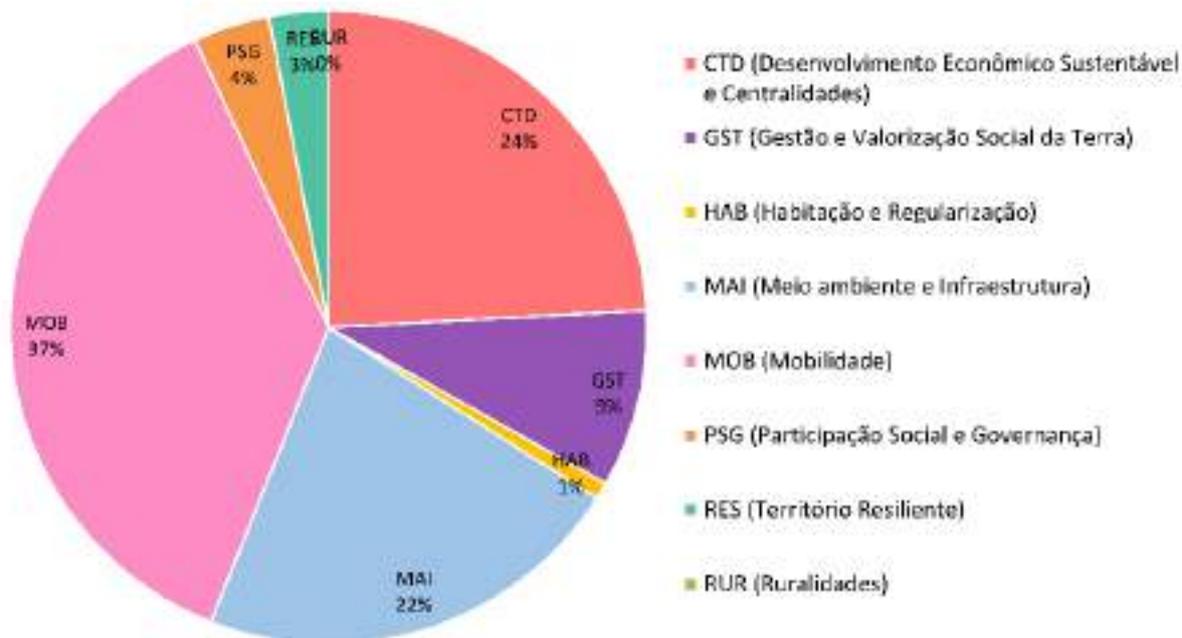
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 138** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Mobilidade, representando 37% das ocorrências; Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 24% das ocorrências; e Eixo Meio ambiente e Infraestrutura, representando 22% das ocorrências.



Gráfico 138 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Águas Claras.

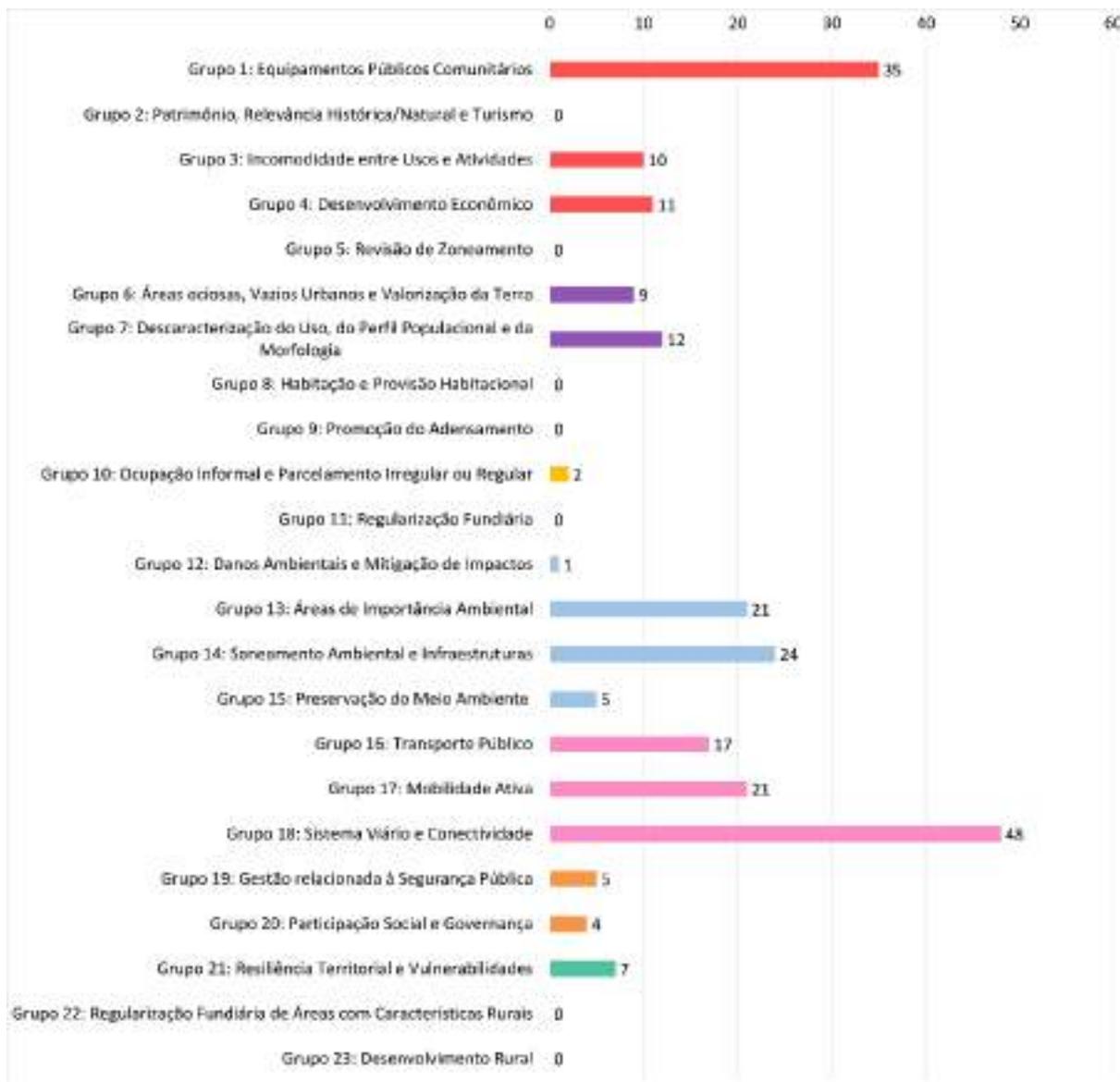


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 139**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 18 (Sistema Viário e Conectividade), que pertence ao Eixo Mobilidade, com 48 ocorrências; Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 35 ocorrências; e Grupo 14 (Saneamento Ambiental e Infraestruturas), que pertence ao Eixo Meio ambiente e Infraestrutura, com 24 ocorrências. O Eixo Ruralidades não apresentou ocorrências nas contribuições da população coletadas durante a Oficina Participativa de Águas Claras (RA XX).



Gráfico 139 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Águas Claras.

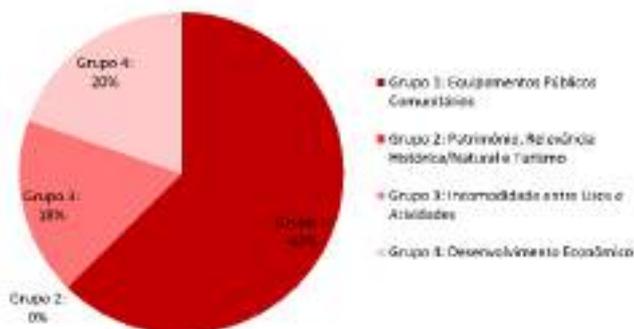


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 140**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 62% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 20% das ocorrências. O Grupo 3, relacionado a Incomodidade entre Usos e Atividades, representa 18% das ocorrências. O Grupo 2 (Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo) não apresentou ocorrências.



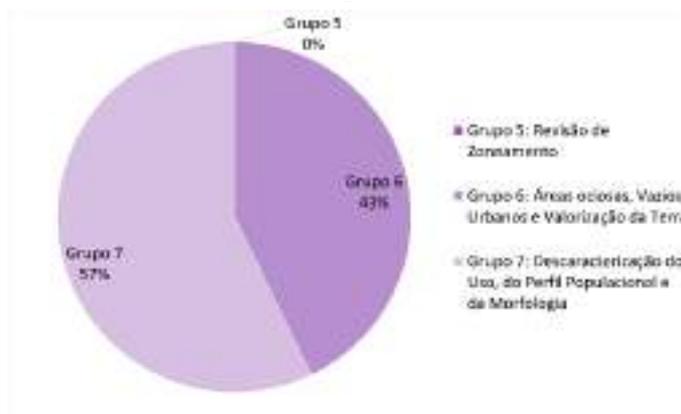
Gráfico 140 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Águas Claras).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 141** o Grupo 7, que trata da Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 57% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 6, que se refere à Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, aparece representando 43% das ocorrências. O Grupo 5 (Revisão de Zoneamento) não apresentou ocorrências.

Gráfico 141 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Águas Claras).

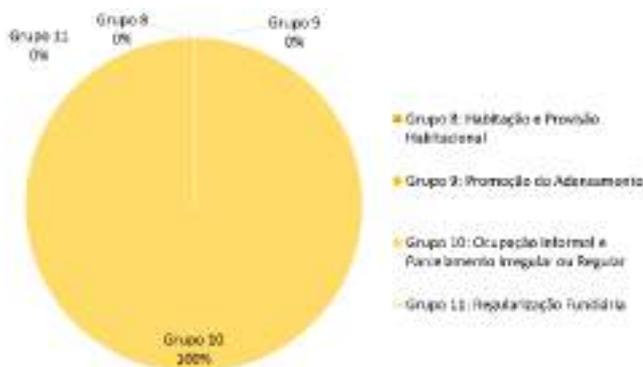


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 142** o Grupo 10, que trata de Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, está representado com 100% das ocorrências. O Grupo 9 (Promoção do Adensamento), o Grupo 8 (Habitação e Provimento Habitacional) e o Grupo 11 (Regularização Fundiária) não apresentaram ocorrências.



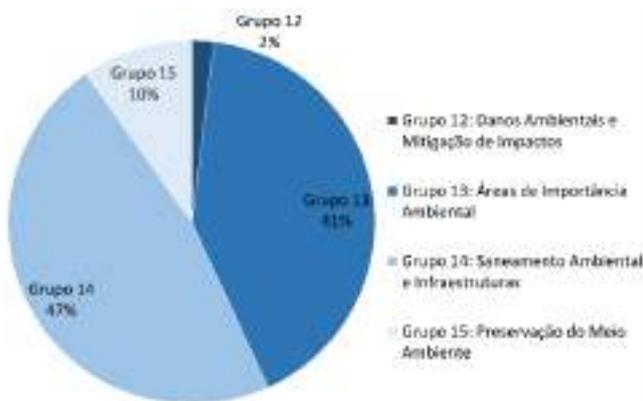
Gráfico 142 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Águas Claras).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 143**, o Grupo 14, que trata de Saneamento Ambiental e Infraestruturas, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 47% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 13, que se refere às Áreas de Importância Ambiental, aparece representando 41% das ocorrências. O Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, representa 10% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 2% das ocorrências.

Gráfico 143 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Águas Claras).



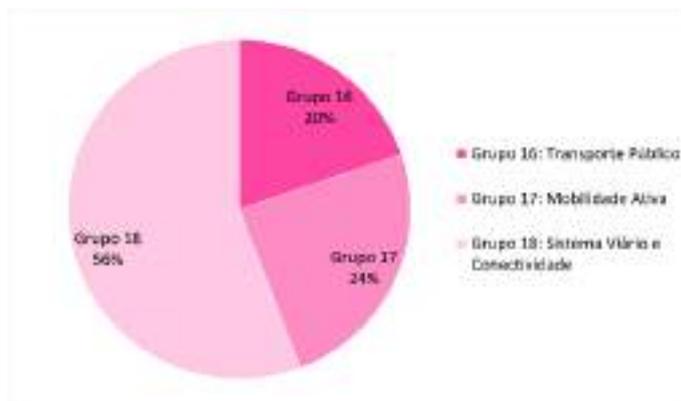
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 144**, o Grupo 18, que trata de Sistema Viário e Conectividade, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 56% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 17, que se refere à Mobilidade Ativa,



aparece representando 24% das ocorrências. Já o Grupo 16, relacionado a Transporte Público, representa 20% das ocorrências.

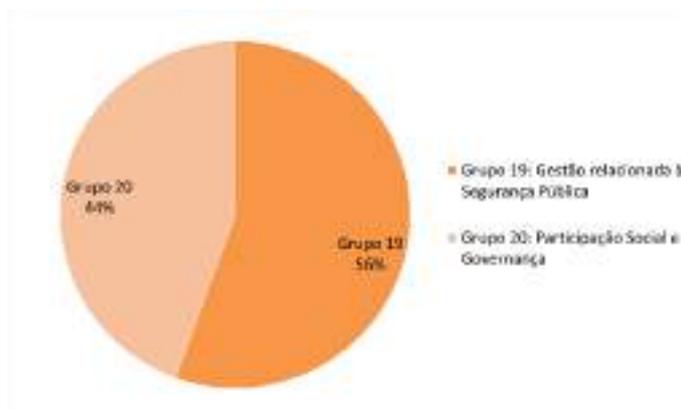
Gráfico 144 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Águas Claras).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 145**, o Grupo 19, que trata de Gestão Relacionada a Segurança Pública, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 56% das ocorrências. Já o Grupo 20, de Participação Social e Governança, representa 44% das ocorrências.

Gráfico 145 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Águas Claras).



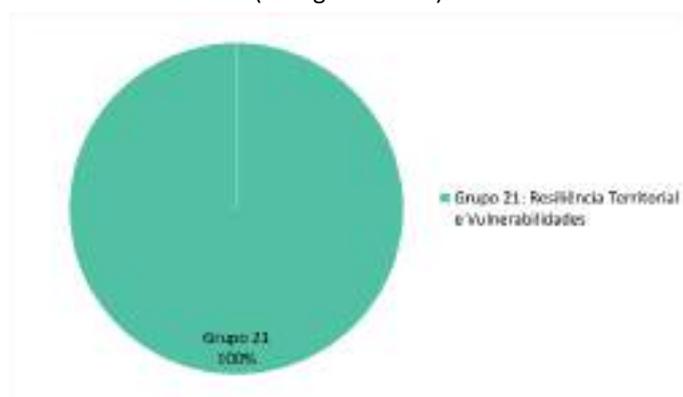
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 146** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições



da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

Gráfico 146 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Águas Claras).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 84**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 84 – Ocorrências de Problemáticas – RA Águas Claras.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.



Código	Problemática
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.2.14 20ª Oficina Participativa: Fercal

Quadro 85 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Fercal.

Data da Oficina Participativa:	12/08/2023
Local da Oficina Participativa:	Auditório do Centro Educacional – CED Fercal, localizado na Rodovia DF-205, km 19, Fercal, Brasília – DF
Quantidade de participantes:	43 (População) 30 (Técnicos GDF)
Quantidade de grupos (dinâmica):	04

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 25 – Fotografias da Oficina Participativa RA Fercal.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

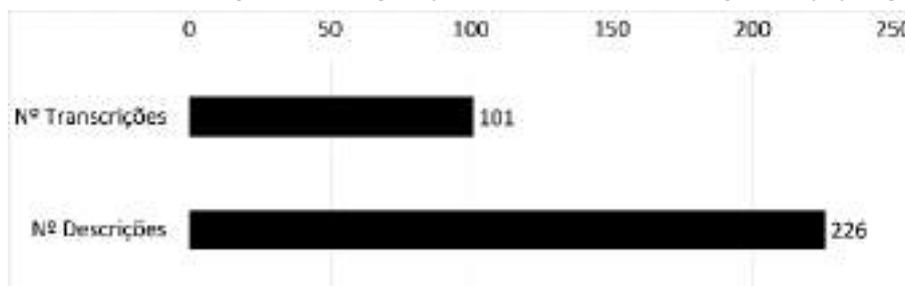
A **20ª Oficina Participativa – Região Administrativa Fercal** ocorreu no dia 12/08/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 09h às 12h, no Auditório do Centro Educacional – CED Fercal, Rodovia DF-205, km 19, Fercal, Brasília – DF, e contou com 73 pessoas no total, que foram



divididas em 04 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa de Fercal (RA XXXI). Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 147** tais contribuições, resultaram em 101 transcrições e 226 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.

Gráfico 147 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Fercal).



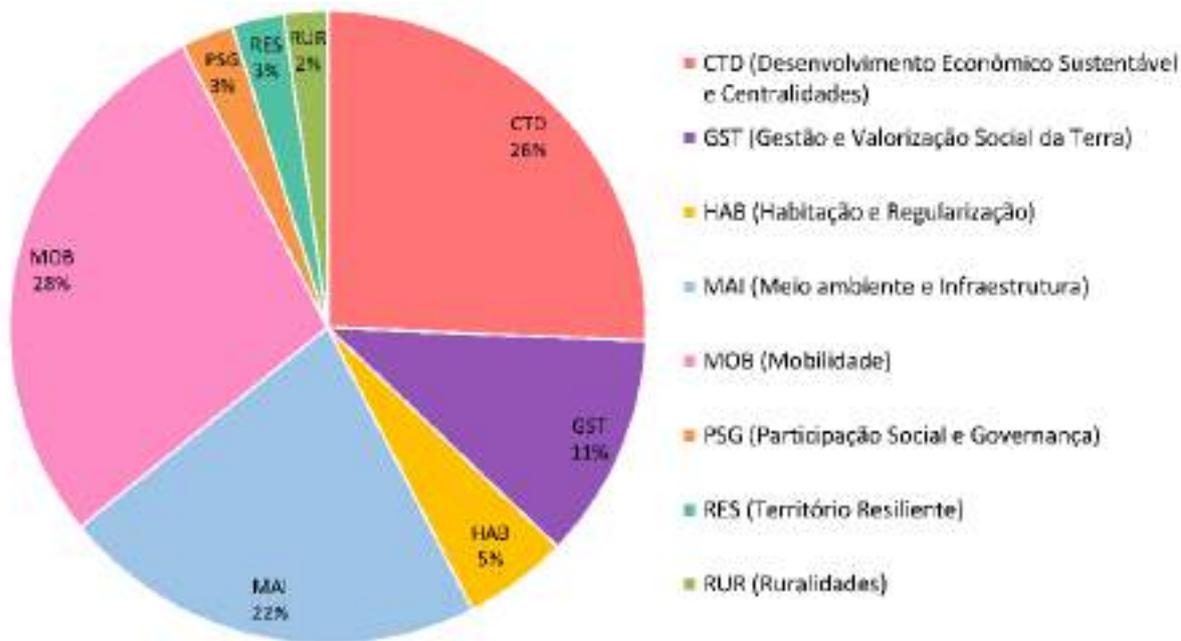
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 148** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Mobilidade, representando 28% das ocorrências; Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 26% das ocorrências; e Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 22% das ocorrências.



Gráfico 148 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Fercal.

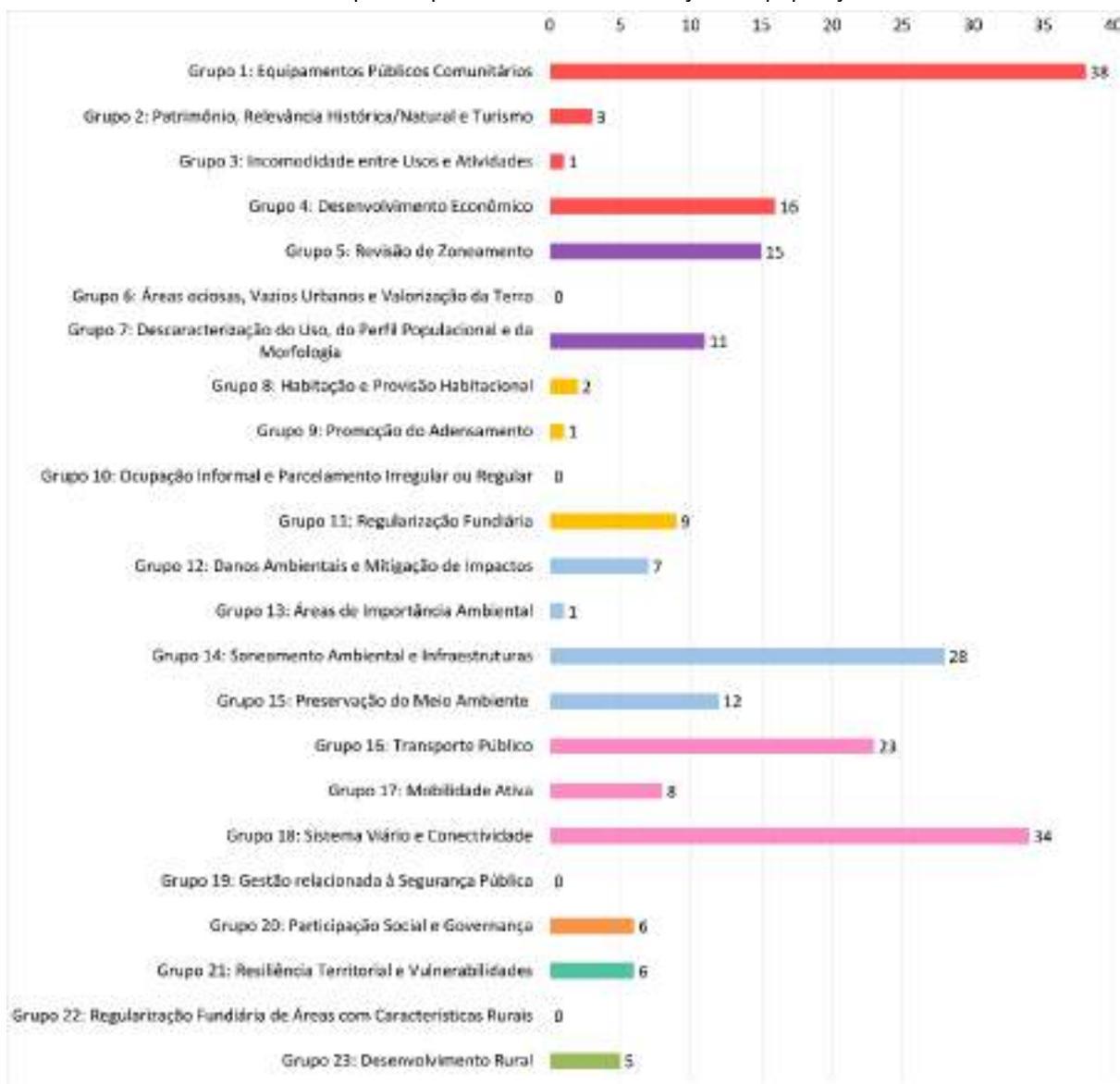


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 149**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 38 ocorrências; Grupo 18 (Sistema Viário e Conectividade), que pertence ao Eixo Mobilidade, com 34 ocorrências; e Grupo 14 (Saneamento Ambiental e Infraestruturas), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 28 ocorrências.



Gráfico 149 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Fercal.

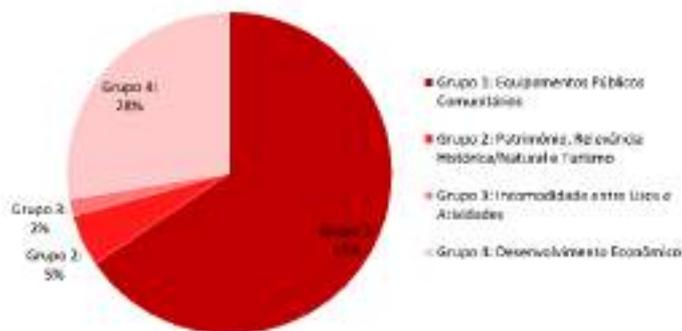


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 150**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 65% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 28% das ocorrências. O Grupo 2, relacionado a Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, representa 5% das ocorrências, enquanto o Grupo 3, que aborda Incomodidade entre Usos e Atividades, representa 2% das ocorrências.



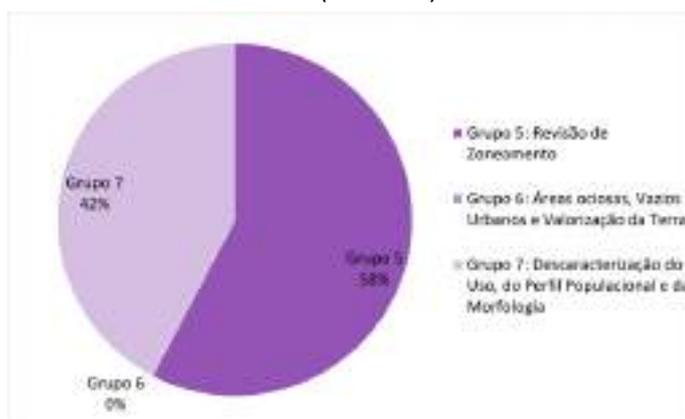
Gráfico 150 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Fercal).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 151** o Grupo 5, que trata da Revisão de Zoneamento, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 58% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 7, que se refere à Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, aparece representando 42% das ocorrências. O Grupo 6 (Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra) não apresentou ocorrências.

Gráfico 151 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Fercal).



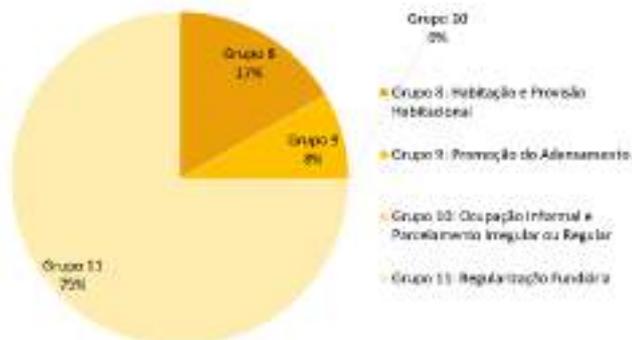
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 152** o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 75% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 8, que se refere à Habitação e Provimento Habitacional, aparece representando 17% das ocorrências. O Grupo 9,



relacionado a Promoção do Adensamento, representa 8% das ocorrências. O Grupo 10 (Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular) não apresentou ocorrências.

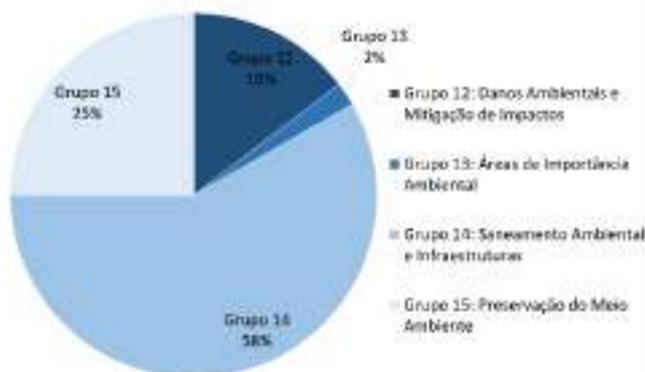
Gráfico 152 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Fercal).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 153**, o Grupo 14, que trata das Saneamento Ambiental e Infraestruturas, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 58% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 15, que se refere ao Preservação do Meio Ambiente, aparece representando 25% das ocorrências. O Grupo 12, relacionado a Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 12% das ocorrências, enquanto o Grupo 13, que aborda Áreas de Importância Ambiental, representa 2% das ocorrências.

Gráfico 153 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Fercal).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 154**, o Grupo 18, que trata de Sistema Viário e Conectividade, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 52% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 16, que se refere à Transporte Público, aparece representando 35% das ocorrências. Já o Grupo 17, relacionado a Mobilidade Ativa, representa 12% das ocorrências.

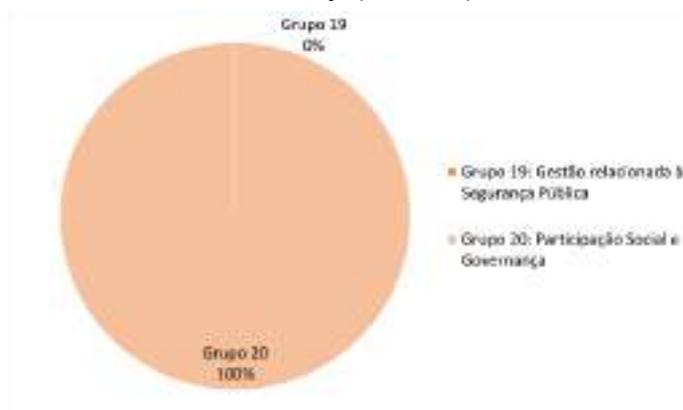
Gráfico 154 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Fercal).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 155**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 100% das ocorrências. O Grupo 19 (Gestão Relacionada à Segurança Pública) não apresentou ocorrências.

Gráfico 155 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Fercal).

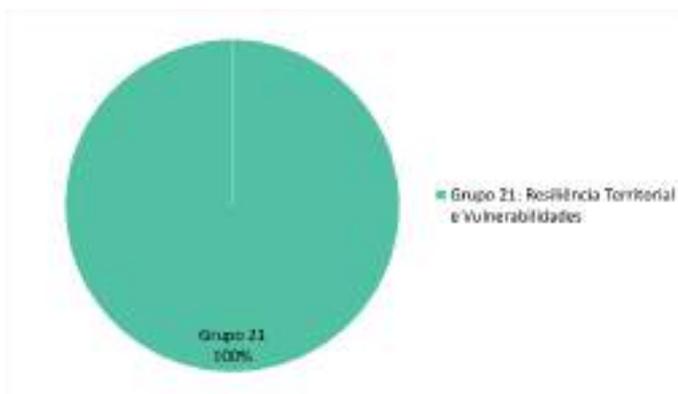


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 156** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

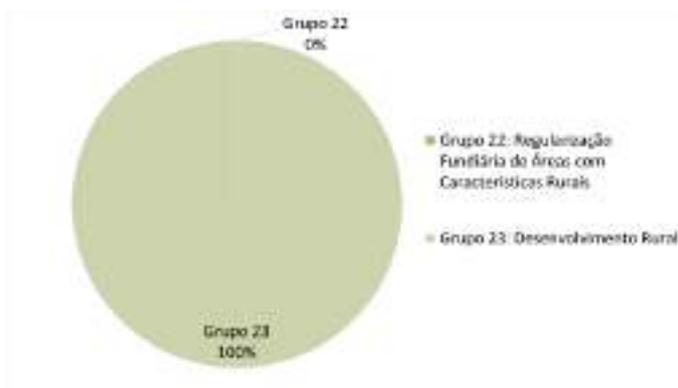
Gráfico 156 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Fercal).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 157**, o Grupo 23, que trata de Desenvolvimento Rural, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 100% das ocorrências. O Grupo 22 (Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais), não apresentou ocorrências.

Gráfico 157 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Fercal).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 86**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 86 – Ocorrências de Problemáticas – RA Fercal.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 9	Há demandas relacionadas a promoção do adensamento.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.2.15 23ª Oficina Participativa: SCIA/Estrutural

Quadro 87 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – SCIA/Estrutural.

Data da Oficina Participativa:	19/08/2023
Local da Oficina Participativa:	Pátio da Escola Militar da Estrutural, localizado no Setor Central, AE 3, Vila Estrutural, Estrutural, Brasília – DF
Quantidade de participantes:	549 (População) 34 (Técnicos GDF)
Quantidade de grupos (dinâmica):	11

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



Figura 26 – Fotografias da Oficina Participativa RA SCIA/Estrutural.



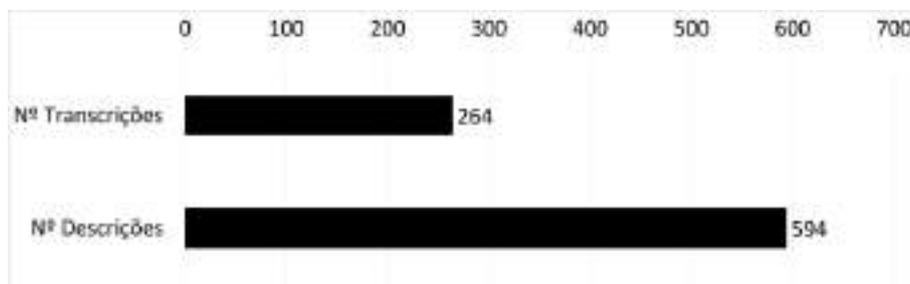
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A **23ª Oficina Participativa – Região Administrativa SCIA/Estrutural** ocorreu no dia 19/08/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 09h às 12h, no Pátio da Escola Militar da Estrutural, Setor Central, AE 3, Vila Estrutural, Estrutural, Brasília – DF, e contou com 584 pessoas no total, que foram divididas em 11 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa de SCIA/Estrutural (RA XXV). Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 158** tais contribuições, resultaram em 264 transcrições e 594 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.



Gráfico 158 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA SCIA/Estrutural).



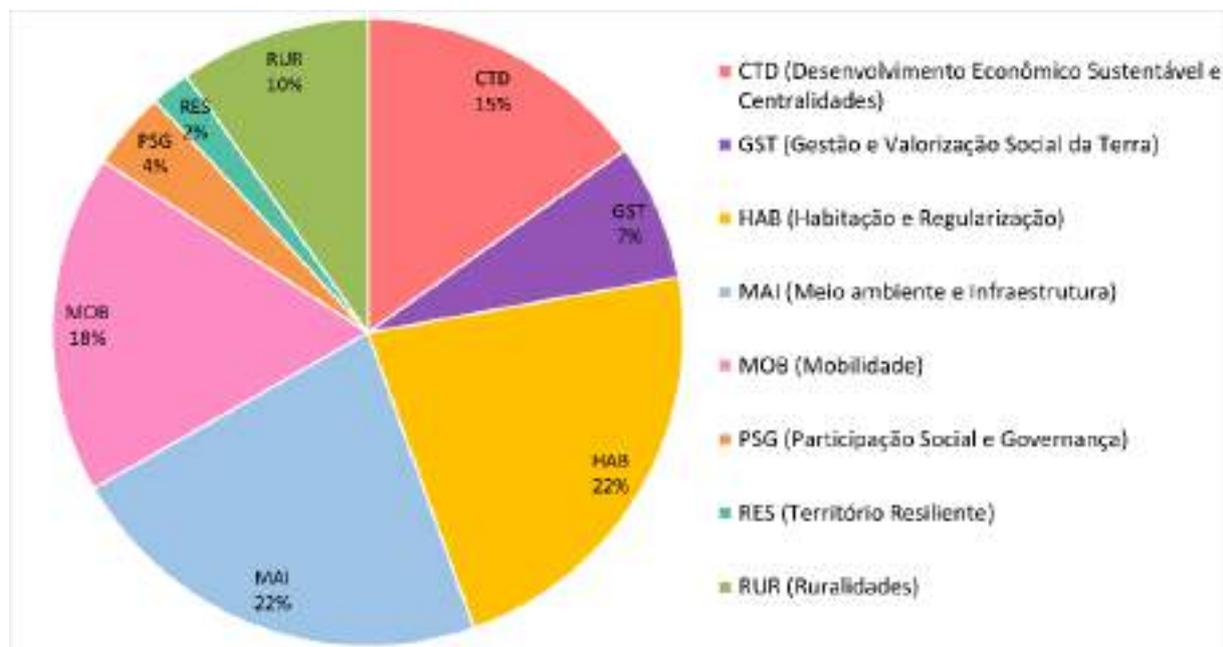
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 159** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 22% das ocorrências; Eixo Habitação e Regularização, representando 22% das ocorrências; e Eixo Mobilidade, representando 18% das ocorrências.



Gráfico 159 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA SCIA/Estrutural.

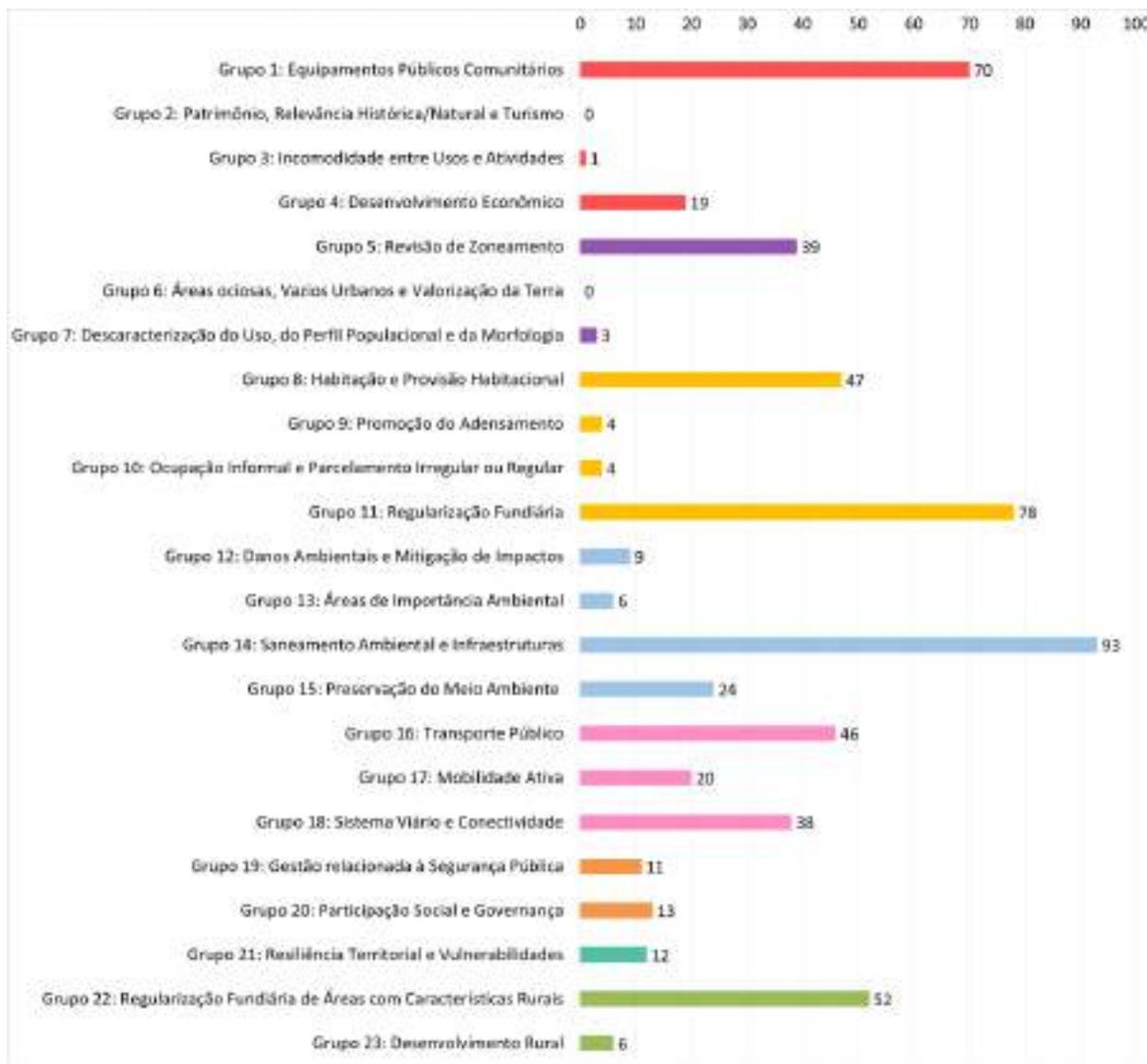


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 160**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 14 (Saneamento Ambiental e Infraestruturas), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 93 ocorrências; Grupo 11 (Regularização Fundiária), que pertence ao Eixo Habitação e Regularização, com 78 ocorrências; e Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 70 ocorrências.



Gráfico 160 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA SCIA/Estrutural.

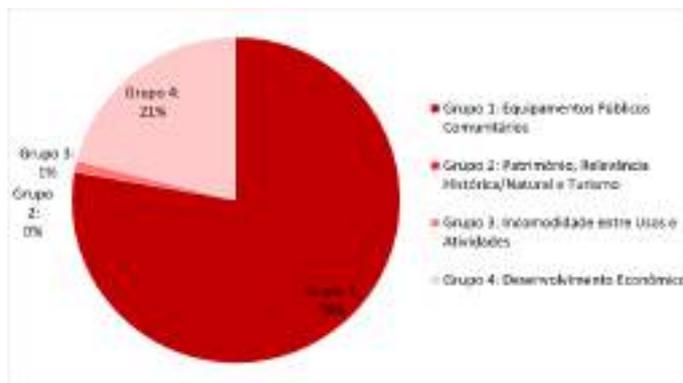


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 161**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 78% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 21% das ocorrências. O Grupo 3, que aborda Incomodidade entre Usos e Atividades, representando 1% das ocorrências e o Grupo 2, relacionado a Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, não apresentou ocorrências.



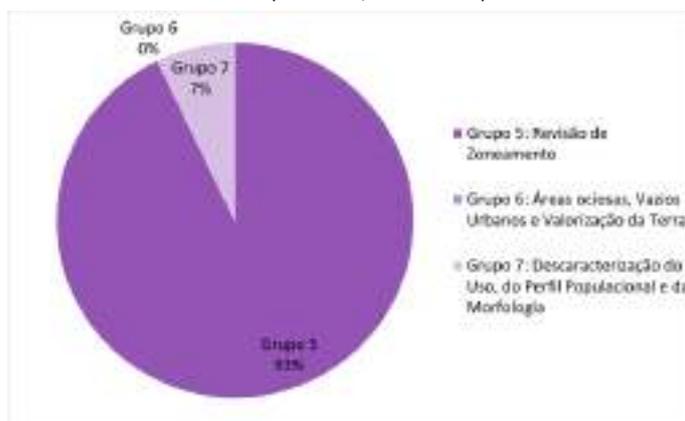
Gráfico 161 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA SCIA/Estrutural).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 162** o Grupo 5, que trata da Revisão de Zoneamento, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 93% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 7, que se refere à Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, aparece representando 7% das ocorrências. Já o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, não apresentou ocorrências.

Gráfico 162 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA SCIA/Estrutural).



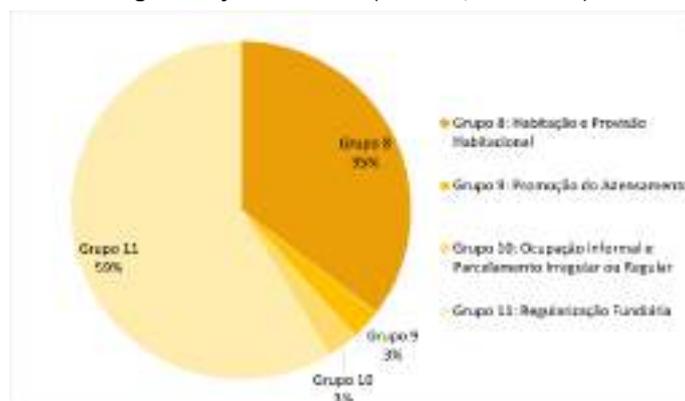
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 163** o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 59% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 8, que se refere à Habitação e Provimento Habitacional, aparece representando 35% das ocorrências. O Grupo 9,



relacionado a Promoção do Adensamento, e o Grupo 10, que aborda Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, apresentam a mesma incidência, representando 3% das ocorrências.

Gráfico 163 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA SCIA/Estrutural).

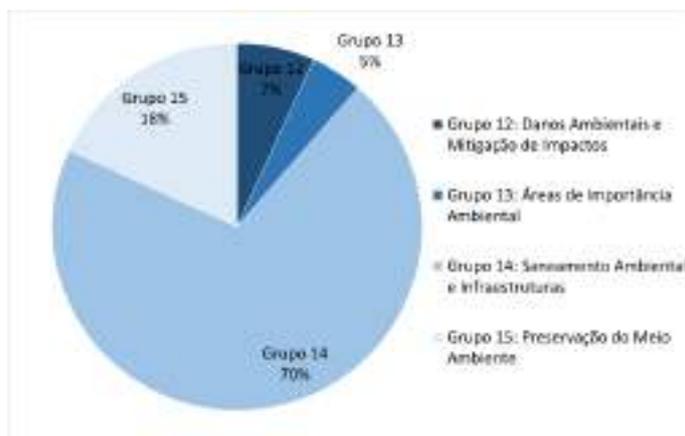


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 164**, o Grupo 14, que trata das Saneamento Ambiental e Infraestruturas, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 70% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 15, que se refere à Preservação do Meio Ambiente, aparece representando 18% das ocorrências. O Grupo 12, relacionado a Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, aparece representando 7% das ocorrências. Já o Grupo 13, que aborda Áreas de Importância Ambiental, apresentam a mesma incidência, representando 5% das ocorrências.



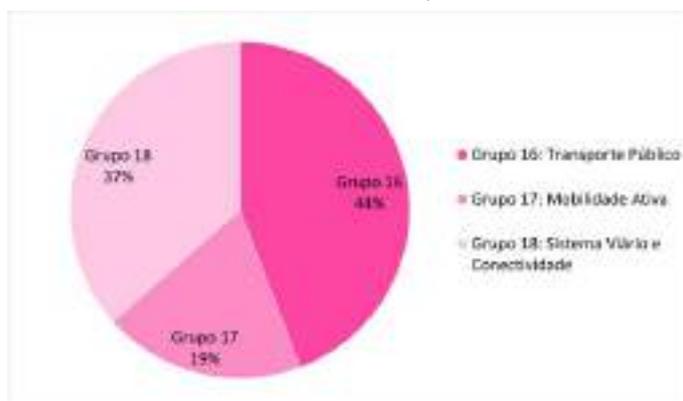
Gráfico 164 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA SCIA/Estrutural).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 165**, o Grupo 16, que trata de Transporte Público, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 44% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 18, que se refere à Sistema Viário e Conectividade, aparece representando 37% das ocorrências. Já o Grupo 17, relacionado a Mobilidade Ativa, representa 19% das ocorrências.

Gráfico 165 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA SCIA/Estrutural).

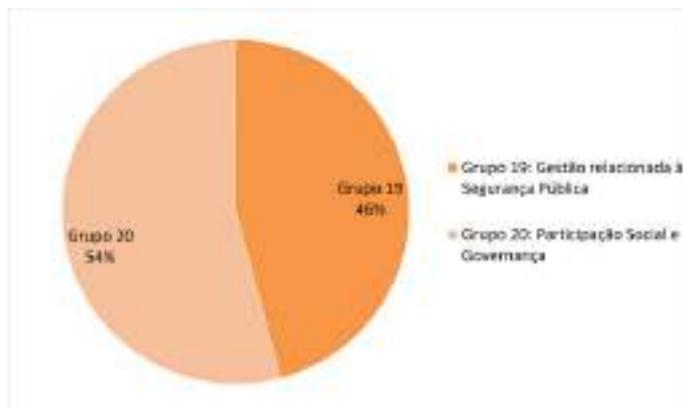


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 166**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 54% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada a Segurança Pública, representa 46% das ocorrências.



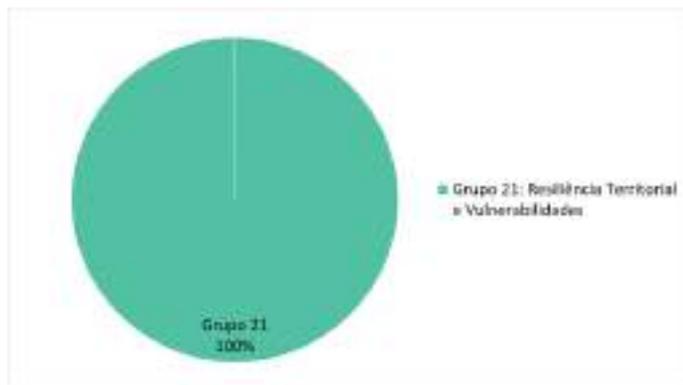
Gráfico 166 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA SCIA/Estrutural).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 167** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

Gráfico 167 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA SCIA/Estrutural).

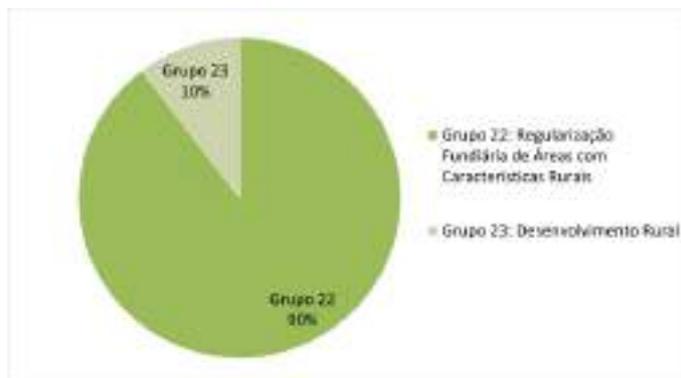


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 168**, o Grupo 22, que trata de Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 90% das ocorrências. Já o Grupo 23 que se refere à Desenvolvimento Rural, representa 10% das ocorrências.



Gráfico 168 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA SCIA/Estrutural).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 88**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 88 – Ocorrências de Problemáticas – RA SCIA/Estrutural.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 9	Há demandas relacionadas a promoção do adensamento.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou



Código	Problemática
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.2.16 24ª Oficina Participativa: Lago Sul

Quadro 89 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Lago Sul.

Data da Oficina Participativa:	24/08/2023
Local da Oficina Participativa:	Colégio Mackenzie, localizado na SHIS QI 5, Chácara 74 a 79, Lago Sul, Brasília – DF
Quantidade de participantes:	57 (População) 42 (Técnicos GDF)
Quantidade de grupos (dinâmica):	04

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 27 – Fotografias da Oficina Participativa RA Lago Sul.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

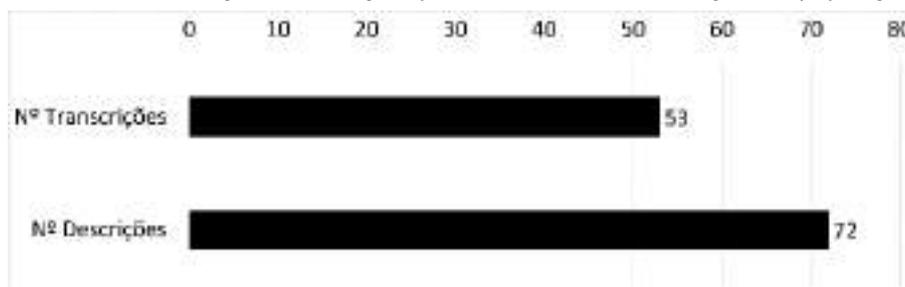
A 24ª Oficina Participativa – Região Administrativa Lago Sul ocorreu no dia 24/08/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 19h às 22h, no Colégio Mackenzie, SHIS QI 5, Chácara 74 a 79, Lago Sul, Brasília – DF, e contou com 99 pessoas no total, que foram divididas em 04 grupos de



discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa de Lago Sul (RA XVI). Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 169** tais contribuições, resultaram em 53 transcrições e 72 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.

Gráfico 169 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Lago Sul).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

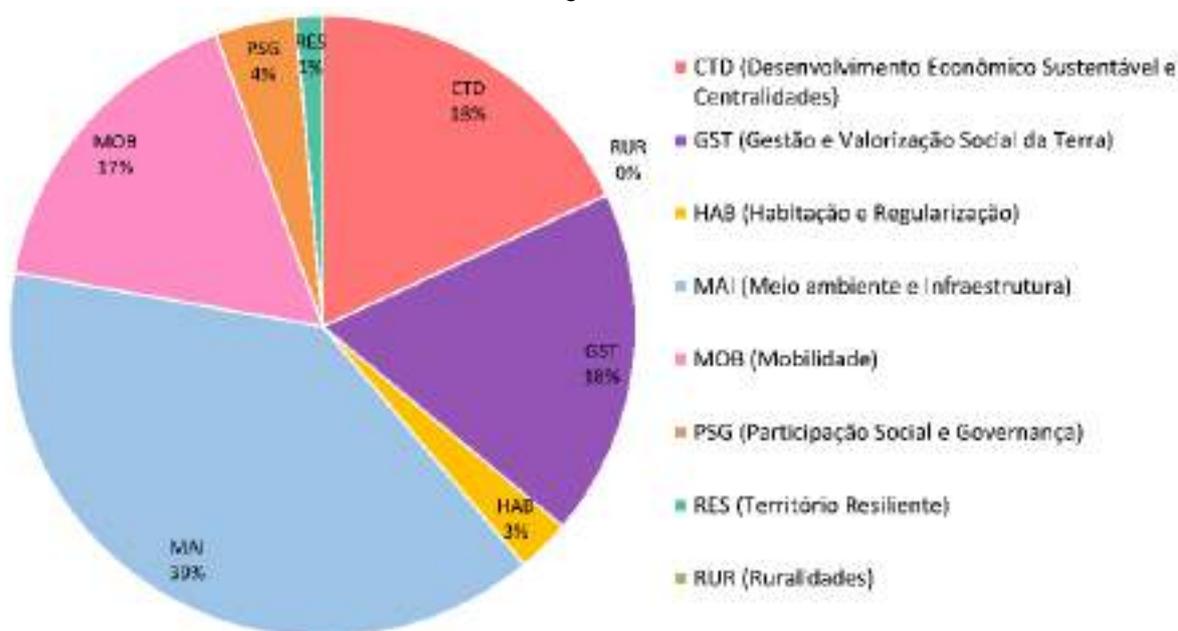
A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 170** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 39% das ocorrências; ambos os Eixos Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades e o Gestão e Valorização Social da Terra representam 18% das ocorrências cada um; e o Eixo Mobilidade, representando 17% das ocorrências.



Gráfico 170 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Lago Sul.

3

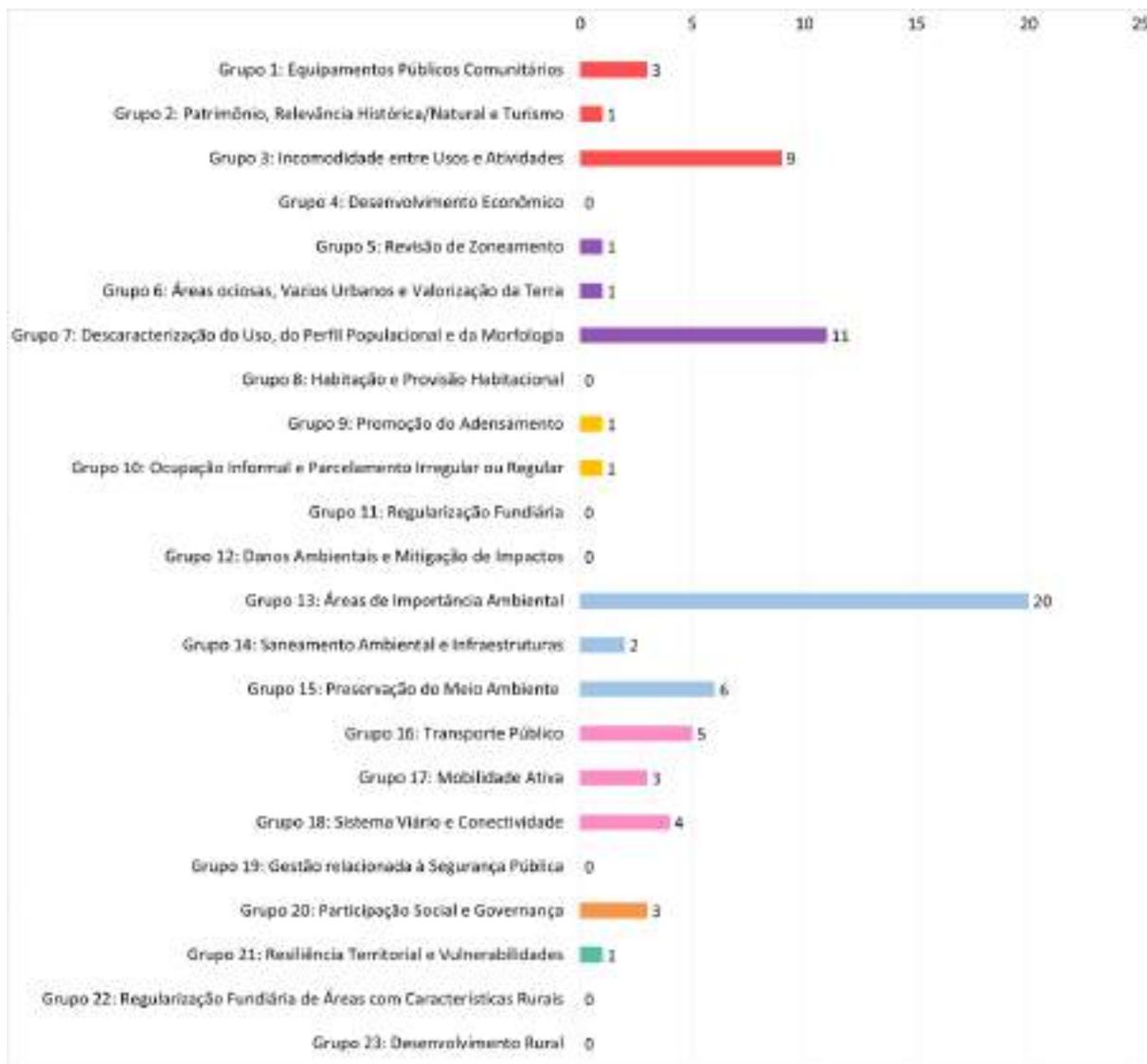


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 171**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 13 (Áreas de Importância Ambiental), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 20 ocorrências; Grupo 7 (Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia), que pertence ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra, com 11 ocorrências; e Grupo 3 (Incomodidade entre Usos e Atividades), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 9 ocorrências. O Eixo Ruralidades não apresentou ocorrências nas contribuições da população coletadas durante a Oficina Participativa do Lago Sul (RA XVI).



Gráfico 171 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Lago Sul.

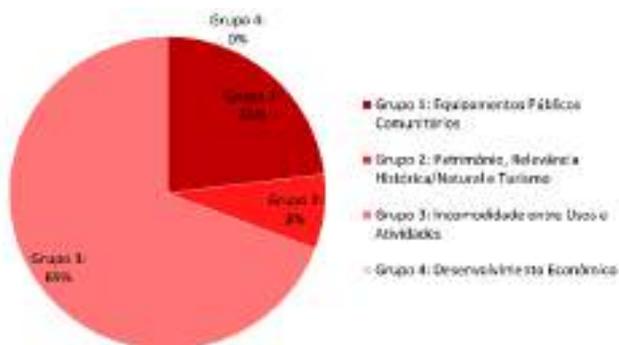


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 172**, o Grupo 3, que trata de Incomodidade entre Usos e Atividades, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 69% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 1, que se refere ao Equipamentos Públicos Comunitários, aparece representando 23% das ocorrências. O Grupo 2, relacionado a Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, representa 8% das ocorrências. O Grupo 4 (Desenvolvimento Econômico) não apresentou ocorrências.



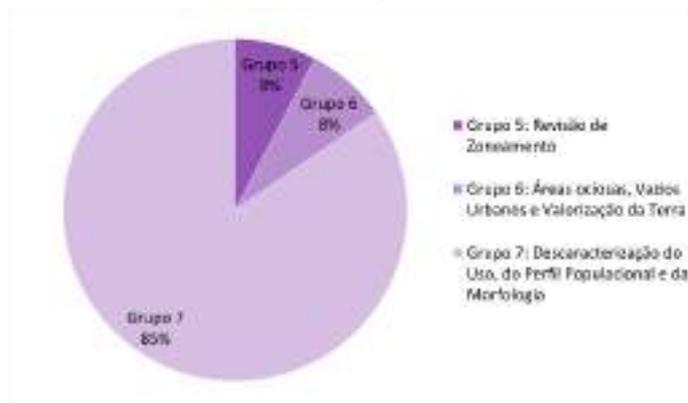
Gráfico 172 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Lago Sul).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 173** o Grupo 7, que trata da Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 85% das ocorrências. Ambos o Grupo 5, que se refere à Revisão de Zoneamento, e o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, representam 8% das ocorrências cada um.

Gráfico 173 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Lago Sul).

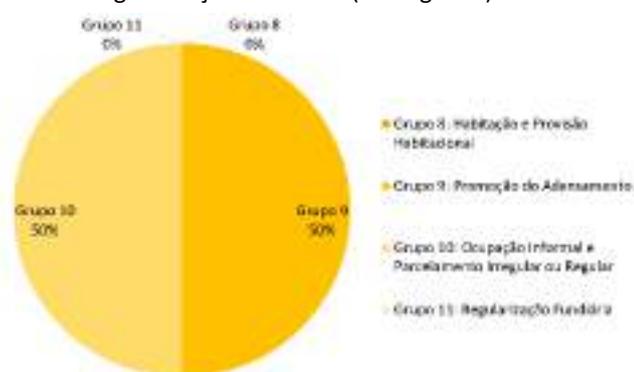


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 174** tanto o Grupo 10, que trata de Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, como o Grupo 9, que se refere à Promoção do Adensamento, aparecem representados com 50% das ocorrências cada um. O Grupo 8, relacionado a Habitação e Provimento Habitacional, e o Grupo 11, que aborda Regularização Fundiária, não apresentaram ocorrências.



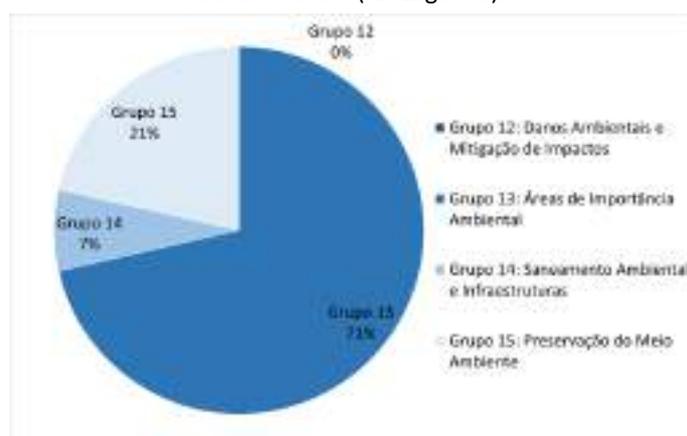
Gráfico 174 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Lago Sul).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 175**, o Grupo 13, que trata das Áreas de Importância Ambiental, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 71% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 15, que se refere ao Preservação do Meio Ambiente, aparece representando 21% das ocorrências. O Grupo 14, relacionado a Saneamento Ambiental e Infraestruturas, representa 7% das ocorrências. O Grupo 12 (Danos Ambientais e Mitigação de Impactos) não apresentou ocorrências.

Gráfico 175 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Lago Sul).



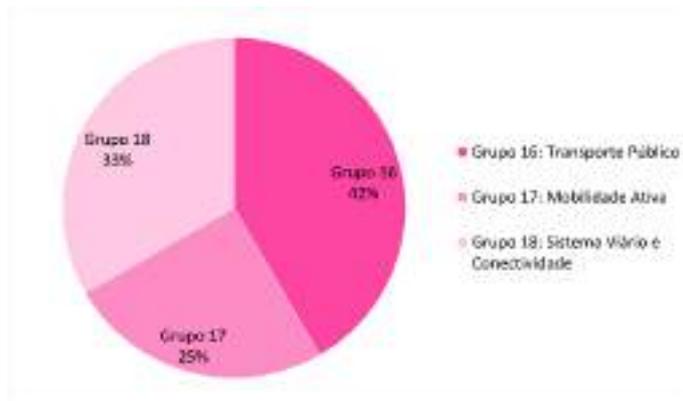
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 176**, o Grupo 16, que trata de Transporte Público, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 42% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 18, que se refere à Sistema Viário e



Conectividade, aparece representando 33% das ocorrências. Já o Grupo 17, relacionado a Mobilidade Ativa, representa 25% das ocorrências.

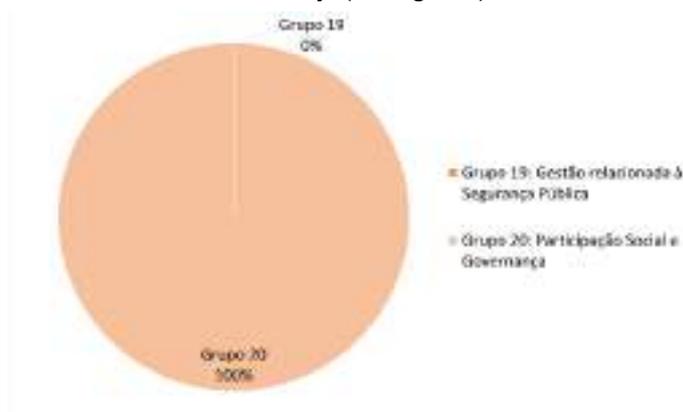
Gráfico 176 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Lago Sul).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 177**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 100% das ocorrências. Já o Grupo 19 (Gestão Relacionada a Segurança Pública), não apresentou ocorrências.

Gráfico 177 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Lago Sul).



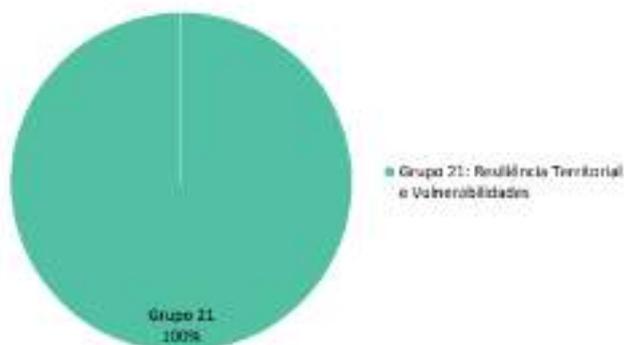
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 178** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições



da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

Gráfico 178 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Lago Sul).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 90**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 90 – Ocorrências de Problemáticas – RA Lago Sul.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 9	Há demandas relacionadas a promoção do adensamento.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Código	Problemática
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 9	Há demandas relacionadas a promoção do adensamento.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.2.17 25ª Oficina Participativa: Samambaia

Quadro 91 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Samambaia.

Data da Oficina Participativa:	26/08/2023
Local da Oficina Participativa:	Auditório do Complexo Cultural de Samambaia, localizado no Centro Urbano, Quadra 301, Conjunto 05, Lote 01, Samambaia, Brasília – DF
Quantidade de participantes:	127 (População) 24 (Técnicos GDF)
Quantidade de grupos (dinâmica):	05

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



Figura 28 – Fotografias da Oficina Participativa RA Samambaia..



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A 25ª Oficina Participativa – Região Administrativa Samambaia ocorreu no dia 26/08/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 09h às 12h, no Auditório do Complexo Cultural de Samambaia, Centro Urbano, Quadra 301, Conjunto 05, Lote 01, Samambaia, Brasília – DF, e contou com 151 pessoas no total, que foram divididas em 05 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa de Samambaia (RA XII). Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 179** tais contribuições, resultaram em 153 transcrições e 268 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.



Gráfico 179 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Samambaia).



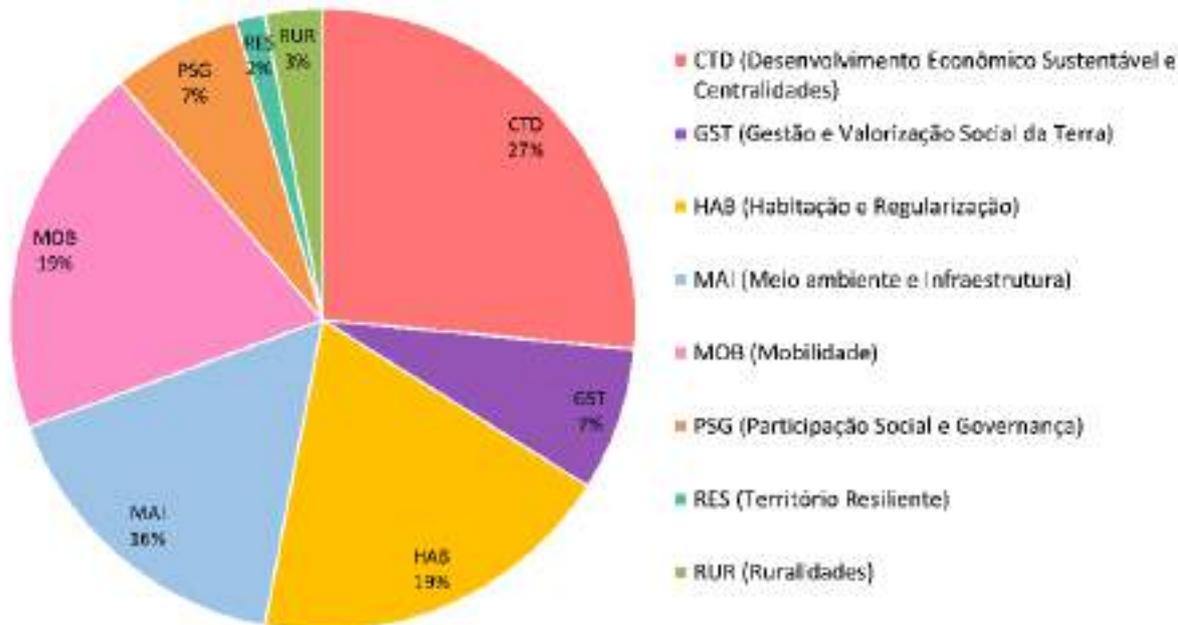
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 180** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 27% das ocorrências. Tanto o Eixo Habitação e Regularização quanto o Eixo Mobilidade, apresentam a mesma incidência, representando 19% das ocorrências.



Gráfico 180 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Samambaia.

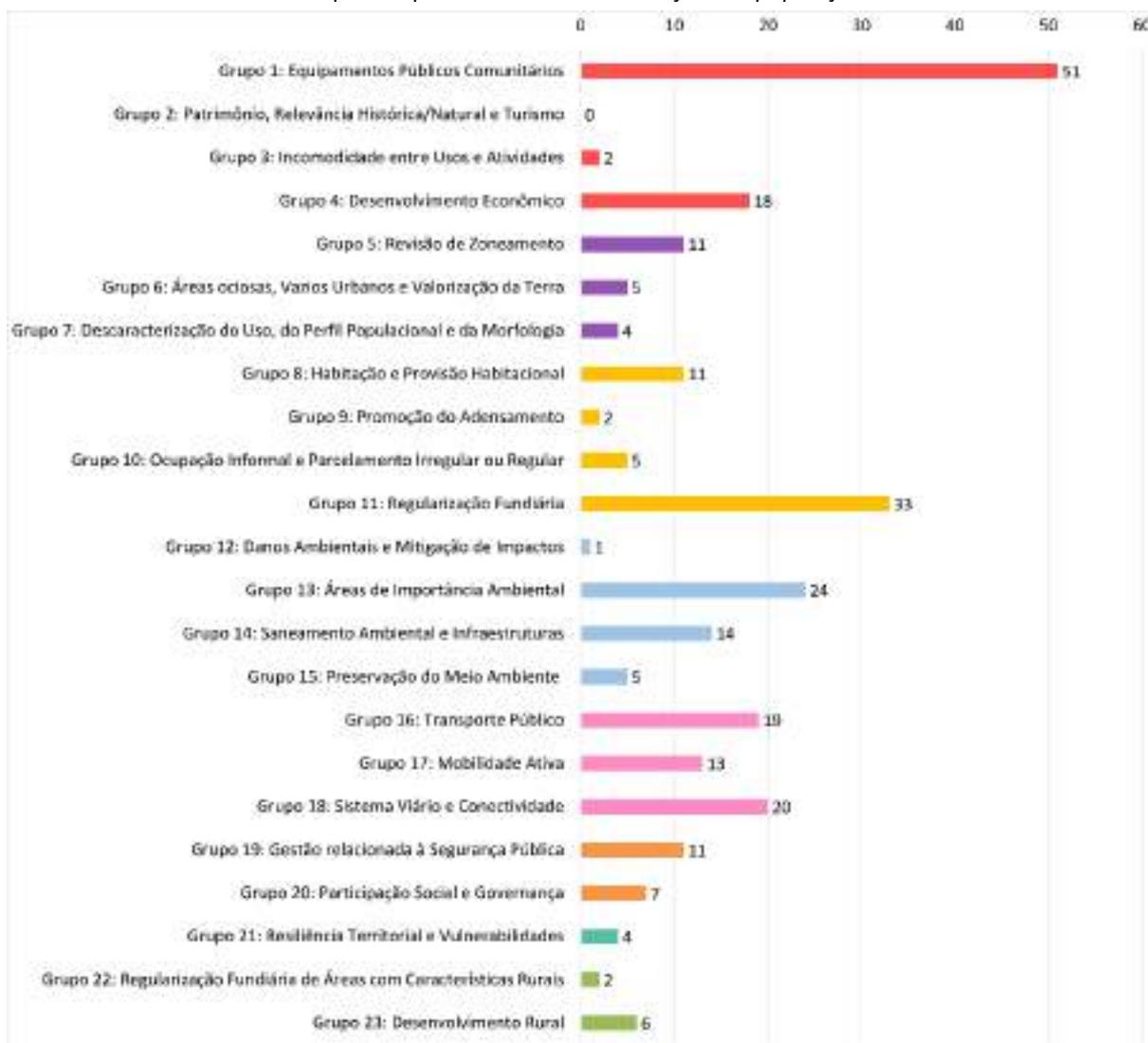


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 181**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 51 ocorrências; Grupo 11 (Regularização Fundiária), que pertence ao Eixo Habitação e Regularização, com 33 ocorrências; e Grupo 13 (Áreas de Importância Ambiental), que pertence ao Meio Ambiente e Infraestrutura, com 24 ocorrências.



Gráfico 181 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Samambaia.

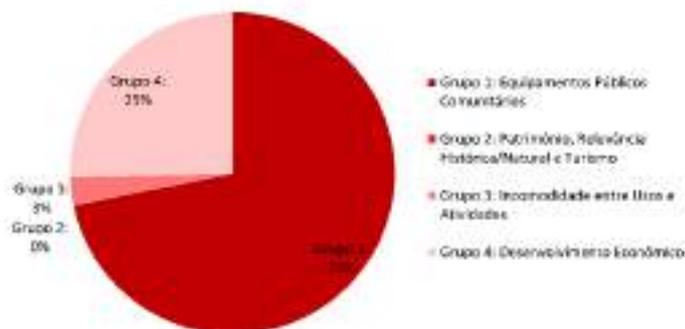


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 182**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 72% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 25% das ocorrências. O Grupo 3, relacionado a Incomodidade entre Usos e Atividades, representa 3% das ocorrências, enquanto o Grupo 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, não apresentou ocorrências.



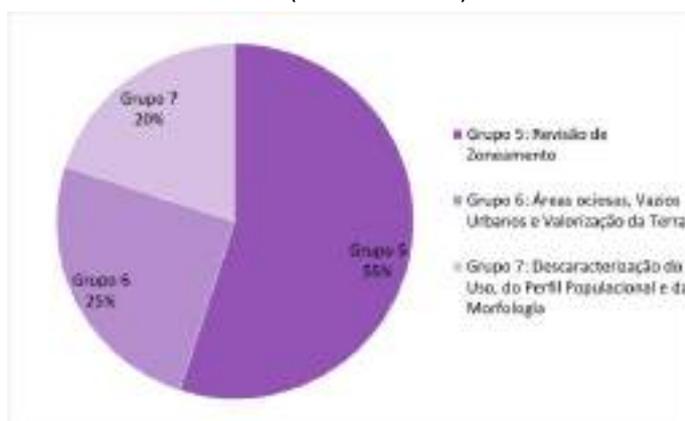
Gráfico 182 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Samambaia).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 183** o Grupo 5, que trata da Revisão de Zoneamento, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 55% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 6, que se refere às Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, aparece representando 25% das ocorrências. Já o Grupo 7, relacionado a Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, representa 20% das ocorrências.

Gráfico 183 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Samambaia).



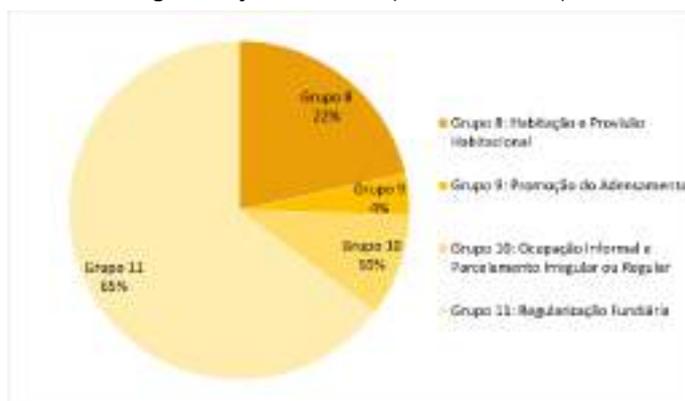
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 184** o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 65% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 8, que se refere à Habitação e Provimento Habitacional, aparece representando 22% das ocorrências. O Grupo 10,



relacionado a Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, representa 10% das ocorrências, enquanto o Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, representa 4% das ocorrências.

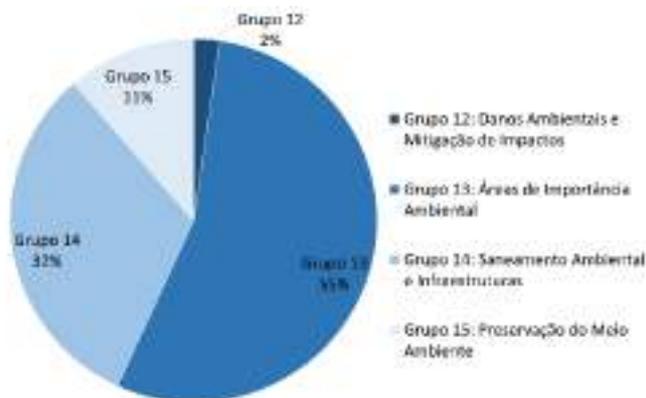
Gráfico 184 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Samambaia).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 185**, o Grupo 13, que trata das Áreas de Importância Ambiental, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 55% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 14, que se refere ao Saneamento Ambiental e Infraestruturas, aparece representando 32% das ocorrências. O Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, representa 11% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 2% das ocorrências.

Gráfico 185 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Samambaia).

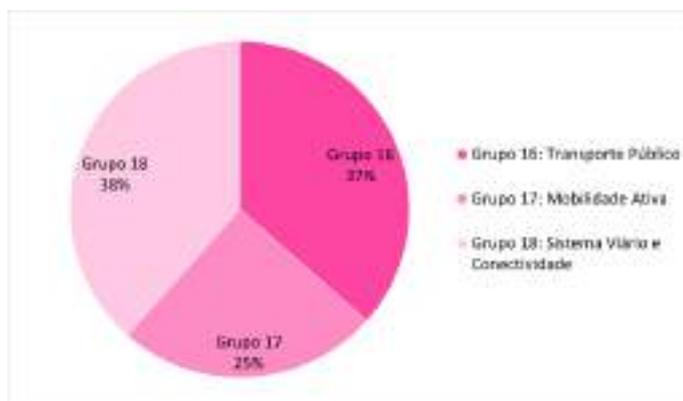


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 186**, o Grupo 18, que trata de Sistema Viário e Conectividade, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 38% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 16, que se refere à Transporte Público, aparece representando 37% das ocorrências. Já o Grupo 17, relacionado a Mobilidade Ativa, representa 25% das ocorrências.

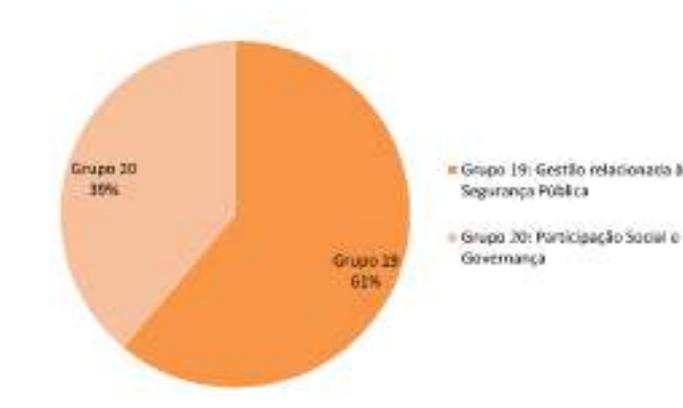
Gráfico 186 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Samambaia).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 187**, o Grupo 19, que trata de Gestão Relacionada a Segurança Pública, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 61% das ocorrências. Já o Grupo 20, de Participação Social e Governança, representa 39% das ocorrências.

Gráfico 187 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Samambaia).

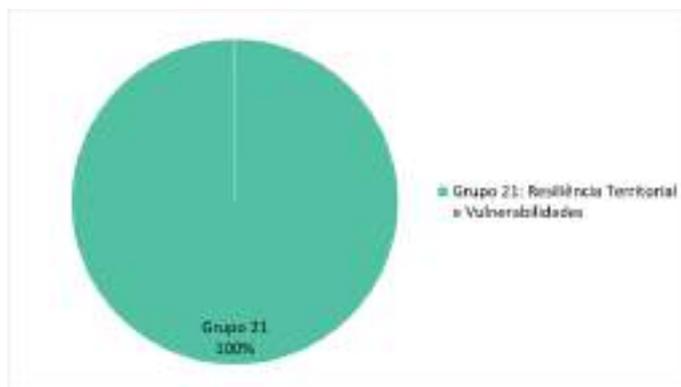


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 188** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

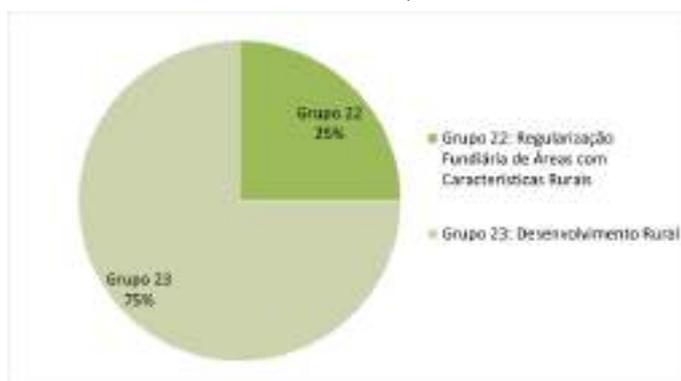
Gráfico 188 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Samambaia).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 189**, o Grupo 23, que trata de Desenvolvimento Rural, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 75% das ocorrências. Já o Grupo 22, que se refere à Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, representa 25% das ocorrências.

Gráfico 189 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Samambaia).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 92**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 92 – Ocorrências de Problemáticas – RA Samambaia.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 9	Há demandas relacionadas a promoção do adensamento.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.2.18 27ª Oficina Participativa: Taguatinga

Quadro 93 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Taguatinga.

Data da Oficina Participativa:	02/09/2023
Local da Oficina Participativa:	Auditório do Centro Universitário Projeção, localizado no Setor C Norte, Área Especial 05 e 06, Taguatinga Norte, Brasília – DF



Quantidade de participantes:	195 (População) 93 (Técnicos GDF)
Quantidade de grupos (dinâmica):	08

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 29 – Fotografias da Oficina Participativa RA Taguatinga.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

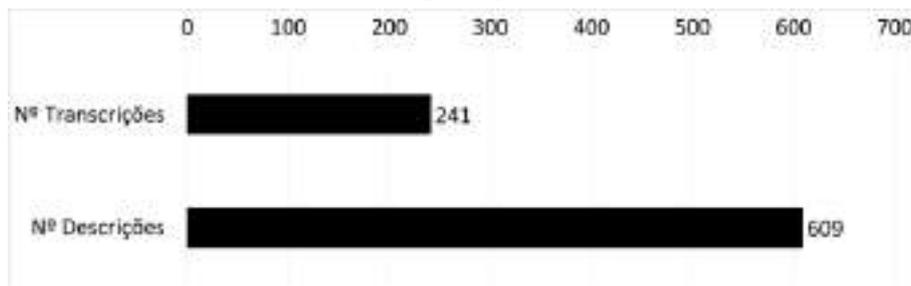
A 27ª Oficina Participativa – Região Administrativa Taguatinga ocorreu no dia 02/09/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 09h às 12h, no Auditório do Centro Universitário Projeção, Setor C Norte, Área Especial 05 e 06, Taguatinga Norte, Brasília – DF, e contou com 288 pessoas no total, que foram divididas em 08 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa de Taguatinga (RA III). Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 190** tais contribuições, resultaram em 241 transcrições e 609 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores



de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.

Gráfico 190 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Taguatinga).



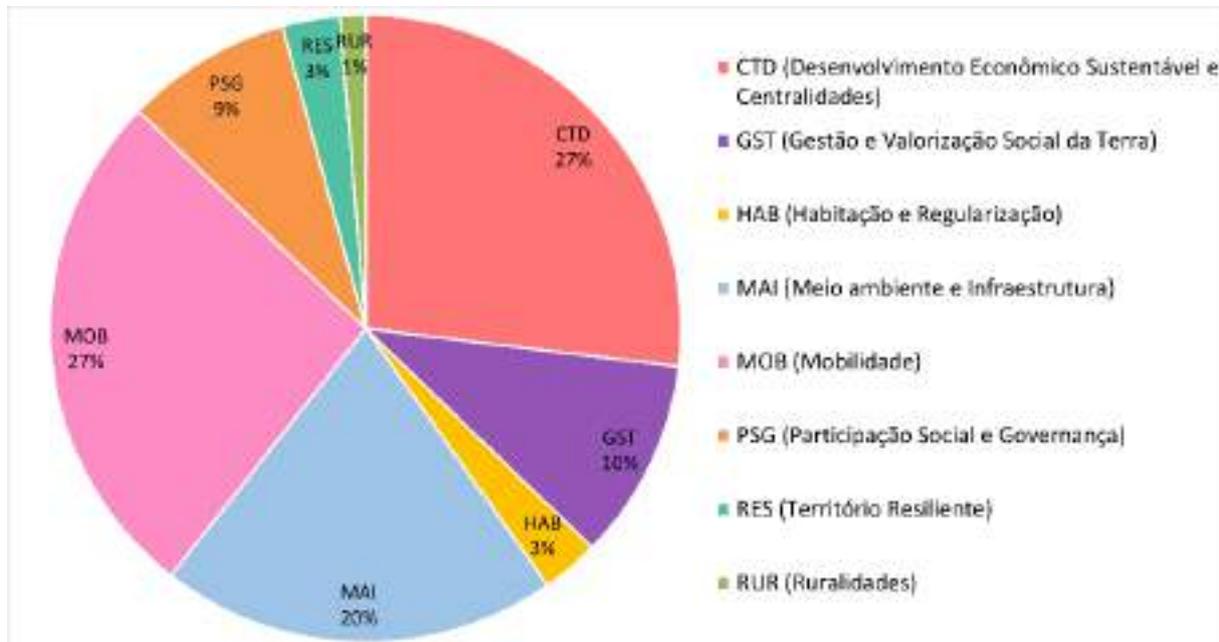
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 191** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades e o Eixo Mobilidade, ambos representando 27% das ocorrências e o Eixo Meio ambiente e Infraestrutura, representando 20% das ocorrências.



Gráfico 191 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Taguatinga.

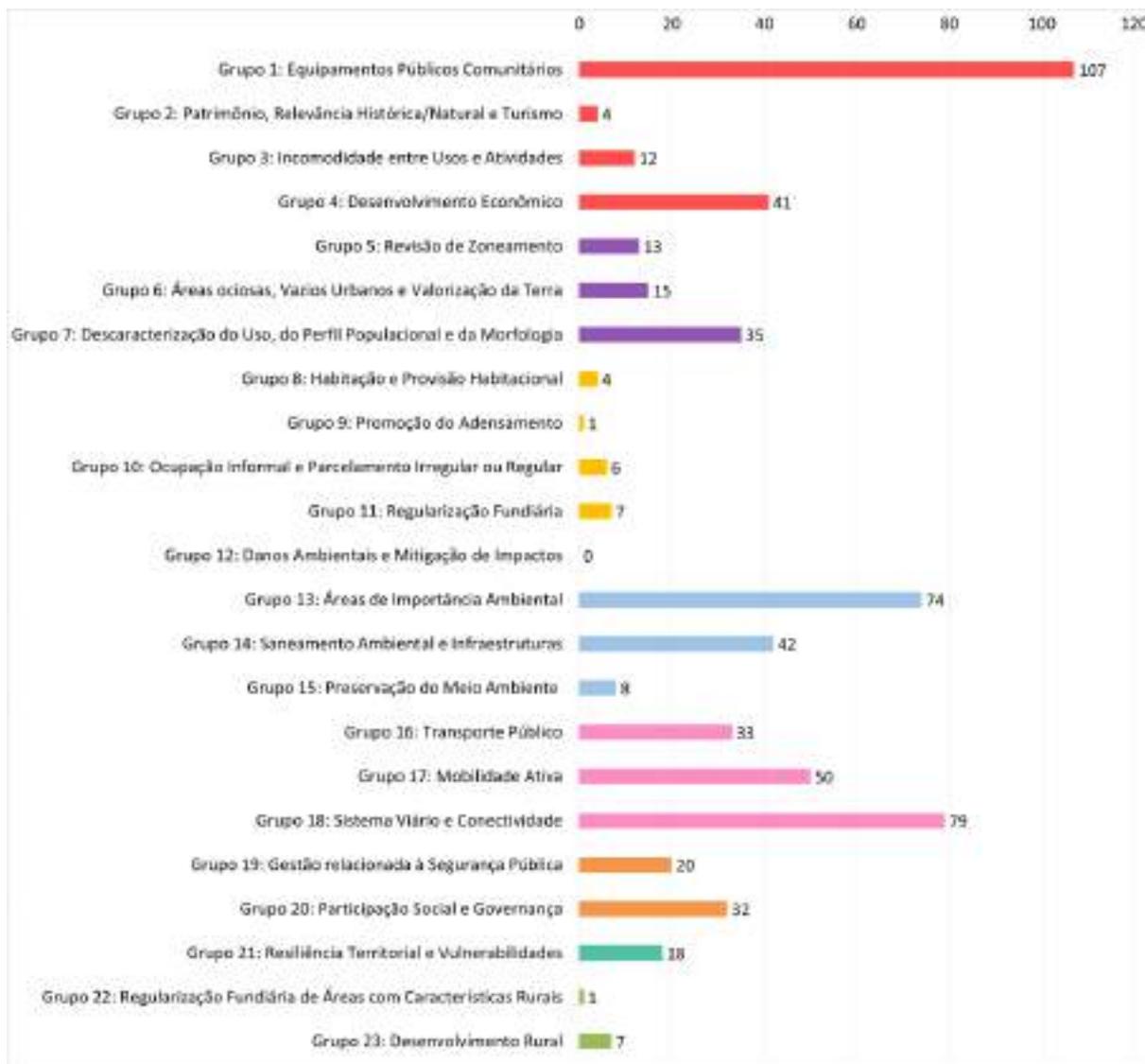


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 192**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 107 ocorrências; Grupo 18 (Sistema Viário e Conectividade), que pertence ao Eixo Mobilidade, com 79 ocorrências; e Grupo 13 (Áreas de Importância Ambiental), que pertence ao Eixo Meio ambiente e Infraestrutura, com 74 ocorrências.



Gráfico 192 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Taguatinga.

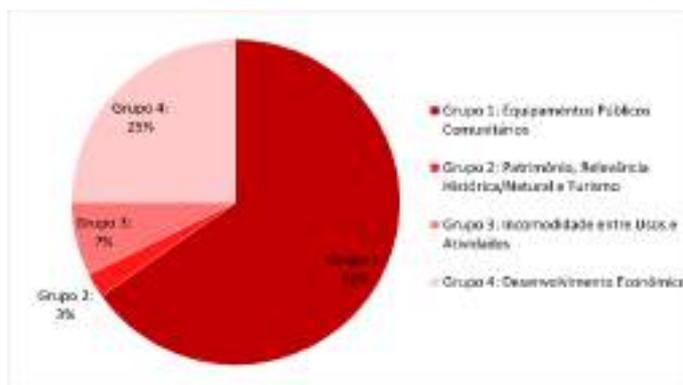


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 193**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 65% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 25% das ocorrências. O Grupo 3, relacionado a Incomodidade entre Usos e Atividades, representa 7% das ocorrências, enquanto o Grupo 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, representa 3% das ocorrências.



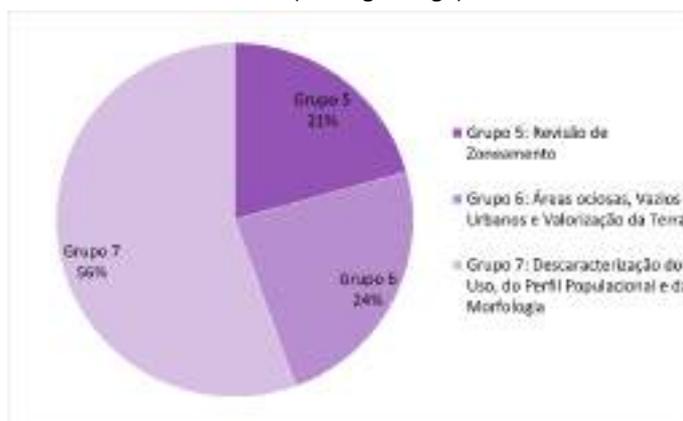
Gráfico 193 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Taguatinga).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 194** o Grupo 7, que trata da Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 56% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 6, que se refere à Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, aparece representando 24% das ocorrências. Já o Grupo 5, relacionado a Revisão de Zoneamento, representa 21% das ocorrências.

Gráfico 194 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Taguatinga).



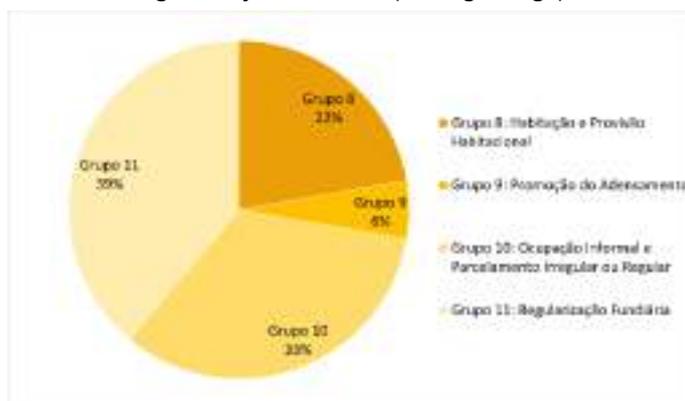
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 195** o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 39% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 10, que se refere à Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, aparece representando 33% das



ocorrências. O Grupo 8, relacionado a Habitação e Provimento Habitacional, representa 22% das ocorrências, enquanto o Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, representa 6% das ocorrências.

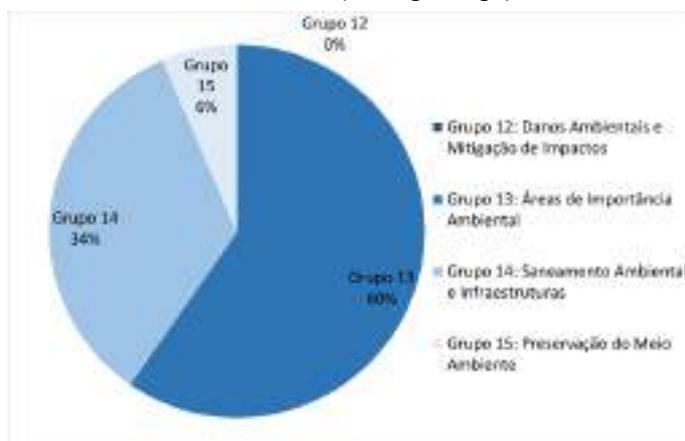
Gráfico 195 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Taguatinga).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 196**, o Grupo 13, que trata das Áreas de Importância Ambiental, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 60% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 14, que se refere ao Saneamento Ambiental e Infraestruturas, aparece representando 34% das ocorrências. O Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, representa 6% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, não apresentou ocorrências.

Gráfico 196 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Taguatinga).

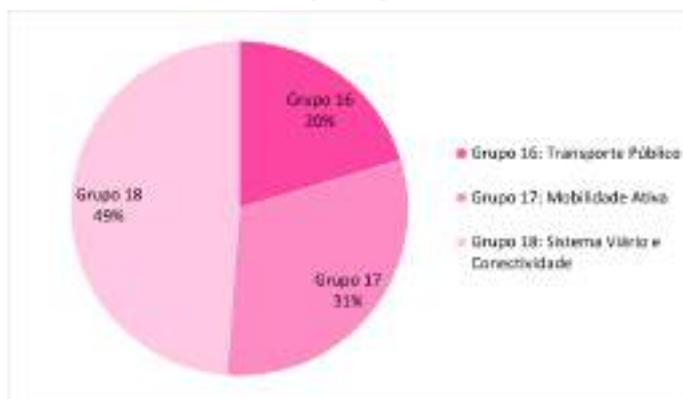


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 197**, o Grupo 18, que trata de Sistema Viário e Conectividade, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 49% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 17, que se refere à Mobilidade Ativa, aparece representando 31% das ocorrências. Já o Grupo 16, relacionado a Transporte Público, representa 20% das ocorrências.

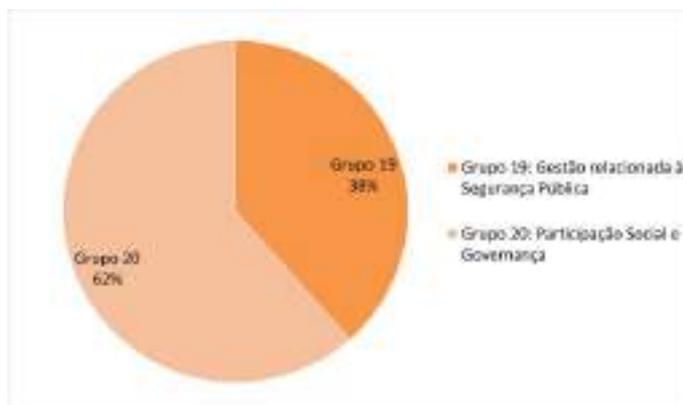
Gráfico 197 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Taguatinga).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 198** o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 62% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada a Segurança Pública, representa 38% das ocorrências.

Gráfico 198 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Taguatinga).

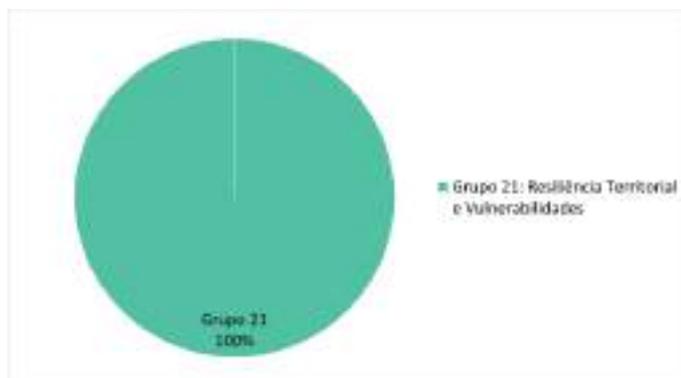


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 199** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

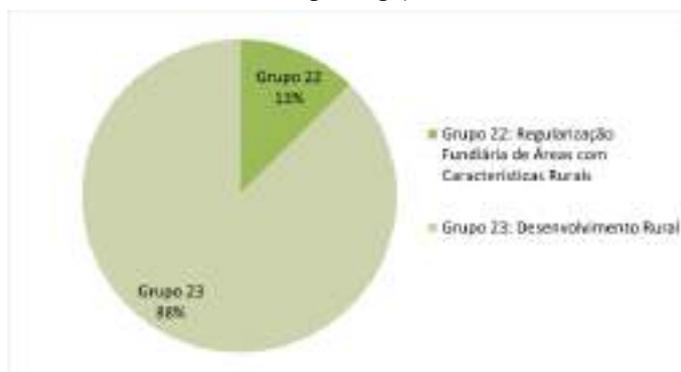
Gráfico 199 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Taguatinga).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 200**, o Grupo 23, que trata de Desenvolvimento Rural, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 88% das ocorrências. Já o Grupo 22, que se refere à Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, representa 13% das ocorrências.

Gráfico 200 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Taguatinga).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 94**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 94 – Ocorrências de Problemáticas – RA Taguatinga.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 9	Há demandas relacionadas a promoção do adensamento.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.2.19 28ª Oficina Participativa: Sudoeste/Octogonal

Quadro 95 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Sudoeste/Octogonal.

Data da Oficina Participativa:	05/09/2023
Local da Oficina Participativa:	Colégio CIMAN, localizado na AOS 1/4 - LT 08, Octogonal, Brasília – DF
Quantidade de participantes:	50 (População) 22 (Técnicos GDF)



Quantidade de grupos (dinâmica):	04
----------------------------------	----

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 30 – Fotografias da Oficina Participativa RA Sudoeste/Octogonal.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A 28ª Oficina Participativa – Região Administrativa Sudoeste/Octogonal ocorreu no dia 05/09/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 19h às 22h, Colégio CIMAN, AOS 1/4 - LT 08, Octogonal, Brasília – DF, e contou com 72 pessoas no total, que foram divididas em 04 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa de Sudoeste/Octogonal (RA XXII). Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 201**, tais contribuições, resultaram em 76 transcrições e 121 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.



Gráfico 201 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Sudoeste/Octogonal).



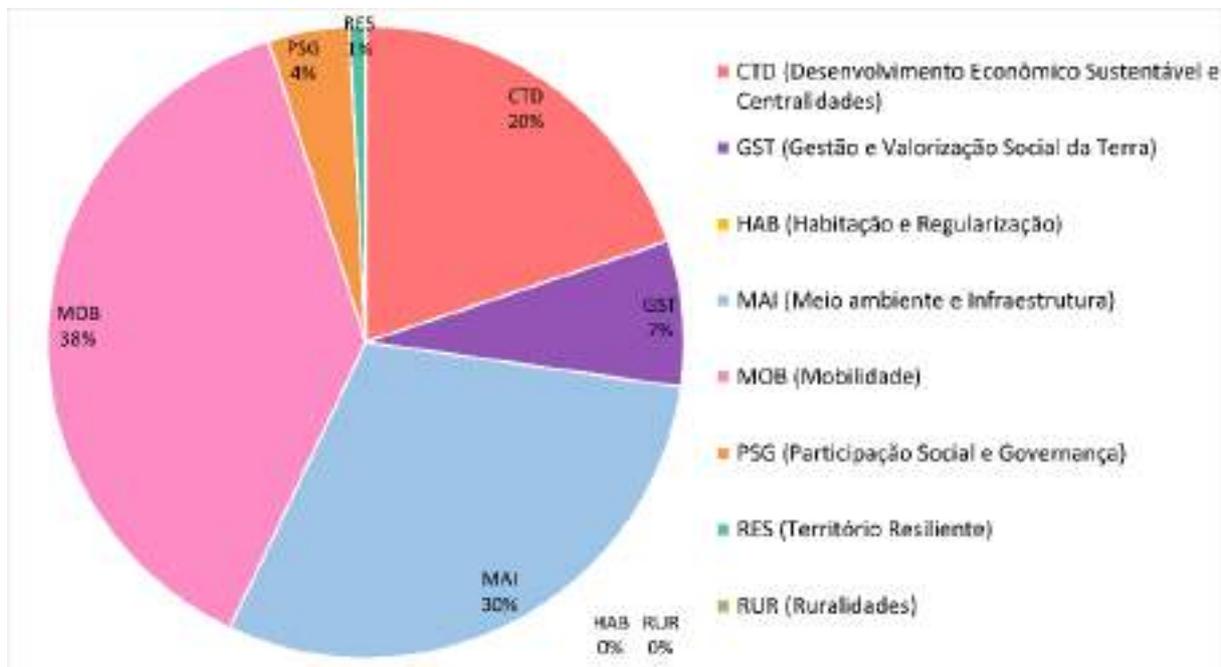
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 202** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Mobilidade, representando 38% das ocorrências; Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 30% das ocorrências; e Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 20% das ocorrências.



Gráfico 202 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Sudoeste/Octogonal.

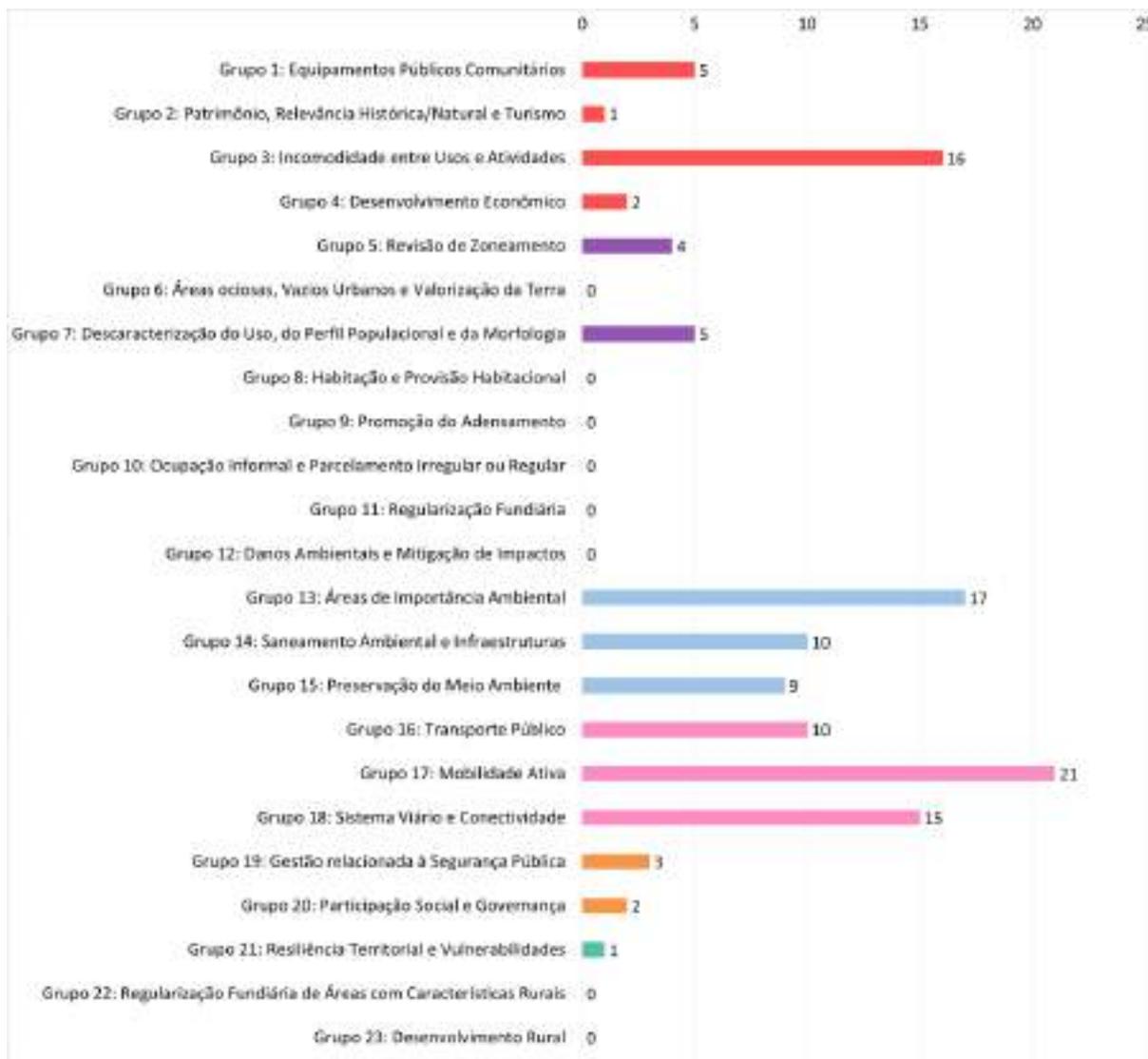


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 203**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 17 (Mobilidade Ativa), que pertence ao Eixo Mobilidade, com 21 ocorrências; Grupo 13 (Áreas de Importância Ambiental), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 17 ocorrências; e Grupo 3 (Incomodidade entre Usos e Atividades), que pertence ao Eixo de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 16 ocorrências. O Eixo Habitação e Regularização Fundiária não apresentou ocorrências nas contribuições da população coletadas durante a Oficina Participativa do Sudoeste/Octogonal (XXII).



Gráfico 203 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Sudoeste/Octogonal.

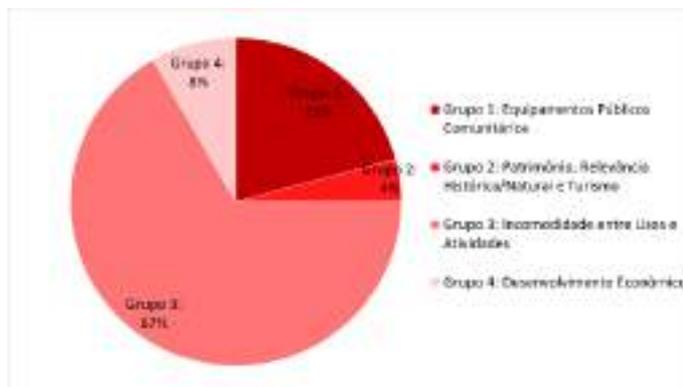


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 204**, o Grupo 3, que trata de Incomodidade entre Usos e Atividades, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 67% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 1, que se refere à Equipamentos Públicos Comunitários, aparece representando 21% das ocorrências. O Grupo 4, relacionado a Desenvolvimento Econômico, representa 8% das ocorrências, enquanto o Grupo 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, representa 4% das ocorrências.



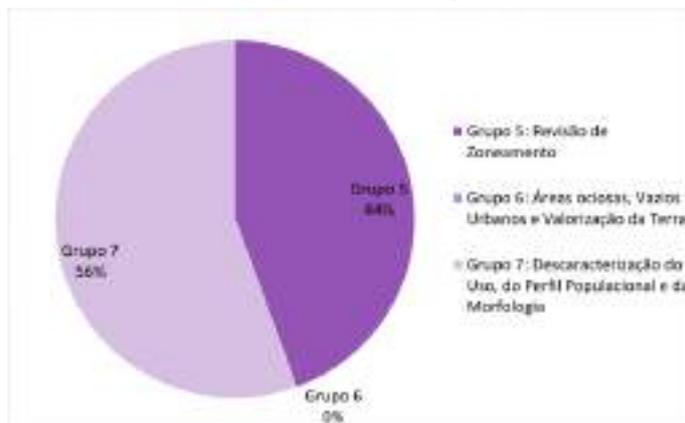
Gráfico 204 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Sudoeste/Octogonal).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 205**, o Grupo 7, que trata da Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 56% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 5, que se refere à Revisão de Zoneamento, aparece representando 44% das ocorrências. Já o Grupo 6, não apresenta ocorrências.

Gráfico 205 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Sudoeste/Octogonal).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 206**, o Grupo 13, que trata das Áreas de Importância Ambiental, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 47% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 14, que se refere ao Saneamento Ambiental e Infraestruturas, aparece representando 28% das ocorrências. O



Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, representa 25% das ocorrências, enquanto o Grupo 12 não apresenta ocorrências.

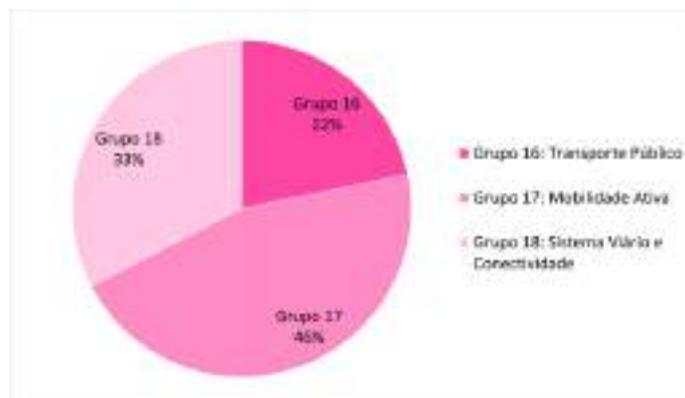
Gráfico 206 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Sudoeste/Octogonal).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 207**, o Grupo 17, que trata de Mobilidade Ativa, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 46% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 18, que se refere ao Sistema Viário e Conectividade, aparece representando 33% das ocorrências. Já o Grupo 16, relacionado a Transporte Público, representa 22% das ocorrências.

Gráfico 207 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Sudoeste/Octogonal).



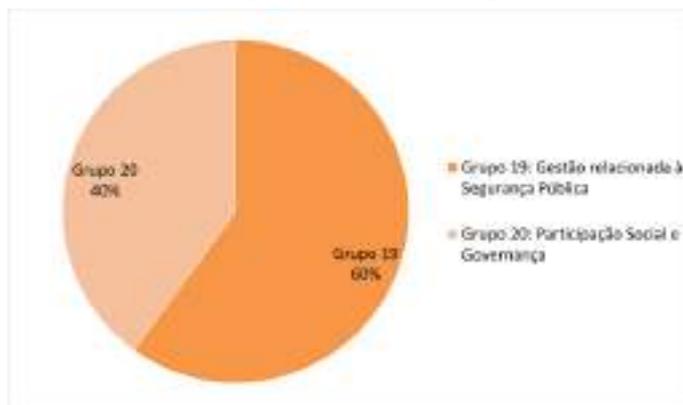
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 208**, o Grupo 19, que trata de Gestão Relacionada a Segurança Pública, teve a maior incidência nas



contribuições da população, representando 60% das ocorrências. Já o Grupo 20, de Participação Social e Governança, representa 40% das ocorrências.

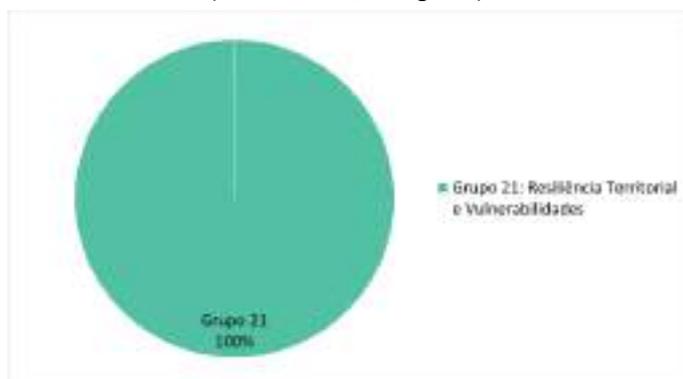
Gráfico 208 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Sudoeste/Octogonal).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 209** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

Gráfico 209 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Sudoeste/Octogonal).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

O Eixo Ruralidades não apresentou ocorrências nas contribuições da população coletadas durante a Oficina Participativa de Sudoeste/Octogonal (XXII).



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 96**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 96 – Ocorrências de Problemáticas – RA Sudoeste/Octogonal.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.2.20 30ª Oficina Participativa: Itapoã

Quadro 97 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Itapoã.

Data da Oficina Participativa:	16/09/2023
Local da Oficina Participativa:	CED 01 do Itapoã, localizado na Via DF-250, s/n, Paranoá, Brasília – DF
Quantidade de participantes:	75 (População) 40 (Técnicos GDF)
Quantidade de grupos (dinâmica):	04

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



Figura 31 – Fotografias da Oficina Participativa RA Itapoã.



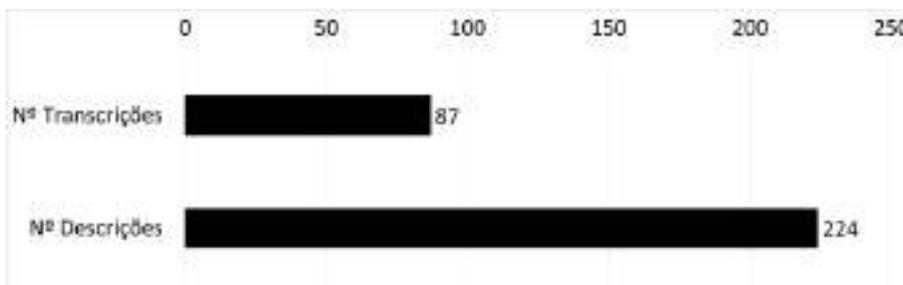
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A **30ª Oficina Participativa – Região Administrativa Itapoã** ocorreu no dia 16/09/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 09h às 12h, no CED 01 do Itapoã, Via DF-250, s/n, Paranoá, Brasília – DF, e contou com 115 pessoas no total, que foram divididas em 04 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa de Itapoã (RA XXVIII). Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 210** tais contribuições, resultaram em 87 transcrições e 224 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.



Gráfico 210 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Itapoã).



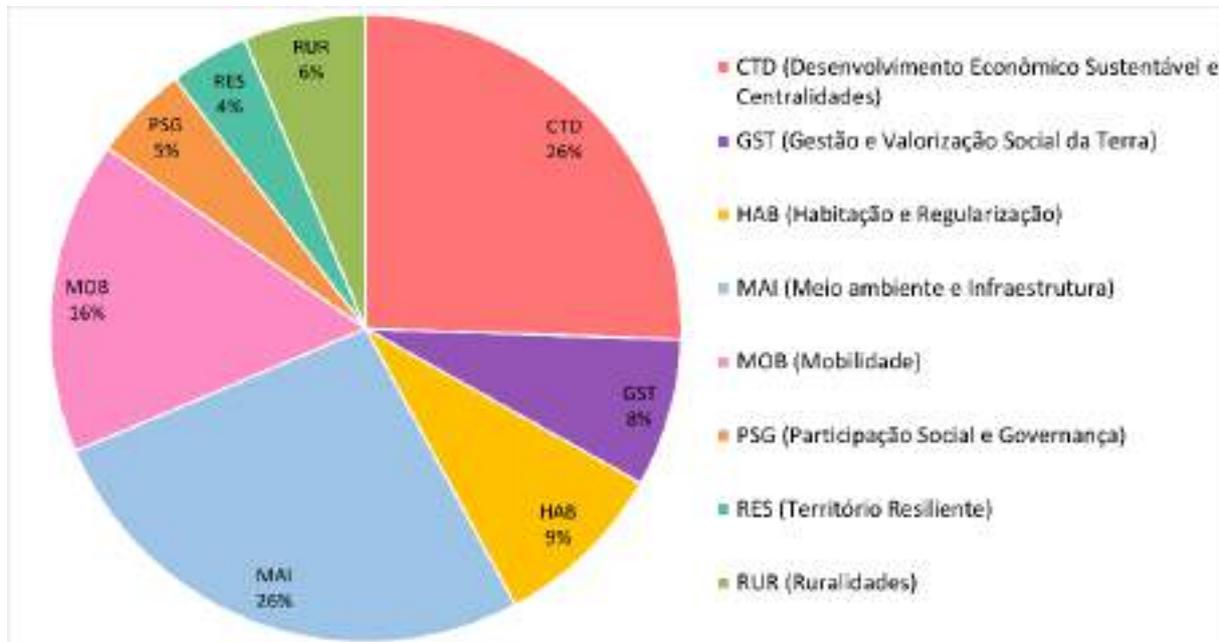
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 211** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura e Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, apresentam a mesma incidência, com 26% das ocorrências; e Eixo Mobilidade, representando 16% das ocorrências.



Gráfico 211 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Itapoã.

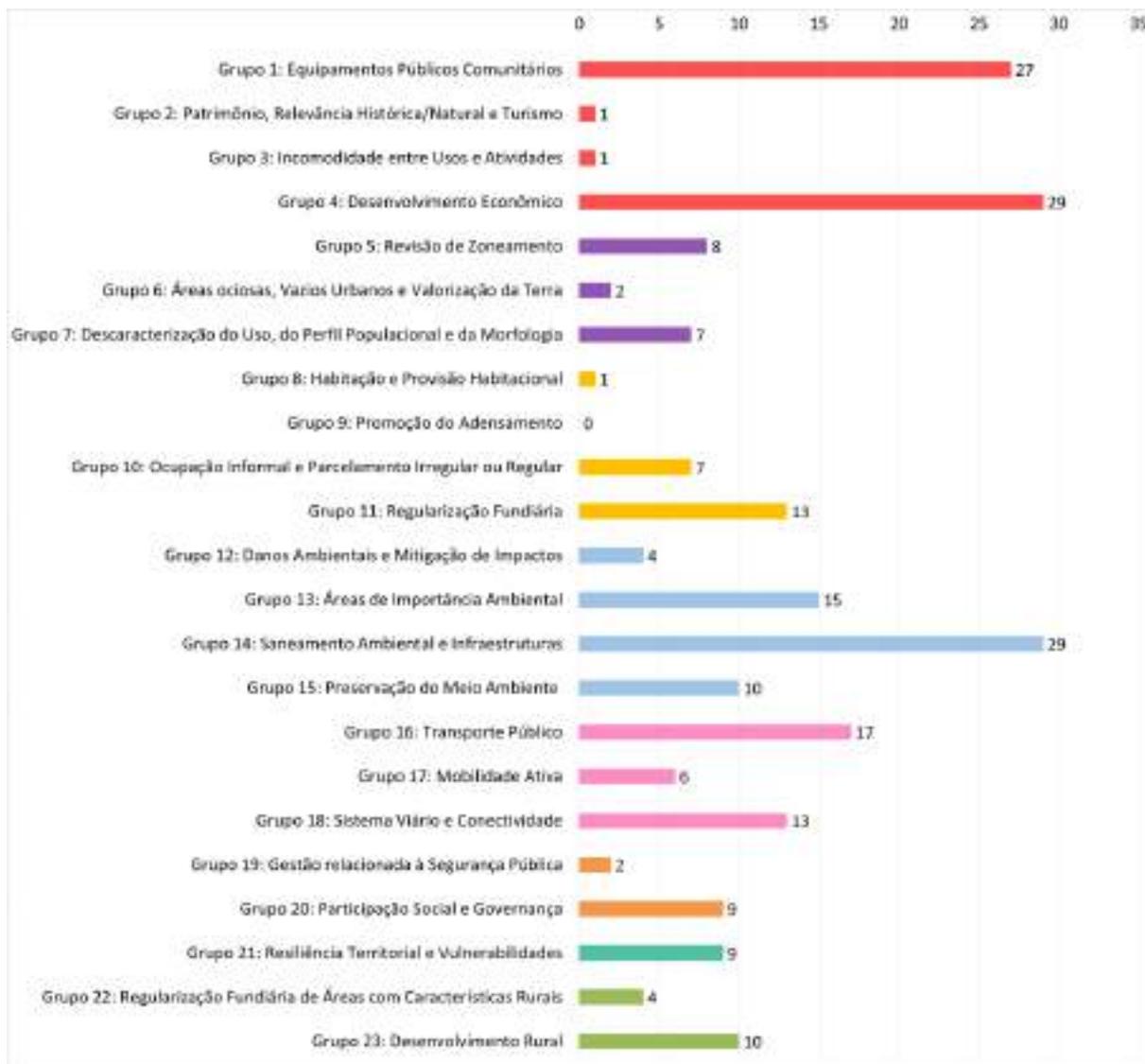


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 212**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Tanto o Grupo 14 (Saneamento Ambiental e Infraestrutura), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, quanto o Grupo 4 (Desenvolvimento Econômico), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, apresentaram a mesma incidência, ambos com 29 ocorrências; Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 27 ocorrências; e Grupo 16 (Transporte Público), que pertence ao Eixo Mobilidade, com 17 ocorrências.



Gráfico 212 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Itapoã.

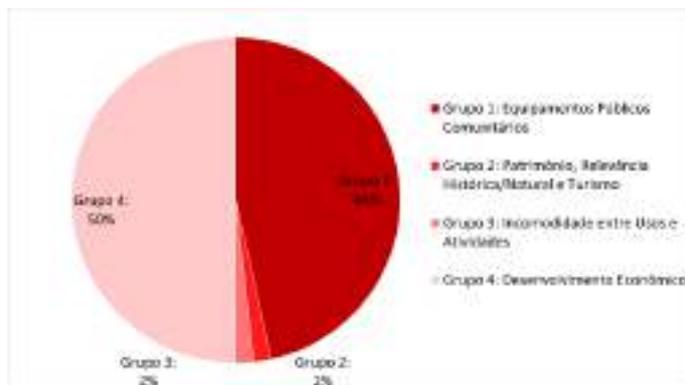


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 213**, o Grupo 4, que trata de Desenvolvimento Econômico, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 50% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 1, que se refere a Equipamentos Públicos Comunitários, aparece representando 46% das ocorrências. O Grupo 2, relacionado a Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo e o Grupo 3, que aborda Incomodidade entre Usos e Atividades, apresentam a mesma incidência, representando 2% das ocorrências.



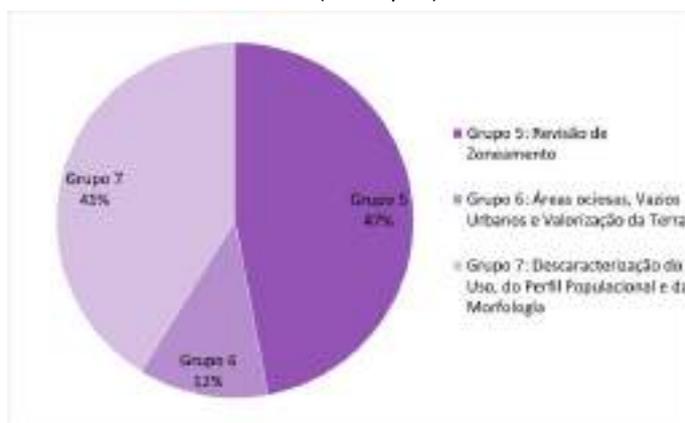
Gráfico 213 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Itapoã).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 214** o Grupo 5, que trata da Revisão de Zoneamento, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 47% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 7, que se refere à Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, aparece representando 41% das ocorrências. Já o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, representa 12% das ocorrências.

Gráfico 214 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Itapoã).



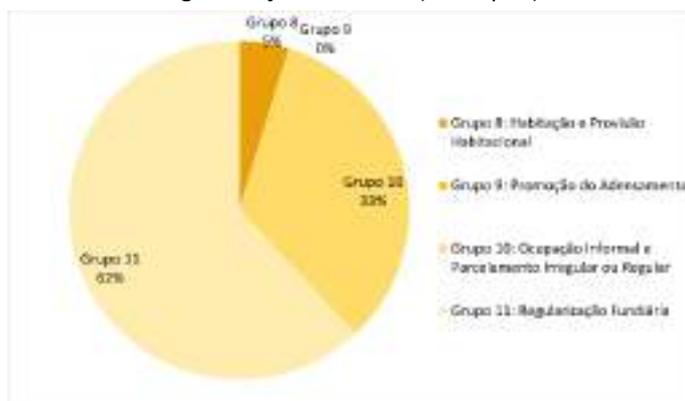
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 215** o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 62% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 10, que se refere à Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, aparece representando 33% das



ocorrências. O Grupo 8, relacionado a Habitação e Provimento Habitacional, representa 5% das ocorrências, enquanto o Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, não apresentou ocorrências.

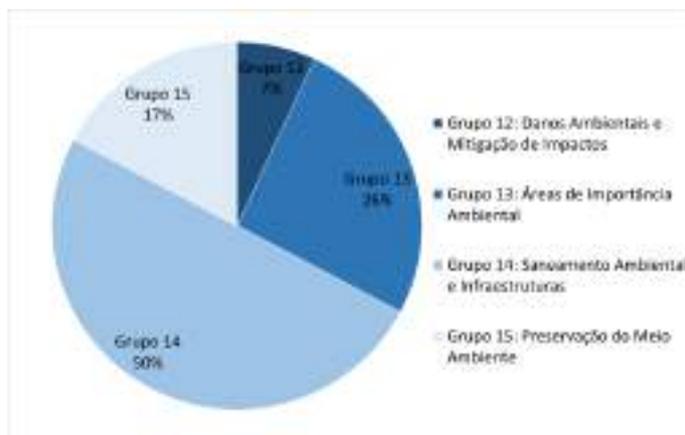
Gráfico 215 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Itapoã).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 216**, o Grupo 14, que trata das Saneamento Ambiental e Infraestruturas, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 50% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 13, que se refere a Áreas de Importância Ambiental, aparece representando 26% das ocorrências. O Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, representa 17% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 7% das ocorrências.

Gráfico 216 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Itapoã).

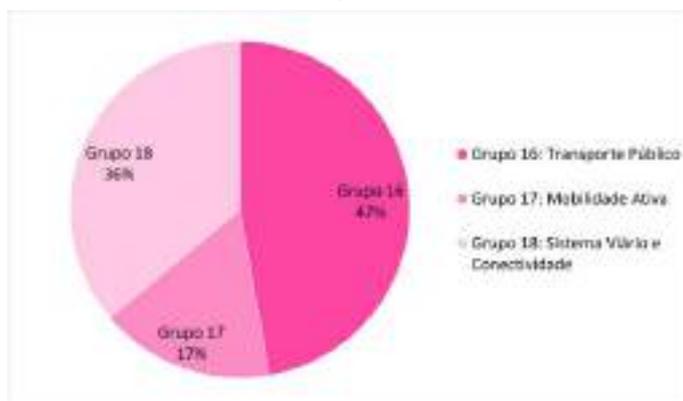


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 217**, o Grupo 16, que trata de Transporte Público, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 47% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 18, que se refere à Sistema Viário e Conectividade, aparece representando 36% das ocorrências. Já o Grupo 17, relacionado a Mobilidade Ativa, representa 17% das ocorrências.

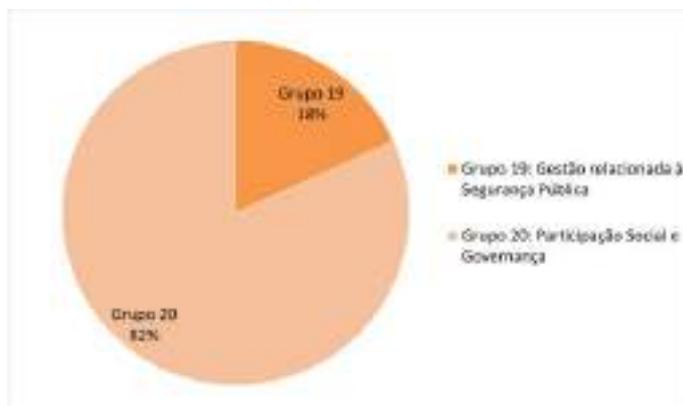
Gráfico 217 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Itapoã).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 218**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 82% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada à Segurança Pública, representa 18% das ocorrências.

Gráfico 218 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Itapoã).

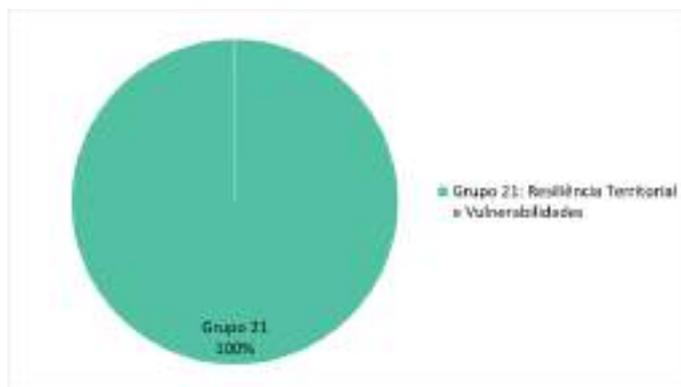


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 219** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

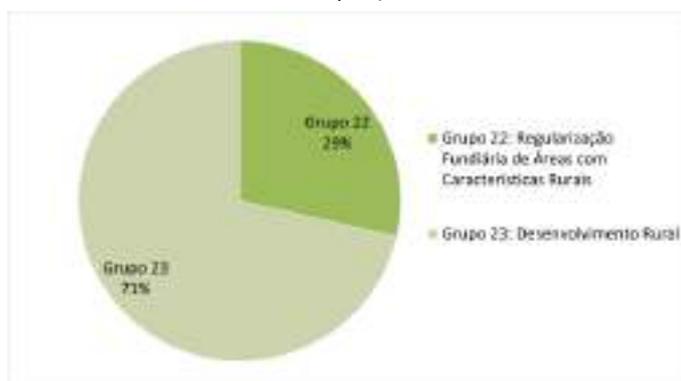
Gráfico 219 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Itapoã).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 220**, o Grupo 23, que trata de Desenvolvimento Rural, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 71% das ocorrências. Já o Grupo 22, que se refere à Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, representa 29% das ocorrências.

Gráfico 220 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Itapoã).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 98**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 98 – Ocorrências de Problemáticas – RA Itapoã.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.2.21 32ª Oficina Participativa: Riacho Fundo

Quadro 99 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Riacho Fundo.

Data da Oficina Participativa:	23/09/2023
Local da Oficina Participativa:	Instituto Federal de Brasília (IFB), Av. Cedro, AE 15, QS 16, Riacho Fundo I, Brasília



	– DF
Quantidade de participantes:	195 (População) 27 (Técnicos GDF)
Quantidade de grupos (dinâmica):	09

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 32 – Fotografias da Oficina Participativa RA Riacho Fundo.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

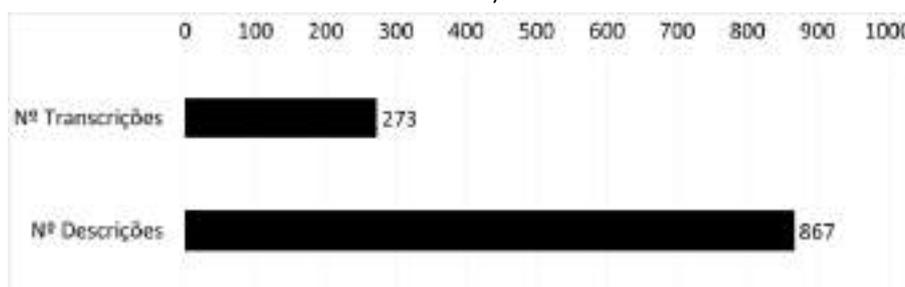
A 32ª Oficina Participativa – Região Administrativa Riacho Fundo ocorreu no dia 23/09/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 09h às 12h, no Instituto Federal de Brasília (IFB), Av. Cedro, AE 15, QS 16, Riacho Fundo I, Brasília – DF, e contou com 222 pessoas no total, que foram divididas em 09 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa de Riacho Fundo (RA XXI). Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 221** tais contribuições, resultaram em 273 transcrições e 867 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando



necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.

Gráfico 221 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Fiacho Fundo).



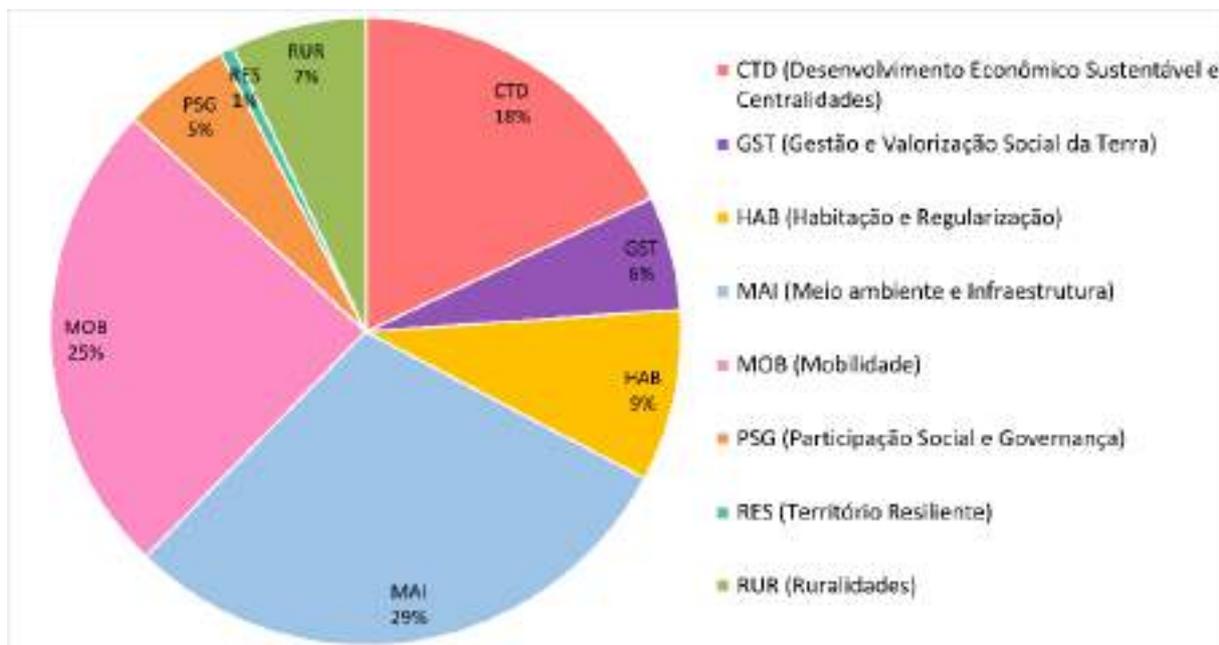
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 222** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 29% das ocorrências; Eixo Mobilidade Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 25% das ocorrências; e Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 18% das ocorrências.



Gráfico 222 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Riacho Fundo.

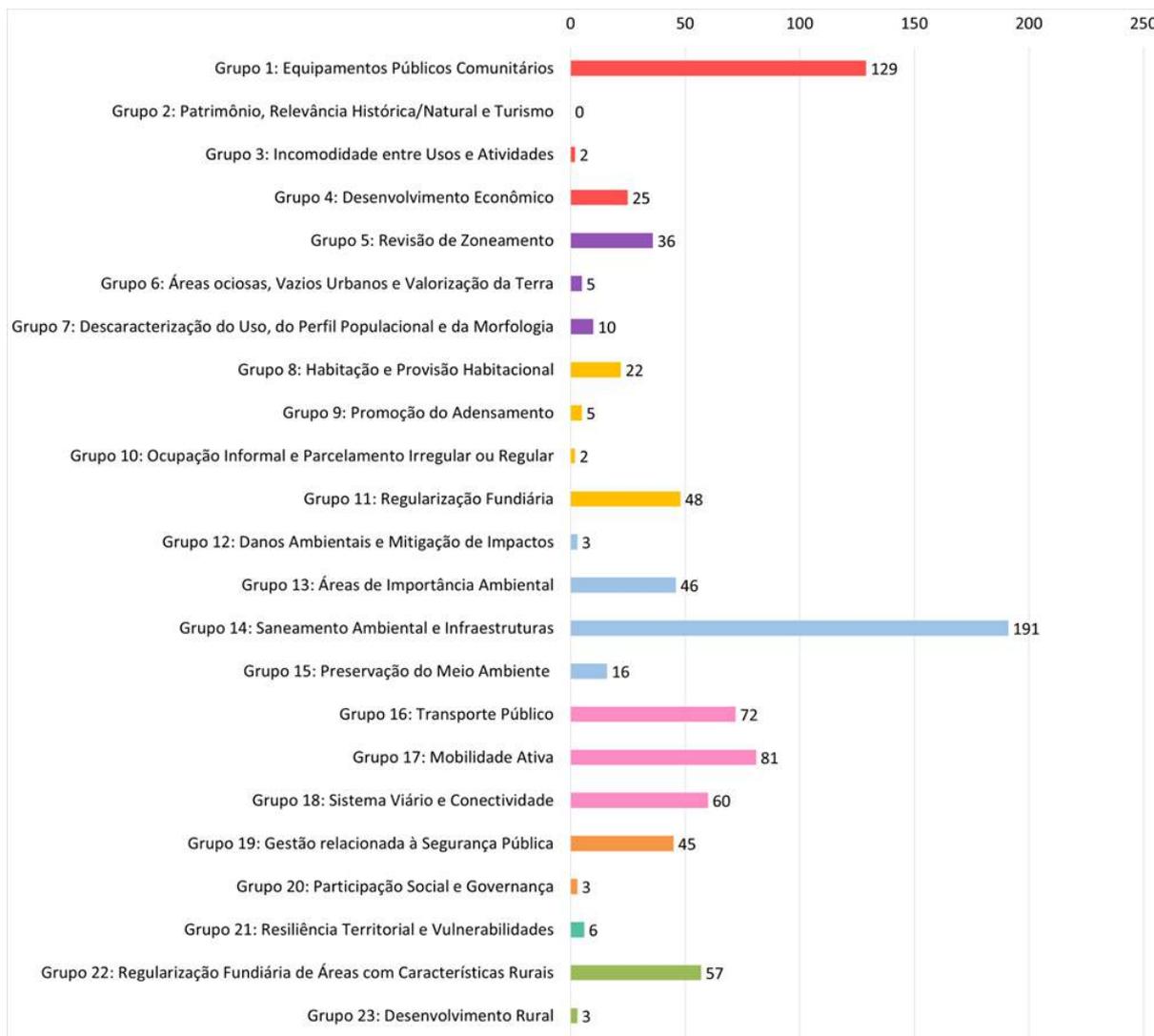


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 223**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 14 (Saneamento Ambiental e Infraestrutura), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 191 ocorrências; Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 129 ocorrências; e Grupo 17 (Mobilidade Ativa), que pertence ao Eixo Mobilidade, com 81 ocorrências.



Gráfico 223 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Riacho Fundo.

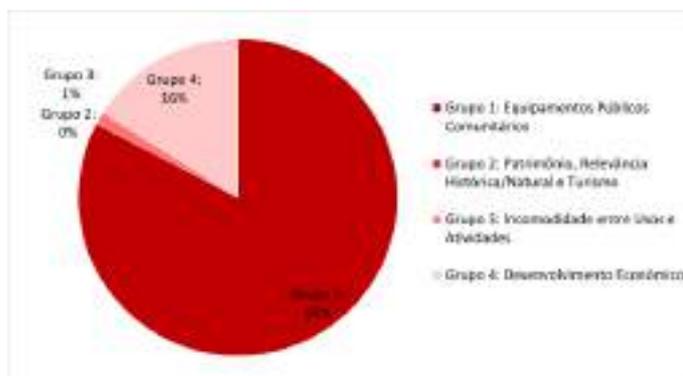


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 224**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 83% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 16% das ocorrências. O Grupo 3, relacionado a Incomodidade entre Usos e Atividades, representa 1% das ocorrências, enquanto o Grupo 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, não apresentou ocorrências.



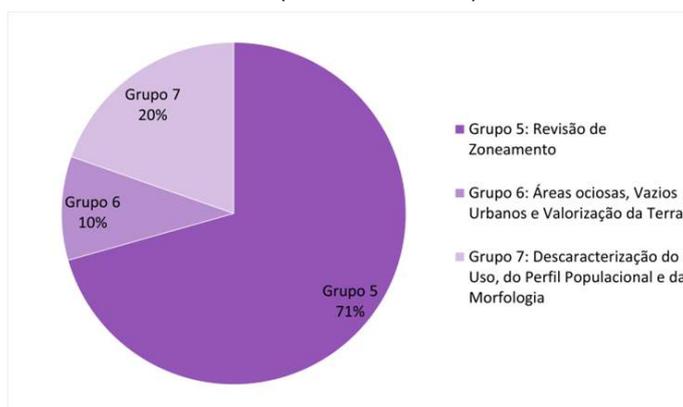
Gráfico 224 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Riacho Fundo).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 225** o Grupo 5, que trata da Revisão de Zoneamento, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 71% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 7, que se refere à Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, aparece representando 20% das ocorrências. Já o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, representa 10% das ocorrências.

Gráfico 225 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Riacho Fundo).



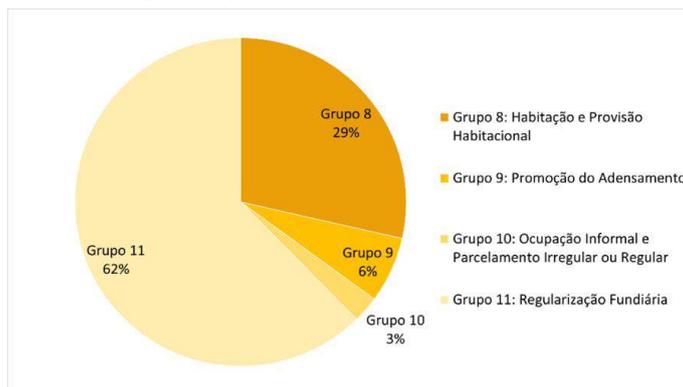
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 226** o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 62% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 8, que se refere à Habitação e Provimento Habitacional, aparece representando 29% das ocorrências. O Grupo 9,



relacionado a Promoção do Adensamento, representa 6% das ocorrências, enquanto o Grupo 10, que aborda Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, representa 3% das ocorrências.

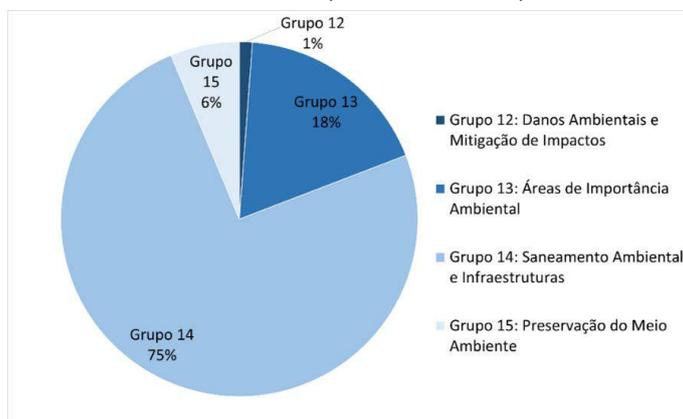
Gráfico 226 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Riacho Fundo).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 227**, o Grupo 14, que trata das Saneamento Ambiental e Infraestruturas, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 75% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 13, que se refere ao Áreas de Importância Ambiental, aparece representando 18% das ocorrências. O Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, representa 6% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 1% das ocorrências.

Gráfico 227 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Riacho Fundo).

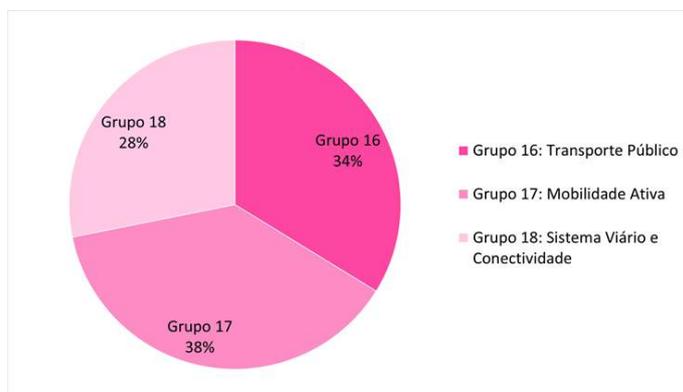


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 228**, o Grupo 17, que trata de Mobilidade Ativa, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 38% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 16, que se refere à Transporte Público, aparece representando 34% das ocorrências. Já o Grupo 18, relacionado a Sistema Viário e Conectividade, representa 28% das ocorrências.

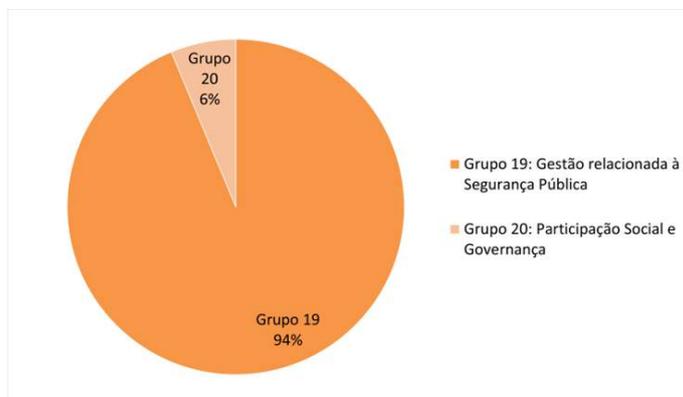
Gráfico 228 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Riacho Fundo).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 229**, o Grupo 19, que trata de Gestão Relacionada a Segurança Pública, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 94% das ocorrências. Já o Grupo 20, de Participação Social e Governança, representa 6% das ocorrências.

Gráfico 229 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Riacho Fundo).

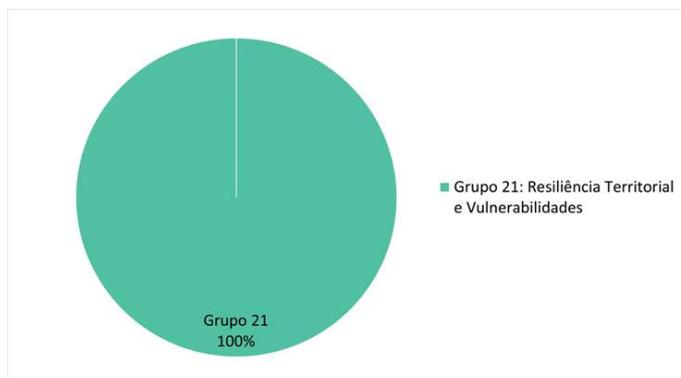


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 230** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

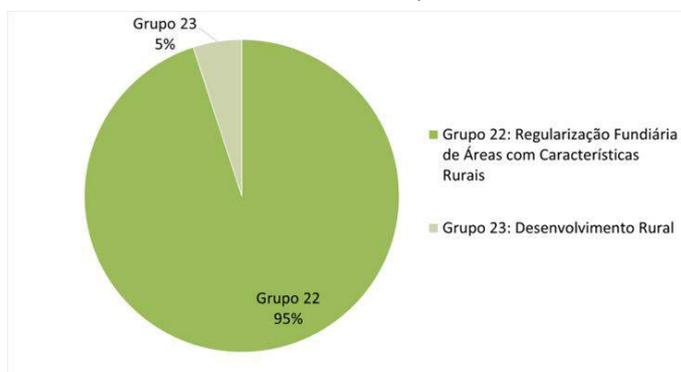
Gráfico 230 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Riacho Fundo).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 231**, o Grupo 22, que trata de Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 95% das ocorrências. Já o Grupo 23, que se refere à Desenvolvimento Rural, representa 5% das ocorrências.

Gráfico 231 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Riacho Fundo).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 100**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 100 – Ocorrências de Problemáticas – RA Riacho Fundo.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 9	Há demandas relacionadas a promoção do adensamento.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.2.22 34ª Oficina Participativa: Sol Nascente/Pôr do Sol

Quadro 101 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Sol Nascente/Pôr do Sol.

Data da Oficina Participativa:	30/09/2023
Local da Oficina Participativa:	Escola Juscelino Kubitschek, Quadra 500, Área Especial 1, Trecho 1, Sol Nascente/Pôr do Sol - Brasília – DF



Quantidade de participantes:	109 (População) 39 (Técnicos GDF)
Quantidade de grupos (dinâmica):	06

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 33 – Fotografias da Oficina Participativa RA Sol Nascente/Pôr do Sol.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

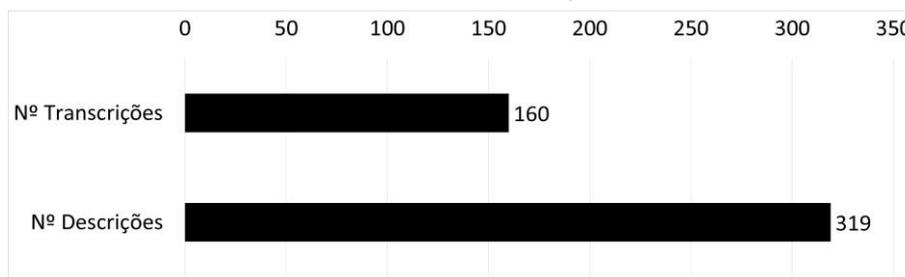
A 34ª Oficina Participativa – Região Administrativa Sol Nascente/Pôr do Sol ocorreu no dia 30/09/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 09h às 12h, na Escola Juscelino Kubitschek, Quadra 500, Área Especial 1, Trecho 1, Sol Nascente/Pôr do Sol - Brasília – DF e contou com 148 pessoas no total, que foram divididas em 06 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa de Sol Nascente e Pôr do Sol (RA XXXII). Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 232**, tais contribuições, resultaram em 160 transcrições e 319 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade



entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.

Gráfico 232 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Sol Nascente/Pôr do Sol).



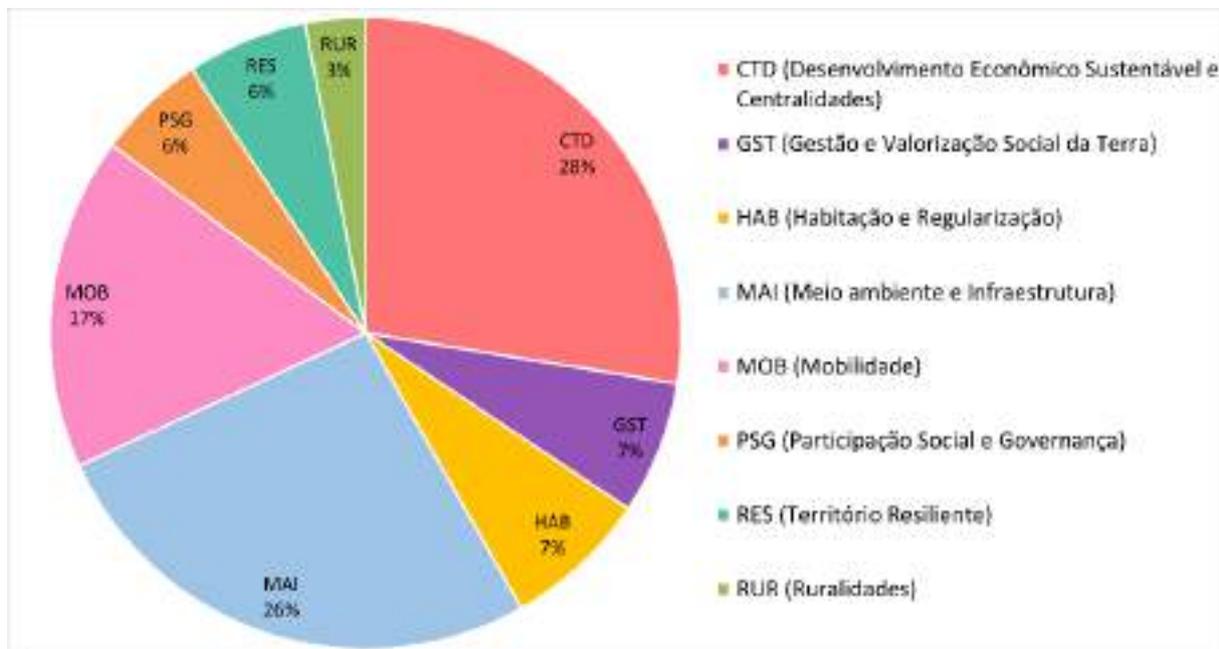
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 233**, os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Desenvolvimento Econômico e Sustentável e Centralidades, representando 28% das ocorrências; Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 26% das ocorrências; e Eixo Mobilidade, representando 17% das ocorrências.



Gráfico 233 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Sol Nascente/Pôr do Sol.

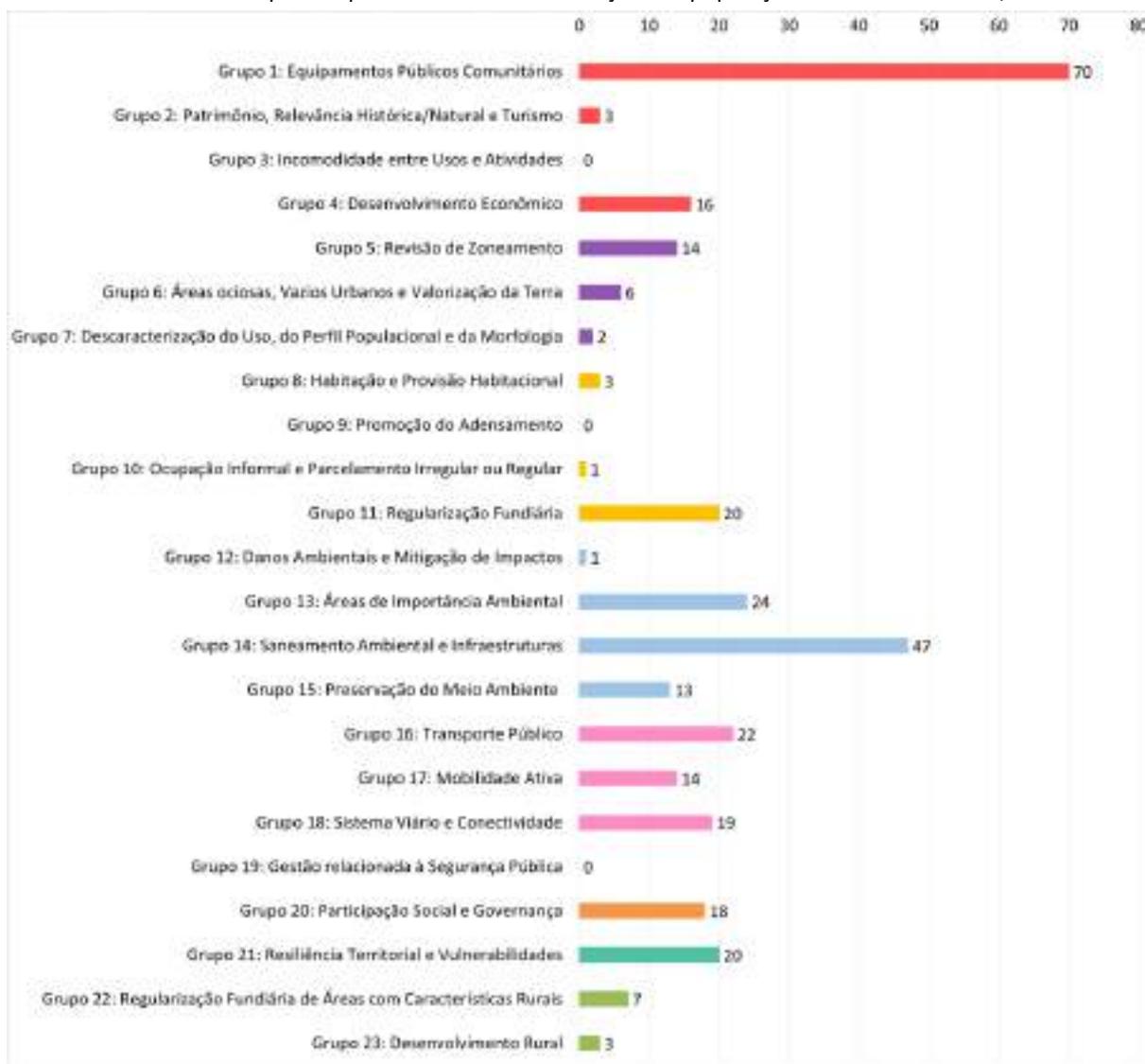


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 234**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 70 ocorrências; Grupo 14 (Saneamento Ambiental e Infraestruturas), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 47 ocorrências; e Grupo 13 (Áreas de Importância Ambiental), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 24 ocorrências.



Gráfico 234 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Sol Nascente/Pôr do Sol.

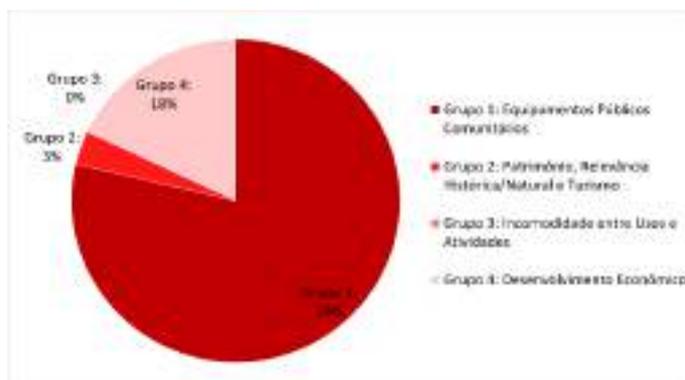


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 235**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 79% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 18% das ocorrências. O Grupo 2, relacionado a Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, representa 3% das ocorrências, enquanto o Grupo 3, que aborda Incomodidade entre Usos e Atividades, não apresentou ocorrências.



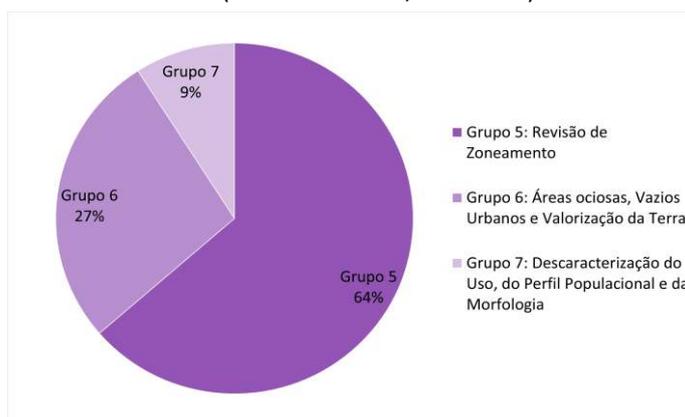
Gráfico 235 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Sol Nascente/Pôr do Sol).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 236**, o Grupo 5, que trata da Revisão de Zoneamento, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 64% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 6, que se refere às Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, aparece representando 27% das ocorrências. Já o Grupo 7, relacionado a Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, representa 9% das ocorrências.

Gráfico 236 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Sol Nascente/Pôr do Sol).



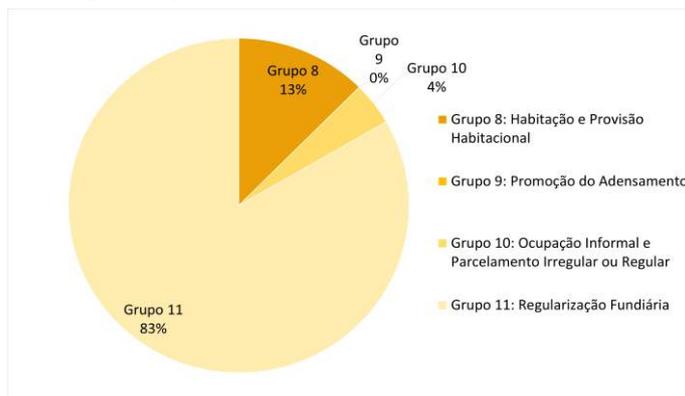
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 237**, o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 83% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 8, que se refere à Habitação e Provisão Habitacional, aparece representando 13% das ocorrências. O Grupo 10,



relacionado a Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, representa 4% das ocorrências, enquanto o Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, não apresentou ocorrências.

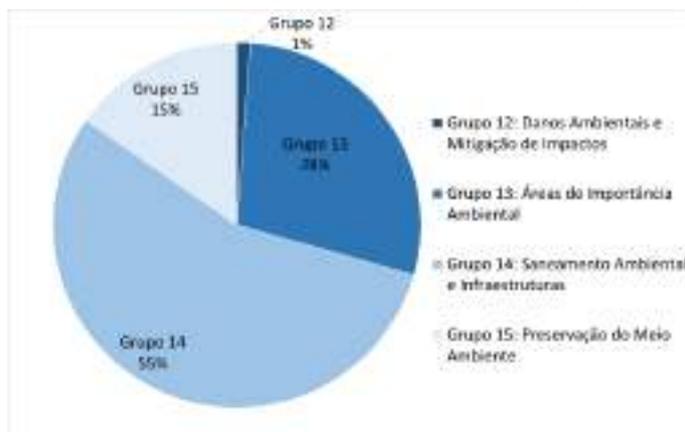
Gráfico 237 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Sol Nascente/Pôr do Sol).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 238**, o Grupo 14, que trata das Saneamento Ambiental e Infraestrutura, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 55% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 13, que se refere às Áreas de Importância Ambiental, aparece representando 28% das ocorrências. O Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, representa 15% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 1% das ocorrências.

Gráfico 238 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Sol Nascente/Pôr do Sol).

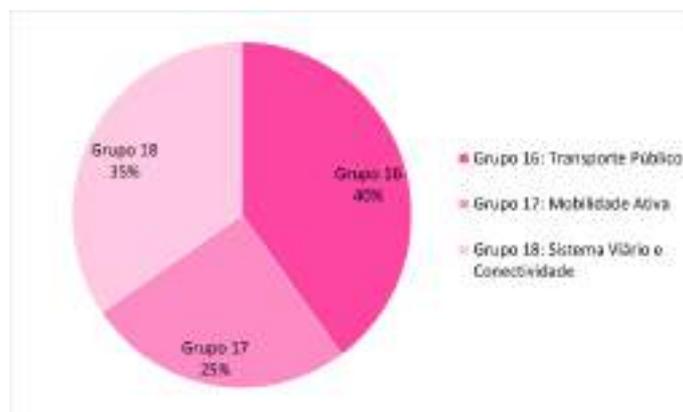


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 239**, o Grupo 16, que trata de Transporte Público, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 40% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 18, que se refere à Sistema Viário e Conectividade, aparece representando 35% das ocorrências. Já o Grupo 17, relacionado a Mobilidade Ativa, representa 25% das ocorrências.

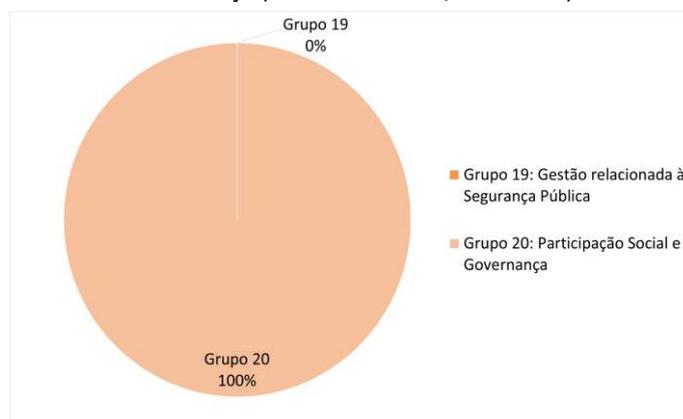
Gráfico 239 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Sol Nascente/Pôr do Sol).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 240**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 100% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada a Segurança Pública, não apresentou ocorrências.

Gráfico 240 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Sol Nascente/Pôr do Sol).

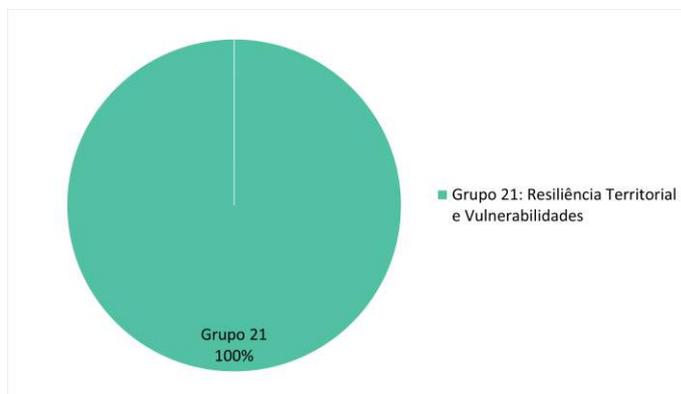


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 241** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

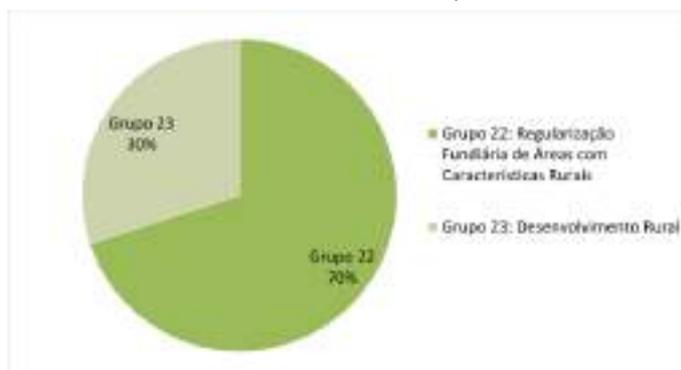
Gráfico 241 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Sol Nascente/Pôr do Sol).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 242**, o Grupo 22, que trata de Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 70% das ocorrências. Já o Grupo 23, que se refere à Desenvolvimento Rural, representa 30% das ocorrências.

Gráfico 242 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Sol Nascente/Pôr do Sol).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 102** Erro! Fonte de referência não encontrada., apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 102 – Ocorrências de Problemáticas – RA Sol Nascente/Pôr do Sol.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.2.23 36ª Oficina Participativa: Sobradinho II

Quadro 103 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Sobradinho II.

Data da Oficina Participativa:	07/10/2023
Local da Oficina Participativa:	Centro de Ensino Médio 04, AR 10, Conjunto 09, lote 1 Área Especial, Sobradinho II, Brasília – DF
Quantidade de participantes:	130 (População) 38 (Técnicos GDF)



Quantidade de grupos (dinâmica):	06
----------------------------------	----

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 34 – Fotografias da Oficina Participativa RA Sobradinho II.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A **36ª Oficina Participativa – Região Administrativa Sobradinho II** ocorreu no dia 07/10/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 09h às 12h, no Centro de Ensino Médio 04, AR 10, Conjunto 09, lote 1 Área Especial, Sobradinho II, Brasília – DF, e contou com 166 pessoas no total, que foram divididas em 06 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa de Sobradinho II (RA XXVI). Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 243**, tais contribuições, resultaram em 180 transcrições e 501 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade



entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.

Gráfico 243 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Sobradinho II).



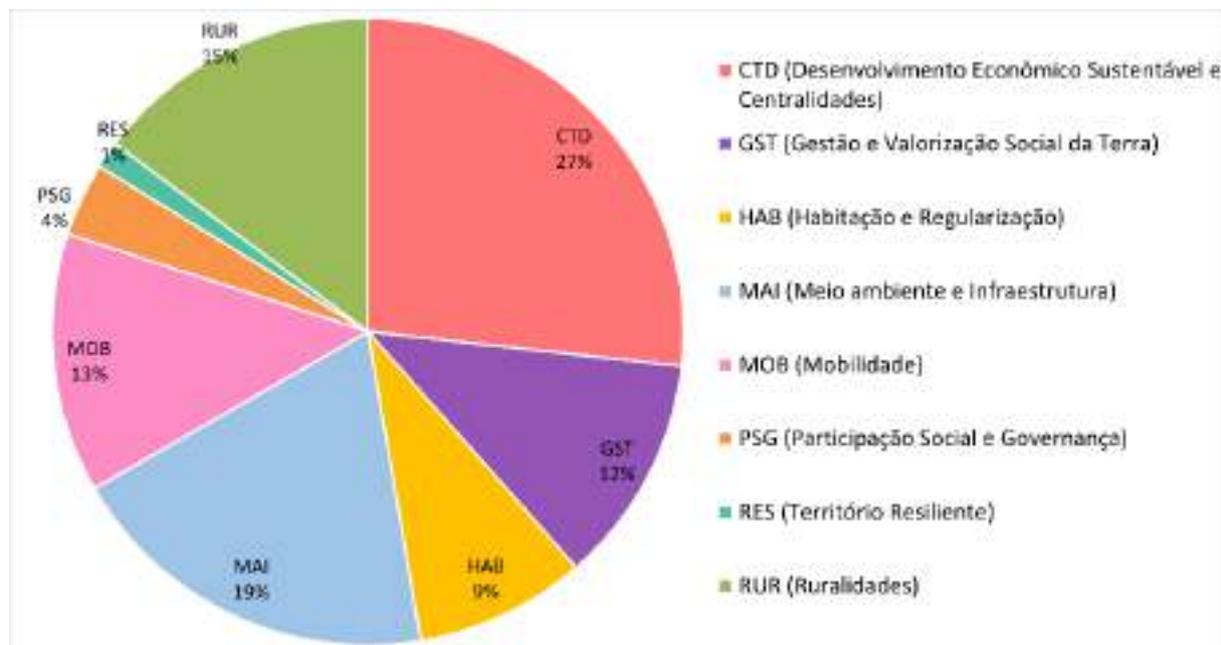
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 244**, os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 27% das ocorrências; Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 19% das ocorrências; e Eixo Gestão e Valorização Social da Terra, representando 12% das ocorrências.



Gráfico 244 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Sobradinho II.

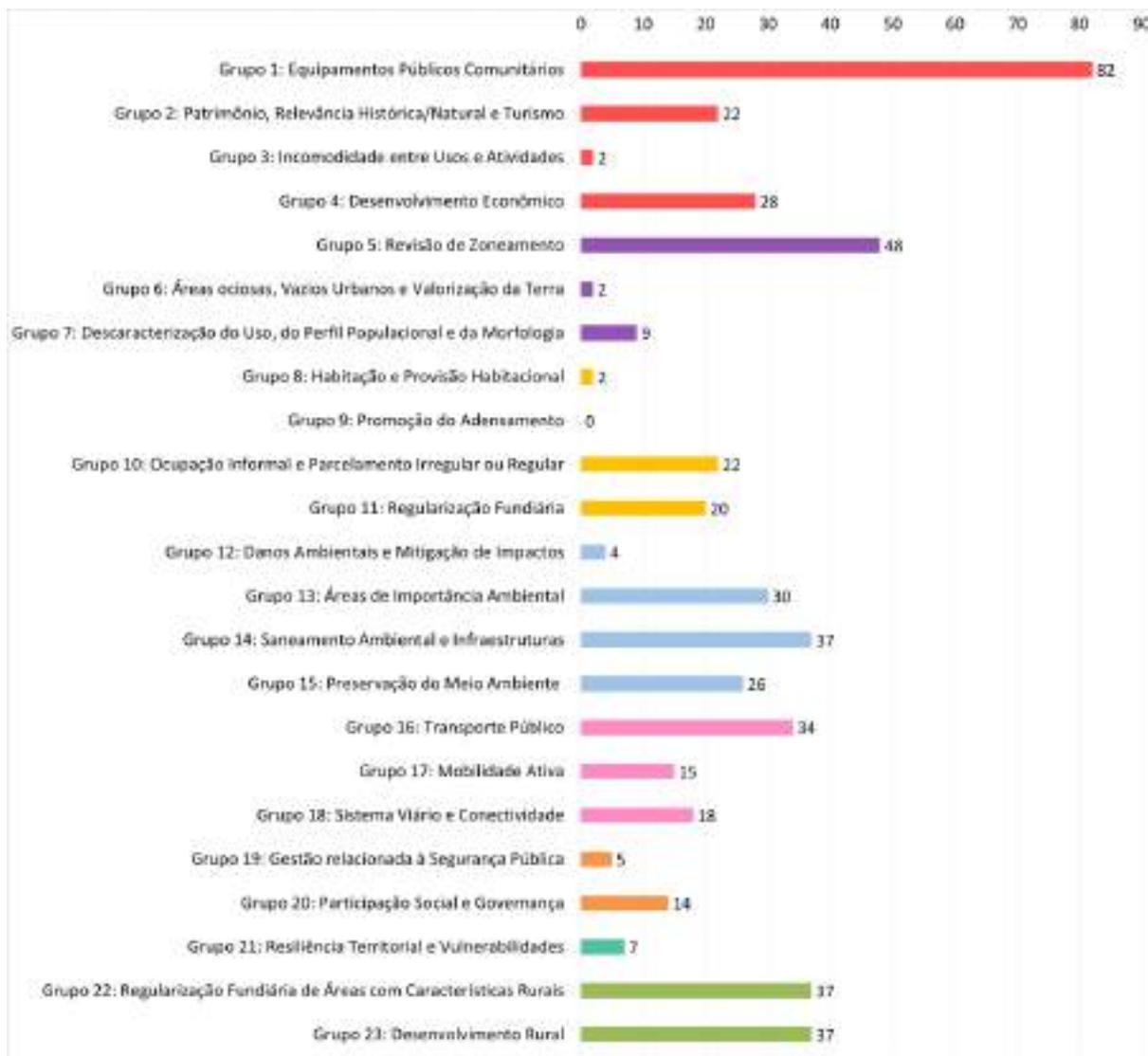


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 245**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 82 ocorrências; Grupo 5 (Revisão de Zoneamento), que pertence ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra, com 48 ocorrências; Os Grupos 14 (Saneamento Ambiental e Infraestruturas), 22 (Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais) e 23 (Desenvolvimento Rural), apresentam 37 ocorrências, cada um.



Gráfico 245 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Sobradinho II.

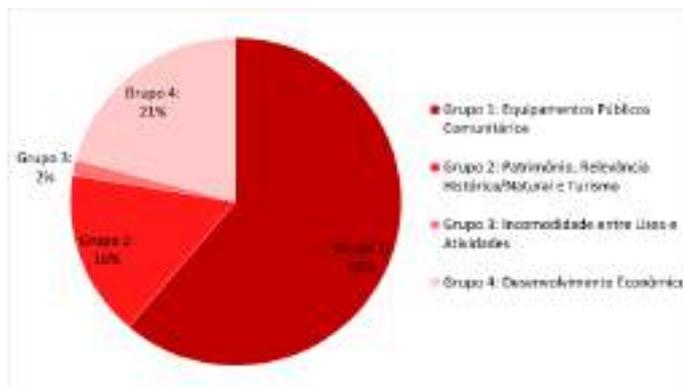


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 246**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 61% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 21% das ocorrências. O Grupo 2, relacionado a Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, representa 16% das ocorrências, enquanto o Grupo 3, que aborda Conflitos de Usos e Incomodidade, representa 2% das ocorrências.



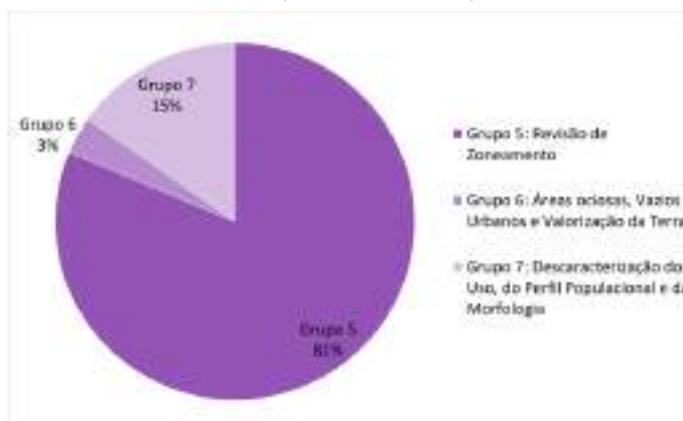
Gráfico 246 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Sobradinho II).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 247**, o Grupo 5, que trata da Revisão de Zoneamento, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 81% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 7, que se refere à Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, aparece representando 15% das ocorrências. Já o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, representa 3% das ocorrências.

Gráfico 247 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Sobradinho II).



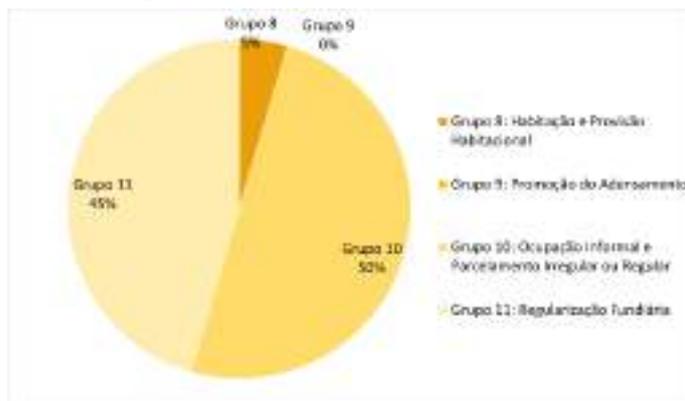
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 248**, o Grupo 10, que trata da Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regula, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 50% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 11, que se refere à Regularização Fundiária, aparece representando 45% das ocorrências. O



Grupo 8, relacionado a Habitação e Provimento Habitacional, representa 5% das ocorrências, enquanto o Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, não apresenta ocorrências.

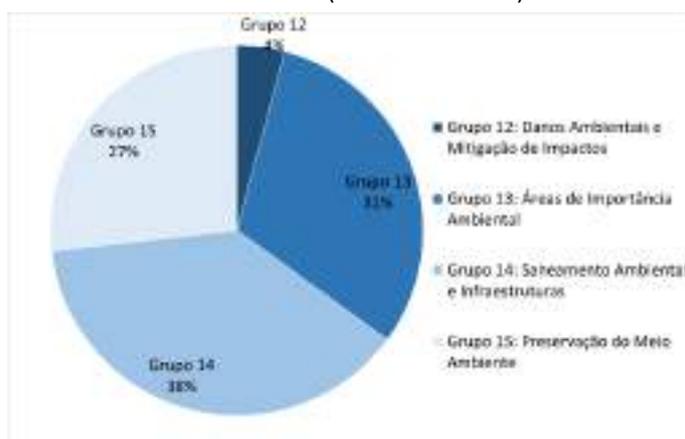
Gráfico 248 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Sobradinho II).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 249**, o Grupo 14, que trata das Saneamento Ambiental e Infraestruturas, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 38% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 13, que se refere ao Áreas de Importância Ambiental, aparece representando 31% das ocorrências. O Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, representa 27% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 4% das ocorrências.

Gráfico 249 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Sobradinho II).

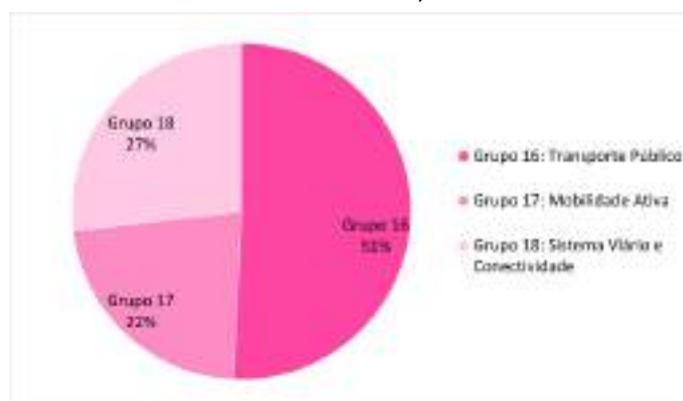


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 250**, o Grupo 16, que trata de Transporte Público, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 51% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 18, que se refere à Sistema Viário e Conectividade, aparece representando 27% das ocorrências. Já o Grupo 17, relacionado a Mobilidade Ativa, representa 22% das ocorrências.

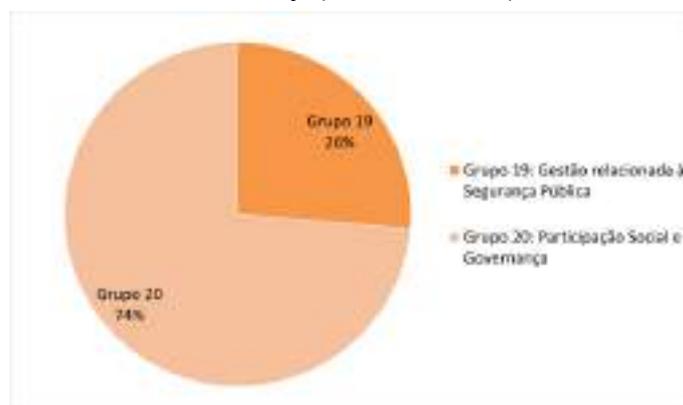
Gráfico 250 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Sobradinho II).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 251**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 74% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada a Segurança Pública, representa 26% das ocorrências.

Gráfico 251 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Sobradinho II).

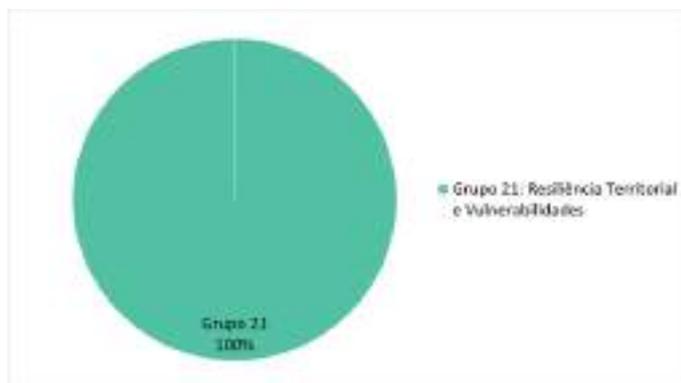


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 252** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

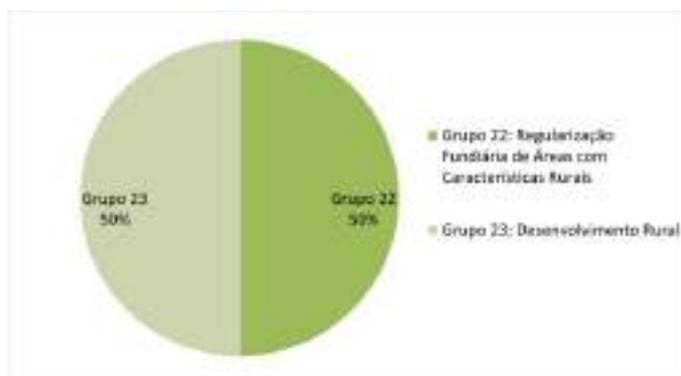
Gráfico 252 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Sobradinho II).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 253**, o Grupo 23, que trata de Desenvolvimento Rural e o Grupo 22, que se refere à Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, apresentam 50% de ocorrências, cada um.

Gráfico 253 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Sobradinho II).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 104**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 104 – Ocorrências de Problemáticas – RA Sobradinho II.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.2.24 37ª Oficina Participativa: Riacho Fundo II

Quadro 105 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Riacho Fundo II.

Data da Oficina Participativa:	10/10/2023
Local da Oficina Participativa:	Centro de Ensino 2 Fundamental 01, 1ª Etapa, QN 7D, Área Especial 1



Quantidade de participantes:	129 (População) 22 (Técnicos GDF)
Quantidade de grupos (dinâmica):	05

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 35 – Fotografias da Oficina Participativa RA Riacho Fundo II.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

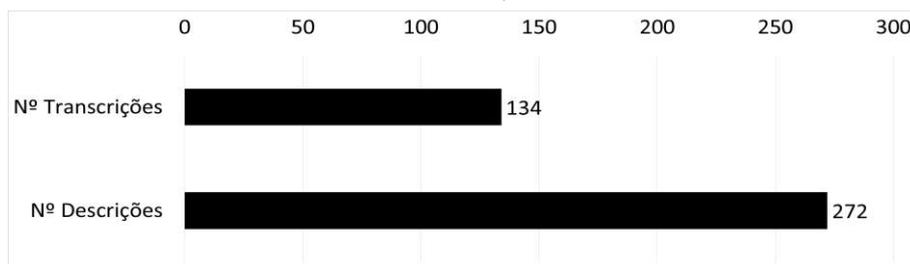
A 37ª Oficina Participativa – Região Administrativa Riacho Fundo II ocorreu no dia 10/10/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 09h às 12h, no Centro de Ensino 2 Fundamental 01, 1ª Etapa, QN 7D, Área Especial 1, e contou com 151 pessoas no total, que foram divididas em 05 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa de Riacho Fundo II (RA XXI). Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 254**, tais contribuições, resultaram em 134 transcrições e 272 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade



entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.

Gráfico 254 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Riacho Fundo II).



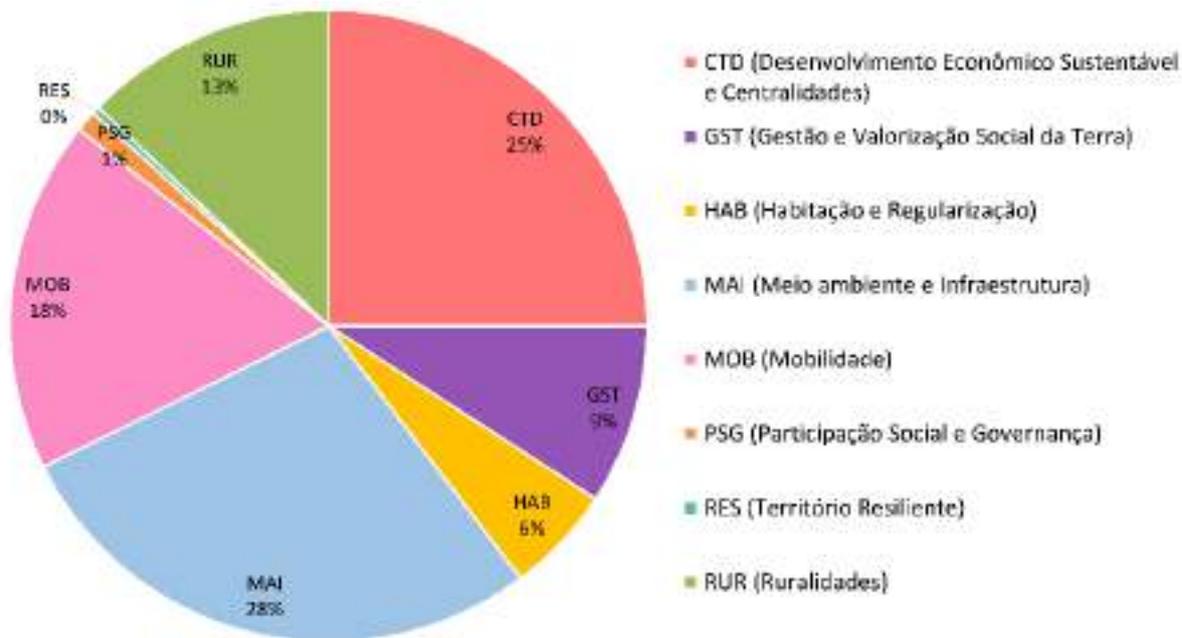
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 255**, os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 28% das ocorrências; Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 25% das ocorrências; e Eixo Mobilidade, representando 18% das ocorrências.



Gráfico 255 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Riacho Fundo II.

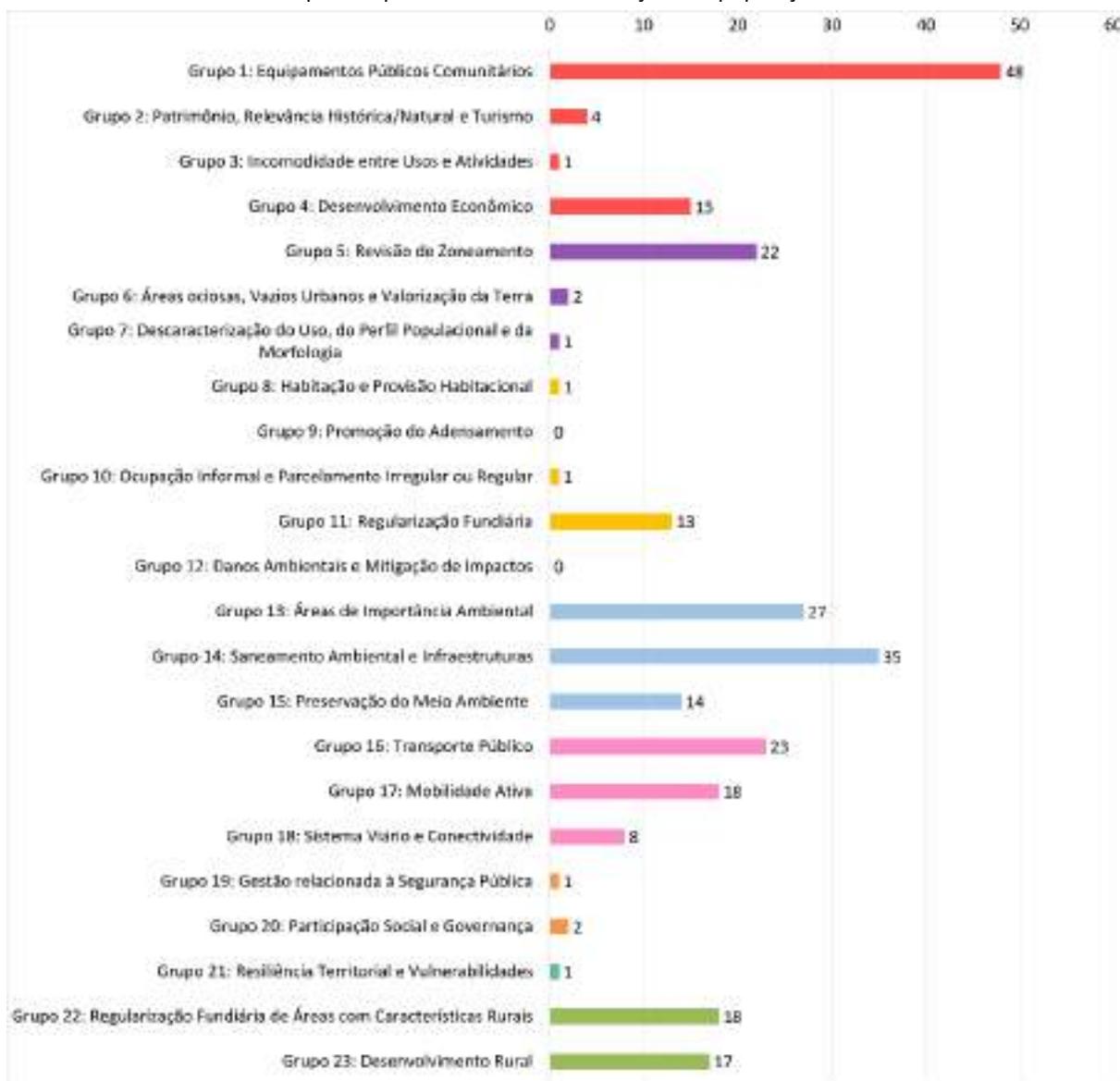


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 256**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 48 ocorrências; Grupo 14 (Saneamento Ambiental e Infraestruturas), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 35 ocorrências; e Grupo 13 (Áreas de Importância Ambiental), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 27 ocorrências.



Gráfico 256 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Riacho Fundo II.

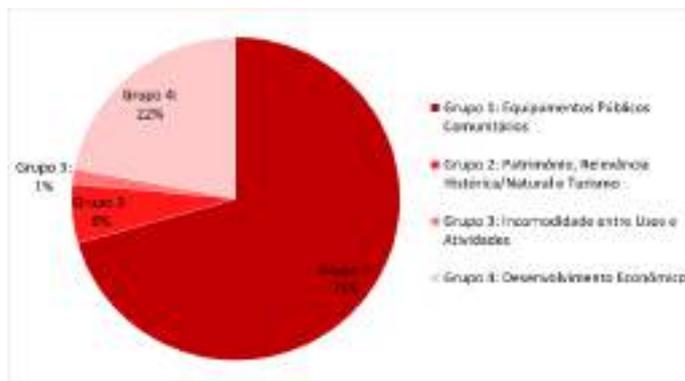


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 257**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 71% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 22% das ocorrências. O Grupo 2, relacionado a Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, representa 6% das ocorrências, enquanto o Grupo 3, que aborda Incomodidade entre Usos e Atividades, representa 1% das ocorrências.



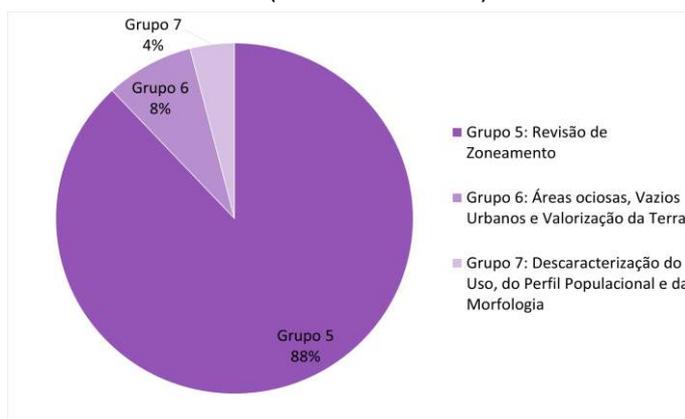
Gráfico 257 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Riacho Fundo II).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 258**, o Grupo 5, que trata da Revisão de Zoneamento, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 88% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 6, que se refere às Áreas Ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, aparece representando 8% das ocorrências. Já o Grupo 7, relacionado a Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, representa 4% das ocorrências.

Gráfico 258 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Riacho Fundo II).



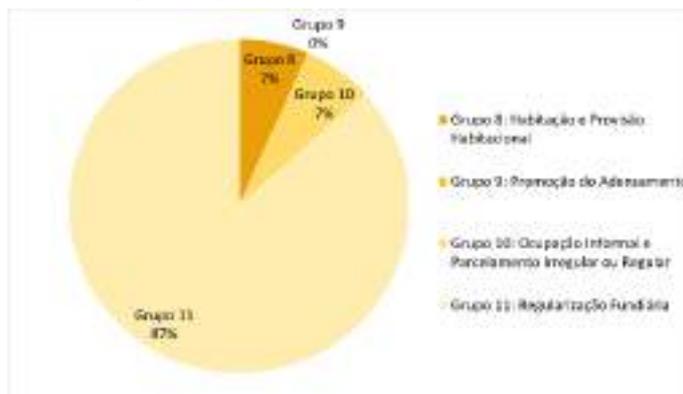
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 259**, o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 87% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 10, que se refere à Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, aparece representando 7% das



ocorrências, assim como o Grupo 8, relacionado a Habitação e Provisão Habitacional. O Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, não apresentou ocorrências.

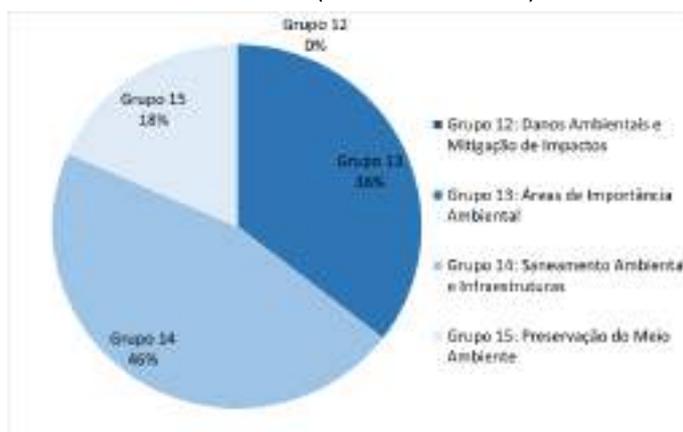
Gráfico 259 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Riacho Fundo II).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 260**, o Grupo 14, que trata de Saneamento Ambiental e Infraestruturas, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 46% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 13, que se refere às Áreas de Importância Ambiental, aparece representando 36% das ocorrências. O Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, representa 18% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, não apresentou ocorrências.

Gráfico 260 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Riacho Fundo II).



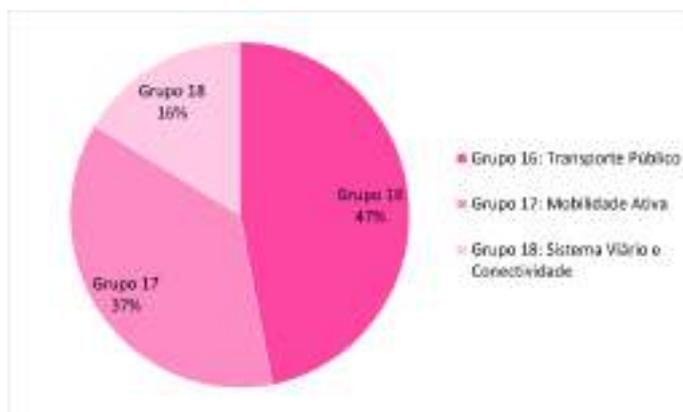
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Eixo Mobilidade (MOB)



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 261**, o Grupo 16, que trata de Transporte Público, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 47% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 17, que se refere à Mobilidade Ativa, aparece representando 37% das ocorrências. Já o Grupo 18, relacionado a Sistema Viário e Conectividade, representa 16% das ocorrências.

Gráfico 261 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Riacho Fundo II).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 262**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 67% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada a Segurança Pública, representa 33% das ocorrências.

Gráfico 262 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Riacho Fundo II).

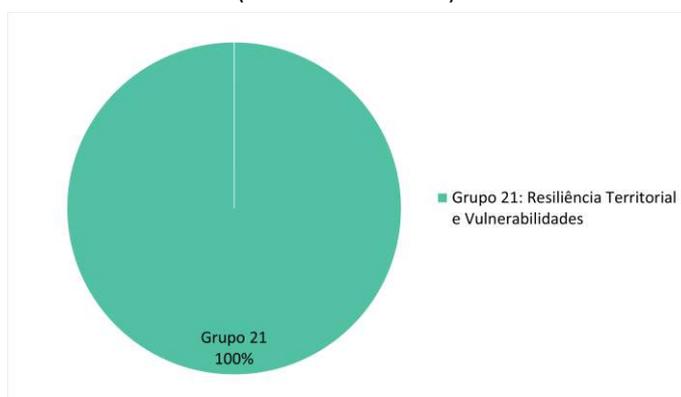


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 263** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

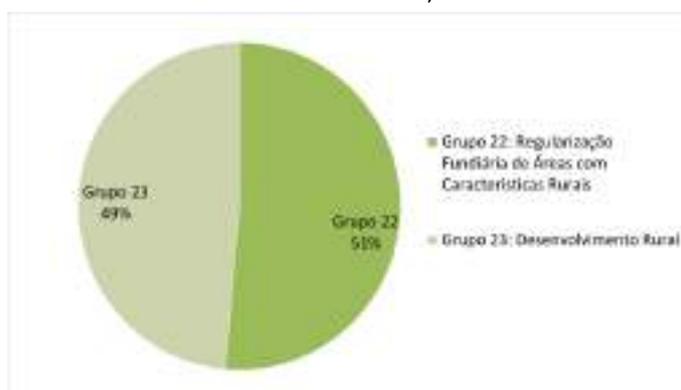
Gráfico 263 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Riacho Fundo II).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 264**, o Grupo 22, que trata de Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 51% das ocorrências. Já o Grupo 23, que se refere ao Desenvolvimento Rural, representa 49% das ocorrências.

Gráfico 264 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Riacho Fundo II).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 106**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 106 – Ocorrências de Problemáticas – RA Riacho Fundo II.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.2.25 38ª Oficina Participativa: SIA

Quadro 107 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – SIA.

Data da Oficina Participativa:	18/10/2023
Local da Oficina Participativa:	SIA, Trecho 02, lote 1.125, 3º andar, Brasília – DF
Quantidade de participantes:	53 (População) 30 (Técnicos GDF)
Quantidade de grupos (dinâmica):	04



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 36 – Fotografias da Oficina Participativa RA SIA.



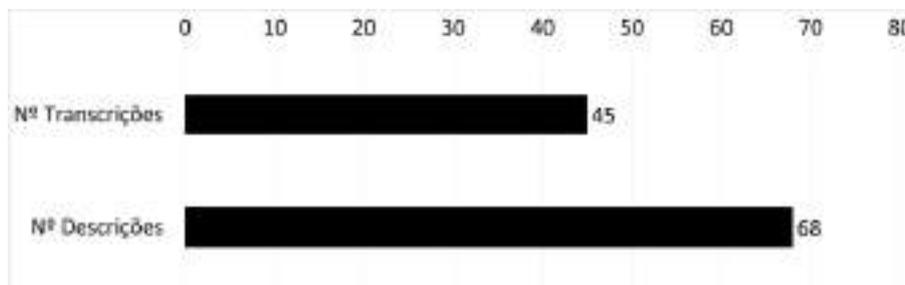
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A **38ª Oficina Participativa – Região Administrativa SIA** ocorreu no dia 18/10/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 19h às 22h, no SIA, Trecho 02, lote 1.125, 3º andar, Brasília – DF, e contou com 83 pessoas no total, que foram divididas em 04 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa de SIA (RA XXIX). Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 265**, tais contribuições, resultaram em 45 transcrições e 68 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.



Gráfico 265 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA SIA).



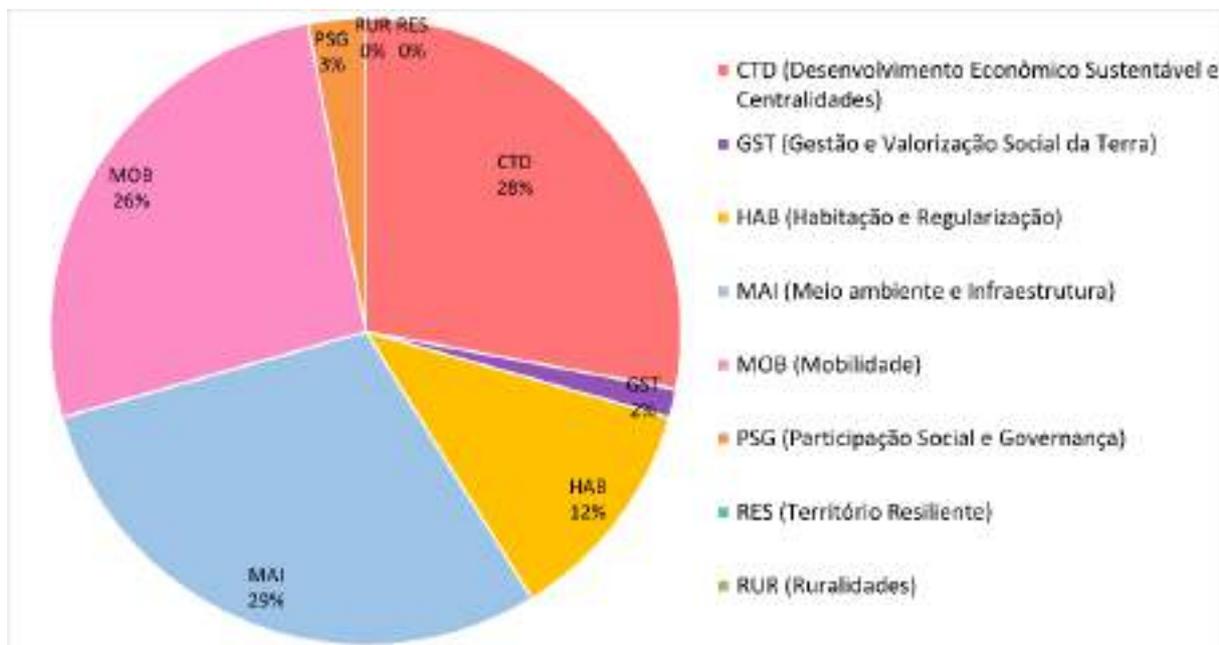
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 266**, os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 29% das ocorrências; Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 28% das ocorrências; e Eixo Mobilidade, representando 26% das ocorrências.



Gráfico 266 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA SIA.

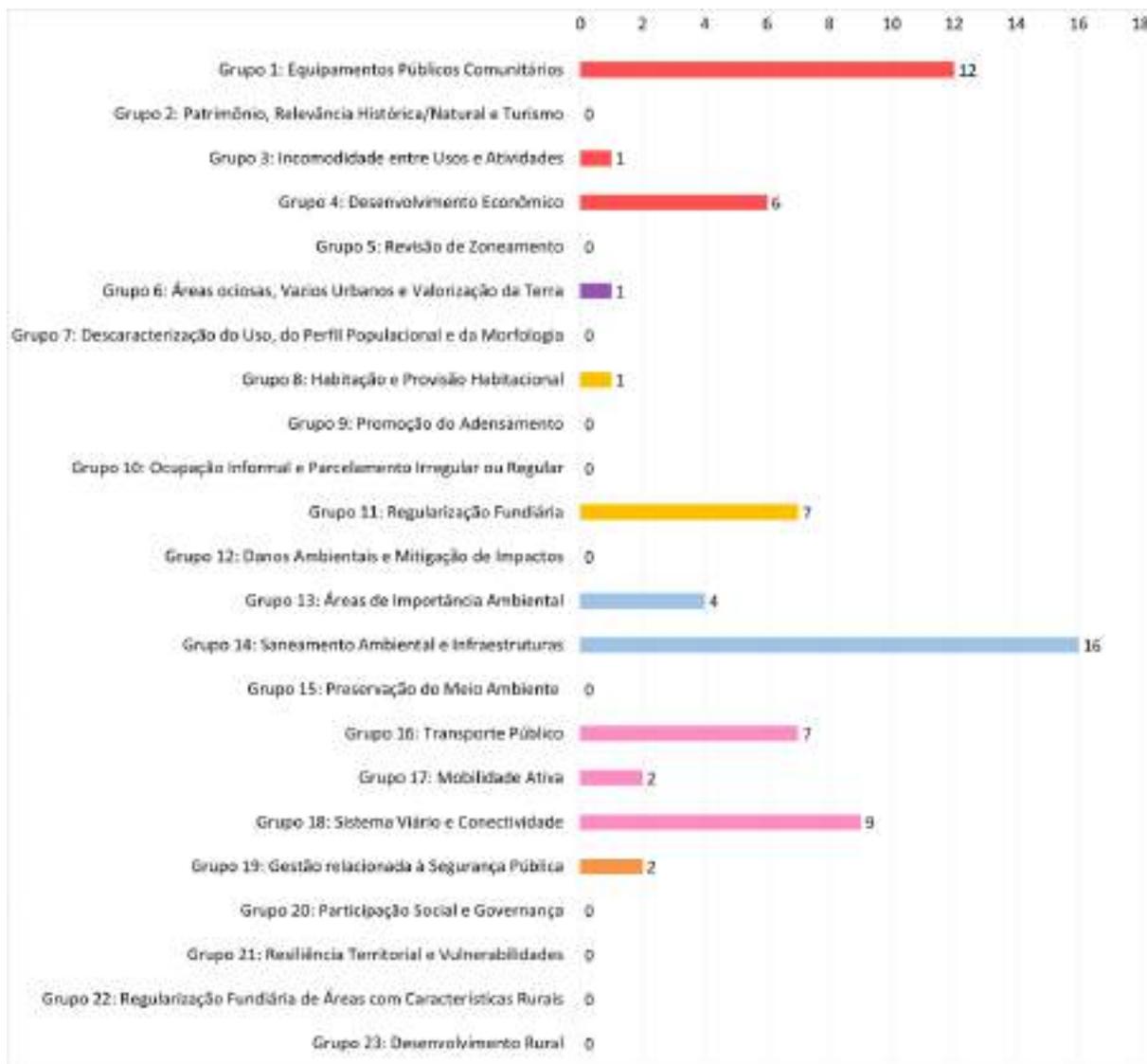


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 267**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 14 (Saneamento Ambiental e Infraestruturas), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 16 ocorrências; Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 12 ocorrências; e Grupo 18 (Sistema Viário e Conectividade), que pertence ao Eixo Mobilidade, com 9 ocorrências. Os Eixos Território Resiliente e Ruralidades não apresentaram ocorrências nas contribuições da população coletadas durante a Oficina Participativa do SIA.



Gráfico 267 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA SIA.

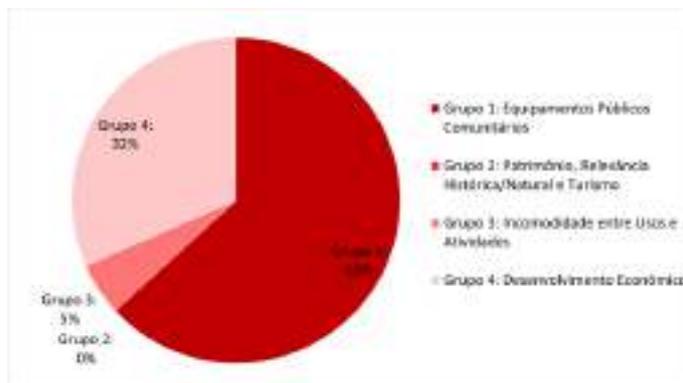


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 268**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 63% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 32% das ocorrências. O Grupo 3, relacionado a Conflitos de Usos e Incomodidade, representa 5% das ocorrências, enquanto o Grupo 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, não apresentou ocorrências.



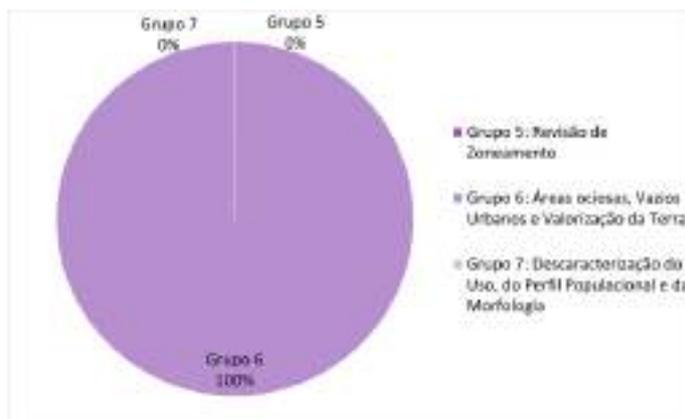
Gráfico 268 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA SIA).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 269**, o Grupo 6, que trata de Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 100% das ocorrências. O Grupo 5, que se refere à Revisão de Zoneamento, e o Grupo 7, relacionado a Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, não apresentaram ocorrências.

Gráfico 269 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA SIA).



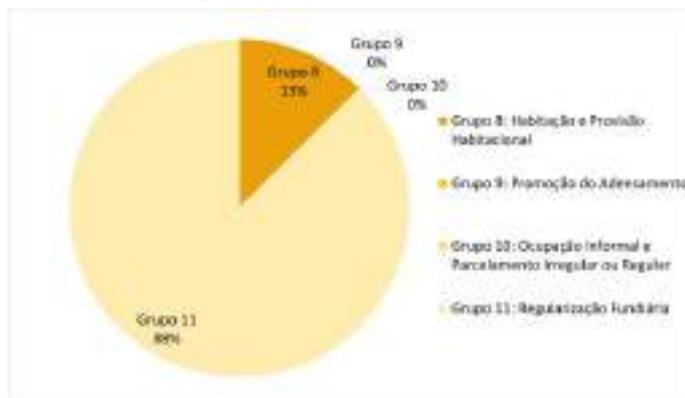
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 270**, o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 88% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 8, que se refere à Habitação e Provimento Habitacional, aparece representando 13% das ocorrências. O Grupo 9,



relacionado a Promoção do Adensamento, e o Grupo 10, que aborda Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, não apresentaram ocorrências.

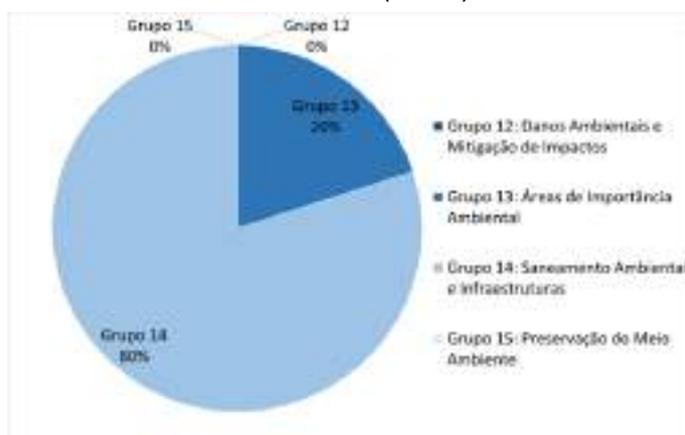
Gráfico 270 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA SIA).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 271**, o Grupo 14, que trata das Saneamento Ambiental e Infraestruturas, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 80% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 13, que se refere às Áreas de Importância Ambiental, aparece representando 20% das ocorrências. O Grupo 12, relacionado aos Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, e o Grupo 15, que aborda Preservação do Meio Ambiente, não apresentaram ocorrências.

Gráfico 271 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA SIA).

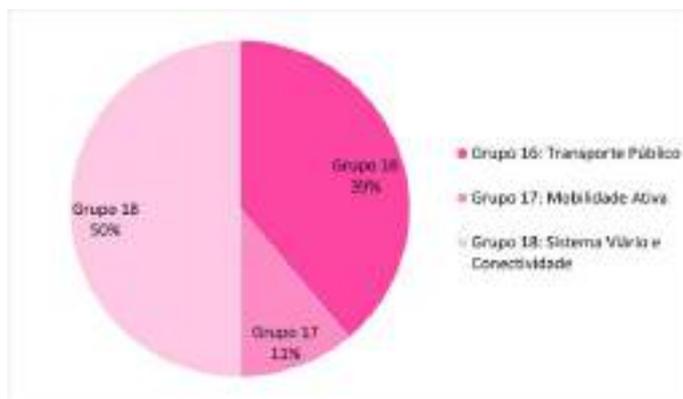


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 272**, o Grupo 18, que trata de Sistema Viário e Conectividade, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 50% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 16, que se refere à Transporte Público, aparece representando 39% das ocorrências. Já o Grupo 17, relacionado a Mobilidade Ativa, representa 11% das ocorrências.

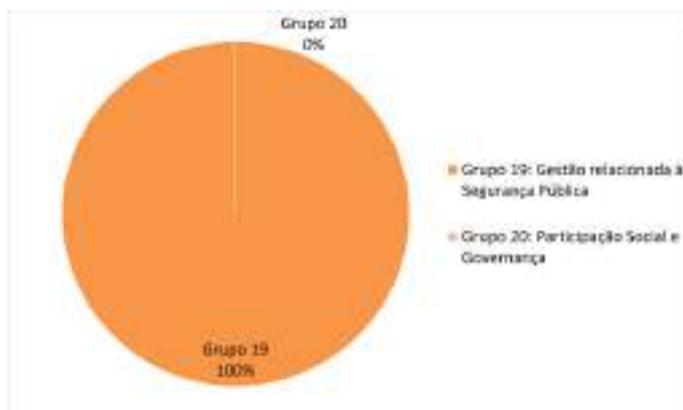
Gráfico 272 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA SIA).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 273**, o Grupo 19, que trata de Gestão relacionada a Segurança Pública, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 100% das ocorrências. Já o Grupo 20, de Participação Social e Governança, não apresentou ocorrências.

Gráfico 273 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA SIA).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 108**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 108 – Ocorrências de Problemáticas – RA SIA.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.2.26 39ª Oficina Participativa: Planaltina

Quadro 109 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Planaltina.

Data da Oficina Participativa:	21/10/2023
Local da Oficina Participativa:	Centro Educacional Delta, localizado no Setor Residencial Leste, Quadra 01, Conjunto F, Lotes 21 a 31
Quantidade de participantes:	146 (População) 36 (Técnicos GDF)
Quantidade de grupos (dinâmica):	08

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



Figura 37 – Fotografias da Oficina Participativa RA Planaltina.



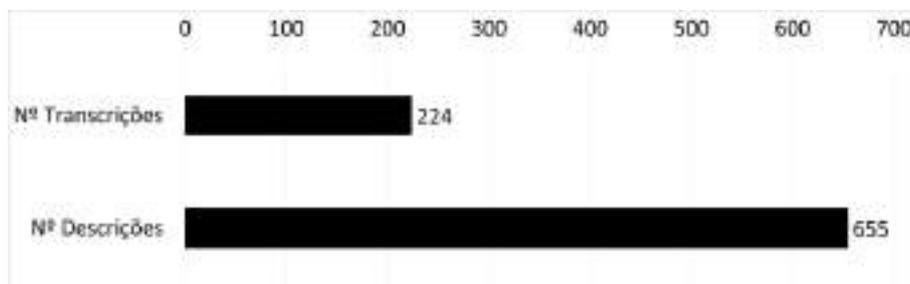
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A **39ª Oficina Participativa – Região Administrativa Planaltina** ocorreu no dia 21/10/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 09h às 12h, no Centro Educacional Delta, localizado no Setor Residencial Leste, Quadra 01, Conjunto F, Lotes 21 a 31, e contou com 165 pessoas no total, que foram divididas em 08 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa de Planaltina (RA VI). Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 274** tais contribuições, resultaram em 224 transcrições e 655 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.



Gráfico 274 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Planaltina).



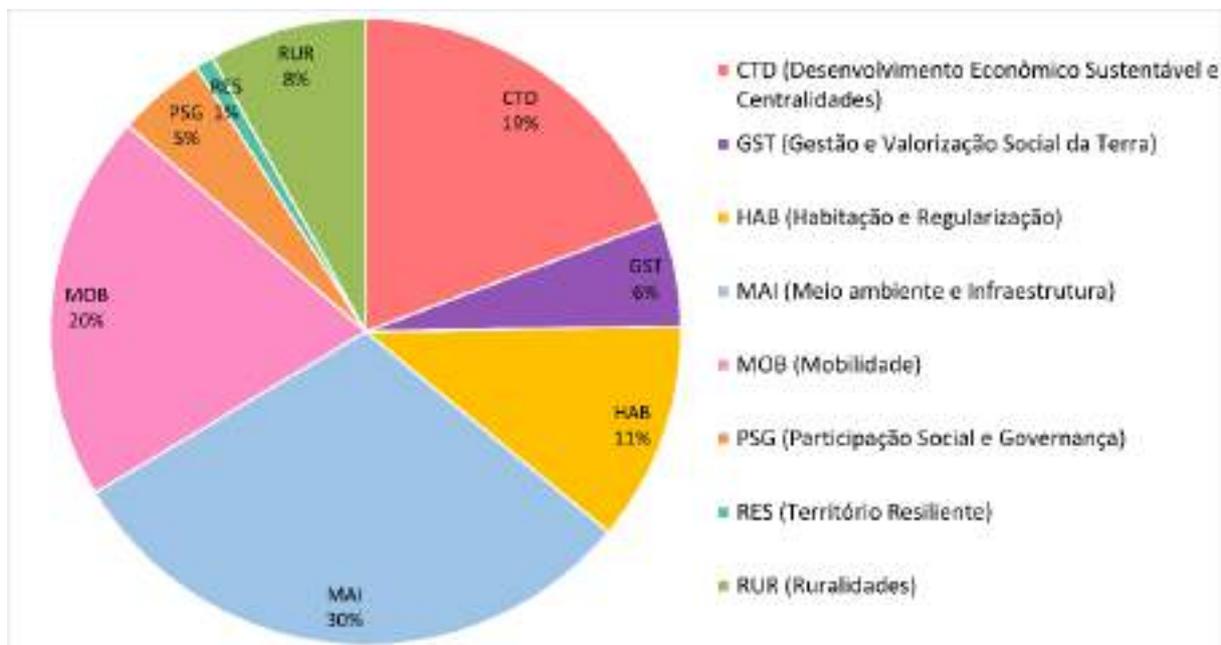
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 275** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 30% das ocorrências; Eixo Mobilidade, representando 20% das ocorrências; e Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 19% das ocorrências.



Gráfico 275 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Planaltina.

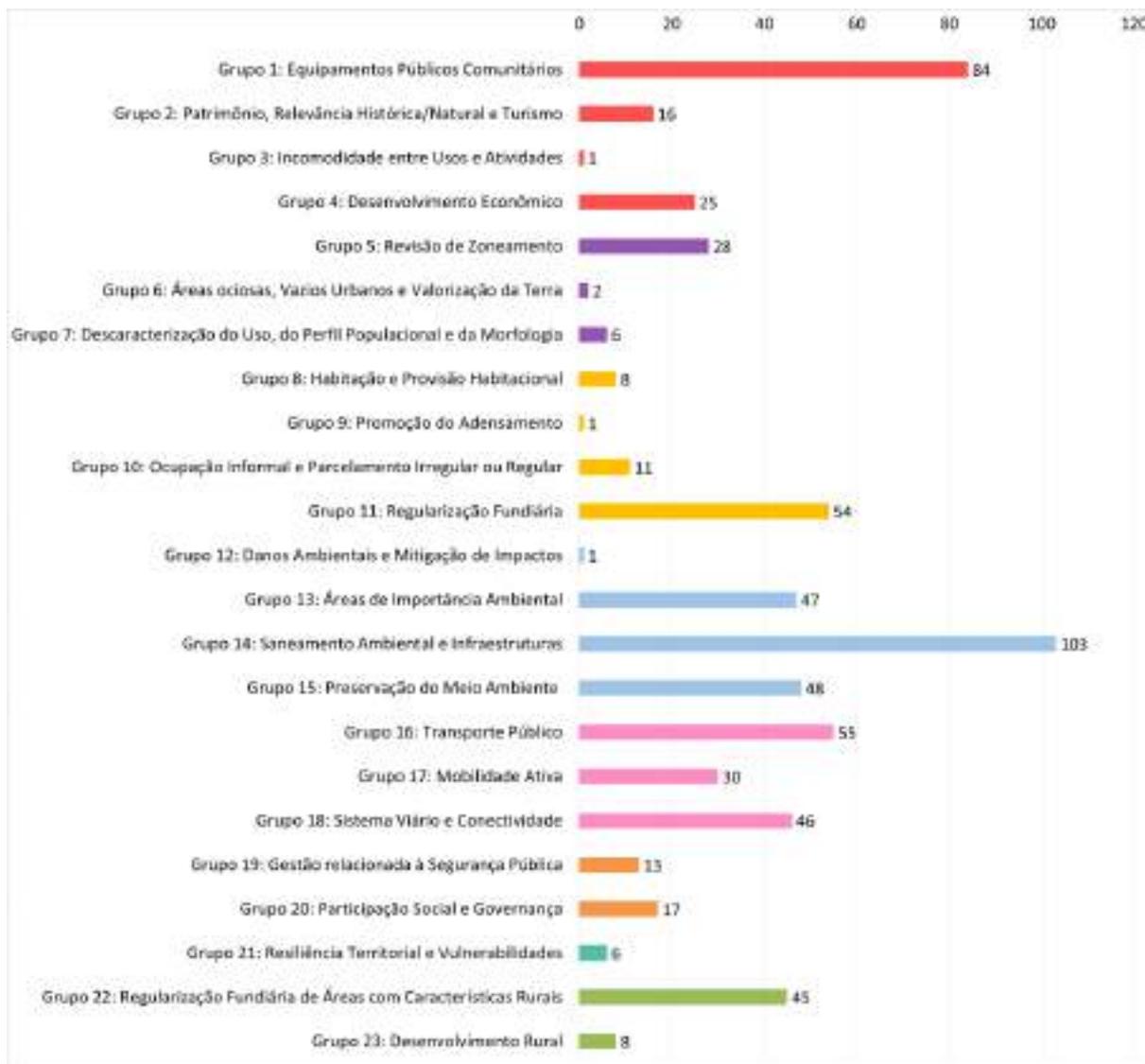


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 276**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 14 (Saneamento Ambiental e Infraestruturas), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 103 ocorrências; Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 84 ocorrências; e Grupo 16 (Transporte Público), que pertence ao Eixo Mobilidade, com 55 ocorrências.



Gráfico 276 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Planaltina.

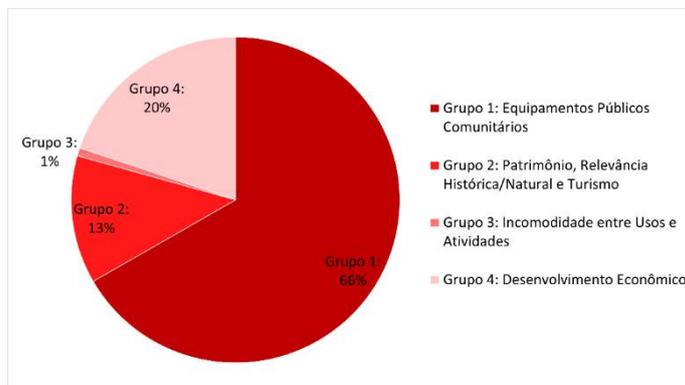


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 277**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 66% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 20% das ocorrências. O Grupo 2, relacionado a Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, representa 13% das ocorrências, enquanto o Grupo 3, que aborda Incomodidade entre Usos e Atividades, representa 1% das ocorrências.



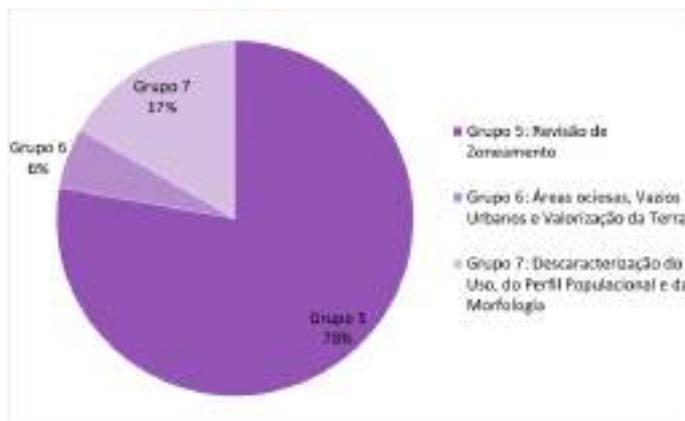
Gráfico 277 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Planaltina).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 278**, o Grupo 5, que trata da Revisão de Zoneamento, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 78% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 7, que se refere à Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, aparece representando 17% das ocorrências. Já o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, representa 6% das ocorrências.

Gráfico 278 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Planaltina).



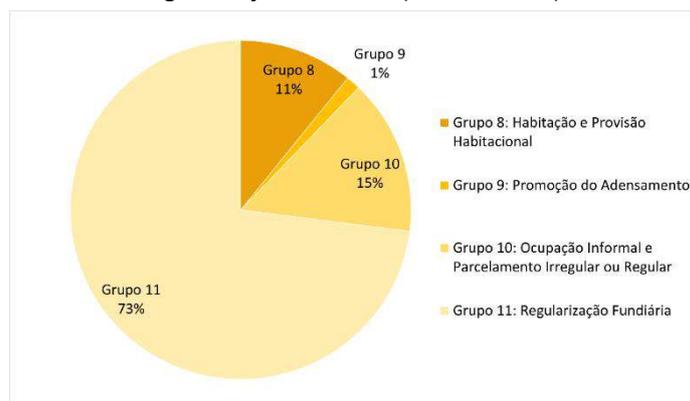
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 279** o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 73% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 10, que se refere à Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, aparece representando 15% das



ocorrências. O Grupo 8, relacionado a Habitação e Provimento Habitacional, representa 11% das ocorrências, enquanto o Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, representa 1% das ocorrências.

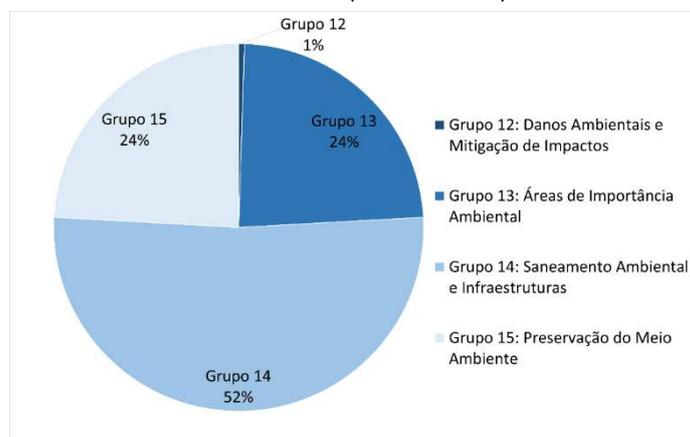
Gráfico 279 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Planaltina).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 280**, o Grupo 14, que trata do Saneamento Ambiental e Infraestruturas, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 52% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 13, que se refere às Áreas de Importância Ambiental, e o Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, representam ambos 24% das ocorrências. O Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 1% das ocorrências.

Gráfico 280 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Planaltina).

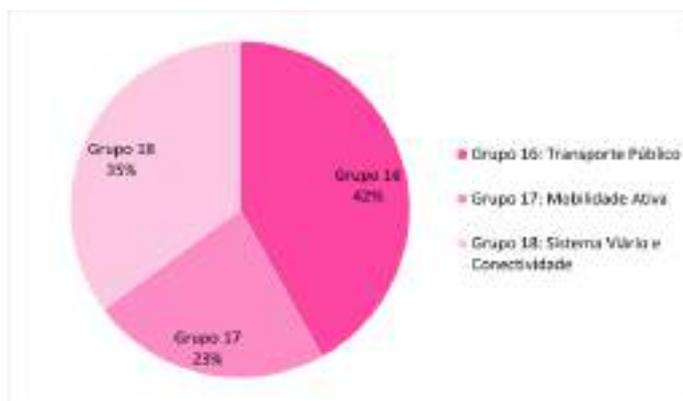


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 281**, o Grupo 16, que trata do Transporte Público, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 42% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 18, que se refere ao Sistema Viário e Conectividade, aparece representando 35% das ocorrências. Já o Grupo 17, relacionado Mobilidade Ativa, representa 23% das ocorrências.

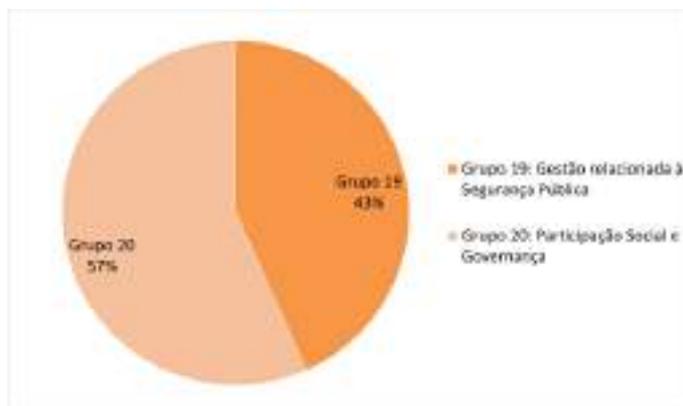
Gráfico 281 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Planaltina).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 282**, o Grupo 20, que trata da Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 57% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão relacionada à Segurança Pública, representa 43% das ocorrências.

Gráfico 282 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Planaltina).

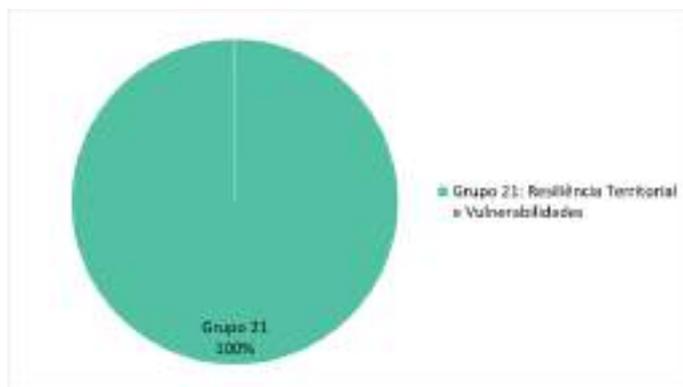


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente, **Gráfico 283**, evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

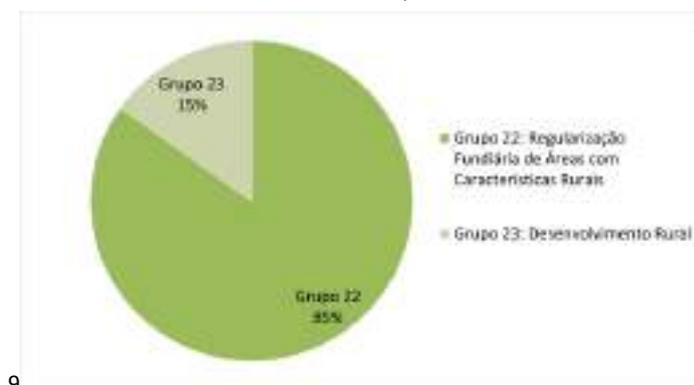
Gráfico 283 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Planaltina).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 284**, o Grupo 22, que trata de Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 85% das ocorrências. Já o Grupo 23, que se refere à Desenvolvimento Rural, representa 15% das ocorrências.

Gráfico 284 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Planaltina).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 110**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 110 – Ocorrências de Problemáticas – RA Planaltina.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 9	Há demandas relacionadas a promoção do adensamento.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.2.27 42ª Oficina Participativa: Candangolândia

Quadro 111 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Candangolândia.

Data da Oficina Participativa:	31/10/2023
--------------------------------	------------



Local da Oficina Participativa:	Escola Classe 2, EQR 2/3 - Candangolândia
Quantidade de participantes:	93 (População) 17 (Técnicos GDF)
Quantidade de grupos (dinâmica):	05

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 38 – Fotografias da Oficina Participativa RA Candangolândia.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

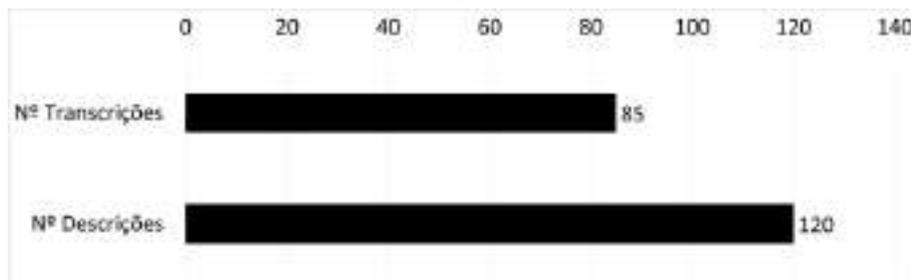
A **43ª Oficina Participativa – Região Administrativa Candangolândia** ocorreu no dia 31/10/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 19h às 22h, na Escola Classe 2, EQR 2/3 - Candangolândia, e contou com 110 pessoas no total, que foram divididas em 05 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa de Candangolândia (RA XIX). Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 285** tais contribuições, resultaram em 85 transcrições e 120 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade



entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.

Gráfico 285 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Candangolândia).



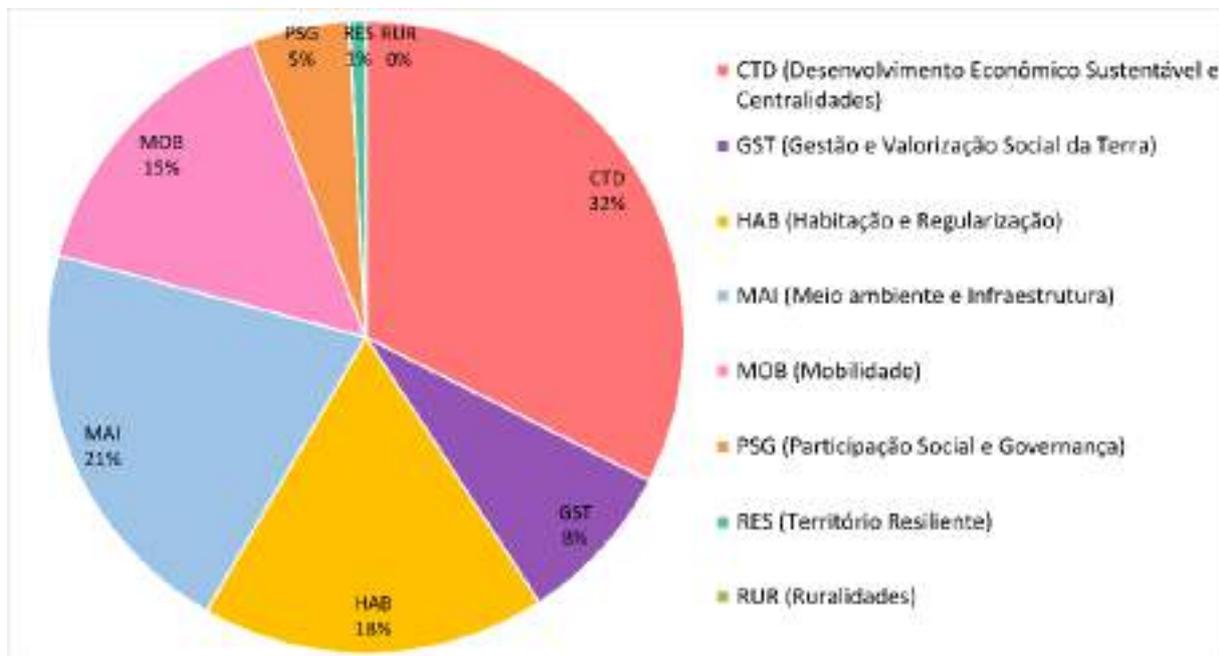
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 286** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 32% das ocorrências; Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 21% das ocorrências; e Eixo Habitação e Regularização Fundiária, representando 18% das ocorrências.



Gráfico 286 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Candangolândia.

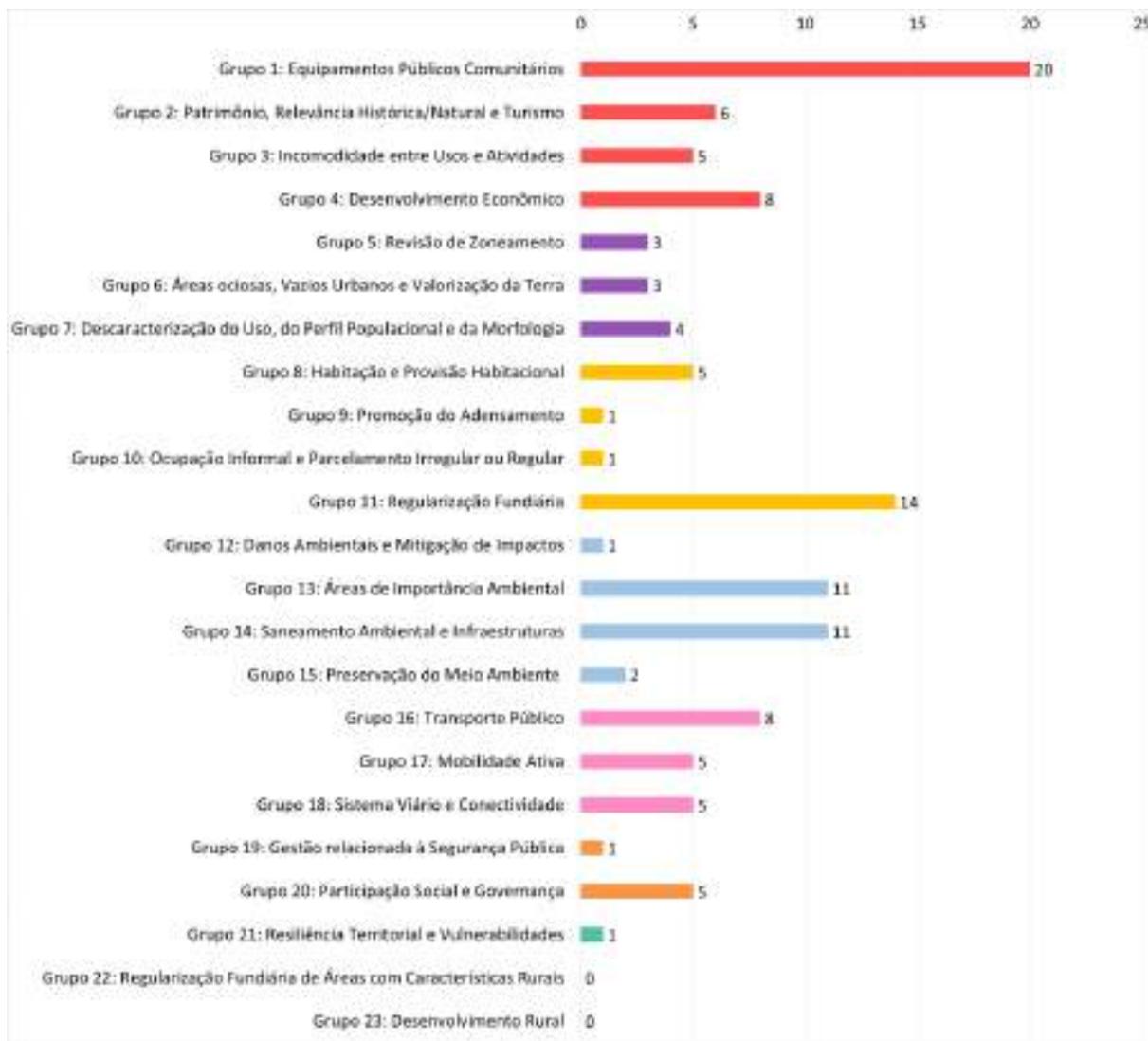


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 287**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 20 ocorrências; Grupo 11 (Regularização Fundiária), que pertence ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária, com 14 ocorrências; e Grupos 13 (Áreas de Importância Ambiental) e 14 (Saneamento Ambiental e Infraestruturas) que pertencem ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, ambos com 11 ocorrências. O Eixo Ruralidade não apresentou ocorrências nas contribuições da população coletadas durante a Oficina Participativa de Candangolândia (RA XIX).



Gráfico 287 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Candangolândia.

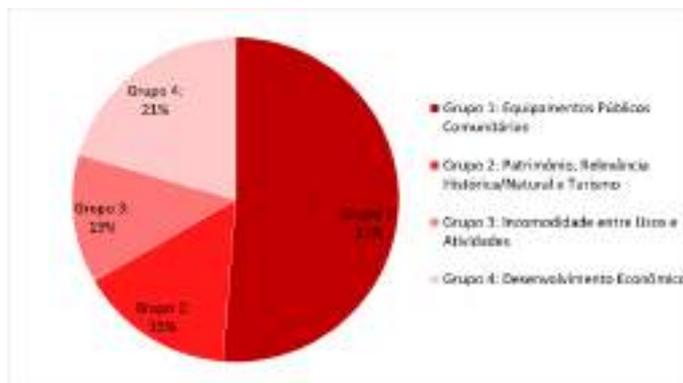


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 288**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 51% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 21% das ocorrências. O Grupo 2, relacionado a Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, representa 15% das ocorrências, enquanto o Grupo 3, que aborda Incomodidade entre Usos e Atividades, representa 13% das ocorrências.



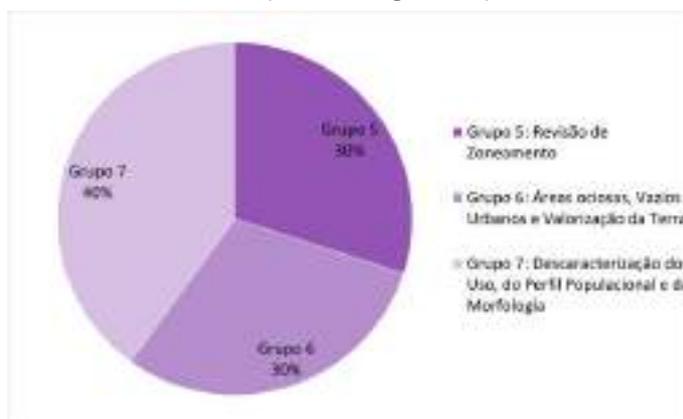
Gráfico 288 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Candangolândia).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 289** o Grupo 7, que trata da Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 40% das ocorrências. Tanto o Grupo 5, que se refere à Revisão de Zoneamento quanto o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, apresentaram a mesma incidência, representando 30% das ocorrências.

Gráfico 289 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Candangolândia).



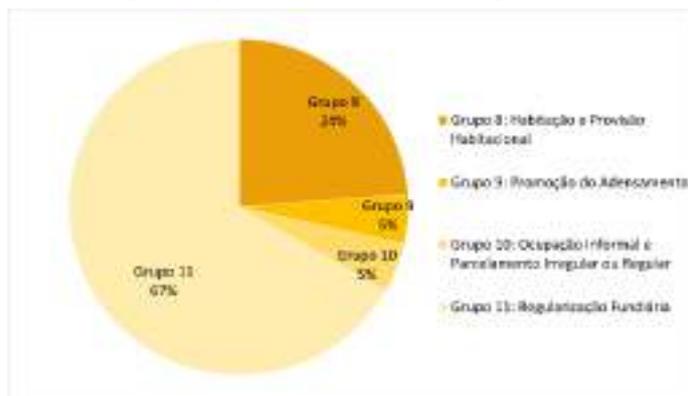
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 290** o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 67% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 8, que se refere à Habitação e Provimento Habitacional, aparece representando 24% das ocorrências. Os Grupos 9,



relacionado a Promoção do Adensamento e o Grupo 10, que aborda Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, representam 5% das ocorrências cada um.

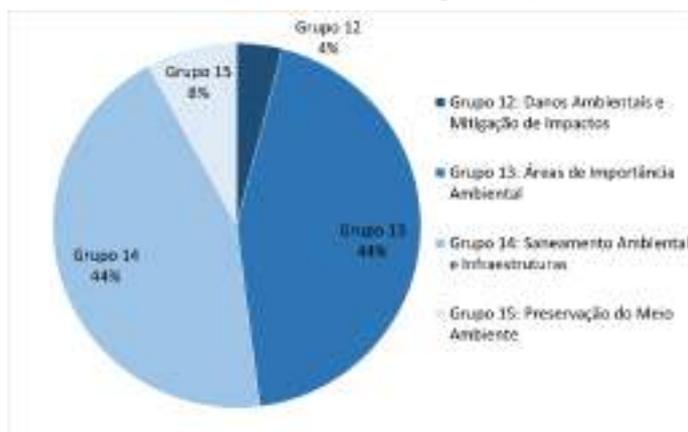
Gráfico 290 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Candangolândia).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 291**, os Grupos 13, que trata das Áreas de Importância Ambiental, e o Grupo 14, que se refere ao Saneamento Ambiental e Infraestruturas tiveram a maior incidência nas contribuições da população, representando 44% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 15, que se refere ao Preservação do Meio Ambiente, aparece representando 8% das ocorrências. O Grupo 12, relacionado a Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 4% das ocorrências.

Gráfico 291 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Candangolândia).

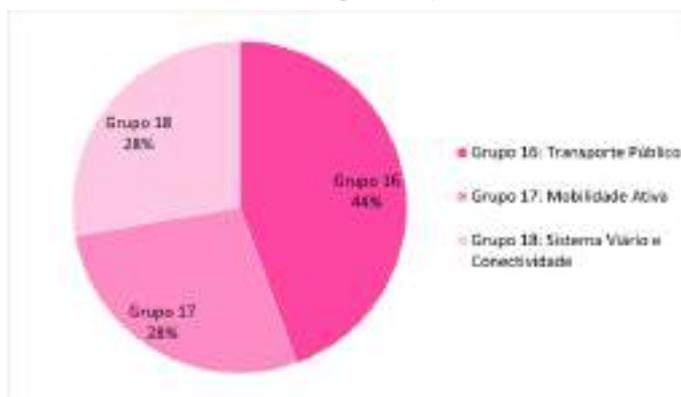


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 292**, o Grupo 16, que trata de Transporte Público, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 44% das ocorrências. Tanto o Grupo 17, que se refere à Mobilidade Ativa, quanto o Grupo 16, relacionado a Transporte Público, representam 28% das ocorrências.

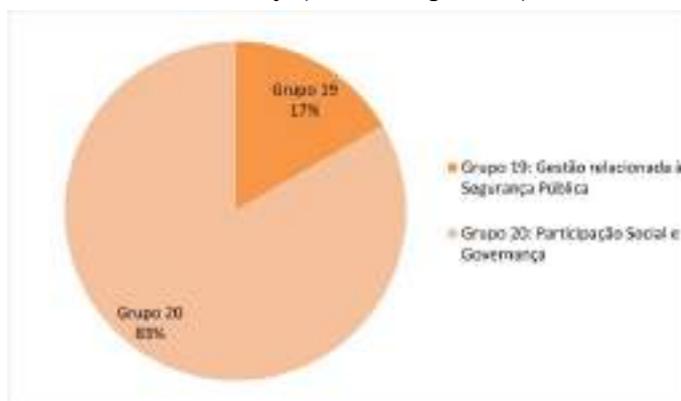
Gráfico 292 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Candangolândia).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 293**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 83% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada a Segurança Pública, representa 17% das ocorrências.

Gráfico 293 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Candangolândia).

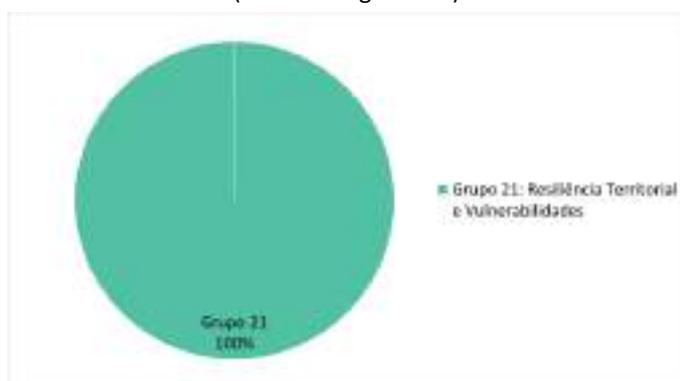


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 294** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

Gráfico 294 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Candangolândia).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 112**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 112 – Ocorrências de Problemáticas – RA Candangolândia.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 9	Há demandas relacionadas a promoção do adensamento.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição



Código	Problemática
	do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.2.28 44ª Oficina Participativa: Varjão

Figura 39 – Fotografias da Oficina Participativa RA Varjão.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Quadro 113 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Varjão.

Data da Oficina Participativa:	14/11/2023
Local da Oficina Participativa:	Centro de Ensino Fundamental 01 do Varjão, Vila Varjão do Torto, Quadra 07 Conjunto D Lote 02, Setor de Habitações Individuais Norte, Varjão, Brasília – DF
Quantidade de participantes:	35 (População)



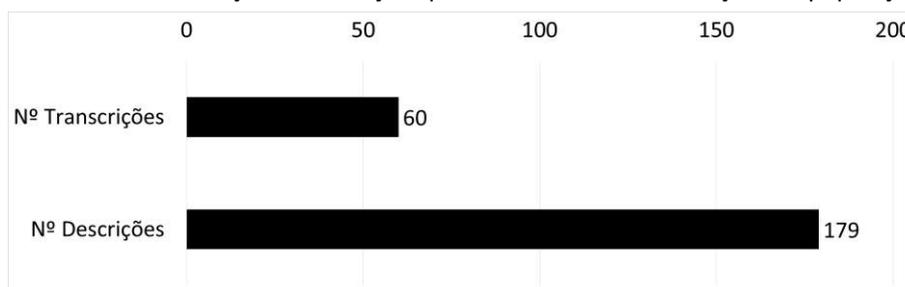
	26 (Técnicos GDF)
Quantidade de grupos (dinâmica):	03

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A **45ª Oficina Participativa – Região Administrativa Varjão** ocorreu no dia 14/11/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 19h às 22h, no Centro de Ensino Fundamental 01 do Varjão, Vila Varjão do Torto, Quadra 07 Conjunto D Lote 02, Setor de Habitações Individuais Norte, Varjão, Brasília – DF, e contou com 61 pessoas no total, que foram divididas em 03 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa de Varjão (RA XXIII). Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 295** tais contribuições, resultaram em 60 transcrições e 179 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.

Gráfico 295 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Varjão).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

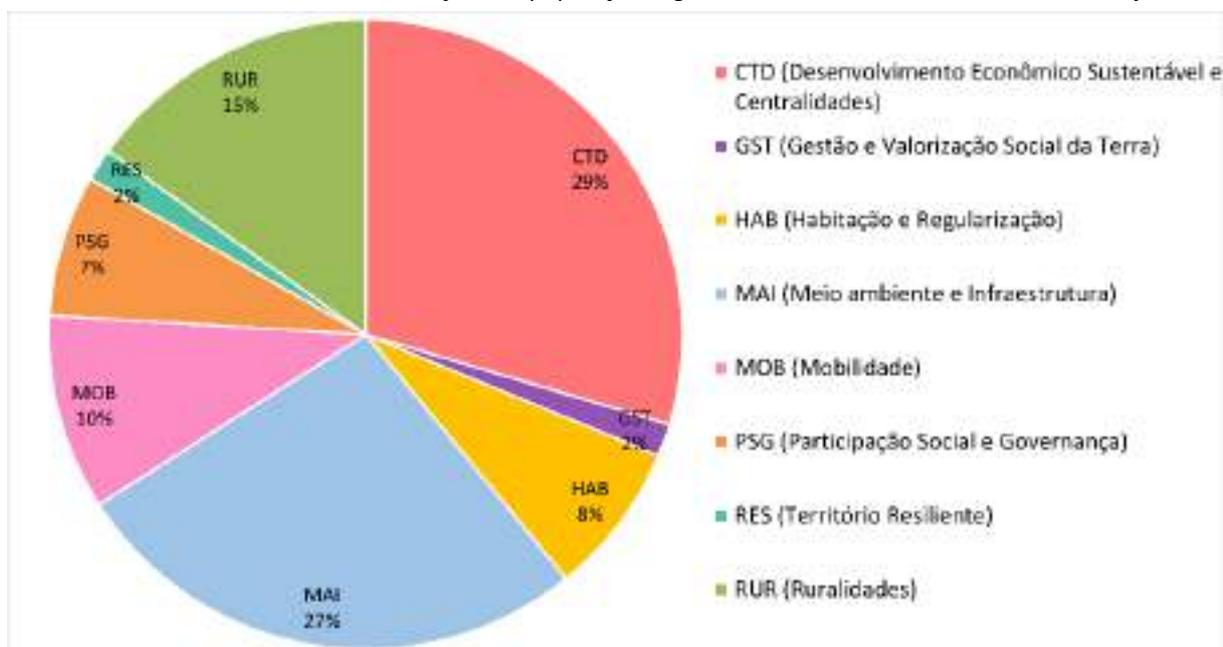
A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma



representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 296**, os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Desenvolvimento Econômico e Sustentável e Centralidades, representando 29% das ocorrências; Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 27% das ocorrências; e o Eixo Ruralidades, representando 15%.

Gráfico 296 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Varjão.

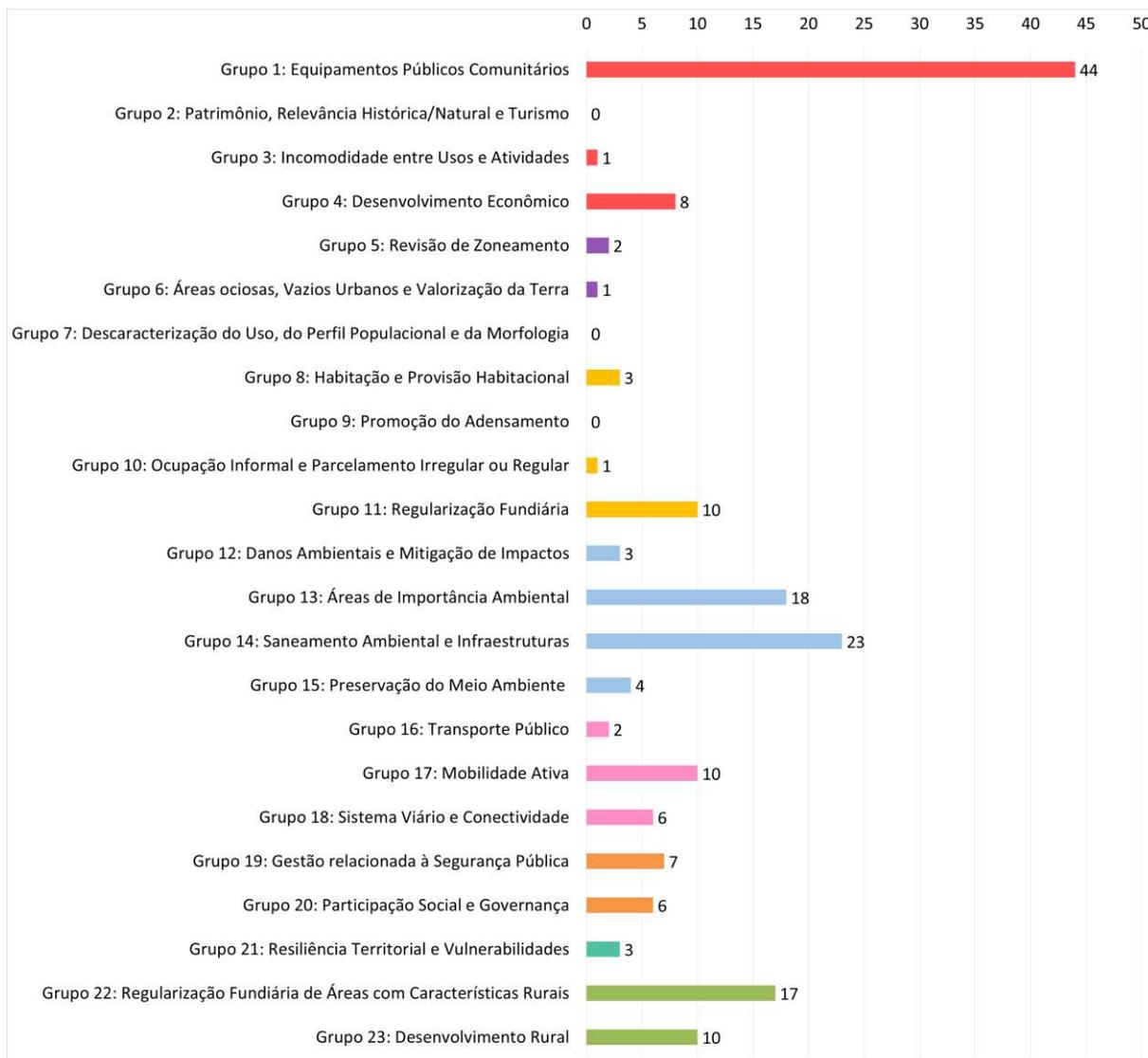


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 297**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 44 ocorrências; Grupo 14 (Saneamento Ambiental e Infraestruturas), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 23 ocorrências; e Grupo 13 (Áreas de Importância Ambiental), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 18 ocorrências.



Gráfico 297 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Varjão.

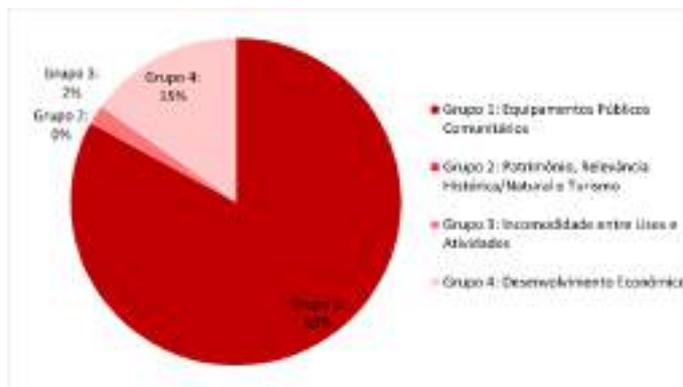


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 298**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 83% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 15% das ocorrências. O Grupo 3, relacionado a Incomodidade entre Usos e Atividades, representa 2% das ocorrências, enquanto o Grupo 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, não apresentou ocorrências.



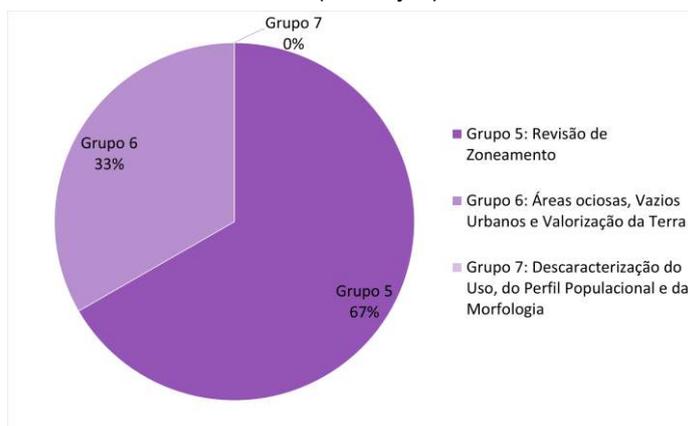
Gráfico 298 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Varjão).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 299** o Grupo 5, que trata da Revisão de Zoneamento, teve 67% de incidência nas contribuições da população. O Grupo 6, que se refere às Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, aparece representando 33% das ocorrências. Já o Grupo 7, referente à Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, não apresentou ocorrências.

Gráfico 299 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Varjão).



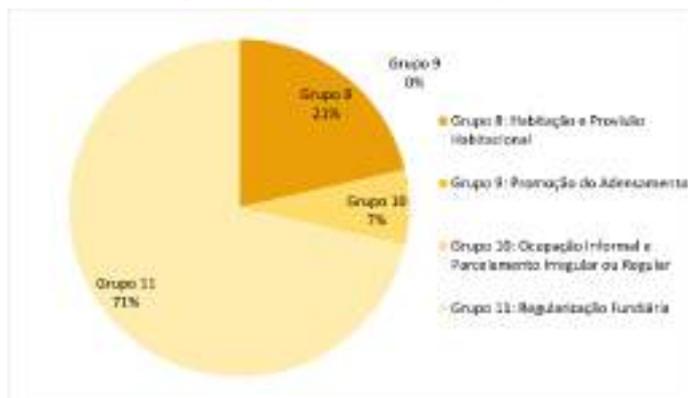
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 300** o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 71% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 8, que se refere à Habitação e Provimento Habitacional, aparece representando 21% das ocorrências. O Grupo 10,



relacionado a Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, representa 7% das ocorrências, enquanto o Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, não apresentou ocorrências.

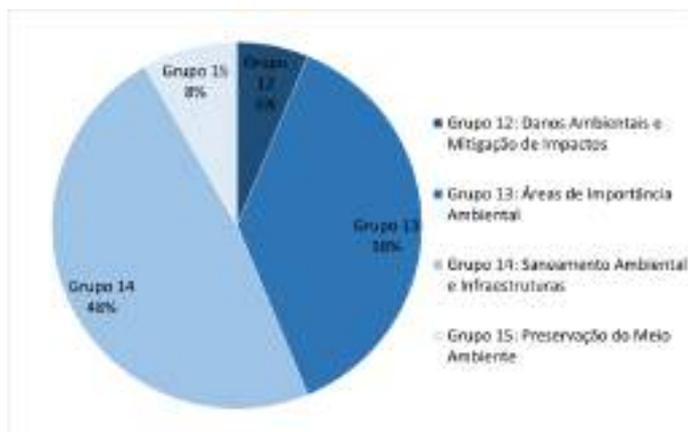
Gráfico 300 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Varjão).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 301**, o Grupo 14, que trata de Saneamento Ambiental e Infraestruturas, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 48% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 13, que se refere às Áreas de Importância Ambiental, aparece representando 38% das ocorrências. O Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, representa 8% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 6% das ocorrências.

Gráfico 301 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Varjão).

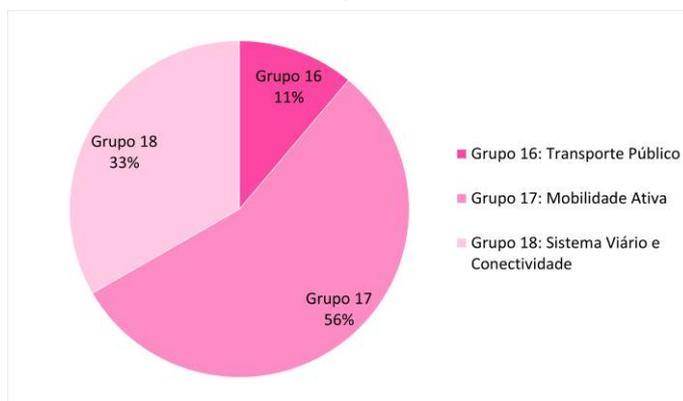


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 302**, o Grupo 17, que trata de Mobilidade Ativa, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 56% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 18, que se refere ao Sistema Viário e Conectividade, aparece representando 33% das ocorrências. Já o Grupo 16, relacionado a Transporte Público, representa 11% das ocorrências.

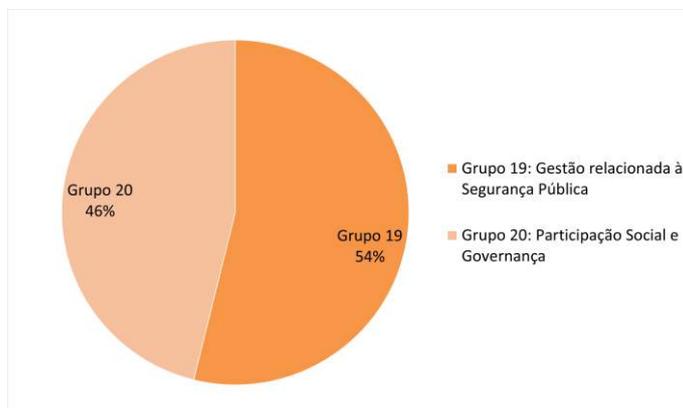
Gráfico 302 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Varjão).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 303**, o Grupo 19, que trata de Gestão Relacionada a Segurança Pública, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 54% das ocorrências. O Grupo 20, de Participação Social e Governança, representa 46% das ocorrências.

Gráfico 303 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Varjão).

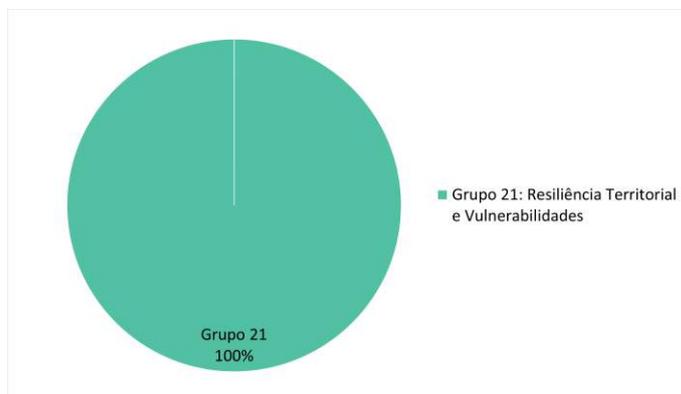


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 304** mostra que o Grupo 21, relacionado à resiliência territorial e vulnerabilidades, é o único grupo temático desse eixo, representando 100% das ocorrências. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a análise desse gráfico permite entender a presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou ausência.

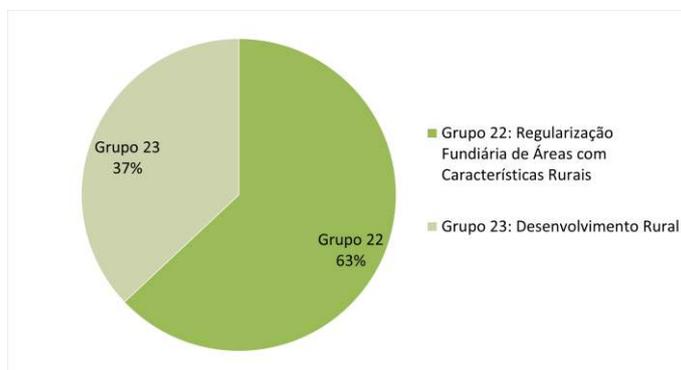
Gráfico 304 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Varjão).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 305**, o Grupo 22, que trata de Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 63% das ocorrências. Já o Grupo 23, que se refere à Desenvolvimento Rural, representa 37% das ocorrências.

Gráfico 305 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Varjão).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 114**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 114 – Ocorrências de Problemáticas – RA Varjão.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



7.2.29 46ª Oficina Participativa: Guarά

Quadro 115 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Guarά.

Data da Oficina Participativa:	23/11/2023
Local da Oficina Participativa:	Centro Educacional 01 do Guarά, Entrequadras 34/36 Conjunto F, Guarά II, Guarά, Brasılia – DF
Quantidade de participantes:	100 (Populaçaõ) 45 (Técnicos GDF)
Quantidade de grupos (dinâmica):	04

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 40 – Fotografias da Oficina Participativa RA Guarά.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

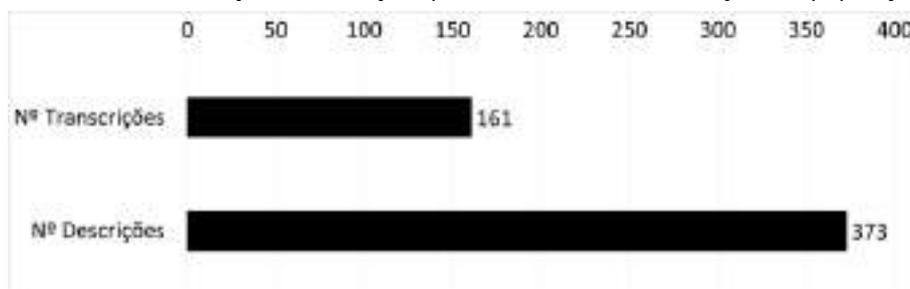
A **47ª Oficina Participativa – Região Administrativa Guarά** ocorreu no dia 23/11/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 19h às 22h, no Centro Educacional 01 do Guarά, Entrequadras 34/36 Conjunto F, Guarά II, Guarά, Brasılia – DF, e contou com 145 pessoas no total, que foram divididas em 04 grupos de discussõ. É possıvel acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponıvel no endereço eletrõnico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematizaçaõ de informaçaõs apresenta uma análise quantitativa das Transcriçaõs e Descriçaõs resultantes das demandas da populaçaõ que foram 591



coletadas na Oficina Participativa de Guará (RA X). Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 306** tais contribuies, resultaram em 161 transcries e 373 descries. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuies.

Gráfico 306 – Valores de Transcries e Descries provenientes das contribuies da população (RA Guará).



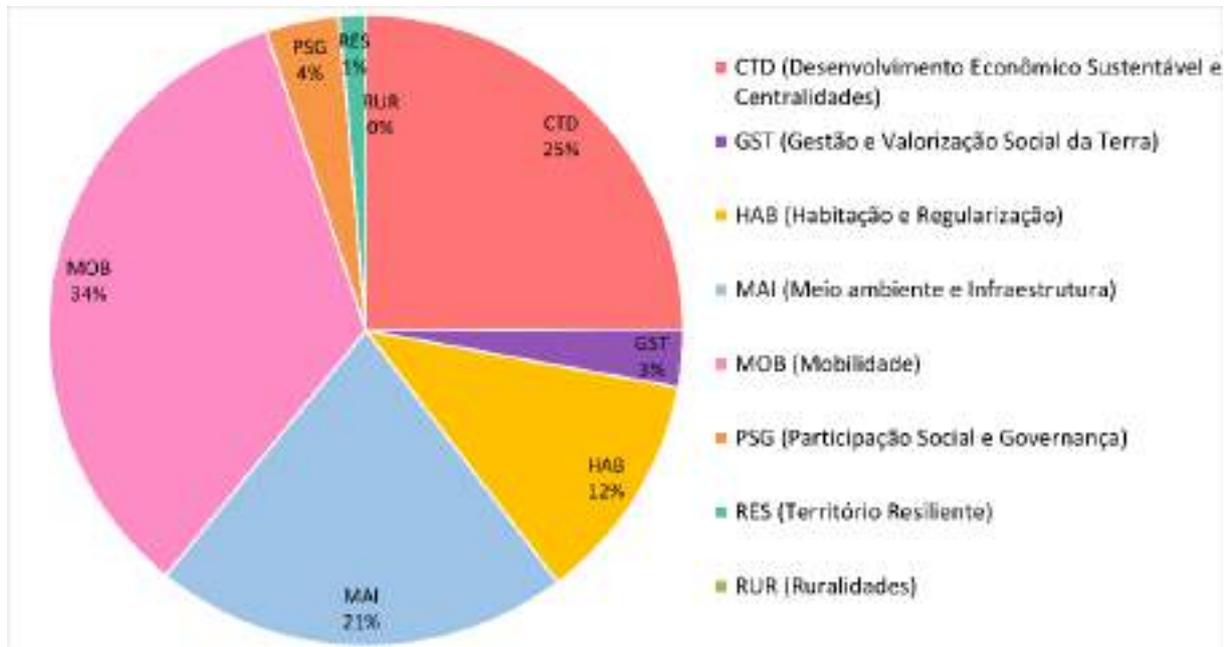
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais,  válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepes e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 307** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuies da população foram: Eixo Mobilidade, representando 34% das ocorrências; Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 25% das ocorrências; e Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 21% das ocorrências.



Gráfico 307 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Guará.

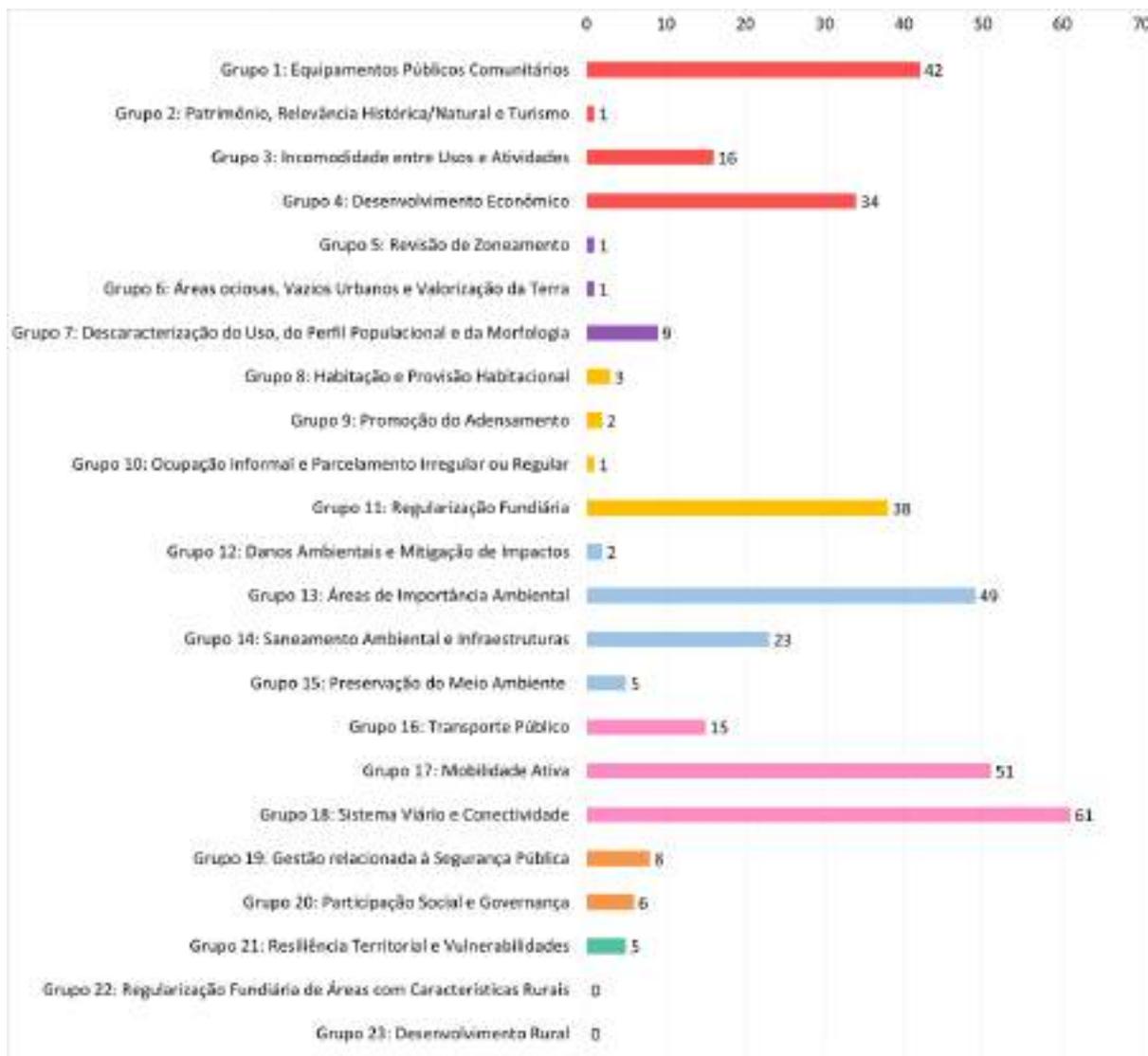


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 308**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 18 (Sistema Viário e Conectividade), que pertence ao Eixo Mobilidade, com 61 ocorrências; Grupo 17 (Mobilidade Ativa), que também pertence ao Eixo Mobilidade, com 51 ocorrências; e Grupo 13 (Áreas de Importância Ambiental), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 49 ocorrências. O Eixo Ruralidades não apresentou ocorrências nas contribuições da população coletadas durante a Oficina Participativa do Guará (RA X).



Gráfico 308 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Guarará.

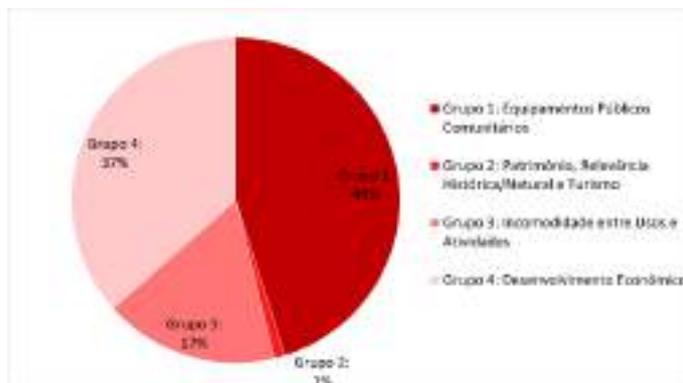


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 309**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 45% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 37% das ocorrências. O Grupo 3, relacionado a Incomodidade entre Usos e Atividades, representa 17% das ocorrências, enquanto o Grupo 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, representa 1% das ocorrências.



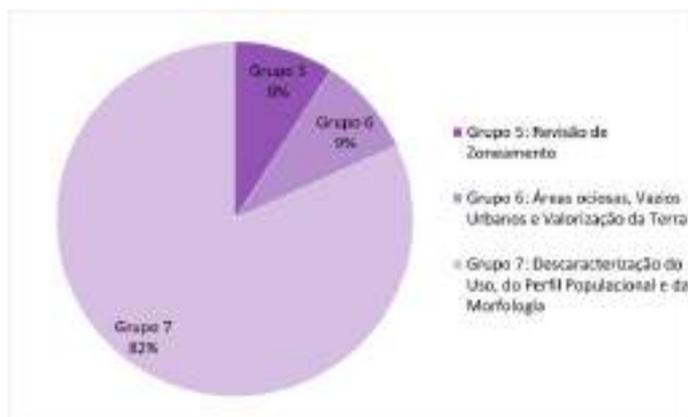
Gráfico 309 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Guará).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 310** o Grupo 7, que trata da Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 82% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 5, que se refere à Revisão de Zoneamento, aparece representando 9% das ocorrências, assim como Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra.

Gráfico 310 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Guará).



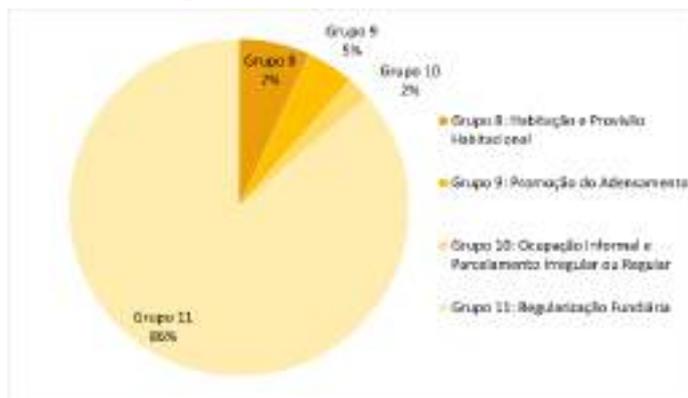
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 311** o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 86% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 8, que se refere à Habitação e Provimento Habitacional, aparece representando 7% das ocorrências. O Grupo 9,



relacionado a Promoção do Adensamento, representa 5% das ocorrências, enquanto o Grupo 10, que aborda Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, representa 2% das ocorrências.

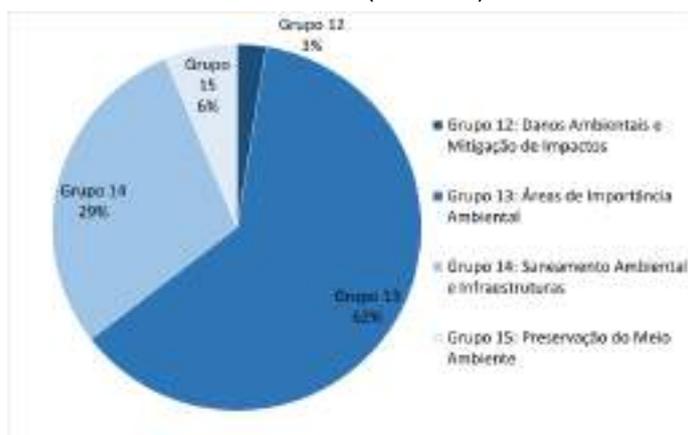
Gráfico 311 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Guará).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 312**, o Grupo 13, que trata das Áreas de Importância Ambiental, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 62% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 14, que se refere ao Saneamento Ambiental e Infraestruturas, aparece representando 29% das ocorrências. O Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, representa 6% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 3% das ocorrências.

Gráfico 312 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Guará).

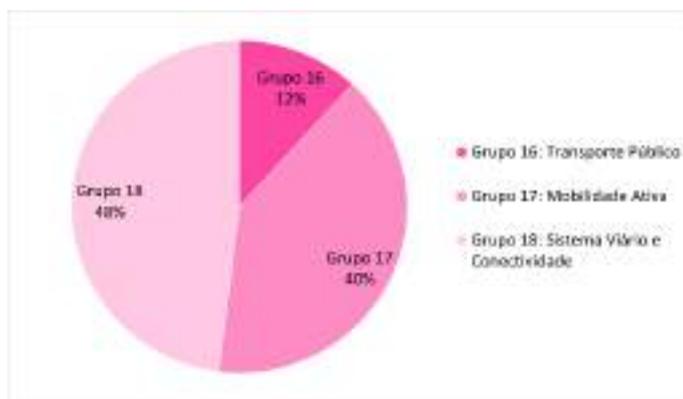


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 313**, o Grupo 18, que trata de Sistema Viário e Conectividade, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 48% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 17, que se refere à Mobilidade Ativa, aparece representando 40% das ocorrências. Já o Grupo 16, relacionado a Transporte Público, representa 12% das ocorrências.

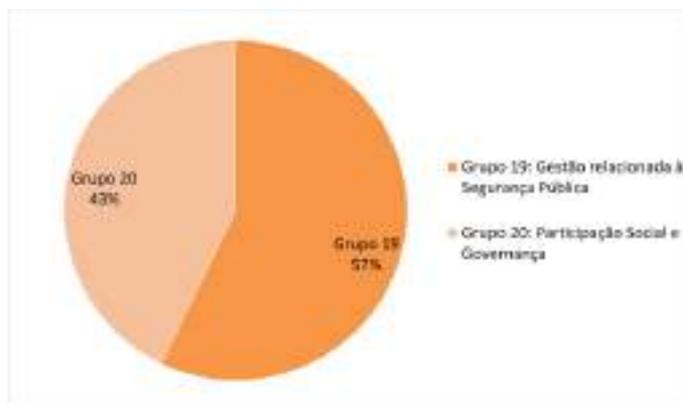
Gráfico 313 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Guará).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 314**, o Grupo 19, que trata da Gestão relacionada a Segurança Pública, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 57% das ocorrências. Já o Grupo 20, de Participação Social e Governança, representa 43% das ocorrências.

Gráfico 314 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Guará).

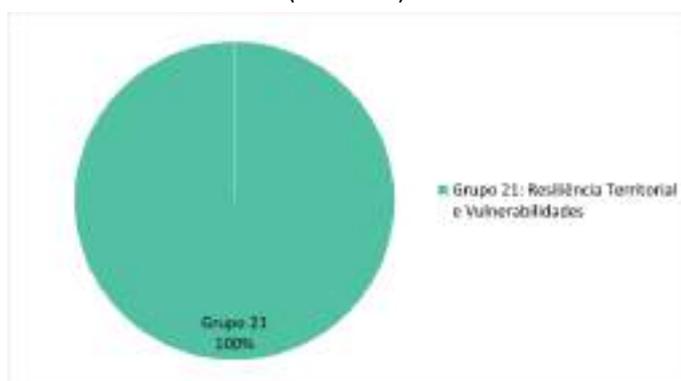


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 315** mostra que o Grupo 21, relacionado à resiliência territorial e vulnerabilidades, é o único grupo temático desse eixo, representando 100% das ocorrências. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a análise desse gráfico permite entender a presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou ausência.

Gráfico 315 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Guará).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 116**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 116 – Ocorrências de Problemáticas – RA Guará.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 9	Há demandas relacionadas a promoção do adensamento.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Código	Problemática
	do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.2.30 47ª Oficina Participativa: São Sebastião

Quadro 117 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – São Sebastião.

Data da Oficina Participativa:	25/11/2023
Local da Oficina Participativa:	Instituto Federal de Brasília (IFB) - Campus São Sebastião, Bairro São Bartolomeu, Quadra 02, Conjunto 13, Área Especial 07, São Sebastião, Brasília – DF
Quantidade de participantes:	126 (População) 31 (Técnicos GDF)
Quantidade de grupos (dinâmica):	06

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



Figura 41 – Fotografias da Oficina Participativa RA São Sebastião.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A **48ª Oficina Participativa – Região Administrativa São Sebastião** ocorreu no dia 25/11/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 09h às 12h, no Instituto Federal de Brasília (IFB) - Campus São Sebastião, Bairro São Bartolomeu, Quadra 02, Conjunto 13, Área Especial 07, São Sebastião, Brasília – DF, e contou com 157 pessoas no total, que foram divididas em 06 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa de São Sebastião (RA XIV). Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 316** tais contribuições, resultaram em 125 transcrições e 265 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.



Gráfico 316 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA São Sebastião).



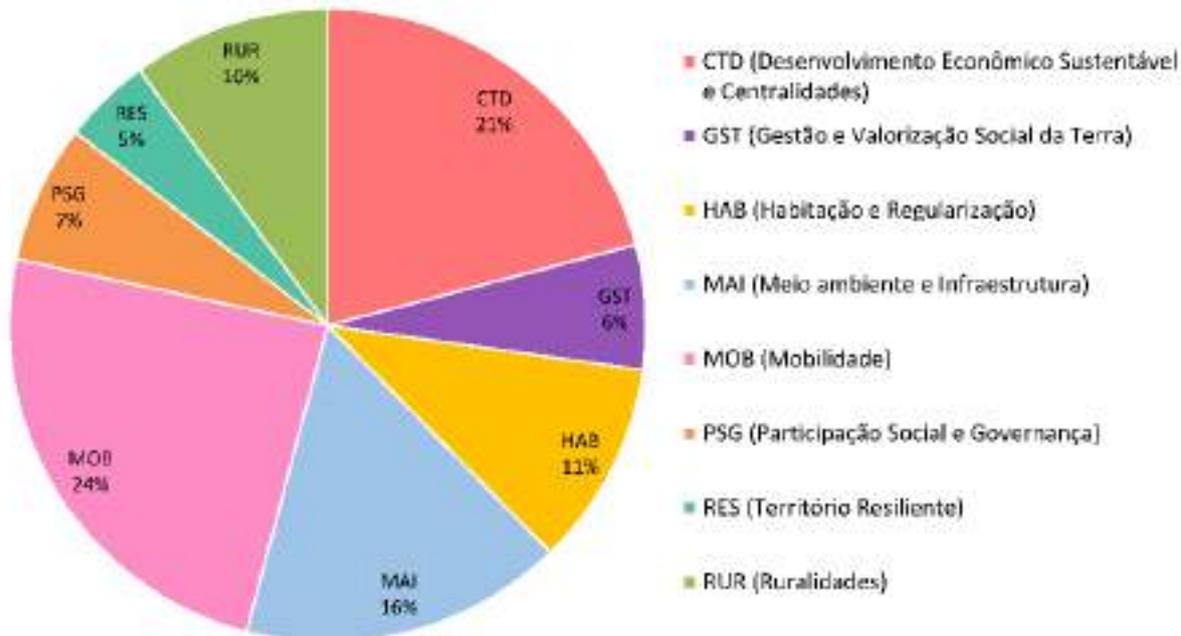
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 317** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Mobilidade, representando 24% das ocorrências; Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 21% das ocorrências; e Eixo Meio ambiente e Infraestrutura, representando 16% das ocorrências.



Gráfico 317 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA São Sebastião.

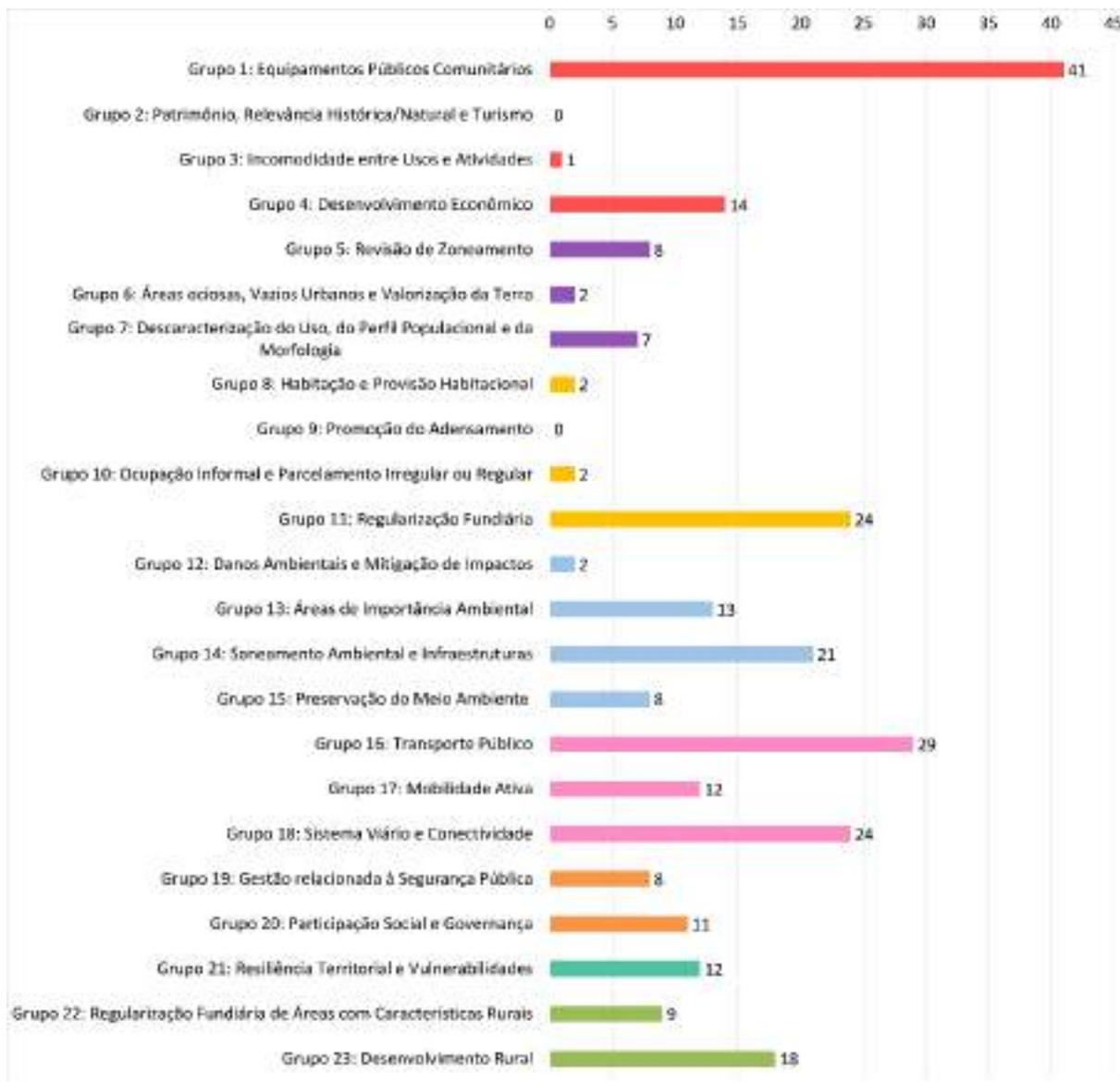


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 318**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 41 ocorrências; Grupo 16 (Transporte Público), que pertence ao Eixo Mobilidade, com 29 ocorrências; e ambos o Grupo 18 (Sistema Viário e Conectividade), que pertence ao Eixo Mobilidade e Grupo 11 (Regularização Fundiária), que pertence ao Eixo Habitação e Regularização cada um com 24 ocorrências.



Gráfico 318 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA São Sebastião.

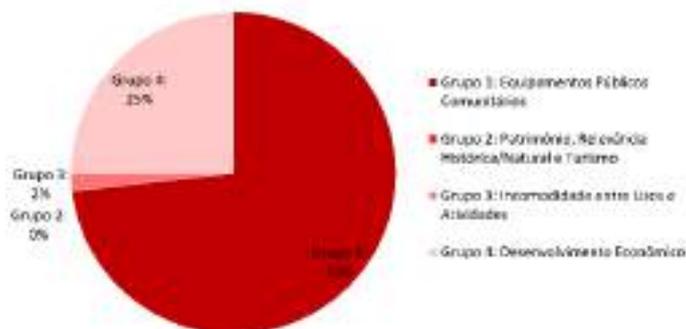


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 319**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 73% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 25% das ocorrências. O Grupo 3, relacionado a Incomodidade entre Usos e Atividades, representa 2% das ocorrências, enquanto o Grupo 2 (Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo) não apresentou das ocorrências.



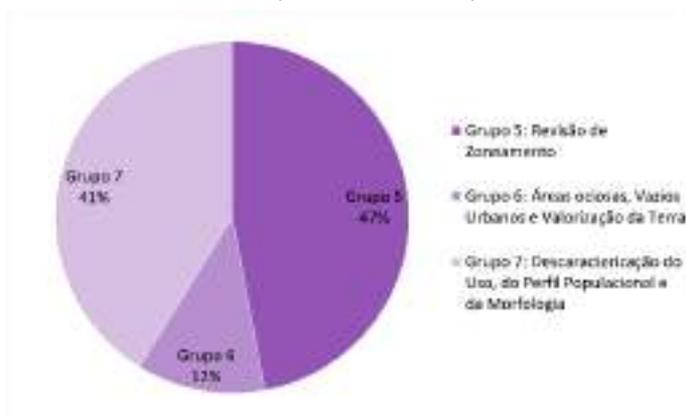
Gráfico 319 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA São Sebastião).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 320** o Grupo 5, que trata da Revisão de Zoneamento, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 47% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 7, que se refere à Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, aparece representando 41% das ocorrências. Já o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, representa 12% das ocorrências.

Gráfico 320 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA São Sebastião).



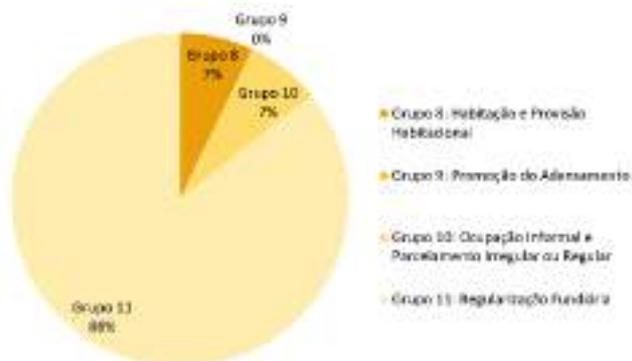
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 321** o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 86% das ocorrências. Em seguida, ambos o Grupo 10, que se refere à Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, e o Grupo 8, relacionado a



Habitação e Provimento Habitacional, representam 7% das ocorrências cada um. O Grupo 9 (Promoção do Adensamento), não apresentou ocorrências.

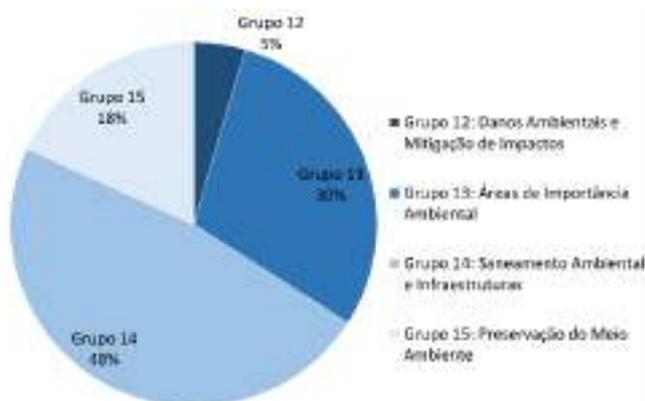
Gráfico 321 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA São Sebastião).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 322**, o Grupo 14, que trata de Saneamento Ambiental e Infraestruturas, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 48% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 13, que se refere a Áreas de Importância Ambiental, aparece representando 30% das ocorrências. O Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, representa 18% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 5% das ocorrências.

Gráfico 322 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA São Sebastião).

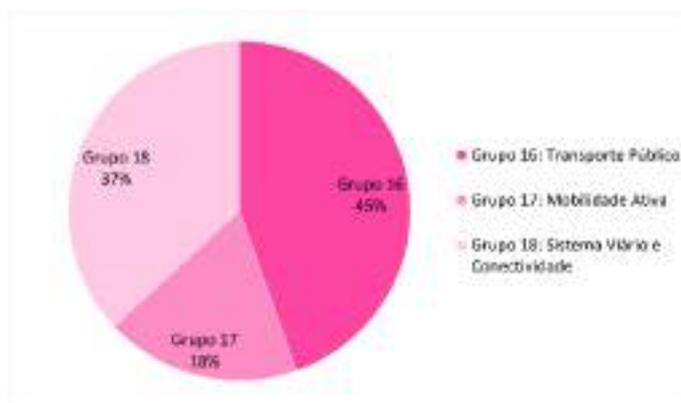


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 323**, o Grupo 16, que trata de Transporte Público, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 45% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 18, que se refere à Sistema Viário e Conectividade, aparece representando 37% das ocorrências. Já o Grupo 17, relacionado a Mobilidade Ativa, representa 18% das ocorrências.

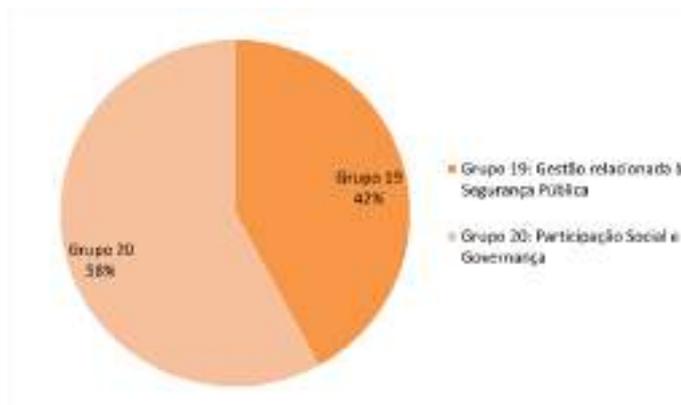
Gráfico 323 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA São Sebastião).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 324**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 58% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada à Segurança Pública, representa 42% das ocorrências.

Gráfico 324 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA São Sebastião).

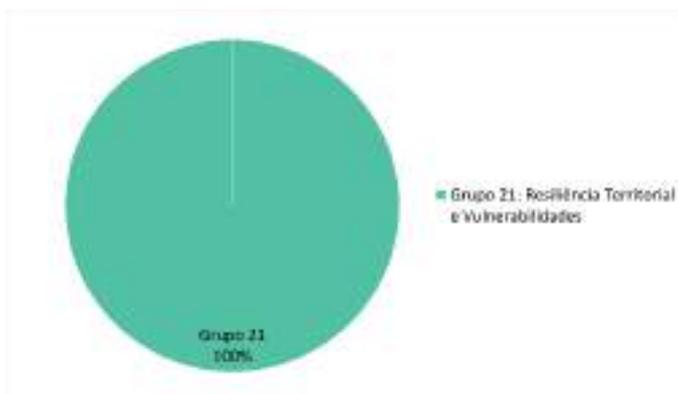


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 325** mostra que o Grupo 21, relacionado à resiliência territorial e vulnerabilidades, é o único grupo temático desse eixo, representando 100% das ocorrências. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a análise desse gráfico permite entender a presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou ausência.

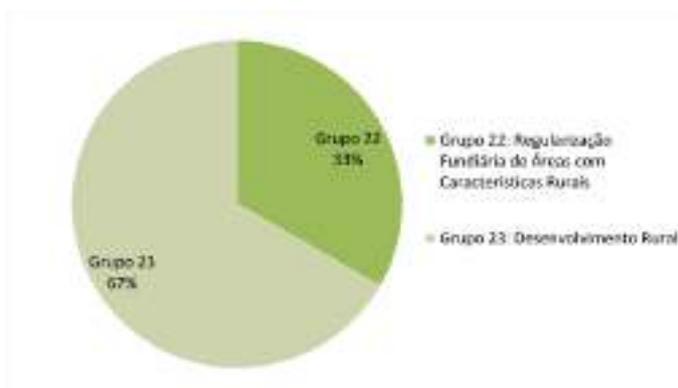
Gráfico 325 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA São Sebastião).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 326**, o Grupo 23, que trata de Desenvolvimento Rural, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 67% das ocorrências. Já o Grupo 22, que se refere à Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, representa 33% das ocorrências.

Gráfico 326 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA São Sebastião).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 118**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 118 – Ocorrências de Problemáticas – RA São Sebastião.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.2.31 49ª Oficina Participativa: RA Arapoanga

Quadro 119 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Arapoanga.

Data da Oficina Participativa:	02/12/2023
Local da Oficina Participativa:	Centro Educacional - CED Dona América Guimarães, Quadra 10K, Conjunto C, Área Especial - Arapoanga - Brasília - DF
Quantidade de participantes:	90 (População)



	38 (Técnicos GDF)
Quantidade de grupos (dinâmica):	04

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 42 – Fotografias da Oficina Participativa RA Arapoanga.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

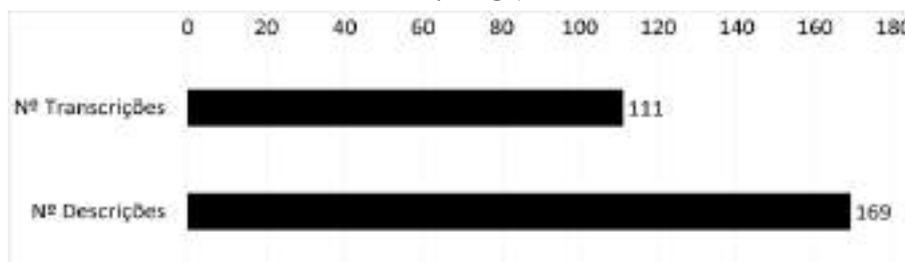
A 50ª Oficina Participativa – Região Administrativa Arapoanga ocorreu no dia 02/12/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 09h às 12h, no Centro Educacional - CED Dona América Guimarães, Quadra 10K, Conjunto C, Área Especial - Arapoanga - Brasília - DF, e contou com 128 pessoas no total, que foram divididas em 04 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa de Arapoanga (RA XXXIV). Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 327** tais contribuições, resultaram em 111 transcrições e 169 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade



entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.

Gráfico 327 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Arapoanga).



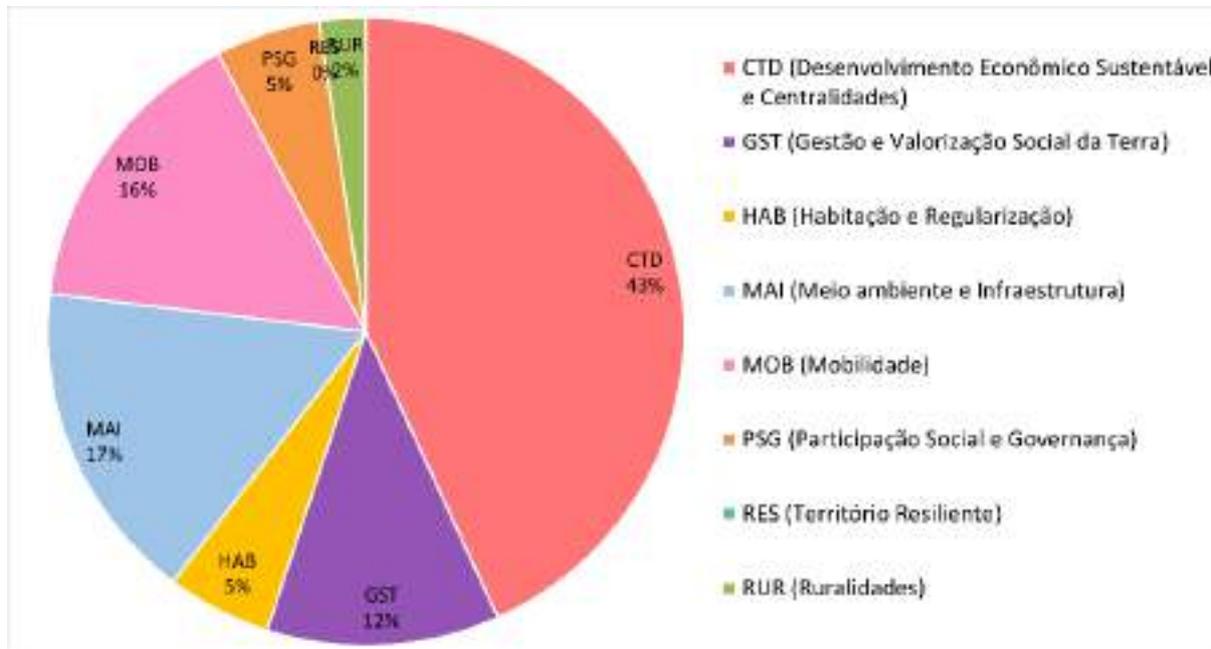
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 328** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 43% das ocorrências; Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 17% das ocorrências; e Eixo Mobilidade, representando 16% das ocorrências.



Gráfico 328 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Arapoanga.

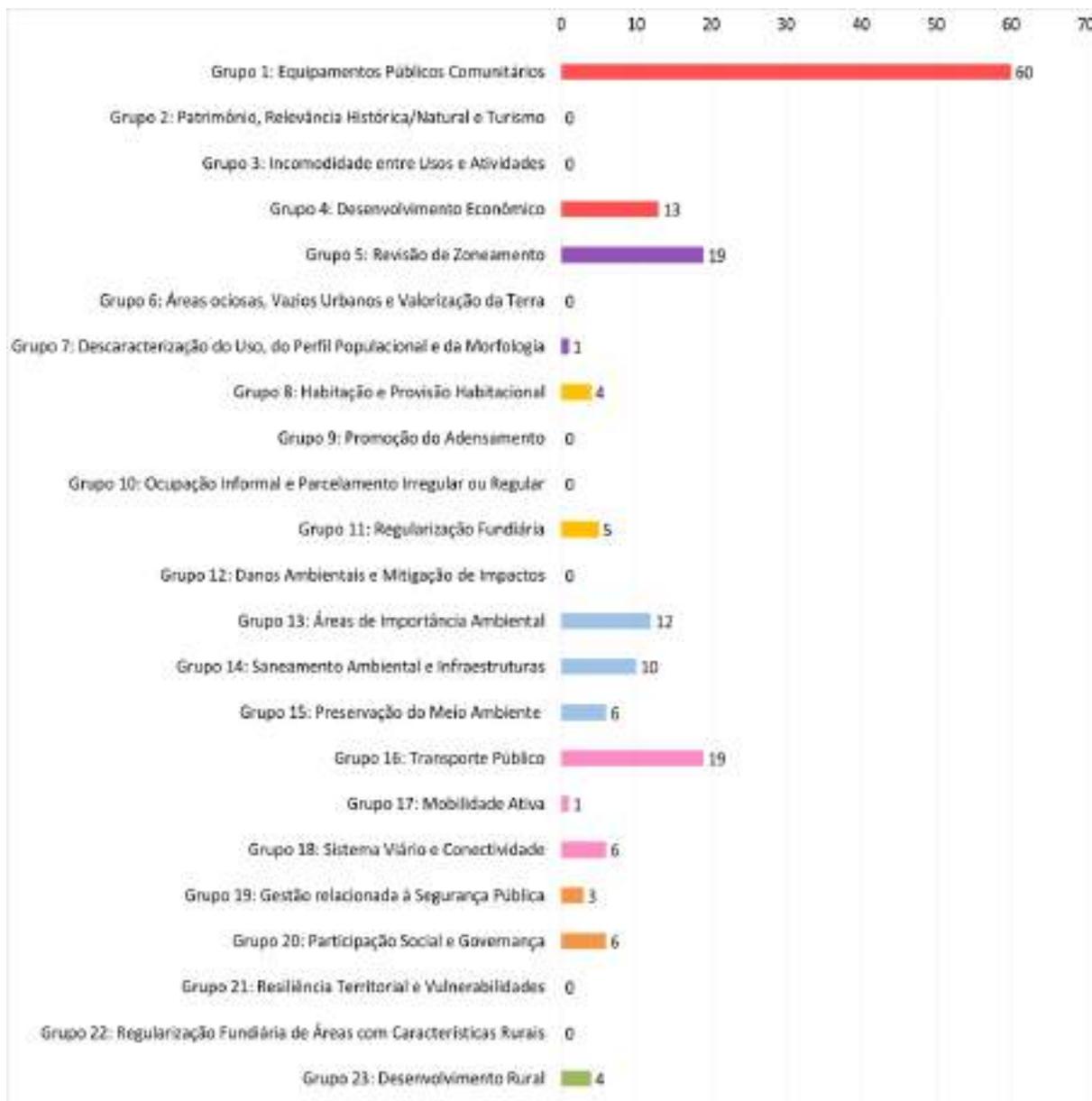


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 329**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 60 ocorrências; Grupo 5 (Revisão de Zoneamento), que pertence ao Eixo Gestão de Valorização Social da Terra, com 19 ocorrências; e Grupo 16 (Transporte Público), que pertence ao Eixo Mobilidade, com 19 ocorrências. O Eixo Território Resiliente não apresentou ocorrências nas contribuições da população coletadas durante a Oficina Participativa de Arapoanga (RA XXXIV).



Gráfico 329 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Arapoanga.

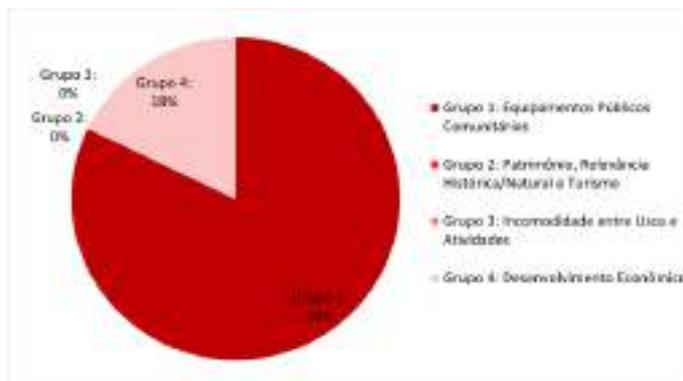


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 330**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 82% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 18% das ocorrências. Tanto Grupo 3, relacionado a Incomodidade entre Usos e Atividades, quanto o Grupo 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, não apresentaram ocorrências.



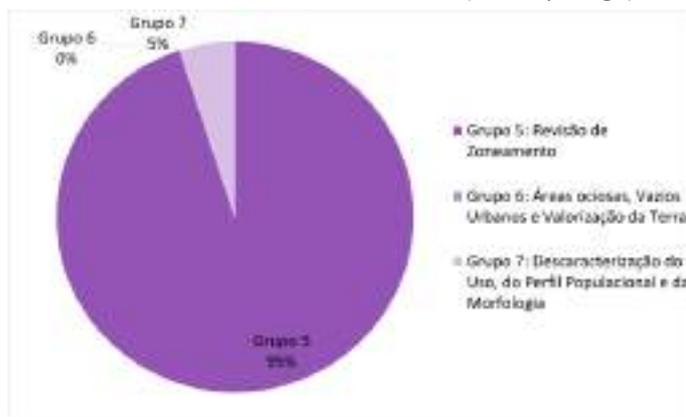
Gráfico 330 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Arapoanga).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 331** o Grupo 5, que trata da Revisão de Zoneamento, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 48% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 7, que se refere à Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, aparece representando 5% das ocorrências. Já o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, não apresentou ocorrências.

Gráfico 331 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Arapoanga).



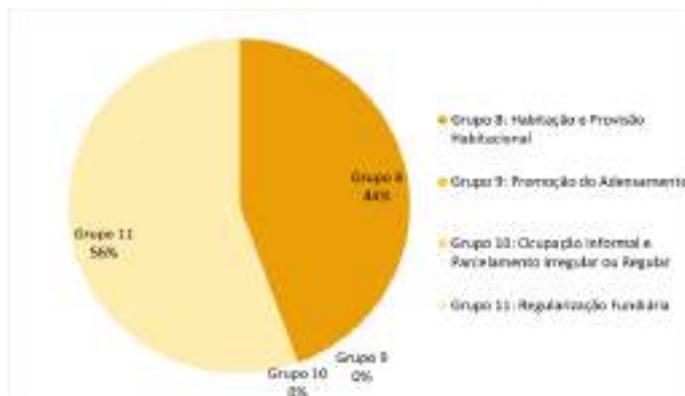
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 332** o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 56% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 8, que se refere à Habitação e Provisão Habitacional, aparece representando 44% das ocorrências. Tanto o Grupo 9,



relacionado a Promoção do Adensamento, quanto o Grupo 10, que aborda Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, não apresentaram ocorrências.

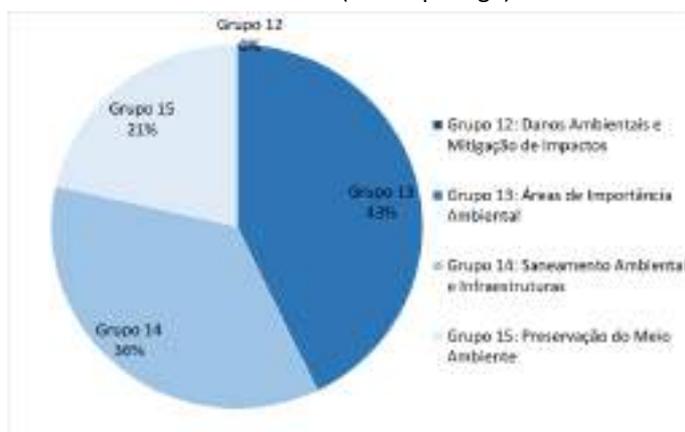
Gráfico 332 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Arapoanga).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 333**, o Grupo 13, que trata das Áreas de Importância Ambiental, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 43% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 14, que se refere ao Saneamento Ambiental e Infraestruturas, aparece representando 36% das ocorrências. O Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, representa 21% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, não apresentou ocorrências.

Gráfico 333 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Arapoanga).

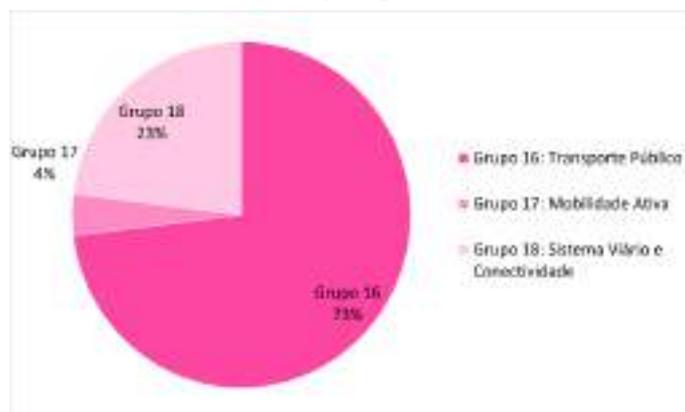


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 334**, o Grupo 1, que trata de Transporte Público, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 73% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 18, que se refere à Sistema Viário e Conectividade, aparece representando 23% das ocorrências. Já o Grupo 17, relacionado a Mobilidade Ativa, representa 4% das ocorrências.

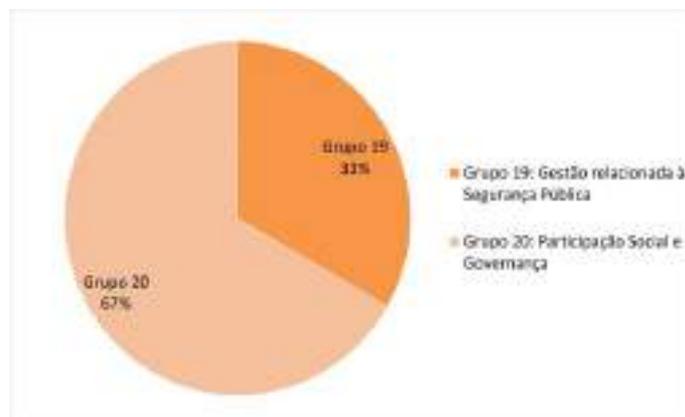
Gráfico 334 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Arapoanga).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 335**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 67% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada à Segurança Pública, representa 33% das ocorrências.

Gráfico 335 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Arapoanga).

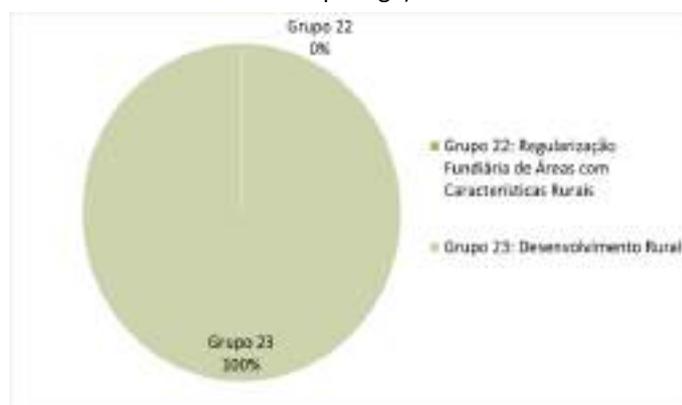


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 336**, o Grupo 23, que trata de Desenvolvimento Rural, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 100% das ocorrências. Já o Grupo 22, que se refere à Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, não apresentou ocorrências.

Gráfico 336 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Arapoanga).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 120**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 120 – Ocorrências de Problemáticas – RA Arapoanga.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.



Código	Problemática
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.2.32 50ª Oficina Participativa: RA Jardim Botânico

Quadro 121 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Jardim Botânico.

Data da Oficina Participativa:	05/12/2023
Local da Oficina Participativa:	Colégio Digital, localizado no Setor Habitacional Mangueiral, PA 2, Lote 4
Quantidade de participantes:	250 (População) 46 (Técnicos GDF)
Quantidade de grupos (dinâmica):	09

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 43 – Fotografias da Oficina Participativa RA Jardim Botânico.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

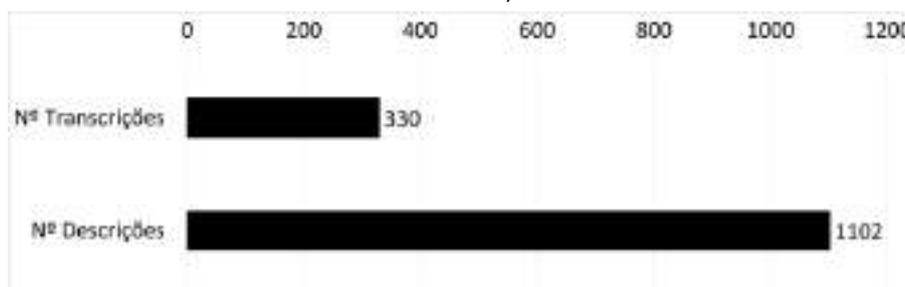
A **51ª Oficina Participativa – Região Administrativa Jardim Botânico** ocorreu no dia 05/12/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 19h às 22h, no Colégio Digital Setor Habitacional Mangueiral, PA 2, Lote 4, e contou com 296 pessoas no total, que foram divididas em 09 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do



PDOT, disponível no endereço eletrônico:
<https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa do Jardim Botânico (RA XXVII). Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 337** tais contribuições, resultaram em 330 transcrições e 1102 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.

Gráfico 337 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Jardim Botânico).



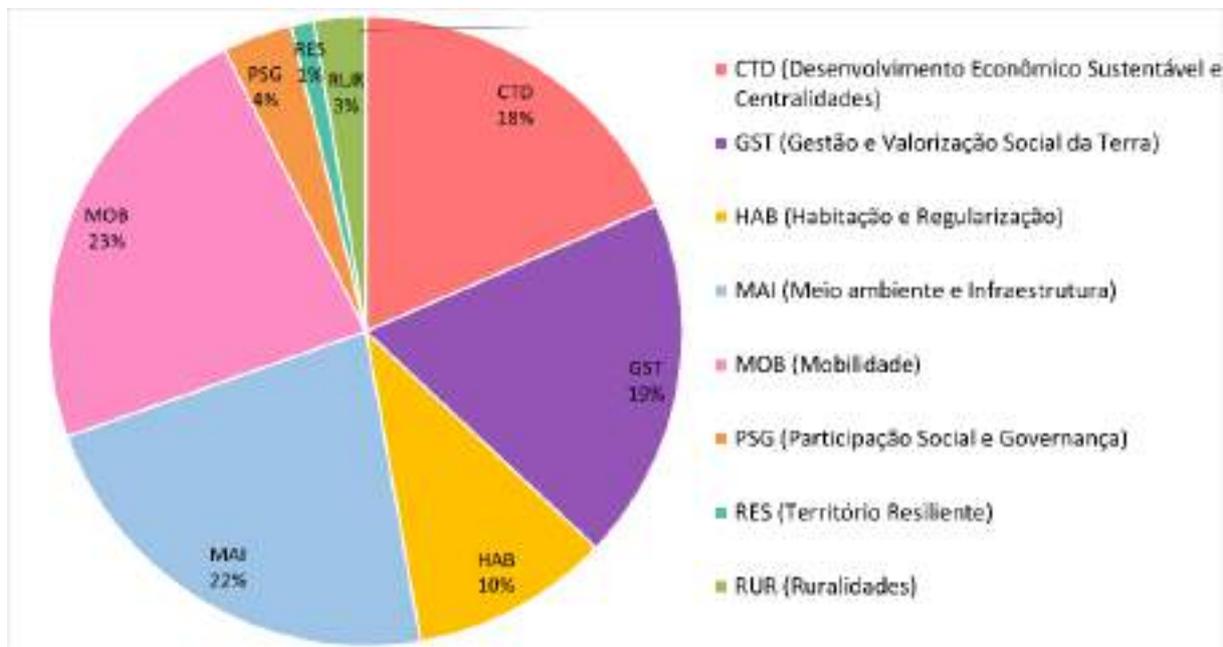
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 338** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Mobilidade, representando 23% das ocorrências; Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 22% das ocorrências; e Eixo Gestão e Valorização Social da Terra, representando 19% das ocorrências.



Gráfico 338 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Jardim Botânico.

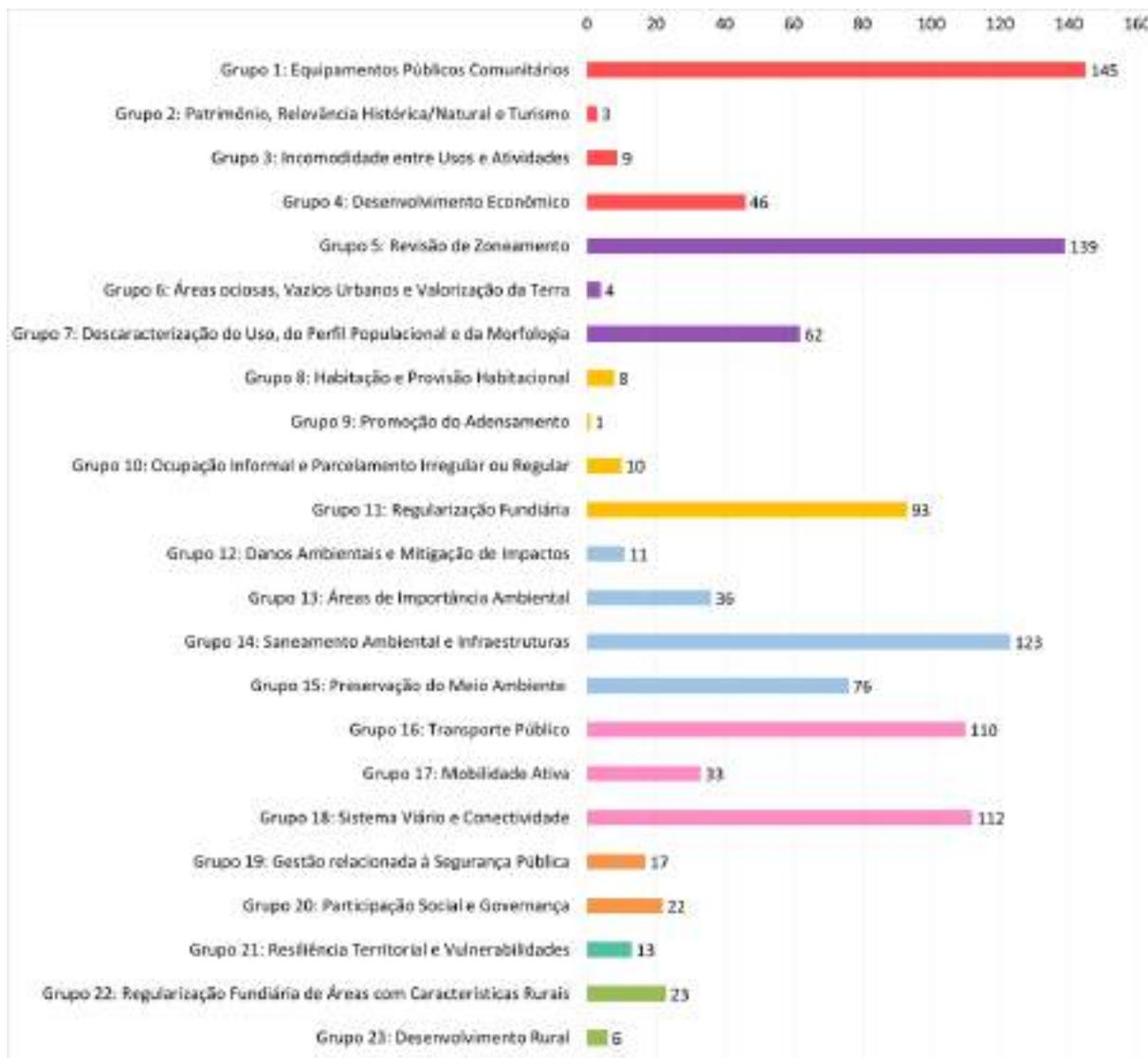


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 339**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 1 (Equipamentos Públicos e Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 145 ocorrências; Grupo 5 (Revisão de Zoneamento), que pertence ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra, com 139 ocorrências e Grupo 14 (Saneamento Ambiental e Infraestruturas), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 123 ocorrências.



Gráfico 339 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Jardim Botânico.

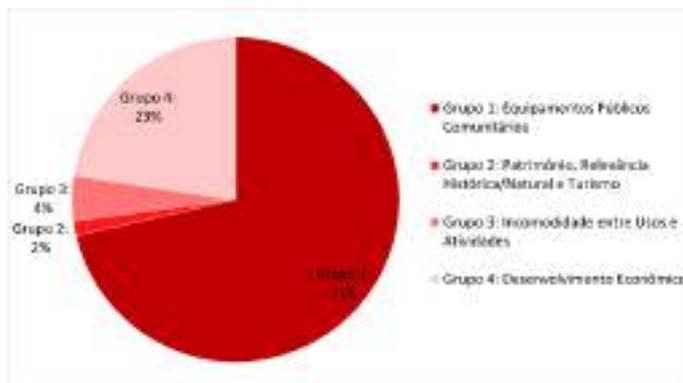


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 340**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 71% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 23% das ocorrências. O Grupo 3, relacionado a Incomodidade entre Usos e Atividades, representa 4% das ocorrências, enquanto o Grupo 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, representa 2% das ocorrências.



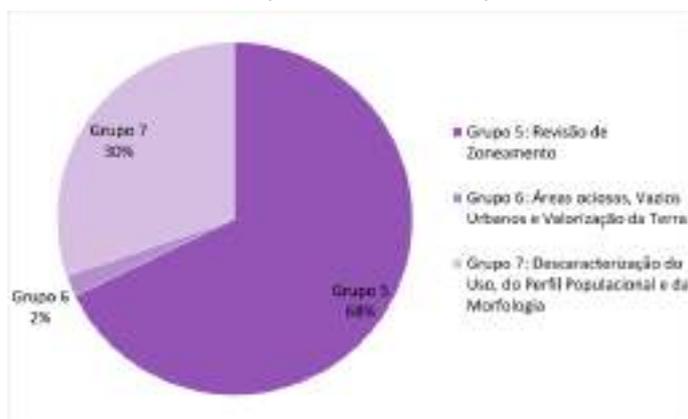
Gráfico 340 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Jardim Botânico).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 341** o Grupo 5, que trata da Revisão de Zoneamento, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 68% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 7, que se refere à Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, aparece representando 30% das ocorrências. Já o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, representa 2% das ocorrências.

Gráfico 341 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Jardim Botânico).



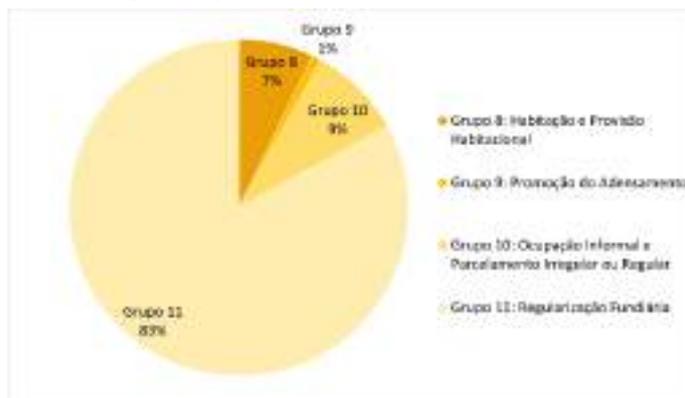
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 342** o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 83% das ocorrências. Em seguida, O Grupo 10, relacionado a Ocupação informal e Parcelamento Irregular, representa 9% das ocorrências; o Grupo 8, que se



refere à Habitação e Provimento Habitacional, aparece representando 7% das ocorrências, enquanto o Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, representa 1% das ocorrências.

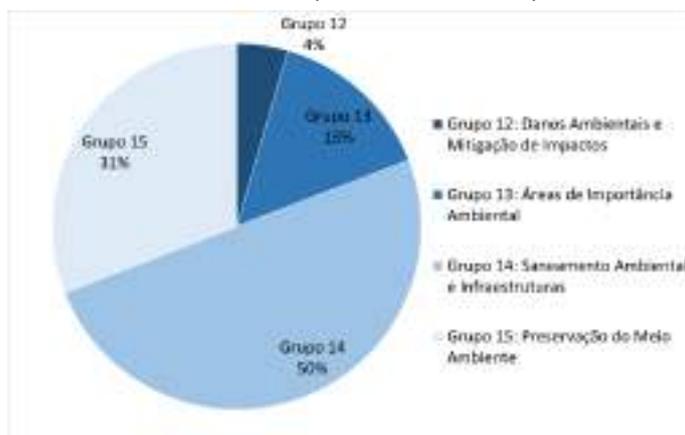
Gráfico 342 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Jardim Botânico).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 343**, o Grupo 14, que trata das Saneamento Ambiental e Infraestruturas, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 50% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 15, que se refere ao Preservação do Meio Ambiente, aparece representando 31% das ocorrências. O Grupo 13, relacionado a s Áreas de Importância Ambiental, representa 15% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 4% das ocorrências.

Gráfico 343 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Jardim Botânico).

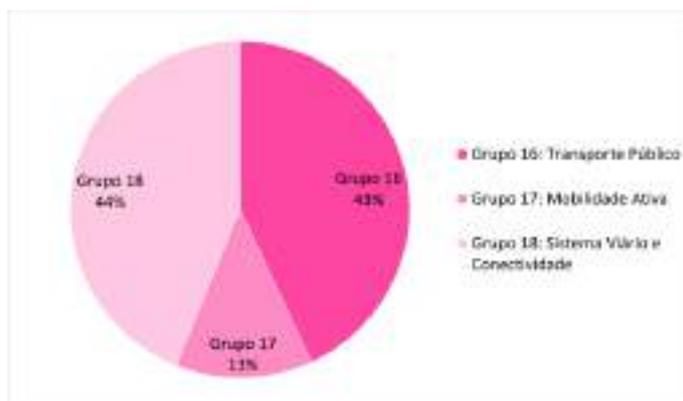


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 344**, o Grupo 18, que trata de Sistema Viário e Conectividade, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 44% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 16, que se refere ao Transporte Público, aparece representando 43% das ocorrências. Já o Grupo 17, relacionado a Mobilidade Ativa, representa 13% das ocorrências.

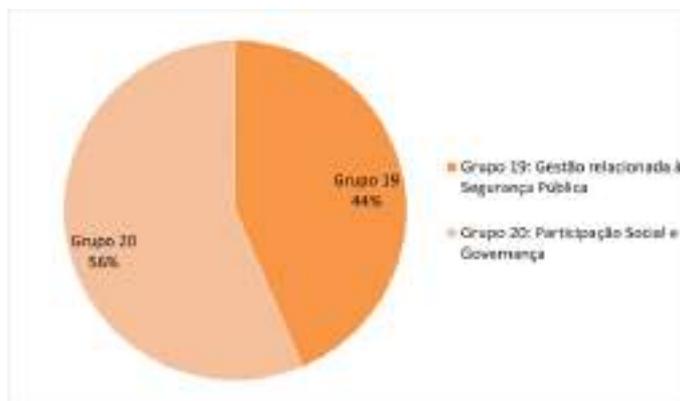
Gráfico 344 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Jardim Botânico).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 345**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 56% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada a Segurança Pública, representa 44% das ocorrências.

Gráfico 345 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Jardim Botânico).

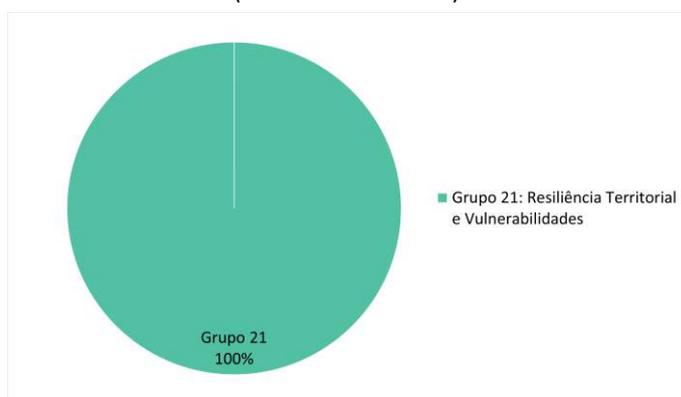


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 346** mostra que o Grupo 21, relacionado à resiliência territorial e vulnerabilidades, é o único grupo temático desse eixo, representando 100% das ocorrências. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a análise desse gráfico permite entender a presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou ausência.

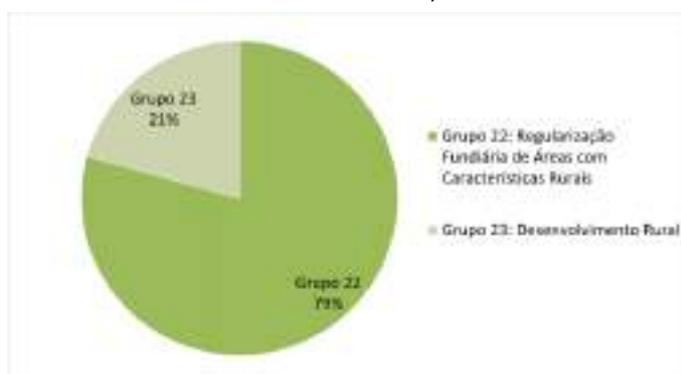
Gráfico 346 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Jardim Botânico).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 347**, o Grupo 22, que trata de Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 79% das ocorrências. Já o Grupo 23, que se refere à Desenvolvimento Rural, representa 21% das ocorrências.

Gráfico 347 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Jardim Botânico).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 122**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 122 – Ocorrências de Problemáticas – RA Jardim Botânico.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 9	Há demandas relacionadas a promoção do adensamento.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.2.33 52ª Oficina Participativa: Park Way

Quadro 123 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Park Way.

Data da Oficina Participativa:	09/12/2023
--------------------------------	------------



Local da Oficina Participativa:	CED Vargem Bonita, Setor de Mansões Park Way, Rua 1, Núcleo Hortícola
Quantidade de participantes:	190 (População) 34 (Técnicos GDF)
Quantidade de grupos (dinâmica):	06

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 44 – Fotografias da Oficina Participativa RA Park Way.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

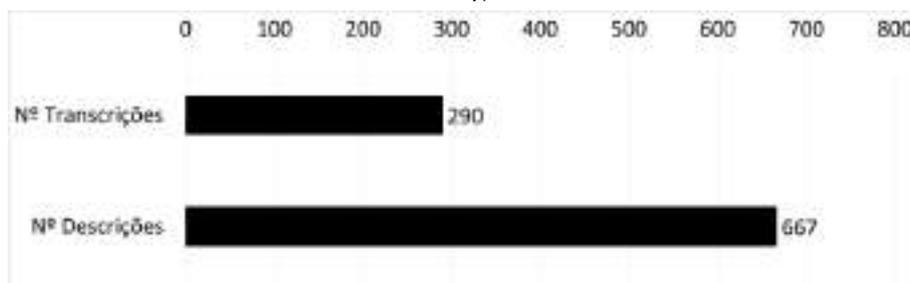
A 53ª Oficina Participativa – Região Administrativa Park Way ocorreu no dia 09/12/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 09h às 12h, no CED Vargem Bonita, Setor de Mansões Park Way, Rua 1, Núcleo Hortícola, e contou com 224 pessoas no total, que foram divididas em 06 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa de Park Way (RA XXIV). Nesse contexto, como mostra do Gráfico 348 tais contribuições, resultaram em 290 transcrições e 667 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário,



para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.

Gráfico 348 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Park Way).



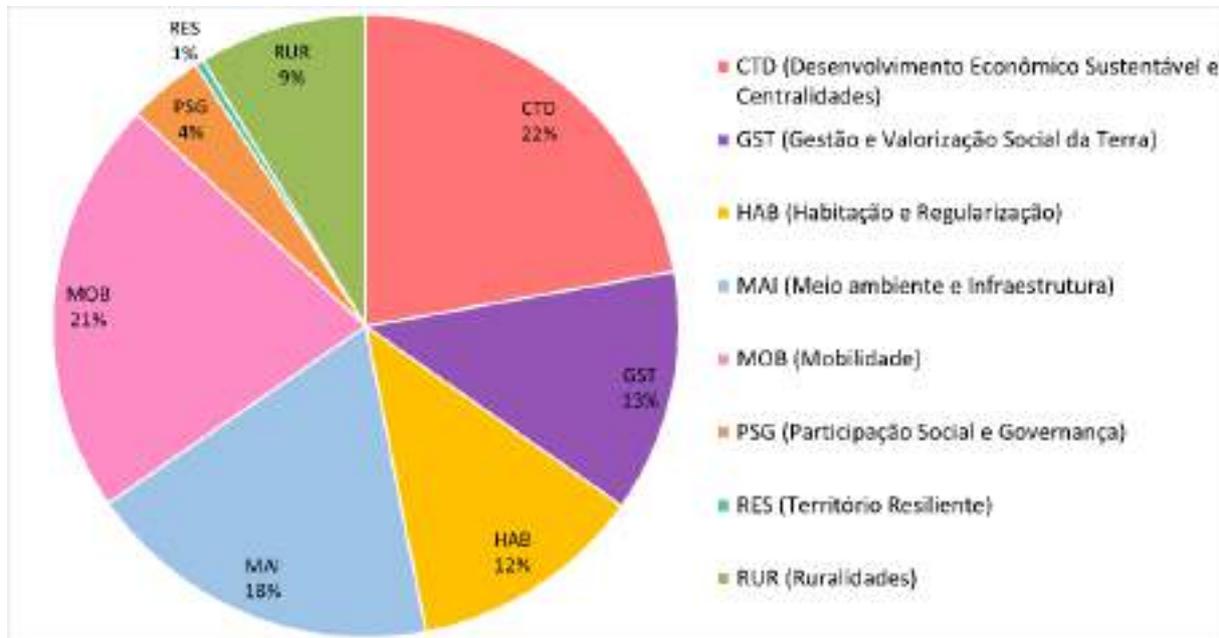
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 349** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 22% das ocorrências; Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 18% das ocorrências; e Eixo Mobilidade, representando 21% das ocorrências.



Gráfico 349 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Park Way.

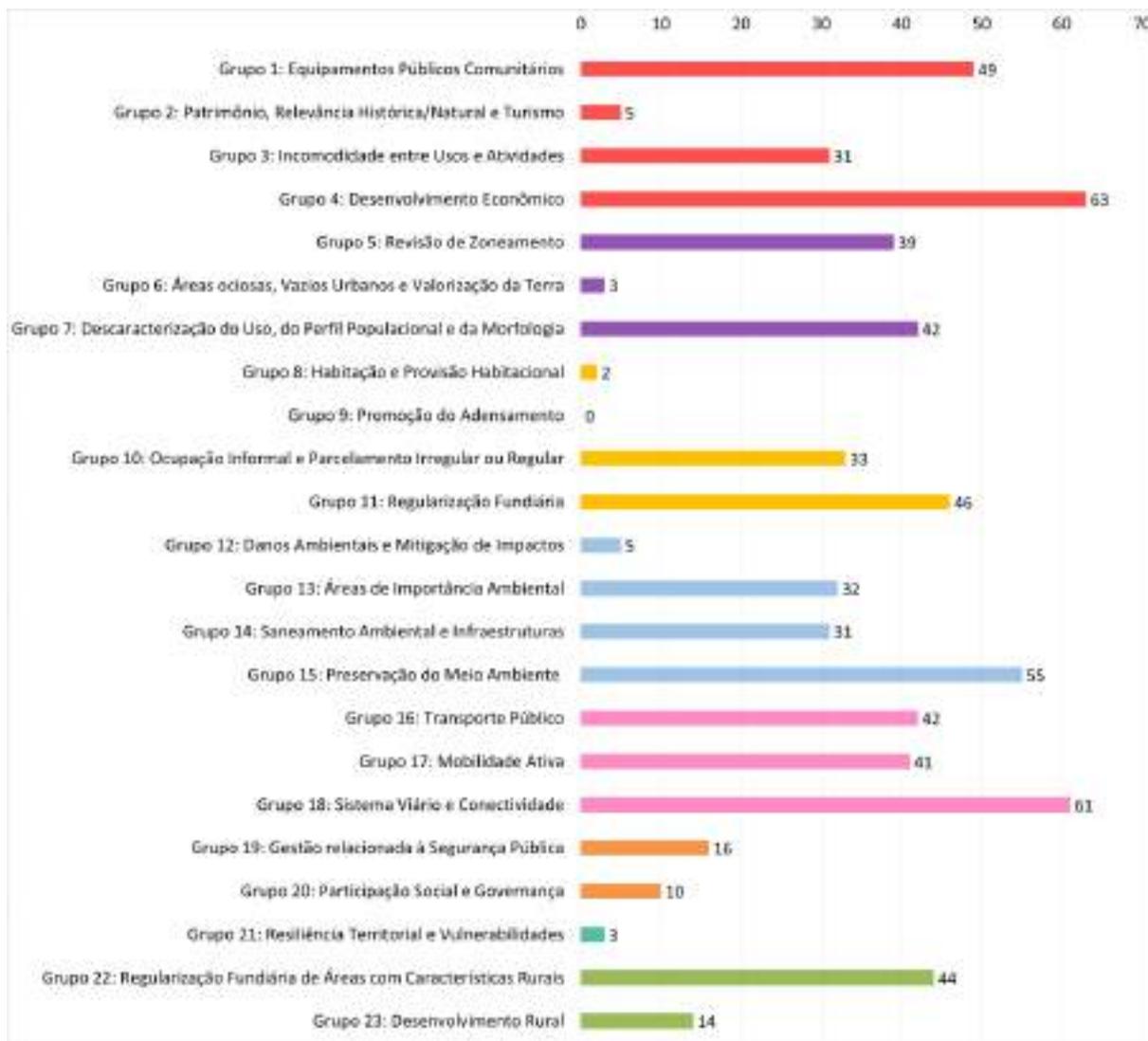


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 350**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 4 (Desenvolvimento Econômico), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 63 ocorrências; Grupo 18 (Sistema Viário e Conectividade), que pertence ao Eixo Mobilidade, com 61 ocorrências; e Grupo 15 (Preservação do Meio Ambiente), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 55 ocorrências.



Gráfico 350 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Park Way.

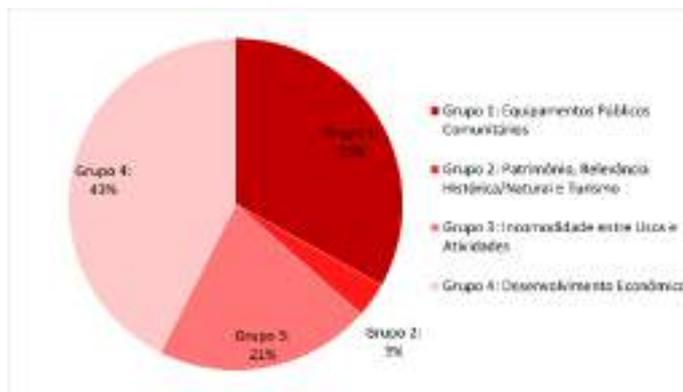


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 351**, o Grupo 4, que trata de Desenvolvimento Econômico, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 43% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 1, que se refere ao Equipamentos Públicos Comunitários, aparece representando 33% das ocorrências. O Grupo 3, relacionado a Incomodidade entre Usos e Atividades, representa 21% das ocorrências, enquanto o Grupo 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, representa 3% das ocorrências.



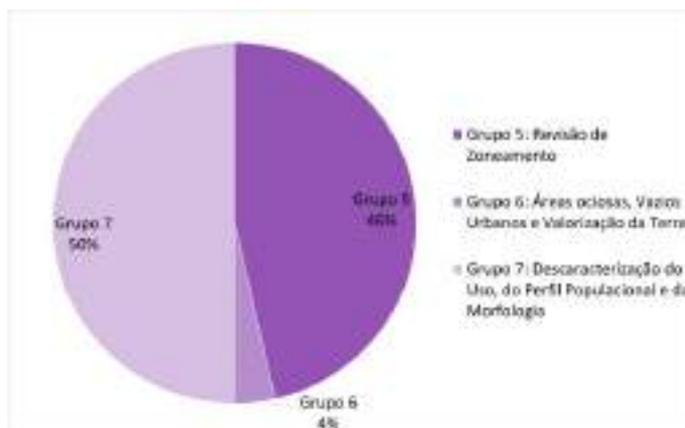
Gráfico 351 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Park Way).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 352** o Grupo 7, que trata da Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 50% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 5, que se refere à Revisão de Zoneamento, aparece representando 46% das ocorrências. Já o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, representa 4% das ocorrências.

Gráfico 352 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Park Way).



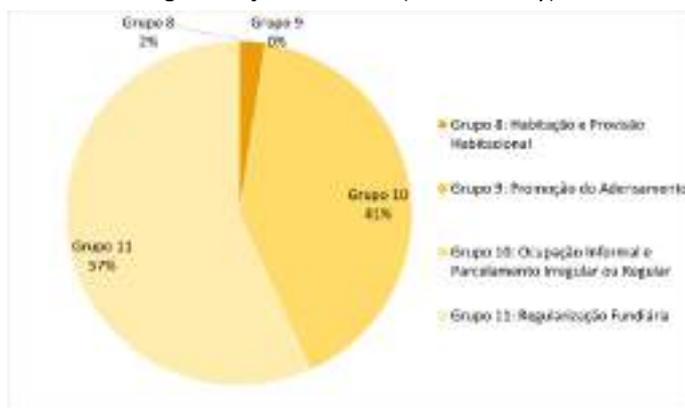
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 353** o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 57% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 10, que se refere à Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, aparece representando 41% das



ocorrências. O Grupo 8, relacionado a Habitação e Provimento Habitacional, representa 2% das ocorrências, enquanto o Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, não apresentou ocorrências.

Gráfico 353 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Park Way).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 354**, o Grupo 15, que trata das Preservação do Meio Ambiente, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 44% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 13, que se refere às Áreas de Importância Ambiental, aparece representando 26% das ocorrências. O Grupo 14, relacionado ao Saneamento Ambiental e Infraestruturas, representa 25% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 4% das ocorrências.

Gráfico 354 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Park Way).

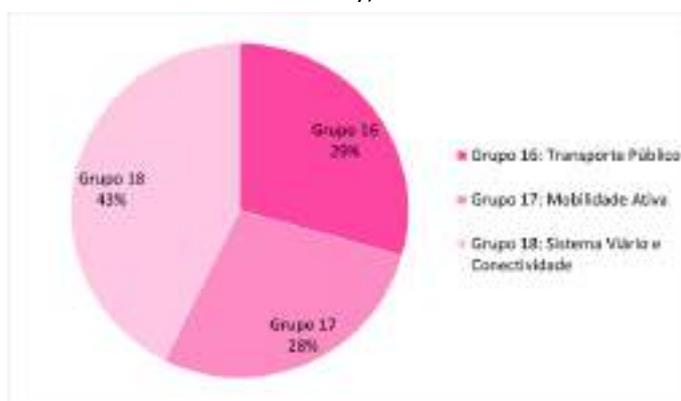


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 355**, o Grupo 18, que trata de Sistema Viário e Conectividade, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 43% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 16, que se refere à Transporte Público, aparece representando 29% das ocorrências. Já o Grupo 17, relacionado a Mobilidade Ativa, representa 28% das ocorrências.

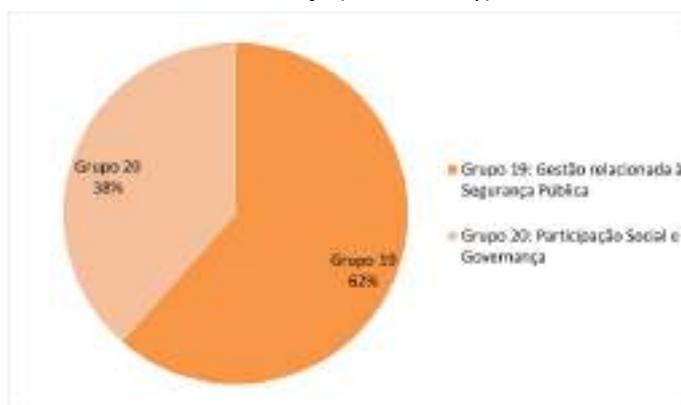
Gráfico 355 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Park Way).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 356**, o Grupo 19, que trata de Gestão Relacionada a Segurança Pública, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 62% das ocorrências. Já o Grupo 20, de Participação Social e Governança, representa 38% das ocorrências.

Gráfico 356 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Park Way).

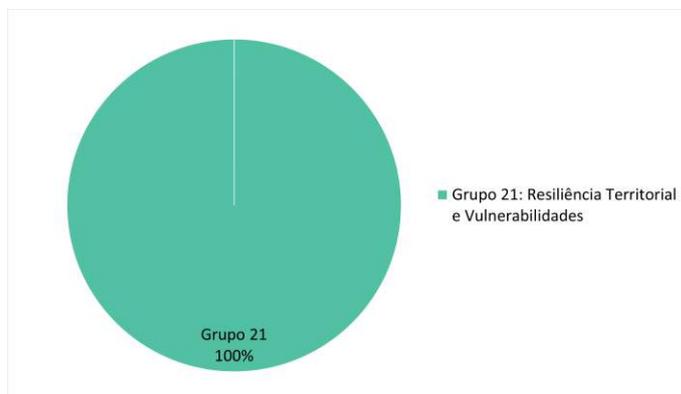


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 357** mostra que o Grupo 21, relacionado à resiliência territorial e vulnerabilidades, é o único grupo temático desse eixo, representando 100% das ocorrências. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a análise desse gráfico permite entender a presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou ausência.

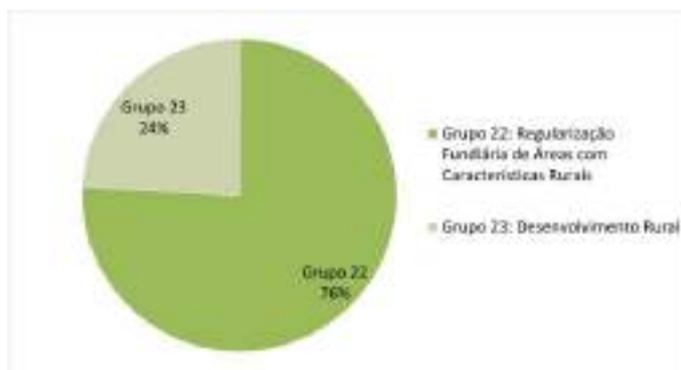
Gráfico 357 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Park Way).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Eixo Ruralidades (RUR) No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 358**, o Grupo 22, que trata de Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 76% das ocorrências. Já o Grupo 23, que se refere ao Desenvolvimento Rural, representa 24% das ocorrências.

Gráfico 358 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Park Way).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 124**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 124 – Ocorrências de Problemáticas – RA Park Way.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.2.34 53ª Oficina Participativa: Água Quente

Quadro 125 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Água Quente.

Data da Oficina Participativa:	12/12/2023
Local da Oficina Participativa:	Centro Educacional - CED Myriam Ervilha, DF-280 km 14 - Água Quente - Brasília -



	DF
Quantidade de participantes:	48 (População) 37 (Técnicos GDF)
Quantidade de grupos (dinâmica):	07

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 45 – Fotografias da Oficina Participativa RA Água Quente.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

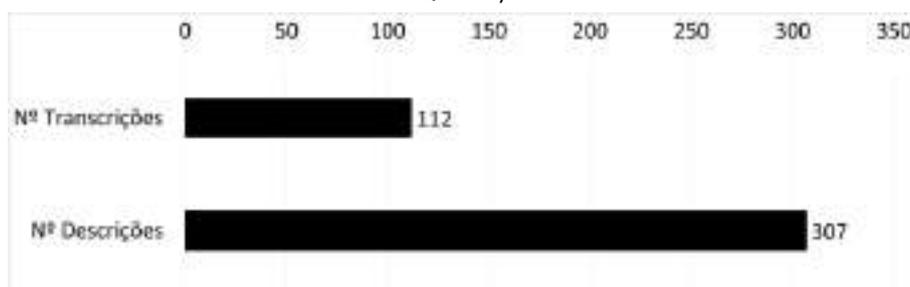
A 54ª Oficina Participativa – Região Administrativa Água Quente ocorreu no dia 12/12/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 19h às 22h, no Centro Educacional - CED Myriam Ervilha, DF-280 km 14 - Água Quente - Brasília - DF, e contou com 85 pessoas no total, que foram divididas em 07 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa de Água Quente (XXXV). Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 359** tais contribuições, resultaram em 112 transcrições e 307 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando



necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.

Gráfico 359 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Água Quente).



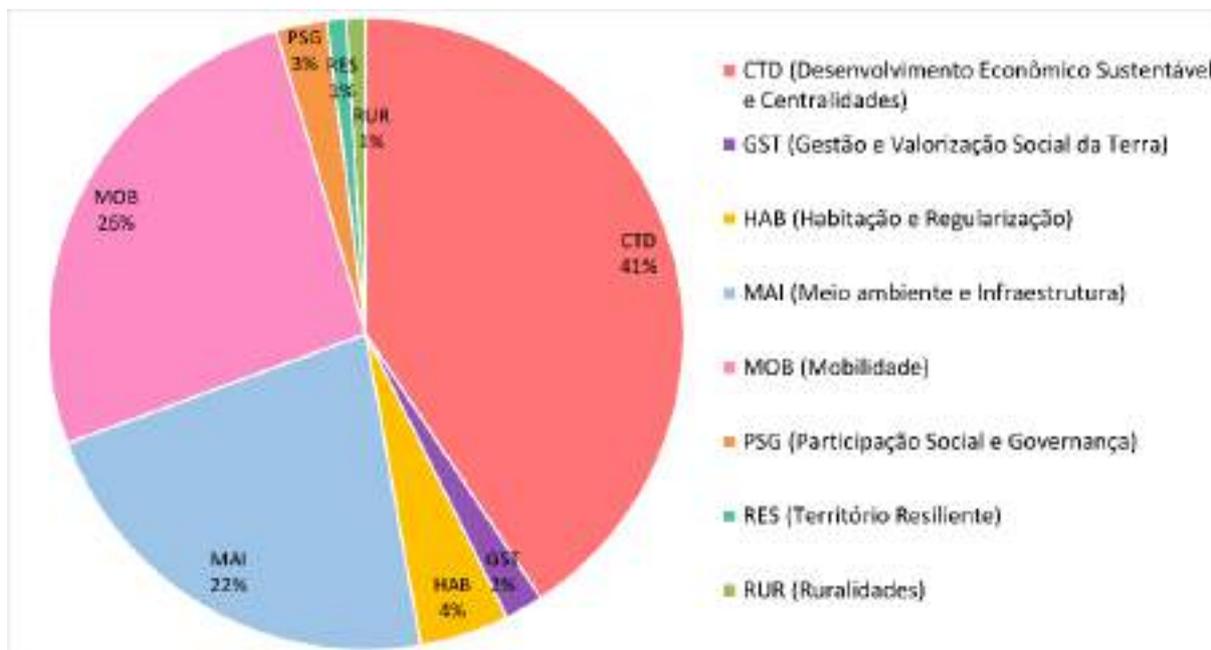
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 360** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 41% das ocorrências; Eixo Mobilidade, representando 26% das ocorrências; e Eixo Meio ambiente e Infraestrutura, representando 22% das ocorrências.



Gráfico 360 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Água Quente.

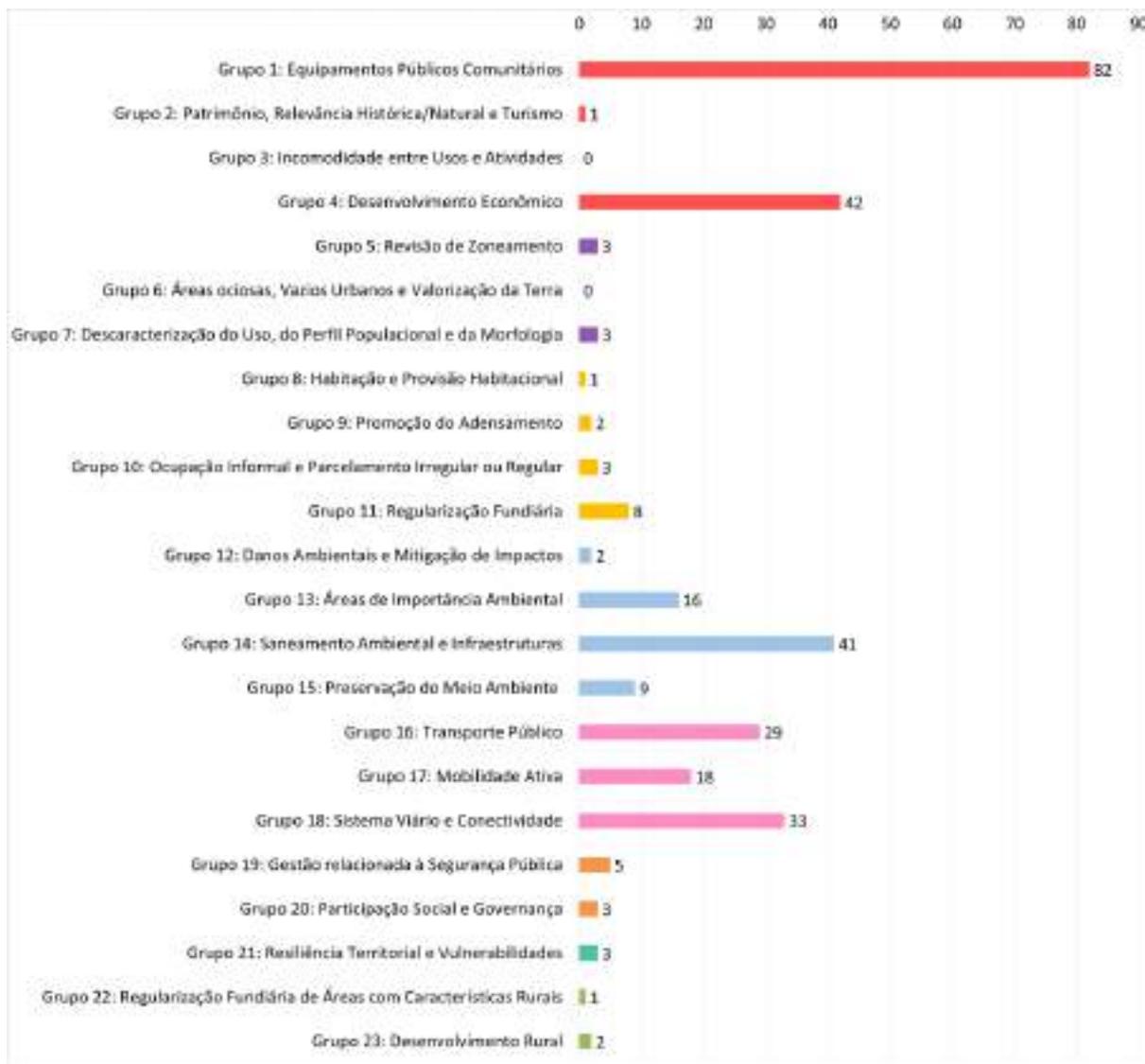


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 361**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 82 ocorrências; Grupo 4 (Desenvolvimento Econômico), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 42 ocorrências; e Grupo 14 (Saneamento Ambiental e Infraestruturas), que pertence ao Eixo Meio ambiente e Infraestrutura, com 41 ocorrências.



Gráfico 361 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Água Quente.

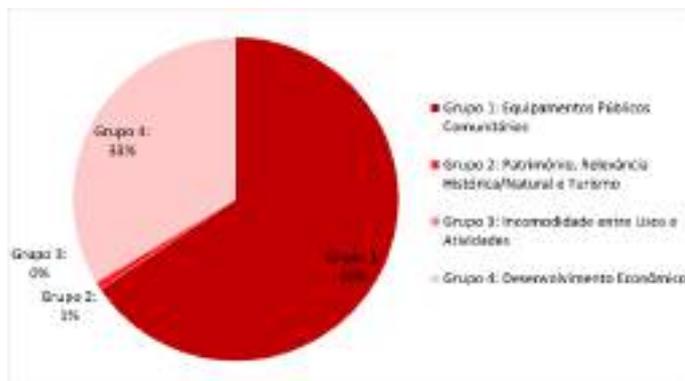


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 362**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 66% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 33% das ocorrências. O Grupo 3, relacionado a Incomodidade entre Usos e Atividades, não apresentou ocorrências, enquanto o Grupo 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, representa 1% das ocorrências.



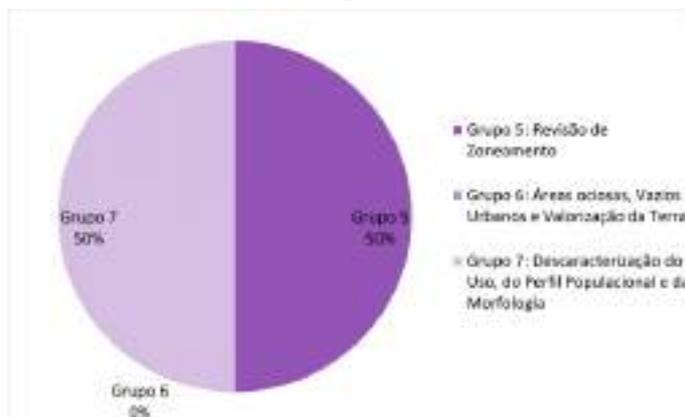
Gráfico 362 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Água Quente).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 363**, tanto o Grupo 5, que se refere à Revisão de Zoneamento, quanto o Grupo 7, que trata da Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, apresentaram a mesma incidência, representando 50% das ocorrências”. Já o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, não apresentou ocorrências.

Gráfico 363 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Água Quente).



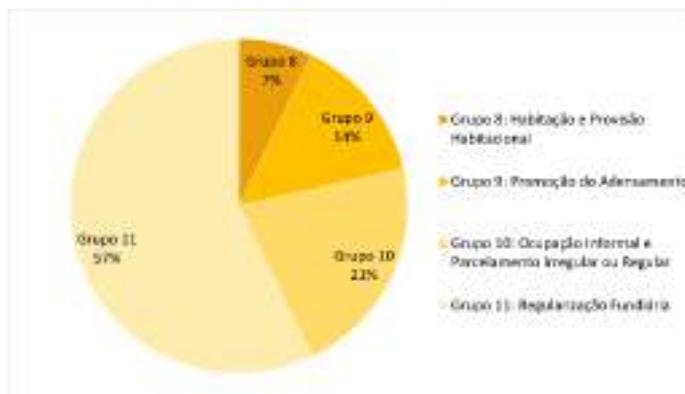
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 364** o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 57% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 10, que se refere à Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, aparece representando 21% das



ocorrências. O Grupo 9, relacionado a Promoção do Adensamento, representa 14% das ocorrências, enquanto o Grupo 8, que aborda Habitação e Provisão Habitacional, representa 7% das ocorrências.

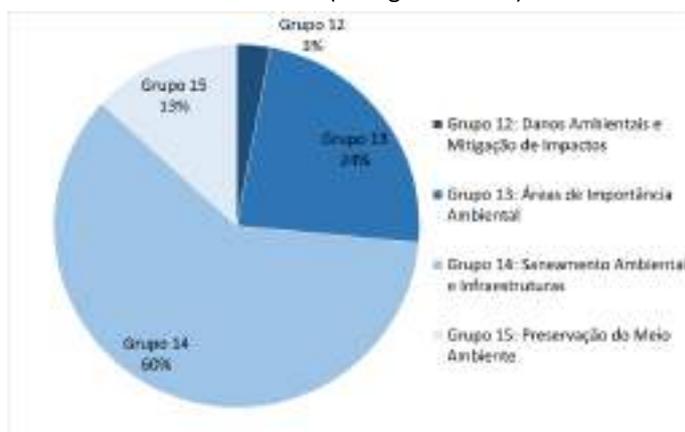
Gráfico 364 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Água Quente).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 365**, o Grupo 14, que trata das Saneamento Ambiental e Infraestruturas, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 60% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 13, que se refere ao Áreas de Importância Ambiental, aparece representando 24% das ocorrências. O Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, representa 13% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 3% das ocorrências.

Gráfico 365 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Água Quente).

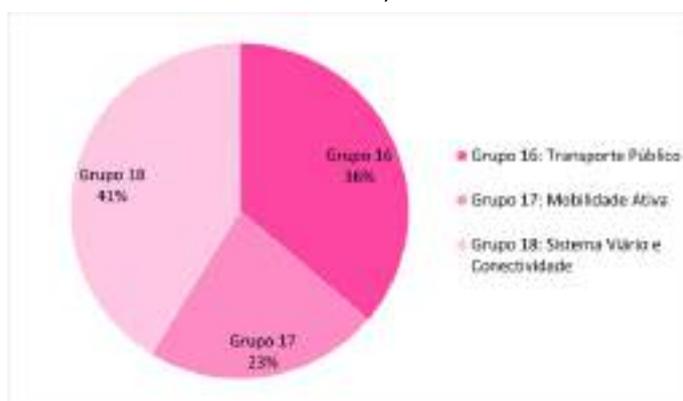


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 366**, o Grupo 18, que trata de Sistema Viário e Conectividade, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 41% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 16, que se refere à Transporte Público, aparece representando 36% das ocorrências. Já o Grupo 17, relacionado a Mobilidade Ativa, representa 23% das ocorrências.

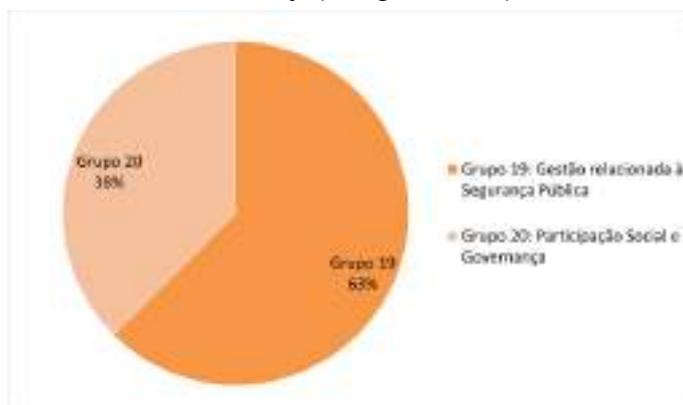
Gráfico 366 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Água Quente).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 367**, o Grupo 19, que trata de Gestão Relacionada a Segurança Pública, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 63% das ocorrências. Já o Grupo 20, de Participação Social e Governança, representa 38% das ocorrências.

Gráfico 367 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Água Quente).

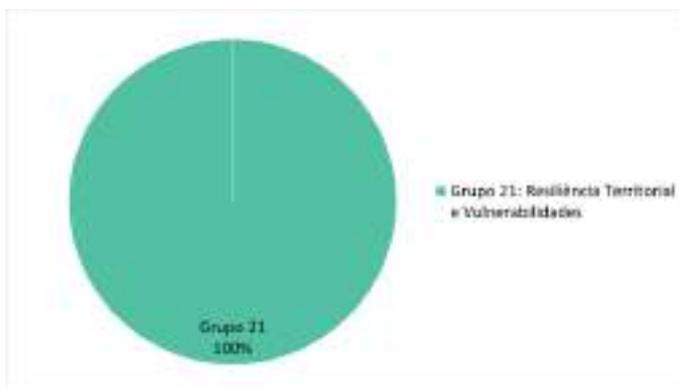


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 368** mostra que o Grupo 21, relacionado à resiliência territorial e vulnerabilidades, é o único grupo temático desse eixo, representando 100% das ocorrências. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a análise desse gráfico permite entender a presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou ausência.

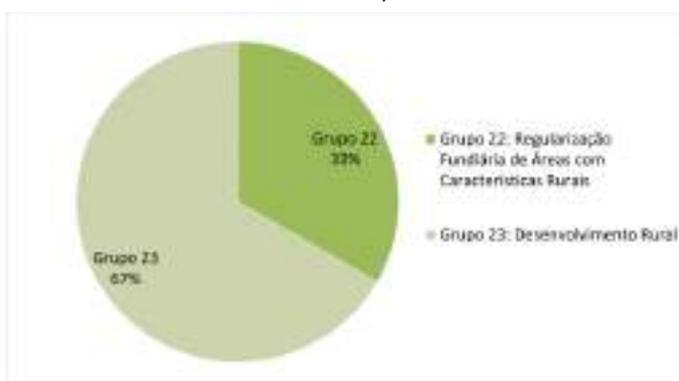
Gráfico 368 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Água Quente).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 369**, o Grupo 23, que trata de Desenvolvimento Rural, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 67% das ocorrências. Já o Grupo 22, que se refere à Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, representa 33% das ocorrências.

Gráfico 369 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Água Quente).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 126**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 126 – Ocorrências de Problemáticas – RA Água Quente.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 9	Há demandas relacionadas a promoção do adensamento.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.2.35 55ª Oficina Participativa: Plano Piloto

Quadro 127 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Plano Piloto.

Data da Oficina Participativa:	16/12/2023
Local da Oficina Participativa:	Escola Parque 308 Sul, localizado na EQS 307/308 Lote B, Asa Sul - Brasília
Quantidade de participantes:	32 (População) 52 (Técnicos GDF)



Quantidade de grupos (dinâmica):	05
----------------------------------	----

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 46 – Fotografias da Oficina Participativa RA Plano Piloto.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A **56ª Oficina Participativa – Região Administrativa Plano Piloto** ocorreu no dia 16/12/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 09h às 12h, na Escola Parque 308 Sul EQS 307/308 Lote B, e contou com 84 pessoas no total, que foram divididas em 04 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa do Plano Piloto (RA I). Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 370** tais contribuições, resultaram em 164 transcrições e 255 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.



Gráfico 370 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (RA Plano Piloto).



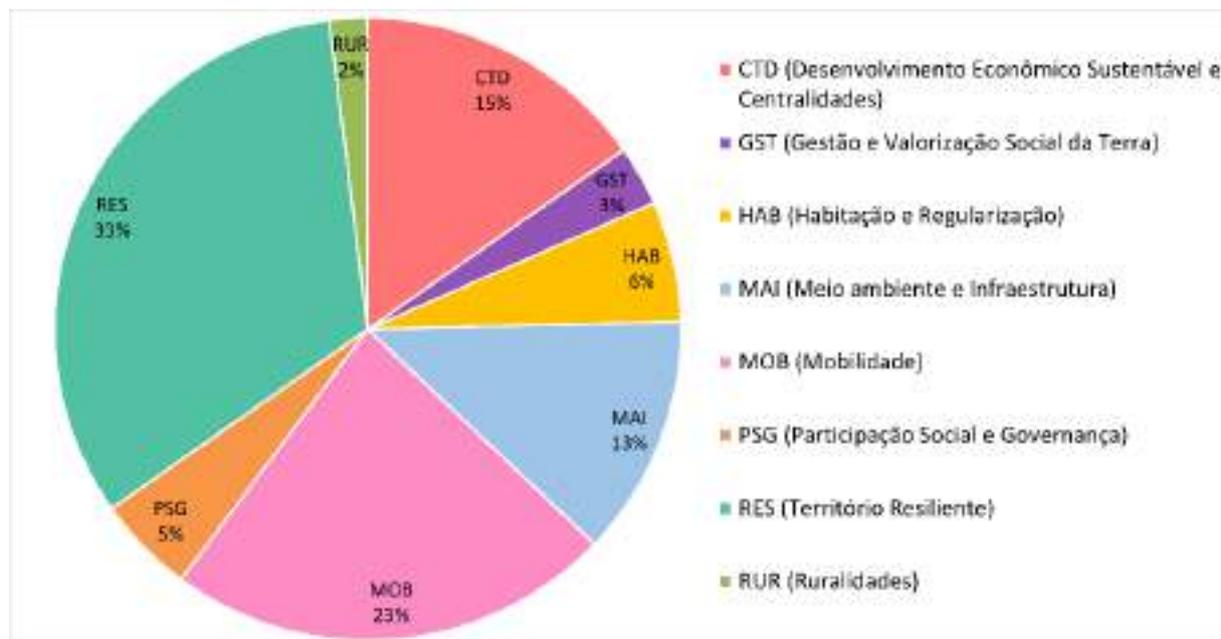
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 371** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Território Resiliente, representando 33% das ocorrências; Eixo Mobilidade, representando 23% das ocorrências; e Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 15% das ocorrências.



Gráfico 371 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da RA Plano Piloto.

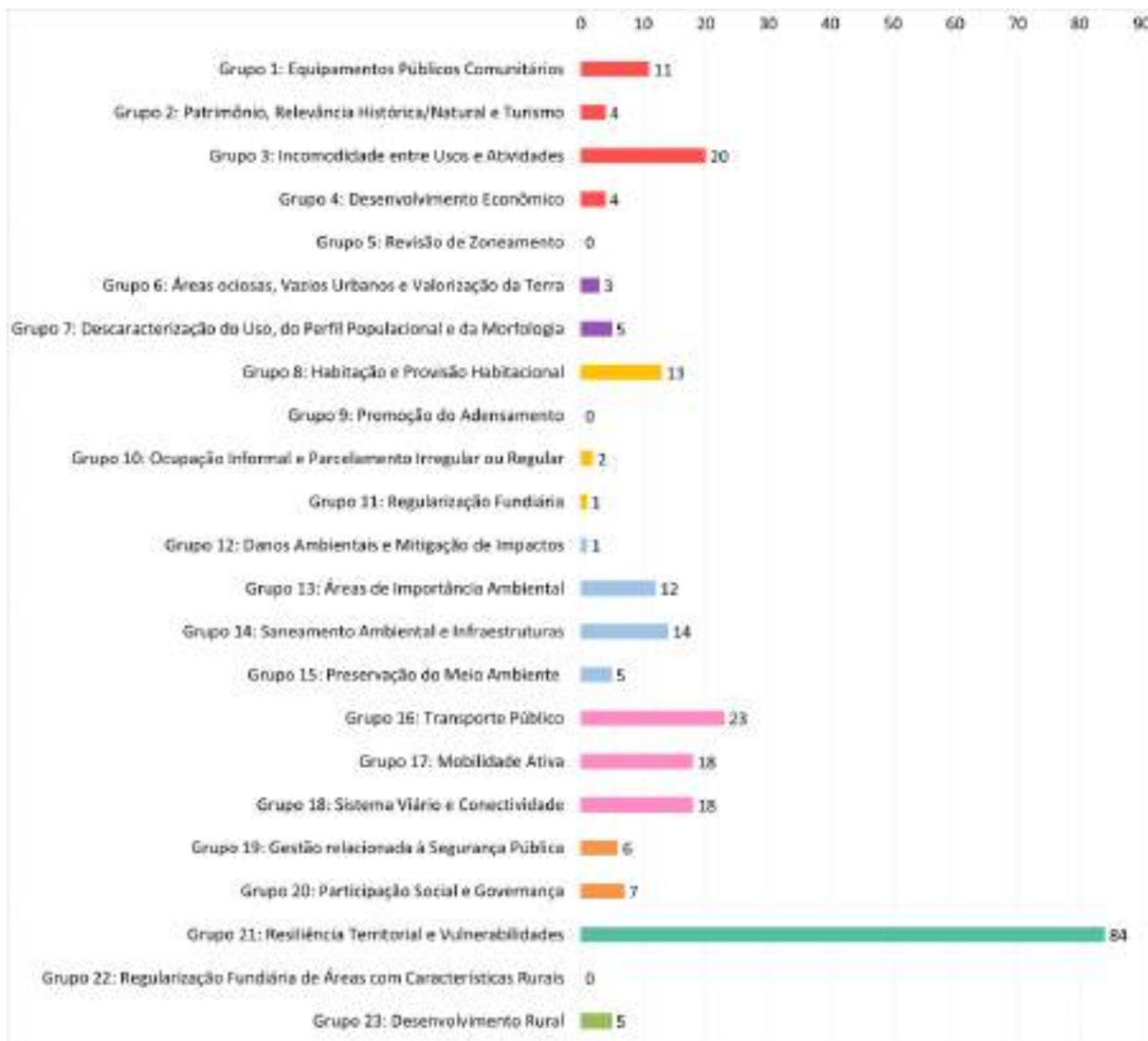


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 372**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 21 (Resiliência Territorial e Vulnerabilidades), que pertence ao Eixo Território Resiliente, com 84 ocorrências; Grupo 16 (Transporte Público), que pertence ao Eixo Mobilidade, com 23 ocorrências; e Grupo 3 (Incomodidade entre Usos e Atividades), que pertence ao Eixo Mobilidade, com 20 ocorrências.



Gráfico 372 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da RA Plano Piloto.

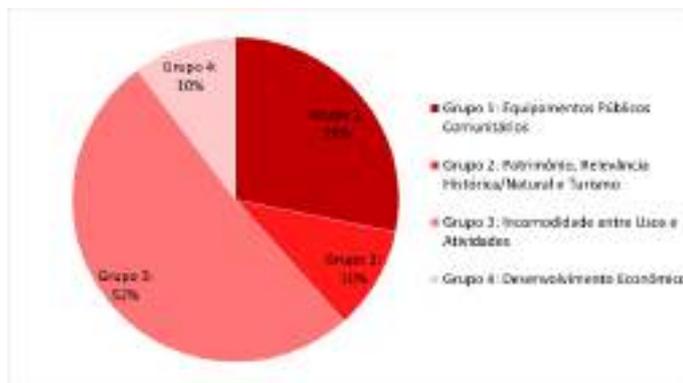


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 373**, o Grupo 3, que trata de Incomodidade entre Usos e Atividades, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 52% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 1, que se refere ao Equipamentos Públicos Comunitários, aparece representando 28% das ocorrências. Tanto o Grupo 4, relacionado a Incomodidade entre Usos e Atividades, quanto o Grupo 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, apresentaram a mesma incidência, representando 20% das ocorrências.



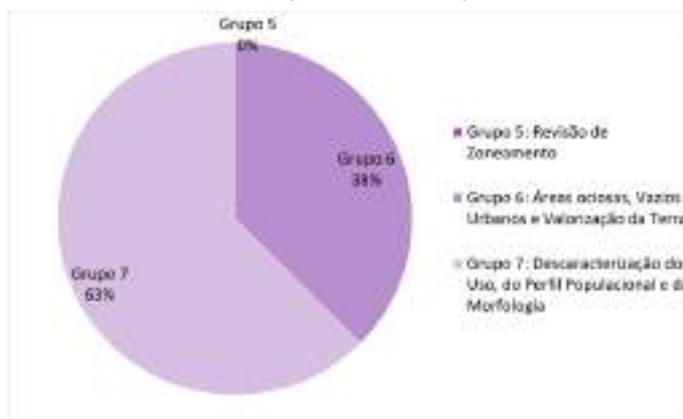
Gráfico 373 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (RA Plano Piloto).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 374** o Grupo 7, que trata da Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 63% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 6, que se refere à Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, aparece representando 38% das ocorrências. Já o Grupo 5, relacionado a Revisão de Zoneamento, não apresenta ocorrências.

Gráfico 374 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (RA Plano Piloto).



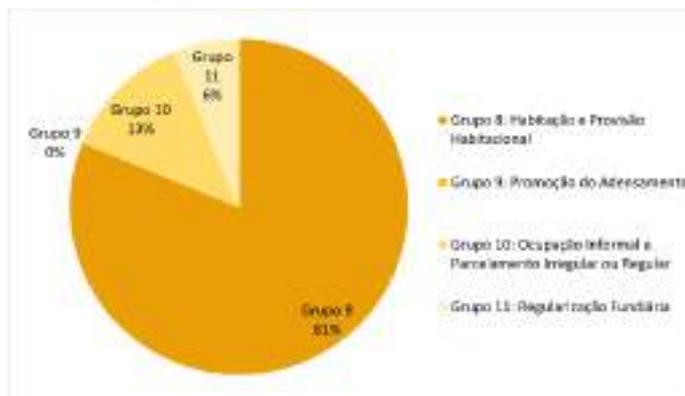
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 375** o Grupo 8, que trata de Habitação e Provimento Habitacional, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 81% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 10, que se refere à Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, aparece representando 13% das



ocorrências. O Grupo 11, relacionado a Regularização Fundiária, representa 6% das ocorrências, enquanto o Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, não apresenta ocorrências.

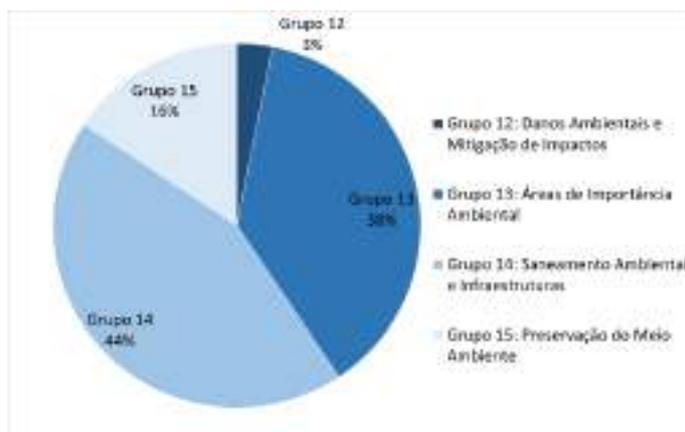
Gráfico 375 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (RA Plano Piloto).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 376**, o Grupo 14, que trata das Saneamento Ambiental e Infraestruturas, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 44% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 13, que se refere ao Áreas de Importância Ambiental, aparece representando 38% das ocorrências. O Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, representa 16% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 3% das ocorrências.

Gráfico 376 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (RA Plano Piloto).

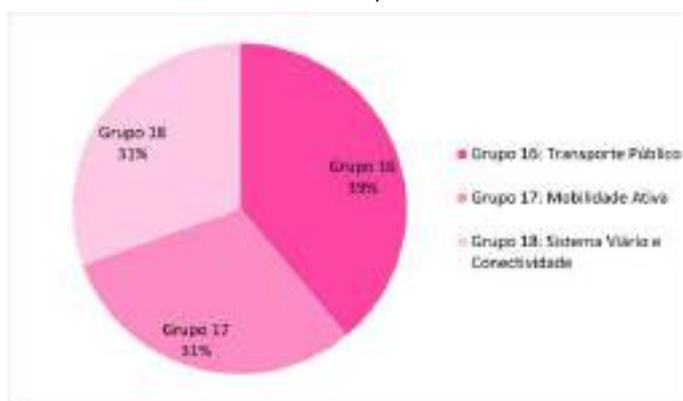


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 377**, o Grupo 16, que trata de Transporte Público, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 39% das ocorrências. Tanto o Grupo 17, que se refere à Mobilidade Ativa, quanto o Grupo 18, relacionado a Sistema Viário e Conectividade, apresentaram a mesma incidência, representando 31% das ocorrências.

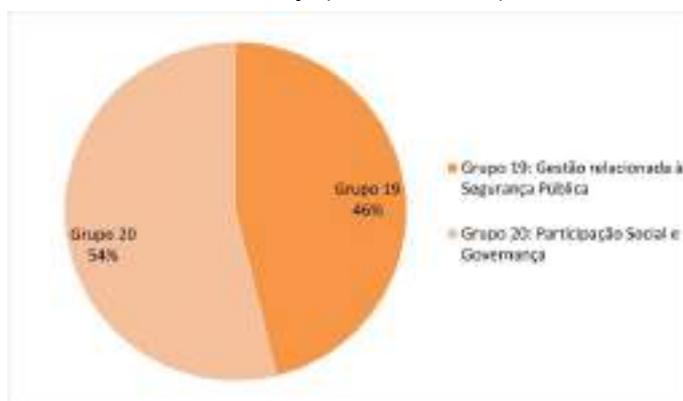
Gráfico 377 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (RA Plano Piloto).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 378**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 54% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada à Segurança Pública, representa 46% das ocorrências.

Gráfico 378 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (RA Plano Piloto).

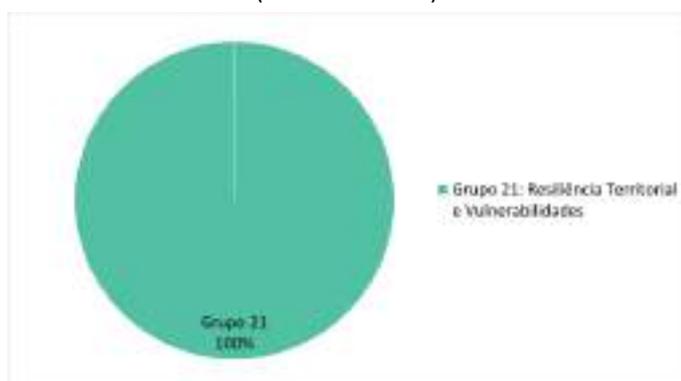


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 379** mostra que o Grupo 21, relacionado à resiliência territorial e vulnerabilidades, é o único grupo temático desse eixo, representando 100% das ocorrências. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a análise desse gráfico permite entender a presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou ausência.

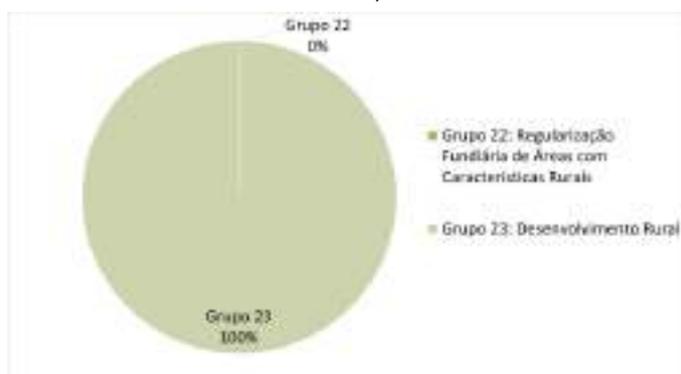
Gráfico 379 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (RA Plano Piloto).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 380**, o Grupo 23, que trata de Desenvolvimento Rural, representa 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. O grupo 22, que trata da Regularização Fundiária de Áreas com Características rurais, não apresentou ocorrências.

Gráfico 380 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (RA Plano Piloto).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 128**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 128 – Ocorrências de Problemáticas – RA Plano Piloto.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.3 RESULTADO DAS OFICINAS PARTICIPATIVAS POR SEGMENTOS TEMÁTICOS

7.3.1 2ª Oficina Participativa: Direito à Cidade, Moradia e Habitação

Quadro 129 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Direito à Cidade, Moradia e Habitação.

Data da Oficina Participativa:	30/05/2023
Local da Oficina Participativa:	Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar
Quantidade de participantes:	93 (População)



	29 (Técnicos GDF)
Dinâmica:	Pontos no mapa

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 47 – Fotografias da Oficina Participativa – Direito à Cidade, Moradia e Habitação.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

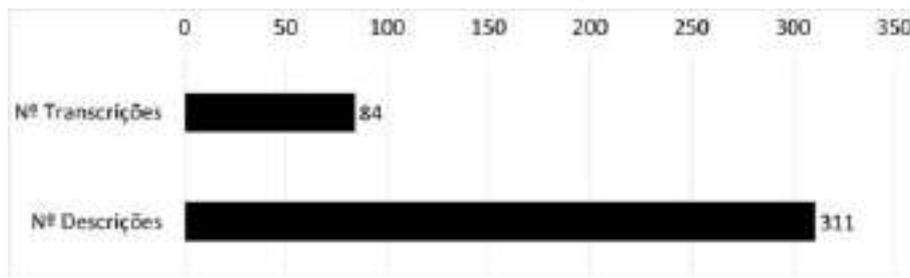
A 2ª Oficina Participativa – Direito à Cidade, Moradia e Habitação ocorreu no dia 30/05/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 19h às 21h, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, e contou com 122 pessoas no total, que foram divididas em 6 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa do Segmento Direito à Cidade, Moradia e Habitação. Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 381** tais contribuições, resultaram em 84 transcrições e 311 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.



Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.

Gráfico 381 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Direito à Cidade, Moradia e Habitação).



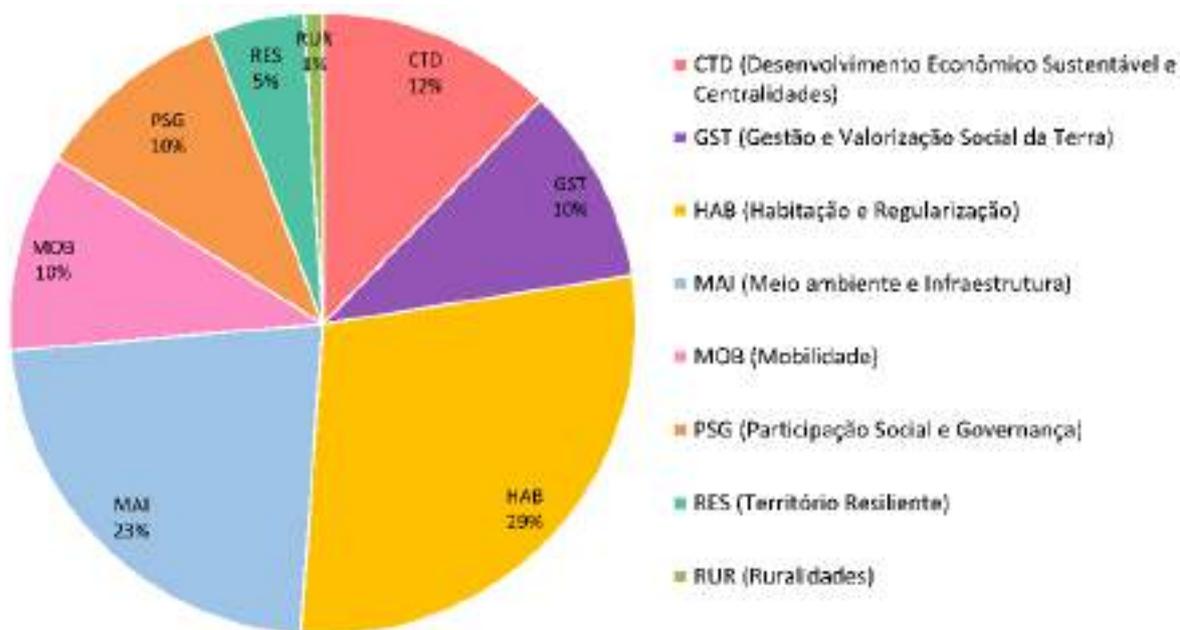
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 382** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Habitação e Regularização, representando 29% das ocorrências; Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 23% das ocorrências; e Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 12% das ocorrências.



Gráfico 382 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Direito à Cidade, Moradia e Habitação).

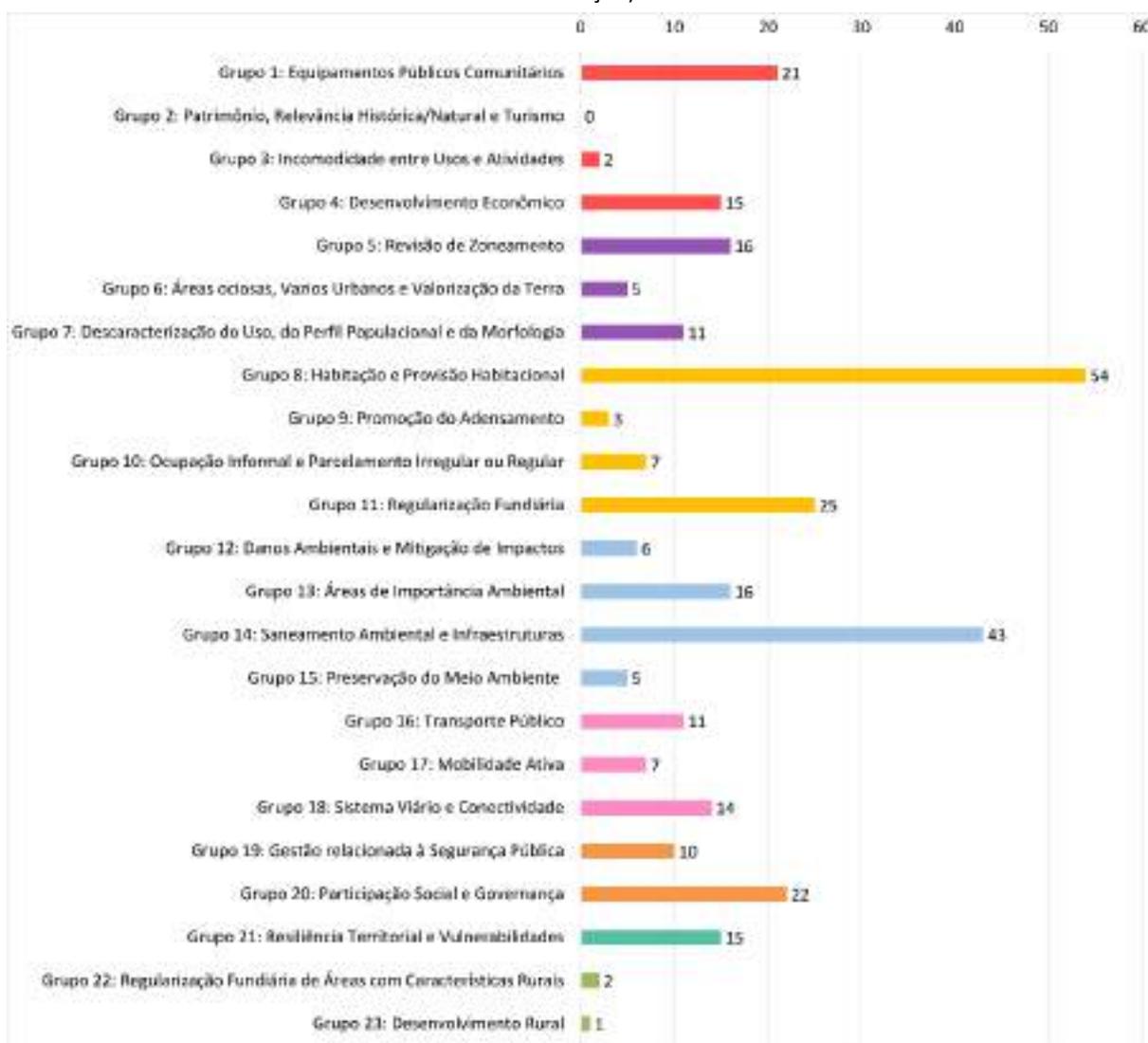


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 383**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 8 (Habitação e Provisão Habitacional), que pertence ao Eixo Habitação e Regularização, com 54 ocorrências; Grupo 14 (Saneamento Ambiental e Infraestruturas), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 43 ocorrências; e Grupo 11 (Regularização Fundiária), que pertence ao Eixo Habitação e Regularização, com 25 ocorrências.



Gráfico 383 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Direito à Cidade, Moradia e Habitação).

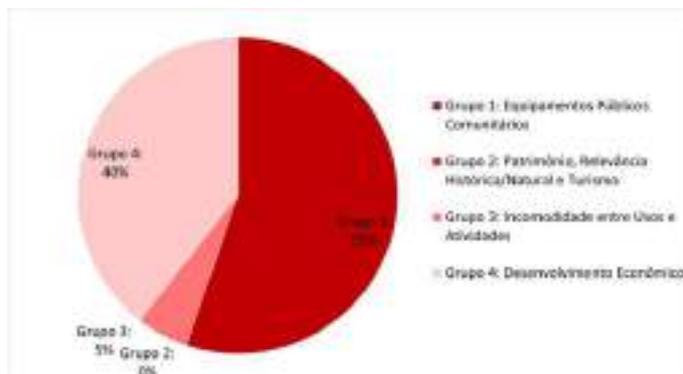


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 384**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 55% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 40% das ocorrências. O Grupo 3, relacionado a Incomodidade entre Usos e Atividades, representa 5% das ocorrências, enquanto o Grupo 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, não apresentou ocorrências.



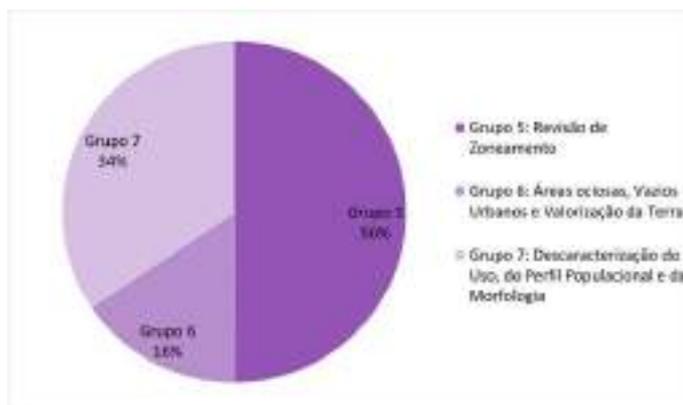
Gráfico 384 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Direito à Cidade, Moradia e Habitação).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 385** o Grupo 5, que trata da Revisão de Zoneamento, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 50% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 7, que se refere à Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, aparece representando 34% das ocorrências. Já o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, representa 16% das ocorrências.

Gráfico 385 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (Direito à Cidade, Moradia e Habitação).



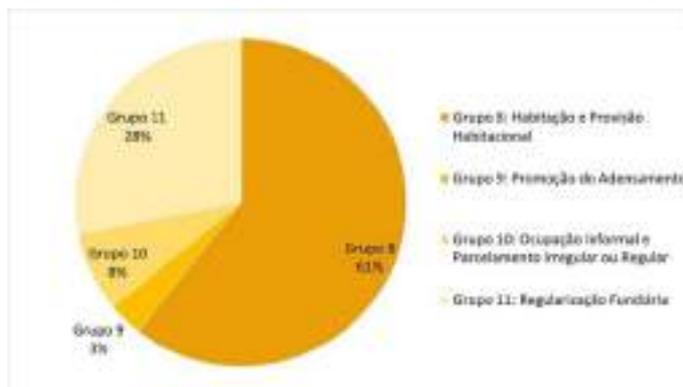
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 386** o Grupo 8, que trata de Habitação e Provimento Habitacional, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 61% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 11, que se refere à Regularização Fundiária, aparece representando 28% das ocorrências. O Grupo 10,



relacionado a Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, representa 8% das ocorrências, enquanto o Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, representa 3% das ocorrências.

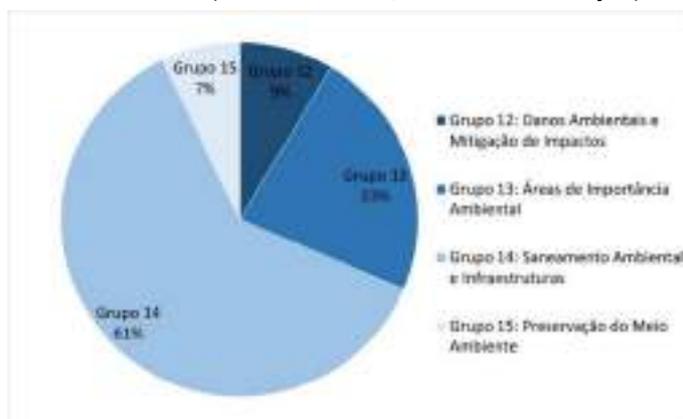
Gráfico 386 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (Direito à Cidade, Moradia e Habitação).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 387**, o Grupo 14, que trata das Saneamento Ambiental e Infraestruturas, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 61% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 13, que se refere a Áreas de Importância Ambiental, aparece representando 23% das ocorrências. O Grupo 12, relacionado a Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 9% das ocorrências, enquanto o Grupo 15, que aborda Preservação do Meio Ambiente, representa 7% das ocorrências.

Gráfico 387 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (Direito à Cidade, Moradia e Habitação).

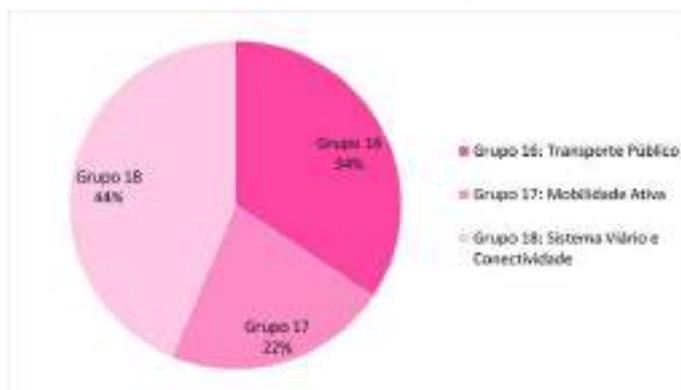


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 388**, o Grupo 18, que trata de Sistema Viário e Conectividade, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 44% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 16, que se refere à Transporte Público, aparece representando 34% das ocorrências. Já o Grupo 17, relacionado a Mobilidade Ativa, representa 22% das ocorrências.

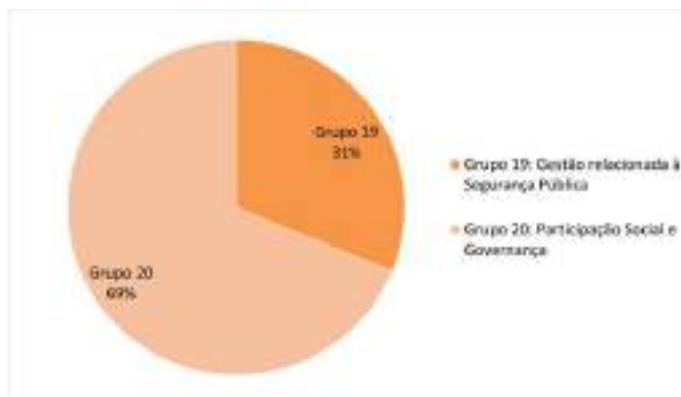
Gráfico 388 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (Direito à Cidade, Moradia e Habitação).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 389**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 69% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada a Segurança Pública, representa 31% das ocorrências.

Gráfico 389 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Direito à Cidade, Moradia e Habitação).

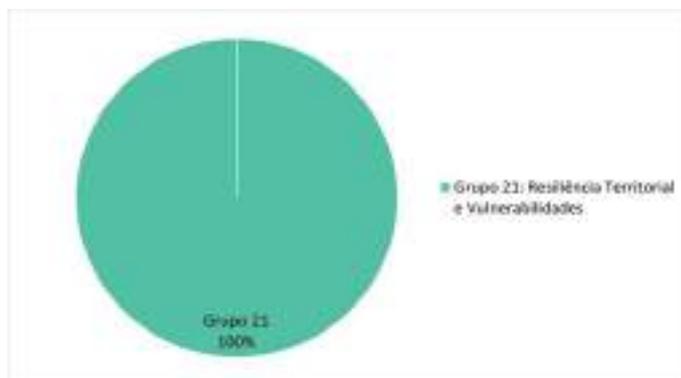


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 390** mostra que o Grupo 21, relacionado à resiliência territorial e vulnerabilidades, é o único grupo temático desse eixo, representando 100% das ocorrências. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a análise desse gráfico permite entender a presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou ausência.

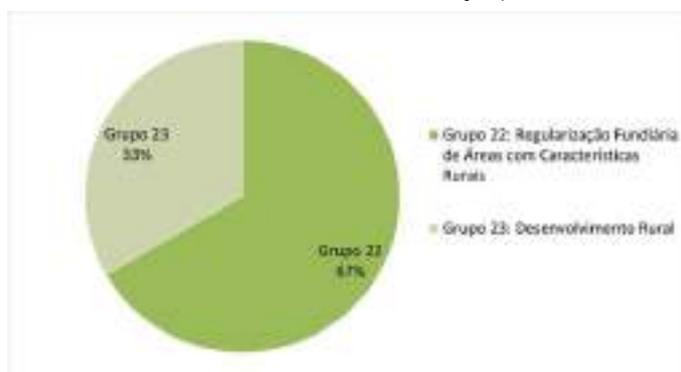
Gráfico 390 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (Direito à Cidade, Moradia e Habitação).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 391**, o Grupo 22, que trata de Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 67% das ocorrências. Já o Grupo 23, que se refere à Desenvolvimento Rural, representa 33% das ocorrências.

Gráfico 391 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (Direito à Cidade, Moradia e Habitação).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 130**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 130 – Ocorrências de Problemáticas – Direito à Cidade, Moradia e Habitação.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 9	Há demandas relacionadas a promoção do adensamento.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.3.2 7ª Oficina Participativa: Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio

Quadro 131 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio.

Data da Oficina Participativa:	22/06/2023
Local da Oficina Participativa:	Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar
Quantidade de participantes:	48 (População) 26 (Técnicos GDF)
Dinâmica:	Seminário
Seminaristas:	Ricardo Birmann e José Jandson de Queiroz

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



Figura 48 – Fotografias da Oficina Participativa – Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio.



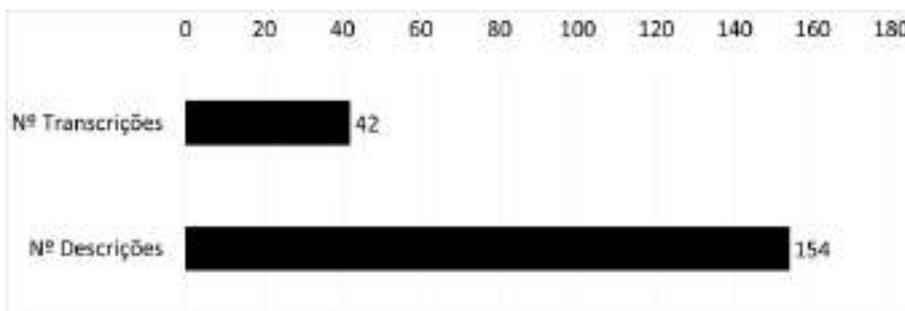
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A 7ª Oficina Participativa – Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio ocorreu no dia 22/06/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 19h às 21h, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, e contou com 74 pessoas no total. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa do Segmento Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio. Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 392** tais contribuições, resultaram em 42 transcrições e 154 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.



Gráfico 392 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio).



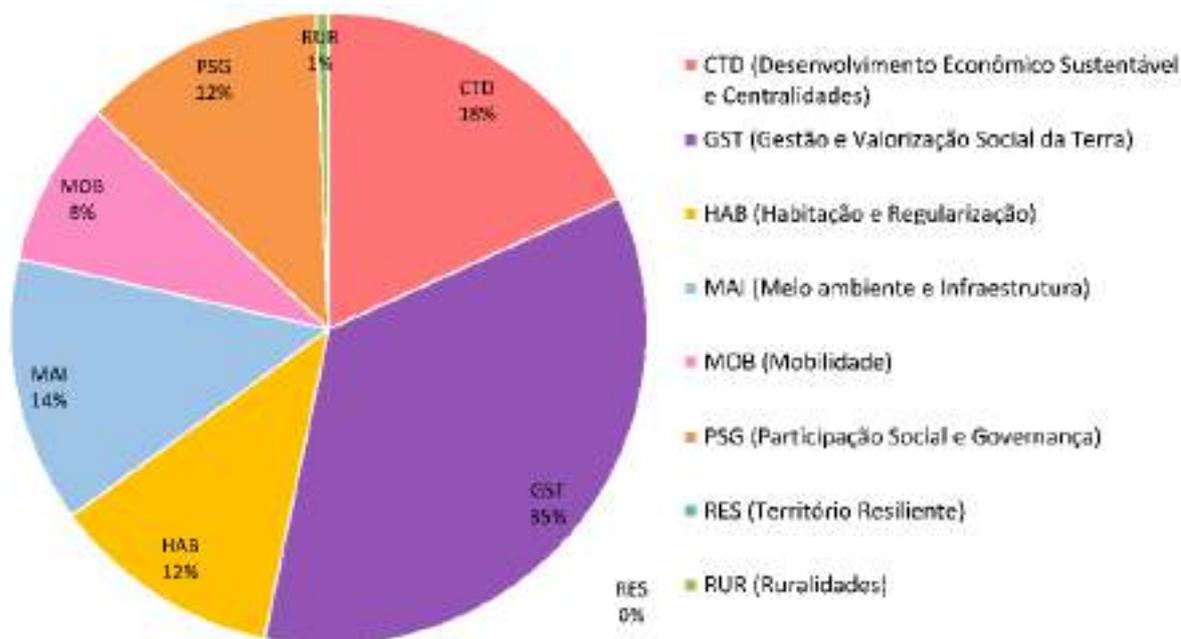
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 393** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Gestão e Valorização Social da Terra, representando 35% das ocorrências; Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 18% das ocorrências; e Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 14% das ocorrências.



Gráfico 393 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio).

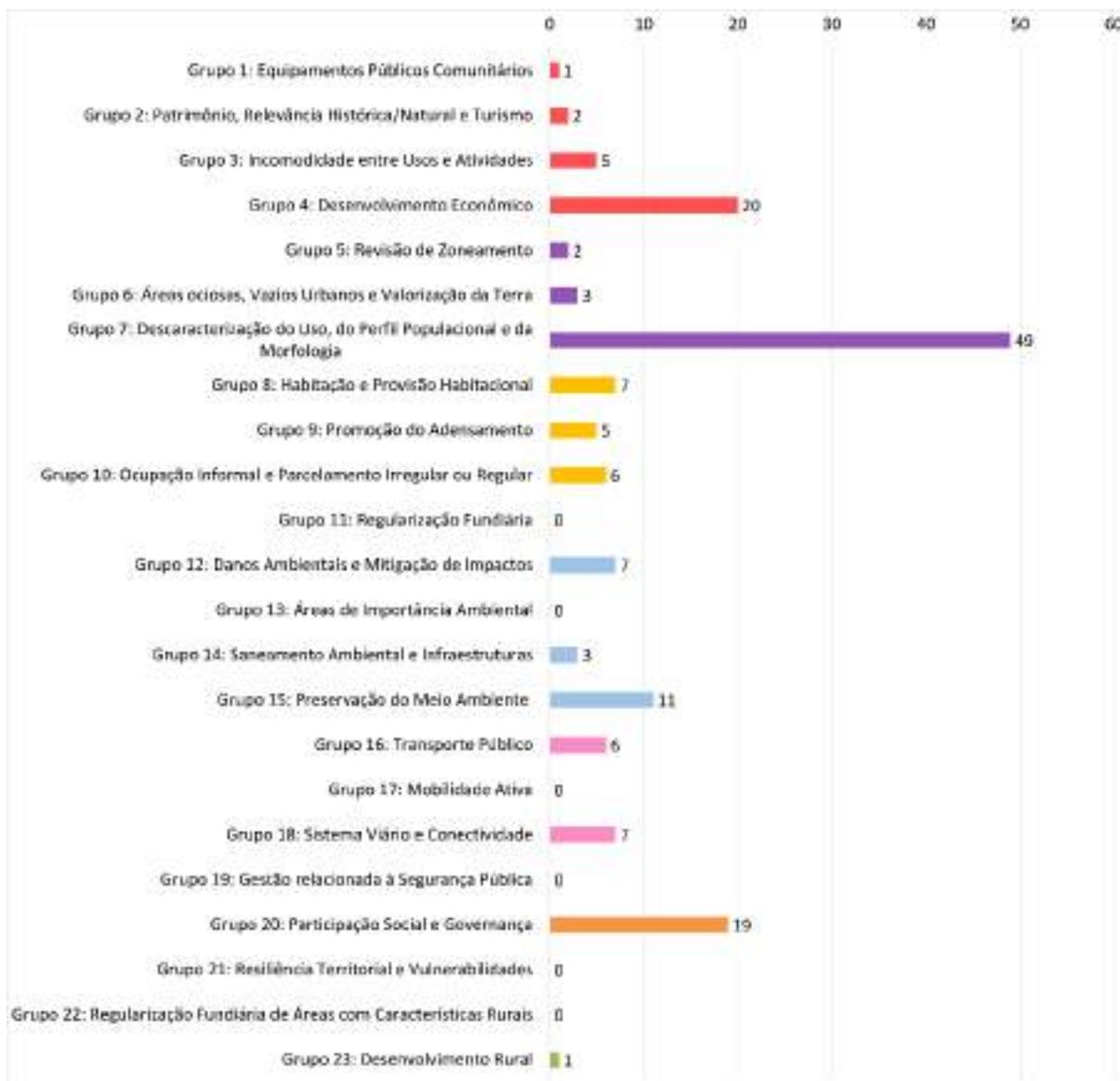


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 394**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 7 (Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia), que pertence ao Eixo Gestão Social da Valorização Social da Terra, com 49 ocorrências; em seguida, os Grupo 4 (Desenvolvimento Econômico); e o Grupo 20 (Participação Social e Governança), que pertence ao Eixo Participação Social e Governança, com 19 ocorrências. O Eixo Território Resiliente não apresentou ocorrências nas contribuições da população coletadas durante a Oficina Participativa de Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio.



Gráfico 394 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio).



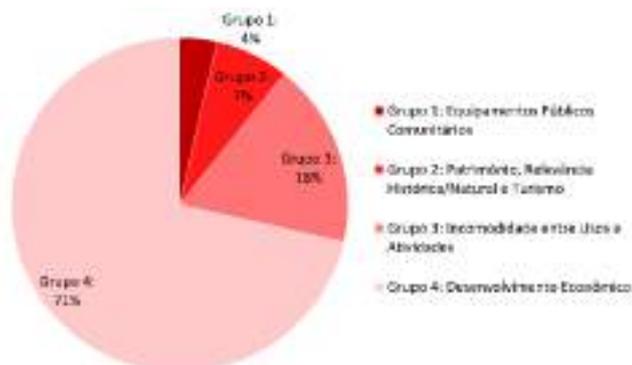
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 395**, o Grupo 4, que trata de Desenvolvimento Econômico, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 71% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 3, que se refere ao Incomodidade entre Usos e Atividades, aparece representando 18% das ocorrências. O Grupo 2, relacionado a Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, apresenta



7% das ocorrências. Já o Grupo 1, que aborda Equipamentos Públicos Comunitários, representa 4% das ocorrências.

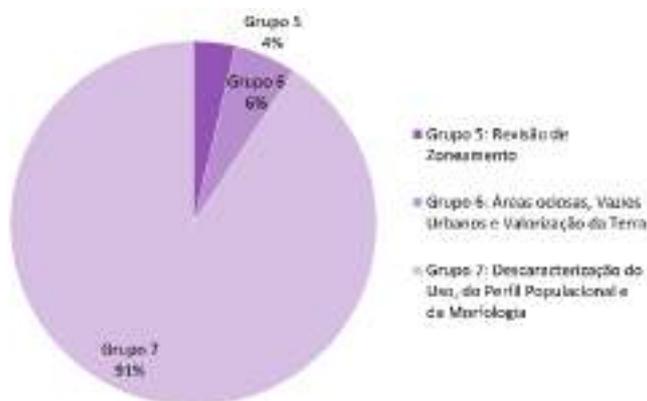
Gráfico 395 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 396** o Grupo 7, que trata da Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 91% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 6, que se refere à Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, aparece representando 6% das ocorrências. Já o Grupo 5, relacionado a Revisão de Zoneamento, representa 4% das ocorrências.

Gráfico 396 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio).

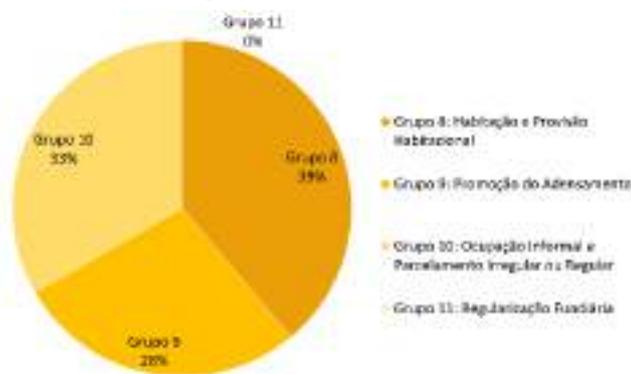


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 397**, o Grupo 8, relacionado a Habitação e Provimento Habitacional, apresenta 39% das ocorrências; o Grupo 10, que aborda Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, apresenta 33% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, representa 28% das ocorrências. O Grupo 11 (Regularização Fundiária) não apresentou ocorrências.

Gráfico 397 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio).

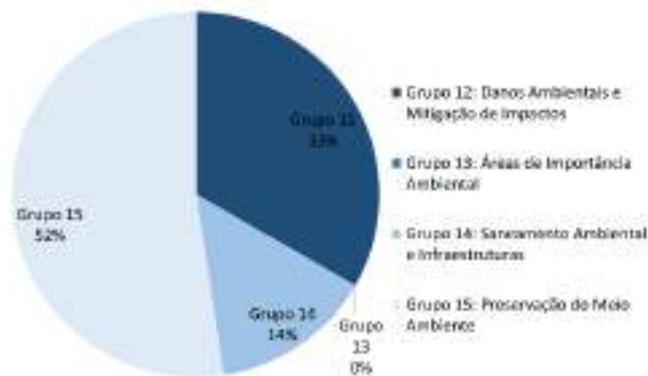


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 398**, o Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, representa 52% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 33% das ocorrências. Enquanto o Grupo 14, que se refere ao Saneamento Ambiental e Infraestruturas, aparece representando 14% das ocorrências. O Grupo 13, que trata das Áreas de Importância Ambiental, não apresenta ocorrências.



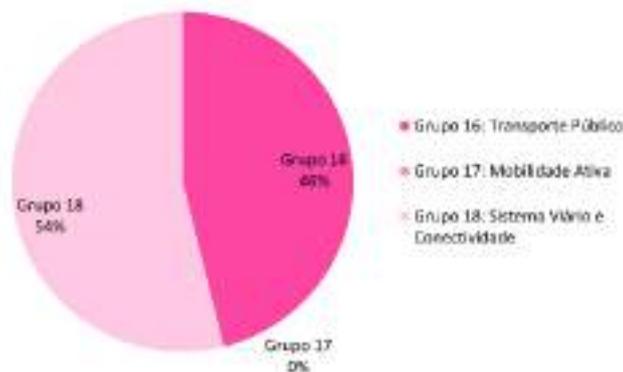
Gráfico 398 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 399**, o Grupo 18, que trata de Sistema Viário e Conectividade, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 54% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 16, relacionado a Transporte Público, representa 46% das ocorrências. Já o Grupo 17, que se refere à Mobilidade Ativa, não apresenta ocorrências.

Gráfico 399 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio).

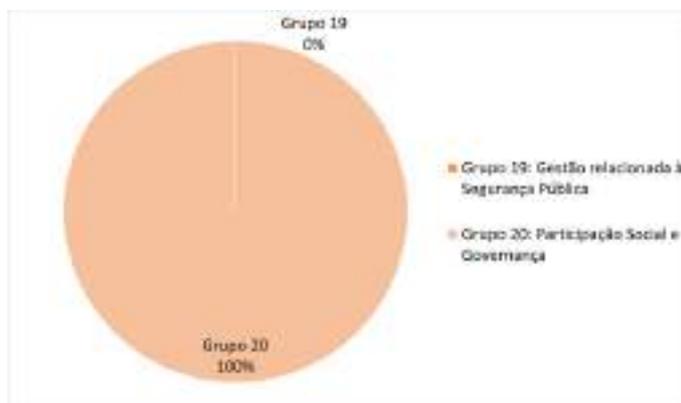


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 400**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 100% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada a Segurança Pública, não apresenta ocorrências.



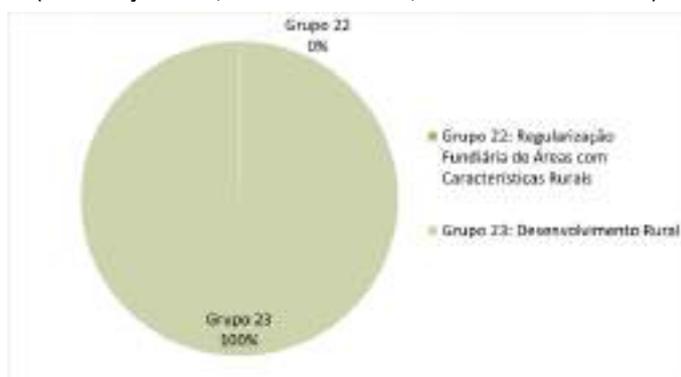
Gráfico 400 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 401**, o Grupo 23, que trata de Desenvolvimento Rural, representa a totalidade das contribuições da população, com 100% das ocorrências. Já o Grupo 22, que se refere à Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, não apresenta ocorrências.

Gráfico 401 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 132**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 132– Ocorrências de Problemáticas –Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Código	Problemática
	histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 9	Há demandas relacionadas a promoção do adensamento.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.3.3 9ª Oficina Participativa: População LGBTQIAP+

Quadro 133 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – População LGBTQIAP+.

Data da Oficina Participativa:	27/06/2023
Local da Oficina Participativa:	Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar
Quantidade de participantes:	23 (População) 28 (Técnicos GDF)
Dinâmica:	Seminário
Quantidade de grupos (dinâmica):	-

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



Figura 49 – Fotografias da Oficina Participativa – População LGBTQIAP+.



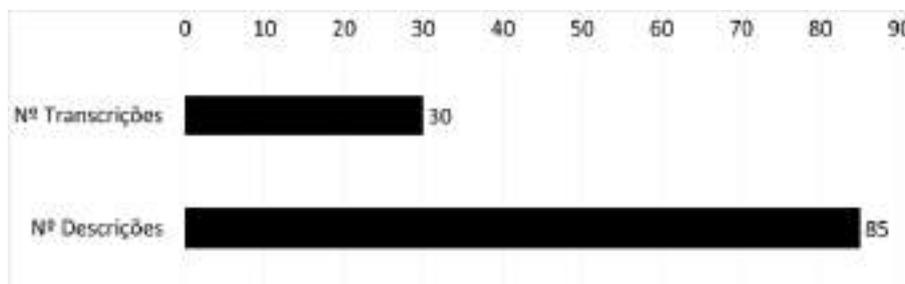
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A **9ª Oficina Participativa – População LGBTQIAPN+** ocorreu no dia 27/06/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 19h às 21h, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, e contou com 51 pessoas no total. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa do Segmento População LGBTQIAPN+. Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 402** tais contribuições, resultaram em 30 transcrições e 85 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.



Gráfico 402 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (População LGBTQIAP+).



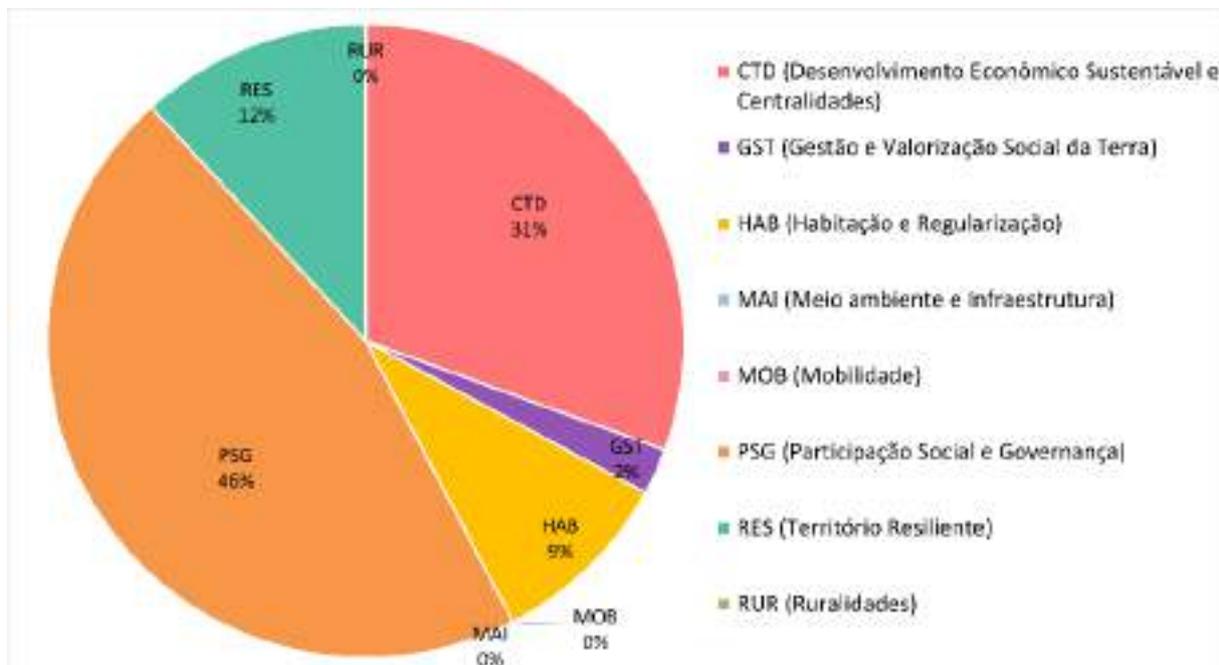
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 403** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Participação Social e Governança, representando 46% das ocorrências; Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 31% das ocorrências; e Eixo Território Resiliente, representando 12% das ocorrências.



Gráfico 403 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (População LGBTQIAP+).

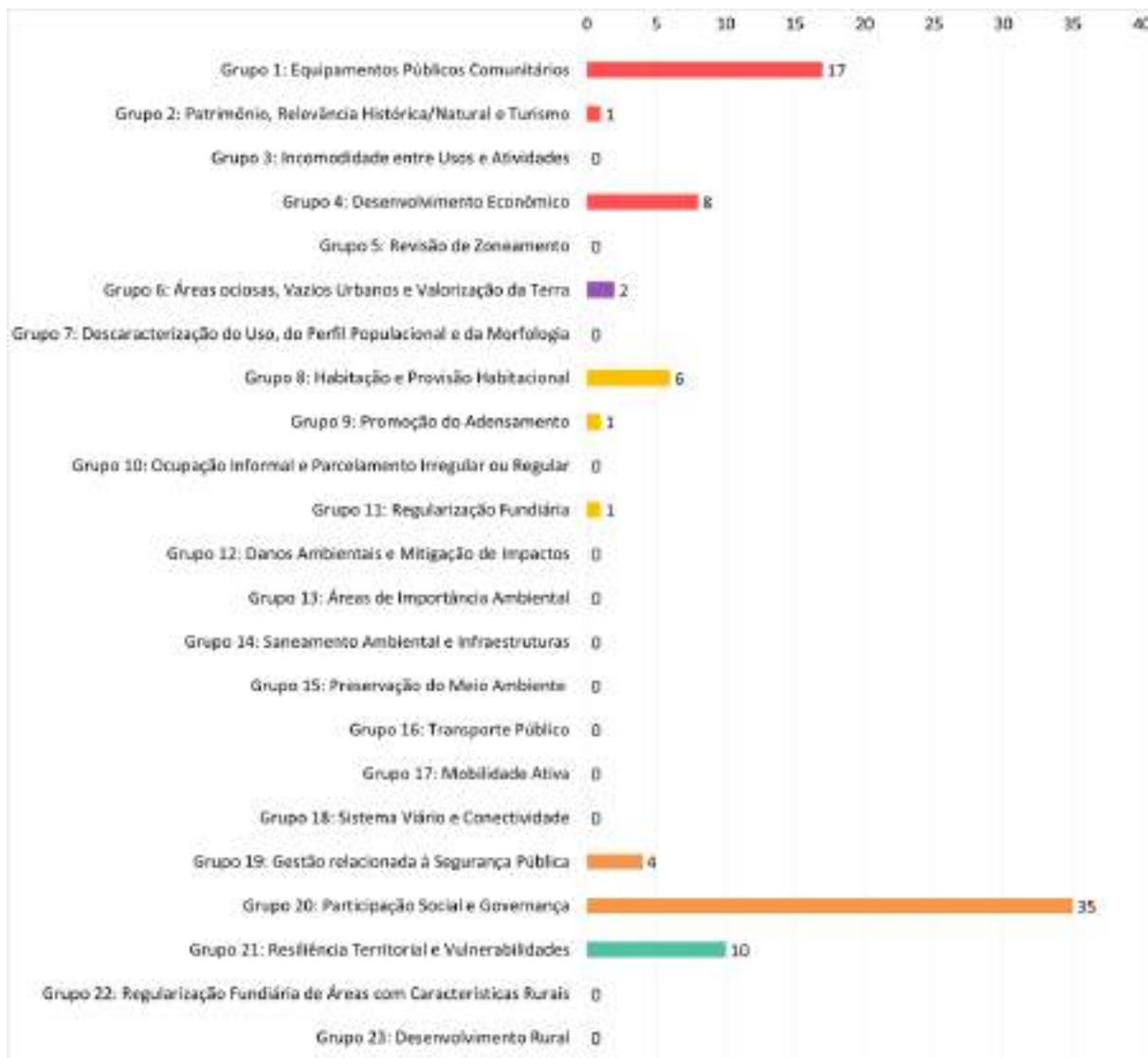


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 404**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 20 (Participação Social e Governança), que pertence ao Eixo Participação Social e Governança, com 35 ocorrências; Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 17 ocorrências; e Grupo 21 (Resiliência Territorial), que pertence ao Eixo Território Resiliente, com 10 ocorrências. Os Eixos Meio Ambiente e Infraestrutura, Ruralidades e Mobilidade não apresentaram ocorrências nas contribuições da população coletadas durante a Oficina Participativa do Segmento População LGBTQIAPN+.



Gráfico 404 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (População LGBTQIAP+).

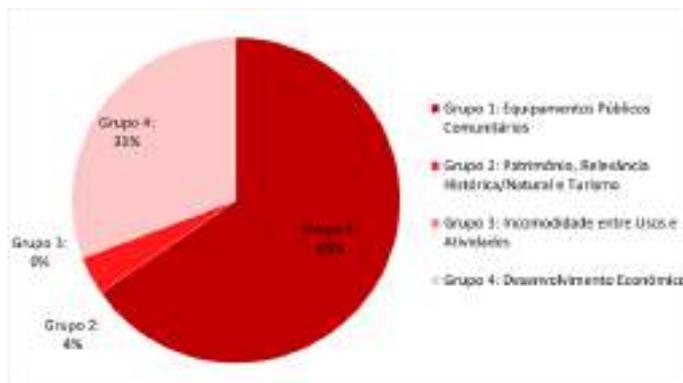


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 405**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 65% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 31% das ocorrências. O Grupo 2, relacionado a Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, representa 4% das ocorrências, enquanto o Grupo 3, que aborda Incomodidade entre Usos e Atividades, não apresentou ocorrências.



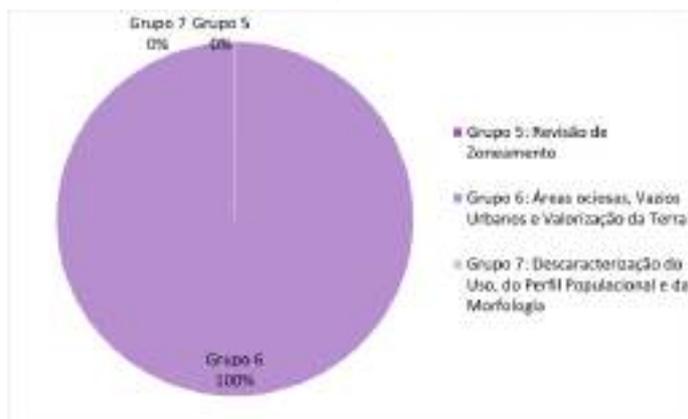
Gráfico 405 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (População LGBTQIAP+).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 406** o Grupo 6, que trata das Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 100% das ocorrências. O Grupo 5, que se refere à Revisão de Zoneamento, assim como o Grupo 7, relacionado a Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, não apresentaram ocorrências.

Gráfico 406 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (População LGBTQIAP+).



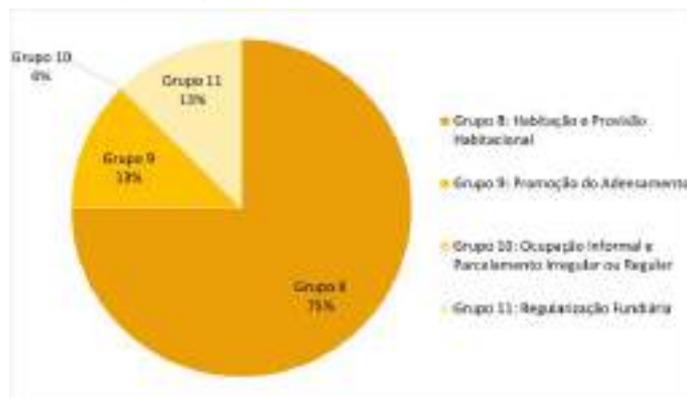
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 407** o Grupo 8, que trata de Habitação e Provimento Habitacional, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 75% das ocorrências. O Grupo 9, que se refere à Promoção do Adensamento, e o Grupo 11, relacionado a Regularização Fundiária, ambos representaram 13% das



ocorrências. O Grupo 10, que aborda Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, não apresentou ocorrências.

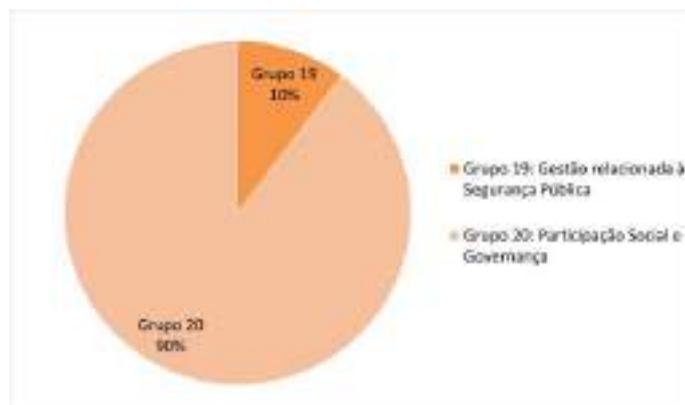
Gráfico 407 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (População LGBTQIAP+).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 408**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 90% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada a Segurança Pública, representa 10% das ocorrências.

Gráfico 408 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (População LGBTQIAP+).



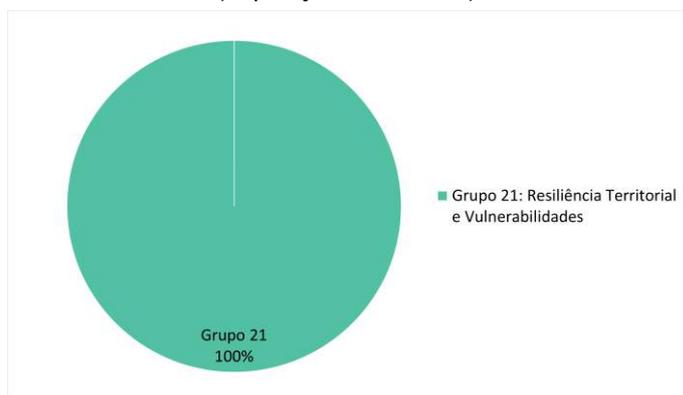
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 409** mostra que o Grupo 21, relacionado à resiliência territorial e vulnerabilidades, é o único grupo temático desse eixo, representando 100% das ocorrências. Isso significa que todas as contribuições da população



relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a análise desse gráfico permite entender a presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou ausência.

Gráfico 409 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (População LGBTQIAP+).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 134**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 134– Ocorrências de Problemáticas –População LGBTQIAP+.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 9	Há demandas relacionadas a promoção do adensamento.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



7.3.4 12ª Oficina Participativa: Comunidades Tradicionais, Quilombolas, Ciganas e Indígenas

Quadro 135 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Comunidades Tradicionais, Quilombolas, Ciganas e Indígenas.

Data da Oficina Participativa:	13/07/2023
Local da Oficina Participativa:	Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar
Quantidade de participantes:	52 (População) 26 (Técnicos GDF)
Dinâmica:	Pontos no mapa
Quantidade de grupos (dinâmica):	06

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 50 – Fotografias da Oficina Participativa – Comunidades Tradicionais, Quilombolas, Ciganas e Indígenas.



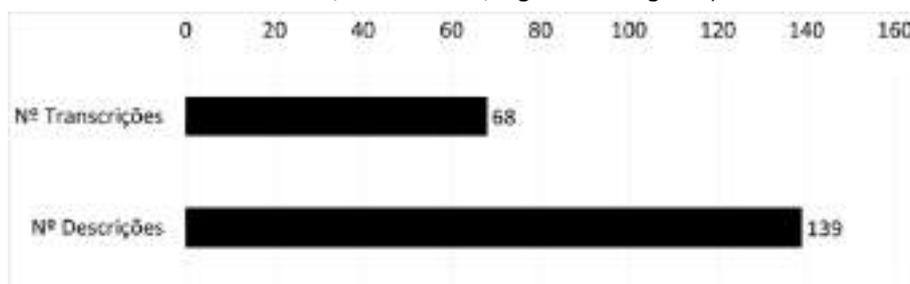
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A **12ª Oficina Participativa – Comunidades Tradicionais, Quilombolas, Ciganas e Indígenas** ocorreu no dia 13/07/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 19h às 21h, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, e contou com 78 pessoas no total, que foram divididas em 06 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.



A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa do Segmento Comunidades Tradicionais, Quilombolas, Ciganas e Indígenas. Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 410** tais contribuições, resultaram em 68 transcrições e 139 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.

Gráfico 410 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Comunidades Tradicionais, Quilombolas, Ciganas e Indígenas).



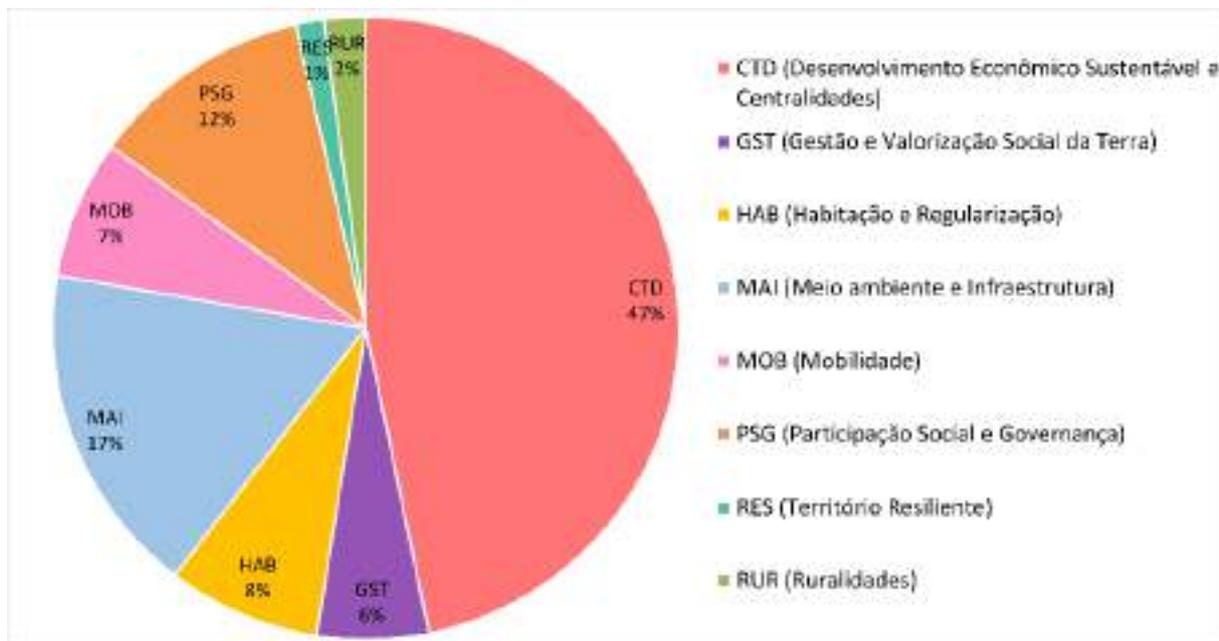
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 411** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 47% das ocorrências; Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 17% das ocorrências; e Eixo Participação Social e Governança, representando 12% das ocorrências.



Gráfico 411 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Comunidades Tradicionais, Quilombolas, Ciganas e Indígenas).

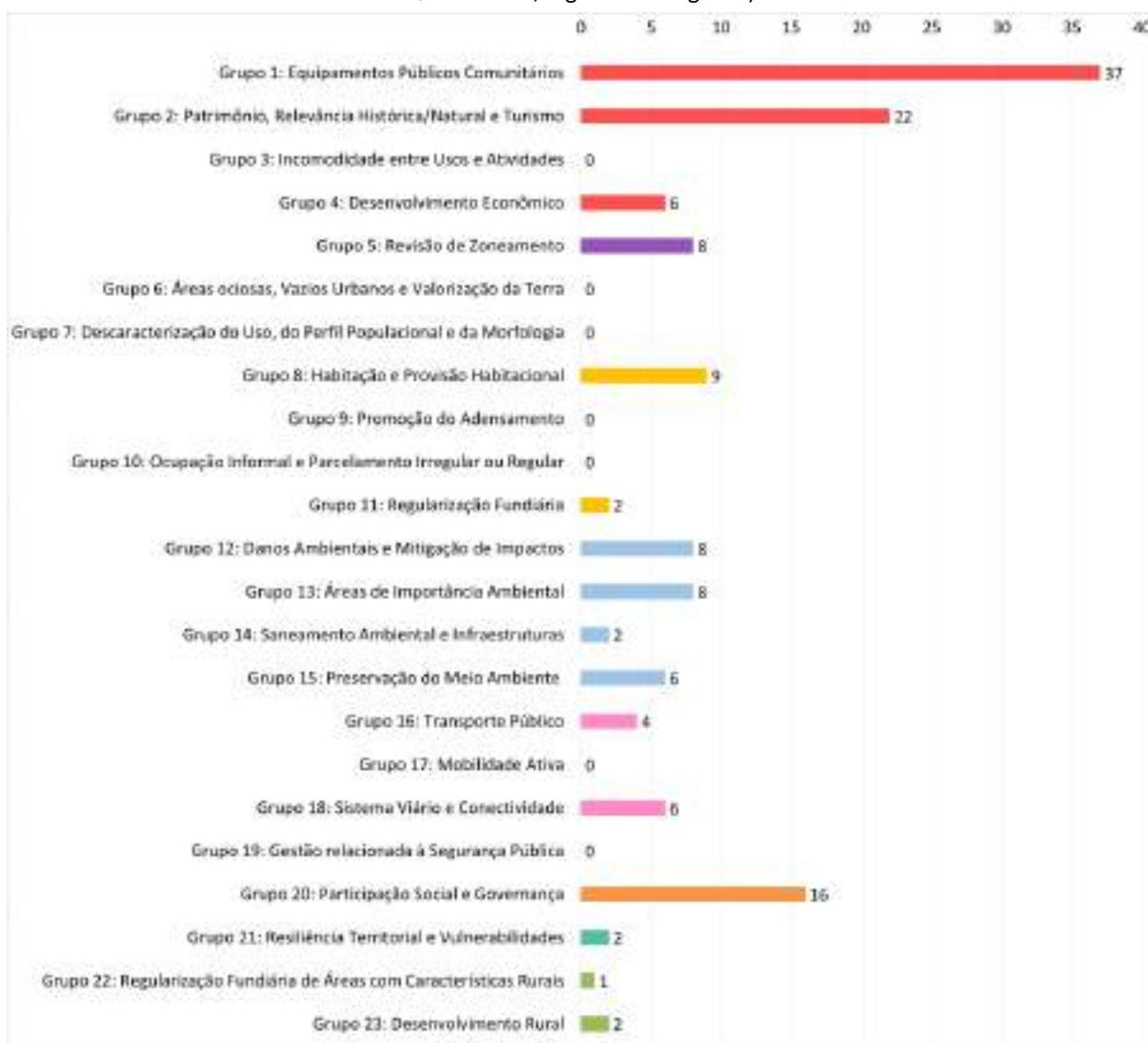


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 412**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 37 ocorrências; Grupo 2 (Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 22 ocorrências; e Grupo 20 (Participação Social e Governança), que pertence ao Eixo Participação Social e Governança, com 16 ocorrências.



Gráfico 412 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Comunidades Tradicionais, Quilombolas, Ciganas e Indígenas).

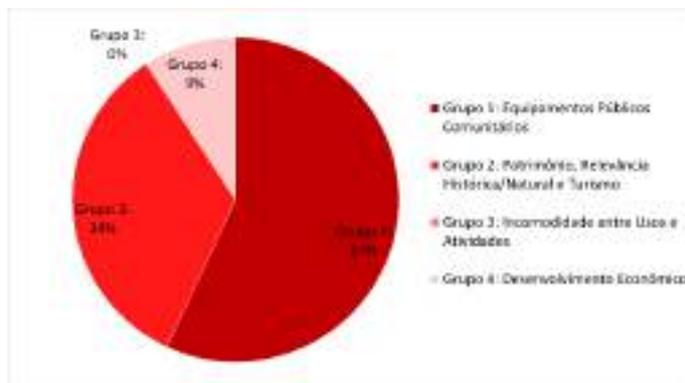


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 413**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 57% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 2, que se refere ao Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, aparece representando 34% das ocorrências. O Grupo 4, relacionado a Desenvolvimento Econômico, representa 9% das ocorrências, enquanto o Grupo 3, que aborda Incomodidade entre Usos e Atividades, não apresentou ocorrências.



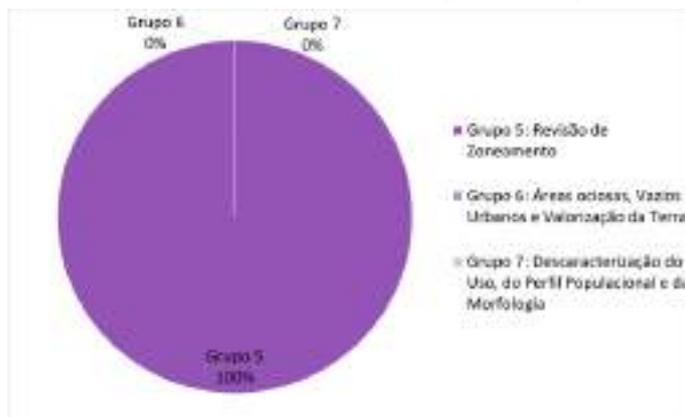
Gráfico 413 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Comunidades Tradicionais, Ciganas e Indígenas).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 414** o Grupo 5, que trata da Revisão de Zoneamento, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 100% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 6, que se refere à Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, e o Grupo 7, relacionado a Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, não apresentaram ocorrências.

Gráfico 414 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (Comunidades Tradicionais, Ciganas e Indígenas).



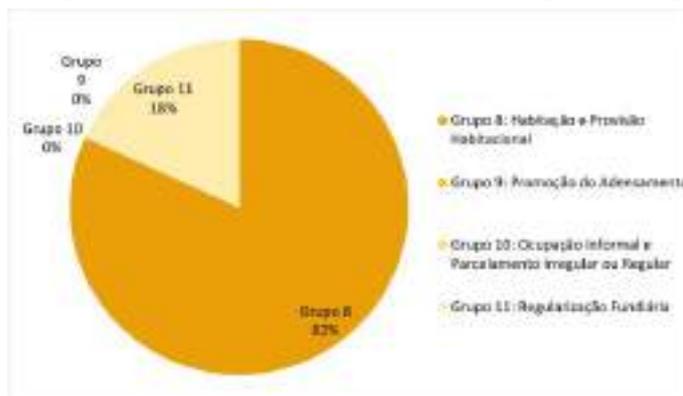
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 415** o Grupo 8, que trata de Habitação e Provimento Habitacional, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 82% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 11, que se refere à Regularização Fundiária, aparece representando 18% das ocorrências. O Grupo 9, relacionado



a Promoção e Adensamento, e o Grupo 10, que aborda Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, não apresentam ocorrências.

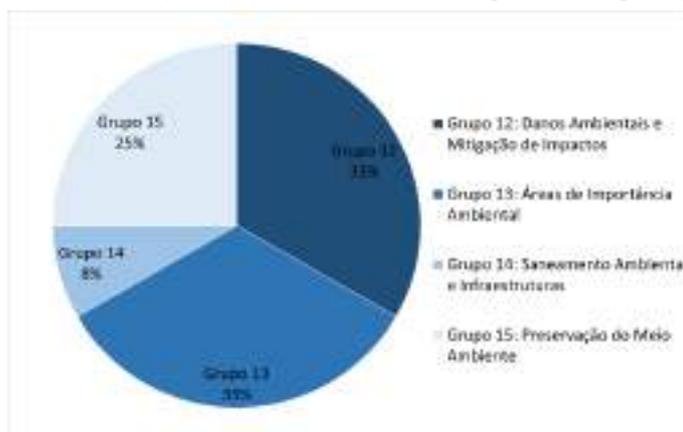
Gráfico 415 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (Comunidades Tradicionais, Ciganas e Indígenas).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 416**, o Grupo 12, que trata das Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, e o Grupo 13, que se refere a Áreas de Importância Ambiental, apresentam a mesma incidência, representando 33% das ocorrências cada. O Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, representa 25% das ocorrências, enquanto o Grupo 14, que aborda Saneamento Ambiental e Infraestruturas, representa 8% das ocorrências.

Gráfico 416 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (Comunidades Tradicionais, Ciganas e Indígenas).

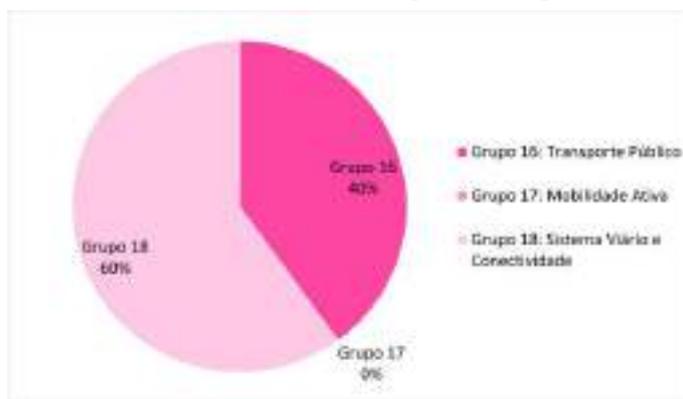


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 417**, o Grupo 18, que trata de Sistema Viário e Conectividade, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 60% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 16, que se refere à Transporte Público, aparece representando 40% das ocorrências. Já o Grupo 17, relacionado a Mobilidade Ativa, não apresentou ocorrências.

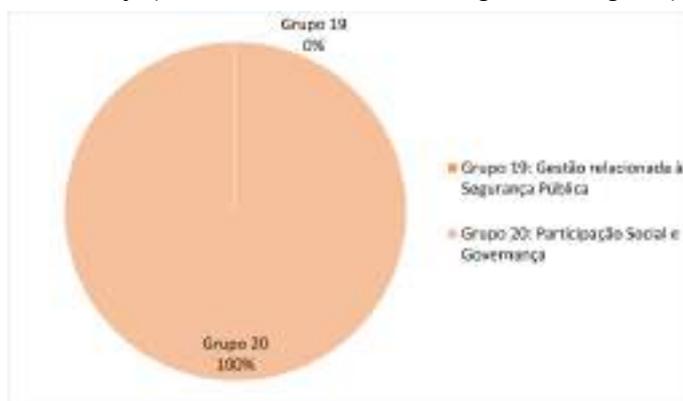
Gráfico 417 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (Comunidades Tradicionais, Ciganas e Indígenas).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 418**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 100% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada a Segurança Pública, não apresentou ocorrências.

Gráfico 418 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Comunidades Tradicionais, Ciganas e Indígenas).

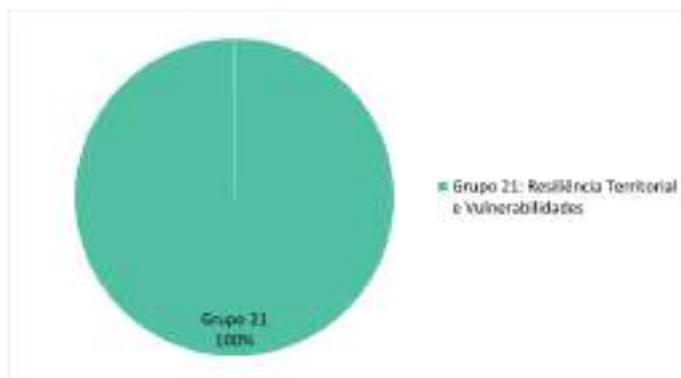


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 419** mostra que o Grupo 21, relacionado à resiliência territorial e vulnerabilidades, é o único grupo temático desse eixo, representando 100% das ocorrências. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a análise desse gráfico permite entender a presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou ausência.

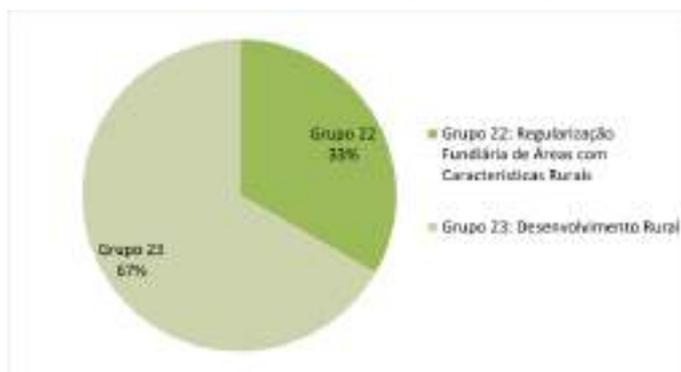
Gráfico 419 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (Comunidades Tradicionais, Ciganas e Indígenas).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 420**, o Grupo 23, que trata de Desenvolvimento Rural, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 67% das ocorrências. Já o Grupo 22, que se refere à Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, representa 33% das ocorrências.

Gráfico 420 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (Comunidades Tradicionais, Ciganas e Indígenas).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 136**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 136– Ocorrências de Problemáticas – Comunidades Tradicionais, Ciganas e Indígenas.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.3.5 13ª Oficina Participativa: Mulheres e Igualdade de Gênero

Informações sobre a Oficina Participativa

Quadro 137 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Mulheres e Igualdade de Gênero.

Data da Oficina Participativa:	18/07/2023
Local da Oficina Participativa:	Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar
Quantidade de participantes:	14 (População) 26 (Técnicos GDF)
Dinâmica:	Pontos no mapa
Quantidade de grupos (dinâmica):	02

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



Figura 51 – Fotografias da Oficina Participativa – Mulheres e Igualdade de Gênero.



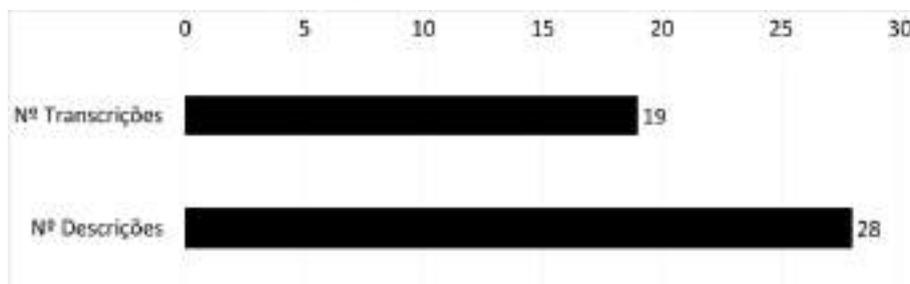
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A **13ª Oficina Participativa – Mulheres e Igualdade de Gênero** ocorreu no dia 18/07/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 19h às 21h, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, e contou com 40 pessoas no total, que foram divididas em 02 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa do Segmento Mulheres e Igualdade de Gênero. Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 421** tais contribuições, resultaram em 19 transcrições e 28 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.



Gráfico 421 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Mulheres e Igualdade de Gênero).



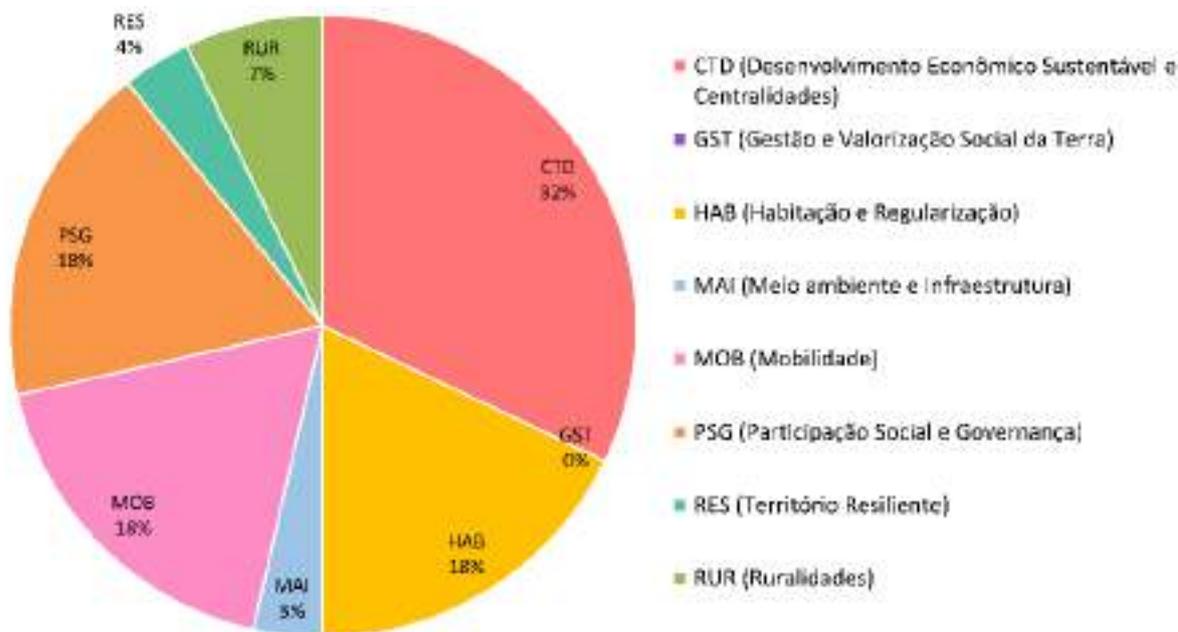
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 422** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 32% das ocorrências; seguido pelo Eixo Mobilidade, pelo Eixo Habitação e Regularização Fundiária e pelo Eixo Participação Social e Governança representando com 18% das ocorrências cada um.



Gráfico 422 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Mulheres e Igualdade de Gênero).

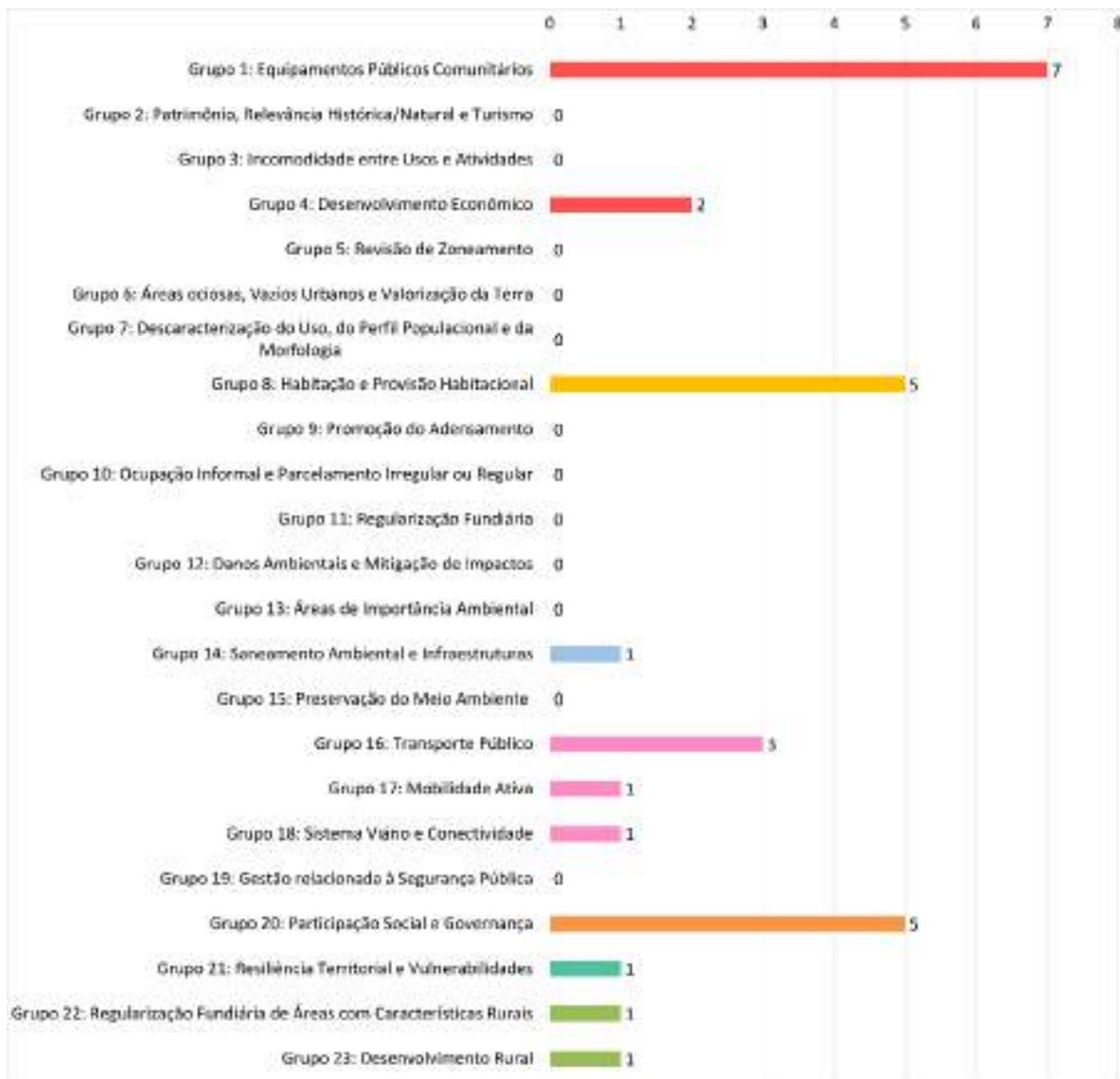


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 423**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 7 ocorrências; seguido pelos Grupos 8 (Habitação e Provisão Habitacional), que pertence ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária e Grupo 20 (Participação Social e Governança), que pertence ao Eixo Participação Social e Governança, ambos com 5 ocorrências. O Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST) não apresentou ocorrências nas contribuições da população coletadas durante a Oficina Participativa de Mulheres e Igualdade de Gênero.



Gráfico 423 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Mulheres e Igualdade de Gênero).

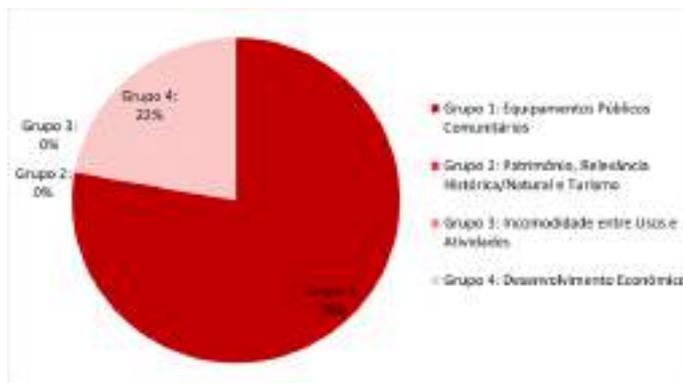


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 424**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 78% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 22% das ocorrências. O Grupo 3, relacionado a Incomodidade entre Usos e Atividades, bem como o Grupo 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, não apresentaram ocorrências.



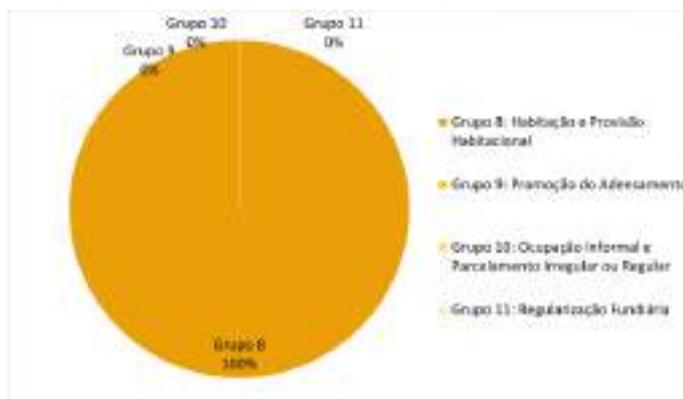
Gráfico 424 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Mulheres e Igualdade de Gênero).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 425** o Grupo 8, que trata de Habitação e Provimento Habitacional, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 100% das ocorrências. Já o Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, o Grupo 10, que se refere à Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular e o Grupo 11, relacionado a Regularização Fundiária não apresentaram ocorrências.

Gráfico 425 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (Mulheres e Igualdade de Gênero).



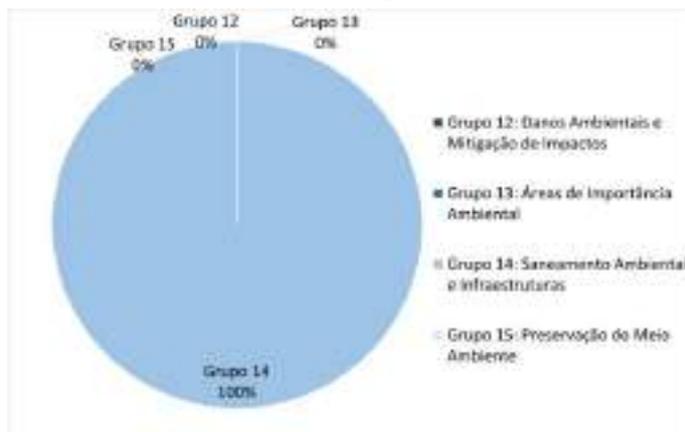
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 426**, o Grupo 14, que se refere ao Saneamento Ambiental e Infraestruturas, teve 100% das incidências nas contribuições da população. O Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, o Grupo 13, que trata das Áreas de Importância Ambiental Saneamento Ambiental e



Infraestruturas, e o Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente não apresentaram ocorrências.

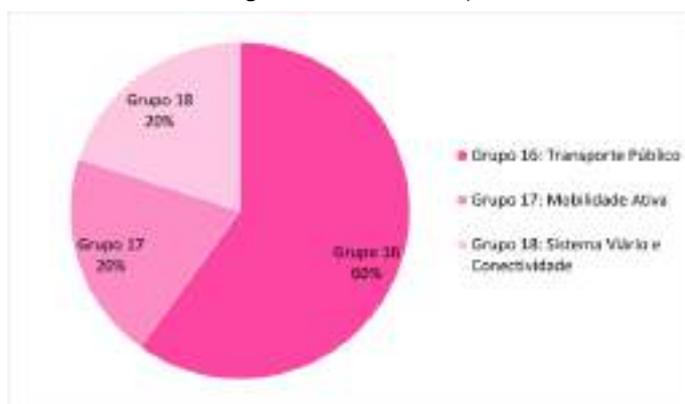
Gráfico 426 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (Mulheres e Igualdade de Gênero).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 427**, o Grupo 16, relacionado a Transporte Público, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 60% das ocorrências. Tanto o Grupo 17, que se refere à Mobilidade Ativa, quanto o Grupo 18, que trata de Sistema Viário e Conectividade, representam 20% das ocorrências.

Gráfico 427 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (Mulheres e Igualdade de Gênero).

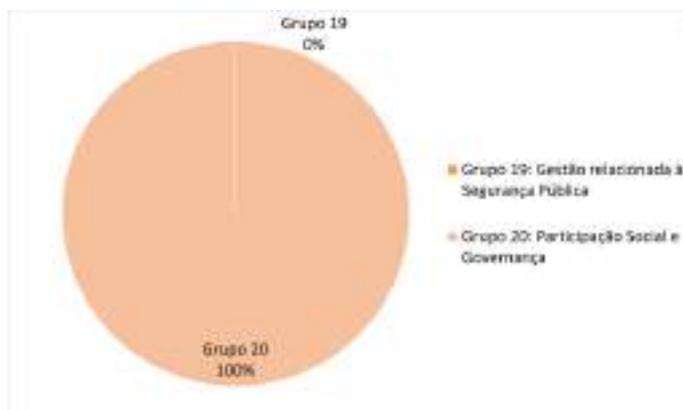


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 428**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve 100% das contribuições da população. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada a Segurança Pública, não apresentou ocorrências.



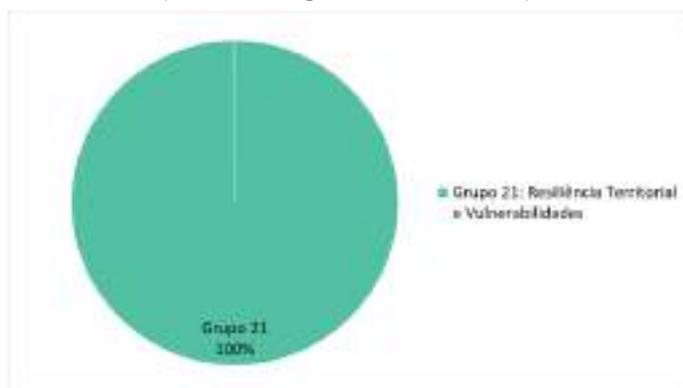
Gráfico 428 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Mulheres e Igualdade de Gênero).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 429** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

Gráfico 429 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (Mulheres e Igualdade de Gênero).

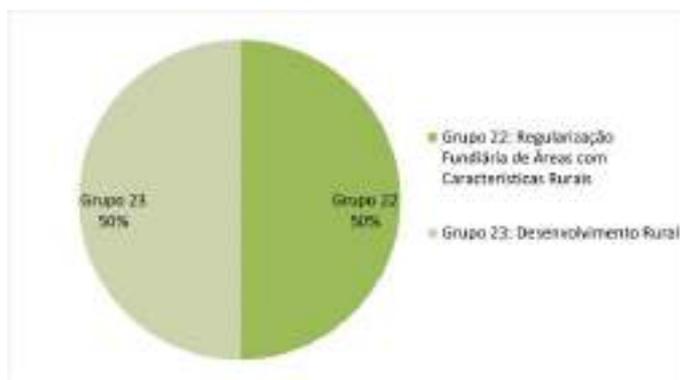


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 430**, ambos os Grupos 23, que trata de Desenvolvimento Rural e Grupo 22, que se refere à Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, apresentaram incidência de 50% das ocorrências.



Gráfico 430 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (Mulheres e Igualdade de Gênero).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 138**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 138– Ocorrências de Problemáticas – Mulheres e Igualdade de Gênero.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.3.6 16ª Oficina Participativa: Região Metropolitana

Quadro 139 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Região Metropolitana.

Data da Oficina Participativa:	27/07/2023
Local da Oficina Participativa:	Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar e Plataforma Zoom
Quantidade de participantes:	10 (População) 21 (Técnicos GDF)
Dinâmica:	Seminário e entrevista coletiva



Quantidade de grupos (dinâmica):	04
Seminarista:	Bruno de Oliveira Cruz e Janaína Vieira

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 52 – Fotografias da Oficina Participativa – Região Metropolitana.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

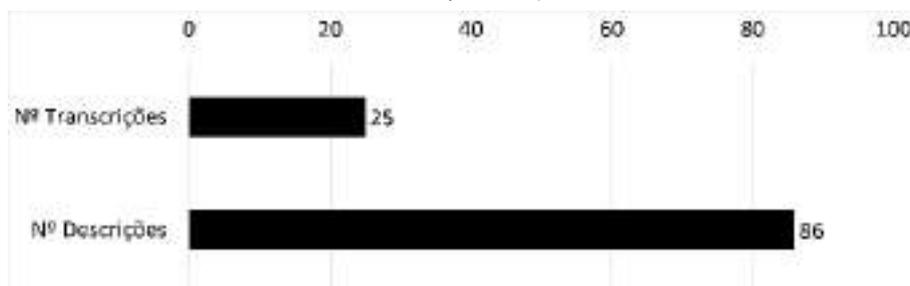
A **16ª Oficina Participativa – Região Metropolitana** ocorreu no dia 27/07/2023, nas modalidades presencial e virtual. O evento ocorreu de 19h às 21h, no Auditório Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar e via plataforma Zoom, e contou com 31 pessoas no total. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa do Segmento Região Metropolitana. Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 431** tais contribuições, resultaram em 25 transcrições e 86 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade



entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.

Gráfico 431 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Região Metropolitana).



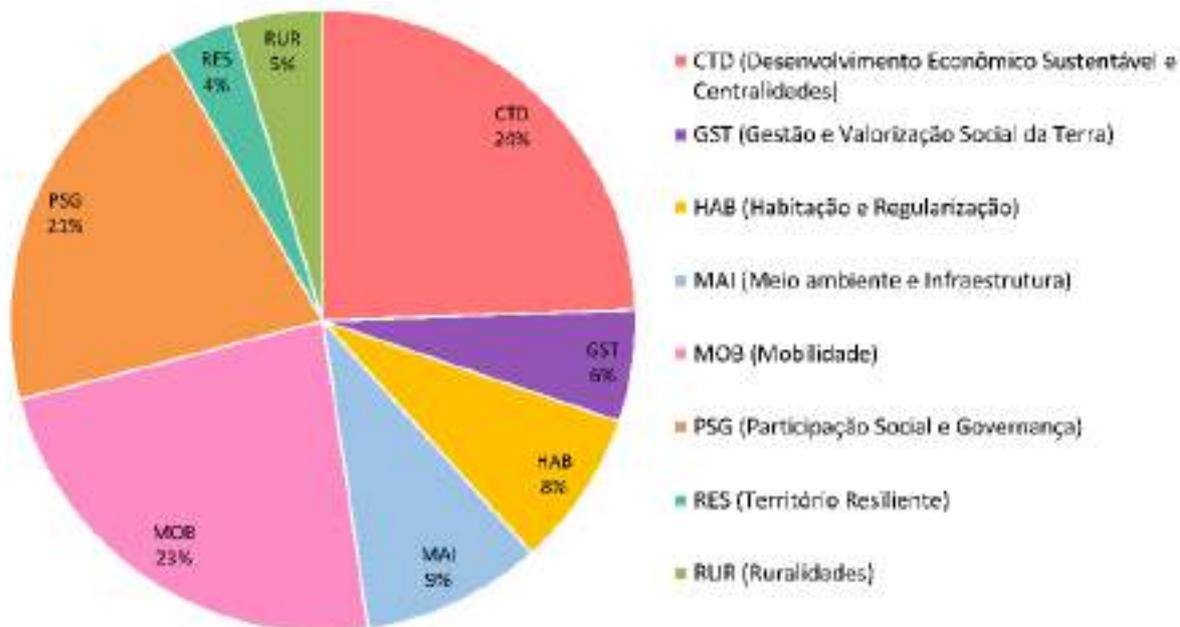
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 432** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades representando 24% das ocorrências; seguido pelo Eixo Mobilidade, representando 23% das ocorrências; e Eixo Participação Social e Governança, representando 21% das ocorrências.



Gráfico 432 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Região Metropolitana).

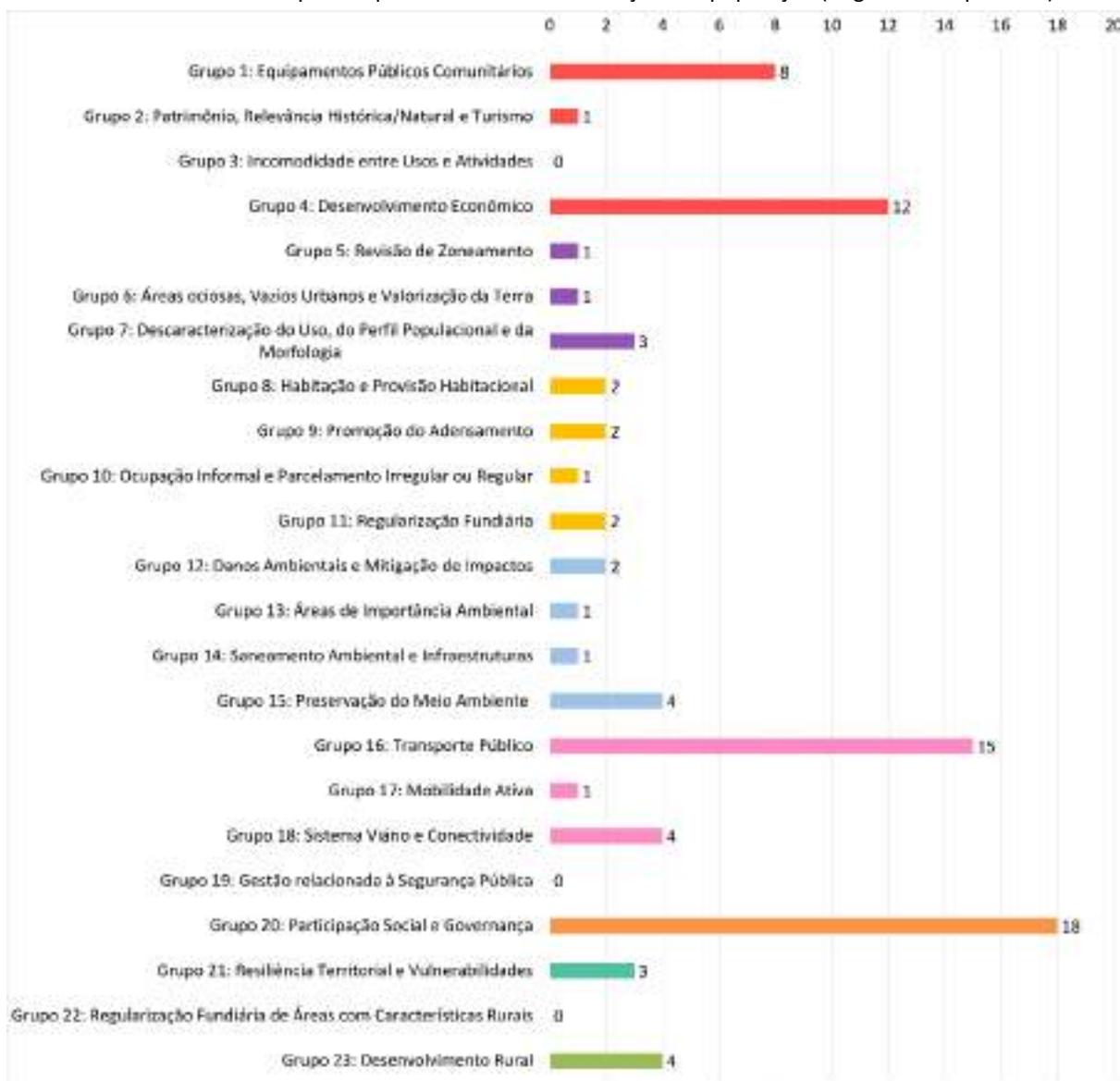


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 433**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 20 (Participação Social e Governança), que pertence ao Eixo Participação Social e Governança, com 18 ocorrências; Grupo 16 (Transporte Público), que pertence ao Eixo Mobilidade, com 15 ocorrências; e Grupo 4 (Desenvolvimento Econômico), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 12 ocorrências.



Gráfico 433 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Região Metropolitana).

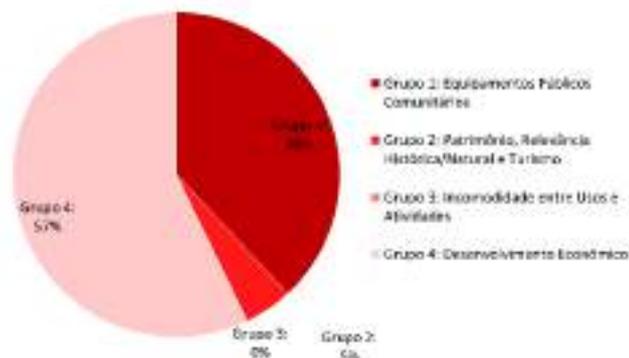


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 434**, o Grupo 4, que trata de Desenvolvimento Econômico, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 57% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 1, que se refere ao Equipamentos Públicos Comunitários, aparece representando 38% das ocorrências. O Grupo 2, relacionado a Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, representa 5% das ocorrências, enquanto o Grupo 3, que aborda Incomodidade entre Usos e Atividades, não apresentou ocorrências.



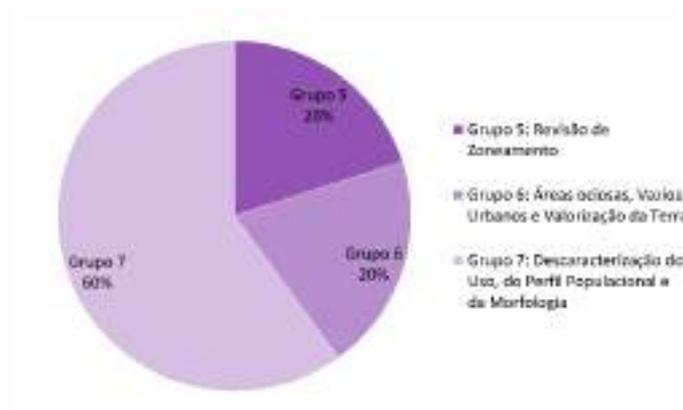
Gráfico 434 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Região Metropolitana).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 435** o Grupo 7, que trata de Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 60% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 5, que se refere à Revisão de Zoneamento e o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, representam 20% das ocorrências cada um.

Gráfico 435 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (Região Metropolitana)



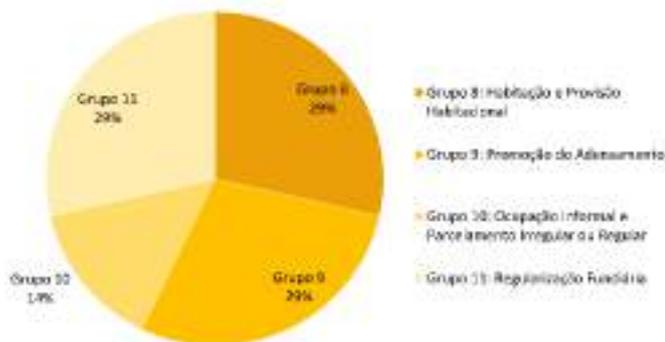
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 436** o Grupo 8, que trata de Habitação e Provisão Habitacional, o Grupo 9 que trata de Promoção do Adensamento e o Grupo 11, relacionado a Regularização Fundiária tiveram as maiores incidências nas contribuições da população, os três representando 29% das ocorrências. Em seguida,



o Grupo 10, que aborda Ocupação Informal e Parcelamento Irregular, aparece representando 14% das ocorrências.

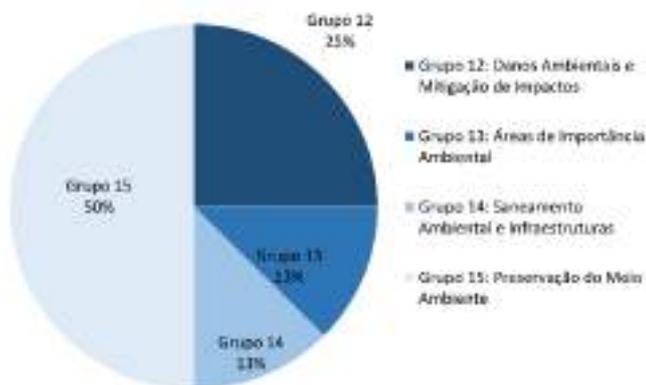
Gráfico 436 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (Região Metropolitana)



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 437**, o Grupo 15, que trata da Preservação do Meio Ambiente, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 50% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 12, que se refere aos Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, aparece representando 25% das ocorrências. O Grupo 14, relacionado a Saneamento Ambiental e Infraestruturas, e o Grupo 13, que aborda Áreas de Importância Ambiental, representam 13% das ocorrências cada um.

Gráfico 437 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (Região Metropolitana)

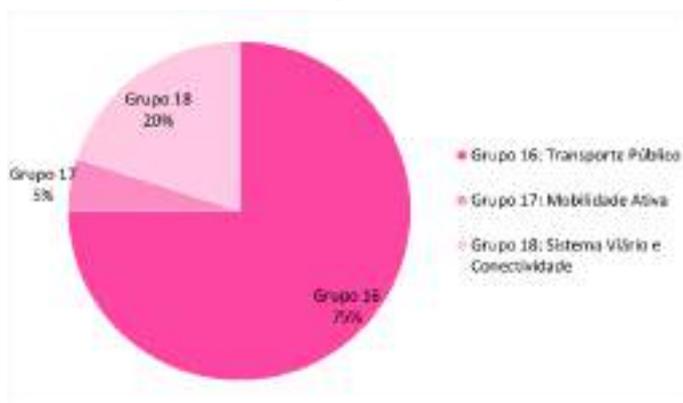


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 438**, o Grupo 16, que trata de Transporte Público, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 75% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 18, que se refere ao Sistema Viário e Conectividade, aparece representando 20% das ocorrências. Já o Grupo 17, relacionado a Mobilidade Ativa, representa 5% das ocorrências.

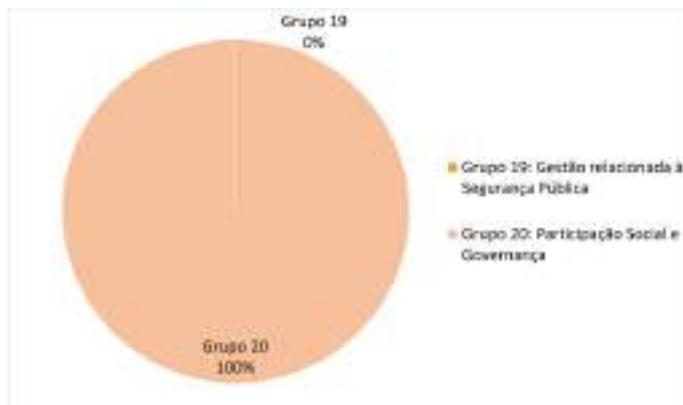
Gráfico 438 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (Região Metropolitana)



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 439**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 100% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada a Segurança Pública, não obteve ocorrências.

Gráfico 439 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Região Metropolitana)

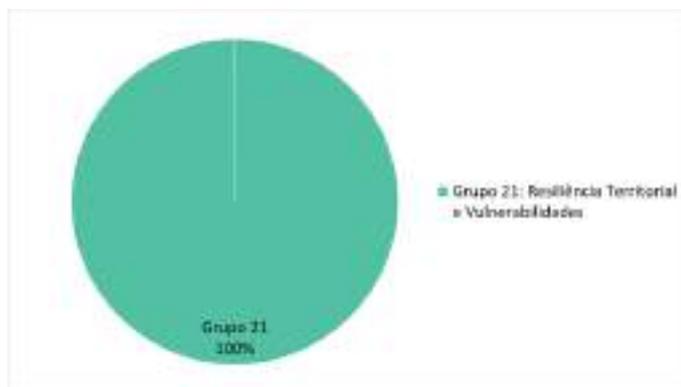


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 440** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

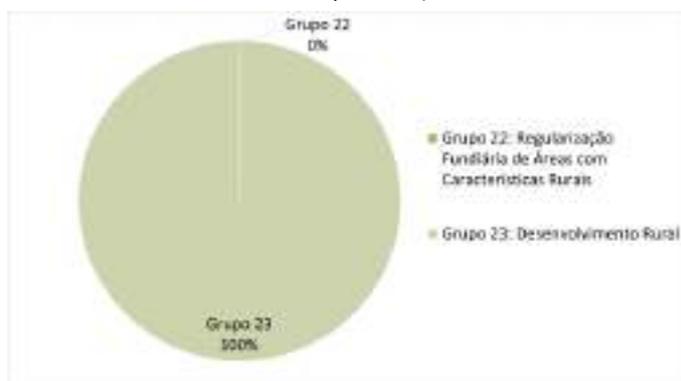
Gráfico 440 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (Região Metropolitana)



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 441**, o Grupo 23, que trata de Desenvolvimento Rural, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 100% das ocorrências. Já o Grupo 22, que se refere à Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, representa não obteve ocorrências.

Gráfico 441 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (Região Metropolitana).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 140**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 140– Ocorrências de Problemáticas – Região Metropolitana.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 9	Há demandas relacionadas a promoção do adensamento.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



7.3.7 21ª Oficina Participativa: Transporte e Mobilidade Urbana

Quadro 141 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Transporte e Mobilidade Urbana.

Data da Oficina Participativa:	15/08/2023
Local da Oficina Participativa:	Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar
Quantidade de participantes:	46 (População) 24 (Técnicos GDF)
Dinâmica:	Pontos no mapa
Quantidade de grupos (dinâmica):	05

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 53 – Fotografias da Oficina Participativa – Transporte e Mobilidade Urbana.



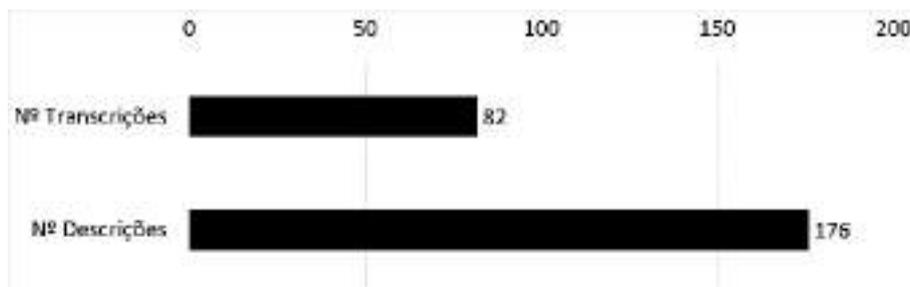
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A **21ª Oficina Participativa – Transporte e Mobilidade Urbana** ocorreu no dia 15/08/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 19h às 21h, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, e contou com 70 pessoas no total, que foram divididas em 05 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.



A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa do Segmento Transporte e Mobilidade Urbana. Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 442** tais contribuições, resultaram em 82 transcrições e 176 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.

Gráfico 442 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Transporte e Mobilidade Urbana).



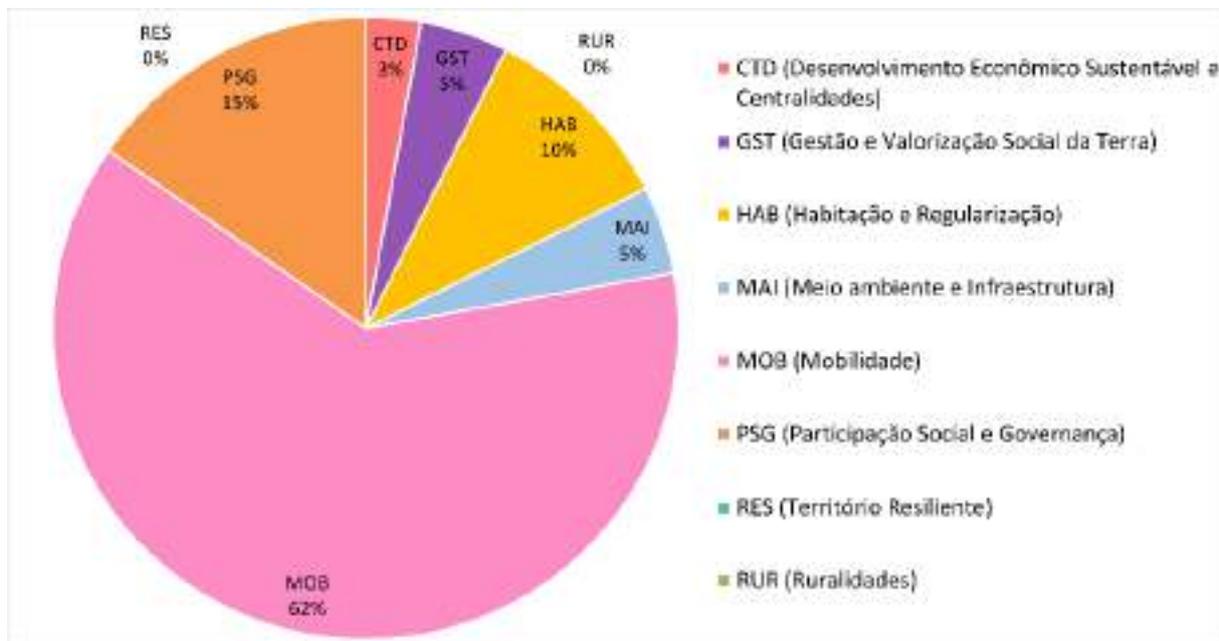
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 443** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Mobilidade, representando 62% das ocorrências; Participação Social e Governança, representando 15% das ocorrências; e Habitação e Regularização, representando 10% das ocorrências.



Gráfico 443 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Transporte e Mobilidade Urbana).

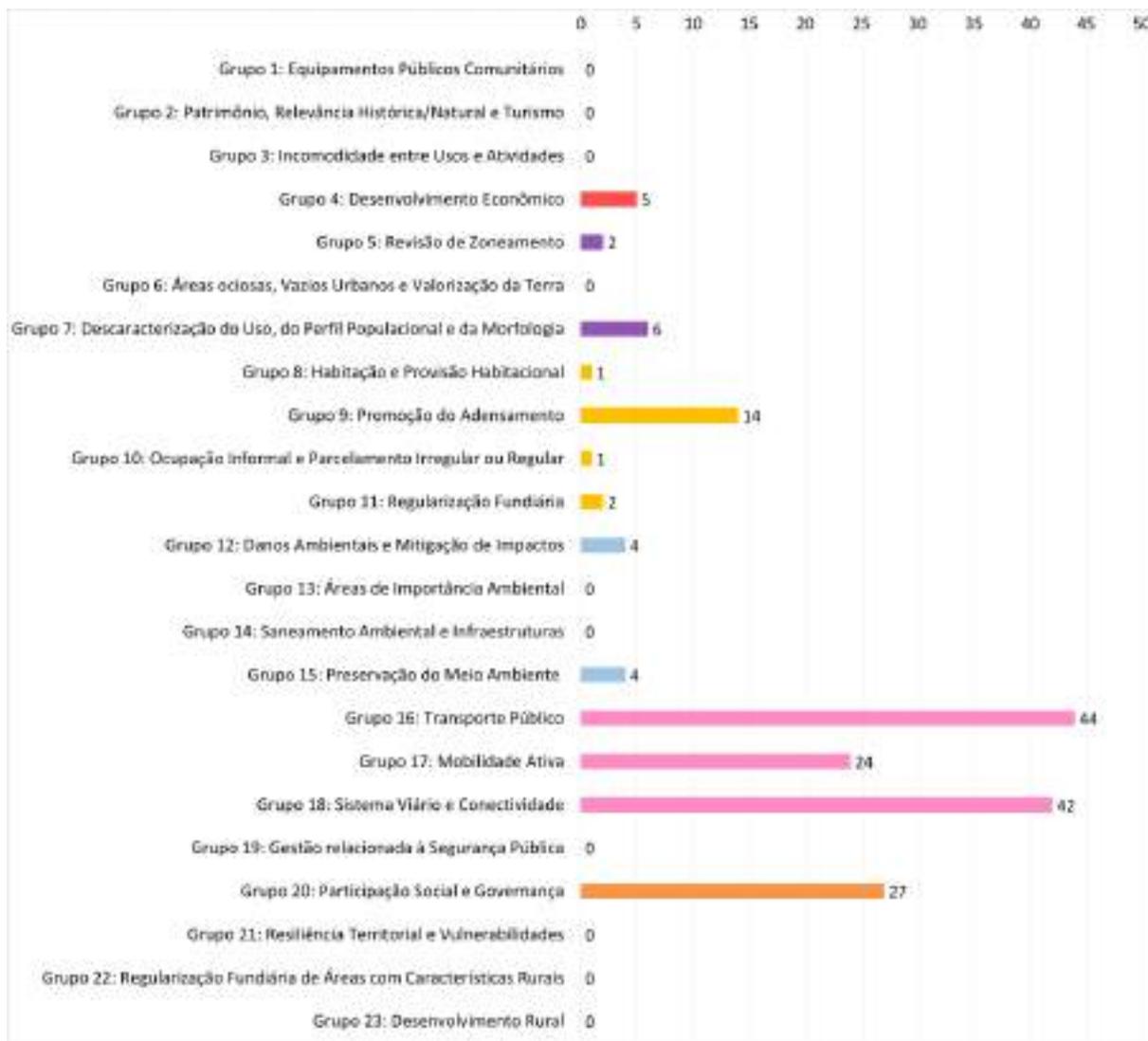


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 444**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 16 (Transporte Público), que pertence ao Eixo Mobilidade, com 44 ocorrências; Grupo 18 (Sistema Viário e Conectividade), que pertence ao Eixo Mobilidade, com 42 ocorrências; e Grupo 20 (Participação Social e Governança), que pertence ao Eixo Participação Social e Governança, com 27 ocorrências.



Gráfico 444 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Transporte e Mobilidade Urbana).

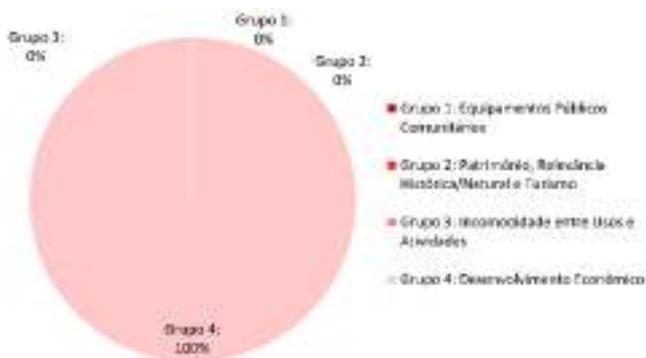


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 445**, o Grupo 4, que trata de Desenvolvimento Econômico, englobou todas as contribuições da população, representando 100% das ocorrências. O Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), o Grupo 3 (Incomodidade entre Usos e Atividades) e o Grupo 2 (Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo), não apresentaram ocorrências.



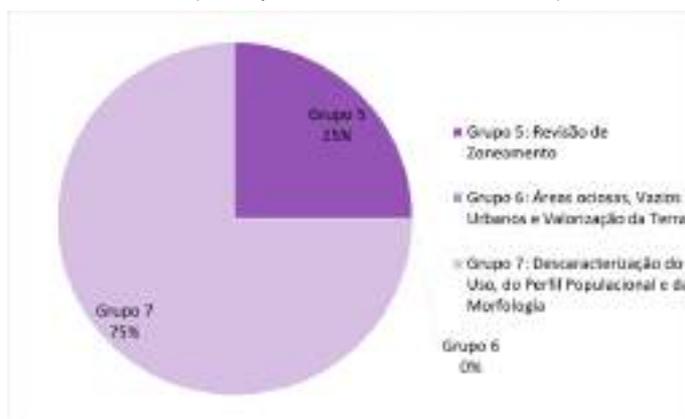
Gráfico 445 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Transporte e Mobilidade Urbana).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 446** o Grupo 7, que trata da Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 75% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 5, que se refere à Revisão de Zoneamento, aparece representando 25% das ocorrências. Já o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, não apresentou ocorrências.

Gráfico 446 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (Transporte e Mobilidade Urbana).



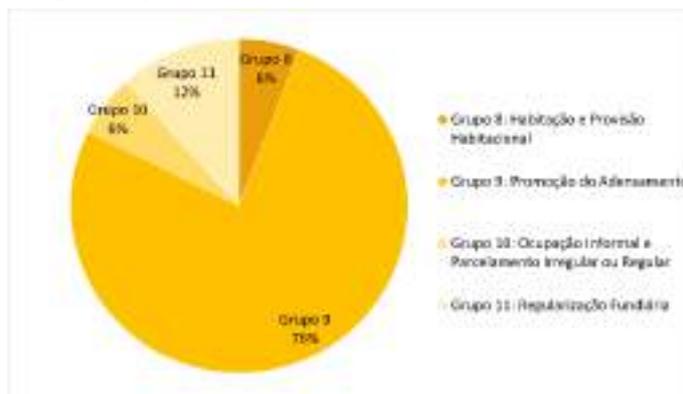
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 447** o Grupo 9, que trata de Promoção do Adensamento, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 76% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 11, que se refere à Regularização Fundiária, aparece representando 12% das ocorrências. O Grupo 10,



relacionado a Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, e o Grupo 8, que aborda a Habitação e Provisão Habitacional, ambos representam 6% das ocorrências.

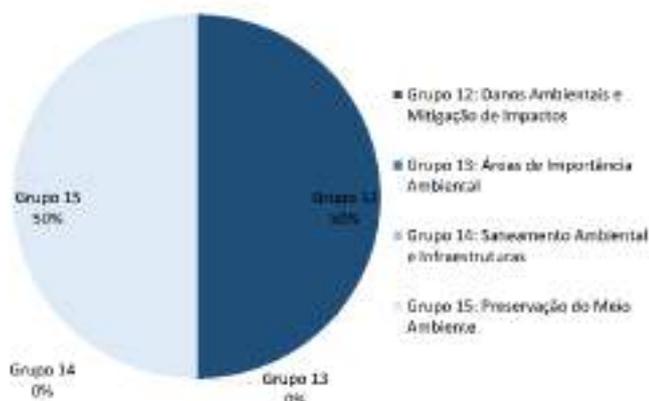
Gráfico 447 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (Transporte e Mobilidade Urbana).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 448**, o Grupo 12, que trata das Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, e o Grupo 15, que se refere ao Preservação do Meio Ambiente, ambos os grupos representam 50% das ocorrências. O Grupo 14 (Saneamento Ambiental e Infraestruturas), e o Grupo 13 (Áreas de Importância Ambiental), não apresentaram ocorrências.

Gráfico 448 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (Transporte e Mobilidade Urbana).



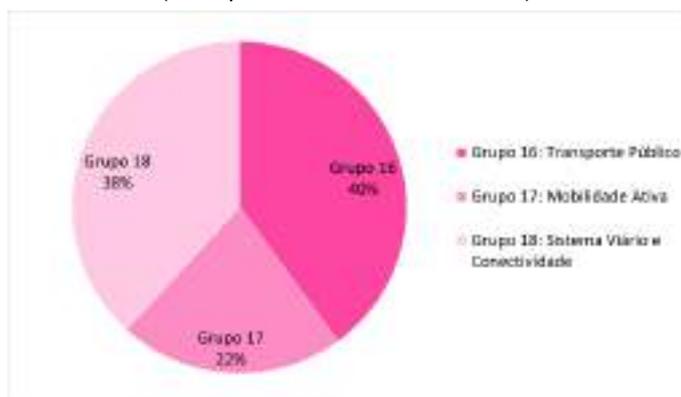
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 449**, o Grupo 16, que trata de Transporte Público, teve a maior incidência nas contribuições da população,



representando 40% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 18, que se refere ao Sistema Viário e Conectividade, aparece representando 38% das ocorrências. Já o Grupo 17, relacionado a Mobilidade Ativa, representa 22% das ocorrências.

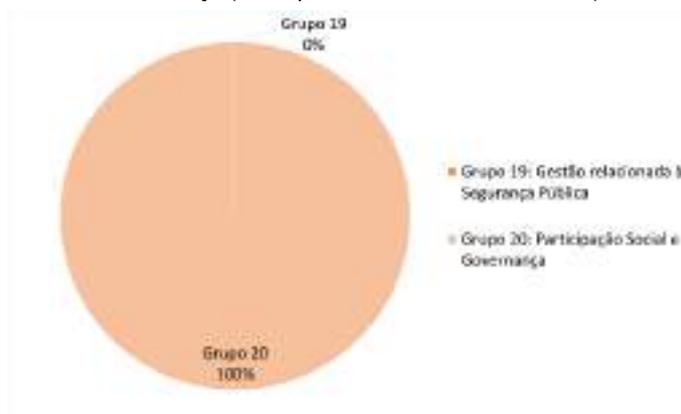
Gráfico 449 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (Transporte e Mobilidade Urbana).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 450**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, engloba todas as contribuições da população, representando 100% das ocorrências. Já o Grupo 19 (Gestão Relacionada a Segurança Pública) não apresentou ocorrências.

Gráfico 450 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Transporte e Mobilidade Urbana).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

O Eixo Território Resiliência não apresentou ocorrências nas contribuições da população coletadas durante a Oficina Participativa de Segmentos Transporte e Mobilidade Urbana.



O Eixo Ruralidades não apresentou ocorrências nas contribuições da população coletadas durante a Oficina Participativa de Segmentos Transporte e Mobilidade Urbana.

A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 142**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 142 – Ocorrências de Problemáticas – (Transporte e Mobilidade Urbana).

Código	Problemática
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 9	Há demandas relacionadas a promoção do adensamento.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.3.8 22ª Oficina Participativa: Pessoas com Deficiência

Quadro 143 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Pessoas com Deficiência.

Data da Oficina Participativa:	17/08/2023
Local da Oficina Participativa:	Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar
Quantidade de participantes:	18 (População) 17 (Técnicos GDF)
Dinâmica escolhida pelo CGP:	Roda de conversa
Quantidade de grupos (dinâmica):	-

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



Figura 54 – Fotografias da Oficina Participativa – Pessoas com Deficiência.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A **22ª Oficina Participativa – Pessoas com Deficiência** ocorreu no dia 17/08/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 19h às 21h, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, e contou com 35 pessoas no total. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa do Segmento Pessoas com Deficiência. Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 451** tais contribuições, resultaram em 20 transcrições e 64 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.



Gráfico 451 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Pessoas com Deficiência).



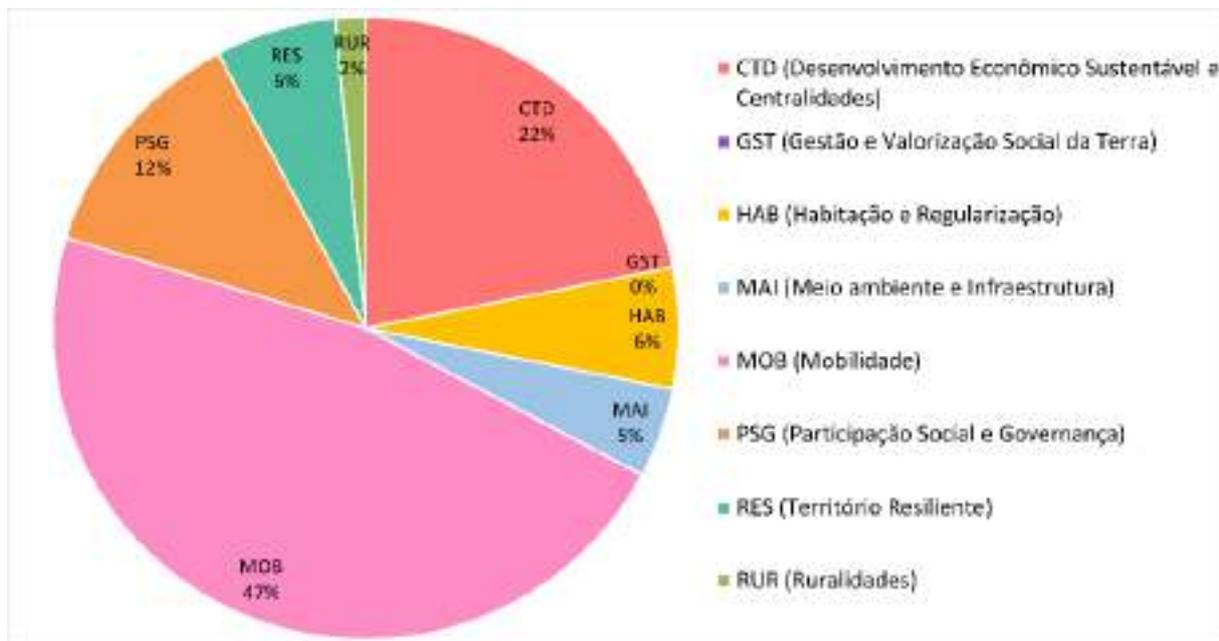
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 452** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Mobilidade, representando 47% das ocorrências; Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 22% das ocorrências; e Eixo Participação Social e Governança, representando 12% das ocorrências.



Gráfico 452 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Pessoas com Deficiência).

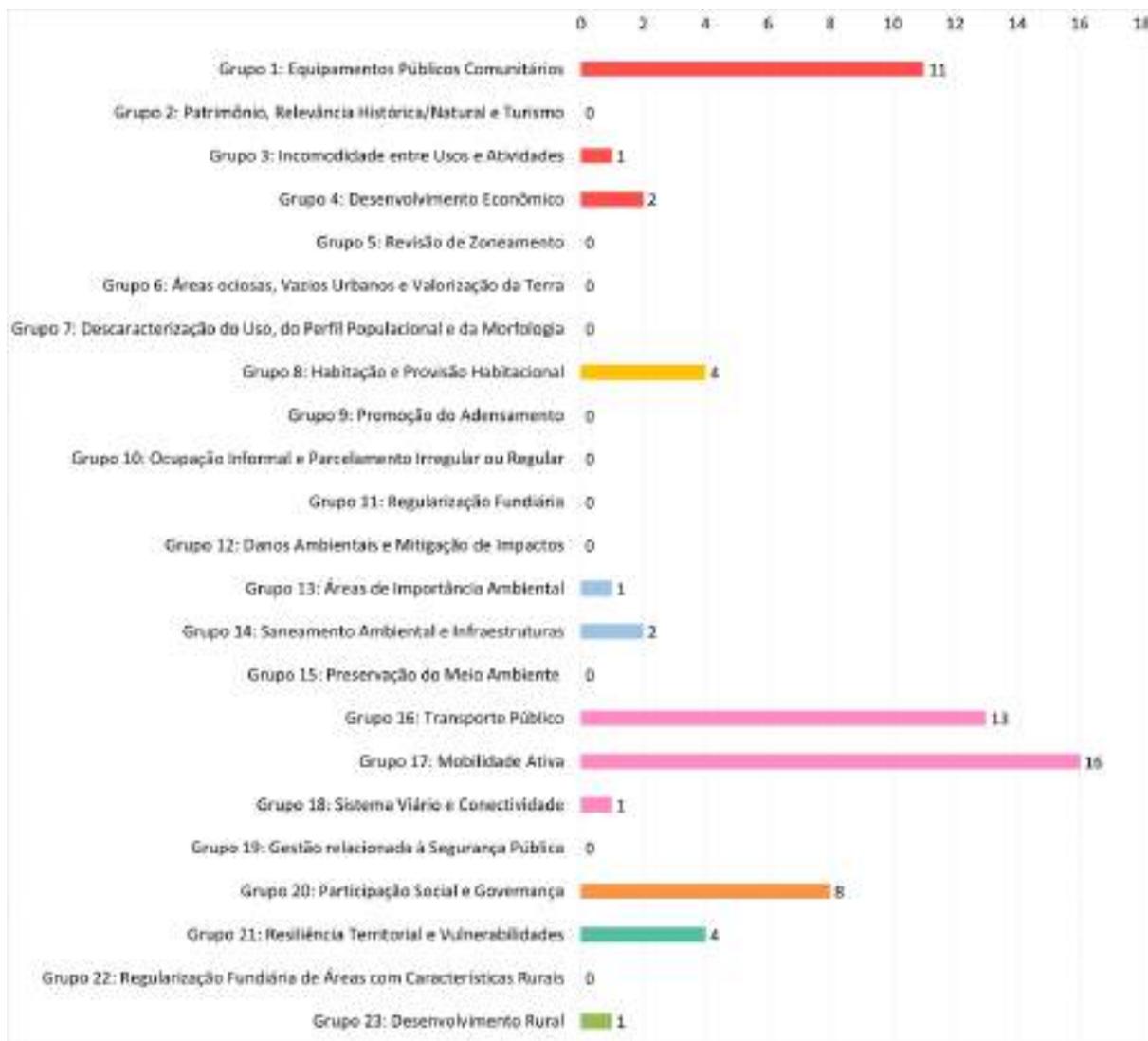


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 453**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 17 (Mobilidade Ativa), que pertence ao Eixo Mobilidade, com 16 ocorrências; o Grupo 16 (Transporte Público), que pertence ao Eixo Mobilidade, com 13 ocorrências. Já o Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), pertencente ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 11 ocorrências. O Eixo Gestão e Valorização Social da Terra não apresentou ocorrências nas contribuições da população coletadas durante a Oficina Participativa de Pessoas com Deficiência.



Gráfico 453 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Pessoas com Deficiência).

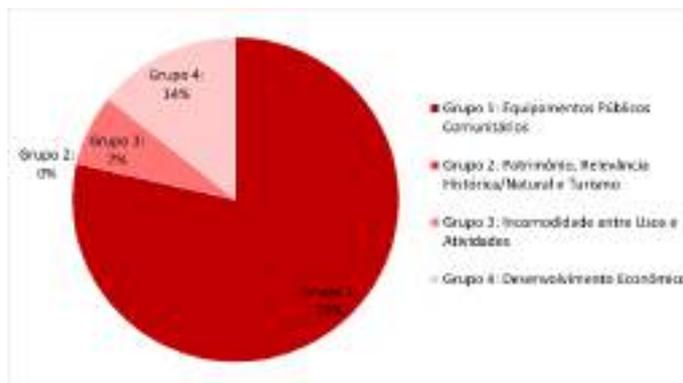


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 454**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 79% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 14% das ocorrências. O Grupo 3, relacionado a Incomodidade entre Usos e Atividades, representa 7% das ocorrências, enquanto o Grupo 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, não apresentou ocorrências.



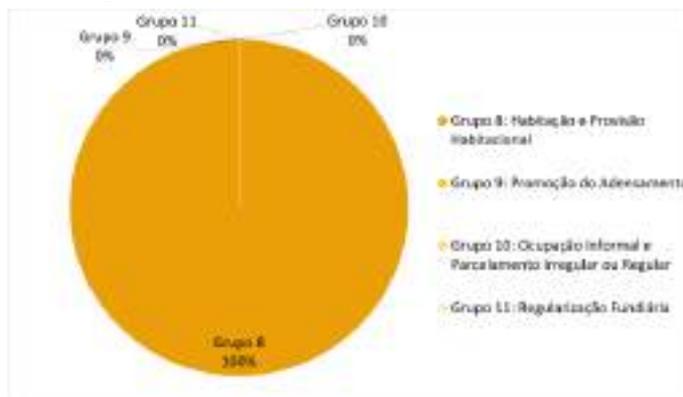
Gráfico 454 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Pessoas com Deficiência).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 455** o Grupo 8, que trata de Habitação e Provisão Habitacional, teve 100% de incidência nas contribuições da população. O Grupo 9, que se refere à Promoção do Adensamento, o Grupo 10, relacionado a Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, e o Grupo 11, que aborda Regularização Fundiária, não apresentaram ocorrências.

Gráfico 455 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (Pessoas com Deficiência).



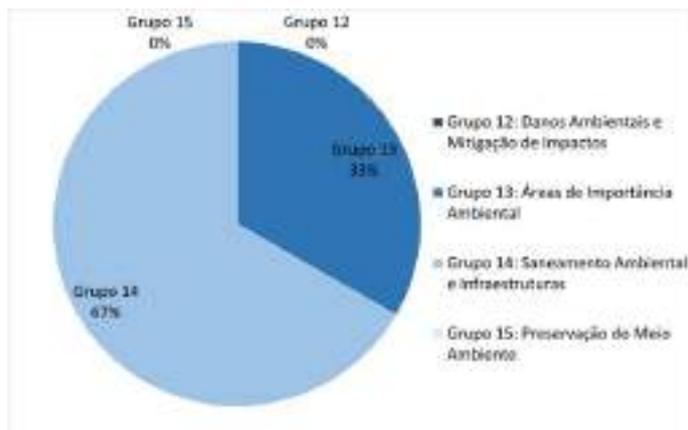
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 456**, o Grupo 14, que trata de Saneamento Ambiental e Infraestruturas, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 67% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 13, que se refere às Áreas de Importância Ambiental, aparece representando 33% das ocorrências. O Grupo 15,



relacionado a Preservação do Meio Ambiente, e o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, não apresentaram ocorrências.

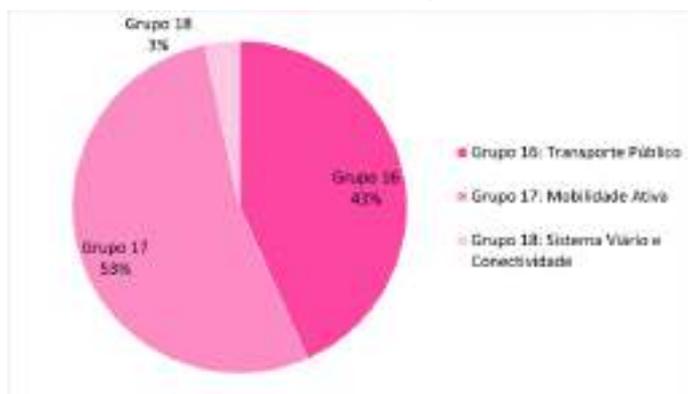
Gráfico 456 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (Pessoas com Deficiência).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 457**, o Grupo 17, que trata de Mobilidade Ativa, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 53% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 16, que se refere ao Transporte Público, aparece representando 43% das ocorrências. Já o Grupo 18, relacionado ao Sistema Viário e Conectividade, aparece representando 3% das ocorrências.

Gráfico 457 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (Pessoas com Deficiência).



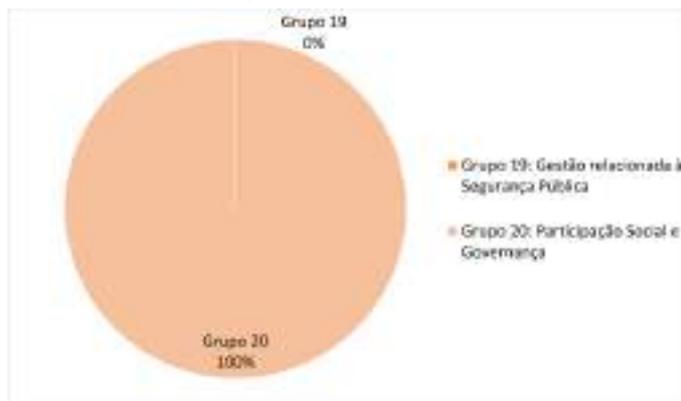
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 458**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas



contribuições da população, representando 100% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada a Segurança Pública, não apresentou ocorrências.

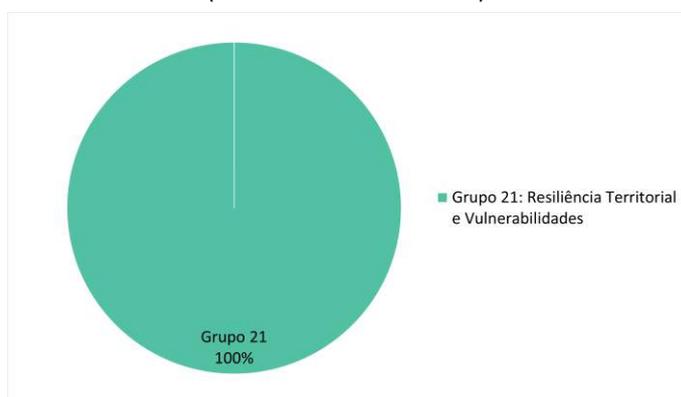
Gráfico 458 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Pessoas com Deficiência).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 459** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

Gráfico 459 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (Pessoas com Deficiência).



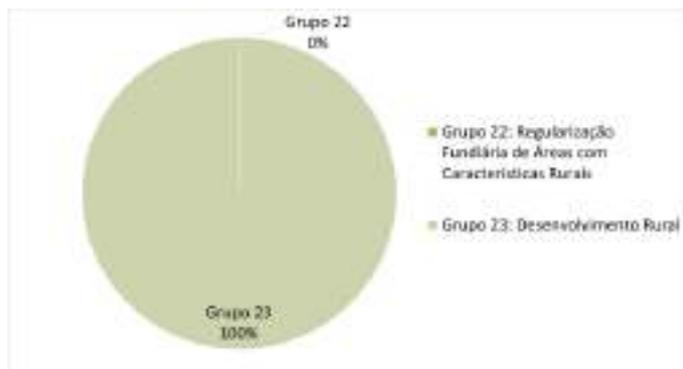
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 460**, o Grupo 23, que trata de Desenvolvimento Rural, teve a maior incidência nas contribuições da população,



representando 100% das ocorrências. Já o Grupo 22, que se refere à Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, não apresentou ocorrências.

Gráfico 460 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (Pessoas com Deficiência).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 144**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 144– Ocorrências de Problemáticas – Pessoas com Deficiência.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



7.3.9 26ª Oficina Participativa: Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Democratização do Acesso à Terra

Quadro 145 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Democratização do Acesso à Terra.

Data da Oficina Participativa:	29/08/2023
Local da Oficina Participativa:	Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar
Quantidade de participantes:	42 (População) 23 (Técnicos GDF)
Dinâmica:	Pontos no mapa
Quantidade de grupos (dinâmica):	04

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 55 – Fotografias da Oficina Participativa – Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Democratização do Acesso à Terra.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A 26ª Oficina Participativa – Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Democratização do Acesso à Terra ocorreu no dia 29/08/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 19h às 21h, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, e contou com 65 pessoas no total, que foram divididas em 04 grupos de discussão. É possível



acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa do Segmento Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Democratização do Acesso à Terra. Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 461** tais contribuições, resultaram em 48 transcrições e 106 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.

Gráfico 461 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Democratização do Acesso à Terra).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

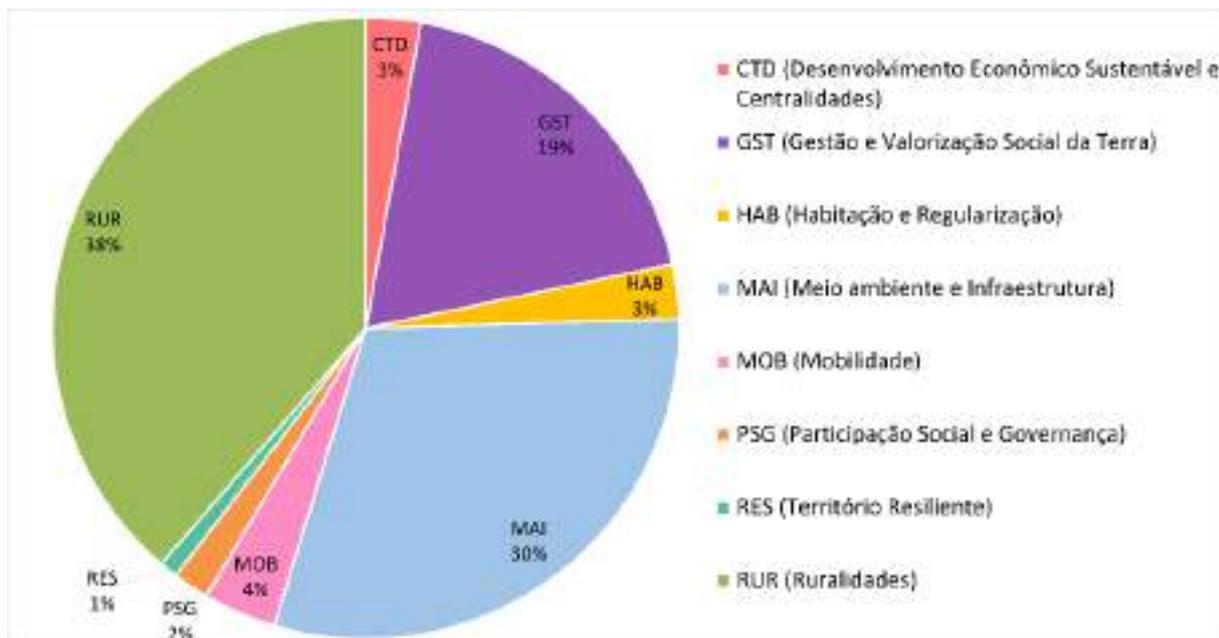
A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 462** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Ruralidades, representando 38% das



ocorrências; Eixo Meio Ambiente e Infraestruturas, representando 30% das ocorrências; e Eixo Gestão e Valorização Social da Terra, representando 19% das ocorrências.

Gráfico 462 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Democratização do Acesso à Terra).

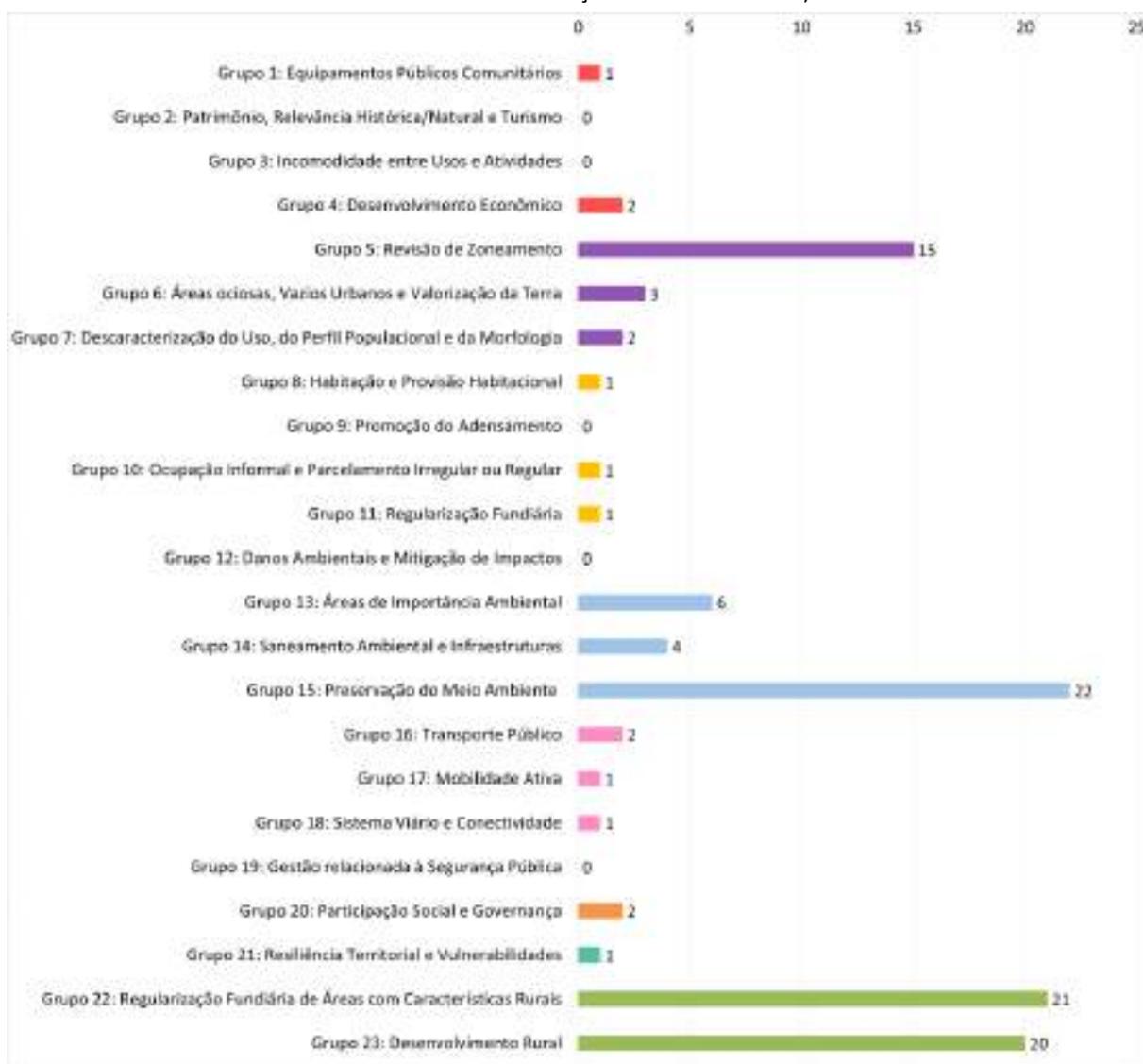


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 463**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 15 (Preservação do Meio Ambiente), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura com 22 ocorrências; Grupo 22 (Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais), que pertence ao Eixo Ruralidades, com 21 ocorrências; e Grupo 23 (Desenvolvimento Rural), também do Eixo Ruralidades, com 20 ocorrências.



Gráfico 463 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Democratização do Acesso à Terra).

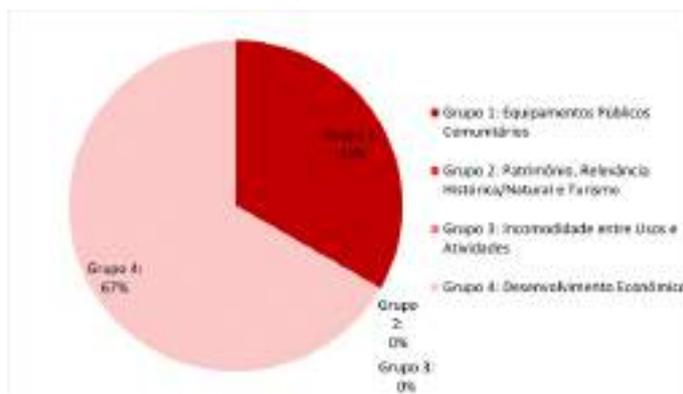


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 464**, O Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 67% das ocorrências. O Grupo 1, que se refere a Equipamentos Públicos Comunitários, aparece representando 33% das ocorrências. Os Grupo 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo e o Grupo 3, referente a Incomodidade entre Usos e Atividades, não obtiveram ocorrências.



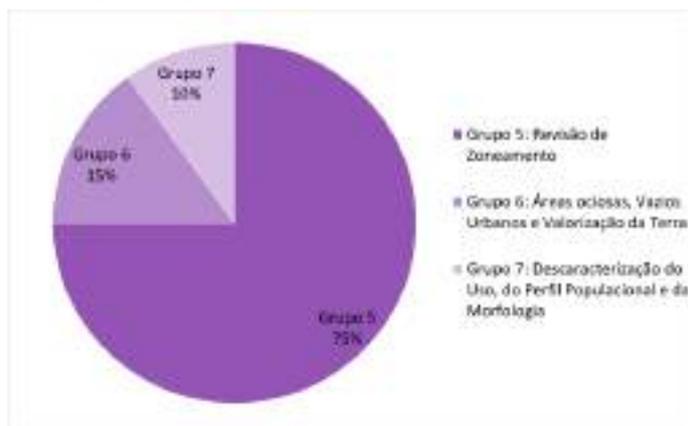
Gráfico 464 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Democratização do Acesso à Terra).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 465** o Grupo 5, que trata da Revisão de Zoneamento, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 75% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 6, que se refere à Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, aparece representando 15% das ocorrências. Já o Grupo 7, relacionado a Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, representa 10% das ocorrências.

Gráfico 465 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Democratização do Acesso à Terra).



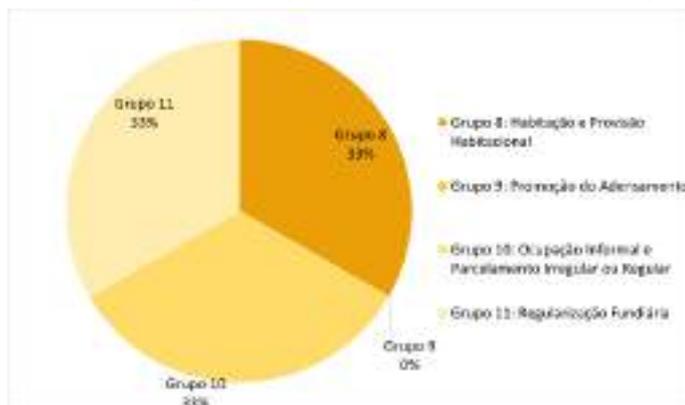
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 466** o Grupo 8, relacionado a Habitação e Provimento Habitacional, e o Grupo 10, que se refere à Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular e o Grupo 11, que trata de Regularização



Fundiária, tiveram igual incidência nas contribuições da população, representando 33% das ocorrências cada um. O Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, não apresentou ocorrências.

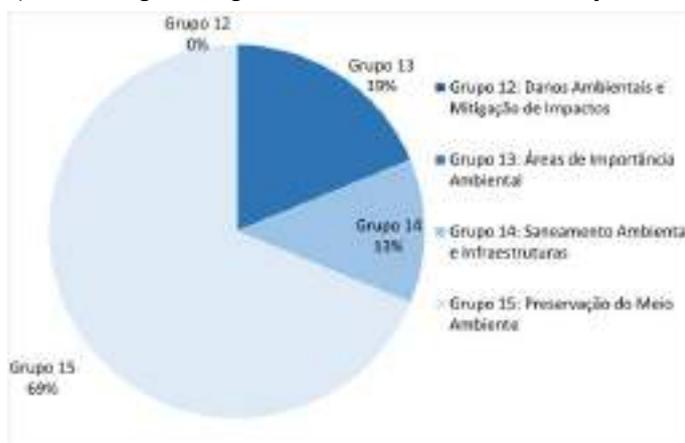
Gráfico 466 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Democratização do Acesso à Terra).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 467**, o Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 69% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 13, que se refere às Áreas de Importância Ambiental, aparece representando 19% das ocorrências. O Grupo 14, relacionado a Saneamento Ambiental e Infraestruturas, representa 13% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, não apresentou ocorrências.

Gráfico 467 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Democratização do Acesso à Terra).

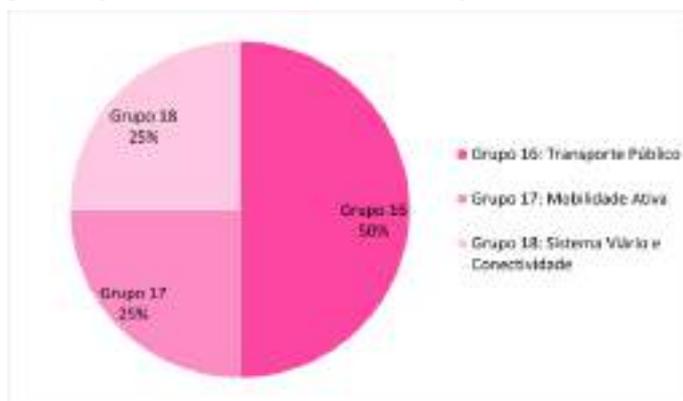


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 468**, o Grupo 16, que trata de Transporte Público, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 50% das ocorrências. Em seguida, tanto o Grupo 17, que se refere à Mobilidade Ativa, quanto o Grupo 18, relacionado a Sistema Viário e Conectividade, apresentaram a mesma incidência, representando 20% das ocorrências.

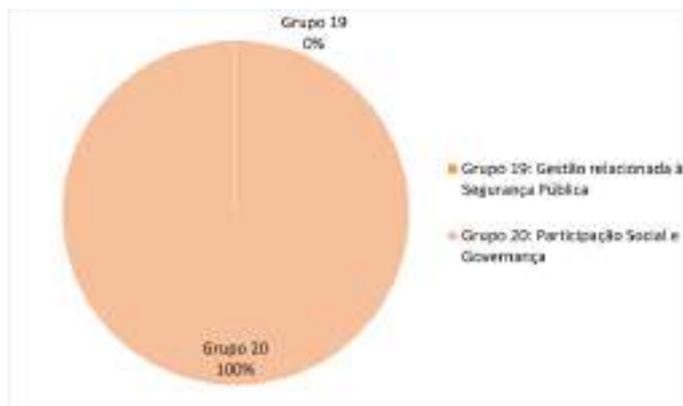
Gráfico 468 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Democratização do Acesso à Terra).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 469**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 100% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada à Segurança Pública, não apresentou ocorrências.

Gráfico 469 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Democratização do Acesso à Terra).

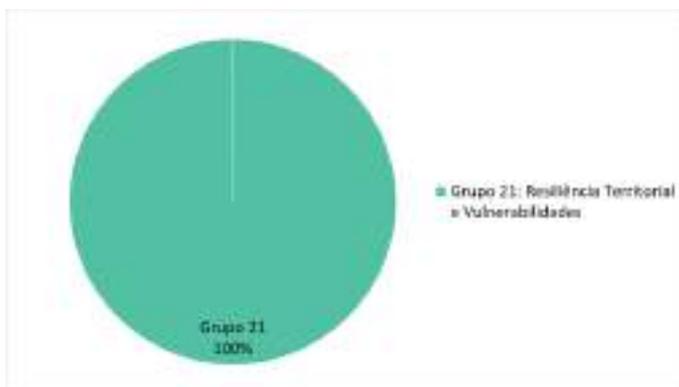


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 470** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

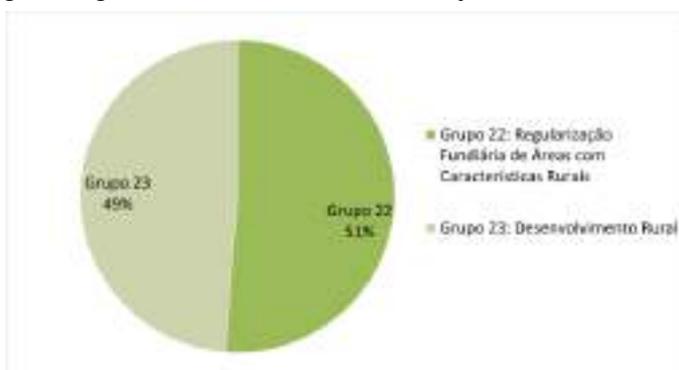
Gráfico 470 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Democratização do Acesso à Terra).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 471**, o Grupo 22, que se refere à Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 51% das ocorrências. Já o Grupo 23, que trata de Desenvolvimento Rural, representa 49% das ocorrências.

Gráfico 471 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Democratização do Acesso à Terra).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 146**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 146 – Ocorrências de Problemáticas – Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Democratização do Acesso à Terra.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.3.10 29ª Oficina Participativa: Migrantes, Imigrantes, Apátridas e Refugiados

Quadro 147 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Migrantes, Imigrantes, Apátridas e Refugiados.

Data da Oficina Participativa:	12/09/2023
Local da Oficina Participativa:	Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar
Quantidade de participantes:	15 (População) 18 (Técnicos GDF)
Dinâmica:	Seminário
Seminaristas indicados pelo CGP	Rafael Peria de Melo, Vanuza Nunes, Eliane Alves Silva e João Cadore

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



Figura 56 – Fotografias da Oficina Participativa – Migrantes, Imigrantes, Apátridas e Refugiados.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A **29ª Oficina Participativa – Migrantes, Imigrantes, Apátridas e Refugiados** ocorreu no dia 12/09/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 19h às 21h, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, e contou com 33 pessoas no total. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa do Segmento Migrantes, Imigrantes, Apátridas e Refugiados. Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 472** tais contribuições, resultaram em 12 transcrições e 33 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.



Gráfico 472 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Migrantes, Imigrantes, Apátridas e Refugiados).



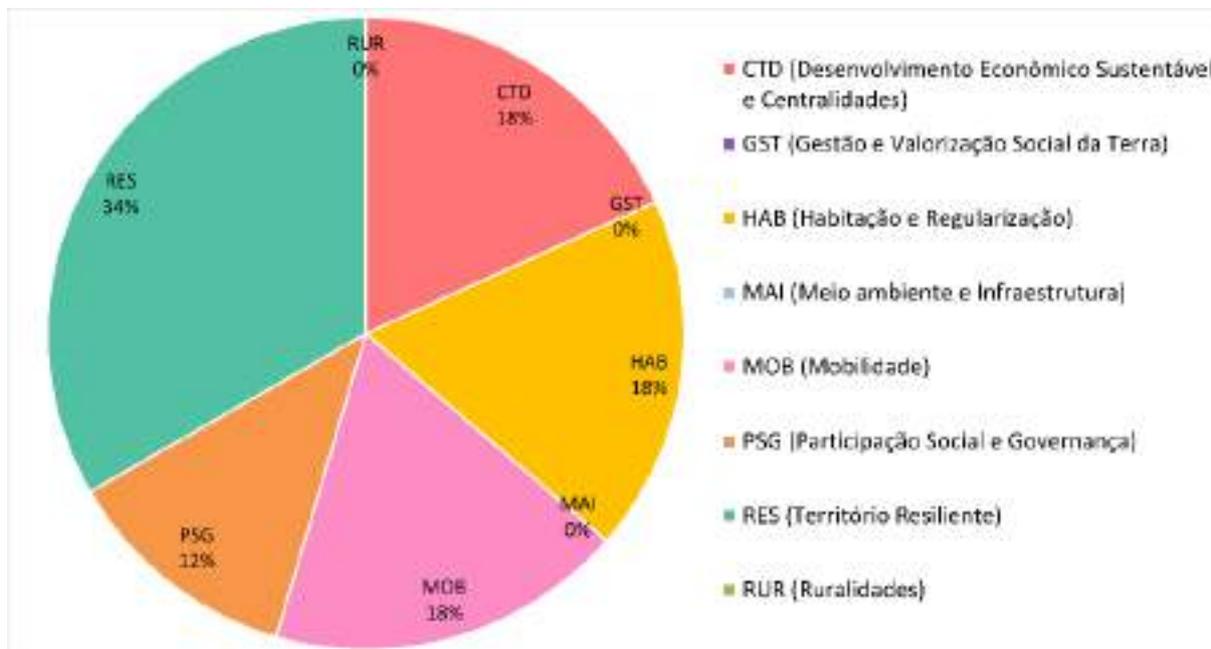
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 473** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Território Resiliente, representando 34% das ocorrências; Eixo Mobilidade, Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, e Eixo Habitação e Regularização Fundiária representando 18% das ocorrências cada.



Gráfico 473 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Migrantes, Imigrantes, Apátridas e Refugiados).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 474**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 11 (Resiliência Territorial e Vulnerabilidades), que pertence ao Eixo Território Resiliente, com 11 ocorrências; Grupo 16 (Transporte Público), que pertence ao Eixo Mobilidade, com 6 ocorrências; e Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades e Grupo 8 (Habitação e Provisão Habitacional), ambos com 4 ocorrências. Os Eixos Gestão e Valorização Social da Terra e Habitação, Ruralidades e Regularização Fundiária não apresentaram ocorrências nas contribuições da população coletadas durante a Oficina Participativa do Segmento de Migrantes, Imigrantes, Apátridas e Refugiados.



Gráfico 474 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Migrantes, Imigrantes, Apátridas e Refugiados).

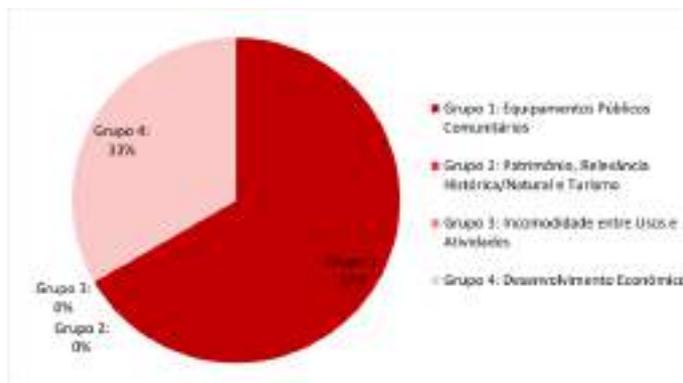


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 475**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 67% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 33% das ocorrências. O Grupo 3, relacionado a Incomodidade entre Usos e Atividades e o Grupo 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, não apresentaram ocorrências.



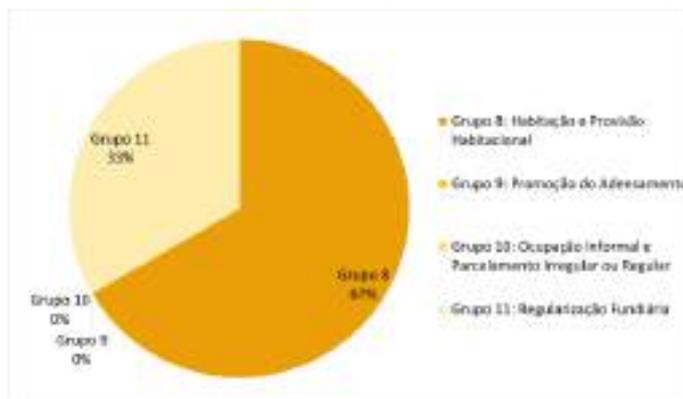
Gráfico 475 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Migrantes, Imigrantes, Apátridas e Refugiados).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 476** o Grupo 8, que trata de Habitação e Provimento Habitacional, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 67% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 11, que se refere à Regularização Fundiária, aparece representando 33% das ocorrências. O Grupo 10, relacionado a Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, e o Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, não apresentaram ocorrências.

Gráfico 476 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (Migrantes, Imigrantes, Apátridas e Refugiados).

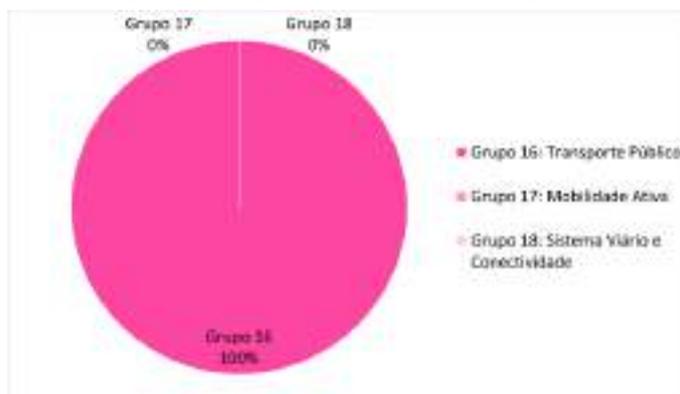


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 477**, o Grupo 16, que trata de Transporte Público, obteve 100% das contribuições da população. Já o Grupo 17, que se refere à Mobilidade Ativa, e o Grupo 18, relacionado a Sistema Viário e Conectividade, não obtiveram ocorrências.



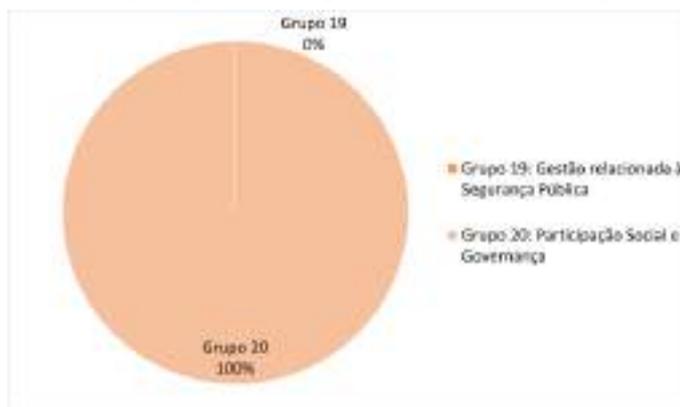
Gráfico 477 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (Migrantes, Imigrantes, Apátridas e Refugiados).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 478**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve 100% de incidência nas contribuições da população. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada a Segurança Pública, não apresentou ocorrências.

Gráfico 478 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Migrantes, Imigrantes, Apátridas e Refugiados).

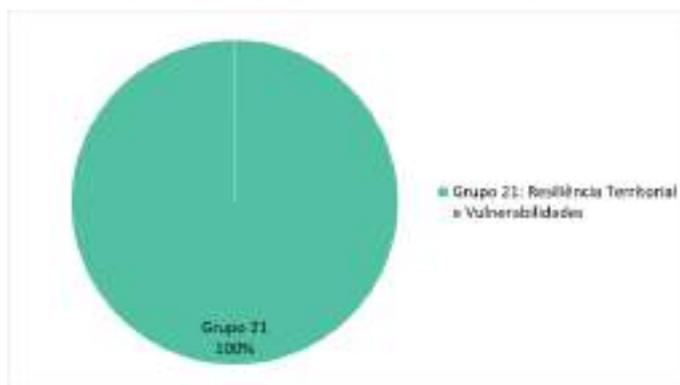


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 479** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.



Gráfico 479 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (Migrantes, Imigrantes, Apátridas e Refugiados).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 148**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 148 – Ocorrências de Problemáticas – Migrantes, Imigrantes, Apátridas e Refugiados.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.3.11 31ª Oficina Participativa: Cultura

Quadro 149 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Cultura.

Data da Oficina Participativa:	21/09/2023
Local da Oficina Participativa:	Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar
Quantidade de participantes:	09 (População) 21 (Técnicos GDF)
Dinâmica:	Seminário
Quantidade de grupos (dinâmica):	Ale Mateus, Rafael Pops e Dayse Hansa

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



Figura 57 – Fotografias da Oficina Participativa – Cultura.



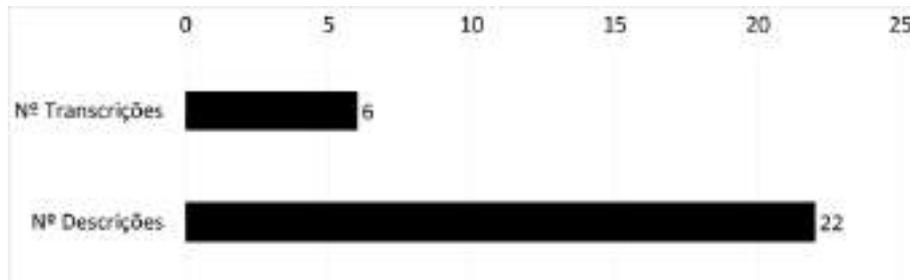
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A **31ª Oficina Participativa – Cultura** ocorreu no dia 21/09/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 19h às 21h, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, e contou com 30 pessoas no total. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa do Segmento Cultura. Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 480** tais contribuições, resultaram em 6 transcrições e 22 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.



Gráfico 480 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Cultura).



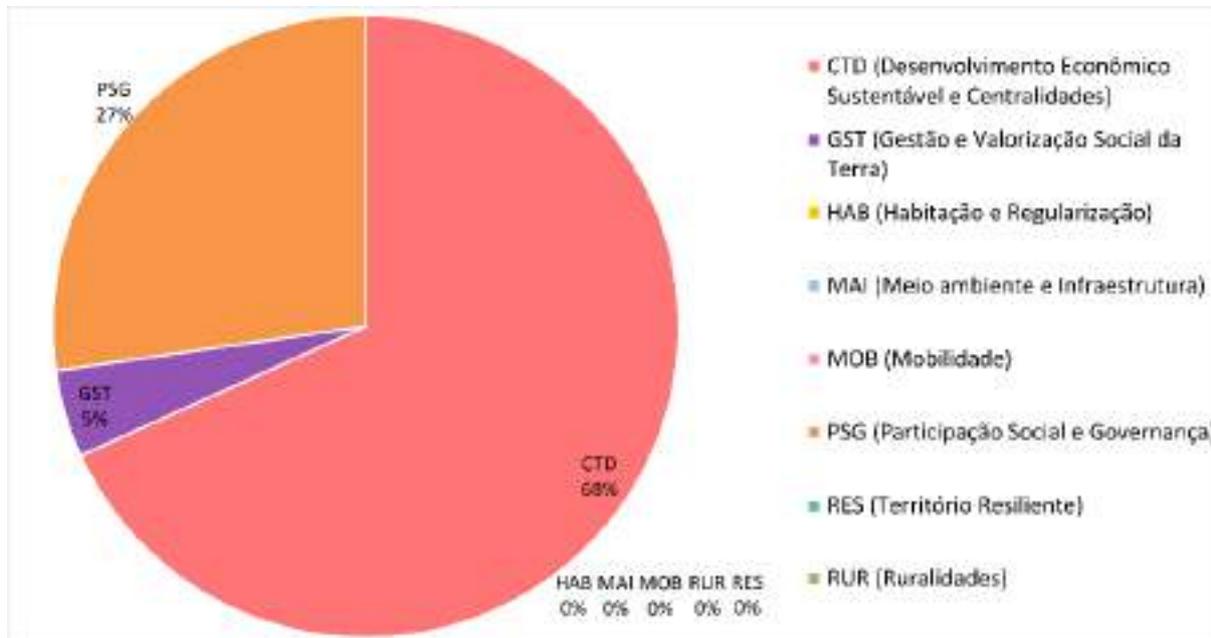
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 481** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 68% das ocorrências; Eixo Participação Social e Governança, representando 27% das ocorrências; e Eixo Gestão Social da Terra, representando 5% das ocorrências.



Gráfico 481 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Cultura).

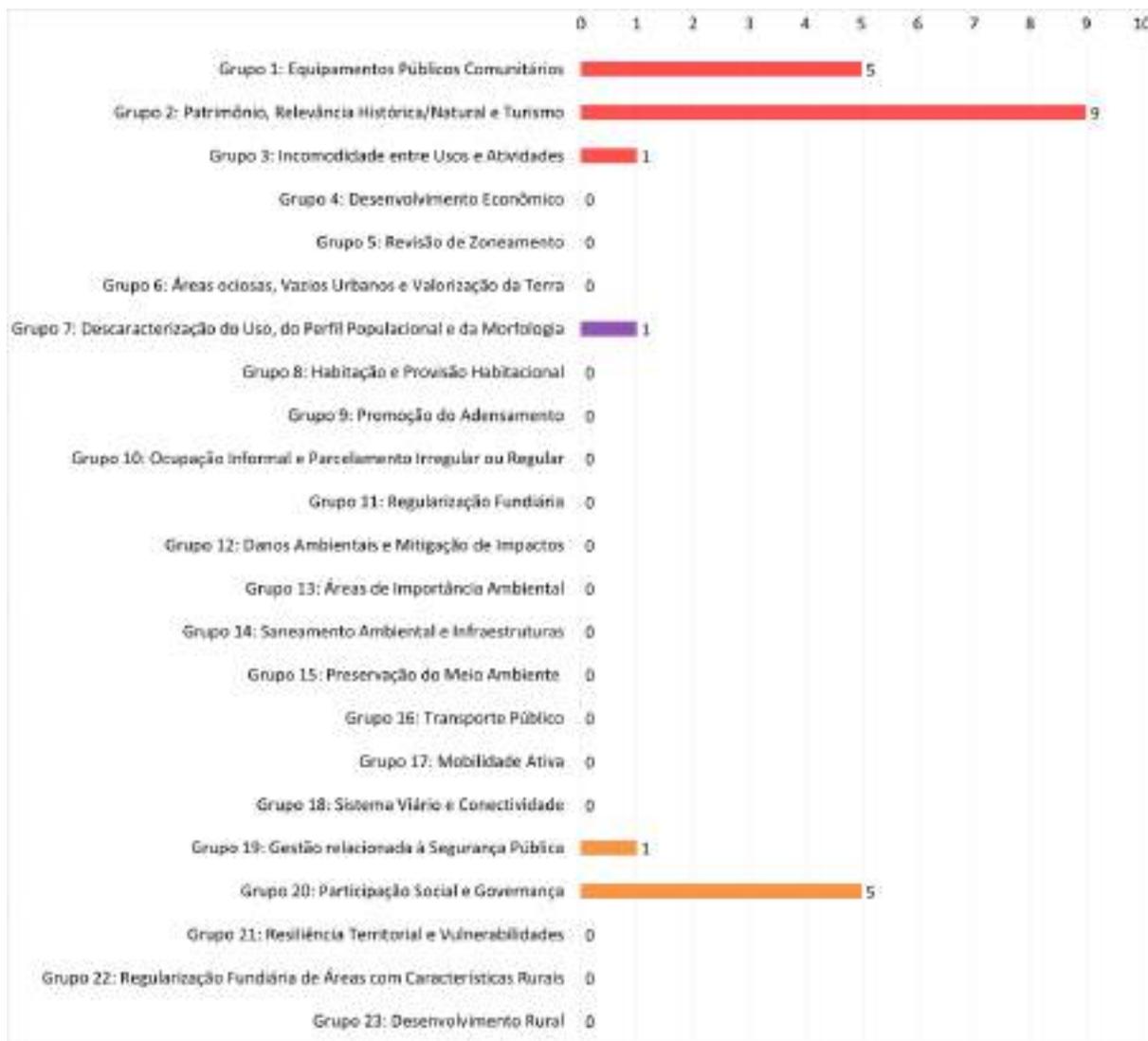


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 482**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 2 (Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 9 ocorrências; o Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades e o Grupo 20 (Participação Social e Governança), que pertence ao Eixo Participação Social e Governança, apresentaram 5 ocorrências, cada. Os Eixos Habitação e Regularização Fundiária, Ruralidades, Território Resiliente, Mobilidade e Meio Ambiente e Infraestrutura não apresentaram ocorrências nas contribuições da população coletadas durante a Oficina Participativa do Seguimento de Cultura.



Gráfico 482 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Cultura).

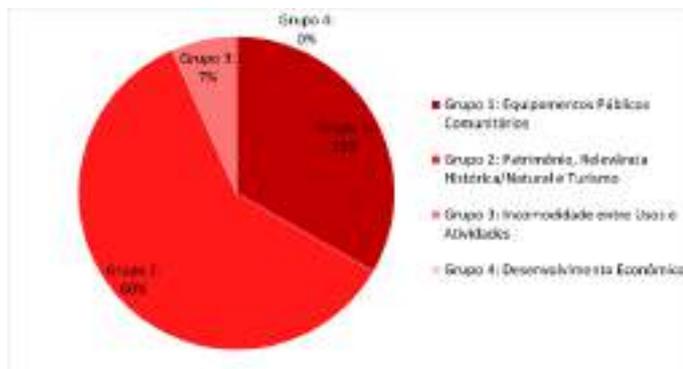


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 483**, o Grupo 2, que trata de Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 60% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 1, que se refere à Equipamentos Públicos Comunitários, aparece representando 33% das ocorrências. O Grupo 3, relacionado a Incomodidade entre Usos e Atividades, representa 7% das ocorrências, enquanto o Grupo 4, que aborda Desenvolvimento Econômico, não apresenta ocorrências.



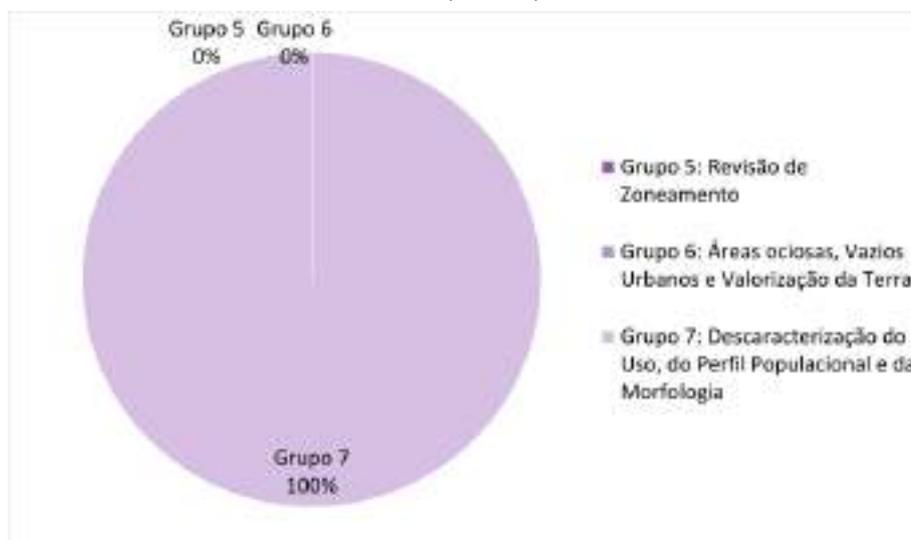
Gráfico 483 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Cultura).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 484**, o Grupo 7, que trata da Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, teve representada 100% das ocorrências. O Grupo 5, que se refere à Revisão de Zoneamento e o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, não apresentam ocorrências.

Gráfico 484 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (Cultura).

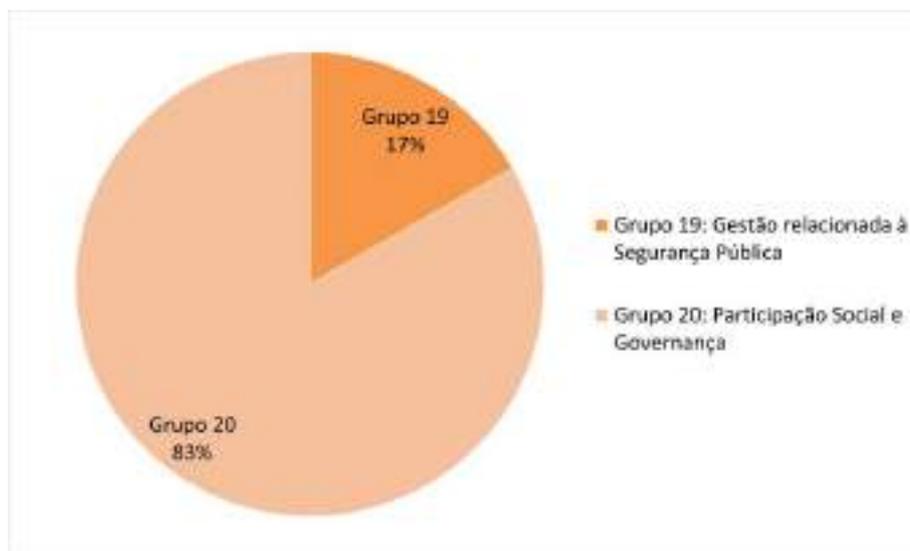


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 485**, o Grupo 20, que trata da Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 83% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada a Segurança Pública, representa 17% das ocorrências.



Gráfico 485 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Cultura).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 150**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 150 – Ocorrências de Problemáticas – Cultura.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.3.12 33ª Oficina Participativa: Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Água

Quadro 151 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Água.

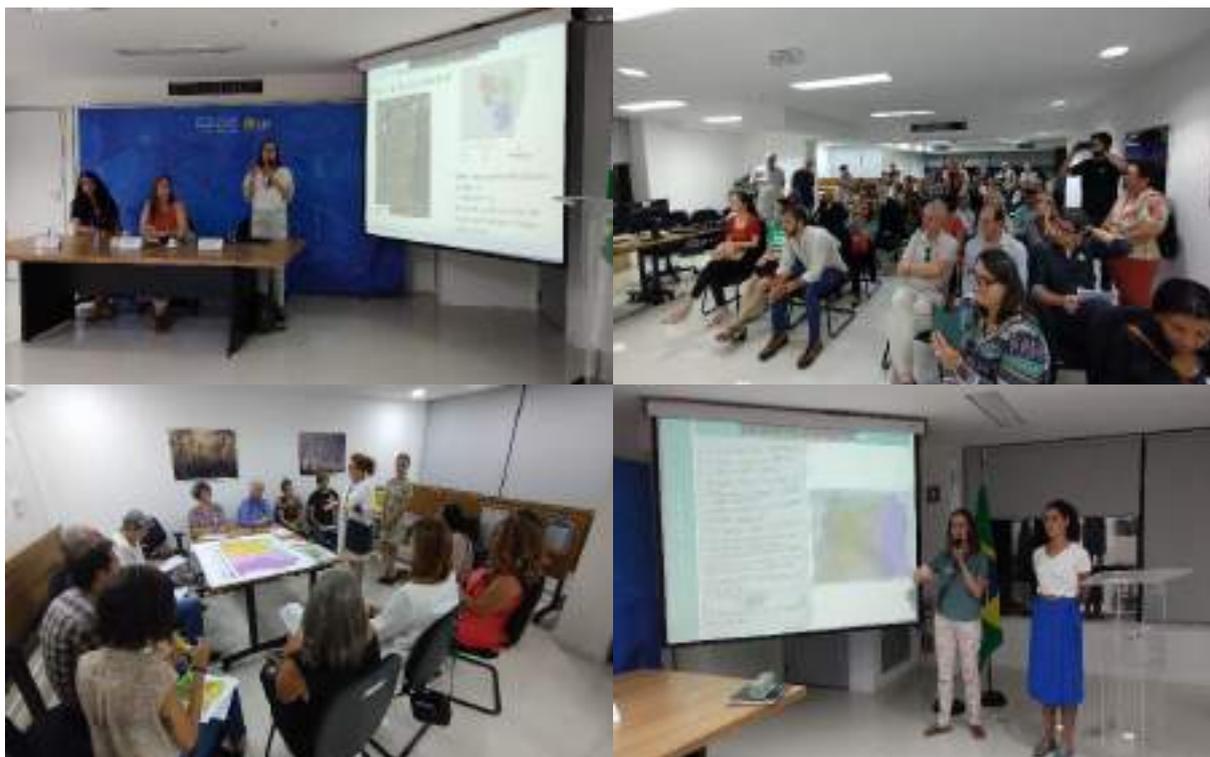
Data da Oficina Participativa:	28/09/2023
Local da Oficina Participativa:	Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar
Quantidade de participantes:	119 (População) 24 (Técnicos GDF)



Dinâmica:	Seminário e pontos no mapa
Quantidade de grupos (dinâmica):	09

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 58 – Fotografias da Oficina Participativa – Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Água.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

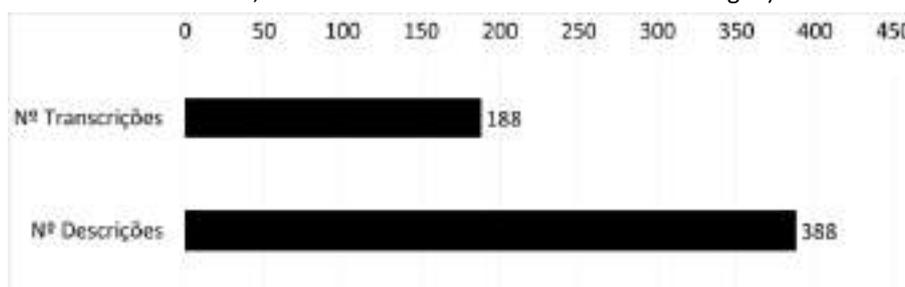
A **33ª Oficina Participativa – Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Água** ocorreu no dia 28/09/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 19h às 21h, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, e contou com 143 pessoas no total, que foram divididas em 9 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa do Segmento Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Água. Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 486** tais contribuições, resultaram em 188 transcrições e 388 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos



Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.

Gráfico 486 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Água).



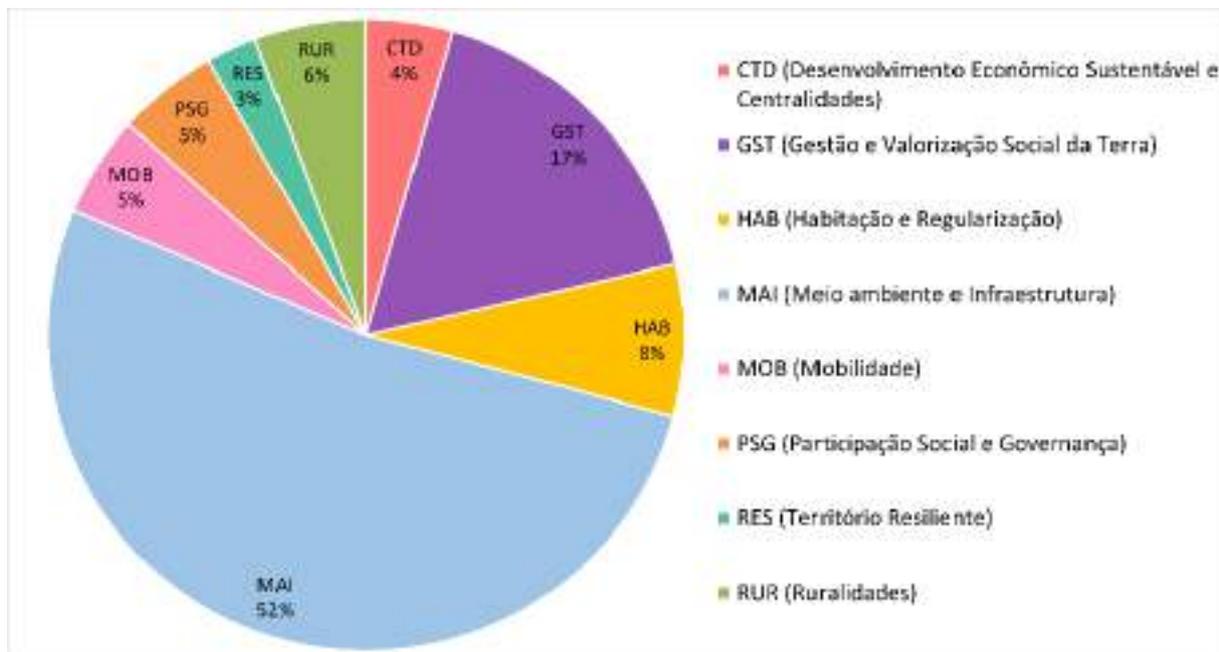
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 487** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 52% das ocorrências; Eixo Gestão e Valorização Social da Terra, representando 17% das ocorrências; e Eixo Habitação e Regularização, representando 8% das ocorrências.



Gráfico 487 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Água).

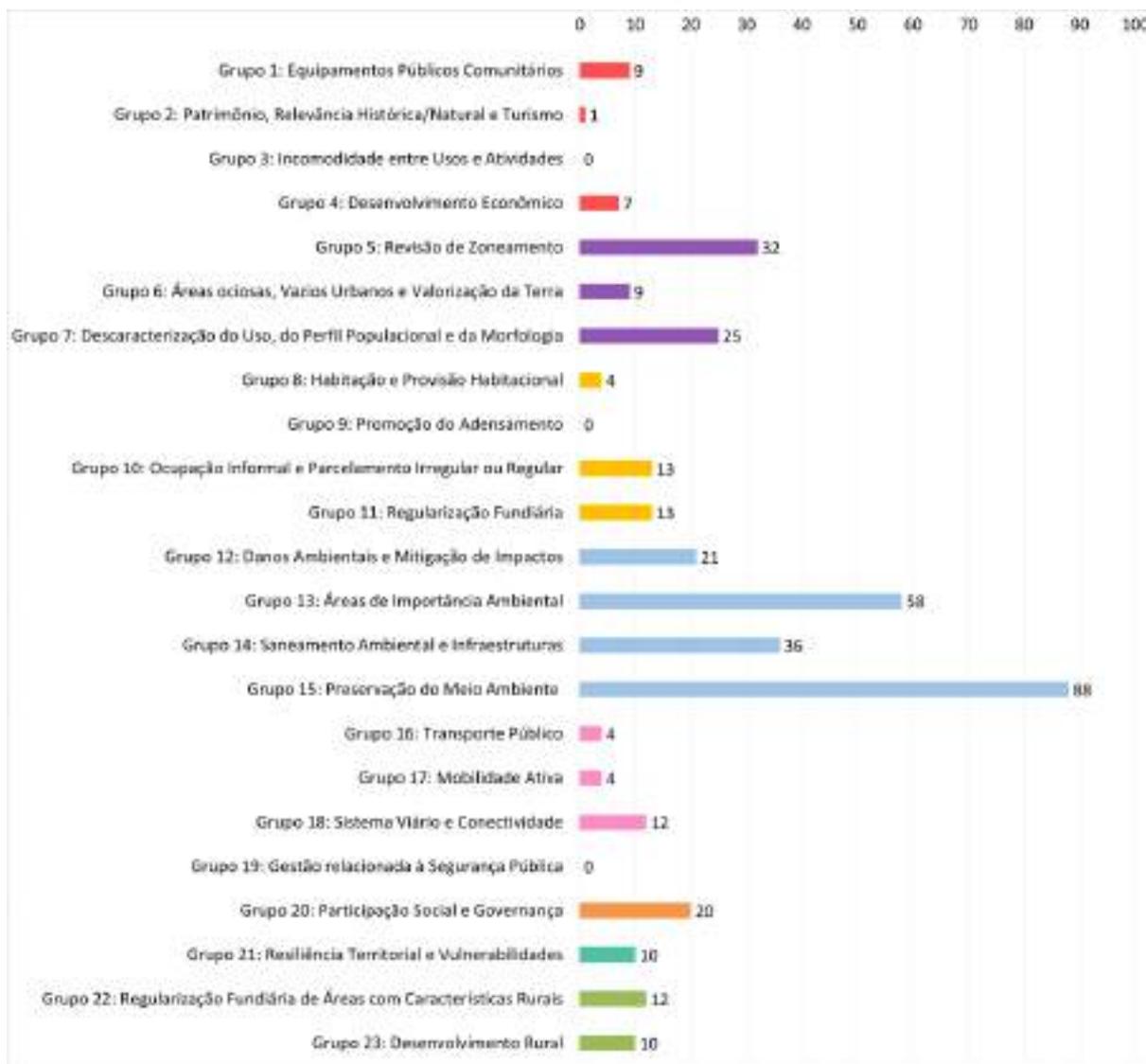


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 488**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 15 (Preservação do Meio Ambiente), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 88 ocorrências; Grupo 13 (Áreas de Importância Ambiental), que também pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 58 ocorrências; e Grupo 14 (Saneamento Ambiental), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 36 ocorrências.



Gráfico 488 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Água).

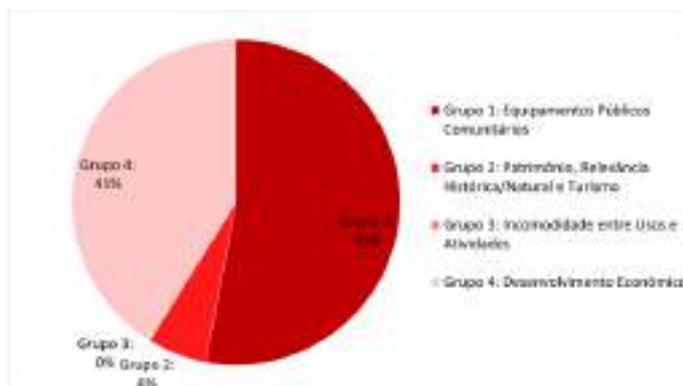


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 489**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 53% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 41% das ocorrências. O Grupo 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, representa 6% das ocorrências e O Grupo 3, relacionado a Incomodidade entre Usos e Atividades não apresentaram ocorrências.



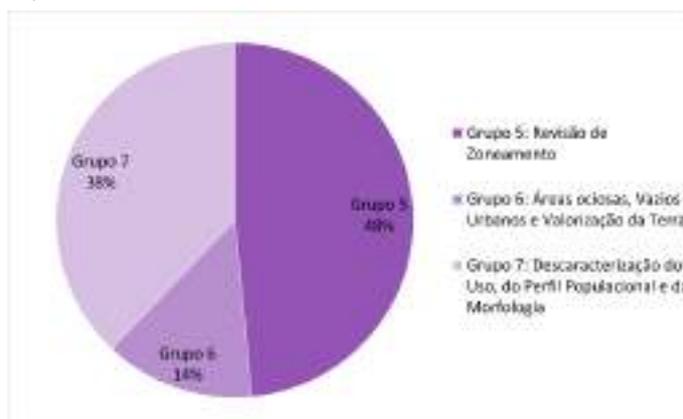
Gráfico 489 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Água).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 490** o Grupo 5, que trata da Revisão de Zoneamento, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 48% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 7, que se refere à Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, aparece representando 38% das ocorrências. Já o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, representa 14% das ocorrências.

Gráfico 490 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Água).



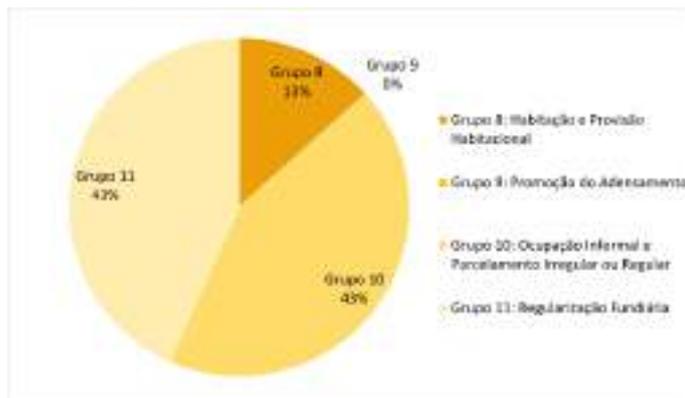
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 491** o Grupo 10, que trata de Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular e o Grupo 11, que se refere à Regularização Fundiária, tiveram a maior incidência nas contribuições da população,



representando cada um, 43% das ocorrências. O Grupo 8, relacionado a Habitação e Provisão Habitacional, representa 13% das ocorrências. O Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento não apresentou incidência nas ocorrências.

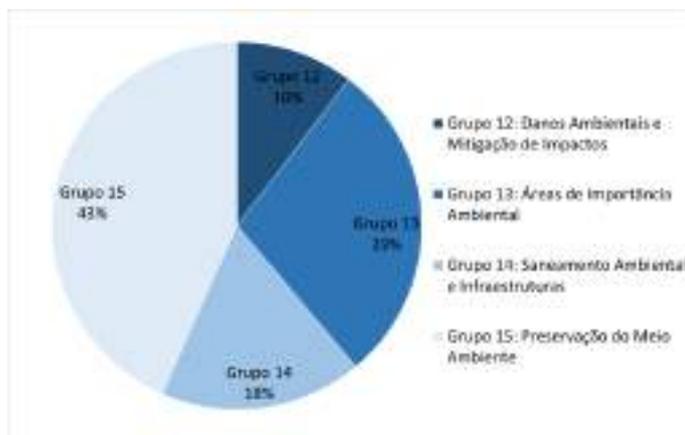
Gráfico 491 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Água).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 492**, o Grupo 15, que trata da Preservação do Meio Ambiente, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 43% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 13, relacionado a s Áreas de Importância Ambiental, aparece representando 29% das ocorrências. O Grupo 14, que se refere ao Saneamento Ambiental Infraestruturas, representa 18% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 10% das ocorrências.

Gráfico 492 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Água).

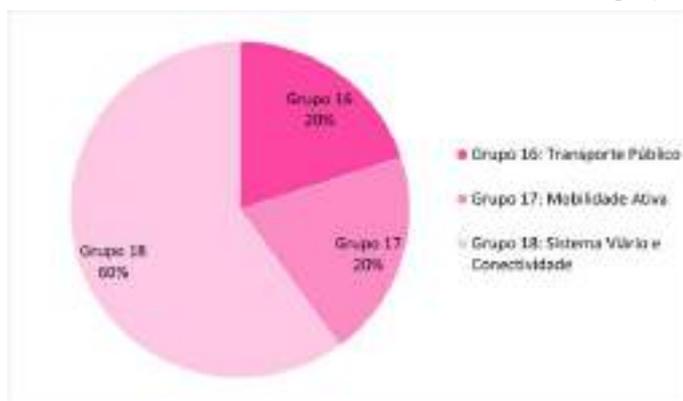


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 493**, o Grupo 18, que trata de Sistema Viário e Conectividade, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 60% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 17, que se refere à Mobilidade Ativa, e o Grupo 16, relacionado a Transporte Público aparecem representando 20% das ocorrências cada.

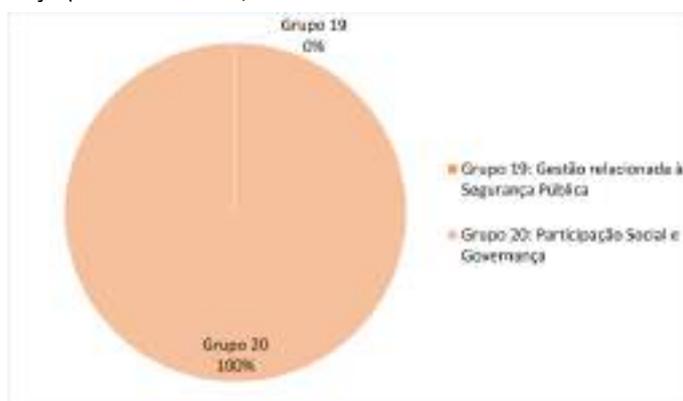
Gráfico 493 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Água).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 494**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 100% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada à Segurança Pública, não apresentou ocorrências.

Gráfico 494 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Água).

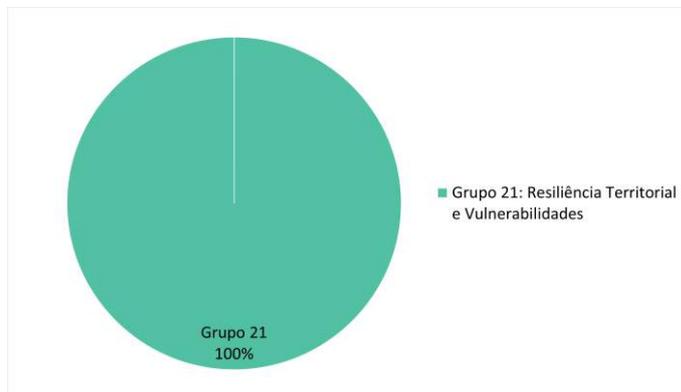


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 495** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

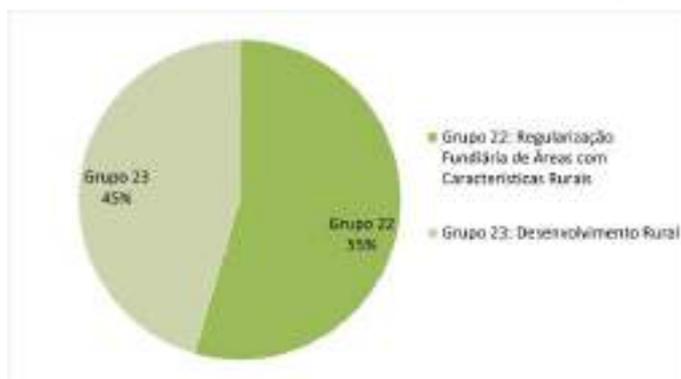
Gráfico 495 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Água).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 496**, o Grupo 22, que se refere à Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 55% das ocorrências. Já o Grupo 23, que trata de Desenvolvimento Rural, representa 45% das ocorrências.

Gráfico 496 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Água).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 152**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 152 – Ocorrências de Problemáticas – Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Água.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.3.13 35ª Oficina Participativa: População em Situação de Rua

Quadro 153 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – População em Situação de Rua.

Data da Oficina Participativa:	05/10/2023
Local da Oficina Participativa:	Centro POP do Plano Piloto, localizado na SGAS 903, Brasília – DF
Quantidade de participantes:	117 (População) 30 (Técnicos GDF)
Dinâmica:	Entrevista coletiva



Quantidade de grupos (dinâmica):	-
----------------------------------	---

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 59 – Fotografias da Oficina Participativa – População em Situação de Rua.



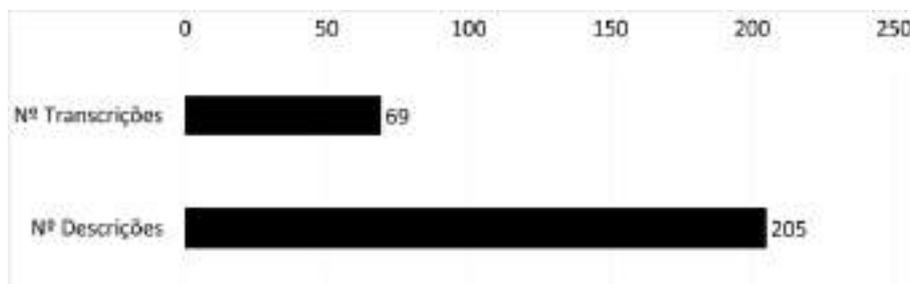
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A **35ª Oficina Participativa – População em Situação de Rua** ocorreu no dia 05/10/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 09h às 11h, no Centro POP do Plano Piloto, localizado na SGAS 903, Brasília – DF, e contou com 147 pessoas no total. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa do Segmento População em Situação de Rua. Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 497** tais contribuições, resultaram em 69 transcrições e 205 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.



Gráfico 497 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (População em Situação de Rua).



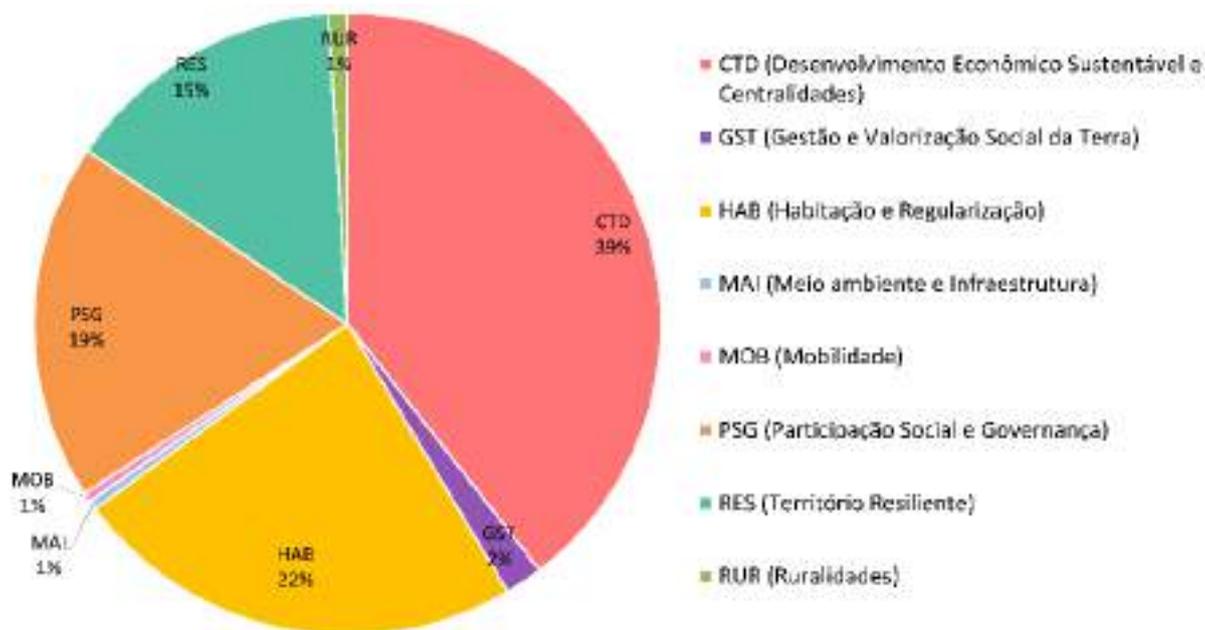
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 498** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 39% das ocorrências; Eixo Habitação e Regularização, representando 22% das ocorrências; e Eixo Participação Social e Governança, representando 19% das ocorrências.



Gráfico 498 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (População em Situação de Rua).

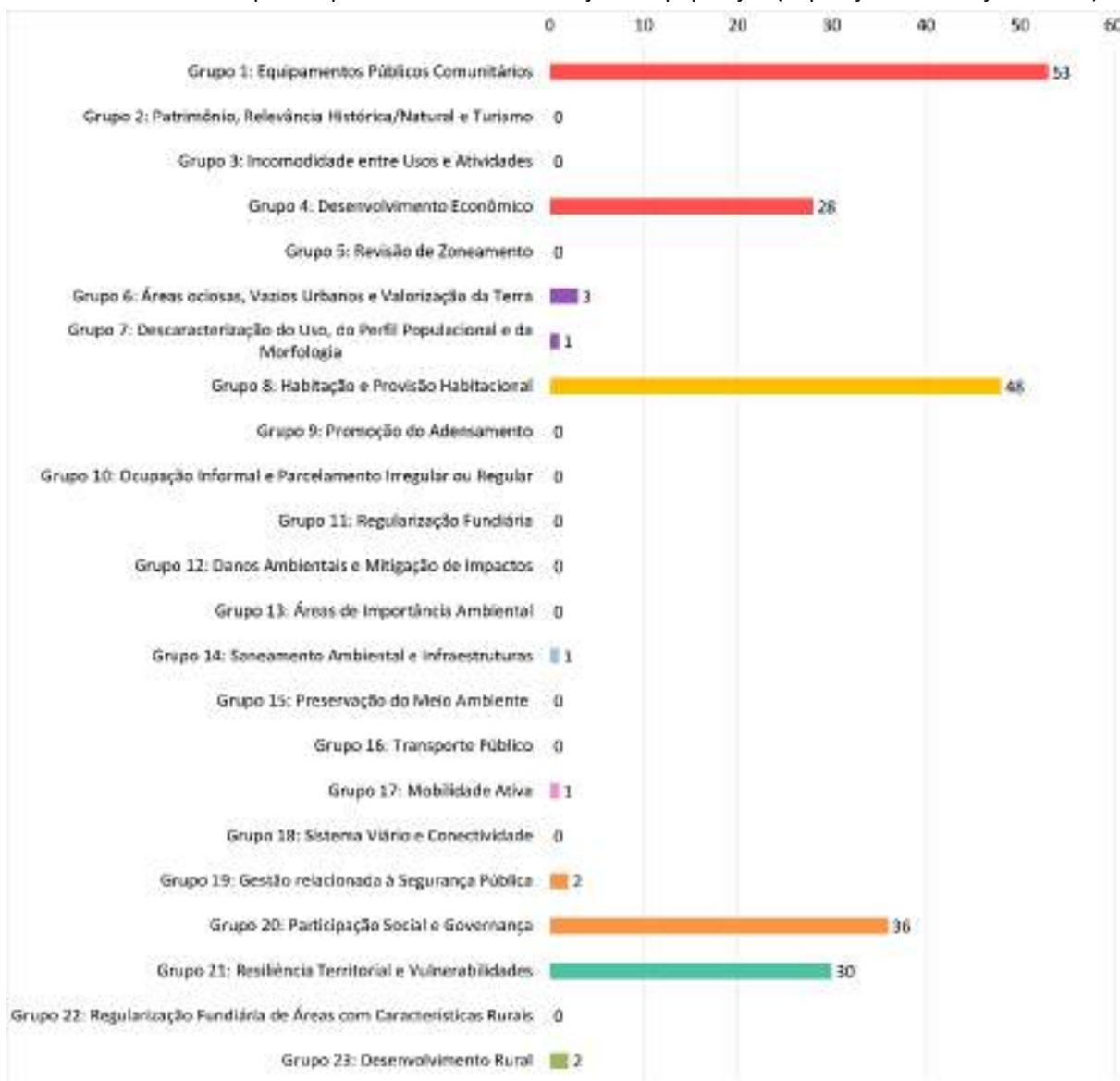


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 499**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 53 ocorrências; Grupo 8 (Habitação e Provisão Habitacional), que pertence ao Eixo Habitação e Regularização, com 48 ocorrências; e Grupo 20 (Participação Social e Governança), que pertence ao Eixo Participação Social e Governança, com 36 ocorrências.



Gráfico 499 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (População em Situação de Rua).

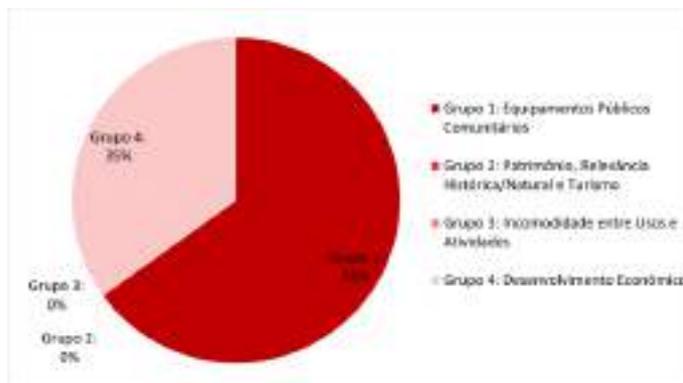


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 500**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 65% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 35% das ocorrências. O Grupo 3, relacionado a Incomodidade entre Usos e Atividades, e o Grupo 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, não apresentaram ocorrências.



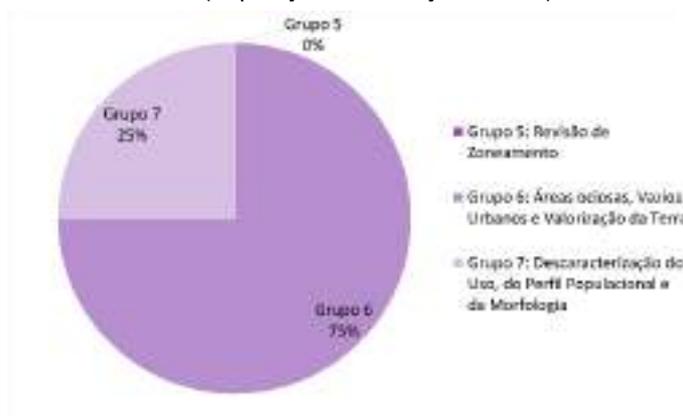
Gráfico 500 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (População em Situação de Rua).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 501** o Grupo 6, que trata da Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 75% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 7, que se refere à Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, aparece representando 25% das ocorrências. Já o Grupo 5, relacionado a Revisão de Zoneamento, não apresentou ocorrências.

Gráfico 501 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (População em Situação de Rua).



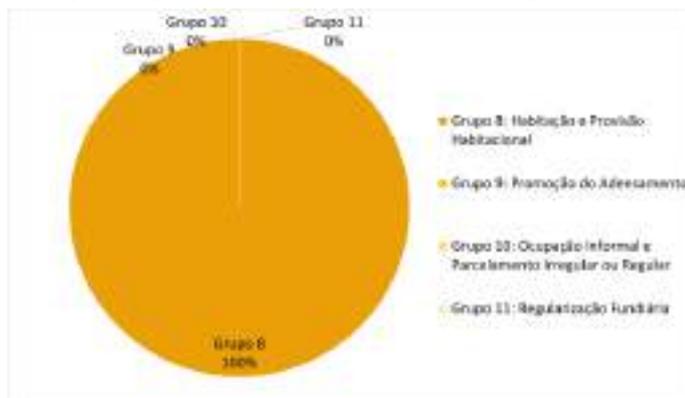
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 502** o Grupo 8, que trata de Habitação e Provisão Habitacional, teve 100% de incidência nas contribuições da população. O Grupo 9, que se refere à Promoção do Adensamento, o Grupo 10,



relacionado a Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, e o Grupo 11, que aborda Regularização Fundiária, não apresentaram ocorrências.

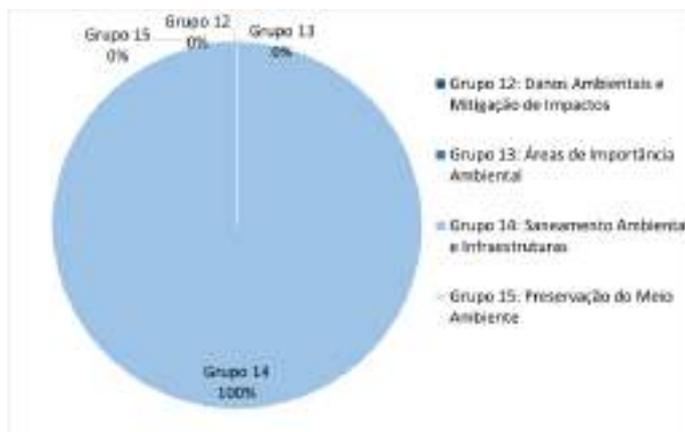
Gráfico 502 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (População em Situação de Rua).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 503**, o Grupo 14, que trata do Saneamento Ambiental e Infraestruturas, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 100% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, o Grupo 13, referente às Áreas de Importância Ambiental, e o Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, não apresentaram ocorrências.

Gráfico 503 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (População em Situação de Rua).

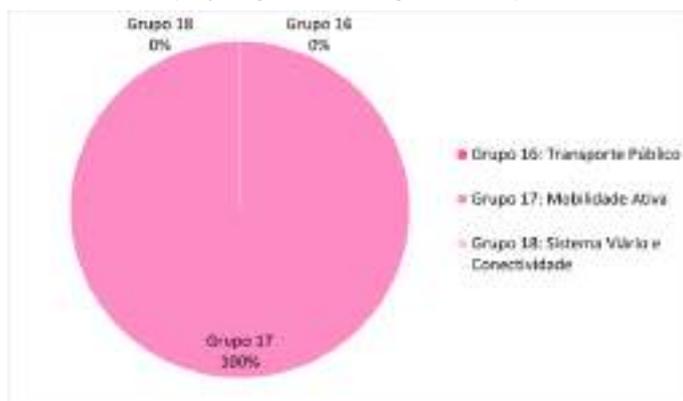


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 504**, o Grupo 17, que trata de Mobilidade Ativa, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 100% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 16, que se refere ao Transporte Público, e o Grupo 18, relacionado ao Sistema Viário e Conectividade, não apresentaram ocorrências.

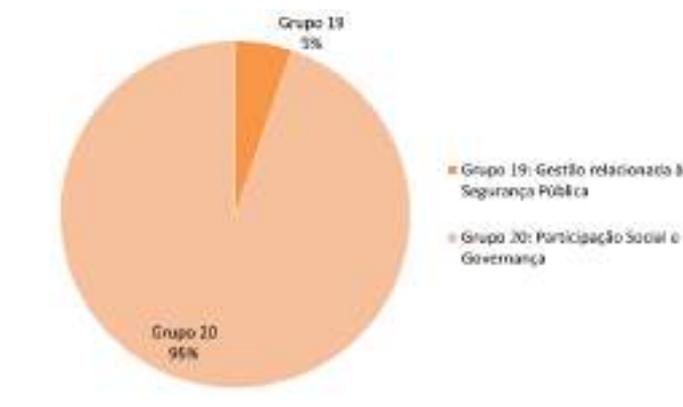
Gráfico 504 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (População em Situação de Rua).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 505**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 95% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada a Segurança Pública, representa 5% das ocorrências.

Gráfico 505 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (População em Situação de Rua).

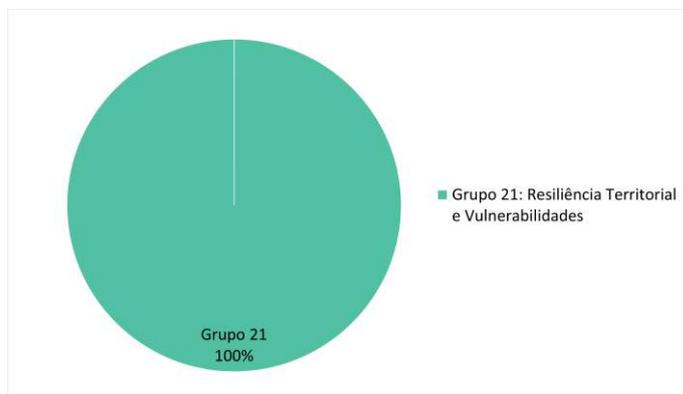


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 506** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

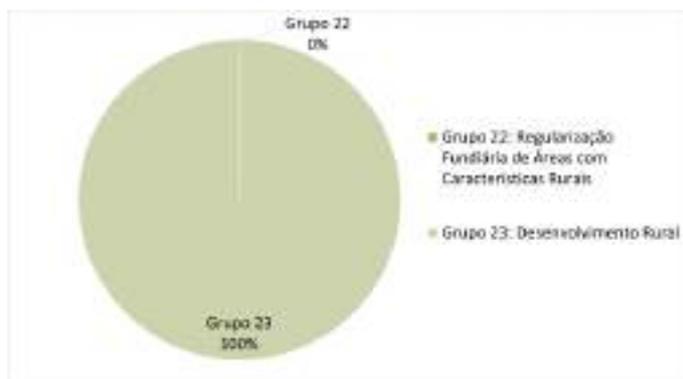
Gráfico 506 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (População em Situação de Rua).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 507**, o Grupo 23, que trata de Desenvolvimento Rural, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 100% das ocorrências. Já o Grupo 22, que se refere à Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, não apresentou ocorrências.

Gráfico 507 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (População em Situação de Rua).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 154**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 154 – Ocorrências de Problemáticas – População em Situação de Rua.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.3.14 40ª Oficina Participativa: Regularização Fundiária Urbana

Quadro 155 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Regularização Fundiária Urbana.

Data da Oficina Participativa:	24/10/2023
Local da Oficina Participativa:	Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar
Quantidade de participantes:	168 (População) 26 (Técnicos GDF)
Dinâmica:	Seminário e pontos no mapa
Seminarista:	Mário Pacheco (Seduh)

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 60 – Fotografias da Oficina Participativa RA Regularização Fundiária Urbana.



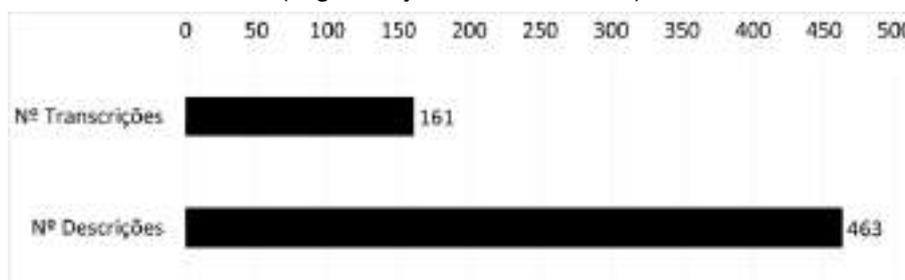


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A **40ª Oficina Participativa – Regularização Fundiária Urbana** ocorreu no dia 24/10/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 19h às 21h, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, e contou com 194 pessoas no total, que foram divididas em 10 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa do Segmento Regularização Fundiária Urbana. Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 508** tais contribuições, resultaram em 161 transcrições e 463 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.

Gráfico 508 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Regularização Fundiária Urbana).



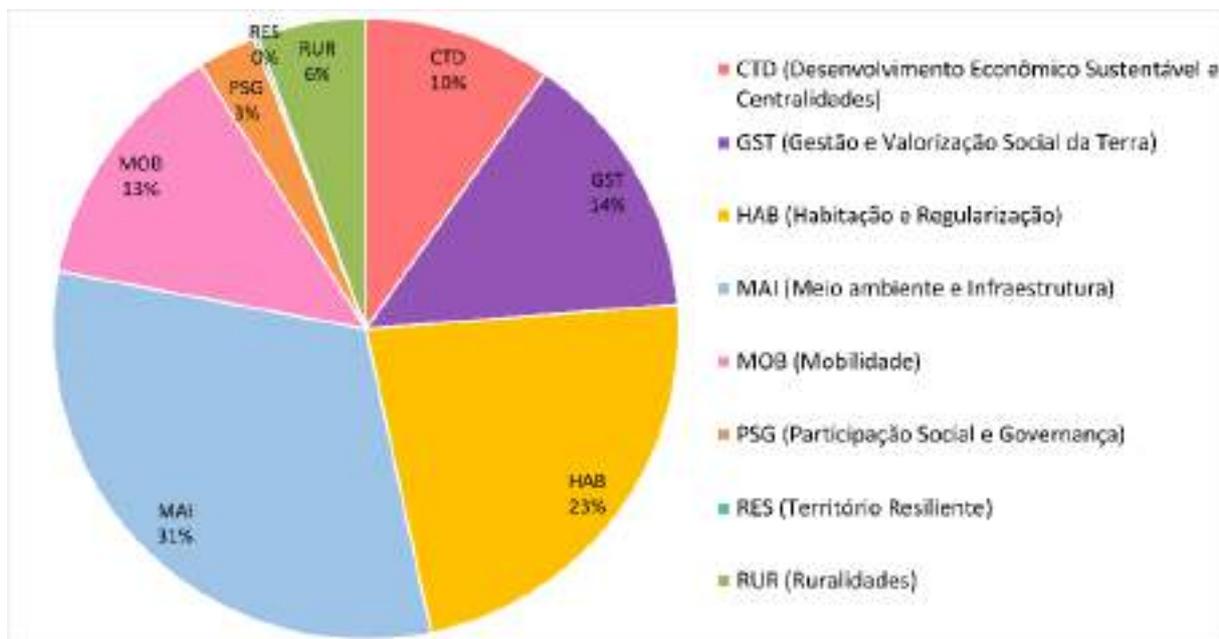
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 509** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 31% das ocorrências; Eixo Habitação e Regularização Fundiária, representando 23% das ocorrências; e Eixo Gestão e Valorização Social da Terra, representando 14% das ocorrências.

Gráfico 509 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Regularização Fundiária Urbana).



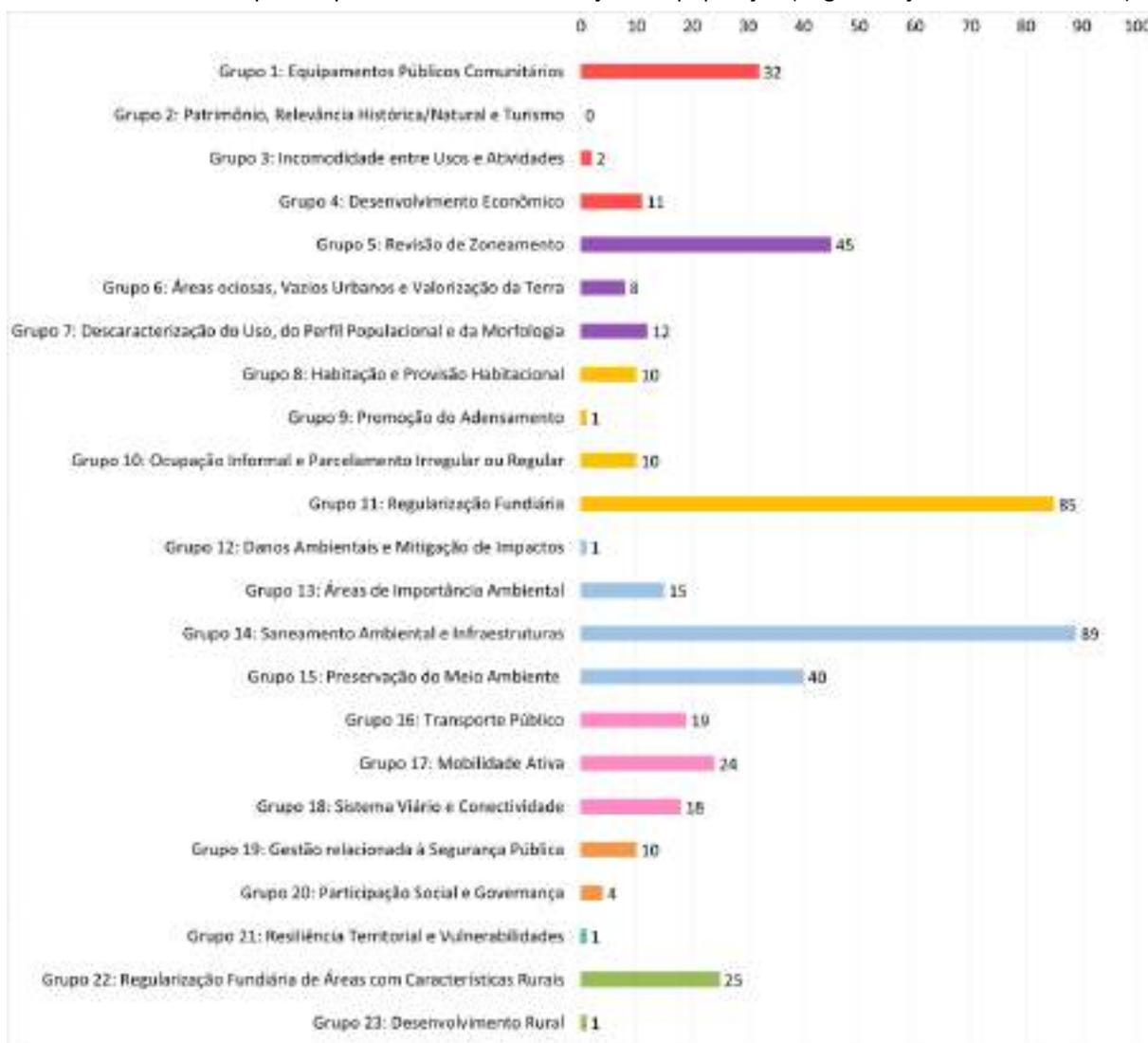
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 510**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 14 (Saneamento Ambiental e Infraestruturas), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 89 ocorrências; Grupo 11 (Regularização Fundiária), que pertence ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária, com 85



ocorrências; e Grupo 5 (Revisão de Zoneamento), que pertence ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra, com 45 ocorrências.

Gráfico 510 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Regularização Fundiária Urbana).



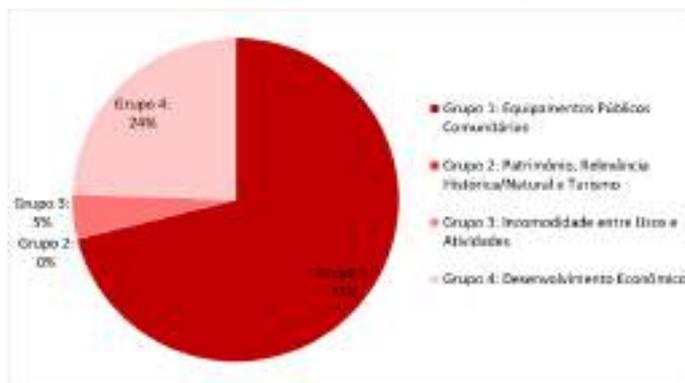
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 511**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 71% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 24% das ocorrências. O Grupo 3, relacionado a Incomodidade entre Usos e Atividades, representa 5% das



ocorrências, enquanto o Grupo 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, não apresentou ocorrências.

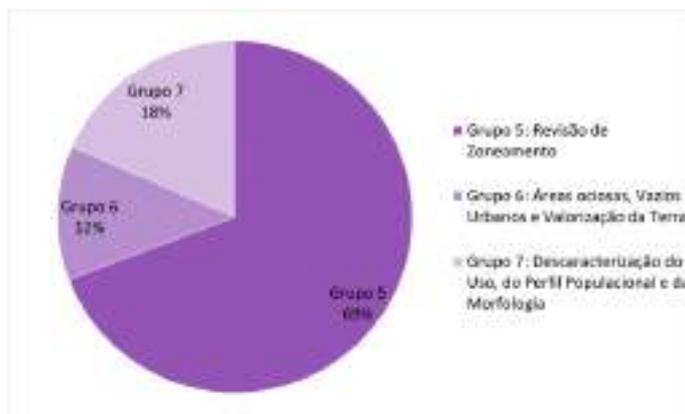
Gráfico 511 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Regularização Fundiária Urbana).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 512** o Grupo 5, que trata da Revisão de Zoneamento, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 69% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 7, que se refere à Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, aparece representando 18% das ocorrências. Já o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, representa 12% das ocorrências.

Gráfico 512 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (Regularização Fundiária Urbana).

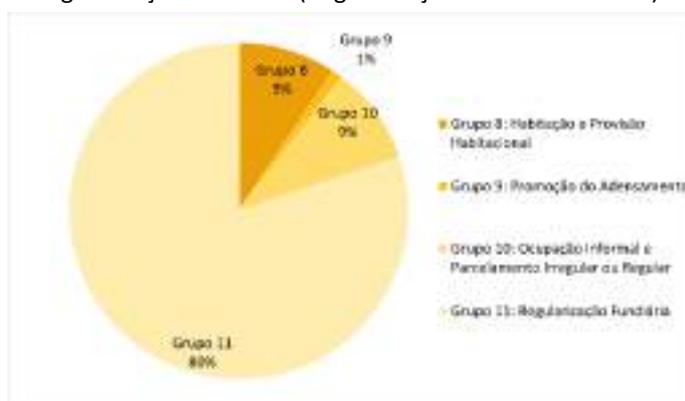


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 513** o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 80% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 8, que se refere à Habitação e Provimento Habitacional, e o Grupo 10, relacionado a Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, apresentam a mesma incidência, representando 9% das ocorrências. Já o Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, representa 1% das ocorrências.

Gráfico 513 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (Regularização Fundiária Urbana).

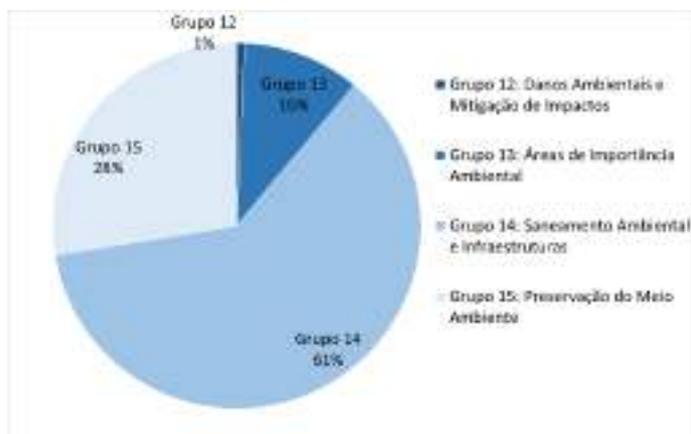


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 514**, o Grupo 14, que trata das Saneamento Ambiental e Infraestruturas, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 61% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 15, que se refere ao Preservação do Meio Ambiente, aparece representando 28% das ocorrências. O Grupo 13, relacionado a Saneamento Ambiental e Infraestruturas, representa 10% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 1% das ocorrências.



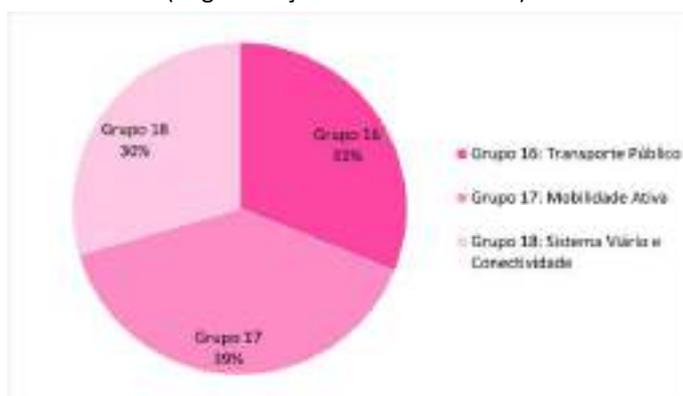
Gráfico 514 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (Regularização Fundiária Urbana).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 515**, o Grupo 17, que trata de Mobilidade Ativa, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 39% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 16, que se refere à Transporte Público, aparece representando 31% das ocorrências. Já o Grupo 18, relacionado a Sistema Viário e Conectividade, representa 30% das ocorrências.

Gráfico 515 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (Regularização Fundiária Urbana).

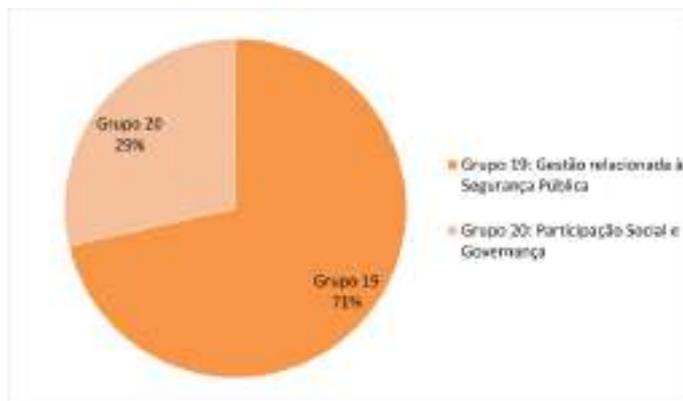


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 516**, o Grupo 19, que trata de Gestão Relacionada a Segurança Pública, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 71% das ocorrências. Já o Grupo 20, de Participação Social e Governança, representa 29% das ocorrências.



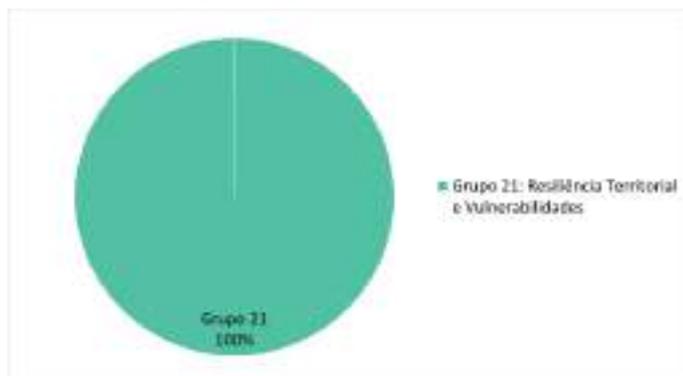
Gráfico 516 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Regularização Fundiária Urbana).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 517** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

Gráfico 517 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (Regularização Fundiária Urbana).

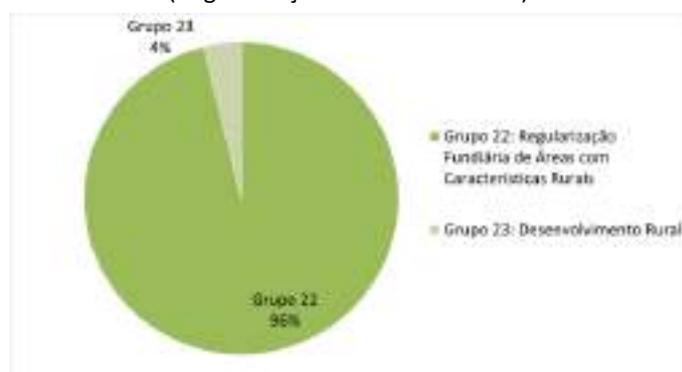


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 518**, o Grupo 22, que trata de Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 96% das ocorrências. Já o Grupo 23, que se refere à Desenvolvimento Rural, representa 4% das ocorrências.



Gráfico 518 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (Regularização Fundiária Urbana).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 156**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 156 – Ocorrências de Problemáticas – Regularização Fundiária Urbana.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 9	Há demandas relacionadas a promoção do adensamento.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.



Código	Problemática
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.3.15 41ª Oficina Participativa: Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS

Quadro 157 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS.

Data da Oficina Participativa:	26/10/2023
Local da Oficina Participativa:	Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar
Quantidade de participantes:	201 (População) 30 (Técnicos GDF)
Dinâmica:	Pontos no mapa
Quantidade de grupos (dinâmica):	12

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 61 – Fotografias da Oficina Participativa – Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A 41ª Oficina Participativa – Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS ocorreu no dia 26/10/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 19h às 21h, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, e contou com 231



pessoas no total, que foram divididas em 12 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa do Segmento Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS. Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 519**, tais contribuições, resultaram em 154 transcrições e 380 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.

Gráfico 519 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

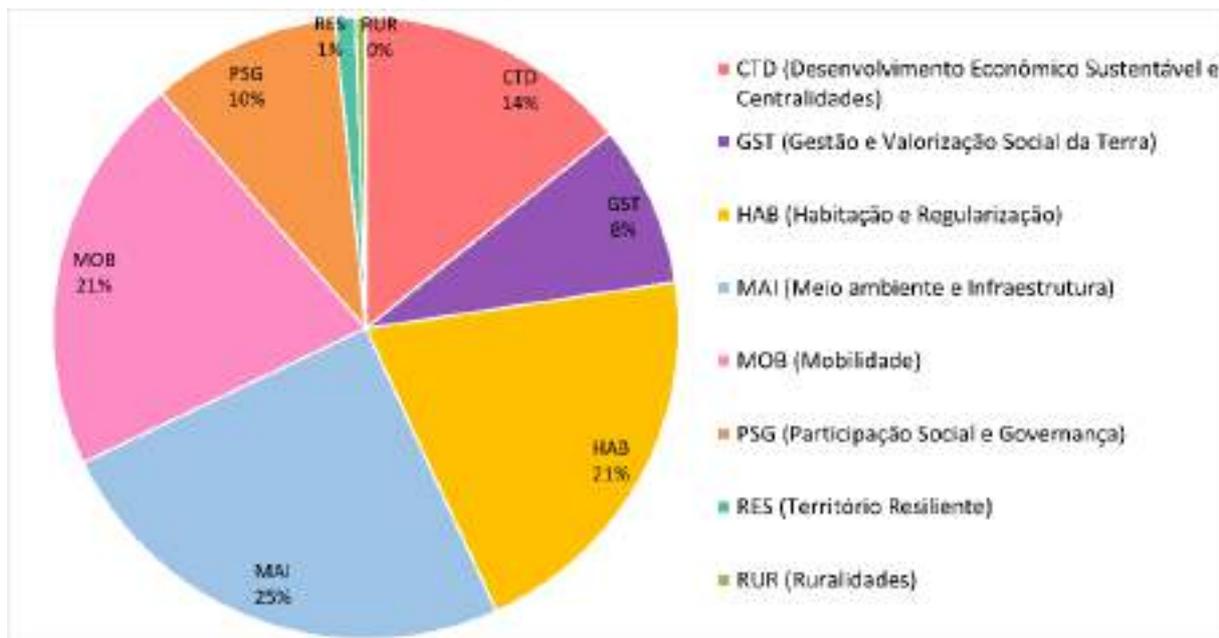
A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 520** **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo



Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 25% das ocorrências; Eixo Habitação e Regularização Fundiária, representando 21% das ocorrências; e Mobilidade, representando 21% das ocorrências.

Gráfico 520 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS).

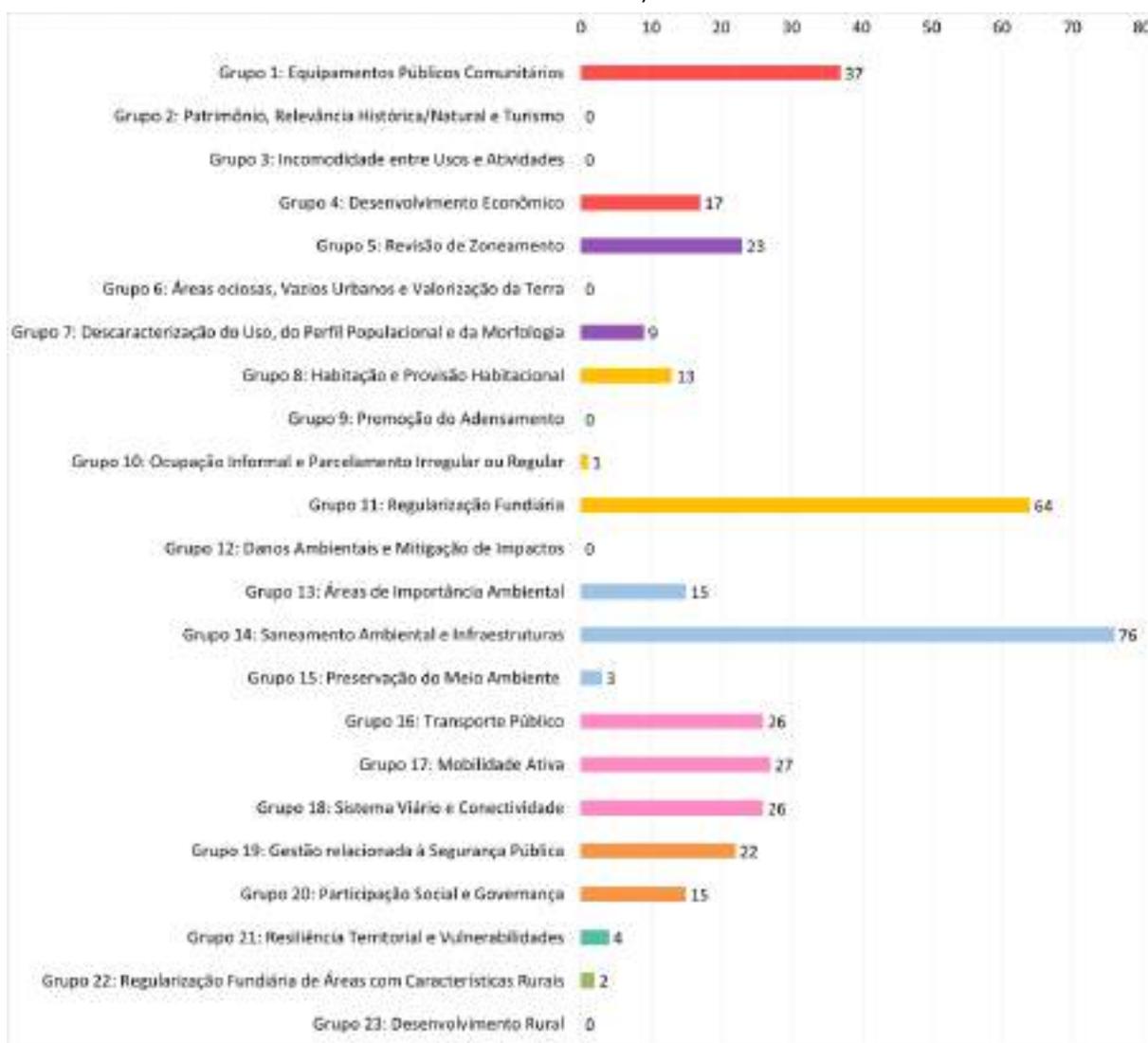


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 521**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 14 (Saneamento Ambiental e Infraestruturas), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 76 ocorrências; Grupo 11 (Regularização Fundiária), que pertence ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária, com 64 ocorrências; e Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 37 ocorrências.



Gráfico 521 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS).

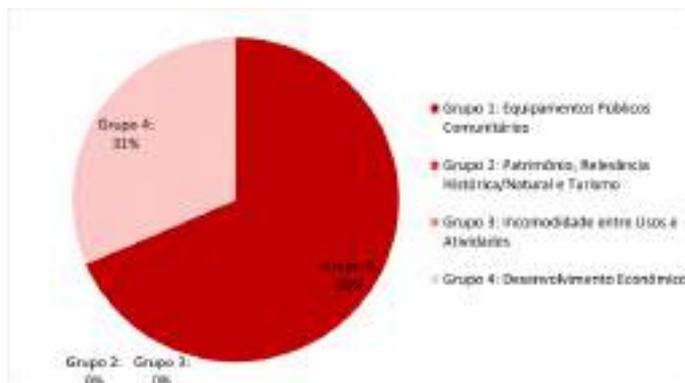


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 522**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 69% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 31% das ocorrências. Os Grupos 3, relacionado a Conflitos de Usos e Incomodidade e 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, não apresentaram ocorrências.



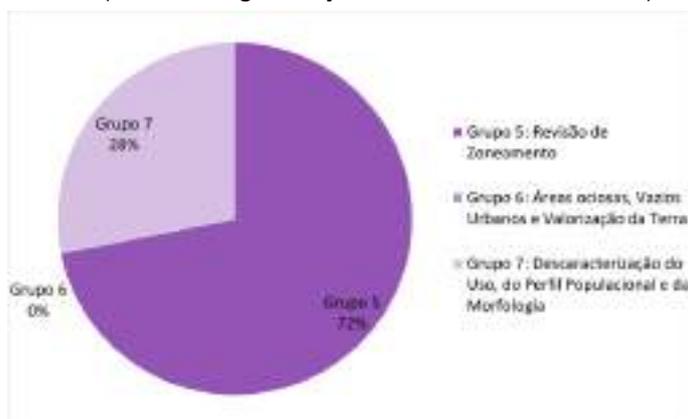
Gráfico 522 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 523**, o Grupo 5, que trata da Revisão de Zoneamento, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 72% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 7, que se refere à Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, aparece representando 28% das ocorrências. Já o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, não apresentou ocorrências.

Gráfico 523 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS).



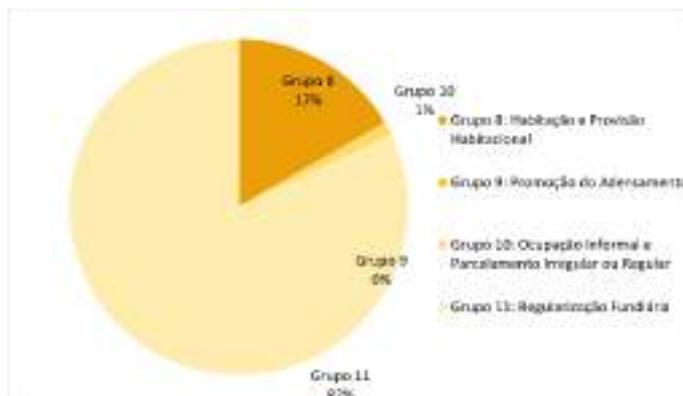
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 524**, o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 82% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 8, que se refere à Habitação e Provimento Habitacional, aparece representando 17% das ocorrências. O Grupo 10,



relacionado a Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, representa 1% das ocorrências, enquanto o Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, representa 1% das ocorrências.

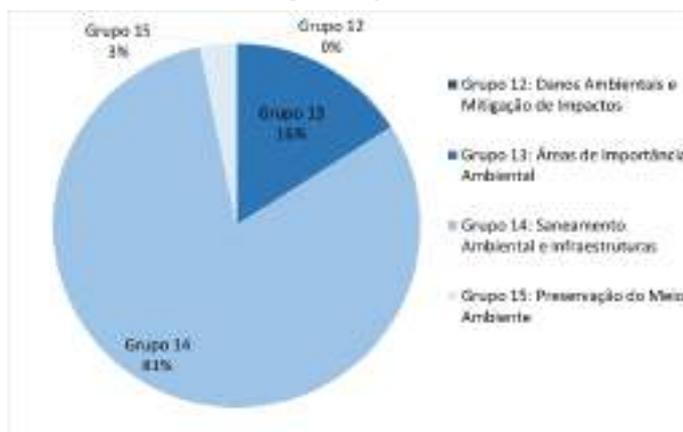
Gráfico 524 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 525**, o Grupo 14, que trata das Saneamento Ambiental e Infraestruturas, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 81% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 13, que se refere ao Áreas de Importância Ambiental, aparece representando 16% das ocorrências. O Grupo 12, relacionado a Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 3% das ocorrências, enquanto o Grupo 15, que aborda Preservação do Meio Ambiente, representa 3% das ocorrências.

Gráfico 525 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS).

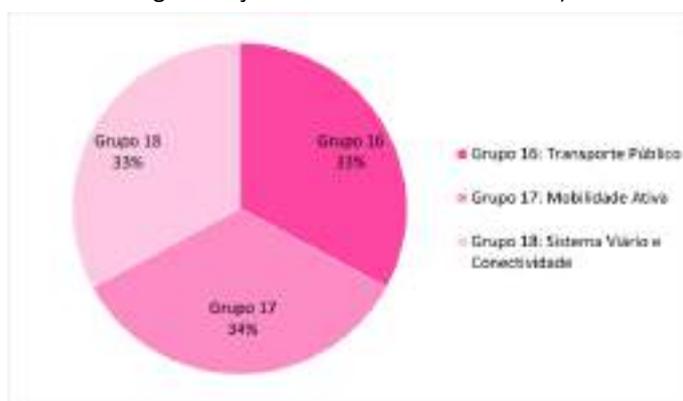


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 526**, o Grupo 17, que trata de Mobilidade Ativa, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 34% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 16, que se refere à Transporte Público, aparece representando 33% das ocorrências. Já o Grupo 18, relacionado a Sistema Viário e Conectividade, representa 33% das ocorrências.

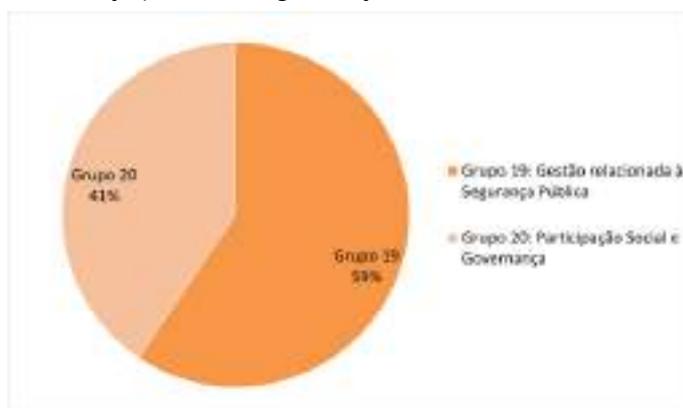
Gráfico 526 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 527**, o Grupo 19, que trata de Gestão Relacionada a Segurança Pública, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 59% das ocorrências. Já o Grupo 20, de Participação Social e Governança, representa 41% das ocorrências.

Gráfico 527 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS).

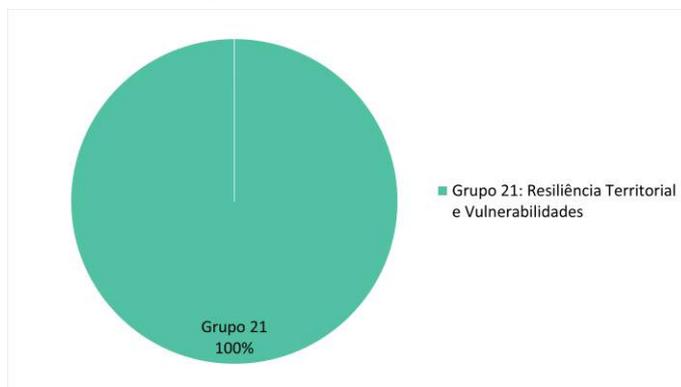


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 528** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

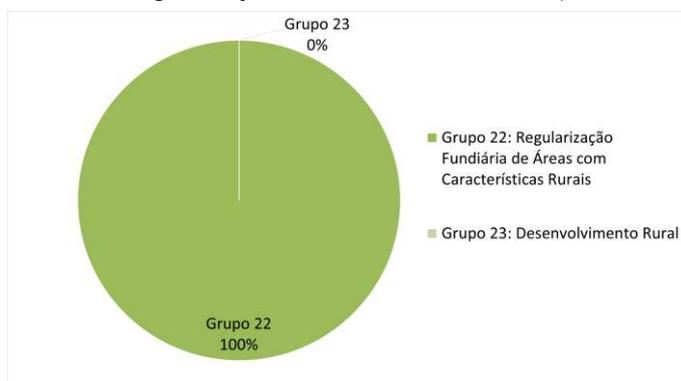
Gráfico 528 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 529**, o Grupo 22, que trata de Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 100% das ocorrências. Já o Grupo 23, que se refere à Desenvolvimento Rural, não apresentou ocorrências.

Gráfico 529 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 158** apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 158 – Ocorrências de Problemáticas – Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.3.16 43ª Oficina Participativa: Infância, Juventude e Idosos

Quadro 159 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Infância, Juventude e Idosos.

Data da Oficina Participativa:	07/11/2023
Local da Oficina Participativa:	Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar
Quantidade de participantes:	21 (População) 19 (Técnicos GDF)
Dinâmica:	Seminário
Seminaristas:	Natália Maria Caroline Nogueira

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



Figura 62 – Fotografias da Oficina Participativa – Infância, Juventude e Idosos.



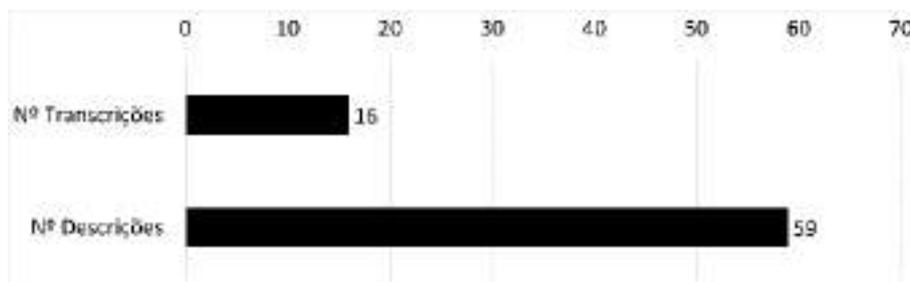
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A **44ª Oficina Participativa – Infância, Juventude e Idosos** ocorreu no dia 07/11/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 19h às 21h, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, e contou com 40 pessoas no total. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa do Segmento Infância, Juventude e Idosos. Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 530** tais contribuições, resultaram em 16 transcrições e 59 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.



Gráfico 530 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Infância, Juventude e Idosos).



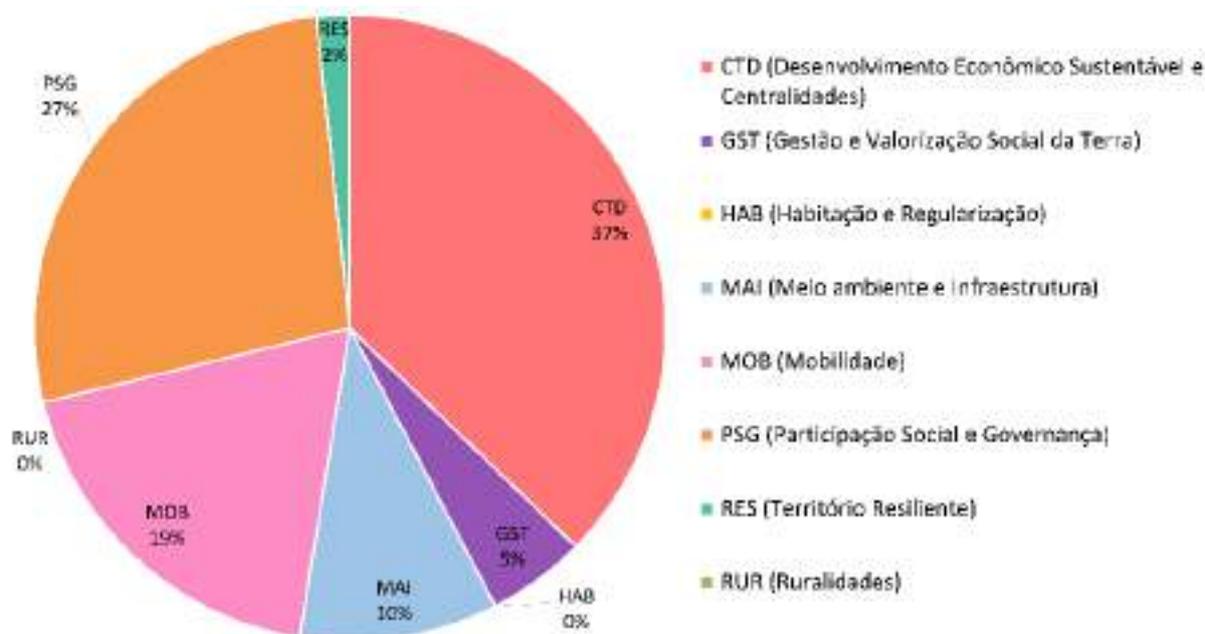
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 531** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 37% das ocorrências; Eixo Participação Social e Governança, representando 27% das ocorrências; e Eixo Mobilidade, representando 19% das ocorrências.



Gráfico 531 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Infância, Juventude e Idosos).

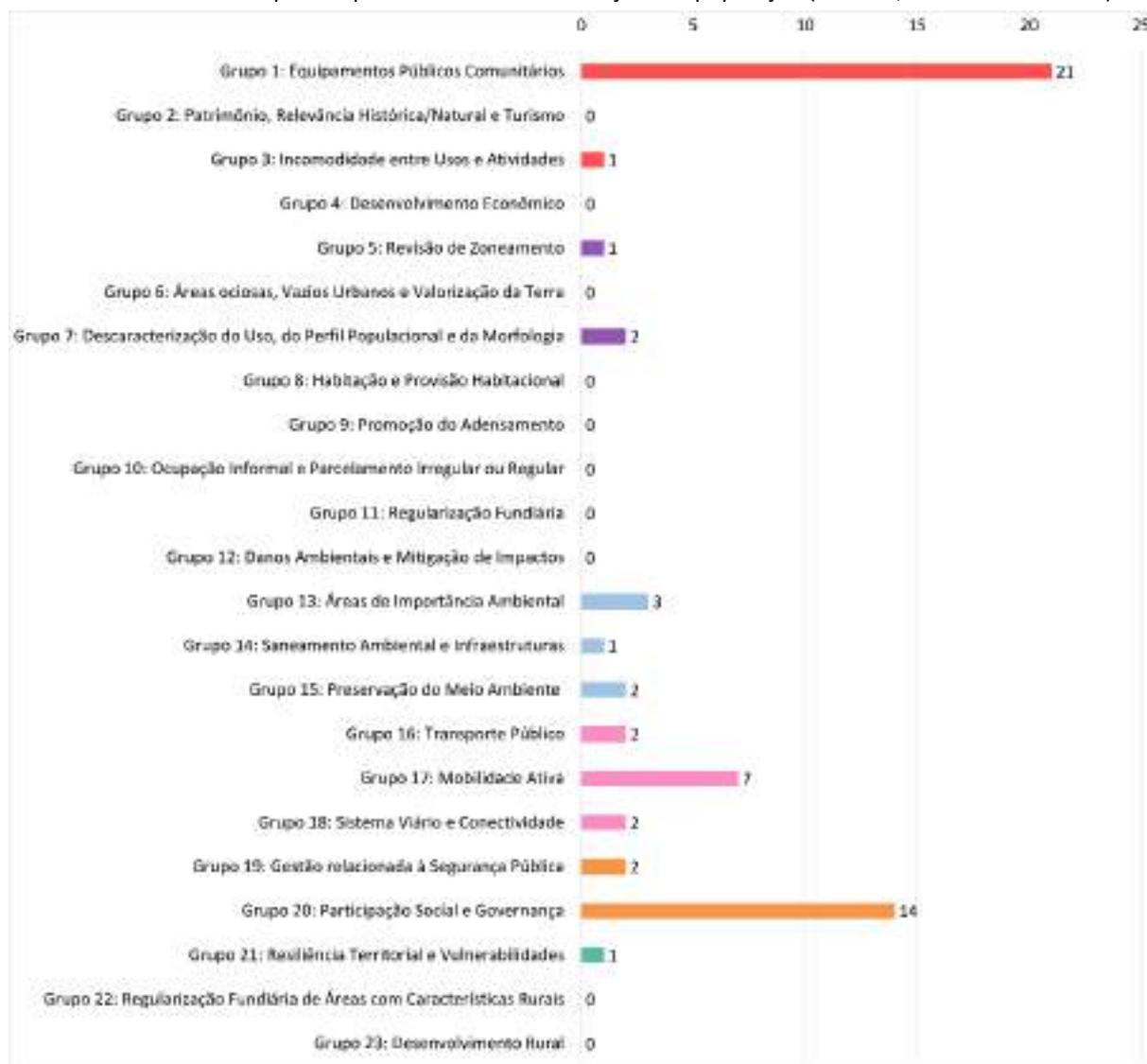


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 532**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 21 ocorrências; Grupo 20 (Participação Social e Governança), que pertence ao Eixo Participação Social e Governança, com 14 ocorrências; e Grupo 17 (Mobilidade Ativa), que pertence ao Eixo Mobilidade, com 7 ocorrências. Os Eixos Ruralidades e Habitação e Regularização Fundiária não apresentaram ocorrências nas contribuições da população coletadas durante a Oficina Participativa de Segmentos Infância, Juventude e Idosos.



Gráfico 532 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Infância, Juventude e Idosos).

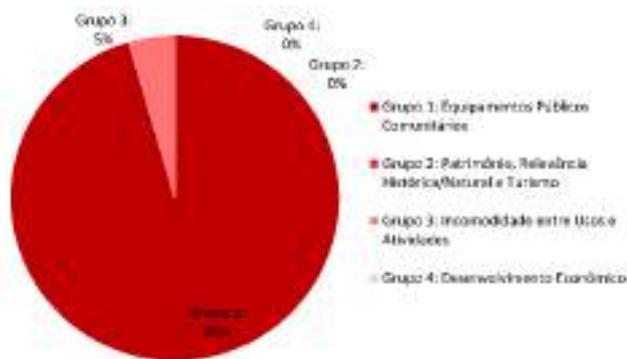


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 533**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 95% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 3, que se refere ao Incomodidade entre Usos e Atividades, aparece representando 5% das ocorrências. O Grupo 4 (Desenvolvimento Econômico) e o Grupo 2 (Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo) não apresentaram das ocorrências.



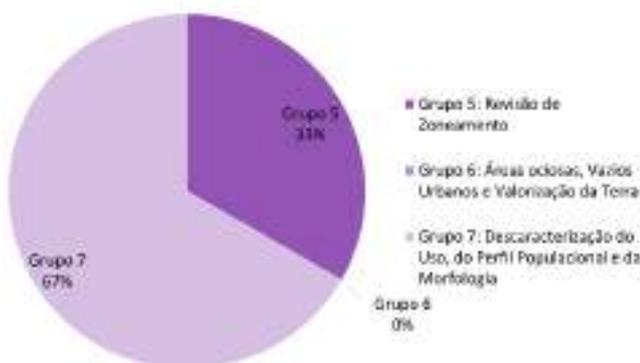
Gráfico 533 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Infância, Juventude e Idosos).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 534** o Grupo 7, que trata da Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 67% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 5, que se refere à Revisão de Zoneamento, aparece representando 33% das ocorrências. O Grupo 6 (Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra) não apresentou ocorrências.

Gráfico 534 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (Infância, Juventude e Idosos).



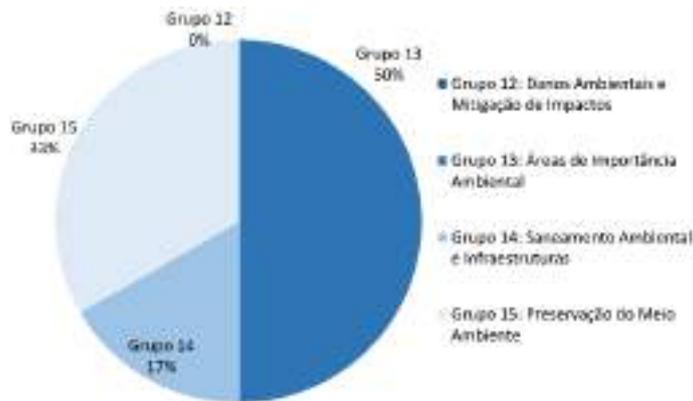
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 535**, o Grupo 13, que trata das Áreas de Importância Ambiental, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 50% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 15, que se refere ao Preservação do Meio Ambiente, aparece representando 33% das ocorrências. O Grupo 14,



relacionado a Saneamento Ambiental e Infraestruturas, representa 17% das ocorrências. O Grupo 12 (Danos Ambientais e Mitigação de Impactos) não apresentou ocorrências.

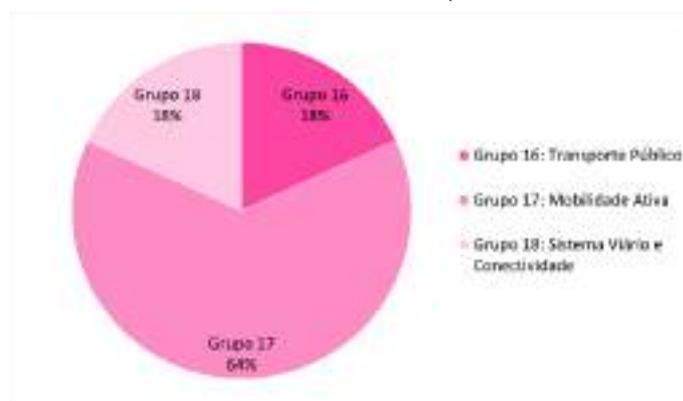
Gráfico 535 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (Infância, Juventude e Idosos).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 536**, o Grupo 17, que trata de Mobilidade Ativa, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 64% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 16, que se refere à Transporte Público, e o Grupo 18, relacionado a Sistema Viário e Conectividade, representam 18% das ocorrências cada um.

Gráfico 536 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (Infância, Juventude e Idosos).



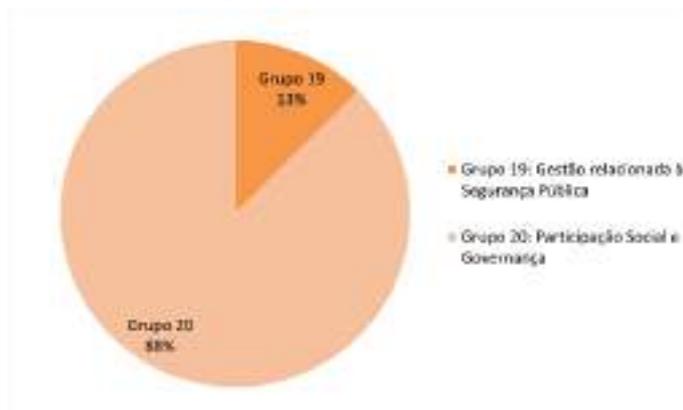
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 537**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas



contribuições da população, representando 88% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada a Segurança Pública, representa 13% das ocorrências.

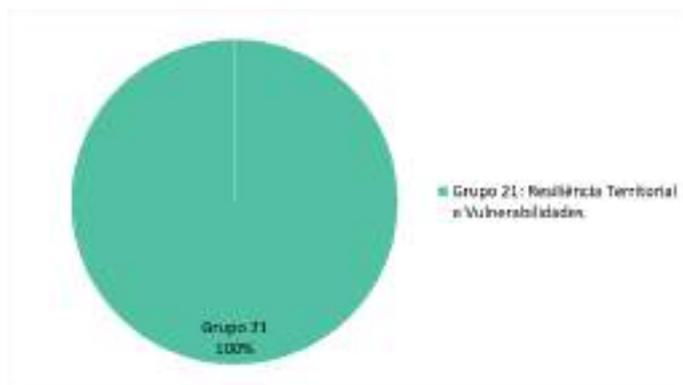
Gráfico 537 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Infância, Juventude e Idosos).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 538** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

Gráfico 538 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (Infância, Juventude e Idosos).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 160**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 160 – Ocorrências de Problemáticas – Infância, Juventude e Idosos.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.3.17 48ª Oficina Participativa: Igualdade Racial

Quadro 161 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Igualdade Racial.

Data da Oficina Participativa:	28/11/2023
Local da Oficina Participativa:	Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar
Quantidade de participantes:	12 (População) 21 (Técnicos GDF)
Dinâmica escolhida pelo CGP:	Pontos no mapa
Quantidade de grupos (dinâmica):	02

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



Figura 63 – Fotografias da Oficina Participativa RA Igualdade Racial.



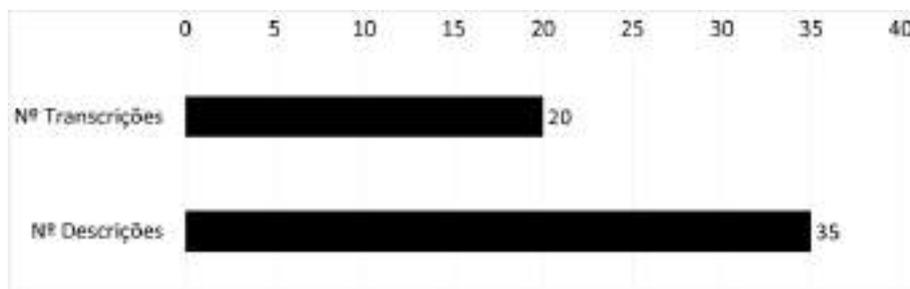
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A 49ª Oficina Participativa – Igualdade Racial ocorreu no dia 28/11/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 19h às 21h, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, e contou com 33 pessoas no total, que foram divididas em 1 grupo de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa do Segmento Igualdade Racial. Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 539** tais contribuições, resultaram em 20 transcrições e 35 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.



Gráfico 539 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Igualdade Racial).



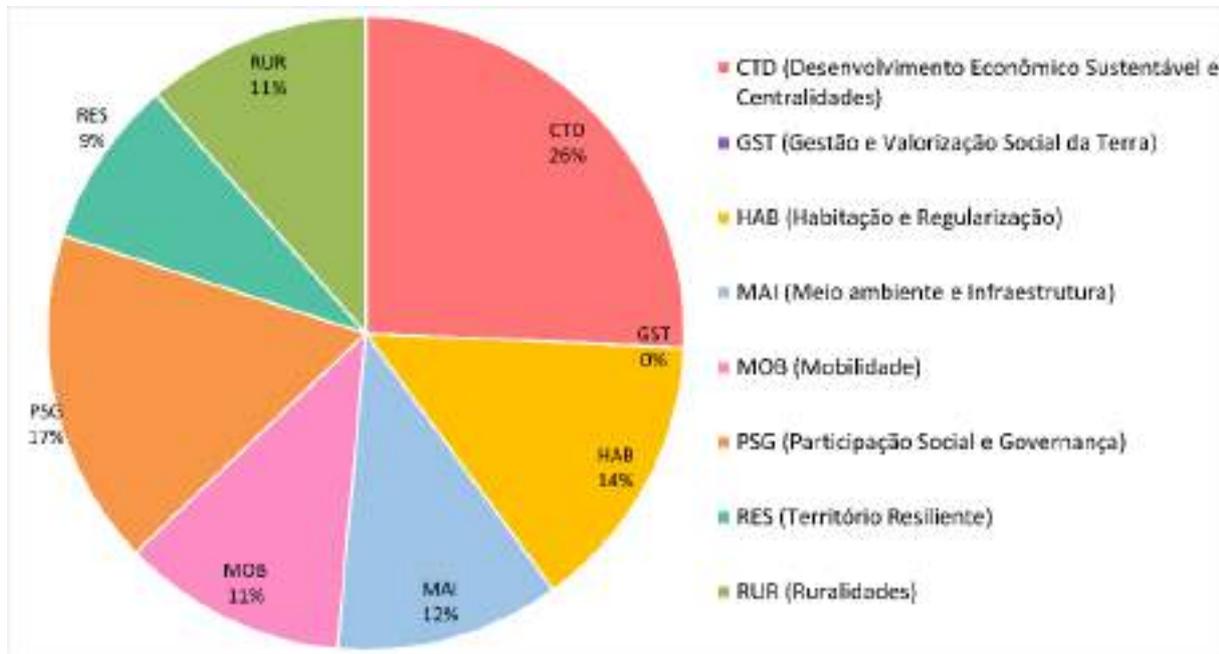
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 540** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 26% das ocorrências; Eixo Participação Social e Governança, representando 17% das ocorrências; e Eixo Habitação e Regularização, representando 14% das ocorrências.



Gráfico 540 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Igualdade Racial).

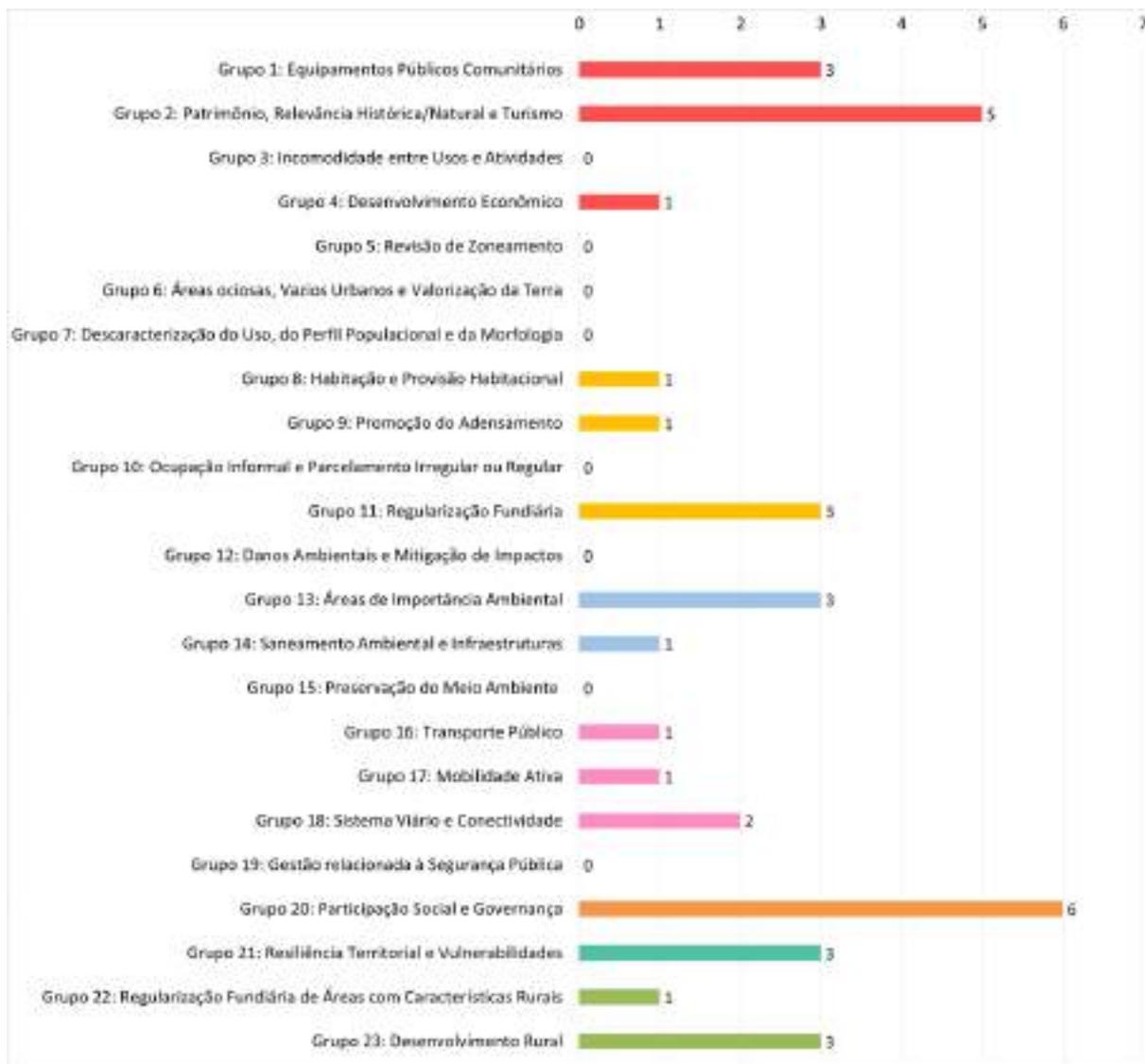


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 541**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: o Grupo 20 (Participação Social e Governança), que pertence ao Eixo Participação Social e Governança apresenta a incidência de 6 ocorrências; O Grupo 2 (Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo) que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, apresenta a incidência de 5 ocorrências; seguido dos Grupo 23 (Desenvolvimento Rural), Grupo 21 (Resiliência Territorial e Vulnerabilidades), que pertencem ao Eixo Território Resiliente, o Grupo 13 (Áreas de Importância Ambiental) pertencente ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, o Grupo 11 (Regularização Fundiária) que pertencente ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária e o Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários) pertencente ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade com 3 ocorrências cada. No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra, não apresentou ocorrências nas contribuições da população coletadas durante a Oficina Participativa de Igualdade Racial.



Gráfico 541 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Igualdade Racial).

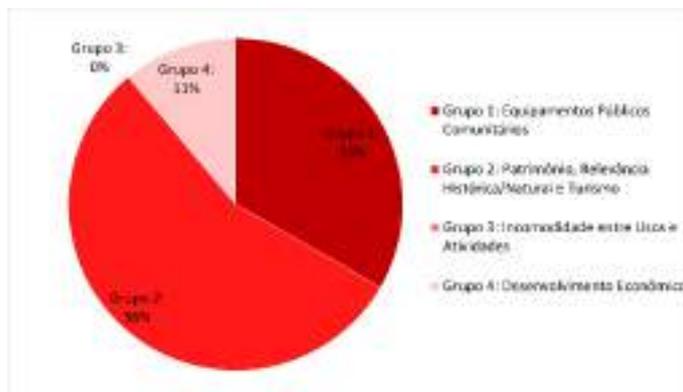


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 542**, o Grupo 2, que trata de Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 56% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 1, que se refere ao Equipamentos Públicos, aparece representando 33% das ocorrências. O Grupo 4, relacionado a Desenvolvimento Econômico, representa 11% das ocorrências, enquanto o Grupo 3, que aborda Incomodidade entre Usos e Atividades, não apresentou ocorrências.



Gráfico 542 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Igualdade Racial).

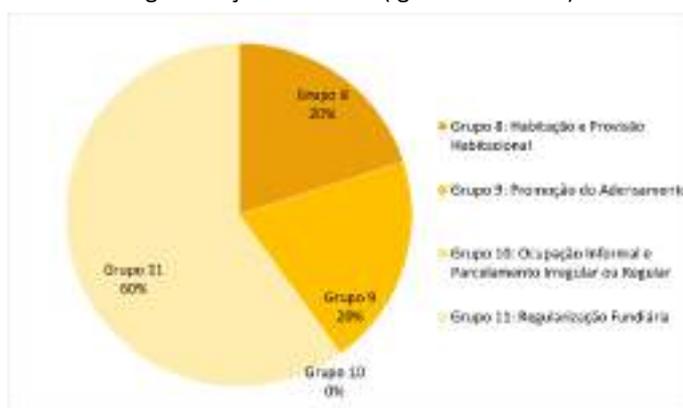


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB)

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 543** o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 60% das ocorrências. Em seguida, tanto o Grupo 08 e 09, que se referem à Habitação e Provisão Habitacional e Promoção do Adensamento aparece representando 20% das ocorrências. O Grupo 10, relacionado a Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, não apresentou ocorrências.

Gráfico 543 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (Igualdade Racial).



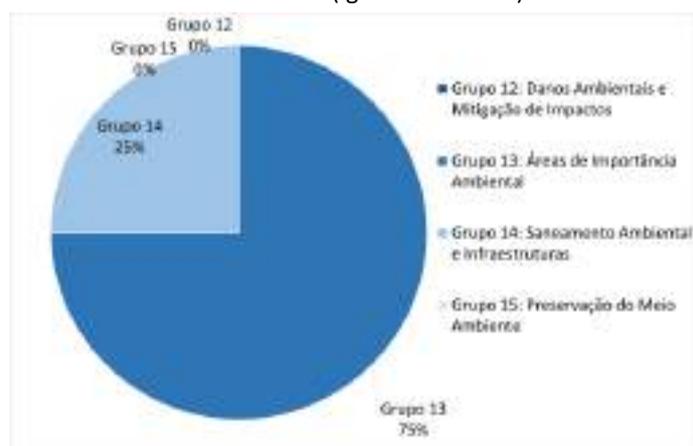
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 544**, o Grupo 13, que trata das Áreas de Importância Ambiental, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 75% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 14, que se



refere ao Saneamento Ambiental e Infraestruturas, aparece representando 25% das ocorrências. Tanto o Grupo 15 quanto o Grupo 12, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, não apresentaram ocorrências.

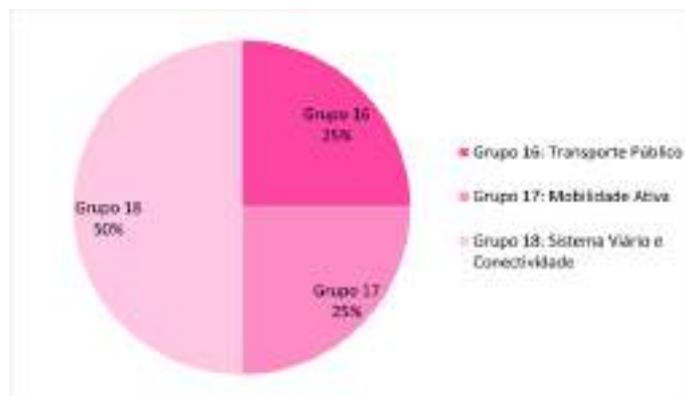
Gráfico 544 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (Igualdade Racial).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 545**, o Grupo 18, que trata de Sistema Viário e Conectividade, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 50% das ocorrências. Em seguida, tanto o Grupo 17 quanto o Grupo 16, que se referem à Mobilidade Ativa e Transporte Público, apresentaram a mesma incidência, representando 25% das ocorrências.

Gráfico 545 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (Igualdade Racial).

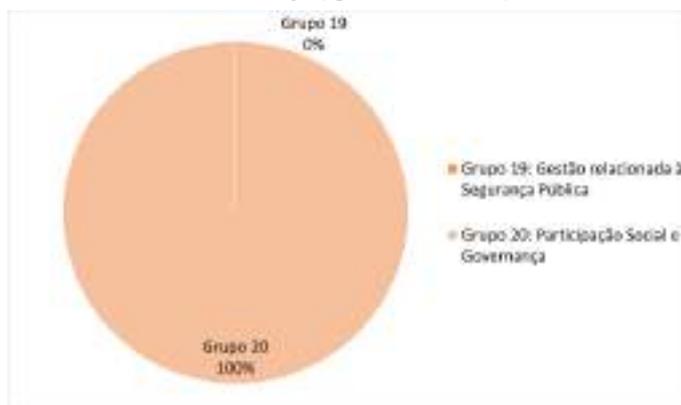


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 546**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 100% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada a Segurança Pública, não apresentou ocorrências.

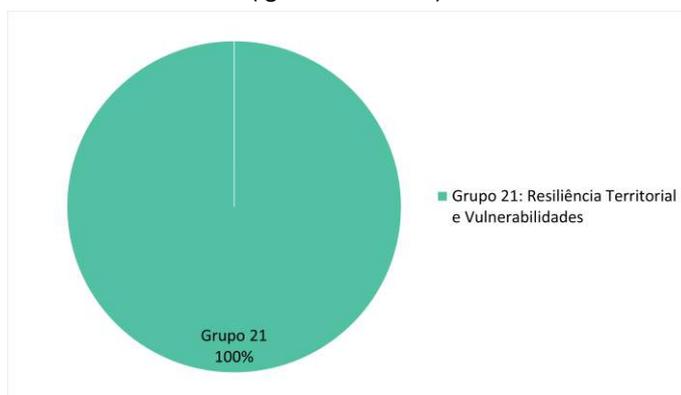
Gráfico 546 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Igualdade Racial).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 547** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

Gráfico 547 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (Igualdade Racial).

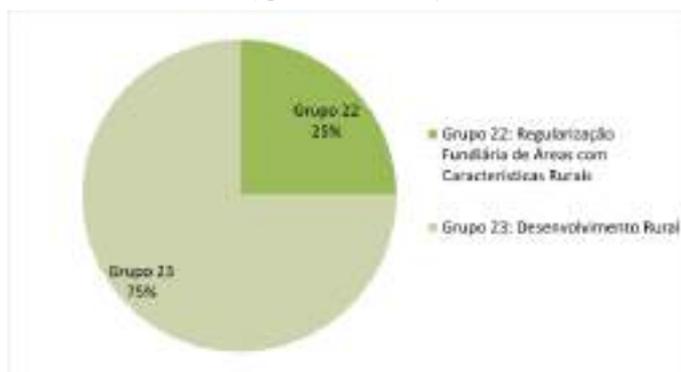


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 548**, o Grupo 23, que trata de Desenvolvimento Rural, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 75% das ocorrências. Já o Grupo 22, que se refere à Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, representa 25% das ocorrências.

Gráfico 548 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (Igualdade Racial).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 162**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 162 – Ocorrências de Problemáticas – Igualdade Racial.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 9	Há demandas relacionadas a promoção do adensamento.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento



Código	Problemática
	rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.3.18 51ª Oficina Participativa: Regularização Fundiária Rural

Quadro 163 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Regularização Fundiária Rural.

Data da Oficina Participativa:	07/12/2023
Local da Oficina Participativa:	Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar
Quantidade de participantes:	115 (População) 20 (Técnicos GDF)
Dinâmica:	Seminário e pontos no mapa
Quantidade de grupos (dinâmica):	07

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 64 – Fotografias da Oficina Participativa – Regularização Fundiária Rural.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

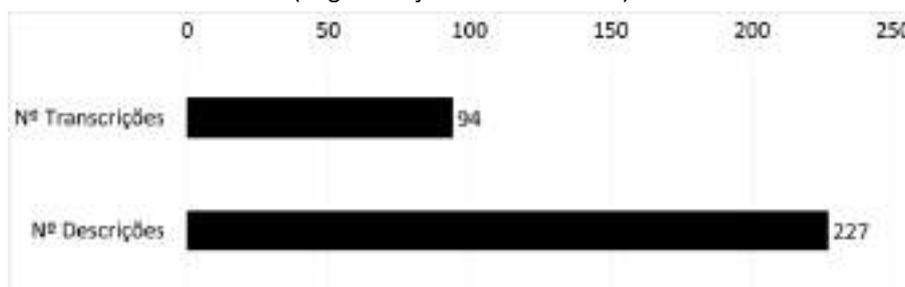
A 52ª Oficina Participativa – Regularização Fundiária Rural ocorreu no dia 07/12/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 19h às 21h, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, e contou com 135 pessoas no total, que foram divididas em 07 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa



na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficina Participativa do Segmento Regularização Fundiária Rural. Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 549** tais contribuições, resultaram em 94 transcrições e 227 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.

Gráfico 549 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Regularização Fundiária Rural).



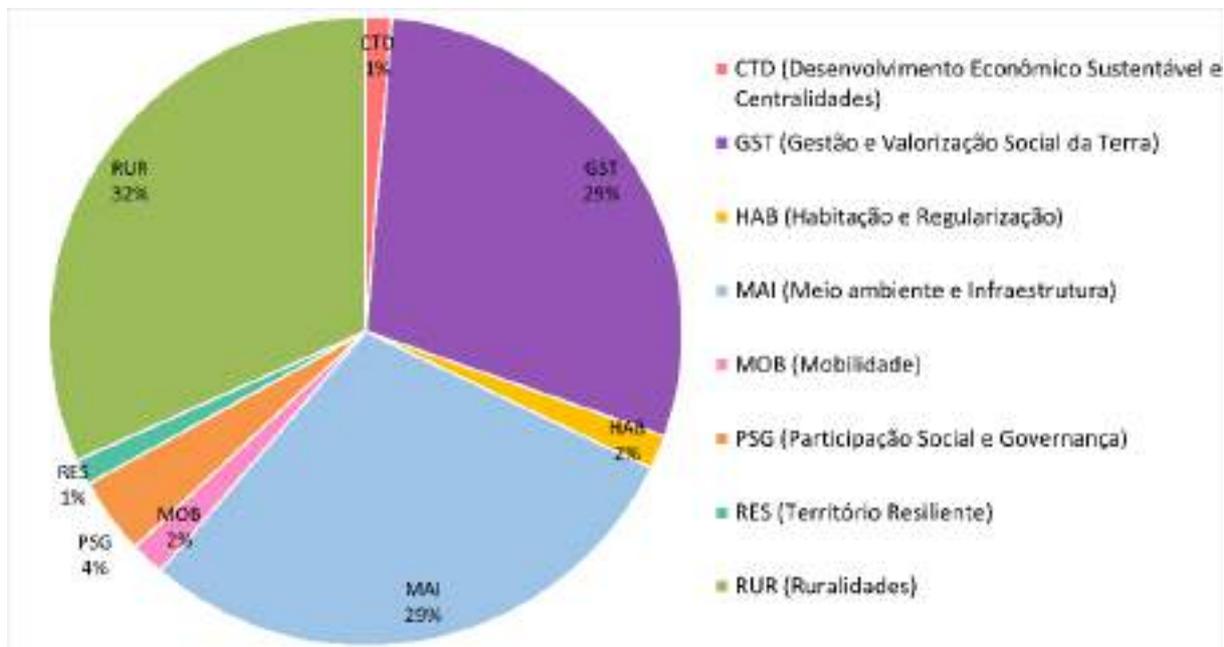
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 550** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Ruralidades, representando 32% das ocorrências; Eixo Gestão e Valorização Social da Terra e Eixo Meio ambiente e Infraestrutura, ambos representando 29% das ocorrências.



Gráfico 550 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Regularização Fundiária Rural).

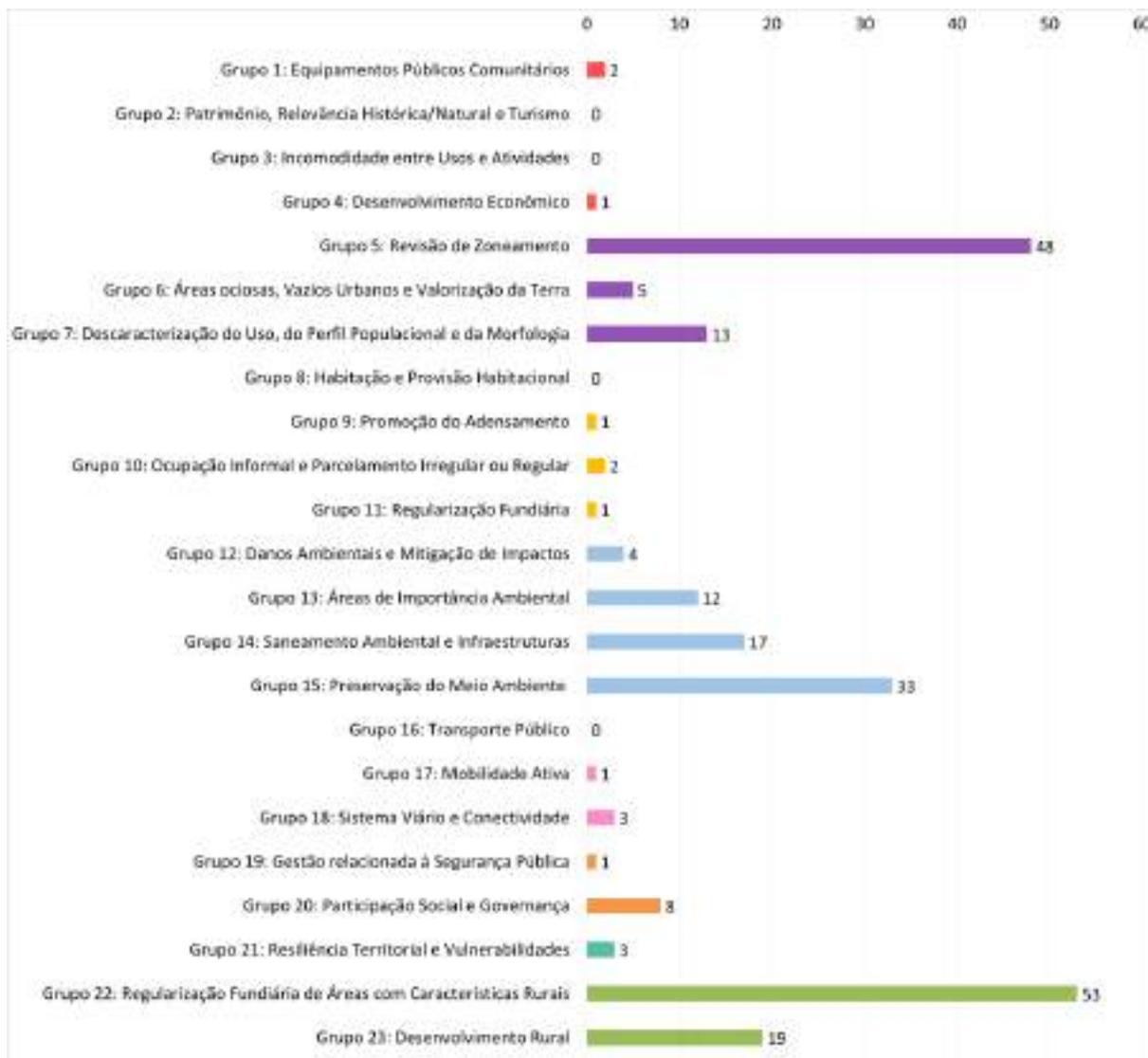


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 551**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 22 (Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais), que pertence ao Eixo Ruralidades, com 53 ocorrências; Grupo 5 (Revisão de Zoneamento), que pertence ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra, com 48 ocorrências; e Grupo 15 (Preservação do Meio Ambiente), que pertence ao Eixo Meio ambiente e Infraestrutura, com 33 ocorrências.



Gráfico 551 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Regularização Fundiária Rural).

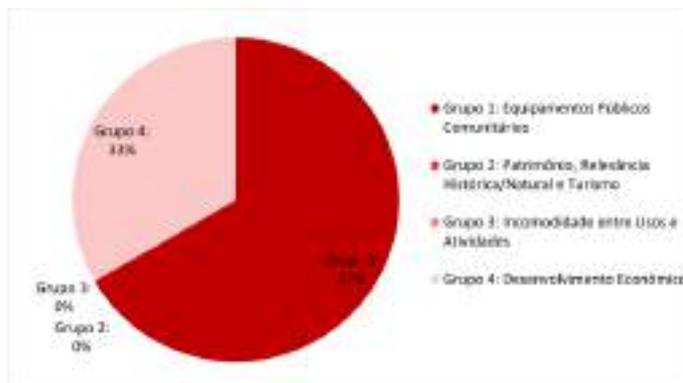


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 552**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 67% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 33% das ocorrências. O Grupo 3, relacionado a Incomodidade entre Usos e Atividades e o Grupo 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, ambos não apresentaram ocorrências.



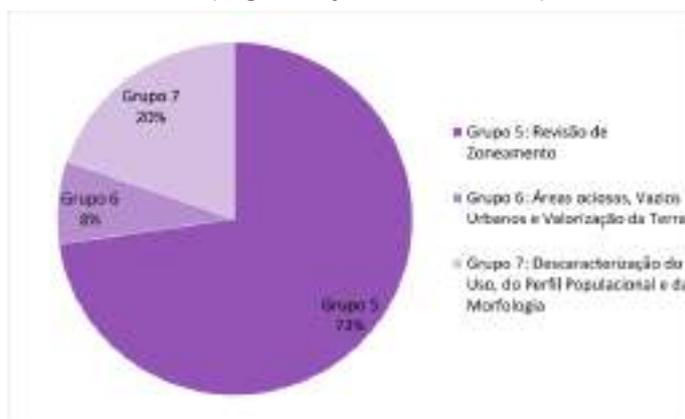
Gráfico 552 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Regularização Fundiária Rural).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 553** o Grupo 5, que trata da Revisão de Zoneamento, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 73% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 7, que se refere à Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, aparece representando 20% das ocorrências. Já o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, representa 8% das ocorrências.

Gráfico 553 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (Regularização Fundiária Rural).



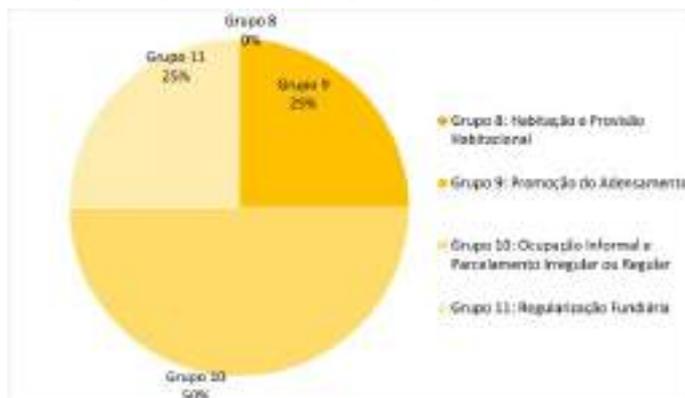
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 554** o Grupo 10, que trata de Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 50% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 9, que se refere à Promoção do Adensamento e o Grupo 11, relacionado a Regularização



Fundiária, ambos representam 25% das ocorrências, enquanto o Grupo, que aborda Habitação e Provisão Habitacional, não apresentou ocorrências.

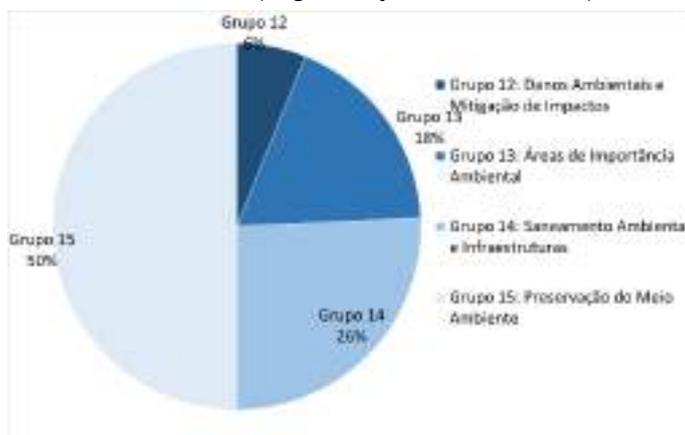
Gráfico 554 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (Regularização Fundiária Rural).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 555**, o Grupo 15, que trata das Preservação do Meio Ambiente, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 50% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 14, que se refere ao Saneamento Ambiental e Infraestruturas, aparece representando 26% das ocorrências. O Grupo 13, relacionado a Áreas de Importância Ambiental, representa 18% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 6% das ocorrências.

Gráfico 555 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (Regularização Fundiária Rural).

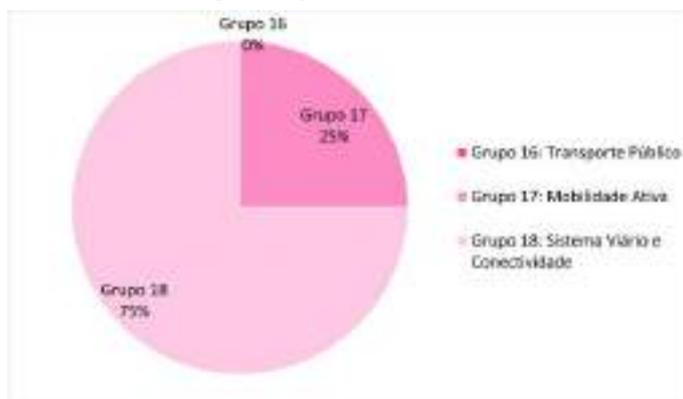


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 556**, o Grupo 18, que trata de Sistema Viário e Conectividade, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 75% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 17, que se refere à Mobilidade Ativa, aparece representando 25% das ocorrências. Já o Grupo 16, relacionado a Transporte Público, não apresentou ocorrências.

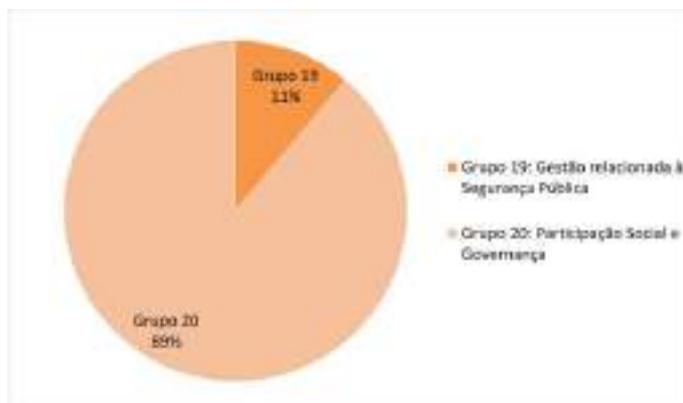
Gráfico 556 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (Regularização Fundiária Rural).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 557**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 89% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada a Segurança Pública, representa 11% das ocorrências.

Gráfico 557 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Regularização Fundiária Rural).

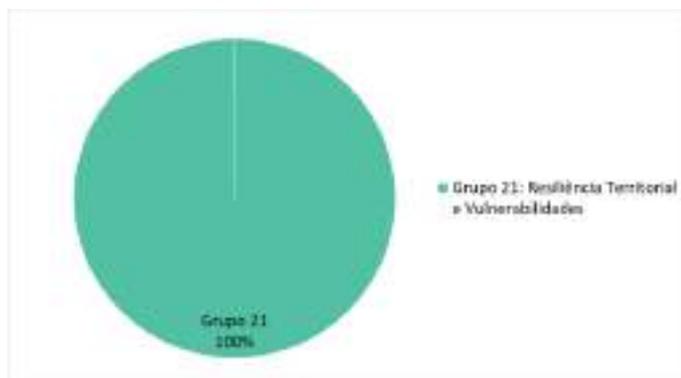


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 558** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

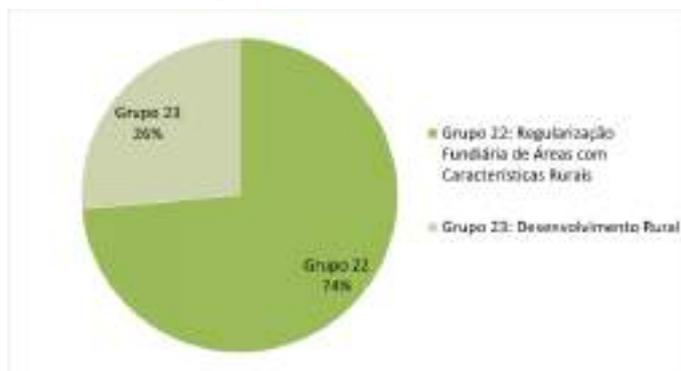
Gráfico 558 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (Regularização Fundiária Rural).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 559**, o Grupo 22, que trata de Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 74% das ocorrências. Já o Grupo 23, que se refere à Desenvolvimento Rural, representa 26% das ocorrências.

Gráfico 559 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (Regularização Fundiária Rural).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 164**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 164 – Ocorrências de Problemáticas – Regularização Fundiária Rural.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 9	Há demandas relacionadas a promoção do adensamento.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



7.3.19 54ª Oficina Participativa: Produtores Rurais

Quadro 165 – Ficha Resumo da Oficina Participativa – Produtores Rurais.

Data da Oficina Participativa:	14/12/2023
Local da Oficina Participativa:	Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar
Quantidade de participantes:	54 (População) 21 (Técnicos GDF)
Dinâmica:	Seminário e pontos no mapa

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Figura 65 – Fotografias da Oficina Participativa – Produtores Rurais.



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

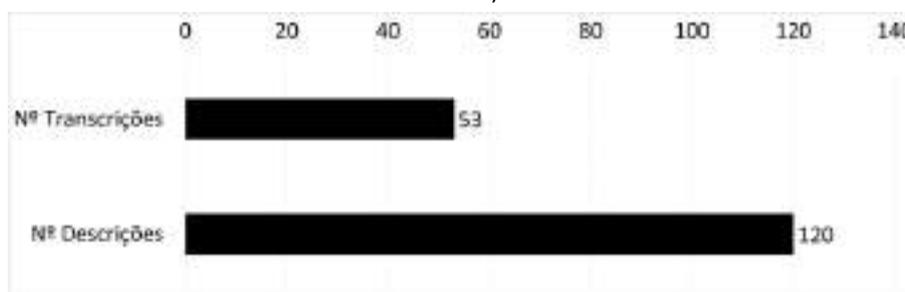
A **55ª Oficina Participativa – Produtores Rurais** ocorreu no dia 14/12/2023, na modalidade presencial. O evento ocorreu de 19h às 21h, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, e contou com 75 pessoas no total, que foram divididas em 05 grupos de discussão. É possível acessar os registros desta Oficina Participativa na íntegra no site do PDOT, disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/OficinasParticipativas>.

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise quantitativa das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram 802



coletadas na Oficina Participativa do Segmento de Produtores Rurais. Nesse contexto, como mostra do **Gráfico 560** tais contribuições, resultaram em 53 transcrições e 120 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. Portanto, a disparidade entre os valores de Transcrição e Descrição reflete a abrangência dos temas abordados pela população e a necessidade de fragmentação de suas contribuições.

Gráfico 560 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Produtores Rurais).



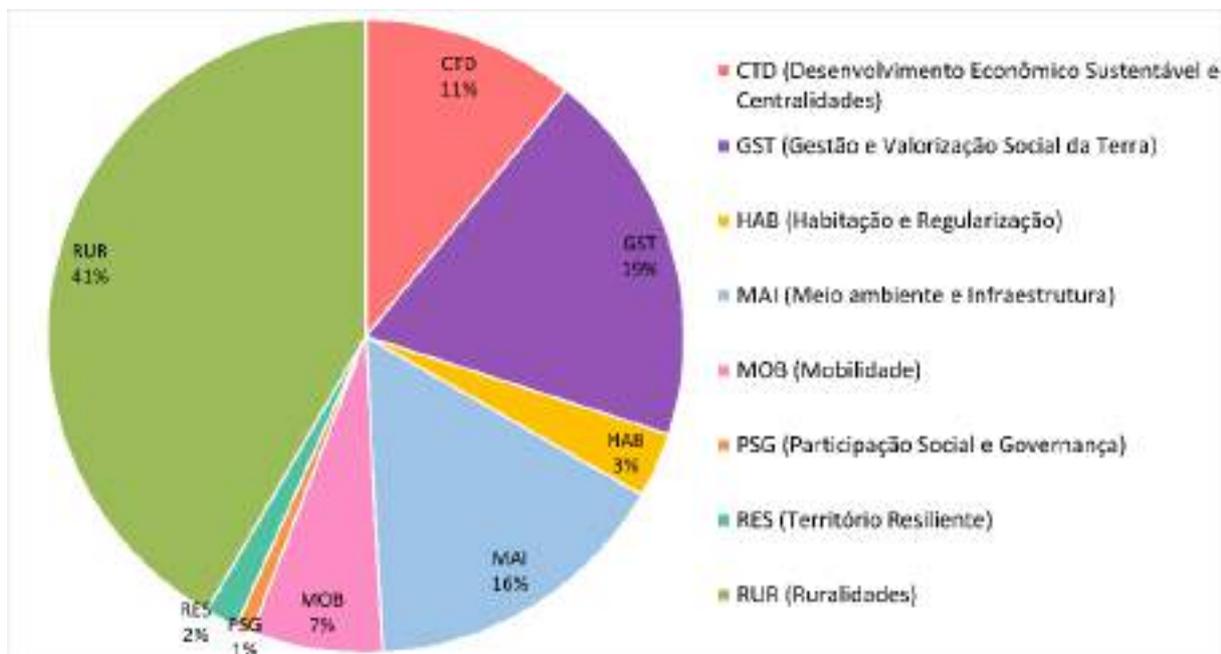
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. Nesse contexto, a definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 561** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Ruralidades, representando 41% das ocorrências; Eixo Gestão e Valorização Social da Terra, representando 19% das ocorrências; e Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 16% das ocorrências.



Gráfico 561 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Produtores Rurais).

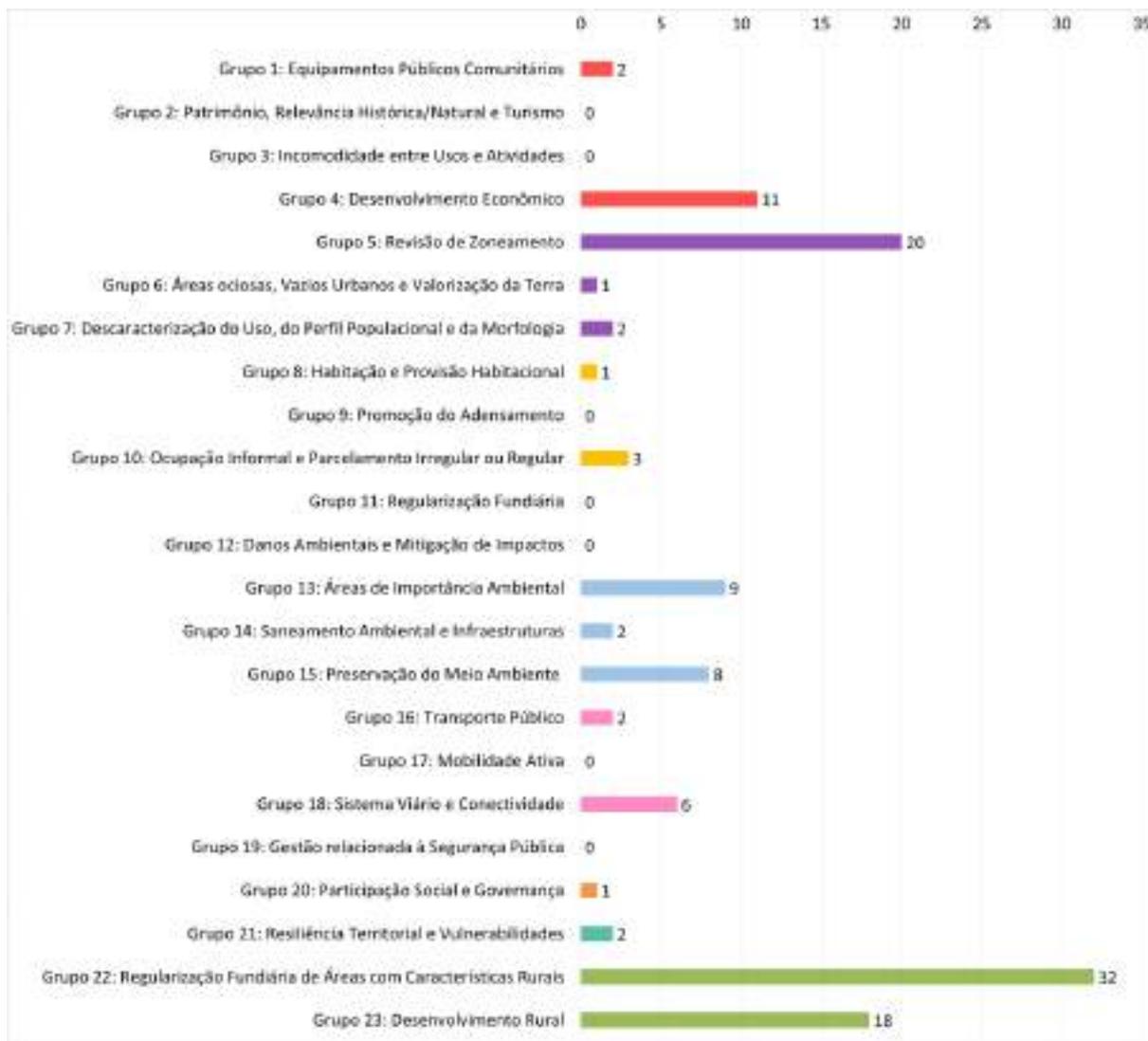


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 562**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 22 (Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais), que pertence ao Eixo Ruralidades, com 32 ocorrências; Grupo 5 (Revisão de Zoneamento), que pertence ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra, com 20 ocorrências; e Grupo 23 (Desenvolvimento Rural), que pertence ao Eixo Ruralidades, com 18 ocorrências.



Gráfico 562 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Produtores Rurais).

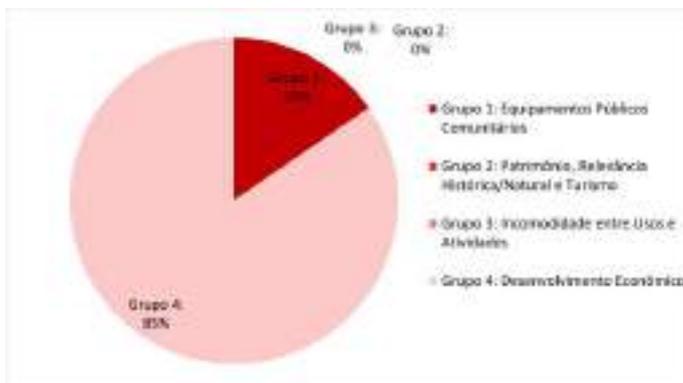


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 563**, o Grupo 4, que trata de Desenvolvimento Econômico, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 85% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 1, que se refere à Equipamentos Públicos Comunitários, aparece representando 15% das ocorrências. O Grupo 3, relacionado a Incomodidade entre Usos e Atividades e o Grupo 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, não apresentam ocorrências.



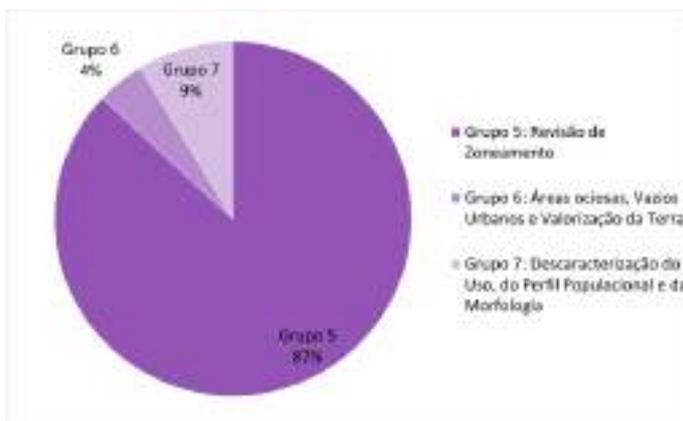
Gráfico 563 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Produtores Rurais).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 564** o Grupo 5, que trata da Revisão de Zoneamento, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 87% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 7, que se refere à Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, aparece representando 9% das ocorrências. Já o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, representa 4% das ocorrências.

Gráfico 564 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (Produtores Rurais).



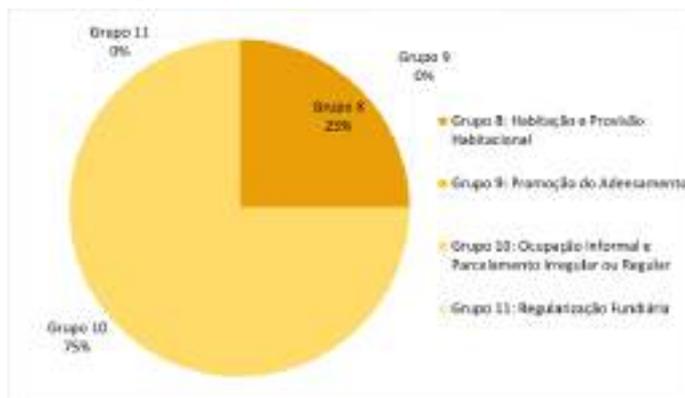
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 565**, o Grupo 10, que se refere à Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, aparece representando 75% das ocorrências. Em seguida, O Grupo 8, relacionado a Habitação e



Provimento Habitacional, representa 25% das ocorrências. O Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, e o Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, não apresentam ocorrências.

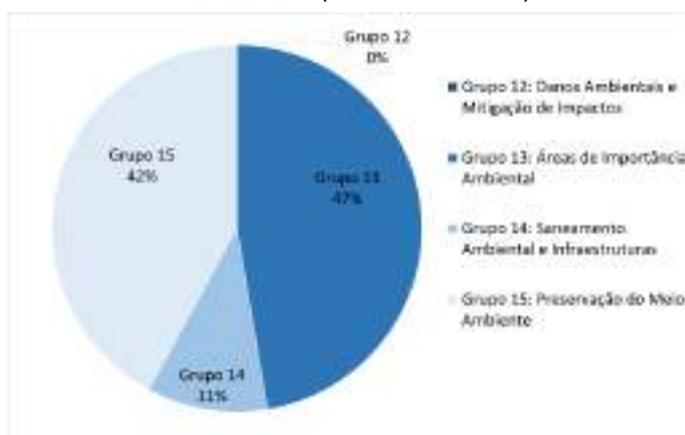
Gráfico 565 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (Produtores Rurais).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 566**, o Grupo 13, que trata das Áreas de Importância Ambiental, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 47% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, representa 42% das ocorrências. O Grupo 14, que se refere ao Saneamento Ambiental e Infraestruturas, aparece representando 11% das ocorrências. Enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, não apresenta ocorrências

Gráfico 566 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (Produtores Rurais).

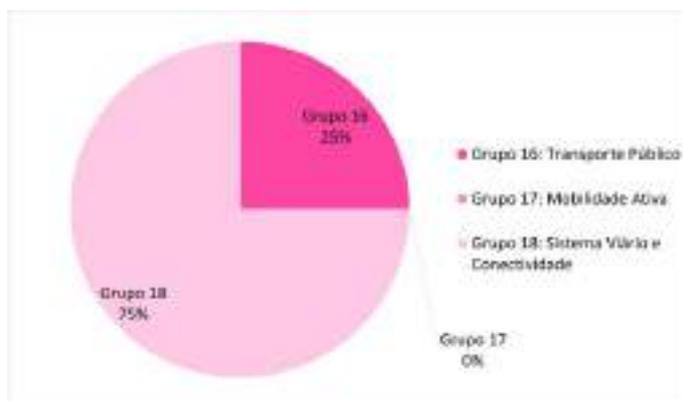


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 567**, o Grupo 18, que trata de Sistema Viário e Conectividade, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 75% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 16, relacionado a Transporte Público, representa 25% das ocorrências. O Grupo 17, que se refere à Mobilidade Ativa, não apresenta ocorrências.

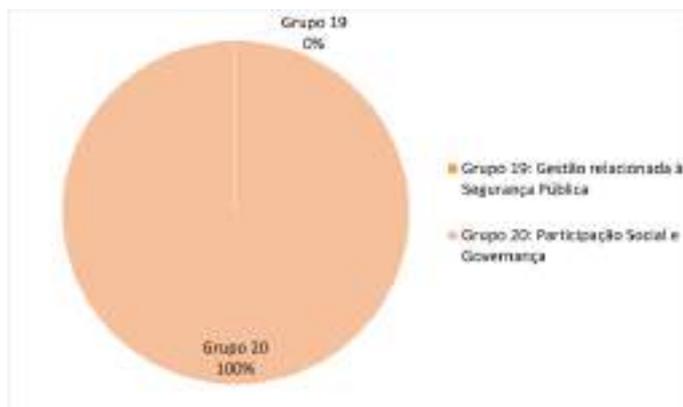
Gráfico 567 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (Produtores Rurais).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 568**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, apresenta 100% das ocorrências. O Grupo 19, de Gestão Relacionada a Segurança Pública, não apresenta ocorrências.

Gráfico 568 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Produtores Rurais).

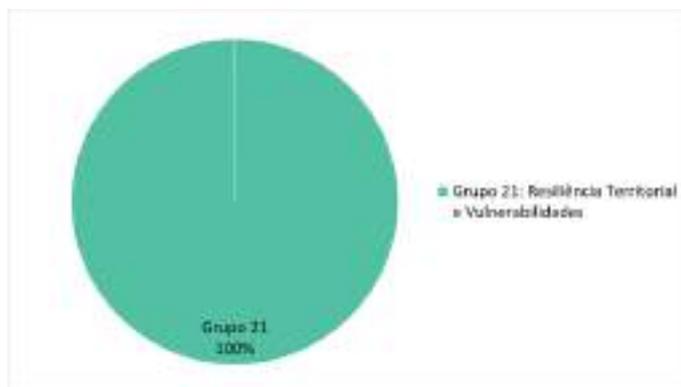


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 569** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

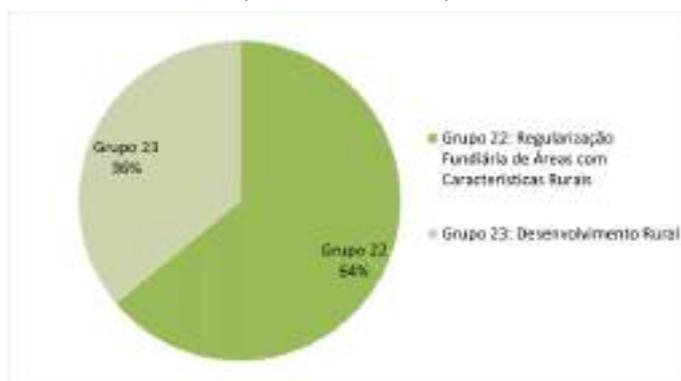
Gráfico 569 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (Produtores Rurais).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 570**, o Grupo 22, que se refere à Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, representa 64% das ocorrências. Enquanto o Grupo 23, que trata de Desenvolvimento Rural, representa 36% das ocorrências.

Gráfico 570 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (Produtores Rurais).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 166**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 166 – Ocorrências de Problemáticas – Produtores Rurais.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.4 SÍNTESES DOS RESULTADOS DAS OFICINAS PARTICIPATIVAS

7.4.1 Síntese dos resultados das Oficinas Participativas por RA aplicados às Unidades de Planejamento Territorial (UPT)

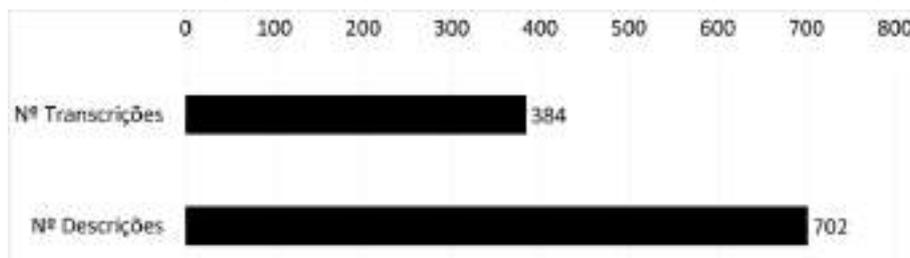
7.4.1.1 UPT Central

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na Oficinas Participativas das RA que compõem a UPT Central. Assim, como mostra do **Gráfico 571**, tais contribuições resultaram em 384 transcrições e 702 descrições. A Transcrição é a representação escrita



do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Gráfico 571 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (UPT Central).



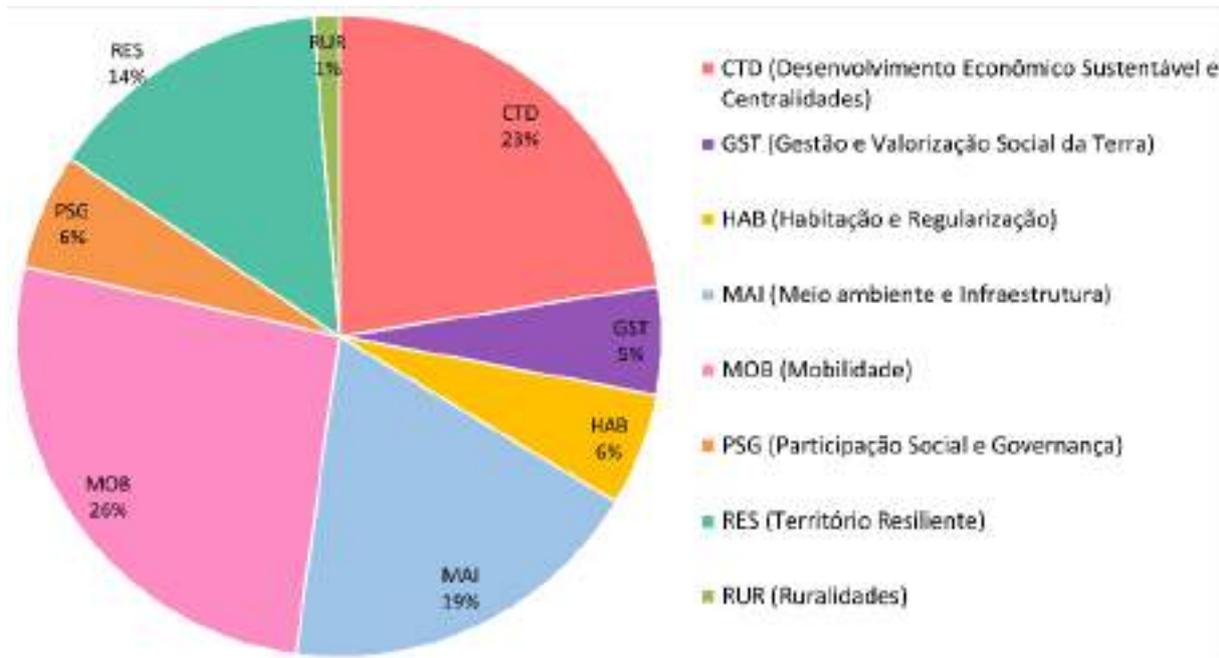
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. A definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 572** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Mobilidade, representando 26% das ocorrências; Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 23% das ocorrências; e Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 19% das ocorrências.



Gráfico 572 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da UPT Central.

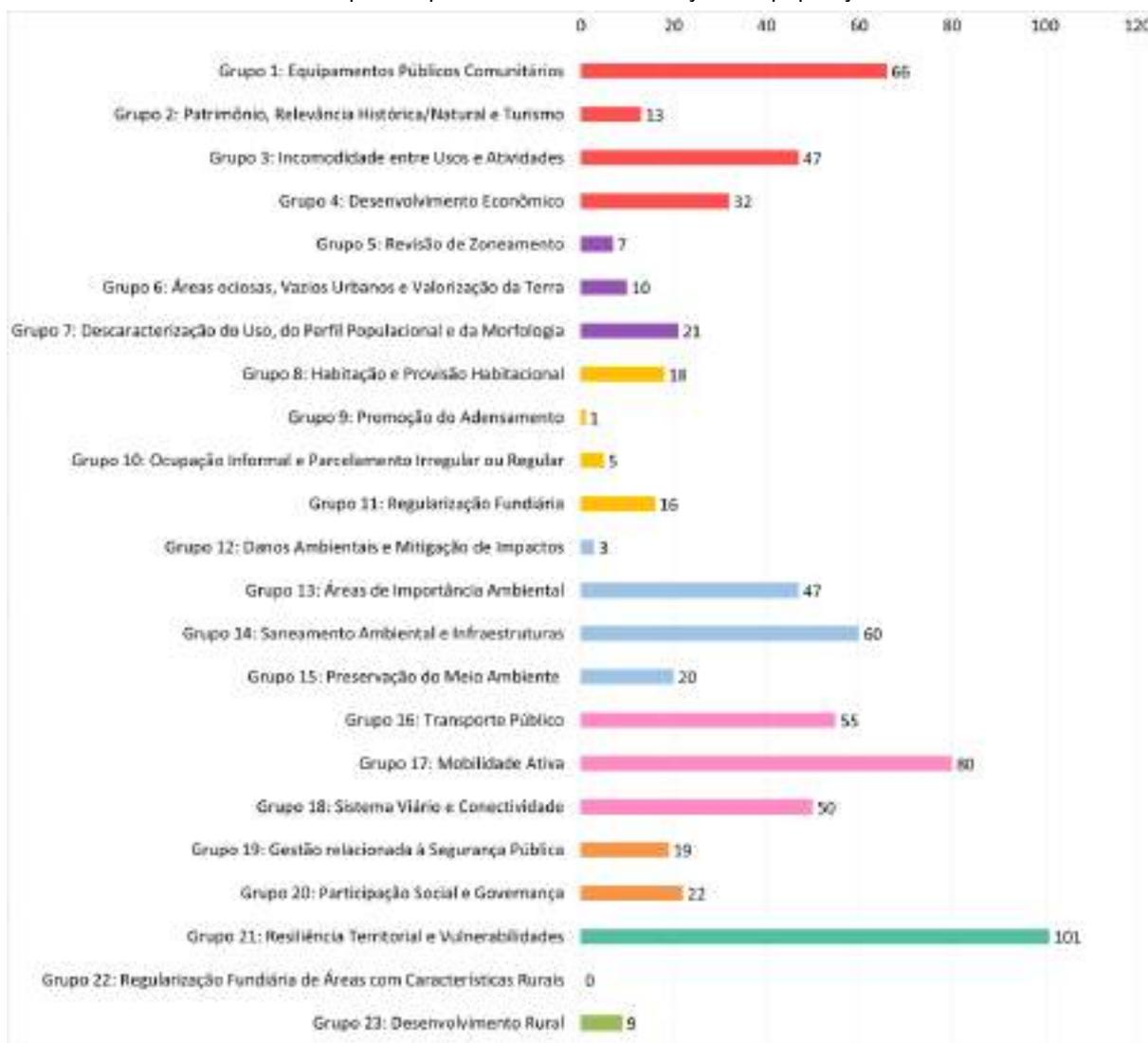


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 573**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 21 (Resiliência Territorial e Vulnerabilidades), que pertence ao Eixo Território Resiliente, com 101 ocorrências; Grupo 17 (Mobilidade Ativa), que pertence ao Eixo Mobilidade, com 80 ocorrências; e Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 66 ocorrências.



Gráfico 573 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da UPT Central.

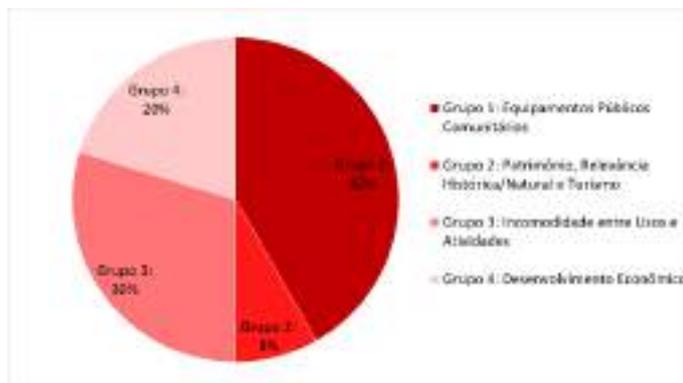


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 574**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 42% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 3, que se refere à Incomodidade entre Usos e Atividades, aparece representando 30% das ocorrências. O Grupo 4, relacionado ao Desenvolvimento Econômico, representa 20% das ocorrências, enquanto o Grupo 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, representa 8% das ocorrências.



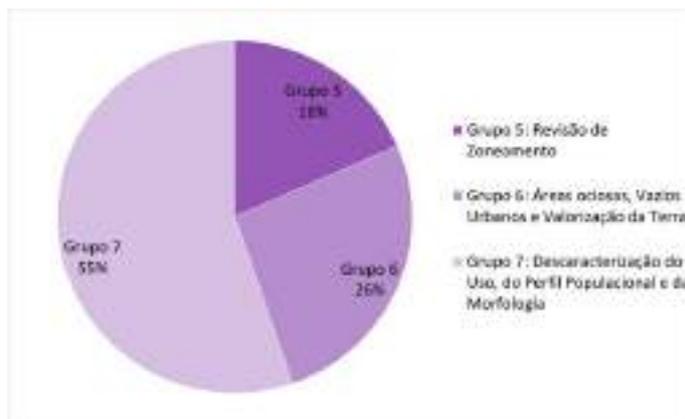
Gráfico 574 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (UPT Central).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 575** o Grupo 7, que trata da Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 55% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 6, que se refere à Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, aparece representando 26% das ocorrências. Já o Grupo 5, relacionado a Revisão de Zoneamento, representa 18% das ocorrências.

Gráfico 575 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (UPT Central).



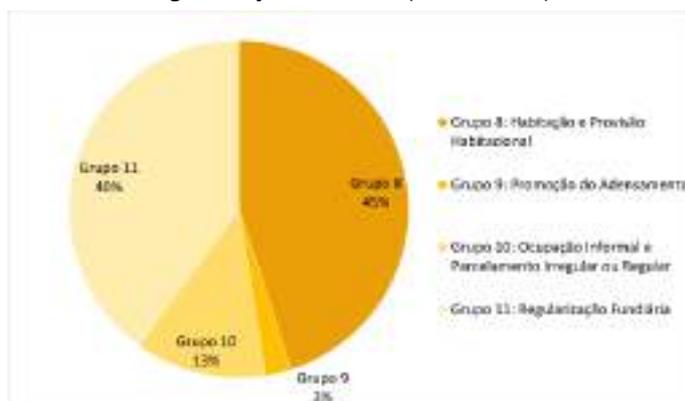
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 576**, o Grupo 8, que trata de Habitação e Provimento Habitacional, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 45% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 11, que se refere à Regularização Fundiária, aparece representando 40% das ocorrências. O Grupo 10,



relacionado a Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, representa 13% das ocorrências, enquanto o Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, representa 3% das ocorrências.

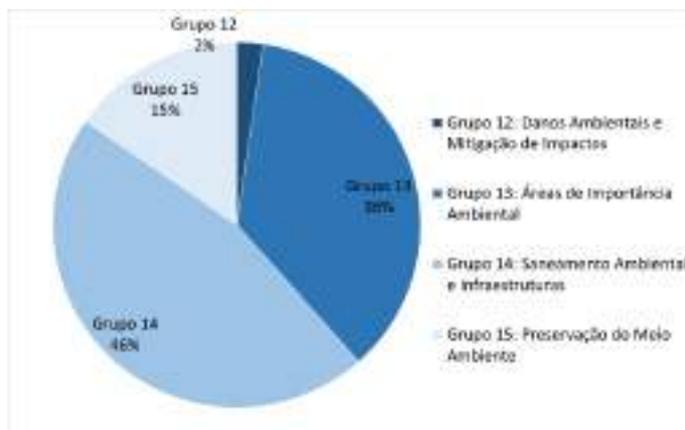
Gráfico 576 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (UPT Central).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 577**, o Grupo 14, que trata de Saneamento Ambiental e Infraestruturas, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 46% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 13, que se refere às Áreas de Importância Ambiental, aparece representando 36% das ocorrências. O Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, representa 15% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 2% das ocorrências.

Gráfico 577 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (UPT Central).

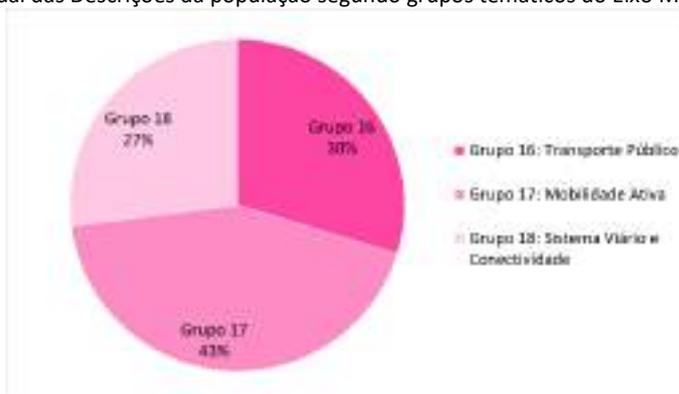


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 578**, o Grupo 17, que trata de Mobilidade Ativa, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 43% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 16, que se refere ao Transporte Público, aparece representando 30% das ocorrências. Já o Grupo 18, relacionado a Sistema Viário e Conectividade, representa 27% das ocorrências.

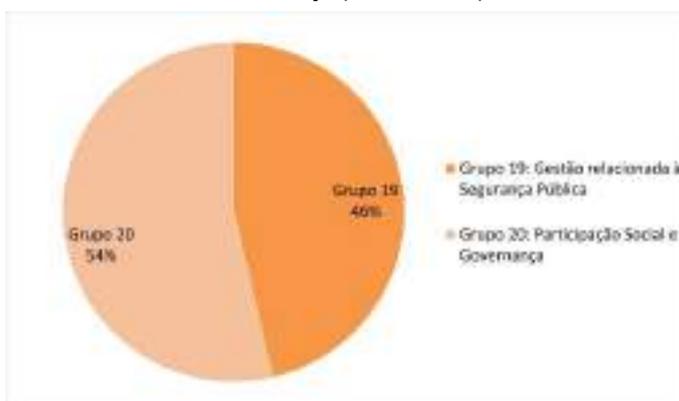
Gráfico 578 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (UPT Central).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 579**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 54% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada a Segurança Pública, representa 46% das ocorrências.

Gráfico 579 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (UPT Central).



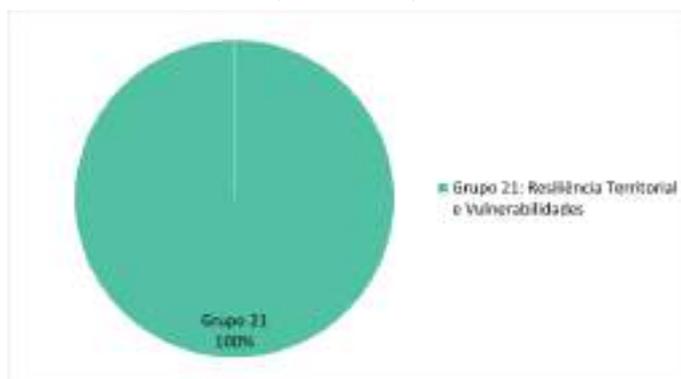
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 580** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território



Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

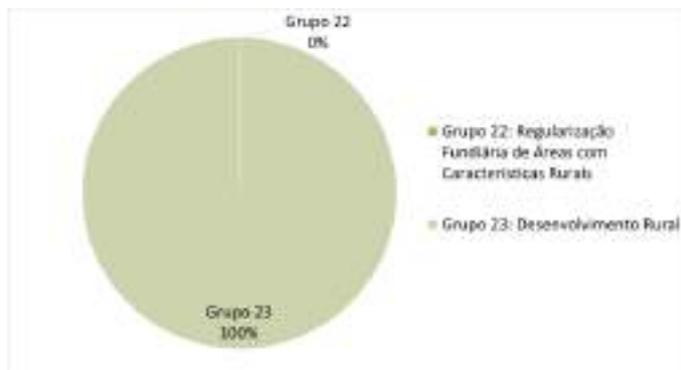
Gráfico 580 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (UPT Central).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 581**, o Grupo 23, que trata de Desenvolvimento Rural, obtém 100% das ocorrências nas contribuições da população. O Grupo 22, que se refere à Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, não apresenta ocorrências.

Gráfico 581 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (UPT Central).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 167**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 167 – Ocorrências de Problemáticas – UPT Central.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 9	Há demandas relacionadas a promoção do adensamento.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.4.1.2 UPT Central Adjacente I

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas nas Oficinas Participativas das RA que compõem a UPT Central Adjacente I. Assim, como mostra do **Gráfico 582**, tais contribuições resultaram em 458 transcrições e 1041 descrições. A Transcrição é a



representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Gráfico 582 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (UPT Central Adjacente I).



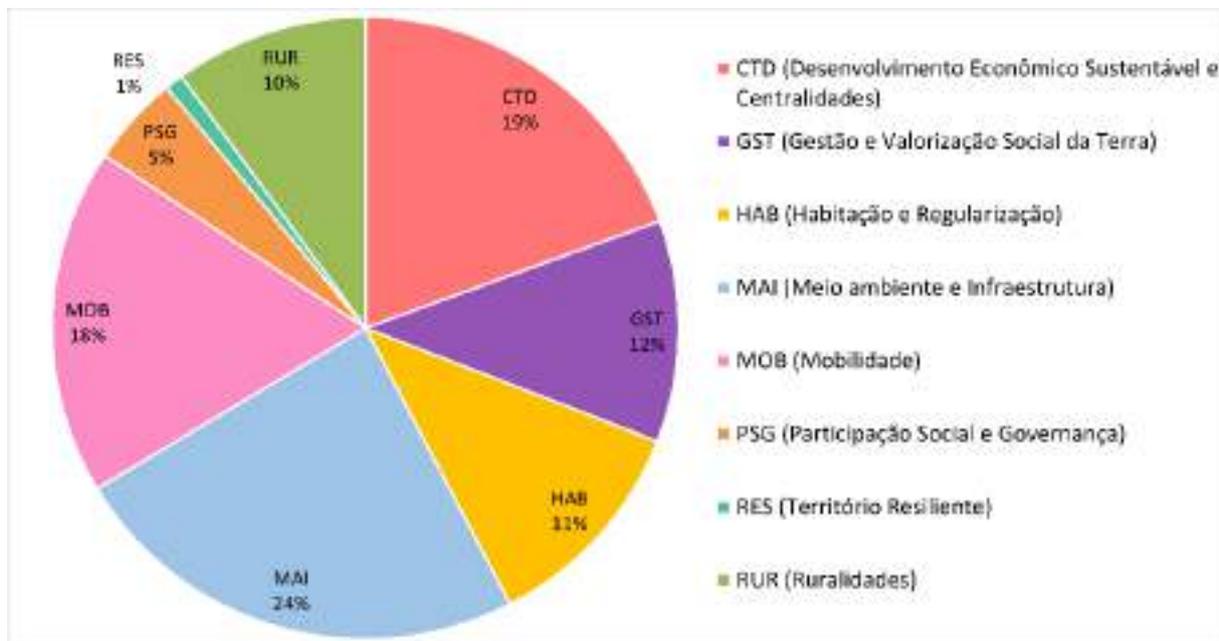
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. A definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 583** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 24% das ocorrências; Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades representando 19% das ocorrências e Eixo Mobilidade e representando 18% das ocorrências.



Gráfico 583 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da UPT Central Adjacente I.

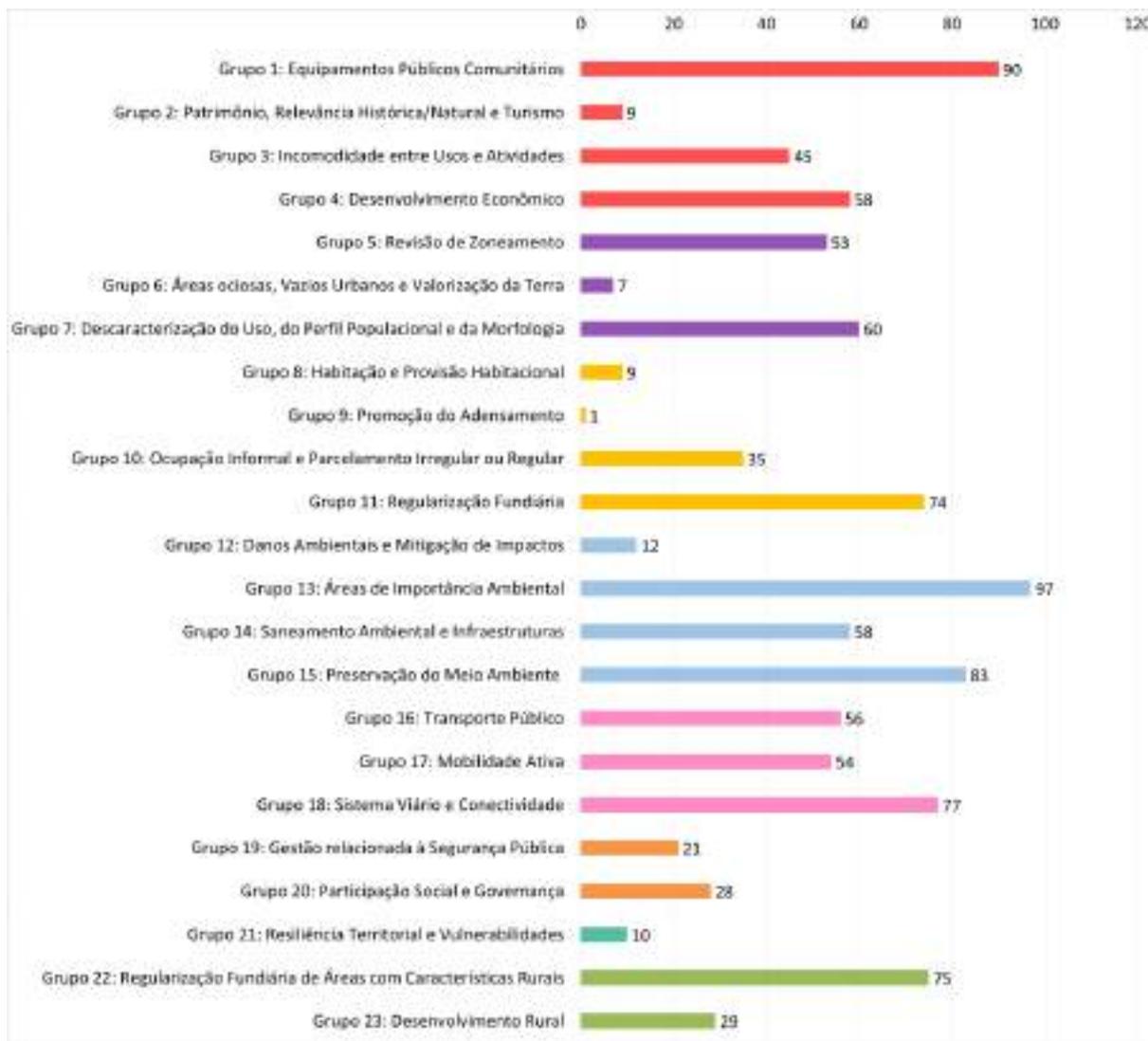


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 584**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 13 (Áreas de Importância Ambiental), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 97 ocorrências; Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 90 ocorrências; e Grupo 15 (Preservação do Meio Ambiente), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 83 ocorrências.



Gráfico 584 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da UPT Central Adjacente I.

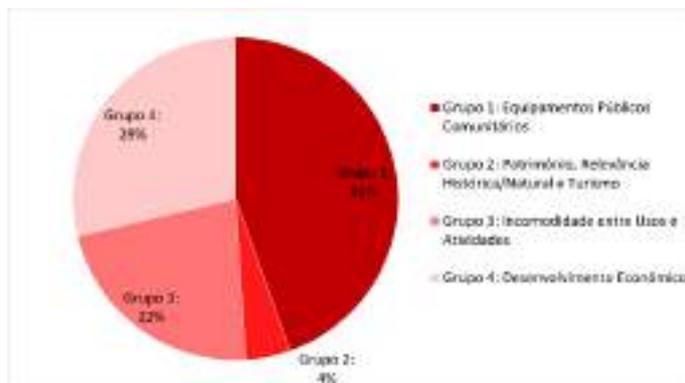


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 585**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 45% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 29% das ocorrências. O Grupo 3, relacionado a Incomodidade entre Usos e Atividades, representa 22% das ocorrências, enquanto o Grupo 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, representa 4% das ocorrências.



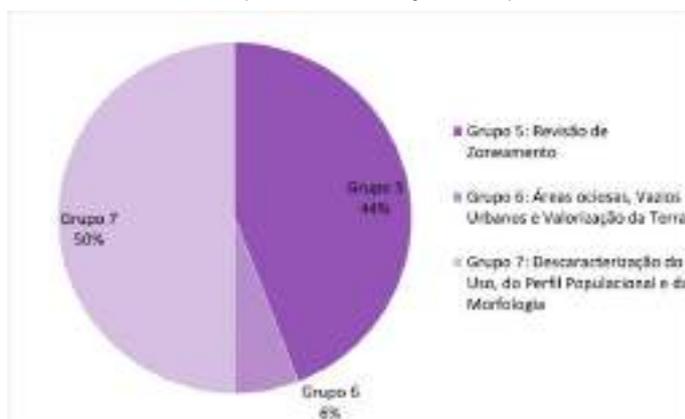
Gráfico 585 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (UPT Central Adjacente I).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 586** o Grupo 7, que trata da Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 50% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 5, que se refere à Revisão de Zoneamento, aparece representando 44% das ocorrências. Já o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, representa 6% das ocorrências.

Gráfico 586 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (UPT Central Adjacente I).



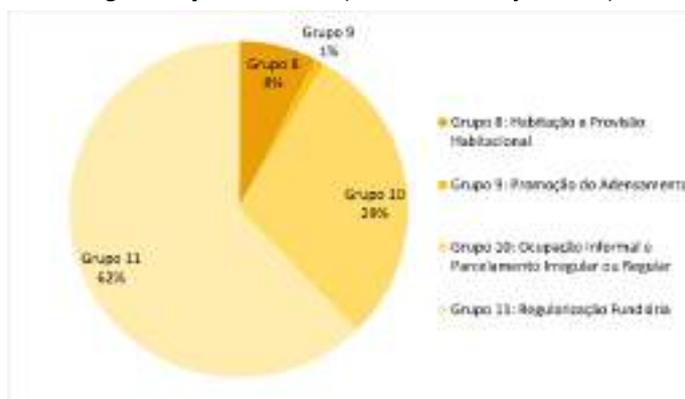
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 587** o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 62% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 10, que se refere à Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, aparece representando 29% das



ocorrências. O Grupo 8, relacionado a Habitação e Provimento Habitacional, representa 8% das ocorrências, enquanto o Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, representa 1% das ocorrências.

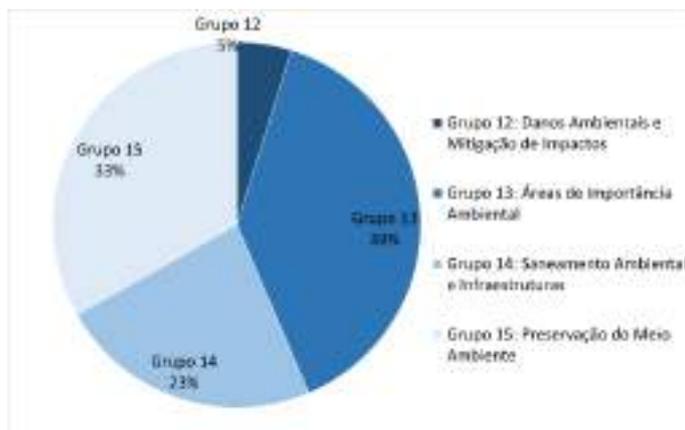
Gráfico 587 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (UPT Central Adjacente I).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 588**, o Grupo 13, que trata das Áreas de Importância Ambiental, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 39% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 15, que se refere ao Preservação do Meio Ambiente, aparece representando 33% das ocorrências. O Grupo 14, relacionado a Saneamento Ambiental, representa 23% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 5% das ocorrências.

Gráfico 588 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (UPT Central Adjacente I).

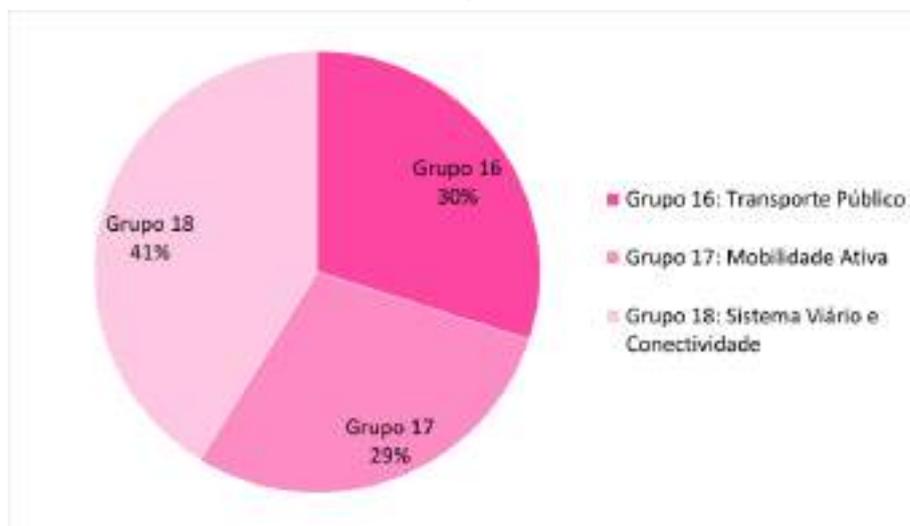


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 589**, o Grupo 18, que trata de Sistema Viário e Conectividade, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 41% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 16, que se refere à Transporte Público, aparece representando 30% das ocorrências. Já o Grupo 17, relacionado a Mobilidade Ativa, representa 29% das ocorrências.

Gráfico 589 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (UPT Central Adjacente I).

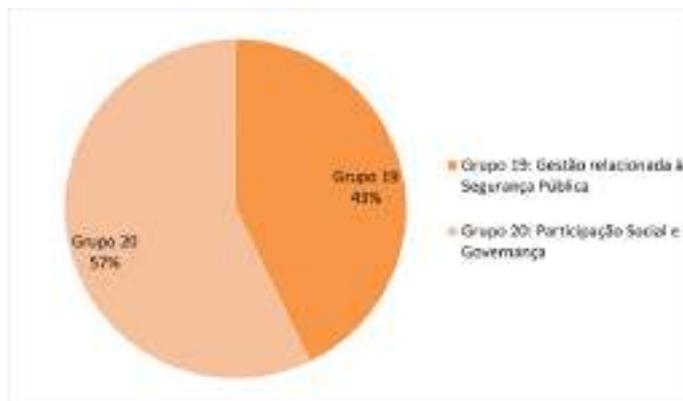


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 590**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 57% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada a Segurança Pública, representa 43% das ocorrências.



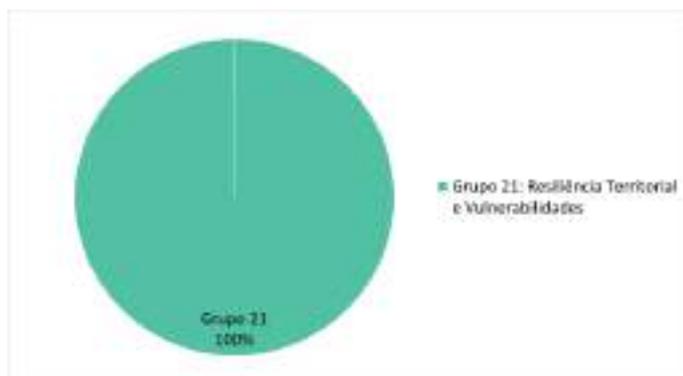
Gráfico 590 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (UPT Central Adjacente I).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 591** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

Gráfico 591 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente(UPT Central Adjacente I).

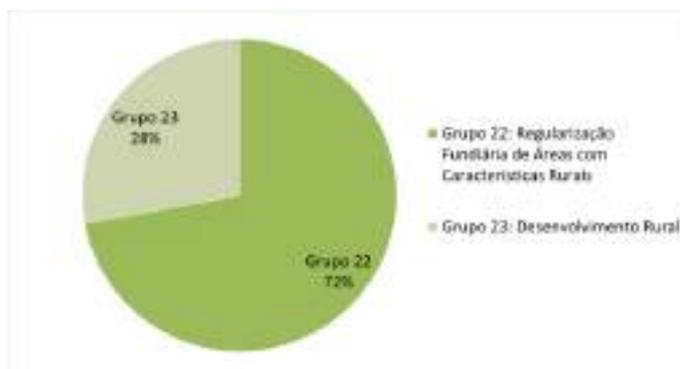


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 592**, o Grupo 22, que trata de Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 72% das ocorrências. Já o Grupo 23, que se refere à Desenvolvimento Rural, representa 28% das ocorrências.



Gráfico 592 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (UPT Central Adjacente I).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 168**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. A UPT Central Adjacente I teve ocorrências das 23 Problemáticas listadas.

Quadro 168 – Ocorrências de Problemáticas – UPT Central Adjacente I.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 9	Há demandas relacionadas a promoção do adensamento.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.



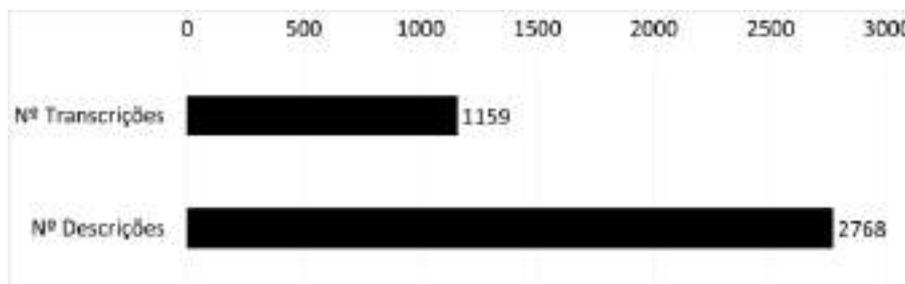
Código	Problemática
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.4.1.3 UPT Central Adjacente II

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas nas Oficinas Participativas das RA que compõem a UPT Central Adjacente II. Assim, como mostra do **Gráfico 593**, tais contribuições resultaram em 1159 transcrições e 2768 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Gráfico 593 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (UPT Central Adjacente II).



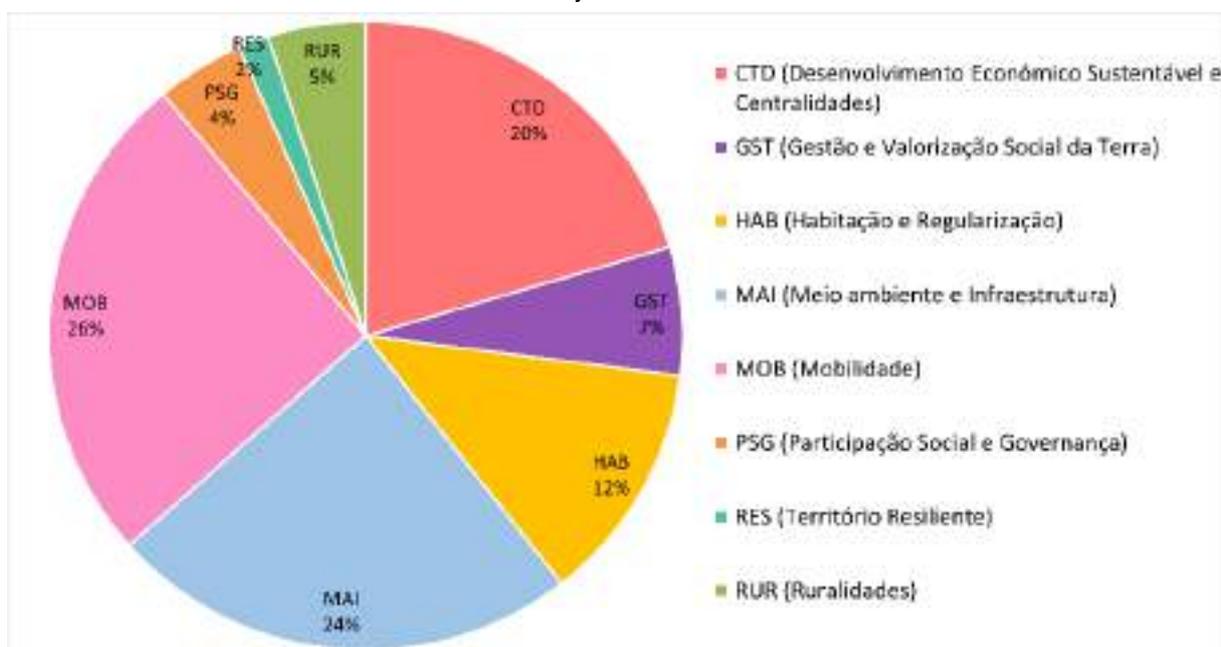
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. A definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.



Portanto, conforme mostra o **Gráfico 594** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Mobilidade, representando 26% das ocorrências; Eixo Meio ambiente e Infraestrutura, representando 24% das ocorrências; e Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 20% das ocorrências.

Gráfico 594 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da UPT Central Adjacente II.

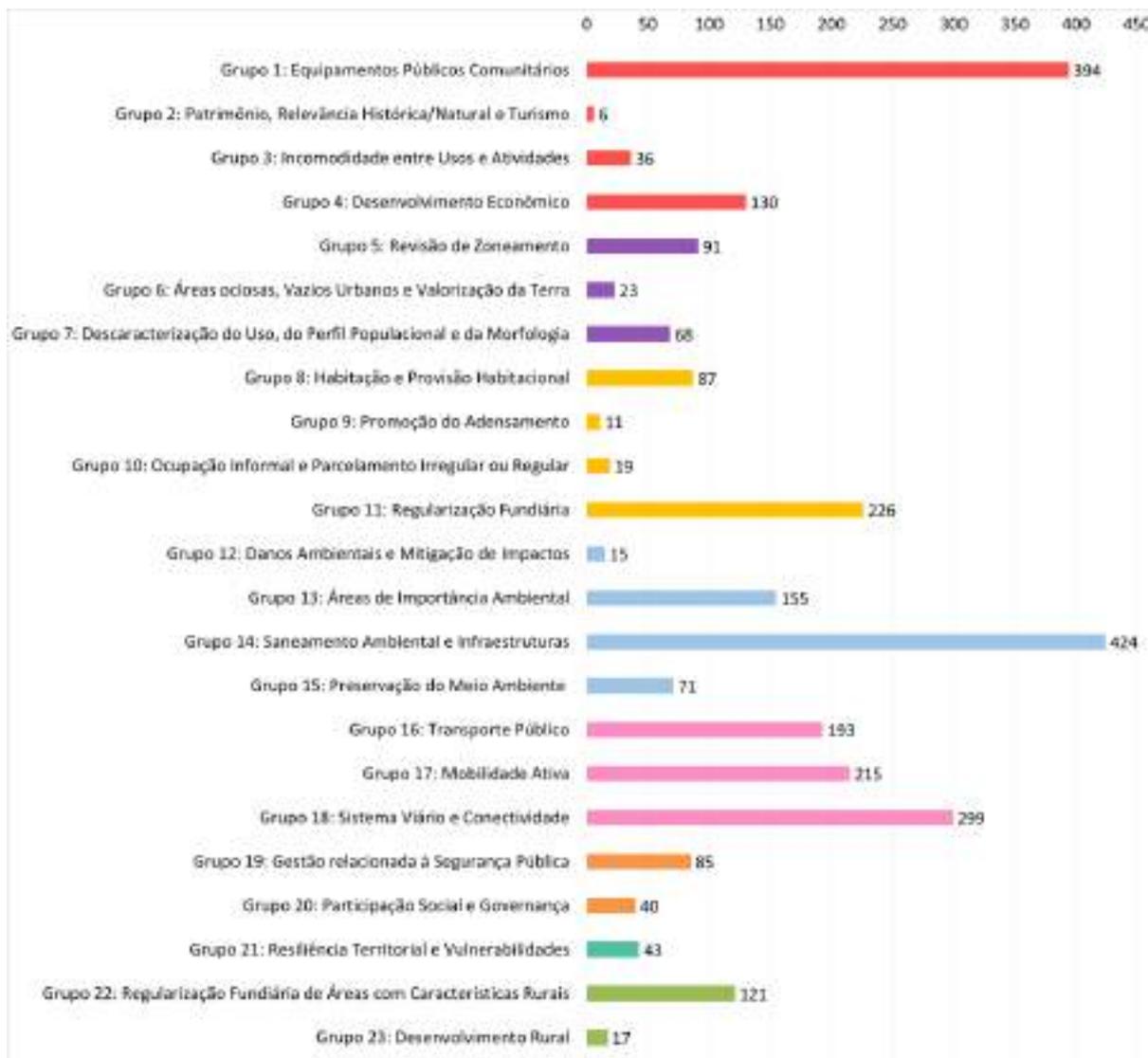


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 595**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 14 (Saneamento Ambiental e Infraestruturas), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 424 ocorrências; Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 394 ocorrências; e Grupo 18 (Sistema Viário e Conectividade), que pertence ao Eixo Mobilidade, com 299 ocorrências.



Gráfico 595 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da UPT Central Adjacente II.

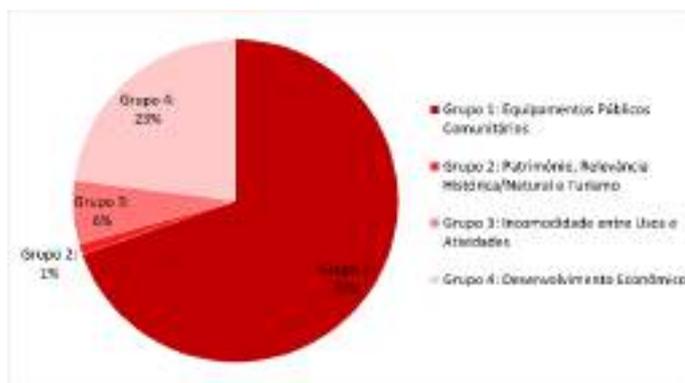


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 596**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 70% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 23% das ocorrências. O Grupo 3, relacionado a Incomodidade entre Usos e Atividades, representa 6% das ocorrências, enquanto o Grupo 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, representa 1% das ocorrências.



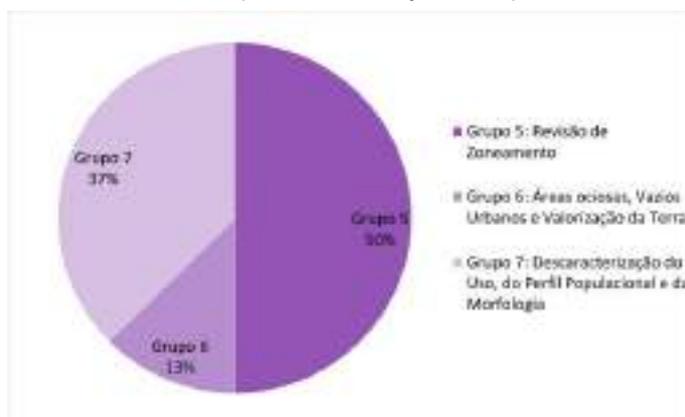
Gráfico 596 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (UPT Central Adjacente II).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 597** o Grupo 5, que trata da Revisão de Zoneamento, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 50% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 7, que se refere à Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, aparece representando 37% das ocorrências. Já o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, representa 13% das ocorrências.

Gráfico 597 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (UPT Central Adjacente II).



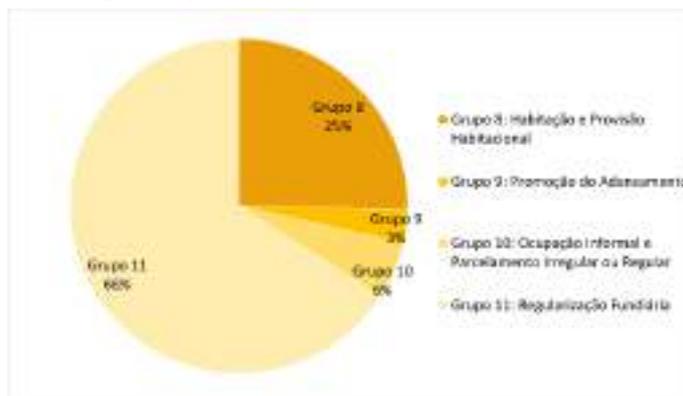
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 598** o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 66% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 8, que se refere à Habitação e Provisão Habitacional, aparece representando 25% das ocorrências. O Grupo 10,



relacionado a Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, representa 6% das ocorrências, enquanto o Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, representa 3% das ocorrências.

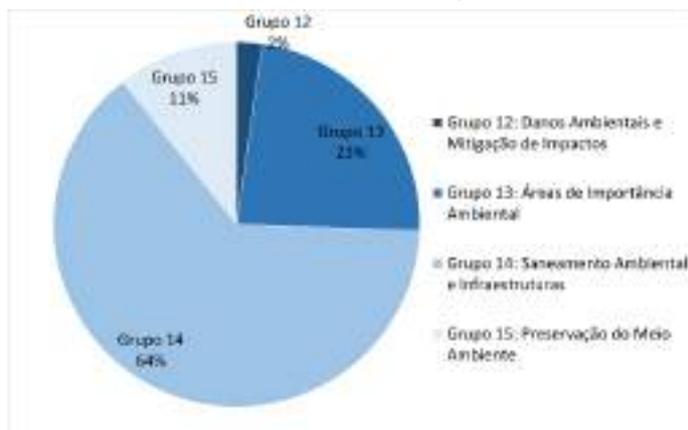
Gráfico 598 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (UPT Central Adjacente II).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 599**, o Grupo 14, que trata das Saneamento Ambiental e Infraestruturas, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 64% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 13, que se refere ao Áreas de Importância Ambiental, aparece representando 23% das ocorrências. O Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, representa 11% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 2% das ocorrências.

Gráfico 599 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (UPT Central Adjacente II).

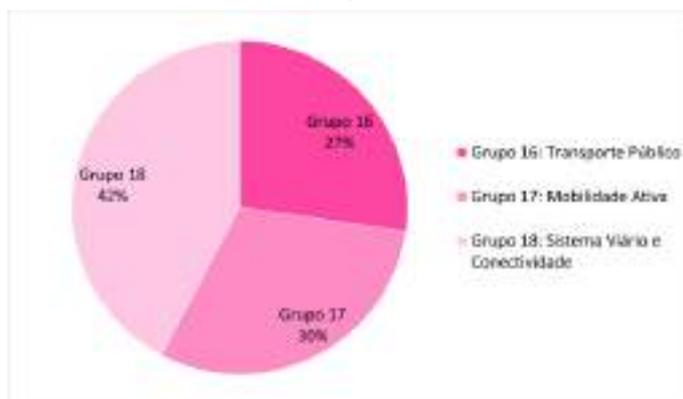


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 600**, o Grupo 18, que trata de Sistema Viário e Conectividade, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 42% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 17, que se refere à Mobilidade Ativa, aparece representando 30% das ocorrências. Já o Grupo 16, relacionado a Transporte Público, representa 27% das ocorrências.

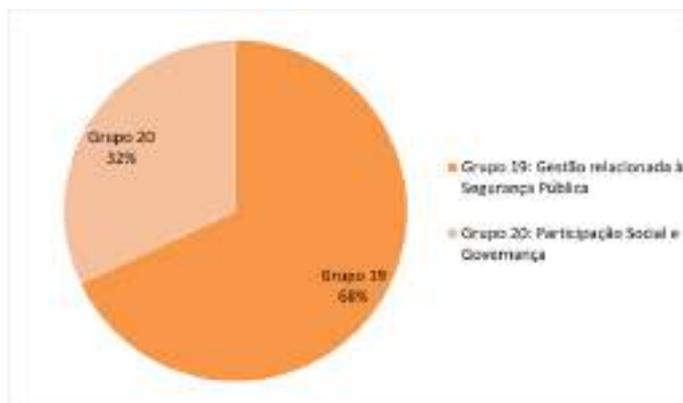
Gráfico 600 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (UPT Central Adjacente II).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 601**, o Grupo 19, que trata de Gestão Relacionada a Segurança Pública, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 68% das ocorrências. Já o Grupo 20, de Participação Social e Governança, representa 32% das ocorrências.

Gráfico 601 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (UPT Central Adjacente II).

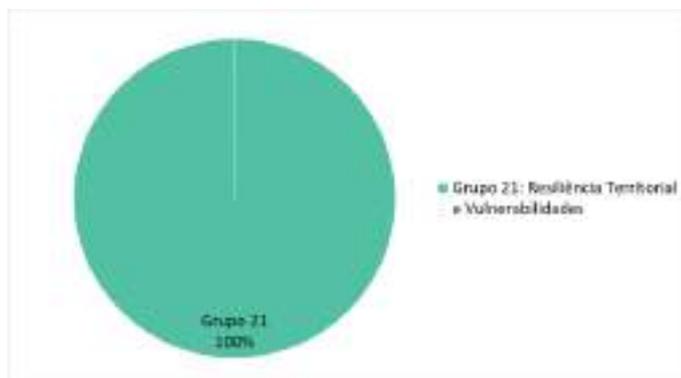


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 602** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

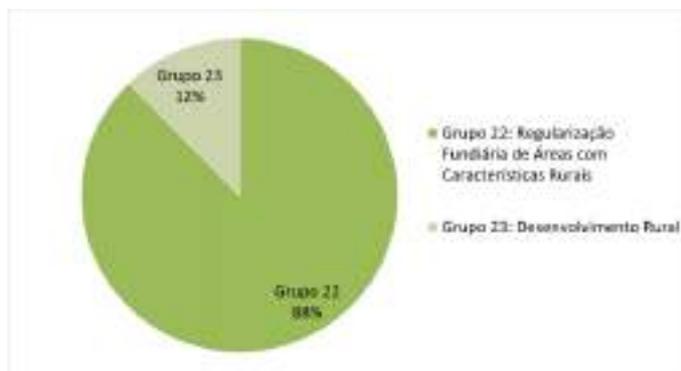
Gráfico 602 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (UPT Central Adjacente II).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 603**, o Grupo 22, que trata de Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 88% das ocorrências. Já o Grupo 23, que se refere à Desenvolvimento Rural, representa 12% das ocorrências.

Gráfico 603 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (UPT Central Adjacente II).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 169**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. A UPT Central Adjacente II teve ocorrências das 23 Problemáticas listadas.

Quadro 169 – Ocorrências de Problemáticas – UPT Central Adjacente II.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 9	Há demandas relacionadas a promoção do adensamento.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

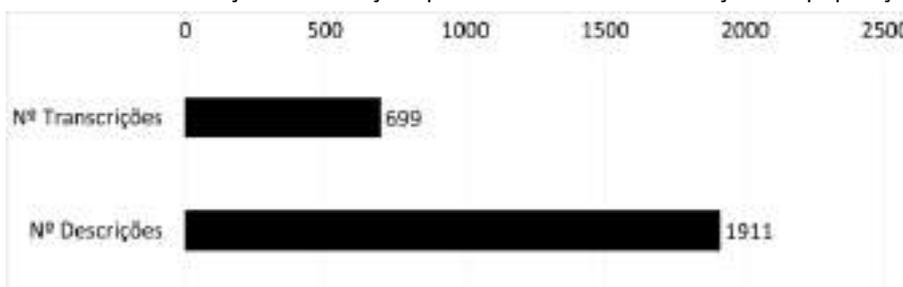
7.4.1.4 UPT Leste

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na



Oficinas Participativas das RA que compõem a UPT Leste. Assim, como mostra do **Gráfico 604**, tais contribuições resultaram em 699 transcrições e 1911 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Gráfico 604 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (UPT Leste).



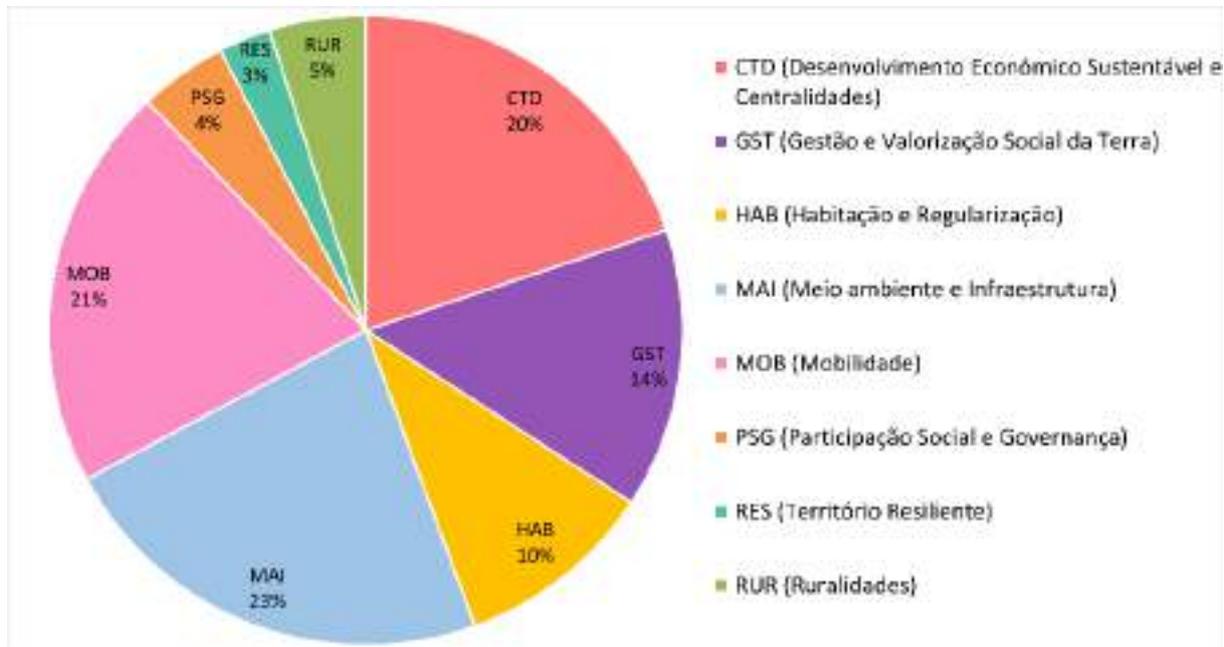
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. A definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 605** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 23% das ocorrências; Eixo Mobilidade, representando 21% das ocorrências; e Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 20% das ocorrências.



Gráfico 605 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da UPT Leste.

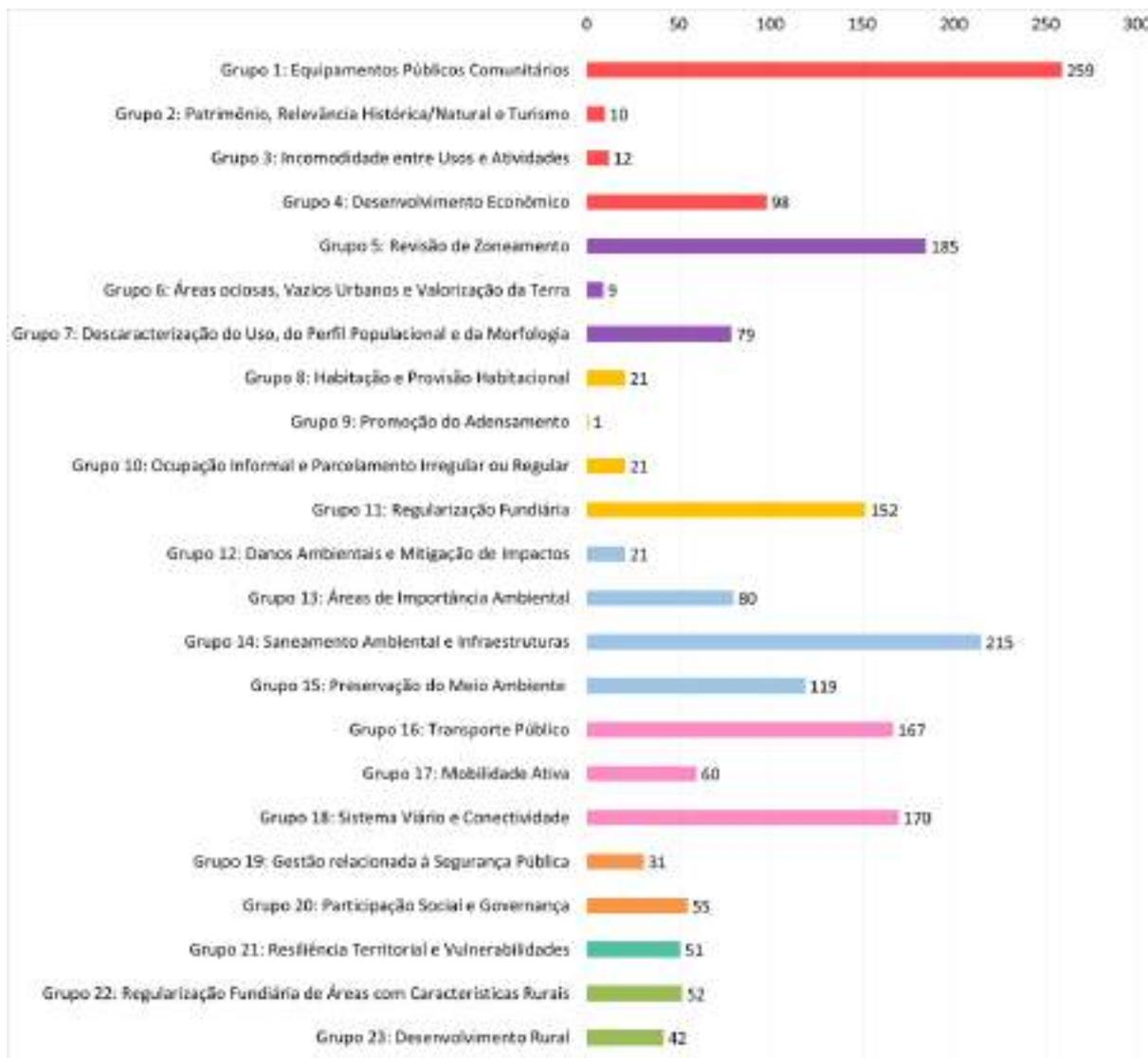


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 606**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 259 ocorrências; Grupo 14 (Saneamento Ambiental e Infraestruturas), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 215 ocorrências; e Grupo 5 (Revisão de Zoneamento), que pertence ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra, com 185 ocorrências.



Gráfico 606 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da UPT Leste.

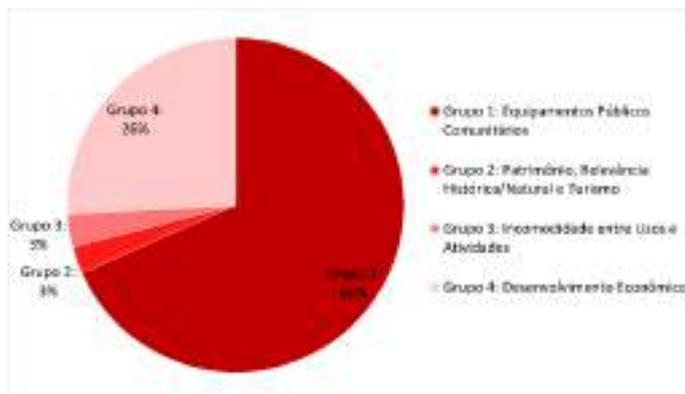


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 607**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 68% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 26% das ocorrências. O Grupo 2, relacionado a Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, representa 3% das ocorrências, enquanto o Grupo 3, que aborda Incomodidade entre Usos e Atividades, representa 3% das ocorrências.



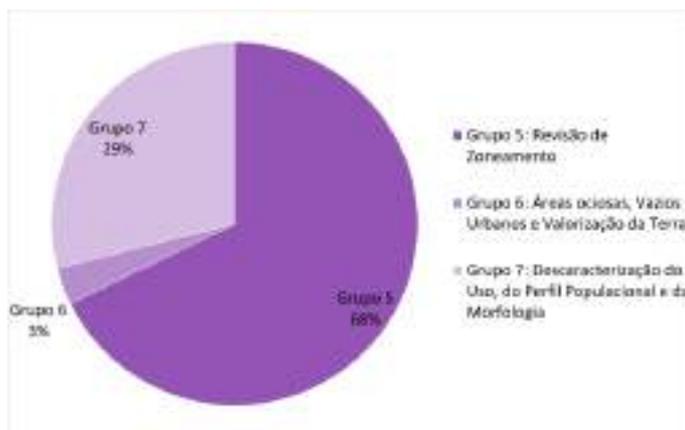
Gráfico 607 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (UPT Leste).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 608** o Grupo 5, que trata da Revisão de Zoneamento, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 68% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 7, que se refere à Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, aparece representando 29% das ocorrências. Já o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, representa 3% das ocorrências.

Gráfico 608 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (UPT Leste).



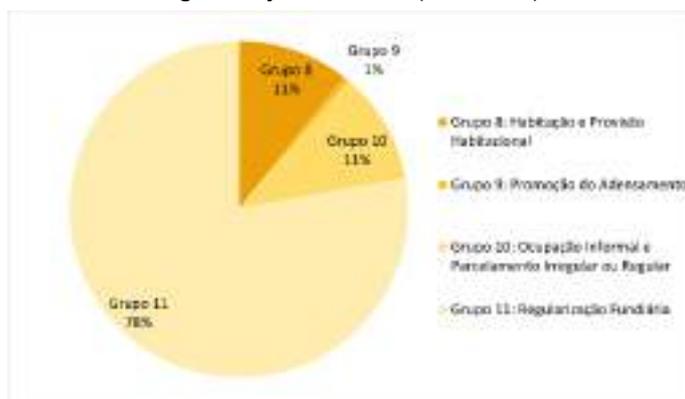
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 609** o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 78% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 8, que se refere à Habitação e Provimento Habitacional, aparece representando 11% das ocorrências. O Grupo 10,



relacionado a Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, representa 11% das ocorrências, enquanto o Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, representa 1% das ocorrências.

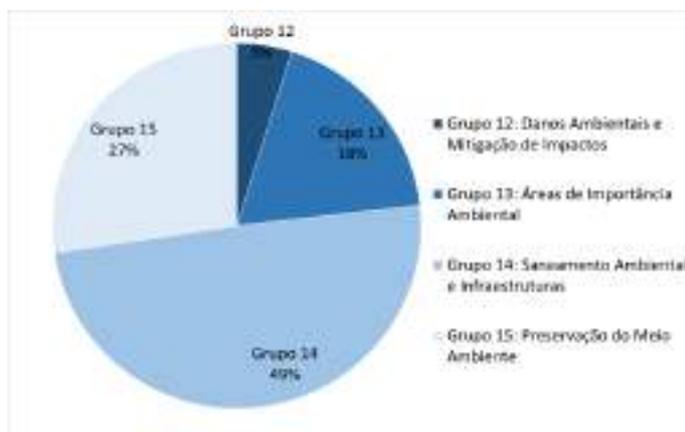
Gráfico 609 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (UPT Leste).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 610**, o Grupo 14, que trata das Saneamento Ambiental e Infraestruturas, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 49% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 15, que se refere ao Preservação do Meio Ambiente, aparece representando 27% das ocorrências. O Grupo 13, relacionado a Áreas de Importância Ambiental, representa 18% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 5% das ocorrências.

Gráfico 610 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (UPT Leste).

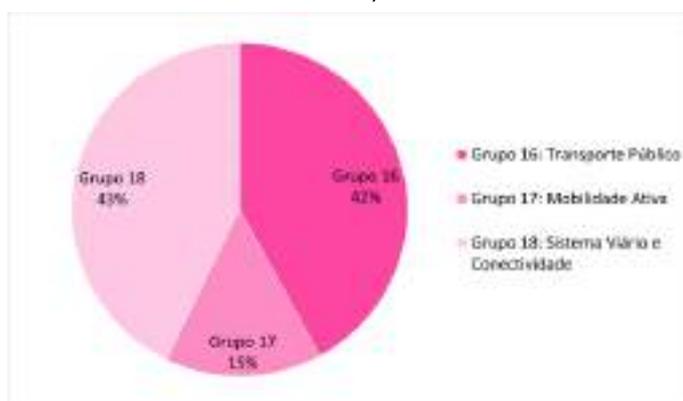


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 611**, o Grupo 18, que trata de Sistema Viário e Conectividade, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 43% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 16, que se refere à Transporte Público, aparece representando 42% das ocorrências. Já o Grupo 17, relacionado a Mobilidade Ativa, representa 15% das ocorrências.

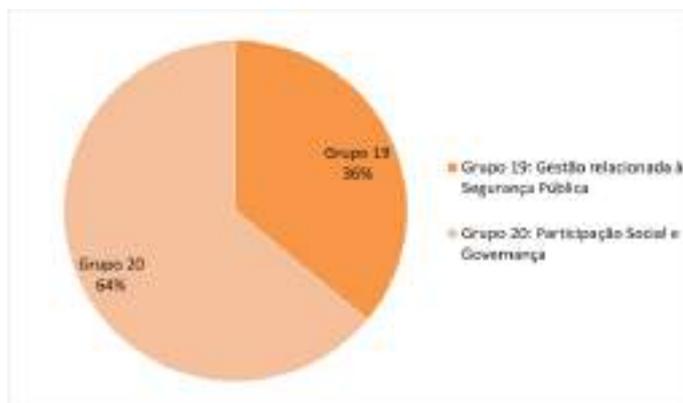
Gráfico 611 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (UPT Leste).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 612**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 64% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada a Segurança Pública, representa 36% das ocorrências.

Gráfico 612 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (UPT Leste).

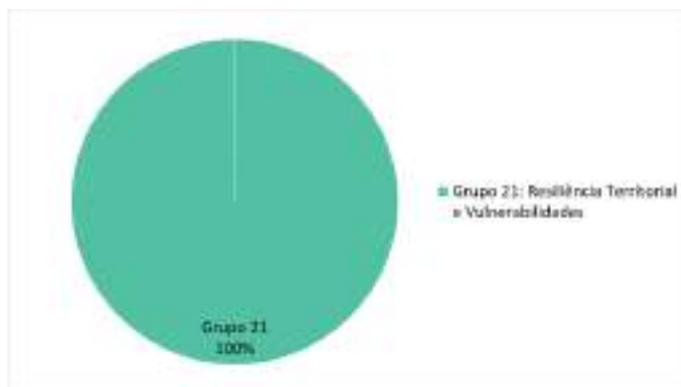


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 613** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

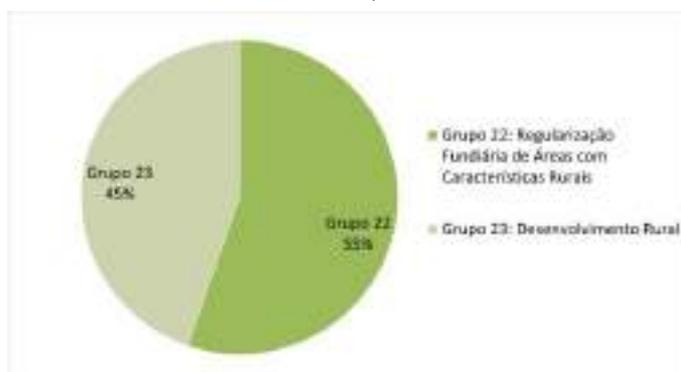
Gráfico 613 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (UPT Leste).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 614**, o Grupo 22, que trata de Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 55% das ocorrências. Já o Grupo 23, que se refere à Desenvolvimento Rural, representa 45% das ocorrências.

Gráfico 614 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (UPT Leste).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 170**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. A UPT Leste teve ocorrências das 23 Problemáticas listadas.

Quadro 170– Ocorrências de Problemáticas – UPT Leste.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 9	Há demandas relacionadas a promoção do adensamento.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

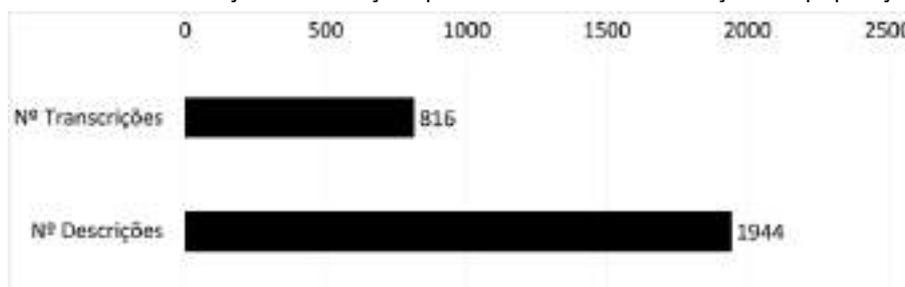
7.4.1.5 UPT Norte

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na



Oficinas Participativas das RA que compõem a UPT Norte. Assim, como mostra do **Gráfico 615**, tais contribuições resultaram em 816 transcrições e 1944 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Gráfico 615 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (UPT Norte).



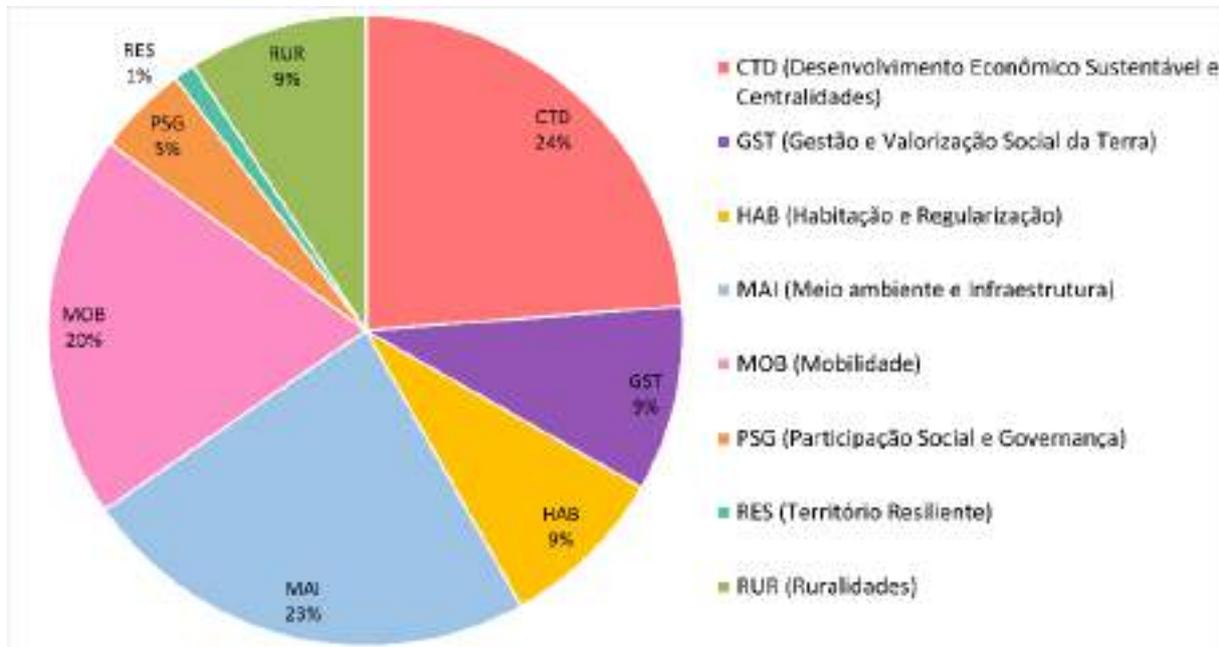
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. A definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 616** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 24% das ocorrências; Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 23% das ocorrências; e Eixo Mobilidade, representando 20% das ocorrências.



Gráfico 616 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da UPT Norte.

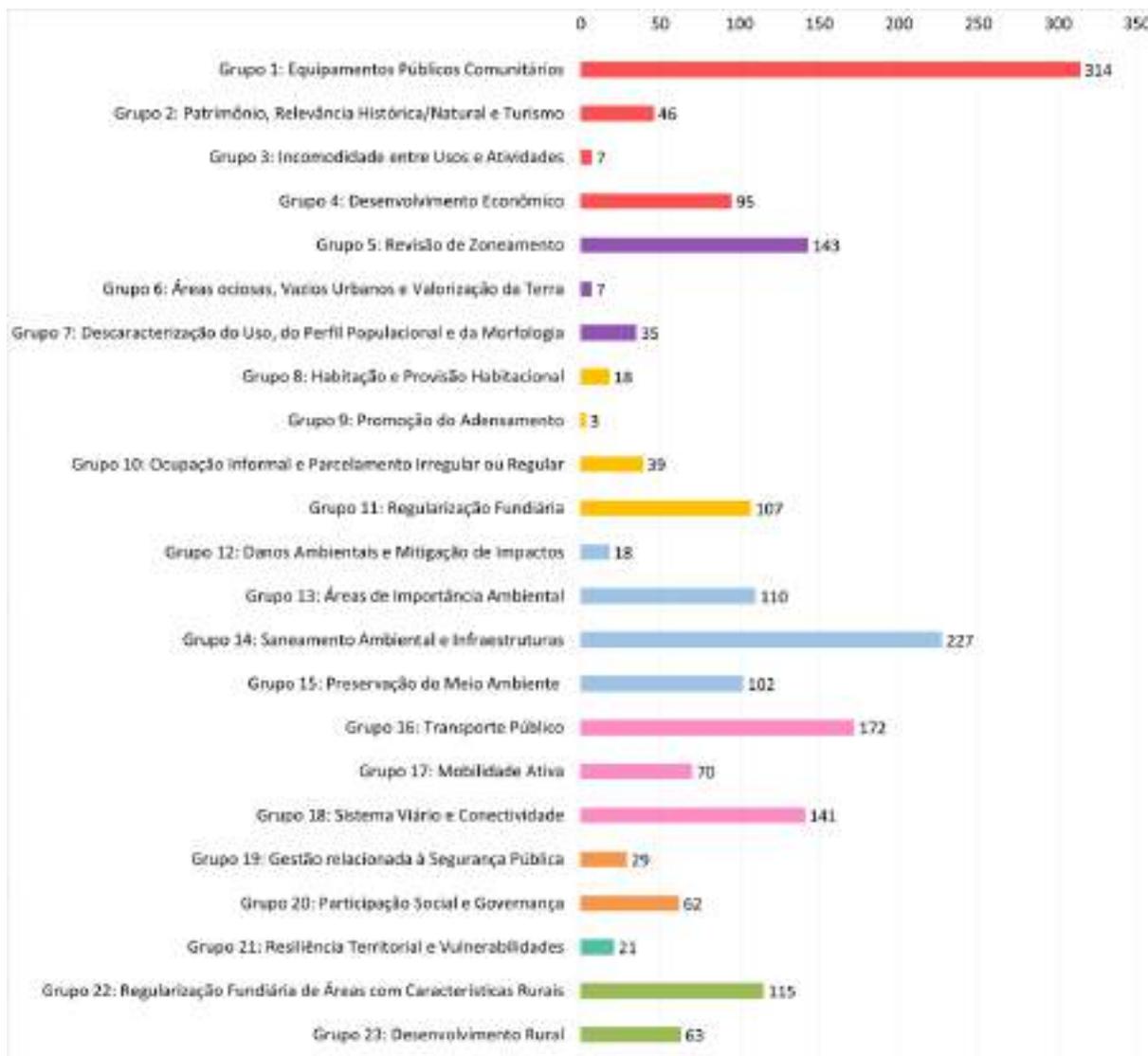


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 617**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 314 ocorrências; Grupo 14 (Saneamento Ambiental e Infraestrutura), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 227 ocorrências; e Grupo 16 (Transporte Público), que pertence ao Eixo Mobilidade, com 172 ocorrências.



Gráfico 617 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da UPT Norte.

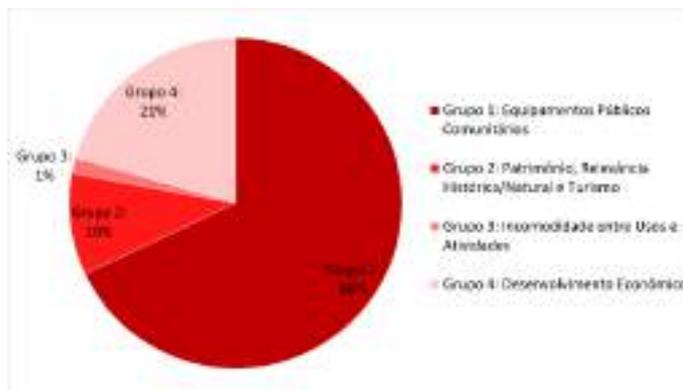


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 618**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 68% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 21% das ocorrências. O Grupo 2, relacionado a Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, representa 10% das ocorrências, enquanto o Grupo 3, que aborda Incomodidade entre Usos e Atividades, representa 1% das ocorrências.



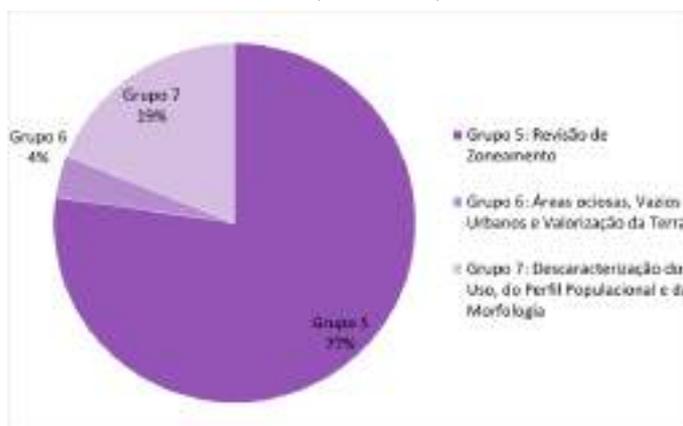
Gráfico 618 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (UPT Norte).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 619** o Grupo 5, que trata da Revisão de Zoneamento, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 77% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 7, que se refere à Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, aparece representando 19% das ocorrências. Já o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, representa 4% das ocorrências.

Gráfico 619 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (UPT Norte).



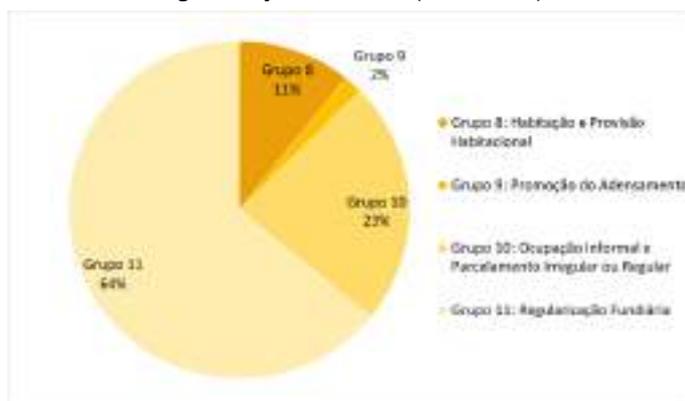
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 620** o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 64% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 10, que se refere à Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, aparece representando 23% das



ocorrências. O Grupo 8, relacionado a Habitação e Provimento Habitacional, representa 11% das ocorrências, enquanto o Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, representa 2% das ocorrências.

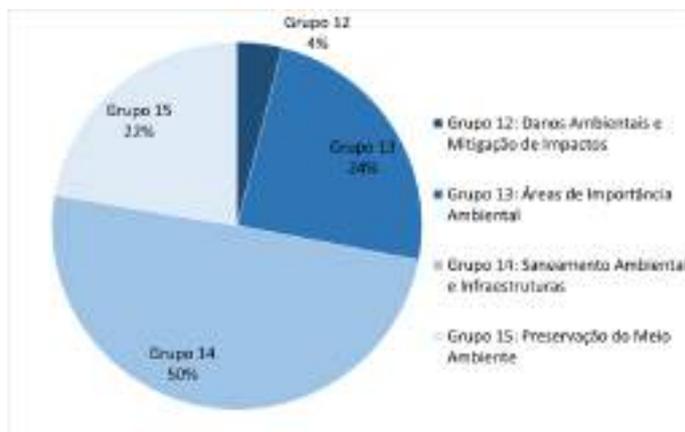
Gráfico 620 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (UPT Norte).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 621**, o Grupo 14, que trata das Saneamento Ambiental e Infraestruturas, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 50% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 13, que se refere ao Áreas de Importância Ambiental, aparece representando 24% das ocorrências. O Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, representa 22% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 4% das ocorrências.

Gráfico 621 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (UPT Norte).

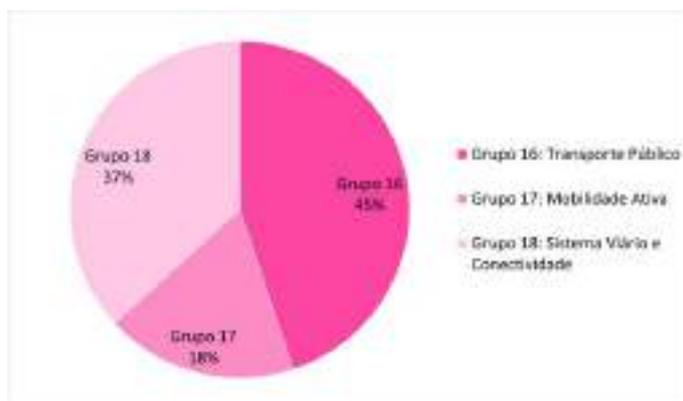


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 622**, o Grupo 16, que trata de Transporte Público, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 45% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 18, que se refere à Sistema Viário e Conectividade, aparece representando 37% das ocorrências. Já o Grupo 17, relacionado a Mobilidade Ativa, representa 18% das ocorrências.

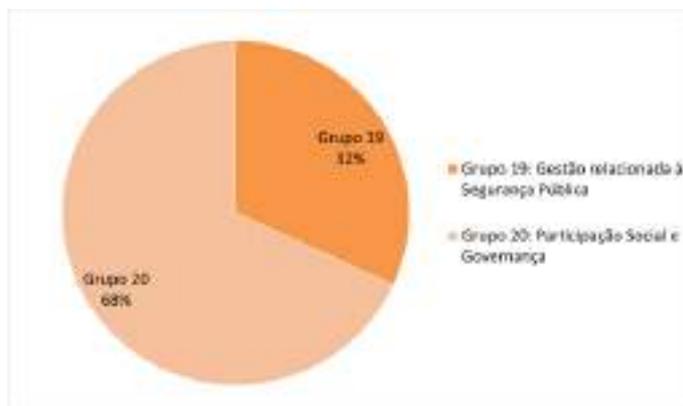
Gráfico 622 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (UPT Norte).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 623**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 68% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada à Segurança Pública, representa 32% das ocorrências.

Gráfico 623 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (UPT Norte).

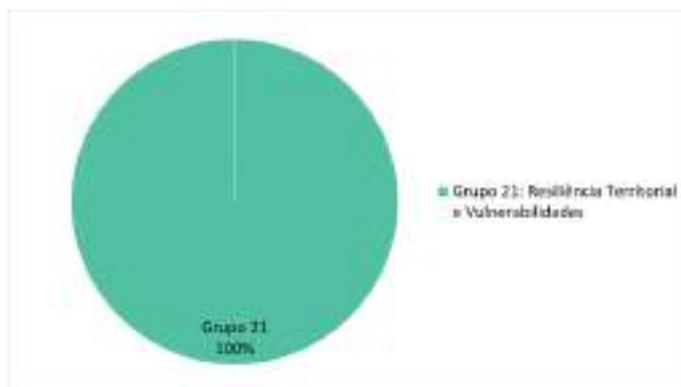


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 624** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

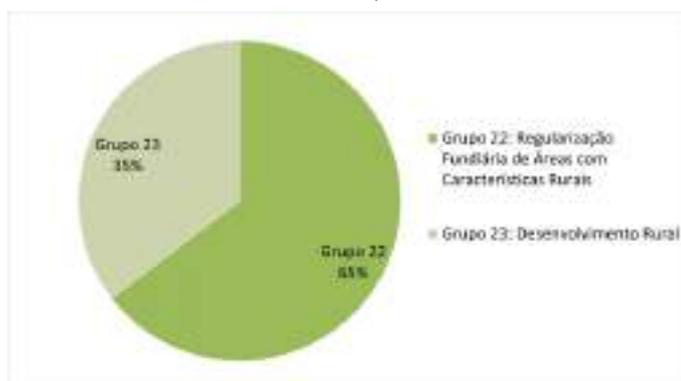
Gráfico 624 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (UPT Norte).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 625**, o Grupo 22, que trata de Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 65% das ocorrências. Já o Grupo 23, que se refere à Desenvolvimento Rural, representa 35% das ocorrências.

Gráfico 625 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (UPT Norte).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 171**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. A UPT Norte teve ocorrências das 23 Problemáticas listadas.

Quadro 171 – Ocorrências de Problemáticas – UPT Norte.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 9	Há demandas relacionadas a promoção do adensamento.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

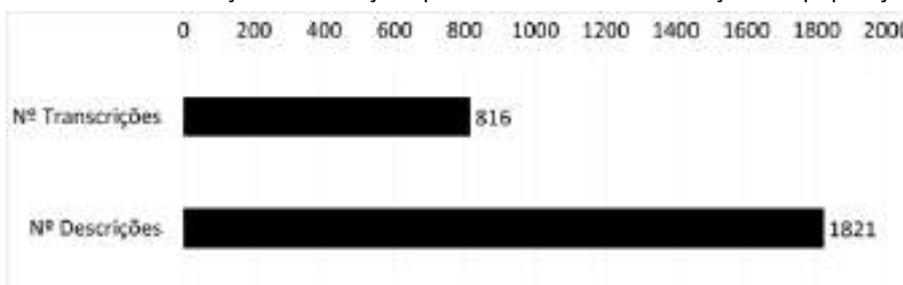
7.4.1.6 UPT Oeste

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas na



Oficinas Participativas das RA que compõem a UPT Oeste. Assim, como mostra do **Gráfico 626**, tais contribuições resultaram em 906 transcrições e 6676 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Gráfico 626 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (UPT Oeste).



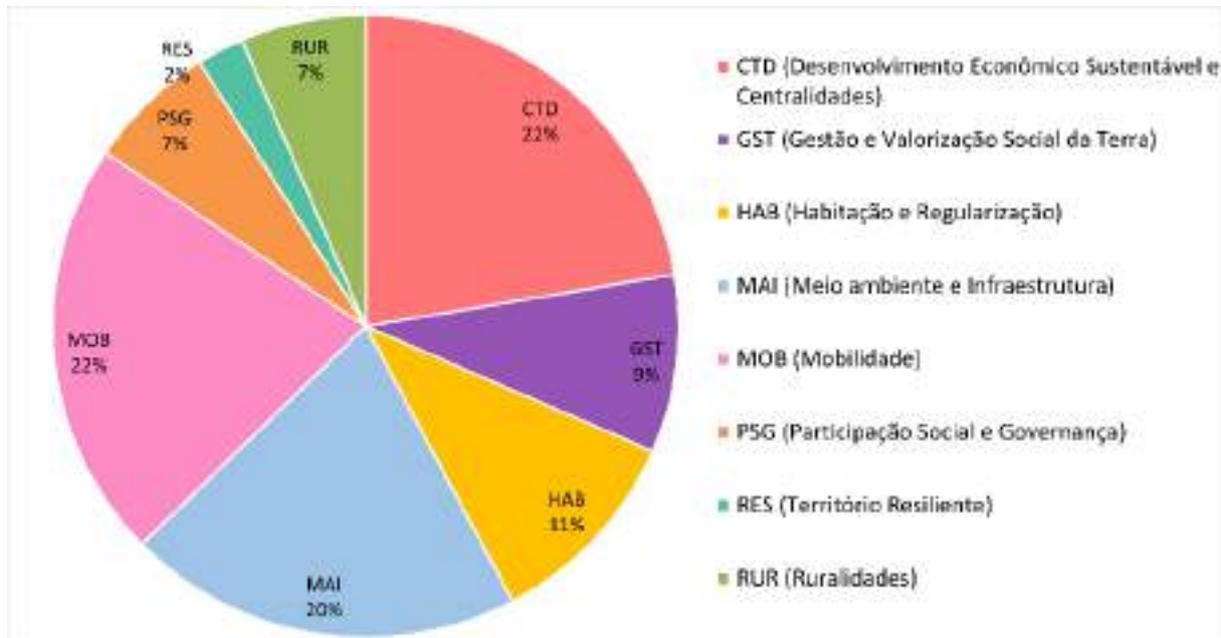
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. A definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 627** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Mobilidade e Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, ambos com 22% das ocorrências. Em seguida, o Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 20% das ocorrências.



Gráfico 627 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da UPT Oeste.

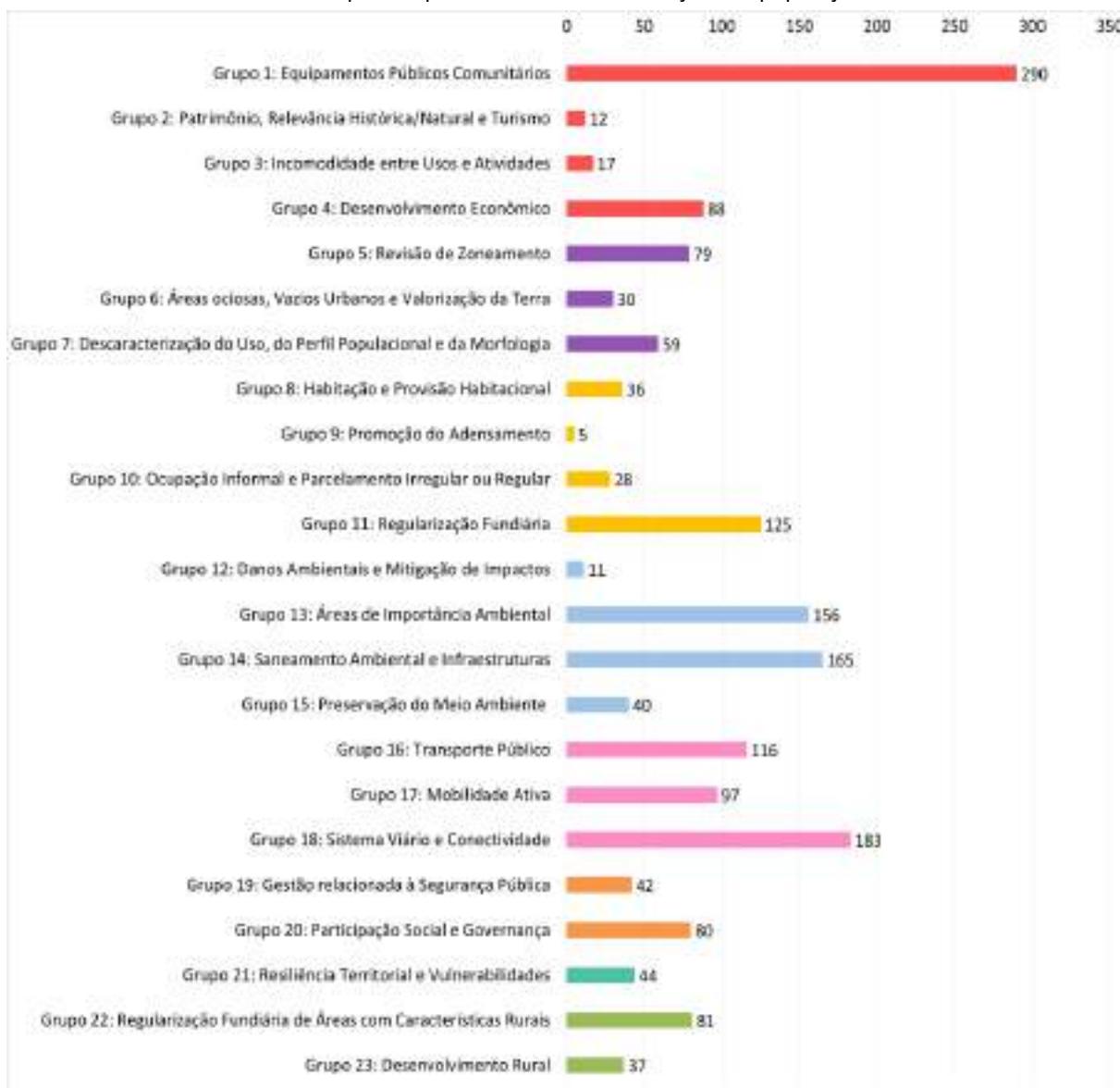


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 628**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 290 ocorrências; Grupo 18 (Sistema Viário e Conectividade), que pertence ao Eixo Mobilidade, com 183 ocorrências; e Grupo 14 (Saneamento Ambiental e Infraestruturas), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 165 ocorrências.



Gráfico 628 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da UPT Oeste.

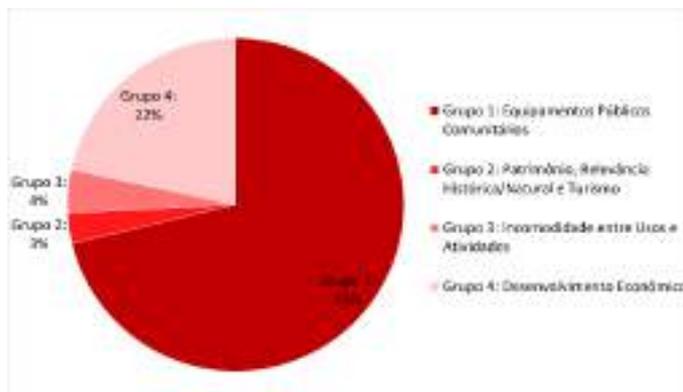


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 629**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 71% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 22% das ocorrências. O Grupo 3, relacionado a Incomodidade entre Usos e Atividades, representa 4% das ocorrências, enquanto o Grupo 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, representa 3% das ocorrências.



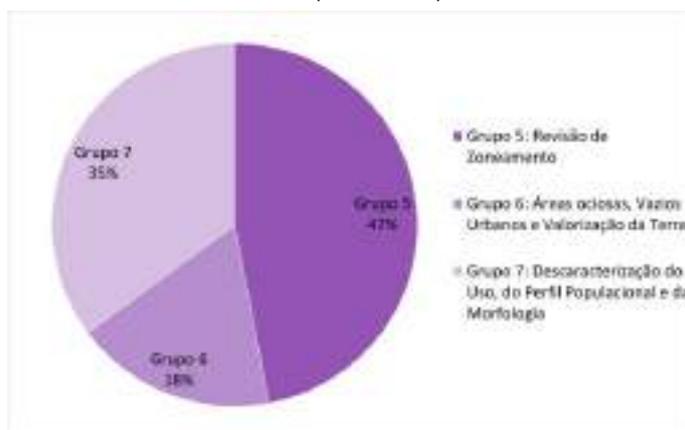
Gráfico 629 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (UPT Oeste).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 630** o Grupo 5, que trata da Revisão de Zoneamento, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 47% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 7, que se refere à Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, aparece representando 35% das ocorrências. Já o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, representa 18% das ocorrências.

Gráfico 630 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (UPT Oeste).



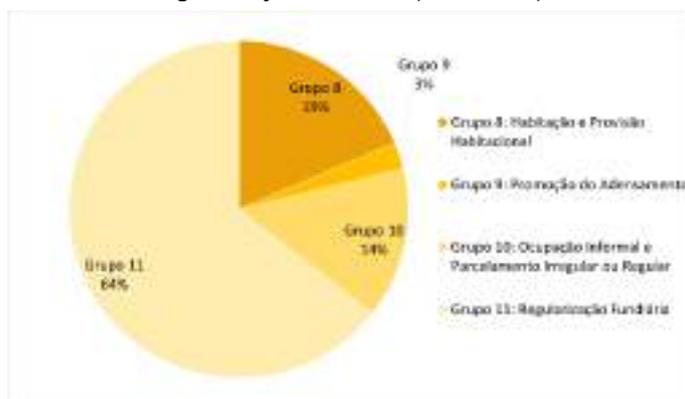
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 631** o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 64% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 8, que se refere à Habitação e Provisão Habitacional, aparece representando 19% das ocorrências. O Grupo 10,



relacionado a Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, representa 14% das ocorrências, enquanto o Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, representa 3% das ocorrências.

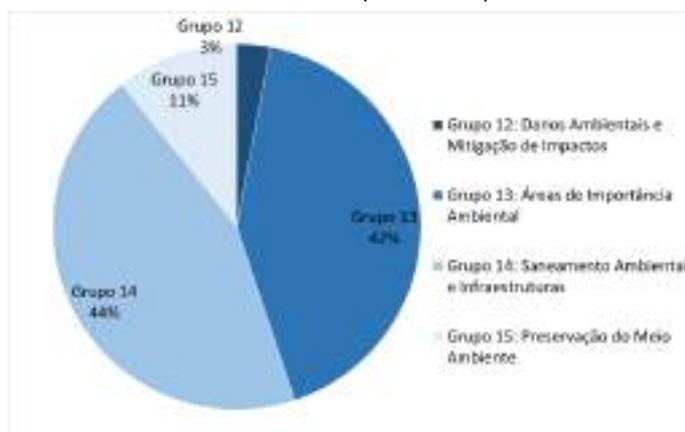
Gráfico 631 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (UPT Oeste).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 632**, o Grupo 14, que trata das Saneamento Ambiental e Infraestrutura, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 44% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 13, que se refere às Áreas de Importância Ambiental, aparece representando 42% das ocorrências. O Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, representa 11% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 3% das ocorrências.

Gráfico 632 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (UPT Oeste).

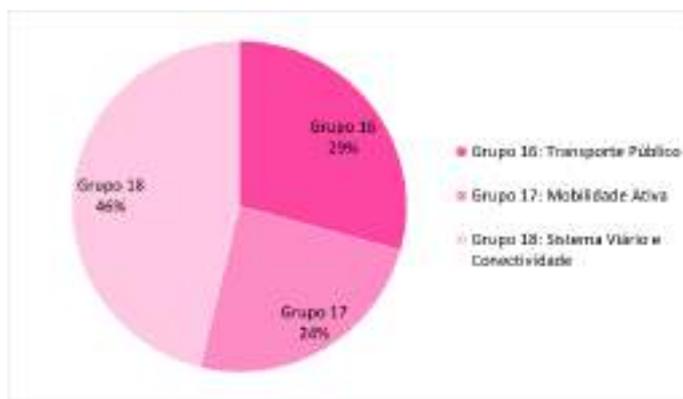


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 633**, o Grupo 18, que trata de Sistema Viário e Conectividade, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 46% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 16, que se refere ao Transporte Público, aparece representando 29% das ocorrências. Já o Grupo 17, relacionado a Mobilidade Ativa, representa 24% das ocorrências.

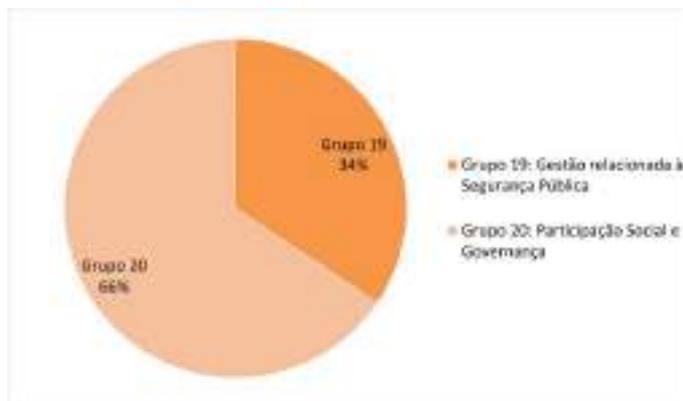
Gráfico 633 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (UPT Oeste).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 634**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 66% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada a Segurança Pública, representa 34% das ocorrências.

Gráfico 634 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (UPT Oeste).

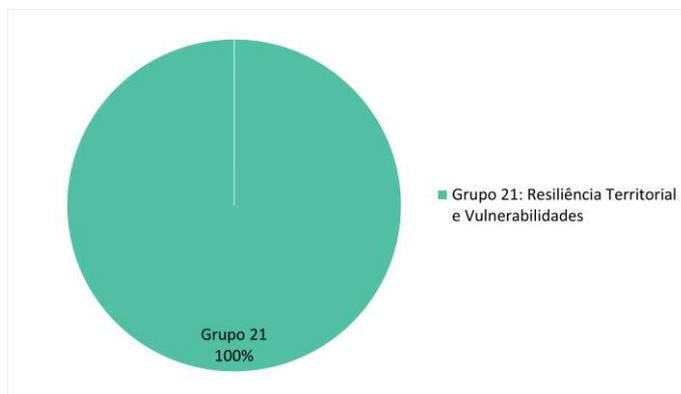


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 635** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

Gráfico 635 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (UPT Oeste).



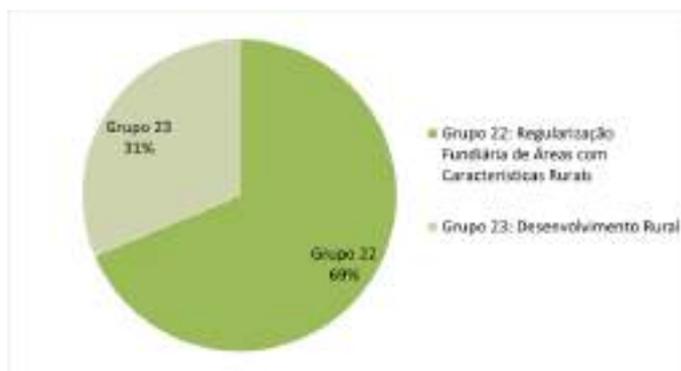
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Eixo Ruralidades (RUR)

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 636**, o Grupo 22, que trata de Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 69% das ocorrências. Já o Grupo 23, que se refere à Desenvolvimento Rural, representa 31% das ocorrências.



Gráfico 636 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (UPT Oeste).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 172**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. A UPT Oeste teve ocorrências das 23 Problemáticas listadas.

Quadro 172 – Ocorrências de Problemáticas – UPT Oeste.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 9	Há demandas relacionadas a promoção do adensamento.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.



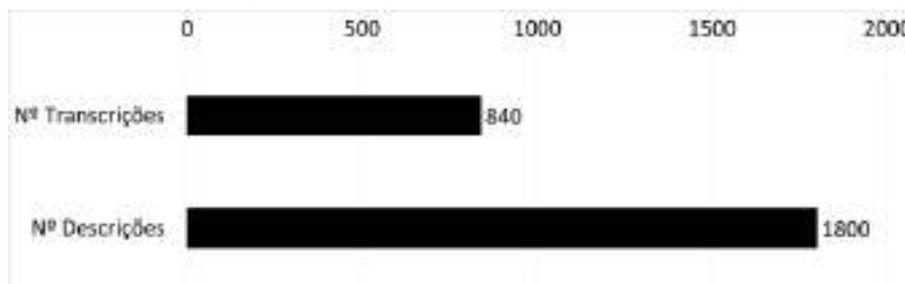
Código	Problemática
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.4.1.7 UPT Sul

A primeira etapa dos resultados do processo de sistematização de informações apresenta uma análise das Transcrições e Descrições resultantes das demandas da população que foram coletadas nas Oficinas Participativas das RA que compõem a UPT Sul. Assim, como mostra do **Gráfico 637**, tais contribuições resultaram em 840 transcrições e 1800 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Gráfico 637 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (UPT Sul).



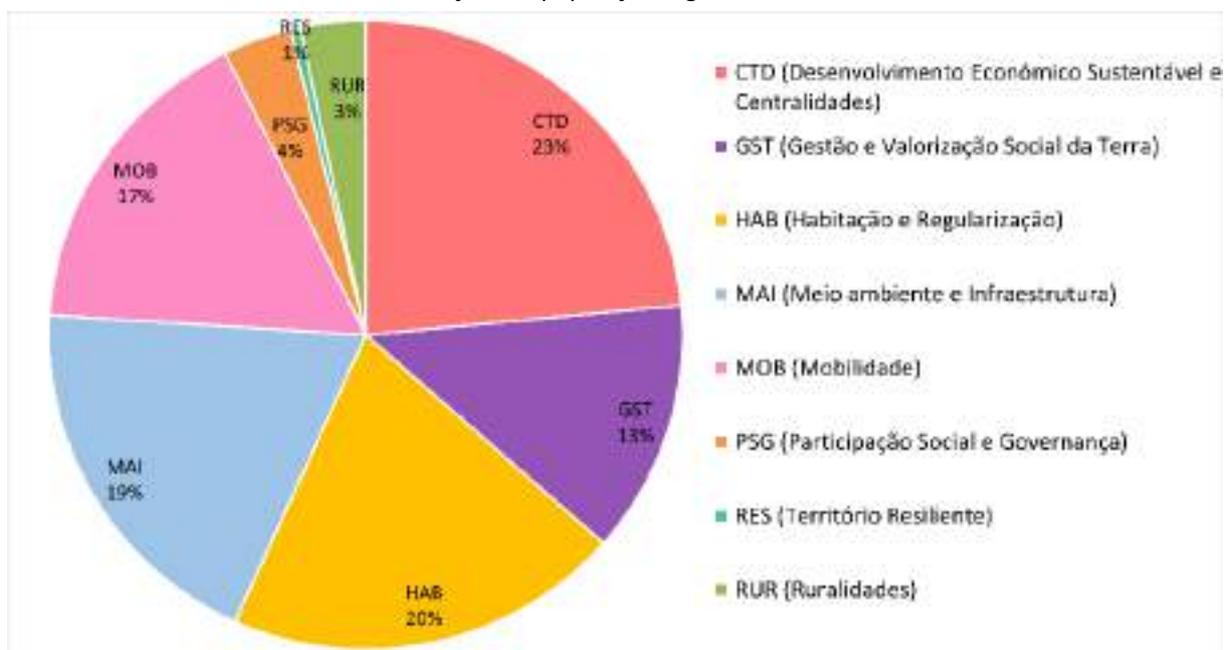
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. A definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.



Portanto, conforme mostra o **Gráfico 638** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 23% das ocorrências; Eixo Habitação e Regularização, representando 20% das ocorrências; e Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 19% das ocorrências.

Gráfico 638 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT da UPT Sul.

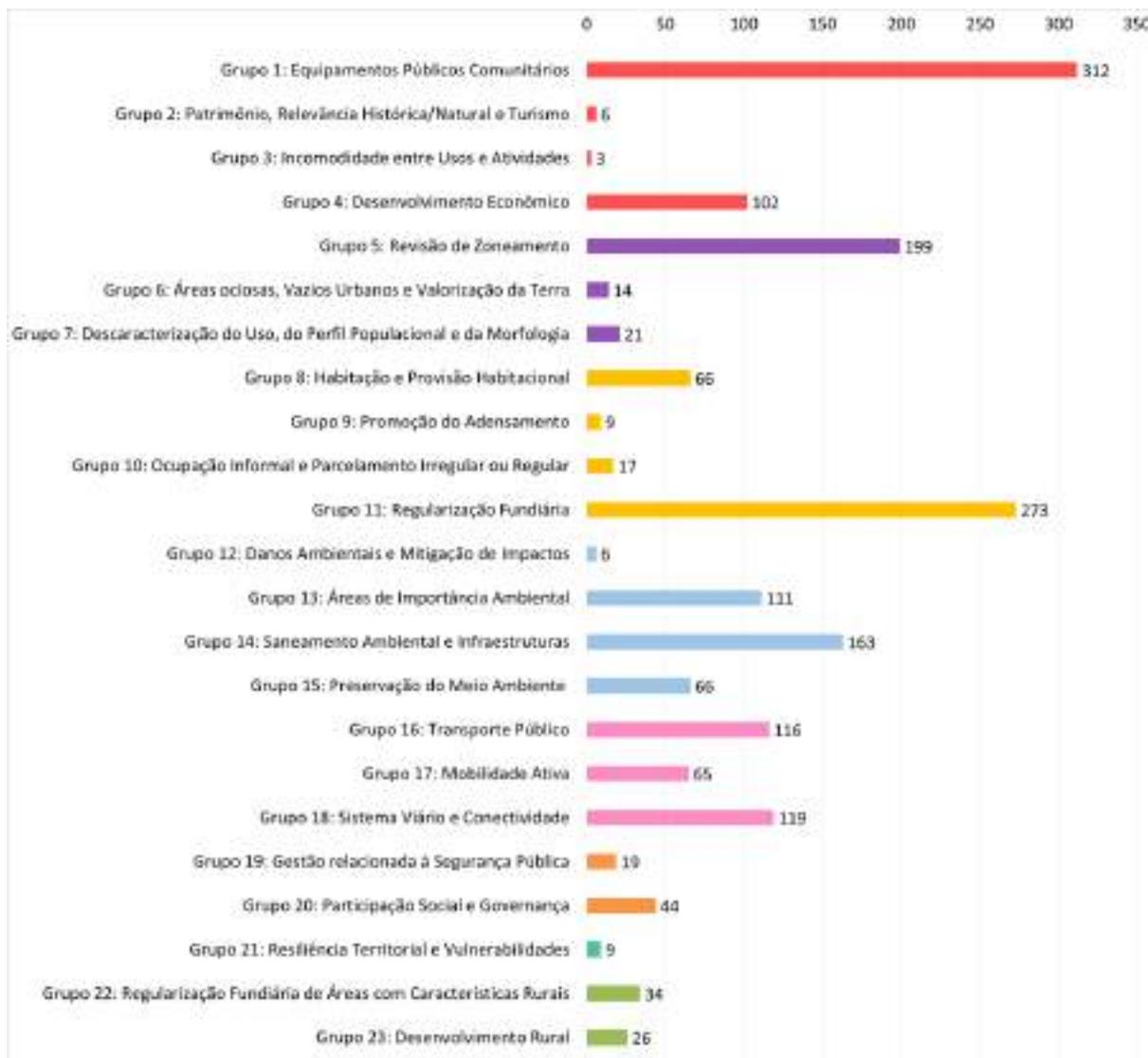


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 639**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 312 ocorrências; Grupo 11 (Regularização Fundiária), que pertence ao Eixo Habitação e Regularização, com 273 ocorrências; e Grupo 5 (Revisão de Zoneamento), que pertence ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra, com 199 ocorrências.



Gráfico 639 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população da UPT Sul.

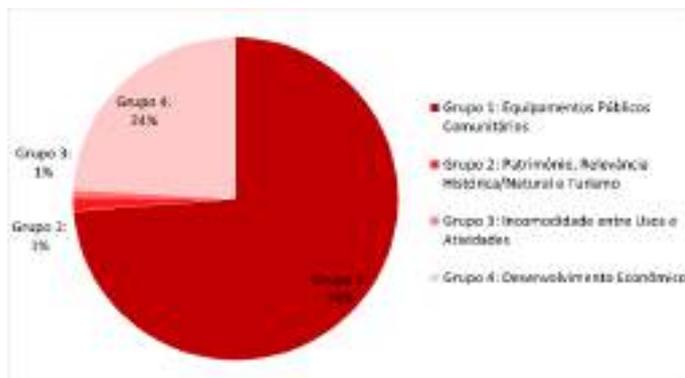


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 640**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 74% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 24% das ocorrências. O Grupo 3 é relacionado a Incomodidade entre Usos e Atividades, e o Grupo 2, aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, ambos apresentam 1% das ocorrências.



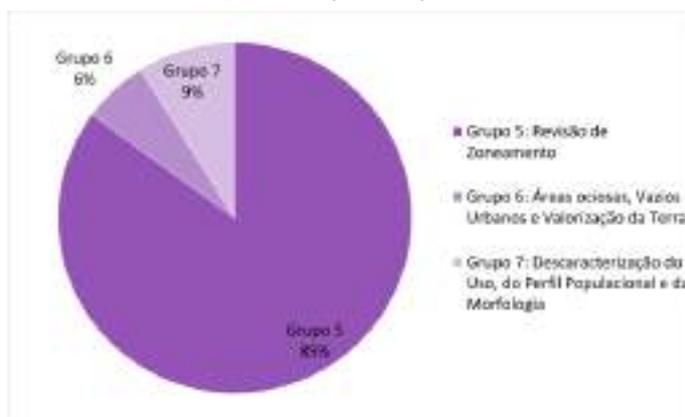
Gráfico 640 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (UPT Sul).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 641**, o Grupo 5, que se refere à Revisão de Zoneamento, obteve a maior incidência nas contribuições da população, representando 85% das ocorrências. O Grupo 7, que trata da Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, aparece representando 9% das ocorrências. Em seguida, o Já o Grupo 6, relacionado a Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, representa 6% das ocorrências.

Gráfico 641 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (UPT Sul).



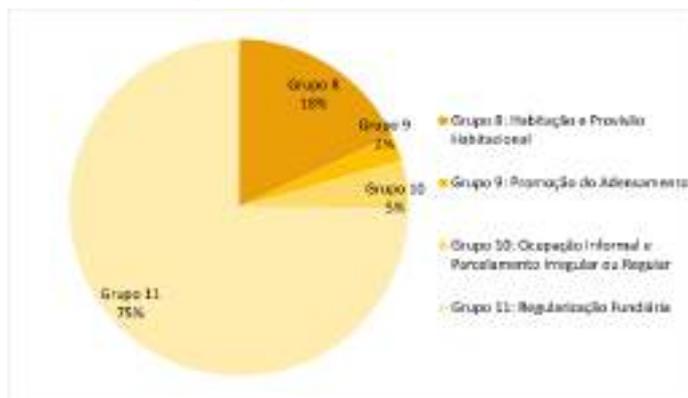
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 642** o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 75% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 8, relacionado a Habitação e Provimento Habitacional, representa 18% das ocorrências. O Grupo 10, que se refere à



Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, aparece representando 5% das ocorrências, enquanto o Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, representa 2% das ocorrências.

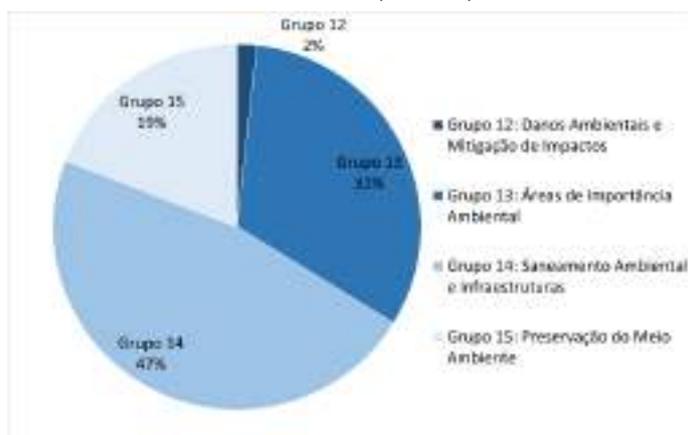
Gráfico 642 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (UPT Sul).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 643**, o Grupo 14, que se refere ao Saneamento Ambiental e Infraestruturas, teve a maior incidência nas contribuições da população, com 47% das ocorrências. O Grupo 13, que trata das Áreas de Importância Ambiental, aparece representando 32% das ocorrências. Em seguida, O Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, representa 19% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 2% das ocorrências.

Gráfico 643 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (UPT Sul).

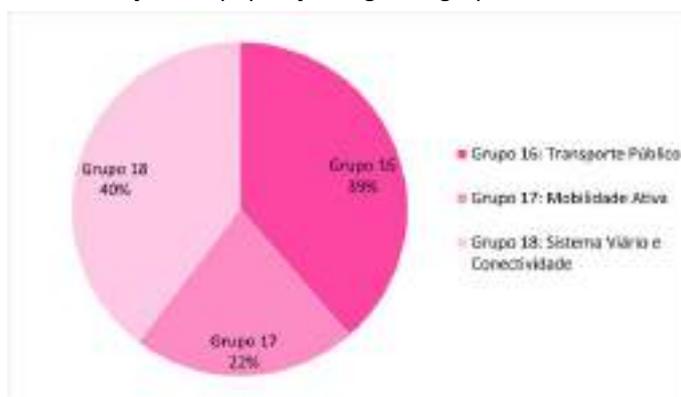


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 644**, o Grupo 18, que trata de Sistema Viário e Conectividade, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 40% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 16, relacionado a Transporte Público, representa 39% das ocorrências. Já o Grupo 17, que se refere à Mobilidade Ativa, aparece representando 22% das ocorrências.

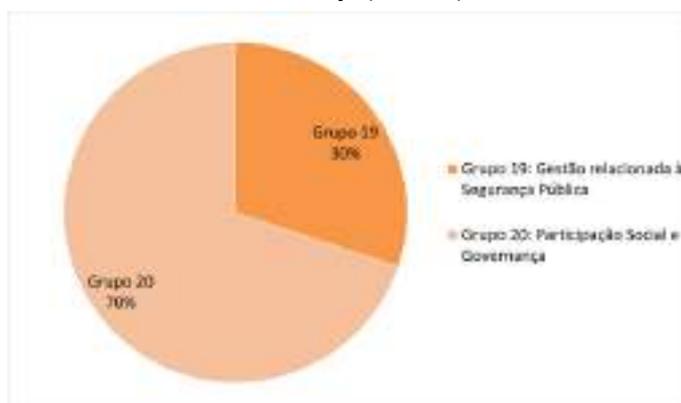
Gráfico 644 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (UPT Sul).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 645**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 70% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada a Segurança Pública, representa 30% das ocorrências.

Gráfico 645 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (UPT Sul).

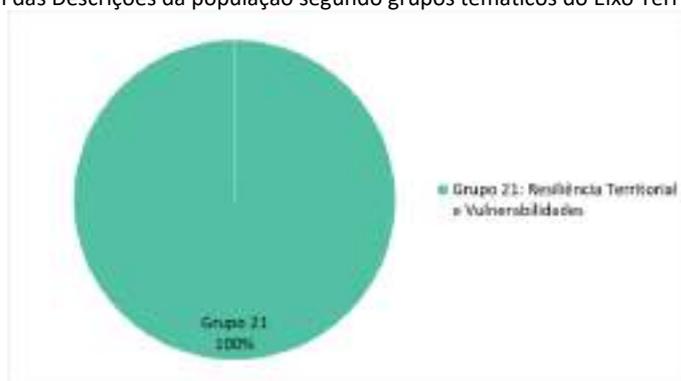


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 646** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

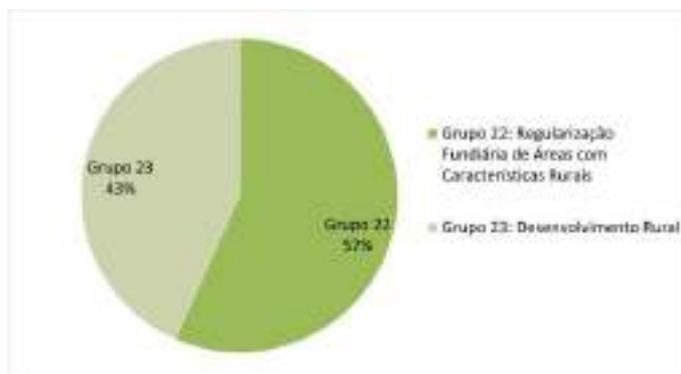
Gráfico 646 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (UPT Sul).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 647**, o Grupo 22, que se refere à Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, representa 57% das ocorrências. Já o Grupo 23, que trata de Desenvolvimento Rural, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 43% das ocorrências.

Gráfico 647 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (UPT Sul).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 173**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT. A UPT Sul teve ocorrências das 23 Problemáticas listadas.

Quadro 173 – Ocorrências de Problemáticas – UPT Sul.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 9	Há demandas relacionadas a promoção do adensamento.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

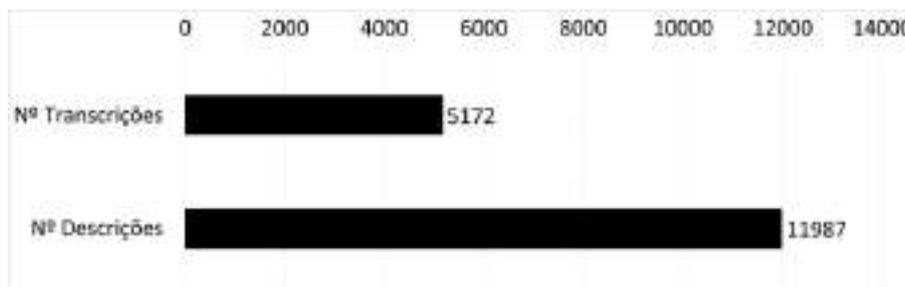
7.4.2 Síntese dos resultados das Oficinas Participativas por RA aplicados ao Distrito Federal

Nesta etapa, as informações coletadas nas Oficinas Participativas de todas as Regiões Administrativas foram compiladas para ter uma visão global de todo o DF. Assim, como mostra o



Gráfico 648, as contribuições da população resultaram em 5.172 transcrições e 11.987 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Gráfico 648 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (DF).



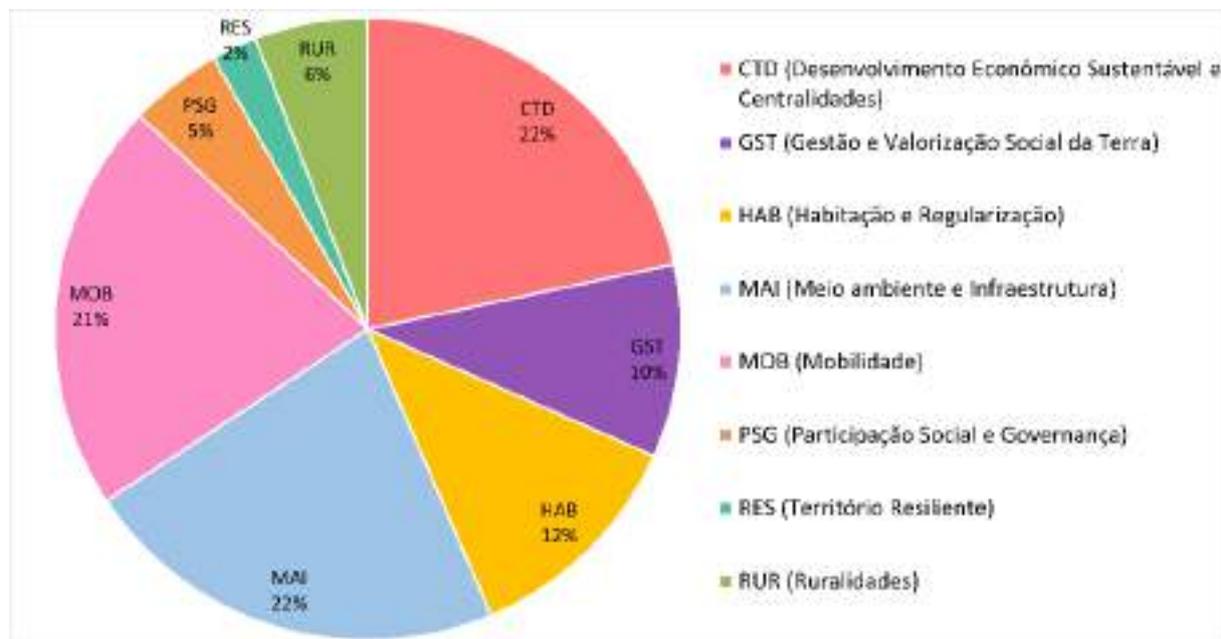
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. A definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 649** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 22% das ocorrências, e o Eixo Mobilidade, representando 21% das ocorrências.



Gráfico 649 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT.

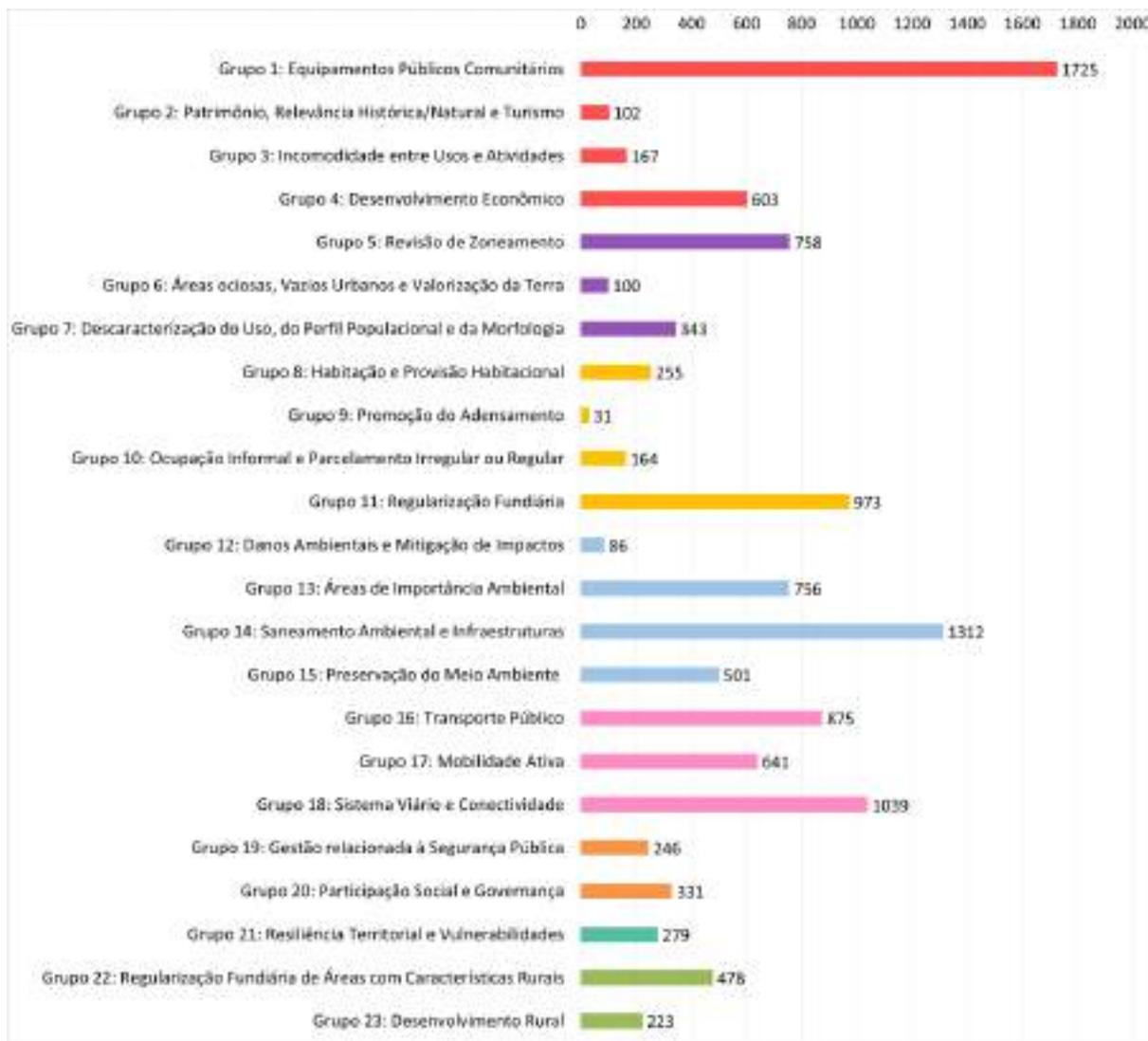


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 650**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 1725 ocorrências; o Grupo 14 (Saneamento Ambiental e Infraestruturas), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 1312 ocorrências; e Grupo 18 (Sistema Viário e Conectividade), que pertence ao Eixo Mobilidade, com 1039 ocorrências.



Gráfico 650 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população.

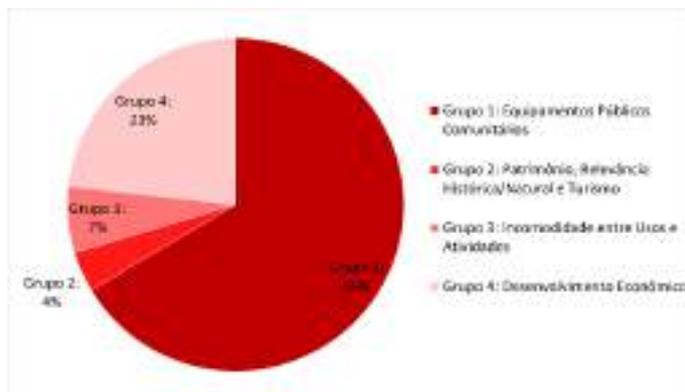


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 651**, o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 66% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 23% das ocorrências. O Grupo 3, relacionado a Incomodidade entre Usos e Atividades, representa 7% das ocorrências, enquanto o Grupo 2, que aborda Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, representa 4% das ocorrências.



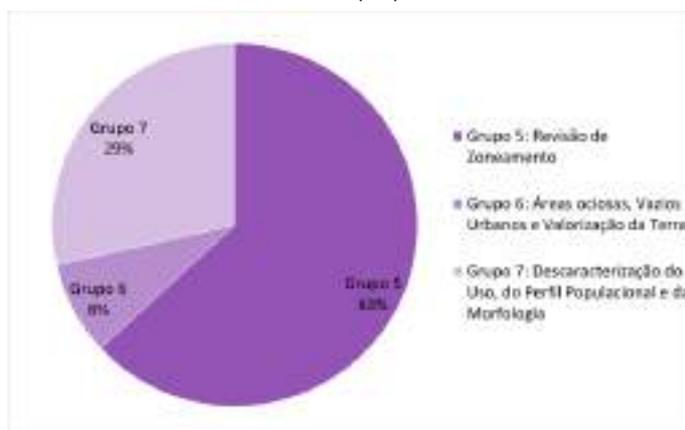
Gráfico 651 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (DF).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 652** o Grupo 5, que se refere à Revisão de Zoneamento, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 63% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 7, que trata da Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, apresentou 29% das ocorrências. Já o Grupo 6, relacionado a s Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, representa 8% das ocorrências.

Gráfico 652 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (DF).



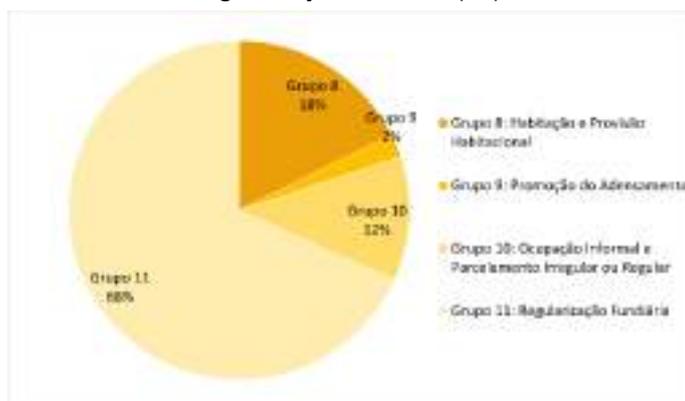
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 653** o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 68% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 8, que se refere à Habitação e Provisão Habitacional, aparece representando 18% das ocorrências. O Grupo 10,



relacionado a Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, representa 12% das ocorrências, enquanto o Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, representa 2% das ocorrências.

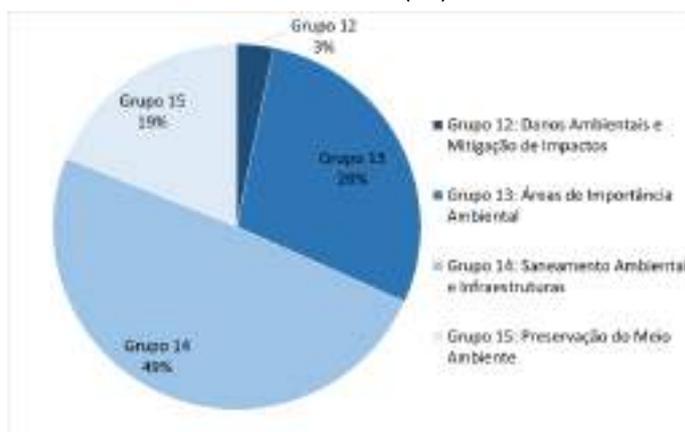
Gráfico 653 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (DF).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 654**, o Grupo 14, que trata de Saneamento Ambiental e Infraestruturas, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 49% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 13, que se refere às Áreas de Importância Ambiental, aparece representando 28% das ocorrências. O Grupo 15, relacionado a Preservação do Meio Ambiente, representa 19% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 3% das ocorrências.

Gráfico 654 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (DF).

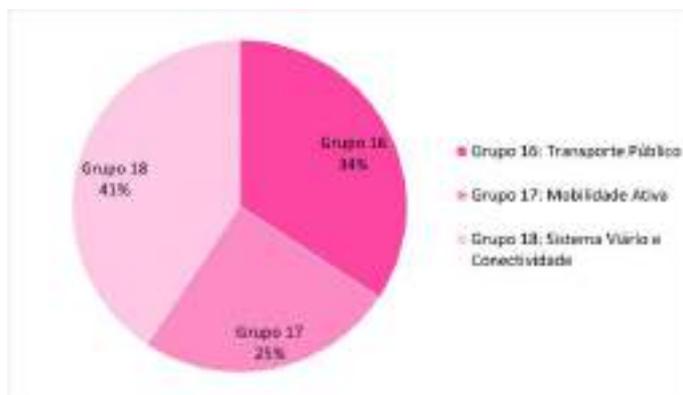


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 655**, o Grupo 18, que trata de Sistema Viário e Conectividade, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 41% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 16, que se refere ao Transporte Público, aparece representando 34% das ocorrências. Já o Grupo 17, relacionado a Mobilidade Ativa, representa 25% das ocorrências.

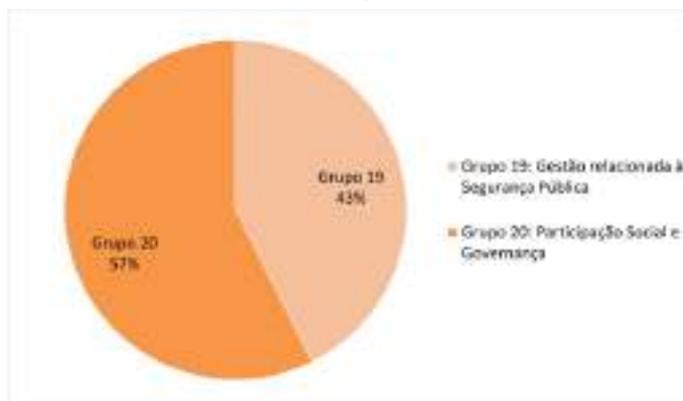
Gráfico 655 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (DF).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 656**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 57% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada a Segurança Pública, representa 43% das ocorrências.

Gráfico 656 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (DF).

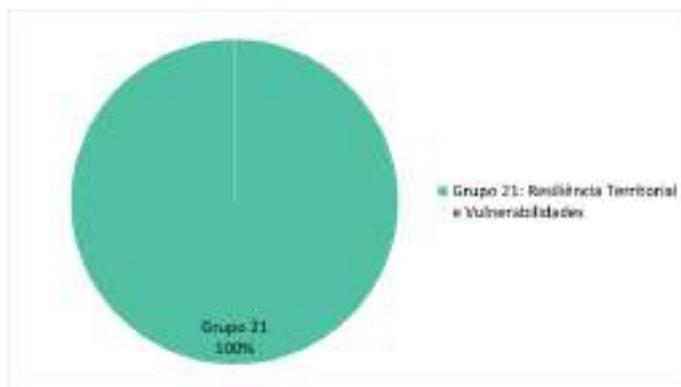


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 657** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

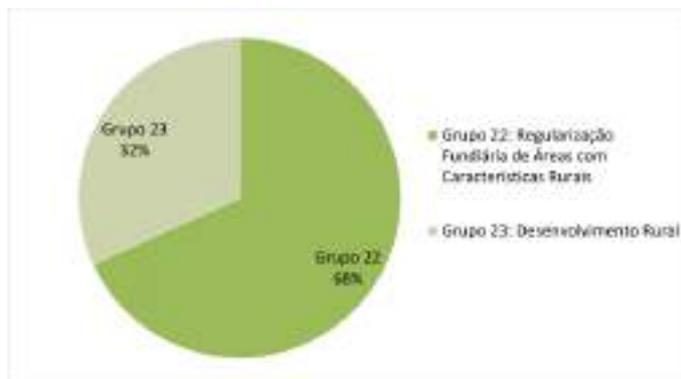
Gráfico 657 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (DF).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 658**, o Grupo 22, que trata de Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 68% das ocorrências. Já o Grupo 23, que se refere à Desenvolvimento Rural, representa 32% das ocorrências.

Gráfico 658 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (DF).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 174**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 174 – Ocorrências de Problemáticas – DF.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 9	Há demandas relacionadas a promoção do adensamento.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

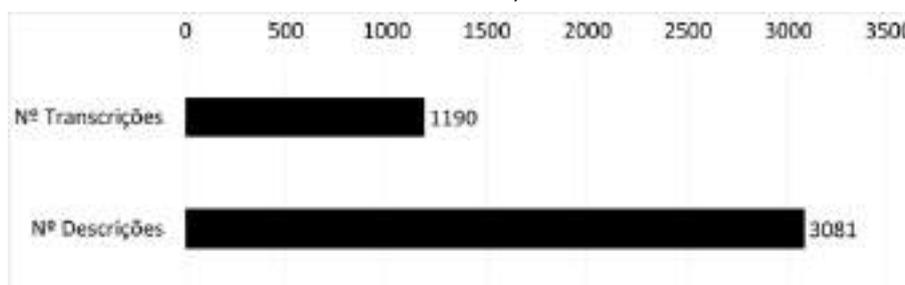
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



7.4.3 Síntese dos resultados das Oficinas Participativas por Segmentos Temáticos aplicados ao Distrito Federal

Nesta etapa, as informações coletadas nas Oficinas Participativas de todos os Segmentos foram compiladas para ter uma visão global de todo o DF. Assim, como mostra o **Gráfico 659**, as contribuições da população resultaram em 1190 transcrições e 3081 descrições. A Transcrição é a representação escrita do que foi dito pela população e a Descrição é o seu desmembramento, quando necessário, para sua categorização em Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Gráfico 659 – Valores de Transcrições e Descrições provenientes das contribuições da população (Eixos Temáticos).



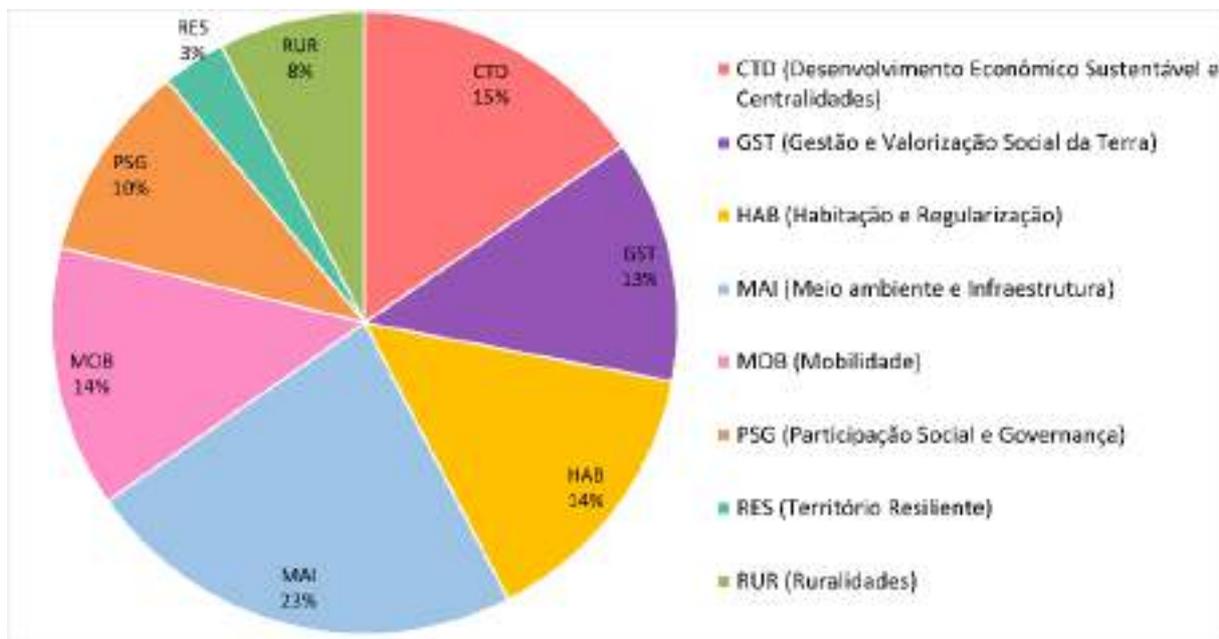
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

A segunda etapa dos resultados apresenta a categorização das demandas da população segundo os Eixos Temáticos do PDOT, seus respectivos Grupos Temáticos e Problemáticas. A definição de um eixo temático principal não exclui a possibilidade de que outros estejam relacionados. Ressalta-se que todas as demandas coletadas foram sistematizadas, para obter uma visão global de suas necessidades, o que é importante para a posterior etapa de extração do que pode ser tratado no âmbito do PDOT. Ademais, é válido reconhecer que os resultados obtidos são uma representação das percepções e prioridades da população participante e podem não refletir completamente a realidade da região.

Portanto, conforme mostra o **Gráfico 660** os eixos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, representando 23% das ocorrências, Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, representando 15% das ocorrências, e os Eixo Mobilidade e Eixo Habitação e Regularização Fundiária, representando 14% das ocorrências cada.



Gráfico 660 – Percentual das Descrições da população segundo Eixos Temáticos do PDOT (Segmentos).

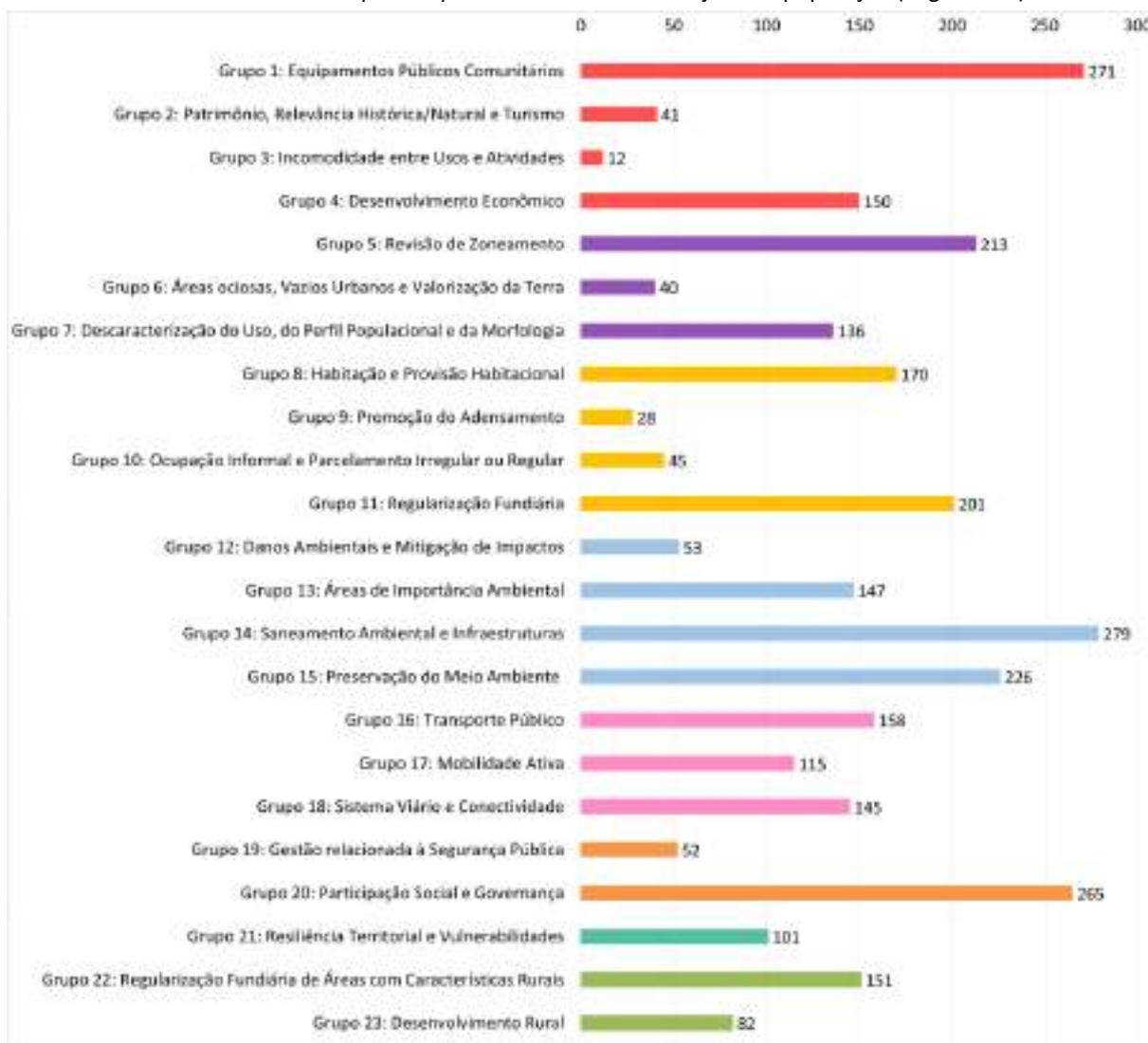


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

Nesse contexto, conforme aponta o **Gráfico 661**, os grupos temáticos que surgiram com mais frequência na análise das contribuições da população foram: Grupo 14 (Saneamento Ambiental e Infraestruturas), que pertence ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, com 279 ocorrências; Grupo 1 (Equipamentos Públicos Comunitários), que pertence ao Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades, com 271 ocorrências; e Grupo 20 (Participação Social e Governança), que pertence ao Eixo Participação Social e Governança, com 265 ocorrências.



Gráfico 661 – Valores por Grupos Temáticos das Descrições da população (Segmentos).

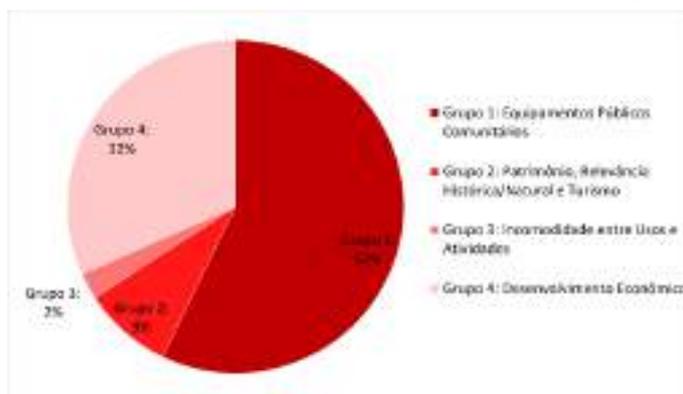


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade (CTD), conforme indicado pelo **Gráfico 662** o Grupo 1, que trata de Equipamentos Públicos Comunitários, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 57% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 4, que se refere ao Desenvolvimento Econômico, aparece representando 32% das ocorrências. O Grupo 2, relacionado ao Patrimônio, Relevância Histórica/Natural e Turismo, representa 9% das ocorrências, enquanto o Grupo 3, que aborda Incomodidade entre Usos e Atividades, representa 2% das ocorrências.



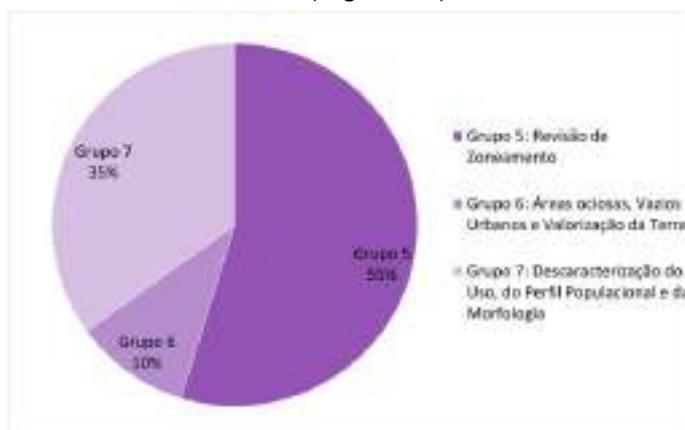
Gráfico 662 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (Segmentos).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Gestão e Valorização Social da Terra (GST), conforme indicado pelo **Gráfico 663** o Grupo 5, que se refere à Revisão de Zoneamento, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 55% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 7, que trata da Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, apresentou 35% das ocorrências. Já o Grupo 6, relacionado a s Áreas ociosas, Vazios Urbanos e Valorização da Terra, representa 10% das ocorrências.

Gráfico 663 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Gestão Social da Terra (Segmentos).



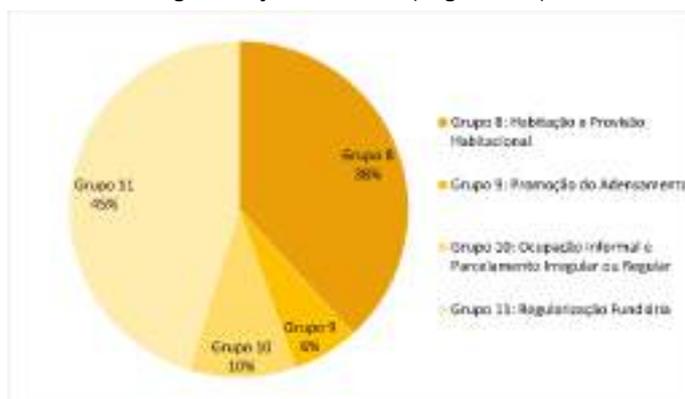
Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Habitação e Regularização Fundiária (HAB), conforme indicado pelo **Gráfico 664** o Grupo 11, que trata de Regularização Fundiária, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 45% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 8, que se refere à Habitação e Provisão Habitacional, aparece representando 38% das ocorrências. O Grupo 10,



relacionado a Ocupação Informal e Parcelamento Irregular ou Regular, representa 10% das ocorrências, enquanto o Grupo 9, que aborda Promoção do Adensamento, representa 6% das ocorrências.

Gráfico 664 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Habitação e Regularização Fundiária (Segmentos).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), conforme indicado pelo **Gráfico 665** o Grupo 14, que trata de Saneamento Ambiental e Infraestruturas, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 40% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 15, que se refere à Preservação do Meio Ambiente, aparece representando 32% das ocorrências. O Grupo 13, relacionado a s Áreas de Importância Ambiental, representa 21% das ocorrências, enquanto o Grupo 12, que aborda Danos Ambientais e Mitigação de Impactos, representa 8% das ocorrências.

Gráfico 665 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura (Segmentos).

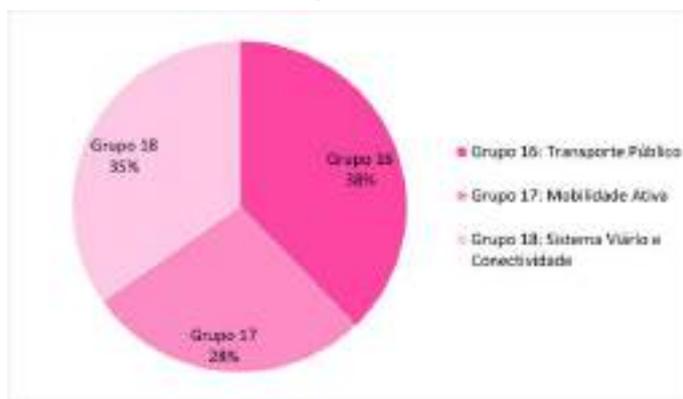


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Mobilidade (MOB), conforme indicado pelo **Gráfico 666**, o Grupo 16, que trata de Transporte Público, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 38% das ocorrências. Em seguida, o Grupo 18 que se refere ao Sistema Viário e Conectividade, aparece representando 35% das ocorrências. Já o Grupo 17, relacionado a Mobilidade Ativa, representa 28% das ocorrências.

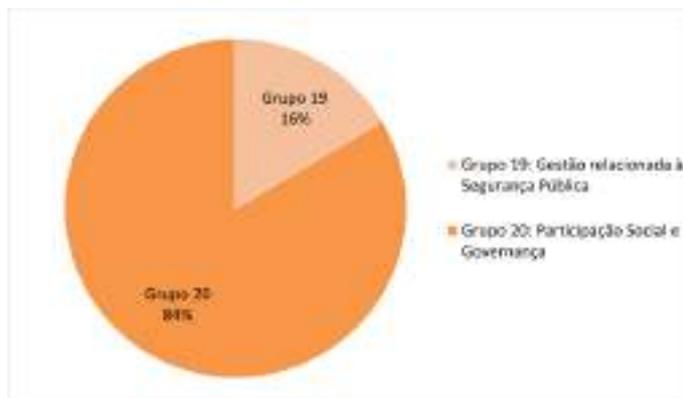
Gráfico 666 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Mobilidade (Segmentos).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Participação Social e Governança, conforme indicado pelo **Gráfico 667**, o Grupo 20, que trata de Participação Social e Governança, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 84% das ocorrências. Já o Grupo 19, de Gestão Relacionada à Segurança Pública, representa 16% das ocorrências.

Gráfico 667 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Participação Social e Governança (Segmentos).

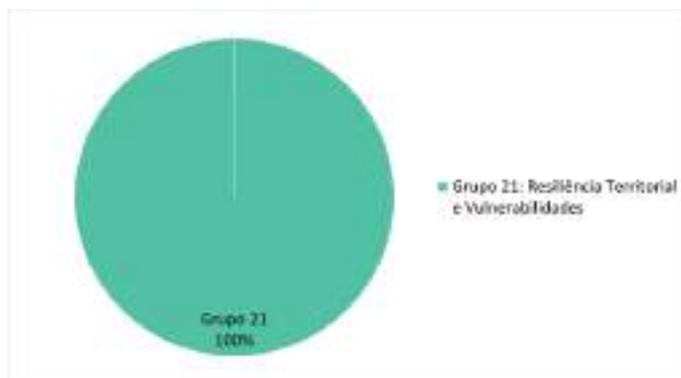


Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



No que se refere ao Eixo Território Resiliente (RES), o **Gráfico 668** evidencia que o Grupo 21, que se refere a Resiliência Territorial e Vulnerabilidades, é o único grupo temático do Eixo Território Resiliente, representando 100% das ocorrências nesse eixo. Isso significa que todas as contribuições da população relacionadas a esse eixo estão concentradas nesse único grupo temático. Portanto, a leitura desse gráfico proporciona a compreensão da presença desse eixo específico nas contribuições coletadas, indicando sua incidência ou não incidência nelas.

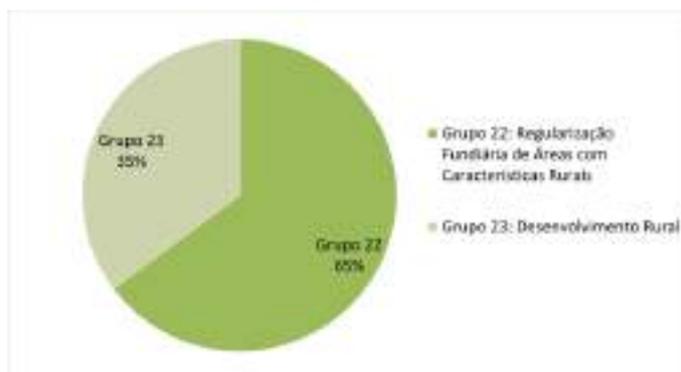
Gráfico 668 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Território Resiliente (Segmentos).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

No que se refere ao Eixo Ruralidades (RUR), conforme indicado pelo **Gráfico 669**, o Grupo 22, que trata de Regularização Fundiária de Áreas com Características Rurais, teve a maior incidência nas contribuições da população, representando 65% das ocorrências. Já o Grupo 23, que se refere à Desenvolvimento Rural, representa 35% das ocorrências.

Gráfico 669 – Percentual das Descrições da população segundo grupos temáticos do Eixo Ruralidades (Segmentos).



Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.



A última etapa dos resultados, como mostra o **Quadro 175**, apresenta as Problemáticas decorrentes das demandas da população, que se relacionam aos seus respectivos Grupos Temáticos e Eixos do PDOT.

Quadro 175 – Ocorrências de Problemáticas – Segmentos.

Código	Problemática
(CTD) Grupo 1	Há demandas ou conflitos relacionados a equipamentos públicos comunitários.
(CTD) Grupo 2	Há demandas ou conflitos relacionados a Patrimônio, a tombamento ou a área de relevância histórica, cultural ou natural; ou a turismo.
(CTD) Grupo 3	Há demandas ou conflitos relacionados a incomodidade entre usos e atividades.
(CTD) Grupo 4	Há demandas ou conflitos relacionados a desenvolvimento econômico e a oferta de empregos.
(GST) Grupo 5	Há demandas ou conflitos relativos à revisão ou à manutenção de macrozoneamento ou zoneamento, bem como relacionados a alteração dos limites da RA.
(GST) Grupo 6	Há ocorrência e demandas relacionadas a áreas ociosas, vazios urbanos, ocupações informais, parcelamentos irregulares do solo e relacionadas a Gestão Social da Valorização da Terra.
(GST) Grupo 7	Há ocorrência de descaracterização (do uso, do perfil populacional e da morfologia urbana), de especulação imobiliária ou gentrificação associados ou não à dinâmica imobiliária no território.
(HAB) Grupo 8	Há demandas ou conflitos habitacionais e de áreas de provisão habitacional.
(HAB) Grupo 9	Há demandas relacionadas a promoção do adensamento.
(HAB) Grupo 10	Há ocorrência de ocupação informal, parcelamento irregular e demandas de parcelamento regular do solo urbano ou rural.
(HAB) Grupo 11	Há demandas ou conflitos relacionados a Regularização Fundiária em zona urbana ou rural.
(MAI) Grupo 12	Há problemas ou danos ambientais ou de conforto ambiental urbano (poluição sonora, poluição do ar, ambiental, ilhas de calor, etc) e demandas de mitigação dos impactos causados pelos mesmos.
(MAI) Grupo 13	Há demandas ou conflitos relacionados a Unidades de Conservação (UC); a área de importância ambiental; a áreas verdes e espaços livres.
(MAI) Grupo 14	Há demandas ou conflitos relacionados a Saneamento Ambiental ou a Infraestrutura.
(MAI) Grupo 15	Há demandas ou conflitos relacionados a preservação do meio ambiente ou dos recursos hídricos.
(MOB) Grupo 16	Há demandas e conflitos relacionados a transporte público coletivo.
(MOB) Grupo 17	Há demandas ou conflitos relacionados a infraestrutura para a mobilidade ativa.
(MOB) Grupo 18	Há demandas ou conflitos relacionados a sistema viário e a conectividade.
(GST) Grupo 19	Há demandas ou conflitos relacionados a segurança pública, tais como policiamento, iluminação, fiscalização.
(GST) Grupo 20	Há demandas ou conflitos relacionados a participação social efetiva, a políticas públicas ou a governança.
(RES) Grupo 21	Há demandas ou conflitos relacionados a resiliência territorial ou a vulnerabilidade social ou ambiental.
(RUR) Grupo 22	Há demanda de Regularização Fundiária Rural ou Urbana, mantendo ou considerando áreas com características rurais remanescentes; e oneração de ocupantes de áreas remanescentes ou com características rurais.
(RUR) Grupo 23	Há demandas ou conflitos relacionados a uso rural tradicional ou sustentável; a desenvolvimento rural sustentável; a integração do rural com o urbano; ou à logística.

Fonte: DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEDUH, 2024.

7.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS – OFICINAS PARTICIPATIVAS

As Oficinas Participativas (OP) são parte da Leitura Comunitária, da Etapa de Diagnóstico, do processo de Revisão do PDOT. Objetivaram coletar e sistematizar dados provenientes de consulta



popular, onde as informações obtidas refletem as relações espaciais estabelecidas entre uma comunidade e seu território, sejam elas reportadas dentro do recorte de uma Região Administrativa (RA) ou por Segmento Temático. Em suma, a OP foi uma das interfaces governamentais para que a população informasse suas necessidades locais e transversais, tal como experimentadas através da sua interação com o território. Estas informações são a construção do diálogo entre a esfera civil e a pública, visando o entendimento daquilo que impacta as comunidades a curto e longo prazo, nas escalas local e urbana. Destaca-se que estas informações serão base para a extração dos dados norteadores à elaboração das estratégias de ordenamento territorial quando ajustadas à escala e escopo do PDOT.

Neste âmbito, foram realizadas 55 OP no DF: uma para cada Região Administrativa (RA) do DF, com uma oficina adicional para Ceilândia, totalizando 36 Oficinas Participativas por RA e 19 Oficinas Participativas por Segmentos Temáticos. O presente relatório traz a sistematização dos dados obtidos nessas oficinas. Primeiramente descreve-se a metodologia, composta pelas etapas de transcrição, descrição, agrupamento, problemática e gráficos. Uma vez introduzida a metodologia, apresentam-se os resultados para cada OP, organizados por tipo (RA e Segmentos) e em tópicos, na ordem em que as oficinas foram executadas. Os resultados das OP de RA foram também compilados por UPT e DF, e apresentados nessa ordem crescente de escalonamento territorial. Em sequência, apresentam-se os resultados das OP Segmentos Temáticos individualmente e também compilados em um item final.

A natureza dos resultados obtidos pela sistematização das OP tem como caráter positivo permitir compreender como as demandas da população se correlacionam com os eixos do PDOT, a partir dos grupos temáticos criados. Portanto, é uma etapa fundamental considerando o grande volume de dados obtidos. Mas, destaca-se que houve flexibilidade metodológica para que as contribuições de conteúdo similar pudessem ser categorizadas em eixos e grupos temáticos diferentes. Seja pela especificidade de análise do corpo técnico responsável, ou porque o contexto depende da forma como elas foram reportadas pela população. Um outro aspecto do amplo recorte das demandas coletadas se refere às suas características inerentes. Tratam-se de percepções, expectativas e prioridades da amostra da população que participou das oficinas, ou seja, podem não corresponder à realidade de uma região.

Corroborando também para melhor entendimento dos resultados, que apesar de haver a definição de um eixo principal para cada grupo temático, é para efeito de processamento e apreensão dos dados, não é um fator excludente. Optou-se também por sistematizar todas as demandas, independente se



são do escopo do PDOT ou não. Essa decisão ocorreu, em parte, como consequência da dinâmica escolhida, em que se permitiu amplo lugar de fala para a população, para esta trazer todas as questões afetas ao território. Por outro lado, serve para embasar a análise técnica com o entendimento mais amplo da visão da população. Porém ressalta-se o propósito desse trabalho é subsidiar a revisão do plano e, portanto, em próximas etapas, o foco será filtrar das demandas o que de fato é do escopo do PDOT, o que não exclui a possibilidade de encaminhamentos externos ou estudos e legislações complementares.

Quanto aos resultados, referentes à representatividade da amostra populacional que compareceu às OP, 5.322 pessoas participaram, sendo 4.154 participantes das OP por RA e 1.178 participantes das OP por Segmento Temático. Como resultado da Sistematização, obtivemos, 6.362 Transcrições, que representam as contribuições da população de forma mais precisa como foi trazida. Tais transcrições derivaram em 15.068 descrições de demandas passíveis de categorização em agrupamentos por eixos temáticos. Na descrição os dados são fragmentados em função dos diferentes temas abordados pelo PDOT e passam por uma padronização, recebendo uma linguagem técnica apropriada ao contexto do plano. Nas OP de RA temos 5.172 transcrições e 11.987 descrições. E nas OP de Segmentos, 1.190 transcrições e 3.081 descrições. É interessante notar que a quantidade de Descrições resultantes de uma Oficina Participativa geralmente é maior do que a quantidade de Transcrições, o que sugere a amplitude dos temas discutidos pela população em suas contribuições.

De acordo com o item de sistematização do DF, que compilou as OP de RA, a análise por eixos temáticos nos informa que mais da metade das demandas comunitárias estão inseridas nos eixos temáticos de Meio Ambiente e Infraestrutura (MAI), Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades (CTD), e Mobilidade (MOB). A expressividade desses eixos aponta que a concentração das necessidades da comunidade está relacionada aos serviços públicos e à infraestrutura, visando à cidade formal e seus elementos ordenadores. Destacam-se as demandas relacionadas a Saneamento Ambiental e Infraestruturas e Áreas de Importância Ambiental em MAI, Equipamentos Públicos Comunitários em CTD e, de forma equilibrada, demandas de Sistema Viário e Conectividade, Transporte Público e Mobilidade Ativa em MOB. Em sequência, as necessidades se concentram nos eixos temáticos de Habitação e Regularização (HAB) e Gestão Social da Terra (GST), seguido de Ruralidades (RUR). Destacam-se as demandas relacionadas a regularização fundiária urbana ou rural e revisão de zoneamento. Por fim, com incidência igual ou menor a 5%, as demandas inseridas nos eixos transversais: Participação Social e Governança (PSG) e Território Resiliente (RES).



Ainda em relação aos eixos transversais, apesar de terem uma baixa incidência em geral, observou-se uma exceção que ocorreu na UPT Central, o que demonstra, nesta, uma melhor apropriação dessas temáticas. O eixo RES esteve bem presente principalmente nas RA do Plano Piloto, seguida do Cruzeiro, com demandas relacionadas a pessoas em situação de rua, alagamentos e soluções baseadas na natureza. Em relação ao eixo PSG, em termos proporcionais, também foi mais expressivo nesta UPT, em relação às demais, em especial no Cruzeiro, em relação à aspectos de promoção da conscientização e educação da população, engajamento e consciência cívica.

Quanto à grande incidência dos Grupos Temáticos de Equipamento Público Comunitário e de Saneamento ambiental e Infraestruturas, destaca-se a forte relação destes com os de Revisão de Zoneamento e de Regularização Fundiária, que também foram bem presentes. O ponto de ligação é a necessidade da cidade legal, com redução das informalidades, o que possibilita o melhor acesso aos serviços públicos e essenciais.

Em específico com a temática dos equipamentos públicos comunitários, foi expressivamente presente nas OP, apesar da sua ligação mais direta com a legislação de uso e ocupação do solo. Apesar disso, pode haver interação com eixos temáticos do PDOT e possibilidade de análises que afetam as estratégias territoriais deste. Por exemplo, o caso da UPT Central Adjacente II, especificamente Vicente Pires, onde a questão dos equipamentos não envolve somente a provisão destes, ou somente o eixo de CTD, mas também envolve RUR, MAI e RES. Houve demanda forte de manutenção das chácaras e vegetação remanescentes e o conflito de previsão de destinação dessas para equipamentos. Considerando um escopo mais abrangente, tais áreas podem conversar com estratégias de conectores ambientais e sistemas de áreas verdes, áreas de amortização de impacto ambiental relacionadas a permeabilidade do solo e atenuação de alagamento; bem como a interação de áreas rurais no meio urbano.

Associado ao Eixo MAI, citou-se que o grupo temático Saneamento e Infraestruturas se despontou. Porém, os demais grupos, juntos têm o mesmo viés, ligado à preservação e mitigação de danos ambientais, bem como às áreas de importância ambiental. Considerando o somatório de contribuições desses grupos citados, observa-se que quase todas as UPT - especificamente: Norte, Leste, Sul, Oeste e Central – tiveram um equilíbrio próximo de 50-50% em relação ao de saneamento. Somente na UPT Central Adjacente II houve o destaque para Saneamento em relação ao somatório dos demais, em função das RA Riacho Fundo, SCIA/Estrutural, Arniqueira e SIA. Por outro lado, a UPT



Central Adjacente I destacou com 77% a questão da preservação ambiental somadas às áreas de importância ambiental.

Considerando a temática da Regularização Fundiária Urbana, do eixo HAB, que também se relaciona com a grande problemática no DF de ocupações informais, destaca-se a UPT Sul, principalmente nas RA Gama, Santa Maria e Recanto das Emas. Também a UPT Central Adjacente II, principalmente no SCIA / Estrutural, mas também com destaque para o Núcleo Bandeirante, Vicente Pires e Arniqueira. Observa-se, nessas duas últimas RA citadas, que essa problemática é somada também com a incidência alta no grupo de Descaracterização do Uso, do Perfil Populacional e da Morfologia, do eixo de GST.

Em relação à Mobilidade, questões de Transporte Público se despontaram bastante em todas as RA da UPT Norte. Nas demais UPT, a Leste despontou esse tema com mais expressividade em Itapoã, São Sebastião e Jardim Botânico, neste último as demandas também eram igualmente frequentes com as de sistema viário como um todo. Na UPT Oeste, as maiores demandas de transporte público são em Samambaia e Pôr do Sol / Sol Nascente. Na UPT Central despontou essa temática no Plano Piloto e nas UPT Sul, no Recanto das Emas, Riacho Fundo II e Água Quente.

Quanto ao Sistema Viário, despontou muito esse tema na UPT Central Adjacente II, em todas as RA, com mais destaque para Guará, Vicente Pires, Águas Claras e Núcleo Bandeirante, entre as demandas há a questão de melhoria dos acessos às RA. Na UPT Norte, há o destaque para Fercal e Sobradinho; na Leste, Paranoá, São Sebastião e Jardim Botânico. Na UPT Oeste, podem ser citadas as RA Brazlândia, Ceilândia, Samambaia e Taguatinga, que tiveram destaque nesse tema. Já na UPT Sul há Santa Maria, Gama e Água Quente, sendo essa última muito forte a questão da mobilidade em todos os demais aspectos.

Quanto à Mobilidade Ativa, destaca-se fortemente a UPT Central, com mais intensidade nas RA Plano Piloto, Sudoeste e Cruzeiro, essa última também com o foco de adaptação da cidade para a população mais idosa. A UPT Central Adjacente II também desponta nessa temática, nas RA Guará, Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo e Vicente Pires. Na sequência cita-se a UPT Central Adjacente I, especificamente a RA do Varjão; UPT Sul com Riacho Fundo II e Água Quente e UPT Oeste, com foco em Ceilândia e Taguatinga. As demais UPT (Norte e Leste) tiveram menor expressividade.

Relativo ao resultado da sistematização das OP de Segmento, foi similar ao das OP de RA quanto aos dois eixos temáticos mais expressivos, MAI e CTD. Também quanto às demandas principais de Saneamento ambiental, infraestruturas e de equipamentos públicos comunitários. Mas enquanto



nas OP de RA o terceiro eixo mais expressivo foi MOB, nas de OP de Segmento o eixo HAB foi tão importante quanto aquele. Em sequência, tanto em RA quanto segmentos, há o eixo de GST com a questão de revisão de zoneamento. Mas, diferentemente das OP de RA, cuja unidade é territorial, nas de Segmentos nota-se que podem ser agrupadas de acordo com a afinidade com determinada temática, que também se relaciona a um ou mais eixos do PDOT. Assim, para fins de análises conclusivas, identificam-se quatro grupos de OP de Segmentos, o que facilita identificar melhor as especificidades inerentes aos mesmos.

No primeiro grupo, de OP de segmentos relacionadas a Habitação e Regularização Fundiária Urbana, o eixo mais expressivo foi MAI, seguido de HAB, este sendo próprio da natureza desse segmento. Dessa forma, houve demandas habitacionais e de regularização fundiária associadas a políticas de saneamento ambiental e de preservação de parques e de recursos hídricos. Mas também estão bem presentes a demanda de mobilidade ativa, sistema viário e conectividade e transporte público (MOB), equipamentos públicos comunitários (CTD) e Revisão de Zoneamento (GST).

No segundo grupo, OP voltadas a Desenvolvimento Econômico Sustentável, Centralidades e Mobilidade, as demandas foram categorizadas, em sua maioria, nos eixos MOB, PSG, CTD e GST. Em mobilidade principalmente as questões de conectividade entre RA ou regional, seja no transporte público ou do sistema viário. As demandas de participação social e também governança foram bastante expressivas. Em CTD dominaram as questões de desenvolvimento econômico. Quanto a GST, dominou a Descaracterização do Uso, Perfil Populacional e da Morfologia Urbana ou da Paisagem, mas especificamente proveniente da OP de Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio.

Em relação ao terceiro grupo, as OP afetas a ruralidades e meio ambiente, os eixos predominantes foram MAI, RUR e GST. Quanto ao eixo MAI, a preservação do meio ambiente e as questões de áreas de preservação ambiental prevaleceram às de saneamento ambiental, diferentemente do que aconteceu nas demais OP, em geral. Em RUR, a temática de Regularização Fundiária de áreas com características rurais predominou, sendo que esta demanda estava bem equilibrada com a de Desenvolvimento Rural na OP de Reforma Agrária. Em GST ocorrem principalmente as questões de revisão de zoneamento.

No quarto grupo, OP relacionadas a grupos vulnerabilizados da sociedade, o eixo predominante foi CTD, seguido de PSG. Também se destacam os eixos HAB, MOB e RES. Quanto ao eixo CTD, a grande demanda é de Equipamento Público Comunitário, mas as demandas de Desenvolvimento Econômico estavam bem presentes na OP de População de Rua, tendo em vista a



necessidade de oferta de emprego. As demandas de HAB, considerando a questão de Provimento Habitacional, também, em grande parte, foram provenientes desta OP. Quanto ao eixo PSG, em geral foi bastante expressivo, e destaca-se que foi o mais presente na OP da População LGBTQIAPN+. Em âmbito político, social ou urbano, temos a necessidade de diversidade, e a participação social nos processos decisórios sobre a gestão do espaço é determinante. Em MOB, especialmente destacam-se transporte público e mobilidade ativa e a maior contribuição nesse eixo foi da OP de Pessoas com Deficiência. Por fim, o grupo RES apareceu com destaque, na sequência, considerando a vulnerabilidade social de todos esses segmentos.

Conclui-se que, enquanto as OP por RA discutiram questões próprias ou emergentes dessas regiões, reconhecendo suas peculiaridades in situ, em contraponto, as OP por Segmentos Temáticos têm ampla abordagem de temas que se relacionam com o PDOT e afetam todo o território do DF. Este tratamento das informações abrange tanto temas específicos quanto de interesse geral do DF, o que torna os resultados das OP de Segmento complementares aos das OP de RA. Em conjunto, as análises permitem a compreensão das aspirações da população em diferentes níveis geográficos e temáticos. Entende-se, assim, que a participação pública diversificada é fundamental para que o planejamento urbano seja uma ferramenta inclusiva e efetiva.

Portanto, além de fomentar a credibilidade através do estabelecimento da relação direta entre o governo e o cidadão, as oficinas participativas permitem o uso dos dados coletados para orientação do planejamento urbano, também apoiado pelas demandas comunitárias. Dessa forma, promove um processo inclusivo visando o desenvolvimento sustentável de um espaço urbano e rural. Cabe a ressalva de que o processo engajou a comunidade na discussão da modelagem do território ao qual se insere, aspecto que desenvolve sentimento de pertencimento, coesão social, identidade espacial e contribui com o direito à cidade, integração e complementaridade entre atividades urbanas e rurais, e em uma abordagem mais ampla, contribui com promoção da justiça social. Finalmente, no âmbito do GDF, as oficinas participativas trazem a fala comunitária e suas urgências sociais, informações que, uma vez trabalhadas pela estrutura e recursos técnicos do governo, serão passíveis de ser empregadas no ordenamento urbano.



8 CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS DO DIAGNÓSTICO

Ao finalizar a etapa de Diagnóstico da revisão o PDOT, é possível observar que, apesar de lançarem olhares diferentes sobre o território, diversas questões comparecem em mais de um Eixo Temático e Transversal, o que indica haver interrelações entre eles. Para esta conclusão, optou-se por discorrer por cada Eixo Temático e Transversal pontuando as interrelações existentes. Os Eixos estão dispostos nesta conclusão na seguinte ordem: Participação Social e Governança; Mobilidade; Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades; Habitação e Regularização Fundiária; Gestão Social da Valorização da Terra; Ruralidades; Meio Ambiente e Infraestrutura; Território Resiliente.

O Eixo Transversal Participação Social e Governança tem como um dos objetivos a promoção da participação da sociedade nas decisões de gestão e governança do território, cabe, portanto, destacar como positiva a preocupação e os esforços da equipe na Estrutura de Participação da Revisão do PDOT bem como nos eventos que ocorreram.

As contribuições da comunidade nas oficinas e reuniões foram expressivas, e neste Eixo Temático de Participação Social e Governança, apesar de as porcentagens ficarem em torno de 5% das contribuições gerais sistematizadas, ficaram evidentes as reivindicações por mais espaços de participação nas decisões do governo. Algumas questões relacionadas a segurança pública apareceram na Leitura Comunitária neste Eixo, no entanto, não estão diretamente relacionadas com o PDOT, apesar de ocorrerem no território, e serão encaminhadas para as áreas competentes.

Em todas as UPT, e suas respectivas Regiões Administrativas, alguns pontos levantados pela população foram frequentes como, por exemplo, a carência de participação da comunidade na governança do território como um todo e a carência de participação social por meio de conselhos para tomada de decisão comunitária na escala local.

Na Leitura Técnica esses pontos já haviam sido levantados. Quando da análise da estrutura de gestão no Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – SISPLAN, foi constatado que, embora tenham sido estruturados na letra da lei, de forma ampla e em vários níveis locais e regionais, não foram implantados conforme esperado. Os Conselhos Locais de Participação – CLP, não têm tido uma continuidade, ou, em alguns casos, não foram implantados, e os Conselhos por Unidade de Planejamento – CUP, que funcionariam a nível regional, nunca foram implantados. A



descontinuidade ou não implantação desses conselhos de nível local e nível regional impacta negativamente tanto a participação social quanto a governança.

Outro ponto levantado na leitura comunitária, também presente na Leitura Técnica, foi com relação ao monitoramento da implementação dos instrumentos do PDOT. Para que haja este monitoramento, alguns indicadores devem ser criados e para isso será necessário um debate para que se fundamente a escolha dos indicadores bem como serão aplicados. Desse modo, há tendência de que os mecanismos criados tenham mais possibilidades de sucesso, de modo a propiciar a implementação efetiva do PDOT e da participação social.

A criação de estratégias para uma maior interação das comunidades nos assuntos do planejamento está relacionada tanto a uma maior e mais efetiva participação social quanto a uma maior governança. Esse ponto está relacionado com a da transparência e ao acesso à informação, que foram questões abordadas pela comunidade, mas também levantada na leitura técnica, principalmente quando aborda as questões dos fundos de recursos para aplicação em questões relacionadas ao planejamento urbano e ocupação do território e, também, quando traz o levantamento dos portais que permitem o acompanhamento de ações governamentais e outras questões relacionadas a ocupação do território, como o Geoportal. Apesar de existir uma grande disponibilidade de dados, a diversidade de plataformas, às vezes, dificulta o amplo conhecimento e domínio de todos devido à sobreposição de temas que podem confundir o usuário sobre qual a informação correta.

Esta falta de integração e articulação entre os diversos órgãos foi um aspecto que compareceu em vários Eixos Temáticos neste Diagnóstico, o que demonstra a necessidade de uma melhor governança. Deve haver, também, articulação com outras unidades federativas bem como com a União. Como exemplo, é possível citar a questão da revisão do anel rodoviário do DF, na UPT Norte, que apareceu como preocupação da população e que há indicação, pelo ZEE-DF, de que passe fora dos limites do DF. A governança, neste exemplo pode ser tratada por meio de consórcio com a Região Metropolitana do Entorno do DF – RME, de modo a proporcionar desenvolvimento de municípios vizinhos ao mesmo tempo em que se atende a uma preocupação de cunho ambiental colocada pelo ZEE-DF. Cabe destacar que, apesar de o Estatuto da Metrópole ter permitido a criação de regiões metropolitanas nas quais os municípios pertencem a diferentes entes federativos, foi vetada a possibilidade para o DF, portanto a RME é uma região metropolitana que não contém a metrópole.



Outra questão abordada pela população nas oficinas participativas das RA, que reforça os entendimentos técnicos, é a necessidade de melhoria na capacitação das pessoas para que possam entender os vários temas ligados ao ordenamento territorial e, assim, participar e contribuir mais efetivamente na construção da cidade que queremos: mais resilientes, participativas, com boa mobilidade, locais de trabalho e com justiça social. A educação urbanística, patrimonial e preservação ambiental também foram temas frequentes nas reuniões das cidades.

Nas oficinas participativas de segmentos, umas das questões colocadas foi a necessidade de que ocorressem mais momentos como aqueles para que pudessem participar mais efetivamente da construção do planejamento urbano e territorial do DF. Esta demanda apareceu em oficinas participativas como idosos, crianças, mulheres, comunidade LGBTQIA+. Neste sentido, destaca-se a preocupação na estruturação do Comitê de Gestão Participativa – CGP, que foi composto com ampla representatividade, com movimentos populares, organizações não governamentais, associações e outros. O Comitê de Gestão Participativa - CGP tem tido papel importante para a definição das metodologias de participação e na mobilização da sociedade.

Apesar de todo o esforço que tem sido feito neste momento de revisão do PDOT, maior efetividade teria o processo, se a participação social nas três escalas – local, regional e distrital – e o monitoramento da implementação do PDOT ocorressem ao longo de todo o período de vigência. No território do DF, de ampla e dispersa ocupação territorial, a questão do planejamento e da participação da sociedade nas diferentes escalas é primordial para que as distintas realidades, e suas particularidades, possam ser tratadas na escala correta.

A configuração da ocupação urbana do DF, que é destaque nas problemáticas apontadas por diversos Eixos, é caracterizada por ser dispersa e espalhada do território, com ocupações urbanas isoladas e distantes da área central. Essa fragmentação resulta num tecido urbano de poucas conexões, que convergem para o centro de Brasília, o Plano Piloto. Este último, concebido a partir da confluência dos dois eixos – Monumental e Rodoviário (“Eixão”), e as demais cidades que conformam o DF estão conectadas por rodovias, que são também as ligações, via terrestre, com os municípios da Área Metropolitana de Brasília e demais regiões do Brasil.

A Leitura Técnica do Eixo Temático Mobilidade aponta que a conformação urbana fragmentada, com núcleos espalhados e separados por espaços vazios ou obstáculos naturais, conectados majoritariamente por rodovias, tem como resultado a pouca atratividade dos meios de transporte coletivo e dos ativos (bicicleta e a pé) em relação ao automóvel, tendo como implicação



uma população altamente dependente do automóvel. Pode-se concluir que, de maneira geral, esse é o principal desafio em relação à mobilidade.

A série histórica dos modos de transporte no DF aponta para o aumento do uso do transporte individual motorizado e diminuição do transporte coletivo. A última pesquisa Origem Destino realizada no DF (Metro-DF, 2016) apontou que 78% dos deslocamentos eram feitos por modos motorizados, sendo 49,6% por transporte individual e 27,7% por transporte coletivo; e 21,8% por não-motorizados, sendo 19,9% a pé e 1,9% por bicicleta. Esse padrão, associado à polarização das atividades econômicas no Plano Piloto, cujo processo de descentralização não acompanhou a velocidade de dispersão da população no território, tanto no DF como nos municípios do entorno que se deslocam diariamente para o DF, reflete numa assimetria entre as áreas de concentração residencial (UPT Oeste) de empregos (UPT Central). Como consequência, tem-se um sobrecarregamento dos eixos estruturantes de deslocamento, em especial das rodovias que ligam as ocupações urbanas ao centro, nos horários de pico.

Desse modo, a dispersão e a fragmentação da ocupação do território, o desequilíbrio na distribuição da população e das atividades, combinada com os padrões e preferências de deslocamento por transporte individual resulta no prejuízo da acessibilidade e da mobilidade para grande parte da população. Os principais prejudicados são moradores de áreas afastadas dos centros e locais periféricos, que percorrem longas distâncias e dispõem elevados tempos de deslocamento, e a população de menor renda, que possui baixo índice de mobilidade.

Esse retrato é agravado pela não implantação da maioria das estratégias e projetos de mobilidade previstos nos planos territoriais vigentes, dos quais destacamos o Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU e o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT, que planejam o desenvolvimento de áreas de dinamização e multifuncionais ao longo de eixos de transporte público coletivo de média e alta capacidade, que por sua vez não foram implantados, com exceção do BRT Sul. O Eixo Sul do BRT é o único em operação, porém percorre extensos espaços vazios no seu trajeto.

Na Leitura Comunitária, as demandas referentes a questões de mobilidade apresentadas pela população refletem esse cenário. Destacaram-se os problemas relacionados aos eixos estruturantes que conectam as cidades ao centro, com ênfase para solicitações de aumento da capacidade das rodovias existentes e novos acessos a estas; e por oferta de transporte público de massa (metrô e BRT), especialmente nas localidades da UPTs Norte e Leste, onde a falta de priorização do transporte



coletivo, por faixa exclusiva ou de transporte de massa, causa um crescente fluxo de automóveis que pressiona o sistema viário. Cabe ressaltar que nas regiões atendidas pelo BRT e pelo metrô, UPTs Sul, Oeste e Central, demandas por ampliação das linhas implantadas evidenciam satisfação com esses modos. Destacou-se, também, demanda para que seja priorizado o transporte de massa em novos parcelamentos e possíveis novos eixos. Nesse sentido, foi apresentada preocupação com a construção de infraestruturas de transporte que perpassam núcleos urbanos e ocupações consolidadas, como a nova saída Norte (ponte Lago Norte-Taquari-Sobradinho) que atravessaria o Lago Norte, e a Avenida das Cidades que perpassaria o Guará. Também foi manifestada preocupação com a pressão exercida por rodovias que circundam áreas ambientais protegidas, por se tornarem vetores de ocupação informal.

Também se evidenciou demanda expressiva da comunidade por melhor conectividade dentro das próprias cidades; e de solicitações de ligação com as cidades vizinhas, com destaque para as situadas nas UPTs Central Adjacente 2, Oeste, Leste e Norte. Os pedidos foram expressos por solicitação de mais opções e oferta de ônibus circulares, novas conexões viárias e cicloviárias entre ocupações adjacentes. Em relação aos loteamentos fechados, se evidenciou a limitação do acesso ao transporte público coletivo.

No que se refere à acessibilidade das atividades e serviços, destaca-se demanda da comunidade por melhor conectividade aos equipamentos regionais, como Universidades e Hospitais, aos equipamentos comunitários, assim como às Área de Desenvolvimento Econômico (ADE), por meio de infraestrutura cicloviária e de transporte público de massa. Na Oficina direcionada ao tema mobilidade, foi ressaltada a necessidade de descentralização de empregos, e de aumento da oferta de habitação de nas áreas centrais e nos eixos de transporte de alta capacidade.

Quanto os meios de transporte ativos, houve generalizada reivindicação por implantação e expansão da infraestrutura cicloviária e de melhoria de calçadas por parte da comunidade. Entretanto, destacam-se diferentes contextos. Nas cidades consolidadas, como Plano Piloto, Taguatinga, Planaltina, Paranoá, Gama, os pedidos foram para requalificação urbana mais abrangente e integral. Na UPT Central, ressaltam-se os pedidos para humanização das vias estruturantes e das obras de arte. Em todas as UPTs, houve expressiva demanda por segurança de pedestres e ciclistas nas rodovias, tanto nas travessias como na circulação nesses locais. Destacou-se, ainda, pleito por conectividade cicloviária com espaços verdes, parques e áreas rurais.



De forma a alterar o ciclo de favorecimento do automóvel, a Leitura Técnica apontou que medidas de Gerenciamento de Demanda e de Mobilidade, aliadas ao avanço de tecnologia da informação, podem conferir uso mais racional da infraestrutura de transporte instalada ao lado do fortalecimento de estratégias que favoreçam os deslocamentos por transporte coletivo e ativos, como forma de mitigar a dependência do automóvel. Nesse sentido, o Desenvolvimento Orientado pelo Transporte coletivo (DOT) e a humanização de espaços viários, com redução de velocidade, foram enfatizados. Em consonância, na Oficina comunitária do tema de Mobilidade foram feitas diversas contribuições nesse sentido, tais como: promoção do adensamento, do uso diversificado e da ocupação de vazios em áreas servidas de infraestrutura; restrição do aumento de vias e de obras que incentivem o uso do automóvel; redução de velocidades das vias; supressão de passarelas de travessia de pedestres em desnível; cobrança de estacionamento.

Quanto à governança e participação social, tanto a Leitura Técnica como a Comunitária verificaram a necessidade de integração entre os Planos e entre as Pastas que tratam da mobilidade e atuam em planejamento, projeto e obra. Ainda, a comunidade requereu participação social nos conselhos de mobilidade e por meio de prefeituras comunitárias e lideranças.

Importante ressaltar que a Leitura Comunitária, assim como observado em outros Eixos, retrata de forma mais expressiva a escala local, dos bairros, com questões que refletem a vivência das pessoas, cujas demandas, em sua maioria, extrapolam o escopo do PDOT e possuem aderência com projetos urbanos, projetos viários, e com a gestão e a operação do sistema transporte, tanto coletivo como individual. Boa parte das questões apresentadas nas Oficinas Comunitárias, em relação ao tema mobilidade, são tratadas e solucionados por instrumentos e projetos específicos fora do PDOT. Entretanto, estão em acordo com o panorama que reflete a acessibilidade, ou a falta dela, na escala do território do DF e de suas partes, e guiam a visão do que se pretende alcançar nos próximos anos pelo planejamento.

Por fim, para as etapas seguintes de revisão do PDOT, deve-se avançar nas estratégias para as potencialidades e problemáticas identificadas, especialmente com o intuito de definir o ordenamento territorial orientado pela consolidação e qualificação da ocupação ao longo de eixos estruturantes de transporte público coletivo e de deslocamento, integrando bairros e centralidades; e promover a mobilidade ativa nos deslocamentos internos dos bairros e das Regiões Administrativas.

Ao analisar as potencialidades e problemáticas apresentadas no Eixo Temático Mobilidade, observa-se diversas questões relacionadas a outros Eixos com destaque para os Eixos Temáticos



Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades e Habitação e Regularização, Eixos trazidos nesta conclusão na sequência deste Eixo Temático Mobilidade.

De modo geral, no Eixo Temático Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades as principais demandas e contribuições apresentadas pela sociedade ao longo do processo de Leitura Comunitária convergiram com as questões levantadas na análise técnica realizada pelo Grupo de Trabalhos Intersetorial – GTI.

Ressalta-se, entretanto, o surgimento de um volume de demandas relacionadas a Equipamentos Públicos Comunitários - EPC, matéria, à princípio, não relacionada diretamente ao PDOT, mas que teve grande incidência nas Oficinas Participativas e pôde ser evidenciada tanto no escopo das contribuições atribuídas pela sociedade a este eixo temático como no cômputo geral dentre todas as sugestões apresentadas.

A análise dessas demandas nos permite relacioná-las, à grosso modo, sob três perspectivas principais: (i) reforma, adaptação e melhoria de equipamentos existentes, (ii) reclamações decorrentes da qualidade dos serviços públicos prestados e (iii) demanda por novos equipamentos comunitários de abrangência local. Neste último caso, com muitas ocorrências provenientes de áreas oriundas de ocupação informal ou de processo de regularização fundiária. Já nas áreas urbanas consolidadas, tiveram destaque as demandas por EPC destinados a cultura, esporte e lazer, atualmente mais concentrados na área central e adjacências.

Essas demandas deverão ser encaminhadas aos órgãos responsáveis pelas políticas públicas setoriais para melhor avaliação, bem como levadas ao conhecimento das áreas de gestão do território da SEDUH, a fim de subsidiar a elaboração dos instrumentos complementares de planejamento.

Feitas estas considerações, são apresentados, na sequência, os principais aspectos identificados na junção da Leitura Técnica com a Leitura Comunitária, com destaque inicial para a elevada concentração das oportunidades de emprego e atividades na área central (Plano Piloto), delineada tanto na análise técnica dos dados da estrutura econômica e da dinâmica de empregos como também nas demandas por ampliação da oferta de empregos de forma descentralizada no território, próximos aos locais de moradia, trazidas pela comunidade.

Observa-se que essa questão está intrinsecamente relacionada a questões do Eixo Temático Mobilidade e do Eixo Temático Habitação e Regularização e, em menor medida, a questões do Eixo Temático Gestão Social da Valorização da Terra. A tendência à fragmentação e dispersão, que resulta em uma população altamente dependente do transporte motorizado, principalmente do automóvel,



é intensificada quando novas áreas habitacionais são criadas nas bordas das áreas urbanas, onde as terras são mais baratas. No entanto, tais localidades carecem de infraestruturas cujas implantações geram maior gasto para o Estado ao mesmo tempo em que valorizam estas terras.

A concentração de oportunidades de emprego e atividades na área central veio acompanhada da demanda por comércios, serviços e atividades econômicas em diferentes localidades, reforçando a necessidade da constituição de um sistema de centralidades hierarquizadas, no qual o Plano Piloto, mesmo mantendo o seu papel de centro principal, reparta o protagonismo com as demais localidades por meio da consolidação de novas centralidades e do incremento de outras já existentes. O Eixo Taguatinga-Ceilândia tem dinamismo significativo com capacidade de se contrapor à centralidade do Plano Piloto enquanto as demais localidades configuram centralidades de caráter mais localizado. Há que se destacar, contudo, que a Leitura Técnica propõe o estabelecimento de um Índice de Centralidades que permitirá identificar outras áreas com potencial econômico.

A criação de novas áreas de desenvolvimento econômico foi bastante enfatizada, sobretudo por parte das comunidades pertencentes às regiões de maior vulnerabilidade social, a exemplo da Estrutural, Varjão e Itapoã. De outra parte, o desvirtuamento de usos das Áreas Econômicas (AE) previstas na estratégia setorial de desenvolvimento econômico do PDOT também pôde ser evidenciado por meio das demandas de alteração e regularização para uso residencial apontadas pela sociedade em diversos pontos, a exemplo do Setor de Oficinas da Candangolândia e do Polo de Modas do Guará.

Visando impulsionar a desconcentração de emprego e renda, o Zoneamento Ecológico e Econômico do Distrito Federal (ZEE-DF) propôs 8 Áreas de Desenvolvimento Produtivo (ADP) destinadas a priorização de investimentos do setor público, em locais estratégicos do território. Algumas delas, tiveram evidência em contribuições colhidas na Leitura Comunitária, em especial por meio de menções feitas à região de Taguatinga, Polo JK, PAD/DF e Polo Agropecuário Rio Preto.

A diversificação da matriz produtiva do DF é almejada a fim de diminuir as desigualdades sociais e reduzir os deslocamentos. A estrutura produtiva do DF, atualmente centrada no setor de serviços com protagonismo da administração pública, necessita de incremento nos demais setores da economia (Agropecuário e Industrial), proporcionando maior competitividade.

A potencialização do Setor Agropecuário pode ocorrer através do incentivo a atividades agrícolas cultivadas de forma sustentável, que não demandem grandes extensões de área e que permitam o acesso a pequenos produtores e a agricultura familiar, a exemplo da horticultura



(produção de hortaliças, frutas, plantas ornamentais e flores). Neste sentido, sugestões de parcerias econômicas para desenvolvimento de produtores locais, ações voltadas para empreendedorismo e destinação de áreas para feiras livres e de produtores foram apresentadas ao longo da Leitura Comunitária.

O Setor Industrial no DF, hoje alavancado pela construção civil, necessita ser estimulado de forma articulada com as potencialidades e fragilidades do seu território, dando preferência a atividades baseadas na inovação e potencial criativo, de menor potencial poluidor e baixa extração de recursos naturais, a exemplo da indústria criativa, do turismo, dentre outras.

Atividades relacionadas a economia da conservação, à vocação do cerrado, ao turismo, economia criativa e indústrias limpas constituem-se novas potencialidades a serem exploradas no DF. Merece destaque também a possibilidade de exploração do potencial logístico do DF por atividades relacionadas a armazenagem e transporte, em áreas nas extremidades da malha urbana ou contíguas às principais rodovias de escoamento da produção.

O turismo em suas diferentes nuances é uma atividade que se encontra em franca expansão no DF. Na UPT Central, em decorrência do papel de Brasília enquanto capital federal, a atividade comparece na forma do turismo cívico e de negócios, que movimenta os segmentos de hospedagem, restaurante e estrutura de lazer, conforme almejado no Plano Estratégico do Distrito Federal (PED/DF). O lago Paranoá e sua orla, elemento estruturador da UPT Central, apresenta elevado potencial para atividades de turismo e lazer. O fomento a atividades relacionadas ao ecoturismo e turismo rural fez-se fortemente presente nas sugestões da sociedade apresentadas nos quadrantes Leste e Norte.

Investimentos públicos na preservação do patrimônio histórico e cultural possuem caráter estratégico na atração de negócios e criação de empregos sendo necessário para isto a revitalização de áreas de relevância histórica vinculadas à memória e à fundação de Brasília, a exemplo da Vila Planalto no Plano Piloto, da Candangolândia e dos centros históricos de Planaltina e Brazlândia.

Quanto ao Eixo Temático Habitação e Regularização as principais conclusões obtidas da leitura técnica e da leitura comunitária permeiam preocupações e desafios em relação às necessidades habitacionais da população e às estratégias de atendimento da política habitacional. Apontam a existência perene de ocupações informais no território, seus impactos para a preservação do meio ambiente e as dificuldades em coibir tal prática. Assim como em outros Eixos, a necessidade de uma melhor governança aparece neste Eixo também, tais questões evidenciam a falta de integração



interinstitucional e transparência de informações sobre as políticas, além de observações quanto à aplicação das estratégias de oferta habitacional e de regularização dispostas no Plano.

Sobre as necessidades habitacionais, a Leitura Técnica aborda o déficit habitacional, relacionando-o, também, à demanda e à vacância de imóveis dentro das diferentes UPT. No PDOT vigente, diversas áreas de oferta habitacional foram definidas com parâmetros de baixa densidade, e várias delas, após 15 anos, ainda não foram implementadas. Outra questão abordada são as áreas centrais degradadas ou subutilizadas e os vazios urbanos nas cidades, que estimulam, muitas vezes, a ocupação informal e a especulação imobiliária, questões que podem ser minimizadas por meio da aplicação de instrumentos urbanísticos abordados de modo mais aprofundado no Eixo Temático Gestão Social da Valorização da Terra.

As necessidades habitacionais nem sempre significam demandas por novas moradias ou ampliação da área urbana, mas também, a existência de outras formas de solucioná-las. Podem estar atreladas à requalificação do espaço, a um serviço de locação, à revisão de estratégias ou projetos habitacionais existentes, à realocação. No entanto, quando a demanda é por novas moradias, a priorização deve ser prover moradias em áreas onde haja segurança da posse da terra e em regiões já dotadas de infraestrutura, transporte público, comércio e serviços, ou seja, em áreas já urbanizadas da cidade. Nestes casos, pode ser ponderada a possibilidade de adensamento. Nesse sentido, as áreas centrais são apontadas como potenciais localidades para novas ofertas habitacionais.

A Leitura Técnica deste Eixo indica que há deficiência no atendimento à população por meio das estratégias de provisão habitacional. A deficiência constatada ocorre tanto para segmentos vulnerabilizados quanto da população de menor renda e, também, de classe média. Provavelmente devido à insuficiência de moradias, há grande número de ocupações informais de interesse social e de interesse específico. A política de provisão habitacional bem como a de regularização fundiária adotada no DF são realizadas, em geral, a partir da transferência da propriedade aos beneficiários, o que resulta na redução gradual do banco de terras e imóveis públicos. Além disso, essa forma de atendimento e solução adotada não tem garantido a redução do déficit habitacional e impossibilita a gestão pública dos imóveis de modo a atender o maior número de beneficiários. No caso das áreas voltadas para a população de menor renda, com a implementação de ZEIS, tanto de vazios urbanos quanto de regularização fundiária (ARIS), a sua criação ou regularização contribui, muitas vezes, para o processo de gentrificação, o que acaba por expulsar os beneficiários. Esta questão está relacionada com o Eixo Temático de Gestão Social da Valorização da Terra, pois os instrumentos urbanísticos



podem ser utilizados para minimizar a gentrificação, como, por exemplo, a utilização do direito de preempção no qual o Estado tem a prioridade da compra no momento de venda do imóvel e, caso efetive a compra, o imóvel pode retornar à política habitacional. Cabe ressaltar que este, como outros instrumentos presentes no PDOT, não foi implementado.

A dificuldade de atendimento da demanda por moradia traz à luz o fenômeno de ocupações informais de terra, que ocorre, muitas vezes, dentro de áreas com restrições de ocupação, como em zona rural e em áreas de sensibilidade ambiental. Esse cenário é bastante presente em famílias e locais de menor poder aquisitivo que não possuem acesso à habitação por meios formais devido à situação financeira. No DF, no entanto, é bastante presente a formação de ocupações informais de média e alta renda com ocorrência de grilagem de terras por meio de organização sistemática de venda de lotes irregulares. A fiscalização do território, portanto, é imprescindível para coibir tal prática, apesar de ser tarefa complexa, tendo em vista os conflitos de interesse relacionados ao tema.

Essas ocupações informais ocorrem muitas vezes de maneira espalhada no território ocasionando impactos sobre a capacidade de suporte ambiental, infraestrutura, acessibilidade urbana, dinâmica do crescimento populacional. É possível citar localidades de grande crescimento informal, como: o Assentamento 26 de Setembro em Vicente Pires, localizado em zoneamento rural, com grande parte da ocupação em área de proteção de manancial e com conflito com zonas de amortecimento de unidades de conservação ambiental; a porção rural entre o Recanto das Emas e o Gama, região conhecida como Ponte Alta, com muitos requerimentos protocolados para regularização na revisão do PDOT.

Para locais onde a regularização fundiária já se faz possível, nas ARIS, ARINES e PUI, a população demanda pela implementação de infraestrutura e de equipamentos públicos, principalmente em áreas de interesse social, onde a precariedade e vulnerabilidade impactam diretamente na qualidade de vida. É importante salientar as problemáticas do processo de regularização como o crescimento da ocupação informal nas bordas da poligonal delimitada para projeto e a dificuldade de cumprimento dos parâmetros urbanísticos definidos pelo PDOT, dada a situação fática consolidada. Além disso,, durante o andamento do processo de regularização, são comuns os casos de valorização imobiliária da área e consequente gentrificação.

Quanto a outras observações sobre a aplicação das estratégias de oferta habitacional e de regularização definidas pelo Plano, a Leitura Técnica aponta a importância de revisão da categoria de PUI, tendo em vista que favorece a ocupação urbana em áreas isoladas e contribui para a



descharacterização das áreas rurais. Aponta, também, a falta de regulamentação de instrumentos urbanísticos estabelecidos pelo PDOT, o que dificulta a realização de ações e projetos que possam viabilizar a função social da propriedade. Outra questão identificada foi o grande número de áreas de oferta habitacional não implantadas, as quais muitas acabaram por ser ocupadas irregularmente, enquanto outras localidades não constantes do planejamento foram implementadas pela política habitacional.

No âmbito de todo o processo da provisão habitacional, a articulação entre os órgãos afetos à política habitacional tem destaque por ter capacidade de facilitar a troca de dados e o entendimento sobre as necessidades da população a fim de praticar políticas mais assertivas. Porém, há falta de planejamento e gestão articulados entre esses atores, como, por exemplo, a falta do licenciamento urbanístico integrado ao ambiental. Cabe, ainda, ressaltar a carência de conexão com os municípios do entorno para tratamento integrado da questão da moradia, tendo em vista a relação socioeconômica desses moradores com o DF. Nesse contexto, a Lei n.º 7.374, de 28 de dezembro de 2023, que alterou a Lei nº 3.877, de 26 de junho de 2026, inclui pessoas que trabalham no DF e residem na Região Metropolitana do Entorno como possíveis beneficiários da política habitacional do DF.

Além das questões interinstitucionais, faz-se importante revelar que é necessária maior participação social em todas as fases da política habitacional. Essa problemática se faz explícita na verificação do não funcionamento do Conselho de Habitação do Distrito Federal (CONHAB) desde seu estabelecimento pelo PDOT como órgão colegiado superior componente do SISPLAN, em 2009. O órgão é responsável pela articulação e participação dos agentes públicos e privados nas ações habitacionais do DF.

Assim como a Leitura Técnica do Eixo Temático Habitação e Regularização apontou a existência de áreas de oferta habitacional não implantadas e o não funcionamento do CONHAB, o Eixo Temático Gestão Social da Valorização da Terra apontou a não implementação de diversos instrumentos que foram citados no PDOT, apesar de vários outros terem sido implementados ou foram criados. Entre os não implementados estão Direito de Preempção, Direito de Superfície e Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios (PEUC). Entre os instrumentos com regulamentação se destacam ODIR e ONALT e Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).

Aplicados desse modo, tornam-se, de certo modo, independentes do PDOT o que gera descolamento do planejamento urbano e impactam as estratégias de ordenamento territorial. Os objetivos e estratégias indicados para os instrumentos relacionados a captura de mais-valia e de



regulação de terras precisam voltar a estar conectados com suas reais funções, ou seja, mais vinculados às estratégias de planejamento do território do que a arrecadação de valores.

Para que isso ocorra é preciso disseminar o entendimento de que as mais-valias são recuperadas com maior êxito quando o proprietário de terrenos percebe que está recebendo maiores benefícios a partir de uma intervenção pública do que os benefícios que usualmente usufruem dos seus negócios. Os valores arrecadados devem ser aplicados em provimento de infraestrutura e serviços urbanos em áreas mais carentes de tais atributos.

A Leitura Comunitária traz, em relação a esse eixo, a grande preocupação com lotes desocupados e áreas não utilizadas no espaço urbano e que não cumprem sua função social, por estarem em situação de subutilização, abandono ou uso indevido. Os instrumentos urbanísticos também são ferramentas que podem minimizar a especulação imobiliária, um dos fatores da produção de espaços vazios nas cidades que não cumprem sua função social. Entre as questões resultantes da especulação imobiliária que, em certa medida, eleva o valor da terra que é mais um fator que intensifica a segregação socioespacial. A implementação de um maior número de instrumentos urbanísticos poderia auxiliar no combate da segregação socioespacial e do processo de gentrificação como já citado.

A Leitura Técnica deste Eixo ao considerar as questões afetas à recuperação de mais-valia, indica uma padronização da cobrança de instrumentos como Outorga Onerosa do Direito de Construir (ODIR) e Outorga Onerosa da Alteração de Uso (ONALT), uma vez que, os coeficientes redutores contidos nas fórmulas de ODIR e ONALT, padronizam para todo o território a cobrança, independentemente das estratégias definidas pelo planejamento urbano, além de reduzirem as arrecadações destes a 20%. Dessa maneira, compromete o retorno dos bônus que tais instrumentos possuem capacidade de ofertar ao território.

Destaca-se que o objetivo principal dos instrumentos de captura de mais-valia é o de neutralizar os efeitos da valorização das diferentes atribuições concedidas pelo poder público quanto às diferentes possibilidades de aproveitamento dos terrenos urbanos, para além do uso mínimo básico inerente à propriedade privada imobiliária. No entanto, o objetivo mais frequentemente identificado pelos gestores urbanos é um objetivo subsidiário, dado pela possibilidade de obter recursos para financiar investimentos voltados para o desenvolvimento urbano, o que é especialmente relevante em um cenário de escassez de recursos.



A Leitura Técnica também aborda a descaracterização da zona rural que ocorre, em algumas situações, devido à possibilidade de inclusão de usos urbanos na macrozona rural com o agravante de não haver a recuperação da mais-valia. O PDOT permitiu atividades secundárias e terciárias como atividades complementares ao uso rural e, também, para apoio à população. No entanto, como não detalhou nem definiu como ocorreria, dificultou a possibilidade de aplicação de instrumentos urbanísticos.

Outras questões apontadas e que devem ser observadas na etapa de Proposta são: (i) as frequentes regularizações de assentamentos informais criam expectativas que permitem aos loteadores antecipar a mais-valia, permitindo a transferência de recursos públicos para loteadores ilegais; (ii) o proprietário deve poder aproveitar de forma gratuita somente a porção de valor de terreno urbano que está vinculado ao direito básico de uso da propriedade urbana, que por sua vez é definido pelo CA básico; (iii) as premissas da ONALT não estão dispostas no PDOT, que atribui como competência da Luos e PPCUB a estratégia de sua aplicação; (iv) os recursos obtidos da valorização da terra são investidos de maneira restrita, não atendendo ao objetivo da justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização.

A aplicação dos instrumentos urbanísticos de modo adequado às estratégias de planejamento urbano e ocupação territorial também está relacionado com a manutenção da macrozona rural e suas características. Em relação ao Eixo Temático de Ruralidades foram observados aspectos particulares e comuns à Leitura Técnica e à Leitura Comunitária. A partir da Leitura Técnica do Eixo Temático de Ruralidades, o conflito de competências para o planejamento e gestão da Macrozona Rural foi identificado como uma das principais questões a serem equacionadas. Conflito que se reflete em dois grandes desafios do território: regularização rural e desenvolvimento rural.

Com relação aos aspectos afetos à regularização rural, a Leitura Técnica do eixo destaca a falta de Planos Setoriais Rurais, instrumentos de gestão e planejamento rural e diretrizes para o parcelamento rural; a desarticulação entre as concessões de terras rurais, efetuadas pelo Estado, e as diretrizes de desenvolvimento rural, sejam elas em termos econômicos, sociais ou ambientais; a necessidade de revisão das estratégias e instrumentos de planejamento das áreas rurais em Macrozona Urbana; e a dificuldade de fiscalização do território, o que acarreta em alta incidência de ocupações informais na Macrozona Rural, ou seja, áreas com características urbanas ou que não atendem ao módulo mínimo rural.



De modo semelhante, foi apontado na Leitura Comunitária um conjunto de aspectos que estão diretamente relacionados ou que também são reflexo da problemática apresentada na Leitura Técnica, como: dificuldades para execução da regularização rural; necessidade de controle da pressão e da expansão urbana sobre as áreas rurais; existência de parcelamentos informais na zona rural; problemas com grilagem de terras; e dificuldade de manutenção das áreas urbanas com características rurais.

Já em relação aos aspectos afetos ao desenvolvimento rural, a Leitura Técnica destaca: ausência de normatização de diretrizes de uso do solo para gestão das atividades, tanto do setor primário quanto do setor secundário e terciário, que incidem na Macrozona Rural; ausência de normatização de diretrizes para a ocupação do solo rural, considerando aspectos como permeabilidade do solo, altura das edificações, taxa de ocupação, índice de aproveitamento do solo; ausência de incentivos à produção familiar, orgânica, agroecológica e às boas práticas de cultivo, principalmente considerando o estresse hídrico e visando a redução do impacto da produção sobre as bacias de abastecimento de água; ausência de diretrizes para o planejamento e implantação de atividades de logística e armazenamento e de produção de energia elétrica por meio de usinas fotovoltaicas; desarticulação entre o sistema viário da zona rural e da zona urbana, considerando que há desconexão entre os sistemas urbano e rural e entre as áreas de produção agrícola e as principais vias de escoamento; e a ausência de instrumentos de estímulo ao turismo rural e ecológico, considerando seu potencial econômico e a importância das áreas ambientais e de beleza cênica natural do DF.

Paralelamente, a análise da Leitura Comunitária indica que o conjunto de questões abordadas pela Leitura Técnica estão refletidas diretamente nas considerações apresentadas pela comunidade que, de modo geral, entende que falta maior destaque às atividades do setor econômico primário. Foi apontada a falta legislação e de instrumentos de fomento ao desenvolvimento rural do DF, a falta de incentivos à manutenção e fortalecimento da agricultura familiar, da produção agroecológica e da agroindústria, assim como falta articulação do sistema viário com as áreas produtivas, para facilitar o escoamento da produção. Cabe destacar, ainda, que nas UPT Norte e Leste foram apontadas demandas por fomento a atividades de produção de energia elétrica solar (usinas fotovoltaicas), de logística e armazenamento e a necessidade de revisão das atividades urbanas que são permitidas na Macrozona Rural, especialmente à luz do Decreto n.º 41.654/2020.



Para além dos dois desafios apontados em torno da regularização e do desenvolvimento rural, a Leitura Técnica do Eixo Temático de Ruralidades apontou aspectos intrínsecos ao território rural que necessitam de atenção. De acordo com os dados apresentados, o zoneamento Rural do PDOT está desatualizado, não apresentando detalhamento suficiente para promover o desenvolvimento rural, por meio das vocações próprias do território, ao passo que não atende as demandas de proteção ambiental e redução dos impactos da urbanização na zona rural.

Nesse sentido, também foi destacada a falta de incentivo à prestação de serviços ambientais na zona rural; a necessidade de revisão dos normativos ambientais, principalmente considerando que o desenvolvimento tecnológico tem proporcionado a redução do impacto das atividades do setor primário no meio ambiente; a necessidade de inclusão e regulamentação de novas tipologias de moradia no campo, principalmente considerando a grande diversidade de formas de ocupação do solo rural, no intuito de não provocar a descaracterização da ambiência rural e de evitar o parcelamento irregular de glebas rurais, além da necessidade de revisão e regulamentação das ocupações na forma de agrovilas, considerando seus aspectos distintos e condições especiais de gestão; a ausência de diretrizes para implantação de infraestruturas de saneamento, energia elétrica e internet na área rural, apontando a necessidade de Planos Setoriais específicos para cada tipo de infraestrutura, e de diretrizes para oferta de serviços urbanos na Macrozona Rural, como equipamentos de educação, saúde, lazer, cultura e segurança.

De modo complementar, cabe destacar localidades na Macrozona Rural que foram bastante apontadas na Leitura Técnica e na Leitura Comunitária, como: os Núcleos Rurais Monjolo (RA Recanto das Emas), Lago Oeste (RA Sobradinho II) Cabeceira do Valo (RA SCIA), Alexandre Gusmão (RA Ceilândia) e PAD/DF (RA Paranoá). São áreas rurais com produção rural e especificidades próprias de ocupação que sofrem pressão do mercado imobiliário e da urbanização. Há necessidade da adoção de medidas protetivas, principalmente em relação a coibir o parcelamento irregular de glebas rurais.

Há também os casos de áreas rurais ocupadas com características urbanas: os assentamentos 26 de Setembro (RA Vicente Pires), Café Sem Troco (RA Paranoá), Ponte Alta Norte (RA Gama), Casa Grande (RA Gama); o entorno da área urbana da RA de Brazlândia, das Áreas de Regularização de Interesse Social presentes na RA Sol Nascente/Pôr do Sol e do Núcleo Urbano São Sebastião (RA São Sebastião). Esse conjunto de áreas não mais apresentam características rurais, como os espaços produtivos e o atendimento ao módulo mínimo rural. Desse modo, necessitam de estudos junto aos



Eixos Temáticos de Habitação e Regularização e Meio Ambiente e Infraestrutura para aferir a postura ser adotada em seu planejamento, frente à revisão do PDOT.

A partir do exposto, observou-se um conjunto de fragilidades em torno dos aspectos normativos, de planejamento e gestão do território rural que, por sua vez, possuem relação direta com as problemáticas e carências identificadas no território. Além disso,, observa-se que o DF apresenta conflitos e desafios no território rural, principalmente inter-relacionados com os aspectos abordados pelos Eixos Temáticos Habitação e Regularização e Meio Ambiente e Infraestrutura.

Em relação às problemáticas presentes tanto na Leitura Técnica quanto na Leitura Comunitária do Eixo Temático Meio Ambiente e Infraestrutura estão, em maior medida, aquelas relativas ao saneamento ambiental e à demanda por infraestruturas básicas. São exemplos: a necessidade de melhoria dos serviços de esgotamento sanitário, da gestão de resíduos sólidos e da coleta seletiva e a requalificação de equipamentos públicos urbanos, como aterros sanitários e estações de tratamento de esgoto.

Também há demandas de implantação e qualificação da rede de iluminação pública, e de adoção de novas matrizes energéticas. O acesso ao saneamento ambiental, de forma universal, incluindo o acesso à água potável, foi recorrente nas contribuições da Leitura Comunitária. Além disso,, teve destaque a demanda pela conscientização quanto uso racional da água, necessário para a proteção e a recuperação dos recursos hídricos disponíveis de forma superficial e subterrânea, o que contribui para a disponibilidade adequada deste recurso, em termos de quantidade e qualidade. Contudo, diversos desafios surgem nesse cenário, que vão desde práticas inadequadas de uso desse recurso até a saturação da infraestrutura operada pela Companhia de Saneamento Ambiental (Caesb).

A preservação dos recursos naturais, como vegetação nativa, matas ciliares e áreas de proteção de mananciais é tema sensível ao território. É observada uma grande demanda por espaços livres para a criação, requalificação ou destinação de áreas para lazer ou atividades físicas e áreas públicas de convivência, especialmente atreladas à implementação de soluções baseadas na natureza e infraestruturas verdes.

A ocupação do território deve considerar os aspectos territoriais, sensibilidades ambientais e os possíveis impactos da ocupação sobre os recursos naturais. Áreas importantes do ponto de vista ecológico demandam planejamento e políticas para uma ocupação sustentável diante das pressões de urbanização. Tem-se como exemplo deste cenário a região da Serrinha do Paranoá, localizada entre a RA Varjão e a RA Paranoá, caracterizada predominantemente por sua sensibilidade hídrica, abrigando



diversos cursos d'água e nascentes que abastecem o Lago Paranoá, sob pressão de ocupação para fins urbanos.

Ainda quanto aos recursos hídricos, tem-se as Áreas de Proteção de Mananciais (APM), estratégia criada pelo PDOT para proteger a área à montante da captação de água, com objetivo de evitar impermeabilização excessiva e a contaminação do solo e dos aquíferos, visando proteger o abastecimento hídrico e garantir qualidade da água. O PDOT vigente determina que a gestão das APM deve ser executada de forma conjunta pelo órgão gestor da política ambiental e pelo órgão gestor do ordenamento territorial do DF, no âmbito da Portaria Conjunta n.º 04/2020. Além disso,, ficam estabelecidas normas específicas de uso e ocupação do solo, visando minimizar os impactos negativos da urbanização sobre os recursos hídricos.

Contudo, essas áreas enfrentam intensa pressão de ocupação devido às características físico-ambientais das APM, enquanto áreas de relevo majoritariamente plano; ao histórico de expansão urbana espraiada e à ocupação irregular do território do DF. A ocorrências de ocupação e parcelamento informal tem forte impacto sobre as APM, por ocasionar a impermeabilização do solo e, por consequência, comprometer o abastecimento hídrico.

A título de exemplo desta problemática, tem-se a APM Bananal, que apresenta alto grau de comprometimento com risco elevado de perda de recarga de aquíferos, necessitando de intervenções para mitigação dos impactos. As ocorrências identificadas nesta APM estão relacionadas especialmente a ocupações rurais com uso de irrigação por aspersão, deposição irregular de resíduos sólidos, ocupações de lazer à montante da captação de água, ocupação de solo rural e redução da vegetação nativa. Outra área com alto grau de comprometimento é a APM Ponte de Terra, cuja ocorrência levantada trata da ocupação irregular sobre campos de murundus, parcelamento da terra, processos erosivos e uso não autorizado dos cursos hídricos. Essas áreas demandam uma abordagem integrada de planejamento urbano que combine regularização fundiária, práticas sustentáveis de uso da terra, restauração ecológica e fiscalização rigorosa para assegurar a preservação dos recursos naturais e a sustentabilidade na ocupação do território.

Cabe destacar que atualmente há uma maior quantidade de Unidades de Conservação (UC) de Proteção Integral e de Uso Sustentável do que quando instituído o PDOT vigente, tendo em vista o constante processo de recategorização ou reconhecimento de novas áreas com importância ambiental. Além do exposto, há no DF espaços de importância ambiental sem proteção legal adequada, entre os quais aqueles em que a legislação foi considerada inconstitucional, o que interfere



na aplicação das normas de planejamento e na gestão do território. Além disso,, no DF também há espaços que possuem potencial para fins de turismo ecológico, no entanto, ainda não são identificados como tal pelo poder público e nem objeto de estratégias específicas, carecendo de incentivo e legislação adequada.

Quanto às infraestruturas, a Leitura Técnica apresenta especialmente dados que evidenciam a insuficiência da rede de drenagem implantada para o adequado escoamento das águas de chuva, devido à saturação e à obsolescência da infraestrutura. Destaca a necessidade da promoção de práticas e estratégias a fim de gerenciar o ciclo da água da chuva de forma sustentável e ecológica no território, considerando captação, armazenamento, tratamento e uso eficiente das águas pluviais, com objetivo de mitigar enchentes e alagamentos, recarregar os aquíferos subterrâneos, reduzir a erosão do solo e preservar a qualidade da água.

Com relação ao esgotamento sanitário, foi destacada a necessidade de garantia de acesso a um sistema adequado de coleta, tratamento e disposição de esgoto, contribuindo para a maior qualidade dos recursos hídricos, a preservação dos ecossistemas e também a promoção de saúde pública. Áreas carentes de infraestrutura de esgotamento, especialmente aquelas onde o esgoto é despejado em redes pluviais, devem ser consideradas prioritárias para a implantação do serviço, devido ao impacto que a disposição incorreta de esgoto provoca às águas superficiais e subterrâneas. Importante destacar que a capacidade de operação da rede e das infraestruturas de esgotamento sanitário também comprometem o contingente de população que pode ser atendido pelo serviço, portanto, sendo um fator a ser considerado quando da anuência para a ocupação do território.

A título de exemplo desta problemática, tem-se o Ribeirão Melchior, afluente do rio Descoberto, que margeia núcleos urbanos como Taguatinga e Ceilândia e está sujeito a elevados níveis de poluição. O lançamento de esgotos tratados oriundos das Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) Melchior e Samambaia, junto com a atividade industrial e o escoamento superficial de águas de chuva, resulta em uma qualidade ruim da água superficial. Estas condições limitam o uso da água a jusante dos lançamentos, impactando negativamente o meio ambiente, a saúde pública e as condições de atendimento da população.

A leitura técnica aponta que o atendimento às demandas dos serviços de esgotamento está prejudicado, necessita de expansão e melhoria destes serviços. Várias estações de tratamento de esgoto estão funcionando acima da capacidade de projeto, o que afeta a qualidade do serviço prestado, aumentando o risco de contaminação dos corpos hídricos e aquíferos.



Quanto os resíduos sólidos, atualmente no DF há estratégias e programas bem estabelecidos para o manejo de alguns tipos de resíduos, mas outros tipos carecem de maior atenção. A carência de pontos de coleta, especialmente para a logística reversa, é uma questão identificada em várias Regiões Administrativas. Os impactos ambientais em áreas protegidas e corpos hídricos também são consequências do descarte irregular de resíduos.

A gestão e contenção da expansão em áreas ambientalmente sensíveis é necessária para a preservação dos recursos naturais e a manutenção dos ecossistemas. A ocupação não planejada dessas áreas pode levar a sérios impactos ambientais, como a perda de biodiversidade, degradação do solo e comprometimento e contaminação dos recursos hídricos.

Ocupações em áreas de risco são problemáticas devido ao alto potencial de desastres naturais, como deslizamentos e enchentes. Essas áreas frequentemente carecem de infraestrutura adequada e planejamento urbano, aumentando a vulnerabilidade das populações residentes. A identificação e monitoramento dessas ocupações são essenciais para a implementação de políticas de mitigação de riscos e realocação de moradores. Essas questões estão intimamente relacionadas ao Eixo Temático Habitação e Regularização e ao Eixo Transversal Território Resiliente.

A contenção de ocupações informais e o disciplinamento do uso do solo em áreas ambientalmente sensíveis são fundamentais para a proteção dos recursos naturais e a sustentabilidade da ocupação urbana. Políticas urbanísticas integradas com uma gestão ambiental rigorosa são necessárias para mitigar os impactos negativos da urbanização desordenada, garantindo a preservação dos ecossistemas e a qualidade de vida das populações locais.

Diversas questões abordadas no Eixo Temático Meio Ambiente e Infraestrutura estão diretamente ligadas ao Eixo Transversal Território Resiliente. As conclusões obtidas a partir das Leituras Técnica e Comunitária, no contexto da resiliência, versam resumidamente sobre as problemáticas socioambientais advindas do processo de ocupação de áreas de fragilidade ambiental; a repercussão das mudanças climáticas no território; as questões relativas à gestão hídrica; os impactos da contaminação e da impermeabilização do solo; as demandas dos povos indígenas; a incorporação de infraestrutura verde e soluções baseadas na natureza; e a abordagem do conceito de cidade inteligente ao contexto do desenvolvimento territorial do DF.

É importante destacar a alta incidência de problemas resultantes da ocupação informal em áreas de risco e fragilidade ambiental, que ocorre de maneira geral no território do DF. Neste contexto, a ocupação em áreas de baixada, próximas a corpos hídricos ou áreas com sistema de drenagem



ineficiente, tende a resultar em alagamentos temporários ou sazonais, especialmente durante períodos de chuva intensa. Já a ocupação em encostas e áreas com declives acentuados, pode ocasionar processos de erosão do solo, especialmente se a vegetação natural tiver sido removida, o que aumenta o risco de deslizamentos de terra.

Nos casos de ocupações próximas às áreas de desenvolvimento de atividades mineradoras, que ocorrem majoritariamente na UPT Norte, nota-se que essas problemáticas são potencializadas por conflitos socioambientais, pela notável degradação ambiental decorrente dessa atividade e pela possibilidade de contaminação do solo e da água, que é prejudicial para a saúde humana e para a biodiversidade local.

Outro ponto importante para abordagem da resiliência no DF, são os recorrentes problemas derivados das mudanças climáticas, como a intensificação das ilhas de calor nas cidades, enquanto áreas que apresentam temperaturas elevadas devido à urbanização e à falta de vegetação. Ademais, a alteração dos padrões de precipitação tem levado à escassez de água, o que afeta tanto as áreas urbanas quanto as rurais e os ecossistemas naturais. A abordagem das ODS, nesse sentido, é relevante para orientar políticas e ações que visam mitigar e adaptar-se aos efeitos das mudanças climáticas, a fim de promover um desenvolvimento mais sustentável, resiliente e inclusivo para o território.

Além disso,, de maneira geral, as ocupações informais no DF são caracterizadas pela precariedade das infraestruturas de habitação e saneamento básico e pela falta de acesso a serviços básicos, o que antecede casos de poluição e contaminação do meio ambiente, incêndios, impactos socioeconômicos e aumento da vulnerabilidade social. Vale ressaltar que as questões relativas à vulnerabilidade social, que podem incluir demandas de saúde pública, surgem, nesse contexto, como consequência das problemáticas tratadas no âmbito da resiliência territorial para o PDOT do DF.

Neste contexto, também recorrente é a questão dos povos indígenas do DF, que envolve demandas cruciais para a resiliência territorial e incidem principalmente nas UPT Central, Adjacente I e Leste. Vale ressaltar, nesse sentido, a demarcação de terras, que é fundamental para a preservação dos direitos territoriais dos povos indígenas; o acesso à moradia, que ainda é precário e depende de políticas públicas comprometidas com a oferta de habitação adequada; e o acesso à infraestrutura e serviços básicos, como água potável, saneamento, eletricidade, educação e saúde, que impacta na saúde e na qualidade de vida. A conservação ambiental, nesse contexto, permite que os povos indígenas se apropriem de suas terras, garantindo a preservação de sua cultura e modo de vida. Isso



protege a biodiversidade e os recursos naturais, promovendo práticas sustentáveis e fortalecendo a resiliência cultural e ambiental do território.

Outro tema de grande relevância para o DF no âmbito da resiliência é a gestão hídrica. Entre as problemáticas incidentes no território, uma das mais representativas, com ocorrências nas UPTs Central Adjacente I, Norte, Leste e Oeste, é a diminuição da capacidade de recarga dos aquíferos. Esse processo pode ser explicado pelo aumento da impermeabilização do solo, incentivado pela expansão urbana, que dificulta a infiltração e o armazenamento de águas pluviais, o que antecede ocorrências de escassez hídrica e precariedade no abastecimento de água. Uma realidade palpável no DF, que já conta com uma Crise Hídrica em seu histórico.

Neste contexto, a sobrecarga das bacias hidrográficas do DF também é um problema agravado pelo crescimento urbano, que gera aumento da demanda por água e resulta em um desequilíbrio no ciclo hidrológico da região. Paralelamente, o processo de poluição dos corpos hídricos, evidenciado sobretudo nas UPT Central Adjacente I e Sul, é exacerbada pelo lançamento inadequado de esgoto doméstico e efluentes industriais. A falta de sistema de tratamento de esgoto eficaz nessas regiões pode resultar, nesse sentido, na contaminação dos cursos d'água, que prejudica a qualidade da água, contribui para a degradação dos ecossistemas aquáticos e representa riscos à saúde pública. Do mesmo modo, o processo de assoreamento de corpos hídricos, observado principalmente nas UPT Central, Leste e Sul, também é afetado pela poluição hídrica. O depósito e acúmulo de sedimentos nos corpos hídricos e reservatórios diminui sua profundidade e capacidade de armazenamento, o que aumenta o risco de inundações nas áreas habitadas.

Há, portanto, a demanda por promover um planejamento hídrico adequado, que considere a revegetação de áreas degradadas, o tratamento adequado de esgoto, a gestão de águas pluviais e o uso racional da água, a fim de garantir a sustentabilidade nos recursos hídricos, preservando tanto a saúde ambiental quanto a qualidade de vida da população

De maneira complementar, as problemáticas relacionadas a contaminação do solo também incidem no DF com relevância. A contaminação do solo ocorre nas UPT Norte, Leste, Oeste, e sobretudo na Central Adjacente II, devido ao funcionamento do antigo Lixão da Estrutural, uma maior fragilidade quanto ao tema. Nesse sentido, a infiltração de substâncias tóxicas e poluentes pode comprometer a qualidade do solo, o que representa riscos ambientais e à saúde pública. A impermeabilidade do solo e o comprometimento da disponibilidade de águas subterrâneas repercutem na gestão hídrica e refletem ainda os impactos da urbanização desordenada próxima a



antigos lixões. Nesse caso, a realização de análises regulares do solo e das águas subterrâneas nas áreas afetadas é essencial para monitorar a extensão da contaminação e planejar ações corretivas.

Assim sendo, é evidente que o cenário do DF demanda o desenvolvimento de infraestrutura verde e a incorporação de soluções baseadas na natureza como alternativas para enfrentar os desafios relacionados a resiliência. Trata-se, nesse sentido, de abordagens que integram elementos naturais e ecológicos no planejamento urbano para melhorar a sustentabilidade. Convém, nesse contexto, desenvolver estratégias sustentáveis para melhorar a eficácia do saneamento ambiental, que envolve a gestão adequada dos resíduos sólidos, da água potável, do esgotamento sanitário e da drenagem de águas pluviais; assim como promover diretrizes para a gestão e recuperação das áreas verdes urbanas e das áreas de importância ambiental.

Por fim, é emergente a abordagem do conceito de cidade inteligente no contexto do DF. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Regional (2021), cidades inteligentes são planejadas para integrar desenvolvimento urbano e transformação digital sustentável, abrangendo aspectos econômicos, ambientais e socioculturais. Elas utilizam tecnologias de forma inovadora e inclusiva, associada à governança participativa, para resolver problemas, criar oportunidades, oferecer serviços eficientes, reduzir desigualdades, melhorar a qualidade de vida e aumentar a resiliência.

Por fim, vale ressaltar que as soluções para as questões delineadas neste Diagnóstico deverão ser aprofundadas nas próximas fases do processo de revisão do PDOT.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

BRASIL. **Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

BRASIL. **Medida Provisória n.º 2.220**, de 4 de setembro de 2001. Dispõe sobre a assinatura eletrônica nos documentos públicos e privados, institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2220.htm>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

BRASIL. **Lei n.º 11.977, de 7 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e o art. 142 da Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965; e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm>. Acesso em: 27 de maio de 2024

BRASIL. **Lei n.º 13.465, de 11 de julho de 2017**. Institui a Lei de Regularização Fundiária Urbana (Reurb), altera a Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973 e a Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

BRASIL. **LEI N.º 14.802 DE 10 DE JANEIRO DE 2024**. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027. Brasília, 10 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/plano-plurianual/paginas/lei-do-ppa>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

BRASIL. **LEI N.º 14.822, DE 22 DE JANEIRO DE 2024**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024. Brasília, 21 de maio de 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14822.htm. Acesso em: 27 de maio de 2024.

BRASIL. **Lei n.º 4.020, de 20 de junho de 2007**. Dispõe sobre a política nacional de resíduos sólidos; altera a Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2007. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/55790/Lei_4020_25_09_2007.html>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 27 de maio de 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html Acesso em: 27 de maio de 2024.



BRASIL. **Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 27 maio 2024.

BRASIL. **Lei n.º 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.** Regulamenta os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.html>. Acesso em: 27 maio 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 62.504, de 8 de abril de 1968.** Regulamenta o artigo 65 do Estatuto da Terra. Brasília, DF: Presidência da República, 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1960-1969/D62504.html>. Acesso em: 27 maio 2024.

BRASIL. **LEI N.º 12.608, DE 10 DE ABRIL DE 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis n.º 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Brasília, 10 de abril de 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm. Acesso em: 27 maio 2024.

BRASIL. **Decreto Legislativo n.º 9.073, de 5 de junho de 2017.** Promulga o Acordo de Paris, celebrado em 12 de dezembro de 2015, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, e firmado em Nova Iorque, em 22 de abril de 2016. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9073.htm>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

BRASIL. **Programa Habitar Brasil.** Maio de 2004. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/OrientacaoOperacional/RegulamentoOperacional-1-20.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

BRASIL. LEI No 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

BRASIL. **GUIA PARA ELABORAÇÃO E REVISÃO DE PLANOS DIRETORES. 2022.** Disponível em: <https://www.capacidades.gov.br/capaciteca/guia-para-elaboracao-e-revisao-de-planos-diretores/>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

BRASIL. **LEI N.º 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 24 de julho de 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 27 de maio de 2024.

CARNEIRO, Ana Rita Sá; MESQUITA, Liana de Barros. **Espaços livres do Recife.** Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/ UFPE, 2000.

CODEPLAN. **ANÁLISE ESPACIAL DO MERCADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL A PARTIR DA PDAD 2018.** Brasília, abril de 2020. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/NT-An%C3%A1lise-espacial-do-mercado-de-trabalho-do-DF-a-partir-da-PDAD-2018.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2024.



CODEPLAN. **Delimitação do Espaço Metropolitano de Brasília (Área Metropolitana de Brasília)**. Dezembro de 2014. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Delimita%C3%A7%C3%A3o-do-Espa%C3%A7o-Metropolitano-de-Bras%C3%ADlia-AMB.pdf>. Acesso em: 27 maio 2024.

CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios do Distrito Federal – PDADDF**. Dezembro de 2016. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PDAD-Distrito-Federal-1.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

CODEPLAN. **PMAD – Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios**. Brasília, 05/03/18. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/pesquisa-metropolitana-por-amostra-de-domicilios-pmad/>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

Conexão Seduh. **1ª Reunião Ordinária do PDOT - realizada: 17/03/2021**. Youtube, 29 de março de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u5Go8FA2GSA>. Acesso em 27 de maio de 2024.

Conexão Seduh. **2º Encontro Ruralidades - PDOT - realizada: 24/3/2021**. Youtube, 29 de março de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u5Go8FA2GSA>. Acesso em 27 de maio de 2024.

Conexão Seduh. **3º Encontro PDOT realizado: 31/03/2021**. Youtube, 7 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-FPjQ2KfQk8>. Acesso em 27 de maio de 2024.

Conexão Seduh. **4º Encontro - Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades - PDOT- realizado: 07/04/2021**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ciptvPHSNs4&t=6s>. Acesso em 27 de maio de 2024.

Conexão Seduh. **5º Encontro - Meio Ambiente e Infraestrutura - PDOT realizada: 15/04/2021**. Youtube, 15 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pHcfcPbRcXo>. Acesso em 27 de maio de 2024.

Conexão Seduh. **6º Encontro Gestão Social da Terra - PDOT - realizado: 22/04/2021**. Youtube, 23 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QGHOM4jGC7Y>. Acesso em 27 de maio de 2024.

Conexão Seduh. **7º Encontro do PDOT realizado no dia 28/04/2021**. Youtube, 5 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aq6NHE6jl1c&t=2s>. Acesso em 27 de maio de 2024.

Conexão Seduh. **Encontros Para Pensar o Território**. Youtube, 16 de março de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vvTPajflgL8>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

Conexão Seduh. **8º Encontro para pensar o Território - PDOT - realizada: 05/05/2021**. Youtube, 27 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PqiBwP1BITs&t=1s>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

Conexão Seduh. **PDOT - Encontros Para Pensar o Território**. Youtube, 24 de março de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mV5feqmtkXE>. Acesso em 27 de maio de 2024.

DISTRITO FEDERAL. **PDOT - Plano Diretor de Ordenamento Territorial**. Disponível em: <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/>. Acesso em: 27 de maio de 2024 [p.71]

DISTRITO FEDERAL. **Lei N.º 6.269, de 29 de janeiro de 2019**. Institui o Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal e dá outras providências. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/912a61dfc1134ffebbb691aa3e864673e/Lei_6269.html. Acesso em: 27 de maio de 2024.



DISTRITO FEDERAL. **Lei Complementar n.º 948, de 16 de janeiro de 2019.** Dispõe sobre a política urbana do Distrito Federal, institui o plano diretor de ordenamento territorial do Distrito Federal – PDOT, e dá outras providências. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/fdab09844f754a998dea87e64a4b4d54/Lei_Complementar_948_16_01_2019.html>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Transportes. **Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal e Entorno.** Relatório do Comitê de Revisão. Brasília, 2014.

DISTRITO FEDERAL. **LEI COMPLEMENTAR N.º 986, DE 30 DE JUNHO DE 2021.** Dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana – Reurb no Distrito Federal, altera a Lei Complementar n.º 803, de 25 de abril de 2009, que aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT e dá outras providências, e altera a Lei n.º 5.135, de 12 de julho de 2013, que dispõe sobre alienação de imóveis na Vila Planalto e dá outras providências. Brasília, 30 de junho de 2021. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/3e31558072eb4b7791ab7c55335ffd13/Lei_Complementar_986_30_06_2021.html. Acesso em: 27 de maio de 2024.

DISTRITO FEDERAL. **DECRETO N.º 44.659, DE 22 DE JUNHO DE 2023.** Aprova o Plano Distrital de Habitação de Interesse Social - PLANDHIS, que regulamenta os arts. 327 e 328 da Lei Orgânica do Distrito Federal; o Parágrafo único do art. 1º da Lei n.º 3.877, de 26 de junho de 2006, que dispõe sobre a Política Habitacional do Distrito Federal, e os arts. 49, 50 e 51 da Lei Complementar n.º 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, e dá outras providências. Brasília, 22 de junho de 2023. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/46e97be0aaa74a90b5c986181be12b91/Decreto_44659_22_06_2023.html#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2044.659%2C%20DE%2022,o%20Par%C3%A1grafo%20C3%BAnico%20do%20art.. Acesso em: 27 de maio de 2024.

DISTRITO FEDERAL. **LEI N.º 3.877, DE 26 DE JUNHO DE 2006.** Dispõe sobre a política habitacional do Distrito Federal. Brasília, 26 de junho de 2006. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/54611/Lei_3877_26_06_2006.html. Acesso em: 27 de maio de 2024. (p. 85)

DISTRITO FEDERAL. **Lei Complementar 1016 de 11/10/2022.** Altera os Anexos II e VI da Lei Complementar n.º 803, de 25 de abril de 2009, que aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT, para incluir a Vila dos Carroceiros, localizada na Região Administrativa de Santa Maria, na estratégia de regularização fundiária urbana e de oferta de áreas habitacionais, e dá outras providências. DODF n.º 193, seção 1, 2 e 3 de 13/10/2022. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=ffac02bb14e84adab502760ffb6dfc34#:~:text=Altera%20os%20Anexos%20II%20e,fundi%C3%A1ria%20urbana%20e%20de%20oferta>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

DISTRITO FEDERAL. **LEI COMPLEMENTAR N.º 1.027, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.** Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano no Distrito Federal e dá outras providências. Brasília, 28 de novembro de 2023. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/e8e04b560b4f4a62b247cd37a1b251a0/Lei_Complementar_1027_28_11_2023.html#:~:text=LEI%20COMPLEMENTAR%20N%C2%BA%201.027%2C%20DE%2028%20NOVEMBRO%20DE%202023&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20parcelamento%20do,Federal%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

DISTRITO FEDERAL. **DECRETO N.º 45.102, DE 24 DE OUTUBRO DE 2023.** Aprova a poligonal para regularização fundiária urbana da Área de Regularização de Interesse Social - ARIS do Núcleo Urbano de São Sebastião,



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

constante da Lei Complementar n° 803, de 25 de abril de 2009. Brasília, 24 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/3dc0b70898ed457c927207044856c25f/Decreto_45102_24_10_2023.html>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

DISTRITO FEDERAL. **LEI N.º 4.566, DE 04 DE MAIO DE 2011.** Dispõe sobre o Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU/ DF e dá outras providências. Brasília, 04 de maio de 2011. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/68571/Lei_4566_04_05_2011.html>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

DISTRITO FEDERAL. **Lei Orgânica do Distrito Federal, de 8 de junho de 1993.** Brasília, DF, 1993. Disponível em: <http://www.cl.df.gov.br/Legislacao/Lei_Organica>. Acesso em: 27 maio 2024.

DISTRITO FEDERAL. **Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável do Distrito Federal. Brasília, DF:** Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, 2020. Disponível em: <https://www.ceasa.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/06/PDRS_compressed.pdf>. Acesso em: 27 maio 2024.

DISTRITO FEDERAL. **Lei n.º 5.803, de 16 de janeiro de 2017.** Institui a Política de Regularização Fundiária de Terras Públicas Rurais do Distrito Federal e dá outras providências. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/95447/Lei_5803_16_01_2017.html>. Acesso em: 27 maio 2024.

DISTRITO FEDERAL. **Lei Complementar n.º 17 de 28/01/1997.** Aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT e dá outras providências. DODF n.º 20, seção 1, 2 e 3 de 29/01/1997. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=51847>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

DISTRITO FEDERAL. **LEI COMPLEMENTAR N.º 951, DE 25 DE MARÇO DE 2019.** Altera o art. 135 e anexos da Lei Complementar n.º 803, de 25 de abril de 2009, que aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT e dá outras providências, e os arts. 4º e 14 da Lei n.º 5.022, de 4 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV e dá outras providências. Brasília, 25 de março de 2019. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/8815d609bb134b6fa055711bab4e2b49/Lei_Complementar_951_25_03_2019.html#:~:text=Altera%20o%20art.,outras%20provid%3AAncias%2C%20e%20os%20arts>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

DISTRITO FEDERAL. **LEI N.º 1.834 DE 14 DE JANEIRO DE 1998.** Brasília, 14 de janeiro de 1998. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/49793/Lei_1834_1998.html#:~:text=1%C2%BA%20ser%C3%A3o%20desenvolvidas%20atividades%20agr%C3%ADcolas,%C3%B3rg%C3%A3o%20competente%20do%20Poder%20Executivo>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

DISTRITO FEDERAL, **LEI N.º 7.190, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022.** Brasília, 2022. Cria a Região Administrativa de Arapoanga – RA XXXIV e dá outras providências. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/164ced441f82436993efa9448246e377/Lei_7190_21_12_2022.html>. Acesso em 27 de maio de 2024.

DISTRITO FEDERAL, **LEI N.º 7.191, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022.** Cria a Região Administrativa de Água Quente – RA XXXV e dá outras providências. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/ee49b13b3d5443fb8198732f885ca231/Lei_7191_21_12_2022.html#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.191%2C%20DE%2021%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202022&text=Cria%20a%20Regi%C3%A3o%20Administrativa%20de,de%20C%81gua%20Quente%20%E2%80%93%20RA%20XXXV>. Acesso em: 27 de maio de 2024.



DISTRITO FEDERAL. **LEI N.º 7.374, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023.** Altera a Lei n.º 3.877, de 26 de junho de 2006, que “dispõe sobre a política habitacional do Distrito Federal”; e a Lei n.º 6.466, de 27 de dezembro de 2019, que “dispõe sobre os benefícios fiscais do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD, do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos – ITBI e da Taxa de Limpeza Pública – TLP”. Brasília, 28 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/30dd1c88989446d4ae70e1e4ced95d57/Lei_7374_2023.html#:~:text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%203.877,Propriedade%20Predial%20e%20Territorial%20Urbana%20%E2%80%93%3E>. Acesso em 27 de maio de 2024.

DISTRITO FEDERAL. **DECRETO N.º 41.654, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020.** Regulamenta os arts. 81 e 82 da Lei Complementar n.º 803, de 25 de abril de 2009, que aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, no que concerne ao desenvolvimento de atividades primárias, secundárias e terciárias em Macrozona Rural, e altera o Decreto n.º 38.125, de 11 de abril de 2017 e o Decreto n.º 36.948, de 04 de dezembro de 2015, e dá outras providências. Brasília, 28 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/46bce91af4dd49ca8ff55688fd1aa6a5/Decreto_41654_28_12_2020.html>. Acesso em 27 de maio de 2024.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Déficit habitacional no Brasil 2015. Diretoria de Estatística e Informações.** Belo Horizonte: FJP, 2018. Disponível em: <<https://sec.delegaciavirtual.sids.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=76871&codUsuario=0>>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

FÓRUM DE MUDANÇA DO CLIMA. **Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima.** Brasília, 2016. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-ecossistemas/ecossistemas/biomas/arquivos-biomas/plano-nacional-de-adaptacao-a-mudanca-do-clima-pna-vol-i.pdf>>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

GDF. **PED/DF - Plano Estratégico do Distrito Federal.** Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.cg.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2019/06/01.Book_PEDF.pdf>. Acesso em 27 de maio de 2024.

GDF. **Plano Estratégico do Distrito Federal 2019-2060 (PEDF).** Brasília, ano. Disponível em: <https://www.cg.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2019/06/01.Book_PEDF.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

GDF. **Plano Distrital de Habitação de Interesse Social – PLANDHIS.** Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/46e97be0aaa74a90b5c986181be12b91/Decreto_44659_22_06_2023.html>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

GDF. **Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.** Brasília, 2018. Disponível em: <<https://www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/Minuta-PLC-PPCUB.pdf>>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

GDF. **Plano Urbanístico de Uso e Ocupação da Orla do Lago Paranoá - Master Plan.** Disponível em: <https://www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/03/SEI_00390_00006446_2019_00.pdf>. Acesso em 27 de maio de 2024.

IBGE. Biblioteca. **Regiões de influência das cidades: 2007.** 2008. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=240677>>. Acesso em: 27 maio 2024.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>> Acesso em: 27 de maio de 2024.

IPEDF/DEPAT. **Déficit e Demanda Habitacional do Distrito Federal - 2021**. Outubro de 2023. Disponível em: <<https://www.ipe.df.gov.br/deficit-e-demanda-habitacional-do-distrito-federal-2021/>>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

IPEDF. **Produto Interno Bruto do DF (PIB)**, 2023. Disponível em: <<https://www.ipe.df.gov.br/produto-interno-bruto-do-df-pib/>>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

METRÔ-DF. PDTT/DF. **Pesquisa de Mobilidade Urbana do DF - PMU/DF**. Disponível em: <https://metro.df.gov.br/?page_id=47685>. Acesso em: 27 de maio de 2024. (p. 90)

MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Câmara das Cidades 4.0. s/d. Disponível em: <<https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/camara-cidades>>. Acesso em 27 de maio de 2024.

Ministério das Cidades. **Carta Brasileira para Cidades Inteligentes**. s/d. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/desenvolvimento-urbano-e-metropolitano/projeto-andus/carta-brasileira-para-cidades-inteligentes>>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

Ministério das Cidades. **Desenvolvimento Sustentável Orientado ao Transporte no Brasil (DOT) - CTF, BID**. Março de 2021 Disponível em: <<https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/mobilidade-urbana/acordos-de-cooperacao/parcerias-em-andamento/desenvolvimento-sustentavel-orientado-ao-transporte-no-brasil-dot>>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

ONU. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York, 2015. Disponível em: <<https://movimentoods.org.br/ods/>>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

OPAS - Organização Pan-Americana de Saúde. **Histórico da pandemia de COVID-19**. s/d. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em 27 de maio de 2024.

PMU - Pesquisa de Mobilidade Urbana. **Pesquisa Origem/Destino**. Disponível em: <https://metro.df.gov.br/?page_id=47685>. Acesso em 27 de maio de 2024.

SEDUH. ETU - Estudo Territorial Urbanístico/DIUR. **Região Sul/Sudoeste (DF140)**. DODF - N.º 157, 17 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/DIUR-07_2018_REGI%c3%83O-SUL_SUDESTE_DF140.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

SEDUH. **Lei Complementar n.º 803, de 25 de junho de 2009**, atualizada pela Lei Complementar n.º 854, de 25 de junho de 2012 (sem anexos). Brasília, ano. Disponível em: <https://www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/09/1at_lcdf_00803_2009_atualizada_lc854_2012_sem-anexos-1.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

SEDUH. **LEI COMPLEMENTAR N.º 1.007, DE 28 DE ABRIL DE 2022**. Altera a Lei Complementar n.º 948, de 16 de janeiro de 2019, que aprova a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal - LUOS nos termos dos arts. 316 e 318 da Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2019/01/Texto-na-integra.pdf>>. Acesso em: 27 de maio de 2024.



SEDUH **Observatório Territorial**. Disponível em: <<http://www.observatorioterritorial.seduh.df.gov.br/>>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

SEDUH. OBSERVATÓRIO TERRITORIAL URBANO. **Vacância imobiliária urbana**. Disponível em: <<http://www.observatorioterritorial.seduh.df.gov.br/vacancia-imobiliaria-urbana/>>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

SEDUH. **Planos Diretores Locais – PDL**. Disponível em: <[https://www.seduh.df.gov.br/planos-diretores-locais-pdls/#:~:text=O%20Plano%20Diretor%20Local%20\(PDL,ocupa%C3%A7%C3%A3o%20para%20lotes%20das%20Regi%C3%B5es](https://www.seduh.df.gov.br/planos-diretores-locais-pdls/#:~:text=O%20Plano%20Diretor%20Local%20(PDL,ocupa%C3%A7%C3%A3o%20para%20lotes%20das%20Regi%C3%B5es)>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

SEMOB. **Perguntas frequentes da SEMOB**. 2024. Disponível em: <<https://www.semob.df.gov.br/perguntas-frequentes-da-semob/>>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

SUPLAN/SEDUH. **Apresentação da estrutura do Encontro Para Pensar o Território** - Eixo Temático Ruralidades, 2021.

SUPLAN/SEDUH. **Orientação para a dinâmica do Encontro Para Pensar o Território** - Eixo Temático Centralidades, 2021

SUPLAN/SEDUH. **Dinâmica de enquete no Encontro Para Pensar o Território**. Eixo Temático Centralidades.

SUPLAN/SEDUH. **Apresentação temática no Encontro Para Pensar o Território**. Eixo Temático Meio Ambiente e Infraestrutura.

UNESCO. **ICOMOS**. Disponível em: <https://www.icomos.org.br/estrutura-kmg2c>. Acesso em: 27 de maio de 2024.
